



**ANAIS DO 22º CONGRESSO NACIONAL
DA REDOR - REDE FEMINISTA
NORTE E NORDESTE
DE ESTUDOS E PESQUISAS SOBRE MULHER
E RELAÇÕES DE GÊNERO**

6 a 8 de novembro de 2024
São Luís - MA

**Iraildes Caldas Torres
Maria Mary Ferreira**
Organizadoras

Realização:



Financiadora:



Apoio:



**UNIVERSIDADE
ESTADUAL DO
MARANHÃO**

ALEXA
CULTURAL

EDUA
EDITORA DA UNIVERSIDADE
FEDERAL DO AMAZONAS

Anais

**22º Congresso Nacional da REDOR
Rede Feminista Norte e Nordeste
de Estudos e Pesquisas sobre Mulher
e Relações de Gênero**

6 a 8 de novembro de 2024

São Luís - MA

REALIZAÇÃO



REDE FEMINISTA NORTE E NORDESTE DE
ESTUDOS E PESQUISAS
SOBRE MULHER E RELAÇÕES DE GÊNERO
REDOR

FINANCIAMENTO



APOIO



COMITÊ CIENTÍFICO ALEXA CULTURAL

Presidente

Yvone Dias Avelino (PUC/SP)

Vice-presidente

Pedro Paulo Abreu Funari (UNICAMP)

Membros

Adailton da Silva (UFAM – Benjamin Constant/AM)
Alfredo González-Ruibal (Universidade Complutense de Madrid - Espanha)
Aldair Oliveira de Andrade (UFAM - Manaus/AM)
Ana Paula Nunes Chaves (UDESC – Florianópolis/SC)
Arlete Assumpção Monteiro (PUC/SP - São Paulo/SP)
Barbara M. Arisi (UNILA – Foz do Iguaçu/PR)
Benedicto Anselmo Domingos Vitoriano (Anhanguera – Osasco/SP)
Carmen Sylvia de Alvarenga Junqueira (PUC/SP – São Paulo/SP)
Claudio Carlan (UNIFAL – Alfenas/MG)
Denia Roman Solano (Universidade da Costa Rica - Costa Rica)
Débora Cristina Goulart (UNIFESP – Guarulhos/SP)
Diana Sandra Tamburini (UNR – Rosário/Santa Fé – Argentina)
Edgard de Assis Carvalho (PUC/SP – São Paulo/SP)
Estevão Rafael Fernandes (UNIR – Porto Velho/RO)
Evandro Luiz Guedin (UFAM – Itaquatiara/AM)
Fábia Barbosa Ribeiro (UNILAB – São Francisco do Conde/BA)
Fabiano de Souza Gontijo (UFPA – Belém/PA)
Gilson Rambelli (UFS – São Cristóvão/SE)
Graziele Accolini (UFGD – Dourados/MS)
Iraíldes Caldas Torres (UFAM – Manaus/AM)
José Geraldo Costa Grillo (UNIFESP – Guarulhos/SP)
Juan Álvaro Echeverri Restrepo (UNAL – Leticia/Amazonas – Colômbia)
Júlio Cesar Machado de Paula (UFF – Niterói/RJ)
Karel Henricus Langermans (USP/EcA - São paulo/SP)
Kelly Ludkiewicz Alves (UFBA – Salvador/BA)
Leandro Colling (UFBA – Salvador/BA)
Lilian Marta Grisólio (UFG – Catalão/GO)
Lucia Helena Vitalli Rangel (PUC/SP – São Paulo/SP)
Luciane Soares da Silva (UENF – Campos de Goitacazes/RJ)
Mabel M. Fernández (UNLPam – Santa Rosa/La Pampa – Argentina)
Marilene Corrêa da Silva Freitas (UFAM – Manaus/AM)
María Teresa Boschín (UNLu – Luján/Buenos Aires – Argentina)
Marlon Borges Pestana (FURG – Universidade Federal do Rio Grande/RS)
Michel Justamand (UNIFESP - Guarulhos/SP)
Miguel Angelo Silva de Melo - (UPE - Recife/PE)
Odenei de Souza Ribeiro (UFAM – Manaus/AM)
Patricia Sposito Mechi (UNILA – Foz do Iguaçu/PR)
Paulo Alves Junior (FMU – São Paulo/SP)
Raquel dos Santos Funari (UNICAMP – Campinas/SP)
Renata Senna Garrafoli (UFPR – Curitiba/PR)
Renilda Aparecida Costa (UFAM – Manaus/AM)
Roberta Ferreira Coelho de Andrade (UFAM - Manaus/AM)
Sebastião Rocha de Sousa (UEA – Tabatinga/AM)
Thereza Cristina Cardoso Menezes (UFRRJ – Rio de Janeiro/RJ)
Vanderlei Elias Neri (UNICSUL – São Paulo/SP)
Vera Lúcia Vieira (PUC – São Paulo/SP)
Wanderson Fabio Melo (UFF – Rio das Ostras/RJ)

Iraildes Caldas Torres
Maria Mary Ferreira
organizadora

Anais

**22º Congresso Nacional da REDOR
Rede Feminista Norte e Nordeste
de Estudos e Pesquisas sobre Mulher
e Relações de Gênero**



ALEXA
Embu das Artes - SP
2024



UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS

CONSELHO EDITORIAL

Presidente

Henrique dos Santos Pereira

Membros

Antônio Carlos Witkoski
Domingos Sávio Nunes de Lima
Edleno Silva de Moura
Elizabeth Ferreira Cartaxo
Spartaco Astolfi Filho
Valeria Augusta Cerqueira Medeiros Weigel

COMITÊ EDITORIAL DA EDUA

Louis Marmoz - Université de Versailles
Antônio Cattani - UFRGS
Alfredo Bosi - USP
Arminda Mourão Botelho - Ufam
Spartacus Astolfi - Ufam
Boaventura Sousa Santos - Universidade de Coimbra
Bernard Emery - Université Stendhal-Grenoble 3
Cesar Barreira - UFC
Conceição Almeida - UFRN
Edgard de Assis Carvalho - PUC/SP
Gabriel Conh - USP
Gerusa Ferreira - PUC/SP
José Vicente Tavares - UFRGS
José Paulo Netto - UFRJ
Paulo Emílio - FGV/RJ
Élide Rugai Bastos - Unicamp
Renan Freitas Pinto - Ufam
Renato Ortiz - Unicamp
Rosa Ester Rossini - USP
Renato Tribuzy - Ufam

Reitor

Sylvio Mário Puga Ferreira

Vice-Reitora

Therezinha de Jesus Pinto Fraxe

Editor

Sérgio Augusto Freire de Souza

REDOR

Coordenadora

Iraildes Caldas Torres

Vice-Coodenadora

Maria Mary Ferreira

Membros

Comissão Organizadora

Iraildes Caldas Torres

Maria Mary Ferreira

Benedito Medrado Dantas

Jorge Luiz Cardoso Lyra-da-Fonseca

Maria Gislene Carvalho Fonseca

Glória Rabay

Comitê Científico

Iraildes Caldas Torres

Marcia Maria de Oliveira

Rosa Ester Rossini

Coordenadoras/Coordenadores de Grupos de Trabalhos

GT01 – Gênero, Educação e Interseccionalidades

Rosário de Fátima de Andrade

Leitão

Lígia Luís de Freitas

Marcelo Henrique Gonçalves de

Miranda

GT02 – Gênero e Geração

Alda Britto da Motta

Márcia Santana Tavares

Josimara Aparecida Delgado

Baour

GT03 – Gênero, Saúde e Direitos Reprodutivos

Jorge Lyra

Jeane Félix

Lorena Lima de Moraes

GT04 – Gênero e Violências

Andréa Pacheco de Mesquita

Márcia Tavares

Cecília Sardenberg

GT05 – Gênero, Literatura e Linguística

Margarete Edul Prado de Souza

Lopes

Renata Pimentel

Judith Chambliss Hoffnagel

Ana Clara Magalhães de Medeiros

Gt06 – Gênero e Relações de Trabalho

Catarina Nascimento de Oliveira

Silmere Alves Santos

Elvira Simões Barretto

GT07 – Feminismo, Política e Poder

Glória Rabay

Maria Luzia Miranda Álvares

Maria Mary Ferreira

GT08– Feminismos, Raça, Etnia e Bem Viver

Denise Botelho

Iraneide Soares da Silva

Lilian Conceição da Silva

GT09 – Gênero e Sexualidade

Benedito Medrado Dantas
Alice Alves Menezes Ponce de
Leão
Maria Lucia Chaves Lima

GT10 – Gênero, Homens, Masculinidades e Intersecções

Ricardo Gonçalves Castro
Túlio Romério Lopes Quirino

GT12 – Gênero, Identidade e Cultura

Nádia Regina Loureiro de Barros
Lima
Mariomar Martins Teixeira de
Almeida

GT13- Gênero, Meio Ambiente, Ecofeminismo e Ruralidades

Iraíldes Caldas Torres
Gema Galgani Silveira Leite
Esmeraldo
Rosineide de Lourdes Meira
Cordeiro
Márcia Maria de Oliveira

GT14 – Gênero, Formação, Ciência/Tecnologia e Ciências Naturais e Exatas

Izaura Santiago da Cruz
Márcia Barbosa

GT15 – Gênero, Educação, Saúde e Interseccionalidade

Telma Low
Danielly Spósito
Priscila Freire Rodrigues

© by Alexa Cultural

Direção

Gladys Corcione Amaro Langermans
Karel Henricus Langermans

Editor

Karel Langermans

Capa

Klanger

Revisão técnica

Iraildes Caldas Torres e Maria Mary Ferreira

Revisão da Língua Portuguesa

Andréa Costa de Andrade, Wesley Cerdeira Dias, Iraildes Caldas Torres
Alice Alves Menezes Ponce de Leão, Gema Galgani Silveira Leite Esmeraldo
José Lino Nascimento Marinho, Gustavo Gilona de Souza Sales e
Adson Manoel Bulhões da Silva

Editoração Eletrônica

Alexa Cultural

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

A532 Anais do 22º Congresso Nacional da REDOR: Rede Feminista Norte e Nordeste de Estudos e Pesquisas sobre Mulher e Relações de Gênero / Organizadoras: Iraildes Caldas Torres e Maria Mary Ferreira. Manaus/AM: EDUA. Embu das Artes/SP: Alexa Cultural, 2024.

1237 p. : 14 x 21 cm

ISBN - 978-85-5467-477-9

1. Feminismo. 2. Mulheres – Relações de gênero. 3. Desigualdade de gênero.
4. Torres, Iraildes Caldas. 5. Ferreira, Maria Mary. I. Título. II. Bibliografia.

CDD 305.42

Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422

Índice para Catálogo Sistemático

1. Feminismo
2. Relações de Gênero
Desigualdade

Todos os direitos reservados e amparados pela Lei 5.988/73 e Lei 9.610

É proibida a reprodução parcial ou integral sem a autorização da organizadora e/ou editora

Alexa Cultural Ltda

Rua Henrique Franchini, 256
Embu das Artes/SP - CEP: 06844-140
alexa@alexacultural.com.br
alexacultural@terra.com.br
www.alexacultural.com.br

Editora da Universidade Federal do Amazonas

Avenida Gal. Rodrigo Otávio Jordão Ramos,
n. 6200 - Coroado I, Manaus/AM
Campus Universitário Senador Arthur Virgílio
Filho, Centro de Convivência – Setor Norte
E-mail: ufam.editora@gmail.com

APRESENTAÇÃO

O 22º Congresso Nacional da Redor – Rede Feminista Norte e Nordeste de Estudos e Pesquisas sobre Mulher e Relações de Gênero, traz o tema *Gênero, Feminismos e Contracolonialidade: diálogos com mulheres na ciência e as desigualdades regionais*. As desigualdades são recalcitrantes e persistentes em vários espaços, inclusive na academia. Um dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) consiste em reduzir as desigualdades de gênero (UNESCO, 2009) e, isto, supõe, a inserção de meninas e mulheres na ciência.

O tema desta edição do congresso é inovador e ainda pouco explorado nos estudos da temática de gênero. É bem recente a efervescência de um olhar decolonial para as relações de gênero, especialmente no âmbito das narrativas étnico-raciais que temos agenciado em nossas pesquisas. Até mesmo o termo pesquisa não soa bem aos estudos decoloniais, é um termo eurocêntrico que está no âmago da colonialidade, da inquirição, da dominação. O termo contracolonialidade é utilizado, nesse contexto, com significado análogo à decolonialidade como aduz Nego Bispo, que cunhou este termo.

Nas pesquisas com as mulheres e com as masculinidades realizadas pelas pesquisadoras e pesquisadores da Redor, busca-se esclarecer sombras, estabelecer conexões e interseccionalidades entre partituras invisibilizadas, soltas, em relação com o lugar, com a cenografia, com a espacialidade, com as narrativas e as poéticas. Busca-se ver as cosmologias como ciência e as mulheres como sujeitos protogônicos da história, sendo, este, um desafio que exige a abertura de um ponto de fuga nas pesquisas.

A fuga nos permite fazer um desvio do olhar da colonialidade levando-nos pelos caminhos das narrativas, da microhistória, da ecologia, enfim, da microfísica. Uma estética do conhecimento ecológico que tenta libertar o conhecimento da dureza da *ratio*. É o lugar de alguns, de todas/todos e de ninguém. A dissidência é o lugar propenso às diferentes expressões e formas de agir na produção do conhecimento ecológico, um lugar de vida e de sonhos, elementos necessários para conduzir um bem viver no presente e no futuro.

O 22º Encontro Nacional da Redor oferece à ciência e a à sociedade um temário diversificado de pesquisas-diagnósticos estilizados em narrativas, imagens, objetos híbridos, entrelaces, problemas

que atingem as mulheres em sua condição humana, em suas dimensões étnico-raciais, pertença, violências, identidades, orientações sexuais e em todos os aspectos de preconceitos afetos à sua forma de ser e estar no mundo. São quatorze GTs- Grupos de Trabalhos que expõem este temário em forma de diagnósticos.

A programação do congresso é composta por conferência, mesas redondas, painéis de tese, rodas de conversa, minicursos, apresentação de trabalhos, painel temático, atividades culturais dentre outros. Este é um evento bianual de matriz interdisciplinar, no âmbito das Ciências Humanas e Sociais, que busca promover a divulgação dos conhecimentos produzidos pelos núcleos e grupos de pesquisas afiliados à Redor.

O evento se reveste de significativa importância para o campo da ciência e inovação, sobretudo no contexto do Norte e Nordeste, contribuindo, também, para dar visibilidade a estes estudos no âmbito da pós-graduação do país nos domínios dos programas de pós-graduação regidos pela Capes. Nossos agradecimentos à Capes – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, pelo auxílio financeiro, por meio do PAEP. Agradecemos também a Universidade Federal do Maranhão e a Universidade Federal do Amazonas, pelo apoio irrestrito ao nosso evento. Todas e todos que contribuíram para o êxito deste congresso recebam o nosso apreço e agradecimento.

Novembro de 2024

Iraildes Caldas Torres
Coordenadora da Redor

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO

Iraildes Caldas Torres

- 10 -

GT01 - GÊNERO, EDUCAÇÃO E INTERSECCIONALIDADES

Prof^ª. Dra. Rosário de Fátima de Andrade Leitão - UFRPE

Prof^ª. Dra. Lígia Luís de Freitas - UFPB

Prof^o Dr. Marcelo Henrique Gonçalves de Miranda - UFPE

DE QUEM É ESSE CORPO:

Fundamentos teórico-políticos da diversidade humana

Kaynara Ananda Zanith

- 29 -

CURRÍCULO E GÊNERO:

ausências que refletem a hierarquização dos saberes escolares

Izandra Falcão Gomes e Lígia Luís de Freitas

- 42 -

DANÇANDO NA ENCRUZILHADA

Reflexões sobre o processo de teorização interseccional

Bruna Stéphanie Menezes de Jesus e Rosângela Janja Costa Araújo

- 54 -

ENSINO DE HISTÓRIA E EDUCAÇÃO PARA DIVERSIDADE:

Entre possibilidade e limitações no currículo Bahia

Euclânia Santos de Oliveira Aguiar e Iole Macedo Vanin

- 66 -

DIVULGAÇÃO CIENTÍFICA E INCLUSÃO VIRTUAL:

Vozes e ações das mulheres (2021-2023)

Chiara Natércia França Araújo e

Maria do Rosário de Fátima Andrade Leitão

- 80 -

FORMAÇÃO EM GÊNEROS E SEXUALIDADES NA UFBA:
Refletindo sobre a importância do autoconhecimento na
formação docente

*Emerson dos Santos Menezes, Andressa Oliveira Conceição
Sacramento, Ana Paula Gomes da Silva e Izaura Santiago da Cruz*
- 92 -

INTERSECCIONALIDADE NA FORMAÇÃO DE PROFESSORES:
mulher, negra, cega e cristã na licenciatura

Em pedagogia na Universidade Federal do Acre
Murilena Pinheiro de Almeida, Maria de Lourdes Esteves Bezerra
- 103 -

GÊNERO, INTERSECCIONALIDADE NA PÓS-GRADUAÇÃO E
AS CONSIDERAÇÕES SOBRE “OS SETE SABERES
NECESSÁRIOS À EDUCAÇÃO DO FUTURO” DE EDGAR
MORIN (2000)

Isabelle Pinto Mendonça e Maria Helena Santana Cruz
- 116 -

O GÊNERO SEM AUTORIDADE:

mulheres docentes e autoras na graduação em direito da FDUFBa em 2023
Samantha de Araújo Carvalho e Lina Maria Brandão de Aras
- 130 -

FLOR DAS ÁGUAS:

Formação e construção de diálogos com as políticas públicas de
emancipação feminina

Célia Regina Pereira Soares e Maria do Rosário de Fátima Andrade Leitão
- 143 -

O PULSAR DE UM TERRITÓRIO:

educação, monoparentalidade E (re)existência numa escola
do subúrbio ferroviário de Salvador-BA

Francismare Oliveira de Amorim
- 157 -

QUANDO A “QUESTÃO” É ESTAR FORA DA NORMA:

perspectivas de pedagogas da rede municipal de Salvador sobre
gênero e sexualidade no ensino Fundamental I

Nathália Reis e Izaura Santiago da Cruz
- 170 -

RELAÇÕES DE GÊNERO E UNIVERSIDADE:
formação do pensamento crítico e garantia de direitos na Universidade
Estadual do Maranhão

Giovanna Barbosa Soares e Neuzeli Maria de Almeida Pinto
- 183 -

SUBALTERNIDADE FEMININA:
Implicações de uma previsão normativa na vida de mulheres
racializadas vítimas de violência doméstica no Brasil

Luciana Gomes da Silva
- 197 -

A EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA NO COMBATE ÀS
DESIGUALDADES DE GÊNERO:
a experiência do projeto Empodera Marajoara, PA

Lana Claudia Macedo da Silva, Camila Claide Souza do Vale
- 208 -

GÊNERO E RAÇA NOS CURSOS DE LICENCIATURA:
Um estudo de caso na universidade do estado da Bahia (UNEB)
Campus I/Salvador

Regis Glauciane S. de Souza
- 218 -

ABORDAGEM INTERSECCIONAL GÊNERO E SEXUALIDADE:
Uma análise de narrativas de Graduandos em Pedagogia da
Universidade Federal do Acre, Campus Rio Branco

- 232 -

CONTRIBUIÇÕES DOS ESTUDOS DE GÊNERO E
FEMINISTAS NA DESCONSTRUÇÃO DOS DISCURSOS
CONSERVADORES NA EDUCAÇÃO

Edilaine Cesar e Daniela Finco
- 246 -

COMPARTILHANDO SABERES:

Diálogos entre a academia e políticas públicas para mulheres
*Maria do Rosário de Fátima Andrade Leitão, Glauce Margarida da
Hora Medeiros. Joseana Maria Saraiva e Leyliane Clênia Alves Da
Silva Marques*

- 259 -

MULHERES QUILOMBOLAS E ENSINO SUPERIOR:
reflexões sobre acesso e permanência
Silvia Lúcia Ferreira
Eliana do Sacramento de Almeida
- 271 -

GT02

GÊNERO E GERAÇÃO

Prof^ª. Dra. Alda Britto da Motta - Ufba
Prof^ª. Dra. Márcia Santana Tavares - Ufba
Prof^ª. Dra. Josimara Aparecida Delgado Baour - Ufba

O TRABALHO INFANTIL DOMÉSTICO NA VIDA DAS
ADOLESCENTES DE PERIFERIA:
uma revisão sistemática da literatura
Jady Soares Alves e Tatiana de Lucena Torres
- 286 -

SONATA DE OUTONO:
abstrações de feministas sobre a velhice
Márcia Santana Tavares
- 298 -

ENVELHECIMENTO LGBTQIAPN+:
Reflexões sobre cuidado e garantia de direitos
Ingrid Rochelle Rêgo Nogueira e Rafael Torres de Cerqueira
- 308 -

ESTUDO INTERSECCIONAL DA VIOLÊNCIA SEXUAL
DOMÉSTICA CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES:
concepções, perfis de vitimizadas e situações de vulnerabilidades sociais.
Leila Maria Passos de Souza Bezerra
- 321 -

GT03 - GÊNERO, SAÚDE E DIREITOS REPRODUTIVOS

Prof^º Dr. Jorge Lyra - UFPE
Prof^ª. Dra. Jeane Félix - UFAL
Prof^ª. Dra. Lorena Lima de Moraes - UFRPE

REPERTÓRIOS DA VIOLÊNCIA OBSTÉTRICA NO CAMPO DO
LEGISLATIVO BRASILEIRO E DE PAÍSES DA AMÉRICA LATINA

*Ana Rebeca Paulino Portela, Jorge Lyra, Stefanny Paula Pereira da
Silva e Arles Monaliza Rodrigues Nascimento*

- 336 -

GÊNERO E PATERNIDADE:

relações com o campo da saúde

Nicolas Domingues Dias e Jorge Luiz Cardoso Lyra da Fonseca

- 349 -

ENTRELAÇANDO SENTIDOS SOBRE PARIR:

relatos de parto como fonte de informação sobre as experiências de
mulheres cisgêneras de parir durante a pandemia de COVID-19.

*Stefanny Paula Pereira da Silva, Ajò Nasidí de Almeida Marques,
Ana Rebeca Paulino Portela e Jorge Lyra*

- 332 -

O PL 1.904/2024 NO BRASIL CONTEMPORÂNEO:

um estudo continuado acerca da regressão de direitos reprodutivos
durante o ano de 2024

*Ana Beatriz Lima Alves, João Miguel Belo Carvalhêdo e
Líliá Penha Viana Silva*

- 356 -

GT04 - GÊNERO E VIOLÊNCIAS

Prof^ª. Dra. Andréa Pacheco de Mesquita - UFAL

Prof^ª. Dra. Márcia Tavares - UFBA

Prof^ª. Dra. Cecília Sardenberg - UFBA

VIOLÊNCIA DOMÉSTICA CONTRA MULHERES:

um estudo dos registros policiais da Polícia Militar de Sergipe
no ano de 2023

Talita Silva Menezes

- 391 -

UMA ANÁLISE DA VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER NO
ESTADO DO MARANHÃO E AS POLÍTICAS PÚBLICAS PARA O
COMBATE À VIOLÊNCIA DE GÊNERO

Ana Paula Lindoso Soares e Zulimar Márta Ribeiro Rodrigues

- 401 -

SEGURANÇA PÚBLICA E VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER:
A experiência da patrulha maria da penha no município de Aracaju/SE

Talita Silva Menezes

- 413 -

A LINHA TÊNUE ENTRE O AMOR E A VIOLÊNCIA:
A música “Ultraviolence” de Lana Del Rey como recurso didático na
sociologia

Zilda Estéfane Cordeiro Matias

- 425 -

UM OLHAR INTERSECCIONAL SOBRE TRAJETÓRIAS DE
MULHERES QUILOMBOLAS DO TERRITÓRIO DE
SANTIAGO DO IGUAPE EM SITUAÇÃO DE VIOLÊNCIA
DOMÉSTICA

Denise Farias da Trindade

- 431 -

O ASSASSINATO DE MÃE BERNADETE E OS
ENQUADRAMENTOS DA LEI DO FEMINICÍDIO

Rossana Maria Marinho Albuquerque

- 445 -

DESAFIOS E AVANÇOS NA PESQUISA SOBRE ASSÉDIO
SEXUAL NAS UNIVERSIDADES BRASILEIRAS:

uma perspectiva da epistemologia feminista

Vanessa Mutti de Carvalho Miranda

- 459 -

ANÁLISE DOS IMPACTOS DA PANDEMIA DE COVID-19
NOS CASOS DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA NO ESTADO DO
MARANHÃO

Izabela da Rocha Barboza e Zulimar Marita Ribeiro Rodrigues

- 470 -

CRIMES REAIS NOS ESPAÇOS VIRTUAIS:

a violência de gênero na era digital

Amanda Ribeiro Bezerra

- 484 -

GÊNERO COMO DISPOSITIVO DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA
CONTRA AS MULHERES E A INTERSECCIONALIDADE:

um olhar de casos clínicos em consultório de psicologia

Creyde Rodrigues Borges Cerqueira

- 496 -

GÊNERO E INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL:

(re) humanizando o atendimento às mulheres vítimas de violência doméstica e familiar

Lanai Santos de Santana e Márcia Santana Tavares

- 508 -

ENFRENTAMENTO DA VIOLÊNCIA CONTRA MULHER NA REGIÃO NORDESTE:

Câmara Técnica Estadual em foco

Vera Núbia Santos, Suyane da Luz Santos,

Tairone Santos Marinho de Oliveira e Jamile Araújo Silva

- 521 -

200 DIAS DE IMPLANTAÇÃO DO CENTRO DE REFERÊNCIA DE ATENDIMENTO À MULHER EM SITUAÇÃO DE VIOLÊNCIA (CRAM) ARACAJU/SE:

avanços e desafios

Elissandra Barboza Santos Mariano, Edlaine da Silva Sena,

Talita Silva Menezes e Silmere Alves Santos

- 534 -

CÂMARA TÉCNICA DE GESTÃO E MONITORAMENTO DO PACTO PELO ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER EM SERGIPE:

percepção de sua trajetória na perspectiva de participantes

Vera Núbia Santos, Jamile Araújo Silva,

Suyane da Luz Santos e Tairone Santos Marinho de Oliveira

- 548 -

A PROTEÇÃO LEGAL DA MULHER EM UMA PERSPECTIVA FEMINISTA EMANCIPADORA (FORA DAS MURALHAS JURÍDICAS)

Máira Souza Calmon de Passos

- 560 -

VIOLÊNCIA DE GÊNERO:

uma realidade na vida das mulheres do campo, da floresta e das águas

Márcia Santana Tavares e Magaly Nunes de Gois

- 572 -

O DISCURSO SOBRE A VÍTIMA DE FEMINICÍDIO:
uma análise da produção de sentidos do podcast Praia dos Ossos
Tacyane Grebos, Glória Rabay e Ricardo Melo
- 587 -

GT05 - GÊNERO, LITERATURA E LINGUÍSTICA
Prof^a. Dra. Margarete Edul Prado de Souza Lopes - UFAC
Prof^a. Dra. Renata Pimentel - UFRPE
Prof^a. Dra. Judith Chambliss Hoffnagel - UFPE
Prof^a. Dra. Ana Clara Magalhães de Medeiros – UFAL

FIOS DE ARIADNES:
a condução feminina do caminho no labirinto conceitual do cordel
Maria Gislene Carvalho Fonseca
- 600 -

A CRÍTICA FEMINISTA E A LITERATURA BRASILEIRA NO
SÉCULO XXI
Renato Kerly Marques Silva
- 612 -

QUANDO O AMOR DEITA NA CAMA COM A VIOLÊNCIA:
um estudo sobre literatura erótica para mulheres
Clarice Costa Pinheiro
- 623 -

GÊNERO E LITERATURA BRASILEIRA NEGRA:
uma análise interseccional
Giovanna Barbosa Soares
- 634 -

LITERATURAS INFANTIS E DISCURSOS DE GÊNERO EM
DISPUTA
Priscila Bispo de Lacerda, e Daniela Finco
- 647 -

GT06 – GÊNERO E RELAÇÕES DE TRABALHO
Prof^a. Dra. Catarina Nascimento de Oliveira - UFS
Prof^a. Dra. Silmere Alves Santos - UFS
Prof^a. Dra. Elvira Simões Barretto - UFAL

DESAFIOS PARA A PRESENÇA DE MULHERES NO
TELEJORNALISMO ESPORTIVO NO MARANHÃO:
contribuições de Janaina Fontenele para o Globo Esporte
Ana Leticia Pinheiro da Silva Ferro e Maria Gislene Carvalho Fonseca
- 662 -

A INTERSECCIONALIDADE COMO CRÍTICA AS RELAÇÕES
DE PODER:

Raça/Etnia, Gênero, Classe, Trabalho e Sindicalismo
Vanderlay Santana Reina
- 673 -

VIDA FINANCEIRA E SAÚDE MENTAL DE MULHERES
SOLTEIRAS PÓS-PANDEMIA DE COVID-19 EM SALVADOR:
uma abordagem psicológica

Ilana Marques
- 686 -

MULHERES DE COMUNIDADES TRADICIONAIS:
LIDERANÇA, TRABALHO E RESISTÊNCIA

Neuzeli Maria de Almeida Pinto e Maria Mary Ferreira
- 700 -

TRABALHO INFORMAL:

Gênero e subjetividades na Vila do Balaio Maracanã/PA
Kauany Victória Silva Souza, Taís Oliveira e João Luiz da Silva Lopes
- 711 -

GT07 - FEMINISMO, POLÍTICA E PODER

Prof^ª. Dra. Glória Rabay - UFPB
Prof^ª. Dra. Maria Luzia Miranda Álvares - UFPA
Prof^ª. Dra. Maria Mary Ferreira - UFMA

O CONCEITO DE “*IDEOLOGIA DE GÊNERO*”:
uma trama conceitual no debate controverso na educação

Camila Claide Souza do Vale
- 723 -

FEMINISMOS E INTERSECCIONALIDADE:

Mulheres nos cargos de comando em espaços tradicionalmente
generificados

*Luciana Farias de Araújo Andrade e Francisco de Assis de Sousa
Nascimento*

- 735 -

VIOLÊNCIA POLITICA COMO FORMA DE CERCEAMENTO E
INTERDIÇÃO DAS MULHERES NOS ESPAÇOS DE PODER

Maria Mary Ferreira

- 750 -

AGENDA INTERNACIONAL DE GÊNERO:

Participação e contribuição dos feminismos brasileiro nas conferências
mundiais sobre mulheres da ONU

Zeila Sousa de Albuquerque e Diomar das Graças Motta

- 761 -

GÊNERO E ATIVISMO:

mulheres em movimentos sociais na amazônia brasileira

Ruth Almeida Correia e Consuelena Lopes Leitão

- 774 -

DIÁLOGOS SOBRE RACISMO E SEXISMO COM
LUISLINDA VALOIS:

o que revela a narrativa de uma desembargadora negra

*Fernanda Santos Bastos, Isis Georgia Souza de Carvalho,
Márcia Santana Tavares e Josimara Aparecida Delgado Baour*

- 786 -

PROTAGONISMO POLÍTICO DA FRENTE DE
MULHERES DO CARIRI:

insurgências, contradições e desafios

*Ana Verônica Barbosa Isidorio, Zuleide Fernandes de Queiroz,
Suamy Rafaely Soares e Roberto Marques*

- 794 -

RESISTÊNCIA POLÍTICA DAS MULHERES FRENTE A
DITADURA CIVIL-MILITAR BRASILEIRA (1964-1985)

Heloíse Calado Bandeira e Candida Maria Bezerra Dantas

- 806 -

GT08 - FEMINISMOS, RAÇA, ETNIA E BEM VIVER

Prof^ª. Dra. Denise Botelho – UFRPE

Prof^ª. Dra. Iraneide Soares da Silva - UESPI

Prof^ª. Dra. Lilian Conceição da Silva - CECUNE

**A PESQUISA SOCIOLÓGICA CRÍTICA E ENGAJADA:
ferramentas para o enfrentamento da branquitude epistêmica**

Tayná Egas Costa

- 818-

**EDUCAÇÃO PARA AS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS NOS
CURSOS DAS ÁREAS DE LINGUAGENS E ARTES
DAS UNIVERSIDADES FEDERAIS DO NORDESTE**

Nathan Mascarenhas dos Santos, Renata Meira Veras,

Rafael Anunciação Oliveira e Vitória Batista Calmon de Passos

- 830 -

**MULHERES E COMUNIDADES/ TERRITÓRIOS
QUILOMBOLAS NO PROGRAMA MARANHÃO QUILOMBOLA**

Fernanda de Cássia Rodrigues Gomes, Silvane Magali Vale

Nascimento e Thiago Pereira Lima

- 844 -

CORPOS COLONIZADOS:

uma análise do estupro de mulheres em Alagoas no ano de 2022

Andressa Clívia Santos Soares, Andréa Pacheco de Mesquita e

Gildete Ferreira da Silva

- 859 -

**FORMAÇÃO DO PEDAGOGO NA UNIVERSIDADE ESTADUAL
DO SUDOESTE DA BAHIA (UESB) PARA A EDUCAÇÃO
ÉTNICO-RACIAL:**

caminhos para práticas antirracistas e para o bem-viver

Ariana Passos dos Santos e Dailza Araújo Lopes

- 871 -

FAMÍLIAS BRASILEIRAS:

a possibilidade de repensar os códigos sobre as coalizões familiares

Ana Doroteia Santos Dias, Márcia Santana Tavares e

Maria Luíza da Silva Damião

- 879 -

GT09 - GÊNERO E SEXUALIDADE

Prof.º Dr. Benedito Medrado Dantas - UFPE

Prof.ª. Dra. Alice Alves Menezes Ponce de Leão - UFAM

A MATRIZ SEXO/GÊNERO NO CAMPO DA PSICOLOGIA:

reflexões epistemológicas das margens ao centro

Arles Monaliza Rodrigues Nascimento, Benedito Medrado e

Ana Rebeca Paulino Portela

- 905 -

**TERAPIA OCUPACIONAL E SEXUALIDADE DE
PESSOAS COM DEFICIÊNCIA**

Josefa Sâmilla Lafaely Santana Santos e Larissa Galvão da Silva

- 905 -

**“REZANDO BAIXO PELOS CANTOS POR SER UMA MENINA
MÁ”:** CORPO- CANÇÃO, AFETOS E HOMOAFETIVIDADES
INSURGENTES EM ANGELA RO RO E CÁSSIA ELLER

Vanessa Oliveira Rocha

- 920 -

GT10 - GÊNERO, HOMENS, MASCULINIDADES E INTERSECÇÕES

Prof.º Dr. Ricardo Gonçalves Castro - FCA

Prof.º Dr. Túlio Romério Lopes Quirino - UFRN

REVISITANDO GÊNERO:

uma análise das contribuições acadêmicas de

pessoas transexuais no Seminário Internacional Desfazendo Gênero

Jamaile Joaquim Oliveira dos Santos e Cláudia Pons Cardoso

- 937 -

**GRUPOS REFLEXIVOS PARA HOMENS AUTORES DE
VIOLÊNCIA DOMÉSTICA EM SERGIPE:**

intervenção estratégica no enfrentamento a violência contra mulheres

Elissandra Barboza Santos Mariano e Catarina Nascimento de Oliveira

- 947 -

ESTADO DA ARTE DAS MASCULINIDADES EM SALVADOR/BA:

análise interseccional da produção acadêmica

Andressa Coutinho, Cira Albuquerque, Ive Cristiane Carvalho Costa e

Raíssa Jeanine Nothaft

- 950 -

PRODUÇÕES SOBRE MASCULINIDADES DO NORTE E
NORDESTE: um olhar interseccional

*Ive Cristiane Carvalho Costa, Levi Costa Pereira,
Raissa Jeanine Nothaft e Tobias Lucas dos Santos*
- 974 -

GT12 - GÊNERO, IDENTIDADE E CULTURA

*Prof^a. Dra. Nádia Regina Loureiro de Barros Lima - UFAL
Prof^a. Dra. Mariomar Martins Teixeira de Almeida - FUNDAJ*

DESIGN, GÊNERO E PROTOTIPAÇÃO DE POLÍTICAS
INSTITUCIONAIS DE GÊNERO NA UNIVERSIDADE
FEDERAL DO MARANHÃO

*Imaíra Portela De Araújo Medeiro. Clara Terra Rayol Santos,
Helden Cabral Da Silva e Raquel Gomes Noronha*
- 989 -

MANDE NOTÍCIAS DO MUNDO DE LÁ:
uma história de refúgio e imigração Palestina-Síria, Egito e Brasil

Clarice Costa Pinheiro e Leticia Ribeiro Carvalho
- 1005 -

ELAS TOCAM, CANTAM E COMPÕEM CARIMBÓ E A
PRÓPRIA LIBERDADE:

tessituras com os feminismos negro e decolonial
*Bianca de Araújo Neves, Ioneide Marques Corrêa,
Ingrid Marques Corrêa e Amanda Caroline Ferreira Rabelo*
- 1020 -

FRIDA CRIP:

Uma análise feminista e cripcentrada da exposição
“Frida, uma biografia imersiva”

Larissa Galvão da Silva e Clarice Costa Pinheiro
- 1031 -

**GT13 - GÊNERO, MEIO AMBIENTE, ECOFEMINISMO E
RURALIDADES**

*Prof^a. Dra. Iraíldes Caldas Torres - UFAM
Prof^a. Dra. Gema Galgani Silveira Leite Esmeraldo - UFC
Prof^a. Dra. Rosineide de Lourdes Meira Cordeiro - UFPE
Prof^a. Dra. Márcia Maria de Oliveira - UFRR*

TRAJETÓRIA DE LUTA E RESISTÊNCIA DE UMA MULHER
INDÍGENA NO AMAZONAS

Iraildes Caldas Torres

- 1047 -

CADERNETAS AGROECOLÓGICAS TORNAM VISÍVEL O
PROTAGONISMO DAS MULHERES RURAIS DO
SEMIÁRIDO DA BAHIA

Ana Elizabeth Souza Silveira de Siqueira e Cecília Maria Bacellar

Sardenberg

- 1062 -

MULHERES E A AGROECOLOGIA:

o protagonismo feminino frente à concentração fundiária no Maranhão

Nathalia da Silva Pontes

- 1072 -

RESISTÊNCIAS E LUTAS DAS MULHERES DO CAMPO, DA
FLORESTAS E DAS ÁGUAS:

solo e sementes para construção do bem viver

Magaly Nunes de Gois

- 1084 -

MEMÓRIAS DE MULHERES CAMPONESAS:

por teorias em que caibam nosso tempo-passado

Gabriela Amorim de Santana e Ana Cristina Nascimento Givigi

- 1098 -

A CONSTRUÇÃO DE UM TERRITÓRIO PARA A QUEBRADEIRA
DE COCO BABAÇU NUMA RELAÇÃO GÊNERO E
MEIO AMBIENTE

Ilzileni Lopes Silvae Edijanne Rocha Mendes Baima

- 1100 -

**GT14 - GÊNERO, FORMAÇÃO, CIÊNCIA/TECNOLOGIA E
CIÊNCIAS NATURAIS E EXATAS**

Prof^a. Dra. Izaura Santiago da Cruz - UFBA

Prof^a. Dra. Márcia Barbosa - UFBA

NOVAS TECNOLOGIAS E INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL:
conceitos e preconceitos na formação de gênero

Itaassu Ribas Melo

- 1124 -

ESCAPE ROOM EDUCATIVO:
desafiando estereótipos e incentivando a participação feminina nas
ciências e tecnologias

Geovanna Goldma de Souza Lopes e Carla Giovana Cabral

- 1137 -

ANTIRRACISMO NA FORMAÇÃO DOCENTE?
uma análise de como a temática étnico-racial é abordada na
licenciatura em Ciências Naturais da UFBA

Joceane Santos da Silva Puridade, Emerson dos Santos Menezes e

Selma Cristina Silva de Jesus

- 1147 -

GÊNERO E INTERSECCIONALIDADES NA CIÊNCIA:

Reflexões acerca das vivências das participantes do

Projeto Minerva da UFBA

Gabriela Santos Gomes, Joceane Santos da Silva Puridade,

Juliana de Lima Rodrigues e Izaura Santiago da Cruz

- 1160 -

FORTUNAS E REVESES:

avanços das mulheres na ciência e a persistência da desigualdade de
gênero por áreas de conhecimento

Edina da Silva Ferreira e Silvana Maria Bitencourt

- 1173 -

TODO CORPO EM MOVIMENTO:

a sociopoética e pesquisas sobre sexualidades

Laura Cristina Feitosa de Carvalho e Iran de Maria Leitão Nunes

- 1185 -

**GT15 - GÊNERO, EDUCAÇÃO, SAÚDE E
INTERSECCIONALIDADE**

Prof^ª. Dra. Telma Low - UFAL

Prof^ª. Dra. Danielly Spósito - UFAL

Prof^ª. Dra. Priscila Freire Rodrigues - UEA

UMA ANÁLISE DA VIOLÊNCIA OBSTÉTRICA NO CONTEXTO
ALAGOANO A PARTIR DE UMA AUDIÊNCIA PÚBLICA:

Rompendo silenciamentos?

*Telma Low Silva Junqueira, Aline Cecilio da Silva,
Beatriz Maria Alencar Lira e Fernanda Gomes Castro*

- 1197 -

PRÁXIS PSI, INTERSECCIONALIDADE E VIOLÊNCIA
OBSTÉTRICA:

UM DIÁLOGO POSSÍVEL?

*Telma Low Silva Junqueira, Ketley Maria da Silva de Souza e
Letícia Ferreira Acioli*

- 1210 -

O CORPO GORDO NO ESPAÇO ECONÔMICO DA POBREZA:
Vulnerabilidades interseccionais no Sistema Único de Saúde – SUS

Érica Estevam de Santana

- 1223 -

CÍRCULO DE CULTURA COMO FERRAMENTA DE PESQUISA
E CUIDADO EM SAÚDE MENTAL DE MULHERES
QUILOMBOLAS

*Giovanni Sampaio Queiroz, Jáder Ferreira Leite e
Maria Valquíria Nogueira do Nascimento*

- 1223 -

GT01
Gênero, Educação e
Interseccionalidades

Prof^ª. Dra. Rosário de Fátima de Andrade Leitão - UFRPE

Prof^ª. Dra. Lígia Luís de Freitas - UFPB

Prof^º Dr. Marcelo Henrique Gonçalves de Miranda - UFPE

DE QUEM É ESSE CORPO: FUNDAMENTOS TEÓRICO-POLÍTICOS DA DIVERSIDADE HUMANA

Kaynara Ananda Zanith¹

INTRODUÇÃO

O aprofundamento dos estudos do feminismo marxista, a partir da centralidade ontológica do trabalho na vida social, tem orientado para a compreensão da diversidade humana no tocante às temáticas de gênero, racismo e diversidade sexual. Ainda que complexas, essas temáticas compreendem circunstâncias e cenários que perpassam a vida social na sua particularidade e nas individualidades dos sujeitos sociais inseridos na dinâmica patriarcal, racista e capitalista da sociedade. Portanto, devem ser incorporadas a partir da relação entre sociabilidade e individualidade, permitida pela análise fundamentada no materialismo histórico-dialético: a totalidade do ser social e seu caráter radicalmente histórico.

A escolha de dedicar-se à perspectiva da diversidade humana é, primeiro, entender que o ser social deve ser compreendido como diverso e inserido em um sistema consubstancial e coextensivo (Cisne; Santos, 2018) no qual capitalismo, racismo e patriarcado estão imbricados. Essa junção, além de favorecer o processo de acumulação de capital, tem como base estruturante, no racismo e patriarcado, a exploração exacerbada da força de trabalho, das múltiplas opressões e violências, da misoginia e do heterossexismo. Por outro ângulo, ela é capaz de denunciar a estratégia desse sistema consubstancial de tornar o processo diverso de construção de sociedade e de sujeitos sociais em negação da diversidade. O patriarcado e o racismo, nas suas múltiplas expressões, utilizam suas ideologias como ferramenta para transformar as diferenças humanas em desigualdades sociais (Cisne; Santos, 2018), e o capitalismo, por sua vez, é o maior beneficiário. Consequentemente, a perspectiva da diversidade humana é contemplada quando articulada à luta antipatriarcal, antirracista e classista.

Ainda que pareça uma compreensão rasa o discurso de que “não somos todos iguais, porque somos seres diferentes”, resgataremos aqui a defesa dessa bandeira para afirmar que esse discurso não deve ser

¹ Mestranda em Serviço Social pela Universidade Federal de Sergipe. Bolsista FAPITEC.

utilizado de forma deslocada da compreensão dos fundamentos teórico-políticos da diversidade humana que apresentaremos, pois assim corre-se o risco de transformar e analisar as diferenças humanas em desigualdades sociais, o que serve como forma de naturalizar e justificar o racismo, machismo, a misoginia, transfobia e preconceito.

Contudo, toda construção de subjetividade parte da materialidade objetiva construída na formação do ser social, e isso inclui todas as objetivações humanas. Nesse sentido, o presente artigo evidencia como a perspectiva da diversidade humana é uma estratégia política que vai além da simples defesa das identidades fragmentadas, sendo essencial para a compreensão dos estudos de gênero na contemporaneidade. Uma vez que, para o aprofundamento do debate de gênero, é preciso compreender que, além do sistema patriarcal, existem outras estruturas e dimensões responsáveis pelo surgimento das desigualdades de gênero que precisam ser consideradas.

“De quem é esse corpo?” provoca uma reflexão crítica sobre a posse, controle e representatividade dos corpos na sociedade. Somos objetos controlados por estruturas como o racismo, patriarcado e capitalismo, e, através da luta política, devemos reivindicar nossos corpos como espaços de diversidade, liberdade e resistência. Essa escolha destaca a necessidade de um entendimento onde a diversidade seja valorizada e respeitada. Em um contexto capitalista que favorece a homogeneização patriarcal, é um desafio questionar quem detém o poder sobre os corpos e a importância da luta pela pluralidade e pela emancipação humana.

BASE MATERIAL E SUBJETIVA DA DIVERSIDADE HUMANA

A análise a seguir apoia-se nas contribuições e nos estudos de Cisne e Santos (2018), que, ao serem explorados, permitirão uma compreensão mais aprofundada dos aspectos centrais deste artigo. Suas reflexões fornecem as bases teóricas necessárias para embasar as discussões subsequentes, viabilizando uma abordagem metodológica que examina os fundamentos da diversidade humana a partir dos fundamentos marxianos.

Iniciamos, não à toa, indagando a importância da categoria “trabalho” por entender que toda a sua compreensão está diretamente relacionada com a perspectiva teórico-política deste estudo; portanto, ela é a base que estrutura toda a nossa crítica. Segundo Marx (2001), os

indivíduos, para existirem, devem transformar a natureza pelo trabalho. O trabalho é o fundamento do ser social; ele produz a base material em todo o processo histórico de construção do indivíduo e da sociedade de forma concreta, objetiva e subjetiva. Para Marx, o trabalho é concomitante à ideia e à ação, e o que produz e transforma a humanidade é a essência humana.

É por meio do trabalho que o ser humano realiza a transformação da natureza e se transforma ao mesmo tempo, o que coloca o trabalho como categoria central na constituição do ser social. Ao estabelecer uma inter-relação entre natureza e ser social, o trabalho assume uma dimensão ontológica fundamental, sendo imprescindível no processo de sociabilidade (Lukács, 2013). Trata-se de uma ação humana previamente idealizada e racionalizada sobre o fim que se pretende alcançar com a realização de determinada atividade transformadora da natureza. Dessa forma, o trabalho não é instintivo, mas é previamente pensado, materialmente idealizado e socialmente produzido para suprir as necessidades sociais, sendo, então, categoria central na vida humana. O trabalho, enquanto atividade essencial para a constituição do ser social e das relações sociais, com a finalidade de produzir as condições necessárias à reprodução da vida, configura-se, assim, como um trabalho emancipatório que proporciona liberdade ao ser humano. Entretanto, em uma sociedade comandada pela lógica do Capital, o trabalho perde seu sentido ontológico de constituição do ser social e passa a ser um dos meios de valorização do Capital ao explorar a única forma de produção de mais valor da humanidade: a força de trabalho humana (Marx, 2001). Nesse sentido, o estudo nos leva a refletir sobre como a exploração se atenua quando articulada com as questões de gênero, raça e sexualidade. O patriarcado e o racismo são funcionais para a intensificação da exploração da força de trabalho. A exploração acontece de maneira ainda mais intensa quando corpos livres e diversos são cooptados e transformados em alvos das expressões de sexismo, heterossexismo e racismo, que se manifestam de maneira exacerbada nas relações sociais.

Desse modo, o trabalho é uma atividade especificamente humana e constitui, portanto, parte da essência humana ao fundar um conjunto de objetivações, mas não como uma estrutura fechada e atemporal; mas sim como o conjunto de atributos, qualidades e possibilidades que o ser social vem desenvolvendo ao longo de sua vida frente às necessidades da sociedade. Logo, o trabalho é fundante do ser social, mas o ser social não se resume somente ao trabalho, conforme sinalizam Netto e Braz (2012, p. 55):

O trabalho é constitutivo do ser social, mas o ser social não se reduz ou esgota no trabalho. Quanto mais se desenvolve o ser social, mas as suas objetivações transcendem o espaço ligado diretamente ao trabalho. No ser social desenvolvido, verificamos a existência de esferas de objetivação que se autonomizam das exigências imediatas do trabalho - a ciência, a filosofia, a arte etc.

Com isso, o ser social, diferente do ser biológico, “nasce” ontologicamente por meio do trabalho, e sua capacidade ontológica permite a formação do ser social para além das programadas e restritas determinações biológicas. Dessa forma, para a realização deste estudo, o “trabalho” assume tal importância para a compreensão da diversidade humana, como demonstram Cisne e Santos (2018, p. 27-28):

Interessa-nos delimitar sobre a categoria trabalho, sobre aspectos introdutórios que permitam desdobrar, por um conjunto de mediações, o fato de que por seu intermédio desencadeia-se a reprodução social e simultaneamente se reproduzem, também, o gênero humano e a individualidade.

Nesse caminho, ao considerar as múltiplas determinações que configuram a existência humana, não se deve reduzir os indivíduos a marcadores ou limitá-los à sua dimensão de classe, sem reconhecer a complexidade de suas outras dimensões sociais. Nesse sentido, Cisne e Santos (2018, p. 119) ressaltam que “a diversidade humana articula-se à concepção de indivíduo social como uma característica própria da individuação”, destacando que a constituição do indivíduo está intrinsecamente relacionada com sua inserção em contextos sociais e culturais diversos. Esse entendimento reforça a ideia de que, embora o trabalho seja fundante do ser social, ele não é capaz de explicar toda a existência humana, como apontam Netto e Braz (2012):

[...] para além das suas objetivações primárias, constituídas pelo trabalho, o ser social se projeta e se realiza nas objetivações materiais e ideais da ciência, da filosofia, da arte, construindo um mundo de produtos, obras e valores - um mundo social, humano, enfim, em que a espécie humana se converte inteiramente em gênero humano (Netto e Braz, 2012, p. 44)

Fica evidente que a complexidade do ser humano exige um olhar atento para as várias dimensões que integram a vida dos indivíduos e que influenciam suas individuações. Assim, é necessário aprofundar a análise para abarcar a pluralidade de fatores que influenciam a formação do indivíduo e as dinâmicas sociais.

Para a concepção de indivíduos, que será traçada neste artigo, parte-se da ideia de que a individualidade humana é um potencial para superar a singularidade isolada dos indivíduos, a partir da compreensão do indivíduo como sujeito histórico, singular e genérico. Portanto, não existe indivíduo sozinho, sem sofrer influência das relações sociais; com isso, não é possível explicar a individualidade nela mesma.

No processo chamado de individuação, realizado a partir do trabalho, a capacidade humana se eleva frente às novas objetivações desenvolvidas coletivamente. Cisne e Santos (2018) nos ajudam a pensar como a individuação, nesse sentido, não resulta no benefício próprio de cada sujeito, mas no conjunto de interações:

Vivência, assim, a individuação e aprende, participa, ensina, seleciona, classifica, educa, supera e se autorrefina com as respostas pretéritas dadas, inclusive por outros indivíduos, em distintos tempos históricos, sendo impulsionado, de modo permanente, a responder às novas questões e necessidades. Ao mesmo tempo, é preciso considerar que o resultado do seu trabalho cria materialmente um novo ser que se torna independente do seu criador, que interfere no mundo real e concreto. Desse modo, pelo trabalho, constrói, também, a totalidade social. (Cisne e Santos, 2018, p. 30-31)

A individuação, portanto, é um processo apreendido historicamente e coletivizado, não apenas em sua efetivação imediata, mas como um elemento que passa a compor a sociabilidade e a interação entre os indivíduos e a natureza em tempos e espaços distintos. Compreender a diversidade humana, portanto, a partir da perspectiva marxista, implica examinar as relações sociais e econômicas como relações historicamente determinadas que moldam a sociedade como um todo. A análise marxista destaca como as condições materiais e as forças produtivas determinam a organização social, política e econômica da sociedade. Aqui estão alguns elementos-chave que permitem compreender a diversidade humana pela perspectiva de totalidade em que o trabalho é a categoria fundante da constituição da individualidade.

Dessa forma, orienta-se o entendimento da diversidade humana tendo o trabalho como cerne na constituição da objetividade (Santos, 2016), e para tanto, não há individualidade fora da totalidade. De acordo com Cisne e Santos (2018), compreende-se a diversidade humana a partir de três elementos: 1) impulso à generalidade; 2) elementos genéricos e particulares; 3) conjunto de complexos sociais. Nossa análise parte da mediação das autoras para tratar esses conceitos centrais.

No processo de atividade do trabalho, após o momento da chamada prévia-ideação, tem-se a materialização do trabalho com sua objetivação, em que essa incide sobre a vida social, transformando-a de alguma forma em dado momento. Então, o indivíduo evolui e qualifica-se com o processo de transformação da natureza através do trabalho. Nesse ponto, a generalização ocorre subjetiva e objetivamente e causa:

Implicações na subjetividade ao ampliar e qualificar o processo de individuação, pois interfere na consciência do indivíduo que aprende na história, apropria-se dos conhecimentos conquistados pela gerações anteriores e escolhe entre alternativas, na perspectiva de oferecer respostas, sob determinadas condições e temporalidade histórica. (Cisne e Santos, 2018, p. 36)

O segundo mediador refere-se à contradição dos elementos genéricos e particulares, “o que permite apreender a permanente tensão entre as necessidades, os interesses e os valores que remetem mais diretamente ao gênero humano e os que assumem condições apenas particulares” (Cisne e Santos, 2018, p. 36). Contudo, é importante situar o caráter histórico dessa tensão, o que significa que, na sociedade de classes, elevam-se na consciência os interesses da classe dominante, ou seja, fundamentada na desigualdade social, na exploração e opressão.

As classes sociais são determinadas historicamente pela divisão entre aqueles que detêm a propriedade e os meios de produção de forma privada e aqueles que, por isso, detêm somente a força de trabalho para vender como forma de sustento e reprodução. Logo, a sociedade de classes pressupõe a existência de duas classes sociais fundamentalmente antagônicas: burguesia e proletariado.

É indispensável analisar a diversidade humana dentro do processo de produção capitalista para revelar o que está oculto. Nesse sentido, parte-se do entendimento de que a produção da vida material é também a produção de um modo de ser burguês. As relações sociais de produção e econômicas, pautadas na busca pela reprodução do capital, são a base material do modo de produção capitalista e, a partir delas, todos os demais sistemas e relações de poder se estruturam e se reproduzem.

Desse modo, é preciso fazer o movimento de abstração do real, a partir da superação da aparência para a compreensão da dinâmica capitalista refletida na discussão da diversidade humana. De acordo com Schaff (1990, p. 103), “o individualismo, considerado como categoria, representaria a existência individual sem restrições e orientada apenas

pelo livre-arbítrio pessoal e por considerações voltadas exclusivamente para o próprio interesse”.

O terceiro elemento que interfere na individualidade e na sociabilidade são os chamados complexos sociais, que referem-se à ética, moral e costumes, que agem como operadores dos conflitos sociais:

[...] esse mediador interfere igualmente na sociabilidade e na individualidade [...] que tem a função social, nos termos lukacsiano, operar sobre os conflitos sociais, tornando-os visíveis e “socialmente reconhecíveis as necessidades sociogenéticas postas pelo devir humano [...], com isso possibilitando a sua elevação à consciência em escalas sociais” (Lessa, 2007, p. 150 *apud* Cisne; Santos, 2018, p. 37)

Assim, a título de síntese, quando pensamos em diversidade humana, partimos de um movimento histórico desencadeado no ato do trabalho, assumindo características complexas em toda a práxis social humana.

A diversidade humana refere-se à variedade de características e experiências que existem entre os seres humanos. Essas diferenças podem incluir, mas não se limitam a aspectos como: a Diversidade Étnica e Racial²; a Diversidade de Gênero e Identidade de Gênero³; Diversidade Sexual⁴; Diversidade Cultural⁵; Diversidade socioeconômica⁶; Diversidade Geracional⁷; Diversidade de Habilidades e Capacidades⁸; Diversidade Religiosa⁹; Diversidade de Idade¹⁰; Diversidade Linguística¹¹.

2 Refere-se a variação nas origens étnicas e raciais das pessoas, que abrange diferenças em termos de raça, cor, etnia, e origens culturais.

3 Refere-se a variação nas identidades de gênero, incluindo masculino, feminino e diversas identidades de gênero. Abrange a expressão de gênero e a identificação pessoal.

4 Refere-se a variação nas orientações sexuais, incluindo heterossexualidade, homossexualidade, bissexualidade, pansexualidade, e outras orientações sexuais.

5 Refere-se a variação nas práticas culturais, crenças, valores, tradições e costumes. Isso pode incluir diversidade linguística, religiosa e outros elementos culturais.

6 Refere-se à variação nas condições sociais e econômicas, abrangendo diferentes níveis de renda, educação, ocupação e status socioeconômico.

7 Refere-se a variação nas diferentes gerações, como geração baby boomer, geração X, geração Y (millennials), geração Z, etc.

8 Refere-se a variação nas habilidades físicas e mentais das pessoas. Isso inclui diversidade de habilidades, talentos e características neuro diversas.

9 Refere-se à variação nas crenças religiosas e espirituais das pessoas, incluindo diferentes religiões e práticas espirituais.

10 Refere-se à variação nas idades das pessoas, abrangendo desde crianças até idosos.

11 Refere-se variação nas línguas faladas e na diversidade linguística em uma determinada região ou comunidade.

A diversidade humana reconhece que cada indivíduo é único e traz consigo uma combinação única de características, experiências e perspectivas. Promover a compreensão e o respeito pela diversidade humana é essencial para a construção de uma nova sociedade vinculada à luta anticapitalista, envolvendo um projeto transformador que supere as contradições e desigualdades, visando a uma organização social mais justa, igualitária e inclusiva, onde todas as pessoas sejam valorizadas independentemente de suas diferenças. A defesa da construção de uma nova sociedade propõe a superação total, substituindo as estruturas econômicas, políticas e sociais que sustentam a exploração do trabalho, a concentração de riqueza, a alienação das pessoas e a violência exacerbada. Logo, o reconhecimento da diversidade é um componente fundamental de muitas abordagens sociais e culturais que buscam promover a justiça e a igualdade.

Com isso, durante todo o processo histórico da vida, os indivíduos apresentam uma diversidade de distinções, fazendo de cada uma de suas particularidades um ser singular dentro da universalidade do gênero humano. Mas, como base central dessa discussão, essa categoria não pode ser isolada dos fundamentos apresentados aqui.

A diversidade humana não se limita às várias distinções dos indivíduos, mas se desenvolve no conjunto da totalidade da vida social da sociedade. Para compreendê-la, é necessário observar as tendências e dinâmicas do modo de produção capitalista, uma vez que a diversidade humana é historicamente determinada.

No tocante aos estudos das temáticas de gênero, racismo e diversidade sexual, contou-se com o suporte do arcabouço teórico-político das pesquisas do Serviço Social para aprofundar significativamente os estudos da perspectiva da diversidade humana, potencializando as discussões que circundam as situações concretas que envolvem a vida singular de cada indivíduo — subjetividade — como questões de sexualidade, afetividade, racismo, misoginia etc. — e como necessitam ser analisadas a partir da totalidade.

DIVERSIDADE HUMANA, UMA ESCOLHA POLÍTICA

Tem ganhado notoriedade na produção do conhecimento no Serviço Social a perspectiva da Diversidade Humana, especialmente com o mais novo volume da Biblioteca Básica — Feminismo, diversidade sexual e Serviço Social — assinado pelas autoras Mirla Cisne e Silvana Mara de Moraes dos Santos. É inegável as contribuições dessa

perspectiva no campo teórico e, certamente, nos subsídios do exercício profissional no campo prático, frente às demandas que tangem às discussões da diversidade e suas expressões. Nos limites deste artigo, não trataremos de forma direta as expressões da diversidade, a questão do feminismo, as relações sociais de sexo/gênero, de raça, étnicas e de identidade de gênero, mas como estas devem ser contempladas sob a luz de uma análise da totalidade; e é, nesse caminho, que a diversidade humana vem nos subsidiar.

A diversidade surge como contraponto às concepções identitárias e nos convida a pensar na realidade complexa, em sua totalidade¹², em que o fato ou fenômeno, não pode e não vai ser analisado fragmentado, isoladamente. Essa perspectiva analítica compreende o objeto em sua totalidade. Então, um indivíduo não deve ser estudado de forma apartada, separada, uma vez que, está inserido dentro da dinâmica de sociedade capitalista, racista e patriarcal.

O desenvolvimento das individualidades vivenciadas no capitalismo não são plenas nem tão pouco heterogêneas, mas forjadas sob os moldes do *ethos burguês*. O capital tem força suficiente para controlar não somente a economia, mas social e culturalmente nossas relações, com isso ele cria além da desigualdade social e exploração da força de trabalho, o produto¹³ da cultura, do modo de ser e de pensar que atenda seus interesses econômicos, trazendo consenso e legitimação do modo de produção capitalista. Este sistema tem a capacidade de esvaziar seja pelo extermínio ou apropriação das diversas manifestações da cultura, portanto da diversidade humana.

A dominação capitalista se efetiva com base na junção entre exploração, opressão e controle da diversidade. Neste entendimento, diversidade, exploração e opressão estão imbricadas como base e modo da dominação capitalista se efetivar:

Na condição de elementos constituídos e ou institucionalizados pela sociabilidade vigente se materializam como dimensão da hegemonia burguesa, com características variáveis e com poder material, cultural, político e simbólico sobre a individualidade e as classes sociais. (Santos, 2023, p. 27)

12 Esse exercício consiste na apreensão de todas as contradições presentes na realidade.

13 Dentro do processo de acumulação do capital tudo é/vira um produto. O produto da cultura, o produto do modo de viver e pensar, a chamada sociabilidade burguesa. Isso acontece no processo de apagamento das culturas, “sempre que interessa ao seu processo de acumulação, extravia as dimensões e manifestações que são reveladoras da diversidade humana e cultural, a exemplo da destruição das populações indígenas e negras, realizada em suas origens e atualizada até hoje” (Santos, 2023, p. 27)

A análise da diversidade humana revela-se essencial quando considerada no contexto da vida social. Ela não é apenas uma característica intrínseca do indivíduo social, mas também um fenômeno que emerge das complexas interações entre objetividade e subjetividade. Santos (2023) enfatiza a relação dialética entre esses elementos em nível individual e coletivo. No entanto, ela alerta para a “regência determinante da objetividade sobre a consciência e as formas ideológicas” (Santos, 2023, p. 27), indicando que as condições materiais e estruturais da sociedade influenciam consideravelmente a maneira como os indivíduos percebem e se expressam.

Como mencionado anteriormente, o trabalho, como elemento fundamental na vida social, não apenas resulta da objetivação do ser social, mas também atua como um processo que o manifesta e o transforma. À medida que as forças produtivas se desenvolvem, a complexidade da vida social aumenta, tornando urgente a necessidade de compreender a história em seu dinamismo e movimento. Este dinamismo reflete não apenas mudanças econômicas, mas também transforma as relações sociais, a cultura e a política.

Nesse sentido, o indivíduo social, com sua diversidade, está imerso nas estruturas da sociedade capitalista. É nesse contexto, em cada período histórico, que se constroem as individualidades e suas identidades; contudo, não podemos correr o risco de secundarizar ou desconsiderar a dimensão econômica estrutural do capitalismo. Nesse caminho, ressaltamos algumas pautas identitárias que, embora representem avanços significativos na luta por reconhecimento e direitos, acabam por fragmentar a experiência coletiva em categorias distintas e isoladas. Corre-se o risco de, em vez de promover uma transformação social, limitar-se a reivindicações de reconhecimento que não questionam as bases do sistema capitalista.

A perspectiva da diversidade humana é essencial não apenas por considerar a diversidade humana natural dos seres humanos, mas também por levar em conta as experiências subjetivas e as condições objetivas que as moldam. Objetividade e subjetividade são reveladoras; quando intrinsecamente relacionadas, revelam como as estruturas sociais e econômicas influenciam as formas de vida e as expressões individuais.

O desafio contemporâneo é entender que o domínio do corpo, da sexualidade e do gênero se dá a partir de variados mecanismos de opressão e controle que compõem as relações (cis)heterossexuais da sociedade. O objetivo final para o aprofundamento dos estudos de gênero

é compreender que não apenas o sistema patriarcal é o responsável pelo surgimento das desigualdades de gênero, mas também a imbricação do sistema patriarcal-capitalista-racista, configurando uma formação social, histórica e materialmente construída a partir de um direcionamento político que busca meios legais de dominação no âmbito da subjetividade, mas não somente. Quando pensamos no patriarcado, por exemplo, todos aqueles que não se encaixam ao perfil do “macho” sofrem, consequentemente, opressão. A prática do poder patriarcal não se circunscreve ao sexo biológico da mulher, mas transpassa toda a construção social do sexo feminino, incorporada pelas narrativas de fragilidade e subordinação perante o homem. Contudo, aqueles que não ocupam os espaços de poder ou não desfrutam totalmente dos privilégios que a desigualdade de raça, classe e gênero proporcionam não pertencem e não participaram das discussões e tomadas de decisões da sociedade; são minimamente aceitos e inseridos nos espaços de poder, desde que contribuam com o funcionamento desse sistema e que não questionem. Para as mulheres, especificamente, serão aceitas desde que performem feminilidade; as transsexuais, desde que performem passabilidade; os homossexuais, bissexuais e lésbicas, desde que performem gênero; pessoas pretas e pobres, desde que passem por um processo de embranquecimento, em que são esvaziados de si mesmas, de sua cultura e identidade, e passam, então, a aderir à lógica da branquitude, assumindo seu papel de servidão e vendendo sua força de trabalho. Com isso, é necessária a articulação das bandeiras do feminismo com as lutas antirracistas, antipatriarcais, transinclusivas e, sobretudo, anticapitalistas, pois a superação do modo de produção capitalista é indispensável para a superação dessa sociedade e dessas opressões.

Dessa forma, podemos construir um entendimento coeso e político da diversidade humana, que se revela essencial não apenas para a análise crítica das dinâmicas sociais contemporâneas, mas também para a possibilidade de vislumbrar novas oportunidades de transformação social pela construção de uma nova sociedade e pela emancipação dos corpos humanos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os estudos das temáticas de gênero, racismo e diversidade sexual contaram com o suporte do arcabouço teórico-político das pesquisas do Serviço Social para aprofundar significativamente os estudos da perspectiva da diversidade humana, potencializando as discussões que

circundam as situações concretas que envolvem a vida singular de cada indivíduo—subjetividade, como questões de sexualidade, afetividade, racismo, misoginia etc.—e como necessitam ser analisadas a partir da totalidade.

Este artigo teve como objetivo analisar a diversidade humana, reconhecendo sua importância para a compreensão das expressões concretas dessa diversidade, como as vivências das mulheres, da população negra e das pessoas LGBTQIA+. A diversidade humana está intimamente relacionada ao conceito de indivíduo social, entendido como um aspecto essencial do processo de formação da identidade.

Como vimos, os seres humanos, para se reproduzirem, precisam transformar a natureza, e o modo social de fazê-lo é pelo trabalho. Ao trabalharem, desencadeiam um constante desenvolvimento tanto da objetividade quanto da subjetividade, dando origem à sociedade e a indivíduos cada vez mais complexos. Por meio de um conjunto de mediações, a compreensão de como, através dele, se desencadeia a reprodução social se dá ao mesmo tempo em que se reproduzem tanto o gênero humano quanto a individualidade.

Portanto, o debate da diversidade humana tem como objetivo deslocar a desigualdade social para um plano maior, estruturador da diversidade dos indivíduos como seres diversos. A diversidade humana não limita-se às várias distinções dos indivíduos, mas acontece no conjunto da totalidade da vida social da sociedade capitalista. Para compreendê-la, é necessário observar as tendências e performances do capitalismo, uma vez que a diversidade humana é determinada historicamente.

REFERÊNCIAS

CISNE, Mirla; SANTOS, Silvana Mara de Moraes dos. *Feminismo, diversidade sexual e Serviço Social*. São Paulo: Cortez, 2018. Biblioteca Básica do BRASIL. Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos. Secretaria Serviço Social; v. 8.

LESSA, Sérgio; TONET, Ivo. *Introdução à filosofia de Marx*. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

LUKÁCS, Georg. *Para uma ontologia do ser social II*. São Paulo: Boitempo, 2013.

MARX, K. *O Capital*. Livro 1, Vol. I. 18ªed. Rio de Janeiro: Civiliza-

ção Brasileira, 2001.

NETTO, José Paulo; BRAZ Marcelo. *Economia política: uma introdução crítica*. 8.ed. São Paulo: Cortez, 2012. Biblioteca Básica do Serviço Social; v. 1.

SANTOS. Silvana Mara de Moraes dos. *Contribuições ao entendimento da diversidade humana em uma perspectiva de totalidade. Sexualidades & serviço social: Perspectivas críticas, interseccionais e profissionais*: Juiz de Fora, MG: Editora UFJF/ Selo Serviço Social, 2023.

SANTOS. Silvana Mara de Moraes dos. *Ética em movimento: curso de capacitação para agentes multiplicadores/as*. Brasília: CFESS, 2016. (Módulo 3: Ética e direitos humanos).

SCHAFF, Adam. *A sociedade Informática*. São Paulo: Unesp/ Brasiliense, 1990.

CURRÍCULO E GÊNERO: AUSÊNCIAS QUE REFLETEM A HIERARQUIZAÇÃO DOS SABERES ESCOLARES

Izandra Falcão Gomes¹

Ligia Luís de Freitas²

PARA INÍCIO DE CONVERSA

Os espaços de escolarização são locais que estão sob forte regulação e vigilância da sociedade, sobretudo o currículo, o que, conseqüentemente, significa admitir que as formas de ensinar e aprender estão sendo conduzidas a partir de regramentos nem sempre negociados com a escola e os/as professores/as. As regulações a que nos referimos decorrem das políticas educacionais e curriculares que, por sua vez, desdobram-se das políticas externas direcionadas pelos organismos internacionais e pelas políticas locais, sendo algumas de âmbito nacional que se interseccionam com as políticas dos estados subnacionais e, em menor medida, com as dos próprios municípios.

Essas regulações não se esgotam aí. Há, para além delas, outras formas de regular as atividades docentes por meio da vigilância, que passam ao largo das medidas institucionalizadas e são expressas por ações das famílias, das mídias e até mesmo dos demais atores/atrizes escolares. Isso ocorre porque a experiência escolar é atravessada por muitos dizeres de gênero cristalizados a partir de um senso comum da cultura machista e patriarcal nas estruturas familiares e também por muitos discursos que revelam as formações discursivas curriculares às quais se filiam.

Neste texto, nos deteremos nas formas de regulação institucionalizadas, mas, em alguns momentos, faremos referência a recortes dos achados da pesquisa de Gomes (2011) e das nossas experiências como

1 Professora da Universidade do Estado do Ceará. Doutoranda em Sociologia pelo Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho. Investigadora/colaboradora do Centro Interdisciplinar de Ciências Sociais da Universidade do Minho. Participa do Grupo de Trabalho em Políticas de Classe para as questões Etnicorraciais, de Gênero e Diversidade Sexual da SINDUECE/ANDES.

2 Doutora em Educação, professora da Rede Pública de João Pessoa / PB. Pesquisadora do Núcleo Interdisciplinar de Pesquisa e Ação sobre Mulher e Relações de Sexo e Gênero/CE/ UFPB.

professoras, gestoras e formuladoras de políticas de formação continuada no chão da escola, contexto no qual temos constatado, de forma mais acirrada nos últimos dez anos, uma vigilância sobre o trabalho dos/as professores/as, acarretando pressão e temor ao desenvolver temas associados ao debate de gênero e diversidade na escola.

Como é de conhecimento dos/as professores/as e pesquisadores/as educacionais, o conteúdo curricular escolar, recorrentemente, responde aos objetivos das avaliações em larga escala que se tornaram uma “obsessão” (Afonso, 2007; 2011) no Brasil e, por isso mesmo, ocupam lugar central nas políticas educacionais nacionais, estaduais e municipais, o que, obviamente, estimulou as pesquisas sobre o tema. Nesse aspecto, registra-se uma grande produção de investigações sobre o campo da avaliação em larga escala ou externa, como se convencionou chamar, em grande parte com denúncias (Gomes, 2011; Almeida, Gomes, Oliveira, 2020) que vão desde a pressão sobre os/as alunos/as e professores/as, passando pelo debate sobre o estreitamento curricular, a competitividade, o adoecimento docente, dissonâncias entre os resultados das avaliações e a aprendizagem dos/as estudantes, e a hierarquização dos saberes escolares.

Trata-se, como se percebe, de uma política que busca atingir a qualidade da educação por meio da avaliação e, conseqüentemente, obstrui os componentes curriculares que não possam ser medidos ou que não estejam alinhados com o que se definiu como conhecimento necessário para determinados períodos da educação básica. Nesse sentido, intensifica-se a hierarquização de conhecimentos e áreas, como se pode verificar na priorização e ampliação das cargas horárias de disciplinas como Língua Portuguesa e Matemática.

Diante de um movimento de hierarquização de saberes com foco no sucesso em processos de avaliação sistemáticos, temas como gênero (e outros) permanecem à margem dos interesses dos/as gestores/as educacionais e dos/as professores/as, uma condição observada, por vezes, pelo silenciamento dos/as docentes e gestores/as, pela ausência nos Projetos Pedagógicos Curriculares (PPC), nos projetos escolares e nos planos de aula, frequentemente justificada a partir de argumentos de que esses são saberes menores, saberes que não serão mensurados ou que não estão listados nas matrizes curriculares.

Partimos deste contexto para aquecer o debate sobre um tema que nos parece importante e inegociável: a ausência institucional de gênero e temáticas similares em interface com o trabalho pedagógico curricular dos/as professores/as do ensino fundamental. Questões

como: o que impõe o silenciamento dos/as professores/as e das escolas sobre as questões de gênero? Quais vestígios podemos considerar para refletir sobre essa condição de professores/as e gestores/as? O que pode ser considerado como fator preponderante para que as experiências com novas masculinidades e feminilidades não sejam vivenciadas na escola e nas práticas docentes? São indagações que nos impulsionam a reunir nossos achados, observações, pesquisas, leituras e diálogos com nossos pares, para uma organização cognitiva cuja sistematização é um ir e vir de aprendizagens construídas e a construir, a partir dos diálogos que renovarão nossas práticas e, quiçá, possam colaborar para novas/outras trilhas com os/as nossos/as pares participantes desta REDOR.

Por sermos mulheres e docentes com experiência na educação básica e na formação de professores/as, nos colocamos em um lugar comum que retroalimenta nossa forma de atuar e formar, além de definir as lentes analíticas que usamos para ler e investigar os fenômenos socioeducacionais deste tempo hodierno, tão complexo. Assim, no campo epistemológico, fundamentamo-nos nas teorias críticas e pós-críticas curriculares e feministas, numa linha fronteira, tênue e flexível, que podemos classificar como uma “conversa complicada” (Pinar, 2007), ou seja, na forma como reconstruímos nossa experiência por meio do exercício de reflexão, que, no nosso caso, ocorre sempre de maneira relacional, por meio do exercício da fala, da escuta, da prática e da leitura.

Feitas as colocações preliminares, este artigo busca refletir sobre os seguintes objetivos: aquecer o debate acerca da ausência institucional de gênero no trabalho pedagógico curricular dos/as professores/as do ensino fundamental e apresentar alternativas que apontem pistas e contribuam para a organização de projetos sobre o tema. Com base nos objetivos, organizamos nossas ideias em três momentos: i. introdução: para início de conversa – momento em que apresentamos o tema e nossos objetivos; ii. política curricular e gênero: tensões e silêncios – retomamos os rumos da política, a centralidade da avaliação no currículo e problematizamos a regulação e a vigilância docente; iii. as experiências do saber e o saber das experiências: currículo e gênero – apresentamos nossa concepção de currículo e abordamos o valor de acolher todas as experiências nos processos de construção das aprendizagens; iv. por uma pedagogia feminista para inspirar e resistir: mais algumas palavras – defendemos o conhecimento feminista e apontamos a Pedagogia Feminista como *currere*.

2. POLÍTICA CURRICULAR E GÊNERO: TENSÕES E SILÊNCIOS

O currículo vem, nas últimas décadas, sendo fortemente regulado pelas políticas educacionais que, por sua vez, sofrem influências externas e internas. No âmbito externo, a influência dos organismos internacionais vem dos Bancos (organismos financiadores) e das organizações (organismos executores), um casamento “(in)feliz” que impõe condicionamentos para a liberação de financiamentos atrelados à organização curricular.

No Brasil, o principal vetor das condicionalidades foram as avaliações externas, estratégia pela qual se apresenta o movimento de qualidade e direito à educação, comumente mencionado nos discursos de gestores/as públicos e da burocracia técnica e amplamente assimilado por parte dos profissionais com atuação na educação. Os organismos executores, mesmo tendo políticas subordinadas aos organismos financiadores, avançaram no sentido de pensar um currículo escolar para além das avaliações, alinhado aos direitos humanos, conforme dispõe a agenda 2030 da ONU. Contudo, no limite dos interesses, o conteúdo da agenda 2030 não é cobrado nas avaliações, repetindo sua condição de marginalidade.

A avaliação externa se tornou (e é) uma obsessão que atingiu uma escala na qual ela é a via condutora de todos os processos pedagógicos e curriculares que orientam as práticas docentes. Tal escala foi ampliada e consolidada com o Plano Nacional de Educação (PNE) e a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), que disciplinam os currículos associando-os ao sistema de avaliação, documentos nos quais os conceitos de gênero e sexualidade foram retirados. O disciplinamento valoriza a Língua Portuguesa e a Matemática, que têm maior carga horária e, conseqüentemente, maior atenção por parte dos/as gestores/as e professores/as, já que nelas está o cerne dos conteúdos examinados nas provas.

Em investigação desenvolvida por Almeida, Gomes e Oliveira (2020), confirma-se o impacto das avaliações na prática docente, dada a prioridade dos/as professores/as tanto na ordem do planejamento e definição dos conteúdos, na escolha do método de ensino, quanto na hierarquização das unidades curriculares, que muitas vezes são retiradas da ordem do dia para ampliar a carga horária de Língua Portuguesa e Matemática. A regulação é forte e determinante na definição da prática docente e pedagógica. Se o espaço das unidades curriculares de Histó-

ria, Geografia e Ciências é engolido por “disciplinas mais importantes”, qual é o lugar para a inserção do debate de gênero no currículo? Por que não conseguimos transversalizar a questão de gênero no currículo?

Antes de refletir sobre a questão, vamos abrir um espaço para dissertar, muito brevemente, sobre a vigilância à qual os/as professores/as são submetidos. A declaração a seguir demonstra “o poder” incorporado pela mãe de uma/a estudante do 5º ano do Ensino Fundamental: [...] “*a mãe veio à porta da minha sala e me disse que eu não poderia dar o assunto de reprodução contido no livro de ciências e que ela iria rasgar as páginas do livro com esses conteúdos*” (Falcão, 2024)³. Notadamente, as famílias têm poder de regular o trabalho do/a professor/a, que, após esse tipo de interferência, não se sentirá confortável em aplicar um conteúdo que pode expô-la ou, em último caso, causar problemas com a exposição da escola.

Logo, o lugar do debate de gênero precisa ser construído na escola – lugar potente para o debate –, uma ação que não é tão simples, sobretudo porque a escola é uma instituição que é largamente vigiada e com pouca autonomia. Nesta direção, parafraseando Foucault (1987), diria que a escola segue sendo esse lugar de vigiar e punir, em particular, a diversidade de gênero, de sexualidade e de raça que atravessam os espaços escolares. Por isso, principalmente com relação às temáticas de gênero e sexualidade, os/as professores/as e suas práticas inclusivas da diversidade seguem como alvo de vigilância e de punição.

Mas, afinal, como a escola deve conduzir suas ações? Legalmente, a escola é um lugar plural no qual todos/as devem ser tratados com igual direito, tendo respaldo na Constituição Federal (1988) e na Lei de Diretrizes e Bases da Educação. Entretanto, as contradições que marcam a escola nos dão motivos para reforçar as ideias de Foucault (2007), quando afirma que a escola é uma instituição disciplinar responsável pela fabricação de corpos dóceis, úteis e governáveis, viáveis para produção e para o consumo (Cesar, 2009). A inteligibilidade acerca da afirmação justifica-se pela forma como a condução curricular está fixada em conhecimentos que podem ser medidos e que foram selecionados como ideais para a formação dos/as alunos/as. Nada deve ultrapassar o limite curricular que está definido, salvo quando, dentro da escola, há professores/as transgressores (Hooks, 2013).

O que é comum no espaço escolar é o movimento de toda uma maquinaria com vistas a estabelecer e reiterar as normas heteronormativas, nas quais as fronteiras de gênero são bastante delimitadas, con-

3 Dados da entrevista para tese de doutorado em andamento.

dição que é internalizada pelos professores/as e que nos parece ser de pouco interesse dos/as gestores/as escolares, que permanecem presos ao capital humano; ou seja, gerir o capital humano é buscar estratégias para multiplicá-lo (Saraiva e Veiga-Neto, 2009, p.199). Dessa forma, e retomando a questão que direciona este diálogo, qual o lugar para a inserção do debate de gênero no currículo? Entendemos que a resposta é: é um lugar em construção, que depende de corpos políticos conscientes, com disposição para erguer a voz nos planejamentos e nos direcionamentos pedagógicos da escola, como, por exemplo, na participação da elaboração do Projeto Pedagógico Curricular (PPC).

Bem, o fato mencionado apenas sinaliza que outras situações semelhantes devem ocorrer cotidianamente no ambiente escolar e ilustram o cenário de uma sociedade que se movimenta contra o debate de gênero. Por um lado, no âmbito das macropolíticas educacionais e curriculares o discurso reacionário da ideologia de gênero⁴ se operou para desabilitar e invisibilizar o tema, destoando das orientações da Agenda 2030, por outro, leis locais como a Maria da Penha são negligenciadas pela gestão pública e, para além delas, permeando todos os sujeitos sociais, as micropolíticas que impõe e estabelecem relações contrárias à inclusão e a justiça social.

3. AS EXPERIÊNCIAS DO SABER E O SABER DAS EXPERIÊNCIAS: CURRÍCULO E GÊNERO

A docência é uma atividade que tem nos mantido em ambientes de escolarização formal, regulados e disciplinadores; é inegável. Em cada escola, sala de aula e diálogos mantidos com professores/as, vamos observando e dimensionando este fato socioeducacional. Mas, paradoxalmente, esses ambientes também têm sido trincheiras de resistência, permitindo-nos manter uma “Conversa Complicada” (Pinar, 2007), que, por sua vez, produz epistemologias que contagiam nossas experiências como cientistas sociais.

Antes de explicarmos a dimensão conceitual da “Conversa Complicada”, situaremos nossa compreensão de currículo e o lugar do currículo em nossas experiências docentes. Currículo como *Currere* é a concepção que mais se aproxima de nossas convicções científicas, não no seu sentido substantivado, que, concordando com Pinar (2007),

4 Que se alastrou e cresceu com a ultra-direita no mundo afirmando e reproduzindo práticas machistas, sexistas, misóginas, homofóbicas, transfóbicas, com forte recorte religioso-moralista e antifeminista.

mantém um sentido de caminho percorrido, nos dando a entender que é uma trajetória reta e sem percalços. Para nós, o sentido é de verbo, de ação inseparável do sujeito, cujas experiências são ressignificadas mediante o vivido para construir o viver. Ou seja, as experiências passadas são a base para redefinir novas experiências e aprendizagens, num ir e vir em que a docência se constrói, se refaz e se transforma no caminhar.

Pinar (2007) ressalta a experiência do sujeito, não apenas a trajetória, mas a trajetória vivida que, ao ser resgatada em um diálogo ou conversa, resulta em uma nova experiência que pode ser traduzida como potencial aprendizagem. Pensamos o currículo como projeto de formação do sujeito; logo, *currere*, tal qual Pinar, é a concepção que melhor traduz nossa visão de que é no sujeito que as transformações acontecem, e elas ocorrem por meio das experiências. Dessa forma, quando retomamos nossas experiências, percebemos que, ao fazê-lo, temos a oportunidade de rever (regressar) ao vivido, um movimento que favorece a autorreflexão e um inexorável contato com o que se viveu, momento oportuno para a autoformação e formação de outros/as docentes. É nesse sentido que Pinar coloca os sujeitos em formação, partindo da sua experiência e dos seus saberes acumulados, que ele denomina como uma “Conversa Complicada”.

Conversa Complicada é um conceito desenvolvido por Pinar (2007) que pressupõe que as experiências são essenciais, que o currículo não pode ser apenas prescritivo, com enfoque no conteúdo, planejamento e avaliação, mas que deve considerar as experiências que são vividas por cada um/uma de nós. Tais vivências não se repetem igualmente, pois são únicas e atravessam cada um/uma de nós de forma diferenciada, mesmo que estejamos caminhando na mesma direção e pela mesma trilha. A experiência é, no dizer de Bondía (2002), o que nos passa, nos acontece ou nos toca.

Nas salas de aula, os/as professores/as são confrontados com o contexto e com as experiências de alunos/as em relação ao gênero e à sexualidade. Em muitos casos, como o mencionado neste artigo, esses momentos podem se constituir como oportunidades para tratar temas como masculinidades e feminilidades e as formas como se manifestam, pois, a partir das experiências vividas pelos/as alunos/as, é possível construir novas possibilidades de experiências que provavelmente não serão esquecidas, tratando-se de estabelecer uma conexão entre o que foi vivido e o que será (Freitas, 1997).

Do mesmo modo, uma Conversa Complicada em reuniões de planejamento de professores/as evitaria o silêncio e certamente abriria espaço para reflexões sobre gênero, tornando a experiência curricular docente

formativa. Certamente, a próxima vez que uma mãe repetir a prática de pressionar o/a mesmo/a professor/a, ele/a terá uma outra reação, ou talvez a situação nem ocorra, já que o/a professor/a pode construir estratégias para evitar ser abordado/a diretamente pela família. Além disso, se for dotado/a de uma pedagogia transgressora, o/a professor/a pode promover uma reflexão pessoal e coletiva sobre o ocorrido. Educar é transgredir e ensinar, a partir da prática libertadora, a transgressão (Hooks, 2013).

Essas exposições vão além da experiência mencionada; há inúmeras narrativas sobre acontecimentos na escola: na partilha dos espaços entre meninos e meninas, no uso dos banheiros, nas experiências com metodologias de ensino em que meninos e meninas são convidados/as a realizar atividades que não se encaixam nos padrões heteronormativos, nas cores das carteiras e dos copos utilizados na merenda escolar e até mesmo nas filas. Em pesquisa desenvolvida por Falcão (2024), as narrativas dos/as professores/as descrevem inúmeras situações nas quais as pequenas violências de gênero se manifestam, e a reação dos/as professores/as é “chame ele/ela no cantinho e fale, não traga para o coletivo, evite polêmica” ou, por parte dos gestores, “isso não é assunto para a escola, deixem a família resolver” (Falcão, 2024).

Como se pode perceber, as questões são latentes, mas a resposta pedagógica mais comum é o silêncio, que se constitui como um elemento que tenta condicionar a experiência individual a partir de um coletivo que nega, ao mesmo tempo, a autoformação e a possibilidade de construir uma nova experiência para si, para o coletivo de docentes e para aqueles/as que estão vivenciando processos de formação escolar, os/as discentes. Para a docência freireana, a formação é um processo recíproco que se estabelece na relação entre quem ensina e quem aprende (Freire, 1996).

Por outra via de análise, a gestão toma as experiências dos/as alunos/as com desinteresse visto que é preciso disciplinar para as avaliações, para os resultados e para dar respostas as estatísticas tão necessárias para alimentar a competitividade dos sistemas de ensino e a concorrência entre professores/as e escolas, desvalorizando saberes e hierarquizando o currículo.

4. POR UMA PEDAGOGIA FEMINISTAS PARA INSPIRAR E RESISTIR: MAIS ALGUMAS PALAVRAS

O movimento feminista teórico e popular foi (e é) determinante para que, gradativamente, mudanças fossem conquistadas e implementadas. É possível verificar o avanço e impacto em diversos campos e

espaços, sobretudo para as mulheres, população LGBTQIA+, população negra e indígena. Entretanto, a própria história nos lembra sempre que nada é fixo; nem mesmo o que foi conquistado permanece. Nestas condições, registra-se forte empenho dos grupos marginalizados e dos grupos sensíveis a eles/elas e à vida humana para assegurar as conquistas e ampliá-las.

O conhecimento teórico-prático do feminismo é alimento para as lutas e encontros com diferentes sujeitos sociais, como também é uma janela escancarada pela qual se visualizam as experiências sociais e as relações a que somos submetidas, algumas nem sempre boas. Há feminismos que refletem a condição das mulheres negras, indígenas, asiáticas, orientais, do sul global; há feminismos socialistas, ecossocialistas, comunitários, populares e marxistas (Guzmán, 2019) que se colocam em pontos de análise que refletem as condições reais e a hermenêutica da vida.

Também encontramos feministas atentas à ampliação do debate do conceito de gênero e da sexualidade, que militam pelos corpos não padronizados pela heteronormatividade, que insiste em torná-los corpos estranhos. O conhecimento feminista produzido é amplo, multirreferenciado e passa por constantes transformações porque as experiências são dos sujeitos e eles/elas são submetidos/as a diferentes contatos sociais, tendo, portanto, um efeito singular. A singularidade, por sua vez, quando articulada, torna-se coletiva e se mobiliza para enfrentar a força estrutural do patriarcado em determinados pontos geográficos, transformando-se em luta.

A *práxis* feminista de aprender e reaprender denomina-se Pedagogia Feminista (PF) e surge como método de enfrentamento às diferentes formas de desigualdades e opressão. Reúne um conjunto de conhecimentos, recursos e estratégias alimentadas pela desconfiança, pela inconformidade e pelo ímpeto político de transformação (Sardenberg, 2011), instigadas pelo espírito ancestral de enfrentamento às Pedagogias de la Crueldad (Segato, 2021), que marginalizam povos, grupos e mulheres.

Estamos convictas de que a PF nos fortalece como professoras e feministas, pois se alicerça no reaprender e, nessa busca, fortalece uma pedagogia que desenvolva novas masculinidades e feminilidades para crianças, adolescentes, jovens e adultos em processo de escolarização (Louro, 1997). Ou seja, o currículo nos importa, assim como as relações dentro do ambiente escolar nos importam. Dessa forma, pensamos que o currículo não pode permanecer voltado apenas para cumprir os

resultados avaliativos ou para formar para o trabalho, tampouco para repetir lições baseadas nos mitos coloniais que nos mantêm presos “às verdades” únicas produzidas pelos colonizadores (Segato, 2021).

Diante disso, reafirmamos que as questões de gênero sempre atravessaram e atravessam a dinâmica escolar e as salas de aula, pois fazem parte da vida em geral e, conseqüentemente, se refletem nas suas relações curriculares. Portanto, devem ser priorizadas como conteúdo a ser vivenciado na escola e na formação dos/as professores/as. Fechamos estas reflexões partilhando nossas respostas à questão que nos foi perguntada em uma atividade que envolvia docência e pesquisa: por que trabalhar gênero na educação?

Trabalhar gênero na educação básica é libertar meninos e meninas das amarras cruéis do sexismo, é construir um futuro baseado em relações sociais menos opressoras e mais comprometidas com a justiça social e a vida planetária (Izandra Falcão).

pois a escola,

é uma das instituições que depois das famílias passamos mais tempo. E no chão da escola que podemos aprender sobre respeito e direitos, refletir sobre as desigualdades que vivenciamos, pensando em como mudar essa realidade juntos (Lígia Freitas).

A escola é o lugar onde circulam profissionais preparados/as para ajudar na construção do desenvolvimento humano para viver e transformar a sociedade em um território de saudável convivência. Quando abrimos mão de ofertar experiências com o diverso, com o diferente, estamos desistindo da inclusão, estamos desistindo do futuro. Para o desenvolvimento saudável, os conhecimentos técnicos-científicos são necessários, assim como são necessários os saberes acumulados, as experiências vividas, a práxis. Na práxis, o exercício político-prático tem o sentido da reflexão, da reflexão crítica, tão necessária neste tempo controverso, de mentiras e ataques (Freitas, 2011).

Por fim, “a experiência e o saber que dela deriva são o que nos permite apropriar-nos de nossa própria vida” (Bondía, 2002), da nossa própria formação, da nossa própria aprendizagem, do nosso próprio lugar de sujeito social, que não pode se restringir a receituários curriculares aprisionados aos grandes e simplórios interesses de um grupo que pensa a escola a partir de medidas balizadas em ideias neoliberais e mercadológicas. Diante de tudo aqui refletido, seguiremos afirmando

que é possível encontrar práticas curriculares feministas de resistência no chão da escola.

REFERÊNCIAS

AFONSO, Almerindo Janela. **Avaliação em educação: perspectivas de emancipação social ou regulação gestonária?** In: MELO, Marcos Muniz. Avaliação na educação. Pinhais, PR: Editora Melo, 2007.

_____. **Estado, políticas educacionais e obsessão avaliativa.** Revista Contraponto, Itajaí, v. 7, n. 1, p. 11-22, jan./abr. 2007. Disponível em: <www.cedes.unicamp.br>. Acesso em: 12 fev. 2011.

BONDIA, Jorge Larrosa. **Notas sobre a experiência e o saber de experiência.** Rev. Bras. Educ., Rio de Janeiro, n. 19, p. 20-28, abr. 2002. Disponível em: <http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-24782002000100003&lng=es&nrm=iso>. Acesso: 16/10/2024.

CESAR, Maria Rita de A. **Gênero, sexualidade e educação: notas para uma “Epistemologia”** Educar, Curitiba, n. 35, p. 37-51, 2009. Editora UFPR. 2009.

FALCÃO, Izandra. **Pedagogias Feministas: conscientização, voz e ação de professores/as dos anos iniciais de escolarização.** Braga/ Portugal. 2024 (pesquisa em andamento).

FREITAS, L. L. **Olhando a prática educativa a partir das relações de gênero.** In: XXV Simpósio Brasileiro, II Congresso Ibero-Americano de Política de Administração da Educação, 2011, São Paulo. Políticas Públicas e Gestão da Educação - construção histórica, debates contemporâneos e novas perspectivas, 2011.

FREITAS, L. L. . **As relações de gênero no ensino da Educação Física e Esporte.** In: 6o Encontro da Rede Regional Norte/Nordeste de Estudos e Pesquisas sobre a Mulher e relações de gênero, 1997, Maceió. Anais da REDOR, 1997. v. 1. p. 38-38.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa.** 27ª ed. - Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

FOUCAULT, M. **Vigiar e Punir: história da violência nas prisões.** - Petrópolis: Editora Vozes, 1987.

GOMES, Izandra Falcão. **Avaliação e qualidade de ensino**: uma análise sobre o Prêmio Escola Nota Dez. 2011. 173 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2011.

GOMES, Izandra F.; OLIVEIRA, Diana Nara S.; ALMEIDA, João Paulo G. Docência em risco: novos dispositivos de controle e regulação da prática pedagógica. In: **Políticas Curriculares (Inter)nacionais e seus (Trans)bordamentos** /Orgs. Rafael Ferreira de Sousa Honorato, Edilene da Silva Santos. – Rio de Janeiro, RJ: Ayvu Editora, 2020.

GÚZMAN, Adriana. **Descolonizar la memória, Descolonizar Feminismos**. 2ª ed. - La Paz, BOL: Editorial Deseño Gráfico Zapata, 2019.

HOOKS, Bell. **Ensinando a transgredir**: a educação como prática de liberdade; tradução de Marcelo Brandão Cipolia. - São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2013.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação**. Uma perspectiva pós estruturalista Guacira Lopes Louro. - Petrópolis, RJ, Vozes, 1997.

PINAR, W. F. **O que é a Teoria do Currículo?** Tradução: BARROS, Ana Paula; PINTO, Sandra. - Porto, Portugal: Ed. Porto 2007.

SARDENBERG, Cecília. **“Pedagogias feministas: uma introdução”**. In.: VANIN, Iole. & GONÇALVES, Terezinha. Caderno Gênero e Trabalho, REDOR. p. 44-57. 2006.

SEGATO, Rita, **Contra-pedagogias de la crueldade**. 3ª ed. Ciudad Autónoma de Buenos Aires, AR: Prometeu Livros, 2021.

DANÇANDO NA ENCRUZILHADA REFLEXÕES SOBRE O PROCESSO DE TEORIZAÇÃO INTERSECCIONAL.

Bruna Stéphanie Menezes de Jesus¹
Rosângela Janja Costa Araujo²

*Minha palavra é a flecha de Oxóssi
Banhada nas águas de Oxum*

(...)

*Minha palavra não é só minha, não
Ela é um espaço-tempo comum*

*Que conecta a mente e o coração
O Aiye e o Orun*

(...)

Thiago Elniño

Os caminhos teóricos que traço neste ensaio são parte de um esforço inicial para criar conexões que tornem a teorização interseccional mais fluida e robusta. A proposta é retirar a interseccionalidade do plano de fundo e trazê-la ao protagonismo, onde possamos enxergá-la enquanto campo investigativo. Para tanto, utilizei autoras e teorias advindas dos estudos de gênero com as quais corroboro, em alguma medida, e que formam a base para possíveis trabalhos futuros nos quais a interseccionalidade possa ser destrinchada e analisada em suas minúcias.

CONTEXTUALIZANDO O DEBATE

Há de se admitir que os círculos feministas historicamente passaram por diversas turbulências em função do escanteamento de fatores como raça, classe, etnia, entre outras categorias de análise relevantes para a compreensão das diferentes expressões de subordinação das mulheres. As demandas do movimento feminista e os próprios moldes da conceituação e diferenciação do binômio sexo/gênero partiam da centralidade de uma suposta mulher universal que, por sua vez, se mostrou pouco representativa.

¹ Bacharela em Estudos de Gênero e Diversidades e Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismos pela Universidade Federal da Bahia. Bolsista Carrefour.

² Docente Permanente do Programa de Pós-Graduação em Estudos sobre a Mulher, Gênero e Feminismo pela Universidade Federal da Bahia.

É bem verdade que a condição das mulheres negras ao longo da história, bem como suas trajetórias de luta, de construção de conhecimento e, simultaneamente, o enfrentamento ao silenciamento de suas experiências, ilustram o processo de resistência entre continuidades e descontinuidades. Se o gênero surge e se estabelece como uma construção social a partir da qual são determinados os papéis sociais, como propõe Ann Oakley (2016), a existência das mulheres negras desafia a lógica da feminilidade proposta pelos modelos ocidentais e desbanca as enrijecidas paredes entre a dicotomia masculino-feminino.

Diante do constante apagamento da situação específica das mulheres negras em diferentes configurações sociais, delineava-se um caminho de rupturas e criações de novos espaços onde essas demandas específicas pudessem ser legitimadas e reivindicadas. É nesta conjuntura que se estabelece o feminismo negro, que desafia a universalidade proposta por um feminismo majoritariamente branco, que em diversos momentos se mostrou omissivo, quando não conivente, com a discriminação racial e com a própria instituição escravagista.

De certo, é necessário valer-se de certa desconfiança quanto à linearidade proposta pela academia em relação à “criação” de um feminismo negro, já que o registro dos enfrentamentos organizados encabeçados por mulheres negras foi, muitas vezes, negligenciado, fazendo com que, ao traçar uma linha do tempo, convenientemente, o feminismo negro surja como um apêndice do movimento de mulheres brancas, “as mulheres no geral”, que se preocupavam com questões bastante específicas.

A despeito do contexto norte-americano, Angela Davis (2016) aponta para o fato de que, em certa medida, os movimentos antiescravagista e de direitos das mulheres caminharam juntos por um tempo, e cabe, de pronto, sublinhar que a “simpatia”, palavra usada por Davis³, das mulheres brancas pela causa do povo negro se deu por uma suposta similaridade entre as opressões que sofriam em seus casamentos e a escravidão.

Diante disso, não é coincidência que a história nos mostre que, apesar de muitas mulheres negras terem se engajado nas pautas das mulheres brancas, a exemplo da luta pelo sufrágio, como foi o caso da emblemática Sojourner Truth, em momentos decisivos essas mesmas mulheres brancas excluíram de seus documentos as questões propostas por mulheres negras, fundamentais para a sua própria existência naquele

3 Chamo atenção para o fato de que estes textos foram lidos já traduzidos para o português, logo, é possível, também, que a utilização da palavra tenha sido uma adaptação.

le período.

O processo de reconstrução de narrativas não contadas ou manipuladas, de elaboração de teorias que só fazem sentido quando articuladas à prática, é o ponto de partida do que chamamos hoje de pensamento feminista negro, responsável pela quebra de paradigmas academicistas e transformação de ativismos que tentam remontar, sorratamente, um legado patriarcal, racista e classista que em nada ajuda a, sequer, balançar as estruturas de poder.

Segundo bell hooks, “temos de desenvolver estratégias para obter uma avaliação crítica de nosso mesmo valor que não nos obrigue a buscar avaliação e endosso críticos das próprias estruturas, instituições e indivíduos que não acreditam em nossa capacidade de aprender” (hooks, 1995, p. 474).

Acredito que, a partir do pensamento feminista negro, podemos chegar a esta base própria, com teorias, metodologias e parâmetros estabelecidos a partir da experiência de pessoas negras. É importante ressaltar que não me refiro especificamente às experiências de mulheres negras, por compreender que o feminismo negro está para além da própria centralidade desta persona, fazendo parte de uma prática coletiva e para a coletividade, galgando a justiça social a partir de proposições realistas sobre a situação dos problemas sociais que afetam a comunidade, mesmo em seu dinamismo.

Assim, a fim de distinguir o pensamento feminista negro, Patricia Hill Collins nos dirá que, apesar das mulheres negras compartilharem experiências, nossas diversas condições de vida podem nos levar a oferecer respostas diferentes e, por vezes, conflitantes às questões que nos unem enquanto grupo (COLLINS, 2019, p. 65). Daí a importância de concebermos métodos, critérios e conceitos próprios para que cheguemos às proposições reais.

Essa variabilidade de significados atribuídos ao feminismo negro, vem desse compromisso de mulheres negras com o teorizar a sua própria experiência, desafiando as manipulações históricas⁴, especialmente dentro da academia, onde somos costumeiramente pressionadas a filiar-mo-nos a escolas teóricas que nunca contemplaram, verdadeiramente, a realidade do povo negro.

É a partir deste ponto que vejo a potência e a difusão da interseccionalidade enquanto instrumento metodológico que, a cada dia que passa, tem sido mais requerida nos corredores acadêmicos. Muito

4 O uso da palavra foi proposital para ressaltar os mitos, produzidos nas entrelinhas da História, que só servem a manutenção do poder brancocêntrico colonial.

se adicionou à sua bagagem conceitual e à sua aplicabilidade desde que o termo foi cunhado por Kimberlé Crenshaw, em 2002, após sua participação na Conferência Mundial Contra o Racismo, a Discriminação Racial, a Xenofobia e Formas Conexas de Intolerância (2001).

Este instrumento, tão caro aos feminismos negros e que, hoje, contempla tantas outras categorias, é uma proposição sistemática do que há anos já é feito por mulheres negras. No entanto, junto à sua ampla utilização contemporânea, me parece ser uma preocupação de teóricas comprometidas com a transformação social o uso, muitas vezes, desconexo com a sua própria genealogia.

Assim, faz-se necessário traçar um percurso que consiga dar conta da interseccionalidade tanto enquanto teoria quanto metodologia, e, apesar de não ignorarmos sua recorrência prática histórica, contextualizá-la em seu devido processo de teorização.

OS DESAFIOS DA INTERAÇÃO: SISTEMATIZANDO A INTERSECCIONALIDADE

Como resultado da Conferência de Durban, o documento proposto por Kimberlé Crenshaw carrega o peso de uma iniciativa que, apesar das boas intenções, estava embebido de concepções ocidentais tendenciosas, sendo alvo, inclusive, de boicotes por parte de alguns países. Assim, a interseccionalidade nasce num contexto de efervescência dos debates a respeito dos direitos humanos e das questões de gênero que se impunham com ainda mais firmeza no contexto político do novo século.

A proposta de Crenshaw, a princípio, referia-se a alertar que o gênero configurava a experiência da discriminação racial e vice-versa (2001, p. 174). Consequentemente, deslocava a centralidade dos debates em direção à complexidade das experiências de mulheres não brancas. Inegavelmente, havia um novo paradigma teórico e metodológico sendo lançado sobre os estudos sociais.

A interseccionalidade nadava contra o reducionismo que, por falta de substância ou apenas de caráter, produziu e reproduziu teorias que perpetuavam significados inferiorizados, animalizados e sub-humanos sobre pessoas negras. E, devo dizer, enquanto estudiosa e entusiasta da máquina pública, que a interseccionalidade foi e continua sendo um instrumento poderoso no que tange às medidas de promoção da justiça e igualdade social.

Kimberlé Crenshaw, com sua sensibilidade analítica, nos alerta para a inseparabilidade estrutural de raça, etnia, gênero, classe e região, a colisão

das estruturas e sua interação simultânea. Mais à frente, Carla Akotirene (2019), que dedicou um livro à investigação deste tema, coaduna com Patricia Hill Collins para reforçar que a interseccionalidade seria como um “sistema de opressões interligado” (AKOTIRENE, 2019, p. 21).

É importante destacar que a autora baiana assume hoje papel significativo no que diz respeito aos debates sobre interseccionalidade por sua escrita fluida e contra-hegemônica. Em suas palavras, acredito que, de fato, seria “fetiche epistemicida omitirmos clivagens racistas, sexistas e cisheteronormativas estruturadas pelo ocidente cristão” (p. 28), que ainda permeia e dita muitas das regras que circundam a construção do conhecimento.

Quando pensei neste ensaio, quis dar um nome que pudesse expressar o que sinto a respeito da teorização interseccional. Já que, pessoalmente, acredito ser mais honesto comigo mesma, e com quem vier a ler estas linhas, me deixar ver nas palavras que escrevo, nas teorias que produzo. Assim, uso muito da poesia e das metáforas para tornar o que digo mais palatável e, em certa medida, mais acessível. “Dançar na encruzilhada” é, então, percebê-la [a interseccionalidade] como dinâmica, como movimento e transformação. Dançar na encruzilhada é poder se deparar com as possibilidades deste local sem temer, com leveza e criatividade.

De pronto, cabe sublinhar que a discussão que toma forma aqui gira em torno de uma concepção da interseccionalidade enquanto campo investigativo (COLLINS, 2022). Por isso, apesar de partir das experiências de mulheres negras, não me proponho, aqui, a analisar um problema sob a luz da interseccionalidade, mas compreendê-la como um campo muito mais vasto, do qual podemos extrair não somente uma metodologia, mas uma teoria robusta indissociável da práxis.

APOSTANDO NA ENCRUZILHADA: CAMINHOS PARA TEORIZAÇÃO INTERSECCIONAL

É verdade que, ao ler as palavras de Crenshaw (2002), senti que havia ali um chamado para a resistência; o que me passou despercebido, no entanto, foi a tônica vanguardista e seu caráter provisório, a necessidade de aprofundamento epistêmico para que a interseccionalidade encontrasse bases sólidas (não imóveis), para que o seu dinamismo não fosse confundido com aplicabilidade irrestrita.

Sem dúvida alguma, Patricia Hill Collins vem desenvolvendo com destreza esse papel sistêmico e, à frente, chegarei a suas conside-

rações que, efetivamente, me convidaram a repensar os meus próprios usos deste instrumento ancestral.

Carla Akotirene (2019), em sua defesa da interseccionalidade enquanto epistemologia feminista negra⁵, nos convoca a observar atentamente a história e aponta para o fato de que a interseccionalidade já fazia parte da vida de nossas mães, das ancestrais, das mulheres negras de outrora. Segundo ela, “mulheres negras foram marinheiras das primeiras viagens transatlânticas, trafegando identidades políticas reclamantes da diversidade” (AKOTIRENE, 2019, p. 31).

Traduzir a interseccionalidade em jargões acadêmicos, pautá-la enquanto teoria, metodologia e campo investigativo, além de todas as potencialidades intelectuais que acessamos ou vamos acessar a cada vez que refletimos sobre ela, é resgate; é o movimento sankofa na prática.

Teríamos muitos nomes de mulheres que agiram de maneira interseccional para ilustrar que, como disse Jurema Werneck (2010), “nossos passos vêm de longe.” A lista seria interminável, mas as reverencio nos nomes de Sojourner Truth, Luiza Bairros, Beatriz Nascimento, Maria Felipa, Mãe Gilda, Barbara Smith e Mãe Bernadete, para que não deixemos esta tarefa a cargo de quem nunca viu em nós, mulheres negras, agência, potência e pensamento crítico.

Por falar em Akotirene, não posso deixar passar batido a metáfora da encruzilhada, tão recorrente ao longo de suas linhas. A encruzilhada, que é um lugar tão caro para as pessoas adeptas das religiões de matriz africana, carrega significados atrelados ao Orixá.

Exu, divindade africana da comunicação, senhor da encruzilhada e, portanto, da interseccionalidade, que responde como a voz sábia de quanto tempo a língua escravizada esteve amordaçada politicamente, impedida de trocar seu idioma, beber da própria fonte epistêmica cruzada de mente-espírito (AKOTIRENE, 2019, p. 20).

É nesta perspectiva que compreendo a interseccionalidade. Talvez por isso mesmo, me parece contraproducente as tentativas de dissociação entre interseccionalidade e justiça social, prática e teoria. Entendo que esta articulação faz parte de um compromisso com a posteridade; afinal, é Exu quem liga o passado, o presente e o futuro, a

5 Destaco que a interseccionalidade - apesar de vir se mostrando como importante instrumento para pensar as realidades brasileiras, contextos tanto de desigualdade, quanto de privilégio - tem como berço conceitual o feminismo negro **estadunidense**. Faço esta distinção por compreender que as experiências sociais de mulheres negras no Brasil se diferenciam, consideravelmente, das experiências norte-americanas, e que, por muitas vezes, não é suficiente, e nem honesto, transplantar teorias e aguardar os mesmos resultados.

boca que tudo come, os olhos que tudo veem. É esta amplitude quase mística que faz com que nos encantemos com a interseccionalidade.

Flávia Rios e Edilza Sotero (2019) destacam o fato de que a interseccionalidade está fortemente atrelada a ideias calcadas nos movimentos sociais. É a este caráter que me agarro, a imprescindibilidade das mulheres negras para a minha chegada nos estudos sobre a interseccionalidade. A história testemunha o engajamento de mulheres negras em lutas comunais. A coletividade tem papel de destaque em suas buscas por transformação e por práticas libertadoras.

O fluxo contínuo entre teoria, metodologia e prática é marca interseccional, e nisso, posso dizer, a maioria das autoras que auxiliam o desenvolvimento de minhas reflexões concordam. Akotirene (2019) nos adverte a respeito da imperatividade de conceber uma “matriz colonial moderna”, na qual as relações de poder se reconfiguram e produzem novas estratégias de dominação, enfrentamento, opressão, resistência e subjetividades.

A agência é um importante fator para que não passemos a enxergar e reduzir a interseccionalidade a um instrumento dentro da dicotomia oprimido/opressor. Os estudos no campo das masculinidades, da branquitude e das classes abastadas são exemplos de que é possível utilizar a interseccionalidade neste sentido. Afinal, acredito que já temos superado este equívoco de que gênero está para as mulheres, como raça para negros e classe para proletariado.

Outra questão que permeia as preocupações a respeito dos usos da interseccionalidade é, a partir da premissa da não hierarquização de opressões, a equiparação entre sistemas de poder distintos. “Jogar tudo no mesmo balaio”, como dizemos na Bahia, configura um grande des-serviço tanto à interseccionalidade quanto à própria produção de conhecimento.

Inicialmente, fica evidente que Kimberlé Crenshaw (2001) acreditava no poder da interseccionalidade para identificar discriminações conexas. No entanto, acredito que sua potência está para além desta identificação, contanto que tenhamos em vista que, apesar do caráter relacional dos sistemas de poder, como nos aponta Collins (2022), é necessário antes conceber que estes operam de formas distintas. Só assim podemos avançar numa análise interseccional comprometida com a justiça social.

Houria Bouteldja (2016), ativista franco-argelina alinhada ao pensamento decolonial e crítica da interseccionalidade, traz diversas questões que nos fazem refletir sobre a aplicabilidade desta ferramenta.

O primeiro dos seus questionamentos diz respeito à proposta da não hierarquização das opressões. Segundo a autora, seria impossível não hierarquizarmos estas categorias. Neste sentido, discordo da autora quando diz que as “interseccionalistas”, como chama,

[...] são a encarnação de uma nova moral, de um novo humanismo, mas como todo humanismo, abstrato. Efetivamente, elas impõem que não produza nenhuma hierarquia, que não se admita quaisquer prioridades e que se combata tudo de uma só vez. (BOUTELDJA, 2016, p. 7)

Acredito que (1) o pensamento feminista negro enfatiza a não hierarquização de opressões por compreender a experimentação simultânea que configura estarmos situadas na encruzilhada; (2) a interseccionalidade se desenvolve pautada na experiência de mulheres negras e, como tal, é atravessada por um fluxo entre teoria e prática; (3) a própria dinâmica dos movimentos sociais exige uma dinâmica organizativa que estabelece agendas; logo, não teríamos como “combater tudo de uma vez só” e nem creio que seja essa a intenção.

Minha segunda discordância mais severa em relação a Bouteldja (2016) reside na ideia de denominador comum. “Eu tenho uma abordagem mais pragmática e acredito que as pessoas se mobilizam mais por interesse do que por consequência. Para isso, devemos procurar um sujeito revolucionário com o maior denominador comum possível” (BOUTELDJA, 2016, p. 9).

É evidente que há estratégias, organizações e contextos políticos que nos distanciam, mas seria, no mínimo, infiel às minhas inclinações ideológicas não reconhecer que, mesmo não sendo este sujeito [com maior denominador comum], as mulheres negras desempenham papel fundamental em lutas pelas condições materiais de vida e por sua própria existência. Não acredito que ter isso em mente seja uma crença ingênua em filantropia, como diz a ativista. Para mim e para algumas de minhas companheiras no processo árduo que é estudar essas experiências, isso é real, é palpável.

bell hooks (2018) ilustra muito bem isso quando escreve “E eu não sou uma mulher”, obra que aborda a desvalorização sistemática das mulheres negras a partir e como consequência da escravização. Em suas palavras, ela carrega a força e o compromisso das mulheres negras escravizadas com a posteridade, de forma que, mesmo com tantas descrições de brutalidade colonial, é possível nutrir um vínculo ancestral que permeia os espaços nos quais transitamos hoje.

Contrariando discussões que buscam a primazia de uma teoria sobre a outra, acredito que as fronteiras de Gloria Anzaldúa podem nos auxiliar a compreender e empreender novas investigações no campo da interseccionalidade. A autora, feminista e estudiosa da cultura chicana, aponta para as fronteiras como local de conflito, mas também como um espaço de trocas em potencial, inclusive no que tange à criação de novas identidades.

“O trabalho de Anzaldúa conecta experiências, metáforas espaciais, poder e engajamento político, sinalizando uma abordagem importante para a teorização crítica” (COLLINS, 2022, p. 58). Particularmente, acredito que nas fronteiras também seja possível haver o fortalecimento ou resgate de identidades, e consigo enxergá-las na dinâmica da qual a interseccionalidade nasce. Afinal, é no trânsito entre movimentos sociais distintos, tanto em demandas quanto em organização, que surge o descontentamento com a subnotificação, no mínimo, das reivindicações de mulheres negras, e a interseccionalidade ganha terreno fértil para sua aplicabilidade analítica.

Em seu trabalho, onde discorre sobre a interseccionalidade enquanto teoria social crítica em construção, Patricia Hill Collins (2022) nos mostra que esta funciona como um mapa mental e que “se baseia tanto na busca da verdade que sustenta as ciências sociais quanto na busca de um significado que caracteriza as ciências humanas; é importante preservar a tensão criativa existente entre esses dois entendimentos da teoria social” (COLLINS, 2022, p. 86).

Me parece ser exatamente esta complexidade da interseccionalidade que tem sido perdida de vista nos espaços onde a discussão a respeito de sua legitimidade ou uso é fomentada. É aí que chegamos a uma questão revolucionária, quase como uma virada de chave do pensamento interseccional de Patricia Hill Collins: a abordagem da interseccionalidade enquanto pensamento heurístico.

Segundo a autora, “as heurísticas são técnicas para resolução, aprendizagem e descoberta de problemas sociais” (COLLINS, 2022, p. 60). Num esquema de perguntas feitas pela interseccionalidade, a heurística seria o “como?”. Para uma pesquisadora que, por tanto tempo, acreditou, e segue a acreditar, no potencial metodológico da interseccionalidade, talvez não seja surpresa o meu interesse por esta característica. O fato é que, como uma teoria-metodologia-práxis que ganhou notoriedade considerável na academia e fora dela, me parece faltar certo rigor técnico à aplicação contemporânea da interseccionalidade.

Neste sentido, acredito ser necessário articular o que já foi posto e postular quais os usos possíveis a partir de uma compreensão mais

ampla, responsável e justa. Por isso mesmo, optei por finalizar este ensaio trazendo a heurística como sendo a abordagem interseccional com a qual me alio, neste momento, por valorizar tanto o seu pragmatismo quanto a sua possibilidade inventiva. No entanto, é necessário que estejamos atentas para o fato de que “se um dispositivo heurístico for aplicado acriticamente, mais como uma fórmula do que como uma ferramenta inventiva para resolução criticamente engajada de problemas sociais, ele pode perder a capacidade de fomentar a inovação” (COLLINS, 2022, p. 69).

Os perigos aos quais a interseccionalidade está exposta são muitos, sobretudo com as investidas coloniais sempre à postos para usurpar as nossas riquezas ancestrais, especialmente a nossa prosperidade teórica em diáspora. Cabe a nós a responsabilização pela sua teorização e pelo seu uso, sempre alinhando-a à sua genealogia feminista negra e ao seu compromisso com a justiça social, lembrando-se do rigor técnico necessário a qualquer produção de conhecimento e do enfrentamento constante às tentativas de esvaziamento desta ferramenta ancestral tão potente.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como já mencionei anteriormente, é necessário que haja o entendimento mínimo de que a suposta elasticidade da interseccionalidade não pode ser utilizada como “conveniência heurística” (COLLINS, 2022, p. 69). Esta advertência me parece muito semelhante à feita por Sirma Bilge (2018) quando nos fala sobre “interseccionalidade ornamental” e a possibilidade de a interseccionalidade ser usurpada pela estrutura colonial e distorcida de seus próprios valores.

Não proponho, no entanto, que a interseccionalidade funcione como uma fórmula; a própria Collins nos diz que a criatividade é muito útil para a resolução de problemas sociais. O que me aflige, e aí cabe, infelizmente ou não, aguardar pelo bom senso e honestidade de quem se propõe a usar essa ferramenta, é a sua aplicação acrítica e exacerbada.

Como teoria social crítica em construção, que ainda enfrenta a tensão própria do processo, acredito que a interseccionalidade seja uma encruzilhada, carregue em seu cerne a possibilidade de amplitudes tão inimagináveis que haja espaço até mesmo para a contradição. Neste ensaio, tentei ao máximo me ater aos estudos interseccionais com os quais tive maior contato, a fim de que eu mesma pudesse me situar melhor em relação a esta ferramenta ancestral, com fundamentos epistêmicos

enraizados na coletividade.

Por ora, o que posso dizer é que, tal qual as palavras de Thiago Elniño, as linhas escritas aqui não são só minhas, não! É isso que faz com que as minhas apostas ainda sejam tão fiéis à interseccionalidade e a minha esperança tão coletiva, tão nossa. Na encruzilhada, eu brinco, rio, choro, caio, levanto e danço. Danço tentando encontrar a verdade a partir do sentido. Que Exu nos guie por onde quer que a “encruza” nos levar! Laroyê!

REFERÊNCIAS

AKOTIRENE, Carla. **Interseccionalidade**. Feminismos Plurais. São Paulo, 2019;

ANZALDÚA, Glória. Falando em Línguas: uma carta para as mulheres escritoras do terceiro mundo. **Estudos Feministas. Ensaios**, 1/2000. Florianópolis;

CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos o gênero. **Estudos Feministas**, 2002.

BILGE, Sirma. **Interseccionalidade desfeita**: salvando a interseccionalidade dos estudos feministas sobre interseccionalidade. Revista Feminismos, Salvador, v. 6, n. 3, p. 67-82, dez. 2018. Tradução de: Flávia Costa Cohim Silva. Disponível em: <<https://portalseer.ufba.br/index.php/feminismos/article/view/33680>> .

BOUTELDJA, Houria. Race, **classe et genre**: une nouvelle divinité à trois têtes. Disponível em: <<http://indigenes-republique.fr/race-classe-et-genre-une-nouvelle-divinite-a-trois-tetes-2/>>._

COLLINS, Patricia Hill. **Bem Mais que Ideias**: a Interseccionalidade Como Teoria Social Crítica. São Paulo: Boitempo Editora. 2022. Cap. 1. P. 37-80.

DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe**. Tradução de Heci Regina Candiani. São Paulo: Boitempo, 2016, p. 17-102. Disponível em: <https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4248256/mod_resource/content/0/Angela%20Davis_Mulheres%2C%20raca%20e%20classe.pdf>. Acesso em 19 de jul. 2013;

HOOKS, B. **E eu não sou uma mulher?**: mulheres negras e feminis-

mo. p. 37-91. Editora Elefante. São Paulo, 2019;

HOOKS, B. **Tudo sobre amor: novas perspectivas**. p. 45-56. Editora Elefante. São Paulo, 2020;

SOTERO, Edilza e RIOS, Flávia - Gênero em perspectiva interseccional. In PLURAL, **Revista do Programa de PósGraduação em Sociologia da USP**, São Paulo, v.26.1, 2019, p.1-10

OAKLYE, Ann. Sexo e gênero. **Revista Feminismos**, Salvador, v. 4, n. 1, p. 64-71, abr. 2016. Tradução de Claudenilson Dias e Leonardo Coelho. Disponível em: <<https://periodicos.ufba.br/index.php/feminismos/article/view/30206>> . Acesso em: 30 de jul. 2023.

ENSINO DE HISTÓRIA E EDUCAÇÃO PARA DIVERSIDADE: ENTRE POSSIBILIDADE E LIMITAÇÕES NO CURRÍCULO BAHIA

Euclânia Santos de Oliveira Aguiar¹
Iole Macedo Vanin²

INTRODUÇÃO

No cenário educacional contemporâneo, a abordagem da Educação para a Diversidade configura-se como um tema imprescindível, especialmente no que diz respeito à Educação para as Relações Étnico-Raciais e à Educação para as Relações de Gênero e Sexualidade. Essas temáticas são cada vez mais essenciais nos debates pedagógicos, pois refletem a necessidade de construir um ambiente educacional que valorize as diferenças e promova a inclusão.

O ambiente escolar, sendo um dos principais espaços de socialização e desenvolvimento de identidades, não pode ignorar as opressões relacionadas aos marcadores sociais de diferença que afetam diretamente a vivência e o desenvolvimento dos/as estudantes. Essas opressões interferem na subjetividade, na afirmação das identidades dos adolescentes e no desenvolvimento da autonomia das alunas, refletindo-se em baixo rendimento, reprovação, evasão e repetência escolar, especialmente entre estudantes negros/as.

Nessa perspectiva, Nilma Lino Gomes (1996) e Guacira Louro (1997) enfatizam que o ambiente escolar, geralmente, reproduz, ressignifica e dissemina essas mazelas sociais, naturalizando-as. Essa realidade é preocupante, pois, nesse espaço, frequentemente, os/as adolescentes vivenciam, presenciam e reproduzem diversas situações que afetam negativamente o desenvolvimento de suas subjetividades, especialmente no que diz respeito aos marcadores de diferenças sociais. Destacamos que o Componente Curricular de História, através de uma abordagem crítica e inclusiva, viabiliza estratégias essenciais para des-

1 Mestranda do Programa de Pós-graduação Núcleo de Estudos Interdisciplinares Mulher, Gênero e Feminismo da Universidade Federal da Bahia.

2 Orientadora, Professora Doutora do Programa de Pós-graduação do Núcleo de Estudos Interdisciplinares Mulher, Gênero e Feminismo da Universidade Federal da Bahia.

vendar os processos sociais e culturais que moldaram as desigualdades presentes na sociedade e que se desdobram no ambiente escolar. Ao investigar os fatos históricos relacionados a essas opressões, torna-se possível identificar como as práticas excludentes foram institucionalizadas, bem como os esforços de resistência e transformação.

A partir dessas concepções, estamos desenvolvendo o projeto de pesquisa “Interseccionalidade de gênero e raça: o que dizem os professores/as de História de Muritiba-BA”, junto ao Programa de Pós-graduação em Estudos Interdisciplinares de Gênero, Feminismo e Mulheres, que possui como objetivo geral analisar, a partir de uma perspectiva interseccional, as práticas pedagógicas permeadas por estratégias de enfrentamento ao racismo e violências de gênero realizadas pelos/as docentes de História do Ensino Fundamental Anos Finais das escolas públicas de Muritiba-BA. A abordagem metodológica é qualitativa, fundamentada na epistemologia feminista, e consiste numa análise documental e de conteúdo.

Uma das fontes que trabalhamos é o Documento Curricular Referencial da Bahia (DCRB), pois a sua análise é fundamental para verificarmos se o Currículo de Muritiba, no que diz respeito ao ensino de História, viabiliza a implementação de uma educação que promove o respeito aos direitos humanos e à diversidade. Ou seja, o componente curricular de História apresenta pontos de convergência nos objetos de conhecimento, viabilizando o alinhamento com o tema integrador “Educação para Diversidade”, que se desdobra em “Educação para as Relações Étnico-raciais” e “Educação para as Relações de Gênero e Sexualidade”, conforme o Documento Curricular Referencial da Bahia (DCRB).

Além disso, busca-se compreender de que forma esse alinhamento possibilita a abordagem crítica e assertiva das questões de gênero, raça e sexualidade no Ensino Fundamental Anos Finais, configurando-se como uma estratégia para o enfrentamento do racismo, das violências de gênero e da LGBTfobia no ambiente escolar. Esta combinação metodológica visa explorar criticamente as possibilidades de convergência presentes nos objetos de conhecimento do componente curricular de História, que viabilizem o alinhamento de forma transversal e integrada ao tema integrador “Educação para Diversidade”.

Nesse sentido, levantou-se a hipótese de que o alinhamento do Componente Curricular de História, por meio da transversalização e da integração do tema integrador “Educação para a Diversidade”, conforme o Documento Curricular Referencial da Bahia (DCRB), viabili-

zará a implementação de estratégias para o enfrentamento do racismo, das violências de gênero e da LGBTfobia nas práticas pedagógicas de História.

Este artigo estrutura-se em três subtemas. O primeiro subtema aborda a contextualização teórica, apresentando uma revisão bibliográfica sobre os marcadores sociais da diferença, com foco na educação básica e, especificamente, no componente curricular de História. No segundo subtema, realiza-se a descrição da metodologia, incluindo a análise documental do Documento Curricular Referencial da Bahia (DCRB) e a análise de conteúdo segundo Bardin. Por fim, o terceiro subtema concentra-se na análise e discussão acerca da Educação para a Diversidade, a partir da perspectiva do alinhamento com o componente curricular de História, e conclui com as considerações finais.

EDUCAÇÃO PARA A DIVERSIDADE: RESPEITAR, INCLUIR E VALORIZAR AS DIFERENÇAS

Pensar sobre a educação básica no contexto brasileiro implica considerar a necessidade de uma educação pública e democrática que esteja alinhada com as demandas da contemporaneidade. Assim, é fundamental que o sistema educacional promova o respeito à diversidade, reconhecendo e valorizando as diferentes identidades e culturas presentes na sociedade. “O reconhecimento da diversidade e das diferenças precisa ser compreendido como integrante do direito à educação” (Gomes, 2023, p. 3).

Neste sentido, Paulo Freire (1998) afirma que o correto é rejeitar qualquer tipo de discriminação, seja ela relacionada a raça, classe ou gênero, pois essas formas de exclusão social afetam a subjetividade do sujeito e contradizem a democracia. Para o autor, uma verdadeira democracia deve ser inclusiva e respeitar a dignidade e os direitos de todos os cidadãos e cidadãs, promovendo uma educação que desafie as estruturas opressivas e impulsione a consciência crítica dos/as estudantes.

De acordo com Circe Bittencourt (2008, p. 189), as interpretações sobre a aprendizagem conceitual e as influências sociais e culturais no processo de ensino-aprendizagem tornam fundamental considerar os conhecimentos prévios dos/as estudantes para que possam construir novos significados e esquemas. Assim, os objetos de estudo do componente curricular de História estão diretamente relacionados às questões culturais, sociais, econômicas e políticas, que afetam, de maneira direta ou indireta, as vivências e experiências dos/as estudantes.

Nesse sentido, Gomes (2023, p. 5) esclarece que, para a prática educativa alcançar seu potencial de transformação social, é essencial que ela se articule com os princípios da educação para a diversidade, promovendo um ambiente onde todas as identidades e experiências sejam respeitadas e valorizadas, contribuindo para uma sociedade mais equânime. Assim, a prática pedagógica não deve apenas transmitir conhecimentos, mas também desnaturalizar as estruturas sociais e políticas que promovem as violações de direitos e oportunidades dos sujeitos que estão em condição de vulnerabilidade, a partir das intersecções de gênero, raça e sexualidade que os marcam em um dado tempo e espaço.

No que diz respeito à categoria analítica de gênero, as autoras Joan Scott (1995), Guacira Lopes Louro (1997) e Cecília Sardenberg (2011) concordam que o gênero é uma construção social diretamente vinculada às relações de poder, as quais perpetuam desigualdades de direitos e oportunidades entre o masculino e o feminino, e se interseccionam com outros marcadores sociais da diferença, como a raça, a etnia e a sexualidade.

Para Judith Butler (2003), a naturalização das desigualdades de gênero, sustentada por uma lógica binária e hegemônica, reforça a heterossexualidade compulsória. Assim, o gênero e as sexualidades dissidentes tornam-se marcadores sociais da diferença, revelando um sistema de opressão baseado no privilégio do homem branco, heteronormativo e cristão, em detrimento da subalternização das mulheres, especialmente das mulheres negras, e das pessoas LGBTQIA+, que não se enquadram na norma social dominante. “O gênero estabelece intersecções com modalidades raciais, classistas, étnicas e regionais de identidades discursivamente constituídas” (Butler, 2003, p. 10).

Seguindo a perspectiva analítica de Scott (1995) sobre a categoria de gênero, Gomes (2023) realiza uma análise da raça como uma categoria útil de análise histórica, partindo de uma ressignificação que contempla, além das análises históricas, as dimensões sociológicas, antropológicas, políticas, econômicas e educacionais. Dessa forma, as autoras analisam, respectivamente, o gênero e a raça como construções sociais que moldam as relações de poder e que se manifestam nas representações de gênero e raça presentes na sociedade.

De acordo com Kabengele Munanga (2004), os conceitos de raça e etnia são construções sociológicas usadas para explicar as desigualdades raciais, étnicas, sociais, políticas e econômicas enfrentadas pela população negra ao longo da história brasileira. Embora biologicamente inexistentes, essas categorias têm implicações reais na vida

da população negra, especialmente para meninas e mulheres negras, que são diretamente afetadas pelo racismo, pelas violências de gênero e pelas violações de direitos.

Incorporar nas práticas pedagógicas de História a discussão sobre gênero, raça e diversidade sexual permite uma compreensão mais profunda das desigualdades raciais, hierarquias de gênero e violações de direitos das pessoas com sexualidades dissidentes. Essas questões se entrelaçam, gerando opressões como racismo, sexismo, machismo, LGBTfobia e transfobia, que impactam diretamente as subjetividades e identidades dos estudantes no ambiente escolar. Assim, Patrícia Collins e Sirma Bilge enfatizam que:

As relações interseccionais de poder influenciam as relações sociais em sociedades marcadas pela diversidade, bem como as experiências individuais na vida cotidiana. Como ferramenta analítica, a interseccionalidade considera que as categorias de raça, classe, gênero, orientação sexual, nacionalidade, capacidade, etnia e faixa etária – entre outras – são inter-relacionadas e moldam-se mutuamente (Collins e Bilge, 2020, p. 16).

O componente curricular de História, por meio da lente da interseccionalidade, pode contribuir de forma significativa para o enfrentamento do racismo, das violências de gênero e da homofobia. Essa abordagem permite a análise e compreensão das complexas interações entre diferentes formas de opressão e discriminação ao longo do tempo. A partir da interseccionalidade, os/as historiadores/as podem revelar narrativas marginalizadas, analisar relações de poder, educar para a justiça social, desconstruir estereótipos e enriquecer o currículo escolar.

METODOLOGIA: EXPLORANDO A EDUCAÇÃO PARA A DIVERSIDADE ATRAVÉS DA PERSPECTIVA DE BARDIN

Para este estudo, como já destacamos, utilizou-se uma abordagem metodológica qualitativa, fundamentada na epistemologia feminista, que valoriza o reconhecimento das múltiplas vozes e experiências no processo de construção do conhecimento. Dessa forma, seguimos criteriosamente todas as fases do método de análise de conteúdo proposto por Bardin (1977) no que se refere à análise documental, considerando que o corpus do nosso estudo é o Documento Curricular Referencial da Bahia para a Educação Infantil e o Ensino Fundamental.

Para a codificação e categorização dos dados, utilizamos tanto o método manual quanto o software ATLAS.ti, garantindo maior precisão e eficiência na organização e análise do material. A combinação dessas abordagens facilitou a identificação e análise de padrões e temas.

O Documento Curricular Referencial da Bahia para a Educação Infantil e o Ensino Fundamental, volume 1, é uma normativa educacional que estabelece orientações obrigatórias para a implementação do currículo nas escolas das redes públicas e privadas do estado da Bahia. Publicado pela Secretaria de Educação do Estado da Bahia em 2020, o documento, embora fundamentado na BNCC, adota uma perspectiva educacional que considera as especificidades culturais, sociais, regionais e históricas do estado, propondo uma educação pautada na diversidade e na inclusão.

O documento é organizado em 472 páginas e está estruturado em seções e subseções; as seções são organizadas em: a apresentação, Territorialidade na singular e plural Bahia: Elementos identitários para a política curricular do Estado, Marcos teóricos, conceituais e metodológicos; Marcos legais que embasam o currículo referencial para o estado da Bahia; Modalidades de educação básica; Temas integradores do documento curricular da Bahia para a educação básica; Área de conhecimentos e referências.

O Currículo Bahia é essencial para nossa análise, pois propõe que os Temas Integradores sejam alinhados aos Componentes Curriculares e às Áreas de Conhecimento da educação básica. Os Temas Integradores propostos são Educação em Direitos Humanos, Educação para a Diversidade, Educação para o Trânsito, Saúde na Escola, Educação Ambiental, Educação Financeira e para o Consumo, Cultura Digital e Educação Fiscal.

Dentre os temas integradores supracitados, o que integra este estudo é a Educação para a Diversidade, que se desdobra em Educação para as Relações Étnico-Raciais e Educação para as Relações de Gênero e Sexualidade. Realizou-se a leitura minuciosa do texto introdutório do tema integrador Educação para a Diversidade e do componente curricular de História, assim como das competências específicas e dos organizadores curriculares de História do 6º ao 9º ano.

A codificação e categorização estão conectadas com o objetivo geral e a hipótese, direcionando o recorte deste estudo. As unidades de análise são os organizadores curriculares de História, que são organizados em etapas de ensino, anos/séries, unidades temáticas, competências específicas, objetos de conhecimento e habilidades. Assim, os objetos

de conhecimento são as unidades de registro, a partir de uma análise temática, especificamente frases, e as unidades de contexto são as habilidades.

As habilidades, como unidades de contexto, são relevantes porque determinam os objetivos de aprendizagem mais específicos e se conectam diretamente aos objetos de conhecimento. Assim, as habilidades promovem a compreensão da possibilidade de pontos de convergência, de forma implícita e explícita, relacionados aos objetos de conhecimento, evidenciando a possibilidade de alinhamento com o tema integrador Educação para a Diversidade.

Por se tratar de uma análise dedutiva, as categorias analíticas foram definidas de forma objetiva e assertiva, uma vez que elas se relacionam diretamente com o objetivo geral, a hipótese, a proposta do tema integrador Educação para a Diversidade e com o referencial teórico. Para Bardin (1977), a análise dedutiva envolve a definição prévia de categorias analíticas com base em teorias ou hipóteses, aplicando-as na análise do conteúdo de forma sistemática.

As duas categorias analíticas são: Representação de Gênero e Sexualidade e Representação Étnico-Racial, partindo da perspectiva analítica de Scott (1995), Gomes (2023), Munanga (2004) e Louro (1997), que analisam, respectivamente, a categoria de gênero, raça, etnia e sexualidade como construções sociais que moldam as relações de poder, as quais se desdobram em representações sociais que excluem, oprimem e promovem violações de direitos das pessoas racializadas e das minorias sexuais.

Levamos em consideração a análise do currículo referente à Educação para Relações de Gênero e Sexualidade, que afirma: “Nesse sentido, todos os seres humanos se identificam na construção sociocultural do gênero e da sexualidade em determinado momento, uma vez que as ‘identidades são sempre construídas, elas não são dadas e acabadas” (BAHIA, 2020, p. 72). Referente à Educação para as Relações Étnico-Raciais, o documento destaca: “A temática (...) demandam uma abordagem enfática (...) tendo em vista a necessidade urgente do enfrentamento ao racismo estrutural que caracteriza a sociedade brasileira e baiana” (BAHIA, 2020, p. 76).

Partindo da perspectiva de que o racismo, a hierarquia de gênero e a LGBTfobia estão ancorados em representações sociais presentes nas narrativas históricas, que incluem ou excluem determinados grupos, as categorias utilizadas permitiram uma análise mais precisa do objeto deste estudo. A citação do DCRB reforça essa visão ao destacar o

caráter sociocultural e dinâmico dessas construções, o que implica que essas categorias analíticas possibilitaram a identificação de pontos de convergência no componente curricular de História, a partir da perspectiva das representações de gênero, sexualidade, raça e etnia, frequentemente abordadas de forma estereotipada.

No processo de categorização, as regras de acordo com a análise de conteúdo de Bardin (1997) incluem a regra da exaustividade, da representatividade e da homogeneidade da pertinência. Essas regras foram cruciais para a interpretação e inferência dos dados obtidos, viabilizando respostas claras e precisas às questões levantadas no estudo. Assim, as subcategorias foram definidas levando em consideração as unidades de registro e as unidades de contexto que contemplaram cada categoria.

As unidades de registro presentes nos objetos de conhecimento foram analisadas em conjunto com as habilidades correspondentes para identificar pontos de convergência explícitos e implícitos que viabilizam o alinhamento do objeto de conhecimento com o tema integrador. O método de enumeração consistiu em que as unidades de registro ou as habilidades identificadas de forma clara fossem classificadas como explícitas, enquanto as unidades de registro ausentes nos objetos de conhecimento, mas presentes de forma subentendida nas habilidades, foram classificadas como implícitas.

Para garantir uma melhor aplicabilidade dos resultados e discussões de forma precisa, realizamos uma comparação entre as subcategorias das categorias Representação Étnico-Racial e Representação de Gênero e Sexualidade em cada organizador curricular de História, analisando-as separadamente. Posteriormente, fizemos a interpretação e as inferências de cada organizador curricular de forma individual. Em seguida, comparamos os dados da categoria Representação Étnico-Racial do 6º ao 9º ano, a fim de realizar uma interpretação e inferência mais detalhada. O mesmo processo foi aplicado à categoria Representação de Gênero e Sexualidade.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Os resultados obtidos a partir da análise de conteúdo revelam aspectos importantes sobre as categorias investigadas. Primeiramente, observa-se que as subcategorias relacionadas à Representação Étnico-Racial e à Representação de Gênero e Sexualidade apresentam diferenças significativas em termos de frequência e possibilidade de con-

vergência com os objetos de conhecimento e os temas Educação para as Relações Étnico-Raciais e Educação para as Relações de Gênero e Sexualidade.

No que diz respeito à categoria Representação Étnico-Racial do 6.º ao 9.º ano, identificamos mais pontos de convergência de forma explícita, tanto nas unidades de registros quanto nas unidades de textos, que possibilitam o alinhamento dos objetos de conhecimento com o tema integrador Educação para Relações Étnico-Raciais de forma explícita e com frequência significativa.

Nos 6º e 7º anos, a pluralidade cultural e a contribuição dos povos africanos e indígenas, correlacionadas às sociedades pré-coloniais, à colonização e à resistência dos povos subjugados, estão presentes de forma explícita. O 6º ano pontua a diversidade étnico-cultural ao propor a história e a cultura desses povos, bem como suas influências na sociedade brasileira. À medida que avança para os 8º e 9º anos, o currículo aponta para a possibilidade de discussões mais aprofundadas sobre a resistência dos povos racializados, inserindo reflexões sobre a escravidão em diferentes contextos e períodos históricos, o racismo e as lutas pelos direitos civis dos grupos marginalizados, especialmente no contexto brasileiro.

Nesse sentido, no 9º ano, esses temas apresentam uma maior possibilidade de alinhamento com o tema integrador, incluindo a análise do racismo e da formação das estruturas sociais desiguais, o que aponta para a possibilidade de discussões críticas sobre o passado colonial e suas repercussões na contemporaneidade. Embora alguns objetos de conhecimento apontem para a possibilidade de transversalidade e integração com o tema Educação para Relações Étnico-Raciais, identificamos lacunas, já que alguns pontos de convergência não são facilmente identificados, pois estão implícitos nas habilidades ou no contexto histórico. Nesse sentido:

Diante de tudo isso, é imperativo que a produção teórica educacional se dedique ainda mais à interpretação e análise desses fenômenos por meio de estudos e pesquisas que enfrentem o desafio de interpretar o fenômeno educacional da atualidade e seu impacto sobre a vida dos sujeitos da educação em uma perspectiva crítica e que articule de forma interseccional as questões de classe, raça, gênero e diversidade sexual (Gomes, 2023, p.6).

No que tange, a categoria Representação de gênero e sexualidade nos organizadores curriculares de História do 6º ao 9º ano revelaram

que a possibilidade de convergência se apresente de maneira predominantemente implícita, o que pode dificultar a possibilidade do alinhamento dos objetos de conhecimento com a referida temática. Assim, é necessário que os pontos de convergência estejam claramente presentes nos objetos de conhecimentos e nas habilidades para que os/as docentes possam identificá-los.

Nos 6º e 7º anos, as discussões sobre papéis de gênero estão implícitas e podem ser identificados ao analisar os contextos históricos, como no estudo das sociedades antigas e medievais, o papel da mulher, pode ser identificado dentro do contexto da sociedade feudal ou das civilizações clássicas. No entanto, no 7º ano, identificamos apenas um código implícito relacionado aos saberes dos povos africanos e pré-colombianos, visto que a participação das mulheres indígenas e africanas nos saberes tradicionais ficam subentendidos.

No 8º ano, há potencial de convergência sobre o papel das mulheres nas Revoluções Industriais e Francesas, mas essa possibilidade de convergência está implícita na unidade de contexto. Embora o 9º ano apresente uma maior convergência implícita entre os objetos de conhecimento e as habilidades em relação ao gênero e à diversidade sexual, a sub-representação das questões de diversidade sexual permanece evidente. Essa abordagem implícita cria desafios para os/as docentes, que precisam estar preparados/as para identificar e integrar essas questões nas práticas pedagógicas.

Partindo da análise sobre o tema integrador Educação para a Diversidade proposto pelo Currículo Bahia, a autora Iris Verena Santos de Oliveira (2020, p. 188) faz uma crítica contundente às limitações dessa proposta, comparando-a a um “puxadinho”. Segundo ela, o referido tema integrador não é suficiente para tratar essas questões de forma orgânica e estruturante, constituindo-se apenas como um acréscimo superficial e pontual, que não reflete a importância dessa abordagem na educação básica.

Partindo da perspectiva da análise crítica de Oliveira (2020), concordamos parcialmente com sua crítica, principalmente no que se refere ao tema integrador não ser estruturado nem suficiente para viabilizar abordagens consistentes sobre as temáticas, considerando a aplicabilidade em todos os componentes curriculares. No entanto, ao trazer a análise do referido tema integrador como uma possibilidade de alinhamento com os objetos de conhecimento do componente curricular de História, essa abordagem transversal e integrada evidencia um potencial que pode agregar de forma significativa às práticas pedagógicas de

História, principalmente sobre as representações étnico-raciais.

Em todos os anos, há uma forte dependência da intencionalidade dos/as docentes, já que a maioria das oportunidades para tratar questões de gênero e sexualidade depende da capacidade crítica de cada professor/a em identificar essas temáticas nas unidades de contexto. Isso pode inviabilizar a possibilidade de inclusão dessas questões, pois está vinculada à formação, sensibilidade e preparação crítica dos/as docentes

A lacuna relacionada à interseccionalidade de gênero, raça, etnia e sexualidade é evidente, pois as possibilidades de convergências estão implícitas no currículo, porém a sua identificação depende de um olhar mais crítico por parte dos/as docentes. Isso pode inviabilizar a abordagem adequada da interseccionalidade nas práticas pedagógicas de História, comprometendo o alinhamento com o tema integrador mesmo que por meio da transversalidade. Assim, Nilma Gomes, enfatiza que:

Em uma perspectiva interseccional, é possível perceber que as desigualdade e exploração econômicas agravam ainda mais essa conjuntura e provocam maior impacto na vida de pessoas negras, mulheres e homens cis e pessoas trans. Tudo isso afeta as chances de integração dos sujeitos na sociedade, a garantia de direitos e a capacidade de mobilidade ou ascensão social (Gomes, 2023, p. 4).

Os resultados indicam que, embora haja um potencial significativo de transversalização e integração das temáticas no currículo de História, esses pontos de convergência nem sempre são explícitos. A abordagem das questões étnico-raciais tende a ser mais presente e estruturada, especialmente nas representações das contribuições dos povos africanos e indígenas, porém, há limitações na profundidade e criticidade da abordagem em relação às questões de gênero e sexualidade, que muitas vezes são tratadas de forma implícita.

Isso corrobora a hipótese de que, embora o currículo ofereça oportunidades de alinhamento com o tema integrador, a implementação efetiva dessas estratégias depende de uma ação intencional dos/as docentes, que precisam ter uma formação adequada e um olhar crítico para reconhecer e explorar essas conexões nas práticas pedagógicas de história.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados da análise de conteúdo revelam a presença de potenciais pontos de convergência entre o componente curricular de História e o tema integrador Educação para a Diversidade, especialmente no que diz respeito às questões étnico-raciais. No entanto, as temáticas relacionadas a gênero e sexualidade tendem a ser abordadas de forma implícita, dificultando uma integração mais crítica e profunda dessas questões nas práticas pedagógicas.

A transversalidade das temáticas raciais, que se destaca em várias séries do Ensino Fundamental, especialmente nas representações das contribuições dos povos africanos e indígenas, mostra que o currículo de História tem potencial para promover uma educação mais inclusiva. Porém, limitações são identificadas quando o assunto é gênero e sexualidade, evidenciando uma convergência com pouquíssima frequência e de forma implícita.

Apesar de o currículo oferecer oportunidades de alinhamento com o tema integrador, como apontado ao longo da pesquisa, a implementação efetiva dessas estratégias depende fortemente da intencionalidade dos/as docentes. Para que essas temáticas sejam devidamente abordadas, os/as professores/as precisam não apenas reconhecer as oportunidades implícitas, mas também ter uma formação adequada e um olhar crítico para explorar esses pontos de convergência nas aulas de História. Isso aponta para a necessidade de fortalecimento da formação docente, que deve ser contínua e orientada para temas de interseccionalidade, para que os/as docentes sejam capazes de reconhecer e trabalhar as diversas dimensões de raça, gênero, etnia e sexualidade de maneira mais crítica e explícita.

O estudo também evidencia que a abordagem implícita das questões de diversidade sexual e gênero cria desafios para os/as docentes, principalmente devido à dependência da formação crítica de cada um/a. Essa abordagem superficial limita a capacidade do currículo de gerar discussões significativas sobre resistência, identidade e desigualdade, o que enfraquece a possibilidade de alinhar as práticas pedagógicas ao enfrentamento do racismo, das violências de gênero e da LGBTfobia no ambiente escolar.

Assim, embora o componente curricular de História apresente um potencial significativo para promover o enfrentamento de opressões estruturais, é necessário que haja uma revisão e aprofundamento das orientações curriculares, tornando as questões de gênero e sexualidade

mais explícitas e garantindo a transversalidade entre as diversas disciplinas e temas. O fortalecimento da formação docente e o desenvolvimento de estratégias pedagógicas mais consistentes e interseccionais são fundamentais para que o currículo contribua de forma efetiva para uma educação crítica e emancipatória, que ajude a construir uma sociedade mais inclusiva e equitativa.

Por fim, o estudo confirma que o alinhamento entre o currículo de História e o tema integrador Educação para a Diversidade pode, sim, promover estratégias eficazes para o combate ao racismo, às violências de gênero e à LGBTfobia, desde que os/as professores/as estejam preparados/as para lidar com essas questões de forma crítica e propositiva.

REFERÊNCIAS

BAHIA. Secretaria da Educação do Estado da Bahia. Documento Curricular Referencial da Bahia para Educação Infantil e Ensino Fundamental. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2020.

BARDIN, Laurence. Análise de conteúdo. Traduzido por Luís Antero Reto, Augusto Pinheiro. São Paulo: Edições 70, 2011.

BUTLER, Judith. Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade. RJ: Editora Civilização Brasileira, 2003. (p.07-48).

COLLINS, Patricia Hill; BILGE, Sirma. Interseccionalidade. Tradução de Rane Souza. 1. Ed. São Paulo: Boitempo, 2020.

GOMES, N. L. Educação e Identidade Negra. **Aletria: Revista de Estudos de Literatura**, [S. l.], v. 9, p. 38–47, 2002. DOI: 10.17851/2317-2096.9.38-47. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/aletria/article/view/17912>. Acesso em: 17 jul. 2023.

GOMES, N. L. Educação, raça e gênero: relações imersas na alteridade. **Cadernos Pagu**, Campinas, SP, n. 6/7, p. 67–82, 1996. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/1862>. Acesso em: 20 nov. 2023.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista**, Guacira Lopes Louro — Petrópolis, RJ, Vozes, 1997. p. 14 – 36.

MUNANGA, Kabengele, **Algumas Considerações sobre “raça”, ação afirmativa e identidade negra no Brasil: fundamentos antropológicos**

lógicos, REVISTA, USP, São Paulo, n.68, p. 46 – 57, dezembro/fevereiro, 2005 – 2006.

SARDENBERG, Cecília M. B. & MACEDO, Márcia S. Relações de gênero: uma breve introdução ao tema. In: COSTA, Ana Alice Alcantara & VANIN, Alexnaldo Teixeira Iole Macedo (Org.). Ensino e Gênero: Perspectivas Transversais. Salvador: UFBA - NEIM, 2011. p. 33-48.

SCOTT, Joan. **Gênero**: uma categoria útil de análise histórica. In: Educação e Realidade, jul./dez. 1995, p. 71–99. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/educacaoerealidade/article/view/71721> acesso 10 de setembro de 2022.

OLIVEIRA, Iris Verena Santos de. Tem dendê na Base? Vidas negras e o Currículo Bahia. **Sér.-Estud.**, Campo Grande, v. 25, n. 55, p. 181-202, setembro de 2020. Acesso em 03 de setembro de 2024. Epub 01 de abril de 2021. <https://doi.org/10.20435/serie-estudos.v0i0.1467>.

DIVULGAÇÃO CIENTÍFICA E INCLUSÃO VIRTUAL: VOZES E AÇÕES DAS MULHERES (2021-2023)

Chiara Natércia França Araújo¹
Maria do Rosário de Fátima Andrade Leitão²

INTRODUÇÃO

O artigo se propõe a sistematizar e divulgar as contribuições de popularização da ciência realizadas por mulheres em ações da SBPC³ Regional de Pernambuco no período de 07/2021 a 07/2023, momento em que a função de Secretária da Instituição no Estado foi exercida por uma mulher. O texto se inspira no capítulo 7 do livro Memórias da SBPC Regional de Pernambuco (Chiara et al., 2023) e aprofunda questões citadas na referida publicação.

A temática dialoga com a epistemologia feminista, que aponta as desigualdades sociais que se constituem em obstáculos à ascensão das mulheres a espaços de poder e de decisão. Escrever sobre o tema do protagonismo feminino na ciência é contribuir para romper com os pressupostos e ações patriarcais. Por isso, os principais conceitos que possibilitaram a realização da pesquisa são oriundos da teoria feminista, que trata da divisão sexual do trabalho, teto de vidro, labirinto de cristal, entre outros (Costa, 2006; Hirata e Kergoat, 2007; Saffioti, 2015, 2013, 1987, 1984, 1979, 1978).

Trata-se de pesquisa quantitativa e qualitativa, que sistematizou as atividades realizadas, contabilizou o número de mulheres visibilizadas nas ações e as temáticas desenvolvidas, que foram online em resposta às limitações advindas do isolamento social, que restringiu as reuniões presenciais em função da epidemia de Covid-19. As transmissões foram realizadas pelo canal do YouTube Núcleo Econômico Integrado (NEI), coordenado por uma mulher.

Os resultados visibilizam que mulheres nos espaços de poder e de decisão tendem a incluir em suas ações as agendas de gênero com

1 Doutora em Economia pela Universidade Federal de Pernambuco. Professora Associada da Universidade Federal Rural de Pernambuco.

2 Doutora em Estudos Ibero-Americanos (UCM-Espanha). Professora Titular na Universidade Federal Rural de Pernambuco.

3 Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência.

as suas interseccionalidades⁴ de raça, renda, entre outras. Constatou-se que todas as lives e eventos na modalidade online perpassam diversas áreas do conhecimento, além de apresentarem temáticas atuais e alinhadas com o contexto nacional e internacional. As apresentações virtuais envolveram diversos profissionais, estudantes e acadêmicos, com capilaridade em diversas instituições públicas e privadas, com uma importante parceria que possibilitou a popularização da ciência.

A VOZ DAS MULHERES CIENTISTAS

A importância de visibilizar as mulheres cientistas é pautada pela epistemologia feminista, dando voz e evidenciando as contribuições das mulheres para o conhecimento científico em diversas áreas e popularizando a histórias das mulheres nas ciências, construindo um contraponto a outras questões, a exemplo da falta de paridade de gênero, a presença ou ausência das mulheres em diferentes áreas de conhecimento científico, as desigualdades de gênero alimentadas por concepções sexistas, evidenciado o androcentrismo nos ambientes de construção do conhecimento. O presente artigo dialoga com estas pautas.

Uma das grandes contribuições sobre a história das mulheres foi escrita por Michelle Perrot, historiadora que defende a paridade de gênero como base para a realidade de toda a humanidade, o que resulta em divisão do tempo, das tarefas e dos papéis de todos os seres humanos independente de sexo e gênero. Para a autora, a paridade deveria ser socializada e normatizada em todas as instâncias da vida social, incluindo a família, o trabalho e o poder. Defende que deve ser uma batalha travada por todas as gerações, para garantir mais justiça e equilíbrio, em suma equidade, Pedro (2003, p.1).

Por isso o debate sobre divisão sexual do trabalho é tão importante quando visibilizamos mulheres em espaços de poder e de decisão. Como são as protagonistas elencadas neste artigo, ao apresentarem live sobre diferentes temas científicos Hirata e Kergoat (2007).

Além de precisar superar a divisão sexual do trabalho, a partir da paridade no uso do tempo, seja nas atividades de reprodução social, seja na valorização de cargos de trabalho, seja assumindo espaços de poder e decisão. Há obstáculos recorrentes denominados de teto de vidro (glass ceiling) e labirinto de cristal, que consistem numa barreira aparentemente invisíveis que dificultam às mulheres alcançarem os níveis hierárquicos mais altos na sociedade Lima (2013, 884).

4 Ver Bandeira, 2005.

MULHERES EMPODERADAS E SBPC DE PERNAMBUCO: ATIVIDADES E DISCUSSÕES REALIZADAS EM TEMPOS DE PANDEMIA

É sempre importante destacar a atuação das mulheres, especialmente quando o espaço de tempo se refere a um período adverso da história, em que o isolamento social prevaleceu. O momento da Covid-19 representou um marco de superação, pois obrigou a humanidade a se reinventar em vários aspectos: saúde, cuidados com a higiene, interações de trabalho e pessoais, aprendizagem, comunicação, entre outros. Observando esse momento, faz-se necessário destacar o período de governança exercido por uma mulher frente à SBPC Regional de Pernambuco durante o período de 07/2021 a 07/2023. Esse período refere-se ao secretariado de Maria do Rosário de Fátima Andrade Leitão.

Na intenção de seguir as recomendações da OMS, a SBPC Regional-PE buscou adequar-se às normas impostas pelo distanciamento social. Era necessário seguir, proporcionando o incentivo e a divulgação da ciência. As tecnologias virtuais prevaleceram nesse momento e provaram que é possível manter a comunicação e a interação, atingindo uma capilaridade além das fronteiras. O canal do YouTube Núcleo Econômico Integrado (NEI), coordenado por uma mulher (Chiara Natércia França Araújo), tornou-se, neste momento, um grande parceiro da SBPC Regional-PE, quando viabilizou a maioria das transmissões, proporcionando um ambiente virtual de disseminação da ciência e da inovação tecnológica, considerando diversos saberes. Pessoas de diversas áreas do conhecimento e instituições abrilhantaram as ações da SBPC Regional-PE durante esse secretariado.

As lives organizadas e/ou protagonizadas pela secretária Maria do Rosário de Fátima Andrade Leitão (biênio 07/2021 a 07/2023) destacaram temas importantes, a exemplo da luta pela garantia dos direitos democráticos, das ações de resistência contra os cortes recorrentes das bolsas da pós-graduação e dos recursos das universidades. Temas relacionados à educação, à saúde, ao desenvolvimento tecnológico, ao meio ambiente, às questões de raça, gênero e classe social, entre outras, foram especialmente discutidos por mulheres.

A seguir, é possível verificar na Tabela 1 a descrição resumida das ações do mencionado secretariado, no primeiro semestre do referido mandato, tendo como destaque a presença feminina como palestrante ou organizadora/mediadora da apresentação. Apesar de existirem eventos listados na tabela em que não houve a presença de uma mulher

como palestrante, ainda assim, o evento merece destaque, pois todas as apresentações foram organizadas e validadas durante uma gestão feminina.

Tabela 1. Lives realizadas pela SBPC-PE em 2021				
	Data	Tema	Palestrante	Evento
1	07/09/2021	“Elas Debatem Ciência”	Ana Maria Colling (UFGD)	Virada da Independência, realizada pela Diretoria da SBPC
2	07/10/2021	Criação do canal “Ciência Popular”	Maria do Rosário de Fátima Andrade Leitão (UFRPE) e Helinando Oliveira (Univasf)	Programa Ciência às Sete
3	15/10/2021	“Dia Nacional de Defesa da Ciência”	José Antônio Aleixo (UFRPE) e Anísio Brasileiro (UFPE)	Cortes na C&T e o futuro da ciência no Brasil
4	20/10/2021	“Paulo Freire e a Extensão”	Mônica Folena (UFRPE) e Marcos Antônio Figueiredo (UFRPE)	Paulo Freire e a Extensão
5	25/10/2021	“SBPC e Semanas de C&T: histórico, evolução e situação atual com os cortes orçamentários”	Ildeu Moreira (UFRJ), Sergio Rezende (UFPE) e Rafael Dubeux (SDECTI)	Semana Municipal de Ciência e Tecnologia
6	25/10/2021	“Dialogando com as tecnologias na telessaúde”	Edison Albuquerque (Poli-UPE) e Claudinalle Farias Queiroz de Souza (Cisam UPE)	Semana Municipal de Ciência e Tecnologia
7	26/10/2021	“A produção de podcast durante a pandemia”	Giovana Mesquita (UFPE), Sheila Borges (UFPE) e Amanda Mansur (UFPE)	Semana Municipal de Ciência e Tecnologia
8	26/10/2021	“Os impactos das tecnologias da informação na educação”	Marcelo Carneiro Leão (UFRPE), Hernandes Rodrigues (UPE) e por Anísio Brasileiro (UFPE)	Semana Municipal de Ciência e Tecnologia

9	27/10/2021	“Esgoto e saneamento em Recife e soluções tecnológicas”	Fernando Porto (UFRPE) e Marília Castro (IFPE)	Semana Municipal de Ciência e Tecnologia
10	28/10/2021	“Mulheres e ciência”	Cida Pedrosa (ve-readora), Giovanna Machado (Cetene) e Glauce Medeiros (secretária da Mulher da Prefeitura do Recife)	Semana Municipal de Ciência e Tecnologia
11	28/10/2021	“Covid-19: panorama atual”	Sergio Rezende (UFPE) e Jones Albuquerque (UFPE)	Semana Municipal de Ciência e Tecnologia
12	29/10/2021	Narrativa popular e ciência (escrita): um diálogo a decodificar	Luís Martins (IELT/FCSH/UNL) e Gilmar Furtado (IFAL)	Semana Municipal de Ciência e Tecnologia
13	25/11/2021 a 10/12/2021	● “Racismo e intolerância: ser pessoa negra no Brasil de hoje”	Rosa Maria de Aquino (UFRPE) e Simony dos Anjos (doutoranda-USP)	16 dias de ativismos pelo fim da violência contra as mulheres ONU Mulheres
14	03/12/2021 e 09/12/2021	Rodas de Diálogo: 1) “Escolaridade x Violência Doméstica” e, 2) “Assédio na academia”	Sônia Guimarães (ITA), da delegada Silvana Carla Pereira da Costa e da convidada Milena Barroso	16 dias de ativismos pelo fim da violência contra as mulheres ONU Mulheres
15	07/12/2021	“Prevenção à violência de Gênero na escola”	Aline Malta, chefe da Unidade de Educação para as relações de gênero e sexualidades da Secretaria de Educação e Esportes de Pernambuco e Millena Valença (SEDUC-PE)	16 dias de ativismos pelo fim da violência contra as mulheres ONU Mulheres
16	10/12/2021	Lançamento do livro: “A cidadania da mulher brasileira”	Ana Maria Colling (UFGD)	16 dias de ativismos pelo fim da violência contra as mulheres ONU Mulheres

17	09/12/2021	Lançamento do livro: “Mulheres, educação e trabalho”	Maria Helena Santana Cruz e Ana Paula Leite Nascimento - (IFS)	16 dias de ativismos pelo fim da violência contra as mulheres ONU Mulheres
18	09/12/2021	“Mulher e Ciência”	Socorro Cavalcanti (vice-reitora da UPE), Rosário Andrade (SBPC/UFRPE) e Monica Tomé (Univasf)	16 dias de ativismos pelo fim da violência contra as mulheres ONU Mulheres

Fonte: Dados da pesquisa

Na tabela I identificamos 18 eventos, nos quais participaram 21 mulheres e 17 homens, contou-se com a participação de 17 instituições, a Universidade Nova de Lisboa (IELT/FCSH/UNL) e outras 16 instituições nacionais e locais: Universidade de São Paulo - USP, Instituto Tecnológico de Aeronáutica - ITA, Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ, Universidade Federal da Grande Dourados - UFGD, Universidade Federal de Sergipe -UFS, Instituto Federal de Sergipe - IFS, Instituto Federal de Alagoas - IFAL, Universidade Federal Rural de Pernambuco - UFRPE, Universidade de Pernambuco - UPE, UFPE, Secretaria de Educação de Pernambuco - SEDUC-PE, Instituto Federal de Pernambuco - IFPE, Universidade Federal de Pernambuco UFPE, Universidade Federal do Vale do São Francisco - Univasf, Secretaria da Mulher da Prefeitura do Recife, Centro de Tecnologias Estratégicas do Nordeste - Cetene, Secretaria de Desenvolvimento Econômico Recife -SDECTI, Câmara de Vereadores/as Recife. Desta forma, uma diversidade de vozes, que incluem as interseccionalidades de gênero, geração, raça, classe social e territorial. Incluindo diferentes temáticas e diversas áreas do conhecimento científico.

Tabela 2. Lives realizadas pela SBPC-PE em 2022

Nº	Data	Tema	Palestrante	Evento
1	13/05/2022	“Covid-19: desafios da informação”	Ana Brito (UPE/Fundação Oswaldo Cruz) e Ana Cláudia Farranha (UNB)	Marcha pela Ciência

2	13/05/2022	“Saúde e Ciência”	Secretárias da SBPC da época: Carolina Freire (Paraná), Cristiane Brito (Minas Gerais), Rosa Couto (Manaus) e Rosário Andrade (Pernambuco)	Marcha pela Ciência
3	02/09/2022	“Ciência e segurança pública”	Daniel Cerqueira (Ipea) e Murilo Cavalcanti, secretário de Segurança Cidadã da Prefeitura do Recife	Bicentenário da Independência do Brasil
4	06/09/2022	Independências e ensino de história	Karina Melo (UPE), Arnaldo Szlachta (UFPE) e Cibele Barbosa (Fundaj)	Bicentenário da Independência do Brasil
5	06/09/2022	“ Interseccionalidades Gênero, raça e classe social nos processos de independência”	Alcileide Cabral (UFRPE) e Andrea Bandeira (UPE)	Bicentenário da Independência do Brasil

Fonte: Dados da pesquisa

No ano de 2022, houve uma diminuição dos eventos online, considerando que as ações presenciais começaram a ocorrer com maior frequência. A SBPC-PE realizou cinco eventos com o apoio do NEI, nos quais contou com a participação de 11 mulheres e 3 homens, além de 12 instituições, entre elas as regionais da SBPC em Pernambuco, Amazonas, Minas Gerais e Paraná; o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea); a Universidade de Brasília (UnB); a Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE); a Universidade de Pernambuco (UPE); a Fundação Joaquim Nabuco (Fundaj); a Secretaria de Segurança do Recife; e o Centro Universitário Frassinetti do Recife (Unifafire). Os principais focos foram a Marcha da Ciência e o Bicentenário da Independência do Brasil, nos quais se priorizou a diversidade de abordagens com interseccionalidades de gênero, geração, raça, classe social e território. Foram incluídas diferentes temáticas e diversas áreas do conhecimento científico, entre elas direito, saúde, segurança pública, meio ambiente, ensino e interseccionalidades muitas vezes invisíveis nos discursos históricos.

Tabela 3. Lives realizadas pela SBPC-PE em 2022				
Nº	Data	Tema	Palestrante	Evento
1	18/04/2023 e 19/04/2023	Mesa 1 - “Retomada da Pesquisa Universitária”	Marcia Aguiar (Fundaj), Hildete Pereira de Melo (UFF) e Maria Eulina Pessoa de Carvalho (UFPB)	II Seminário Mulheres em carreiras universitárias e espaços de poder
2	18/04/2023 e 19/04/2023	Mesa 2 - “Mulheres na gestão”	Maria das Graças Soares (UniFafire), Maria Socorro Cavalcanti (UPE), Glauce Medeiros (Secretaria da Mulher do Recife), Rejane Mansur (UFRPE), Ana Brito (Fiocruz) e Maria do Carmo F. Soares (UFRPE)	II Seminário Mulheres em carreiras universitárias e espaços de poder
3	18/04/2023 e 19/04/2023	Mesa 3 - “Relatos e reflexões sobre docência e vivências em fotografia e vídeo”	Amanda Mansur (CAA/UFPE), Iomana Rocha (CAA/UFPE), Priscila Bhur (fotógrafa) e Juliana Leitão (CAA/UFPE)	II Seminário Mulheres em carreiras universitárias e espaços de poder
4	18/04/2023 e 19/04/2023	Mesa 4 - “Interlocuções sobre mulheres, mídias e cultura”	Nataly de Queiroz Lima (Aeso-PE), Catarina de Angola (consultora de comunicação), Isaura Rufino Fischer (Fundaj), Luizy A. da Silva Carlos (Rádio Frei Caneca) e Salett Tauk Santos (UFRPE)	II Seminário Mulheres em carreiras universitárias e espaços de poder

5	18/04/2023 e 19/04/2023	Mesa 5 - “Meninas e mulheres na ciência”	Fernanda Sobral (SBPC/UnB), Mirian Grossi (SBPC/UFSC), Mirlene Fátima Simões (UNESP/CA), Giovanna Machado (Cetene) Rosário Andrade (SBPC/UFRPE)	II Seminário Mulheres em carreiras universitárias e espaços de poder
6	18/04/2023 e 19/04/2023	Mesa 6 - “Mulheres, ciência e educação de qualidade: por dentro do projeto ‘Levando Ciência’”	Allana Casé, Hadislayne Karine, Juliane Guedes e Mayara Bernardo, membros do projeto “Levando Ciência”. A interlocução foi de Regina Melo (SBEM-PE e UPE) e de Joana Florêncio (SDECTI)	II Seminário Mulheres em carreiras universitárias e espaços de poder
7	18/04/2023 e 19/04/2023	Mesa 7 - “Mulheres na Ciência e Tecnologia”	Sonia Guimarães (ITA), Cristina Castro Lucas de Souza (UNB) e Giovanna Machado (Cetene)	II Seminário Mulheres em carreiras universitárias e espaços de poder
8	13/07/2023	“Povos Originários, Mulheres Indígenas, suas trajetórias e convivências, e o Marco Temporal das Terras Indígenas”	Aliã Wamiri Guajajara, mulher indígena piauiense, da etnia Guajajara, Lara Couto da Secretaria da Mulher - Prefeitura da Cidade do Recife, Rosário Andrade Secretária da SBPC-PE e Chiara França – UFRPE	Última live da gestão biênio 07/2021 a 07/2023

9	26/07/2023	Repositório de Memórias e Publicações da Regional-PE	Rosário Andrade (UFRPE), Chiara França (UFRPE), Mari- lia Lyra (IFPE) e Eric Bem (Doutorando em Etnobiologia e Conservação da Natureza pela UFRPE)	Lançamento do site “sbpcpe.com.br – Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência em Pernambuco”
---	------------	--	---	---

Fonte: Dados da pesquisa

A Tabela 3 apresenta dados de nove eventos em que houve um aumento na participação de mulheres, totalizando 38 mulheres e 1 homem. Esses eventos contaram com a contribuição de 17 instituições, entre elas a Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE), o Instituto Federal de Pernambuco (IFPE), a Secretaria da Mulher da Prefeitura da Cidade do Recife, o Centro de Tecnologias Estratégicas do Nordeste (Cetene), o Centro Acadêmico do Agreste (CAA/UFPE), a Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ-PE), a Secretaria de Desenvolvimento Econômico do Recife (SDECTI), a Fundação Joaquim Nabuco (Fundaj), a Universidade de Pernambuco (UPE), o Centro Universitário Barros Melo (AESO-PE), a Rádio Frei Caneca (PCR), a Universidade Federal Fluminense (UFF), a Universidade de Brasília (UnB), a Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), a Universidade Estadual Paulista (UNESP/CA) e o Centro Universitário Frassinetti do Recife (Unifafire), localizadas em diferentes estados do Brasil.

CONCLUSÃO

Em síntese, pode-se afirmar que a SBPC Regional de Pernambuco fez história ao visibilizar as vozes das mulheres e se posicionar como protagonista em meio a um contexto adverso de crise sanitária. O trabalho realizado demonstrou o quanto a SBPC-PE se superou ao envolver membros, tanto sócios quanto não sócios, em debates e conferências em prol da disseminação da ciência, da cultura e de questões socioeconômicas e políticas. Uma trajetória que buscou desbravar o mundo virtual com a intenção de manter a conexão com diversos saberes, o que significou, em muitos momentos, reinventar e aprender novas técnicas de construção de saberes e de comunicação do processo de construção do conhecimento acadêmico, sem perder de vista a inclusão das mulheres

nos espaços de poder e decisão. Ultrapassando os 50% de representação feminina desde o primeiro semestre do mandato, essa diversidade também foi perseguida no que se refere a classe, raça, geração, território, entre outros aspectos.

REFERÊNCIAS

BANDEIRA, Lourdes. Brasil Fortalecimento da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres avancarem na transversalidade da perspectiva de Gênero nas Políticas Públicas. Brasília, CEPAL, SPM, 2005.

COSTA, Maria da Conceição. Ainda Somos Poucas: Exclusão e Invisibilidade na Ciência. Cadernos Pagu (27), julho-dezembro de 2006, pp.455-459.

FRANÇA, Chiara Natércia Araújo; Soares, Maria do Carmo Figueredo; Leitão, Maria do Rosário de Fátima Andrade. SBPC-PE Desbravando o Mundo Virtual. In Memórias da SBPC: regional de Pernambuco/ Maria do Rosário de Fátima Andrade Leitão, Rosilene Dias Montenegro, Organizadoras... [et al] 1 ed.: Recife: EDUFRPE, pp. 236-286, 2023.

HIRATA, Helena, KERGOAT. DANIELE. Novas Configurações da Divisão Sexual do Trabalho. Cadernos de Pesquisa, v. 37, n. 132, p. 595-609, set./dez. 2007. Disponível em chrome-extension://efaidnbnmnbbpcjpcglclefindmkaj/https://www.scielo.br/j/cp/a/cCztcWVvvtWGDvFqRmdsBWQ/?format=pdf&lang=pt. Acesso 05 out 2024.

LIMA, Betina Stefanello. O labirinto de cristal: as trajetórias das cientistas na Física. Artigos • Rev. Estud. Fem. 21 (3) pp. 883-903 • Dez 2013. Disponível em <https://www.scielo.br/j/ref/a/v7m9qddqJPRMhS-myhny7kQgq/#>. Acesso 30 set 2024.

PEDRO, Joana Maria. Michelle Perrot: a grande mestra da História das Mulheres Ponto de Vista • Rev. Estud. Fem. 11 (2) • dez 2003. Disponível em [cielo.br/j/ref/a/8Hb5vYmHRy4fkxyxkSsqgqh/#](https://www.scielo.br/j/ref/a/8Hb5vYmHRy4fkxyxkSsqgqh/#). Acesso em 01 out 2024.

SAFFIOTI, Heleieth. Gênero, patriarcado e violência. 2ª edição, São Paulo: Expressão popular: Fundação Perseu Abramo, 2015.

SAFFIOTI, Heleieth. A Mulher na Sociedade de Classes: mito e realidade. Heleieth Saffioti. 3a edição. São Paulo: Editora expressão popular, 2013.

SAFFIOTI, Heleieth. O poder do macho. São Paulo: Moderna, 1987.

SAFFIOTI, Heleieth. Mulher Brasileira: opressão e exploração. Achiamé, Rio de Janeiro, 1984.

SAFFIOTI, Heleieth. Emprego doméstico e capitalismo. Avenir editora limitada, Rio de Janeiro, 1979.

SAFFIOTI, Heleieth. Emprego doméstico e capitalismo. Petrópolis, Vozes, 1978.

FORMAÇÃO EM GÊNEROS E SEXUALIDADES NA UFBA: REFLETINDO SOBRE A IMPORTÂNCIA DO AUTOCONHECIMENTO NA FORMAÇÃO DOCENTE

Emerson dos Santos Menezes
Andressa Oliveira Conceição Sacramento
Ana Paula Gomes da Silva
Izaura Santiago da Cruz

INTRODUÇÃO

Em meio às dez competências gerais da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), encontra-se, na competência oito, o autoconhecimento, o autocuidado e a compreensão da diversidade humana (Brasil, 2017). Essa diretriz educacional é entendida como uma competência socioemocional, na qual o trabalho pedagógico deve proporcionar condições para que o estudante possa “Conhecer-se, apreciar-se e cuidar de sua saúde física e emocional, compreendendo-se na diversidade humana e reconhecendo suas emoções e as dos outros, com autocritica e capacidade para lidar com elas” (Brasil, p. 10, 2017). E como compreender o outro sem compreender a si mesmo? Como compreender a diversidade humana sem compreender suas próprias diversidades?

Para lecionar, é preciso considerar as vivências do cotidiano e seus envoltimentos socioculturais, que contribuem para a construção da subjetividade da pessoa estudante. Mas, para isso, é necessário que o(a) docente busque explorar seus conhecimentos sobre si e sobre sua percepção em relação ao(a) outro(a). É perceptível que as práticas pedagógicas de professoras e professores sofrem interferências de suas vivências diárias, impactando diretamente na sala de aula

Mesmo sem perceber conscientemente, cada professor vai, na sua trajetória, internalizando conceitos e atitudes, que mais tarde, revelar-se-ão em suas práxis docentes. Todas as aprendizagens que irá edificar seu ofício de professor serão o resultado das relações sociais, que desde a infância, na família, nas instituições educativas, ou, ainda, nos ambientes culturais, o constituirão. (Santos, Antunes, Bernardi, p. 47, 2008). (sic)

É relevante que professores e professoras entendam os marcadores sociais (raça, classe, gênero, etnia) que perpassam sua vida, como um elemento importante para compreender os contextos sociais nos quais as(os) estudantes estão situadas(os). E que, dessa forma, seja possível construir interações nas quais a(o) professora(o) possa ajudá-los(as) a compreenderem a si mesmos dentro do ambiente escolar.

Sabendo disso, como trazer o autoconhecimento atrelado à diversidade humana para a vida da (o) docente, de modo que, em sua prática pedagógica, estas (es) possam levar esses aprendizados para a sala de aula? Como trabalhar questões sociais de modo transversal, para que as pessoas possam buscar entender cada vez mais a diversidade humana? E qual diversidade tratar? A retirada dos termos “Gênero” e “Orientação sexual” da BNCC e do PNE pode ocasionar uma limitação no discurso sobre a diversidade, mas a remoção desses termos não impede que professoras(es) tratem desses assuntos em sala de aula. Até porque eles fazem parte da subjetividade de qualquer pessoa, mas, para isso acontecer, é preciso formar professoras e professores aptos a abordar esses assuntos de maneira humanizada, crítica e científica. “Precisamos marcar nossos posicionamentos e nos envolver ainda mais com as causas das questões de gênero e orientação sexual, em nossas Universidades, durante a formação de professores/as e nos demais espaços educativos” (Mendes, Maheirie, Gesser, p. 149, 2024).

Visando esses fatores, o curso de Formação em Sexualidades, Gêneros e Corporeidade emerge para promover reflexões sobre as diversas vivências dos gêneros e das sexualidades no ambiente escolar. Seu objetivo principal é problematizar as relações de gênero e as expectativas socioculturais associadas, fornecendo subsídios para a formação inicial e continuada de estudantes dos cursos de licenciatura da UFBA e de docentes da Educação Básica. O curso busca capacitar os participantes para desenvolverem atividades que abordem temas de sexualidade e relações de gênero, atendendo à crescente demanda dessas discussões nas escolas e suprimindo a carência nos currículos de formação docente.

Realizado de abril de 2023 a janeiro de 2024, o curso teve encontros mensais aos sábados, com duração de 4 horas cada, e atividades adicionais no Moodle da UFBA, totalizando 75 horas. Contou com 40 inscritos, com uma média de 11 a 15 participantes por encontro.

Os conteúdos foram explorados por meio de leituras, discussões de textos e notícias em diversas mídias, exibição de filmes, músicas, atividades de percepção corporal e dinâmicas, seguidos de debates e sistematização de conceitos. Além disso, um contrato de respeito e con-

fidencialidade foi estabelecido no início do curso para garantir um ambiente seguro para a troca de experiências.

As temáticas abordadas incluíram: conceitos introdutórios sobre gênero, sexo e sexualidade; construção sócio-histórica dos aspectos biológicos da sociedade, tabus e mitos; métodos contraceptivos, aborto e suas relações com a cultura e a sociedade, sob a perspectiva dos direitos humanos, saúde sexual e reprodutiva; o papel da escola e das (os) professoras (es) na identificação, denúncia e proteção das vítimas de violência doméstica, de gênero e sexual; combate ao sexismo, homofobia, lesbofobia, bifobia e transfobia no ambiente escolar.

PERFIL DOS PARTICIPANTES DO CURSO DE FORMAÇÃO EM GÊNEROS, SEXUALIDADES E CORPOREIDADE

Ao final do curso, foi enviado um questionário com um total de 18 respondentes. A partir desse questionário, foi possível definir o perfil dos(as) respondentes: os participantes, em sua maioria, se identificaram como homens negros, possuindo entre 21 e 25 anos, oriundos dos cursos de Ciências Biológicas ou Ciências Naturais, sendo pessoas LGBTQIAPN+ e metade heterossexuais e sem religião.

Especificamente em relação ao curso de graduação, tivemos a participação de pessoas dos cursos de Matemática, Ciências Sociais, Ciências Biológicas, Letras Vernáculas, Ciências Naturais, Artes Visuais, Teatro, Filosofia e Gênero e Diversidade. Entretanto, houve um maior número de participantes dos cursos de Ciências Biológicas e Naturais, o que talvez decorra do fato de que essas disciplinas ainda são vistas como as “responsáveis” pela discussão dessas temáticas de gêneros e sexualidades nos espaços escolares. Ao mesmo tempo, o fato de haver pessoas dos cursos ligados às artes, como teatro e artes visuais, denota uma ampliação do campo de discussão desses temas, saindo da abordagem mais tradicional, no campo da saúde e das ciências biomédicas.

Os dados sobre a orientação sexual das pessoas participantes também trazem elementos interessantes, uma vez que 50% dos respondentes se consideram bissexuais, e o restante se divide entre heterossexuais (25%), homossexuais (18,8%) e um pequeno grupo que se identificou como pansexual (6,2%). Ou seja, a maioria se declarou como bissexual, o que pode apontar para uma expressão um pouco mais

livre das sexualidades, tendo em vista que se tratava de um espaço de segurança e acolhimento.

No que se refere às identidades, a maior parte dos respondentes (50,0%) se identificou como pertencente ao gênero masculino, 31,3% ao gênero feminino e 18,8% das pessoas se identificaram como não-binárias, o que também aponta para uma ampliação das possibilidades de expressão e contribui muito para o aprofundamento dos debates acerca das relações entre sexo biológico, identidade de gênero e orientação sexual durante as atividades do curso.

É importante ressaltar que, apesar do perfil da maioria dos participantes, durante o período do curso foi revelada uma ampla diversidade de identidades, incluindo pessoas negras, pessoas LGBTIAPN+ e de diversas áreas das licenciaturas, permitindo um ambiente plural e acolhedor. Isso promove um ambiente enriquecedor e interseccional.

Na sociedade atual, diversos marcadores sociais determinam como uma pessoa será impactada, seja de forma positiva ou negativa. Um exemplo claro é o marcador de gênero, pois entre homens e mulheres, é evidente como as mulheres são afetadas pelo machismo e pelo patriarcado. No entanto, quando essa mulher também é negra, outro marcador de exclusão social entra em cena: o racismo. Isso nos leva a compreender que, quanto mais uma pessoa carrega marcadores de opressão, mais ela é negligenciada e marginalizada pela sociedade.

Essa definição prática descreve o principal entendimento da interseccionalidade, a saber, que, em determinada sociedade, em determinado período, as relações de poder que envolvem raça, classe e gênero, por exemplo, não se manifestam como entidades distintas e mutuamente excludentes. De fato, essas categorias se sobrepõem e funcionam de maneira unificada. Além disso, apesar de geralmente invisíveis, essas relações interseccionais de poder afetam todos os aspectos do convívio social (Collins; Bilge, p.17, 2021).

Assim, a partir de uma perspectiva interseccional, é possível entender como diferentes aspectos de nossa identidade — raça, gênero, classe, etc. — se entrelaçam e afetam como vivenciamos as desigualdades. Além disso, explora como essas interações impactam nas formas de resistência e luta contra essas desigualdades. Para entender a essência da interseccionalidade, não basta olhar apenas para as desigualdades causadas, mas também para como as pessoas agem e reagem em resposta a essas desigualdades.

A autora Patricia Hill Collins, em seu livro “Interseccionalidade”, apresenta seis ideias centrais para compreender a interseccionalidade: desigualdade social, relações de poder interseccionais, contexto social, racionalidade, justiça social e complexidade (Collins; Bilge, 2021). Esses conceitos podem ser claramente percebidos nos discursos e experiências dos participantes do curso, revelando como diferentes marcadores sociais se entrelaçam, gerando diferentes formas de opressão e privilégios. Isso reforça a ideia de que, para promover uma sociedade mais justa, é necessário compreender a complexidade das múltiplas camadas de opressão que impactam as pessoas em diferentes níveis.

Entender os marcadores sociais dos respondentes nos auxilia a compreender a perspectiva de cada um deles e a realidade em que essas pessoas estão inseridas.

METODOLOGIA

A partir dos dados produzidos durante as atividades que ocorreram no curso de formação, que consistiram em respostas a dois questionários disponibilizados no momento da inscrição do curso e no encerramento das atividades, além de relatos produzidos ao final de cada encontro, por meio de diários de campo, foram realizadas análises considerando as respostas como textos que foram remetidos aos discursos dos(as) participantes. Assim, dentre as 18 respostas coletadas no questionário final do curso, cuja pergunta central foi: “Qual o impacto deste curso na sua vida e/ou na sua profissão?”, as reflexões expressas nos relatos foram analisadas a partir de elementos da análise de discurso. Dessa forma, a partir dessas respostas, emergiram duas categorias principais, a saber: “O autoconhecimento adquirido durante o curso” e “A transformação do olhar para com o outro”. No presente artigo, em função das limitações de laudas, será apresentada e discutida apenas a análise da segunda categoria, “A transformação do olhar para com o outro”.

As análises se fundamentaram em uma perspectiva foucaultiana, apresentando algumas reflexões sobre os processos de identificação do sujeito, considerando as possíveis interpretações por meio de princípios e procedimentos da análise de discurso, buscando entender que o significado das palavras se encontra além do que está simplesmente escrito.

DAS ESCRITAS DE SI À PERCEPÇÃO SOBRE AUTOCONHECIMENTO

A produção de dados que ora analisamos se deu a partir de provocações na forma de solicitações de produção de textos, partindo de enunciados que convocaram as pessoas cursistas (estudantes de licenciaturas e docentes de educação básica) a refletirem sobre questões pertinentes às vivências das sexualidades e/ou das suas identidades de gênero, e de questões abertas apresentadas às pessoas no formato de um questionário. Assim, foram propostas reflexões que remeteram às vivências de cada pessoa e também às construções mediadas pelas instituições sociais e, mais recentemente, pela mídia. Além disso, no início do curso, foi solicitado que todas as pessoas escrevessem sobre as suas expectativas e, ao final, a escrita proposta foi uma avaliação do curso e de seus impactos para a trajetória acadêmica e profissional.

A partir das discussões de Margareth Rago, inspirada nas provocações de Foucault sobre “[...] os relatos autobiográficos como ‘escritas de si’... [...] como aberturas para o outro, como espaços intersubjetivos em que se buscam a constituição de subjetividades éticas e a transformação social” (Rago, 2013, p. 2), pensamos que o exercício proposto às pessoas participantes, de escrever narrativas sobre as suas experiências nos campos das identidades de gênero e das expressões das sexualidades, proporcionou momentos muito valiosos para o grupo, que se refletiram nas discussões trazidas para o coletivo, mas, principalmente, nas percepções de si mesmo/a.

Dessa forma, na seção seguinte, traremos alguns relatos que evidenciam esse processo e que foram organizados na categoria “autocanhecimento”, a partir dos excertos apresentados em seguida.

RELATOS E AS AUTOPERCEPÇÕES

O modelo escolar tradicional não foi projetado pensando na diversidade humana, formando um ambiente que resiste em ser receptivo às diferenças, segregando os sujeitos pelas suas características sociais e étnicas, fazendo com que os mais diversos assuntos sejam ocultados dentro dos muros escolares. Desde o currículo, que permeia a sala de aula e os livros didáticos, a diversidade não é tratada de uma forma crítica que permita uma abordagem que valorize as identidades humanas para além dos moldes heterossexuais. Esses fatores não criam apenas lacunas educacionais, mas também limitam as possibilidades de a

identidade ser construída no âmbito escolar, criando anseios para quem passa por esse ambiente sistematicamente limitado. O ensino superior, muitas vezes, acaba reproduzindo essas tradicionalidades, perpetuando metodologias pedagógicas convencionais e abordagens já estabelecidas. As respostas recebidas no questionário final do curso trazem relatos que demonstram as possibilidades de futuros profissionais que poderão romper com essas limitações sistêmicas:

“Como estudante de Biologia e futura professora, esse curso não apenas enriqueceu minha compreensão acadêmica, mas também ressoou profundamente na minha jornada pessoal. Ao explorar as nuances das questões de gênero e sexualidade, encontrei uma plataforma para amplificar as vozes das minorias, incluindo a minha” (Estudante de Ciências Biológicas 1)

O relato mostra que, para além do objetivo formacional, o curso proporcionou atividades e momentos que possibilitaram a reflexão sobre si, trazendo esse aprofundamento para a estudante, que reconheceu o curso como uma “plataforma para amplificar vozes”. Pode-se observar que essa “plataforma” é uma tecnologia social que permite a proliferação do senso crítico para romper com as normas do senso comum:

A norma, em nossa sociedade, remete ao homem branco, heterossexual, de classe média, urbano, cristão, sem deficiência. Tudo o que não está nessas identidades passa a ser marcado, medicalizado, abjeto. O que se deve pensar, contudo, é que a norma é uma produção cultural. Ela pode ser tensionada, repensada, questionada, fraturada. (Xavier Filha, p. 218, 2017)

Como destaca Constantina Xavier Filha, se essas normas são produzidas em sociedade, esses mesmos grupos sociais podem também reconstruí-las. E os processos de escolarização e formação são locais para esses debates que podem promover essas desconstruções.

A respondente se identifica como uma mulher, negra, bissexual e sem religião, colocando-se nesse lugar de minoria social, reconhecendo os seus marcadores e atravessamentos na sociedade. Desse modo, é necessário ampliar espaços formativos que possam trazer essa potencialização a vozes de grupos minoritários no ambiente acadêmico, principalmente dentro da formação docente, para que essas futuras(os) professoras(es) possam levar essa potência para a sala de aula. No relato da estudante, ao mencionar que encontrou “uma plataforma para amplificar as vozes das minorias, incluindo a sua”, há um indicativo claro de que o curso proporcionou um espaço de reconhecimento de identi-

dades por vezes marginalizadas, reforçando a importância de fortalecer essas experiências no contexto educacional. Esse autoconhecimento possibilita um olhar crítico sobre as desigualdades, potencializando sua capacidade de atuar como agentes de transformação social dentro e fora da sala de aula.

Assim, o autoconhecimento, ao ser fomentado por cursos/formações dentro da universidade, especificamente nos cursos de licenciatura, favorece o fortalecimento da identidade profissional dos docentes, além de ampliar seu repertório para abordar as questões de gênero e sexualidade com sensibilidade e profundidade, impactando diretamente suas práticas pedagógicas e contribuindo para uma educação equitativa e inclusiva.

“Se tivesse que escolher uma palavra para definir a experiência, essa palavra seria conexão. Primeiramente, o curso possibilitou uma ligação conosco a partir de momentos de imersão com nossos próprios corpos e com os corpos alheios. O que, de início, causou estranheza, ao decorrer dos encontros foi se tornando importante para nós abriremos e repensarmos sobre diversidades e possibilidades de existir e se relacionar com as pessoas. [...]” (Estudante de Ciências Biológicas 2)

Dentro da universidade, o comum é focar em exercitar o intelecto, o que pode fazer com que haja uma linha de raciocínio na qual corpo e mente estão separados. “Há uma tradição de se priorizar a mente em detrimento do corpo. A preocupação da escola é com a cabeça, com o intelecto. Nada que diga respeito ao corpo, a seus desejos, prazeres e desprazeres, seria campo de atenção da escola” (Xavier Filha, p. 224, 2017).

O pensamento de não refletir sobre o próprio corpo vem desde a educação básica, onde a corporeidade será trabalhada de forma limitada nas aulas de educação física, em que, por diversos fatores, como o currículo e o investimento, as atividades propostas poderão se resumir em gêneros, podendo ocorrer a famigerada separação “futebol para os meninos e balé para as meninas”, ignorando a diversidade de corpos com suas possibilidades e limitações.

O relato destaca a palavra “conexão” como central para descrever a experiência do curso, evidenciando a importância da ligação consigo mesmo e com os outros. Essa conexão surge como um processo que envolve tanto o autoconhecimento quanto a abertura para novas perspectivas sobre as diversidades humanas. O curso, ao desenvolver essa conexão, desafia os(as) participantes a refletirem sobre seus preconceitos e limitações, favorecendo um espaço seguro para que se sintam à vontade para explorar essas questões. A conexão citada também

se refere ao coletivo, à medida que as pessoas começam a entender que a diversidade corporal e identitária não é algo a ser temido, e sim acolhido e celebrado. Esse processo de abertura e reconexão com o próprio corpo e o dos outros é fundamental para que professores e professoras possam desenvolver uma prática pedagógica mais inclusiva e consciente das múltiplas identidades e existências presentes na escola.

“Impacto gigantesco, tendo em vista tudo o que foi abordado na trajetória do curso. Enriqueceu enormemente minha bagagem sociocultural e no que diz respeito às questões de gênero e sexualidade. Será de grande importância todo o conhecimento adquirido, pois, em sala e na vida pessoal, terei um leque de possibilidades para ensinar e aprender” (Estudante de Ciências Naturais)

A professora nunca entra na sala de aula sem seus valores, convicções e vivências; logo, o ensino não é neutro. Mas há a precisão de que o docente possa mediar a aula, respeitando a si e ao outro, permitindo que as mais prováveis e improváveis ideias tenham lugar de fala em sala de aula, sempre de forma respeitosa e com enfoque no desenvolvimento dos alunos (as), sem perder a sua identidade docente, pois, dentro ou fora da sala de aula, a professora continua sendo a mesma pessoa.

A maneira como o professor percebe os acontecimentos em si mesmos, a crença acerca de suas competências profissionais, pessoais e interpessoais, permitem um autoconhecimento. Se o docente possuir um bom nível de autoconhecimento docente torna-se capaz de identificar os seus pensamentos, atitudes, expectativas e atribuições, tentando orientar o seu funcionamento no sentido de um maior bem-estar e realização profissional. (Santos, Antunes, Bernardi, p. 50, 2008).

Ainda nessa perspectiva, ao reconhecer que o ensino nunca é neutro, mas sim permeado por valores e convicções pessoais, refletir sobre gêneros e sexualidades ainda na formação inicial do professor possibilita ao futuro professor a criação de estratégias para lidar com a complexidade da sala de aula. O “leque de possibilidades” mencionado no relato sugere que, por meio do autoconhecimento e da ampliação do repertório sociocultural, o/a futuro/a professor/a se sinta mais preparado/a para mediar discussões e criar um ambiente inclusivo, sem abrir mão de sua identidade pessoal e profissional.

Além disso, o relato destaca que o conhecimento adquirido será valioso no contexto escolar e na “vida pessoal”. Isso reforça a ideia de que o aprendizado sobre gênero e sexualidade ultrapassa o espaço

profissional e impacta diretamente a forma como os participantes se relacionam consigo mesmos e com os outros no cotidiano. Esse aprendizado integrado, que afeta tanto a vida pessoal quanto a profissional, é uma característica fundamental de uma educação para a diversidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na perspectiva do curso, a proposta pedagógica traz uma metodologia que estimula os participantes a perceberem a si mesmos para propor ações que construam e toquem questões psicológicas e emocionais para a estruturação das identidades pessoais. Assim, os participantes se deparam com métodos interessantes para lidar com suas próprias concepções e suas potencialidades, aprimorando suas habilidades e adequando-se às condutas para viverem melhor nas diversidades.

A necessidade de uma formação inicial e continuada envolvendo questões sociais, proporcionando autoconhecimento, autocuidado e empatia para professores e futuros professores, se manifesta de maneira obrigatória no currículo de quem exerce ou pretende exercer a docência. Buscar entender a si mesmo contribui para uma melhor vivência em sociedade, corroborando com um olhar mais empático, crítico e diverso, concretizando a competência pedagógica exigida pela BNCC. E, para além da BNCC, compreender o próprio gênero e sexualidade auxilia diretamente no processo de autoconhecimento, não sendo apenas uma questão de reconhecer sua orientação sexual, se é homem, mulher ou não binário, mas conseguir ter uma leitura do que acontece na sociedade e de como esses acontecimentos repercutem nas vivências.

Portanto, incluir práticas pedagógicas que venham integrar o autoconhecimento e a empatia no currículo docente permite enxergar um futuro no qual a diversidade da subjetividade humana seja mais valorizada e respeitada, impactando não apenas na sala de aula, mas também na sociedade como um todo.

REFERÊNCIAS:

ALVES, F. S. et al.. Tensionamentos acerca do Autoconhecimento a partir (e além) da BNCC. **Educação & Realidade**, v. 49, p. e129815, 2024. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/edreal/a/R4XbnX3Q-5WTyzmw7rFSFWwt/?lang=pt#>>. Acesso em 28 de maio de 2024.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricu-**

lar. Brasília: MEC, 2017. Disponível em: <<http://basenacionalcomum.mec.gov.br/abase/>>. Acesso em: 28 de maio de 2024.

FAGUNDES, Tereza Cristina Pereira Carvalho. Sexualidade e gênero – Uma abordagem conceitual. IN: **Ensaaios sobre educação, sexualidade e gênero**. Salvador: Helvécia, 2005. p. 9-20.

FILHA, Constantina. X. TECER E ENTRETECER A VIDA: EDUCAÇÃO PARA AS SEXUALIDADES E GÊNEROS NA FORMAÇÃO DOCENTE. **InterMeio: Revista do Programa de Pós-Graduação em Educação - UFMS**, v. 23, n. 46, 4 dez. 2017. Disponível em: <<https://periodicos.ufms.br/index.php/intm/article/view/5319/0>>. Acesso em 30 de maio de 2024.

COLLINS, Patricia H.; Bilge, Sirma. Interseccionalidade. São Paulo: **Boitempo**; 2021.

MENDES, Patrícia O. S. P.; MAHEIRIE, Kátia; GESSER, Marivete. A RETIRADA DOS TERMOS “IGUALDADE DE GÊNERO E ORIENTAÇÃO SEXUAL” DO PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO – PNE 2014-2024. **Diversidade e Educação**, [S. l.], v. 8, n. 2, p. 128–151, 2021. DOI: 10.14295/de.v8i2.12282. Disponível em: <<https://periodicos.furg.br/divedu/article/view/12282>>. Acesso em: 31 de maio de 2024.

RAGO, Margareth. Aventura de contar-se: feminismos, escrita de si e invenções da subjetividade. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2013.

SANTOS, Betina. S. dos; ANTUNES, Denise D.; BERNARDI, Jussara. O docente e sua subjetividade nos processos motivacionais. **Educação**, [S. l.], v. 31, n. 1, 2008. Disponível em: <<https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/faced/article/view/2757>>. Acesso em: 28 de maio de 2024.

SILVA, Tomaz Tadeu da. A produção social da identidade e da diferença. In: SILVA, Tomaz Tadeu (Org.); WOODWARD, Kathryn; HALL, Stuart. **Identidade e diferença: A perspectiva dos Estudos Culturais**. Petrópolis-RJ: Editora Vozes, 2000.

INTERSECCIONALIDADE NA FORMAÇÃO DE PROFESSORES: MULHER, NEGRA, CEGA E CRISTÃ NA LICENCIATURA EM PEDAGOGIA NA UNIVERSIDADE FEDERAL DO ACRE

Murilena Pinheiro de Almeida¹
Maria de Lourdes Esteves Bezerra²

INTRODUÇÃO

Como introduzir esse tema? Como abordar uma questão que envolve tantas nuances a serem definidas? Estamos diante de um impasse que nos coloca frente a uma encruzilhada, na qual precisamos escolher a direção a seguir. Essa escolha pode ser facilitada ao focarmos nos diversos ângulos da discussão teórica que o título nos apresenta: a formação de professores, a questão dos estudos de gênero, sexualidade, raça e religião, além da inclusão, entre outros aspectos; sem falar nos estudos sobre a cegueira, considerando como essa deficiência visual impacta o processo de ensino e aprendizagem de um(a) estudante cego(a) e seu processo formativo.

Com base nesse olhar, o enfoque selecionado origina-se na problemática que envolve as características pessoais, sociais e culturais de uma estudante que ingressou no Curso de Pedagogia da Universidade Federal do Acre, em 2016, e que vem sendo alvo de opiniões contraditórias a respeito de seu desempenho acadêmico no curso – algumas favoráveis, outras não – discursos marcados por crenças e descrenças em sua capacidade de aprendizagem atribuídas à sua condição de ser cega. Conforme o Dicionário Oxford, o verbete opinião significa: 1. maneira de pensar, de ver, de julgar; 2. julgamento pessoal; parecer, pensamento. Por conseguinte, proferir opinião sobre alguém constitui uma forma de ver, julgar, categorizar e emitir um juízo de valor, ler e definir a pessoa no campo social.

Essas opiniões, proferidas por professores e alunos do curso, em

1 Doutora em Ensino, Filosofia e História das Ciências UFBA/UEFS; Professora Associada do Centro de Educação, Letras e Artes da Universidade Federal do Acre.

2 Doutora em Educação UFMG; Professora Titular do Centro de Educação, Letras e Artes da Universidade Federal do Acre.

diferentes momentos, despertaram o interesse em descobrir as ideias que sustentavam ou sustentam tais julgamentos, por meio do seguinte problema: *quais são os pressupostos que embasam as diferentes opiniões sobre uma mulher, negra e cega, no Curso de Pedagogia, em uma instituição pública de ensino superior, e como esses pressupostos mediam os papéis sociais e a identidade dessa mulher nos diferentes espaços em que transita em sua formação profissional?*

Como objetivo geral do estudo, formulou-se o seguinte: *analisar os pressupostos que embasam as diferentes opiniões sobre uma mulher, negra e cega, no Curso de Pedagogia, em uma instituição pública de ensino superior, e como esses pressupostos mediam os papéis sociais e a identidade dessa mulher nos diferentes espaços em que transita em sua formação profissional.* Essa mulher, ao longo do artigo, será identificada pelo pseudônimo “Pérola Negra”, que representa como ela é vista por nós: rara e preciosa.

MATERIAL E MÉTODO DE PESQUISA

Esta pesquisa usou como fonte de dados observações e narrativas proferidas por estudantes e professores do curso de Pedagogia da Universidade Federal do Acre a respeito de uma estudante cega do referido curso. Foi classificada como estudo de caso, inserido na modalidade de pesquisa qualitativa, pois se desenvolveu em uma situação natural, da qual se extraíram dados descritivos, focando-se na realidade de forma ampla e com flexibilidade de planejamento (CARVALHO, 2008, p. 132).

Optou-se pelo estudo de caso como metodologia, por entendermos que poderíamos retratar a realidade de forma contextualizada (CARVALHO, 2008), e, ainda, realizar a investigação empírica do fenômeno social que intencionávamos compreender em sua complexidade, conhecendo de modo mais aprofundado suas características e o contexto no qual se manifestou.

Dessa forma, o método do estudo de caso permitiu a coleta de dados com foco nas narrativas e observações de estudantes e docentes do curso de Pedagogia e de técnicos do Núcleo de Apoio à Inclusão (NAI) da UFAC. Assim sendo, na escrita do texto aqui apresentado, veiculam-se ideias e conceitos que emergiram não só da área de estudos de gênero, sexualidade e educação, mas também da área da formação de professores, da educação inclusiva e da psicologia da educação, ou seja, trata-se de um trabalho inter/multidisciplinar, pois em sua discussão se entrecruzam

diálogos desses diferentes campos disciplinares ou de saberes.

Consoante essas variáveis ou categorias, o artigo faz, inicialmente, uma análise da questão da deficiência, cegueira, para depois abordar o conceito de desenvolvimento e aprendizagem, a questão de gênero, raça, etnia, religião e classe social, e, por último, a formação de professores. Essa forma de organização da discussão tem o propósito tão somente de facilitar a compreensão dos leitores acerca do tema, visto que essas variáveis ou marcadores não podem ser separados, pois são questões que se entrelaçam de modo interseccional no decorrer da existência e experiência de cada indivíduo, compondo o mosaico de sua vida.

CONCEITO DE CEGUEIRA, DESENVOLVIMENTO E APRENDIZAGEM HUMANA.

Iniciar essa discussão pelo conceito de cegueira é uma opção adotada que nos permite, além de conceituá-la, conhecer melhor “Pérola Negra” e entender como foi o processo de seu desenvolvimento e aprendizagem. Quanto ao conceito de cegueira na literatura específica sobre deficiência visual, esta é definida como “um tipo de deficiência sensorial e, portanto, sua característica mais central é a carência ou comprometimento de um dos canais sensoriais de aquisição da informação, neste caso, o visual” (OCHAITA e ROSA, apud COLL et al., 1995, p. 183). “Pérola Negra” é uma pessoa cega; portanto, subentende-se que tem comprometimento desse canal sensorial, o que dificulta a aquisição de informações do meio que a cerca. No entanto, isso não significa que ela não o faça por meio de outros sentidos, como o tato, a audição, o paladar e o olfato.

O conceito de cegueira não é único; possui uma multiplicidade de variações, conforme revelam os estudos de Ochaita e Rosa, que apontaram que “sob a denominação geral de cegueira ou deficiência visual, são englobados um grande número de distúrbios visuais de características e etiologias muito diversas” (1995, p. 183, apud COLL, PALACIOS e MARCHESI).

No sentido médico e sob o enfoque educacional, a cegueira é avaliada pela falta ou perda de visão, sendo medida em graus, o que indica que pode haver correções e o uso de lentes. No caso da educação, a perda é considerada total, enfatizando-se, portanto, o uso do Método Braille para que o ensino da leitura e da escrita possa ser efetivado, além do uso de outros recursos didáticos e equipamentos especiais. Massini (1994a) questiona essa definição de cegueira na educação, justamente porque está focada na perda, no que falta ao aluno, adotando a definição

da American Foundation for the Blind (1975).

A criança cega é aquela cuja perda da visão indica que pode e deve funcionar em seu programa educacional, principalmente através do uso do sistema Braille e de aparelhos de áudio e de equipamento especial, necessária para que alcance seus objetivos educacionais com eficácia sem uso da visão residual (MASSINI, 1994a, p.40).

Isto nos leva a questionar, no âmbito da educação de “Pérola Negra”, desde a educação infantil até o ensino superior, se foi oferecido a ela um programa educacional compatível com suas necessidades educacionais especiais. Por exemplo, durante sua alfabetização, ela foi estimulada a ler para a professora o que escreveu em Braille? E, no aprendizado da Matemática, foi estabelecida uma relação com o concreto ou houve apenas a memorização dos conceitos matemáticos, sem entendimento? Como, por exemplo, que dois mais dois são quatro porque se manipularam dois objetos em uma operação de adição, dois lápis e duas canetas, somando quatro objetos?

Essas e outras perguntas a respeito de seu processo de escolarização anterior ao ingresso na universidade precisam ser exploradas com mais profundidade em outros momentos que não este, para evitar o risco de fugir da temática central deste artigo. No entanto, algumas informações obtidas com os técnicos do Núcleo de Apoio à Inclusão (NAI) nos permitem fazer algumas ponderações a esse respeito e perceber, pelas falas dos professores e colegas de turma, que esse processo de desenvolvimento e aprendizagem anterior ocorreu, ainda que de forma frágil.

Segundo as narrativas desses técnicos, ela ingressou na universidade por meio do processo seletivo do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), e, nesse processo de seleção, foi disponibilizado a ela o apoio de Ledor-Transcritor. “Pérola Negra” é usuária do Braille, e sua alfabetização nesse Sistema de Leitura e Escrita foi proporcionada pelo Centro de Apoio ao Deficiente Visual do Estado do Acre, quando ainda era estudante da Educação Básica. Em relação a esse processo de alfabetização em Braille, segundo as narrativas de professores e também dos especialistas da área na universidade, ele foi bastante frágil, ou seja, ela apresentava muitas dificuldades no uso desse sistema. “Observa-se que ela não lê nem escreve bem. Tem mais domínio com a máquina Perkins.”

Como se pode perceber, o conceito médico de cegueira centra-se na capacidade de ver das pessoas após tratamento cirúrgico e possíveis correções ópticas, estando relacionado à doença. Já o conceito sob o

enfoque educacional, embora centrado no que falta ao indivíduo, traz a contribuição de recomendar que, no programa educacional do estudante cego, se faça o uso do sistema Braille e de outros aparelhos de áudio e equipamentos especiais. Essa definição também ajuda a entender e explicar as consequências que a cegueira congênita tem sobre o processo de desenvolvimento e aprendizagem das crianças.

Chegando a esse ponto da discussão, cabe explorar um pouco esses dois conceitos-chave deste trabalho, que são os processos de desenvolvimento e aprendizagem, e entender como a cegueira de “Pérola Negra” foi impactante para esses processos, mas não decisiva para que eles não acontecessem. Mesmo tendo nascido cega, ela passou por um processo de desenvolvimento e de aprendizagem como todas as demais pessoas. Segundo Rosa e Marchesi (1995, p. 196-197), de acordo com os dados que dispõem, é possível

[...] concluir que as pessoas com deficiência visual podem atingir um nível de desenvolvimento intelectual semelhante ao dos videntes. Não obstante, o caminho do desenvolvimento não coincide com o que estes últimos normalmente seguem. Os motivos desta discrepância não são, de modo algum, o resultado de patologia resultante do dano visual, senão a consequência presumível da utilização dos recursos de que estes indivíduos dispõem. São dois os fatores principais, apontados como responsáveis por estas peculiaridades evolutivas; o modo tátil de coletar informação e a remediação verbal.

Refletindo sobre a conclusão de Rosa e Ochaita destacada acima e aplicando-a ao caso aqui apresentado, chama a atenção, principalmente, a importância do tato para a coleta de informações do meio, assim como da fala e da palavra, fatores determinantes no processo de desenvolvimento e de aprendizagem de “Pérola Negra”. A posição dos autores permite compreender melhor o que é ser cego e que essa condição não impede que a pessoa cega possa se desenvolver e aprender tanto quanto aquelas que não são cegas. O que é fundamental nesse processo é como esse sujeito aprende a usar o tato e o papel da linguagem (fala) como elemento mediador para a internalização da representação dos objetos.

Explicando melhor, a aquisição de informações pelo tato em pessoas cegas, como é o caso de “Pérola Negra”, ocorre de duas maneiras: pelo tato ativo e pelo tato passivo. Portanto, é necessário esclarecer a diferença entre essas duas formas de uso do tato e como as informações captadas pelas pessoas cegas são processadas por meio delas, gerando

o conhecimento do mundo que as rodeia. No primeiro tipo, a informação tátil é recebida de modo intencional, pois, como afirmam Rosa e Ochaita, citando Gibson (1995, apud COLL et al., 1995), a captação da informação só ocorre por meio da ação da pessoa nesse processo de aquisição do conhecimento do meio

“no tato ativo encontram-se envolvidos não somente os receptores da pele e os tecidos subjacentes (como ocorre no tato passivo), mas também a excitação correspondente aos receptores dos músculos e dos tendões, de maneira que o sistema perceptivo háptico capta a informação articulatória, motora, e de equilíbrio. Assim Gibson destaca a importância da atividade no conhecimento do mundo mediante o tato, da mesma maneira que o movimento ou atividade perceptiva é necessária na percepção visual” (ROSA E OCHAITA, apud COLL et AL. 1995, p.185).

Percebe-se, assim, o quanto é importante a experiência da criança ou da pessoa cega para a construção de seu conhecimento. Portanto, é preciso oferecer a ela, desde o período do desenvolvimento sensorio-motor e em todos os demais períodos, experiências diversificadas que lhe permitam ter acesso a aspectos importantes de sua cultura. No entanto, essa experiência não ocorre de forma passiva; a criança precisa interagir ativamente com o objeto de conhecimento ou da cultura, com objetivos claros sobre o que se deseja desenvolver, quais aprendizagens ou conceitos precisam ser construídos. Assim, para que o(a) aluno(a) cego(a) tenha acesso à linguagem escrita, ele(a) deve primeiro aprender o Braille.

Certamente “Pérola Negra” conseguiu atingir o nível de desenvolvimento e de aprendizagem ao qual chegou, ao ingressar na universidade, usando tanto o tato ativo quanto o passivo. O tato passivo ocorre por meio de experiências cotidianas e rotineiras, tais como a sensação que a roupa ou o calor produzem na pele. Esse tato se dá de forma passiva e não intencional; simplesmente acontece, mas, mesmo assim, a experiência é fundamental para que ela capte diferentes propriedades dos objetos, como temperatura, textura, forma, etc. Outro aspecto importante destacado nesse processo de construção do conhecimento, por meio do sistema háptico, é a linguagem.

Como aponta Vygotsky, a linguagem atua como uma fonte de compensação, assim como a experiência social e a relação com os normovisuais ou videntes. Por meio da linguagem, o cego pode ter acesso às significações da cultura e participar das práticas sociais (VYGOT-

SKY, 2000, apud VENTORINI, 2009, p. 27). Complementando com Rosa e Ochaita,

existem importantes diferenças entre a percepção e o processamento da informação mediante o tato e a visão. Sem dúvida, a captação da informação mediante o tato é muito mais lenta que a proporcionada pelo sistema visual, o que traz consigo uma explicação de caráter sequencial. Isto dá lugar a uma maior carga na memória de trabalho, quando os objetos a serem explorados são grandes ou numerosos (ROSA E OCHAITA, 1995, apud COLL et al. p.185).

Isso significa que, em hipótese alguma, podemos ignorar que a pessoa com cegueira possui uma lógica de aprendizagem diferente, em virtude do conteúdo não visual que domina. Ela não enxerga, mas possui outros sentidos predominantes, o que lhe permite uma organização específica, com ênfase em sentidos como a audição e o tato, principalmente. Também não se pode esquecer que a lógica da pessoa cega se renova em cada um desses sentidos, em seu próprio corpo, nas mais simples percepções, como nas explorações sensoriais. Como afirma Massini (2007), os sentidos (visual, tátil, auditivo, gustativo, cinestésico) se traduzem mutuamente sem a necessidade de um intérprete, ao fazerem do corpo o sujeito da percepção.

Para aqueles que dispõem da visão, esse sentido exerce primazia na construção do conhecimento, a ponto de não percebermos que criamos uma linguagem visual para descrever o que nos cerca, sem nos preocuparmos com quem é cego. Por isso, é importante termos essa compreensão, para que possamos criar experiências que favoreçam o desenvolvimento da percepção e do conhecimento do mundo por pessoas cegas. Daí a necessidade de conhecer o aluno com deficiência sensorial, exigindo contato com seu viver em diferentes momentos e situações. Como expressa Massini (2007, p. 21): “faz-se, pois, necessário acompanhá-la na totalidade de sua maneira de ser: como age, como se comunica e se expressa, como sente, como pensa”.

Para falarmos de “Pérola Negra” e compreendê-la, foi necessário adentrar seu mundo de vida, para conhecê-la em todos os espaços onde vive: família, igreja e escola, atentas ao que propõe o filósofo Merleau-Ponty, citado por Massini (2007, p. 22), que considera o sujeito no mundo como corpo no mundo. O sujeito da percepção é o corpo e não mais a consciência concebida separadamente da experiência vivida, da qual provém o conhecimento.

Massini (2007) destaca ainda que, segundo essa ênfase dada ao corpo por Merleau-Ponty, “o corpo é, então, visto como fonte de sen-

tidos, isto é, de significação da relação do sujeito no mundo: sujeito visto na totalidade, na sua estrutura de relações com as coisas ao seu redor”. De acordo com a autora, o que esse filósofo quis mostrar foi que a relação com o mundo é corporal e sempre significativa. Dessa forma, para compreender a estudante, foi necessário saber de suas experiências perceptivas, o modo como ela se engajou com seu próprio corpo e com as coisas ao seu redor.

De acordo com a contribuição de Vygotsky, entende-se que essa conquista foi alcançada por ela por meio de fontes de compensação, que “para o cego, estão na linguagem, na experiência social e na relação com as pessoas normovisuais” (apud VENTORINI, 2009, p. 27). Por meio da linguagem, ela pôde ter acesso às significações da cultura e participar das práticas sociais. Portanto, fica claro que as relações sociais são de fundamental importância para que a criança cega supere o impedimento orgânico e siga o curso de seu desenvolvimento cultural.

Ao nascer cega, “Pérola Negra” certamente enfrentou dificuldades para explorar o espaço ao seu redor devido à falta de visão, mas isso não impediu que essa exploração ocorresse, especialmente porque lhe foram proporcionadas experiências diversificadas que possibilitaram o acesso a aspectos importantes de sua cultura. De acordo com os relatos que obtivemos sobre esse período de seu desenvolvimento, ela chegou a andar de bicicleta. Isso demonstra sua reorganização de todas as suas capacidades para aprender o mesmo que as demais crianças, sem ficar para trás.

Aprender a andar de bicicleta só foi possível graças às experiências que certamente teve, as quais possibilitaram, entre outras aprendizagens, a da mobilidade, que requer o funcionamento de processos muito diferentes: o perceptivo, o motor, o associativo, o mnésico ou mnemônico (relativo à memória). Do ponto de vista psicológico, esses elementos são fundamentais para a compreensão do universo interno dos sujeitos surdos e cegos, e possivelmente, também das pessoas com deficiência intelectual, uma vez que a representação pode ser considerada uma forma importante de memória (Lima, 2006, p. 91).

É preciso esclarecer aqui, no entanto, que o conceito ou noção de espaço foi construído por ela por meio de sua ação sobre seu ambiente de vida e de comunicação social, o que lhe permitiu alcançar as habilidades mentais necessárias ao conhecimento da realidade onde estava inserida. Para Gaunet e Thinus-Blanc (1997), a habilidade de se mover livremente no espaço, localizar lugares que não estão no campo visual e planejar trajetórias a serem percorridas são atividades de grande importância no dia a dia do indivíduo.

Isso quer dizer que, para ela se mover de bicicleta sem a visão do ambiente, foi necessário o conhecimento do espaço em forma de representação, como um mapa interno (mental) construído por meio do suporte simbólico, baseado em suas experiências pessoais. É lógico que o domínio dessas habilidades se ajustou às suas possibilidades de representação e de ação que os canais sensoriais permitiram. Como aponta Lima, utilizando os estudos de Ochaita (1984),

quando se trata de uma rota, o tema da locomoção deve envolver três componentes: 1) o caminhante, que deve conhecer o percurso, o traçado e as marcas, ou sinais, que permitem distinguir a rota; 2) a atualização perceptiva, pois o caminho deve ser capaz de, enquanto caminha, atualizar sua posição a cada momento em relação aos sinais que percebe e fazer elaborações mais complexas que as puramente perceptivas (ao caminhar e tatear os objetos, os cegos promovem a adaptação perceptiva); 3) a utilização de conceitos gerais, sistemas e variáveis pertinentes a espaço e topologia (norte, sul, esquerda, direita, paralelas, próximo, distante, conhecido, desconhecido) (LIMA, 2006, p.92).

Percebe-se que a aprendizagem de andar de bicicleta envolveu várias experiências que favoreceram o desenvolvimento de conhecimentos prévios, como os topológicos, além da interação com outras pessoas, como familiares, que, presume-se, ofereceram a ela um programa de experiências que cedo a levou a procurar os objetos e a enganinhar, mostrando que a cegueira não interferiu em seu desempenho de locomoção e orientação dentro de seu ambiente de vida, como a casa, a escola etc.

Porém, é importante compreender, nessa análise, que estamos falando de uma pessoa que nasceu cega e, com isso, entender, sobretudo, como essa condição pode ter tornado mais complexo seu desenvolvimento e sua aprendizagem, pois, segundo Ochaita e Rosa (1995, p. 184), “a perda da visão, dependendo da gravidade e do momento de surgimento, pode ter exercido um efeito diferente sobre o desenvolvimento psicológico.” O fato de ter nascido cega certamente tornou as representações mentais dos objetos desafiadoras para ela.

Mas, por não possuir a capacidade de ver, ela foi levada a utilizar outros sentidos, como o tato e a audição, e como aponta Vygotsky (apud Lima, 2006, p. 78),

“a cegueira não é só a falta de visão (o defeito de um órgão particular), mas algo que provoca uma grande reorganização de todas as

forças de seu organismo e personalidade, o que faz dela não só uma deficiência, como também uma manifestação de força”.

Com outras palavras, Massini (2007, p.24) chama a atenção para essa condição quando afirma que:

“no caso do deficiente visual, por exemplo, ele tem a possibilidade de organizar dados, como qualquer outra pessoa e estar aberto para o mundo, em seu modo próprio de perceber e de relacionar-se; ou ao contrário, estar fechado ao imediato que o cerca e a ele restrito. O que não se pode desconhecer é que o deficiente visual tem uma dialética diferente, devido ao conteúdo- não visual quando se trata do cego ou reduzido, não da pessoa com baixa visão – e sua organização, cuja especificidade é a de referir-se aos sentidos predominantes de que dispõe (Massini, 2007, p.24).

De acordo com Wallon, no início do período sensório-motor, o comportamento da criança é principalmente dirigido às outras pessoas, e nessa fase a emoção desempenha um papel primordial, na medida em que promove reações convergentes e complementares entre a criança e as pessoas à sua volta.

De tudo que se mostrou até agora, compreende-se como a emoção e as relações afetivas exerceram papéis fundamentais no desenvolvimento infantil de “Pérola Negra”, permitindo que se estabelecesse o elo, uma fusão com seu ambiente de vida numa perfeita simbiose, favorável ao desenvolvimento perceptivo e cognitivo, e para seu aprendizado e conquistas posteriores. Ela aprendeu Braille, desenvolveu independência e autonomia e alcançou níveis de escolarização que lhe possibilitaram o ingresso no Ensino Superior. Mas acontecimentos como a separação dos pais foram decisivos para a quebra dessa simbiose, afetando significativamente seu desempenho pessoal e social.

De acordo com as narrativas sobre suas aprendizagens e competências, indica-se que houve uma letargia em seu desenvolvimento, causada pela ausência da figura paterna, cujo elo foi quebrado, e não havia mais essa pessoa para a qual sua atenção pudesse ser dirigida. As expressões emocionais que antes atraíam a atenção de seu pai para si também não tinham mais como se manifestar. Essa mudança interferiu em todos os âmbitos de sua vida, desde a segurança financeira que proporcionava conforto e bem-estar físico e social até a questão emocional e afetiva, a qual ficou significativamente comprometida pelo desinteresse e pelo obscurecimento de algumas habilidades e competências que já havia conquistado, como as dificuldades na leitura e escrita em

Braille, sobretudo com o uso da reglete e punção. Essas considerações têm o intuito de chamar a atenção para o fato de que, pela condição de “Pérola Negra” ter nascido cega, não a impediu de se desenvolver e de aprender dentro das situações de experiências nas quais foi envolvida.

Nas palavras de um especialista em Braille encarregado do acompanhamento e apoio a essa estudante na universidade, as dificuldades de “Pérola Negra” no tocante a ler e escrever em Braille se manifestam mais fortemente com o uso da reglete e da punção, provavelmente devido a ser uma forma mais demorada de escrita, que exige um esforço maior e uma lógica diferente daquela que está presente na máquina Perkins. Enquanto com a reglete se pressiona ponto por ponto com a punção no papel cartão, da direita para a esquerda, exige um tempo maior para tal; na máquina, embora seja também operada manualmente, é mais rápida e economiza o tempo para escrever. De qualquer maneira, em ambas as situações, precisa-se saber Braille.

FORMAÇÃO DE PROFESSORES

Analisando a condição de cegueira dessa estudante do curso de Pedagogia da UFAC, percebeu-se que sua condição de pessoa cega vinha igualmente carregada de estereótipos, que a colocavam numa condição de inferioridade em relação a seus colegas videntes. Visto que a prática pedagógica do curso, assim como de todos os outros cursos da universidade, está organizada para aqueles que enxergam e, quando muito, se oferecem algumas ajudas, como monitores e adaptação ou transcrição de textos ou livros, do português em tinta para o Braille.

Nesse caso, a estudante está conseguindo superar as barreiras que encontra em sua trajetória acadêmica, ora apoiada por professores que acreditam em seu potencial e procuram tornar acessíveis a ela os conhecimentos de suas disciplinas, ora pelos próprios colegas de turma ou ainda pelo Núcleo de Apoio à Inclusão – NAI da UFAC, que disponibiliza o material adaptado para que ela consiga acompanhar o conteúdo das matérias. Mas esse é apenas um lado da história. Também se verifica a discriminação e o preconceito por parte de um grande número de professores e colegas de turma, manifestos contra a estudante, a ponto de gerar conflitos e desentendimentos. Alguns desses conflitos ou manifestações de preconceito, devido ao fato de ela ser cega, foram a alcunha de “analfabeta” e até de pessoa com deficiência intelectual, pelas dificuldades da aluna em compreender o conteúdo das aulas. De fato, ela poderia estar apresentando dificuldades de leitura em decorrên-

cia de ser cega, principalmente porque sua aprendizagem estava centrada em um dos sentidos, que era a audição.

INTERSECCIONALIDADE

Interseccionalidade: que conceito é esse? Como ele surgiu nessa “pesquisa” e como se encaixa nesse âmbito de discussão na formação de professores? Assim, urge a busca do entendimento desse termo que é proposto por Crenshaw (2002, p. 177):

A interseccionalidade é uma conceituação do problema que busca capturar as consequências estruturais e dinâmicas da interação entre dois ou mais eixos da subordinação. Ela trata especificamente da forma pela qual o racismo, o patriarcalismo, a opressão de classe e outros sistemas discriminatórios criam desigualdades básicas que estruturam as posições relativas de mulheres, raças, etnias, classes e outros grupos. Além disso, a interseccionalidade trata da forma como ações e políticas específicas geram opressões que fluem ao longo de tais eixos, constituindo aspectos dinâmicos ou ativos do desempoderamento.

Essa jovem mulher, negra e cega, ingressou no curso de Pedagogia trazendo em sua bagagem pessoal experiências de vida e expectativas de sucesso em sua formação, como qualquer outra estudante que ingressa no Ensino Superior. Expectativas de adquirir uma profissão e, a partir daí, ter sucesso e compensação financeira para manter-se em condições dignas, conquistar um determinado prestígio e o status social que um curso superior pode conferir. Contudo, a estudante “Pérola Negra” fez premente a necessidade de superar estigmas de gênero, sexualidade, raça, classe e religião. Para muitas dessas jovens, elas carregam uma carga de esperanças e sonhos de seus familiares que não tiveram a mesma oportunidade de conquistar. Com ela, não foi diferente. Seu sonho e o de seus familiares quanto à conclusão do curso de Pedagogia logrou êxito positivo, visto que concluiu a graduação em 2023.

CONCLUSÃO

O trabalho pedagógico regido com o foco exclusivo na deficiência acentua outros preconceitos relacionados às características do estudante. O atendimento ao estudante com necessidades educacionais especiais, centrado exclusivamente na deficiência, por meio de tecnologias assistivas e auxílios técnicos, desconsiderando-se a transformação

e superação de barreiras atitudinais, não é suficiente para o êxito acadêmico. As barreiras atitudinais, expressas em opiniões, atitudes e ações, degradam a experiência formativa na educação básica e no ensino superior. Esse conjunto interseccional de preconceitos constitui obstáculos a serem vencidos pelos estudantes e, sobretudo, pelas instituições de ensino.

REFERÊNCIAS

LIMA, Priscila Augusta. **Educação inclusiva e igualdade social**. São Paulo: Avercamp, 2006.

CARVALHO, Rosita Edler. **Escola inclusiva: a reorganização do trabalho pedagógico**. Porto Alegre: Mediação, 2008.

COLL, Cesar; PALICIOS, Jesus; Marchesi, Alvaro. **Desenvolvimento Psicológico e Educação: necessidades educativas especiais e aprendizagem escolar**. Trad. Marcos A. G. Domingues, Porto Alegre: Artes Médicas, 1995.

CRENSHAW, Kimberlé W. “Documento para o Encontro de Especialistas em Aspectos da Discriminação Racial Relativos ao Gênero”. **Estudos Feministas**, ano 10, nº 1/2002, pp. 171-188.

MASSINI, Elcie F. Salzano (Org.) **A pessoa com deficiência visual: um livro para educadores**. São Paulo: Vetor, 2007.

VENTORINI, Silvia Elena. **A experiência como fator determinante na representação espacial da pessoa com deficiência visual**. São Paulo: Unesp, 2009.

THINUS-BLANC, C., & GAUNET, F. Representation of space in blind persons: vision as a spatial sense? **Psychological Bulletin**, 121(1), 20–42. (1997).

GÊNERO, INTERSECCIONALIDADE NA PÓS-GRADUAÇÃO E AS CONSIDERAÇÕES SOBRE “OS SETE SABERES NECESSÁRIOS À EDUCAÇÃO DO FUTURO” DE EDGAR MORIN (2000)

Isabelle Pinto Mendonça¹
Maria Helena Santana Cruz²

INTRODUÇÃO

O artigo tem como objetivo analisar a relação entre gênero, interseccionalidade e a Política de Ações Afirmativas na pós-graduação, utilizando como base de reflexão os fundamentos de Edgar Morin (2000). Da obra analisada, buscou-se extrair lições do pensamento do referido autor para refletir especificamente sobre a mulher negra nas ações afirmativas de cursos *stricto sensu*.

Considerou-se como problema de estudo o contexto das desigualdades raciais na ciência brasileira, conforme divulgado na pesquisa de Campos e Cândido (2023), além da informação apresentada por Carvalho (2024) sobre a predominância das mulheres, no Brasil, entre estudantes de pós-graduação e entre bolsistas de mestrado, doutorado e pós-doutorado. Assim, a presente análise justifica-se pela importância de contribuir para a reflexão sobre o enfrentamento das desigualdades, em especial quanto à interseccionalidade de raça e gênero, abordando os desafios enfrentados pela mulher negra no âmbito acadêmico-científico. Além disso, busca dar evidência à Política de Ações Afirmativas como medida que promove a inclusão e contribui para combater o racismo, o sexismo e o classismo na sociedade brasileira.

Na metodologia, utilizou-se a pesquisa qualitativa, bibliográfica e documental. Para isso, realizou-se uma revisão de literatura no Banco de Teses e Dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD). Também foi aplicado o método de aná-

¹ Bacharela em Serviço Social. Mestra em Serviço Social pelo Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Sergipe. CAPES.

² Prof.^a Dr.^a Universidade Federal de Sergipe da Universidade Federal de Sergipe.

lise de conteúdo com base em Bardin (1977), para auxiliar na tessitura do texto. A estrutura do artigo foi organizada em três seções: primeiramente, abordam-se os fundamentos do livro de Morin (2000); em um segundo momento, faz-se a revisão de literatura referente ao objeto da análise; e, por fim, constrói-se uma reflexão a partir da confrontação dos critérios analisados no estudo.

Na obra intitulada: “Os setes saberes necessários a educação do futuro”, Edgar Morin (2000, p. 13), revela “[...] sete saberes ‘fundamentais’ que a educação do futuro deveria tratar em toda sociedade e em toda cultura, sem exclusividade nem rejeição, segundo modelos e regras próprias a cada sociedade e a cada cultura” Verificou-se assim, a respeito do conhecimento, que este deve contribuir para compreensão sobre a realidade, além de possuir o potencial de ser construído e mediado pelo processo da Educação em sentido amplo. Portanto, a reflexão comunicou, na esfera do nível *stricto sensu*, o potencial da Política de Ações Afirmativas para contribuir com a implementação da equidade de gênero e o enfrentamento das interseccionalidades no âmbito acadêmico-científico, bem como para viabilizar saberes necessários a Educação do futuro, como, por exemplo: a racionalidade dos desafios, o enfrentamento das incertezas, dos paradigmas que permeiam o sistema cultural, a compreensão da condição humana, bem como a conscientização de toda sociedade e promoção do sentido da diversidade a partir da ética do gênero humano (Morin, 2000). Além disso, possibilitou pensar sobre as novas epistemologias no campo científico, na valorização de outros saberes e na desconstrução dos preceitos existentes na tradição da Ciência.

GÊNERO E INTERSECCIONALIDADE NA PÓS-GRADUAÇÃO: REVISÃO DE LITERATURA

A pesquisa foi realizada em duas bases de dados oficiais do Brasil: o catálogo de Teses e Dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e a Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD). Estes são importantes acervos do sistema de pós-graduação no país, que disponibilizam, de forma pública e gratuita, os resultados de trabalhos consolidados em nível de mestrado e doutorado. Em cada banco de dados, a pesquisa foi realizada utilizando a combinação das palavras-chave: mulher negra; ações afirmativas; pós-graduação. Também foi aplicado o recorte temporal de 2019 a 2024, escolhido devido ao interesse em reunir o conhecimento

recente produzido nos últimos cinco anos sobre o objeto deste estudo. Ademais, outro critério foi a seleção dos trabalhos com base nas palavras-chave constantes nos títulos e/ou resumos.

Os resultados alcançados nas buscas totalizaram 6 produções científicas vinculadas a Programas de Pós-Graduação de Mestrado reconhecidos pelo Ministério da Educação. Identificou-se que 1 dissertação estava cadastrada nos dois bancos de dados consultados, razão pela qual foram examinadas 5 dissertações no total. No catálogo da CAPES, foram identificadas 3 dissertações, cujos títulos, autorias e anos de defesa estão listados a seguir: I) “Políticas de ação afirmativa na pós-graduação: fatores interferentes e estratégias para a permanência de mulheres negras cotistas e mães na UFMT”, de Josiane Rodrigues dos Santos (2024); II) “Mulheres Negras e Ações Afirmativas no Programa de Pós-Graduação em Antropologia (PPGAnt), UFPEL/RS”, de Nilza Moraes Duarte (2023); III) “O lugar da mulher negra nas ciências: implementação das ações afirmativas na Pós-Graduação do Instituto de Física da Universidade Federal da Bahia (IF-UFBA)”, de Tanesca Santana Cal (2023).

No banco de dados do BDTD, foram identificadas 2 dissertações, listadas a seguir conforme título, autoria e ano de defesa: I) “Políticas de Ação Afirmativa e as Mulheres Negras na Pós-Graduação e na Pesquisa Universitária: um Estudo de Caso Interseccional da UFRJ, UFBA, UFMG”, de Liliane Flores de Freitas Gonçalves (2023); II) “Políticas de ações afirmativas para acesso à pós-graduação: perfil e narrativas autobiográficas de mulheres negras concluintes do curso de formação pré-acadêmica - afirmação na pós UFPR (pré-pós)”, de Graciele Alves Babiuk (2021).

A partir disso, foi realizada a leitura das pesquisas selecionadas e deu-se início à coleta de dados, na qual foi possível extrair informações pertinentes às categorias de análise que constituem o interesse deste estudo. Na revisão de literatura, foram extraídas informações que contribuíram para o estudo sobre a relação entre interseccionalidade de gênero e raça e sobre ações afirmativas na pós-graduação.

Diante disso, a primeira produção científica analisada é de autoria de Josiane Rodrigues dos Santos, defendida em 2024 e intitulada “Políticas de ação afirmativa na pós-graduação: fatores interferentes e estratégias para a permanência de mulheres negras cotistas e mães na UFMT” (Santos, 2024). O problema investigado consistiu na questão “[...] quais são os fatores interferentes e as estratégias acionadas na permanência de mulheres negras, cotistas e mães na pós-graduação *stricto*

sensu da UFMT?” (Santos, 2024, p. 9). A epistemologia do pensamento feminista negro fundamenta o estudo. Nesse contexto, a autora abordou a Política de Ações Afirmativas e as estratégias e interseccionalidades, considerando o desafio de conciliar o trabalho intelectual com as dificuldades de serem mães na pós-graduação, em uma sociedade racista, classista e sexista. Reflete também sobre a educação emancipatória e a presença de mulheres negras no âmbito universitário (Santos, 2024, p. 66). Outra perspectiva interessante sinalizada é o pensamento decolonial. A metodologia aplicada foi a pesquisa qualitativa, bibliográfica e documental, com entrevistas semiestruturadas. Conceitos importantes foram tratados, com destaque para a interseccionalidade entre gênero, raça e classe (Santos, 2024). A autora conclui indicando a necessidade de a universidade voltar-se para a questão das mulheres negras, mães e cotistas na pós-graduação, considerando “[...] as questões históricas, raciais, de gênero e de classe que permeiam suas jornadas acadêmicas, garantindo não só a presença, mas a efetiva participação e ascensão dessas mulheres na academia como intelectuais negras” (Santos, 2024, p. 137). Ademais, é importante destacar o suporte teórico de pensadoras negras, tais como “[...] bell hooks, Patricia Hill Collins, Grada Kilomba, Sueli Carneiro, Audre Lorde, Lélia Gonzalez, entre outras” (Santos, 2024, p. 107). Por fim, a partir da experiência do estudo, a autora aponta as seguintes estratégias como fundamentais para a permanência da mulher negra na pós-graduação: “a conscientização sobre as ações afirmativas, o equilíbrio entre as responsabilidades familiares e acadêmicas, uma rede de apoio sólida, a resistência a estereótipos, a gestão eficaz do tempo, a motivação através de propósitos educacionais e a experiência prática com o apoio acadêmico [...]” (Santos, 2024, p. 136).”

A segunda pesquisa analisada foi de autora de Nilza Moraes Duarte, cujo título é: “Mulheres Negras e Ações Afirmativas no Programa de Pós-Graduação em Antropologia (PPGAnt), UFPEL/RS” (2023), em que a autora realiza uma pesquisa antropológica, etnográfica e autoetnografia enfatizando “[...] as narrativas de seis mulheres negras, estudantes do Programa de Pós-Graduação em Antropologia [...]” (Duarte, 2023, p. 10). A pesquisa vai relacionar importantes conceituações sobre a Política de Ações Afirmativas, com a experiência de mulheres negras e sobre o racismo estrutural. De acordo com Duarte (2023), as narrativas de “[...] Eva, Maria Heloisa, Marielda, Simone, Patricia e eu foram fundamentais para a compreensão do processo de ingresso e de permanência na academia, tal como o detalhamento do *modus operandi* de como o racismo estrutural age dentro e fora desses espaços” (Duarte,

2023, p. 23). Nesse sentido, buscou compreender critérios de acesso e permanência da Universidade “[...] pessoais, familiares e formativos, percursos inseparáveis por possibilitarem novos olhares frente à cultura e à sociedade. As interlocutoras, em suas narrativas sobre as Políticas de Ações Afirmativas, pautaram o acesso pelas dificuldades que tiveram [...]” (Duarte, 2023, p. 23). Utilizou uma perspectiva de análise interseccional e decolonial, considerando a relação entre gênero, raça e classe social, com raízes estruturadas na sociedade. E de um arcabouço teórico de intelectuais negros: “[...] José Jorge de Carvalho, Flavia Rios, Aparecida Sueli Carneiro, Grada Kilomba, Patricia Hill Collins, Djamila Ribeiro, Angela Davis, Carla Akotinare [...]” (Duarte, 2023, p. 23). Na metodologia também constou a pesquisa documental, com análise de dados sobre os discentes desde a adoção da Políticas de Cotas (2014) até 2023 (Duarte, 2023). Nos resultados, destacam-se aquelas que tratam sobre a questão da permanência, da vinculação a bolsa de estudos, as dificuldades de compreensão do conteúdo, deslegitimação das vivências e percursos de pessoas negras.

A terceira análise consistiu na pesquisa intitulada: “O lugar da mulher negra nas ciências: implementação das ações afirmativas na Pós-graduação do Instituto de Física da Universidade Federal da Bahia (IF-UFBA)”, da autora Tanesca Santana Cal e, publicação de 2023. De acordo com a autora, “neste trabalho, investiga-se o lugar das mulheres negras nas ciências bem como a virada das cotas raciais na pós-graduação no Instituto de Física da Bahia (IF-UFBA)” (Cal, 2023, p. 15). Para estruturação do texto utilizou-se de analogia e comparou as ações afirmativas ao sistema de barragens: “as Ações Afirmativas são válvulas ou comportas para permitir a entrada de corpos que foram segregados pela barragem (Cal, 2023, p. 16). Ademais, estão entre as referências de destaque: Conceição Evaristo (2006) e Linda Alcoff (2016), de modo que utiliza ainda outras bases da epistemologia do feminismo negro: “[...] Lélia González (1987), Beatriz do Nascimento, Sueli Carneiro (2002), Luisa Bairros, Nilma Lino Gomes, Patrícia Hill Collins (2002), bell hooks, Grada Kilomba (2018), Jurema Wernerck, Djamila Ribeiro (2018), Carla Akotirene (2018) [...]” (Cal, 2023, p. 19). Assim a autora aborda “[...] sobre o lugar de invisibilização bem como as construções epistêmicas da mulher negra na história das ciências e as estratégias de resistências através das políticas de educação como, por exemplo, a ação afirmativa” (Cal, 2023, p. 19). No aporte metodológico conta: “[...] a história oral, dados estatísticos construídos por agentes institucionais e pesquisa, a implementação das cotas raciais, assim como o

levantamento de mulheres negras nos programas de pós-graduação do IF-UFBA.” Também utiliza como suporte de fundamentação teórica a Teoria Crítica da Raça (TCR). Nas conclusões, a autora sugere que “[...] o controle social pode ser instrumento de acompanhamento das ações afirmativas” (Cal, 2023, p. 101).

Posteriormente, no banco de dados do BDTD, foi analisado primeiramente a pesquisa de Liliane Flores de Freitas Gonçalves, publicada no ano de 2023, com o título: “Políticas de Ação Afirmativa e as Mulheres Negras na Pós-Graduação e na Pesquisa Universitária: um Estudo de Caso Interseccional da UFRJ, UFBA, UFMG”. Na dissertação, Gonçalves (2023) explica que objetiva “[...] analisar as políticas de ação afirmativa por raça, classe e gênero nos cursos de pós-graduação *stricto sensu*, considerando o corpo docente e discente das UFRJ, UFBA e UFMG, sob um viés interseccional”. Na problemática, há o questionamento sobre os motivos pelos quais “[...] as mulheres negras são a minoria entre pós-graduandos(as) e na docência das IES. Deduz-se, portanto, que tal fato esteja associado à questão de raça, classe e gênero” (Gonçalves, 2023, p. 24). Também traçou como marco da pesquisa “[...] o período de pesquisa abrange a última década em consideração à Lei n. 12.711/12” (Gonçalves, 2023, p. 25). A autora considerar ademais que apesar do acesso de um maior quantitativo de estudantes de grupos de minorias ao ensino superior, por meio da Política de Ações Afirmativas, “[...] a permanência e a ascensão daquele grupo étnico-racial ainda se coloca como um desafio” (Gonçalves, 2023, p. 26). Também utilizou no referencial teórico intelectuais negras, a exemplo de Ângela Davis, bell hooks, Patrícia Collins, Lélia Gonzalez, Sueli Carneiro. Na conclusão a autora assevera que “[...] as mulheres negras são a minoria entre pós-graduandos (as) e na docência por questões de raça, de classe e de gênero. E como reparação histórica, propomos a ampliação das políticas de ação afirmativa voltadas não apenas à raça, mas também às condições de gênero” (Gonçalves, 2023, p. 175).

A última tese analisada foi a de título: “Políticas de ações afirmativas para acesso à pós-graduação: perfil e narrativas autobiográficas de mulheres negras concluintes do curso de formação pré-acadêmica - afirmação na pós-UFPR (pré-pós)”, cuja autora é Graciele Alves Babiuk (2021). O estudo objetivou “analisar o perfil e narrativas autobiográficas de mulheres negras que participaram da turma 2/2020 no programa Pré-Pós UFPR” (Babiuk, 2021, p. 8). Na metodologia utilizou-se da pesquisa qualitativa e quantitativa, utilizou-se também como fonte de documental as narrativas autobiográficas, de modo que “[...] foram ana-

lisadas 20 Cartas de Apresentação que mulheres negras elaboraram no ato da inscrição do Pré-pós e 7 Escritas Autobiográficas que integraram Oficina de Escrita Criativa” (Babiuk, 2021, p. 8). As categorias mulher negra, política de ações afirmativas e pós-graduação foram trabalhadas no texto e recorreu-se à Teoria Racial Crítica (TRC) para construção da fundamentação, além de autoras do feminismo: Saffioti e Scott. Por fim, a autora percebeu nos resultados que “[...] as conquistas dessas mulheres possuem relação direta com a ancestralidade, relações familiares e de parentesco. As interlocutoras trazem o reconhecimento e sua identidade racial em seus escritos, as informações de território e regionalidade” (Babiuk, 2021, p. 139). Ademais, refletiu por meio deste estudo que “[...] a maioria dessas mulheres são advindas de núcleos familiares com recursos financeiros limitados, [...] que as vivências dessas mulheres são indissociáveis de sua identidade racial e que, por meio do fortalecimento dessa, buscam ascensão social por meio da academia” (Babiuk, 2021, p. 139).

Ante ao exposto, considera-se importante refletir sobre os fundamentos da obra de Morin (2000), sobre “os setes saberes necessários a educação do futuro”, para pensar sobre as problemáticas a respeito da mulher negra nas ações afirmativas, conforme apontadas no estudo.

A MULHER NEGRA NAS AÇÕES AFIRMATIVAS DA PÓS-GRADUAÇÃO: REFLEXÕES COM BASE NO PENSAMENTO DE EDGAR MORIN (2000)

A obra de Edgar Morin (2000) contou com o apoio da UNESCO (*United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization*) e apresenta o pensamento transnacional sobre a Educação do futuro, abrangendo a totalidade do gênero humano na era da comunicação global. Para composição desta sessão foi realizada uma exposição objetiva do conteúdo analisado, considerando relevante adotar a dinâmica de identificar sobre os saberes propostos pelo autor e, em seguida, anunciar as considerações destacadas para o presente estudo.

Inicialmente, os sete saberes estão identificados e subdivididos nos seguintes capítulos que integram o livro, conforme descritos a seguir: “As cegueiras do conhecimento: o erro e a ilusão”; “Os princípios do conhecimento pertinente”; “Ensinar a condição humana”; “Ensinar a identidade terrena”; “Enfrentar as incertezas”; “Ensinar a compreensão” e, por fim: “A ética do gênero humano” (Morin, 2000). A partir

disso construiu-se a reflexão com base na percepção sobre a revisão de literatura a respeito de gênero e interseccionalidade: a mulher negra nas ações afirmativas da pós-graduação.

No tocante a ideia sobre “as cegueiras do conhecimento: o erro e a ilusão”, Morin (2000, p. 21), considera sobre o calcanhar-de-aquiles do conhecimento, em que “a educação deve-se dedicar, por conseguinte, à identificação da origem de erros, ilusões e cegueiras.” Assim, o autor sinaliza que a mente pode ser fonte de erros. Também alerta sobre os erros intelectuais presentes nas teorias, doutrinas e ideologias. Considera ainda os erros da razão, que o autor explica que “a racionalidade é a melhor proteção contra o erro e a ilusão” (Morin, 2000, p. 23). E acrescenta que existe uma racionalidade construtiva e a racionalização, com a possibilidade de erro e ilusões.

Nessa perspectiva, um ponto a destacar é quando Morin (2000, p. 24) assevera que “o ocidente europeu acreditou, durante muito tempo, ser proprietário da racionalidade, vendo apenas erros, ilusões e atrasos nas outras culturas, e julgava qualquer cultura sob a medida do seu desempenho tecnológico”. Esse pensamento do autor leva a refletir sobre o fato histórico dos colonizadores europeus, que no período das grandes navegações saíram em buscas de novos territórios e dominaram outros povos com diferentes culturas, mas, menosprezaram a essência dos saberes dos povos nativos das terras que invadiram, construindo assim um discurso de colonização poder e do saber, no qual suas visões de mundo eram as únicas, inquestionáveis e verdadeiras. No tocante a Educação Superior, sobretudo no espaço da pós-graduação, a entrada do público-alvo das ações afirmativas requer atenção para as cegueiras, erros e ilusões que excluíram os saberes dos grupos de minorias, por meio da legitimação do saber do colonizador europeu.

Sobre a questão das cegueiras paradigmáticas, é possível refletir sobre a vertente de Boaventura de Sousa Santos (2008) no livro intitulado *Um Discurso sobre as Ciências*, em que o autor discute o paradigma dominante e o modelo de racionalidade científica que desconsidera outros saberes. Ele aponta, ainda, a crise desse paradigma dominante, criticando o rigor científico e a ciência embasada em um saber único, formal e lógico-matemático. Por fim, apresenta uma proposta para um paradigma emergente, com uma ciência que rompa com os métodos do saber conservador, ortodoxo e rigoroso da Ciência Moderna e que considere outras formas de pensar, apropriar-se do conhecimento e produzir novos saberes, para além das formas tradicionais e rígidas de racionalidade científica, baseadas no rigor científico determinado ainda

na Idade Moderna. Conforme sugere Morin (2000, p. 30), “o novo brota sem parar”.

Destacam-se ainda os princípios do conhecimento pertinente, nos quais Morin (2000, p. 36) indica que, para que o conhecimento seja pertinente, a educação deverá evidenciar aspectos como “o contexto, o global, o multidimensional e o complexo”. O contexto refere-se ao fato de que a informação não deve ser isolada, mas inserida em um contexto para ganhar significado. O global representa o todo, o multidimensional refere-se à integração de todas as partes com suas características inatas na formação do todo. Por fim, o complexo envolve a inter-relação entre as unidades, o contexto, as multidimensões e a complexidade. Assim, o autor afirma que a “educação deve promover a ‘inteligência geral’ apta a referir-se ao complexo, ao contexto, de modo multidimensional e dentro da concepção global” (Morin, 2000, p. 39). Ele também questiona a hiperespecialização, que ocasiona a perda da visão global, observando que a “cultura científica e técnica disciplinar parcela, desune e compartimenta os saberes, tornando cada vez mais difícil sua contextualização” (Morin, 2000, p. 41).

Nesse aspecto, é possível fazer um paralelo com as ideias de Gonzalez (2020), que, em alusão à sua participação no Movimento Negro Unificado, manifestou, em uma entrevista publicada na obra intitulada *Por um Feminismo Afro-Latino-Americano*, a ideia de que o isolamento em termos de participação no movimento social provoca fragilização e vulnerabilidade, facilitando a cooptação e a manipulação pelo sistema. O isolamento leva à perda da capacidade de entender o contexto geral e a conjuntura da realidade. Assim, a “hiperespecialização” e fragmentação do conhecimento, sinalizada por Morin (2000), pode ser vista sob esse mesmo aspecto: à medida que os saberes se desunem, a análise da totalidade é comprometida e fragilizada, tornando-se mais fácil a manipulação pelo sistema. Nesse aspecto, a revisão de literatura a respeito das interseccionalidades de gênero, raça e classe no âmbito da pós-graduação mostra também que as mulheres negras são minorias na docência, fato que fragiliza esses saberes, com pouca representatividade no espaço acadêmico-científico.

Outra ideia a destacar da obra de Morin (2000) refere-se ao enfrentamento das incertezas: “As civilizações tradicionais viviam na certeza de um tempo cíclico cujo funcionamento devia ser assegurado por sacrifícios às vezes humanos. A civilização moderna viveu com a certeza do progresso histórico. A tomada de consciência da incerteza histórica acontece hoje com a destruição do mito do progresso. O pro-

gresso é certamente possível, mas é incerto.” As transformações ocorridas ao longo da história revelam seu aspecto evolutivo de desorganização/reorganização, possibilitando novos desenvolvimentos que são relatados nos livros. “A história não constitui, portanto, uma evolução linear. [...] A história é um complexo de ordem, desordem e organização” (Morin, 2000, p. 83).

A vertente do pensamento de Morin (2000) relacionada às incertezas lembra o pensamento de Bauman (2001), que é explicado no artigo de Tfouni e Silva (p. 176) da seguinte forma:

Segundo Bauman (2001), as inúmeras esferas da sociedade contemporânea (vida pública, vida privada, relacionamentos humanos) passam por uma série de transformações cujas consequências esgarçam o tecido social. Tais alterações, de acordo com o sociólogo polonês, faz com que as instituições sociais percam a solidez e se liquefaçam, tornando-se amorfas, paradoxalmente, como os líquidos. A modernidade líquida, assim, é tempo do desapego, provisoriamente e do processo da individualização; tempo de liberdade ao mesmo tempo em que é o da insegurança.

Diante disso, reflete-se que a humanidade está inserida em um contexto de incertezas, por mais que se busque construir verdades universais, pois no mundo tudo está em constante mutação, em um movimento contínuo de criação-desorganização-recriação. Tudo se transforma e se recria com o tempo; nada é estável, e isso integra aspectos de um movimento que é fluido. A partir disso, pode-se pensar, por exemplo, que essa perspectiva também foi sinalizada por Hegel, que considerou as incertezas ao fundamentar a perspectiva dialética objetivada no método: tese – antítese – síntese. Conforme explica Nascimento Junior (2000, p. 122): “É a dialética hegeliana, onde o primeiro elemento da tríade (a tese) é a realidade, o segundo (a antítese) é sua negação e o terceiro (a síntese) é a elevação da realidade negada a uma realidade superior [...]”.

Nessa diretriz, é importante destacar que Morin (2000, p. 84-85) nos convida a “aprender a enfrentar a incerteza [...], importa ser realista no sentido complexo: compreender a incerteza do real, saber que há algo possível ainda invisível no real”. Nesse sentido, é possível refletir sobre a política de ações afirmativas na pós-graduação, que está em um processo de construção, desconstrução e reconstrução, e que, por isso, deverá lidar com incertezas, bem como com possibilidades ainda invisíveis na realidade, como, por exemplo, a existência de cotas que con-

siderem a interseccionalidade: gênero, raça e classe. Também se pode pensar no surgimento de novas epistemologias no campo das Ciências e na valorização de outros saberes, como a epistemologia feminista e o feminismo crítico, que vão desconstruir os preceitos existentes na tradição científica e poderão ser acionados como correntes epistemológicas para o embasamento da construção dessa Política Social na esfera Educacional.

Morin (2000, p. 90) sugere também: “Há efetivamente dois meios para enfrentar a incerteza da ação. O primeiro é totalmente consciente da aposta contida na decisão; o segundo recorre à estratégia”. Nesse contexto, a estratégia aparece como uma oportunidade para enfrentar essas questões.

Por fim, outra ponderação a destacar do texto refere-se à “ética do gênero humano”, especificamente na parte em que Morin (2000, p. 107) trata a respeito da democracia, revelando que esta:

[...] fundamenta-se no controle da máquina do poder pelos controlados e, desse modo, reduz a servidão (que determina o poder que não sofre a retroação daqueles que submete). Nesse sentido, a democracia é mais do que um regime político; é a regeneração contínua de uma cadeia complexa e retroativa: os cidadãos produzem a democracia que produz cidadãos.

A democracia permite considerar, nesse mundo de incertezas, as diversas opiniões existentes e, nesse sentido, possibilita o embate e a manifestação das diferentes ideias, exigindo também o consenso para contemplar a pluralidade de pensamentos na realidade.

Morin (2000) apontou para a cidadania terrestre, que deve ser ensinada de modo que a parte esteja conectada ao todo, ou seja, que o homem esteja ligado à humanidade, numa perspectiva antropológica que, segundo Morin (2000, p. 106), “[...] compreende, assim, a esperança na completude da humanidade, como consciência e cidadania planetária. Compreende, por conseguinte, como toda ética, aspiração e vontade, mas também aposta no incerto. Ela é consciência individual além da individualidade.”

Portanto, é importante estar consciente de que o fato de sermos indivíduos nos eleva à categoria do todo, da universalidade que é integrada pela humanidade e, nesse sentido, representa o coletivo, e a parte corresponde ao todo, fato que nos eleva ao universal e possibilita transcender aspectos limitantes que isolam, alienam, iludem e caracterizam as ideologias que refletem uma modalidade de miopia e desconfiguram

o entendimento sobre a totalidade, provocando desconhecimento da essência e descaracterizando o ser social, como ocorre com as mulheres negras na sociedade classista, machista e patriarcal.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na pós-graduação, os públicos-alvo das ações afirmativas, que articulam gênero, raça e classe dentre os marcadores sociais da diferença, necessitam de atenção às especificidades para que a permanência e a conclusão dos cursos de mestrado e doutorado possam alcançar a efetiva conclusão e inclusão socioeconômica, de modo a contribuir para o fortalecimento e empoderamento de mulheres negras através da Educação.

Pode-se traçar um paralelo com a experiência vivida por pessoas inseridas superficialmente na sociedade real e que lidam cotidianamente com as ilusões de serem partes integrantes de um projeto societário que não lhes oferece possibilidades de acesso a garantias formais e a direitos básicos, como educação e mercado de trabalho.

Refletindo sobre isso, observa-se que o fenômeno da interseccionalidade, de modo amplo e, especificamente, de gênero, raça e classe, refere-se à exclusão e, nesse sentido, pode constituir-se, dentro do processo cultural, como um sistema de opressão que se intercala com outros sistemas de segregação, configurando-se como mais uma violação por parte do Estado. Na esfera da Educação, a segregação de indivíduos do conhecimento, sem a oferta de condições adequadas para o acesso a direitos, gera consequentemente a alienação.

Agradece-se à CAPES pelo financiamento dos estudos que viabilizaram o artigo.

REFERÊNCIAS

BABIUK, Graciele Alves, 1989. Políticas de ações afirmativas para acesso à pós-graduação : perfil e narrativas autobiográficas de mulheres negras concluintes do Curso de Formação Pré-Acadêmica - Afirmação na pós UFPR (pré-pós). dissertação (mestrado) - Universidade Federal do Paraná, Setor de Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação. Defesa: Curitiba, 17/12/2021.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977.

CAL, Tanesca Santana. **O lugar da mulher negra nas ciências** : im-

plementação das ações afirmativas na Pós-Graduação do Instituto de Física da Universidade Federal da Bahia (IF UFBA). Dissertação (mestrado) - Universidade Federal da Bahia. Programa de Pós Graduação em Ensino, Filosofia e História das Ciências, Salvador, 2021.

CAMPOS, Luiz Augusto; CANDIDO, Marcia Rangel. **Desigualdades Raciais na Ciência Brasileira**. [S. l.]: Grupo de Estudos Multidisciplinares em Ações Afirmativas (GEMAA). 29 nov. 2023. Disponível em: <https://gema.iesp.uerj.br/infografico/desigualdades- raciais-na-ciencia-brasileira/> . Acesso em: 24 mar. 2024.

CARVALHO, Denise Pires. **CAPES: avanços e desafios na busca pela equidade de gênero: Mensagem de Denise Pires de Carvalho ressalta o papel da mulher na ciência brasileira e sua contribuição em todas as esferas da sociedade**. Brasília: Ministério da Educação, 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/capes/pt-br/assuntos/noticias/capes-avancos-e-desafios-na-busca-pela-equidade-de-genero>. Acesso em: 24 mar. 2024.

DUARTE, Nilza Moraes. **Mulheres Negras e Ações Afirmativas no Programa de Pós-Graduação em Antropologia (PPGANT), UFPEL/RS**. Orientadora: Lori Altmann. 2023. 233 f. **Dissertação** (Mestrado em Antropologia) – Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2023.

GONÇALVES, Liliane Flores de Freitas. **Políticas de ação afirmativa e as mulheres negras na pós-graduação e na pesquisa universitária: um estudo de caso interseccional da UFRJ, UFBA e UFMG**. **Dissertação**. Universidade Federal da Integração Latino-Americana, PTI, Políticas Públicas e Desenvolvimento. Foz do Iguaçu, 2023.

GONZALEZ, Lélia. 2020. **Por um Feminismo Afro-Latino-Americano: Ensaios, Intervenções e Diálogos**. Rio Janeiro: Zahar. 375 pp.

MORIN, Edgar, 1921 **Os sete saberes necessários à educação do futuro**. Tradução de Catarina Eleonora F. da Silva e Jeanne Sawaya; revisão técnica de Edgard de Assis Carvalho. – 2. ed. – São Paulo: Cortez; Brasília, DF: UNESCO, 2000.

NASCIMENTO JÚNIOR, A. F. Fragmentos do pensamento dialético na história da construção das ciências da natureza. **Ciência & Educação (Bauru)**, v. 6, n. 2, p. 119–139, 2000.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Um discurso sobre as ciências**. 5. ed. - São Paulo: Cortez, 2008.

SANTOS, Josiane Rodrigues dos. **Políticas de ação afirmativa na pós-graduação**: fatores interferentes e estratégias para a permanência de mulheres negras cotistas e mães na UFMT. 2024. 146f. dissertação de mestrado (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá, 2024.

TFOUNI, Fabio Elias Verdiani; SILVA, Nilce da. A modernidade líquida: o sujeito e a interface com o fantasma. *Rev. Mal-Estar Subj.*, Fortaleza, v. 8, n. 1, p. 171-194, mar. 2008.

O GÊNERO SEM AUTORIDADE: MULHERES DOCENTES E AUTORAS NA GRADUAÇÃO EM DIREITO DA FDUFBA EM 2023

Samantha de Araújo Carvalho¹

Lina Maria Brandão de Aras²

INTRODUÇÃO

O Direito é, por excelência, o mecanismo pelo qual o Estado regula e controla a vida social e as relações sociais. Enquanto reflexo dessas construções, também nas instituições jurídicas prevalecem as concepções dominantes da classe detentora do poder, que decide e determina a vida das pessoas no sistema de justiça.

Ao se constatar essa concentração do poder em uma classe homogeneamente masculina, branca e eurocêntrica, que estabeleceu um sistema de normas jurídicas, órgãos, legislações e direitos para atender a seus interesses, percebe-se que o Direito tem sido ainda utilizado como instrumento de manutenção desse *status quo* de exclusão, sobretudo das mulheres. Neste sentido, expande Susana Chiarotti:

Los códigos y leyes son escritos por personas, criadas en una sociedad determinada. A lo largo de la historia, la participación masculina ha sido mayoritaria en la escritura del derecho y en aplicación de las normas. Éstas no sólo son pensadas y sancionadas en parlamentos mayoritariamente masculinos. También son aplicadas y ponderadas por Poderes Judiciales cuyos máximos cargos son mayoritariamente ocupados por varones, y donde lentamente están apareciendo las mujeres (Chiarotti, Susana, 2006, p.13).

Ora, o sistema jurídico não apenas foi criado pelos homens e para os homens, como é aplicado e interpretado por eles também, mesmo quando o caso envolve mulheres. Assim, um sistema jurídico de viés masculinista, patriarcal e androcêntrico prejudica as mulheres por-

1 Escritora, Advogada, Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismo, da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, na Universidade Federal da Bahia e Pesquisadora Bolsista CAPES (2023-2024). Especialista em Direitos das Mulheres e integrou a Comissão da Mulher Advogada OAB/BA (2019-2021).

2 Orientadora e Professora Permanente no Departamento de Programa de Pós-Graduação em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismo, na Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, na Universidade Federal da Bahia.

que traz padrões patriarcais de poder que impõem um teto de vidro, impedindo-as de ocupar espaços e ascender. Além disso, impossibilita a conquista de direitos e a aplicação de direitos e garantias já conquistados, consoante acrescenta Isabel Jaramillo:

En primer lugar, se ha señalado que el derecho, como producto de sociedades patriarcales, ha sido construído desde el punto de vista masculino y por eso refleja y protege los valores y atiende a sus necesidades e intereses. (...) En segundo lugar, se ha mostrado que incluso cuando el derecho protege los intereses y necesidades de las mujeres e introduce su punto de vista, en su aplicación por instituciones e individuos moldeados por la ideología patriarcal, ha desfavorecido a las mujeres (Jaramillo, Isabel, 2000, p. 51-52).

Nesta linha, como historicamente o sistema jurídico, em todas as suas expressões, tem sido um espaço em que, institucionalmente, se legitima e reproduz a exclusão e a desconsideração das mulheres (em todas as suas interseccionalidades), Caroline Vergel Tovar defende que o Direito deve passar por um processo de desconstrução, “[...] teniendo en cuenta su rol como instrumento de formalización y legitimación de la dominación masculina durante décadas” (Tovar, Caroline, 2011, p. 128).

Repensar essa dominação masculina por uma perspectiva de gênero é fundamental para viabilizar um sistema jurídico adequado para a sociedade plural, diversa, multiétnica e de necessidades díspares.

2. BREVES CONSIDERAÇÕES SOBRE UMA EPISTEMOLOGIA FEMINISTA NO DIREITO

Neste contexto, é que surgiu a corrente de pensamento do feminismo jurídico, que propõe uma mudança de paradigma com a inclusão da perspectiva de gênero no debate do Direito. Isso significa que a perspectiva e a igualdade de gênero devem ser os pontos de partida da elaboração, interpretação e aplicação das normas jurídicas no caso concreto, além de ser um referencial no estudo e difusão do conhecimento jurídico.

Com isso, deslocam-se as mulheres de suas conhecidas (mas não naturais) posições oprimidas, subalternizadas, marginalizadas e inferiorizadas para o centro da discussão jurídica. Além disso, se “elimina los privilegios masculinos y patriarcales de los códigos legales” (Molyneux, Maxine, 2010, p. 185), que preponderaram em um sistema jurídico de dominância masculina e sub-representação das mulheres. É

possível iniciar a definição do Feminismo Jurídico como uma vertente de pensamento que advoga por uma teoria e prática jurídicas feministas. Neste sentido, conceitua Salete Maria da Silva:

Conceitualmente, pode-se dizer que o feminismo jurídico corresponde a um conjunto de críticas, teorizações, proposições metodológicas e atividades práticas desenvolvidas por juristas feministas em face do fenômeno jurídico, dentro ou fora do sistema de justiça. A proposta central deste tipo de feminismo é desenvolver reflexões e sobretudo ações que promovam transformações radicais no âmbito das normas, discursos e práticas jurídicas, tendo como foco a obtenção da igualdade de gênero (Silva, Salete, 2020a, p.89).

Nesta senda, o tema do feminismo jurídico é de extrema relevância, pois propõe um caminho possível de transformação de todo um sistema de justiça a partir da adoção de uma perspectiva de gênero. Essa incorporação deve vir desde o ensino do Direito, na formação dos futuros profissionais aplicadores do Direito, que terão o poder de determinar a vida das pessoas, com potencial para afetar toda a sociedade, destinatária das normas jurídicas e do arcabouço judicial. É como aprofunda Salete da Silva:

Propus a adoção da perspectiva de gênero como um novo paradigma de estudo, interpretação e aplicação do direito, porém o fiz com a consciência do desafio que isso representa, uma vez que estou consciente de que não se trata apenas de uma questão de ordem pedagógico-metodológica, o que por si só, já seria de grande valia neste campo de práticas tão herméticas e linguagem tão parnasiana; mas trata-se (e disto não se pode olvidar) de um desafio político-epistemológico devastador, posto que exige toda uma mudança de paradigma no pensar e no realizar o direito que, conforme já foi exposto, **precisa ter seu início desde a prática de ensino até sua ulterior manifestação** (grifos nossos) (Silva, Salete 2020b, p.66).

É neste cenário que se insere este estudo, propondo-se a questionar a representatividade feminina no ensino do Direito não apenas numericamente, mas como forma de verdadeira incorporação da perspectiva de gênero. Ou seja, até que ponto essas docentes pensam a si mesmas enquanto agentes na construção do conhecimento e em que medida elas são respeitadas, validadas e consideradas para a formação do saber jurídico.

De antemão, Susana Chiarotti alerta que uma maior presença feminina no Direito não é garantia da incorporação da perspectiva de gênero:

Pero aumentar la presencia femenina no es garantía de una mayor sensibilidad hacia la discriminación de género. Los jueces y juezas,

también son formados en una cultura determinada, con normas sociales, entre las que se encuentran los prejuicios, roles, y reparto de poder entre los sexos. O sea, esas personas están influenciadas por estereotipos de género (Chiarotti, Susana, 2006, p.13).

De fato, como o sexismo, o machismo, o racismo e a misoginia não são apenas estruturais em nossa sociedade, mas estruturantes dela, todas as pessoas vivenciam e reproduzem os estereótipos de gênero criados nesse sistema, inclusive mulheres. Nessa perspectiva, se não houver a incorporação de uma perspectiva de gênero, as estruturas jurídicas de ensino podem estar perpetuando desigualdades, discriminação e a exclusão das mulheres.

Ainda assim, a representatividade e a participação feminina em igualdade de gênero na ocupação de espaços de poder, como é o caso do ambiente acadêmico jurídico, são fundamentais para a desconstrução desses estereótipos e dos padrões patriarcais de poder, que naturalizam a exclusão das mulheres na ocupação de espaços e cargos de poder. Explica Londa Schiebinger:

As mulheres, independente de cor ou credo, devem ser representadas igualmente em todos os aspectos da vida. Sua plena representação em todas as ciências proporcionará às mulheres as mesmas liberdades que os homens há muito têm de manter diferentes perspectivas e opiniões e não serem consideradas *en bloc* como “as mulheres” num departamento ou grupo (Schiebinger, Londa, 2001, p.34).

Por essas razões, a discussão da representatividade feminina no ensino jurídico, na produção e transmissão desse conhecimento, é importante para fortalecer o enfrentamento do teto de vidro que impede as mulheres de ocuparem cargos de poder na mesma medida em que os homens.

É preciso identificar como está o panorama atual dessa representatividade no campo da graduação em Direito, em que as mulheres são a maioria do corpo discente e têm a possibilidade de ocupar futuramente cargos de autoridades do Estado de Direito, na qualidade de professoras, juízas, promotoras, procuradoras e defensoras públicas. Assim, há uma importância simbólica em visibilizar a contribuição (comumente ignorada) das mulheres no conhecimento jurídico, consoante ensina Adriane Raquel de Lima:

Por outro lado, romper com a invisibilidade das mulheres, ouvir seus sons ou ler seus escritos, portanto, colocá-las no centro do

acontecer histórico, é abalar as estruturas sociais fncadas no sentimento patriarcal, o que causa medo aos que têm privilégios nesta sociedade falocêntrica. As mulheres que desafiam a “ordem social” das coisas, da sociedade, ainda são vistas como indecentes e, por alguns, ridicularizadas, chegando-se ao extremo de em algumas sociedades terem suas faces queimadas, seus rostos completamente deformados por ousarem subverter a ordem do silêncio. (LIMA, Adriane, 2019, p.25).

Inclusive, para bell hooks³, além de visibilizar a produção das mulheres, é preciso ser vigilante com as produções que não as consideram: “[...] precisamos continuar a criticar os trabalhos intelectuais desprovidos de sentido e promover as formas de estudo e pesquisa que são, em si mesmas, uma práxis feminista” (hooks, bell, 2019, p. 27-28). Cumpre esclarecer que a disputa de poder não visa desconsiderar os homens, mas apenas escutar a voz das mulheres, verificando sua contribuição na formação do conhecimento e sua importância. Por isso, “a perspectiva de gênero, portanto, apresenta-se como uma maneira de perceber a vida em sociedade através de uma postura que não nega, mas que afirma, estuda e propõe mudanças nas relações de gênero em prol do bem-estar de homens e mulheres” (Silva, Salette, 2020b, p. 66).

Dessa forma, esta investigação sobre a representatividade e influência de mulheres professoras e doutrinadoras, em análise comparada com a presença masculina, serve para verificar e questionar se existem assimetrias e iniquidades de gênero, hierarquias nas relações de gênero presentes no ensino da graduação em Direito da FDUFBA, em 2023, considerando que o ensino superior é espaço de poder e de transformação social.

COLETA, TRATAMENTO E EXPOSIÇÃO DOS DADOS

O corpo docente da graduação da Faculdade de Direito da Universidade Federal da Bahia é composto por 113 docentes, distribuídos em três departamentos. O departamento com o maior número de docentes é o de Direito Público, composto por 46 professoras e professores. Já o departamento com o menor número de docentes é o de Estudos Jurídicos Fundamentais, com 32. Por fim, o departamento de Direito Privado contém 35 docentes.

Considerando a amostra completa de 113, constata-se que apenas 36 são mulheres professoras, enquanto 77 são homens docentes. Isso significa que as mulheres docentes representam menos de $\frac{1}{3}$ da

3 A autora bell hooks escolheu ter a grafia de seu prenome e sobrenome escritas propositalmente em letras minúsculas.

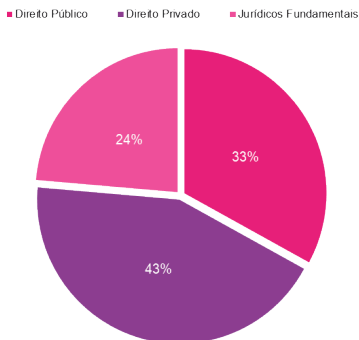
composição do corpo docente. Elas não alcançam sequer 40% do corpo docente, sendo seu ínfimo percentual 31,86%. Em nenhum departamento a presença de mulheres é paritária à presença de homens docentes. Também não ocorre de existir um departamento em que o número de professoras mulheres supere o número de professores homens. Isso tudo não são apenas números, nem dados. Eles revelam um lugar de não incômodo social, de ausência de problematização em visualizarmos mais homens e menos mulheres no mesmo local de poder. Essa disparidade precisa nos incomodar; precisa nos assustar.

O departamento de Estudos Jurídicos Fundamentais é o que apresenta menos mulheres em seu quadro. São apenas 7 mulheres docentes, enquanto 25 homens docentes preenchem o corpo docente nas disciplinas mais reflexivas e críticas. Qual é a mensagem que estamos passando quando as mulheres representam apenas 21,9% do corpo docente e os homens ocupam 78,1%?

Tratam-se das disciplinas propedêuticas e fundantes para a formação do conhecimento jurídico. São as matérias em que expandimos o raciocínio jurídico para além da técnica e das leis. Na maior unidade, o departamento de Direito Público, com 46 docentes, as mulheres docentes não chegam a metade do corpo docente, sendo apenas 14 professoras, ao passo que são 32 homens professores na graduação em Direito.

O departamento de Direito Privado, por sua vez, é o que apresenta maior proximidade com alguma noção de paridade, com 15 mulheres docentes, enquanto 20 são homens docentes. É o departamento com maior nível de igualdade de gênero. Não é paridade, mas é uma proximidade de alguma igualdade. Não é o ideal, mas representa algo significativo no contexto social, ilustrado no gráfico a seguir:

Gráfico 2. Comparativo da presença de mulheres docentes por Departamento do curso de Graduação em Direito (em %).



No que tange às ementas curriculares da graduação em Direito da FDUFBA, publicamente disponibilizadas no próprio site da instituição, a nossa análise está circunscrita às disciplinas obrigatórias, que são invariáveis nos currículos de todas/os discentes. Por essa razão, descartamos, neste trabalho, a análise de disciplinas optativas.

Neste cenário, a amostra total é de 34 disciplinas obrigatórias, constituindo 19 matérias do Departamento de Direito Público e 15 de Direito Privado. No entanto, 3 disciplinas, embora tenham apresentado ementas, não indicaram bibliografia, reduzindo a nossa amostra de análise para 31 disciplinas, sendo 17 de Direito Público e 14 de Direito Privado. Das 31 disciplinas, apenas 16 matérias indicaram obras de autoria feminina em suas ementas, o que corresponde a 23 obras de autoria de mulheres juristas recomendadas.

O ponto é: como essas mulheres docentes no Departamento de Direito Privado são tratadas? Como autoridades acadêmicas em mesma medida de valor que os homens docentes? Qual é a autoridade cabível a elas?

O sistema jurídico tem sido um espaço em que, institucionalmente, se legitima e reproduz a exclusão e a desconsideração das mulheres (em todas as suas interseccionalidades). Caroline Vergel Tovar defende que o Direito deve passar por um processo de desconstrução, “[...] teniendo en cuenta su rol como instrumento de formalización y legitimación de la dominación masculina durante décadas” (Tovar, 2011, p. 128).

Portanto, os homens prevalecem, sem serem questionados, ocupando 68,14% do corpo docente. Se não houver a incorporação de uma perspectiva de gênero, as estruturas jurídicas de ensino continuarão perpetuando desigualdades, discriminação e a exclusão das mulheres. Repensar essa dominação masculina por uma perspectiva de gênero é fundamental para viabilizar um sistema jurídico adequado para a sociedade plural, diversa, multiétnica e de necessidades díspares.

A autora clássica Virginia Woolf, na vanguarda de seu tempo, já denunciava, desde 1920, as barreiras e os obstáculos impostos às mulheres para escreverem, produzirem, serem lidas, serem consideradas, escutadas e validadas, conforme elucida nestas linhas:

[...] havia um grupo enorme de opiniões masculinas que atestavam que nada deveria ser esperado das mulheres do ponto de vista intelectual. Ainda que seu pai não lesse em voz alta essas opiniões, qualquer garota poderia lê-las por si; e essa leitura, mesmo no século XIX, deve ter diminuído sua força vital e ter tido um efeito

profundo sobre seu trabalho. Sempre haveria uma afirmação dessas – você não pode fazer isso, você é incapaz de fazer aquilo – contra a qual protestar ou que se devia superar. (Woolf, Virginia, 2014, p.79-80).

Este cenário descrito por Virginia Woolf ainda persiste, ainda que em proporções e circunstâncias diferentes. Ora, na contemporaneidade, mesmo algumas mulheres conseguindo alcançar autoridades como autoras, professoras, juízas e advogadas, continuam sem ser lidas, escutadas, reconhecidas, citadas e consideradas. Continuam marginalizadas do conhecimento canônico que não as inclui como referenciais teóricos. Basta lembrar que Virginia denuncia as estantes de livros vazias sem obras de autoria feminina: “[...] pensei, ao procurar nas prateleiras por livros que não estavam lá [...]” (Woolf, Virginia, 2014, p. 68).

Essa ausência evidente (e não velada) de obras de autoria feminina e de mulheres em espaços de poder é mantida propositalmente por um sistema que insiste em fingir que não as está vendo. Assim, explica Janaína Gomes, na obra “O Gênero do Direito”: “As lacunas na bibliografia (...) refletem a (menor) importância política e o lugar de fala reduzido desses profissionais dentro das instituições a que pertencem” (Gomes, Janaína, 2020, p. 62).

Como as mulheres docentes e autoras vão poder mudar a realidade, interferir, influir, opinar, decidir e contribuir, de fato, se suas obras não são compradas, se suas aulas são questionadas e se suas sentenças são invalidadas?

Ou seja, as mulheres têm suas autoridades acadêmicas questionadas, invalidadas e desmerecidas quando ocupam esses espaços institucionais. Elas apenas ousam ocupar, de forma livre e com autonomia, o espaço que os homens sempre ocuparam e continuam ocupando com ampla liberdade e reconhecimento. No entanto, encontram tantas barreiras que diferentes autoras cunharam expressões como “teto de vidro”, “labirintos de cristal” e “paredes de fogo” para expor as dificuldades impostas às mulheres para alçarem posições de poder e avançarem dentro de estruturas de poder, como é o caso de um espaço universitário de conhecimento.

Sobretudo quando se trata de conceitos e categorias que incorporam uma perspectiva feminista e de gênero, que são criados para questionar e problematizar as ordens teóricas e sociais excludentes. Nesta linha de intelecção, Antonio Conceição e Lina Brandão de Aras:

Esses, entre outros, são argumentos utilizados para dificultar a legitimidade do conhecimento feminista, deixando-o de fora de muitas áreas do saber acadêmico, onde é visto com desprezo e desqualificação. Essas atitudes refletem os preconceitos que a sociedade tem com as atividades femininas e a falta de valor com que vê a mulher. (Conceição, Antonio Carlos; Aras, Lina, 2014, p. 12).

Ora, não se questiona apenas a sub-representação das mulheres no espaço acadêmico, mas busca-se investigar como elas estão sendo reconhecidas, tratadas e consideradas enquanto as autoridades que são, em um ambiente que sempre foi dominado pelos homens. Elas são tratadas em posição de igualdade? Encontram um ambiente respeitoso ou hostil? Sobre as mulheres escritoras, Virginia Woolf registrou que:

A indiferença do mundo, que Keats, Flaubert e outros homens geniais achavam tão difícil de suportar, não era, no caso dela, indiferença, mas hostilidade. O mundo não dizia a ela, como dizia a eles: “Escreva se quiser, não faz diferença para mim”. O mundo dizia, gargalhando: “Escrever? O que há de bom na sua escrita?”. (...) pensei, olhando de novo para os espaços vazios das prateleiras. (Woolf, Virginia, 2014, p.78).

Por essas razões, neste estudo, buscou-se compreender a versão das mulheres, suas vivências e experiências, que costumam ser ignoradas nas versões oficiais de formação do conhecimento jurídico, que têm origens patriarcais.

Antes de seguir neste raciocínio, contudo, a autora Heleieth Saffiotti nos alerta para que o conceito de patriarcado não seja enquadrado de forma fixa e determinante, sem naturalizar um suposto lugar permanente de subordinação e inferioridade das mulheres em relação aos homens. Não é um lugar permanente, e estamos questionando essas bases, conforme ela aprofunda:

Além de empoderar a categoria mulheres, e não apenas mulheres, o conhecimento de sua história permite a apreensão do caráter histórico do patriarcado. E é imprescindível o reforço permanente da dimensão histórica da dominação masculina para que se compreenda e se dimensione adequadamente o patriarcado. Considera-se muito simplista a alegação de a-historicidade deste conceito. Segundo, porque na base do julgamento do conceito como a-histórico reside a negação da historicidade do fato social. Isto equivale a afirmar que por trás desta crítica esconde-se a presunção de que todas as sociedades do passado remoto, do passado mais próximo e do momento atual comportaram/comportam a subordinação das mulheres aos homens. (Saffiotti, Heleieth, 2015, p.110-111).

Esta perspectiva coloca em debate essa ideia fixa de patriarcado, distorcida também pelo senso comum. Não objetivamos essencializar nem naturalizar os lugares das mulheres e dos homens, pois não são fixos em inferior ou superior. Não é natural que homens ocupem os espaços de poder, com todo o domínio e controle dos componentes obrigatórios, as prateleiras e estantes de livros, ao passo que as mulheres ficam relegadas a poucos livros recomendados e dispostos nas prateleiras, além de poucas mulheres docentes. Esse cenário não é o natural. Mas este é o panorama que ora se investiga nesta pesquisa: qual é o lugar das mulheres no ensino do Direito enquanto docentes e autoras no ano de 2023 na FDUFBA?

Sobre as transformações na participação e presença das mulheres na sociedade atual, Gerda Lerner tem um posicionamento otimista:

Mas agora o período de hegemonia patriarcal sobre a cultura chegou ao fim. Ainda que, na maioria dos lugares do mundo, e até mesmo nas democracias ocidentais, a dominância masculina nas principais instituições culturais persista, a emancipação intelectual das mulheres abalou o sólido monopólio que os homens mantiveram por tanto tempo sobre a teoria e a definição. As mulheres ainda não têm poder sobre instituições, sobre o Estado, sobre a lei. Mas os insights teóricos que a erudição feminista moderna já conquistou têm o poder de abalar o paradigma patriarcal. A marginalização, o escárnio, os insultos, o corte de verbas e outros artifícios criados para impedir o processo de redefinição dos conceitos da civilização ocidental vão todos, no longo prazo, ter que chegar ao fim. Eles podem retardar temporariamente o processo de transformação intelectual em curso, mas não podem detê-lo. (Lerner, Gerda, 2022, p.345).

Não obstante reconhecer esses progressos, de fato, evidentes, discordo, respeitosamente, da autora, pois o patriarcado permanece forte e segue se reatualizando nas estruturas e sistemas de poder, que não têm qualquer interesse em incorporar perspectivas feministas e de gênero.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente investigação partiu das seguintes perguntas: qual é o poder das mulheres que já estão no poder? A autoridade acadêmica das mulheres docentes e autoras no curso de graduação em Direito da Faculdade de Direito da Universidade Federal da Bahia tem o mesmo

peso que a autoridade masculina no ensino e na formação do saber jurídico? Um magistério preponderantemente masculino produz conhecimento plural ou excludente?

Os dados revelaram que as obras de autoria de mulheres representam apenas 4,79%, enquanto as obras de autoria masculina preenchem 95,21% deste currículo. Numericamente, foram 23 obras de mulheres contra 458 obras de autores homens em 31 ementas.

Quanto ao corpo docente, as professoras representam menos da metade do quadro, com 31,86%, ao passo que os homens docentes preenchem 68,14%. Isso significa 36 mulheres docentes e 77 homens docentes nos departamentos da FDUFBA em 2023.

No que tange aos questionários, os resultados esperados provavelmente refletirão essa exclusão e desautoridade das mulheres no ensino jurídico. Que autoridade acadêmica é possível quando as mulheres autoras não alcançam 5% das ementas curriculares de uma graduação em Direito?

Então, mesmo que algumas mulheres estejam acessando esses espaços de poder, elas não possuem os mesmos poderes que os homens, que estão em idêntica posição apenas no papel. Elas continuam sem ser ouvidas, escutadas, lidas, recomendadas, mesmo que publicadas, o que corrobora o pensamento de Virginia Woolf lá atrás. Por consequência, tudo isso impacta a percepção que as mulheres têm de si mesmas nesses espaços de poder.

REFERÊNCIAS

CHIAROTTI, Susana. **Aportes al Derecho desde la Teoría de Género**. Otras Miradas/Universidad de los Andes. Bogota, v.6, n.1, p.6-22. 2006. Disponível em: <<https://www.yumpu.com/en/document/read/52675456/aportes-al-derecho-desde-la-teoria-de-genero-susana-chiarotti>>. Acesso em: 22 abr. 2024.

FACIO, Alda. Metodología para el análisis de género del fenómeno legal. In: SANTAMARÍA, Ramiro Ávila; SALGADO, Judith; VAL-LADARES, Lola. (Orgs). **El género en el derecho: ensayos críticos**. Quito: Ministerio de Justicia y Derechos Humanos, 2009. Disponível em: <https://www.oas.org/en/sedi/dsi/docs/genero-derecho_12.pdf>. Acesso em: 22 abr. 2024.

FACIO, Alda. Entrevista: **A interface entre Gênero e Direito**. v.4, n.1, jan./mar. 2018, Disponível em: <<https://www.researchgate.net/publi>>

cation/324422663_A_interface_entre_Genero_e_Direito_entrevista_com_Alda_Facio>. Acesso em: 22 abr. 2024.

hooks, bell. **Ensinando a transgredir**: a educação como prática da liberdade. 5.ed. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2020.

hooks, bell. **Teoria Feminista**: da margem ao centro. São Paulo: Perspectiva, 2019.

JARAMILLO, Isabel Cristina. La Crítica Feminista al Derecho. In: WEST, Robin. (Org). **Género y teoría del derecho**. Bogotá: Siglo del Hombre, 2000. p. 25-66. Disponível em: <<https://www.pensamientopenal.com.ar/doctrina/46462-critica-feminista-al-derecho>>. Acesso em: 22 abr. 2024.

LERNER, Gerda. **A criação da consciência feminista**: a luta de 1.200 anos das mulheres para libertar suas mentes do pensamento patriarcal. São Paulo: CULTRIX, 2022.

LIMA, Adriane Raquel Santana de. **Educação para mulheres na América Latina**: um olhar decolonial sobre o pensamento de Nísia Floresta e Soledad Acosta de Samper. Curitiba: Appris, 2019.

MOLYNEUX, Maxine. **Justicia de género, ciudadanía y diferencia en América Latina**. Salamanca, n.28, 2020, p.181-211. Disponível em: <<https://revistas.usal.es/uno/index.php/0213-2087/article/view/8049/8711>>. Acesso em: 22 abr. 2024.

SAFFIOTI, Heleieth. **Gênero Patriarcado Violência**. 2.ed. São Paulo: Expressão Popular/Fundação Perseu Abramo, 2015.

SCHIEBINGER, Londa. **O feminismo mudou a ciência?** Trad. Raul Fiker. Bauru: EDUSC, 2001.

SILVA, Salete Maria da. **Constitucionalização dos direitos das mulheres no Brasil**: um desafio à incorporação da perspectiva de gênero no direito. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/282887463_Constitucionalizacao_dos_direitos_das_mulheres_no_Brasil>. Acesso em: 24 abr. 2024.

SILVA, Salete Maria da. **Feminismo Jurídico**: uma introdução. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/324430916_Feminismo_Juridico_uma_introducao>. Acesso em: 24 abr. 2024.

TOVAR, Carolina Vergel. **El concepto de justicia de género**: teorías y modos de uso. Revista de derecho privado. n.21. p. 119-146. jul-dez.

2011. Disponível em: <<http://www.scielo.org.co/pdf/rdp/n21/n21a07.pdf>>. Acesso em: 22 abr. 2024.

WOOLF, Virginia. **Um teto todo seu**. Trad. Bia Nunes de Sousa. São Paulo: Tordesilhas, 2014.

FLOR DAS ÁGUAS: FORMAÇÃO E CONSTRUÇÃO DE DIÁLOGOS COM AS POLÍTICAS PÚBLICAS DE EMANCIPAÇÃO FEMININA

Célia Regina Pereira Soares¹
Maria do Rosário de Fátima Andrade Leitão²

INTRODUÇÃO

A Colônia de Pescadores/as Z-10, em Itapissuma, Pernambuco, fez história ao eleger a primeira mulher presidente de colônia em 1989: Joana Mousinho, irmã de Margarida Rodrigues Mousinho, mulheres pioneiras na presidência dessa colônia. Na década de 1980, Margarida assumiu a presidência da instituição após o afastamento do então presidente. São mais de três décadas de empoderamento feminino, concretizado com a eleição de Joana Mousinho, mas também de luta constante contra preconceitos e violências.

É nesse contexto que se norteia a elaboração deste artigo, fundamentado em pesquisa-ação, o qual descreve 14 reuniões e problematiza o cotidiano de 30 mulheres em encontros realizados na sede da Colônia Z-10, no período de setembro de 2023 a outubro de 2024.

A partir da epistemologia feminista, é possível sistematizar e analisar as desigualdades de gênero na pesca artesanal (Leitão, 2009; Leitão e Veiga, 2017), políticas públicas (Leitão et al., 2021; Guimarães, R.S. e Leitão, 2020; Guimarães, D.R., 2021; Leitão e Santos, 2021; Hellebrandt et al., 2016) e a divisão sexual do trabalho (Hirata e Kergoat, 2007; Leitão e Furtado, 2022), considerando que as pescadoras desempenham a atividade da pesca, cuidam do beneficiamento do pescado e dos trabalhos domésticos, enquanto os homens se dedicam quase exclusivamente à coleta.

O projeto Flor das Águas foi aprovado em edital do Fundo Casa, elaborado pela Colônia Z-10 em parceria com a Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE), por meio do Núcleo de Pesquisa-ação Mulher e Ciência - DECISO/UFRPE e, mais recentemente, da Coordenação

1 Graduada em Ciências Sociais pela Universidade Federal Rural de Pernambuco e Graduada em Comunicação Social Relações Públicas pela Escola Superior de Relações Públicas.

2 Doutora em Estudos Ibero-Americanos (UCM-Espanha). Professora Titular da Universidade Federal Rural de Pernambuco.

nadoria da Mulher do município de Itapissuma. As parcerias viabilizam um espaço de diálogo, construção coletiva e educação não formal para fomentar a equidade de gênero, o autocuidado, o combate à misoginia e ações de preservação ambiental por meio de atividades formativas.

Guimarães, D.R., e Leitão (2020, p. 05) citam Silva (2010, p. 11-12) ao se referirem à educação não formal para mulheres

Tanto a pedagogia feminista quanto a 'pedagogia freiriana' apontam as necessidades urgentes de transformações estruturais, tanto no campo econômico como cultural e veem na 'ação-político-educacional' como um processo, que não se inicia nem se encerra como uma atividade específica.

As autoras acima citadas relacionam a educação política a Paulo Freire, autor do modelo libertador de educação, com ênfase na leitura crítica do cotidiano das educandas e fundamentado na troca de saberes (Freire, 1987; 1996). Na prática da educação libertadora, lançamos as bases para fomentar o poder político com trabalhos educativos que assegurem a adaptação do conteúdo à realidade das pescadoras (Freire, 1987), permitindo às assistidas pelo projeto ampliar o olhar e enxergar as múltiplas dimensões para desenvolver uma consciência crítica capaz de transformar a realidade do cotidiano da pesca numa pedagogia de mulheres em processo de libertação como ato político por melhores condições sociais. A subvalorização das pescadoras, refletida na divisão sexual do trabalho e nos desafios de reconhecimento e poder, se dá através da luta coletiva por direitos e reconhecimento por intermédio das políticas públicas, que podem ampliar os benefícios à comunidade, desenhando ações viáveis que consideram padrões socioculturais e viabilizam projetos governamentais (Cortes, 2013).

A metodologia utilizada foi a de pesquisa-ação, com uma abordagem participativa e dialógica por meio de oficinas, palestras e rodas de conversa, possibilitando a troca de saberes sobre políticas públicas e estratégias de empoderamento feminino. Essas ferramentas viabilizaram a construção do diagnóstico participativo, identificando, por meio do processo de escuta, as múltiplas opressões vivenciadas no cotidiano das pescadoras, as demandas de saúde e as formas de degradação do meio ambiente que dificultam a atividade da pesca na localidade. Isso auxiliou na construção de estratégias de emancipação e direcionou a formação de parcerias com órgãos municipais para garantir o acesso a programas de saúde pública, bem-estar e direitos dessas mulheres, além de contribuir para o desenvolvimento de uma identidade coletiva frente

ao preconceito e à exclusão vivenciados pelas pescadoras.

Segundo dados do Sistema de Registro Geral da Atividade Pesqueira apresentados em 2023, o Brasil possui 1 milhão de pescadores, mas, desse total, 507.896 são mulheres que desempenham a atividade. No Maranhão, na Bahia, em Sergipe, em Pernambuco e em Alagoas, elas são a maioria na pesca artesanal. No entanto, apesar de contribuírem significativamente com o setor, enfrentam a desigualdade na divisão social do trabalho e na discriminação de gênero, mesmo exercendo papéis fundamentais na geração de renda familiar, na preservação das tradições locais, na erradicação da fome e no respeito ao meio ambiente. Em Pernambuco, 55% dos indivíduos que exercem esta atividade são mulheres, e esse percentual desnuda a importância de abordar as questões de gênero como indicativo das construções sociais (Scott, 1995) no segmento e da necessidade de qualificação e inclusão na tomada de decisões, bem como da implementação de políticas públicas de empoderamento feminino nas comunidades pesqueiras. Visto que as desigualdades sociais de gênero são criadas e reproduzidas na socialização e na naturalização da concepção simbólica de que as diferenças são predominantemente biológicas e não socialmente construídas, a falta de equidade de gênero está inscrita nos corpos das pescadoras (Bourdieu, 2020) como fruto de uma estrutura hierárquica, de dominação duradoura e de reprodução social, na qual os homens ocupam as melhores posições, especialmente desde o surgimento da propriedade privada (Engels, 1984), que estratifica os espaços de moradia e trabalho, numa hierarquia entre espaços públicos e privados que movem a engrenagem do sistema de produção econômica.

Dessa forma, o trabalho reprodutivo traduz-se em uma invisibilidade do trabalho social, historicamente considerado feminino, realizado pelas mulheres na maternagem e nas inúmeras atividades de cuidado. Geralmente, esse trabalho não pago, de reprodução social, fortalece a divisão desigual do trabalho doméstico e as relações desiguais de poder, presentes na dupla jornada de trabalho, obscurecida pela herança do patriarcado (Saffioti, 2015), enquanto Leitão (2023) imputa à mulher o capital simbólico de propriedade privada que desempenha atividades cotidianas, secretas e contínuas (Bourdieu, 2020).

Neste sentido, a adoção prática da educação não formal, com processos interativos e intencionais para a transmissão de informação, formação política e sociocultural (GOHN, 2006), ao projeto Flor das Águas, traz a pedagogia engajada (Hooks, 2013) de resistência às 30 mulheres da Colônia de Pescadores Z-10, localizada em Itapissuma,

no litoral norte de Pernambuco, como instrumento de enfrentamento ao monopólio de produção e reprodução do capital simbólico presente na manutenção de poder do patriarcado na comunidade pesqueira. Vale ressaltar que, desde 2008, discentes e docentes do curso de Bacharelado em Ciências Sociais e da Pós-Graduação em Extensão Rural e Desenvolvimento Local têm realizado projetos com as mulheres da Colônia Z-10 (Leitão e Pereira, 2021; Leitão e Santos, 2021; Lima e Leitão, 2014; Leitão, 2013). A Z-10 é uma instituição que tem realizado sua missão social, cuidando e defendendo os pescadores, as pescadoras e o meio ambiente.

A pesca artesanal desempenha um papel muito importante em Itapissuma, contribuindo para o sustento alimentar das famílias e representando uma importante fonte de renda local. Apesar disso, a comunidade, que depende dos recursos naturais, enfrenta cotidianamente desafios ambientais, como os efeitos da urbanização, ocupações irregulares, descarte inadequado de resíduos e derramamento de petróleo.

Mesmo sendo presidida por uma mulher, a Colônia de Pescadores Z-10 reflete desigualdades na pesca artesanal, sendo importante, assim, valorizar o autocuidado das mulheres pescadoras. Foi pautado nessas demandas que se organizaram as oficinas e se previu a ação de limpeza do mangue no Canal de Santa Cruz, com o propósito de chamar a atenção para o trabalho ativo das mulheres pescadoras e sua relação com a sustentabilidade socioambiental, que se reflete na pesca artesanal de Itapissuma.

Outro aspecto importante no projeto consiste em buscar o fortalecimento institucional, aumentar o empoderamento das mulheres pescadoras e garantir a proteção do meio ambiente, para que se mantenha o sustento alimentar das famílias envolvidas e se promova o desenvolvimento econômico sustentável da comunidade.

Tabela 1 Reuniões, Oficinas e Ações do Projeto	
Data	Tema e participações
10/08/2023	Reunião da equipe de formulação e implementação do projeto
17/08/2023	Reunião da equipe de formulação e implementação do projeto
03/10/2023	Início das atividades. Equipe do projeto.
07/11/2023	Questões ambientais. Contou-se com o apoio da socióloga Cláudia Lima e de membros do Greenpeace Brasil, Bianca Cavalcanti, Eduarda Silva e Gabriel Duarte.

12/12/2023	Comercialização do pescado e o trabalho não pago de reprodução social. Equipe do projeto.
30/01/2024	Óleos essenciais
27/02/2024	Reunião só com as pescadoras, a chuva não permitiu a equipe da UFRPE chegar a Itapissuma.
02/04/2024	Primeiros Socorros, contou com o apoio do enfermeiro Socorrista Valmir Bezerra e equipe do projeto.
28/05/2024	Empoderamento feminino, contou com o apoio de Assistente Social Lívia Arruda e a equipe do projeto.
04/06/2024	Roda de conversa sobre segurança alimentar. Contou com o apoio do Professor Dr ^o Marconi Júnior na UFRPE e a equipe do projeto.
09/09/2024	Reunião da Equipe para solucionar a continuidade do projeto. Contou com a participação de representantes da Coordenadoria da Mulher e da Secretaria de Meio Ambiente.
25/09/2024	Roda de conversa sobre Saúde da Mulher e Prevenção de Suicídio. Contou com a Secretária de Saúde e participação de três Psicólogas, Jéssica, Bruna e Nídia, que atuam no Centro de Atenção Psicossocial de Itapissuma.
09/10/2024	Roda de diálogo sobre Racismo Ambiental com Lucas Rodrigues, sociólogo e equipe do projeto. Apresentação realizada prof. Dr. Thierry Frédou sobre o projeto IJL TAPIOCA: Laboratório interdisciplinar do Atlântico Tropical sobre dinâmicas físicas, biogeoquímicas, ecológicas e humanas, a ser implementado em 2025.
16/10/2024	Ação de limpeza do Mangue no Canal de Santa Cruz Itapissuma. Ação conjunta com a Coordenadoria da Mulher, Secretaria de Comunicação, Secretaria de Meio Ambiente, Secretaria de Ação Social, Secretaria de Eventos e Secretária de Cultura do município.
23/10/2024	Data de reunião de encerramento do Projeto.

Fonte: Dados da pesquisa.

Para a implementação do projeto, a equipe assessora (UFRPE) reuniu-se pela primeira vez com a diretoria da Z-10, no dia 10 de agosto de 2023, às 14h, na sede da Colônia Z-10, para organizar a agenda de atividades a serem desenvolvidas ao longo da duração do projeto (um ano), com o objetivo de fortalecer institucionalmente a organização. Durante o encontro, foram ouvidas as necessidades cotidianas das pescadoras. A partir desse diálogo, foi possível estabelecer pautas para oficinas, palestras e rodas de conversa voltadas para o autocuidado, higiene, preservação do meio ambiente e combate à violência, com um público-alvo de 30 mulheres beneficiadas pelo projeto, na perspectiva

de que se tornem agentes multiplicadoras na comunidade pesqueira de Itapissuma.

Na segunda reunião, realizada no dia 17 de agosto de 2023, foram identificadas as melhores datas para a realização dos encontros com as pescadoras. Ficou acordado que os encontros ocorreriam na última semana de cada mês, com a possibilidade de reagendamento, se necessário. Foi estabelecida uma agenda prévia das ações, organizada a partir de um planejamento conjunto entre a Colônia Z-10 e a UFRPE: SETEMBRO - palestras sobre autocuidados; OUTUBRO - meio ambiente; NOVEMBRO - segurança alimentar; DEZEMBRO - violência contra mulheres. A partir de JANEIRO de 2024, as atividades foram pensadas para abordar movimentos sociais, preocupações com territórios e a comunidade pesqueira, e defesa da categoria. Em FEVEREIRO, será realizado um intercâmbio entre as Colônias de Itamaracá e Goiana, com rodas de conversa. Entre MARÇO e MAIO, serão desenvolvidas atividades voltadas para o meio ambiente, incluindo a promoção da limpeza do mangue no Canal de Santa Cruz e o Festival Gastronômico da Manjubinha, previsto para acontecer entre JUNHO e JULHO de 2024.

A equipe também se manteve ciente de que, ao longo do processo, outras temáticas poderiam ser priorizadas conforme surgissem novas demandas.

Fotografia 1 e 2 - Participantes reunião planejamento em 10/08/2023. Rosário Leitão (UFRPE), M^a de Fátima Castelo Branco (UFPE), Célia Soares (UFRPE), Maria Pereira (Z-10), Joana Mouzinho (Z-10), Yury Silva (UFRPE), Miriam Mousinho (Z-10), Ivan Leitão (UPE) fotógrafo e membro da equipe.



EMPODERAMENTO E SUSTENTABILIDADE NA DIVERSIDADE DAS ATIVIDADES

Na tarde de 3 de outubro de 2023, foram iniciadas as atividades com uma roda de conversa na qual as pescadoras que aderiram ao convite conheceram os objetivos do projeto. O encontro contou com a presença da equipe envolvida, incluindo membros da UFRPE e da Colônia Z-10. Na ocasião, foram definidas coletivamente as regras de convivência.

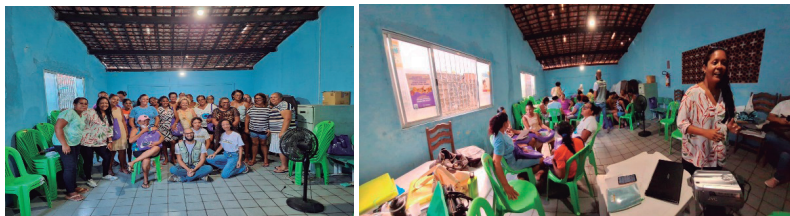
Fotografia 3 – Reunião com as 30 pescadoras e a equipe do projeto. Realizada pela equipe projeto.



A segunda reunião ocorreu em 7 de novembro de 2023. A roda de conversa abordou temas como preservação e conscientização ambiental, problemas ambientais, questões climáticas e racismo ambiental. Compareceram 21 mulheres, que se organizaram em quatro pequenos grupos e confeccionaram cartazes destacando a importância da preservação do meio ambiente como garantia para a manutenção da atividade pesqueira.

A reunião contou com o apoio da socióloga Cláudia Lima e dos membros do Greenpeace Brasil, Bianca Cavalcanti, Eduarda Silva e Gabriel Duarte.

Fotografia 4 e 5 – Reunião com as 21 pescadoras e colaboradoras externas. Realizada pela equipe projeto.



A última reunião realizada em 2023 ocorreu em 12 de dezembro. A roda de conversa abordou temas relacionados ao trabalho e à comer-

cialização dos pescados. Compareceram 25 mulheres para trocar saberes sobre o cotidiano das pescadoras e a existência do trabalho não remunerado, essencial em um sistema econômico que atribui às mulheres o exercício do cuidado. Foram distribuídos blocos para que as pescadoras anotassem o quantitativo de pescados da semana e a frequência semanal com que costumam pescar. As atividades contaram com o apoio da equipe do projeto: Professora Dra. Maria do Rosário, Yury Victor, bacharelado em Pesca, e Célia Regina, bacharelada em Ciências Sociais.

Fotografia 6 – Reunião com as 25 pescadoras. Realizada pela equipe projeto.



A primeira reunião de 2024 foi realizada em 30 de janeiro, com a presença de 21 pescadoras. Foi uma oficina de preparo de óleos essenciais, conduzida pela ex-presidente da Colônia Z-10, Miriam Mourinho, uma das pescadoras gestoras do projeto, com a intenção de promover bem-estar e incentivar o autocuidado das mulheres. Os materiais utilizados incluíram óleos vegetais, essências e 30 unidades de frascos âmbar de 10 ml. Contou com o apoio de Yury Victor, bacharelado em Pesca, e Célia Regina, bacharelada em Ciências Sociais.

Fotografia 7 e 8 – Reunião com as 21 pescadoras. Realizada pela equipe projeto.



A segunda reunião de 2024 aconteceu em 27 de fevereiro, com a presença de 12 pescadoras, apesar das fortes chuvas que atingiram Recife e a região metropolitana. A forte chuva não permitiu que a equipe da UFRPE chegasse a Itapissuma. Elas aproveitaram o momento para realizar um balanço do que já havia sido realizado e das demandas futuras.

Em 2 de abril de 2024, com a presença de 17 pescadoras, foi realizada uma oficina de primeiros socorros. Neste dia, foram compartilhadas informações necessárias para prestar primeiros socorros a vítimas de afogamento, choque elétrico e engasgos, assim como o Projeto de Lei 13722 (a Lei Lucas). Foram utilizados uma extensão elétrica e um boneco de plástico. A equipe envolvida contou com o enfermeiro socorrista Valmir Bezerra, Yury Victor, bacharelado em Pesca, e Célia Regina, bacharelada em Ciências Sociais.

Fotografia 9 - 10 – Reunião com as 17 pescadoras. Realizada pela equipe projeto.



Em 28 de maio de 2024, com a participação de 19 pescadoras, foi realizada a roda de conversa sobre empoderamento feminino, pois o simbolismo relacionado aos trabalhadores da pesca está geralmente associado à figura masculina do pescador. Na ocasião, as pescadoras solicitaram uma maior aproximação com a Coordenadoria da Mulher de Itapissuma, denunciaram a situação que viviam, cujas condições precárias as levavam a trabalhar até os nove meses de gestação. A palestrante, bacharel em Economia Doméstica e ex-integrante da Secretaria Estadual da Mulher, Livia Arruda, acolheu as demandas e proferiu palavras de encorajamento às pescadoras, além de indagar a cada uma delas: “Qual é o seu sonho?”. Além de Livia Arruda, estiveram presentes Célia Soares e a diretoria da Colônia Z-10.

Fotografias 11 e 12 – Reunião com as 19 pescadoras. Realizada pela equipe projeto.



Em 4 de junho de 2024, a roda de conversa contou com a participação de 23 pescadoras, com o tema de segurança alimentar, o diálogo foi pautado por normas e processos de manuseio do sururu, marisco e ostras, os cuidados com o beneficiamento de pescados, a sequência de cortes, a necessidade de analisar os perigos em potencial de contaminação e desenvolver boas práticas para alimentos seguros sem riscos biológicos, químicos e físicos. Além da equipe envolvida no projeto, contou-se com a contribuição do Professor Dr^o Marconi Júnior na UFRPE.

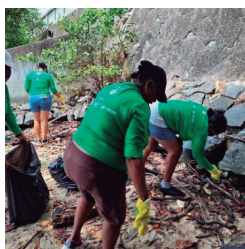
Fotografias 13 – Reunião com as 23 pescadoras. Realizada pela equipe projeto.



As atividades realizadas nos dias 25 de setembro, 9 e 16 de outubro foram muito importantes porque configuraram a consolidação de parcerias com a Prefeitura de Itapissuma, sob a liderança da Coordenadoria da Mulher do Município. A presença da Secretária de Saúde e a contribuição das três psicólogas Jéssica, Bruna e Nídia, do Centro de Atenção Psicossocial de Itapissuma, fortaleceram o diálogo institucional com a Colônia Z-10. A presença do Prof. Dr. Thierry Frédou, da UFRPE, lançou a pedra fundamental de parceria com o projeto IJL TAPIOCA: Laboratório Interdisciplinar do Atlântico Tropical sobre dinâmicas físicas, biogeoquímicas, ecológicas e humanas, a ser imple-

mentado em 2025, com outra reunião marcada para 8 de novembro de 2024. Por fim, a ação de limpeza do mangue no Canal de Santa Cruz em Itapissuma, uma ação conjunta com a Coordenadoria da Mulher, a Secretaria de Comunicação, a Secretaria de Meio Ambiente, a Secretaria de Ação Social, a Secretaria de Eventos e a Secretaria de Cultura do município, permitiu dar voz às pescadoras e mostrar a importância que elas têm na sociedade.

Fotografia 14, 15, 16, 17, Limpeza do Mangue no Canal de Santa Cruz – Itapissuma-PE. Realizada pela equipe projeto



CONSIDERAÇÕES FINAIS

As parcerias com a Prefeitura de Itapissuma foram concretizadas, inicialmente com a doação de cadeiras e, posteriormente, com ações realizadas conjuntamente com a Colônia Z-10 e apoio da Universidade, fortalecendo ações de sustentabilidade socioambiental.

Ao comparar as ações projetadas e as atividades realizadas, algumas ficaram para um novo momento, a exemplo do Festival Gastronômico da Manjubinha e do intercâmbio entre as Colônias de Itamaracá e Goiana. No entanto, considerando as dificuldades vivenciadas, houve pouca evasão e adesão às atividades, além do fortalecimento e criação de novas parcerias.

Os resultados positivos do projeto são inegáveis. Assim, a escuta com as pescadoras nos permitiu vislumbrar ações de qualificação e empoderamento feminino mais assertivas para melhor atender às necessidades da mulher pescadora.

O lento processo de registro da Ata de Eleição levou a equipe a reformular e ajustar algumas atividades previstas no projeto. A intenção foi não paralisar as atividades e não desmobilizar o grupo. Neste contexto, o problema em questão comprometeu a realização de algumas ações no tempo planejado, mas foi possível adiar o fim do projeto com a instituição financiadora e realizar praticamente todas as atividades previstas, que incluíam a melhoria na infraestrutura da sede da Colônia Z-10 e a limpeza do Canal de Santa Cruz.

O importante é que as pescadoras se mobilizaram em ações multiplicadoras no combate à degradação do meio ambiente, além de lutar contra a misoginia existente na pesca e assumirem a consciência de lutar pela equidade de gênero. Foram sensibilizadas a refletir sobre a necessidade de preservar a saúde física e mental no autoconhecimento. Além de aprofundarem o conhecimento sobre primeiros socorros e práticas de manuseio do pescado mais eficazes, as reflexões trocadas sobre recursos naturais e degradação do ecossistema marinho e costeiro de onde tiram seu sustento contribuíram para seu desenvolvimento.

As ações de educação não formal desenvolvidas durante este período colaboraram para o crescimento pessoal e profissional das pescadoras, além de contribuírem para a criação de um ambiente mais inclusivo e sustentável.

REFERÊNCIAS

BOURDIEU, P. **A dominação masculina**. Tradução Maria Helena Kühner. 18ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2020.

Brasil tem mais de 1 milhão de pescadores profissionais e 49% são mulheres. Ministério da Pesca e Aquicultura. 2023 Disponível em: <<https://www.gov.br/mpa/pt-br/assuntos/noticias/brasil-tem-mais-de-1-milhao-de-pes.cadores-profissionais-e-49-sao-mulheres>> Acesso em: 04/102024

CORTES, S. V. Sociologia e políticas públicas. In **A política pública como campo multidisciplinar**. Eduardo Marques; Carlos Aurélio Pimenta de Faria (org.). São Paulo: Editora Unesp; Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2013, p. 47-68.

ENGELS, F. **A origem da família, da propriedade privada e do estado**. Tradução Leandro Konder. 9º ed. Rio de Janeiro: civilização brasileira, 1984.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia do Oprimido*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987

_____. *Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

GOHN, M. G. Educação não-formal, participação da sociedade civil e estruturas colegiadas nas escolas. **Ensaio: aval. pol. públ. Educ.**, Rio de Janeiro, v.14, n.50, p. 27-38, jan/mar. 2006.

GUIMARAES, S. R. ; LEITÃO, M. R. F. A. . Pesca artesanal: reflexões sobre políticas públicas na Colônia de Pescadores Z-33 em Porto Jato-bá, Pernambuco. *INTERAÇÕES*, v. 21, p. 347-461, 2020

GUIMARAES, D. R. ; LEITÃO, M. R. F. A. . Formação política em gênero: O processo de empoderamento da mulher pescadora em Pernambuco entre os anos de 2004 e 2014. *REVISTA FEMINISMOS*, v. 7, p. 26-40, 2019.

HELLEBRANDT, L. M. ; Rial, Carmen ; LEITÃO, M. R. F. A. . Pesca e Gênero: reconhecimento legal. *E. Vivencia (UFRN)*, v. 47, p. 123, 2016.

HIRATA, Helena, KERGOAT. DANIELE. *Novas Configurações da Divisão Sexual do Trabalho*. *Cadernos de Pesquisa*, v. 37, n. 132, p. 595-609, set./dez. 2007. Disponível em <chrome-extension://efaidnbnmnibpcajpcglclefindmkaj/https://www.scielo.br/j/cp/a/cCztcWVvvt-WGDvFqRmdsBWQ/?format=pdf&lang=pt>. Acesso 05 out 2024.

HOOKS. B. *Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade*. Tradução de Marcelo Brandão Cipolla. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2013

LEITÃO, M. R. F. A.; FURTADO, G. S. . *Jangadas no Mar: discursos sobre Cultura, Arte e Literatura. Imaginários do mar: uma antologia crítica: o mar ilustrado*. 1ed.Lisboa: IELT, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade NOVA de Lisboa, 2022, v. III, p. 217-248.

LEITÃO, M. R. F. A.; PEREIRA, A. G. . *Boletim o leme: As pescadoras artesanais de Pernambuco*. *Novos Olhares Sociais*, v. Vol. 4, p. 32-60, 2021.

LEITÃO, M. R. F. A.; ALENCAR, E. F. ; ALONSO, E. ; HELLEBRANDT, L. M. . *DOSSIÊ: Gênero, Pesca e Cidadania: reflexões sobre políticas públicas, trabalho e equidade*. *Novos Olhares Sociais*, v. Vol.

4, p. 3-8, 2021.

LEITÃO, M. R. F. A.; SANTOS, G. . Programa Chapéu de Palha da pesca artesanal em Itapissuma - Pernambuco. Novos Olhares Sociais, v. Vol. 4, p. 112-138, 2021.

LEITÃO, M. R. F. A.. História das mulheres: lutas e resistências ao patriarcado na colônia de pescadores(as) em Itapissuma. In: Silvana Aparecida da Silva Zanchett ? [et. al.]. (Org.). Trilhando caminhos, tecendo redes: história, linguagens e outras possibilidades interdisciplinares. 1ed.Goiânia: Cegraf UFG, 2023, 2023, v. 1, p. 175-199.

_____. **30 anos de Carteira de Pesca para as mulheres**. Recife: Fundação Antônio dos Santos Abranches, 2010.

_____. **Gênero e pesca artesanal**. Recife: Linceu, 2012.

_____. Gênero e Políticas Públicas na pesca artesanal em Itapissuma. In: Angelo Bras Callou Fernamdes e Maria Sallet Tauk. (Org.). Comunicação, gênero e Cultura em Comunidades pesqueiras tradicionais. Recife: FASA, 2009, v. 1, p. 161-174.

Lima, C. M. ; LEITÃO, M. R. F. A. . Transversalidade de Gênero e Políticas Públicas na cadeia produtiva da pesca artesanal nas comunidades de Brasília Teimosa e Itapissuma (PE/Brasil). Vivência: Revista de Antropologia, v. 1, p. 123-134, 2014.

SAFFOTI, H. Gênero patriarcado violência. 2ª ed. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2015.

SCOTT, J. Gênero: uma categoria útil para análise histórica. Educação e Realidade. Porto Alegre, vol. 20 nº2 jul/dez.1995, p. 71-99.

SILVA, Carmen. Os Sentidos da Ação Educativa no Feminismo. In: SILVA, C. (Org) Experiências em Pedagogia Feminista. Recife: edições SOS Corpo, 2010.

VEIGA, M. C. M. ; LEITÃO, M. R. F. A. . GÊNERO E POLÍTICA PÚBLICA: Programa Chapéu de Palha da Pesca Artesanal em São Jose da Coroa Grande - PE. REVISTA FEMINISMOS, v. 5, p. 53-66, 2017.

O PULSAR DE UM TERRITÓRIO: EDUCAÇÃO, MONOPARENTALIDADE E (RE)EXISTÊNCIA NUMA ESCOLA DO SUBÚRBBIO FERROVIÁRIO DE SALVADOR-BA

Francismare Oliveira de Amorim¹

NOTAS INICIAIS: MONOPARENTALIDADE FEMINI- NA, RESISTÊNCIAS E REDES DE APOIO NO CONTEX- TO ESCOLAR

A monoparentalidade, entendida como a criação de filhos e filhas por apenas uma das pessoas genitoras, é um fenômeno em ascensão nas sociedades ocidentais, conforme analisa Eduardo Leite (2003). A despeito de ser historicamente associada à viuvez ou ao abandono por parte dos homens, hoje a monoparentalidade muitas vezes resulta de escolhas deliberadas, como o celibato ou a separação. A fluidez das configurações familiares contemporâneas complexifica sua análise, já que a monoparentalidade pode ser tanto uma condição temporária quanto permanente, uma questão que adquiriu nuances particulares no contexto da pandemia de Covid-19.

A pesquisa, realizada no Subúrbio Ferroviário de Salvador, tem como cenário o Colégio Estadual Clériston Andrade (CECA), uma escola pública onde atuei por quase duas décadas. No CECA, muitas mulheres-mães experienciam a monoparentalidade como uma condição dinâmica, alternando entre períodos de criação solo e relações conjugais. Essas vivências revelam camadas de desigualdade de gênero, raça, classe e território, especialmente para as mães negras, que enfrentam obstáculos significativos nas esferas pessoal, profissional e afetiva.

A maternidade solo, historicamente estigmatizada como “mãe solteira”, apresenta desafios profundos para as mulheres negras, cujas trajetórias são marcadas pelas interseccionalidades de gênero, raça e

¹ Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismos pela Universidade Federal da Bahia, Salvador, Bahia, Brasil, na linha de pesquisa Gênero, Alteridade e Desigualdades. Mestra em Família na Sociedade Contemporânea pela Universidade Católica de Salvador. Graduada em Ciências Biológicas pela Universidade Federal da Bahia. Professora efetiva da rede estadual de educação da Bahia.

classe, acentuando a vulnerabilidade social e econômica de suas famílias. Em Itacaranhã, bairro negro e empobrecido, essas mulheres enfrentam sobrecarga e precarização, mas também revelam potentes estratégias de resistência para superar os obstáculos na educação e criação de seus filhos (Amorim, 2021). Durante a pandemia de Covid-19, o CECA desempenhou um papel fulcral ao mediar o auxílio entre Estado e famílias. A crise evidenciou as lacunas do Estado, sobrecarregando a escola, que, embora historicamente tenha sido um espaço de acolhimento, viu suas responsabilidades se expandirem para além do pedagógico, expondo, assim, a fragilidade das políticas públicas em territórios vulnerabilizados.

Este artigo, baseado na minha dissertação de mestrado “Filho (é) da Mãe (?): Famílias monoparentais femininas no contexto de uma escola pública em Salvador-BA”, aprofunda a análise da relação entre famílias monoparentais femininas e a escola, com foco no papel desta durante a pandemia de Covid-19. Caracterizamos a unidade escolar, destacando a importância do território e das condições socioeconômicas na interação entre família e escola. Ao longo da pandemia, essas mulheres enfrentaram aumento no desemprego e dificuldades que impactaram a dinâmica familiar e a educação dos/as filhos/as. Utilizamos a interseccionalidade, conforme Patrícia Hill Collins e Sirma Bilge (2021), para analisar como as relações de poder afetam essas vivências, e nos apoiamos na perspectiva quilombola de Beatriz Nascimento (1985; 2002; 2006[1990]) para entender a escola como espaço de resistência e construção de identidades.

O papel do CECA, especialmente durante a pandemia, se alinha à proposta de bell hooks (2013[1994]) de uma educação que transcende a neutralidade, fundamentando-se na pedagogia crítica. Essa abordagem nos convida a interrogar as estruturas de poder presentes na sociedade, cultivando um compromisso ativo com a transformação social e a conscientização sobre as injustiças que nos cercam. Assim, a busca por uma sociedade mais igualitária torna-se não apenas um objetivo, mas um caminho a ser trilhado.

CAMINHOS METODOLÓGICOS: TRAJETÓRIAS E INSTRUMENTOS DA PESQUISA

Neste trabalho, ancorado na epistemologia feminista negra, a interseccionalidade foi central para analisar as complexas interações entre raça, classe, gênero e território que moldaram as experiências das

mulheres-mães no Subúrbio Ferroviário de Salvador. Conforme definido por Patrícia Hill Collins e Sirma Bilge (2021), o uso da interseccionalidade como ferramenta analítica foi essencial para investigar as múltiplas camadas de opressão que afetaram essas mulheres, reconhecendo suas vivências em um contexto de desigualdades estruturais. Ao mesmo tempo, a interseccionalidade se mostrou uma abordagem robusta para examinar como as relações de poder — como os efeitos do neoliberalismo e das políticas de securitização do Estado — produzem e perpetuam essas desigualdades. Além disso, a interseccionalidade permitiu identificar as formas de resistência que emergiram dessas mesmas experiências, evidenciando como essas mulheres resistiram e desafiaram as adversidades impostas, criando novas dinâmicas de autonomia e luta coletiva.

O conceito de ponto de vista foi fundamental na construção do conhecimento. Ochy Curiel (2020) baliza essa discussão ao enfatizar que, numa perspectiva decolonial, o ponto de vista não se trata apenas de autodefinição; trata-se de uma produção de saber que considera a geopolítica, raça, classe, sexualidade e outros posicionamentos. A perspectiva das mulheres-mães foi central para minha pesquisa, pois ouvir suas vozes e narrativas revelou-se essencial para compreender a realidade que habitavam e o papel que desempenhavam em suas comunidades. Nesse contexto, o privilégio epistêmico da minha posição como pesquisadora permitiu-me reconhecer e valorizar as experiências coletivas e vivências compartilhadas por essas mulheres, resultando em uma análise mais fidedigna e abrangente. Ao enfatizar suas narrativas, pude destacar a capacidade dessas mulheres de enfrentar desafios, buscando formas de resistir e criar espaços de autonomia, refletindo sua luta cotidiana por dignidade e reconhecimento.

A perspectiva de Quilombismo, conforme Beatriz Nascimento em obras como “O conceito de quilombo e a resistência negra” (1985) e “Quilombos: resistência e sobrevivência” (2002), foi essencial para aprofundar minha análise, destacando a resistência, a construção identitária e a solidariedade comunitária como práticas de (re)existência. Reimaginar a escola como um espaço de resistência coletiva revelou-se fundamental, visto que práticas solidárias enfrentam o neoliberalismo e a colonialidade. Esse conceito ampliou a compreensão sobre as mulheres-mães do Subúrbio Ferroviário de Salvador, que, além de resistirem à exclusão, sustentam suas famílias em um território vulnerável (Amorim, 2021). A concepção do CECA como quilombo também dialoga com a filosofia de hooks (2021), que vê a educação como um ato de esperança e amor, transformando o aprendizado em um vínculo que

tece comunidades inclusivas e solidárias, com a emancipação como um potencial a ser realizado.

Ao analisar a relação entre família e escola, o território surge como um elemento medular. Conforme Milton Santos (2001), o território é um espaço dinâmico onde se entrelaçam relações sociais, culturais e econômicas. A produção do *efeito-território*, conforme argumentam Antônio Batista, Hamilton Carvalho-Silva e Luciana Alves (2017), resulta de uma complexa interação de fatores, como o perfil socioeconômico dos/as estudantes e suas famílias, e as especificidades da cultura local. Dessa maneira, entender como o território modela essas relações permite identificar os/as sujeitos e agentes atuantes, bem como os interesses que atravessam esse espaço.

No decorrer da crise sanitária, econômica e política da pandemia de Covid-19, a pesquisa sobre mulheres-mães no Subúrbio Ferroviário de Salvador enfrentou diversos desafios. Inicialmente, o estudo tinha como objetivo construir narrativas de vida de beneficiárias do Programa Bolsa Família (PBF) vinculadas ao CECA, mas o fechamento das escolas e a remoção das listas de beneficiárias dificultaram o acesso às participantes. Diante dessa situação, optei por utilizar questionários de perfil socioeducacional aplicados a estudantes no início de 2020, permitindo a identificação de famílias monoparentais a partir de 326 respostas, o que ampliou a abordagem qualitativa com um viés quantitativo. Embora não tenham sido realizadas entrevistas formais, foi possível estabelecer contatos breves com algumas mulheres-mães, cujas lutas foram incorporadas à pesquisa. Essa interação, juntamente com minha vivência como mulher negra periférica, com quase duas décadas de atuação na escola, enriqueceu a análise e possibilitou uma compreensão mais profunda da realidade estudada.

Encontrei na epistemologia feminista negra o respaldo teórico para ser interlocutora dessas vozes que, por ora, seguíam na luta pela re(e)existência. No desenvolvimento desta pesquisa e da análise parcial dos dados, verificou-se a necessidade de empregar também a análise qualitativa e, neste respeito, elegeu-se a *metodologia do ponto de vista*, a partir da reconstrução do pensamento feminista negro proposto por Patrícia Hill Collins em *La política del pensamiento* feminista negro, e sintetizado por Ochy Curiel (2020, p. 131), que explica que esse ponto de vista tem dois componentes:

- 1) Experiências político-econômicas: que geram um conjunto de experiências diversas e uma perspectiva diferente sobre a realidade

material em que vivem as afro-americanas.

2) Uma consciência feminista negra sobre a realidade material: que significa entender como essa consciência é criada desde a experimentação de determinada realidade, que pode ser melhor interpretada por quem a vive.

A pesquisa, de caráter exploratório, combinou métodos qualitativos e quantitativos, como pesquisa bibliográfica, questionários socioeducacionais, diário de campo e observação participante. O Colégio Estadual Clériston Andrade (CECA) foi escolhido não apenas por minha longa atuação na escola, mas também por sua relevância histórica e social em Itacaranhá e bairros vizinhos, no Subúrbio Ferroviário de Salvador-BA.

MULHERES, RACISMO E VULNERABILIDADE: A DINÂMICA DA MONOPARENTALIDADE NO SUBÚRBIO FERROVIÁRIO

As famílias monoparentais femininas no Subúrbio Ferroviário de Salvador revelam uma rica diversidade de vivências que desafia as estigmatizações tradicionais de fragilidade. Ana Maria Goldani (2005) já questionava a noção de “crise da família”, destacando que o afastamento do modelo nuclear muitas vezes gera especulações negativas sobre sua precariedade. Contudo, essa percepção tende a ocultar os reais efeitos da desassistência promovida pelo capitalismo neoliberal, que afeta diretamente as famílias mais vulnerabilizadas, especialmente as monoparentais. Com o fechamento das escolas e a dificuldade de acesso às listas de beneficiárias do Programa Bolsa Família (PBF) pela Secretaria de Educação no contexto pandêmico, parti da análise de dados obtidos a partir de um questionário institucional aplicado aos/às estudantes do CECA anterior à pandemia, que não estava previsto na pesquisa; todavia, eles viabilizaram a identificação das tipologias familiares encontradas no CECA. Entre os 326 questionários analisados, 213 famílias (65%) apresentavam configurações fora do modelo nuclear, enquanto 113 (35%) ainda seguiam o modelo tradicional. Esses dados, em consonância com Cláudia Fonseca (2007), evidenciam que o modelo conjugal nuclear está longe de ser predominante nessa região, bem como permitem aprofundar a compreensão sobre as dinâmicas sociais, evidenciando como as questões de gênero e raça influenciam diretamente a realidade dessas famílias.

No Subúrbio Ferroviário de Salvador, um território marcado por exclusão social e pela presença limitada do Estado, as dinâmicas familiares se reorganizam para enfrentar as adversidades cotidianas (Amorim, 2021). Cynthia Sarti (2004) observa que, nas áreas de classes populares, as redes de parentesco ultrapassam os laços consanguíneos, incorporando vizinhas, tias e avós em uma teia complexa de cuidado. Essas redes não apenas garantem a proteção e o cuidado das crianças enquanto as mulheres-mães trabalham, mas também fortalecem uma dinâmica de trocas e solidariedade que redefine a noção de família nessas comunidades. O apoio mútuo, fundamentado na confiança e reciprocidade, desafia os estereótipos de precariedade frequentemente associados à monoparentalidade feminina. Nesse contexto, é fundamental racializar essa discussão, especialmente em um ambiente majoritariamente negro como o Subúrbio Ferroviário, onde o racismo estrutural aprofunda as desigualdades (Amorim, 2021). Jurema Werneck (2016) destaca que ser preta ou parda influencia a vida em diversas esferas, desde o nascimento até a morte, impactando a saúde, a educação e as oportunidades econômicas.

A pandemia de Covid-19 agravou essas desigualdades históricas, expondo a vulnerabilidade das famílias negras e populares, particularmente as monoparentais. Entre 2012 e 2022, o número de lares chefiados por mães solo cresceu 17,8%, com um aumento significativo entre as mães negras, que passaram de 5,4 milhões para 6,9 milhões, representando 90% dessa variação, conforme pesquisa de Janaína Feijó (2023). O fechamento das escolas, que são cruciais para essas famílias, revelou ainda mais a fragilidade dessas comunidades, onde a precarização do trabalho doméstico, exercido majoritariamente por mulheres negras, e o acesso limitado a políticas públicas aprofundaram a crise (Milanezi, 2020; Pinheiro; Tokarski; Vasconcelos, 2020). Como Lourdes Bandeira (2009) e Anne-Marie Devreux (2009) pontuam, o racismo, machismo e sexismo se entrelaçam para sobrecarregar as mulheres, que já enfrentam as consequências do abandono paterno. Assim, a ausência de apoio estatal e o impacto da pandemia intensificaram a luta diária dessas famílias, ressaltando a importância de redes de apoio, como as escolas, em territórios marginalizados.

Ao longo de quase duas décadas de atuação no Subúrbio Ferroviário de Salvador, como mulher negra e professora da Rede Estadual, percebi a importância de dar visibilidade às mulheres-mães que vivem e resistem nesse contexto. Mesmo com o fechamento das escolas durante a pandemia, minha convivência anterior com essas mulheres, aliada aos diálogos que mantive à distância, deixou ainda mais evidente a vulne-

rabilidade de suas condições de sobrevivência. Inspirada pela epistemologia feminista negra de intelectuais como Patricia Hill Collins (2020), Ochy Curiel (2020) e Beatriz Nascimento (1985; 2002; 2006[1990]), procurei enfatizar que essas mulheres já detêm voz e agência. Em minhas pesquisas e reflexões, reconheço-as como sujeitos cujas trajetórias demandam reconhecimento e respeito, buscando amplificar suas narrativas e ponderar sobre as complexidades que delineiam suas vidas.

O CECA COMO QUILOMBO MODERNO: EDUCAÇÃO, CUIDADO E RESISTÊNCIA

A formulação do CECA como um quilombo moderno, embora tenha se evidenciado durante a pandemia de Covid-19, é fruto de anos de observação e vivência das relações que a escola mantém com sua comunidade. Desde muito antes da crise sanitária, eu já reconhecia o CECA como um espaço de resistência. Localizado no Subúrbio Ferroviário de Salvador, essa escola sempre transcendeu suas funções educacionais formais, sendo um lugar onde o acolhimento e a solidariedade se misturam com o ensino, refletindo a própria essência de um quilombo, como define Beatriz Nascimento (1985; 2002; 2006[1990]).

O CECA, mais do que um espaço de escolarização formal, é um território afetivo onde a proximidade entre professores/as, gestores/as, funcionários/as e a comunidade cria um vínculo íntimo, fazendo da escola uma extensão das vidas de seus/suas estudantes. Gerações de famílias compartilham memórias que fortalecem o senso de pertencimento e fazem do CECA um espaço de construção de identidades e resistência, um verdadeiro quilombo moderno. Durante a pandemia, sua função de rede de apoio e solidariedade tornou-se ainda mais evidente, revelando-se essencial para enfrentar as dificuldades socioeconômicas, mas sua importância vai além desse momento, sendo um espaço permanente de luta e cuidado para o presente e o futuro. A perspectiva de Beatriz Nascimento, ao formular o Quilombismo, nos ensina que os quilombos vão muito além de espaços físicos; são práticas contínuas de resistência e sobrevivência (Nascimento, 1985; 2002; 2006[1990]). Inspirada por essa visão, compreendi que o CECA sempre exerceu esse papel — não apenas durante a pandemia, mas ao longo de sua trajetória, como um espaço onde educação e resistência se encontram e onde a história da comunidade é constantemente reafirmada.

O conceito de efeito-território, como discutido por Antônio Batista, Hamilton Carvalho-Silva e Luciana Alves (2017), estabelece que

o território é um espaço vivo e dinâmico, calcado nas relações sociais, culturais e econômicas que nele ocorrem. Nesse sentido, o Subúrbio Ferroviário de Salvador, especialmente o bairro de Itacaranha, ilustra como essa interação entre território e sujeitos gera tanto vulnerabilidades quanto novas formas de resistência e sociabilidade, como observam Angelo Serpa (2002) e Antônio Soares (2006; 2009). A agência dos/as moradores/as, tal como destaca Guaciara Freitas (2008), se expressa na produção cultural e na construção de novas identidades. O CECA, nesse contexto, se expressa como exemplo de quilombo contemporâneo, reafirmando-se como um território de resistência e transformação, onde o passado e o presente convergem para moldar futuros coletivos, em sintonia com as dinâmicas e os interesses locais.

O CECA se consolidou como um importante espaço de produção acadêmica e resistência no Subúrbio Ferroviário de Salvador, funcionando como um verdadeiro quilombo moderno. Pesquisas de mestrado e doutorado sobre temas diversos, como quintais familiares (Reis, 2015), transformações socioespaciais (Pinto, 2017), conflitos de gênero e sexualidade (Campos, 2018), socialização familiar (Silva, 2019), investimentos educacionais (Carneiro, 2023) e estímulo à leitura literária (Jesus, 2024), fortalecem a conexão entre escola e comunidade. Programas como o “Mais Educação”, o “Saúde na Escola”, o “PICEM” e a gincana cultural anual também ampliam essa integração, reafirmando o CECA como um espaço de luta contra as desigualdades sociais. Inspirado pelas ideias de bell hooks (2013[1994]; 2021[2003]; 2022[2009]), o CECA adota uma educação antirracista e antissexista como prática de liberdade, desafiando as estruturas de opressão e promovendo solidariedade em contextos vulneráveis. Mesmo que o debate teórico ainda seja incipiente, já reflete, na prática, a emancipação crítica defendida por hooks, destacando-se por suas práticas pedagógicas transformadoras, que envolvem toda a comunidade escolar como produtora de conhecimento e resistência e, como debatido por Nora Merlin (Ranzani, 2019), às subjetividades colonizadas pelas políticas neoliberais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As famílias monoparentais femininas do Subúrbio Ferroviário de Salvador revelam, em sua trajetória, uma poderosa narrativa de resistência e (re)existência. Longe de serem caracterizadas pela fragilidade, as mulheres-mães negras deste território desafiam as múltiplas opressões estruturais impostas pelas intersecções de gênero, raça e clas-

se, criando redes de apoio e solidariedade que se afirmam como práticas cotidianas de resistência. O estudo reafirma a relevância da interseccionalidade como ferramenta teórica para analisar como as dinâmicas de poder e exclusão moldam suas vidas, ao mesmo tempo em que tais mulheres constroem novas formas de enfrentamento e autonomia.

O Colégio Estadual Clériston Andrade (CECA) surge, ao longo desta pesquisa, como um exemplo contemporâneo de quilombo. Inspirado na perspectiva de Beatriz Nascimento, o CECA não apenas cumpre seu papel de instituição educativa, mas também atua como um território de acolhimento e solidariedade, especialmente evidenciado durante a pandemia de Covid-19. A crise sanitária revelou as vulnerabilidades estruturais que afetam as famílias desse contexto, mas também destacou a importância das redes de proteção e apoio que a escola, como quilombo moderno, foi capaz de articular.

A pandemia reforçou o papel da escola como mediadora entre o Estado e a comunidade, sendo um ponto central de distribuição de auxílios e de suporte emocional, mas, acima de tudo, consolidando sua importância como espaço de resistência e transformação social. Alinhada à proposta de bell hooks, que defende uma educação crítica e emancipatória, a atuação do CECA transcende a neutralidade, transformando-se em um ato político de enfrentamento às desigualdades e de promoção da justiça social.

Assim, o CECA e as mulheres-mães deste território ilustram a capacidade de (re)existência frente às adversidades, reafirmando a escola como um espaço de luta coletiva. A construção dessas redes de cuidado e solidariedade demonstra que a educação, quando comprometida com a transformação social, pode ser um potente ato de esperança, emancipação e resistência, em sintonia com a trajetória histórica das populações negras que criam e recriam suas formas de existir.

REFERÊNCIAS

AMORIM, Francismare Oliveira de. **Filho (é) da mãe (?):** famílias monoparentais femininas no contexto de uma escola pública em Salvador-Ba. 2021. 192f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Família na Sociedade Contemporânea, Universidade Católica do Salvador, Salvador, 2021. Disponível em: <https://ri.ucsal.br/items/55c-90f73-f697-4780-bc6c-0e9f47abb239>. Acesso em: 25 ago. 2024.

BANDEIRA, Lourdes. Um país de filhos da mãe (prefácio). *In*: THURLER, Ana Liési. **Em nome da mãe: o não reconhecimento paterno no Brasil**. Florianópolis: Ed. Mulheres, 2009. p. 15-22.

BATISTA, Antônio Augusto Gomes; CARVALHO-SILVA, Hamilton Harley de; ALVES, Luciana. Família, escola, território vulnerável. **Cadernos Cenpec**, São Paulo, v. 7, n. 1, p. 3-39, jul. 2017. Semestral. Disponível em: <https://www.cenpec.org.br/pesquisa/familia-escola-territorio-vulneravel>. Acesso em: 10 jan. 2024.

CAMPOS, Pollyanna Rezende. **Juventudes em trânsito: conflitos e subversões do (cis)tema heteronormativo no contexto familiar e escolar em Salvador**. 2018. 137 f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Família na Sociedade Contemporânea, Universidade Católica do Salvador, Salvador, 2018. Disponível em: <http://ri.ucsal.br:8080/jspui/bitstream/prefix/654/1/DISSERTACAOPOLLYANNA-CAMPOS.pdf>. Acesso em: 02 mar. 2024.

CARNEIRO, César Oliveira. **Trajetórias escolares em contexto de vulnerabilidade social: Investimentos familiares**. 2023. Tese (Doutorado em Família na Sociedade Contemporânea) – Universidade Católica do Salvador, Salvador, 2023.

COLLINS, Patrícia Hill. Epistemologia Feminista Negra. *In*: BERNARDINO-COSTA, Joaze; MALDONADO-TORRES, Nelson; GROSGUÉL, Ramón (Org.). **Decolonialidade e Pensamento Afrodiaspórico**. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2020. p. 139-170.

COLLINS, Patricia Hill; BILGE, Sirma. **Interseccionalidade**. Tradução de Rane Souza. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2021.

CURIEL, Ochy. Construindo metodologias feministas a partir do feminismo decolonial. *In*: HOLLANDA, Heloísa Buarque de (Org.). **Pensamento feminista hoje: perspectivas decoloniais**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020. p. 120-138.

DATAFOLHA. **Auxílio Emergencial**, [S. l.], 14 ago. 2020. Disponível em: <http://media.folha.uol.com.br/datafolha/2020/08/14/edb-8616379389436743df7a6205c1734aem.pdf>. Acesso em: 12 ago. 2024.

DEVREUX, Ane-Marie. Não-reconhecimento paterno, um fato social. *In*: THURLER, Ana Liési. **Em nome da mãe: o não reconhecimento paterno no Brasil**. Florianópolis: Ed. Mulheres, 2009. p. 23-30.

FONSECA, Claudia. Apresentação - De família, reprodução e parentesco: algumas considerações. **Cadernos Pagu**, [S. l.], n. 29, p. 9-35, dez. 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cpa/a/HGmvJqhKd-Z5HKywG5VCfRnV/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 02 dez. 2024.

FEIJÓ, Janaína. Pesquisa realizada pelo Ibre-FGV mostra que até o final de 2022 havia mais de 11 milhões de mães solo no Brasil. Disponível em: <https://portal.fgv.br/fgv-ibre>. Acesso em: 19 out. 2024.

FREITAS, Guaciara Barbosa de. Periferia Miatizada – Miatização da Periferia. In: ENCONTRO DE ESTUDOS MULTIDISCIPLINARES EM CULTURA, 4., 2008, Salvador. **Anais** [...]. Salvador: UFBA, 2008. Disponível em: <http://www.cult.ufba.br/enecult2008/14175.pdf>. Acesso em: 18 out. 2024.

GOLDANI, Ana Maria. As famílias no Brasil contemporâneo e o mito da desestruturação. **Cadernos Pagu**, São Paulo, v. 1, p. 68-110, 2005. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/1681>. Acesso em: 06 ago. 2020.

HOOKS, bell. **Ensinando Comunidade: uma pedagogia da esperança**. Tradução de Kenia Cardoso. São Paulo: Elefante, 2021.

HOOKS, bell. **Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade**. Tradução de Marcelo Brandão Cipolla. São Paulo: Editora Martins Fontes, 2013.

HOOKS, bell. **Pertencimento: uma cultura do lugar**. Tradução de Renata Balbino. São Paulo: Editora Elefante, 2022

JESUS, Cláudia Santos de. **Desafios para estimular jovens da periferia à leitura literária: estudo de uma Unidade Estadual de Ensino de Salvador (2015-2023)**. 2024. Tese (Doutorado em Políticas Sociais e Cidadania) – Universidade Católica do Salvador, Salvador, 2024. Disponível em: <https://ri.ucsal.br/items/9480d16b-c0d9-4da9-a1f7-696f-11d145a9>. Acesso em: 18 out. 2024.

LEITE, Eduardo Oliveira. **Famílias monoparentais**. 2. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2003.

MILANEZI, Jaciane. “Eu não vou parar por causa de uma raça”: a coleta da raça/cor no SUS. **Dados - Revista de Ciências Sociais**, [S. l.], 4 jun. 2020. Disponível em: <http://dados.iesp.uerj.br/coleta-da-raca-corr-no-sus/>. Acesso em: 10 set. 2024.

NASCIMENTO, Beatriz. Kilombo e memória comunitária: um estudo de caso. In: RATTIS, Alex. **Eu sou Atlântica**: sobre a trajetória de Beatriz Nascimento. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo: Instituto Kuanza, 2006 [1990]. p. 109-116.

NASCIMENTO, Beatriz. **O conceito de quilombo e a resistência negra**. Rio de Janeiro: Editora XYZ, 1985.

NASCIMENTO, Beatriz. **Quilombos: resistência e sobrevivência**. São Paulo: Editora ABC, 2002.

PINHEIRO, Luana; TOKARSKI, Carolina; VASCONCELOS, Marcia. **Nota Técnica - 2020 - Junho - Número 75** – Disoc: Vulnerabilidades das trabalhadoras domésticas no contexto da pandemia de Covid-19 no Brasil. Brasília, DF: Ipea; ONU Mulheres, 2020. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/nota_tecnica/200609_nt_disoc_n_75.pdf. Acesso em: 25 jul. 2024.

RANZANI, Oscar. “O neoliberalismo é um modo de totalitarismo”. A psicanalista Nora Merlin e o novo paradigma político. Tradução de Wagner Fernandes de Azevedo. **Revista IHU On-line**, [S. l.], 2019. Disponível em: <http://www.ihu.unisinos.br/78-noticias/591382-o-neoliberalismo-e-um-modo-de-totalitarismo-a-psicanalista-nora-merlin-e-o-novo-paradigma-politico>. Acesso em: 17 jan. 2024.

REIS, Wanderlene Cardozo Ferreira. **Poético, afetivo e semiótico: o significado de quintal em narrativas de duas gerações de famílias**. 2015. 172 f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Família na Sociedade Contemporânea, Universidade Católica do Salvador, Salvador, 2015. Disponível em: http://ri.ucsal.br:8080/jspui/bitstream/123456730/145/1/REIS_WANDERLENE%20CF.pdf. Acesso em: 02 mar. 2024.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização**: do pensamento único à consciência universal. 6. ed. Rio de Janeiro: Record, 2001.

SARTI, Cynthia Andersen. Algumas questões sobre famílias e políticas sociais. In: JACQUET, Christine; COSTA, Livia Fialho (Orgs.). **Família em mudanças**. São Paulo: Companhia Ilimitada, 2004 p. 193-213.

SERPA, Angelo. A Paisagem Periférica. In: YÁZIGI, Eduardo. **Turismo e Paisagem**. São Paulo: Contexto, 2002. p. 161-179. Disponível em: http://www.esplivre.ufba.br/artigos/AngeloSerpa_Apaisagemperiferica.pdf. Acesso em: 08 maio 2024.

SILVA, Maria Madalena Lima silva. **A contribuição dos tios e tias na vida dos sobrinhos em uma escola pública de um bairro da periferia de Salvador - Ba.** 2019. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Família na Sociedade Contemporânea, Universidade Católica do Salvador, Salvador, 2019.

SOARES, Antônio Mateus de Carvalho. “Territorialização” e pobreza em Salvador-Ba. **Estudos Geográficos**, Rio Claro, v. 2, n. 4, p. 17-30, dez. 2006. Disponível em: www.contatosociologico.crh.ufba.br/site_artigos_pdf. Acesso em: 20 mar. 2024.

SOARES, Antônio Mateus de Carvalho. Cidade revelada: pobreza urbana em Salvador-BA. **Geografias: artigos científicos**, Belo Horizonte, v. 1, n. 5, p. 83-96, jun. 2009. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/geografias/article/download/13265/10497/35330>. Acesso em: 05 jul. 2024.

WERNECK, Jurema. Racismo institucional e saúde da população negra. **Saúde e Sociedade**, [S. l.], v. 25, n. 3, p. 535-549, jul./set. 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sausoc/a/bJdS7R46GV7PB3w-V54qW7vm/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: 16 abr. 2024.

QUANDO A “QUESTÃO” É ESTAR FORA DA NORMA: PERSPECTIVAS DE PEDAGOGAS DA REDE MUNICIPAL DE SALVADOR SOBRE GÊNERO E SEXUALIDADE NO ENSINO FUNDAMENTAL I

Nathália Reis¹
Dra Izaura Santiago da Cruz²

INTRODUÇÃO

Quando refletimos sobre os discursos e normas presentes nas escolas, percebemos que a realidade é tão preconceituosa quanto fora dela. A escola não só reproduz o projeto político da sociedade, como serve a ele como uma potente ferramenta, formando novos indivíduos para a manutenção deste sistema. Louro ainda nos lembra que esses valores e normas variam de acordo com o momento histórico vivido, provando assim que as noções de gênero e sexualidade são sociais, e essa noção de temporalidade lembra às professoras, principalmente às mais velhas, a necessidade de estar atualizadas: “[...] a escola pratica a pedagogia da sexualidade, o disciplinamento dos corpos. Tal pedagogia é muitas vezes sutil, discreta, contínua, mas quase sempre eficiente e duradoura.” (Louro, 2000, p. 10). A mesma autora nos conta ainda que a “pedagogia da sexualidade” se apresenta sutilmente nos discursos e materialidades, como o uso dos banheiros, que são separados binariamente por gênero; meninos estão acostumados a ficarem sem roupa com outros meninos, mas meninas precisam ser reservadas e se guardarem utilizando cabines. Na conduta e vestimenta das professoras, que, por sua vez, educam também através das representações dos seus corpos, e até mesmo nas manifestações de afeto entre as crianças.

Assim, foram realizadas entrevistas presenciais com as pedagogas que estão atuando na educação pública de base. Trata-se de entrevistas semiestruturadas, seguindo um roteiro com 8 perguntas sobre o perfil pessoal e profissional das professoras, 13 perguntas, algumas

¹ Licenciada em Pedagogia pela Universidade Federal da Bahia.

² Professora da Faculdade de Educação. Professora e Pesquisadora da Universidade Federal da Bahia

conceituais e outras sobre experiências de gênero, sexualidade, estudantes e a escola, a fim de usá-las como fio condutor e poder comparar as concepções e interpretações das mesmas perguntas, e, por fim, um espaço aberto para comentários, permitindo que as entrevistadas pudessem comentar suas respostas e contar suas experiências. As respostas foram analisadas e discutidas a partir da seleção de referenciais teóricos já existentes sobre os temas.

A pesquisa procurou escutar quem vive de perto as questões de gênero e sexualidade na escola — as professoras — mas elas também não são as vítimas diretas quando a escola ignora e corrobora com o padrão excludente imposto. As questões procuram explorar o que as professoras entendem sobre gênero e sexualidade e os discursos sobre práticas pedagógicas e violências. O propósito não é levantar culpados nem apontar as professoras; é entender o que de fato acontece e refletir sobre o que pode ser feito para mudar a realidade atual. Ela tem como objetivo geral investigar como professoras do Ensino Fundamental I da rede pública de Salvador lidam com as questões de gênero e sexualidade. Para isso, fez-se necessário analisar as concepções e informações de professoras sobre gênero e sexualidade, investigar o que as professoras observam sobre o tema e pesquisar práticas pedagógicas que envolvem o diálogo sobre gênero e sexualidade realizadas em escolas do Fundamental I da rede pública em Salvador.

A escolha da faixa de ensino se deu principalmente pelo fato de as professoras serem pedagogas, profissionais essencialmente da educação, responsáveis pela formação formal das crianças. O segundo motivo é que, nos anos iniciais, o tema começa a aparecer como conteúdo no Referencial Curricular Municipal (de Salvador) para os Anos Iniciais do Ensino Fundamental, nossa rede, e apenas nas áreas de Ciências, pontualmente no 3º e 5º anos, e Dança, que não tem distinção de conteúdo por ano letivo — lembrando que esses anos são responsabilidade do município. E, por último, o ensino fundamental contempla dos 6 aos 11 anos (mas pode ter crianças de até 14 anos); portanto, é ainda nele que se inicia a puberdade das crianças e as modificações corporais, hormonais e emocionais.

Utilizei a divisão da Secretaria de Educação de Salvador, entrevistando uma pedagoga que atua na sala de aula do Fundamental I por Gerências Regionais (GRE). Os bairros de Salvador estão agrupados em onze GRE: Cabula, Cajazeiras, Centro, Itapuã, Liberdade, São Caetano, Pirajá, Subúrbio I, Subúrbio II, Cidade Baixa e Orla.

As perguntas tinham três momentos: o primeiro deles para traçar

o perfil das professoras, com idade, identidade de gênero, orientação sexual, raça, religião, grau de formação, quais anos letivos já lecionaram, tempo de atuação e escola(s) em que atuavam. No segundo momento, foram feitas treze perguntas sobre o tema. Por último, deixei um espaço livre para que as professoras acrescentassem o que achassem importante e que não foi investigado por mim.

O estudo das entrevistas foi feito a partir dos pressupostos da análise foucaultiana do discurso, buscando compreender os ditos e os interditos/interdições nas falas (texto) das educadoras.

Foram onze professoras entrevistadas, todas se declaram como mulheres cis, indicando a docência para a educação infantil e anos iniciais, ou seja, o profissional de educação formado em pedagogia ainda é majoritariamente composto pelo gênero feminino. Isto é algo que podemos perceber desde a universidade, onde a maior parte das estudantes são mulheres. Porém, nem sempre foi assim; a profissão de professor já foi destinada aos homens, pois o privilégio do conhecimento era negado às mulheres. “[...] O curso passou a ser atribuído mais para as mulheres. Porém, com a inserção da mulher no quadro do magistério, houve um declínio nos salários, pois a sua qualificação era geralmente inferior à dos homens [...]” (DAQUINO e TORTATO, 2024, p. 13).

Para mulheres brancas, o trabalho fora de casa não era permitido, e as que o faziam eram mal vistas; a função de sustentá-las era dos pais e, depois, dos maridos. Mas no caso do magistério, foi bem aceito, pois ele era visto como extensão dos trabalhos domésticos: educar, instruir, cuidar, zelar... funções destinadas ao gênero feminino. A baixa remuneração, a massiva presença feminina e essa noção quase maternal da professora são características presentes ainda hoje. Porém, a realidade de mulheres negras e indígenas era outra: para elas, o trabalho, principalmente braçal, sempre esteve presente, mas não o magistério; este carrega status do conhecimento formal, que, por sua vez, era praticamente negado às mulheres não brancas.

Todas as professoras se declaram como heterossexuais; dez das onze professoras se declaram negras, pretas ou pardas, e quase todas mostraram preocupação em abordar o tema racial em suas escolas. Algumas ainda relataram trabalhos e projetos realizados nesse sentido, mesmo que a pergunta fosse sobre gênero e sexualidade, mostrando a necessidade de se tratar os temas das relações de gênero e sexualidades a partir de uma perspectiva interseccional.

As professoras têm idades entre 46 e 59 anos. A idade delas se torna relevante para a pesquisa a partir do momento em que falam sobre

não saber sobre o tema, por ser algo novo, mudado ou pouco comentado pela sua geração. Mas, no caso das concepções sobre gênero e sexualidade, alguns termos e conceitos foram atualizados; porém, dissidências e o sofrimento desses corpos no ambiente escolar sempre existiram.

Como afirma Louro sobre sua geração: “Jovens ocidentais de grandes cidades do final do século XX terão, sem dúvida, outras respostas (seguramente, outras perguntas) se comparados com a jovem que eu fui e com jovens de outras épocas, outras regiões...” (LOURO, 2000, p. 4). Entendo que as discussões sobre gênero e sexualidade não foram amplamente abordadas nas décadas anteriores, e o acesso era ainda mais difícil para a sociedade como um todo. Os movimentos sociais LGBTQIAPN+ e a popularização da internet, principalmente das redes sociais, foram os principais responsáveis pela divulgação em maior escala das discussões. Mas é necessário pensar que uma professora precisa entender e estar atualizada sobre o que acontece na geração dos/as estudantes, devido ao papel que desempenham.

Este artigo contém uma das categorias de uma pesquisa maior iniciada no trabalho de conclusão de curso de pedagogia.

CONFUSÃO ENTRE GÊNERO E SEXUALIDADE E IDENTIDADES

Durante as entrevistas, ficou evidente como as definições estão confusas para as professoras. Apresento aqui a análise das confusões entre gênero e sexualidade, identidade de gênero e orientação sexual, presente em toda a entrevista, mas principalmente no bloco um, com as perguntas 1 e 2. A intenção de mostrar esses equívocos tão comuns não é culpar as professoras, e sim mostrar a necessidade de formação na área devido à falta de conhecimento específico sobre as temáticas.

[...] pretendemos buscar elementos da prática para poder pensar o cotidiano escolar e ver que nem sempre essas temáticas são visibilizadas e compreendidas pelos/as docentes, que atuam profissionalmente nesse ambiente, e com isso problematizar tais práticas em momentos de formação docente, para que novas práticas sejam urdidas. (XAVIER FILHA, 2017, p.232)

Porém, mesmo que as temáticas não fossem debatidas amplamente, há décadas se faz urgente a necessidade de formação para as professoras poderem não só lidar com os problemas relacionados que emergem na escola, mas principalmente para formar crianças com pen-

samento crítico, entendendo que somos todos diferentes, mas que algumas diferenças são hierarquizadas devido a relações de poder presentes na sociedade.

Sobre a definição de sexualidade, selecionei alguns excertos sobre os quais apresentarei minhas análises.

(...confusa...) “A gente pensava que, quando você fala em sexualidade, é você dizer se você é homem ou mulher; você já diria se você é hétero ou não, que era só: você é hétero ou você é homossexual. Ser homem e ser mulher estava ligado a isso, mas hoje você pode ser mulher... Ihh, agora eu confundi (risos). Você pode... você tem a questão... A questão da sexualidade é você ser, por exemplo, homossexual e não depende de você ser homem, ou seja, mulher de se ver como homem ou mulher...” (Gomeisa)

A fala da professora Gomeisa ilustra como, a partir da genitália, desde o nascimento — ou até mesmo antes dele, por ultrassonografias do feto — uma série de materialidades e comportamentos são esperados para aquele corpo, inclusive por quem e por qual gênero sentir desejo. A partir do gênero, espera-se uma forma específica, com uma sexualidade específica; ela fala a partir de uma matriz heterossexual (Butler, 2018).

Uso o termo matriz heterossexual ao longo de todo o texto para designar a grade de inteligibilidade cultural por meio da qual os corpos, gêneros e desejos são naturalizados. Busquei minha referência na noção de Monique Wittig de “contrato heterossexual” e, em menor medida, naquela de Adrienne Rich de “heterossexualidade compulsória” para caracterizar o modelo discursivo/epistemológico hegemônico da inteligibilidade do gênero, o qual presume que, para os corpos serem coerentes e fazerem sentido (masculino expressa macho, feminino expressa fêmea), é necessário haver um sexo estável, expresso por um gênero estável, que é definido oposicional e hierarquicamente por meio da prática compulsória da heterossexualidade. (Butler, 2018, p. 258)

Para Gomeisa, e criticado por Butler, ser homem e ser mulher já abarca uma série de elementos. Esta ideia se dá a partir da dicotomia de sexo e gênero, mas, segundo Butler, o sexo que se entende como natural, genital, biológico... seria não somente interligado, mas o próprio gênero, já que ambos são interpretações sociais de um momento histórico, portanto não restando nada mais verdadeiramente natural, inclusive a heterossexualidade. Nossa interpretação sobre sexo é social; logo, sexo, assim como gênero, seria uma ideia cultural carregada de significados e expectativas a serem cumpridas.

Louro, seguindo uma perspectiva foucaultiana, afirma que sexualidade (também) é uma invenção social: “[...] uma vez que se constitui, historicamente, a partir de múltiplos discursos sobre o sexo: discursos que regulam, que normatizam, que instauram saberes, que produzem ‘verdades’.” (LOURO, 2000, p. 6)

Já Miskolci traz uma perspectiva de sexualidade como algo para além das relações sexuais: “A sexualidade envolve desejo, afeto, auto compreensão e até a imagem que os outros têm de nós. A sexualidade tende a ser vista, por cada um de nós, como nossa própria intimidade, a parte mais reservada, às vezes até secreta, de nosso eu. [...]” (MISKOLCI, 2012, p. 38). É interessante perceber como algo tão íntimo e privado é forjado socialmente. Por isso, a ideia de que sexualidade seria algo natural.

“Eu acho que é algo muito assim... meio complexo de definir, porque eu acho que é o que a pessoa se acha. A pessoa, quando nasce, muitas vezes... eu acho que agora nem coloca no documento, mas se colocava sexo feminino e masculino, mas eu acredito que tem pessoas que já nascem com outra... porque as pessoas acham que é opção, mas eu acho que as pessoas já nascem mesmo com outra sexualidade; já vem de criança, então eu acho que é algo muito complexo de definir, mas eu acho que não é escolha; eu só acho que não é escolha.” (Eltanin)

“É como a gente se identifica em relação ao nosso gênero” (Mira).

Onze professoras entrevistadas e dez (apenas Maia não o fez) confundem sexualidade com gênero em algum momento da pesquisa, e dez delas (apenas Bellatrix não) falam das temáticas apontando as dissidências. Ainda segundo Butler, a noção de gênero que temos leva a um certo determinismo social. A noção de que o gênero é uma construção social, através da cultura, imprime nos corpos significados associados ao gênero que são supostamente rigidamente definidos por diferenças anatômicas e que esses corpos estariam em posição de passividade frente a uma normativa cultural imutável.

Nesta perspectiva, podemos ver como as professoras têm noções de identidade de gênero e heterossexualidade em bloco, unidas. Elas não conseguem dissociar uma da outra. Quando perguntadas sobre sexualidade, elas evocam a ideia de gênero, lembrando o processo de fazer, de imitar, de copiar... “o gênero é uma espécie de imitação persistente, que passa como real.” (BUTLER, 2018, p. 9) E um desses processos para cópia seria a sexualidade.

Portanto, mesmo quando perguntadas sobre essas questões de maneira separada — e sexualidade antes de gênero — as professoras

trazem gênero para discutir sexualidade. Ainda nesta leitura, essas respostas mostram que o modo como as professoras enxergam gênero produz uma identidade tida como ontológica, ou seja, pré-discursiva.

Para discutir como corpos dissidentes estão em foco — mesmo que negligenciados —, selecionei respostas para a pergunta: como você vê as questões de sexualidade na faixa do Fundamental I? Sobre as quais apresentarei minhas análises.

“Eu ainda não vivi um ano que não tivesse um estudante ou uma estudante que fugisse desse padrão heteronormativo [...]” (Alcione).

“Por incrível que pareça, aqui também a gente não tem um número significativo de crianças que têm uma tendência ou para o homossexualismo ou para ser lésbica. Algumas, uma ou duas crianças, inclusive a gente estava conversando sobre isso hoje, que a gente percebe que têm uma tendência, que têm um jeito, que têm um jeitinho diferente, mas a gente não caracteriza porque eles são crianças e criança não tem essa situação definida. Pode ser, inclusive, pelo seu ambiente familiar, que tenha esse tipo de comportamento, e eles tendem a reproduzir, mas até então aqui a gente não tem não. Temos no meio externo muitas situações que, inclusive, são parentes, irmãs, primas, mas eles não apresentam um comportamento desse nível aqui não” (Electra).

Outro fenômeno que acontece nas entrevistas é que, quando perguntadas sobre as questões de gênero e sexualidade na faixa do Fundamental I, as professoras respondem na perspectiva das identidades sexuais e de gênero, destacando as identidades que estão à margem. É interessante esse dado, já que esta perspectiva somente aparece na pergunta a partir da questão 5: como você vê a questão da orientação sexual na faixa do Fundamental I? Que, por sua vez, foi realizada para apenas quatro professoras: Maia, Bellatrix, Mira e Meissa; as demais professoras responderam a esta questão na questão 4. Me parece que, para as professoras, as questões envolvendo as temáticas só aparecem quando existe um corpo considerado estranho por elas, como se a questão fosse a existência desse corpo que as faz questionar a norma. Mas, mesmo em momentos de conflitos, como questionar a norma se as professoras não tiveram oportunidade de discutir sobre elas?

A seguir estão as respostas para a pergunta: como você vê as questões de gênero na faixa do Fundamental I?

“Hoje, em especial na atualidade, eu vejo que, até pela divulgação nas redes sociais e na mídia, as crianças e os adolescentes estão mais inteirados sobre esse assunto, mas que ainda se define muito cedo masculino e feminino, homem e mulher, embora já haja uma conversa

muito sutil e ainda alguns preconceitos e medos em tratar esse assunto.” (Mira).

Esse medo é uma questão que precisamos pensar quando discutimos sexualidades e gêneros nos ambientes educativos. É urgente compreender os motivos pelos quais dialogar sobre esses temas provoca tanto desconforto e resistência, a ponto de alguns alegarem que não são adequados para discussão nesse contexto. Quando, na verdade, esses processos são ensinados e reforçados o tempo todo nas escolas, os corpos continuam sendo forçados à norma e muitos são marginalizados por ela. “No entanto, os corpos estão lá; são corpos desejan-tes, corpos sexuados, corpos generificados, corpos considerados abjetos e estranhos, corpos que pulsam, corpos que desejam saber, corpos que se apaixonam, corpos curiosos, corpos que resistem...” (LOURO, 2000, p. 225). São corpos que experimentam desejo e que estão à mercê de uma identidade de gênero.

“Eu não percebo muita coisa assim dos meninos menores. Ainda não tive nenhuma situação que eu parasse para pensar: “será que essa menina, esse menino vai se ver de uma forma diferente? Ou vai se perceber de uma forma diferente?” Assim, eu ainda não consegui perceber e nenhuma criança passou isso para mim”. (Gomeisa).

“Aqui, as crianças, que eu chamo de criança porque eles são de 6 a 10 anos, muitos poucos aqui têm 12, 13. Eu acho que eles não têm essa dimensão. Eles acham que menina é menina, menino é menino. Aqui, nessa unidade, pelo menos, a gente não percebe essa oscilação de gênero não.” (Electra).

Quando montei o questionário, organizei as quatro primeiras perguntas de forma geral, pois buscava material também para entender as relações de gênero e sexualidade de crianças em conformidade com a norma. Busquei material para, talvez, entender como as crianças estão se relacionando com a sexualidade; tinha a expectativa de talvez discutir por onde os jovens estão se informando sobre os temas, as tensões entre meninos e meninas, como os estudantes se relacionam com seus corpos na escola... Pela vastidão do tema, esperava muitos resultados, e alguns destes surgiram, mas a quantidade expressiva de professoras que anteciparam falar das crianças que performam outro tipo de masculinidade ou feminilidade foi muito expressiva.

Ao que parece, “questões de gênero” e “questões de sexualidade”, para as educadoras, não atingem turmas compostas de crianças até então tidas como heterossexuais, pois elas estariam cumprindo com a inteligibilidade de gênero posta a elas. Para as pedagogas, as perfor-

mances de gênero são tão fortemente esperadas que elas acreditam ser o próprio gênero.

“Já, já, não é comentário ruim, porque às vezes a gente se espanta: poxa, você viu aquele menino como está numa tendência assim mais feminina? Ou você viu aquela menina que está com comportamento assim mais pra questões masculinas? A gente comenta. Eu não vou dizer que não, porque eu seria hipócrita.” (Electra)

As confusões de conceitos também se dão devido à associação com as dissidências imediatas feitas por elas nas perguntas, mesmo sendo sobre conceitos gerais que atingem corpos dentro das normas. As professoras se mostraram afetuosas e sempre preocupadas em contribuir da melhor forma; portanto, é importante destacar que uma das hipóteses para justificar o porquê das professoras falarem de gênero e sexualidade – de forma muito mais frequente sobre sexualidade – reduzindo apenas a identidade de gênero e orientação sexual, é pela leitura que fazem sobre mim, a entrevistadora. Falando da minha aparência e de uma possível performance à primeira vista, sou uma mulher cis que performa feminilidade; porém, tenho cabelo curto, raspado na lateral, uso acessórios e vestimentas que, associados ao tema da pesquisa, denunciam uma possível dissidência na minha sexualidade, fazendo com que as educadoras sejam tendenciosas, a fim de colaborar com meu trabalho, supondo o que eu estava buscando saber.

Resposta dada para a questão 11: *“Você já presenciou violências nas escolas por parte dos professores e/ou da direção envolvendo gênero e sexualidade?”* Porém, quando fiz a pergunta, expliquei que poderia ser em forma de comentários, e ela mostrou não entender que seriam comentários ofensivos e maldosos. Depois, comenta:

“Não, não, negativo desses não. A gente comenta porque a gente percebe que a criança está demonstrando comportamento que não é dito padrão pela sociedade mesmo. Porque alguns alunos estão aqui na escola desde o primeiro ano, a gente conhece a família, conhece como a criança é, tudo direitinho. Aí, quando chega na série maior, eles começam a modificar; aí a gente percebe, mas não com comentários pejorativos, não. A gente comenta porque acontecem mudanças e, pra gente, é uma coisa estranha.” (Electra)

A linguagem se tornou importante para ser discutida, pois ela se mostrou fortemente presente nas entrevistas. A linguagem utilizada pelas professoras durante a entrevista retoma as discussões trazidas por Butler acerca de como a linguagem é um condutor crucial para a construção das “realidades” sociais, incluindo as normas de gênero e sexua-

lidade. “Processos relacionados ao estabelecimento ou à manutenção de hegemonia envolvem produção e ativação de práticas e representações sobre a totalidade da vida e o mundo” (JUNQUEIRA, 2018, p. 454). É importante pensar na linguagem na perspectiva da prática. A linguagem – assim como o gênero – de tão repetida e imitada passa a parecer ser ontológica, pré-discursiva. Mas a linguagem é também uma situação, ou seja, está localizada em um momento histórico e se dá através da relação.

A professora Electra utiliza alguns termos como “*coisa estranha*”, “*comportamento desse nível*” e “*homossexualismo*” que merecem atenção para falar sobre crianças cuja performance não corresponde à heteronormatividade. Tenho noção de que o uso da palavra “*homossexualismo*” pela professora não tinha a intenção de designar doenças, mas, tendo em vista a historicidade por trás da palavra e os discursos validados com a repetição da utilização do termo, desconsidera a luta da comunidade LGBTQIAPN+ para ser retirada do discurso médico e patológico. Ousei supor que Electra talvez não tenha noção da dimensão da sua fala, mas, quando associada aos outros termos, fica explícito como, mesmo que inconscientemente, ela enxergue como anormal.

[...] “*eu sinto que existe um preconceito muito grande, inclusive da minha parte, porque o primeiro olhar da gente não é um olhar tão aberto; a gente se choca, ainda choca no sentido de por que é diferente, porque a gente ainda não se abriu tanto para as questões ainda. O que existe para mim é homem e mulher, mas eu entendo que existem outras possibilidades [...]*” (Mira)

A fala de Mira e os termos “*coisa estranha*” e “*comportamento desse nível*” utilizados por Electra marcam como, mesmo os discursos religiosos e medicalizantes, estão presentes no imaginário das professoras. As pedagogas falam a partir de uma noção de promoção da diversidade criticada por Miskolci. A “*diversidade*” estaria ligada à “*ideia de tolerância ou de convivência*” (MISKOLCI, 2012, p. 15); deste modo, as crianças são vistas como diferentes e o esforço pedagógico realizado – quando é realizado – é para tolerar aqueles corpos enquanto eles perturbam a ordem.

Junto a isto, quase todas as professoras evitavam usar palavras como gay, lésbica, afeminado... utilizando termos como “*assim*”, “*desse jeito*”, “*aquilo*”, “*com essa tendência*”, “*com mais vocação para*”, muitas vezes realmente encerrando a frase no meio, sem dizer o quê? Assim como? De qual jeito? Que tendência? Vocação para quê? Deixando subentendido que se está sendo apontado; obviamente, estamos falando do “*diferente*”. O medo de errar no uso dos termos mostra o

cuidado das educadoras em cometer equívocos, o que evidencia a falta de conhecimento sobre o mais adequado a ser usado. Aponta também para a preocupação em classificar crianças ainda pequenas; porém, as crianças são classificadas desde o nascimento e comportamentos são esperados a partir disto. Por mais que não seja comentado, a qualquer sinal de desvio de performance, essas crianças são observadas.

Pois então, o problema, a questão e o que demanda trabalho são os corpos que não alcançam a inteligibilidade de uma das excludentes duas categorias de gênero impostas. Veja bem, estamos falando de crianças, crianças em formação da sua performance; elas ainda estão aprendendo, inclusive, o que devem fazer para seguir seu gênero. Portanto, estamos falando de corpos visados, comentados e apontados – mesmo que tolerados – num momento de experimentação sobre si e sobre sua relação com o mundo.

O papel fundamental da educação na manutenção deste sistema fica evidente. De acordo com Louro, a “Pedagogia das Sexualidades” (2000) é frequentemente aplicada nas escolas de forma tradicional e conservadora, limitando a discussão sobre sexualidade aos aspectos biológicos e reprodutivos. Nessa abordagem pedagógica, a escola não dialoga sobre a complexidade das experiências sexuais e das identidades de gênero. Em vez disso, ensina os papéis e comportamentos a serem seguidos a fim de promover a conformidade com as normas estabelecidas. Essa abordagem pedagógica é desafiada quando há a presença de um estudante que, por diversos motivos, não a absorve em sua totalidade.

Para pensar essas temáticas, o corpo é extremamente importante, pois ele é a materialidade do sujeito e essa materialidade é produzida socialmente o tempo todo. O corpo possui inscrições espontâneas que são interpretadas socialmente, e identidades são produzidas a partir disto.

Para que as pessoas sejam compreendidas e reconhecidas socialmente, elas precisam se identificar com uma forma, com um gênero, e seguir a performance esperada por ele. Gênero feminino ou masculino carregam materialidades, fazendo com que essas identidades sejam mais facilmente entendidas e aceitas pelas outras pessoas. Porém, essas categorias não dão conta de todos os corpos, revelando assim o “Problema de Gênero” discutido por Butler. Se um corpo não se encaixa em todas as exigências da identidade de gênero, ele é tido como abjeto, retirando sua humanidade.

“Ufa... difícil! Deixa eu pensar... Na verdade, não sei definir... colocar um conceito para sexualidade, mas eu penso que tem a ver com

a forma com que você se identifica e lida com seu corpo, com a sua libido, com o que você sente de desejo... eu acho que tá por aí...” (Bellatrix)

Todas as professoras acabam fazendo confusões significativas em algum momento, mas Bellatrix – a única – dá um conceito interessante sobre sexualidade, evidenciando entender que sexualidade é identidade, mas também é composta de aspectos individuais e íntimos. Neste ponto, é interessante lembrar que as questões podem parecer pessoais, mas são questões que estruturam a sociedade; portanto, a discussão sobre as categorias deve estar presente na esfera pública e, principalmente, nas escolas. Gênero e sexualidade são construídos social e culturalmente; portanto, devem ser debatidos nessas esferas.

Os diálogos sobre gênero e sexualidade avançaram pouco dentro das escolas. Foi possível perceber como as concepções de gênero e sexualidade conhecidas pelas professoras reforçam as desigualdades. Pensando na escola como uma instituição poderosa, capaz de manter, mas também transformar a realidade, e nas professoras como as principais responsáveis por perpetuar esses discursos, é necessária formação continuada para as pedagogas. Apenas dialogando primeiro com elas é possível chegar nas crianças.

REFERÊNCIAS

BENEVIDES, Bruna G.. **Dossiê: assassinatos e violências contra travestis e transexuais brasileiras em 2023**. Brasília: ANTRA (Associação Nacional de Travestis e Transexuais), 2024.

BIKLEN, Sari Knopp; BOGDAN, Robert C.. **Investigação Qualitativa em Educação**. Porto: Porto Editora, 1994. Tradução: Maria João Alvarez, Sara Bahia dos Santos e Telmo Mourinho Baptista.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. 16. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018. Tradução: Renato Aguiar.

CARVALHO, Jean Carlo de. O ESTIGMA SOBRE O SUFIXO “ISMO”: “HOMOSSEXUALISMO” ONDE ESTÁ A LGBTFOBIA?. **Revista COR LGBTQIA+**, Curitiba, v. 1, n. 4, p. 20-36, jan. 2023. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cpa/a/T86yvM4tkCzZts3kVw-qKPQG/?lan>. Acesso em: 22 ago. 2024.

DAQUINO, Edilaine Silva Matoso; TORTATO, Cintia de Souza Batista. **Educação e mulheres: por que o curso de pedagogia é composto**

em sua maioria por mulheres? Humanidades & Tecnologia (FINOM). 1809-1628. vol. 47- abr. /jun. 2024

FOUCAULT, Michel. A Ordem do Discurso: aula inaugural no college de france, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. 5. ed. São Paulo: Edições Loyola, 1999.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia**: saberes necessários à prática educativa. 25. ed. São Paulo: Paz e Terra Coleção Leitura, 2002.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

HOOKS, Bell. **Ensinando a Transgredir**: a educação como prática da liberdade. São Paulo: Editora Wmf Martins Fontes, 2013. Tradução: Marcelo Brandão Cipolla.

JOÃO BATISTA JR. Tragédia antes da aula. Disponível em: <<https://piaui.folha.uol.com.br/suicidio-aluno-colegio-bandeirantes/>>. Acesso em: 20 ago. 2024.

JUNQUEIRA, Rogério Diniz. A invenção da “ideologia de gênero”: a emergência de um cenário político-discursivo e a elaboração de uma retórica reacionária antigênero. **Psicologia Política**, v. 18, n. 43, p. 449-502, ago. 2024.

LORDE, Audre. **Irmã Outsider**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2019. Tradução: Estephane Borges.

LOURO, Guacira Lopes; WEEKS, Jeffrey; BRITZMAN, Deborah; HOOKS, bell; PARKER, Richard; BUTLER, Judith (org.). **O Corpo Educado**: pedagogias da sexualidade. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2000. Traduções: Tomaz Tadeu da Silva.

MISKOLCI, Richard. **Teoria Queer**: um aprendizado pelas diferenças. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2012.

OLIVEIRA, Megg Rayara Gomes de. **O DIABO EM FORMA DE GENTE**: (r)existências de gays afeminados, viados e bichas pretas na educação. 2017. 190 f. Tese (Doutorado) - Curso de Educação, Universidade Federal do Paraná., Curitiba, 2017.

XAVIER, Constantina. **Tecer e entretecer a vida**: educação para as sexualidades e gêneros na formação docente. InterMeio: Revista do Programa de Pós-Graduação em Educação, Campo Grande, MS, v. 23, n. 46, p. 215-236, jul./dez. 2017

RELAÇÕES DE GÊNERO E UNIVERSIDADE: FORMAÇÃO DO PENSAMENTO CRÍTICO E GARANTIA DE DIREITOS NA UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO

Giovanna Barbosa Soares¹
Neuzeli Maria de Almeida Pinto²

INTRODUÇÃO

A presente pesquisa propõe efetivar uma análise reflexiva acerca da vivência das mulheres no meio acadêmico, destacando problemas que as permeiam neste ambiente e o modo como a universidade vem lidando com essas situações no que se refere ao combate e prevenção da violência de gênero no espaço universitário. Para tanto, foram analisados os Projetos Políticos Pedagógicos (PPPs) atrelados à categoria gênero, a fim de efetivar um estudo crítico sobre a vivência das mulheres no meio acadêmico, destacando o modo como a universidade se posiciona no combate e na prevenção à violência de gênero, além de fomentar o debate no tocante às pautas femininas no meio acadêmico.

Desse modo, para a elaboração do referido trabalho, faz-se necessário estabelecer de que modo se deu a formação da categoria gênero como análise histórica, perpassando temas como patriarcado e opressão, construção de uma consciência feminista, interseccionalidade, estereótipos, violência de gênero e discriminação dentro da universidade, a fim de compreender as causas, consequências e persistências da opressão feminina na esfera acadêmica.

A história das mulheres é imprescindível e essencial para a emancipação feminina; entretanto, há uma distância entre a produção do conhecimento intelectual e a crítica feminista, conforme aponta Gerda Lerner (2019). Ademais, ainda de acordo com a perspectiva da autora, em primeiro plano deve-se conceituar o que é história e distinguir o passado não registrado de todos os eventos antigos registrados

1 Graduanda em História pela Universidade Estadual do Maranhão.

2 Doutora em Teoria e Pesquisa do Comportamento – Universidade Federal do Pará. Professora da Universidade Estadual do Maranhão e Orientadora do presente trabalho.

e interpretados como historicamente importantes. Assim, é necessário frisar que as mulheres são e sempre foram sujeitos e agentes da história; isto é, as mulheres participaram da história tanto quanto os homens; contudo, dada a exclusão feminina à medida que a vivência masculina era enaltecida, o protagonismo foi integralizado aos homens, fazendo com que as mulheres vivessem à margem da sociedade (Lerner, 2019).

Além disso, é preciso enfatizar que homens e mulheres sofreram exclusões ao longo da história; porém, em contextos diferentes. Toma-se como exemplo a discriminação por classe ou raça/etnia: homens e mulheres foram marginalizados em decorrência de sua classe social ou etnia, mas nenhum homem foi excluído pelo seu gênero, apesar de todas as mulheres terem sido (Lerner, 2019). Nesse sentido, é evidente que as mulheres foram impedidas de participar do processo histórico e, apesar de serem muitas vezes maioria, foram estruturadas em instituições sociais como se fossem minoria (Lerner, 2019). Toma-se como exemplo desse fato a vivência feminina na universidade, uma vez que muitas vezes as mulheres são a maior parte nos espaços acadêmicos, mas acabam sendo articuladas como minoria.

Dito isso, é inegável que as mulheres foram vitimadas e forçadamente subordinadas aos homens; porém, é um erro básico definir as mulheres essencialmente como vítimas, pois essa narrativa contribui para o apagamento e a invisibilidade das práticas de resistência adotadas por mulheres, retirando o protagonismo feminino como sujeito histórico e colocando-as em uma posição de vulnerabilidade e inferioridade (Lerner, 2019).

Após o exposto, enfatiza-se que é imprescindível abordar os movimentos feministas para o estudo da história das mulheres em sua totalidade e extensão. Entre as décadas de 1920 e 1930, as mulheres conquistaram direitos importantes em termos formais e judiciais, sobretudo no que se refere ao direito ao voto, à propriedade e ao acesso à educação (Piscitelli, 2001). Dito isso, sabe-se que o feminismo é um movimento político que defende a igualdade entre os gêneros, sendo responsável por diversas conquistas femininas ao longo da história; entretanto, o movimento está longe de ser unificado, dispondo de várias vertentes.

Nessa mesma perspectiva, para o entendimento das relações de gênero no meio acadêmico, torna-se fundamental analisar o gênero como categoria de análise histórica, os estereótipos de gênero na universidade, os entraves enfrentados pelas mulheres no espaço universitário, sobretudo referente ao papel da instituição no combate e prevenção à violência, aos preconceitos de gênero e à efetivação dos direitos das

universitárias. Por fim, destaca-se a relevância da presente pesquisa, visto que é de suma importância mapear e sistematizar os procedimentos e ações adotados pela universidade referentes aos problemas enfrentados pelas mulheres, para que a instituição seja uma ferramenta alinhada à participação feminina na academia e à consolidação de políticas públicas que visem a diminuição das desigualdades de gênero nesse espaço.

METODOLOGIA

O referido trabalho se baseou em ampla pesquisa bibliográfica, além da coleta de dados, culminando, assim, em uma abordagem quali-quantitativa. No que se refere à coleta de dados, destaca-se que houve entraves no processo, devido à instabilidade das plataformas digitais da UEMA e dos materiais desatualizados, o que dificultou a análise. O projeto de pesquisa foi aplicado na Universidade Estadual do Maranhão (UEMA), instituição pública e estadual.

Dessa forma, grande parte da coleta de dados foi efetivada através do site da UEMA, sendo utilizado ao longo da pesquisa um levantamento acerca das condições que envolvem as relações de gênero e a identificação de ações no campo de políticas públicas referentes ao combate às desigualdades e violências de gênero. Assim, entende-se que a abordagem adotada no referido trabalho contribui para minimizar aspectos fragmentados dos métodos qualitativo e quantitativo, tendo em vista que se complementam, ampliando a pesquisa e tornando-a mais completa (Creswell, 2003).

Por fim, o estudo foi efetivado a partir da pesquisa bibliográfica, documental e de campo. No que se refere à pesquisa de campo, destacam-se as fases de levantamento de dados quantitativos e de análise dessas informações, envolvendo os projetos político-pedagógicos de determinados cursos (CCSA e CECEN), projetos de pesquisa, extensão, grupos de estudos e a grade curricular que esteja atrelada à discussão de gênero. Em relação à coleta de dados, foram utilizados como procedimentos a produção de ofícios, visitas à UEMA e o acesso ao acervo digital da instituição.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os resultados obtidos são de caráter teórico, metodológico e quantitativo. Nos meses iniciais do projeto, voltou-se para os estudos

bibliográficos e a análise de artigos, teses e livros que dialogam com a temática de gênero, resultando em um momento de extrema relevância para a pesquisa, pois consistiu na leitura do material específico que norteou o trabalho através das atividades com o NEGESF (Núcleo de Estudos e Extensão sobre Gênero, Sexualidade e Família) – UEMA. Além disso, foram realizados nesse período inicial o aprofundamento das discussões de gênero, tendo como pressupostos teóricos as autoras Heleieth Saffioti, Joan Scott e Gerda Lerner.

Com o intuito de compreender e analisar as relações de gênero e suas implicações dentro do contexto acadêmico, foi necessário entender como essas relações se originaram e se transformaram ao longo da história até atingir a contemporaneidade. Em outras palavras, foi imprescindível traçar um paralelo histórico referente à historicidade do gênero, ao modo como a dominância masculina se institucionalizou nas estruturas da sociedade e como esse fato vem oprimindo as mulheres no meio universitário.

UMA ANÁLISE HISTÓRICA ACERCA DO GÊNERO

Grosso modo, pode-se afirmar que o gênero é a construção social do sexo. Para Joan Scott (1989), gênero é um elemento que constitui as relações baseadas nas diferenças perceptíveis entre os sexos, isto é, uma forma básica de dar significado às relações de poder. Dito isso, o conceito de gênero, tal qual o conceito de poder, é fundamental para estabelecer essa linha de pensamento.

O termo “gênero” surgiu entre as feministas estadunidenses e, de acordo com Scott (1989), o conceito é uma rejeição ao determinismo biológico, presente no uso de definições como “sexo” ou “diferenciação sexual”. Nesse contexto, a categoria gênero é uma reinvenção das feministas contemporâneas, que não acreditam na definição do sexo como fator determinante nas diferenças entre homens e mulheres, pois o gênero e o sexo são compreendidos aqui como distintos, apesar de estarem relacionados. A fim de corroborar o argumento, tem-se um trecho da obra “O Segundo Sexo” de Simone de Beauvoir (1980), que propõe a desmistificação das representações que inferiorizam as mulheres, incentivando uma nova forma de pensar sobre a construção do ser mulher:

Ninguém nasce mulher: torna-se mulher. Nenhum destino biológico, psíquico, econômico define a forma como a fêmea humana as-

sume no seio da sociedade; é o conjunto da civilização que elabora esse produto intermediário entre macho e o castrado que qualificam de feminino. [...] a passividade que caracterizará essencialmente a mulher “feminina” é um traço que se desenvolve nela desde os primeiros anos. Mas é um erro pretender que se trata de um dado biológico: na verdade, é um destino que lhe é imposto por seus educadores e pela sociedade (Beauvoir, 1980, p.9-21).

Ao analisar a fala da autora, torna-se evidente que “ser mulher” é uma construção sociocultural e é possível perceber esse fato, sobretudo quando Beauvoir afirma que “ninguém nasce mulher: torna-se mulher”, ou seja, a feminilidade e o comportamento disciplinador imposto às mulheres desde o seu nascimento são uma aquisição cultural e não um fato biológico.

Ainda teorizando acerca do gênero, pode-se considerá-lo como uma aquisição cultural a partir do processo de socialização que prepara os indivíduos para desempenharem papéis sociais conforme o seu sexo biológico, ou seja, a sua “natureza”. Em outras palavras, o gênero é uma construção sociocultural que atribui ao homem e à mulher papéis distintos dentro da sociedade, que podem variar conforme os costumes de cada lugar (Scott, 1989).

Historicamente, o conceito de gênero foi utilizado como rejeição ao determinismo biológico e às noções normativas da feminilidade na sociedade. Para a historiadora feminista Natalie Davis (1976), o objetivo da análise histórica acerca do gênero consiste em desvendar a amplitude dos papéis sexuais e do simbolismo sexual nas variadas sociedades e épocas, a fim de compreender a sua estrutura e o seu funcionamento através da preservação ou transformação da ordem social (Scott, 1989).

Nesse contexto, os discursos que objetivavam legitimar o homem e a mulher como sexos biologicamente e socialmente distintos corroboraram as desigualdades políticas, sociais e econômicas entre os gêneros, de modo que essas assimetrias foram utilizadas para consolidar comportamentos de subordinação e submissão feminina em diversos aspectos (Piscitelli, 2001). Na mesma perspectiva, tem-se a concepção foucaultiana, que elucida acerca da existência de dispositivos de poder atuando sobre o indivíduo, um determinado grupo ou até mesmo a sociedade como um todo, constituindo um caráter normalizador que beneficia as estruturas sociais e as classes dominantes através do controle, ou seja, do poder (Foucault, 1979). Dessa maneira, é de suma importância estudar e compreender as nuances que permeiam a opressão feminina e a institucionalização do poder masculino, presente no sistema patriarcal.

PATRIARCADO E OPRESSÃO

O termo “opressão” significa subordinação forçada e é utilizado para descrever a condição vulnerável de indivíduos ou grupos específicos; o patriarcado, por sua vez, é a manifestação e institucionalização do poder masculino sobre as mulheres e crianças na família e a extensão desse poder na sociedade em geral (Lerner, 2019). Dito isso, parte-se da premissa de que “a sociedade é patriarcal quando é dominada pelo homem, identificada pelo homem e centrada no homem. E também envolve vários aspectos da opressão das mulheres” (Richartz, 2007, p. 35).

A existência da história das mulheres foi ignorada e escondida pelo patriarcado, que as subjugou e fomentou uma narrativa misógina: as mulheres não produziram avanços importantes no campo intelectual, pois estavam ocupadas tratando de questões domésticas/familiares, conforme a sua “natureza” (Lerner, 2019). Essa premissa foi baseada no determinismo biológico a fim de justificar uma suposta “inferioridade” feminina; sabe-se que homens e mulheres possuem distinções biológicas; no entanto, os valores machistas atribuídos a essas diferenças são resultantes da cultura patriarcal (Lerner, 2019).

Desse modo, é natural questionar-se como e onde surgiu esse sistema patriarcal. No livro “A Criação do Patriarcado”, Lerner (2019) afirma que o patriarcado, como sistema histórico, tem início na história e é exatamente por isso que ele pode (e deve) ser extinto pelo processo histórico. Além do mais, a autora reitera que os questionamentos sobre a forma como o patriarcado se consolidou e se institucionalizou são muito mais importantes do que a origem de fato desse sistema.

Conforme a perspectiva de Lerner (2019), o estabelecimento do patriarcado não foi um evento, mas sim um processo que se desencadeou no tempo e na história. Seguindo nessa mesma linha de raciocínio, Saffioti (2004) discorre sobre o surgimento do sistema patriarcal em seu livro “Gênero, Patriarcado e Violência”, no qual a autora afirma que a palavra patriarcado originalmente se refere à autoridade do pai, que exerce poder sobre a família, ou seja, mulheres e crianças.

No patriarcado, a opressão das mulheres pelos homens é inevitável, o que constitui relações de gênero desiguais, nas quais o poder masculino é hegemônico, seja na ordem política, moral, social, econômica ou cultural. Assim, a base para o sistema patriarcal é a ideologia machista, que defende a superioridade natural dos homens à medida que as mulheres são tidas como inferiores e essa forma de dominação depende da sujeição feminina (Saffioti, 1987). Nesse viés, entende-se

que as relações de gênero estão imbricadas com as relações de poder, ou seja, tem-se uma hierarquização dos papéis sociais desempenhados por homens e mulheres nas mais diversas esferas da sociedade. Desse modo, no sistema patriarcal, o homem detém o poder de múltiplas formas, demonstrando que a história da humanidade está baseada nas relações de gênero (Saffioti, 1987).

GÊNERO: UMA ANÁLISE INTERSECCIONAL

Grosso modo, a interseccionalidade considera que as categorias de raça, classe, gênero, orientação sexual, nacionalidade, capacidade, etnia e faixa etária (entre tantas outras categorias de análise) são inter-relacionadas e moldam-se mutuamente. A interseccionalidade nada mais é do que uma forma de explicar a complexidade do mundo, das pessoas e das experiências humanas (Hill; Bilge, 2021).

Inicialmente, faz-se necessário conceituar o surgimento histórico da interseccionalidade como ferramenta analítica. Nas décadas de 1960 e 1970, temas como condições de trabalho, educação, emprego e acesso à saúde estavam em evidência, sobretudo devido às pautas abordadas pelas ativistas negras estadunidenses; no entanto, elas não obtiveram o apoio almejado nos movimentos antirracistas, nem no feminismo ou nos sindicatos que defendiam os interesses da classe trabalhadora, pois cada um desses movimentos sociais privilegiou uma categoria em detrimento de outras, por exemplo: raça no movimento em favor dos direitos civis; gênero no movimento feminista; classe no movimento sindical (Hill; Bilge, 2021).

Contudo, tendo em vista que as afro-americanas eram também negras, mulheres e trabalhadoras, não existia um movimento que englobasse a complexidade das dificuldades enfrentadas por elas. Assim, as questões específicas no tocante às mulheres negras continuavam invisíveis dentro dos movimentos, uma vez que nenhum deles iria ou sequer poderia abordar sozinho todos os tipos de opressões vivenciadas por essas mulheres. Dessa maneira, a interseccionalidade é utilizada como instrumento de análise em resposta a esses desafios (Hill; Bilge, 2021).

Em relação ao Brasil, a socióloga Saffioti assinala que as mulheres afro-brasileiras passam a sistematizar seus estudos feministas a partir da sua condição específica de mulher negra, enfrentando os preconceitos de raça, classe e gênero. O sistema patriarcal de dominação e exploração feminina se torna evidente, sobretudo quando se refere à questão da raça/etnia:

De modo geral, contudo, a supremacia masculina perpassa todas as classes sociais, estando também presente na discriminação racial. Ainda que a supremacia dos ricos e brancos torne mais complexa a percepção da dominação das mulheres pelos homens, não se pode negar que a última colocada na “ordem das bicadas” é uma mulher. Na sociedade brasileira esta última posição ocupada por mulheres negras e pobres (Saffioti, 1987, p.16).

Seguindo com essa mesma linha de pensamento, Lélia González (1984) elucida sobre o “duplo fenômeno do racismo e do sexismo”, onde o racismo se constitui para as mulheres negras como a “sintomática que caracteriza a neurose cultural brasileira” (González, 1984, p. 224). Desta feita, a articulação entre essas duas formas de opressão, racismo e sexismo, proporciona resultados violentos sobre a mulher negra em específico. A intelectual Saffioti (1976) aborda a função da mulher escravizada no sistema produtivo da sociedade escravocrata e relaciona-a com a “prestação de serviços sexuais”. Dessa maneira, a autora enfatiza que a mulher negra foi convertida no “instrumento inconsciente que, paulatinamente, minava a ordem estabelecida, quer na sua dimensão econômica, quer na sua dimensão familiar” (Saffioti, 1976, p. 165). Assim, percebe-se que, historicamente, a mulher negra foi desumanizada e utilizada como objeto sexual, ao passo que à mulher branca cabia a função de ser “rainha do lar” e esposa.

A partir da análise dos estudos teóricos, percebe-se que o conceito de interseccionalidade desconstrói a ideia de universalidade das mulheres, pois reconhece a pluralidade dos sujeitos femininos e das opressões que as cercam. Em outras palavras, uma mulher de elite branca não vai experimentar as mesmas formas de opressões que uma mulher negra periférica, conforme está explícito no livro “O que é lugar de fala?” de autoria da filósofa Djamila Ribeiro: “Ao ter como objetivo a diversidade de experiências, há a consequente quebra de uma visão universal. Uma mulher negra terá experiências distintas de uma mulher branca por conta de sua localização social, vai experimentar gênero de uma outra forma” (Ribeiro, 2017, p. 61).

Conforme o que foi exposto, entende-se a variedade de opressões que atingem as mulheres negras e pobres, e essa condição de vulnerabilidade é acentuada pela ausência de políticas públicas no tocante à violência de gênero atrelada à questão étnico-racial. Desse modo, a interrelação do patriarcado com o racismo evidencia os sujeitos femininos mais expostos às opressões cotidianas. Em contrapartida, a interseccionalidade considera as pautas identitárias coletivas, se mostrando

como um instrumento de análise a fim de abordar a complexidade dos problemas específicos de um determinado grupo (Hill; Bilge, 2021).

GÊNERO, ESTEREÓTIPO E UNIVERSIDADE

Entende-se que os estereótipos seguem o pensamento popular e o modo como as opiniões e os valores são atrelados a grupos específicos. O termo estereótipo foi utilizado pela primeira vez em 1922 pelo jornalista americano Walter Lippmann em um estudo intitulado “Opinião Pública”, onde ele afirmou que o estereótipo designa uma opinião preconcebida baseada em aspectos exteriores (Lippmann apud Campos et al. 2021).

Nessa mesma perspectiva, destaca-se que os estereótipos de gênero são construídos através de um conjunto de elementos históricos, sociais, culturais e psicológicos que representam crenças simplistas e genéricas. Assim, os estereótipos são uma forma de atribuir características específicas a um determinado grupo e, no caso das mulheres, estes se consolidam a fim de fomentar um caráter disciplinador através da naturalização dos fatos sociais, ignorando seus aspectos culturais e políticos (Louro, 2011).

Desse modo, vai sendo construída uma percepção subjetiva do que é masculino ou feminino conforme os atributos, comportamentos e papéis convencionalmente estabelecidos para os homens e para as mulheres. Assim, os estereótipos de gênero são a base para o machismo na sociedade, uma vez que tudo que é entendido como masculino é dominante e superior, à proporção que o que está associado ao feminino é dominado e inferior. Assim, consolida-se a desigualdade de gênero (Louro, 2011).

Partindo do pressuposto de que a universidade é uma instituição social que manifesta de modo evidente a estrutura e a forma de funcionamento da sociedade como um todo, entende-se que as relações na universidade são o reflexo das relações sociais (Chauí, 2003). Nesse viés, a universidade não foge do padrão de desigualdade e violência de gênero presente nas estruturas sociais. Apesar disso, é importante destacar que as mulheres têm sido maioria em grande parte das universidades, inclusive na Universidade Estadual do Maranhão (UEMA), de acordo com os dados coletados na presente pesquisa.

Não obstante esse avanço, percebe-se que os estereótipos de gênero também estão presentes no espaço acadêmico, à medida que existem profissões consideradas adequadas ou inapropriadas às mulheres.

Em outras palavras, constatou-se a presença significativa de mulheres em áreas atreladas ao ensino e ao cuidado, ao passo que os homens dominam as áreas relacionadas à ciência e tecnologia, e esse fato está diretamente atrelado aos estereótipos de gênero e à construção socio-cultural do que significa ser homem ou ser mulher.

GÊNERO NA UNIVERSIDADE: DEBATES E POLÍTICAS PÚBLICAS

Durante a pesquisa de campo, foram analisados todos os cursos do Centro de Ciências Sociais Aplicadas (CCSA) e do Centro de Educação, Ciências Exatas e Naturais (CECEN) em São Luís. Assim, foram encontradas temáticas relacionadas ao estudo de gênero nos seguintes cursos: direito, ciências sociais, CFO, letras (português, inglês e espanhol), pedagogia, história, ciências biológicas e geografia. Por outro lado, não foi identificada a inserção de pautas de gênero nos cursos de administração, filosofia, química, matemática, música e relações internacionais. É importante destacar que a análise foi efetivada a partir dos projetos pedagógicos vigentes, que estão disponíveis no acervo da própria UEMA.

É interessante perceber como as mulheres são a maior parte no espaço acadêmico, mas, ainda assim, existe uma defasagem no tocante ao tema. Esse fato evidencia o que foi apontado por Lerner (2019), quando a autora afirmou que, apesar das mulheres serem maioria em muitos espaços da sociedade, são estruturadas como grupo minoritário.

Ao efetivar uma análise reflexiva acerca dos dados, percebe-se como o meio acadêmico é um espaço em que as relações de gênero são desiguais e reforçam os estereótipos presentes na sociedade. Assim, é essencial que a universidade efetive políticas públicas no que tange às pautas de gênero, a fim de minimizar as desigualdades. Nesse sentido, é imprescindível mencionar o Comitê de Prevenção e Combate à Violência de Gênero da UEMA, que possui caráter consultivo-deliberativo e executivo, de proposição, articulação estratégica, implementação e avaliação de ações que promovam a prevenção e o enfrentamento à violência de gênero no âmbito da UEMA, garantindo o acolhimento e a assistência às vítimas.

Contudo, a existência da cultura patriarcal e da ideologia machista dificulta o combate às violências e desigualdades de gênero, tendo em vista que as estruturas sociais são pautadas nesse modelo que se baseia na exploração de mulheres, impactando a vivência feminina

no espaço acadêmico. Dito isso, é essencial que se consolide planos de ação, a fim de promover discussões e intervenções que proporcionem problematizações, reflexões e debates relevantes para a temática de gênero (Fiori, 2020).

Desta feita, a simples criação de legislações, protocolos, comissões, programas ou comitês não tem sido suficiente; apesar de reconhecer a indiscutível importância da legitimação desses mecanismos jurídicos no combate à violência de gênero, não se pode ignorar que as universidades criam protocolos a fim de justificarem, de certa maneira, que a instituição dispõe de mecanismos de proteção e defesa, e essa implementação de protocolos se mostra mais reativa do que proativa (Guinot, 2020).

Para que seja instaurado um sistema eficaz na prevenção e combate à violência de gênero na universidade, é necessária a adoção de medidas como: educação conscientizadora sobre violência contra mulheres, para que estudantes revejam suas concepções machistas (autoconsciência); prevenção de relações pessoais não saudáveis (alerta de gatilhos em relações abusivas, instruções de como identificar os sinais); interação e empoderamento entre mulheres através do debate acerca do tema; apoio psicológico especializado às vítimas de violência de gênero; momentos de acolhimento e solidariedade entre mulheres; acesso e incentivo às denúncias de violência dentro da universidade; campanhas de conscientização para toda a comunidade acadêmica (Fiori, 2020).

Seguindo nesse viés, enfatiza-se que, a fim de que haja eficácia no combate à violência, Fiori (2020) destaca uma espécie de tripé: acolhimento, investigação/punição dos agressores e educação/prevenção. Esses três elementos são imprescindíveis na rotina de uma universidade e só será possível alcançar a redução da desigualdade e da violência de gênero com a modificação dos valores e crenças de todos aqueles envolvidos no meio acadêmico.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo buscou refletir sobre as opressões de gênero, a institucionalização do patriarcado, a interseccionalidade como ferramenta de análise, a temática de gênero no espaço acadêmico e os projetos políticos-pedagógicos adotados pela universidade no combate e prevenção às violências e desigualdades de gênero. Nesse sentido, uma evidência dessa reflexão se coloca nos estereótipos de gênero, que julgam as mulheres menos capazes do que os homens para funções con-

sideradas dominantes, ao passo que, diante dessa lógica, cabe à atuação feminina restringir-se ao âmbito doméstico. Assim, a ideologia machista do sistema patriarcal reflete-se nas relações universitárias, a exemplo da presença minoritária de mulheres nos campos das ciências exatas, da tecnologia e da política, áreas consideradas tradicionalmente masculinas.

Além disso, constatou-se que, embora as mulheres sejam a maioria na universidade, elas estão situadas em cursos específicos, que estão atrelados ao cuidado e ao ensino, à proporção que os homens são predominantes em cursos de exatas, conforme já foi mencionado. Desse modo, buscou-se analisar as circunstâncias em que as mulheres exercem sua vivência no meio universitário e em que medida possuem o apoio da instituição no que se refere aos embargos no tocante às pautas femininas. Ademais, objetivou-se verificar até que ponto a universidade fomenta os debates de gênero no meio acadêmico e o estudo do tema na grade curricular, destacando os cursos de graduação do Centro de Educação, Ciências Exatas e Naturais (CECEN) e do Centro de Ciências Sociais Aplicadas (CCSA).

Em relação aos Projetos Pedagógicos, constatou-se uma defasagem em relação à abordagem da temática de gênero em grande parte dos cursos, sobretudo de Ciências Exatas, evidenciando a ausência de discussões no tocante à questão. Apesar disso, é fundamental destacar o protocolo de enfrentamento à violência de gênero adotado pela UEMA através da criação do Comitê de Prevenção e Combate à Violência de Gênero. Contudo, enfatiza-se a necessidade de mais políticas públicas a fim de minimizar as desigualdades e violências de gênero na universidade.

REFERÊNCIAS

BEAUVOIR, Simone. **O segundo sexo: a experiência vivida**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.

CHAUÍ, Marilena. A Universidade Pública sob Nova Perspectiva. **Revista Brasileira de Educação**, 2003.

COOPER, J. et al. **Melhorar a equidade de gênero na educação pós-secundária**. In: KLEIN, S. S. (Ed.). Manual para alcançar a igualdade de gênero por meio da educação. Nova York: Routledge, 2010.

CRESWELL, John W. Research design: qualitative, quantitative, and

mixed method approaches. London: Sage, 2003.

DAVIS, Natalie. Womens History in Transition: the European case. **Feminist Studies**, v.3, n.3/4, 1976, p.83-103.

FIORI, Ana Letícia de. **Para enfrentar a violência sexual nas universidades, o tripé: acolhimento, normas específicas e educação: Entrevista com Heloísa Buarque de Almeida**. Ponto Urbe [On-line], v.26, 2020.

FOUCAULT, M. **Microfísica do poder**. 21. ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

GONZÁLEZ, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. **Revista ciências sociais hoje**, v. 2, n. 1, p. 223-244, 1984.

GUINOT, H. V. Las universidades frente a la violencia de género. El alcance limitado de los mecanismos formales. **Revista mexicana de Ciencias Políticas y Sociales**, Chile, v. 65, n. 238, p. 49-80, 2020.

HILL COLLINS, Patricia; BILGE, Sirma. **Interseccionalidade**. Editora Boitempo, 2021.

LERNER, Gerda. **A criação do patriarcado: história da opressão das mulheres pelos homens**. São Paulo, Cultrix, 2019.

LIPPMANN, W. **Opinião pública**. Tradução: Jacques A. Wainberg. 1. ed. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2008. cap. 3, n. 6, p. 83-95.

LOURO, Guacira Lopes. Educação e docência: diversidade, gênero e sexualidade. **Formação docente–revista brasileira de pesquisa sobre formação de professores**, v. 3, n. 4, p. 62-70, 2011.

PISCITELLI, Adriana. “**Recriando a (categoria) mulher?**”. In: ALGRANTI, L. (org.). “A prática feminista e o conceito de gênero”. **Textos Didáticos**, nº 48. Campinas, IFCHUnicamp, 2002, p. 7-42

RIBEIRO, Djamila. **Lugar de fala**. São Paulo, Companhia das Letras, 2017.

RICHARTZ, Terezinha. **Paradoxos da implementação da lei de cotas para cargos no legislativo paulista nos partidos PT, PSDB e PFL**. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Programa de Estudos Pós-Graduados em Ciências Sociais da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC - SP). São Paulo, 2007, p. 26-52.

SAFFIOTI, Heleieth I.B. **O poder do macho**. São Paulo: Moderna,

1987.

SAFFIOTI, Heleieth I.B., **Gênero, patriarcado e violência**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004. (Coleção Brasil Urgente).

SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani. Trabalho feminino e capitalismo. **Perspectivas: Revista de Ciências Sociais**, v. 1, 1976.

SCOTT, Joan W. **Gênero: uma categoria útil para a análise histórica**. 1º edição, 1989.

SUBALTERNIDADE FEMININA: IMPLICAÇÕES DE UMA PREVISÃO NORMATIVA NA VIDA DE MULHERES RACIALIZADAS VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA NO BRASIL

Luciana Gomes da Silva¹

INTRODUÇÃO

A problemática da violência doméstica contra a mulher continua demandando bastante atenção do Poder Público, uma vez que, apesar da relevância de algumas medidas estatais, estas ainda se mostram insuficientes diante do constante aumento do número de casos. De acordo com pesquisa realizada pelo DataSenado em 2023, três a cada dez mulheres brasileiras sofreram algum tipo de violência doméstica. Portanto, é urgente buscar ações efetivas para o enfrentamento desse complexo fenômeno social.

Ao considerar a concepção de grupo subalternizado apresentada por Antonio Gramsci, assume-se que ela pode ser utilizada como instrumento para discutir a razão de algumas das ações estatais que, embora pareçam responder às demandas das mulheres vítimas de violência doméstica, acabam não sendo efetivas no enfrentamento da problemática. Dessa forma, é fundamental observar que, em se tratando de propostas emancipatórias para as mulheres articuladas dentro de uma estrutura estatal capitalista e racista, um determinado grupo de mulheres se destaca como subalternizado, apresentando o maior percentual de vítimas.

As ações estatais propostas devem considerar seus impactos especialmente sobre esse grupo, composto por mulheres negras ou racializadas. Para Vergès (2020), os reflexos de um mundo capitalista e racista prejudicam especialmente esse grupo de mulheres, inclusive reservando a elas os trabalhos mais precarizados e invisibilizados. Assim, com essa aproximação entre a concepção gramsciana e análises de autoras feministas, busca-se discutir propostas apresentadas pelo Estado brasileiro como emancipatórias para as vítimas de violência doméstica.

De modo particular, enfatiza-se a disposição normativa contida na nova Lei de Licitações (Lei nº 14.133/2021). Por meio da previsão legal de contratação indireta, a ideia é oportunizar o acesso ao merca-

¹ Administradora do Instituto Federal do Maranhão. Mestranda em Políticas Públicas pela Universidade Federal do Maranhão.

do de trabalho para as mulheres vítimas de violência doméstica, sob a justificativa de propiciar-lhes condições para romper com o relacionamento abusivo, uma vez que muitas alegam depender financeiramente do agressor. Todavia, essa proposta pode representar mais uma forma de exploração da força de trabalho feminina do que uma possibilidade real de emancipação.

Assim, o presente artigo pretende discutir algumas implicações de propostas estatais para a vida das mulheres, especialmente para aquelas racializadas, consideradas como grupo subalternizado. Para tanto, por meio do levantamento bibliográfico, com uma abordagem qualitativa de caráter exploratório, inicialmente se destaca a concepção gramsciana de grupo subalternizado, aproximando-a da realidade feminina. Posteriormente, observa-se como a violência doméstica no Brasil atinge desproporcionalmente as mulheres racializadas, segundo dados estatísticos e outros documentos. Por fim, observam-se criticamente as implicações da previsão normativa da Lei nº 14.133/2021 para as vítimas de violência doméstica.

CONCEPÇÃO GRAMSCIANA DE GRUPO SUBALTERNIZADO

Ao considerar a concepção de subalterno desenvolvida pelo filósofo italiano Antonio Gramsci (1975), é necessário ressaltar que ele parte de uma perspectiva socialista do conflito de classes, na qual predomina a submissão de determinados grupos às determinações das classes dominantes, mesmo quando tentam se rebelar. Assim, o autor destaca que é fundamental que esses grupos ajam de forma organizada e autônoma para que possam obter êxito no processo emancipatório.

A história das classes subalternas é necessariamente desagregada e episódica: há nas atividades dessas classes uma tendência à unificação mesmo sobre o plano provisório, mas essa é a parte que menos aparece e que demonstra só a vitória obtida. As classes subalternas se submetem à iniciativa da classe dominante, mesmo quando se rebelam. São em estado de defesa alarmada. Por isso, cada traço de iniciativa autônoma é de inestimável valor (Gramsci, 1975, tradução própria, p. 299)².

2 Texto original: La storia delle classi subalterne è necessariamente disgregata ed episodica: c'è nell'attività di queste classi una tendenza all'unificazione sia pure su piani provvisori, ma essa è la parte meno appariscente e che si dimostra solo a vittoria ottenuta. Le classi subalterne subiscono l'iniziativa della classe dominante, anche quando si ribellano; sono in stato di difesa allarmata. Ogni traccia di iniziativa autonoma è perciò di inestimabile valore (Gramsci, 1975, p. 299).

Dessa forma, o referido autor retrata a importância de as classes subalternas se tornarem mais autônomas, já que a subalternidade se caracteriza pelo fato de estarem hierarquicamente subordinadas às classes dominantes. Assim, acabam sendo submetidas à própria iniciativa das classes dominantes, inclusive quando tentam se articular para solucionar problemas que lhes são próprios. Portanto, é relevante que as classes subalternas, por meio de sua unificação e articulação de seus próprios líderes, possam fazer frente à hegemonia dos grupos dominantes.

De acordo com o Dicionário Gramsciano (2010), essa hegemonia não se trata de um poder coercitivo, mas sim de aparatos hegemônicos flexíveis e camuflados que oferecem aos grupos dominantes na sociedade proteção contra qualquer possível reação da parte das classes subalternas, pois tendem a envolvê-las e a mascarar suas reais intenções.

Para defender os interesses dos grupos subalternos, opondo-se àqueles da classe dominante que dirige tanto a sociedade política quanto a sociedade civil, Gramsci entende que seria necessária uma real unificação dos grupos subalternos, conforme destaca Fasulo (2013), na perspectiva de que eles próprios se tornassem o Estado. Percebe-se, portanto, que a concepção de subalternidade apresentada por Gramsci é bastante densa, incorporando outros conceitos, como o de hegemonia, Estado e sociedade política ou sociedade civil.

Além disso, como afirma Spivak (2014) em sua obra *Pode o subalterno falar?*, é fundamental que haja um espaço para esses grupos falarem por si, garantindo sua autonomia e emancipação, uma vez que são excluídos dos diferentes espaços políticos e compõem as camadas mais baixas da sociedade. Há uma distinção entre a concepção de subalternidade desenvolvida por Gramsci e aquela defendida pela referida autora, dado que a visão gramsciana é muito ampla, por ser inspirada na categoria proletariado, devido à sua raiz marxista. No entanto, o debate apresentado por Spivak (2014) serve para reforçar a perspectiva emancipatória feminina.

Spivak (2014) considera a invisibilidade e o silenciamento das mulheres, destacando particularmente a situação de mulheres colonizadas e racializadas como grupo subalternizado, aproximando-se mais da realidade feminina. Embora com algumas divergências, ambas as perspectivas são úteis para ajudar a compreender por que o Estado pode apresentar determinados discursos com pretensão emancipatória, mas continua camuflando interesses das classes dominantes. Assim, como ressalta Gramsci, em 1929, no Caderno 22 das Cartas do Cárcere:

a questão mais importante é a salvaguarda da personalidade feminina: enquanto a mulher não tiver alcançado verdadeiramente uma

independência frente ao homem, a questão sexual será rica de características doentias e será preciso ser cuidadoso no tratamento com essa questão e em tirar conclusões legislativas (GRAMSCI, 1975, 1, 62, p. 73).

De acordo com Mendes (2019), a subalternidade feminina, a partir da concepção gramsciana, considera sobretudo uma inferioridade cultural, por causa da forte influência do patriarcado ao longo da história e nas diversas culturas. Mas fica difícil conceber as mulheres como grupo oprimido, dado que o filósofo italiano considera que:

a subalternidade feminina é antes uma inferioridade cultural do que uma opressão, porque historicamente as mulheres não tiveram a oportunidade de formar sua personalidade, ser autônomas e independentes do homem e construir sua própria história. Sendo assim, a subalternidade cultural feminina evidencia a ampla inferiorização das mulheres ao longo dos tempos, isto é, a desvalorização do que elas são, da forma como pensam, vivem, comportam-se etc. (Mendes, 2019, p.179).

Nesse sentido, vale ressaltar que, para a supracitada autora, as mulheres foram alijadas do espaço político e, em virtude disso, sobreveio a sua opressão. Isto porque as questões femininas devem ser tratadas para além dos argumentos econômicos ou políticos, enquadrando-se na perspectiva histórica e cultural. Portanto, para propor a emancipação feminina, ou seja, a superação desse quadro de inferioridade e submissão, é importante considerar não só a perspectiva social e política, mas também a intelectual, moral e cultural.

É nesse contexto que se considera a existência de leis que criam programas sociais ou que pretendem oferecer maior proteção às mulheres, mas o fazem numa perspectiva universalista, sem considerar que algumas mulheres são mais prejudicadas, visto que o último lugar da hierarquia social é reservado à mulher negra ou racializada. Assim, ressalta-se a importância de considerar especialmente esse grupo como subalternizado e de se opor a ações estatais que mantenham esse status, ainda que de forma não intencional.

MULHERES RACIALIZADAS VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA NO BRASIL

Para compreender a problemática da violência doméstica enfrentada por mulheres racializadas no Brasil, faz-se oportuno destacar ini-

cialmente que, segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS, 2002), a violência se refere ao uso intencional da força ou poder, na forma de ameaça ou efetivamente, contra si mesmo, outra pessoa, grupo ou comunidade, podendo causar lesão, morte, dano psíquico, alterações no desenvolvimento ou privações.

Dessa forma, a Assembleia Geral das Nações Unidas, em 1993, por meio da Declaração para a Eliminação da Violência Contra a Mulher, define a violência contra a mulher como qualquer ato de violência de gênero que resulte ou possa resultar em dano físico, sexual ou psicológico, ou sofrimento para a mulher, inclusive ameaças de tais atos, coerção ou privação arbitrária da liberdade, quer isto ocorra em público ou na vida privada.

É a partir dessa concepção que o Poder Legislativo brasileiro define a violência doméstica contra a mulher, apresentada no artigo 5º da Lei nº 11.340/2006, mais conhecida como Lei Maria da Penha. Para além de se debruçar sobre questões específicas da referida legislação, importa ressaltar alguns pontos do aspecto racial contido nesse tipo de violência e que não são alcançados por ela.

Desde o início da colonização, as mulheres brasileiras sofrem diversas violências. Segundo Carneiro (2003, p. 49), “a violação colonial perpetrada pelos senhores brancos contra as mulheres negras e indígenas e a miscigenação daí resultante estão na origem de todas as construções de nossa identidade nacional”. Portanto, a origem da violência doméstica perpetrada contra as mulheres brasileiras é bastante antiga e perpassa necessariamente questões de raça. Assim, entende-se que estas reforçam todo esse sistema opressor que subjuga, explora e viola seres humanos com base em interesses de classes dominantes, considerando que:

Raça é um fenômeno da biologia humana que tem implicações necessárias na história natural da espécie e, em consequência, na história das relações de poder entre as pessoas. Nisto se radica, sem dúvida, a excepcional eficácia deste moderno instrumento de dominação social. Não obstante, trata-se de um evidente constructo ideológico que não tem, literalmente, nada a ver com nada na estrutura biológica da espécie humana – e tudo a ver, por outro lado, com a história das relações de poder no capitalismo mundial, colonial/moderno, eurocentrado” (Quijano, 2007, p. 45).

De acordo com Vergès (2020), não se pode pensar a colônia como uma questão subsidiária da história, pois isso vai repercutir di-

retamente na formação de nações estruturalmente racistas. Por isso, a autora afirma que:

As mulheres colonizadas são reinventadas como “mulheres” com base em normas, critérios e práticas discriminatórias experimentadas na Europa Medieval. As mulheres racializadas enfrentam, pois, dupla subjugação: a dos colonizadores e a dos homens colonizados (Vergès, 2020, p. 46).

Nesse sentido, segundo Angela Davis (2016), em seu livro *Mulheres, raça e classe*, há vários relatos de como se dava o relacionamento entre homens e mulheres negras durante o período de escravidão. A autora destaca que havia uma forte relação de igualdade entre eles, não só pelo fato de os homens negros reconhecerem que suas mulheres padeciam das mesmas dores, mas também por buscarem dividir seus fardos e responsabilidades:

As mulheres negras eram iguais a seus companheiros na opressão que sofriam; eram socialmente iguais a eles no interior da comunidade escrava e resistiam à escravidão com o mesmo ardor que eles. Essa era uma das grandes ironias do sistema escravagista: por meio da submissão das mulheres à exploração mais cruel possível, sem distinção de sexo, criava-se as bases sobre as quais as mulheres negras afirmavam sua condição de igualdade em suas relações sociais e nos atos de resistência[...] (Davis, 2016, p. 35-36).

Contudo, essa relativa igualdade era percebida apenas entre os escravizados, dentro de suas próprias comunidades. Na realidade, a mulher negra sofria mais violência, considerando-se também os estupros e abusos sexuais que sofria. O fato é que o sexismo predominou sobre o racismo após a abolição da escravatura, conforme Saffioti (1976) destacou em seu livro *A Mulher na Sociedade de Classes*, afirmando ainda que a pior posição na hierarquia social é ocupada pela mulher negra. Isso vai repercutir nos próprios números atuais da violência doméstica contra a mulher. De acordo com a pesquisa divulgada pelo Instituto Datasenado em 2023, mais de 45% das mulheres brasileiras sofreram algum tipo de violência doméstica. Dentre essas, foi possível perceber que o percentual de mulheres consideradas negras, pardas e indígenas foi em média de 70%, sobretudo nos estados do Norte e Nordeste do Brasil, uma vez que os números foram apresentados de forma regionalizada.

Segundo a pesquisa realizada pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública, o percentual de mulheres negras no Brasil que sofreu

algun tipo de violência em 2023 foi de 45%, enquanto as mulheres brancas representaram 36,9%. Portanto, percebe-se de modo evidente a preponderância do número de mulheres racializadas. Assim, observa-se que a subalternidade da mulher negra brasileira é marcada por diversos tipos de violências e, mesmo quando surgem propostas de perspectivas emancipatórias como resposta às demandas das vítimas de violência doméstica, podem representar uma sobrecarga maior de problemas para elas. É o que se pode inferir a partir de ações estatais que buscam oportunizar o acesso ao mercado de trabalho para mulheres vítimas de violência doméstica, por exemplo, como se verá a seguir.

IMPLICAÇÕES DA PREVISÃO NORMATIVA NA LEI Nº 14.133/2021 PARA A MULHER RACIALIZADA VÍTIMA DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA

De acordo com os dados apresentados em diversas pesquisas no Brasil, observa-se que a violência doméstica contra a mulher continua surpreendendo com o aumento de casos, inclusive quanto ao feminicídio. Portanto, somente a legislação específica para tratamento da problemática não parece suficiente. Assim, torna-se imperativa a adoção de outras medidas estatais de modo a garantir uma vida digna, segura e livre às mulheres. Todavia, como dito anteriormente, a problemática da violência doméstica, apesar de atingir diversas mulheres, existe um grupo de mulheres que acaba sendo mais atingido, ou seja, as mulheres negras ou racializadas. Por isso, é necessária a adoção de uma perspectiva interseccional que considere as questões de gênero, raça e classe social para uma melhor definição da subalternidade feminina. Entretanto, quando o Estado propõe suas ações ou programas sociais, normalmente não faz esse tipo de reflexão.

Nesse sentido, toma-se como exemplo para aprofundar o debate a previsão normativa contida no parágrafo 9º do art. 25 da Lei nº 14.133/2021. A partir desse dispositivo, o edital de licitação pode exigir que a empresa terceirizada a ser contratada disponha de um percentual mínimo da sua mão de obra constituído por mulheres vítimas de violência doméstica, ou seja, previu-se uma espécie de cota social voltada a essas mulheres. O referido dispositivo legal é oriundo de um Projeto de Lei de 2019, apresentado pelo senador Flávio Arns (Podemos – PR), sob a justificativa de oferecer às mulheres em situação de vulnerabilidade a garantia do vínculo empregatício, uma vez que isso poderia possibilitar o rompimento da relação violenta com seu agressor.

Assim, para implementar a ação prevista na referida legislação em âmbito nacional, com a contratação indireta de mulheres vítimas de violência doméstica, há uma regulamentação específica que detalha a sua forma de proletarização. De acordo com o Decreto nº 11.430/2023, devem ser destinadas no mínimo 8% das vagas da mão de obra na execução de serviços continuados em contratos com quantitativos mínimos de vinte e cinco colaboradores. Portanto, pode-se inferir que, por ser de natureza contínua e com esse quantitativo de pessoal, trata-se de serviços mais precarizados, como aqueles de conservação e limpeza, por exemplo. Desse modo, convém ressaltar ainda a característica contraditória desse tipo de serviço: necessário, fundamental, porém invisibilizado, tal como se destaca:

Bilhões de mulheres se ocupam incansavelmente da tarefa de limpar o mundo. Sem o trabalho delas, milhões de empregados, de agentes do capital, do Estado, do Exército, das instituições culturais, artísticas e científicas, não poderiam ocupar seus escritórios, comer em refeitórios, realizar reuniões, tomar decisões em espaços asseados onde lixeiras, mesas, cadeiras, poltronas, pisos, banheiros, restaurantes foram limpos e postos à sua disposição. Esse trabalho indispensável ao funcionamento de qualquer sociedade deve permanecer invisível (Vergès, 2020, p.16-17).

Portanto, essa mesma autora destaca que tal serviço cabe especialmente às mulheres racializadas, especialmente aquelas situadas no Sul Global. Além disso, não se deve esquecer que, mesmo sob as vestes de uma proposta de perspectiva emancipatória para as mulheres, o Estado continua tutelando interesses capitalistas. Isso porque “o Estado é o produto e a manifestação do antagonismo inconciliável das classes” (Lenin, 2011, p. 37). E o seu caráter contraditório se apresenta também nessa proposta, vez que se trata de uma medida com feições de política social. Por isso, deve-se considerar que:

As políticas sociais são formas de manutenção da força de trabalho econômica e politicamente articuladas para não afetar o processo de exploração capitalista e dentro do processo de hegemonia e contra hegemonia da luta de classes. [...] as políticas sociais, apesar de aparecerem como compensações isoladas para cada caso, constituem um sistema político de mediações que visam à articulação de diferentes formas de reprodução das relações de exploração e dominação da força de trabalho entre si, com o processo de acumulação e com as forças políticas em presença (Faleiros, 1991, p. 45 e 80).

Dessa forma, observa-se que “a subordinação das mulheres é o efeito amplo das formas de controle que tanto o poder estatal quanto a dominação masculina engendram” (Vianna e Lowenkron, 2017, p. 13). Por isso, a necessidade de discutir até que ponto essa disposição normativa pode realmente ser favorável às mulheres vítimas de violência doméstica, haja vista que favorecer essa contratação indireta pela Administração Pública pode representar a continuidade da exploração da força de trabalho feminina.

Há contradições em torno da efetividade da ação estatal proposta. Não há evidências suficientes que demonstrem que a mulher que possui uma renda mínima ou que está simplesmente empregada consiga efetivamente romper com o ciclo da violência doméstica. Até porque há mulheres financeiramente independentes de seus agressores que sofrem violência em percentuais expressivos: “28,4% entre as que ganham entre 2 e 5 salários, 27,4% entre as que têm rendimento entre 5 e 10 salários, e 22,6% entre as que têm mais de 10 salários” (Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2023, p.26).

Por meio dessa proposta, é possível ainda que as mulheres negras ou racializadas sejam as mais sujeitas a essa forma precária de contratação pública. Portanto, observa-se que essas são ações estatais propostas por grupos dominantes que não consideram as peculiaridades das mulheres que sofrem violência e todas as questões que as afligem.

Por isso, seria de suma importância que, numa perspectiva realmente emancipatória das mulheres vítimas de violência doméstica, houvesse a unificação do grupo subalternizado para superar a hegemonia da classe dominante, sem se deixar conduzir por ela, como propõe Gramsci. Somente assim seria possível pensar estratégias de superação eficazes contra as determinações das classes dominantes, tal como se vê na proposição da referida legislação mencionada acima, de autoria de um homem branco.

Assim, é imprescindível abrir espaços reais de liberdade para que essas mulheres sejam inseridas em processos emancipatórios que lhes propiciem não apenas desenvolver uma personalidade própria, mas também falar por si mesmas, pensar por si mesmas e ver diante de si todos os esforços coletivos possíveis para superar a cultura patriarcal e racista existente na sociedade brasileira.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir do debate estabelecido sobre a subalternidade feminina expressa no contexto da violência doméstica contra a mulher, obser-

vou-se que as mulheres negras ou racializadas são as mais propensas a todos os tipos de violência; por isso, seria importante uma atenção especial do Estado.

Entretanto, ao analisar criticamente a previsão normativa contida na Lei nº 14.133/2021, considerando sua natureza contraditória, atuando ao mesmo tempo para resguardar os interesses das classes dominantes e sendo obrigado a pensar medidas inclusivas ou compensatórias para os grupos subalternizados, torna-se evidente como uma proposta supostamente emancipatória para mulheres pode representar uma forma de exploração da força de trabalho feminina.

Assim, faz-se necessário continuar questionando ações estatais como essa, uma vez que podem contribuir para a subalternidade feminina, sobretudo de um determinado grupo mais propenso à exploração, ou seja, as mulheres negras ou racializadas. É preciso buscar soluções efetivas para a problemática da violência doméstica, no sentido de desconstruir essa cultura patriarcal e racista. Para tanto, a concepção gramsciana pode auxiliar, considerando a necessidade de as classes subalternas se unificarem e se tornarem elas mesmas o Estado.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Decreto nº 11.430 de 8 de março de 2023. **Regulamenta a Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.** Disponível em: <www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2023/decreto/D11430.htm>. Acesso: 19 de maio de 2023.

_____. Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021. **Lei de licitações e contratos administrativos.** Disponível em: <www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/lei/14133.htm>. Acesso: 19 de maio de 2023.

FALEIROS, V. P. **O que é política social.** 5.ed. São Paulo: Brasiliense, 1991 (Primeiros Passos).

FASULO, F. Inchieste sociali e subalternità: dall concetto gramsciano di subalterno alle storie di vita di Scotellaro e Montaldi. Rappresentazione e intervento político contro i rischi di una orientalizzazione interna. **Tesi di Dottorato in Filosofia Política.** Università degli Studi di Palermo, 2013.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **Visível e Invisível: a vitimização de mulheres no Brasil.** Datafolha Instituto de Pes-

quisas. 4.ed. 2023. Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2023/03/visiveleinvisivel-2023-relatorio.pdf>. Acesso em: 20 janeiro de 2024.

GRAMSCI, A. **Quaderni del carcere**, Edizione critica dell'Istituto Gramsci, a cura di V. Gerratana, Einaudi, Torino 1975.

MENDES, Gigliola. A subalternidade feminina na filosofia da Práxis: caminhos para a (nova) hegemonia na Contemporaneidade. **Revista Práxis e Hegemonia Popular**, ano 4, n. 4, p. 167-187, jan./jul., 2019.

LIGUORI, P. Voza (a cura di). **Dizionario gramsciano**. 1926-1937, Carocci, Roma 2010.

LENIN, Vladimir Ilitch. **O estado e a revolução**; introdução: Francisco Mauri de Carvalho Freitas. Campinas, SP: FE/UNICAMP, 2011.

QUIJANO, A. Colonialidad del poder y clasificación social. In: **El giro decolonial**: reflexiones para una diversidade epistémica más allá del capitalismo global. Castro Gómez, S.; Grosfoguel, R. (comps.) Bogotá: Siglo del Hombre, 2007. p. 93-126.

SAFFIOTI, H. **A mulher na sociedade de classes**: mito e realidade. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1976.

SANTOS, C. D.; LIMA, J. C. P.; OLIVEIRA, R. C. O uso da história oral no processo de escuta às mulheres, mães de alunos com deficiência: “pode a mulher subalterna falar? **Gênero**, Niterói, v.19, n.2, 26. 1 semestre de 2019. Disponível em:<https://periodicos.uff.br/revistagenero/article/view/31322/18411>. Acesso em: 05 de abril de 2024.

SENADO FEDERAL. **Pesquisa Nacional de Violência contra a Mulher**. Instituto de Pesquisa Datasenado. Novembro de 2023. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/institucional/datasenado/arquivos/pesquisa-nacional-de-violencia-contr-a-mulher-datasenado-2023>. Acesso em: 20 jun 2024.

VERGÈS, F. **Um feminismo decolonial**. Trad. de Jamille Pinheiro Dias e Raquel Camargo. São Paulo: Editora Ubu, 2020.

VIANNA, A.; LOWENKRON, L. O duplo fazer do gênero e do Estado: interconexões, materialidades e linguagens. **Cadernos Pagu**, n.51, 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-83332017000300302&script=sci_abstract&tlng=pt>. Acesso em: 22 fevereiro de 2024.

A EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA NO COMBATE ÀS DESIGUALDADES DE GÊNERO: A EXPERIÊNCIA DO PROJETO EMPODERA MARAJOARA, PA

Lana Claudia Macedo da Silva¹
Camila Claíde Souza do Vale²

INTRODUÇÃO

O objetivo central deste artigo é apresentar o projeto “Empodera Marajoara: educação popular, saúde e cidadania com mulheres em situação de vulnerabilidade”, desenvolvido pela Universidade do Estado do Pará (UEPA) com fomento da Secretaria de Ciência, Tecnologia e Educação Superior, Profissional e Tecnológica do Estado do Pará (SECTET). Trata-se de um projeto realizado entre os anos de 2022 e 2023 na Ilha do Marajó, Estado do Pará. O objetivo geral do projeto é promover ações de educação, saúde, cidadania e formação multiprofissional junto às mulheres de quatro municípios da Ilha do Marajó: Salvaterra, Muana, Cachoeira do Arari e Ponta de Pedras. Foram desenvolvidos cursos profissionalizantes de panificação, curso básico de chocolataria e doces, curso de manicure e pedicure, design de sobrancelhas, limpeza de pele, curso de maquiagem básica, curso de cabeleireira e curso de gestão financeira. Concomitantemente, foram realizadas palestras e rodas de conversa sobre temas concernentes aos Direitos das Mulheres; Relações de Gênero, Saúde Íntima da Mulher e Violência Contra a Mulher e Feminicídio. A culminância do projeto ocorreu com as ações de saúde direcionadas à população marajoara (vacinação, testes rápidos, consultas médicas, atendimento psicológico e jurídico, e atenção às crianças com atividades pedagógicas e de fonoaudiologia infantil).

A Ilha do Marajó conta com 16 municípios e, em 2020, apresentou uma população de mais de 571 mil habitantes, de acordo com dados

1 Professora-adjunta IV da Universidade do Estado do Pará. Coordenadora-geral do Projeto Empodera Marajoaras, fomento da Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Educação Profissional e Tecnológica- SECTET/Pará. Líder do Grupo de Pesquisa Gênero, Feminismos e Sexualidades/GEFES.

2 Doutoranda em Educação pela PUC-RJ. Professora da Universidade do Estado do Pará. Coordenadora Pedagógica do Projeto Empodera Marajoaras. Vice-líder do Grupo de Pesquisa Gênero, Feminismos e Sexualidades/GEFES.

da Fundação Amazônia de Amparo a Estudos e Pesquisas - FAPESPA (2021).

De acordo com relatório da FAPESPA (2021), a Região de Integração do Marajó detém a maior taxa de pobreza do Pará (57%), tendo a agricultura como principal atividade, contudo, somente 2,6% de empregos formais. E, apresenta alto índice de pessoas abaixo da linha da pobreza inscritas no CadÚnico (91,34%).

TECENDO CAMINHOS MARAJOARAS

A tessitura do caminho percorrido na proposta em tela possui caráter quantitativo-qualitativo, por muito tempo debateu-se a dicotomia entre as duas propostas metodológicas. Contudo, para fins deste estudo, concorda-se com Minayo e Sanches (1993), acerca da superação do paradigma de oposição em favor da construção da complementaridade dos métodos, tendo em vista que ambos possuem potencialidades e limitações:

Do ponto de vista metodológico, não há contradição, assim como não há continuidade, entre investigação quantitativa e qualitativa. Ambas são de natureza diferente. A primeira atua em níveis da realidade, onde os dados se apresentam aos sentidos [...]. A segunda trabalha com valores, crenças, representações, hábitos, atitudes e opiniões.

[...] No entanto, se a relação entre quantitativo e qualitativo, entre objetividade e subjetividade não se reduz a um *continuum*, ela não pode ser pensada como oposição contraditória. Pelo contrário, é de se desejar que as relações sociais possam ser analisadas em seus aspectos mais “ecológicos” e “concretos” e aprofundadas em seus significados mais essenciais. Assim, o estudo quantitativo pode gerar questões para serem aprofundadas qualitativamente, e vice-versa (Minayo e Sanches, 1993, p. 09).

O método quantitativo esteve presente em dois momentos do projeto, no início e ao final. O primeiro formulário, desenvolvido pelo *Google Forms*, visava ter um perfil das participantes dos cursos. O segundo formulário, apresentado ao final do projeto, tinha como objetivo ter um *feedback* das mulheres que realizaram os cursos profissionalizantes. Foram elaboradas sete (07) questões objetivas acerca da avaliação geral do curso, conteúdo do curso, carga horária, relação com a instrutora, interação com a turma, organização do curso e retorno financeiro do curso realizado. E quatro (04) subjetivas: uma delas sobre a categoria empoderamento feminino, se as mulheres estão trabalhando

na área dos cursos desenvolvidos, sugestão de outros cursos, bem como comentários para a coordenação do projeto.

Ademais, uma estratégia de comunicação bem-sucedida foi a criação dos grupos de *WhatsApp* de cada curso profissionalizante, por município. Inicialmente, como forma de otimizar os trabalhos desenvolvidos, mas também como estímulo à prática da solidariedade entre as mulheres. Nota-se que, após a finalização do projeto, alguns grupos foram mantidos para articulação, trocas, informações e orientações entre as cursistas. Neles se promovem a divulgação da venda de roupas, comidas, serviços em geral.

Faz-se mister pontuar que, para este trabalho, a “educação” é compreendida como processo dinâmico e abrangente, inerente ao desenvolvimento da pessoa enquanto constituição do sujeito. Há um inevitável processo de socialização no qual o indivíduo toma consciência de si e dos outros, viabilizando seu desenvolvimento pessoal e sua inserção em determinada sociedade que se concretiza por meio de práticas educativas diversificadas. Portanto, trata-se de uma consciência situada historicamente e enraizada no mundo, como afirma Paulo Freire: “As consciências não se encontram no vazio de si mesmas, pois a consciência é sempre, radicalmente, consciência do mundo” (Freire, 1987).

Para fins de planejamento, o projeto foi desenvolvido em duas etapas: a primeira consistiu na realização de cursos profissionalizantes para as mulheres dos quatro municípios da Ilha do Marajó: Salvaterra, Ponta de Pedras, Muaná e Cachoeira do Arari. Nesse momento, os cursos foram realizados seguindo a dinâmica de cada município, em termos de dias e horários. Cabe ressaltar também que, em comum acordo, entre a coordenação do projeto e as coordenações locais, optou-se por valorizar e potencializar as instrutoras de cada local. E, de acordo com o retorno das cursistas, essa escolha foi acertada, pois permitiu maior aproximação e troca entre instrutoras e cursistas, visto que ambas conhecem bem a realidade de cada município.

A segunda etapa consistiu na promoção de diversas ações, de educação e saúde, sendo realizada em dois dias. No primeiro dia, contou-se com palestras sobre os temas seguintes: Cidadania e Direito da Mulher; Psicologia Preventiva; Saúde Íntima da Mulher e Direito da Mulher: Lei Maria da Penha.

No segundo dia, foram promovidas “*oficinas*” para crianças, filhos das mulheres atendidas pelo projeto. Esse recurso implica em esforço pedagógico pessoal e coletivo, permitindo a desconstrução e reconstrução social de saberes e cuidados, ao mesmo tempo, em que

permite a problematização e experimentação de novos temas geradores. Para tanto, foram oferecidos recursos de linguagem, como o desenho, a colagem, a pintura, a contação de histórias para as crianças.

Igualmente, foram oferecidos serviços diversificados na área da saúde: atendimento médico para mulheres, homens e crianças, vacinação, testes de verificação de pressão arterial e glicemia, atendimento psicológico, atendimento jurídico, orientações sobre Saúde Íntima da Mulher e exames de preventivo de colo de útero.

Informações acerca do exame preventivo, também chamado de Papanicolau, revelaram que, em alguns municípios, a baixa adesão de mulheres para realização do exame se dá em decorrência da possibilidade de invasão de privacidade no resultado do teste. Essa conduta demonstra a forte cultura patriarcal de dominação sobre o corpo feminino, pois o não cuidado da saúde da mulher interfere diretamente na prevenção e detecção de uma doença que apresenta a segunda maior incidência na Região Norte, conforme dados do Instituto Nacional do Câncer, vinculado ao Ministério da Saúde (2022).

Estudo apresentado por Silva *et al* (2008) relata que embora as mulheres da unidade Municipal de Saúde do bairro do Telégrafo, município da capital paraense, relatarem vergonha durante a realização do exame, a consciência do cuidado de si e o medo de ser acometida pelo câncer de colo de útero supera o constrangimento e incômodo na realização do teste.

Ademais, o número significativo de pessoas (mais de 500) à procura dos atendimentos de saúde nos quatro municípios atendidos pelo projeto mostra a carência desse serviço na Amazônia. Salienta-se ainda que o envolvimento de um grupo diversificado de profissionais de diferentes áreas do conhecimento – enfermagem, terapia ocupacional, medicina, fonoaudiologia, sociologia, antropologia, pedagogia, gastronomia, entre outros – exigiu o esforço permanente de alinhamento teórico e metodológico resultando em uma iniciativa interna ao grupo que consistia em momentos de planejamento e experimentação das vivências e dinâmicas entre os profissionais.

PERFIL DAS CURSISTAS

O Projeto Empodera Marajoara teve a duração de 12 (doze) meses. Durante 08 (oito) meses foram desenvolvidos cursos de formação profissional, com a carga horária de 20 horas cada. Contou com 504 mulheres cursistas nos quatro municípios, sendo a grande maioria do

público composto por mães (70%). Por outro lado, 77% são solteiras, enquanto 15% são casadas, 06% vivem em união estável, 01% viúvas e 01% divorciadas. Ou seja, a maioria das mulheres atendidas pelo projeto são mães solo que não possuem renda fixa, além dos programas sociais.

Em relação ao perfil racial dessas mulheres, 73% se autodeclararam pardas; 19% pretas; 07% brancas e 01% não soube responder. O dado é compatível com o percentual de pessoas pardas na Região Norte, 67,2% (IBGE, 2022). Ressalte-se que na região está a maior concentração de pessoas autodeclaradas pardas (definição oriunda do IBGE) em comparação às demais regiões brasileiras: Nordeste (59,6%); Centro-Oeste (52,4%); Sudeste (38,7%) e Sul (21,7%).

Ainda de acordo com o IBGE (2022), o número de pessoas autodeclaradas pretas cresceu nos últimos dez anos no País. De acordo com analistas, o crescimento é reflexo de políticas afirmativas que valorizam e dão oportunidades a esse público historicamente estigmatizado e violentado pelo bárbaro processo de colonização brasileira.

Outro elemento analisado foi o religioso, onde 53% se declararam católicas; 34% evangélicas; 01% de matriz africana; 01% outras religiões cristãs; 07% disseram não ter religião e 04% não responderam. Levantamento realizado pelo instituto francês Ipsos revela que o Brasil está entre os países que mais acreditam em Deus, empatado com África do Sul (89%), em um ranking de 26 países (BBC, 2023).

Elas também responderam sobre escolaridade. O perfil mostra que 09% possuem o ensino fundamental completo; 07% fundamental incompleto; 54% ensino médio completo; enquanto 12% possuem o médio incompleto; 10% concluíram o ensino superior e 08% não concluíram o superior. Sobre esse elemento, Silva, Lopes, Vale e Oliveira (2023, p. 291) pontuam:

O hiato de gênero na educação superior foi superado nas últimas décadas após investimentos femininos na educação como via de transformação social. Contudo, ainda se faz necessário o fomento de políticas públicas para a melhoria da qualidade da educação brasileira. Ressalte-se ainda que o maior ingresso de mulheres no ensino superior escamoteia a educação diferenciada e, a consequente sexualização das carreiras, não garantindo às mulheres profissões mais rentáveis e de maior prestígio social. Outrossim, as conquistas educacionais femininas não reverberam em outros setores da sociedade, uma vez que a igualdade conquistada na educação se reveste em novas formas de desigualdade, a exemplo do aumento da violência de gênero, do feminicídio crescente, tripla jornada de trabalho, ampliação da feminização da pobreza.

Nesse sentido, embora a maioria das mulheres brasileiras tenham conquistado o acesso à educação, há várias nuances da desigualdade de gênero que precisam ser evidenciados, problematizados e superados, sobretudo em uma região que apresenta baixo percentual (2,0%) de pessoas com 25 anos ou mais com ensino superior completo (FAPESPA, 2021).

Sobre a categoria trabalho, 68% informaram não possuir ocupação/trabalho, enquanto somente 32% estão inseridas no mercado de trabalho. O dado é compatível com a informação de que 68% não possui renda própria, outros 27% recebem até 01 salário mínimo (SM), 04% recebem entre 01 a 02 SM e 01% tem rendimento entre 02 a 05 SM. Entre as que alegaram possuir renda, nota-se que a maioria (53%) recebe benefícios de programas sociais, outros 37% são autônomas e 10% trabalham em empresas locais.

De acordo com Silva (2014), nas comunidades tradicionais da Amazônia prevalece a divisão sexual do trabalho, em que homens, mulheres, crianças, adolescentes, jovens e idosos têm atividades estabelecidas. Os homens desempenham atividades voltadas ao sustento da família, enquanto “as mulheres são aquelas que, no ambiente doméstico, se preocupam com os filhos, com a saúde, com a educação e com a reprodução da família” (Silva, 2014, p. 23).

Destaca-se, portanto, que a realidade amazônica não é homogênea, a mesma concepção ocorre ao investigar as mulheres marajoaras. Elas são diversas, são ribeirinhas, indígenas, quilombolas, pescadoras, cavaleiras. As relações sociais estabelecidas no interior da comunidade é que ditam as regras do comportamento de cada grupo social.

O estudo em voga anuncia uma possível redefinição do padrão homem/provedor versus mulher/reprodutora citado anteriormente, uma vez que muitas mulheres, solteiras ou não, estão em busca de qualificação profissional para ter rendimentos próprios que, certamente, serão revertidos em benefício seu e de sua prole, considerando o número expressivo de mães solo.

Outrossim, dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio Contínua (PnadC), realizada em 2022, mostram que do total de pessoas desempregadas no País, 55,5% eram mulheres. Em termos de rendimentos, as mulheres recebem, em média, 21% menos que os homens. Por outro lado, 50,8% dos lares no Brasil são chefiados por mulheres. São famílias com maior risco de vulnerabilidade social. Quando se faz um recorte por cor, as rendas das famílias negras e pardas, maioria na Região Norte, são as que recebem os menores rendimentos (DIEESE, 2023).

Assim, é mister afirmar que a participação da mulher negra e parda no mercado de trabalho é ainda mais desafiadora, dada a condição

aviltante em que foi inserida na sociedade brasileira após o processo de abolição da escravatura, constituindo a base da pirâmide social nos marcadores de raça, gênero e classe, conforme sinalizam estudiosas do campo (Carneiro, 2003, 2011; Ribeiro, 2017, 2018; Hooks, 2013, 2019; Davis, 2017).

Isso dito, a formação profissional para mulheres em situação de vulnerabilidade constitui um desafio e, ao mesmo tempo, uma possibilidade promissora de um futuro mais digno para as mulheres marajoaras, potencializando seu crescimento pessoal e social.

ANÁLISE DOS CURSOS PROFISSIONALIZANTES

Tão importante quanto a realização dos cursos profissionalizantes, promoção de oficinas, palestras e ações de saúde é, também, a avaliação do projeto pelas cursistas. Para isso, como dito anteriormente, foi utilizado um formulário Google Forms, dada a facilidade de aproximação e retorno das participantes. Foram elaboradas sete (7) questões objetivas e quatro (4) subjetivas.

Referente à avaliação dos cursos, as mulheres responderam: 83,9% excelente, 14,5% bom e 1,6% regular. Ou seja, somando os dois primeiros elementos, tem-se a quase totalidade das respostas com nível bastante satisfatório (98,4%). Em seguida, perguntou-se sobre o conteúdo dos cursos profissionalizantes: 72,1% consideraram excelente, 24,6% bom e 3,3% regular. Portanto, a partir da soma das duas primeiras respostas, esse quesito também apresenta um nível de excelência (96,7%).

Outro item analisado diz respeito à relação com a instrutora, onde 76,6% relataram ter sido excelente, 21,9% boa e 1,5% ruim. Aqui, apesar de aparecer uma pequena avaliação negativa (ruim), a maior parte das respostas revela um número expressivo de satisfação (98,5%). Cabe ressaltar que adotou-se como princípio a valorização das profissionais locais, por isso quase 100% das instrutoras são trabalhadoras marajoaras, permitindo o contato com a realidade local.

Continuando as questões, questionou-se sobre a interação com a turma: 60,7% afirmaram ter sido excelente, 34,4% boa e 4,9% regular. Ou seja, somando os dois primeiros, tem-se 95,1%.

O tempo de duração dos cursos também foi um elemento avaliado pelas cursistas: 46,8% consideraram bom, 37,1% excelente, 14,5% regular e 1,6% ruim. Observa-se, portanto, que, pela primeira vez, o “bom” supera o “excelente”, apontando para a necessidade de reavaliar

a carga horária dos cursos para acompanhar o nível de excelência dos demais quesitos. Inclusive, ao final do formulário, solicita-se a apresentação de sugestões ao projeto. E algumas das propostas apresentadas são: “maior durabilidade dos cursos”, “mais tempo de curso”, “que seja um tempo maior”, “que os cursos tivessem mais tempo de carga horária”.

Continuando a análise dos dados, sobre a organização dos cursos: 49,2% apontaram excelente, 44,3% bom, 4,9% regular e 1,6% ruim. Nota-se, neste elemento, a possibilidade de melhoria nos números aqui apresentados. Por fim, ao ser examinada a possibilidade de retorno financeiro dos cursos, 90,3% afirmaram que sim, enquanto 8,1% disseram talvez e 1,6% não vislumbram esse retorno. Este elemento, somado ao próximo (sugestões de cursos), mostra o nível de satisfação com os cursos desenvolvidos nos quatro municípios.

Entre as questões subjetivas, indagou-se a respeito de outros cursos que gostariam de ter acesso: estética aparece em primeiro lugar (unha em gel, esmaltaria, tranças, design de cílios, depilação, limpeza de pele); seguida de gastronomia (bolos artísticos, confeitaria, culinária); depois os cursos da área da saúde (enfermagem); educação (informática, empreendedorismo, administração, secretariado); artesanato marajoara e corte e costura. Assim, os dados apontam que os cursos profissionalizantes apresentados pelo projeto Empodera Marajoara são significativos para as mulheres marajoaras.

À GUIA DE CONCLUSÃO

A participação social, política e econômica tem se mostrado um instrumento desafiador para as mulheres, que por muitos séculos foram excluídas do sistema de saber e poder. A participação da mulher parda e negra é ainda mais desafiadora, dada a condição aviltante em que foi inserida na sociedade brasileira após o processo de abolição da escravidão, constituindo a base da pirâmide social dos marcadores de raça, gênero e classe, sendo afetada pelo racismo patriarcal heteronormativo, conforme dito anteriormente.

Desse modo, promover espaços de educação, saúde e cidadania para as mulheres marajoaras constitui uma possibilidade de empoderamento feminino, visando o combate ao machismo, à violência, ao silenciamento e à marginalização. Ao mesmo tempo, busca-se traçar caminhos que promovam a construção de diálogos, a reflexão e o pensamento crítico, sobretudo em contextos de governos conservadores e

neoliberais, como vivenciado no período de 2019 a 2022 no país (Barroso e Silva, 2021).

Para finalizar, é preciso expandir os projetos e análises sociais para que as mulheres marajoaras possam ter mais acesso a cursos profissionalizantes e, sobretudo, a uma educação crítica e reflexiva — instrumento capaz de fortalecer as práticas e incentivar organizações e movimentos sociais a planejarem estratégias de superação de toda forma de opressão e pobreza.

REFERÊNCIAS:

BARROSO, Ramon Roberto de Jesus & SILVA, Lana Claudia Macedo. GÊNERO E SEXUALIDADE NA ESCOLA: Entre discursos ultraconservadores e práticas de resistência. IN: Meninos Vestem Azul e Meninas Vestem Rosa? Construção de Identidades na Amazônia. SILVA, Lana Claudia Macedo & OLIVEIRA, Izabel Cristina Borges Corrêa (Org.) Belém - Imprensa Oficial do Estado, 2021.

BBC. Porque Brasil está no topo de ranking de países onde mais se acredita em Deus. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/articles/c29r21r69j8o>. Acesso em: 18/06/2023.

CARNEIRO, Sueli. Racismo, sexismo e desigualdades no Brasil. São Paulo: selo negro, 2011.

_____. Enegrecer o feminismo: situação da mulher negra na América latina a partir de uma perspectiva de gênero. In: ASHOKA EMPREENDIMENTOS SOCIAIS, TAKANO CIDADANIA (Org.) Racismo contemporâneo. Editora Takano. Rio de Janeiro, 2003.

DAVIS, Ângela. Mulheres, raça e classe. São Paulo: Boitempo, 2017.

DIEESE. Departamento Sindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos. As dificuldades das mulheres chefes de família no mercado de trabalho. Boletim Especial 8 de março Dia da Mulher Março - 2023.

FREIRE, Paulo. Pedagogia do oprimido. 50. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2011.

HOOKS, Bell. O feminismo é para todo mundo: políticas arrebatadoras. 8ª edição. Rosa dos tempos. Rio de Janeiro, 2019.

_____. Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2013.

GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ. Fundação Amazônia de Amparo a Estudos e Pesquisa-FAPESPA. Região de Integração do Marajó – Perfil Socioeconômico e Ambiental. 2021.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, CENSO 2022. Disponível em: <https://censo2022.ibge.gov.br/panorama/>. Acesso em 03/09/2024.

INSTITUTO Brasileiro de Geografia e Estatística. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio Contínua (PnadC), 2022.

MINISTÉRIO da Saúde. Instituto Nacional do Câncer (2022). No Brasil, excluídos os tumores de pele não melanoma, o câncer do colo do útero é o terceiro tipo de câncer mais incidente entre mulheres. Acesso em: 15/06/2023. Disponível em: <https://www.gov.br/inca/pt-br/assuntos/gestor-e-profissional-de-saude/controlado-cancer-do-colo-do-uterio/dados-e-numeros/incidencia>.

MINAYO, M. C. S. & SANCHES, O. Quantitativo-Qualitativo: Oposição ou Complementaridade? Cadernos de Saúde Pública, Rio de Janeiro, 9 (3): 239-262, jul/set, 1993.

RIBEIRO, Djamilia. O que é lugar de fala? Editora Letramento. Belo Horizonte, 2017.

_____. Quem tem medo do feminismo negro? São Paulo: Companhia das letras, 2018.

SILVA, Éder Dias da, *et al.* Representações Sociais de Mulheres Amazônicas sobre o Exame Papanicolau: implicações para a saúde da mulher. IN: Escola Anna Nery de Enfermagem, dez, 12 (4): 685-92, 2008.

SILVA, Lana Claudia Macedo da; LOPES, João Luiz da Silva; VALE, Camila Claíde Souza; OLIVEIRA, Ana da Conceição. Juventude, Gênero, Raça e Classe no Ensino Superior na Amazônia Paraense, Brasil. IN: Trabalho Docente e as Várias Nuances da Educação: ensino, pesquisa e extensão. SILVA, Thabata de Farias et all (Orgs.). Editora Schreibern, 2023.

SILVA, Thamirys Souza. Estudo da organização sociopolítica e cultural das mulheres ribeirinhas da comunidade de São Lázaro em Caapiranga/am. Manaus: UFAM, 2014. 83 p. (Série Texto Técnico-Científico, CNPq).

GÊNERO E RAÇA NOS CURSOS DE LICENCIATURA: UM ESTUDO DE CASO NA UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA (UNEB) CAMPUS I/SALVADOR

Regis Glauciane S. de Souza¹

GÊNERO E RAÇA EM PAUTA: NOTAS INTRODUTÓRIAS PARA A CONSTRUÇÃO DE UM DEBATE CONSTRUTIVO SOBRE A FORMAÇÃO DE EDUCADORAS/ES

Os processos formativos de professoras/es nos cursos de licenciatura nas universidades públicas brasileiras ainda demonstram fragilidades no que se refere às discussões de gênero e raça, visando ao exercício da prática docente na educação básica. Trata-se de uma percepção de quem transita pelos espaços de formação de professoras/es nas universidades e de quem também atua na jornada pedagógica diária na educação básica, identificando tal questão como uma problemática social situada, especialmente, na educação, permeando suas políticas, propostas pedagógicas curriculares e projetos institucionais.

Assim, este estudo centra-se na formação de professoras/es nos cursos de licenciatura da Universidade do Estado da Bahia (UNEB), Campus I/Salvador, que atuarão na educação básica, sendo este o objetivo geral, favorecendo o cumprimento das Leis 10.639/2003, 11.645/2008 e da III Diretriz do PNE (BRASIL, 2014a, p. 1). O estudo promove um debate necessário à produção de conhecimento com ênfase na perspectiva de gênero e raça – categorias de análise social para pensarmos políticas públicas que ampliem a compreensão sobre possíveis interseccionalidades na educação. Compreende-se, também, que se trata de uma temática fundamental para a construção de um diálogo curricular interdisciplinar nos cursos de licenciatura, envolvendo discussões que atravessam as áreas do conhecimento para um debate antissexista e antirracista na educação, à luz das pedagogias feministas perspectivistas e do feminismo negro, que somam forças para uma proposta pedagógica descolonizadora.

¹ Pedagoga, Mestra e Doutora em Estudos Interdisciplinares Sobre Mulheres, Gênero e Feminismos (PPGNEIM/UFBA). Integrante do Grupo de Estudos e Pesquisas – CIGE-NEIM/UFBA e pesquisadora do Grupo Geotecnologia, Educação e Contemporaneidade – GEOTEC/UNEB/BA. Professora da Rede Municipal de Ensino de Salvador.

De maneira específica, o estudo centra esforços para analisar as matrizes curriculares dos cursos de licenciatura do Departamento de Educação (DEDC) da UNEB, Campus I/Salvador, buscando identificar, especialmente, abordagens de gênero e raça, categorias correlatas e temas afins. E, mediante os achados da pesquisa, discutir possíveis articulações entre as propostas curriculares dos cursos e as políticas de promoção da igualdade racial e dos estudos de gênero no Brasil.

Com efeito, a pergunta central lança mão de saber se há ‘reconhecimento’ de gênero e raça nos cursos de licenciatura da UNEB, Campus I/Salvador. Ao mesmo tempo, o ‘reconhecimento’ constitui-se também na dimensão metodológica para a compreensão de gênero e raça na educação, fundamentada nos estudos sociais e políticos, na busca de um caminho possível para uma resposta às problematizações e discussões sobre a formação docente, a partir das análises das matrizes curriculares de cada curso em seus respectivos departamentos da universidade.

JUSTIFICATIVA

O nosso país é marcado tradicionalmente por uma cultura sexista e racista, fundada em matrizes de desigualdade e opressão patriarcal, escravagista e colonialista. Desse modo, ainda hoje, apesar dos avanços nos processos de desconstrução dessas estruturas hierárquicas, nossas instituições públicas e sociais continuam a conservar essas práticas estabelecidas na cultura que as fundou, sendo a instituição escolar uma das principais semeadoras das construções culturais, que, ao longo do tempo, vêm resistindo fortemente aos processos de desconstrução de elaborações políticas e ideológicas, pelas práticas que se retroalimentam.

Assim, falar de gênero e raça nos cursos de licenciatura que visam à formação de professoras/es é tocar em questões muito profundas das raízes de nossa formação cultural e política; é mexer na fundação das bases das nossas relações sociais, nas quais também se fundaram as instituições de ensino em nosso país. Isso implica pensar em projetos e transformação social, compreendendo que as/os profissionais da educação em formação poderão contribuir diretamente para as transformações de mentalidades que têm gerado práticas de violência nos diversos espaços sociais de convivência e, portanto, nas instituições de ensino também.

ABORDAGENS TEÓRICO-EPISTEMOLÓGICAS

O campo epistemológico que sustenta este estudo está ancorado em uma abordagem ‘Feminista Perspectivista’ e, como tal, insere-se na perspectiva teórico-epistemológica do ‘Standpoint Theory’, ou ‘Teoria do Ponto de Vista’, de Sandra Harding (1996). Esta teoria se opõe ao ideal de objetividade trazido das Ciências Naturais para as Ciências Humanas, ressaltando não apenas que o conhecimento é sempre situado, conforme Donna Haraway (1995), mas também que o conhecimento engajado não se opõe à busca da objetividade. Ao contrário, ao reconhecer a parcialidade de todo e qualquer conhecimento, o projeto feminista nas ciências, particularmente no que diz respeito às epistemologias feministas perspectivistas, volta-se para a construção de uma “objetividade forte”, justamente por se reconhecer situado e, assim, “parcial” (Sandra Harding, 1996). Essas epistemologias asseveram, também, a relevância da “emoção” e, portanto, da presença da subjetividade na produção de conhecimento (Alisson Jaggar e Susan Bordo, 1997). São novas formas de conceber a produção teórica por meio de um projeto feminista de ciência alternativa que se pretende potencialmente emancipador (Cecília Maria B. Sardenberg, 2002).

De acordo com Guacira L. Louro (1992), o termo ‘gênero’, como uma categoria analítica e como identificador de uma determinada área de estudos no Brasil, torna-se mais perceptível na década de 1990, quando já se pode falar em gênero e educação no país, sobretudo com a obra de Joan Scott (1995) – Gênero: uma categoria útil de análise histórica, uma importante referência para este estudo.

Para Maria L. Heilborn e Bila Sorj (1999), em termos cognitivos, isso representou uma mudança, favorecendo a rejeição do determinismo biológico implícito no uso dos termos sexo ou diferença sexual, enfatizando os aspectos relacionais e culturais da construção do feminino e do masculino. Para Joan Scott (1995), gênero é uma construção social e histórica de homens e mulheres que se dá em muitas instâncias sociais. É a maneira primordial de significar as relações de poder, um elemento constitutivo e constituinte das relações sociais.

E aqui está um caminho conceitual aberto para a compreensão sobre a configuração de gênero enquanto categoria analítica, subjetiva e constitutiva de identidade, da mesma forma que raça, ambas as categorias “se referem a constructos culturais e simbólicos que têm lugar nas identidades subjetivas” (Regis Glauciane Souza, 2021, p. 96). A discussão segue com as contribuições de Rita Segato (2005), que, ao buscar

apresentar uma definição para o conceito de raça, procura situá-lo no contexto histórico, evidenciando memórias localizadas que marcam as identidades das/os afrodescendentes.

[...] ‘Raça’ é sobretudo um signo que remonta a uma experiência histórica dos povos africanos e, como signo, permite um enquadramento dos indivíduos descendentes destes povos em um campo de expectativas e possibilidades. Numa sociedade destas características, ser negro significa exibir os traços que lembram e remetem à derrota histórica dos povos africanos perante os exércitos coloniais e sua posterior escravização. (Rita Segato, 2005, p. 4).

O conceito de raça, a partir desse apontamento, além de envolver dimensões subjetivas identitárias de cunho individual e coletivo, por ser um conceito localizado (Rita Segato, 2005), possui uma dimensão política que demarca lugares sociais de sujeitos posicionados e concretos, fronteiras representativas e relacionais. Ademais, para Alceu Ravello Ferraro (2009, p. 3), a questão conceitual para o termo raça é complexa, pois envolve, além de cor e etnia, “valores e significados”. Segundo o autor, no Brasil, ultimamente, “o termo é utilizado com força, especialmente em consequência do despertar da consciência negra, da luta contra o racismo e da emergência das políticas afirmativas relacionadas com a questão racial”.

Em vista disso, como podemos pensar e analisar categorias sociais como gênero e raça a partir da aplicabilidade nos processos de (re) educação social, cultural e política, tendo a educação como ferramenta de transformação? Em conformidade com Cláudia Pons Cardoso e Zuleide Paiva da Silva (2011, p. 56), as Leis 10.639/2003 e 11.645/2008, que tornam obrigatório o ensino da ‘História e Cultura Africana e Afro-brasileira no Currículo Escolar’ com ênfase nas disciplinas de História, Arte e Literatura e objetivando a educação para as relações étnico-raciais, foram sancionadas no contexto contestatório da luta antirracista do Movimento Negro brasileiro e da “luta das mulheres e dos homens negras(os) no Brasil, na sua participação na formação da sociedade nacional, valorizando aspectos sociais, culturais, econômicos e políticos pertinentes à História do Brasil”. As autoras explicam que, neste aspecto, “avancamos, do ponto de vista da mobilização política do povo negro quando também chefes e representantes do Estado escutam a voz das manifestações e, com ela, traçam uma atuação política.”

Todavia, estas pautas de enfrentamento ao racismo precisam ser agregadas também às demandas formativas educacionais, buscando dar

conta do necessário letramento racial e de gênero, de modo a se pensar numa proposta de (re)educação social (Nilma Lino Gomes, 2012) com projetos institucionais apoiados pelas políticas de Estado, à frente de uma nova realidade política, cultural e social brasileira. Com efeito, transformar mentalidades é importante, sendo necessária uma formação pedagógica para as diferenças, pois, no que concerne à educação, muitas percepções ainda resguardam completo desprezo e marginalização ao povo negro periférico, sobretudo.

Nesse caminhar necessário de reconstrução social e cultural pela educação, a epistemologia feminista perspectivista tem profunda conexão com gênero e raça, pois norteia ‘o ponto de vista’ (Sandra Harding, 2006) da ‘pedagogia feminista perspectivista’ – aquela que tem como proposta assegurar, por meio de uma formação cidadã, humanística, científica, artística, cultural e tecnológica, a educação libertária, capaz de garantir a valorização da diversidade humana, considerando a pluralidade religiosa, racial, étnica, de gênero e sexualidade, territorialidades, entre outras existentes, para o ‘reconhecimento’ de identidades em seus aspectos intersubjetivos, culturais, históricos, econômicos e políticos, bem como a busca pela reparação de desigualdades e injustiças. Contestando opressões e nos colocando à disposição da busca por justiça social (Nancy Fraser, 2007a), pelos direitos de ser quem somos e de existir da forma como somos (Lélia Gonzalez, 2020), sob a ótica interseccional (Patrícia Hill Collins, 2021; Carla Akotirene, 2019), para pensarmos as várias formas de desigualdades que nos moldam mutuamente e que constituem a sociedade.

Desse modo, o ‘reconhecimento’ de identidades subjetivas, culturais e simbólicas é necessário como uma dimensão política para análises de gênero, raça e suas interseccionalidades na educação. Na visão de Nancy Fraser (2007a), o caminho de reparação das injustiças e subordinação implica investigar a valorização cultural por padrões institucionalizados que devem ser examinados em função de seus efeitos sobre a posição relativa dos atores sociais. Segundo a autora, esses padrões constituem alguns atores como inferiores, excluindo completamente “os outros” ou, simplesmente, tornando-os invisíveis, ou seja, como menos do que parceiros integrais na integração social.

Consoante a isso, o conceito de educação neste estudo tem como base as formulações de bell hooks (2020; 2013) e de Paulo Freire (1987), centrado nas concepções de ato político e prática de liberdade. Para bell hooks (2020), uma educação crítica e libertadora tem como grande objetivo contribuir com a transformação da realidade social in-

justa, que se materializa em um contexto histórico fortemente marcado por opressões de raça, gênero, classe e sexualidade. Refere-se a um modo de ensinar de forma que qualquer pessoa possa aprender. Segundo Paulo Freire (1987), a educação é ideológica, mas, como é dialogante, há possibilidades de se estabelecer uma comunicação entre aqueles e aquelas que a constroem. Nesse sentido, apresento a ‘Pedagogia Feminista Perspectivista’, que oferece em sua proposta um conceito amplo de educação libertadora e descolonizadora.

CAMINHOS METODOLÓGICOS

A pesquisa foi desenvolvida a partir dos procedimentos do ‘estudo de caso’, considerando a UNEB, Campus I/Salvador, como uma “referência representativa, em um conjunto de casos análogos” (Antônio Joaquim Severino, 2007, p. 121), por ser significativa na realidade das universidades públicas brasileiras e por fazer parte desse universo, embora esta investigação se concentre em suas especificidades.

Foi norteada por estudos bibliográficos e documentais – valendo-me de estudos teóricos anteriores e do acesso às matrizes curriculares dos cursos de licenciatura. No tocante à tabulação dos dados, as análises se concentrarão nas categorias analíticas de gênero e raça, categorias correlatas e temas afins. Adotei a abordagem quantiquantitativa, por entender que o problema de pesquisa elaborado requer o conhecimento e a aplicação de ambos. Ademais, a pesquisa com métodos mistos é favorável, pois engloba a associação entre procedimentos de coleta, análise e combinação de técnicas quantitativas e qualitativas, de acordo com Antonio Carlos Gil (2002, p. 17)

A pesquisa é desenvolvida mediante o concurso dos conhecimentos disponíveis e a utilização cuidadosa de métodos, técnicas e outros procedimentos científicos. Na realidade, a pesquisa desenvolve-se ao longo de um processo que envolve inúmeras fases, desde a adequada formulação do problema até a satisfatória apresentação dos resultados.

Assim, busquei caminhar de forma sistemática a fim de que os objetivos traçados fossem alcançados e de modo que fosse possível responder à pergunta de pesquisa, discutindo o problema social identificado.

A UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA (UNEB)

A Universidade do Estado da Bahia (UNEB) é uma Instituição de Ensino Superior (IES) no rol de tantas outras existentes no Brasil, na região Nordeste e no estado da Bahia. Refere-se à maior instituição pública de ensino superior da Bahia, fundada em 1983 e mantida pelo governo estadual por intermédio da Secretaria da Educação (SEC). Está presente geograficamente em todas as regiões baianas, estruturada no sistema multicampi. Sua população soma mais de trinta mil (30.000) pessoas, entre estudantes e servidores docentes e técnicos, que mobilizam o potencial inovador do povo baiano por meio da pesquisa, do ensino e da extensão². Tem como missão a produção, difusão, socialização e aplicação do conhecimento nas diversas áreas do saber, sempre visando à formação integral do cidadão e ao desenvolvimento das potencialidades econômicas, tecnológicas, sociais, culturais, artísticas e literárias da comunidade baiana.

Do geral para o específico, na UNEB – Campus I/Salvador, estão localizados os Departamentos: de Educação (DEDC), de Ciências Humanas (DCH); de Ciências Exatas e da Terra – (DCET) e o Departamento de Ciências da Vida (DCV). No que compete a este estudo, neste momento, centrei olhar para o DEDC.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Para adentrar nos resultados e discussões que esta pesquisa oferece, apresento de forma sublinhada as disciplinas/créditos que contemplam as discussões de gênero e raça em suas propostas, analisando a partir da sua identificação nominal, dos seus “títulos”, sem contemplar, nesse momento, a verificação de suas ementas. As categorias correlatas (sexualidade e outras...) ou temas afins (educação e diversidade, estudos culturais, educação inclusiva, direitos humanos e educação, e outros...) permeadas nos títulos das disciplinas serão submetidos a este mapeamento também, por considerar que discussões de gênero e raça podem estar presentes nessas abordagens. Assim, os dados estão sistematizados em tabelas a seguir:

² <https://portal.uneb.br/>. Acesso em 17 de agosto de 2024

Tabela 01: Departamento de Educação (DEDC)

Departamento de Educação (DEDC)			
Cursos de Licenciaturas	Pedagogia (Diurno e Noturno)	Filosofia	Ciências Sociais
Total de Créditos de Cada Curso	56	48	94
Matriz Curricular Com Abordagens de Gênero, Raça, Categorias Correlatas e Temas Afins	1.História e Cultura Afro-brasileira	1. Direitos Humanos e Educação (LF023)	1.Educação e diversidade (CS0018)
	2. Educação Especial e Inclusiva	2. Relações Étnico-Raciais (FLF030)	2.História e Cultura Afro Brasileira (CS0019)
	3. Educação em Direitos Humanos	3. Estudos Feministas	3.Educação e Inclusão (CS0022)
	4. Educação e Gênero	-	4.Educação e Direitos Humanos (CS0023)
	5. Educação para as Relações Étnico Raciais	-	5.Educação, Gênero e Sexualidade (CS0031)
	-	-	6. Antropologia Afro Americana (CS0043)
	-	-	7. Sociologia dos Direitos Humanos (CS0093)
	-	-	8. Relações Étnico Raciais (CS0094)
	TOTAL: 05	TOTAL: 03	TOTAL: 08
Total Geral de Disciplinas/Créditos Ofertados nos Cursos			198
Total Geral de Disciplinas/Créditos Ofertados nos Curso Com Abordagens de Gênero, Raça e Categorias Correlatas e Temas Afins			16

Fonte: Elaboração própria.

Perante os dados dispostos, farei as leituras por cursos; inicialmente, depois, de forma conectada. Nesta perspectiva, o Departamento de Educação (DEDC) possui três cursos de licenciatura: Pedagogia, Filosofia e Ciências Sociais. Olhando separadamente, no curso de Pedagogia, de um total de cinquenta e seis (56) disciplinas/créditos, duas (2) referem-se às abordagens temáticas de história e cultura afro-brasileira e educação para as relações étnico-raciais; uma (1), com abordagem de educação e gênero; e duas (2) voltadas para temas afins: educação em direitos humanos e educação especial e inclusão.

No curso de Filosofia, das 48 (quarenta e oito) disciplinas/créditos, uma (1) apresenta abordagem referente às discussões étnico-raciais, outra (1) refere-se a conteúdos que envolvem direitos humanos e educação – temas afins; e ainda uma (1) referente a estudos feministas. Já no curso de Ciências Sociais, das noventa e quatro (94) disciplinas/créditos, três (3) fazem referência às abordagens da história e cultura afro-brasileira, estudos das relações étnico-raciais e da antropologia afro-americana; outra (1) refere-se à abordagem de educação, gênero e sexualidade; e três (3) estão voltadas para as discussões que envolvem temas afins: educação e diversidade, educação e direitos humanos, sociologia dos direitos humanos e educação inclusiva.

Desta forma, no que concerne ao DEDC, no olhar geral, os três cursos ofertam cento e noventa e oito (198) disciplinas/créditos e, deste total, dezesseis (16) abordam as discussões de gênero e raça, categorias correlatas e temas afins. De forma detalhada, dentre os cursos em análise, o de Ciências Sociais, notadamente, é o que oferece uma quantidade maior de disciplinas/créditos em sua matriz curricular e, na sequência, o curso de Pedagogia e o de Filosofia. Sendo que, no que tange às categorias gênero e raça, os três cursos ofertam disciplinas/créditos abordando as discussões étnico-raciais de forma mais preponderante – seis (6), duas (2) abordando educação, gênero e sexualidade, em dois cursos – Pedagogia e Ciências Sociais; e oito (8) disciplinas/créditos que transitam entre temas afins, nos três cursos, conforme os achados da pesquisa.

Diante do exposto, centrarei esforços para responder à pergunta que moveu e que transversalizou este estudo: existem ‘reconhecimento’ de gênero e raça nos cursos de licenciatura da UNEB – Campus I/ Salvador? De acordo com Nancy Fraser (2007a; 2007b), quando nos deparamos com a falta de reconhecimento intersubjetivo alocado no capital cultural simbólico, a justiça social não acontece. É sobre esta perspectiva de justiça (paritária, democrática) que me debrucei para pensar

gênero e raça nos cursos de licenciatura, que se insere no campo de disputas políticas. Uma vez que a formatação e implementação de cursos, suas disciplinas e ementas são processos norteados por escolhas, por decisões políticas numa arena de interesses colocados em foco. Por conseguinte, pensar a justiça de gênero e raça nos cursos de licenciatura – de formação de educadoras/es a partir desta perspectiva, é pensar qual o projeto de sociedade que está posto, que formação se deseja oferecer, quais abordagens curriculares estão atravessadas nestes cursos, e quais referenciais sociais, culturais, políticos e filosóficos estão permeando as percepções e memórias de estudantes em processo de formação.

Perante o que dizem os dados desta pesquisa, no que concerne à categoria ‘raça’, o DEDC na UNEB – Campus I/Salvador tem caminhado em direção ao reconhecimento racial, ofertando disciplinas/créditos que possibilitam o desenvolvimento de estudos na universidade, que possam qualificar as formações nos cursos de licenciatura para esta temática. O que nos permite compreender também que segue passos no cumprimento das Leis 10.639/2003 (BRASIL, 2003) e 11.645/2008 (BRASIL, 2008).

Ressalto que o conteúdo das referidas Leis, se combinado com os pressupostos das Pedagogias Feministas Perspectivistas – uma proposta filosófica e epistemológica para os currículos – terá melhores resultados, pois estas têm se apresentado como campo de formação e possibilidades “para as(os) educadoras(es) aprofundarem o debate sobre relações étnico-raciais, visando ao desenvolvimento de ações de combate ao racismo presente na sociedade, bem como para refletirem sobre essas relações quando marcadas por gênero” (Cláudia Pons Cardoso e Zuleide Paiva da Silva, 2011, p. 64).

Em relação à categoria ‘gênero’, no conjunto de três (3) cursos de licenciatura, as discussões de gênero e categorias correlatas aparecem, especificamente, nas disciplinas/créditos de “Educação e Gênero”, “Estudos Feministas” e “Educação, Gênero e Sexualidade (CS0031)”. Podem aparecer também de forma difusa nas abordagens que abarcam a temática da “diversidade, dos direitos humanos, estudos culturais e educação inclusiva”.

Em vista disso, espera-se que os cursos de licenciatura nas universidades fomentem debates nesse sentido, que fortaleçam tais discussões em seus espaços formativos, pois...

[...] O trato da diversidade não pode ficar a critério da boa vontade ou da intuição de cada um. Ele deve ser uma competência político-pedagógica a ser adquirida pelos profissionais da educação nos

seus processos formadores, influenciando de maneira positiva a relação desses sujeitos com os outros tanto na escola quanto na vida cotidiana Nilma Lino Gomes e Petronilha Beatriz Gonçalves Silva (2002, p. 29-30).

Vale ainda dizer que os estudos de gênero e raça têm extrapolado as diversas áreas do conhecimento, se constituindo em temáticas multidisciplinares, interdisciplinares e transdisciplinares em muitos espaços de produção do conhecimento. Assim, há uma necessidade notória de que esse diálogo apareça mais e que seja transversalizado entre os cursos e as disciplinas/créditos, para somar forças de forma interinstitucional também, com os estudos científicos e acadêmicos que pensam a equidade de gênero e raça no Brasil.

CONCLUSÃO

Este estudo foi desenvolvido problematizando o sexismo e o racismo na sociedade brasileira de forma ampla e em uma universidade pública, especificamente por compreender que este lugar de produção de conhecimento deve se comprometer com tais discussões, pois têm relevância nesses espaços educacionais e na conjuntura social, nos oportunizando refletir, identificar e reconhecer as práticas socioculturais que atravessam os discursos raciais e de gênero nesse território político e na sociedade como um todo. Cabendo a este garantir uma política formativa de valor igualitário para uma comunidade estudantil que é plural e diversa, que busca formação em diversas áreas do conhecimento, atendendo muitas das expectativas, especialmente da população soteropolitana, da Bahia e do Nordeste brasileiro.

As universidades precisam formar professoras e professores que possam se sentir seguras/os para as abordagens de temas relativos a sexualidade, gênero, raça/etnia, religiosidade e tantos outros marcadores sociais. Cabe às instituições de ensino superior se ocuparem com as demandas sociais, com projetos educacionais, envolvendo-se e mantendo-se ativas na desconstrução de ideologias machistas, sexistas e racistas, investindo na educação que lhes compete – a formativa, técnica e profissional – para que possamos mudar mentalidades humanas.

REFERÊNCIAS

AKOTIRENE, Carla. Interseccionalidade. *In*: RIBEIRO, Djamila; CARNEIRO, Sueli (Coord.). **Feminismos plurais**. São Paulo: Pólen, 2019.

CARDOSO, Cláudia Pons; SILVA, Zuleide Paiva da. Pedagogias Feministas no Combate ao racismo e às desigualdades de gênero: uma abordagem perspectivista. In: COSTA, Ana Alice et al. **Gênero e diversidades na Gestão Educacional**. Salvador: UFBA-NEIM, 2011.

COLLINS, Patricia Hill. Se perdeu na tradução? Feminismo negro, interseccionalidade e política emancipatória. **Parágrafo**, v. 5, n. 1, jan./jun. 2017. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/5509704/mod_resource/content/0/559-1734-1-PB.pdf. Acesso em: 10 ago. 2021.

FERRARO, Alceu Ravello. Gênero, raça e escolarização na Bahia e no Rio de Janeiro. **Cadernos de Pesquisa**, v. 39, n. 138, p. 813-835, set./dez. 2009.

FRASER, Nancy. Reconhecimento sem ética? **Lua Nova**, São Paulo, n. 70, p. 101-138, 2007a. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ln/n70/a06n70.pdf>>. Acesso em: set. 2010.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4 ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GOMES, Nilma Lino. Alguns termos e conceitos presentes no debate sobre relações raciais no Brasil, uma breve discussão. [Acçãoeducativa.org.br](http://www.org.br), 2012.

GOMES, Nilma Lino; SILVA, Petronilha Beatriz Gonçalves. (Orgs.). **Experiências Étnico-Culturais Para a Formação de Professores**. Belo Horizonte: Autêntica, 2002. p. 51-69

GONZALEZ, Lélia. **Por um Feminismo Afro-latino-americano: ensaios, intervenções e diálogos**. Organização Flavia Rios, Márcia Lima. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

HARAWAY, Donna. Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. **CadernosPagu**, São Paulo, n. 5, p. 7-42, 1995.

HARDING, Sandra. Rethinking Standpoint Epistemology: what is strong objectivity? In: KELLER, Evelyn Fox; LONGINO, Helen E. (Ed.). **Feminism & Science**. Oxford: Oxford University Press, 1996. p. 235-248.

HEILBORN, Maria Luiza; SORJ, Bila. Estudos de gênero no Brasil. In: MICELI, Sérgio (Org.). **O Que Ler na Ciência Social Brasileira (1997-1995)**. São Paulo: Sumaré, 1999. p. 183-221. hooks, bell. **Ensiando a transgredir: a educação como a prática da liberdade**. São Paulo: Martins Fontes, 2013.

JAGGAR, Alison M.; BORDO, Susan. **Gênero, corpo e conhecimento**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1997.

LOURO, Guacira Lopes. Uma leitura da história da educação sob a perspectiva do gênero. **Teoria & Educação**, Porto Alegre, Pannonica, n. 6, p. 53-67, 1992.

SARDENBERG, Cecília Maria Bacellar. Da crítica feminista à ciência: uma ciência feminista? In: COSTA, Ana Alice Alcântara; SARDENBERG, Cecília Maria Bacellar (Org.). **Feminismo, ciência e tecnologia**. Salvador: EDUFBA; NEIM, 2002. p. 89-120. Disponível em: <<http://www.neim.ufba.br/site/arquivos/file/feminismociencia.pdf>>. Acesso em: 14 mar. 2014.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do Trabalho Científico**. São Paulo: Cortez, 2007.

SCOTT, J. W. “Gênero: Uma Categoria Útil para a Análise Histórica. **Realidade & educação**, Porto Alegre, v. 20, n. 02, p. 71-99, jul./dez. 1995

SEGATO, Rita L. Raça e signo. In: **Seminário Internacional Inclusão Social e as Perspectivas Pós-estruturalistas de Análise Social**. Universidade Federal de Pernambuco, Recife, jun. 2005.

SOUZA, Regis G. S. de. **Gênero e Raça na Política Educacional Soteropolitana: um exercício de justiça social?** Tese (Estudos Interdisciplinares Sobre Mulheres, Gênero e Feminismos) – PPG-NEIM, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, UFBA, Salvador, 2014.

Referências Institucionais

BRASIL. **Lei nº 10.639/2003**, de 9 de janeiro de 2003. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Brasília, DOU, 10 jan. 2003. Disponível em: www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/2003/L10.639.htm

BRASIL. **Lei nº 11.645/08**, de 10 de março de 2008. Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei no 10.639, de

9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”. Brasília, DOU, 11 mar. 2008. Disponível em: www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11645.htm

BRASIL. **Lei nº 13.005**, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências. Brasília, DOU, 1 dez. 2014a. Disponível em: <http://pne.mec.gov.br/>. Acesso em: 28 set. 2015.

Sites Consultados

<https://portal.uneb.br/a-uneb/>

ABORDAGEM INTERSECCIONAL GÊNERO E SEXUALIDADE: UMA ANÁLISE DE NARRATIVAS DE GRADUANDOS EM PEDAGOGIA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO ACRE, CAMPUS RIO BRANCO

Bárbara do Vale Martins¹
Murilena Pinheiro de Almeida²
Adriana Ramos dos Santos³

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

As multiplicidades e complexidades de gênero e sexualidade delineiam-se nas raízes das estruturas de poder. Isto é, compõem sistemas de uma sociedade que exercem influências significativas sobre os sujeitos, afetando não apenas a forma como esses sujeitos se percebem e se expressam no mundo, mas também como são vistos e, portanto, tratados no campo social e cultural (Maia, 2014; Butler, 2018). Essas relações de poder, para Foucault (1979), se desenham partindo da premissa de que quem detém o poder na sociedade consegue ditar o que é o saber, logo estabelecer a verdade. Foucault também esclarece que, do termo poder, nasce outro conceito chamado biopoder, ou seja, o poder exercido sobre os corpos humanos, sobre a sexualidade e as relações sociais.

Posto isso, discutir gênero e sexualidade em uma abordagem interseccional torna-se essencial para a promoção de uma sociedade plural e respeitosa. No ambiente acadêmico, tampouco é diferente. Nesse sentido, o trabalho objetiva analisar os impactos da abordagem interseccional de gênero e sexualidade no processo formativo de graduandos do 5º período de Pedagogia da Universidade Federal do Acre – UFAC, campus Rio Branco. Este estudo constitui-se em uma pesquisa qualitativa, exploratória, da qual participaram voluntariamente 35 estudantes do curso de Pedagogia da UFAC.

1 Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE) da Universidade Federal do Acre – Campus Rio Branco.

2 Professora Doutora na Universidade Federal do Acre – Rio Branco – Acre.

3 Professora Doutora na Universidade Federal do Acre – Rio Branco – Acre.

O corpus desta etapa da pesquisa⁴ compõe-se de 35 cartas, cuja escrita foi solicitada para o processo de avaliação dos estudantes ao fim da execução do componente curricular Ensino de Ciências, no curso de Pedagogia em 2024. A análise desse material resultou na construção a posteriori das categorias “Gênero, Corpo e Sexualidade” e “A importância da disciplina Ensino de Ciências para a Formação Inicial”.

Partindo deste prisma, apesar do viés crítico, que questiona as desigualdades na condição humana, sobretudo de classe social, abordado na formação desse professor para essa etapa da escolarização, as discussões e estudos que envolvem gênero, sexualidade e raça/etnias, simultaneamente, ainda são tímidos e enredados em uma teia de tensões, o que motiva a investigação desta temática no curso.

O trabalho está organizado da seguinte forma: na primeira seção, apresentam-se breves concepções de gênero e sexualidade em uma abordagem interseccional. Em seguida, passa-se para a seção de análise e discussão dos dados decorrentes da interpretação das fontes – cartas narrativas –, e, por fim, são apresentadas as considerações finais.

METODOLOGIA

Este estudo constitui-se em uma pesquisa de natureza qualitativa, exploratória, que utilizou a análise de conteúdo de Bardin (2011) para a interpretação do corpus da pesquisa, composto por 35 cartas⁵ narrativas, escritas ao término da disciplina Ensino de Ciências por 35 estudantes do 5º período do curso de Licenciatura em Pedagogia da UFAC, sendo 33 mulheres e 2 homens. No período de realização dessa disciplina, também foi realizado o Estágio Docência de uma mestrandia do Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE – UFAC), na linha de pesquisa formação de professores: educação e linguagens.

Os estudantes foram solicitados a se expressar em cartas sobre suas experiências no processo de apropriação dos conteúdos de ensino referentes ao componente curricular Ensino de Ciências. Na análise preliminar desses escritos, foram elaboradas categorias a posteriori, emergentes de uma leitura flutuante que “consiste em estabelecer contato com os documentos a analisar e em conhecer o texto deixando-se invadir por impressões e orientações” (Bardin, 2011, p. 126). Nessa

4 Nesse trabalho são apresentados resultados preliminares da pesquisa Educação sexual: um olhar para as concepções de professores em formação inicial e nas práticas pedagógicas nos anos iniciais do Ensino Fundamental em Rio Branco – Acre, desenvolvida no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Educação da UFAC.

5 Para preservar a identidade dos acadêmicos, no texto serão identificados por A1, A2, A6, A10, A20 e A29. Todos assinaram o Termo de Consentimento Livre Esclarecido – TCLE.

operação, verificou-se a reiteração dos conteúdos escritos, identificados com características em comum, agrupados por conter traços e atributos semelhantes (Bardin, 2011), os quais resultaram nas duas categorias: “Gênero, Corpo e Sexualidade” e “A importância da disciplina Ensino de Ciências para a Formação Inicial.”

GÊNERO E SEXUALIDADE: UMA ABORDAGEM INTERSECCIONAL

Para adentrar nos aspectos relacionados ao gênero e à sexualidade, demanda-se, inclusive, compreender outras perspectivas, como as epistemologias do corpo humano, sobretudo seus modos de construção históricos e culturais. Almeida (2016, p. 61) destaca que:

A história do corpo transcende a narrativa da produção da anatomia e fisiologia, da sucessão dos saberes e teorias e seus propósitos de elucidar os mecanismos de funcionamento e vulnerabilidade às doenças e agressões do ambiente e aos mistérios do corpo.

Isto é, a história do corpo humano vai além da descrição científica de aspectos estritamente ligados à Biologia, como anatomia, fisiologia e a evolução médica sobre o funcionamento do corpo humano, suas doenças e agressões do ambiente. A autora sugere que a compreensão do corpo humano não se resume à luz científica que elucidada seu funcionamento, mas envolve também, e não menos importante, dimensões como significados culturais e históricos que são incumbidos ao longo do tempo. Essa perspectiva direciona-se ao fato de que o corpo é um objeto multifacetado, cuja história envolve interpretações políticas, sociais e simbólicas que vão além das interpretações biológicas. Nesse sentido, diferentes sociedades atribuem diferentes significados ao corpo humano, bem como ao gênero, à sexualidade, ao poder e à identidade.

Esses entendimentos são, por sua vez, importantes para que os conceitos de gênero e sexualidade atribuídos por uma perspectiva biológica não sejam desconsiderados, mas, sobretudo, que não sejam impostos como os únicos adequados e normativos na sociedade. Gênero e sexo, e suas intrínsecas relações, sugerem que o que é entendido sobre o sexo biológico não é neutro ou tão somente científico, mas se engendra em reivindicações sobre gênero. Laqueur (2001) reconhece a existência do sexo biológico e do dimorfismo sexual, isto é, as diferenças físicas presentes nos gêneros feminino e masculino, pois resultam de processos evolutivos. No entanto, destaca que essas interpretações concedidas ao sexo estão sempre inseridas em uma disputa histórica e social no que diz respeito ao gênero e ao poder.

Nesse sentido, Laqueur (2001, p. 23) afirma que “o sexo, tanto no mundo de sexo único como no de dois sexos, é situacional; é explicável apenas dentro do contexto da luta sobre gênero e poder.” Ou seja, a interpretação de sexo se diversifica conforme o contexto histórico e social. Logo, entendemos que sexo não é apenas uma questão biológica, mas algo que está intrinsecamente ligado às construções de gênero e às relações de poder nos meios sociais. Partindo dos pressupostos expostos pelo autor, o sexo depende diretamente do gênero, e não o contrário. Thomas Laqueur, em uma de suas obras, e baseado nos argumentos de Catharine Mack, aponta que (2001, p. 24):

Thomas Laqueur em uma de suas obras e baseada nos argumentos de Catharine Mack aponta que (2001, p. 24):

[...] gênero é a divisão de homens e mulheres causada ‘pelas exigências sociais de heterossexualidade, que institucionalizam a dominação sexual masculina e a submissão sexual feminina’; o sexo – que vem a ser a mesma coisa – são relações sociais ‘organizadas para que o homem possa dominar e a mulher submeter-se’.

Essa concepção de gênero e sexo, a partir de uma perspectiva crítica e feminista, indica que ambas as categorias são produções sociais, mas que reforçam e mantêm relações de poder, especialmente quando inseridas no contexto da cisheteronormatividade.⁶ O gênero, como uma construção social, apresenta-se como a divisão entre homens e mulheres, que não é biológica, mas imposta por normas heterossexuais na tentativa de naturalizar, exigir e normatizar essa visão. Essas exigências dizem respeito ao modo como as sociedades moldam as identidades de gênero, tendo como base as expectativas binárias, que também se encaminham para a construção de uma sociedade preconceituosa e homofóbica.

Ao impor os papéis de gênero, a sociedade legítima e naturaliza a dinâmica de poder em que os homens dominam e as mulheres são subalternizadas. Isso significa que a forma como o gênero é construído socialmente serve para manter a desigualdade e a opressão de gênero, que também é uma relação de poder. Biroli, Machado e Viggione (2020, p. 17-18) ressaltam que a ideia de gênero demorou para ser amplamente aceita em documentos internacionais e, especialmente, em discussões parlamentares, campanhas eleitorais e manifestações na América Latina.

⁶ Termo utilizado para se referir às normas impostas pela sociedade de identidade Cisgênero, isto é, pessoas que concordam com o gênero de nascimento; a orientação sexual heterossexual, sendo a orientação de pessoas que se atraem pelo gênero oposto, e, normatividade, usado para normatizar lógicas binárias, descartando toda e qualquer tipo de possibilidades.

Por sua vez, a produção epistemológica feminista possui tanto dimensões políticas quanto acadêmicas. Isso significa que o feminismo não se limita ao movimento de ativismo social, mas desenvolve reflexões que se entrelaçam ao campo acadêmico, constituindo uma teoria consolidada. Desse modo, além de documentar e expor, a teoria feminista questiona os fundamentos das desigualdades de forma a desafiar as normas patriarcais e heteronormativas, que, por sua vez, predominam e sustentam as relações de poder.

Quando o gênero e a sexualidade são pautas de discussões no meio acadêmico, “iniciativas conservadoras tendem a aparecer quando segmentos sociais minoritários que desafiam a ordem estabelecida se fortalecem ao ponto de ameaçar os fundamentos de ideias e matérias das instituições” (Biroli, Machado e Vaggione, 2020, p. 25). Essas iniciativas conservadoras crescem e prosperam em um movimento reativo ao fato de pessoas historicamente minorizadas adquirirem força e desafiar as normas e valores tradicionais. Logo, questionam as estruturas de poder e as ideias dominantes fundantes das instituições.

Os pressupostos da teoria *Queer*⁷, preconizados por Judith Butler (2003), questionam, rompem com essas ideias e concepções de mundo conservadoras, neoconservadoras e dominantes. O termo *Queer*, anteriormente fora usado como expressões pejorativas para insultar as pessoas que não se adequavam aos padrões cisheteronormativos. Desse modo, “*queer*, efetua a investigação e a desconstrução de categorias precedidas pelos estudos de gênero como: ‘gays, lésbicas, fêmea, feminino’ afirmando a indeterminação e instabilidade de todas as identidades sexuadas e “genericadas” (Salih, 2015, p. 20). Aceitar normas rígidas não está na pauta da teoria *queer*, mas abrir espaços para a fluidez e diversidade de identidade, sim. Salih (2015, p. 20) ressalta ainda que

É importante ter em mente que um dos contextos definidores para a teoria queer nos anos 1980 e 1990 foi o vírus da Aids e as reações de muitos defensores da ‘cultura hétero’ contra os gays, em resposta ao que era (e ainda é) geralmente visto como ‘praga gay’. Diante dessas violentas reações, torna-se ainda mais importante investigar as formulações da ‘normalidade’ sexual para revelar o que, sobretudo aquelas identidades que se apresentam ostensivamente como héteros, legítimas, singulares e estáveis, têm que queer por debaixo de sua aparente ‘normalidade’.

A Aids (Síndrome da Imunodeficiência Adquirida) foi amplamente vista como uma “praga gay”, isso reforçou preconceitos e es-

⁷ Esse termo redesdobra e desestabiliza as categorias sexuais e as categorias originalmente interrogatórias da identidade homossexual (Butler, 2003, p. 165).

tigmatização contras pessoas LGBTQIAPN+. ⁸Diante da violência e discriminação, a teoria *queer* torna-se ainda mais importante como ferramenta para desconstrução das normas, especialmente no que diz respeito à “normalidade sexual”. A teoria *queer*, para além de uma ferramenta de desconstrução, também dialoga com a interseccionalidade, quando reconhece que as experiências e vivências de discriminação mudam de acordo com fatores como gênero, raça, classe social, dentre outros. Torna-se fundamental compreender como os diferentes eixos de opressão se entrelaçam para afetar as vivências de grupos subalternizados e marginalizados em diferentes formas e complexidades. Crenshaw (2002, p. 177) reitera o conceito de interseccionalidade:

A interseccionalidade é uma conceituação do problema que busca capturar as consequências estruturais e dinâmicas da interação entre dois ou mais eixos da subordinação. Ela trata especificamente da forma pela qual o racismo, o patriarcalismo, a opressão de classe e outros sistemas discriminatórios criam desigualdades básicas que estruturam as posições relativas de mulheres, raças, etnias, classes e outras. Além disso, a interseccionalidade trata da forma como ações e políticas específicas geram opressões que fluem ao longo de tais eixos, constituindo aspectos dinâmicos ou ativos do desempoderamento.

A interseccionalidade é uma ferramenta teórica que objetiva entender como diferentes sistemas de opressão: racismo, patriarcado, opressão de classe, dentre outros, interagem e encaminham-se para a criação de formas complexas de desigualdades. Exemplos disso são os preconceitos que uma mulher negra ou indígena e empobrecida sofre, isto é, tanto por ser mulher (machismo, patriarcado, sexismo, misoginia) quanto por ser negra (racismo) e pobre (opressão de classe). Por outro lado, uma mulher branca e rica, por exemplo, pode vir a sofrer preconceitos por ser mulher, mas nunca por ser preta e nem por ser pobre (Assis, 2019).

Assim, essas opressões se ajustam em um sistema que incide sobre uma mesma pessoa para criar experiências de marginalização e subalternização. As pessoas sofrem a ação concreta da interseção de um conjunto de opressões que atuam de forma política sobre várias diferenças, intensificando as desigualdades. Essas opressões configuram processos dinâmicos que impactam a vida de pessoas de forma multifacetada. Isso acarreta a invisibilidade e a descaracterização dos direitos

⁸ Sigla usada para inclusão de pessoas minoritárias como: Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transgênero, Transsexuais, Travestis, Queer, Intersexuais, Assexuais, Pansexuais, Não-binários, e +, símbolo usado para incluir outras possibilidades de categorias sexuais que não se encaixam nos padrões normativos.

desses sujeitos marginalizados. Essa inviabilização também é evidenciada dentro da sala de aula, nos cursos superiores em licenciaturas, e se sobrepõe à lógica discriminatória, reforçando que o preconceito enraizado na concepção de sujeitos em formação inicial pode e/ou vai refletir em práticas pedagógicas na educação básica, se não passar por uma intervenção que o desconstrua.

ANÁLISE E DISCUSSÃO

O curso de Pedagogia da Universidade Federal do Acre iniciou as atividades formativas de sua primeira turma, em 1971, na modalidade de licenciatura plena e se destinava a habilitar, simultaneamente, professores para as matérias pedagógicas do segundo grau e profissionais nas áreas de administração escolar, orientação educacional e inspeção escolar. O curso passou por transformações decorrentes do cenário social, político, econômico e cultural do país, das políticas educacionais, da produção teórica do campo da educação e de alterações na compreensão do papel do pedagogo nos sistemas de ensino e sobre o exercício da docência na educação básica, concomitantes ao processo de redemocratização brasileira e dos próprios sistemas de ensino públicos.

O perfil profissional do pedagogo egresso vigorou até o ano de 1995, quando passou a formar, em um curso de 3.525 horas de duração, o Professor do Magistério da Educação Infantil e Anos Iniciais do Ensino Fundamental, em cumprimento ao Decreto Presidencial n. 3.276/99, da Resolução CNE/CP n. 01/2002 e do artigo 32 da LDBEN n. 9.394/96, comprometendo-se efetivamente com a educação da infância acreana. Isso se refletiu em seu projeto curricular, suas práticas pedagógicas, seus múltiplos fazeres, os ideários, as lutas, as dinâmicas, ambiguidades e tensões que atravessaram e caracterizaram a formação de professores e a educação no Estado do Acre.

Os participantes que compõem o universo desta pesquisa consistem em uma turma composta majoritariamente por mulheres. Isso evoca, segundo Fagundes (2005), uma análise da construção da identidade feminina, em como ela é socialmente definida.

No caso das mulheres, em particular, a sua destinação para carreiras do magistério soma-se ao que a sociedade vem definindo como características e necessidades femininas: ser paciente, ter jeito para lidar com crianças, ser abnegada, altruísta e, até mesmo, poder conciliar as atividades profissionais às domésticas, continuamente assumidas (Fagundes, 2005, p. 58).

Destarte, a forma como a sociedade molda as perspectivas em relação às experiências femininas, sobretudo no contexto de carreiras docentes, indica que a escolha do magistério para o público feminino não condiz somente com a preferência pessoal, mas está estreitamente ligada a estereótipos de gênero, os quais valorizam a ideia de que as mulheres consigam adequar-se a obrigações profissionais e domésticas (Fagundes, 2005). Isso perpetua discursos de subordinação e desvalorização, potencializando o modo como as normas sociais influenciam a compreensão e a valoração das carreiras femininas.

GÊNERO, CORPO E SEXUALIDADE

Nas discussões que envolvem representações sociais de gênero, corpo e sexualidade com a turma do 5º período do curso de Pedagogia da UFAC, obtiveram-se as categorias descritas no Quadro 1, com as respectivas codificações referentes às suas autorias.

Quadro 1: Narrativas referentes a primeira categoria

Categoria de análise	Narrativas
Gênero, corpo e sexualidade	“[...] gostei muito da sua abordagem sobre gênero e orientação sexual. Como uma pessoa que não se encaixa na heteronormatividade, foi bom ver um tema tão importante saindo da superficialidade e desrespeito em que era falado antes. A ciência é autoconhecimento do meu corpo. É a capacidade de participação política[...] Sem acesso a ela, estaríamos sempre sob controle de grandes empresas, do sistema liberal capitalista e de políticas negacionistas.” (A2)
	“Tivemos uma aula sobre sexualidade e parto, o que foi esclarecedor e chocante. [...] Tivemos seminários; nesses seminários, debatemos questões de gênero, sexualidade, orientação sexual, machismo, etc.” (A4)
	“Um tópico que me impactou foi Gênero e Sexualidades: a abordagem desse tema foi essencial para compreendermos a importância de incluir discussões sobre diversidades e identidade de gênero e orientações sexuais. Essa disciplina nos preparou para discutir de forma inclusiva e respeitosa em sala de aula.” (A6)
	“A ciência se interliga à sociedade, à política, à cultura e a outras disciplinas. Sobre gênero, compreendi que as escolas ainda seguem o padrão dos conservadores ao tratar pouco essa temática e como o feminismo teve e tem sua força na busca pelo direito de todos, para que a sociedade saia da bolha e veja e respeite a diversidade existente no nosso mundo.” (A10)

Fonte: Elaborado pelas autoras com base nas cartas narrativas dos alunos 5º período de Pedagogia 2024.

A partir da narrativa de A2, nota-se que o reconhecimento de discussões de gênero e orientação sexual, partindo da premissa que não se alinha a uma perspectiva heteronormativa, é importante, além de ser representativo. Isso ergue alicerces para a valorização da diversidade e complexidade das identidades.

Butler (2003) destaca que os encaixotamentos sexuais, principalmente quando os discursos são voltados para a heterossexualidade, não são naturais, tampouco inerentes, mas são construções sociais regulamentadas. Ao retratar a heterossexualidade como um “fetiche” instituído socialmente, preconiza-se que as expectativas que a rodeiam são fantasias que servem a interesses políticos e sociais, em vez de algo natural. O “corpo dilacerado” e as “guerras travadas entre as mulheres” destacam que as violências nascem dessas construções, corroborando para a desvalorização e opressão de identidades femininas. Essas violências, entendidas como textuais, se evidenciam em discursos e narrativas que delineiam a forma como os corpos e identidades são vistos, sobretudo, representados.

Na narrativa de A4, a experiência das aulas sobre parto e sexualidades trouxe à tona temas que muitas vezes são silenciados nos currículos. Isso sugere que aspectos considerados por A4 como esclarecedores e chocantes desenham discussões que informam e desafiam as percepções prévias dos alunos. Partindo desta premissa, a lógica da seleção cultural se encaixa muito bem nesta discussão, justamente pelo processo de incluir ou excluir informações e conteúdos dos currículos formais. Essa seleção suprime, por exemplo, temas como gênero, sexualidade, machismo, inclusive sobre parto, sendo estes temas importantes a serem abordados desde as séries iniciais, mas que são omitidos pela escola.

Salles (2022) reitera que discussões sobre o que deve ser ensinado não dizem respeito apenas a questões educacionais, mas envolvem questões políticas e ideológicas. A construção do currículo, nesse sentido, está ligada às questões de classe, conflitos sociais, gênero e etnias, que se encaminham para fins capitalistas. Ou seja, a seleção de conhecimentos de alguns grupos sociais é considerada digna de transmissão; no entanto, a cultura e a história de outros são vilipendiadas.

Em relação à importância do tema gênero e sexualidade na formação, o acadêmico A6, em sua narrativa, menciona o impacto, sugerindo que esses assuntos, além de transformadores, ajudaram a entender o quão relevante é inserir discussões sobre diversidades sexuais e gênero nas práticas docentes. O acadêmico também reitera que a disciplina

preparou os alunos em formação inicial para, além de incluir os temas, debatê-los com respeito e se preparar para as realidades que serão encontradas em sala de aula. Essas realidades são inerentes ao processo de interseccionalidade, principalmente quando temas como raça, gênero e classe social estão em pauta.

Bairros (1995) pontua que essas intersecções entre gênero, raça e classe social surgem como elementos que integram vivências que nos tornam seres humanos. Essas vivências são cruciais para entender as experiências, especialmente da mulher negra no Brasil. Reconhecer isso é não analisar esses elementos interseccionais separadamente. Nesse sentido, a abordagem dessas questões nos ambientes educacionais promove diálogos com a interseccionalidade, de modo a ser compreendida e, portanto, reconhecida. Além disso, os alunos podem se empoderar e se engajar nas lutas contra as desigualdades sociais, principalmente quando jovens e mulheres pretas são excluídos da sociedade, fato que corrobora para o silenciamento e a morte desses sujeitos inseridos em um sistema onde a necropolítica e a necroeducação operam.

Logo, vem à tona a narrativa de A10, que aborda a interconexão entre a sociedade, ciência e política, enfatizando o modo conservador em que assuntos de interseccionalidade são tratados nas escolas. Esse conservadorismo, erguido pelo processo da cisheteronormatividade, é a base para a homofobia. A homofobia se configura como qualquer tipo de discriminação e violência contra pessoas LGBTQIAPN+.

Nesse sentido, com o intuito de combater esses preconceitos, foi realizada uma ação do projeto “Escola sem homofobia”⁹; no entanto, o material foi vetado pela presidenta Dilma Rousseff em 2011, por pressão da bancada conservadora. Um dos protagonistas que apelidou o material como “kit gay” era o então deputado federal Jair Bolsonaro, sendo esses, respectivamente, um grande retrocesso e um terrível vírus que assolou e disseminou parasitas que contaminam mentes fúteis, concretizando a estupidez humana até hoje na educação brasileira (Araújo; Cruz; Dantas, 2018).

9 Em conjunto de ferramentas educacionais, destinadas ao ensino médio, que visam à desconstrução de imagens estereotipadas sobre lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais e para a promoção do convívio democrático com a diferença no ambiente escolar. Orienta-se pelos princípios da igualdade e respeito à diversidade, da equidade, da laicidade do Estado, da universalidade das políticas, da justiça social (ECOS, 2010).

IMPORTÂNCIA DA DISCIPLINA ENSINO DE CIÊNCIAS PARA A FORMAÇÃO INICIAL

No tocante à importância da disciplina Ensino de Ciências no processo de formação inicial, os alunos discorreram o que segue no quadro 2, a saber:

Quadro 2: Narrativas referentes à segunda categoria

Categoria de análise	Narrativas
Importância da disciplina Ensino de Ciências para a Formação Inicial	Nos permitiu entender, compreender que assuntos socioculturais também compõem a ciência. (A1)
	“Desde os primeiros anos escolares, o Ensino de Ciências tem um papel importante no desenvolvimento do pensamento crítico e na visão de mundo ao nosso redor. [...] Este é um período de grande crescimento intelectual e de contribuições significativas para o corpo de conhecimentos científicos. [...] Por meio de uma educação científica, cultivamos mentes curiosas, capitamos futuros cientistas e contribuimos para um mundo mais informado e tecnologicamente avançado.” (A20)
	“A recusa da Ciência moderna em aceitar autoridade da religião sobre a natureza sendo o saber revelado pela tradição. Que a liberdade científica prove que é possível rompem concepções tradicionais quando se usa a matemática para descobrir as leis naturais e as regularidades segundo as quais acontecem os fenômenos.” (A29)

Fonte: Elaborado pelas autoras com base nas cartas narrativas dos alunos 5º período de Pedagogia 2024.

É importante entender, a partir da perspectiva de A1, que a ciência compreende também assuntos socioculturais e que não é uma esfera isolada. Isso significa que a ciência, sendo entrelaçada por aspectos sociais, culturais e políticos, influencia a produção dos conhecimentos científicos. Isso ajuda, de certa forma, a compreender e promover a educação crítica. Para Vale (1995, p. 1), “Hoje, sem dúvida, a ciência constitui a forma mais eficiente de gerar conhecimento significativo no âmbito das sociedades contemporâneas.” A ideia de conhecimento significativo propõe que, com rigor metodológico e base empírica, surge a formulação de teorias. Isso significa que a ciência possui a capacidade de atualizar evidências, além de garantir interconexões sociais, humanas e complexas.

Essa complexidade recai sob o prisma da educação, como pontua A20, enfatizando que o Ensino de Ciências no processo de formação inicial possui a capacidade de desenvolver o pensamento crítico, uma vez que as aulas fogem dos padrões didáticos e metodológicos e não ocultam informações pertinentes, como gênero, corpo e sexualidade, contribuindo para uma formação diversa, sem preconceitos, sobretudo humana.

Levando em consideração esses aspectos humanísticos, em sua narrativa, A30 frisa algumas tensões entre ciência e religião. A lógica destacada por A30 é de que a ciência se nega a aceitar as imposições religiosas no que diz respeito aos conhecimentos científicos. Por isso, a ciência é baseada em evidências, lógicas e fatos. Essa conduta representa rupturas de conceitos e concepções convencionais que são “embasadas” e reveladas como verdades absolutas pelas amarras religiosas. Essas amarras, por sua vez, erguem muros e dificultam que questões como a diversidade sejam abordadas, sendo então negligenciadas, e, quando quicá abordadas, são com vieses preconceituosos, deturpados e desumanos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa revelou, com base nas narrativas dos alunos, o quanto as questões interseccionais, especialmente gênero e sexualidade, são vilipendiadas nos contextos educacionais, o que reafirma a ideia da seleção cultural do currículo. A ausência de representações homossexuais, assim como das demais dissidências sexuais, nos currículos e discursos que são materializados nos materiais didáticos, mídias e no chão das escolas acaba negando a existência desses sujeitos e, mais que isso, as formas de amor e afetividade, sendo elas negadas, desvalorizadas e inexistencializadas.

A heterossexualidade constitui a referência natural e normal, portanto, única e válida. E, por seu turno, a cisheteronormatividade consiste na base dos processos homofóbicos na sociedade. Dessa forma, urge trabalhar, fazer e aprender nas escolas, tanto na formação inicial quanto nas formações continuadas, as abordagens interseccionais nas práticas pedagógicas. Ser professor impõe o despir-se de quaisquer esferas preconceituosas e violências contra pessoas LGBTQIAPN+, mulheres, especialmente pretas e pobres. Essas pessoas minorizadas precisam urgentemente ser representadas nos meios sociais, não excluídas e muito menos mortas por serem quem são e, mais, por não escolherem ser quem são.

Os resultados mostram a importância de discussões interseccionais sobre gênero, sexualidade e classe no processo de formação do pedagogo, que se entrelaçam com o fortalecimento dessas abordagens no chão das escolas, nas práticas profissionais docentes. Nesse sentido, conclui-se que o processo formativo do pedagogo carece dessas incorporações nos seus componentes curriculares, visto que a complexidade dessas discussões transborda o limite disciplinar do Ensino de Ciências. Em outras palavras, são discussões essenciais para a promoção de reflexões e contribuições às questões pertinentes aos estudos de gênero, sexualidade e classe.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Murilena. **O corpo Humano no Currículo de Ensino de Ciências na Escola Primária do Território Federal do Acre: uma perspectiva histórica.** Orientador: Marco Antônio Leandro Barzano. (Doutorado - Programa de Pós Graduação em Ensino, Filosofia e História das Ciências) – Universidade Federal da Bahia, Instituto de Física/ Universidade Estadual de Feira de Santana, 320f, 2016.

ARAÚJO, Denise; CRUZ, Izaura; DANTAS, Marilu. **Gênero e sexualidade na escola.** – Salvador: UFBA, Instituto de Humanidades, Artes e Ciências; Superintendência de Educação a Distância, 2018.

ASSIS, Dayane. **Interseccionalidades.** – Salvador: UFBA, Instituto de Humanidades, Artes e Ciências; Superintendência de Educação a Distância, 2019.

BAIROS, Luiza. **Nossos feminismos revisitados.** Revista Estudos Feministas. N. 02, 1995, p. 458-463.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo.** Traduzido por Luiz Antero Reto, Augusto Pinheiro. São Paulo: Edições70, 2011.

BIROLI, Flávia; MACHADO, Maria das Dores; VIGGIONE, Juan. **Neoliberalismo e democracia: disputas e retrocessos na América Latina.** – 1. Ed. – São Paulo: Boitempo, 2020.

BUTLER, Judith. **Problemas de Gênero: Feminismo e Subversão da Identidade.** Tradução Renato Aguiar. – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.

CRENSHAW, Kimberle. **Demarginalizing the intersection of race**

and sex: a black feminist critique of antidiscrimination doctrine, feminist theory and antiracist politics. 1989. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/wpcontent/uploads/2015/05/G%C3%AAnerona%C3%A7a-e-ascen%C3%A7%C3%A3o-social.pdf>. Acesso em: Acesso em: 18 set. 2024.

ECOS COMUNICAÇÃO EM SEXUALIDADE. **Caderno:** Escola se Homofobia. *Kit escola sem Homofobia*, 2010. Disponível em: <http://www.ecos.org.br/index2.asp>. Acesso em: 13 out. 2024.

FAGUNDES, Tereza. **Mulher e Pedagogia:** um vínculo re-significativo. – Salvador: Helvécia, 2005.

LAQUEUR, Thomas Walter. **Inventando o sexo:** corpo e gênero dos gregos a Freud. Trad. Vera Whately. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2001. 313 p.

MAIA, Ana Cláudia. **Sexualidade e Educação sexual.** Unesp, 2014. Disponível em: <https://acervodigital.unesp.br/handle/unesp/155340>. Acesso em: 18 set. 2024.

SALIH, Sara. **Judith Butler e a Teoria Queer;** tradução e notas Guacira Lopes Louro. – 1. Ed.; 2. Reim. – Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2015.

SALLES, André. **Currículo escolar:** seleção cultural e reelaboração didática. Revista Linhas. Florianópolis, v. 23, n. 53, p. 246-263, set./dez. 2022. Disponível em: <https://www.revistas.udesc.br/index.php/linhas/article/view/20176/14984>. Acesso em: 13 out. 2024.

VALE, José. **Educação Científica e Sociedade.** Ciência educ.vol.01 Bauru jan./dez.1995. Disponível em: <http://educa.fcc.org.br/pdf/ciedu/v01/v01a02.pdf>. Acesso em: 13 out. 2024.

CONTRIBUIÇÕES DOS ESTUDOS DE GÊNERO E FEMINISTAS NA DESCONSTRUÇÃO DOS DISCURSOS CONSERVADORES NA EDUCAÇÃO

Edilaine Cesar¹

Daniela Finco²

INTRODUÇÃO

Este trabalho destaca as contribuições dos movimentos feministas e a afirmação dos estudos de gênero frente a um cenário social e político desafiador, em que discursos conservadores antigênero questionam a relevância desses debates na educação. Nos últimos anos, grupos antigênero e antifeministas têm tentado desacelerar o progresso dos direitos fundamentais das mulheres, dominando espaços estratégicos na educação com discursos conservadores e fundamentalistas, o que dificulta o desenvolvimento de uma agenda política de gênero.

O trabalho mostra como debates sobre direitos das mulheres e avanços em agendas de gênero na educação têm sido abafados por discursos ultraconservadores que buscam apagar as conquistas dos movimentos feministas. A utilização do termo “ideologia” busca atribuir um caráter ilusório à categoria “gênero”. Procura-se, com isso, retirar do conceito de gênero suas conotações positivas (como a luta por igualdade entre homens e mulheres), impondo conotações negativas, por meio da associação do conceito de ideologia como sinônimo de falsidade (Rohden, 2024).

Desse modo, o trabalho tem como proposta problematizar este fenômeno, que se popularizou de modo global, com discursos abertamente homofóbicos, racistas e antiaborto, que procuram tipificar o debate de gênero como mera “ideologia”, numa tentativa de questionar o status científico dos Estudos de Gênero. Isso constitui uma rede discursiva e politicamente legitimada, que defende a retomada da biologização da diferença sexual, bem como a renaturalização das arbitrariedades sociais de hierarquização das diferenças (Duarte e Finco, 2024).

1 Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de São Paulo - Unifesp Guarulhos. Professora da Rede de Educação da Rede Municipal de São Paulo.

2 Professora do Departamento de Educação e do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de São Paulo - Unifesp Guarulhos. Coordenadora do Grupo de Pesquisa Gênero, Educação da Pequena Infância Cultura e Sociedade - Unifesp- Brasil.

Trata-se de um estudo de caráter bibliográfico, baseado nos resultados parciais de uma pesquisa de doutorado, que analisa como o campo acadêmico sobre gênero, impactado pelos movimentos feministas, tem se consolidado como um relevante campo científico para refletirmos sobre o cenário atual. O trabalho valoriza a presença e o papel histórico das feministas, enfatizando a necessidade de reconhecer suas contribuições ao longo do tempo. A metodologia envolve uma análise bibliográfica que oferece uma compreensão das contribuições dos estudos feministas e de gênero, além de dialogar com estudos sobre como as ofensivas antigênero impactam a política e a educação brasileira.

O trabalho se baseia em teóricas dos estudos feministas e de gênero, como Louise Tilly (1994), Joan Scott (1995), Manuel Castells (1999), Linda Nicholson (2000), Evelyn Fox Keller (2006), Adriana Piscitelli (2009) e Nuria Varela (2019, 2023), que tratam das contribuições do feminismo, assim como do conceito de gênero como ferramenta acadêmica e política. Além disso, inclui estudos mais recentes sobre o movimento antigênero, como os de Richard Miskolci e Maximiliano Campana (2017), Flávia Biroli (2018), Rogério Diniz Junqueira (2022), Sônia Weidner Maluf (2024) e Fabíola Rohden (2024), que abordam o crescimento de movimentos fundamentalistas e antigênero nas últimas décadas. Com isso, o trabalho busca reafirmar os estudos de gênero como um campo científico essencial para o reconhecimento dos direitos e do bem-estar social. Em outras palavras, destaca que as contribuições dos movimentos feministas, parte fundamental das conquistas alcançadas ao longo de gerações, precisam ser estudadas e contadas.

No Brasil, a primeira mulher a ocupar a presidência, Dilma Rousseff, foi eleita e enfrentou um processo de destituição em 2016, impulsionado por forças conservadoras que culminaram em um golpe e sua queda. Com o crescimento da extrema direita no Congresso, discursos ultraconservadores contribuíram para o seu impeachment, pavimentando o caminho para a eleição de Jair Bolsonaro em 2018. Conhecido por levantar bandeiras contra pautas feministas e LGBTQ+, seu governo fortaleceu movimentos com ofensivas conservadoras pautadas na “ideologia de gênero”, utilizando uma estratégia semântica acompanhada pela promoção de um pânico moral, buscando impedir debates importantes sobre diversidade sexual e de gênero (Almeida e Henning, 2024).

Torna-se comum nesses movimentos a ideia de que existiria um “corpus científico” coeso chamado de “teoria de gênero”, sinônimo para uma espécie de teoria conspiratória, no contexto de uma “revo-

lução cultural” em que os fatos biológicos sobre homens e mulheres seriam negados ou subsumidos à fluidez de gênero. Seria um projeto de engenharia social, no qual os homens não seriam mais masculinos e tampouco as mulheres femininas, cada um/uma podendo escolher o seu sexo e orientação sexual. (Rohden, 2024, p.78)

Acompanhamos como grupos ultraconservadores têm tentado silenciar os estudos de gênero, rotulando-os como ideologia e propagando discursos que demonizam o movimento feminista e o conceito de gênero (Varela, 2019). As diretrizes antifeministas e a exclusão de feministas dos processos políticos nos últimos tempos também têm gerado retrocessos nas políticas de igualdade de gênero, ocasionando um aumento significativo da violência, marcada e datada por décadas, contra as mulheres. “Como parte de um contramovimento, os atores contrários às políticas feministas disputam ativamente o Estado e a sociedade, procurando obter vantagens em relação aos movimentos feministas e bloquear ou ressignificar suas agendas” (Biroli, Tatagiba e Quintelas, 2024, p. 5).

A visão de gênero como ideologia e a percepção do feminismo como parte integrante dessa ideologia — ou seja, como adversário da sociedade — ressaltam a necessidade de reforçar a luta em defesa de tais estudos, destacando as contribuições feministas. O conceito de gênero tornou-se relevante na academia para compreender os marcadores sociais e os papéis das mulheres na sociedade. A legitimação das mulheres na história e suas lutas por uma sociedade mais justa são vistas como um campo de estudo importante. Tilly (1994) destaca a conexão direta entre a história das mulheres e a transformação social, enquanto Scott (1995) observa que a evolução da história das mulheres/feministas culminou na análise de gênero, oferecendo uma abordagem especializada e politizada.

Desse modo, a estrutura deste trabalho está dividida em três partes. A primeira parte aborda como o movimento antigênero, um fenômeno transnacional, tem invadido espaços educacionais e políticos com discursos misóginos, homofóbicos e racistas, buscando descaracterizar os estudos de gênero e feministas. A segunda parte explora as contribuições das diferentes fases dos movimentos feministas, bem como a consolidação do conceito de gênero. Por fim, a terceira parte retoma as reflexões e destaca como tais estudos e movimentos sociais são relevantes para refletirmos sobre os desafios envolvendo o cenário atual brasileiro.

MOVIMENTO ANTIGÊNERO E O CAMPO DE PESQUISA DE GÊNERO

O campo de estudos de gênero e feministas tem ganhado destaque nas últimas décadas, tanto pelos esforços que o definem como relevante para análises científicas no contexto acadêmico, quanto pelas ofensivas de grupos ultraconservadores e fundamentalistas que tentam deslegitimá-lo como um campo da ciência. Essas perspectivas colocam o desafio de reafirmar a importância de tais estudos como campos de pesquisa legítimos, envolvendo problemáticas atuais e bastante relevantes. Nas últimas décadas, movimentos ultraconservadores e fundamentalistas têm promovido a ideia de que o conceito de gênero é uma ameaça à sociedade, especialmente à família nuclear, alegando que distorce as noções de feminilidade e masculinidade, principalmente entre crianças e jovens (Junqueira, 2022). Com apoio de setores políticos, econômicos e religiosos de extrema direita, esses grupos defendem que a família tradicional é a base da sociedade e do progresso econômico (Gava, 2023).

Com a eleição de Jair Bolsonaro em 2018, a “família” tornou-se central nos discursos ultraconservadores. O governo buscou fazer da família o pilar de sua gestão, contudo, transferiu a responsabilidade do Estado para a esfera doméstica, especialmente para as mulheres, alinhado aos interesses neoliberais (Maluf, 2024). A criação de políticas de assistência social, em vez de combater as desigualdades sociais, serviu aos objetivos econômicos do neoliberalismo. Nesse cenário, o conceito de gênero é apresentado como uma ideologia que ameaça o núcleo familiar, e as feministas são associadas a essa visão. Rohden (2024) acrescenta que a “teoria de gênero” é tratada como uma conspiração, dentro de uma “revolução cultural”, que nega as distinções biológicas e permite mudanças fluidas de sexo e orientação sexual.

Assim, a tentativa de descaracterização do conceito de gênero como categoria de análise científica começa antes da 4ª Conferência Mundial das Mulheres, quando grupos ligados à Igreja Católica se reuniram na ONU para redefinir o termo “gênero” como um conceito meramente linguístico, esvaziando seu significado científico. Segundo Junqueira (2022), o termo “ideologia de gênero” surge oficialmente nessa conferência, em 1995, liderado por religiosos católicos e partidos de direita, principalmente da América Latina e dos EUA, que pressionaram para eliminar o conceito do campo científico e filosófico. Esses debates caracterizavam a teoria de gênero como um campo não científico, mas sim como algo especulativo.

Além disso, propõem que a expressão ideologia de gênero constitui um conceito em torno do qual se articula um movimento transnacional (em contraste com movimentos semelhantes anteriores, de caráter local), organizado por partidos e lobbies conservadores e capitaneado pela Igreja Católica, contra direitos reprodutivos e sexuais, igualdade de direitos entre homens e mulheres e da população LGBT (Rohden, 2024, p. 70).

Os avanços do estudo no campo de gênero, especialmente em relação aos direitos feministas, assim como reprodutivos, de sexualidade e do movimento LGBTQIA+, têm gerado uma forte reação de grupos religiosos. Organizações evangélicas e movimentos pró-vida, que buscam esvaziar o valor científico dessas pesquisas. No Brasil, o Programa Escola sem Partido (MESP), criado em 2004, alia-se a essa cruzada, alegando defender a liberdade de pensamento e evitar a instrumentalização política e ideológica do ensino.

Os empreendedores morais, compostos por grupos religiosos da Igreja Católica, vertentes neopentecostais e indivíduos envolvidos por razões morais e políticas, especialmente, da extrema direita, unem-se em uma cruzada contra a chamada “ideologia de gênero” (Miskolci e Campana, 2017). Este movimento pode ser reconhecido já no “discurso do papa Bento XVI, em abril de 2008, proferido nas Nações Unidas, no qual reiterava que os direitos associados à religião necessitavam de proteção frente à ameaça do secularismo nas sociedades contemporâneas” (Rohden, 2024, p.83).

Grupos fundamentalistas, como a Frente Evangélica Parlamentar, juntamente com partidos de direita e extrema direita que possuem agendas neoliberais, contam com o apoio de setores conservadores da sociedade que buscam se organizar em defesa do ensino de crianças e adolescentes contra o que consideram influências negativas, ideológicas e políticas do conceito de gênero. Esse movimento é marcado pela iniciativa da Escola Sem Partido (MESP), que foca na “neutralidade da educação” e no combate ao que classifica como doutrinação ideológica, especialmente por grupos de esquerda e professores militantes, desde a educação básica até o ensino superior. Fundado em 2004 pelo advogado Miguel Nagib, o MESP permaneceu na obscuridade até o início da década de 2010, quando passou a ser uma voz frequente nos debates sobre educação no Brasil; seu programa foi abraçado por diversos grupos da extrema-direita brasileira (Miguel, 2016).

O conceito de gênero tornou-se um foco central do movimento Escola Sem Partido, que, além de contar com o apoio de movimentos

religiosos, enfrenta uma crescente oposição política aos debates sobre gênero, com discursos conservadores voltados a proteger os valores familiares e sociais. Esses movimentos, apesar de buscarem reforçar visões tradicionais, alinhando-se a interesses de dominação, muitas vezes se contradizem, com discursos que, ao mesmo tempo, se opõem ao conservadorismo e ao patriarcado, defendendo um suposto interesse no progresso social. A colaboração entre esferas religiosas e grupos conservadores, que tratam o conceito de gênero como uma questão ideológica, gera resistência e pânico moral, que desafia princípios religiosos e a estrutura da família nuclear, argumentando que a família tem autonomia na criação e orientação dos filhos (Junqueira, 2022).

Os movimentos antigênero, além de seu caráter econômico e político, também se concentram na desvalorização do conhecimento produzido nos departamentos que promovem estudos de gênero, rotulando-os como “não científicos” e “ideológicos” (Rohden, 2024). Trata-se de uma espécie de “caça às bruxas” que desconsidera as contribuições desse campo de estudo, principalmente quando os discursos religiosos fazem apelo à ciência e a uma certa ideia de natureza.

É preciso destacar que gênero é um campo teórico plural e interdisciplinar, baseado em pesquisas empíricas com reconhecimento acadêmico internacional, desenvolvido desde os anos 1970, e oferece uma interpretação crítica das desigualdades sociais, violências e violações de direitos fundamentais (Almeida e Henning, 2024). Portanto, conhecer os fundamentos que formalizam o conceito de gênero no campo científico, assim como os discursos que o apontam como ideologia, torna-se essencial e ganha sentido à medida que se busca afirmá-lo como uma categoria de análise. Nesse contexto, destacar a história de luta das mulheres feministas e suas conquistas para a sociedade valida que há um conhecimento produzido e ressignificado pelo campo de gênero.

OS MOVIMENTOS FEMINISTAS E OS ESTUDOS DE GÊNERO

Os campos de estudos feministas e de gênero envolvem importantes reflexões sobre as relações desiguais de poder e suas implicações sociais. Quando as mulheres se uniram em um movimento organizado para afirmar sua presença na sociedade, surgiu o movimento feminista, que representa uma bandeira unificada e organizada por mulheres em defesa da emancipação e mudanças sociais, marcando um avanço significativo na luta por direitos sociais básicos.

Castells (1999) descreve o movimento feminista como uma prática coletiva, destinada à transformação dos valores e das instituições socioculturais. O ponto crucial desse movimento é a defesa dos direitos das mulheres, promovendo um impacto significativo na racionalidade patriarcal. O pensamento feminista identificou no patriarcado a origem da opressão das mulheres, sugerindo que seu fim é possível, uma vez que teve um começo (Castells, 1999). Segundo o autor, o movimento feminista emergiu na Europa e nos Estados Unidos entre meados do século XIX e o início do século XX, sendo comumente dividido em “ondas” pelas próprias feministas. A primeira onda, conforme Piscitelli (2009), tinha como objetivo promover a igualdade de cidadania entre os sexos. Castells (1999) destaca que esse movimento culminou nas lutas sufragistas nos Estados Unidos, onde as mulheres buscavam o direito ao voto, bem como direitos políticos e civis, acesso à educação, propriedade privada, herança e trabalho remunerado.

Após as conquistas da primeira onda feminista, a segunda onda trouxe novas reivindicações, abordando as opressões vividas pelas mulheres, além de questões de classe e raça (Piscitelli, 2009). Em 1966, lideradas por Betty Friedan, feministas influentes criaram a Organização Nacional da Mulher (NOW), buscando igualdade de direitos para as mulheres em todas as esferas (Castells, 1999). O livro de Friedan, *A mística feminina*, considerado a “bíblia” do novo feminismo, criticou a construção social do “feminino” como uma forma de restringir a autonomia das mulheres (Miguel e Biroli, 2014), com temas abordando a opressão, sexualidade e patriarcado.

O movimento feminista da segunda onda também é marcado por diferentes correntes, destacando-se as feministas liberais, que buscavam igualdade de direitos, e as radicais, que combatiam a violência masculina e o patriarcado. As críticas feitas pelas radicais ao movimento liberal de Betty Friedan levaram à inclusão de novas perspectivas, como o rompimento com as amarras do patriarcado. Nessa fase, a filósofa Simone de Beauvoir, com o livro *O Segundo Sexo* (1967), aprofundou a discussão sobre as desigualdades entre os gêneros, argumentando que a identidade feminina é socialmente construída e não uma determinação meramente biológica. Para Citeli (2001), por muito tempo, a definição do feminino e do masculino foi estabelecida com base na ciência biológica, atribuindo um significado específico às mulheres e aos homens.

Nicholson (2000) destaca que as feministas dessa época associaram as diferenças de gênero ao sexismo, desafiando a visão biológica que sustentava essas distinções. Assim, a segunda onda do feminismo

demonstrou que as desigualdades entre os gêneros eram construções culturais e não apenas naturais, buscando mudar a percepção social das mulheres e promover alterações estruturais para alcançar igualdade de direitos (Piscitelli, 2009).

Entre as décadas de 1960 e 1970, o feminismo expandiu-se globalmente para outros locais. No Brasil, destacou-se na luta por direitos básicos e pela expansão das creches durante a ditadura militar. Nesse mesmo período, de acordo com Citeli (2001), cientistas norte-americanas desenvolveram estudos aprofundados que procuravam elucidar o gênero como um campo científico, sendo este o marco da entrada de mulheres na pesquisa científica. Segundo Louro (1997), a “segunda onda” do feminismo, que começou no final dos anos 1960, expandiu seu foco para incluir fundamentações teóricas, além das questões sociais e políticas. As feministas passaram a investigar o gênero no âmbito acadêmico, desafiando a visão biologicamente determinista e explorando as influências sociais e culturais na formação dos papéis de gênero.

No final dos anos 1980, os movimentos feministas, juntamente com movimentos sociais de mulheres e LGBTQ+, e o avanço das pesquisas teóricas revelaram a persistência das desigualdades, redirecionando os debates. Segundo hooks (2019), as questões trazidas pelo movimento feminista organizado por mulheres brancas e de classe média não correspondiam às necessidades de grupos como as mulheres negras. A partir desse período, a identidade feminina passou a ser questionada, especialmente por feministas negras dos Estados Unidos e de países do “Terceiro Mundo” (Piscitelli, 2009).

O feminismo da terceira onda consolidou-se com uma abordagem interseccional, com crítica à heteronormatividade e rejeição à ideia de uma única identidade sexual, racial ou de classe (Varela, 2019). A interseccionalidade entre os estudos de gênero, raça e classe se popularizou rapidamente e, segundo Keller (2006), tornou-se uma importante área de estudo relacionada à história, filosofia e ciência. Essa compreensão deu origem a um novo movimento que buscou o reconhecimento das formas como os aspectos identitários podem se combinar e criar formas específicas e intensificadas de opressão (Piscitelli, 2009).

Nesse contexto, o feminismo negro, ao destacar suas experiências e necessidades específicas, foi fundamental para a incorporação da interseccionalidade, possibilitando a luta contra o racismo e o sexismo, bem como o reconhecimento do direito das mulheres à justiça social. O movimento transfeminista, por sua vez, engloba todos os grandes temas da terceira onda do feminismo, trazendo uma análise crítica na luta

pela visibilidade, direitos e dignidade, desafiando normas de gênero e enfrentando a discriminação, ao mesmo tempo que promove a inclusão e o respeito à diversidade de identidade de gênero na sociedade.

Com o fim da terceira onda, caracterizada pela interseccionalidade, e em um novo contexto marcado pela presença da tecnologia, surge a quarta onda do movimento feminista. A interação entre o Estado e a sociedade civil, facilitada pelas redes sociais, intensificou a visibilidade e a mobilização dos movimentos feministas, configurando o chamado ciberfeminismo, que visa a promoção da igualdade de gênero e o combate ao sexismo. Essa nova fase do movimento feminista, impulsionada pela popularização das tecnologias digitais, transcendeu as fronteiras sociais, raciais, religiosas e de gênero, desafiando normas tradicionais de comunicação e resistência.

Dessa forma, o ciberfeminismo representa uma nova epistemologia feminista, surgida na década de 1990, que questiona as desigualdades de gênero na ciência, tecnologia, arte e cultura eletrônica. O movimento também se alinha a uma crítica ao patriarcado como sustentáculo do neoliberalismo contemporâneo. Na quarta onda do movimento feminista, surgem abordagens renovadas para questões como desigualdade salarial, violência sexual e exploração econômica, continuando a luta histórica por justiça social e igualdade de direitos.

Além disso, o movimento feminista contemporâneo inclui o ecofeminismo e a espiritualidade feminina, que criticam o impacto ambiental da tecnologia e promovem uma economia sustentável. Reforça-se a ideia de que as lutas feministas, ao longo da história, têm sido fundamentais para desafiar as estruturas patriarcais e promover a justiça social, consolidando o “gênero” como um campo essencial para desnaturalizar as amarras do patriarcado construídas por séculos.

Diante desse breve resgate histórico, podemos afirmar que os movimentos feministas potencializam os múltiplos significados atribuídos ao conceito de gênero, que têm se mostrado eficazes ao possibilitar análises das organizações sociais e do papel que homens e mulheres desempenham nas estruturas sociais e políticas, promovendo o avanço em direção a uma comunidade justa. Levando em conta essa trajetória, reafirmamos as contribuições dos movimentos feministas para consolidar o conceito de gênero como uma ferramenta analítica legítima e potente para diferentes campos de estudo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A força dos pensamentos feministas é crucial para embasar o campo de estudos de gênero em contextos sociais permeados por desigualdades, complexidades e, atualmente, também por interpretações equivocadas. Temos, desse modo, um longo trabalho de problematização e questionamento dos usos e apropriações do conceito de gênero, envolvendo menções vazias e genéricas à ciência, no singular e como entidade suprema, desprovidas de contexto e precisão, e enquadradas em argumentos e constatações totalitárias e generalizantes que precisam ser insistentemente contestadas (Rohden, 2024).

É importante, portanto, perceber a função da «ideologia de gênero» como reflexo de transformações sociopolíticas e econômicas mais amplas. Compreender que a «ideologia de gênero», para além de sua relação com o crescimento do fundamentalismo religioso ou extremismo político, faz parte de ajustes estruturais maiores causados pelo sistema econômico e político vigente. Assim, podemos afirmar que o debate de gênero é capaz de compreender a construção e articulação das relações sociais da natureza humana, histórica e dos múltiplos processos de dominação que perpassam pelo viés cultural, econômico, político e simbólico (Vianna, 2020).

Podemos entender que pesquisar e publicar sobre gênero e feminismo nos dias atuais significa resistir (Minella, Ramos e Lago, 2018). Fazer pesquisas envolvendo gênero é uma forma de resistência a todo esse discurso contrário que está interferindo na promoção de debate neste campo para a superação das desigualdades e discriminações. Concluímos este trabalho destacando o grande desafio que envolve o fortalecimento das ferramentas conceituais e teóricas do campo dos estudos feministas e de gênero, considerando seu alcance revolucionário, e o enfrentamento às atuais ameaças, que apresentam gênero como um inimigo a ser combatido (Finco, Barreiros, Abbatecola, 2024). Assim, esse importante campo científico carrega hoje a necessidade de operar e desmistificar as práticas e políticas neoliberais que perpetuam as desigualdades sociais e os discursos ultraconservadores e fundamentalistas que tentam desqualificá-lo.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Heloisa Buarque; HENNING, Carlos Eduardo. Desafios e resistências no Brasil contemporâneo através da atuação do Comitê

de Gênero e Sexualidade da Associação Brasileira de Antropologia. In: ALMEIDA, Heloisa Buarque; HENNING, Carlos Eduardo (orgs.). *Desafios e resistências em gênero e sexualidade no Brasil contemporâneo*. Goiânia, GO: Cegraf UFG, 2024.

FINCO, Daniela; BARREIROS, Douglas Paulino; ABBATECOLA, Emanuela. A educação em disputa: gênero, cruzadas e formas de resistência. *Olhares: Revista do Departamento de Educação da Unifesp*, [S. l.], v. 12, n. 1, 2024. Disponível em: <https://periodicos.unifesp.br/index.php/olhares/article/view/16610>. Acesso em: 4 out. 2024.

BEAUVOIR, Simone de. *O segundo sexo*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009.

BIROLI, Flávia. *Gênero e desigualdades: limites da democracia no Brasil*. São Paulo: Editora Boitempo, 2018.

BIROLI, Flávia; TATAGIBA, Luciana; QUINTELA, Débora Franço-
lin. Reações à igualdade de gênero e ocupação do Estado no governo Bolsonaro (2019-2022). *Opinião Pública*, Campinas, vol. 30, p. 1-32, 2024: e3013. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/op/article/view/8676883>. Acesso em: 6 jun. 2024.

CASTELLS, Manuel. *A era da informação: economia, sociedade e cultura – Volume II: O poder da identidade*. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CITELI, Maria Teresa. Fazendo diferença: teorias sobre gênero, corpo e comportamento. *Ensaio. Revista Estudos Feministas*, vol. 9, n. 1, p. 131-144, 2001. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ref/a/PRYMW-ZZWNjfhPZhZbzxKN6P/>. Acesso em: 9 set. 2024.

DUARTE, Amanda Rodrigues; FINCO, Daniela. Desafios da inserção de gênero na formação inicial a partir das experiências de professoras acadêmicas feministas. *Mediações - Revista de Ciências Sociais*, Londrina, v. 29, n. 2, p. 1–20, 2024. DOI: 10.5433/2176-6665.2024v29n2e48937. Disponível em: <https://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/mediacoes/article/view/48937>. Acesso em: 4 out. 2024.

GAVA, Thais Cristina Montaldi. *O ovo de serpente: o discurso antigênero como elemento na disputa pela função social da educação escolar*. 2023. Tese (Doutorado em Educação e Ciências Sociais: Desigualdade e Diferenças) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2023.

HOOKS, Bell. *Teoria feminista: da margem ao centro*. São Paulo: Pers-

pectiva, 2019.

JUNQUEIRA, Rogério Diniz. *A invenção da ideologia de gênero: um projeto reacionário de poder*. Brasília: Letras Livres, 2022.

KELLER, Evelyn Fox. Qual foi o impacto do feminismo na ciência? *Caderno Pagu*, julho-dezembro, 2006, p. 13-14. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/8644756>. Acesso em: 28 jun. 2024.

LOURO, Guacira Lopes. *Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997. p. 14-36.

MALUF, Sônia. Políticas da família, neoliberalismo e conservadorismo no Brasil. In: ALMEIDA, Heloisa Buarque; HENNING, Carlos Eduardo (orgs.). *Desafios e resistências em gênero e sexualidade no Brasil contemporâneo*. Goiânia, GO: Cigraf UFG, 2024.

MIGUEL, Luís Felipe; BIROLI, Flávia. *Feminismo e política: uma introdução*. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2014.

MIGUEL, Luís Felipe. Da “doutrinação marxista” à “ideologia de gênero”: Escola Sem Partido e as leis da mordação no parlamento brasileiro. *Direito e Práxis Revista*, Rio de Janeiro, v. 7, n. 15, ago., p. 590-621, 2016. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revistaceaju/article/view/25163/>. Acesso em: 4 nov. 2023.

MINELLA, Luzinete Simões; RAMOS, Tânia Regina Oliveira; LAGO, Mara Coelho de Souza. Publicar é resistir. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 26, n. 1, jan.-abr. 2018.

MISKOLCI, Richard; CAMPANA, Maximiliano. Ideologia de gênero: notas para a genealogia de um pânico moral. *Revista Sociedade e Estado*, v. 32, n. 3, set./dez., 2017, p. 725–747. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/se/a/Ns5kmRtMcSXDY78j9L8fMFL/?format=pdf>. Acesso em: 9 set. 2024.

NICHOLSON, Linda. Interpretando o gênero. *Estudos Feministas*, v. 8, n. 2, p. 9-41, 2000. Disponível em: <http://educa.fcc.org.br/scielo>. Acesso em: 24 maio 2024.

PISCITELLI, Adriana. Gênero: a história de um conceito. In: ALMEIDA, Heloisa Buarque de; SZWAKO, José Eduardo (orgs.). *Diferenças, igualdade*. São Paulo: Berlendis & Vertecchia, 2009. p. 118-146.

ROHDEN, Fabíola. Alguns vetores e tensões das disputas “antigênero”

no cenário internacional e brasileiro. In: ALMEIDA, Heloisa Buarque; HENNING, Carlos Eduardo (orgs.). *Desafios e resistências em gênero e sexualidade no Brasil contemporâneo*. Goiânia, GO: Cegraf UFG, 2024.

SCOTT, Joan Wallach. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Educação e Realidade*, Porto Alegre, vol. 20, n. 2, jul.-dez. 1995, p. 71-99. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/educacaoerealidade/article/view/71721>. Acesso em: 22 abr. 2023.

TILLY, Louise. Gênero, história das mulheres e história social. *CADERNOS Pagu*, n. 3, 1994, p. 29-62. Disponível em: [https://ieg.ufsc.br/public/storage/articles/October2020/Pagu/1994\(3\)/Tilly.pdf](https://ieg.ufsc.br/public/storage/articles/October2020/Pagu/1994(3)/Tilly.pdf). Acesso em: 22 abr. 2023.

VARELA, Nuria. *Feminismo 4.0: la cuarta ola*. 1. ed. Barcelona: Penguin Random House Grupo Editorial, 2019.

VIANNA, Cláudia P.; DAL'IGNA, Maria Cláudia; SCHERER, Renata Porcher. Entrevista: Gênero: conceito capaz de apreender a construção social e histórica das relações sociais. *Revista Diversidade e Educação*, v. 8, n. 1, p. 7-24, jan./jun. 2020.

COMPARTILHANDO SABERES: DIÁLOGOS ENTRE A ACADEMIA E POLÍTICAS PÚBLICAS PARA MULHERES

Maria do Rosário de Fátima Andrade Leitão¹

Glauce Margarida da Hora Medeiros²

Joseana Maria Saraiva³

Leyliane Clênia Alves da Silva Marques⁴

INTRODUÇÃO

O artigo visibiliza um conjunto de ações de popularização da ciência desenvolvidas por duas instituições: a Universidade Federal Rural de Pernambuco e a Prefeitura do Recife, por meio da Secretaria da Mulher. Essas ações foram propostas e realizadas no âmbito do acordo de cooperação entre as duas instituições. O objetivo é fomentar o diálogo entre a universidade e a sociedade, a partir do compartilhamento de pesquisas e ações realizadas por mulheres vinculadas à UFRPE e a outras Instituições de Ensino Superior. A metodologia inclui a pesquisa-ação, a partir dos pressupostos da epistemologia feminista. As pesquisas validadas no universo acadêmico destacaram a importância de visibilizar mais ativamente a inserção das mulheres em todas as áreas do conhecimento científico.

O texto está fundamentado no diálogo com a sociedade, a partir das mulheres que compartilharam pesquisas e ações, aproximando a academia de outros segmentos que têm vivenciado cotidianamente desigualdades sociais. A parceria consiste em um encontro de saberes, poderes e capilaridades que potencializa a visibilidade, para toda a sociedade, do que vem sendo realizado dentro dos muros da universidade por mulheres, com mulheres e para as mulheres.

Ações importantes possibilitam atuar no tripé ensino, pesquisa e extensão, a partir de atividades realizadas com a contribuição do Núcleo de Pesquisa-Ação Mulher e Ciência. Desde o ano de sua criação, em 2013, o departamento tem contribuído com pesquisas e eventos.

1 Doutora em Estudos Ibero-Americanos (UCM-Espanha). Professora Titular da Universidade Federal Rural de Pernambuco.

2 Mestre em Extensão Rural e Desenvolvimento Local (POSMEEX-UFRPE). Secretária da Mulher – PCR.

3 Doutora Serviço Social Universidade Federal de Pernambuco. Professora da Universidade Federal Rural de Pernambuco.

4 Docente de graduação do curso de Ciências do Consumo. Bolsista PIBIC/UFRPE.

O projeto “Compartilhando Saberes: diálogos entre a Academia e políticas públicas para mulheres” se propôs a evidenciar pesquisas realizadas por mulheres no universo acadêmico e destacar a importância da divulgação científica protagonizada pelas mulheres pesquisadoras, o que significa contribuir para a identificação e estímulo a muitas meninas que ainda poderão ingressar em carreiras acadêmicas.

O debate protagonizado pelas mulheres problematiza questões que envolvem políticas públicas, entre elas os direitos de creche e escolas de tempo integral que permitam um envolvimento maior nas atividades acadêmicas para todas as pessoas, uma questão já problematizada por Almeda (1947).

CAMINHOS PENSADOS E REALIZADOS NO PROJETO DE COOPERAÇÃO

Unir a experiência da UFRPE e do Núcleo de Pesquisa-Ação Mulher e Ciência – DECISO/UFRPE com a vivência de ações da Secretaria da Mulher do Recife em prol das atividades do projeto “Compartilhando Saberes: diálogos entre a Academia e políticas públicas para mulheres” significou um grande passo para estreitar o diálogo entre universidade e sociedade.

A justificativa do Acordo de Cooperação está ancorada nas ações de popularização da ciência. Ao divulgar pesquisas e fomentar o debate sobre as mulheres na sociedade e as políticas públicas para este segmento, sua importância é inquestionável. “Compartilhando Saberes: diálogos entre a Academia e políticas públicas para mulheres” se mostrou uma experiência produtiva para a divulgação das produções acadêmicas de mulheres pesquisadoras, visto que, historicamente, a contribuição das mulheres na ciência foi invisibilizada (Bandeira, 2005). A relevância da iniciativa se encontra também na aproximação da gestão pública, formuladora e executora das políticas específicas e transversais para mulheres, contribuindo assim com a elaboração mais assertiva de programas, projetos e ações. Desse modo, o projeto em tela fortalece e incentiva a participação das mulheres nas ciências, bem como valoriza a produção acadêmica das pesquisadoras. Isso reforça a formulação de Londa Schiebinger sobre como a inclusão das perspectivas feministas e a valorização do trabalho de mulheres podem transformar a ciência, ajudando a corrigir a histórica invisibilização de suas contribuições e promovendo um ambiente mais inclusivo e diverso. A autora destaca a importância de projetos e iniciativas que aproximem as produções

acadêmicas de mulheres da sociedade e das políticas públicas, contribuindo para a formulação de programas mais inclusivos (Schiebinger, 1999, p. 7).

A proposição de eventos que evidenciaram resultados de teses, dissertações, relatórios de Iniciação Científica, entre outras produções acadêmicas, possibilitou que as universidades transpusessem os muros que as circundam e dialogassem de forma mais próxima e constante com a sociedade em geral, com destaque para as mulheres.

O Núcleo de Pesquisa-Ação Mulher e Ciência vem realizando atividades de ensino, pesquisa e extensão desde 2013. No ensino, tem contribuído com a disciplina Gênero, Trabalho e Diversidade. Na pesquisa, tem atuado na formação de recursos humanos, desde a iniciação científica até a pós-graduação. Na extensão, tem colaborado nesta última década juntamente com o Grupo de Pesquisa Desenvolvimento e Sociedade CNPq/UFRPE na realização de eventos, cursos e projetos nos quais a epistemologia feminista é fundamental para nortear as ações, sejam com as pescadoras, sejam com as mulheres na ciência.

As pesquisas e ações sobre o tema Mulher e Ciência estão ancoradas em questões relacionadas à desigualdade de gênero na educação, nos espaços de poder e decisão. No meio acadêmico, em reconhecimento às desigualdades de gênero, foi lançado no Brasil o programa Mulheres na Ciência, com ações para visibilizar e promover a paridade, além de combater a desigualdade entre as pessoas no ambiente de pesquisa e ampliar a participação das mulheres na produção científica e tecnológica do Brasil. Visibilizar as ações das mulheres nas instituições de pesquisa tem sido tema de algumas investigações que fomentaram interesse por essa temática, por exemplo, as que visibilizaram mulheres que compõem a história da ciência no Brasil (Lopes, 1998; Melo e Rodrigues, 2006). Tabak (2002), em seu Laboratório de Pandora (2005), e Hildete Melo e Lígia Rodrigues (2006), Cruz (2012), Carvalho (2012), Conceição et al. (2019). Neste contexto, alguns dados da realidade social que contribuem para a problematização do tema Mulher e Ciência, entre eles:

1 - Em relatório recente, a agência da ONU revelou que, no mundo, as mulheres representam apenas 28% do conjunto de pesquisadores. O índice se torna menor conforme se avalia a participação desse público em posições hierárquicas mais elevadas e atreladas à tomada de decisões.

2 - A primeira pesquisa global sobre a representação das mulheres no mais alto nível da comunidade científica mostra que menos de

um oitavo dos membros de academias de ciências de todo o mundo são mulheres (Gibney, 2016). A fundamentação teórica, a partir dos textos precursores do debate “Mulheres e Ciência”, inclui: Sandra Harding, Evelyn Fox Keller e Donna Haraway. As autoras argumentam que o tema pode ser abordado a partir das seguintes perspectivas: do lugar de fala das mulheres; das hierarquias na configuração do masculino e feminino, que incluem as naturalizações no que diz respeito ao público/privado, razão/sentimento, entre outros; e a construção das diversas histórias da ciência.

A literatura aponta barreiras ao acesso das mulheres à ciência e à tecnologia e identifica padrões de discriminação explícitos e implícitos. A literatura selecionada consiste em publicações que chamam a atenção sobre a relação entre a construção do conhecimento científico e práticas sociais carregadas de valores e ideologias (SILVA, 1998). É inegável a inserção das mulheres na educação, na pesquisa e no mercado de trabalho. No entanto, há necessidade de fomentar políticas públicas, como, por exemplo, o Programa Mulher e Ciência, em vigor desde 2005, cuja relevância consiste na possibilidade de contribuir para a consolidação e fomento aos estudos de mulheres, sobre mulheres e para mulheres. Uma população significativa da comunidade científica, que inclui quase a metade dos profissionais com título de doutorado no Brasil, deve ter acesso a setores estratégicos para o país.

Neste contexto, o Programa Mulher e Ciência foi criado e consolidado a partir do trabalho realizado por um grupo interministerial composto pela Secretaria de Políticas para as Mulheres (SPM), Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT), Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e Ministério da Educação (MEC), com a parceria da ONU Mulheres. Consiste em uma das primeiras ações no Brasil no sentido de romper com a invisibilidade das mulheres nas ciências no país. Destaca-se entre as publicações deste Programa o prêmio “Construindo a Igualdade de Gênero”, que tem contribuído para a produção científica e para o debate sobre relações de gênero, mulheres e feminismos no Brasil. Outras importantes contribuições do Projeto Mulher e Ciência, sob a coordenação do CNPq e com apoio de outras instituições, consistem na publicação “Pioneiras da Ciência no Brasil”, atualmente em sua 5ª edição, que resgatou a história de vida de 70 mulheres cientistas. Vale ressaltar a primeira edição - Jovens Pesquisadoras - Ciência também é coisa de mulher, na qual foram selecionadas vinte e duas pesquisadoras com menos de quarenta anos e bolsistas de Produtividade em Pesquisa, nível 1, que representam 0,2% do total de bolsas PQ femininas no Brasil.

As ações do Projeto Mulher e Ciência caracterizam-se por visibilizar a história das mulheres na produção do conhecimento e, com isso, influenciar as novas gerações, o que poderá resultar no acesso e contribuição diferenciada das mulheres em instituições científicas nos espaços de poder e decisão. Nesta ótica, é importante considerar também o debate relacionado ao acesso, participação e inclusão de mulheres em profissões universitárias com forte divisão sexual do trabalho. A ex-ministra Eleonora Menicucci, da SPM, chamou a atenção para o fato de que “hoje, meninas e jovens têm amplos horizontes de vida. Elas podem ser o que quiserem. Mas ainda precisamos alargar as fronteiras para que cheguem às ciências exatas e tecnológicas” (Brasil: 2013).

Entre as ações previstas no Projeto Compartilhando Saberes, se destacam: 1) Realização de apresentações virtuais no canal do YouTube da Secretaria da Mulher, com transmissão simultânea em canais da UFRPE, em período a ser acordado, de pesquisas acadêmicas que versam sobre políticas para as mulheres; 2) Produzir material que viabilize a publicação posterior de uma coletânea digital; 3) Realizar oficinas sobre temas relevantes da epistemologia feminista e metodologias participativas.

As apresentações virtuais foram realizadas com certa regularidade, desde abril de 2021 até julho de 2023, constituindo-se em um espaço de reflexões e de construção de novos conhecimentos a partir dos estudos já produzidos na universidade.

APRESENTAÇÕES NO CANAL DO YOUTUBE DA SECRETARIA DA MULHER

Ao todo, contabilizamos 12 eventos online e outros dois eventos presenciais, que abordaram violência doméstica, violências institucionais, cidades seguras ou inseguras para as mulheres, comunidades tradicionais, educação superior, diversidade, racismo, acesso à educação e economia do cuidado. A duração do programa variou entre 40 minutos e uma hora, considerando que o objetivo era alcançar diferentes públicos. Foram sistematizadas no quadro abaixo informações relevantes sobre os eventos: título, participantes (palestrante, debatedora e mediadora), data, quantidade de visualizações e link para quem quiser assistir e consultar as apresentações.

Tabela dos Programas realizados no YouTube

Título	Participantes	Data	Visualização
Moradia e Violência Doméstica contra Mulher ⁵	Raquel Lurdemir Avanir Santana Glauce Medeiros Twilla Barbosa	30/03/21	359
Por onde as mulheres andam? Percursos e medos que limitam a experiência de mulheres no Centro do Recife ⁶	Lúcia de Andrade Siqueira Ana Magalhães Twilla Barbosa	29/04/21	137
Mulher além da maré ⁷	Silvana Marpoara Claudia Maria Lima Rosário Andrade Twilla Barbosa	26/05/21	162
Uma cidade para Maria: estudo sobre o deslocamento feminino no bairro da Boa Vista ⁸	Lariza Gonzaga Mariana Asfora Twilla Barbosa	30/06/21	145
Relações sociais de gênero e formação política: Um estudo com pescadoras artesanais presidentas de colônia em Pernambuco ⁹	Daniela Rodrigues Rosário Andrade Twilla Barbosa	08/09/21	59
Educação Superior Sob a Ótica da Equidade de Gênero ¹⁰	Carol Lins Rosário Andrade Twilla Barbosa	30/09/21	131
Diálogos: mulher e ciência ¹¹	Glauce Medeiros Cida Pedrosa Rosário Andrade Giovanna Machado Edvania Kehn	28/10/21	148
Sexualidade e diversidade na deficiência ¹²	Pâmela Melo Dida Duque Twilla Barbosa	18/11/21	100

5 <https://www.youtube.com/watch?v=TmzyutYwwyo&t=148s>

6 https://www.youtube.com/watch?v=2DgqTq_4So&t=12s

7 <https://www.youtube.com/watch?v=28EeFVSxosY&t=114s>

8 <https://www.youtube.com/watch?v=ssDR9CWQG8s>

9 https://www.youtube.com/watch?v=dILD_ieK8NM&t=37s

10 <https://www.youtube.com/watch?v=uzwr4v7OJrY&t=83s>

11 <https://www.youtube.com/watch?v=IiAEDGbrlWm&t=107s>

12 <https://www.youtube.com/watch?v=iVkvV5hAfw&t=33s>

Racismo e intolerância: ser pessoa negra no Brasil hoje ¹³	Rosa Maria Aquino Simony dos Anjos Twillla Barbosa	25/11/21	203
Mulheres e Economia do Cuidado ¹⁴	Hildete Pereira de Melo Rosário Andrade Lara Couto	20/07/22	51
A importância da Universidade Pública para a Sociedade ¹⁵	Maria José de Sena Glauce Medeiros Rosario Andrade Lara Couto	27/03/23	20
Povos Originários, Mulheres Indígenas, suas trajetórias e convivências, e o Marco Temporal das Terras Indígenas ¹⁶	Aliã Wamiri Guajajara, mulher indígena piauiense, da etnia Guajajara, Lara Couto da Secretaria da Mulher - Prefeitura da Cidade do Recife, Rosário Andrade Secretária da SBPC-PE Chiara França – UFRPE	13/07/23	46

Fonte: Sistematização das autoras

ACÇÕES PRESENCIAIS, COM TRANSMISSÃO ONLINE

Além dos eventos online, foi realizado, dentro deste Acordo de Cooperação, o II Seminário Mulheres em Carreiras Universitárias e Espaços de Poder, com apoio também da SBPC-PE e do Centro de Tecnologias Estratégicas do Nordeste. O evento aconteceu nos dias 18 e 19 de abril de 2023, das 9h às 18h, no auditório do CETENE, na modalidade híbrida. Os temas das mesas dialogaram com as relações de poder configuradas através das relações de gênero e do modelo patriarcal. A escolha das temáticas foi problematizada nas seguintes questões: Qual a relação entre a legislação vigente de promoção dos direitos das mulheres e a participação efetiva nos espaços de poder? Por que (e desde quando) as mulheres são invisíveis enquanto sujeitos históricos? Como

13 https://www.youtube.com/watch?v=T_ion4TFyt0&t=195s

14 <https://www.youtube.com/watch?v=MOnEhGNBqjY&t=16s>

15 <https://www.youtube.com/watch?v=yPREw9g2w2g>

16 https://www.youtube.com/watch?v=BFaL_zvg1wA&t=78s

as desigualdades de gênero configuram as escolhas e os exercícios das carreiras profissionais? Como as instituições têm incorporado o gênero nos seus pressupostos e na sua organização? Já houve conceitos de gênero realmente igualitários sobre os quais foram projetados ou mesmo baseados sistemas políticos? Dialogando com as questões acima, foram realizadas 7 mesas.

O II Seminário Mulheres em Carreiras Universitárias e Espaços de Poder contou com as seguintes mesas temáticas: Retomada da Pesquisa Universitária, Mulheres na Gestão, Relatos e Reflexões sobre Docência e Vivências em Fotografia e Vídeo, Interloquções sobre Mulheres, Mídias e Cultura, Meninas e Mulheres na Ciência – Prêmio Carolina Bori e Programa Futuras Cientistas, Mulheres na Ciência e Tecnologia, e Projeto Levando Ciência. Os resultados mostram que o evento reuniu representantes de instituições públicas e privadas, universidades, ONGs, sindicatos, secretarias municipais, mais especificamente, professores/as, pesquisadores/as, estudantes e profissionais para problematizar questões de gênero, raça, etnia, classe social, geração e suas relações com as políticas públicas nas áreas de educação, ciência e tecnologia.

Tabela 2 Mesas: II Seminário Mulheres em Carreiras Universitárias e Espaços de poder

Mesa	Participantes
RETOMADA PESQUISA UNIVERSITÁRIA ¹⁷	Marcia Aguiar – FUNDAJ Hildete Pereira de Melo – UFF Maria Eulina Pessoa de Carvalho – UFPPB
MULHERES NA GESTÃO	Maria das Graças Soares – UNIFAFIRE Maria Socorro Cavalcanti – UPE Glauce Medeiros – Secretaria da Mulher Recife Rejane Mansur – UFRPE Ana Brito (FIOCRUZ) Maria do Carmo F. Soares – UFRPE
RELATOS E REFLEXÕES SOBRE DOCÊNCIA E VIVÊNCIAS EM FOTOGRAFIA E VÍDEO ¹⁸	Amanda Mansur – CAA,-UFPE Iomana Rocha - CAA-UFPE Priscila Bhur – Fotógrafa Juliana Leitão CAA-UFPE

17 <https://www.youtube.com/watch?v=sqGpFsg-ZM4&t=106s>, todas as mesas da manhã. 223 visualizações

18 <https://www.youtube.com/watch?v=yM23KhSuGes&t=44s> 76 visualizações.

INTERLOCUÇÕES SOBRE MULHERES, MÍDIAS E CULTURA ¹⁹	Nataly de Queiroz Lima – AESO-PE Catarina de Angola - Consultora de comunicação Isaura Rufino Fischer - FUNDAJ) Luizy A. da Silva Carlos - Rádio Frei Caneca Salett Tauk Santos – UFRPE
MENINAS E MULHERES NA CIÊNCIA – PRÊMIO CAROLINA BORI E PROGRAMA FUTURAS CIENTISTAS ²⁰	Fernanda Sobral – SBPC/UnB Mirian Grossi – SBPC/UFSC Giovanna Machado- CETENE Rosário Andrade - SBPC/UFRPE
MULHERES, CIÊNCIA E EDUCAÇÃO DE QUALIDADE: POR DENTRO DO PROJETO LEVANDO CIÊNCIA	Allana Casé, Hadislayne Karine, Juliane Guedes, Mayara Bernardo membros projetos “Levando Ciência” Regina Melo SBEM-PE e UPE Joana Florêncio SDECTI
MULHERES NA CIÊNCIA E TECNOLOGIA	Sonia Guimarães – ITA Cristina Castro Lucas de Souza -UNB Giovanna Machado – CETENE

Fonte: Sistematização das autoras

É pertinente ressaltar que houve um resultado significativo do evento II Seminário Mulheres em Carreiras Universitárias e Espaços de Poder: a elaboração da Carta do Recife, em 20 de abril de 2023.

Ainda foi realizado o III Seminário em Carreiras Universitárias e Espaços de Poder no âmbito da Conferência Livre “Meninas e Mulheres nas Ciências e nos Espaços de Poder”, nos dias 10, 11 e 12 de abril de 2024, no espaço do Centro de Tecnologias Estratégicas do Nordeste - CETENE.

Tabela 3 Mesas: III Seminário Mulheres em Carreiras Universitárias e Espaços de poder

Mesa	Participantes
ESPAÇOS DE PODER E DECISÃO	Glauce Medeiros – Secretária da Mulher-PCR Maíra Fischer Cida Pedrosa Secretaria das Finanças – PCR Cida Pedrosa - Câmara de Vereadores/as do Recife

19 <https://www.youtube.com/watch?v=p9DN8NZ4N84&t=315s> 126 visualizações

20 <https://www.youtube.com/watch?v=90QItobx3xU&t=840s> todas as mesas da tarde. 123 visualizações.

<p>MULHERES PROTAGONISTAS NO CENÁRIO DA PESQUISA E INOVAÇÃO: AUTORIAS E MEMÓRIAS</p>	<p>Salett Tauk - UFRPE Luzilá Gonçalves - UFPE Izaura Fischer e Lígia Albuquerque - FUNDAJ Chiara França – UFRPE Rejane Mansur – UFRPE</p>
<p>MENINAS E MULHERES NAS CIÊNCIAS E NOS ESPAÇOS DE PODER</p>	<p>Maria Eulina Pessoa de Carvalho - UFPB Mauricelia Montenegro - SEC-TI-PE Maria José de Sena – UFRPE Cristina Araripe - FIOCRUZ-RJ Fernanda Pimentel - FACEPE Giovanna Machado - Programa Futuras Cientistas</p>
<p>Grupo de Trabalho para construção de documento²¹</p>	<p>Rosário Andrade UFRPE/SBPC Joseana Saraiva UFRPE/SBPC Glauce Medeiros SOMAR-PCR Giovanna Machado – CETENE Maria Eulina Pessoa de Carvalho - UFPB Chiara França UFRPE/SBPC Marília Mesquita de A. Figueiredo Sec-ti Socorro Lima UFRPE Andrêza Leite UFRPE Renata Valéria UFRPE Ligia Albuquerque FUNDAJ Izaura Fischer FUNDAJ Marília Regina Costa Castro - IFPE Walesca Mirela Barbosa de Lima - IFPE Jéssica Karoline F. Prazeres - IFPE/UFPE Edilene Barbosa de Souza- IFPE Rosa de Fátima Galvão - Inst. Acordespe Jacicleide Monteiro - Inst. Acordespe Lindinalva Tavares - Jaboatão Adm. Gabrielly B. Alves de Oliveira - IFPE Zulma Medeiros - FIOCRUZ/UPE Beatriz C. Duqueviz – FIOCRUZ M^a das Graças B. Nascimento - UFRPE Maria Luiza F. Torquato - IFPE Rogéria Mendes do Nascimento - IFPE Andrêzza Leite de Alencar – UFRPE Mariana Rabelo Valença – UPE Andreza Carolina Carneiro Tomaz – IFPE</p>

²¹ https://issuu.com/5cncti/docs/e-book_para_5_cncti_-_conferencias_livres

Grupo de Trabalho para construção de documento - Continuação	Mariana Rabelo Valença – UPE Andreza Carolina Carneiro Tomaz – IFPE Eva R. do Nascimento – (UNIBRA) Jaqueline R. Alves da Silva – IFPE Natascha H. Oliveira da Silva – UFPE Noemi Rosa Montelo - IFPE
--	--

Fonte: Sistematização das autoras

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A proposta do Acordo de Cooperação previu a realização de apresentações virtuais, no YouTube, de pesquisas acadêmicas que versassem sobre políticas para as mulheres, o que foi feito extensivamente, seja nos programas mensais, seja na transmissão das ações presenciais. Os dois seminários funcionaram como oficinas de temas relevantes da epistemologia feminista e metodologias participativas, inclusive com a elaboração conjunta do relatório da Conferência Livre. Ainda nos falta publicar, o que estamos iniciando com este artigo, considerando a importância de visibilizar as contribuições das mulheres na ciência, além de fomentar o diálogo entre a universidade, o poder público, movimentos de mulheres, feministas e a sociedade civil como um todo.

REFERÊNCIAS

ALMEDA, Maria Celene Ferreira Cardoso de. A Mulher e a Profissão Agrônoma. Revista de Agricultura, Diretório Acadêmico do Curso de Agronomia, v.1, n. 1, 1947. p. 53-54.

BANDEIRA, Lourdes. Brasil Fortalecimento da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres avançarem na transversalidade da perspectiva de Gênero nas Políticas Públicas. Brasília, CEPAL, SPM, 2005.

CARVALHO, M^a Eulina Pessoa; RABAY, Gloria e SILVA, Lucimeiry, B. da. Carreiras Docentes de Mulheres em Departamentos Masculinos: Mudanças Geracionais. Florianópolis, Fazendo Gênero 10, UFSC, 2012.

CONCEIÇÃO, J. M.; PEREIRA, J. C. ; TEIXEIRA, M. R. F. . MULHERES NA CIÊNCIA: As Cientistas das Academias Pernambucanas. Cadernos de Educação, Tecnologia e Sociedade, v. 12, p. 110, 2019.

COSTA, Maria da Conceição. Ainda Somos Poucas: Exclusão e Invi-

sibilidade na Ciência. Cadernos Pagu (27), julho-dezembro de 2006, pp.455-459.

CRUZ, Maria Helena Santana. Mapeando Diferenças de Gênero no Ensino Superior da Universidade Federal de Sergipe. Aracaju, Editora UFS, 2012.

Evelyn; LONGINO, Helen (eds.) Feminism and science. New York, Oxford University Press, 1996, pp.264-79.

GIBNEY, Elizabeth . Women-under-represented in world's science academies. Nature (Online) February, 2016.

HARAWAY, Donna. Primate Visions: Gender, Race, and Nature in the World of Modern Science. New York, Routledge, 1989.

HARDING, Sandra. Ciencia y Feminismo. Madri, Morata, 1996.

KELLER, Evelyn Fox. Developmental Biology as a Feminist Cause? Osiris, vol. 12, 1997, pp16-28. Reflexiones sobre Gênero y Ciencia. Tradução de Ana Sanches. Valencia: Ed. Alfons el Magnànim, 1991.

LETA, Jacqueline. As mulheres na ciência brasileira: crescimento, contrastes e um perfil de sucesso. Estudos Avançados 17 (49), São Paulo, 2003, pp. 271-283. LOPES, Maria Margaret. “Aventureiras” nas Ciências. In cadernos Pagu (10), 1998: pp.345- 368.

SCHIEBINGER, Londa. Has Feminism Changed Science? Cambridge: Harvard University Press, 1999.

SCOTT, Joan W. Gênero: uma categoria útil para análise histórica. Recife: SOS Corpo, 1991. SILVA, Elizabete Rodrigues da. A (IN)VISIBILIDADE DAS MULHERES NO CAMPO CIENTÍFICO. Revista HISTEDBR On-line, Campinas, n.30, p.133-148, jun.2008.

SILVA. Elizabeth Bortolaia. Des-construindo o Gênero em Ciência e Tecnologia. In Cadernos Pagu (10), 1998, pp.7-20.

TABAK, Fanny. O laboratório de Pandora. Estudos sobre a ciência no feminino. Rio de Janeiro, Garamond, 2002.

MULHERES QUILOMBOLAS E ENSINO SUPERIOR: REFLEXÕES SOBRE ACESSO E PERMANÊNCIA

Silvia Lúcia Ferreira¹

Eliana do Sacramento de Almeida²

INTRODUÇÃO

A trajetória das mulheres quilombolas no ensino superior se insere em um contexto histórico marcado por profundas desigualdades sociais e raciais. A busca por um espaço na academia representa não apenas uma conquista individual, mas também um ato político de resistência contra as estruturas de poder que historicamente as marginalizaram (Carneiro, 2003).

As comunidades quilombolas, herdeiras de um legado de luta e resistência, enfrentam desafios complexos para garantir o acesso e a permanência das mulheres no ensino superior. O racismo, o sexismo e as desigualdades socioeconômicas se entrelaçam, criando barreiras que dificultam a construção de trajetórias acadêmicas exitosas.

Embora a Constituição Federal de 1988 reconheça os direitos das comunidades quilombolas, a realidade dessas mulheres no ensino superior ainda é marcada por desafios significativos. Segundo dados do IBGE (2021), a população quilombola representa cerca de 2% da população brasileira, mas sua presença nas universidades ainda é muito pequena. Essa subrepresentação reflete as desigualdades históricas e estruturais que persistem no país.

Souza, Antunes e Nunes (2022) destacam que a educação superior, embora seja um espaço de empoderamento e resistência, ainda está marcada por desafios estruturais que afetam a autoestima e o sentimen-

1 Professora Titular da Escola de Enfermagem da Universidade Federal da Bahia. Coordenadora do GEM- Centro de Estudos e Pesquisas sobre Mulheres, Gênero, Saúde e Enfermagem, Líder de Pesquisa do Grupo de Pesquisa GEM- Saúde das Mulheres, Enfermagem, Gênero, Raça e Etnia, Coordenadora do Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre a Mulher. Coordenadora da Incubadora Feminista Antirracista Norte Nordeste e Amazônia Legal, membro do Comitê Gestor do INCT CALEIDOSCÓPIO.

2 Professora da Universidade do Estado da Bahia. Doutoranda em Enfermagem e Saúde pelo Programa de Pós-Graduação em Enfermagem e Saúde na Universidade Federal da Bahia. Membro da Incubadora Feminista Antirracista Norte Nordeste e Amazônia Legal. Membro do Laboratório de História e Cultura Afro-Brasileira e Currículo Mariinha Rodrigues (LahAfro/UNEB).

to de pertencimento das estudantes quilombolas. A falta de representatividade nos currículos e nos corpos docentes, por exemplo, contribui para a sensação de isolamento e alienação dessas mulheres.

A interseccionalidade das opressões que as mulheres quilombolas vivenciam exige uma análise complexa e multidimensional (Crenshaw, 1991; Collins e Bilge, 2017). Além das questões raciais e de gênero, fatores como a origem geográfica, a condição socioeconômica e a falta de políticas públicas específicas também influenciam suas experiências acadêmicas.

A inserção no ensino superior representa um processo de descolonização e de ressignificação dos saberes tradicionais. Ao ingressarem na academia, as mulheres quilombolas trazem consigo conhecimentos ancestrais e perspectivas de mundo que enriquecem o debate acadêmico e contribuem para a construção de um conhecimento mais justo e equitativo.

No entanto, a permanência no ensino superior é um desafio constante. A falta de apoio financeiro, a necessidade de conciliar os estudos com as responsabilidades familiares e comunitárias, e a pressão por bons resultados acadêmicos são alguns dos obstáculos que as estudantes quilombolas enfrentam e tentam superar.

As instituições de ensino superior têm um papel fundamental a desempenhar na promoção da inclusão e da permanência das mulheres quilombolas. A implementação de políticas afirmativas, como cotas raciais e ações de assistência estudantil, é essencial para garantir o acesso e a permanência dessas estudantes.

Além disso, é fundamental promover a interculturalidade nos espaços acadêmicos, valorizando os saberes tradicionais e as experiências de vida das mulheres quilombolas. A criação de grupos de estudos, núcleos de pesquisa e projetos de extensão que envolvam a comunidade quilombola também contribui para o fortalecimento da identidade e da autoestima dessas estudantes.

A luta pela inclusão das mulheres quilombolas no ensino superior é um processo contínuo que exige a mobilização de diversos atores sociais. É preciso que universidades, movimentos sociais, governos e sociedade civil trabalhem em conjunto para superar as desigualdades e construir um futuro mais justo e equitativo para todas e todos. Neste contexto, este trabalho tem por objetivo desenvolver uma reflexão teórica sobre o acesso e permanência de mulheres quilombolas no ensino superior.

METODOLOGIA

A metodologia proposta para este estudo será fundamentada em uma abordagem qualitativa, com o objetivo de desenvolver uma reflexão teórica sobre o acesso e permanência de mulheres quilombolas no ensino superior. Segundo Minayo (2017), a pesquisa qualitativa é apropriada para investigações que buscam explorar significados e práticas sociais a partir das perspectivas dos sujeitos envolvidos. Neste caso, a abordagem qualitativa permitirá analisar, com certa profundidade, como essas mulheres conciliam suas trajetórias acadêmicas considerando as barreiras estruturais e culturais que enfrentam para acessar e permanecer nas universidades.

Para desenvolver esta reflexão tomaremos como ponto de partida as experiências das autoras enquanto docentes de universidades públicas e que adotam como princípios a inclusão e a diversidade no ensino superior. Recorreremos ainda a artigos publicados em periódicos científicos, focalizando temas como educação inclusiva, políticas afirmativas, e as dificuldades específicas enfrentadas por mulheres quilombolas no ambiente universitário; bem como a análise de documentos oficiais do Ministério da Educação (MEC), como o Plano Nacional de Educação (PNE) e o Programa Universidade para Todos (ProUni), além das Diretrizes Nacionais para a Educação Escolar Quilombola.

Esses documentos fornecem a base normativa e política para as ações de inclusão e subsidiarão a compreensão das medidas específicas direcionadas às comunidades quilombolas e afro-brasileiras. De acordo com Gil (2019), este tipo de análise é fundamental para garantir que o estudo esteja ancorado em uma base sólida de conhecimentos já consolidados, além de permitir a identificação de lacunas que justifiquem a necessidade de novas investigações. Esta análise permitirá identificar o impacto dessas políticas na promoção da equidade e inclusão, contribuindo para o entendimento das barreiras e dos avanços no contexto educacional quilombola.

Como referencial teórico, a pesquisa adota a teoria da interseccionalidade, desenvolvida por Kimberlé Crenshaw e ampliada por outras autoras feministas negras, como Patrícia Hill Collins e Sirma Bilge. Essa perspectiva permite entender como múltiplas opressões - raça, gênero, classe e território - influenciam a experiência educacional das mulheres quilombolas. A interseccionalidade ajuda a situar as barreiras que essas mulheres enfrentam em um contexto histórico e estrutural, revelando as complexidades das suas trajetórias no ensino superior. Traba-

lhos teóricos de autoras como Djamila Ribeiro e Sueli Carneiro também serão incluídos para ampliar o entendimento sobre o feminismo negro brasileiro e as especificidades das demandas das mulheres quilombolas, oferecendo uma abordagem crítica sobre as interações entre diferentes dimensões de exclusão social.

Por fim, a metodologia empregada permite uma reflexão crítica e contextualizada sobre a experiência de mulheres quilombolas no ensino superior, buscando compreender como as políticas públicas e as estruturas institucionais podem tanto facilitar quanto obstaculizar seu acesso e permanência. A partir dessa abordagem, espera-se contribuir para a produção de conhecimentos que apoiem a construção de políticas educacionais mais inclusivas e efetivas para esses grupos.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

As mulheres quilombolas enfrentam inúmeras barreiras para acessar e permanecer nas universidades brasileiras, sendo essas barreiras influenciadas por fatores como racismo, sexismo e desigualdade socioeconômica. De acordo com dados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP, 2022), apenas uma pequena parcela das mulheres quilombolas consegue concluir o ensino médio, e a taxa de ingresso no ensino superior é ainda menor. Essas barreiras têm raízes históricas e estruturais, uma vez que o acesso à educação para populações quilombolas foi sistematicamente negado durante séculos, refletindo-se na atual marginalização desses grupos dentro das instituições de ensino (Gomes, 2023).

Um dos principais desafios de acesso enfrentados por essas mulheres é a dificuldade financeira, dada a realidade de muitas comunidades quilombolas, onde a renda média familiar é baixa e o acesso a recursos é limitado. Segundo Melo (2018), além das taxas de inscrição e mensalidades, as despesas com transporte, alimentação e materiais acadêmicos representam altos custos adicionais que dificultam o ingresso e a permanência de estudantes quilombolas. As políticas afirmativas, como o ProUni e as cotas raciais, têm sido ferramentas importantes para ampliar o acesso ao ensino superior, mas ainda encontram limitações na inclusão efetiva das mulheres quilombolas, que frequentemente precisam enfrentar condições socioeconômicas extremamente desafiadoras para permanecer nos cursos (Basso-Poletto; Efrom; Beatriz-Rodrigues, 2020).

A discriminação e o preconceito são outras barreiras significativas. Mulheres quilombolas não apenas enfrentam o racismo institucio-

nal, mas também o sexismo, o que resulta em formas de discriminação interseccionais que as afetam de maneira única (Crenshaw, 2002; Ribeiro, 2017). Em muitas universidades, estudantes quilombolas relatam se sentir excluídas e invisibilizadas, sendo muitas vezes as únicas pessoas negras em suas turmas, o que reforça o isolamento e pode levar ao abandono dos estudos (Feldmann; Libório, 2023). Segundo Carneiro (2023), essas mulheres enfrentam um ambiente hostil que reforça o sentimento de não pertencimento, dificultando sua permanência e seu desempenho acadêmico.

Outro fator importante é a falta de suporte institucional e de políticas específicas voltadas para a inclusão de mulheres quilombolas nas universidades. Embora algumas universidades tenham implementado programas de assistência estudantil, ainda há carência de apoio psicológico, social e acadêmico específico para atender às demandas dessa população. As políticas de assistência, muitas vezes, não conseguem alcançar efetivamente as mulheres quilombolas, que precisam de medidas mais abrangentes e de uma compreensão interseccional de suas necessidades para garantir que possam ter condições reais de concluir seus cursos (Pereira; Allegretti; Magalhães, 2022).

Por fim, a trajetória educacional das mulheres quilombolas no ensino superior revela a necessidade urgente de políticas públicas que considerem as especificidades desse grupo. Medidas que integrem a interseccionalidade — como a ampliação de bolsas para quilombolas, maior apoio à permanência, e programas de sensibilização e combate ao racismo e sexismo nas universidades — são essenciais para garantir que essas mulheres tenham igualdade de oportunidades educacionais (Pereira; Allegretti; Magalhães, 2022). Ao superar essas barreiras, será possível promover uma educação verdadeiramente inclusiva e igualitária, contribuindo para a transformação social e para o empoderamento das comunidades quilombolas em todo o Brasil.

As políticas de Ações Afirmativas e o acesso e permanência das estudantes quilombolas nas universidades

As políticas de cotas e ações afirmativas no Brasil representam avanços significativos no combate à desigualdade racial e no incentivo à inclusão de grupos historicamente marginalizados, como negros, indígenas e pessoas de origem quilombola, nas universidades. Essas políticas têm como objetivo garantir o acesso ao ensino superior para estudantes que, devido a fatores socioeconômicos e históricos, não te-

riam condições de competir em igualdade de oportunidades no processo seletivo tradicional. No entanto, embora as cotas sejam um passo importante, é fundamental compreender que a inclusão desses grupos na universidade exige muito mais do que a simples garantia de vagas. É necessário um conjunto de estratégias de acompanhamento e suporte para que essas políticas resultem, de fato, em uma inclusão plena e efetiva desses estudantes no ambiente acadêmico (Ribeiro, 2022).

O acesso à universidade por meio de cotas não resolve, por si só, as desigualdades estruturais presentes no sistema educacional brasileiro. A dificuldade de adaptação de muitos estudantes cotistas a ambientes universitários, que frequentemente são majoritariamente formados por pessoas brancas e de classes mais altas, exige que as instituições de ensino adotem práticas pedagógicas e administrativas que favoreçam a integração e permanência. Programas de apoio psicológico, tutoria, orientação acadêmica e ações de valorização da identidade cultural dessas estudantes são essenciais para que elas não apenas ingressem, mas permaneçam e concluam seus cursos com sucesso. Assim, a implementação de cotas precisa ser acompanhada de um conjunto de estratégias de suporte contínuo.

A educação quilombola no ensino superior, dentro desse contexto, representa uma vertente específica de ação afirmativa que demanda uma análise cuidadosa. As diretrizes curriculares para a educação quilombola, estabelecidas pela Lei nº 10.639/03, que incluiu a temática da história e cultura afro-brasileira e indígena no currículo da educação básica, ainda carecem de uma implementação mais robusta no ensino superior (Brasil, 2003). Embora existam avanços em alguns programas de pós-graduação e em cursos voltados para as populações tradicionais, as universidades brasileiras ainda enfrentam dificuldades em integrar as especificidades culturais e históricas dos quilombolas no currículo universitário. Isso implica uma necessidade de transformação nos modelos pedagógicos, adaptando-os para reconhecer e valorizar os conhecimentos e práticas de populações originárias dessas comunidades.

O desafio, portanto, é criar um ambiente universitário verdadeiramente inclusivo, que vá além do simples ingresso de estudantes quilombolas e outras populações marginalizadas. As políticas de cotas devem ser acompanhadas de ações que promovam o reconhecimento das identidades e culturas desses alunos, em particular no contexto das diretrizes curriculares para a educação quilombola. Isso envolve, por exemplo, a oferta de disciplinas que abordem a história, cultura e direitos dos quilombolas, bem como a formação de professores e pesquisa-

dores que compreendam as demandas específicas dessas comunidades. A interdisciplinaridade e a interculturalidade devem ser incorporadas no currículo, promovendo um espaço de diálogo entre os saberes acadêmicos e os saberes tradicionais.

O Sistema de Cotas no Brasil, que é regulamentado por diversas leis e decretos, como a Lei nº 12.711/2012, foi uma importante conquista no sentido de democratizar o acesso ao ensino superior (Brasil, 2012). No entanto, sua efetividade no processo de inclusão social depende de uma avaliação contínua da experiência dos cotistas dentro das universidades. A ausência de políticas de permanência, como auxílios para moradia, transporte e alimentação, pode dificultar a conclusão do curso por parte dos alunos cotistas, especialmente aqueles provenientes de comunidades quilombolas, que frequentemente enfrentam barreiras adicionais em termos de acesso e condições de vida. Nesse sentido, a ampliação de políticas de permanência, associada a ações de integração e acompanhamento contínuo, é essencial para garantir que a inclusão no espaço acadêmico seja efetiva.

Estudos realizados por pesquisadores da área de educação têm mostrado que a implementação de programas de apoio e acompanhamento psicológico, assim como ações que promovam a integração social e cultural, são fatores cruciais para a retenção e sucesso acadêmico dos estudantes cotistas. Segundo Ribeiro (2022), a criação de ambientes acolhedores nas universidades, que reconheçam e valorizem as diferenças culturais, pode contribuir significativamente para a melhoria do desempenho acadêmico e da permanência dos alunos cotistas. Além disso, a criação de espaços de diálogo, como centros de estudos afro-brasileiros e indígenas, pode ser uma importante estratégia de fortalecimento da identidade e autoestima desses estudantes.

A implementação de diretrizes curriculares específicas para a educação quilombola no ensino superior precisa ser mais do que uma formalidade burocrática. Ela deve se traduzir em práticas concretas de ensino, pesquisa e extensão que atendam às necessidades e especificidades das comunidades quilombolas. Isso inclui a valorização de saberes tradicionais e a promoção de cursos que possam contribuir diretamente para o desenvolvimento dessas comunidades. A articulação entre universidades e quilombos, por meio de programas de extensão universitária, pode promover um intercâmbio de conhecimentos que beneficie tanto os estudantes quanto as próprias comunidades, criando um ciclo de aprendizagem mútua.

Por fim, é fundamental que as políticas de cotas e ações afirmativas no Brasil sejam constantemente avaliadas e aprimoradas. Isso

inclui a criação de mecanismos de acompanhamento dos estudantes cotistas durante toda a sua trajetória acadêmica, a adaptação dos currículos universitários para reconhecer a diversidade cultural e histórica do país e o desenvolvimento de estratégias específicas para a educação quilombola. As universidades devem ser espaços de transformação social, e para que isso aconteça de fato, é preciso que todos os estudantes, independentemente de sua origem ou identidade, tenham as mesmas oportunidades de aprendizagem e de participação plena no ambiente acadêmico. A inclusão plena, portanto, é um processo contínuo e exige um esforço conjunto de toda a sociedade para que a educação superior no Brasil seja, de fato, um espaço de equidade e diversidade.

Conciliar vida acadêmica, maternidade e papéis sociais na família e na comunidade

As mulheres quilombolas desempenham papéis fundamentais em suas comunidades, muitas vezes acumulando funções de cuidado familiar e atividades laborais, o que consome grande parte de seu tempo e limita os recursos que podem investir em sua educação. Conforme destaca Feldmann e Libório (2023), essas mulheres enfrentam uma sobrecarga de tarefas que resulta na diminuição de seu tempo disponível para se dedicarem aos estudos, o que impacta diretamente seu rendimento acadêmico e chances de permanência nas universidades.

No que concerne à saúde sexual e reprodutiva, das mulheres quilombolas este é um tema ainda pouco abordado dentro do ambiente acadêmico universitário, apesar de sua importância para a construção de políticas públicas mais inclusivas. A maioria dessas mulheres, estudantes universitárias, não tem acesso adequado a serviços de saúde que atendam suas necessidades específicas, como acompanhamento ginecológico e planejamento reprodutivo. Assim, a vivência da sexualidade, com práticas de sexo seguro com a prevenção de ISTs, o uso adequado de métodos contraceptivos para evitar gravidez indesejada/ não planejada, as informações sobre o aborto nos casos previstos em lei, a autonomia do próprio corpo, são temas que devem fazer parte das trajetórias das mulheres quilombolas nas universidades. Aqui destacamos a presença da maternidade como um importante fator de limitação tanto do acesso quanto da permanência das estudantes no ambiente universitário. Não é raro encontrar estudantes quilombolas que se deslocam até a universidade, carregando filhos e filhas de diferentes faixas etárias até o campus e às salas de aulas. O modo como se dá o acolhimento, por parte de colegas e docentes pode ser um gatilho para a continuidade ou não da experiência acadêmica. Deste modo, a instituição deve

desenvolver um conjunto de mecanismos e estratégias para aumentar a permanência, diminuir a evasão escolar e incentivar novas possibilidades para este grupo de estudantes cotistas com as suas especificidades. Almeida; Ferreira; Santana (2024).

Portanto, além das questões financeiras, as responsabilidades familiares pesam sobre essas mulheres, muitas das quais são chefes de família ou cuidadoras principais em seus lares. A responsabilidade de cuidar de filhos, idosos ou outros familiares impacta diretamente seu tempo e energia para se dedicar aos estudos. Como discutido por Grossi; Diniz; Favero (2021), essa dinâmica se agrava em contextos em que não há políticas de apoio, como creches universitárias ou programas específicos de auxílio estudantil, o que leva a uma desistência significativa entre estudantes quilombolas. Muitas vezes, essas mulheres se veem obrigadas a escolher entre a educação e o cuidado familiar, uma escolha que limita suas possibilidades de ascensão social e profissional.

Em relação aos direitos sexuais e reprodutivos, um estudo transversal sobre autonomia reprodutiva de mulheres quilombolas revela uma associação entre os determinantes sociais em saúde - aqui focaremos na escolarização - e os escores de autonomia reprodutiva global, sendo evidenciados escores mais elevados nas mulheres participantes do estudo que apresentaram mais anos de estudo, comparativamente àquelas com menor tempo de escolarização (Marques *et al.*, 2023). Considerando que a autonomia reprodutiva reflete a capacidade de decidir sobre questões relativas à sexualidade e à maternidade, tal dado evidencia que a baixa escolarização interfere nas escolhas sexuais e reprodutivas das mulheres, implicando em riscos à sua saúde.

O trabalho informal é outra barreira significativa que limita a trajetória educacional das mulheres quilombolas. Segundo dados do IBGE (2022), as comunidades quilombolas apresentam altos índices de ocupação em atividades informais, nas quais as mulheres desempenham funções essenciais para a subsistência familiar, sem direitos trabalhistas e com rendimentos baixos e instáveis. Essa situação as coloca em uma posição de vulnerabilidade, onde é difícil equilibrar o sustento familiar e o compromisso com os estudos. Gomes (2021) aponta que, sem condições financeiras estáveis, muitas estudantes quilombolas interrompem seus estudos para contribuir com a renda familiar, reduzindo assim a chance de completar o ensino superior.

A falta de políticas de assistência adequadas e de um suporte institucional que compreenda a realidade interseccional das mulheres quilombolas agrava a situação. Feldmann e Libório (2023) ressaltam

que a inclusão no ensino superior exige, além das políticas de acesso, um conjunto de ações de permanência que considerem a realidade social e cultural dessas estudantes, incluindo apoio financeiro, psicológico e acadêmico. No entanto, tais políticas ainda são escassas, e, quando existentes, muitas vezes não conseguem alcançar efetivamente as estudantes quilombolas. Sem esses apoios, as mulheres quilombolas que conseguem ingressar no ensino superior enfrentam dificuldades para se manter no curso e concluir a formação.

Portanto, para que a trajetória educacional das mulheres quilombolas não seja interrompida por responsabilidades familiares e trabalho informal, é urgente o desenvolvimento de políticas inclusivas e integradas que levem em consideração suas especificidades e condições de vida. Gomes (2021) sugere que medidas como bolsas de permanência, apoio à assistência infantil e programas de inclusão social e acadêmica podem reduzir as desistências e aumentar as taxas de conclusão entre essas mulheres. Nos casos dos cursos noturnos, a creche universitária deve ampliar vagas, o horário de atendimento e diversificar as formas de ingresso. As instituições devem também incluir fraldários e outros equipamentos. Essas políticas, voltadas à permanência, contribuirão para que as mulheres quilombolas possam não só ingressar, mas concluir o ensino superior, transformando sua realidade e fortalecendo suas comunidades.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A educação superior desempenha um papel fundamental na transformação das realidades sociais e culturais das mulheres, especialmente aquelas provenientes de comunidades historicamente marginalizadas. Ao garantir o acesso dessas mulheres ao ensino superior, a sociedade não está apenas oferecendo oportunidades profissionais, mas também promovendo a conscientização sobre seus direitos, fortalecendo suas capacidades de liderança e empoderamento. Este processo educacional contribui para a construção de uma identidade mais robusta e autônoma, capacitando essas mulheres a se tornarem agentes de mudança em suas comunidades e em esferas mais amplas da sociedade.

Além disso, a presença dessas mulheres nas universidades amplia a diversidade do ambiente acadêmico, criando um espaço de troca de experiências e saberes que enriquece o conhecimento coletivo. O reconhecimento das questões de gênero, raça e origem cultural no currículo universitário e nas práticas pedagógicas não só valoriza as tra-

jetórias dessas estudantes, mas também contribui para a construção de uma sociedade mais inclusiva e justa. Dessa forma, a educação superior se torna uma ferramenta poderosa não apenas de ascensão profissional, mas também de resistência e preservação cultural, permitindo que as mulheres continuem lutando pela valorização de suas comunidades e pela afirmação de suas identidades.

Por fim, a promoção da inclusão plena dessas mulheres no ensino superior exige um comprometimento contínuo com políticas de apoio, tanto no processo de ingresso quanto durante a sua trajetória acadêmica. A criação de programas de mentoria, tutoria, apoio psicológico e iniciativas de valorização cultural são essenciais para garantir que o acesso se converta em permanência e sucesso acadêmico. Apenas com essas ações, a educação superior poderá, de fato, cumprir seu papel transformador, não só como um meio de mobilidade social, mas como um pilar para o fortalecimento das lutas sociais e culturais dessas mulheres, tornando-as protagonistas na construção de um futuro mais igualitário e plural.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012.** Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, 30 ago. 2012. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/112711.htm

BRASIL. **Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003.** Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática ‘História e Cultura Afro-Brasileira’, e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, 10 jan. 2003. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/110.639.htm

CARNEIRO, Sueli. Mulheres em movimento. **Estudos Avançados**, São Paulo, n. 17, p. 117-132, 2003. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ea/a/Zs869RQTMGGDj586JD7nr6k/?format=pdf&lang=pt>

CARVALHO, Francisca Edilza Barbosa de Andrade; CASTILHO, Suely Dulce de. A decolonialidade em direção ao feminismo negro quilombola: uma reflexão necessária. **Revista Teias**, Rio de Janeiro, v.

23, n. 70, p. 41–56, 2022. DOI: 10.12957/teias.2022.67212. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/revistateias/article/view/67212>.

COLLINS, Patrícia Hill; BILGE, Sirma. **Interseccionalidade**. São Paulo: Boitempo, 2017.

CRENSHAW, Kimberlé. Mapping the margins: Intersectionality, identity politics, and violence against women of color. **Stanford Law Review**, v. 43, n. 6, p. 1241-1299, 1991. DOI: <https://doi.org/10.2307/1229039>

CRENSHAW, Kimberle. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. Ano 10. **Estudos Feministas**, 2002, p.171-188 <http://www.scielo.br/pdf/ref/v10n1/11636.pdf>

FELDMANN, Marina Graziela; LIBÓRIO, Andréia Regina. Estudantes quilombolas na Educação Superior: permanências e desafios. **Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação**, v. 31, n. 120, p. 123-144, 2023. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-40362023000400209 .

ALMEIDA, Eliana do Sacramento de; FERREIRA, Silvia Lúcia; SANTANA, Karine de Souza Oliveira. Interferências da autonomia reprodutiva nas trajetórias formativas de mulheres quilombolas. Seminário Internacional Fazendo Gênero 13. Anais Eletrônicos, Florianópolis, 2024. Disponível em: <https://acrobat.adobe.com/id/urn:aaid:sc:US:-40039985-1a4b-4891-944f-c063df45bf5f>

FERREIRA, J.; CARDOSO, A. .; LIMA, R.; PEIXOTO, R. . Oralities and escrevivência project: a proposal for Quilombola-specific school education in Amazonia: Projeto oralidades e escrevivências: uma proposta para a Educação Escolar Específica Quilombola na Amazônia. **Concilium**, v. 24, n. 1, p. 249–270, 2024. DOI: 10.53660/CLM-2710-24A21. Disponível em: <https://clium.org/index.php/edicoes/article/view/2710>.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2019.

GOMES, Erivaldo Farias. **Cotas raciais e o Programa Bolsa Permanência (PBP/MEC/Brasil) na perspectiva dos indígenas e quilombolas**: um estudo de caso sobre a representação social das políticas afirmativas pelos bolsistas atendidos na Universidade Federal de Alagoas (UFAL). Dissertação. Faculdade de Psicologia e de Ciências da Edu-

cação da Universidade do Porto, 2021. Disponível em: https://sigarra.up.pt/fpceup/pt/pub_geral.show_file?pi_doc_id=322093

GOMES, Nilma Lino. Estudos e Pesquisas sobre Educação, Raça, Gênero e Diversidade Sexual. **Educação & Sociedade**, v. 44, p. e275110, 2023. DOI: <https://doi.org/10.1590/ES.275110>

GONCALVES, D. P.; CARVALHO, E. F. D.; SODRÉ, A. P. D. S. Acesso e permanência na educação superior: Percepções de estudantes quilombolas na baixada maranhense. **Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as (ABPN)**, v. 11, n. Ed. Especi, p. 47–70, 2019. Disponível em: <https://abpnrevista.org.br/site/article/view/768>.

GROSSI, Patrícia Krieger; DINIZ, Carolina Silva; FAVERO, Fernanda Costa (Orgs.) **Mulheres Quilombolas e o acesso às Políticas Públicas** [recurso eletrônico]. Bagé, RS: FAITH, 2021. 31p. Disponível em: <http://www.editorafaith.he.com.br/ebooks/grat/978-65-89270-22-5.pdf>

INEP. **Censo da Educação Superior 2022**: Notas Estatísticas. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2022. Disponível em : https://download.inep.gov.br/publicacoes/institucionais/estatisticas_e_indicadores/notas_estatisticas_censo_escolar_2022.pdf

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Síntese de Indicadores Sociais: Uma análise das condições de vida da população**. Rio de Janeiro: IBGE, 2021. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101892.pdf>

Marques GCM, Ferreira SL, Almeida ES, Farias PLD, Ribeiro SB, Coelho EAC. Factors associated with the health and reproductive autonomy of Quilombola women in Brazil. **Invest. Educ. Enferm**, v. 42, n. 1, 2023. DOI: <https://doi.org/10.17533/udea.iee.v42n1e10>

MELO, Tiara Santos. **Democratização do ensino superior**: acesso e permanência de estudantes quilombolas na Universidade Federal do Recôncavo da Bahia. Dissertação. Programa de Pós-Graduação em Estudos Interdisciplinares sobre a Universidade. Salvador: Universidade Federal da Bahia, 2018. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/bitstream/ri/28597/1/Disserta%c3%a7%c3%a3o%20Tiara%20Melo.pdf>

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento**: pesquisa qualitativa em saúde. 14. ed. São Paulo: Hucitec, 2017.

PEREIRA, A. DOS S.; ALLEGRETTI, M.; MAGALHÃES, L.. “Nós,

mulheres quilombolas, sabemos a dor uma da outra?": uma investigação sobre sororidade e ocupação. **Cadernos Brasileiros de Terapia Ocupacional**, v. 30, p. e3318, 2022. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cadbto/a/cMFLyJTKkyTrYRgyVCsTdKD/#ModalHowcite>

Ribeiro, Djamila. **O que é lugar de fala?** Belo Horizonte(MG): Letramento: Justificando, 2017. 112 p. (Feminismos Plurais).

RIBEIRO, Bianca Zanella. **Inclusão e diversidade racial nas universidades públicas brasileiras**: uma análise da representatividade na publicidade institucional em uma década da Lei de Cotas. Tese. Instituto de Ciências Sociais. Universidade do Minho, Portugal, 2022. Disponível em: <https://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/82474/1/Bianca%20Zanella%20Ribeiro.pdf>

SOUZA, C. L. F. de .; ANTUNES, L. B. .; NUNES, G. H. L. Mulheres quilombolas e educação. **Identidade!**, v. 18, n. 3, p. 382–386, 2022. Disponível em: https://revistas.est.edu.br/periodicos_novo/index.php/Identidade/article/view/1830

GT02
GÊNERO E GERAÇÃO

Prof^ª. Dra. Alda Britto da Motta - UFBA

Prof^ª. Dra. Márcia Santana Tavares - UFBA

Prof^ª. Dra. Josimara Aparecida Delgado Baour - UFBA

O TRABALHO INFANTIL DOMÉSTICO NA VIDA DAS ADOLESCENTES DE PERIFERIA: UMA REVISÃO SISTEMÁTICA DA LITERATURA

Jady Soares Alves¹

Tatiana de Lucena Torres²

INTRODUÇÃO

O presente trabalho teórico parte de uma dissertação de mestrado em andamento no campo da Psicologia Social do Trabalho que busca compreender o trabalho infantil doméstico e do cuidado não-remunerado na vida das adolescentes que moram na periferia de uma cidade urbana e os impactos no seu desenvolvimento humano. Para início da discussão, buscou-se situar a temática a partir do que se tem disposto na literatura acadêmica até então.

Segundo dados da Pesquisa Nacional por Amostras de Domicílio Contínua (PnadC) realizada em 2022, as mulheres dedicam cerca de 9 horas a mais do que os homens na realização de afazeres domésticos e de cuidados. Nesta parcela da população, estão incluídas adolescentes com idade de 14 anos ou mais, que por diversos fatores, principalmente de ordem socioeconômica, assumem as responsabilidades de manutenção do lar e cuidado familiar, caracterizando uma situação alarmante de trabalho infantil (PNADC, 2022).

O trabalho infantil doméstico caracteriza-se por atividades de limpeza e organização da casa, preparação de alimentos e cuidado com os demais membros da família realizadas por crianças e adolescentes com até 18 anos de idade, de forma remunerada ou não (Alberto; Nunes; Cavalcanti; Santos, 2005). Essa modalidade de trabalho infantil se divide em três tipos: Trabalho Infantil Doméstico Remunerado, Trabalho Infantil Doméstico de Ajuda e Trabalho Infantil Doméstico Socialização. A primeira caracteriza-se por uma relação de trabalho bem estabelecida e remunerada, sendo realizada na própria casa ou de terceiros. A segunda não é compreendida propriamente como

1 Mestranda do Programa de Pós-graduação em Psicologia Social (UFPB/PB), financiada pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

2 Professora Associada IV do Departamento de Psicologia e da Pós-graduação em Psicologia Social (UFPB/PB).

uma atividade laboral, por ser representada como “ajuda”, na maior parte das vezes, consequência da saída dos membros da família para o mercado de trabalho. Quando as tarefas domésticas são divididas entre os familiares, chegamos na última, onde não há remuneração e a carga de trabalho se apresenta menor que as demais, entretanto ainda se configura como trabalho infantil devido às consequências graves para quem o executa. O tipo “Ajuda” e “Socialização”, segundo Patriota e Alberto (2014), são as mais invisibilizadas por serem realizadas dentro dos próprios domicílios e mascaradas como elementos de socialização e formação humana.

Apesar de diferentes, todas incidem negativamente nas vivências da população infanto-juvenil, uma vez que colocado como responsabilidade, acarreta em extensas jornadas de trabalho comprometendo o desempenho em outras atividades importantes para o desenvolvimento integral do sujeito, como a participação na vida escolar e nos espaços de lazer (Patriota; Alberto, 2014). Devido a isso que a Organização Internacional do Trabalho (OIT) na Convenção 182, identifica este tipo de trabalho infantil como uma das piores formas de trabalho cujas consequências afetam a saúde física e psicológica do sujeito (OIT, 2011).

Segundo dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio Contínua de 2019 (PNADC, 2019), a maioria dos trabalhadores domésticos infanto-juvenis são adolescentes mulheres, pobres e negras. Esse fato traz para o centro da discussão as questões de gênero, classe e raça envolvidas na execução deste trabalho. Como aponta Saffioti (2004), é na dialética entre capitalismo, racismo e patriarcado que a sociedade se estrutura e se organiza colocando as mulheres negras e pobres nos lugares de maior subalternidade na pirâmide social. Mediante a reprodução dos papéis sociais de gênero, baseados principalmente pelo exercício das tarefas domésticas, cuidado com o outro e construção de uma família, juntamente com a bagagem escravocrata do país que historicamente associa a imagem da mulher negra ao de cuidadora, tal qual a situação de pobreza, cenário das desigualdades sociais, as adolescentes se percebem inseridas neste tipo de atividade e impedidas de construir outras formas de existência que não sejam atravessadas pela responsabilidade do exercício do trabalho doméstico e do cuidado. A partir de tal realidade presenciam a negação de direitos assegurados pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA, 1990), como o direito à liberdade, ao respeito e à dignidade, importantes para o desenvolvimento integral da adolescência.

A adolescência, segundo o referido Estatuto, corresponde à faixa

etária dos 12 aos 18 anos e é caracterizado, conforme a Psicologia Histórico-Cultural, pela conquista da autoconsciência e do pensamento conceitual no indivíduo, mediados pelas atividades guias da comunicação íntima pessoal e de estudo proporcionadas pelos espaços de socialização, como a escola (Anjos; Duarte, 2017). A importância da frequência nesses lugares é primordial para o desenvolvimento psíquico do adolescente, pois segundo Vigotski (2009), é por meio do contato com o outro que as funções psicológicas superiores, como o pensamento, consciência, linguagem, dentre outras, são adquiridas. Entretanto, uma vez inseridas no trabalho precocemente, as meninas adolescentes não conseguem acessar tais espaços de forma qualitativa ocasionando em impactos no seu desenvolvimento biopsicossocial, resultando em defasagem escolar e limitações na construção de projetos de vida (Patriota; Alberto, 2024).

Para Patriota e Alberto (2014), os motivos que levam à inserção neste tipo de trabalho são principalmente de ordem econômica. A criança e adolescente pobre enxerga e é impulsionado ao trabalho no intuito de ajudar na renda de sua família garantindo sua subsistência, bem como, um lugar no mercado do consumo. Sendo assim, serão as adolescentes mulheres residentes nas periferias das cidades as mais afetadas, uma vez que esses territórios são a expressão material das desigualdades geradas pelo sistema capitalista-racista-patriarcal concentrando boa parte da população negra e pobre do país a partir da segregação socioespacial (Negri, 2008; Gonçalves, 2020).

A partir de Silva e cols. (2009), entende-se por periferia, as favelas, morros, comunidades, bairros e demais áreas caracterizadas por habitações autoconstruídas, fora dos padrões urbanísticos das classes dominantes, com ausência ou insuficiência de ações de políticas públicas por parte do Estado para garantia de direitos e alvo de diversas violências e vulnerabilidades, fazendo com que seus moradores lutem diariamente pela sobrevivência e ocupação da cidade. São os territórios com alto índice de vulnerabilidade, onde residem famílias de baixa renda e significado como um lugar violento pelo imaginário social. Portanto, a vivência dos sujeitos que ali residem está intimamente relacionada às condições objetivas de vida dispostas pelo território periférico sendo imprescindível sua análise enquanto fenômeno do sistema vigente. Mas será que a periferia tem sido estudada pelo conhecimento científico em sua relação com outras categorias de análise?

Por meio de tal indagação que se inscreve o objetivo deste trabalho em realizar uma revisão sistemática de literatura sobre os artigos científicos que discutem a temática do trabalho infantil doméstico na

sua interface com as questões da adolescência, gênero e periferia. Procurou-se compreender como o trabalho infantil doméstico é apresentado nos estudos, buscando identificar suas características, causas e consequências no desenvolvimento de adolescentes mulheres de periferia, bem como, possíveis relações com gênero, classe e território.

MÉTODO

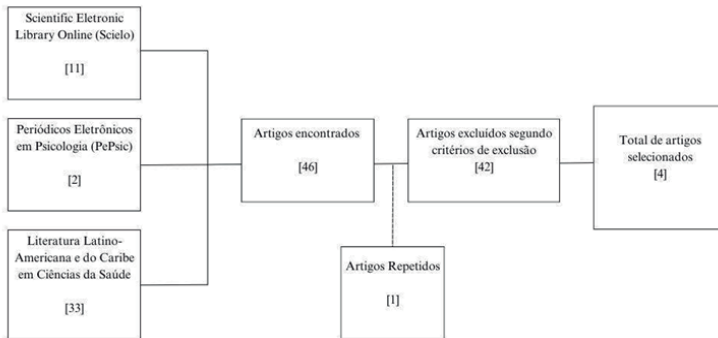
Foi realizada uma revisão sistemática de literatura por meio de artigos publicados nas bases de dados *Scielo*, *Pepsic* e *Lilacs*. Dado que a priori, em uma pesquisa inicial exploratória, a quantidade apresentada utilizando o descritor “Trabalho Infantil Doméstico” nos últimos 10 anos foi escassa, optou-se por trabalhos realizados até a data de início das buscas nas plataformas (02 de agosto de 2024) utilizando os descritores com os operadores booleanos “Trabalho Infantil *and* Trabalho Doméstico”.

A partir das categorias temáticas do presente trabalho (Trabalho Infantil Doméstico, Adolescência, Gênero e Periferia) foram considerados os seguintes critérios de inclusão: 1) estudos empíricos; 2) apresentar o termo “Trabalho Infantil” no título e/ou palavras-chave; 3) apresentar adolescentes mulheres entre 12 à 18 anos como participantes; 4) mencionar o território onde as participantes residem ou já residiram a partir da caracterização do espaço que o configure como periferia. Além disso, foram considerados os seguintes critérios de exclusão: 1) estudos teóricos; 2) não estar disponível na íntegra; 3) não especificar a idade ou estar fora da faixa etária dos 12 aos 18 anos; 4) não especificar o gênero dos participantes ou incluir apenas o gênero masculino; 5) não mencionar o território da pesquisa ou residência dos participantes.

Conforme descrito na Figura 1, a pesquisa de revisão sistemática dividiu-se em cinco etapas: primeiro foi colocado na aba de pesquisa das bases os descritores junto da seleção de todos os índices, com os filtros idioma em português, texto completo e artigos científicos. O resultado foi de 46 produções, sendo um deles repetido, sobrando 45. Partiu-se para a segunda etapa utilizando o critério de inclusão conter o termo “Trabalho Infantil” no título e/ou nas palavras-chave resultando em 18 artigos. A terceira etapa consistiu na leitura do resumo para identificar se eram estudos empíricos, totalizando 13 artigos. Quando não especificado no resumo, o método foi analisado para identificar se dentre os participantes da pesquisa estavam adolescentes do sexo feminino de 12 à 18 anos de idade, restando 12 artigos, na quarta etapa.

Na quinta e última fase de análise, pela leitura do método e resultados, buscou-se identificar se havia menção ao território da periferia como lócus da pesquisa ou local de moradia dos participantes, resultando em 4 artigos para a discussão.

Figura 1. Percurso metodológico da revisão de literatura



Com os artigos selecionados, o método de análise dos textos foi realizado a partir da análise de conteúdo temática categorial (Bardin, 2004), resultando em quatro categorias emergentes: 1) O Trabalho Infantil: contexto, causas e consequências; 2) O Trabalho Infantil e a Escola; 3) O Trabalho Infantil Doméstico e a relação com marcadores sociais de gênero, raça e classe; 4) As condições objetivas de vida das adolescentes trabalhadoras infantis e o dever das Políticas Públicas na erradicação do Trabalho Infantil.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

De modo geral, todos os artigos (Alberto et al., 2023; Dall’Agnol et al. 2015; Lima et al., 2011; Santana; Dimenstein, 2005) trazem o Trabalho Infantil Doméstico como uma modalidade do Trabalho Infantil entre os e as adolescentes em conflitos com a lei (Alberto et al., 2023), jovens de baixa renda (Dall’Agnol et al., 2005), crianças e adolescentes periféricos trabalhadores infantis (Lima et al., 2011) e adolescentes mulheres trabalhadoras domésticas (Santana; Dimenstein, 2005). Apenas o estudo de Santana e Dimenstein (2005) traz o trabalho doméstico como foco da investigação.

É unânime entre os artigos (Alberto et al., 2023; Dall’Agnol et al. 2015; Lima et al., 2011; Santana; Dimenstein, 2005) os impactos que

o trabalho infantil causa no desenvolvimento psicossocial do sujeito adolescente, sendo este período da vida apresentado enquanto público-alvo das pesquisas. Questões de gênero são discutidas na sua relação com o trabalho infantil doméstico apenas na pesquisa de Santana e Dimenstein (2005), e o território periférico é apresentado como contexto em que os sujeitos vivem ou viveram sem aprofundamento do tema (Alberto et al., 2023; Dall'Agnol et al. 2015; Lima et al., 2011).

O TRABALHO INFANTIL: CONTEXTO, CAUSAS E CONSEQUÊNCIAS

Esta categoria diz respeito a definição, contextualização, causas e consequências do Trabalho Infantil na vida de crianças e adolescentes, presentes nos trabalhos de Alberto et al. (2023), Dall'Agnol (2015), Lima et al. (2011) e Santana e Dimenstein (2005). Os primeiros autores utilizam Alberto (2005) para o definir como uma atividade de trabalho realizada por crianças e adolescentes com a finalidade de receber pagamento em espécie ou gênero. Burger e Cervini (1996), contextualizam seu surgimento desde o século XVII, período no qual a burguesia em ascensão busca meios para garantir o status-quo e a reprodução do capital, utilizando este tipo de trabalho sob um discurso disciplinador e moral direcionado às crianças pobres para esconder os reais motivos em seu investimento: mão de obra de baixo custo e a possibilidade de não reivindicação de seus direitos (Dimenstein; Feitosa, 2004)

Nos estudos de Alberto et al. (2023), Lima et. al. (2011) bem como Santana e Dimenstein (2005), a questão econômica é a principal causa para seu ingresso, pois possibilita a criança e ao adolescente ajudar na renda familiar, garantindo a sua sobrevivência, bem como na aquisição de itens pessoais inserindo-o, assim, no mercado de consumo. Dessa maneira, a partir de uma necessidade do sistema capitalista, o trabalho infantil torna-se realidade e uma das formas de violência contra crianças e adolescentes pois acarreta consequências graves ao seu desenvolvimento biopsicossocial (Alberto et al., 2023; Dall'Agnol, 2005; Lima et al., 2011). Acidentes de trabalho, deformações corporais, privação do sono, adultização precoce, evasão escolar, socialização desviante e imagem negativa de si são algumas delas que levam ao envolvimento com atos infracionais e consumo de drogas (Alberto et al., 2023), comportamentos de introversão e extroversão (Dall'Agnol, 2015), e perda da vivência plena e saudável da infância e adolescência (Lima et al. 2011; Santana; Dimenstein, 2005).

O TRABALHO INFANTIL E A ESCOLA

Essa categoria discorre sobre os impactos na aprendizagem e escolaridade causados pelo ingresso no trabalho de forma precoce. Foi consenso em todos os trabalhos (Alberto et al., 2023; Dall’Agnol, 2015; Lima et al.; 2011; Santana; Dimenstein, 2005) a importância da escola no desenvolvimento dos sujeitos e o fato de que trabalhar entre os períodos da infância e adolescência leva a defasagens na aprendizagem e evasão escolar.

Dificuldades na escrita, leitura, domínio do vocabulário e formação de conceitos, bem como fadiga ao conciliar trabalho e escola, perda do interesse e sentido em frequentar o espaço escolar, foram os elementos destacados. Entretanto, Alberto et al. (2023) e Lima et al. (2011) apontam para a falha das instituições educacionais em não compreender a realidade desses sujeitos e acolhê-los de forma que construam sentidos positivos e permaneçam indo à escola o que resulta no afastamento da convivência entre os pares e da possibilidade de qualificação profissional. Ao culpabilizar o sujeito e sua família pelo “fracasso escolar”, as instituições encobrem o fato de que o ingresso no trabalho infantil advém de uma questão social de luta pela sobrevivência consequência das desigualdades sociais (Lima et al., 2011). Os artigos supracitados destacam a necessidade da escola em problematizar essa situação alarmante de quebra de direitos da população infanto-juvenil para efetividade em sua erradicação.

O TRABALHO INFANTIL DOMÉSTICO E A RELAÇÃO COM AS QUESTÕES DE GÊNERO, RAÇA E CLASSE

O objetivo do presente estudo foi identificar a existência do trabalho infantil doméstico na vida dos sujeitos adolescentes pobres e moradores de periferia. Este tipo de atividade de forma remunerada foi tema principal apenas do estudo de Santana e Dimenstein (2005), mas é evidenciado como existente na vida das adolescentes das demais pesquisas (Alberto et al., 2023; Dall’Agnol et al., 2015; Lima et al., 2011). É apresentado de forma remunerada (Alberto et al., 2023; Dall’Agnol et al., 2015; Santana; Dimenstein, 2005) e não-remunerada (Alberto et al., 2023; Lima et al., 2011) nas funções de arrumar a casa, lavar, passar, cozinhar e cuidar das crianças menores para a família contratante ou própria poder se reproduzir e permanecer no mercado de trabalho.

Mais precisamente no estudo de Santana e Dimenstein (2005), este tipo de atividade é contextualizada em sua forte relação com as

questões de gênero que circundam a sociedade e afetam as mulheres. Por gênero, as autoras recorrem a Meyer (1996) para o definir enquanto um sistema de poder que ensina os seres humanos a se entenderem enquanto homem ou mulher, diferenciando-os. Essa diferença é marcada pelo lugar que cada um deve ocupar socialmente, conferindo o espaço público para o homem e o privado para a mulher. Assim, elas ficam responsáveis pelos assuntos referentes ao espaço doméstico voltados para o cuidado com a casa e família, ajudando na reprodução da vida, mas sem o reconhecimento deste tipo de atividade como trabalho uma vez que é significado pelo sistema de gênero como algo inerente à mulher, caracterizando assim a divisão sexual do trabalho (Combes; Haicault, 1986; Hirata; Kergoat, 1994).

Esses ideais são passados desde a infância por outras mulheres dentro de casa, principalmente entre famílias pobres e com chefia feminina, em um processo geracional de socialização que reforça a divisão sexual do trabalho. É comum, então, observar meninas e adolescentes engajadas neste tipo de atividade desde muito novas, a partir dos 6 anos (Lima et al., 2011) e 10 anos de idade (Dall’Agnol et al., 2015) sob caráter de “ajuda” perpetuando sua desvalorização. Segundo Santana e Dimenstein (2005), as mudanças históricas e sociais que permitiram a entrada da mulher no mundo do trabalho fora do âmbito doméstico fizeram com que tais funções sejam terceirizadas para outras mulheres no formato de trabalho remunerado. Entretanto, continua sendo desvalorizado, pois além da associação aos papéis de gênero, tem suas raízes no sistema escravocrata pertencendo ao setor informal da economia. Realizado principalmente por mulheres jovens pobres e negras, as condições de trabalho são precárias, caracterizadas pelos baixos salários, horários mal definidos e controle das patroas sobre seus modos de vida.

Diante deste cenário, as consequências que este tipo de trabalho acarreta são apresentadas nas pesquisas com destaque para a baixa escolaridade (Alberto et al., 2023), surgimento do comportamento de introversão e extroversão entre a população dos 10 aos 17 anos de idade (Dall’agnol et al., 2015) e reprodução da pobreza e opressão de gênero entre as adolescentes das camadas populares (Santana & Dimenstein, 2005).

AS CONDIÇÕES OBJETIVAS DE VIDA DAS ADOLESCENTES TRABALHADORAS INFANTIS E O DEVER DAS POLÍTICAS PÚBLICAS NA ERRADICAÇÃO DO TRABALHO INFANTIL.

Nesta categoria foram evidenciadas as características sobre o contexto em que as adolescentes vivem, com a intenção de compreender a sua inserção no trabalho infantil. Contexto este compreendido nesta revisão enquanto território de moradia periférico, encontrado com essa terminologia apenas nos estudos de Lima et al. (2011) e Santana e Dimenstein (2005), mas considerado segundo suas características como bairro violento com altos índices de vulnerabilidade (Alberto et al, 2023) e áreas onde residem famílias de baixa renda (Dall’Agnol et al, 2015). Nenhum trabalho debruçou-se sobre a periferia enquanto categoria de análise, trazendo-o apenas como o contexto em que circunda a população infanto-juvenil vítima do trabalho infantil, definida por Alberto et al. (2023) enquanto condições objetivas de vida.

As condições objetivas e materiais de vida dispostas nos território em que as adolescentes das pesquisas residem ou residiam é de pobreza, violência, ausência no acesso e insuficiência das políticas públicas de educação, saúde, lazer e assistência social em assegurar os direitos à uma vida digna e quebra do ciclo da pobreza (Alberto et al., 2023; Dall’Agnol et al., 2015; Lima et al., 2011; Santana & Dimenstein, 2005). Isso faz com que se insiram no trabalho precocemente, fato que fazem Alberto et al. (2023), Dall’Agnol et al (2015) e Lima et al. (2011), apontar para a importância do Estado, junto às políticas públicas, em erradicar este tipo de exploração laboral adentrando na realidade desta população com intervenções acolhedoras e não punitivistas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considerando que o trabalho infantil doméstico é uma realidade presente na sociedade brasileira e consequência do sistema capitalista, patriarcal e racista, buscou-se investigar a partir de uma revisão sistemática da literatura, os achados sobre a temática em pesquisas brasileiras publicadas como artigos científicos. Foram encontradas poucas produções que apresentem esta forma de trabalho na sua interface com as questões de gênero e território, apresentando escassez da literatura acadêmica acessada, em trazer para a discussão científica, o espaço

geográfico como palco das desigualdades sociais. Entretanto, em comum os resultados dos estudos revelaram as consequências danosas que o trabalho infantil de forma geral, apresenta na vida dos sujeitos e a importância da sua erradicação.

Por meio da ideologia burguesa de aquisição de mão-de-obra barata e manutenção do status-quo, o trabalho infantil se consolidou socialmente. Para garantir meios de subsistência sua e da família, crianças e adolescentes pobres se inserem precocemente na vida laboral sofrendo consequências no seu desenvolvimento biopsicossocial. Déficit de aprendizagem, evasão escolar, adultização precoce e falta de perspectiva de futuro são algumas dessas consequências, que sustentam a reprodução da pobreza e negação do direito à vida. Este trabalho infantil doméstico, majoritariamente executado por crianças e adolescentes mulheres, negras e pobres, é considerado uma das piores formas de trabalho.

A partir da lógica da divisão sexual do trabalho, condição social de pobreza nas suas interfaces com o histórico escravocrata da sociedade brasileira, as adolescentes residentes das periferias - território onde esses elementos se materializam - vivenciam quebras de direitos sociais ao ingressar nessa modalidade de trabalho. A escola, instituição essencial para a formação humana e profissional, passa a perder sentido para essa população por não conseguir lidar de forma acolhedora com tal realidade culpabilizando o sujeito e a família por uma condição social que não escolheram. Cabe a ela, junto de outras políticas sociais, erradicar este tipo de trabalho que impede a vivência saudável da infância e adolescência de muitas brasileiras.

REFERÊNCIAS

ALBERTO, M. de F. P.; MELLO, M. A. de; CRUZ, F. H. P.; MUNIZ, A. S.; COSTA, C. S. da S.. Vivências de Trabalho Precoce de Adolescentes em Medida Socioeducativa. *Psicologia: Ciência e Profissão*, v. 43, e252476, 2023. DOI: <https://doi.org/10.1590/1982-3703003252476>.

ALBERTO, M. F. P.; NUNES, T. S.; CAVALCANTE, C. P. S.; SANTOS, D. P. O trabalho infantil doméstico em João Pessoa - PB: um diagnóstico rápido à luz das piores formas de trabalho infantil. João Pessoa: OIT, 2005.

ANJOS, R. E.; DUARTE, N. À adolescência inicial: comunicação íntima pessoal, atividade de estudo e formação de conceitos. In: PERÍODI-

CO, Periodização histórico-cultural do desenvolvimento psíquico: do nascimento à velhice. Autores Associados, 2017.

BRASIL. Estatuto da Criança e do Adolescente. Lei federal n. 8.069, 1990.

BURGER, F.; CERVINI, R. O menino trabalhador no Brasil urbano dos anos 80. In: UNICEF. *O trabalho e a rua: crianças e adolescentes no Brasil urbano dos anos 80*. São Paulo: Cortez, 1996. p. 43-51.

COMBES, D.; HAICAULT, M. Produção e reprodução: relações sociais de sexos e de classes. In: KARTCHEVSKY-BUPORT, A. et al. *O sexo do trabalho*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986. p. 23-44.

DALL'AGNOL, M. M.; FASSA, A. G.; FACCHINI, L. A.; BENVENÚ, L. A. Associação do trabalho infantil com transtornos de comportamento do tipo introversão e extroversão: um estudo transversal no Sul do Brasil. *Revista Brasileira de Saúde Ocupacional*, v. 40, n. 132, p. 206-218, 2015. DOI: <https://doi.org/10.1590/0303-7657000106414>.

DIMENSTEIN, M.; FEITOSA, I. Escola, família e trabalho infantil: subjetividade e práticas disciplinares. *Interação em Psicologia*, v. 2, n. 8, p. 287-296, 2004.

GONÇALVES, M. A. *Psicologia Favelada: ensaios sobre a construção de uma perspectiva popular em Psicologia*. São Paulo: Mórula Editorial, 2020.

HIRATA, H.; KERGOAT, D. A classe operária tem dois sexos. *Estudos Feministas*, v. 2, n. 1, p. 93-100, 1994.

NEGRI, S. M. Segregação sócio-espacial: alguns conceitos e análises. *Coletâneas do Nosso Tempo*, v. 8, n. 8, p. 129-153, 2008.

LIMA, M. B.; RIBEIRO, D. F.; ANDRADE, A. S. Percepções de crianças e adolescentes sobre seu trabalho informal. *Psicologia em Revista*, v. 17, n. 1, 2011. Disponível em: https://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1677-11682011000100003.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. Notas OIT – O Trabalho Doméstico Remunerado na América Latina e Caribe. Programa Internacional para a Eliminação do Trabalho Infantil (IPEC), 2011. Recuperado em: 28 maio 2024. Disponível em: <http://www.oit-brasil.org.br/content/notas-da-s%C3%A9rie-da>.

PATRIOTA, G. F. R.; ALBERTO, M. D. F. P. Trabalho infantil domésti-

co no interior dos lares: as faces da invisibilidade. *Estudos e Pesquisas em Psicologia*, v. 14, n. 3, p. 893-913, 2014.

PESQUISA NACIONAL POR AMOSTRA DE DOMICÍLIOS. Título. Recuperado em: 28 maio 2024. Disponível em: https://media.fnpeti.org.br/media/publicacoes/arquivo/pnadC2019_interativo_final.pdf.

PESQUISA NACIONAL POR AMOSTRA DE DOMICÍLIOS. Título. Recuperado em: 28 maio 2024. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/37621-em-2022-mulheres-dedicaram-9-6-horas-por-semana-a-mais-do-que-os-homens-aos-afazeres-domesticos-ou-ao-cuidado-de-pessoas#:~:text=No%20pa%C3%ADs%2C%20a%20taxa%20de,grupo%20et%C3%A1rio%20realizando%20aquelas%20atividades>.

SAFFIOTI, H. I. B. *Gênero, patriarcado e violência*. São Paulo: Perseu Abramo, 2004.

SANTANA, M.; DIMENSTEIN, M. Trabalho doméstico de adolescentes e reprodução das desiguais relações de gênero. *Psico-USF*, v. 10, n. 1, p. 93-102, 2005. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pusf/a/rvVQDjcKh3PdexbbqJdb8gM/abstract/?lang=pt>.

SILVA, J. S. S. de (org.). *O que é favela, afinal?* Rio de Janeiro: Observatório de Favelas do Rio de Janeiro, 2009.

VIGOTSKI, L. S. *A construção do pensamento e linguagem*. São Paulo: Martins Fontes, 2009

SONATA DE OUTONO: ABSTRAÇÕES DE FEMINISTAS SOBRE A VELHICE.

Márcia Santana Tavares¹

Para início de conversa...

O ingresso no ciclo de vida designado como velhice, em países considerados em processo de desenvolvimento, a exemplo do Brasil, ocorre aos 60 anos, o que aponta para uma questão deveras preocupante, quando atentamos para os dados censitários relativos a 2022, divulgados pelo IBGE em outubro de 2023, que reconhecem não só o acelerado processo de envelhecimento da população como a feminização desse envelhecimento (Brasil, 2023). Apesar disso, as políticas sociais básicas voltadas para assegurar às mulheres condições de vida dignas, com direito a saúde e educação, a uma vida sem violência dedicam maior atenção àquelas em idade reprodutiva, o que leva Alda Britto da Motta (2011, p. 13) a “lembrar que as velhas também existem” e, bem menos submissas do que as de sua geração em épocas anteriores, são livres, saudáveis, autossuficientes e sexuadas, bem diferentes da imagem de velhas ranzinzas ou doces avozinhas que ainda povoam o imaginário social.

De acordo com Alda Britto da Motta (1999), o avançar da idade cronológica paira como uma ameaça na vida das mulheres, desde muito jovens, mas o ingresso na velhice parece instalá-las num “não lugar”, na medida em que são estigmatizadas, sentem-se invisíveis, inúteis e tal qual um produto cujo prazo de validade está vencido, tornam-se descartáveis. Este artigo, a partir do depoimento de mulheres que atuaram na militância feminista nos anos 1970, busca analisar o que elas pensam sobre e como lidam com o processo de envelhecimento quando são substituídas por gerações de feministas mais jovens e forçadas a se recolherem ao espaço privado. Será que os feminismos continuam a ignorar as mulheres idosas, como denuncia Alda Motta (2010) em outro momento? Até quando nos recusaremos a confrontar a negligência, silenciamento, descaso, ironia e violências de várias formas com que nós, mulheres idosas, somos tratadas, inclusive por familiares?

¹ Universidade Federal da Bahia (UFBA/BA).

IMPRESSÕES: SOBRE TEORIAS E VIVÊNCIAS

Neste artigo, com base em autoras que têm se dedicado a decifrar o processo de envelhecimento, busco me cercar de referências que me auxiliem a compreender sentimentos e vivências de mulheres que se autodenominam como feministas, dentre as quais me incluo, desde quando vislumbram os primeiros indícios do envelhecimento seja quando ao se olharem no espelho não se reconhecem, seja ao se perceberem através do olhar de outras mais jovens que lhes transpassa o corpo como se fossem personagens desbotadas de um filme antigo que há muito saiu do catálogo, cujo enredo, agora reescrito e encenado por jovens mulheres também feministas, parece ignorar suas/nossas existências e resistências.

Em pesquisas com velhos e velhas residentes no Rio de Janeiro, Andréa Moraes Alves identifica o seguinte:

[...] o que parece ser recorrente para marcar simbolicamente a experiência do envelhecimento é a presença ou ausência, no corpo atual, de traços relativos à lembrança do corpo passado. Digo presença ou ausência porque esse corpo é visto não só pela ótica do que se perdeu, mas também do que se ganhou com a passagem do tempo. (Alves, 2004, p. 360)

As mulheres entrevistadas por Alves revelam em seus depoimentos o desconforto por habitarem um corpo estranho, que não se assemelha ao corpo do passado, subtraído pelo envelhecimento em curso, cujos sinais se tornam evidentes na flacidez de uma barriga antes inexistente, marcas no rosto ou estrias entre outros indícios que denunciam as mudanças operadas pelo processo fisiológico nesse corpo que, impedido pela cultura da eterna juventude tenta adiar a passagem do tempo, através dos mais diversos procedimentos estéticos. Assim, conjectura Cecília Sardenberg (2002, p. 52):

Mas também, pudera! Não bastasse todo o apelo mercadológico da infinidade de produtos, serviços e novas tecnologias do corpo oferecidas para mulheres de todas as idades e matizes se produzirem como “mulheres” dentro dos mencionados padrões, eis que para nós, as que estão “chegando para a idade”, avulta-se ainda o apelo de outras “novas tecnologias”, novos produtos e práticas outras que prometem, juram, atestam combater ou disfarçar as indesejáveis marcas e, como em um passo de mágica, devolver-nos aquele corpo jovem que o tempo nos roubou.

Afinal, reforça Sardenberg mais adiante, embora saibamos que o envelhecimento consiste em um processo “natural”, inexorável que compreende o ciclo vital de todos os seres vivos, na sociedade ocidental é considerado algo de que devemos nos envergonhar e, por conseguinte, buscamos ocultar e combater a todo custo, recorremos às novas tecnologias, tornamo-nos cobaias das mais recentes pesquisas no campo biomédico e fazemos Terapias de Reposição Hormonal, em nossa ânsia de deter o envelhecimento em curso, isso porque *“mulheres na meia-idade são assaltadas por essas narrativas e representações do ‘declínio’, que são pervasivas e penetradoras: elas nos interpelam enquanto sujeitos”* (2002, p. 64). Conforme salienta Britto da Motta (1996, p. 126):

É difícil reconhecer-se como velho – principalmente como velha – porque numa sociedade que não valoriza a sabedoria de vida nem a experiência, a velhice associada a decadência, a doença, a fealdade e morte. Circunstâncias das quais todos querem manter distância.

[...] Não há que estranhar, então, a recorrência generalizada a mecanismos de resistência ao envelhecimento. E que eles sejam desenvolvidos principalmente pelas mulheres, a quem tradicionalmente foram cobradas juventude, beleza e disciplina.

Concordamos com a afirmação de Alves (2004) de que o envelhecimento se constitui em um fenômeno associado ao processo de individualização que caracteriza as sociedades contemporâneas cujas teorias de gênero nos ajudam a compreender, uma vez que as trajetórias individuais, as biografias e sua interface com os contextos sociais em que são vividas podem nos oferecer uma melhor explicação o que nomeamos de velhice.

No Brasil, os dados censitários do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), relativos a 2022 demonstram que a feminização da velhice é uma realidade ineludível, uma vez que a proporção de pessoas com 65 anos ou mais aumentou 57,4% nos últimos 12 anos e as mulheres correspondem a 51,5% da população. Todavia, essa feminização vai além das estatísticas, as mulheres enfrentam barreiras para inserção e permanência no mercado de trabalho, bem como dificuldade de galgarem melhores postos e progredirem profissionalmente (Cepelso, 2021) devido a preconceito de gênero e etarismo.

Letícia (2024) chama a atenção para o fato de que o envelhecimento é vivenciado por homens e mulheres de forma diferente, enquanto nos homens rugas e cabelos brancos são considerados como sinais de autoridade, experiência, conhecimento e até mesmo os torna charmosos

e sensuais, as mulheres são discriminadas, sofrem julgamentos e presções estéticas., pois é esperado que continuem esbeltas e preservem o frescor da juventude. Nesse sentido, a autora reforça que o direito de envelhecer não é uma prerrogativa dos homens, as mulheres também têm esse direito e em tom provocativo, questiona: “Qual o lugar que a mulher mais velha pode ocupar em uma sociedade patriarcal, etarista e machista?”. É o que pretendo discutir no próximo tópico, a partir de relatos das minhas próprias vivências e de duas feministas sobre o processo de envelhecimento.

AVIDA APÓS OS 60 ANOS: DE SÍLFIDE A MUSA DE BOTERO.

Para refletir sobre o meu próprio percurso e (des)acordo com o tempo, optei por percorrer narrativas que, como observa Josimara Delgado (2010), ao mesmo tempo que denunciam as vicissitudes do tempo biográfico, nos permitem também inquirir a vida, nossas expectativas, sonhos perdidos ou esquecidos, escolhas e experiências, que certamente apresentam similitudes em termos de classe e geração, definindo nossa posicionalidade na dinâmica histórica da sociedade à qual pertencemos. A interpretação desse universo, sugere a autora, deve obedecer a um roteiro para compreensão dos textos, regido pelo sentimento que cinge a velhice e, alinhavado no presente, recupera um repertório diverso de temas, que reavivam o passado, correlacionando-o com a sociedade, tramando uma identificação com representações alicerçadas em ideações próprias do tempo-espaço, do corpo e da linguagem social. Desse modo, reflito a seguir sobre aproximações e distâncias entre o ideal libertário de duas mulheres que se autodenominam feministas, Janis² e Tânia:

Sou da geração BABY BOOMER. Aquela que fez Woodstock³, viu as primeiras espaçonaves e tentou guerrilhas. Curti muito o Porto da Barra, Mar Grande, Arembepe⁴. Eu e o mar, sempre juntos.
Li tudo que caí nas minhas mãos, estudei Jornalismo na UFBA,

2 O nome é fictício, pequena homenagem a uma amiga que também transitou por Arembepe e Porto da Barra, e ainda mantém um forte vínculo com a contracultura.

3 Woodstock foi um festival de música realizado nos Estados Unidos que reuniu diversos artistas, como Jimi Hendrix, Janis Joplin, Joan Baez, Santana, Ravi Shankar e Joe Cocker entre outros, representativo do movimento da contracultura do final da década de 1960 e começo dos anos 1970.

4 Mar Grande é uma das praias da Ilha de Itaparica, Porto da Barra é uma praia da capital baiana frequentada por turistas, artistas e moradores locais, enquanto Arembepe fica localizada no município de Camaçari/BA.

trabalhei com Políticas para Mulheres por quase 15 anos, tornei-me feminista de carteirinha.

Ah! Também casei, pari uma filha linda, descasei, sou avó de dois machos esplendorosos. E ainda sonho em mudar o mundo...

Há espaço pra mim, ou devo resignar-me com o descarte? (Janis)

A geração Baby Boomer é composta por pessoas que, assim como eu, nasceram entre os anos de 1940 a 1960, ou seja, no período correspondente ao final ou depois da Segunda Guerra Mundial, cuja educação feminina, à época, era norteadada por valores rígidos e controle sobre nossos corpos.

Como lembra Fúlvia Rosemberg (2012), o acesso das mulheres à educação formal e pública não foi algo fácil, ao contrário, houve vários empecilhos e dificuldades, a exemplo da segregação sexual das escolas, sob a justificativa de que meninas e moças deveriam ter uma instrução mais restrita, com conteúdos que não afetassem sua natureza delicada, respeitassem sua inteligência limitada e, centrados no cumprimento da sua “missão” de mãe, ao que acrescenta Pinsky (2014), esposa e dona de casa exemplar. Desse modo, são delineadas as fronteiras da masculinidade – aos homens são associadas imagens de força e capacidade de iniciativa – e da feminilidade – às mulheres são reservadas a doçura, a passividade, o “instinto maternal” e a sensibilidade exacerbada. A autora enfatiza que:

Há uma ênfase bastante didática nos “incontestáveis papéis femininos”, especialmente quando se referem às jovens. Se o casamento é considerado a porta de entrada para a realização dos ideais de feminilidade, as moças precisam ser educadas para que não desviem desse caminho e não escapem do futuro reservado à mulher. (Pinsky, 2014, p. 51).

Todavia, conforme observei em outro momento, se na década de 1950 a ordem moral estabeleceu os papéis de mãe, esposa e dona de casa para as mulheres, estabelecendo como fonte de realização feminina o casamento e formação de uma família, os anos 1960 descortinam outros campos de possibilidade, as mulheres ingressam nas universidades, a difusão do ideário feminista, a contracultura e a psicanálise nos impelem ao autoconhecimento, experimentações de modelos de conjugalidade e de uma sexualidade recreativa, sem fins procriativos, com o advento da pílula anticoncepcional e outros métodos contraceptivos (Tavares, 2008).

Assim, essa geração ouviu os discos de Jimmy Hendrix e Janis Joplin, acompanhou nas páginas de revistas fotos do Festival de Woods-

tock, em 1969, que pregava paz e amor, ao mesmo tempo que contestava a Guerra do Vietnã; pode frequentar Arembepe, reduto de hippies, de artistas baianos como o poeta Wally Salomão e os Novos Baianos, bem como Jimmy Hendrix e Janis Joplin, que por lá estiveram. Tal e qual o slogan escrito nos muros de Paris pelos estudantes em 1968, para expressar seu descontentamento com a sociedade e prenciar uma nova cultura em formação, não havia lugar para proibições. Assim, Janis transita pelo Porto da Barra, Mar Grande e Arembepe, faz da leitura caminho para ampliar seu conhecimento e capital cultural, desvenda a opressão de gênero a que estamos sujeitas e se credencia como “feminista de carteirinha”, seja na vertente militante seja atuando na execução de políticas públicas para as mulheres criadas na administração dos governos Lula. Agora, no curso do envelhecer, aposentada, separada como tantas da sua geração, com filha e dois netos, continua sonhando com um mundo melhor, ainda que não deixe de se questionar: Há ainda lugar para ela e seu inconformismo nesse mundo em franca (des)umanização?

A minha rebeldia não começou na infância, estudei numa escola de elite, em que as irmãs se dividiam na direção moral, cujas envolviam desde aulas de boas maneiras, de sobre como exaltar nossa feminilidade, desde como andar, sentar, evitar roupas curtas e decotes, manter unhas curtas e com cores angelicais, os cabelos bem penteados e, evitar algazarras, a voz baixa e o sorriso contido eram sinais que nos aproximavam das meninas boazinhas. Parece que consegui encenar o modelo satisfatoriamente, pois, durante muito tempo guardei uma coleção de santinhos que recebia pelas excelentes notas e comportamento na escola. Extramuros, entretanto, começava a identificar contradições, em casa nunca fui obrigada a frequentar a missa semanalmente, nem tampouco estimulada a confessar possíveis pecados, dentre os quais ir à praia e usar biquíni, proibidas que éramos pelas professoras a expor nosso corpo, pois uma mulher de família não deveria se desnudar nem diante do marido, o ato sexual sendo transmitido como mero dever, que algo pecaminoso.

A transferência para uma escola pública marcou o meu ingresso na contravenção, numa cidade pequena onde todos se conheciam, participei de pegadas, encenando um roteiro desbotado de Juventude Transviada⁵, abria com amigas a porta do carro de um professor para ouvirmos música, faltava aulas e ia para uma lanchonete vizinha à escola fingir que jogava sinuca enquanto paquerava os meninos, recusava-me a usar

5 Refiro-me ao filme *Rebel Without a Cause* (Original), traduzido no Brasil para *Juventude Transviada* (1955), estrelado por Natalie Wood e James Dean.

o tênis Kichute, que compunha o fardamento e usava calça cocota⁶, que realçava minha pequena silhueta de sílfide, como assim lembrou um colega da época, que acompanhava minhas travessuras.

Assim como Janis, frequentei o Porto da Barra, mas não assiduamente, morava em outro estado e, nas férias escolares costumava visitar duas irmãs mais velhas, através das quais conheci músicos e escritores ainda muito cedo, dormia abraçada aos 4 anos com a capa de algum disco de Elvis, embora mais tarde tenha ganhado o compacto de Topo Gigio e tenha cantado a versão de Os Incríveis para “Era um garto que como eu amava os Beatles e os Rolling Stones”, que só muito mais tarde vim a amar, principalmente Jon Lennon, por sua irreverência e posições políticas.

Li ainda adolescente Máximo Gorki, Pearl Buck, apaixonei-me por Hermann Hesse cujas adaptações cinematográficas também acompanhei. Cabe enfatizar que, assim como no Porto da Barra eu me sentia visitante, muitos desses autores, filmes e músicas tive que revisitar anos mais tarde, pois não tinha a maturidade suficiente para decifrá-las.

Apesar das minhas travessuras a cidade e a própria família exerciam controle sobre as meninas/mulheres, cujo preço a pagar por serem diferentes ou querem burlar a vigilância rompem tantas vezes a tênue fronteira entre as moças de família e aquelas que não são casadoiras. Lembro-me de um episódio em que Gilberto Gil percorria o Brasil com o disco Refazenda e fui como convidada de uma das amigas de minhas irmãs que namorava um dos músicos, tive que sair antes de o show terminar, porque foram me buscar, músicos eram pessoas perigosas, eu era muito jovem, inocente e poderia ser desencaminhada.

Então, por pura travessura, me fiz inteira contradição, cursei Serviço Social, profissão majoritariamente feminina, passei a fumar regularmente, mas não qualquer cigarro, pois como anunciava a propaganda à época, “O importante é ter Charm”⁷, por isso me dei o nome de Tânia, uma das modelos que embora não fumasse, representava essa marca de cigarros, voltada para as mulheres como consumidoras, que associava o hábito de fumar ao sucesso, prazer e vanguarda, ou seja, fumar Charm era uma questão de “atitude”, que distinguia a fumante das demais mulheres.

6 O termo cocota tem origem no francês “cocotte”, uma calça jeans com o cós bastante baixo, que nos anos 1970 costumávamos usar com camisetas ou batas. (<https://www.significados.com.br/cocota/>)

7 Disponível em: <https://www.propagandashistoricas.com.br/2019/04/cigarros-charm.html>. Acesso em: 20 out. 2024.

A adultez me deixou ruiva, tornei-me curvilínea, sofri assédio e me senti culpada, fui censurada por ser independente e ter um comportamento inusual entre as “boas moças”, o cigarro me auxiliava a suspirar internamente, como ensinou Mário Quintana, mas vazios permaneciam, atendia mulheres das classes populares à frente de processos de ocupação de áreas públicas, acompanhava situações de abandono, violência, extrema pobreza e me indagava o porquê de permanecerem em relações abusivas, sem perspectivas e oportunidades para melhoria das suas condições de vida, ao mesmo tempo que me dava conta de quantas violências sofri e sequer me dei conta, cujas respostas comecei a encontrar no Mestrado e Doutorado, ao me aprofundar nos estudos de gênero e feministas que, a cada leitura me provocam mais questionamentos.

ÚLTIMAS PROVOCAÇÕES

Não persigo a eterna juventude, pouco me importa se as roupas que uso não são apropriadas para a minha faixa etária, se não correspondo aos padrões estéticos vigentes, se não sigo a dieta da vez para eliminar o excesso de peso, se não frequento a academia ou me recuso a adquirir a porção milagrosa que vai eliminar o tecido adiposo que me impede de usar roupas mais coladas, bem como ainda não marquei a consulta com o cirurgião para realizar a blefaroplastia recomendada por uma amiga que me rejuvenescerá dez anos ao remover a gordura e flacidez das minhas pálpebras. Também não cogito colocar lentes de contato em meus dentes amarelados pelo tempo e pelo cigarro.

Há muito não sou sílfide, estou mais para musa de Botero, cujas réplicas em miniatura das suas matronas gordinhas tenho nas paredes da minha sala, junto com pinturas de Fridas e outros desenhos das viagens que trago. Minha pele perdeu o viço de pêssego, o Charm deixou de ser fabricado e eu parei de fumar. No percurso do envelhecimento, desde muito sou questionada por parentes e até mesmo amigos, ainda que em tom de brincadeira, para quem vou deixar as joias que devo ter guardadas, o valor dos óculos que uso, do perfume que gosto e do carro que escolhi comprar, do tamanho do apartamento em que moro, se e como invisto o meu dinheiro, por que decidi adquirir este ou aquele celular, a marca de roupas ou até mesmo se sentem no direito de opinar sobre o tipo de imóvel que devo adquirir, como me prevenir com a proximidade da velhice ou ainda sou aconselhada a fazer um testamento por precaução, para evitar transtornos, pois nunca se sabe quando a

morte está à espreita. Em suma, para mulheres solteiras, sem filhos e, portanto, netos, as chances para intromissão em nossas escolhas de vida parecem ainda maiores.

Para as mulheres velhas que têm filhos e netos, a perda de autonomia é uma realidade inescapável, invisibilizadas, deixam de ser úteis, são silenciadas e estigmatizadas, tornam-se descartáveis, tornam-se alvo da violência da sociedade e do próprio Estado, que insiste em ignorar as estatísticas, isto é, o envelhecimento da população e a urgência de investir em políticas públicas.

Finalmente, concluo este texto, através do qual compartilho inquietações que me impeliram a tomar como mote inspirador de uma nova pesquisa, em que tentarei percorrer a trajetória de velhas feministas e investigar sobre como têm lidado com o processo de envelhecimento, na minha luta incansável por contribuir para a construção de um mundo melhor, sem opressão de gênero, raça, orientação sexual, estado civil e idade/geração. E não poderia fazê-lo sem reproduzir uma pergunta feita por Alda Britto da Motta, que, ao meu ver, ainda não foi respondida pelos feminismos:

[...] para onde foi o antigo compasso com os grandes temas e movimentos dos idos de 60 e 70, e a resposta da militância? Onde fica, para o feminismo, a grande questão contemporânea (em expansão demográfica e particularmente feminina) na reprodução social?

Ao que tudo indicada, os feminismos plurais e as jovens feministas, que daqui a algum tempo irão envelhecer, assim como nós velhas feministas devemos nos debruçar sobre o tema e, oferecer uma resposta à provocativa pergunta de outra velha feminista: Vamos encarar a “mistura indigesta” entre gênero e geração, confrontar nossos medos e realizarmos uma autocrítica sobre o porquê continuamos a ignorar a velhice como tema de pesquisa para os feminismos ou continuaremos a buscar subterfúgios para driblar a passagem do tempo e adiar o que se revela improrrogável?

O desafio está lançado...

REFERÊNCIAS:

ALVES, Andréa Moraes. Algumas reflexões sobre sexo, idade e cor. **Cadernos CRH**, Salvador, v. 17, n. 42, p. 357-364, set./dez. 2004.

BRITTO DA MOTTA, Alda. Os Velhos Baianos (e a Música é cada

vez mais Nova). **Bahia Análise & Dados**. Salvador, SEI, v. 6, n. 1, p. 123-132, junho 1996.

_____. Gênero e Geração: de articulação fundante a “Mistura Indigesta”. In: FERREIRA, Sílvia Lúcia; NASCIMENTO, Enilda Rosendo do (Orgs.). **Imagens da Mulher na Cultura Contemporânea**. Salvador: NEIM/UFBA, 2002. P. 35-49.

_____. **As Velhas Também**. ex æquo, n.º 23, 2011, p. 13-21.

CEPELLOS, Vanessa Martines. Feminização do envelhecimento: Um fenômeno multifacetado muito além dos números. **Revista de Administração de Empresas**, v. 61, n. 2, p. e20190861, 2021.

CIGARROS Charm – 1981. Disponível em: <https://www.propagandashistoricas.com.br/2019/04/cigarros-charm.html>. Acesso em: 20 out. 2024

DELGADO, Josimara. Velhice, Corpo e Narrativa. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, ano 16, n. 34, p. 189-212, jul./dez. 2010.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo 2022**: número de pessoas com 65 anos ou mais de idade cresceu 57,4% em 12 anos. 2023. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/38186-censo-2022-numero-de-pessoas-com-65-anos-ou-mais-deidade-cresceu-57-4-em-12-anos>.

PINSKY, Carla Bassanezi. **Mulheres dos Anos Dourados**. São Paulo: Contexto, 2014.

ROSEMBERG, Fúlvia. Mulheres educadas e a educação das mulheres. In: PINSKY, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria (Orgs.). **Nova História das Mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2012, p. 333-359

SARDENBERG, Cecília M. B. A Mulher e a Cultura da Eterna Juventude: Reflexões Teóricas e Pessoais de uma Feminista Cinquentona. In: Enilda Rosendo e Sílvia L. Ferreira (Orgs.). **Imagens da Mulher na Cultura Contemporânea**. Salvador: NEIM-UFBA, 2002, p. 51-68.

TAVARES, Márcia. Nosso amor de ontem. **Oralidades**, Ano 2, n. 3. São Paulo: USP/ NEHO, 2008, p. 29-45. Paulo: USP/ NEHO, 2008, p. 29-45.

ENVELHECIMENTO LGBTQIAPN+: REFLEXÕES SOBRE CUIDADO E GARANTIA DE DIREITOS

Ingrid Rochelle Rêgo Nogueira¹

Rafael Torres de Cerqueira²

INTRODUÇÃO

O envelhecimento populacional é uma realidade dos tempos atuais, entretanto ele não se dá de forma homogênea, sendo necessário considerar aspectos como classe, raça, identidade de gênero, orientação sexual, dentre outros fatores que, na sociedade de classes, determinarão de que forma esse envelhecimento se dará. Nessa perspectiva, o envelhecimento de pessoas LGBTQIAPN+ é marcado por uma trajetória de vida de violências interpessoais, estruturais e de negação de direitos, o que desemboca na violação do direito de envelhecer, posto que a maioria dessa população não consegue chegar aos 60 anos.

Outrossim, convém pontuar que a sexualidade e a dimensão de gênero, mesmo heteronormativa, são pouco discutidas quando se trata de pessoas idosas. Dessa forma, essas identidades dissidentes na velhice sofrem com dupla invisibilidade, tanto pelo idadismo, quanto pela LGBTQIAPN+fobia, o que pode ser evidenciado na ausência de dados, pesquisas, iniciativas, legislações e políticas públicas destinadas a esse público.

Considerando esse contexto, este trabalho tem como objetivo debater sobre a garantia de direitos das pessoas idosas LGBTQIAPN+ na cidade de Salvador, a partir de pesquisa construída no âmbito do Grupo de Estudo do Ministério Público do Estado da Bahia, denominado MP+Diverso, composta por pesquisa documental, reuniões com movimentos sociais relativos ao tema e aplicação de questionários com profissionais atuantes na rede socioassistencial e de saúde da pessoa idosa.

1 Assistente Social pela Universidade Estadual do Ceará, especialista em Gerontologia pela Sociedade Brasileira de Geriatria e Gerontologia, Mestra em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismo pela Universidade Federal da Bahia. Analista Técnica em Serviço Social no Ministério Público do Estado da Bahia.

2 Graduação em Psicologia pela Universidade Federal da Bahia, mestre em Saúde Coletiva pela Universidade Federal da Bahia. Analista Técnico em Psicologia no Ministério Público do Estado da Bahia.

Visando tecer essas discussões, esse trabalho está estruturado em cinco seções: introdução, desigualdades e invisibilidades que marcam o processo de envelhecimento e as velhices LGBTQIAPN+; reflexões sobre como as legislações e políticas públicas brasileiras assumem uma visão massificante do envelhecimento e contribuem para a invisibilidade e negação de direitos da população idosa LGBTQIAPN+; metodologia e os resultados preliminares da pesquisa; e, considerações finais.

II ENVELHECIMENTO LGBTQIAPN+: DESIGUALDADES E SILENCIAMENTOS

O Brasil vivencia um intenso envelhecimento populacional, comportando atualmente 33.131.000 (trinta e três milhões cento e trinta e um mil) pessoas idosas (IBGE, 2023). Embora não haja dados precisos sobre o número de pessoas LGBTQIAPN+ brasileiras, estima-se que representariam 10% da população, portanto, supõe-se que teríamos cerca de 3.313.000 (três milhões trezentos e treze mil) pessoas idosas LGBTQIAPN+.

Para além da expressividade demográfica e da falta de dados presentes nas estatísticas oficiais, é preciso considerar a invisibilidade pela qual esse grupo populacional (LGBTQIAPN+) passa, causada por diversos fatores, dentre eles podemos supor: envelhece menos por ser dizimada, seja pela sexualidade ser um dos mitos que circunda o envelhecimento, seja pela dupla opressão sofrida, idadismo e LGBTQIAPN+fobia.

Sobre esse aspecto, refletimos sobre os dados do dossiê de *Mortes e Violências Contra LGBTI+ no Brasil que aponta que* entre os anos de 2000 e 2021, 5.362 (cinco mil e trezentas e sessenta e duas) pessoas LGBTQIAPN+ morreram em virtude de preconceito e intolerância contra essa população. Ainda de acordo com o mencionado estudo, Salvador representa uma cidade violenta para as pessoas LGBTQIAPN+, tendo ocupado no ano de 2021 o segundo lugar na lista de cidades mais violentas contra esse público. Ademais, o mesmo estudo informa o alto índice de suicídio entre essas pessoas, consequência da LGBTQIAPN+fobia e violência estruturais (Acontece Arte e Política LGBTI+; Associação Nacional de Travestis e Transexuais; Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Intersexos, 2022)

Ponderamos que a LGBTQIAPN+fobia se intersecciona com outras opressões. É nesse sentido que o Relatório Mundial sobre Ida-

dismo aponta, ao referir que o preconceito por idade intensifica outros tipos de preconceitos, tais como o destinado a pessoas LGBTQIAPN+, fortalecendo opressões e violações de direitos (OPAS, 2022).

As velhices LGTQIAPN+, além de se darem em menor número, devido às questões acima elencadas, enfrentam diversos desafios provenientes das violações de direitos acumuladas ao longo do curso de vida. A análise de Andrade e Bergamin (2021) corroboram essa reflexão, apontando que nas vivências desse público há maior presença de questões relativas à saúde física e mental, tais como hipertensão arterial, obesidade, diabetes mellitus, adoecimento mental, ideação suicida, uso prejudicial de álcool e substâncias psicoativas, além de menor acesso aos serviços de saúde.

Outrossim, afirmam as mencionadas autoras, as violências e barreiras impostas para acessar o mercado de trabalho, renda e direitos sociais básicos, intensificam a vulnerabilidade que marca tais envelheceres. Ainda considerando a interseccionalidade de opressões, dimensões como raça, gênero, classe, grau de funcionalidade e local de moradia podem ampliar a fragilização e vulnerabilidade social de pessoas idosas LGBTQIAPN+ (Andrade; Bergamin, 2021).

Ante tal contexto, é preciso ter em conta a fragilização ou rompimento dos vínculos familiares e comunitários impostos a esse público ao longo do curso de vida e que, por vezes, é agravado com o envelhecimento, desaguando em isolamento social e ausência de cuidados quando esses são essenciais. Na ausência ou insuficiência de uma rede de suporte social informal, resta às pessoas idosas LGBTQIAPN+ contar com a rede de atendimento à pessoa idosa, composta pelas diversas políticas públicas, destacando-se entre essas as que compõem o tripé da Seguridade Social, quais sejam, Saúde, Assistência Social e Previdência Social.

Dessa forma, é essencial refletir e debater sobre como as políticas públicas e as instituições voltadas para atendimento às pessoas idosas tratam ou não aspectos como sexualidade, identidade de gênero e orientação sexual nas heterogêneas velhices. Tal debate ganha ainda maior relevância quando consideramos que há uma visão homogênea da velhice, na qual a heteronormatividade é dominante nos estudos e práticas gerontológicas (Henning, 2017).

Tendo em vista esse cenário, as velhices LGBTQIAPN+ tendem a ser invisibilizadas, o que reforça opressões, o não atendimento às suas demandas e a negação de direitos. Dessarte, é preciso falar sobre o tema no sentido de publicizá-lo, de dirimir preconceitos, estimular e fisca-

lizar políticas públicas, reparar iniquidades, prevenir e combater violências. Sobre isso, Rebellato, Azevedo, Miguel e Silva salientam que:

Não há informações precisas sobre o número de pessoas idosas LGBTI+ na sociedade brasileira. Informações sobre a orientação sexual e a identidade de gênero não têm sido recolhidas em inquéritos e registros de saúde de forma sistemática e, portanto, continuam sujeitas às especulações. O estigma social e os etarismos também reforçam o silenciamento dessa população que, por vezes, prefere não se identificar como pessoa idosa LGBTI+. Tais ocorrências pouco favorecem a análise e a implementação de medidas de saúde e sociais adequadas para esse grupo (2021, p.21).

A invisibilidade de pessoas idosas LGBTQIAPN+ também é presente nos registros de violência contra a velhice. Conforme dados do Ministério de Direitos Humanos e Cidadania, o perfil da vítima de violência na velhice é de mulheres (61,25%), com idade entre 76 a 80 anos (18,3%), branca (37,65%), sem deficiência (72,5%) e com orientação sexual não informada (91,84%) (Brasil, 2022).

A ausência de dados sobre a orientação sexual das pessoas idosas que sofreram violência indica a permanência e/ou intensificação de estereótipos relacionados ao envelhecimento, tais como o de inexistência de sexualidade entre pessoas longevas, de que essas são como crianças e de uma visão massificante do envelhecimento, no qual a orientação sexual universal é heteronormativa.

Ante o cenário apresentado resta evidenciar a invisibilidade das pessoas idosas LGBTQIAPN+ que durante o curso de vida sofreram diversas opressões e violências, e que ao chegar na velhice encontram a tríade idadeísmo, LGBTIA+fobia e invisibilidade. Visão homogeneizante presente também nas legislações e políticas públicas como discutiremos a seguir.

III LEGISLAÇÕES E POLÍTICAS PÚBLICAS PARA O ENVELHECIMENTO NO BRASIL: A HOMOGENEIZAÇÃO COMO REGRA

A legislação de proteção à pessoa idosa no Brasil é ampla, passando desde a Constituição Federal de 1988, Política Nacional do Idoso, Política Nacional da de Saúde da Pessoa Idosa, Estatuto da Pessoa Idosa, dentre outras leis que regulamentam o acesso à saúde, assistência social, previdência social e outros direitos sociais.

Entretanto, esse arcabouço legal está longe de garantir um envelhecimento digno às diversas velhices, sendo constantes as situações de negação de direitos, violência estrutural, idadismo e isolamento social, especialmente entre as velhices invisibilizadas, dentre elas as LGBT-QIAPN+.

Ademais, a construção dessas legislações e políticas de proteção social à velhice se baseiam e propagam um ideário capitalista, biomédico e homogêneo do envelhecimento e de suas demandas, sendo marcante a responsabilização das pessoas idosas pela forma como envelheceram. São ausentes nas legislações brasileiras a politização e a diversidade na discussão sobre o envelhecimento, tratando suas demandas como elementos de ordem individual e não coletiva, desconsiderando, assim, as desigualdades que marcam as diferentes trajetórias de vida (Oliveira, Salvador e Lima, 2023).

Assim, o envelhecimento é concebido nas leis brasileiras em uma ótica universal e saudável, independente dos contextos de vida, disseminando a ideia de que a velhice é algo evitável e que as escolhas pessoais direcionarão o processo de envelhecimento individual. Lógica também reproduzida pelos espaços de atendimento às pessoas idosas, que, embasados em políticas neoliberais, responsabilizam a família pelo suprimento à ausência de atuação estatal (Oliveira, Salvador e Lima, 2023).

Ante esse cenário, o Estatuto da Pessoa Idosa foi promulgado em 2003, consistindo na principal legislação de garantia de direitos da população idosa. Essa lei estabelece o envelhecimento como um direito personalíssimo e a sua proteção um direito social a ser garantido pelo Estado por meio de políticas sociais, determinando que o Estado e a sociedade devem garantir a esse público a liberdade, o respeito e a dignidade, como pessoa humana e sujeito de direitos civis, políticos, individuais e sociais (Brasil, 2003).

Porém, chama a atenção o fato de que essa legislação, essencial para a efetivação dos direitos da pessoa idosa, não menciona questões como classe, raça, regionalidade, identidade de gênero e orientação sexual como aspectos a serem considerados na implementação das políticas públicas, especialmente quando refletimos que esses elementos interferem na forma como se vive e envelhece, determinando invisibilidades e direitos violados, a exemplo das pessoas idosas LGBTQIAPN+.

Reconhecendo esses elementos, a Convenção Interamericana sobre a Proteção dos Direitos Humanos dos Idosos estabelece que o envelhecimento deve ser considerado sob a ótica dos direitos humanos

e que a perspectiva de gênero deve estar presente as políticas e programas destinados à garantia de direitos das pessoas idosas. Ademais, essa Convenção determina que as políticas, planos e legislações sobre envelhecimento e velhice devem ter em conta as pessoas idosas em situação de vulnerabilidade e as que são submetidas a múltiplas discriminações, dentre elas as pessoas de diversas orientações sexuais e identidades de gênero (Organização dos Estados Americanos, 2015).

Entretanto, essa legislação ainda não foi ratificada pelo Brasil, estando esse processo em tramitação desde 2017, o que demonstra a necessidade de avanço das políticas e legislações brasileiras em relação à heterogeneidade da velhice.

Tal discussão é essencial, pois pessoas idosas que assumem identidade de gênero e/ou orientação sexual não heteronormativa apresentam uma vida marcada pela solidão, violência, invisibilidade e vulnerabilidade socioeconômica, estando mais propensas a depender da rede de serviços de cuidados formais, tais como as instituições de longa permanência para idosos(as) (ILPIs). Por outro lado, a LGBTQIAPN+-fobia e idadeísmo estruturais se reverberam nesses serviços, resultando em concepções e modelos de atendimento cis-heteronormativo (Torelli; Bessa; Graeff, 2023).

Sobre isso, o documento *Reduzindo a Lacuna: as disparidades em saúde que afligem as pessoas idosas LGBTI nas Américas*, as dificuldades encontradas por pessoas idosas LGBTI+ não se restringem ao campo da saúde, mas estão presentes no acesso à moradia, assistência social, cuidados de longa duração, renda, convivência familiar e comunitária, dentre outras. Assim, parte desse público se sente compelido a esconder sua identidade de gênero e orientação sexual por medo de sofrer violências e discriminações para acessar serviços e políticas públicas dos quais necessitam (Organização Pan Americana da Saúde, 2023).

O mencionado relatório salienta que as pessoas LGBTI+, por contarem com menor rede de suporte social, precisam recorrer a Instituições de Longa Permanência para Idosos(as) (ILPIs), entretanto encontram dificuldades durante seu acolhimento nesses espaços, especialmente as pessoas idosas transgênero, pois não é permitido que residam na ala referente à sua identidade de gênero, não são tratadas pelo pronome pertinente, tampouco podem se trajar conforme sua preferência. Outrossim, são frequentes relatos de pessoas idosas LGBTI+ que sofrem negligência, discriminação e violência por parte de profissionais e de outras pessoas idosas residentes (Organização Pan Americana da Saúde, 2023).

Assim como em diversas ILPIs não são perguntadas questões relativas à orientação sexual e identidade de gênero, gerando invisibilidade e violações. As opressões sofridas ao longo da vida fazem com que pessoas idosas LGBTQIAPN+ tenham receio em procurarem instituições de longa permanência para idosos(as) (ILPIs), por temerem sofrer preconceitos e violências, e por acreditarem que viver em uma ILPI é residir em um ambiente que pressupõe heteronormatividade (Torelli; Bessa; Graeff, 2023).

Nicoli *et al* (2023), aponta em seu recente estudo sobre a realidade do público LGBTQIAPN+ que envelhece na cidade de Belo Horizonte, que todos os segmentos entrevistados compreendem que a ILPI é um espaço de cerceamento da autonomia e da individualidade, com profissionais despreparados para uma compreensão de sexualidades dissidentes, com atendimento precário em saúde e sem entendimento de suas necessidades básicas. Para tais autores:

A ideia de que corpos idosos são ausentes de sexualidade se soma à concepção de que corpos idosos LGBT's não existem. A combinação desses fatores leva ao apagamento das identidades desses sujeitos enquanto agentes portadores de desejos, que por sua vez se expressam fora da lógica cis heteronormativa e perpetuam o mito da velhice assexual (p. 141).

Nessa direção, Malaquias (2021) aponta que os principais medos de pessoas idosas LGBTQIAPN+ em serem acolhidas em uma ILPI referem-se ao medo da discriminação, de receber menor cuidado, da perda de sua identidade e de violências física e verbal.

Nicoli *et al* (2023) aponta que a invisibilidade e a falta de políticas públicas são ainda maiores para pessoas idosas transgênero e que, em Belo Horizonte, a criação de um equipamento específico para pessoas idosas LGBTQIAPN+ é uma demanda dessa população.

Contribuindo para as reflexões acerca das ILPIs, em um estudo recente realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE (2024), estima-se que cerca de 161.000 (cento e sessenta e uma mil) pessoas idosas residam em Instituições de Longa Permanência para Idosos (ILPIs), representando 0,1% da população idosa brasileira.

Tais equipamentos se concentram nas regiões Sul e Sudeste (82,3%) e acolhem, na sua maioria, mulheres (59,8%), com analfabetismo elevado (31%) e concentradas nas faixas etárias mais envelhecidas da população, sendo 45,6% de pessoas idosas com idade acima

de 80 anos e 28,1% de pessoas idosas com idade entre 70 e 79 anos. O referido estudo não faz alusão a outras identidades de gênero fora do binarismo masculino e feminino, o que impossibilita uma maior compreensão sobre a presença do público LGBTQIAPN+ nas ILPIs (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2024).

A despeito da importância do cuidado estatal, Camarano e Melo (2010) reconhecem não ser possível para nenhum governo oferecer cuidado institucional para toda a população que dele necessita, o que justificaria a opção por uma proposta que associa o incremento da oferta de instituições privadas paralelamente ao aumento da fiscalização dessas instituições. Ainda conforme os autores, as ILPIs são, na sua maioria, privadas (93,4%), sendo que 65,2% são privadas filantrópicas; 28,2% são privadas com fins lucrativos e apenas 5,2% são públicas. Entre as ILPIs particulares é importante ressaltar o grande percentual de instituições religiosas a frente da administração da ILPIs que no Nordeste chegou a um percentual de 52,8%.

Podemos refletir que os aspectos que permeiam as vivências das velhices LGBTQIAPN+, como a trajetória de vida marcada por direitos negados e violências, a menor rede de suporte social informal, a maior propensão a necessitar de cuidados institucionais, atrelada à ausência de dados, invisibilidade e natureza das instituições de longa permanência para idosos, na qual predomina uma ótica moralista, cis-heteronormativa e religiosa aponta para a importância de pesquisas, iniciativas e políticas públicas com um olhar atento às demandas dessa população.

IV METODOLOGIA E RESULTADOS

A pesquisa tem como objetivo debater sobre a garantia de direitos das pessoas idosas LGBTQIAPN+ na cidade de Salvador e foi construída como ação do Grupo de Estudo do Ministério Público do Estado da Bahia, denominado MP+Diverso, coordenado pela 1ª Promotoria de Justiça de Direitos Humanos, que discute a garantia de direitos das pessoas LGBTQIAPN+ e a atuação do Ministério Público do Estado da Bahia (MPBA) junto a esse público.

Ademais, durante a atuação da autora e do autor deste trabalho no assessoramento técnico a inspeções de longa permanência para idosos(as) (ILPIs), foram percebidas questões como a ausência de pessoas idosas LGBTQIAPN+ nas ILPIs, a ausência de informações e dados sobre elas, desconhecimento sobre envelhecimento e sobre questões relativas à população LGBTQIAPN+, e falas preconceituosas por parte das

equipes profissionais, o que também motivou a realização do estudo.

Inicialmente foi realizada uma pesquisa documental nos relatórios técnicos de inspeções realizadas nas instituições de longa permanência para idosos(as) (ILPIs), emitidos pela Central de Assessoramento Técnico Interdisciplinar do Centro de Apoio Operacional de Direitos Humanos (CATI/CAODH) no ano de 2023.

Foram analisados 61 (sessenta e um) relatórios técnicos de inspeções a ILPIs na cidade de Salvador. Os resultados apontam que dentre as ILPIs inspecionadas, apenas uma (1,6%) é pública e três (4,9%) possuem convênio direto com o poder municipal. As demais, cinquenta e sete instituições (93,4%) se mantêm através de doações e/ou mensalidades custeadas pelo benefício da pessoa idosa ou por sua família, sendo o Benefício de Prestação Continuada (BPC) a principal fonte de pagamento utilizada.

A população idosa acolhida nesses equipamentos, no ano de 2023, era de 1427³ (mil quatrocentas e vinte e sete), sendo 483 (34%) indicadas pelo gênero masculino e 944 (66%) indicadas pelo gênero Feminino. Não foram identificadas pessoas não binárias nessas instituições.

Dos relatórios analisados, apenas 5 (cinco) ILPIs relataram já ter acolhido pessoas idosas LGBTQIAPN+, 14 (catorze) informaram nunca terem acolhido pessoas desse público e 42 (quarenta e duas) ILPIs não souberam responder se já foram acolhidas pessoas LGBTQIAPN+ nas suas instalações. No momento da inspeção, apenas duas instituições acolhiam três pessoas idosas LGB Cis na instituição, não havendo registro de pessoas LGB Trans nas ILPIs inspecionadas.

É importante salientar que os resultados alcançados por esta pesquisa são similares aos encontrados no Censo Demográfico 2022 – Tipos de domicílios coletivos, improvisados, de uso ocasional e vagos, publicado pelo IBGE (2024), inclusive em relação à invisibilidade do público LGBTQIAPN+ nesses espaços.

Embora as equipes das ILPIs tenham sido questionadas sobre o atendimento às pessoas idosas LGBTQIAPN+ durante as inspeções, os dados obtidos apontam para o pequeno número de acolhimento desse público nas ILPIs, associado ao alto número de instituições que não souberam responder tal indagação, o que confirma os estudos que tratam sobre a invisibilidade LGBTQIAPN+ nas políticas de cuidado e destinadas ao envelhecimento, ocasionando dificuldade ao acesso, ofer-

3 Nos documentos analisados, 9 (nove) ILPIs não precisaram o número de residentes na instituição por desorganização documental ou por esse número estar desatualizado.

ta de um cuidado sem conhecimento sobre as temáticas e violências.

Dando continuidade ao estudo, foram realizadas duas reuniões com representantes do Movimento LGBTQIAPN+ e da Gerontologia, contando com referências nas áreas temáticas, com o objetivo de debater a garantia de direitos da população idosa LGBTQIAPN+. Durante essas reuniões, aspectos potencializadores da violência contra o público LGBTQIAPN+ no seu envelhecimento foram salientados, tais como a dificuldade de conseguir envelhecer, quer seja por violência ou por falta de políticas públicas de afirmação de gênero, o que, por vezes, leva pessoas transgêneras a acessar intervenções com alto potencial lesivo, como o uso de silicone industrial; o preconceito do próprio público LGBTQIAPN+ com o envelhecimento; o isolamento familiar, marcado por laços rompidos e o alto número de ILPIS religiosas, com fundamentação moral, contrárias ao acolhimento de pessoas idosas LGBTQIAPN+. Além disso, a não identificação de pessoas idosas LGBTrans indica a possibilidade dessas pessoas sofrerem carga ainda maior de preconceitos e violações, o que demanda intervenções específicas para elas.

Ademais, as discussões apontaram a necessidade da implementação de uma política pública de cuidados que considere a heterogeneidade do processo de envelhecimento e as questões de raça, classe, gênero e orientação sexual, garantindo que o envelhecimento seja um direito garantido a todas as pessoas.

Considerando o exposto, compreendeu-se retornar aos equipamentos que atendem pessoas idosas LGBTQIAPN+, ampliando para serviços de saúde e de assistência social, no intuito de aprofundar as questões apresentadas nas reuniões temáticas e compreender se e de que forma a população idosa LGBTQIAPN+ têm acessado essas políticas públicas e o direito ao cuidado. Desse modo, na próxima fase deste estudo serão aplicados questionários junto às equipes profissionais que atuam em ILPIs, Centros de Referência da Assistência Social (CRAS) e unidades de saúde que atuam com pessoas idosas visando identificar como se dá a garantia de acesso a direitos sociais básicos pelas pessoas idosas LGBTQIAPN+, identificando desafios e experiências exitosas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O envelhecimento de pessoas LGBTQIAPN+ é marcado por desigualdades e violência, sejam essas interpessoais ou institucionais, que acumuladas ao longo do curso de vida deságuam, por vezes, em

velhices frágeis, invisibilizadas e negligenciadas. Essa realidade também se faz presente nas instâncias de cuidados e nos serviços de saúde e socioassistenciais, sendo questões comuns a dificuldade de acesso das pessoas idosas LGBTQIAPN+ a esses espaços, assim como o apagamento de suas demandas e o preconceito, associando idadeísmo, LGBTQIAPN+fobia e outras opressões, que interseccionadas significam em graves e constantes violações de direitos.

A partir desse contexto, é recorrente que as instituições relatem não atender esse público ou desconhecer a sua presença, que profissionais não tenham conhecimento sobre a área e acabem reproduzindo posturas preconceituosas, bem como que as pessoas idosas LGBTQIAPN+ tenham receio de procurar tais serviços e, quando o procuram, que busquem ocultar sua identidade de gênero e/ou orientação sexual como um meio de acessar cuidados sem sofrer preconceitos e violações.

Nesse sentido, é fundamental propor debates com ampla participação social, no sentido de desconstruir preconceitos e prevenir violências; desenvolver formação permanente de profissionais da rede de atendimento à pessoa idosa, fomentar pesquisas que visem conhecer a realidade vivenciada pelas pessoas idosas LGBTQIAPN+ e seu acesso aos direitos sociais; e promover e fortalecer as políticas públicas de cuidado, considerando as múltiplas velhices, dentre elas as das pessoas LGBTQIAPN+.

REFERÊNCIAS

ACONTECE ARTE E POLÍTICA LGBTI+; associação nacional de travestis e transexuais; associação brasileira de lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais e intersexos. **Mortes e violências contra LGBTI+ no Brasil: dossiê 2021**. Florianópolis, SC: Acontece, ANTRA, ABGLT, 2022.

ANDRADE, Juliana de Souza; BERGAMIN, Paula Dias Vasconcelos. As velhices e a população LGBTQIA+: interseccionalidades e de desafios para as políticas públicas. In: MALAQUIAS, Mário Augusto Vicente (org.). Núcleo de Inclusão Social do Centro de Apoio Cível e Tutela Coletiva. **Direito e diversidade**. v. 3, 3 ed. São Paulo: APMP, MPSP, 2021. p. 37-40.

BRASIL. Lei n. 10.741, de 1º de outubro de 2003. **Dispõe sobre o Estatuto da Pessoa Idosa e dá outras providências**. Brasília/DF, 2003. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/

110.741.htm. Acesso em: 16 set. 2024.

BRASIL. Ministério dos Direitos Humanos e Cidadania. **Painel de dados da Ouvidoria Nacional de Direitos Humanos**. Brasil: 2022.

HENNING, Carlos Eduardo. Gerontologia LGBT: Velhice, gênero, sexualidade e a constituição dos “idosos LGBT”. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, v. 23, n. 47, p. 283-323, jan./abr. 2017. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-71832017000100010>. Acesso em: 16 set. 2024.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **População por Grupos de Idade**. Sistema IBGE de Recuperação Automática – Sidra. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/5918#resultado>. Acesso em: 16 set. 2024.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Demográfico 2022**. Tipos de domicílios coletivos, improvisados, de uso ocasional e vagos. Disponível em: <https://static.poder360.com.br/2024/09/ibge-censo-2022-domicilios-improvisados-6-set-2024.pdf>. Acesso em: 19 set. 2024.

MALAQUIAS, Priscila Brütt; DE CARVALHO, Vinícius Jara Casco. Moradia e dificuldades em instituições de longa permanência. In: REBELLATO, Carolina; GOMES, Margareth Cristina de Almeida; CRINITTE, Milton Roberto Furst (org.). **Introdução às velhices LGBT+**. Rio de Janeiro: Folio Digital, 2021. p. 136-141.

NICOLI, Pedro Augusto Gravatá et al. Envelhecer LGBT+: histórias de vidas e direitos. **Relatório da Pesquisa Envelhecimento da população LGBT: diagnóstico sobre o longeviver e o acesso aos serviços públicos municipais**. Belo Horizonte: Diverso UFMG, 2023.

OLIVEIRA, Wagner Ivan Fonseca de; SALVADOR, Pétala Tuani Candido de Oliveira; LIMA, Kenio Costa de. Aspectos determinantes para construção social da pessoa idosa a partir das políticas públicas no Brasil. **Saúde Sociedade**, São Paulo, v.32, n.2, 2023. p. 01-15.

ORGANIZAÇÃO PAN AMERICANA DA SAÚDE. OPAS. **Relatório mundial sobre o idadismo**. Washington, D.C. Organização Pan-Americana da Saúde; 2022.

ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS. OEA. **Convenção Interamericana sobre a Proteção dos Direitos Humanos dos Idosos**. Aprovada na segunda sessão plenária, realizada em 15 de junho

de 2015. Washington, D.C: OEA, 2015. Disponível em: https://www.oas.org/en/sare/documents/CIPM_POR.pdf. Acesso em: 16 set. 2024.

ORGANIZAÇÃO PAN AMERICANA DA SAÚDE. OPAS. **Reduzindo a Lacuna**: as disparidades em saúde que afligem as pessoas idosas LGBTI nas Américas. Washington, D.C: Organização Pan-Americana da Saúde, 2023.

REBELLATO, Carolina; AZEVEDO, Daniel Lima; MIGUEL, Diego Felix; SILVA, Rogerio Pedro da Silva. Precisamos falar sobre velhices LGBTI+. In: REBELLATO, Carolina; GOMES, Margareth Cristina de Almeida; CRENITTE, Milton Roberto Furst (orgs.). **Introdução às Velhices LGBTI+**. Rio de Janeiro: Sociedade Brasileira de Geriatria e Gerontologia (SBGG) Seção Rio de Janeiro, 2021. p. 16-23.

TORELLI, Wellington Ricardo Navarro; BESSA, Thaísa Araújo de; GRAEFF, Bibiana. Preconceito contra pessoa idosa LGBTQIA+ em Instituições de Longa Permanência para Idosos (ILPI): uma revisão de escopo. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 28, n. 11, p.3123-3135, 2023. Disponível em: <https://www.scielo.org/article/csc/2023.v28n11/3123-3135/>. Acesso em: 16 set. 2024.

ESTUDO INTERSECCIONAL DA VIOLÊNCIA SEXUAL DOMÉSTICA CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES: CONCEPÇÕES, PERFIS DE VITIMIZADAS E SITUAÇÕES DE VULNERABILIDADES SOCIAIS.

Leila Maria Passos de Souza Bezerra¹

PREÂMBULO

Este artigo versa sobre a violência sexual intrafamiliar/doméstica contra crianças e adolescentes, uma das tipologias da violência sexual perpetrada contra este segmento social, na vida brasileira contemporânea. Concerne em recorte da pesquisa de iniciação científica intitulada *ANÁLISE INTERSECCIONAL DA VIOLÊNCIA SEXUAL DOMÉSTICA CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES: contextos, concepções estruturantes e política pública de enfrentamento em Fortaleza-CE*, com marco temporal de 2023 a 2025², de abordagem metodológica qualitativa e aporte de dados quantitativos de natureza secundária, a considerar a realização das pesquisas bibliográfica, documental e de campo³.

Vislumbrou-se, no presente texto, discutir as concepções estruturantes desta violência, os perfis das vitimizadas e as situações de vulnerabilidade socioeconômica que atravessam suas vidas cotidianas. Para tanto, realizou-se pesquisas bibliográfica e documental, a considerar a pertinência das abordagens histórico-crítica e teórico-política da interseccionalidade (Collins e Bilge, 2020; Collins, 2022), para fins de compreender e interpretar a complexidade desta expressão da questão social, adentrando os modos de organização do poder estruturados por

1 Programa de Pós-Graduação em Sociologia (PPGS) da Universidade Estadual do Ceará.

2 A mencionada pesquisa conta com o apoio do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica e Tecnológica (BICT), da Fundação Cearense de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FUNCAP) e do Programa Institucional de Iniciação Científica (PIBIC), do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), a garantirem duas bolsas de iniciação científica para estudantes de graduação.

3 Trata-se pesquisa ainda em curso e de natureza exploratória. Pretende-se realizar o trabalho de campo junto às instituições (públicas e privadas) integrantes da rede de prevenção, proteção e combate à violência sexual contra crianças e adolescentes em Fortaleza-Ce, a incluir a Rede Aquarela, instituição estatal responsável pelo atendimento de vítimas de violência sexual e de suas famílias em âmbito municipal.

meio de matrizes de dominação⁴. Nesse horizonte crítico-interpretativo, a pesquisa busca apreender como desigualdades sociais (estruturas e dinâmicas), sistemas de opressões e sistemas de intersecção da opressão (Collins e Bilge, 2020) se entrelaçam e se reforçam mutuamente nas particularidades da formação socio histórica brasileira e atravessam as experiências das pessoas de *carne e sangue*.

Nascimento (2021), intelectual transfeminista, chama a atenção para **olhar as imbricações das opressões sem**, no entanto, **hierarquiza-las**, nos termos propostos pelo feminismo negro e dissidente norte-americano⁵, lócus originário da perspectiva interseccional.

Ainda é muito comum se dizer que o feminismo negro traz cisões ou separações, quando é justamente o contrário. **Ao nomear as opressões de raça, classe e gênero, entende-se a necessidade de não hierarquizar opressões, de não criar**, como diz Ângela Davis, em “As mulheres negras na construção de uma nova utopia”, **“primazia de uma opressão em relação as outras”**. Pensar em feminismo negro é justamente romper com a cisão criada numa sociedade desigual (Nascimento, 2021, p 3; grifo nosso).

Recorrer à *“ferramenta”* teórica, política e ética da interseccionalidade – nos termos adensados por Collins (2022), para pensá-la como uma “teoria social crítica em construção” –, tem se mostrado, outrossim, um caminho profícuo para compreender e interpretar distintas e imbricadas formas de opressões – com destaque a raça, gênero, classe e idade – inscritas nas experiências de muitas crianças e adolescentes (no plural) atingidas pela violência sexual na vida brasileira contemporânea, em especial ao se observar que o perfil prioritário das vitimizadas aponta corpos femininos (feminizados), negros (pardos e pretos), sujeitos a situações de vulnerabilidade socioeconômica e inscritos nas margens urbanas. É neste horizonte que a pesquisa em andamento se situa, no intuito de compreender a complexidade do objeto em foco.

Para avançar nesta discussão, cabe enfatizar que a violência doméstica contra crianças e adolescentes consiste em fenômeno endêmico

4 Segundo Collins e Bilge (2020), os quatro domínios de poder distintos e intercruzados, a definirem práticas organizacionais e matrizes de dominação, são os seguintes: estrutural, disciplinar, hegemônica e interpessoal.

5 O termo interseccionalidade foi cunhado, em 1989, por Kimberlé Crenshaw, advogada de gênese afro-estadunidense. Admite-se, entretanto, raízes anteriores ao próprio termo, como uma referência empírica apoiada no movimento negro norte americano e no manifesto do Combahee River Colletive. Importa destacar as análises desenvolvidas por intelectuais negras brasileiras, reconhecidas como precursoras da interseccionalidade no país: Lélia González, Beatriz Nascimento e Suelly Carneiro.

no Brasil, a resguardar especificidades com a formação histórico-social e cultural brasileira. Os sinais de adensamento deste fenômeno social foram evidenciados no contexto de pandemia de COVID-19 e em função dos processos de desconstrução do sistema de proteção social brasileiro nos anos de 2019 a 2022. Observou-se, neste período, um correlato de encrudescimento da face penal-punitiva do Estado e de fragilização do sistema de proteção social brasileiro (BEZERRA, 2022), com redução do orçamento público federal destinado às políticas públicas sociais – portanto destinado à segurança social – em contrapartida a seu crescimento voltado à “segurança pública”.

Processos em curso exatamente no contexto contemporâneo marcado por intensas crises, que se reforçam mutuamente, em especial a crise político-econômica do capitalismo de viés neoliberalizante e a crise humanitária/sanitária em função da pandemia de COVID-19 (2020 a 2022)⁶. O entrelaçar destes processos (re)produziram expressões adensadas da questão social brasileira, a saber: desemprego estrutural; precarização e informalização do trabalho; aumento da pobreza e extrema pobreza; elevação da insegurança alimentar e nutricional, a reinserir o Brasil no mapa da fome; elevação das denúncias/casos de violência contra a mulher e de crimes sexuais, dentre outras. As situações de vulnerabilidades socioeconômicas e de riscos sociais tornaram-se ainda mais preocupantes com relação à infância e à adolescência (e juventudes) em condição de pobreza e extrema pobreza, residentes nas margens urbanas.

Afinal, ao passo que cresciam as demandas postas ao sistema de proteção social brasileiro, o orçamento público federal destinado ao seu funcionamento tem passado por sistemáticos cortes, sobretudo, nos últimos seis anos. Então, identificar e analisar as situações de vulnerabilidades e de riscos sociais, no enfoque da violência sexual doméstica/intrafamiliar contra crianças e adolescentes no contexto acima pontuado, tornou-se fundante na condução da pesquisa. Neste artigo, optou-se por explicitar os termos e os conceitos fundamentais para compreensão desta violência, de maneira a situá-la dentre as tipologias da violência doméstica perpetrada contra o público infanto-juvenil, bem como o perfil peculiar das vitimizadas que vivenciam violações de seus direitos humanos, sociais e sexuais.

6 Vale salientar que a Organização Mundial de Saúde (OMS) somente determinou o fim da emergência de saúde global da COVID-19 em 05.05.2023, após 40 meses de decretação da emergência de saúde pública de interesse internacional, ocorrida em 30 de janeiro de 2020.

APROXIMAÇÕES À VIOLÊNCIA SEXUAL DOMÉSTICA CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES: CONCEITOS FUNDAMENTAIS, TIPOLOGIAS E PERFIS

Adota-se, aqui, as noções de abuso sexual em crianças (SANDERSON, 2015) e de violência doméstica contra crianças e adolescentes (Azevedo e Guerra, 1989), a exigirem uma discussão abreviada da perspectiva de violência que orienta a reflexão pretendida. Parte-se do conceito de violência desenvolvido por Chauí (1985, p.35):

(...) uma realização determinada das relações de força, tanto em termos de classe quanto em termos interpessoais. (...) como conversão de uma diferença e de uma assimetria numa relação hierárquica de desigualdade, com fins de dominação, de exploração e de opressão. Isto é, a conversão dos diferentes em desiguais e a desigualdade em relação entre superior e inferior. (...) a ação que trata um ser humano como uma coisa. Esta se caracteriza pela inércia, pela passividade e pelo silêncio, de modo que quando a atividade e a fala de outrem são impelidas ou anuladas, há violência.

Outrossim, compreende-se que na violência há o desejo de sujeição/ submissão e anulação da diferença do outro, a passar pela internalização da vontade e da ação alheias, em substituição às da parte dominada. Trata-se, portanto, de uma *relação dominação-exploração*, que conduz à perda da autonomia. Segundo afirma Chauí: “A violência perfeita é aquela que resulta em alienação, identificação da vontade e da ação de alguém com a vontade e ação contrária que a domina” (CHAUÍ: 1985, p.36).

Em consonância com a análise de Chauí (1985), vale salientar a definição de violência doméstica contra crianças e adolescentes enunciada por Azevedo e Guerra (2000, p.12):

Todo ato ou omissão praticado por pais, parentes ou responsáveis contra crianças e adolescentes que – sendo capaz de causar dano físico, sexual e/ou psicológico à vítima – implica, de um lado, numa transgressão do poder/ dever de proteção do adulto e, de outro, numa coisificação da infância, isto é, numa negação do direito que crianças e adolescentes têm de ser tratados como sujeitos em condição peculiar de desenvolvimento.

Incide em uma violência intraclasses, de natureza interpessoal, tendo a família e o “lar” – a esfera privada – como *locus* privilegiado de sua materialização. Nessa esfera, manifestam-se relações de poder

atravessadas pelas dimensões de gênero, sexualidades, geração/idade, raça-etnia e classe social, que podem se entrelaçar nas experiências de sujeitos (as) nela envolvidos (as). Essa modalidade de violência caracteriza-se pelo abuso do “poder disciplinador e coercitivo” dos pais e/ou responsáveis (adultos), que pressupõe objetualização e sujeição de crianças ou adolescentes, bem como sua submissão a um processo de vitimização e violação de seus direitos fundamentais (SANDERSON, 2015).

A submissão do público infanto-juvenil ao poder intergeracional do adulto aparece, via de regra, de forma consentida e legitimada culturalmente, a implicar, por vezes, uma auto culpabilização da criança ou adolescente/jovem pela violência sofrida. Ao realizar-se no âmbito familiar/doméstico, tende a configurar-se em relação interpessoal assimétrica/hierárquica entre os polos adulto e infantil/juvenil. Denota uma transgressão/abuso do poder-dever de proteção parental do adulto em consonância com uma coisificação da criança/adolescente, a usurpar-lhes seu reconhecimento social e auto reconhecimento como sujeitos de autonomia e direitos, pessoas em condições peculiares de desenvolvimento, conforme previsto no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA, 1990).

O Brasil tem registado dados nacionais crescentes de denúncias de violações de direitos de crianças e adolescentes, dentre as quais se inclui a violência doméstica especificadas em quatro modalidades: física, sexual, psicológica e negligência. O canal de denúncias prioritário é o Disque 100, entretanto, é possível acionar os Conselhos Tutelares, Ligue 180, Delegacias de Polícia, Ministério Público, Defensoria Pública, aplicativo Direitos Humanos BR ou ainda o canal da Safernet Brasil, para denúncias de crimes online (UNICEF, 2020). Provocado pelos movimentos sociais de defesa de direitos do público infanto-juvenil, em intenso protagonismo na esfera pública desde os anos 1980, o Estado brasileiro criou, em 1997, o Disque-Denúncia Nacional de Abuso e Exploração Sexual contra Crianças e Adolescentes – o 0800-990500, da Associação Brasileira Multidisciplinar de Proteção à Criança e ao Adolescente (Abrapia) – por convênio com o Ministério da Justiça à época. Em 2003, no início do governo progressista do Partido dos Trabalhadores (PT), no primeiro mandato do então presidente Luís Inácio Lula da Silva (2003-2006), o Disque-Denúncia Nacional passou a ser operado pela Secretaria Especial de Direitos Humanos, em convênio com a Petrobrás. A concessão do tridígito 100 para o Disque-Denúncia Nacional e a designação enquanto serviço de utilidade pública, com discagem gratuita em todo território nacional, foi garantido a partir de

2006. A introdução do Disque 100 no mundo digital, em sua atual configuração, ocorreu em 2019, mediante as parcerias do então Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos estabelecidas com o UNICEF, sendo lançado o aplicativo Proteja Brasil, e com a SaferNET, originando o portal Humaniza Redes (UNICEF, 2020).

Apesar dos esforços desenvolvidos para garantir o registro e a sistematização das denúncias de violações de direitos de crianças e adolescentes brasileiros (as), as estatísticas permanecem esparsas e, a partir de 2019, tendencialmente menos acessíveis à população em geral. Os dados apresentados pelo Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos (2020) explicitaram as denúncias de violações de direitos de crianças e adolescentes registradas no Disque 100, a perfazer um total de 76.216, em 2018, e 86.837, em 2019, com uma elevação de 13%. Os tipos de violações identificados e seus respectivos percentuais contabilizados nesse período de 2018 a 2019 foram os seguintes: 38% negligência; 23% violência psicológica; 21% violência física; 11% violência sexual; 8% violência patrimonial; 3% violência institucional; 3% exploração do trabalho; e 1% outros (não identificados nos registros oficiais). Com relação à *idade das vítimas*, 47% são crianças, na faixa etária de 04 a 11 anos. Em termos da cor/raça, 57% das vítimas são negras (46% pardas e 11% pretas) e 42% são brancas, a indicar a importância de observar as desigualdades raciais presentes na vida brasileira e suas implicações na violação de direitos de crianças e adolescentes negros (as/es) e não negros (as/es).

Embora as estatísticas do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, sistematizadas a partir das denúncias ao Disque 100, não focalizem dados das violências domésticas/intrafamiliares perpetradas contra crianças e adolescentes, foi possível inferir alguns indicativos. Ao apontar a *relação entre os (as) vitimizados (as) das violações de direitos e os (as) suspeitos (as) de perpetrarem a violação*, observou-se que 67% fazem parte do núcleo familiar, sendo citados mãe (40%), pai (18%), padrasto (6%) e tio (3%), ou seja, indica a prevalência da violência doméstica praticada contra a infância e adolescência brasileira, em 2018 e 2019. A inferência dos dados especificamente relativos à *violência sexual perpetrada contra esse público*, no citado período, permitiu observar os percentuais específicos da *relação entre vitimizados (as) e o (a) suspeito (a) da violação*, a saber: 21% padrasto; 19% o pai; 14% a mãe; 9% o tio; 7% vizinhos; e 30% outros. Ou seja, 63% dos suspeitos (as) de violação sexual pertencem às famílias dos (as) vitimizados (as), a corresponder à *violência sexual doméstica ou intrafamiliar*. Com relação

à faixa etária, destaca-se, com maior incidência de casos denunciados, de 12 a 14 anos, de 15 a 17 anos, e de 8 a 11 anos, respectivamente. Vale salientar que o perfil dos (as) vitimizados (as) aponta para as *desigualdades e opressão entre os gêneros* masculino e feminino, ao indicar que 82% das vitimizadas da violência sexual contra crianças e adolescentes são do sexo feminino e 18% são do sexo masculino, ainda abordados em perspectiva binária das identidades de gênero.

Já em 2023, a considerar a reconfiguração ministerial efetuada pelo governo do então Presidente Luís Inácio Lula da Silva (2023-2026), foi possível identificar outros dados relativos aos casos de violência sexual contra crianças e adolescentes, com registro de um total de 202.948 notificados, no período de 2015 a 2021, no Brasil. As informações são do Boletim Epidemiológico divulgado pelo Ministério da Saúde, em 18 de maio de 2023, Dia Nacional de Combate ao Abuso e à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes. Deste total, 83.571 (41,2%) dos casos de violência foram contra crianças (0 a 9 anos) e 119.377 (58,8%) praticados contra adolescentes (10 a 19 anos). As principais modalidades da violência sexual registradas foram estupro, pornografia e assédio sexual. Entre as crianças, as meninas são os principais alvos de violentadores, que são majoritariamente do sexo masculino, a saber: 64.230 (76,9%) casos contra meninas de 0 a 9 anos; e 19.341 (23,1%), contra meninos da mesma faixa etária. Em relação a crianças e adolescentes de 10 a 19 anos, do total de 119.377 casos de violência sexual, 110.657 (92,7%) foram contra meninas e 8.720 (7,3%), contra meninos. A maior parte das notificações, de 2015 a 2021, se deu na faixa etária de 10 e 14 anos. Entretanto, não foi possível a identificação das (os) vitimizadas/os específicas da violência sexual doméstica/intrafamiliar perpetrada contra a infância e a adolescência (Ministério da Saúde, maio/2023).

Apesar das estatísticas e pesquisas nacionais nesta área ainda serem limitadas, além de não haver uma sintonia das múltiplas instituições por elas responsáveis em todo o território nacional, parecem indicar uma agudização deste tipo de violência no Brasil e demonstram tendências significativas a serem observadas. O perfil dos (as) vitimizados (as) varia de acordo com a modalidade da violência praticada, sendo possível sinalizar tendências compatíveis com as estatísticas internacionais e nacionais, pontuadas por Azevedo e Guerra (2005) na primeira década dos anos 2000, reiteradas a partir dos dados acima enunciados, a saber: distribuição por sexo/gênero entre as vítimas, a denotar maior número de meninas vitimizadas do que meninos; o grau de relacionamento violentador (a) vitimizada, com predominância de pais biológi-

cos (do gênero masculino) dentre os principais violadores (as); o perfil racializado das vítimas foi destacável, a indicar elevado percentual de vitimizadas pertencentes à população negra (pardas e pretas), em relação às vitimizadas brancas.

Os dados do Boletim Epidemiológico sobre a Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes (Ministério da Saúde, maio/2023) confirmaram que os violentadores são, em sua predominância, homens, familiares e conhecidos das/os vitimizadas/os, sendo as residências o local principal de ocorrência deste tipo de violência. A endossar a relevância social do tema e objeto da presente pesquisa e a perspectiva de uma análise multidimensional e interseccional proposta.

A violência sexual ou abuso sexual em crianças (SANDERSON, 2015) envolve não somente as relações hierárquicas de poder adulto-criança de cariz intergeracional, a configurar fenômeno intraclasses e interpessoal. Alicerçada no sistema patriarcal, tal violência engloba desigualdades e opressões de gênero em uma cultura androcêntrica/falocêntrica, de valorização da dominação masculina em detrimento do feminino/das mulheres/meninas. Nestes moldes, afirma Saffioti (2015), “o pênis fora transformado de órgão penetrante em instrumento cortante”, a potencializar o “poder do macho” adulto frente à criança e/ou adolescente “mulher”. E, embora haja registro de abuso sexual masculino, não é por acaso que o perfil dos (as) vitimizados (as) aponta para a predominância do gênero feminino; enquanto os violentadores são, em sua maioria, homens supostamente “acima de qualquer suspeita”, com ênfase no abuso sexual doméstico, em especial o de tipo incestuoso pai-filha.

A *violência sexual contra crianças e adolescentes* consiste, conforme Azevedo e Guerra, 1989, p. 42): “em todo ato ou jogo sexual (...) entre um ou mais adultos e uma criança ou adolescente menor de 18 anos, tendo por finalidade estimular sexualmente a criança ou utilizá-la para obter uma estimulação sexual sobre sua pessoa ou de outra pessoa”. Para estas autoras, a vitimização sexual pode incluir telefonemas obscenos, exposição de genitais ou seios, mostrar a uma criança materiais pornográficos, prática de atos libidinosos, masturbação, relações ou tentativas sexuais orais, anais, vaginais ou exploração sexual de crianças e adolescentes e/ou produção de materiais pornográficos, funcionais ao “mercado do sexo”, bem como o turismo sexual e o tráfico para fins sexuais.

Tal definição comporta, portanto, dois tipos de violências sexuais, passíveis de entrecruzamentos: a exploração sexual e o abuso sexual (intra e extrafamiliar). A pesquisa em tela centrou na modalidade

da violência sexual doméstica e intrafamiliar – também nomeada de abuso sexual intrafamiliar – a exigir maior delimitação e explicitação dos termos e conceituações que a caracterizam. O abuso-vitimização doméstico aborda a violência ocorrida no âmbito privado da família, posto que praticada por pais (biológicos ou por afinidade), responsáveis (tutores), parentes (irmãos, avós, tios, primos) da criança ou adolescente. Trata-se, mesmo, de uma relação “incestogênica”, nos termos de Saffioti (2015), porque só se configuraria incesto na relação entre irmãos, praticada entre pessoas que a lei ou os costumes proíbem a união. O incesto e o abuso sexual doméstico são, por vezes, tomados como sinônimos, conforme a definição enunciada por Azevedo e Guerra (2001, p.8): “toda atividade (ato, jogo ou relação sexual) de caráter erótico/ sexual, implicando uma criança ou adolescente de 0 a 18 anos e um adulto que tenha para com ela seja uma relação de consanguinidade seja de afinidade ou de mera responsabilidade”.

Em torno do medo da revelação e da responsabilidade em manter o segredo da violência como base da aparente “coesão familiar”, constrói-se o “complô do silêncio” (Azevedo e Guerra, 2001). Pode implicar na “cumplicidade” de todos os membros da família para legitimar as desigualdades/hierarquização entre os gêneros, garantir o respeito e a suposta obediência incontestável ao masculino – prioritariamente projetado na figura do pai, padrasto ou seu equivalente simbólico – a reproduzir a imagem subalternizada da “mulher-criança/adolescente” transfigurada em objeto sexual do poder patriarcal. A consumação do abuso-vitimização pode ocorrer tanto mediante a sedução ou do uso da força física, perpetrada pelas figuras de autoridade no seio familiar, geralmente perfazendo o perfil do “macho merecedor de aparente total confiança dos filhos e da sociedade” (Azevedo e Guerra, 2001).

Na sociedade brasileira, esta tipologia da violência é considerada tema tabu, posto que greta os mitos tanto da “Família Sagrada, harmoniosa e sem conflitos”, como do amor materno e/ou paterno ditos “naturais e incondicionais”. Temática extremamente polêmica e atual, a configurar-se em contundente expressão da questão social brasileira. É vista como transgressão dos costumes e violação das leis e direitos do público infante-juvenil, a acarretar danos sociais, físicos e/ou psicológicos para as pessoas vitimizadas. Concerne em problemática com número expressivo de casos no país, embora não sendo a modalidade de violência doméstica a mais notificada, dado que perpassada pela *lei do silêncio*, da culpa, do medo e, em muitos casos, a contar com a “tolerância” da família, da sociedade e do Estado.

A violência sexual doméstica contra este público tem ocorrido em todas as faixas etárias, desde nascituro, recém-nascido até os 18 anos incompletos, para considerar, aqui, criança e adolescente nos termos definidos no ECA (1990). Tal violência envolve a violação de direitos sexuais da infância e adolescência, a implicar em abuso do dever-poder de proteção transfigurado para fins de objetualização e exploração de corpos/corpas e sexualidades de crianças e adolescentes. Por vezes, tende a iniciar na infância e se estender por vários anos até eclodir na denúncia ou em estratégias de desprender-se dessa violência peculiar. O que pode incluir as fugas sistemáticas ou definitivas de “casa”, morar com outros familiares ou amigos (as), o viver nas ruas, as automutilações e os suicídios, a inserção na criminalidade e atividades ilegais, nas redes de exploração sexual (tráfico para fins sexuais, pornografia, turismo sexual), dentre outras, caso não se interrompa o ciclo da violência e lhes ofereça a proteção social à qual têm direito.

Apesar de tema tabu em pleno século XXI, muitas vezes negligenciado, silenciado e/ou negado socialmente, as estatísticas de Estado indicam sua persistência na vida brasileira, conforme foi possível inferir dos dados anteriormente enunciados, com enfoque nos canais *Disque 100* e *Ligue 180*. A violência sexual contra crianças e adolescentes no Brasil foi responsável por 11% das denúncias, correspondentes a 17.073 casos notificados, em 2018, e 17.029, em 2019. A Ouvidoria Nacional de Direitos Humanos (ONDH), do Ministério dos Direitos Humanos, à época Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, recebeu, no primeiro semestre de 2022, 78.248 denúncias de crimes sexuais contra crianças e adolescentes, pelos canais Disque 100 e Disque 180, sem especificação das modalidades. Deste total, 3.289 denúncias foram realizadas no Ceará. Esse estado ocupava então o quinto lugar do País e o segundo do Nordeste em quantitativo de denúncias de crimes sexuais contra crianças e adolescentes (abuso e exploração sexuais). A área do Interior Norte tinha o maior número de denúncias, com 510; seguida da Capital (Fortaleza), com 417; Interior Sul, 398; e Região Metropolitana de Fortaleza, com 314.

Em Fortaleza-Ceará, o estudo da violência sexual doméstica contra crianças e adolescentes não foge à regra do fenômeno no país, ou seja, ainda é considerado “tema tabu”, objeto de cerrado bloqueio por parte dos pais, profissionais e da sociedade em geral, em especial em tempos de recrudescimento do (neo)conservadorismo e ascensão da extrema direita. A discussão dessa pauta coloca em risco as significações de “lar” e de “família” como refúgios intocáveis, locais de exclusiva

acolhida e proteção. Para o senso comum, sob o manto neoconservador da “família sagrada”, a publicização do fato poderá comprometer a figura do violentador-parente e, sobretudo, a imagem do adulto e/ou do “masculino” que a criança vitimizada viria a ter, de modo a ameaçar negativamente suas possibilidades de formar nova família, com velhos padrões. Trata-se, pois, de uma problemática que exige uma abordagem crítica e interseccional, a considerar os recortes de classe social, gênero e geração, a fim de desconstruir velhos mitos predominantes em uma sociedade capitalista permeada por desigualdades econômico-sociais, com micro relações de poder pautadas em hierarquizações e desigualdades entre os gêneros e no adultocentrismo – na versão “adulto superior *versus* criança subalternizada” –, além do racismo estrutural (SILVA, 2021), naturalizados e enraizados nas práticas sociais cotidianas.

Pode-se enunciar que, apesar dos avanços das pesquisas acerca desta temática, identificou-se escassos estudos acerca das implicações da pandemia de COVID-19, no tocante ao isolamento social, que interferiu e modificou as rotinas sociais e familiares nestes anos 2020 e 2021. Em pesquisa realizada de julho/2021 a agosto/2022, voltada a apreender e analisar o abuso sexual doméstico/intrafamiliar, no contexto peculiar da pandemia de COVID-19, identificou-se relativo decréscimo das notificações desta violência. Terminado o período de sistemáticas quarentenas, o quantitativo de casos notificados de violência sexual contra crianças e adolescentes elevou-se no país e, particularmente em Fortaleza-Ce, segundo enunciado nos dados oficiais pertinentes ao segundo semestre de 2022 e primeiro semestre de 2023.

Nesta metrópole, o acolhimento de denúncias e de atendimento dos casos de violações de direitos de crianças e adolescentes conta com uma rede de proteção social que envolve instituições do Estado e da Sociedade Civil que, no caso da violência sexual nomeia-se de Rede de Enfrentamento à Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes. Além dos Conselhos Tutelares, há que se considerar a importância da Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Desenvolvimento Social (SDHDS), responsável pela gestão da Política de Assistência Social, nos níveis da Proteção Social Básica (PSB) e da Proteção Social Especial (PSE), cujos serviços, programas, serviços e benefícios são operacionalizados, respectivamente, nos Centros de Referência da assistência Social (CRAS) e nos Centros de Referência Especializada da Assistência Social (CREAS), ambos situados nas Secretarias Executivas Regionais dessa metrópole. As denúncias de violações de direitos, a incluir aqueles pertinentes às crianças e adolescentes, são, geralmente, realizadas nos CREAS e/ou nos Conselhos Tutelares.

Todavia, é a Fundação da Criança e da Família Cidadã (FUN-CI) que tem a missão institucional de promover e executar políticas públicas de defesa e proteção integral de crianças e adolescentes em âmbito municipal (Fortaleza-CE). Nessa fundação, especificamente na Casa da Infância, situava-se o Programa Rede Aquarela, política pública e equipamento social responsável pelo enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes nesta metrópole, a considerar o abuso sexual e a exploração sexual. Criado em 2007, o Programa de Enfrentamento à Violência Sexual, Rede Aquarela, foi instituído enquanto política pública municipal em dezembro de 2020, mediante aprovação do Projeto de Lei Ordinária 297/2020, em sessão ordinária da Câmara Municipal de Fortaleza.

Na condição de política pública, a Rede Aquarela é responsável pela promoção e articulação das atividades de prevenção, atendimento especializado para as vítimas de violência e suas famílias, bem como, pela mobilização e articulação comunitária, em parceria com as instituições que compõem os eixos de promoção, defesa e controle social do Sistema de Garantia de Direitos. Seus quatro eixos de atuação são: 1. disseminação (prevenção); 2. acolhida e atendimento realizado no espaço da Delegacia de Combate à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes (DCECA) no momento da denúncia; 3. atendimento Psicossocial via atendimento especializado e continuado às crianças e adolescentes vítimas de violência sexual e seus familiares, com equipe multidisciplinar; 4. acolhida e atendimento da criança/adolescente e sua família realizado no espaço da própria 12ª Vara Criminal.

Importa salientar que o Programa Rede Aquarela é ainda responsável pela construção das estatísticas específicas do atendimento à violência sexual contra crianças e adolescentes no município: abuso sexual (intra e extrafamiliar) e exploração sexual. Dentre os casos já atendidos e/ou em atendimento, os dados públicos institucionais indicam uma maior incidência da violência sexual doméstica/intrafamiliar. Há, portanto, necessidade de análise das estatísticas disponibilizadas pela Rede Aquarela, campo profícuo e aberto às pesquisas acadêmicas que possam fortalecer a desnaturalização e compreensão aprofundada desse fenômeno e, por conseguinte, contribuir com as estratégias de prevenção e intervenção profissional, bem como aperfeiçoar as políticas públicas específicas existentes. A pesquisa em curso caminha nesta direção.

À GUIA DE CONCLUSÃO

A violência sexual doméstica contra crianças e adolescentes consiste em fenômeno internacional e nacional, a merecer mais pesquisas sociais na sociedade brasileira, bem como uma análise histórico crítica e interseccional capaz de deciframento dessa tipologia de violência, a considerar as distintas desigualdades/discriminações e sistemas de opressão que nela podem se entrecruzar, conforme os dados estatísticos então apresentados indicam. Nesta perspectiva, pretende-se contribuir com as iniciativas teórico-empíricas de desnaturalização de mitos historicamente construídos sobre família, infância/adolescência, sexualidades nessa fase do ciclo de vida, a salientar os micropoderes e as desigualdades/hierarquizações socioculturais passíveis de reprodução nas relações afetivas-familiares. Há necessidade de aprofundar estudos acerca da cultura adultocêntrica, relações raciais, de gênero e sexualidades no tocante aos seus atravessamentos e imbricações na tessitura dessa modalidade de violência doméstica perpetrada contra a infância, com especial atenção à “ferramenta” teórico-político da interseccionalidade.

Trata-se de uma perspectiva analítica em construção, sendo possível elencar alguns de seus fundamentos consubstanciados em desafios teórico-metodológicos acerca das categorias analíticas centrais desta pesquisa, a exigirem uma compreensão histórico-crítica e uma elaboração coletivas por intermédio de pesquisas e debates públicos. Os aprofundamentos teóricos indispensáveis ao deciframento do objeto de estudos serão realizados ao longo desse processo investigativo e a partir, sobretudo, dos dados e informações advindas do trabalho de campo. Assim, a produção de conhecimento científico poderá colaborar com as ressignificações das vivências desses (as) sujeitos (as) de direitos, com vistas à interrupção do ciclo da(s) violência(s) e de fortalecimento de suas práticas de re-existências, bem como para o fortalecimento da rede de prevenção, proteção e atendimento tecida nas relações Estado e sociedade civil.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Silvio Luiz de. Racismo estrutural (Feminismos Plurais / coordenação de Djamila Ribeiro). Belo Horizonte: Letramento, 2018.
- AZEVEDO, M. A. & GUERRA, V. N. de A. Crianças vitimizadas: a síndrome do pequeno poder. São Paulo, Iglu, 1989.

BRASIL. Parâmetros de escuta de crianças e adolescentes em situação de violência, 2017. Ministério dos Direitos Humanos. Disponível em: < <http://primeirainfancia.org.br/wp-content/uploads/2017/08/Parâmetros-de-Escuta.pdf> >. Acesso em: 03 maio de 2021.

COLLINS, Patrícia Hill; BILGE, Silma. Interseccionalidade. 1. Ed. São Paulo: Boitempo, 2020. CHAUI, Marilena. Participando do debate sobre mulher e violência. In: Perspectivas antropológicas da mulher. Rio de Janeiro, Zahar ed., 1985.

FÓRM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. 17º Anuário Brasileiro de Segurança Pública. São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2023.

FÓRUM DCA. Olhares sobre o enfrentamento à violência sexual contra crianças e adolescentes. 2021.

PROGRAMA NACIONAL DE ENFRENTAMENTO DA VIOLÊNCIA SEXUAL CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES. Relatório disque denúncia nacional. Brasília: Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República. 2010. Disponível em: <http://www.direitos-dacrianca.org.br/midiатеca/publicacoes/relatorio-geral-do-disque-100-2010>.

SANDERSON, Christiane. Abuso sexual em crianças: fortalecendo pais e professores para proteger crianças de abusos sexuais. São Paulo: M. Books do Brasil. 2005.

SAFFIOTI, H. I. B. _____. Gênero, patriarcado, violência. 2ª ed. São Paulo: Expressão Popular: Fundação Perseu Abramo, 2015.

GT03
GÊNERO, SAÚDE E DIREITOS
REPRODUTIVOS

Prof^o Dr. Jorge Lyra - UFPE
Prof^a. Dra. Jeane Félix - UFAL
Prof^a. Dra. Lorena Lima de Moraes - UFRPE

REPERTÓRIOS DA VIOLÊNCIA OBSTÉTRICA NO CAMPO DO LEGISLATIVO BRASILEIRO E DE PAÍSES DA AMÉRICA LATINA

Ana Rebeca Paulino Portela¹

Jorge Lyra²

Stefanny Paula Pereira da Silva³

Arles Monaliza Rodrigues Nascimento⁴

INTRODUÇÃO

As diversas formas de poder exercidas sobre corpos femininos e corpos dissidentes em diferentes contextos, especialmente no debate sobre a violência contra mulheres, mulheres negras e indígenas, pessoas trans, mulheres com deficiência, entre outros corpos, são vistos como um espaço de disputas. No campo da saúde, essas disputas envolvem o conhecimento científico, o papel que as evidências científicas desempenham e a centralidade do saber médico (Portela, 2022).

Pensando o campo dos direitos reprodutivos, ao observarmos a história do processo de gestação e parto, notamos que a assistência a esses eventos passou por várias transformações. O que antes era um acontecimento familiar, conduzido por parteiras da comunidade de forma natural e sem intervenções médicas, tornou-se um evento hospitalar, medicalizado e sob a responsabilidade de profissionais que assumem o controle do processo de parto (Portela et al., 2020). O corpo da mulher, antes visto de maneira natural em funções como menstruar, gestar, parir e amamentar, passou a ser um campo sujeito a intervenções, principalmente médicas e masculinas, sendo visto como um espaço de poder (idem, 2020).

A relação médico/paciente, de modo geral, é caracterizada por uma desigualdade de poder, e quando se considera a questão de gênero, essa desigualdade se manifesta como violência de gênero. Nessa dinâmica, as mulheres são frequentemente negadas como indivíduos com direitos e capacidade de decidir sobre seu corpo e sua maneira de dar à

1 UFPE; financiamento FACEPE.

2 UFPE.

3 UFPE; financiamento FACEPE.

4 UFPE; financiamento CAPES.

luz (Oliveira, 2021). No contexto das práticas de saúde, a hierarquia entre profissionais de saúde e pacientes é estabelecida com base na autoridade técnico-científica, que se sustenta em dois pilares: a legitimidade do conhecimento científico e a dependência dos pacientes em relação a esse saber (Oliveira, 2021).

Outro campo importante de disputa é o das políticas públicas, que é influenciado por conjunturas políticas e ideológicas capazes de promover avanços ou retrocessos no debate sobre direitos e na garantia de acesso a ações e serviços. Dependendo da ideologia predominante, essas políticas podem ser fortalecidas ou enfraquecidas. Quando as políticas públicas voltadas aos direitos sexuais e reprodutivos não são fortalecidas, isso impacta diretamente as mulheres e demais minorias políticas, ampliando sua exclusão e dificultando o acesso a serviços de qualidade (Portela, 2022).

A discussão sobre Violência Obstétrica (VO) no Brasil é relativamente recente, ganhando destaque a partir de 2010, quando estudos, documentários, a criação de leis internacionais e de políticas públicas passaram a se intensificar (Diniz et al., 2015). Em 2014, a Organização Mundial da Saúde (OMS) reconheceu a Violência Obstétrica como uma questão de saúde pública que impacta diretamente as pessoas que gestam e seus bebês (WHO, 2014).

Oliveira (2021) aponta que, embora a discussão sobre Violência Obstétrica ainda seja recente, é possível perceber que, historicamente, com o surgimento da Obstetrícia como especialidade médica, predominantemente masculina, a VO já estava presente no cenário do parto. Questões relacionadas à saúde da mulher, especialmente no que diz respeito ao parto, passaram a ser controladas por médicos que desenvolviam técnicas e instrumentos com o intuito de “livrar a mulher do sofrimento que seria o ato de parir” (Diniz et al., 2015; Oliveira, 2021).

É importante destacar que, historicamente, as mulheres foram sendo privadas de seus direitos civis e políticos, como renda, propriedade e herança, especialmente com o advento do capitalismo (Federici, 2017). Na área da obstetrícia, essa dinâmica não foi diferente: as parteiras tiveram seus saberes expropriados, perdendo o direito à propriedade intelectual e sendo impedidas de assinar seus próprios trabalhos. Isso resultou em um verdadeiro epistemicídio das práticas e conhecimentos desenvolvidos por mulheres (Federici, 2017).

As mulheres foram gradualmente excluídas de um espaço que anteriormente lhes pertencia, sendo desapropriadas de seus conhecimentos. Parteiras e parturientes perderam o protagonismo que foi então

assumido pela figura do médico (Portela, 2022). Assim, o momento do parto deixou de ser um evento familiar, realizado no aconchego do lar, para se tornar uma experiência institucionalizada e hospitalar. Como resultado, a família e a rede de apoio social passaram a ser afastadas do processo de nascimento (Portela, 2022).

A Violência Obstétrica pode ser considerada uma forma de violência de gênero, uma vez que está enraizada nas relações de poder patriarcais presentes em nossa sociedade. Ela abrange todas as formas de violência que ocorrem durante o cuidado obstétrico profissional, incluindo a gestação, o parto, o pós-parto e situações de abortamento (Assis, 2018).

Martín-Bellido (2020), descreve a VO como ações e procedimentos realizados em mulheres sem seu consentimento e que não se fundamentam em evidências científicas atualizadas abrangem diversas dimensões. Essas dimensões incluem: a física, que envolve a realização de procedimentos sem embasamento científico, maus-tratos e abuso sexual; a psicológica e verbal, manifestada por meio de xingamentos, piadas e gritos; e a institucional, caracterizada pela falta de informação sobre direitos, burocratização do atendimento e a peregrinação das mulheres em trabalho de parto nas maternidades (Assis, 2018; Martín-Bellido, 2020).

A Violência Obstétrica não afeta todas as mulheres de maneira homogênea; ela é marcada por classe, raça, região do país, condições climáticas, contextos políticos, econômicos, entre outros fatores. Gabriel e Santos (2020, p.4), destacam essa questão ao afirmar que “para mulheres brancas e de classe média, a abordagem é a panóptica do útero; para mulheres negras e pobres, trata-se de pré-natal precário e esterilização compulsória.”

Há uma disparidade racial no cuidado das mulheres brancas e negras durante o período gravídico-puerperal. O legado da escravidão em nossa sociedade perpetua a crença de que mulheres negras são fisicamente mais resistentes e capazes de suportar sofrimento em comparação com as mulheres brancas (Assis, 2018). Além do racismo, a precariedade das condições econômicas e dos serviços sociais está diretamente relacionada a essa herança escravagista.

A compreensão da sobreposição de sistemas opressivos, como sexismo, racismo e exploração capitalista, nos ajuda a entender que a vida das mulheres negras é marcada por limitações em seus direitos básicos, como moradia, segurança alimentar e trabalho. Essas interdições colocam-nas em uma posição de desigualdade, privando-as até mesmo

do direito de escolha e de uma vivência digna de seus direitos reprodutivos (Lima et al., 2021). Considerar a Violência Obstétrica como uma forma de violência de gênero, raça e classe é urgente, pois isso revela os processos de violação de direitos aos quais mulheres negras e pobres são frequentemente submetidas.

Góes (2018), afirma que a interação entre a opressão do racismo, da classe social e do sexismo gera impactos distintos nas condições de saúde e nas vidas das mulheres negras. Essas violações de direitos vão desde a falta de acesso a informações seguras e assistência adequada até a falha na efetivação de seus direitos reprodutivos, culminando na vivência da VO, decorrente do sexismo, racismo, classe social e outras formas de opressão que podem se acumular.

O conceito de Justiça Reprodutiva surge, a partir do movimento feminista negro, como uma maneira de pensar como as diversas formas de opressão somadas ao racismo, operam desigualdades no acesso a uma assistência digna e aos direitos reprodutivos de mulheres. O enfoque interseccional que a Justiça Reprodutiva proporciona permite uma análise abrangente das iniquidades na saúde sexual e reprodutiva, em consonância com os direitos humanos, econômicos, sociais, culturais e ambientais, bem como com a cidadania e a democracia (ONG CRIO-LA, 2021).

Ainda precisamos caminhar muito para a garantia de justiça e dignidade para as mulheres, sobretudo, as negras e pobres. E um caminho possível para a garantia de equidade é por meio de leis e efetivação de políticas públicas. No Brasil, ainda não temos nenhuma lei que criminalize a Violência Obstétrica e é partindo deste cenário que este trabalho tem como objetivo evidenciar avanços e lacunas na criação de leis e políticas públicas voltadas para esse campo no Brasil e na América Latina. Justifica-se na necessidade de ampliar o debate sobre os direitos reprodutivos, pautado na compreensão sobre a Justiça Reprodutiva.

METODOLOGIA

Este trabalho é um recorte da revisão de literatura da dissertação de mestrado da autora principal, publicada no repositório da UFPE no ano de 2022. Para fins de aproximação do tema de estudo, realizamos uma revisão de literatura entre outubro de 2021 e janeiro de 2022.

Segundo os critérios estabelecidos por Mirim (2013) para a busca de artigos científicos em bases de dados, como fontes, período e

idioma, realizamos buscas em duas bases específicas: a Scientific Electronic Library Online (SciELO) e a Biblioteca Virtual em Saúde (BVS). O período de análise foi delimitado em 5 anos, abrangendo de 2017 a 2021. Quanto ao idioma, priorizamos o Português (BR) e o Espanhol, com o objetivo de incluir produções de outros países da América Latina, além do Brasil.

Dos resultados obtidos nas duas bases de dados, optamos por seguir com a seleção dos textos apenas na base de dados BVS, que apresentou um número maior de resultados. Priorizamos artigos que tivessem o descritor “violência obstétrica” no título. Dos 129 textos encontrados, 49 não possuíam o descritor no título, 5 não eram artigos científicos (sendo 4 cartas editoriais e 1 dissertação), 7 estavam indisponíveis para acesso e 12 eram artigos duplicados.

Ribeiro (2015) aponta, não há neutralidade na construção de uma pesquisa em bases de dados. Esse processo não é apenas técnico, mas está permeado pelos interesses políticos da pesquisadora ou do pesquisador, estando também situado em um contexto sócio-histórico. Diante disso, dos 51 artigos restantes, realizamos uma nova filtragem para aproximá-los do objeto de estudo, focando naqueles que abordassem o discurso institucional sobre a Violência Obstétrica (como Mídia, órgãos reguladores de políticas públicas, judiciário e movimentos sociais). A seleção final resultou em 14 artigos, sendo 11 em Português (BR) e 4 em Espanhol.

Após a seleção dos artigos, iniciamos o processo de categorização, separando-os por título, ano de publicação, objeto de estudo, sujeitos pesquisados, principais resultados e o referencial teórico utilizado. Dos 14 artigos selecionados, 5 são Revisões da Literatura, 1 se trata de pesquisa original, 4 realizaram análise de documentos legislativos e 4 analisaram, também materiais de meios de comunicação. A partir dessas buscas e filtragens, organizei a construção desta revisão de literatura com base em três eixos principais: Violência Obstétrica e Interseccionalidade; Violência Obstétrica e sua repercussão nos meios de comunicação; e Repertórios da Violência Obstétrica no campo legislativo brasileiro e de países da América Latina. Para este presente trabalho, traremos o enfoque do terceiro eixo encontrado.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

De forma introdutória, é essencial reconhecer que a violência contra as mulheres é histórica e estrutural, originada de um sistema

patriarcal que perpetua uma cultura de dominação e subjugação dos corpos femininos, legitimada e naturalizada ao longo do tempo (Portela, 2022). De acordo com a OMS (1996), a violência é definida como a imposição de dor e sofrimento evitáveis em grau significativo. Com isso, a Violência Obstétrica emerge como uma das diversas formas de violência praticada contra mulheres, homens trans e pessoas com útero.

Para compreender a necessidade de legislações e posicionamentos jurídicos sobre essa questão, é fundamental revisitar a história do parto e nascimento ao longo do tempo. Isso nos ajuda a entender como chegamos ao ponto atual, onde práticas profissionais são questionadas e denunciadas, e o protagonismo das mulheres e pessoas com útero no processo de parir é reivindicado (Portela, 2022).

Podemos considerar que a discussão e problematização sobre a Violência Obstétrica ainda são recentes. No entanto, ao longo da história, com o surgimento da Obstetrícia como uma especialidade médica, majoritariamente masculina, a VO começou a se manifestar no contexto do parto (Diniz et al., 2015). Questões relacionadas à saúde da mulher, especialmente o parto, passaram a ser controladas pelos médicos, que desenvolveram técnicas e instrumentos com o intuito de “aliviar” as mulheres do sofrimento do parto (Zanardo Et Al., 2017).

É importante reconhecer as contribuições da Obstetrícia moderna na assistência a partos que apresentam riscos para a parturiente ou o bebê, proporcionando um ambiente equipado com recursos e equipe especializada. No entanto, a recomendação de que todos os partos, independentemente do risco, sejam medicalizados e realizados em hospitais resultou em um afastamento da parturiente de seu processo de parto e de sua rede de apoio familiar (Zanardo et al., 2017). Com o objetivo de melhorar a qualidade da assistência ao parto, observa-se um uso excessivo de tecnologias, procedimentos e intervenções, o que pode levar a casos de iatrogenia médica, comprometendo a saúde da parturiente e do recém-nascido (idem, 2017).

Não há uma precisão exata sobre o surgimento do uso do conceito Violência Obstétrica, mas é possível identificar quando o termo foi reconhecido e utilizado pela primeira vez em um documento público, sendo a Venezuela o primeiro país a incluir essa terminologia em suas legislações. Segundo García Fernández (2018), apenas três países da América Latina possuem legislações especificamente voltadas para o combate à Violência Obstétrica: Venezuela, Argentina e México.

A Venezuela foi o primeiro país a utilizar o termo “Violência Obstétrica” em 2007, por meio da criação da lei chamada “Ley Orgáni-

ca sobre el Derecho de las Mujeres a una Vida Libre de Violencia”, na qual define a VO como

la apropiación del cuerpo y procesos reproductivos de las mujeres por personal de salud, que se expresa en un trato deshumanizador, en un abuso de medicalización y patologización de los procesos naturales, trayendo consigo pérdida de autonomía y capacidad de decidir libremente sobre sus cuerpos y sexualidad, impactando negativamente en la calidad de vida de las mujeres (Venezuela, 2007).

Além de definir a Violência Obstétrica, a lei também aborda condutas consideradas violentas e estabelece penalidades. Para os profissionais que cometem esse tipo de delito, a legislação determina penas de privação de liberdade para a esterilização forçada e penalidades financeiras para outras formas de VO (Venezuela, 2007).

É relevante ressaltar que a lei não menciona a VO em contextos de abortamento, e a Venezuela tem uma das legislações mais rigorosas da região sobre o aborto. O Código Penal venezuelano contém quatro artigos que criminalizam o aborto, permitindo-o apenas em casos em que há risco iminente para a vida da gestante. Como resultado, o aborto clandestino se torna a terceira principal causa de morte entre mulheres no país (García; Fernández, 2018).

A Argentina também possui um marco legislativo que define a Violência Obstétrica na Lei 26.485 de 2009, que estabelece a proteção integral para prevenir, sancionar e erradicar a violência contra as mulheres nas diversas esferas de suas relações interpessoais. Apesar de ser o primeiro texto legal argentino a mencionar a VO, não é o primeiro a tratar da assistência humanizada ao parto e nascimento; essa abordagem já estava presente na Lei do Parto Humanizado, Lei Nº 25.929 de 2004 (García; Fernández, 2018).

Assim como na legislação venezuelana, a lei argentina também oferece uma definição para a Violência Obstétrica. O Decreto 1011/2010, que regulamenta essa lei, caracteriza a desumanização da assistência como

el trato cruel, deshonroso, descalificador, humillante o amenazante ejercido por el personal de salud en el contexto de la atención del embarazo, parto y postparto, ya sea a la mujer o al/la recién nacido/a, así como en la atención de complicaciones de abortos naturales o provocados, sean punibles o no (Argentina, 2010).

Em relação às medidas legais de sanção frente à Violência Obstétrica, o artigo 6º da Lei do Parto Humanizado estabelece que os

profissionais de saúde e colaboradores das instituições de saúde que não cumprirem as diretrizes da lei estarão sujeitos a sanções administrativas, considerando essas infrações como faltas graves (Argentina, 2004).

Diferente da Venezuela, a legislação argentina associa a VO aos processos de abortamento, tanto naturais quanto provocados. O país apresenta uma abordagem mais flexível em relação ao aborto. Em janeiro de 2021, a Lei 27.610 de Acesso à Interrupção Voluntária da Gravidez foi implementada, garantindo que os serviços de saúde, tanto públicos quanto privados, ofereçam cobertura integral e gratuita para essa prática (Argentina, 2021).

No México, existem regulamentações legais relacionadas à VO, mas, diferentemente dos outros países mencionados, não há uma legislação federal específica para essa questão, as regulamentações ocorrem a nível estadual. Somente dez dos trinta estados do país definem a VO em suas leis de combate à violência contra as mulheres (García; Fernández, 2018). A definição de Violência Obstétrica nesses textos é semelhante, sendo caracterizada como

apropiación del cuerpo y procesos reproductivos de las mujeres por personal de salud, que se expresa en un trato deshumanizador, en un abuso de medicalización y patologización de los procesos naturales, trayendo consigo pérdida de autonomía y capacidad de decidir libremente sobre sus cuerpos y sexualidad (Chiapas, 2009).

Em todos os estados do país onde a VO é criminalizada, as leis preveem sanções para aqueles que as desrespeitam, incluindo penas de privação de liberdade, multas e a possibilidade de suspensão do exercício profissional (García; Fernández, 2018). No entanto, nos textos legais dos estados que reconhecem a Violência Obstétrica, não há menção à omissão de assistência em casos de abortamento como uma prática violenta. Até 2021, cada estado do México tinha sua própria legislação sobre a prática do aborto, mas em setembro de 2021, a Suprema Corte do país descriminalizou o aborto, estabelecendo-o como um direito e declarando inconstitucional a prisão de qualquer mulher que realizasse esse procedimento.

No Brasil, diferente da Venezuela e da Argentina, não há uma legislação específica que defina e criminalize a VO, o que resulta em um ambiente propício para a disseminação e naturalização de práticas violentas contra mulheres e pessoas com útero (Brito et al., 2020). Essa situação é semelhante à do México, onde existem leis em alguns esta-

dos e cidades brasileiras que visam combater a Violência Obstétrica.

É por meio dos movimentos sociais que lutam pela criminalização da Violência Obstétrica que avançamos na elaboração de políticas públicas e legislações que asseguram uma assistência humanizada a pessoas com útero e seus bebês (Marques, 2020). No final da década de 1980, já existiam políticas públicas que abordavam a VO como uma questão de saúde pública, como o Programa de Atenção Integral à Saúde da Mulher (PAISM).

Em 2001, o Ministério da Saúde lançou o Programa Nacional de Humanização da Assistência Hospitalar (PNHAH), com base em evidências científicas e recomendações da OMS, para promover práticas humanizadas no parto. Este programa incentiva a participação ativa das mulheres nas decisões durante o trabalho de parto, parto e pós-parto (Brasil, 2001).

Em 2003, a Política Nacional de Humanização (PNH) foi criada para melhorar a atenção à saúde das gestantes, parturientes e puérperas, reconhecendo a humanização como uma política essencial na transformação dos serviços de saúde (Brasil, 2003). Desde então, diversas políticas foram implementadas, como a Lei Federal 11.108/2005, que assegura o direito a um acompanhante no SUS no processo de trabalho de parto, parto e pós-parto (Brasil, 2005), e a criação da Rede Cegonha em 2011⁵, que visa melhorar a atenção materno-infantil (Brasil, 2011).

Algumas cidades brasileiras, como João Pessoa e Vitória da Conquista, já aprovaram leis que abordam a VO e garantem informações às mulheres sobre seus direitos (João Pessoa, 2015; Vitória da Conquista, 2018). Em 2022, Santa Catarina também aprovou uma lei que reconhece a VO e suas tipificações, além de elaborar material educativo para gestantes (Santa Catarina, 2022).

No governo Bolsonaro (2019 – 2022), vivenciamos um movimento deliberado de apagamento e naturalização da VO por parte Governo Federal e do Ministério da Saúde, exemplificado pelo despacho SEI/MS - 9087621, de 3 de maio de 2019, que recomenda a não utilização do termo “Violência Obstétrica” (Portela, 2022). Para além desse documento, também experienciamos o desmonte de políticas públicas importantes na efetivação dos direitos sexuais e reprodutivos.

Como consequência de uma ideologia conservadora e antidemocrática, presenciamos a extinção do Ministério dos Direitos Humanos e

5 A Rede Cegonha foi substituída pela Rede Alyne, através da Portaria GM/MS Nº 5.350, DE 12 de setembro de 2024. A nova rede tem o objetivo de reduzir a mortalidade materna em 25%.

a criação do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, que adotou pautas conservadoras, como a rejeição à educação sexual nas escolas, a criminalização do aborto, mesmo em situações legalmente permitidas, além de posições que reforçam a subordinação das mulheres e o controle sobre seus corpos (Portela, 2022).

Como exemplo desse retrocesso, tivemos o desarquivamento, em fevereiro de 2019, da Proposta de Emenda Constitucional (PEC) nº 25/2015, que voltou a tramitar no legislativo. A proposta sugere a inclusão do termo “desde a concepção” no artigo 5º da Constituição Federal, que garante a igualdade perante a lei. Essa alteração ameaça diretamente os Direitos Reprodutivos das mulheres e o direito ao aborto, mesmo nos casos permitidos por lei (Portela, 2022).

Também podemos citar a edição da caderneta da gestante, que trouxe em seu conteúdo o incentivo de práticas consideradas desatualizadas pelas evidências científicas e algumas inclusive violentas. Vivenciamos também o desmonte da Rede Cegonha, sendo transformada na Rede de Atenção Materno-Infantil (RAMI).

Atualmente, há algumas legislações que reconhecem a VO, sem sanções específicas. Marques (2020) aponta a existência de dez Projetos de Lei no Congresso Nacional sobre o tema, que, com exceção de um, preveem definições e sanções para a VO, demonstrando que o Parlamento brasileiro está apto a tratar essa questão e oferecer respaldo jurídico para combatê-la.

No momento, com o terceiro mandato do Presidente Lula, voltamos a viver um cenário que nos possibilita um maior diálogo com a população e movimentos sociais. Ainda há muito a ser debatido e alcançado, no entanto, podemos experimentar uma maior abertura para transformações neste campo. Importante enfatizar que a ausência de legislação federal sobre a Violência Obstétrica resulta em uma ausência de fiscalização e na impunidade dos profissionais envolvidos, transferindo para as pessoas que gestam a responsabilidade de buscar seus direitos e denunciar esses atos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As discussões apresentadas ao longo deste trabalho evidenciam que a Violência Obstétrica ainda é uma questão pouco abordada no cenário legislativo brasileiro, com avanços pontuais em algumas cidades e estados, mas sem uma legislação federal que tipifique e criminalize essa forma de violência. Essa ausência legislativa contribui para a natu-

ralização e perpetuação de práticas violentas no atendimento obstétrico, além de transferir para as pessoas que gestam a responsabilidade de denunciar e buscar a garantia de seus direitos.

A análise das experiências de outros países da América Latina, como Venezuela, Argentina e México, que já possuem leis específicas para combater a VO, revela que o Brasil ainda precisa avançar na criação de uma legislação federal robusta e eficaz. A falta de uma estrutura legislativa nacional limita a responsabilização de profissionais de saúde e enfraquece a fiscalização de práticas abusivas.

Portanto, para que o Brasil avance no combate à Violência Obstétrica, é fundamental a criação de uma legislação federal específica que assegure os direitos reprodutivos e promova o protagonismo das pessoas com útero em seus processos de gestação, parto e pós-parto, planejamento reprodutivo e situações de abortamento.

Também é de suma importância compreendermos que analisar o fenômeno da VO sem considerar as questões de gênero, raça, classe, condições climáticas, região do país, entre outras, resulta em uma abordagem superficial e limitada. A interseção dessas vulnerabilidades impede que muitas pessoas com útero tenham acesso adequado aos serviços de pré-natal, parto e pós-parto, o que contribui para que o Brasil esteja entre os países com as maiores taxas de mortalidade materna no mundo.

Com isso, precisamos destacar a importância dos movimentos sociais e da mobilização coletiva na luta pela visibilidade e criminalização da VO. É através desses movimentos que surgem avanços nas políticas públicas. É necessário fortalecer o diálogo entre a sociedade civil e o governo, garantindo a implementação de políticas públicas que assegurem uma assistência obstétrica respeitosa e livre de violência.

REFERÊNCIAS

ARGENTINA. Ley 27610/2021. Acceso a la interrupción voluntaria del embarazo. 2021.

ASSIS, Jussara Francisca. Interseccionalidade, racismo institucional e direitos humanos: compreensões à violência obstétrica. Ser. Soc. Soc.: São Paulo; 133: 547-565, 2018.

BRITO, Cecília Maria Costa; OLIVEIRA, Ana Carolina Gondim de Albuquerque; COSTA, Ana Paula Correia de Albuquerque. Violência obstétrica e os direitos da parturiente: o olhar do Poder Judiciário brasi-

leiro. Cad. Ibero Am. Direito Sanit. [Internet], 9(1):120-4, 2020 Disponível em: <https://www.cadernos.prodisa.fiocruz.br/index.php/cadernos/article/view/604> Acesso em: 19/10/2024.

DINIZ, Carmem Simone Grilo; SALGADO, Heloisa de Oliveira; ANDREZZO Halana Faria de Aguiar, CARVALHO, Paula Galdino Cardin; CARVALHO, Priscila Cavalcanti Albuquerque; AGUIAR, Cláudia de Azevedo; NIY, Denise Yoshie. Abuse and Disrespect in Childbirth Care as a Public Health Issue in Brazil: Origins, Definitions, Impacts on Maternal Health, and Proposals for its Prevention. *Journal of Human Growth and Development*; 25(3): 377-376, 2015.

FEDERICI, Sílvia. Calibã e a bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva. São Paulo: Elefante, 2017.

GABRIEL, Alice de Barros; SANTOS, Breno Ricardo Guimarães. A Injustiça Epistêmica na violência obstétrica. *Revista Estudos Feministas: Florianópolis*; 28(2): e60012, 2020.

GARCÍA, Luis Iván Díaz; FERNÁNDEZ, Yasna. Situación Legislativa de la Violencia Obstétricas en la América Latina: el caso de Venezuela, Argentina, México e Chile. *Revista de Derecho de la Pontificia Universidad Católica de Valparaíso: Valparaíso*; v. 51(2): 123-143, 2018.

GÓES, Emanuelle Freitas. Racismo, Aborto e Atenção à saúde: Uma Perspectiva Interseccional. 2018. Tese [Doutorado em Saúde em Saúde Pública]. Bahia: Universidade Federal da Bahia. 163p. 2018.

LIMA, Kelly Diogo; PIMENTEL, Camila; LYRA, Tereza Maciel. Disparidades raciais: uma análise da violência obstétrica em mulheres negras. *Ciência & Saúde Coletiva*: online; 26 (Supl.3): 4909-4918, 2021.

MARQUES, Sílvia Badim. Violência obstétrica no Brasil: um conceito em construção para a garantia do direito integral à saúde das mulheres. *Cad. Ibero amer. Dir. Sanit: Brasília*; v9 (1): 97-119, 2020. Disponível em: <https://www.cadernos.prodisa.fiocruz.br/index.php/cadernos/article/view/585> Acesso em: 20/10/2024.

MARTÍN-BELLIDO, M. Carmem. La construcción del Empoderamiento Femenino: visibilizando la violencia obstétrica. *Temperamentvm*: online; v16: e13206, 2020.

OLIVEIRA, Maria Verônica Araújo de Santa Cruz. Narrativas das Mulheres Guerreiras do Agreste sobre como a Violência Obstétrica atravessou suas vidas: uma leitura decolonial com recorte de gênero e raça.

Tese [Dissertação]. 317p. Recife: UFPE, 2021.

ONG CRIOLA. Dossiê: Mulheres Negras e Justiça Reprodutiva. Rio de Janeiro: online, 2021.

PORTELA, Ana Rebeca Paulino. Violência Obstétrica como campo de disputa: Repertórios linguísticos na mística. 2022. Dissertação [Mestrado em Psicologia]. Pernambuco: Universidade Federal de Pernambuco. 129p. 2022..

PORTELA, Ana Rebeca Paulino; HOLANDA, Viviane Rolim; ALBUQUERQUE, Geyslane Pereira Melo. Percepção de Usuárias do Sistema Único de Saúde Brasileiro sobre Plano de Parto. Revista Brasileira de Ciências da Saúde; 24(4):619-630, 2020.

RIBEIRO, Maria Auxiliadora Teixeira. A pesquisa em base de dados: como fazer?. In: Metodologias: pesquisas em saúde, clínica e práticas psicológicas. Edufal: Maceió, 2015.

VENEZUELA. La Asamblea Nacional. Lei nº 38.668 de 23 de abril de 2007. Ley Orgánica sobre el derecho de las mujeres a una vida libre de violencia. Caracas, 2007.

WHO/OMS. Intrapartum care for a positive childbirth experience. 2018. Disponível em: http://apps.who.int/iris/bitstream/handle/10665/272447/WHO-RHR_18.12-eng.pdf?ua=1 . Acesso em: 19/10/2024.

ZANARDO, Gabriela Lemos de Pinho; URIBE, Magaly Calderón; NADAL, Ana Hertzog Ramos; HABIGZANG, Luísa Fernanda. Violência Obstétrica no Brasil: Uma Revisão Narrativa. Psicologia & Sociedade: online; 29: e155043, 2017.

GÊNERO E PATERNIDADE: RELAÇÕES COM O CAMPO DA SAÚDE

Nicolas Domingues Dias¹

Jorge Luiz Cardoso Lyra da Fonseca²

INTRODUÇÃO

O trabalho em questão foi idealizado e realizado a partir do projeto guarda-chuva “Paternidade e cuidado: formação conceitual e técnica sobre a Estratégia Pré-Natal do Pai no Brasil”. Trata-se de um projeto realizado para dar continuidade às iniciativas de estudos e pesquisas que estão sendo desenvolvidas pela Coordenação Nacional de Saúde do Homem (COSAH) vinculada ao Ministério da Saúde (MS), em parceria com a Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), no contexto da implementação da Política Nacional de Atenção Integral à Saúde do Homem (PNAISH). A PNAISH (2009a; 2009b) possui ao todo 5 eixos principais, sendo eles: acesso e acolhimento, saúde sexual e saúde reprodutiva, paternidade e cuidado, doenças prevalentes na população masculina e prevenção de violências e acidentes.

O projeto se debruça sobre o terceiro eixo, “Paternidade e cuidado”, e ele tem por objetivo sensibilizar gestores (as), profissionais de saúde e a população em geral sobre os benefícios do envolvimento ativo dos pais/parceiros em todas as etapas da gestação e nas ações de cuidado com seus (as) filhos (as), destacando como esta participação pode ser benéfica em termos de saúde, bem-estar e fortalecimento de vínculos saudáveis entre crianças, homens e suas (os) parceiras(os).

Partindo desse panorama, a Coordenação Nacional de Saúde do Homem está exercendo seus trabalhos com intuito de fortalecer a PNAISH, com foco no terceiro eixo, “Paternidade e Cuidado”, que engloba as ações dos homens tais como o acompanhamento do pré-natal, cuidado no desenvolvimento da criança e planejamento reprodutivo, todos de acordo com os ideais de humanização do pré-natal, parto e nascimento e de marcos legais como a Lei do Acompanhante (Brasil, 11.108/2005). A Estratégia do Pré-Natal do Pai/Parceiro (EPNP) tem servido como um ponto de suma importância para que esse eixo possa ser consolidado, uma vez que a sua difusão dentro do Sistema Único de Saúde (SUS) tanto

1 UFPE / Brasil. Fundação de Amparo à Ciência e Tecnologia do Estado de Pernambuco.

2 UFPE / Brasil.

corroborar para que a paternidade seja exercida, quanto possibilita aos homens realizarem exames preventivos de rotina, medidas antropométricas e testagem rápida de HIV, sífilis e hepatites, por exemplo.

Espera-se também que esses homens compartilhem dos primeiros cuidados da criança, participem de atividades educativas e estejam presentes em todo período gestacional da mãe, que inclui pré-parto, parto e pós-parto. Esses fatores mostram a importância da PNAISH e da EPNP para que a saúde do homem possa ser entendida e trabalhada a partir do enfrentamento dos fatores de riscos existentes, com o intuito de reduzir a taxa de mortalidade masculina de maneira significativa, fazendo com que o exercício da paternidade possa ser desenvolvido de maneira plena e saudável durante toda a vida da criança. Ainda no que diz respeito ao eixo “Paternidade e Cuidado”, sobre o qual o projeto se debruça, cabe ressaltar que foram realizadas entre 2016 e 2023 Oficinas de capacitação para que os/as gestores/as e trabalhadores/as fossem qualificados a partir de dois guias publicados pelo Ministério da Saúde: o Guia do Pré-Natal do Parceiro e o Guia de Saúde do Homem para Agentes Comunitários de Saúde (Brasil, 2016a; 2016b).

É ainda necessário trazer à tona a temática “Paternidade” isoladamente, uma vez que a compreensão acerca desse conceito é muitas vezes atravessada por aspectos negativos atrelados à figura paterna, tendo-se como exemplo o abandono afetivo, agressividade (Almeida et al, 2013; Bueno, 2016) e omissão, tanto que em diversos documentos primordiais ao cidadão só se faz necessário o nome da mãe para validação, sendo o nome do pai optativo, como ocorre, por exemplo, com a carteira de vacinação contra a COVID-19. Dessa maneira, é esperado que os resultados obtidos a partir da realização deste projeto possam contribuir com um dos objetivos específicos do projeto guarda-chuva: “analisar repertórios discursivos sobre masculinidade, saúde e paternidade que conformam o Guia do Pré-Natal do Parceiro para Profissionais de saúde publicado pelo Ministério da Saúde”. Além disso, também é esperado que a realização deste projeto faça com que a implementação da EPNP alcance o maior número possível de homens e possa ser um pilar para que eles sejam cada vez mais protagonistas do cuidado de si e de outra pessoa, estando assim familiarizados com o exercício da paternidade e da atenção a sua saúde, para além das usuais medidas emergenciais, no nível da alta complexidade. Em foco, pretende-se analisar como a temática paternidade é abordada em documentos Guia do Pré-Natal do Parceiro e quais sentidos sobre paternidade são propostos e/ou reforçados.

O trabalho se propôs a analisar as práticas discursivas sobre paternidade no Guia do Pré-Natal do Parceiro da Estratégia Pré-Natal do Pai/Parceiro. Para que isso fosse possível, em primeiro momento se realizou revisão de literatura acerca das Políticas Públicas da Estratégia Pré-Natal do Pai/Parceiro, com o intuito de analisar como repertórios discursivos sobre paternidade são estruturados no Guia do Pré-Natal do Parceiro. Como aporte metodológico, esse trabalho se propôs a realizar, inicialmente, uma revisão sistemática da literatura acerca das políticas públicas envolvidas na Estratégia Pré-Natal do Pai/Parceiro, em específico, sobre o Guia do Pré-Natal do Parceiro, de tal modo a compreender como essas políticas públicas têm discutido a promoção do exercício da paternidade no país. Além disso, vale assinalar que essa é uma pesquisa de análise qualitativa que parte de uma perspectiva construcionista, em que tanto os sujeitos quanto os objetos são compreendidos como construções sócio-históricas que devem ser questionados e desfamiliarizados (Spink e Freeza, 2013) e que também infere que haja uma desconstrução de determinadas noções já enraizadas em nossa cultura (Spink e Freeza, 2013). Por esse pressuposto, pretende-se ter como principal material de análise o Guia do Pré Natal do Pai/Parceiro para profissionais de saúde (2016a), uma vez que há um entendimento de que a linguagem empregada neste guia pode ser repensada, no sentido de romper com padrões heteronormativos e de um homem como ser universal, e não situado em um determinado tempo, espaço e cultura. Ressalta-se a importância da perspectiva das práticas discursivas e de produção de sentidos no cotidiano (Spink e Medrado, 2013) como aporte teórico metodológico que embasou a análise do Guia do Pré-Natal do Parceiro.

Para isso, faz-se necessária análise dos repertórios discursivos empregados no Guia supracitado, uma vez que esses repertórios, sendo compreendidos como as unidades de construção das práticas discursivas e como ferramentas linguísticas que são utilizadas para construirmos noções das ações e eventos a nossa volta (Potter e Wetherell, 1987), serviram como ponto fundamental para a compreensão das concepções sobre paternidades expostas e exploradas dentro da Política Nacional de Atenção Integral de Saúde do Homem. Cabe, ainda, salientar que os repertórios discursivos são elementos importantes para o estudo das práticas discursivas, tendo em vista que eles permitem compreender tanto a estabilidade quanto dinâmica e variabilidade das produções linguísticas humanas, ou seja, é um conceito de extrema importância para compreendermos a diversidade e potência transformadora das comunicações cotidianas.

É importante salientar que se teve como base durante a revisão de literatura, os critérios tidos por Medrado et al. (2011) como primordiais nessa busca, a saber: fontes, período e idioma. Dessa forma, para a realização do projeto, inicialmente foi realizada uma vasta pesquisa nas plataformas “Scientific Electronic Library Online” (SciELO) e na “Biblioteca Virtual em Saúde” (BVS), tendo em vista que o primeiro portal possui um significativo número de artigos científicos publicados em seu acervo, e o segundo portal possui artigos direcionados ao campo da saúde, de tal forma que o acesso a materiais relacionados à temática abordada fosse facilitado. Em relação aos operadores escolhidos, em ambas as plataformas optou-se pela mesclagem entre “OR” e “AND”, tendo em vista a necessidade de encontrar resultados que envolvessem o Guia do Pré-Natal do Parceiro e, também, compreendendo que não seria possível realizar uma revisão de literatura apenas utilizando o termo “OR”, uma vez que sua tradução para a língua portuguesa significa “ou”, fazendo com que haja um número de resultados fosse grande o suficiente a ponto de ser provavelmente impossível analisar todo o material no período de desenvolvimento do projeto.

Quanto ao período de publicação dos artigos, foi escolhido o intervalo entre os anos de 2008 e 2022. Isto foi planejado visando o surgimento da Política Nacional de Atenção Integral à Saúde do Homem, no ano de 2009; logo, pensou-se em localizar possíveis artigos que possam ter servido como base para o surgimento desta política e tenham relação com a Estratégia do Pré-Natal do Pai/Parceiro e, conseqüentemente, com o Guia do Pré-Natal do Parceiro. Quanto aos descritores utilizados, pensando em todas as vertentes que a temática aborda, optou-se pela utilização dos seguintes termos: “Guia do Pré-Natal do Parceiro”; “Paternidade”; “Pai”; “Pré-natal do pai”; “Pré-natal do parceiro”; “Pré-natal do homem”; “Pré-natal masculino”; “Envolvimento paterno”; e “Participação paterna”. O idioma de publicação dos artigos selecionados foi “português”, e também se optou pela seleção apenas de artigos completos, descartando teses ou dissertações que surgiam como resultados. Dessa maneira, inicialmente foi desenvolvida uma pesquisa na Scientific Electronic Library Online (SciELO), sendo feita uma combinação dos operadores entre os descritores iniciais (“guia do pré-natal do parceiro”, “paternidade” e “pai”), entendidos como principais para a pesquisa, e optou-se pela utilização do operador “OR” (“ou”, em português) entre eles, visto que esse operador resultava em um número maior de resultados, quando comparado com a utilização do operador “AND” (equivalente a “e” ou “também”, em português).

O próximo passo do processo é realizar a “limpeza” dos textos encontrados, tal como recomendado por Medrado et al. (2011), a fim de diminuir o quantitativo em questão e selecionar as produções relacionadas ao objetivo da revisão e da temática como um todo. Dito isto, fez-se necessário, ainda, a verificação de possíveis resultados repetidos por título entre as duas plataformas de pesquisas, de tal maneira que foram encontrados dois artigos repetidos e retirados da análise dos resultados encontrados na BVS. Dessa forma, manteve-se os oito artigos encontrados na plataforma SciELO e os resultados encontrados na segunda plataforma passaram de 19 para 17. A próxima etapa de “limpeza” foi feita tendo como análise os títulos dos artigos, verificando se estes apresentavam correlação com a temática que estava sendo trabalhada na pesquisa. Utilizou-se inicialmente como base os resultados encontrados na plataforma SciELO, por ser o que apresentou menor resultado, o que viria a facilitar a posterior comparação entre as plataformas. Após a realização dessa etapa houve redução de 37,5% dos resultados encontrados na plataforma SciELO, equivalente a três artigos, de tal maneira que dos oito artigos encontrados foram selecionados cinco; e redução de aproximadamente 88,2% dos resultados encontrados na plataforma BVS, de tal forma que dos 17 artigos restantes, apenas três foram selecionados. A última etapa foi a de limpeza por leitura de resumo dos artigos, de maneira a identificar (ou não) uma relação com a temática analisada. Dessa forma, após a filtragem por resumo, os resultados finais obtidos pela plataforma SciELO foram quatro artigos. Já na plataforma BVS, verificou-se que os artigos selecionados demonstraram potencial promissor para os resultados almejados na pesquisa. No entanto, dois dos três artigos estavam com o site de armazenamento “fora do ar”, de tal maneira que apenas um deles foi mantido após a etapa de leitura do seu resumo.

Após início da leitura dos artigos, percebeu-se que os mesmos poderiam ser classificados em dois principais eixos: artigos que discutem paternidade e amamentação e artigos que discutem a paternidade como prática propriamente dita, como pode-se observar no quadro abaixo.

Quadro 1 – divisão de artigos

Classificação do artigo	Título dos artigos	Ano de publicação
Paternidade associada à amamentação	“O envolvimento paterno no processo da amamentação: propostas de incentivo”	2009
	“Paternidade e amamentação: mediação da enfermaria”	2016
	“Conhecimento e atitudes paternas acerca da importância do aleitamento materno”	2021
Paternidade como prática	“Eventos intra e extrafamiliar significativos no processo de construção da paternidade”	2014
	“Homens e cuidado infantil: estudo de casos em Salvador, Bahia”	2020

Cabe ressaltar que a temática amamentação está diretamente relacionada à EPNP, uma vez que o quinto dos cinco passos listados pelo Guia do Pré-Natal do Parceiro para Profissionais da Saúde é esclarecer os direitos que a pessoa gestante possui sobre ter um acompanhante no pré-natal, incluindo-se o diálogo sobre a relevância da participação do pai/parceiro no pré-natal, puerpério e parto, a possibilidade deste clampar o cordão umbilical do bebê, levar o recém-nascido ao contato pele a pele, dividir as tarefas de cuidado da criança com a mãe, o incentivo e favorecer o aleitamento materno, dentre outros (Brasil, 2016a).

Baseado nisso, no que tange a temática paternidade e amamentação nos artigos selecionados, nota-se que a figura paterna aparece numa perspectiva de desencorajamento e repreensão, uma vez que o exercício da paternidade ainda perpassa o estereótipo de provedor material e pai protetor, mas não de cuidado (Rêgo et al. 2016), como pode-se perceber a partir do seguinte relato: “Quando cheguei na maternidade, no primeiro banho, pensei que Visconde (marido) ia derrubar meu filho na banheira, aí eu falei: cuidado você não vá derrubar meu filho” (RÊGO et al. 2016, p. 377). O fato de a figura paterna ser afastada dos cuidados com as crianças ainda é reforçado nas escritas de Pontes et al (2009), que apontam esse fenômeno como consequência de diversos fatores históricos, sociais e culturais, podendo-se citar o de que as mulheres cuidavam de seus filhos desde os estágios primitivos da humanidade, como os homens estavam encarregados de serem procriadores e provedores financeiros – fato que os alijavam dos cuidados com a prole.

Outra possível percepção sobre a paternidade nos artigos que relacionam a temática com a amamentação é de que há ausência paterna nas consultas pré-natais e que o conhecimento quanto ao aleitamento é fragilizado, o que dificulta o Aleitamento Materno Exclusivo (AME) (Bráulio et al. 2021). É importante ressaltar que o AME é essencial para o desenvolvimento saudável dos bebês, visto que estes adoecem com menor frequência e tendem a necessitar de menos atendimentos médicos, medicamentos e hospitalizações caso o AME seja realizado (Bráulio et al. 2021). Ainda cabe citar que essa categoria de artigos não compreende a figura paterna como alguém que deve dividir as tarefas domésticas e de cuidado das crianças, mas sim de “ajudante” (Rêgo et al. 2016), o que reforça imagem de pai como não responsável direto pelos cuidados do recém-nascido. Já no que diz respeito aos artigos que tangem a paternidade como prática, os resultados são perceptivelmente diferentes, uma vez que a paternidade é compreendida em seus aspectos afetivos e trazem mais percepções dos pais sobre a temática, ao invés de perspectivas de enfermeiras e/ou mães, como ocorre majoritariamente na outra categorização. Isso fica evidente a partir dos escritos de Silva et al. (2014), que dissertam sobre como o processo de construção da paternidade exige uma adaptação na qual os pais irão construir determinados valores, metas e estratégias que deverão ser estabelecidas de acordo com o contexto sociocultural no qual estão inseridos. Esse processo de adaptação é necessário e relevante para que os pais possam compreender o que é esperado que os seus filhos aprendam a partir da convivência entre as duas partes, de maneira que há, ainda, uma preocupação entre a paternidade que foi vivenciada enquanto eram filhos. Isso acontece em função de uma criação que tiveram baseada em um modelo de paternidade tradicional (Bueno et al. 2014) em que não recebiam suporte emocional e afetivo, tanto que querem reformular o papel e as responsabilidades que lhes cabe na família ao invés de reproduzirem as experiências vivenciadas com seus futuros bebês, tendo em vista que há diversos casos de abuso físico e/ou emocional ou abandono por partes da figura paterna (Bueno et al. 2014). Isso é perceptível a partir do relato encontrado no artigo escrito por Bueno et al. (2014, p.712): “[...] eu e os meus irmãos procuramos ser diferentes do pai. Somos três filhos, era uma família mais patriarcal que o pai só mandava, não participava, então não é bem assim que a gente quer.”

No entanto, esse processo de transformação demanda a criação de um espaço de escuta das possíveis dúvidas que eles podem ter, além de seus anseios com o fato de se tornar pai, quanto às tarefas

de cuidar, de maneira a possibilitar o compartilhamento de experiências que venham a contribuir com o desempenho de seu papel como figura de cuidado (BUENO et al. 2014); em contrapartida, observa-se uma dificuldade dos profissionais da enfermagem em inserir os pais em atendimentos prestados à família, por mais que não seja explicitado o motivo dessas dificuldades – o que contribui com o afastamento do pai/cuidador nos cuidados básicos do bebê. Há ainda de se refletir como essas transformações dos pais estão diretamente ligadas com as grandes transformações sociais das últimas décadas em que um “novo pai”, mais participativo nos cuidados, surgiu (Bustamante e Gama, 2020). De acordo com os autores, isso possui relação direta com o fato de as mulheres estarem mais inseridas no mercado de trabalho e, consequentemente, possuem menos tempo para tarefas domésticas e do cuidado com as crianças, tendo mais autonomia e demandando mais dos parceiros. Essa inserção das mulheres no mercado de trabalho ainda vai de encontro com uma naturalização dos papéis masculinos e femininos que começa desde a infância, em que há uma construção social de que a mulher é a principal responsável pelas atividades domésticas e de cuidados com os filhos (Bustamante e Gama, 2020).

Quanto à estruturação da temática paternidade no Guia do Pré-Natal do Parceiro para Profissionais de Saúde, podem-se fazer algumas observações. A primeira delas é que esse documento reconhece a importância da participação do homem no processo de gestação e parto, e destaca a paternidade como uma função atribuída a um membro que integra o casal, independentemente de ser homem ou mulher (Brasil, 2016a). Além disso, o documento foi constituído majoritariamente através de uma perspectiva heteronormativa, tendo em vista que apenas é citado duas vezes em todo o seu corpo textual uma possibilidade de arranjo familiar diferente do padrão heteronormativo – um pai e uma mãe –, de tal maneira que o guia não cita em qualquer momento a possibilidade de um homem transsexual poder ser gestante, por exemplo, o que reforça a escrita heteronormativa como dominante no documento de domínio público. Esse fato ocorre mesmo que seja dito que a PNAISH “aponte a necessidade de se pensar e desenvolver ações em saúde fora do enquadramento biológico e heteronormativo” (Brasil, 2016a, p.15).

Ademais, é ainda importante salientar que não é explicitado, por mais que seja citada a importância de se desenvolver e pensar em ações em saúde fora do enquadramento biológico e heteronormativo, como isso se dará, ou maneiras para que essas ideias possam ser executadas nas práticas exercidas pelos/as profissionais de saúde. Em contrapar-

tida, vale ressaltar que o guia leva em consideração estudos de construções sociais de gênero voltadas às masculinidades, de maneira que busca abolir papéis estereotipados que acabam por afastar os homens da saúde, do afeto, cuidado e da construção de relações humanizadas em suas parcerias afetivas (BRASIL, 2016a), buscando, assim, valorizar modelos positivos de masculinidade que são pautados em cooperação, respeito geral pela diversidade, a não-violência, dentre outros. No entanto, mais uma vez, o Guia do Pré-Natal para Profissionais de Saúde falha em não explicitar como essa valorização por modelos positivos de masculinidade serão ou deverão ser buscados ou orientados pelos profissionais de saúde aos novos pais ou acompanhantes.

O Guia do Pré-Natal também cita a relevância de se pensar o momento da gestação para além do binômio mãe-criança, de maneira que busca quebrar esse paradigma e introduzir o trinômio pai-criança-mãe como uma possível perspectiva de presença nas consultas pré-natais e para isso, o documento cita duas possíveis aliadas nesse processo de transição. A primeira é a Rede Cegonha, uma estratégia do Ministério da Saúde lançada em 2011 que propõe uma melhoria no atendimento às pessoas gestantes e às crianças, disponibilizando atendimento pré-natal e vinculação a uma maternidade de referência para o parto – (BRASIL, 2021). A segunda é a lei do Acompanhante (11.108/2005) – lei que determina que os serviços de saúde do Sistema Único de Saúde, seja de rede própria ou conveniada, são obrigados a permitir que a pessoa gestante exerça o direito de ter a presença de um acompanhante durante todo o período de trabalho de parto, parto e pós-parto. Outro ponto de reflexão gerado a partir da leitura do Guia do Pré-Natal do Parceiro é o de que, mesmo que haja a explicitação sobre a relevância da paternidade e o estímulo a presença do acompanhante nas consultas, não há uma definição do que é paternidade ou indicações de caminhos que devem ser seguidos para que ela seja promovida (Ribeiro, Gomes e Moreira, 2015, p. 3590 apud Bustamante e Gama, 2020), o que demonstra uma falha na construção teórica do documento.

Acerca dos resultados encontrados nas primeiras etapas da revisão de literatura, foi possível observar que estes artigos abordavam a temática “paternidade” como uma prática inclusiva e de cuidado em relação ao bebê/criança de sua responsabilidade. Tal visão vai de encontro aos achados de Visentin e Lhuller (2019), que perceberam, através de um estudo comparativo sobre a representação social da paternidade no ano de 2004 e no ano de 2014. Notou-se uma mudança em relação à compreensão de paternidade, não sendo somente tida como uma função

de participar no processo de educação, transmissão de valores e regras à criança, mas também fazendo parte de sua preparação subjetiva como indivíduo (Visentin e Lhuller, 2019). Além disso, é importante refletir, a partir das proposições de (Bustamante e Gama, 2020), o exercício da paternidade seja como uma espécie de “porta de entrada” para os homens no campo dos cuidados, de seus sucessores, de si mesmo e de sua companheira, levando-se em consideração as mais diversas modalidades de seu exercício.

Nesse quesito, é cabível tecer reflexões sobre o papel dos/as profissionais de saúde ligados/as ao processo de acolhimento realizado com a figura paterna, uma vez que, por mais que em alguns casos haja um incentivo e/ou estimulação da parte desses profissionais, como é perceptível a partir de relatos como “Ajudou muito! Nas visitas ela (enfermeira) me deixou mais seguro” (Rêgo et al. 2016, p. 377) ou “Os encontros incentivaram muito, ele fazia muita pergunta, ficou empolgado pra me ajudar” (Rêgo et al. 2016, p. 377), essa não é, infelizmente, a realidade experienciada por todos os homens. Essa triste realidade fica evidente a partir das exposições de Bráulio et al. (2021), que diz ser necessário refletir sobre a formação dos profissionais de saúde, tendo em vista que é nesse momento em que irão aprender, por exemplo, sobre a amamentação, habitualmente voltada para o binômio mãe-criança. Esse fato é ainda reforçado por Bustamante e Gama (2020), que dissertam sobre como muitas vezes a presença de figuras masculinas em unidades básicas, ignorando e desqualificando a participação do parceiro no pré-natal, parto e consultas pediátricas, de maneira que fica evidenciada a necessidade de repensar a participação masculina para além do homem como indivíduo, mas também pelas perspectivas de profissionais da saúde que lidam com esse público. Por fim, é importante pensar sobre a escassez na literatura que relaciona o Guia do Pré-Natal do Parceiro para Profissionais da Saúde com as temáticas “paternidade e cuidado”, como pode-se evidenciar pelo resultado da revisão de literatura: apenas 5 artigos envolviam as temáticas, em um intervalo de quinze anos, foram encontrados – por mais que se possa perceber uma leve crescente a partir de 2016, possivelmente uma influência das oficinas de capacitação, que trouxe a temática à tona.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei Nº 11.108, de 7 de abril de 2005. Altera a Lei no 8.080, de 19 de setembro de 1990, para garantir às parturientes o direito à pre-

sença de acompanhante durante o trabalho de parto, parto e pós-parto imediato, no âmbito do Sistema Único de Saúde - SUS. Diário [da] República Federativa do Brasil, Poder Executivo, Brasília, DF, 4 abr. 2005.

BRASIL. Ministério da Saúde. Gabinete do Ministro. Rede Cegonha. Brasil, 2021.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. Coordenação Nacional de Saúde do Homem. Guia do Pré-Natal do Parceiro para Profissionais de Saúde. Rio de Janeiro: Ministério da Saúde, 2016a.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. Coordenação Nacional de Saúde do Homem. Guia de saúde do homem para agente comunitário de saúde (ACS). Rio de Janeiro; Ministério da Saúde; 2016b.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas e Estratégicas. Plano de Ação Nacional 2009-2011 da Política Nacional de Atenção Integral à Saúde do Homem. Brasília: Ministério da Saúde, 2009b.

BRASIL. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. Política Nacional de Atenção Integral à Saúde do Homem: Princípios e Diretrizes. Brasília, 2009a.

BRÁULIO, Thaís Isidório Cruz et al. Conhecimento e atitudes paternas acerca da importância do aleitamento materno. Escola Anna Nery, v. 25, 2021.

BUENO, Maria Emilia Nunes. O processo de Reconstrução da paternidade no contexto da violência intrafamiliar contra crianças e adolescentes. 2016. Tese (Doutorado) – Curso de Enfermagem, Universidade Federal do Rio Grande, Rio Grande, 2016.

BUSTAMANTE, Vania; GAMA, Elenir Salvador Santos. Homens e cuidado infantil: estudo de casos em Salvador, Bahia. Revista de Psicologia, v. 11, n. 2, p. 122-134, 2020.

DE ALMEIDA, Crislaine Maria Silva; NORONHA, Fernanda Durães. A Responsabilidade Civil dos pais por Abandono Afetivo dos Filhos—A paternidade responsável e o projeto de lei n 4294/08. 2013.

MEDRADO, Benedito et al. Paternidades no cotidiano de uma unidade

de saúde em Recife: traços, curvas e sombras em redes heterogêneas. In.: TONELI, M. J. F. et al. (Org.). O pai está esperando? Políticas públicas de saúde para a gravidez na adolescência. Florianópolis: Mulheres, p. 189-211, 2011.

PONTES, Cleide Maria; ALEXANDRINO, Aline Chaves; OSÓRIO, Mônica Maria. O envolvimento paterno no processo da amamentação: propostas de incentivo. Revista Brasileira de Saúde Materno Infantil, v. 9, p. 399-408, 2009.

POTTER, Jonathan; WETTERELL, Margareth. Discourse and social psychology: beyond attitudes and behaviour. London: Sage Publications, 1987.

RÊGO, Rita Maria Viana et al. Paternidade e amamentação: mediação da enfermeira. Acta Paulista de Enfermagem, v. 29, p. 374-380, 2016.

SILVA, Barbara Tarouco da; SILVA, Mara Regina Santos da; BUENO, Maria Emilia Nunes. Eventos intra e extrafamiliar significativos no processo de construção da paternidade. Escola Anna Nery, v. 18, p. 710-715, 2014.

SPINK, Mary Jane. Práticas discursivas e produção de sentidos no cotidiano: aproximações teóricas e metodológicas. Ed. Virtual. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais.

SPINK, Mary Jane; FREZZA, Rose Mary. Práticas Discursivas e Produção de Sentido: A perspectiva da psicologia social. In.: SPINK, M. J. P.(Org.). Práticas discursivas e produção de sentidos no cotidiano: aproximações teóricas e metodológicas. Ed. Virtual. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, p. 1-21, 2013.

SPINK, Mary Jane; MEDRADO, Benedito. Produção de Sentido no Cotidiano: uma abordagem teórico-metodológica para análise das práticas discursivas. In: SPINK, Mary Jane (Org.). Práticas discursivas e produção de sentidos no cotidiano: aproximações teóricas e metodológicas. Ed. Virtual. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, p, 22-41, 2013.

SPINK, Peter. Análise de documentos de domínio público. In: SPINK, Mary Jane (Org.). Práticas discursivas e produção de sentidos no cotidiano: aproximações teóricas e metodológicas. Ed. Virtual. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, p. 79-105, 2013.

VISENTIN, Patrícia Menezes; LHULLIER, Cristina. Representações

sociais da paternidade: um estudo comparativo. *Fractal: Revista de Psicologia*, v. 31, p. 305-312, 2019.

ENTRELAÇANDO SENTIDOS SOBRE PARIR: RELATOS DE PARTO COMO FONTE DE INFORMAÇÃO SOBRE AS EXPERIÊNCIAS DE MULHERES CISGÊNERAS DE PARIR DURANTE A PANDEMIA DE COVID-19.

Stefanny Paula Pereira da Silva¹
Ájò Nasidí de Almeida Marques²
Ana Rebeca Paulino Portela³
Jorge Lyra⁴

INTRODUÇÃO

A gestação é um período no qual ocorrem transformações não apenas no campo biológico, mas tecidas nas teias subjetivas, sociais, históricas, simbólicas e culturais, que fazem com que as experiências de gestar sejam diferentes para gestantes diferentes. Além disso, as expectativas de quem gesta desenvolvidas no período pré-natal são tão importantes para a relação com o bebê, como as modificações sociais, na rede familiar e os sentidos socialmente construídos e compartilhados sobre o que é ser mãe, pai, cuidador/a/e (VILAS BOAS; BRAGA; CHATELARD, 2013). Podemos então compreender a gestação como um processo coletivo e compartilhado, no qual as relações e o apoio familiar e social, assumem um papel importante para seu caminhar (CA-NAVAL E; GONZÁLES; TOVAR; VALENCIA, 2003; RAPOPORT; PICCININI, 2006).

Durante a pandemia, gestantes e puérperas foram consideradas grupos de risco para a COVID-19 (BRASIL, 2020). Isso foi disparador de sentimentos de medo de se infectar e ocasionar alguma consequência à saúde do bebê, além de outras incertezas com relação ao futuro. Também foi força motriz de outras mudanças, como afastamento do

1 Mestranda PPGPSI-UFPE, bolsista FACEPE, integrante Coletivo Mangueiras.

2 Mestranda PPGPSI-UFPE, bolsista CAPES.

3 Doutoranda PPGPSI-UFPE, bolsista FACEPE.

4 Docente dos cursos de graduação e pós-graduação em Psicologia da UFPE; Coordenador do mesmo programa (2023-2025); coordenador do Núcleo Feminista de Pesquisas sobre Gênero e Masculinidades (GEMA-UFPE/CNPQ); Mestre em psicologia social (PUC/SP) e Doutor em Saúde Coletiva (FIOCRUZ/CPQAM).

trabalho ou trabalho em home office que por um lado teve seu impacto positivo, possibilitando uma maior disponibilidade para outras atividades, como: se informar sobre temas da gravidez, ficar com a família, organizar a chegada do bebê; e por outro lado, para algumas mulheres ocasionou em sobrecarga com mais de uma jornada de trabalho simultânea, por exemplo (ROSSETO; SOUZA; FONSECA; KERKHOFF; MOURA, 2021).

O isolamento social imposto pela pandemia de covid-19 também impactou diretamente nas relações sociais e nas relações familiares, convivemos menos com outras pessoas e mais com o núcleo familiar (PIERSON; SAAD, 2020). Tudo isso gerou condições atípicas generalizadas de vivenciar essa fase. Ademais, a crise sanitária arraigou outras crises: políticas, econômicas e sociais, especialmente considerando o contexto da emenda constitucional n 95 de 2016, que congelou os investimentos em saúde, ciência e educação por vinte anos, afetando o cuidado prestado em territórios periféricos (CAMILO, KAHHALE, FERREIRA, SCHVEITZER, 2021).

Para este trabalho o conceito de experiência é fundante. Compreendemos ‘experiência’ como uma maneira de explorar como a diferença se estabelece e opera, constituindo sujeitos, uma vez que a visão de um sujeito é estruturada em volta da linguagem e da história (SCOTT, 1999). Para tecer um olhar sobre essa problemática, partiremos também da perspectiva feminista interseccional e decolonial. Feminista pela construção de pesquisa implicada, que entende que não é possível um lugar de neutralidade nas relações e, portanto, na pesquisa (CRUZ, 2014). Decolonial pois ao falar de experiências periféricas precisamos falar das heranças coloniais e de como a colonização nos trouxe uma separação e critérios de humanidade baseadas em distinções hierárquicas e dicotômicas (LUGONES, 2014).

Nesse mote, o corpo classificado pelo sistema colonial como homem e que era atravessado pelas demais “condições de civilidade”: ser branco, europeu, burguês, colonial, heterossexual e cristão, era considerado com atribuições para a vida pública e liberdade de existência. O corpo classificado como mulher “civilizada” era o corpo ao qual se atribuía a missão da reprodução da raça e do capital através da pureza sexual: “A confissão cristã, o pecado e a divisão maniqueísta entre o bem e o mal serviam para marcar a sexualidade feminina como maligna” (LUGONES, 2014, p.398). Importante colocar que dentro da dicotomia colonial, não existe espaço para outras existências fora dessa binaridade.

Diante disso, os corpos que existem em um país como o Brasil, atravessado pela violência da colonização, são corpos que trazem consigo marcas. As marcas na/da pele (ADRIÃO, 2021), marcas coloniais, patriarcais, de raça e de classe. Dentro das diversas possibilidades de existência e de nomeação delas, os corpos que trazem consigo útero ainda são corpos que o Estado entende como corpo domável através do controle reprodutivo. Existir em um corpo que tem em si a possibilidade de gestar ainda é ser atravessada/o pelo poder patriarcal e colonial histórico. Dessa forma, o processo de gestação, assim como o de parto não tem possibilidade de estar desvinculado das estruturas de poder e de opressão.

Essa estrutura é colidida por outras estruturas de poder, criando vários lugares de experiência a partir dessas marcas na pele. A “existência de uma matriz colonial de estruturas dinâmicas nas quais as relações de poder estão implicadas” (AKOTIRENE, 2019, p. 14) faz com que as experiências de gestar e de parir sejam diversas. Por isso, a interseccionalidade vem então como uma lupa que abre possibilita a sensibilidade analítica de pensar as relações entre as estruturas de poder e as identidades (CRENSHAW, 2001 apud AKOTIRENE, 2019).

OBJETIVO

Compreender como as experiências de gestar e parir de mulheres cisgêneras foram atravessadas pela COVID-19, propondo uma forma, ancorada no construcionismo social, de ler, interpretar e analisar relatos de parto.

METODOLOGIA

Lenise Santana Borges e Flávia Regina Guedes Ribeiro (2014) discutem a mídia jornalística como prática discursiva, inspirada nessa construção pretendo trazer da mesma forma os compartilhamentos públicos em redes sociais. De forma semelhante à mídia, entendemos que as redes sociais têm ocupado também um lugar importante na produção e reprodução de sentidos e valores, sendo então a zona do nosso campo.

Como estratégias de levantamento de informações, realizamos uma “catação” de relatos de parto [catar é um verbo da linguagem popular pernambucana. Seu significado reúne as ações de buscar e recolher]. Escolhemos dez relatos de partos acontecidos entre 2020-2022.

Os relatos foram encontrados em duas plataformas: O Instagram e um fórum de mães, pais e cuidadoras/es de bebês. Seis dos relatos foram do fórum e quatro do Instagram. Os relatos aqui trazidos foram todos publicados de forma “pública”, então os postados em Instagrams que fossem privados, ainda que seguidos por mim e eu tivesse acesso ao relato, não foram utilizados pelo entendimento de nossa parte que eles não eram “públicos”. Fora o critério de contas públicas, utilizamos apenas o de ser temporalmente localizado entre 2020-2022.

O processo de busca foi bastante trabalhoso, no fórum materno conseguimos fazer buscas mais direcionadas, mas no Instagram não. Buscamos na ferramenta “buscar” a palavra-chave “relato de parto” e seguimos garimpando de forma artesanal os que tinham acontecido em 2020/2021/2022. Essa foi a parte mais complexa, pois a rede não tem filtro de data e é uma rede que funciona num ritmo de produção frenética mas não cronológica. Desse modo, passávamos por inúmeros relatos atuais até chegar a um dentro do recorte temporal estabelecido e os que tivemos acesso foram os de “maior engajamento”.

Analisamos os relatos utilizando a estratégia construcionista de Mapas Dialógicos (NASCIMENTO; TAVANTI; PEREIRA, 2014). Os mapas são um instrumento de análise que evidencia as associações de ideias e a dialogia entre elas, mas não só. Além disso, ele é um dos integrantes do que podemos chamar de “caixa de ferramentas analíticas”, que nos ajuda na aproximação do material, organização do discurso e desenhar o caminho da discussão.

Vamos supor que a pia da nossa casa está cheia de louça suja, lavar de forma aleatória não seria a melhor opção, tanto pelo espaço na pia, que vai dificultar o trabalho, como pela organização das louças lavadas em um corredor ou em cima de um pano seco. Lavando aleatoriamente, não conseguimos aproveitar da melhor forma o que temos para dispor daqueles pratos. Numa análise científica, a mesma coisa, se começarmos a analisar de forma avulsa e aleatória, sem primeiro organizar nossas informações, não conseguiremos aproveitar o máximo as ferramentas e recursos disponíveis para aquele material.

Desse modo, começamos organizando os pratos sujos, copos, talheres, pratos, potes menores e maiores. Dispomos eles em certa ordem na pia, que facilite a lavagem de todos de forma fluida, só então começamos. O mapa dialógico nos ajuda nessa organização, por isso ele é um dos passos iniciais: “Ele nos possibilita dar visibilidade à interanimação dialógica, aos repertórios interpretativos, a rupturas, ao processo de produção, a disputas e negociações de sentidos, a relações de

saber-poder e a jogos de posicionamento” (NASCIMENTO; TAVANTI; PEREIRA, 2014, p. 248).

Podemos ou não falar de interanimação dialógica e jogos de posicionamento quando nos referimos a textos no instagram? Para Bakhtin (1994, *apud* SPINK; BRIGAGÃO; NASCIMENTO; CORDEIRO, 2014) a dialogia é o princípio básico da linguagem. Dessa forma, enunciados, mesmo que em textos escritos, estão sempre em interação, pois ao formularmos enunciados estamos em diálogo com atores do presente, passado e até mesmo do futuro, com pessoas e seus discursos que já foram ditos e que ainda serão, toda essa interação dinâmica se materializa nos nossos enunciados. Referenciamos ou endereçamos nossas falas a outras pessoas e seus discursos, mesmo que elas não estejam fisicamente presentes no momento em que falamos.

Os Mapas Dialógicos trazidos por Vanda Lúcia Vitoriano do Nascimento, Roberth Miniguine Tavanti e Camila Claudino Quina Pereira (2014) são mapas construídos a partir de transcrições sequenciais, que são elaboradas pensando em entrevistas. O material que vou trabalhar são textos, por isso, apresento nas linhas a seguir a minha estratégia de construção de mapa dialógico para relatos de parto, mas que poderia ser usada para outras produções textuais em que não há uma entrevista.

Num primeiro momento seguimos o esqueleto da transcrição sequencial, na qual corresponde a uma tabela com 3 colunas: (01) Quem fala, evidenciado se é a entrevistadora ou a interlocutora e qual das entrevistadoras ou interlocutoras; (02) Sobre o que fala, trazendo o “ctrl + v” da interlocutora, a fala na íntegra transcrita; (03) O tema, você evidencia em poucas palavras-chave qual tema aquela fala aborda. Para os relatos segui com as duas últimas colunas, já que sempre quem falava era a mesma pessoa.

INSTAGRAM / FÓRUM	
Relato de Parto 01 - Nome fictício de quem relatou	
Sobre o que fala	Tema
Descreve sua última consulta antes do parto	Apoio Profissional Segurança emocional
Conta que ficou sem acompanhante em função da COVID	Violação de Direitos Reprodutivos

A coluna ‘sobre o que fala’ é sempre iniciada com um verbo, pois ela indica as ações e os argumentos apresentados ao longo da história.

A tentativa dessa etapa, que nomeei de Prosa Sequencial, é a mesma da transcrição sequencial: “identificar sobre o que versa a conversa e como ela acontece.” (NASCIMENTO; TAVANTI; PEREIRA, 2014, p.255). Finalizada a Prosa Sequencial, caminhamos para a construção do mapa dialógico, que visualmente é também uma tabela, que pode ser organizada em função de (01) objetivos do estudo; temas identificados na transcrição sequencial; o que precisamos e o que queremos dar visibilidade na nossa análise (NASCIMENTO; TAVANTI; PEREIRA, 2014).

O mapa utilizado para a análise deste trabalho, seguiu orientado pelo objetivo do trabalho, que é o de pensar como as experiências de gestar e parir foram atravessadas pela COVID-19 e orientadas por esse caminho, selecionamos nas Prosas Sequenciais os temas que tinham a ver com o objetivo e montamos o mapa com sete colunas, mas para este trabalho focamos em quatro: Apoio; Experiência de Parto; Emoções/Sentimentos; Equipe/Local.

RESULTADOS E ANÁLISE

Os relatos de parto encontrados no fórum eram mais diretos e superficiais, resumidos a descrições breves, enquanto os relatos encontrados no instagram eram mais densos e extensos, com mais elementos da experiência. Percebemos que, entre os relatos do fórum, havia uma tendência em procurar o hospital mais tarde devido à pandemia, esperar em casa até o último momento e todas elas pariram em ambientes hospitalares, enquanto que entre os relatos do instagram parecia não existir pandemia. Nenhuma das mulheres fizeram menção à COVID-19 ou a alguma particularidade ou intercorrência em função do contexto sanitário do país.

Durante a pandemia de COVID-19 a razão de mortalidade materna no Brasil cresceu em 95% em 2021 quando comparado a 2019 (RODRIGUES, 2023). Em 2020 a taxa de mortalidade de gestantes ou puerperas que haviam morrido por COVID-19 era 3.4 vezes maior que a taxa de todos os outros países do mundo somados (TAKEMOTO et al., 2020).

Nesse panorama não era incomum que as mulheres compartilhassem um medo do hospital. Em *conversas no cotidiano* (BATISTA; BERNARDES; MENEGON, 2014) com profissionais que estavam atuando em maternidades durante a pandemia de COVID-19, compreendi que aqui em Pernambuco muitas mulheres estavam evitando os hospitais, em especial os hospitais que eram referência para mulhe-

res que testaram positivo para COVID-19. Ainda que elas estivessem positivas para a infecção, procuravam outros hospitais, com medo dos números elevados de óbitos materno-infantis.

Com relação aos sentimentos e emoções articuladas ao momento do parto, foram trazidos pelas mulheres com os relatos postados no fórum: Medo, tristeza, ansiedade, alívio, felicidade, gratidão, esperança mas também trauma. Alguns dos sentimentos negativos relacionados ao contexto pandêmico, mas o trauma foi relacionado a uma sequência de violências obstétricas sofridas no ambiente hospitalar por uma das parturientes.

Já pelos relatos postados no instagram o cenário mudou um pouco. Uma delas, a Amanda⁵, relatou preocupação, mas era prévia ao trabalho de parto, refletia um medo de ser internada sem ainda estar em trabalho de parto. Mas, com relação a experiência de parto ela relatava: Alegria, alívio, vitória, disposição, prazer. Amélia também traz emoções e sentimentos positivos, como alegria, felicidade, transformação, gratidão e diversão. Já Olívia, que teve uma experiência precarizada e atravessada por diversas violências obstétricas, traz como sentimentos relacionados ao parto: Desespero, frustração e humilhação.

Olívia: me machucaram me maltrataram, humilharam pra depois quase matar minha filha e a mim [...] oque passei, não desejo a ninguém pois tive muitos danos psicológicos pra me recuperar não foi fácil chorava dia e noite lembrando do que fizeram comigo falar sobre isso sem sentir vontade de chorar de gritar, eu acordava nas madrugadas tendo flechas de tudo, eu poderia ter tido uma reação pior, mais Deus cuidou de mim para conseguir cuidar dos meus filhos.

As mulheres pariram em locais diferentes e com suportes e apoios diferentes, o que nos leva a pensar a relação entre: um local seguro, apoio familiar, suporte da equipe com os sentimentos relacionados ao parto. Onde cada mulher pare é também uma questão de interseccionalidade. Embora não tenhamos as autodeclarações de raça, nem informações sobre os locais de residência ou a classe social, Amanda e Amélia contam uma rotina pré-parto de quem tem ao menos seus direitos básicos assegurados. Amélia conta: *“Acordei sentindo as contrações e os bem te vi cantando. 08:30 fui pra consulta com a obstetra 09:30 fui pra o salão, 11:00 fui pra acupuntura”*, enquanto Amanda:

5 Nome fictício

“Pela manhã tive consulta com a equipe do *** [...] Final da tarde caminhei dentro do apartamento mesmo, subi e desci escada como já vinha fazendo, fiz exercícios pélvicos na bola, depois colocamos uma música e toda a família foi dançar, rimos tanto, dançamos tanto, [...] depois fizemos a rotina noturna, banho, fazer Gael¹ dormir.”

Amanda e Amélia parecem ter acesso a recursos e suporte familiar que Olívia não dispunha, na experiência de Olívia, ela conta:

“Foi três dias sentindo dores e indo ao hospital, passei a madrugada do dia anterior do nascimento sentindo dores a cada 3 minutos, quando amanheceu fui ao hospital, por mais que estava em trabalho de parto não estava dilatando direito, o primeiro hospital me mandou embora pra aumentar a dilatação, eu estava sozinha sem ninguém pq minha mãe estava com meu filho e meu marido no trabalho, andei muito tempo com dores sozinha no estacionamento do hospital”.

Antes mesmo de embarcar na jornada mais profunda do parto, as três mulheres que compartilharam seus relatos no instagram atravessam jornadas muito distintas, umas com e outras sem apoio familiar. Umas com orientações e suporte de uma equipe de cuidados, outra lançada à própria sorte. Embora a diferença entre uma experiência de parto transformadora e traumática seja, em sua maioria, uma diferença de raça, classe e território que não se limita ao período da pandemia (RAMOS, 2020), a COVID-19 criou um outro cenário, com elementos diversos e complexos. Neste novo cenário mulheres e demais pessoas que gestam tiveram suas tramas muito distintas a depender de suas realidades sociais, econômicas, raciais e territoriais.

Ainda com relação ao local de parto, Olívia pontua a higienização precária do hospital onde pariu. O que também nos mostra as condições precárias de saúde e de injustiças às quais populações vulnerabilizadas são submetidas e que nos dá elementos para entender o porquê o risco de morte materna durante a COVID-19 foi duas vezes maior para mulheres negras (SILVA, 2022; TAKEMOTO et al. 2020, p.259). São justamente as mulheres negras que, por razões sociais históricas, são a maioria populacional nas periferias atendidas pelos hospitais precarizados. Quanto a higiene do hospital, Olívia conta:

“[...] vamos falar da higiene da maternidade, meu senhor sangue em todo lado do banheiro, resto de bolsa tudo fedendo muito o box do banheiro aonde somos obrigadas a ficar pra dilatar e amarelo de tão sujo, e a feira que mandão a gente sentar no chuveiro toda suja aonde varias mulheres senta e não tem limpeza após o uso...”

Além disso, muitas das mulheres pontuaram a violação ao direito ao acompanhante. Oito das dez mulheres pariram sem seus acompanhantes. Apenas uma das mulheres do fórum pôde ter acompanhante no seu processo, quanto as mulheres do instagram apenas uma delas foi privada de acompanhante: Olívia. Todas as mulheres que mencionaram a privação de acompanhante durante o parto sentiram suas emoções impactadas por essa ausência.

Suspender a entrada de acompanhantes de parturientes para o parto foi uma decisão tomada por gestoras e gestores durante a pandemia, ainda que isso fosse um direito delas/es garantido constitucionalmente, sendo mais uma das medidas tomadas que não consideravam os modos de vida e contextos das populações (RODRIGUES, 2023).

Quanto à experiência com a equipe assistencial, algumas cinco das sete mulheres do fórum relataram receber apoio e cuidado, terem vivido uma boa assistência, duas delas contam que foram tratadas com indiferença ou com ausência de profissionais na hora do parto. Após o parto muitas delas foram atravessadas por um sentimento de gratidão à Deus e à espiritualidade, ainda que tivessem sofrido algumas violências, mas gratas por “tudo ter ocorrido bem”. Nesse contexto, é interessante pontuar que houve relatos de hospitais lotados e inclusive de morte neonatal por infecção com COVID-19, pois esse panorama é plano de fundo no cenário comum da gratidão.

O simples fato de ser notada e ser minimamente assistida já é suficiente para despertar esse sentimento, como exemplo, trago a fala de uma das interlocutoras, a Melissa⁶:

“[...] Chegando à outra maternidade, depois de muita espera (pois lá também estava cheio), fui atendida às 12h30 e já estava com 9 cm. Subi para o pré-parto, mas como minha bolsa não tinha rompido esperei fazendo força. Depois de duas horas nesse processo o médico me examinou e viu que a cabeça da bebê não estava alinhada. Então ele alinhou (não entendi o que era, mas agradei) e em seguida estourou a bolsa.”

Embora o profissional não a tenha explicado o que aquela condição significava em uma linguagem acessível a ela, ainda que ele não tenha falado previamente o que iria fazer mas tenha simplesmente “metido a mão” no corpo dela e feito, ainda assim há uma sensação de agradecimento pela assistência prestada, por estar sendo vista e “cuidada”.

⁶ Nome Fictício

Amanda e Amélia dedicam parte do seu relato para agradecer ao apoio, cuidado e paciência das equipes que as acompanharam, ambas equipes contratadas para assistiá-las. Olívia não. Ela teve sua experiência profundamente demarcada por uma série de violências obstétricas perversas por parte da equipe de saúde que a admitiu no serviço, ela só veio conseguir um atendimento que impediu que ela e sua filha morressem com a troca do plantão. Na avaliação do novo enfermeiro, Olívia foi levada às pressas para uma cesárea de emergência, pois sua bolsa havia rompido há mais de uma hora com presença de mecônio.

Por fim, nos relatos analisados percebemos que uma equipe atenta ao processo e aos detalhes burocráticos permite que a pessoa parturiente possa focar em uma única grande missão: seu corpo e seu processo de parto. Mas nos relatos que lemos percebemos que um contexto de segurança e respeito para o parto ainda se faz sorte ou privilégio de quem pode pagar por uma equipe humanizada.

CONCLUSÃO

Ainda que não saibamos nem possamos relacionar as diferenças às iniquidades em saúde por raça, classe, território e idade, por não termos essas informações das gestantes, nos próprios relatos é possível perceber mulheres cisgêneras que viviam em condições de gozo de seus direitos humanos e de mulheres cisgêneras que tinham seus direitos violados. Diante dessa violação ou não de direitos fundamentais à vida, os caminhos dos processos de parto vão se construindo por caminhos com suas particularidades.

A elevação da mortalidade materna durante a pandemia, especialmente entre mulheres negras e vulneráveis, destaca as desigualdades que permeiam o sistema de saúde no Brasil, que pode ser visto na experiência de Olívia. A precarização das condições de parto, as más condições de higiene e a violação do direito ao acompanhante são questões que apontam para um contexto de negligência que afeta a segurança, o bem-estar e pode afetar o direito à vida das parturientes.

Os sentimentos expressos nos relatos variam desde medo e trauma até alegria e gratidão, demonstrando como a experiência de parto pode ser transformadora ou traumática a depender do apoio, da assistência e da garantia ou violação de direitos básicos, que são diferentes para mulheres em contextos sociais diferentes. Ou seja, a experiência de parto é interseccional e as condições de vida, acesso a cuidados e suporte familiar dse relacionam com essa vivência.

Por fim, concluímos o quanto relatos de parto são uma narrativa importante para pensarmos os cuidados que as parturientes estão recebendo e para apontar caminhos humanizados na saúde. A partir dos relatos também é evidente como as condições de cuidado e de atenção no parto foram diferentes para mulheres em situações diferentes. Cada mulher vive seu parto de maneira única, influenciada por uma teia de fatores interligados que afetam sua saúde e bem-estar. A análise mostra que é essencial considerar essas interações ao discutir políticas de saúde, abordagens de atendimento e suporte durante o parto, para garantir que todas as mulheres tenham acesso a experiências de parto seguras e respeitadas.

REFERÊNCIAS

ADRIÃO, Karla Galvão. Marcas na/da pele “Entre Mulheres”: a experiência de um processo arteterapêutico no diálogo com feminismos e Psicologia. **Pesquisas e Práticas Psicossociais** [online]. São João del-Rei, v. 16, n. 3, 2021. Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1809-89082021000300015&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 08 setembro de 2022.

AKOTIRENE, Carla. **Interseccionalidade**. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019. (Feminismos Plurais / coordenação de Djamila Ribeiro) ISBN 978-85-98349-69-5

BATISTA, Cristina Santos; BERNARDES, Jefferso; MENEGON, Vera Sônia Mincoff. Conversas no cotidiano: um dedo de prosa na pesquisa. In: SPINK, Mary Jane Paris; BRIGAGÃO, Jacqueline Isaac Machado; NASCIMENTO, Vanda Lúcia Vitoriano do; CORDEIRO, Mariana Prioli. (Orgs.). **A produção de informação na pesquisa social: compartilhando ferramentas**. – 1.ed. – Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2014 (publicação virtual) p.97-122

BRASIL, Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção Primária à Saúde. **Manual de recomendações para a assistência à gestante e puérpera frente à pandemia de Covid-19**. Brasília (DF): Ministério da Saúde; 2020. Disponível em: <http://189.28.128.100/dab/docs/portaldab/documentos/corona/manual_recomendacoes_gestantes_covid19.pdf>. Acesso em 01 de setembro de 2022.

BORGES, Lenise Santana; RIBEIRO, Regina Guedes. O jornal como objeto de pesquisa socioconstrucionista. In: SPINK, Mary Jane Paris;

BRIGAGÃO, Jacqueline Isaac Machado; NASCIMENTO, Vanda Lúcia Vitoriano do; CORDEIRO, Mariana Prioli. (Orgs.). **A produção de informação na pesquisa social: compartilhando ferramentas**. – 1.ed. – Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2014 (publicação virtual), p. 185-206

CANAVAL E., Gladys Eugenia; GONZÁLES, Marta Cecilia; TOVAR, María Clara; VALENCIA, Celmira. La experiencia de las mujeres gestantes: “lo invisible”. **Investigación y educación en enfermería**. v. 21, n. 2, pp. 32-46, 2003. ISSN 0120-5307, ISSN-e 2216-0280. Disponível em: <<https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=1382637>> acesso em 27 agosto de 2022.

CAMILO, Claudia; KAHHALE, Edna; FERREIRA, Maria Luísa; SCHVEITZER, Mariana. Cuidado em território de exclusão social: covid-19 expõe marcas coloniais. **Saúde e sociedade** [online]. v. 30, n. 2, 2021. ISSN 0120-5307, ISSN-e 2216-0280. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0104-12902021210023>>. Acesso em 01 de setembro de 2022.

CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. **Revista Estudos Feministas** [online]. v. 10, n. 1, pp. 171-188, 2002. ISSN 1806-9584. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0104-026X2002000100011>>. Acesso em 10 de setembro de 2022.

CRUZ, Maria Helena Santana. A Crítica Feminista à Ciência e Contribuição à Pesquisa nas Ciências Humanas. **Revista Tempos E Espaços Em Educação**, v. 7, n. 12, pp. 15-28. Disponível em <<https://doi.org/10.20952/revtee.v0i0.2949>>. Acesso em 01 de setembro de 2022.

LUGONES, María. Rumo a um feminismo descolonial. **Revista Estudos Feministas** [online]. v. 22, n. 3, pp. 935-952, 2014. ISSN 1806-9584. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/%25x>>. Acesso em 01 de setembro de 2022.

NASCIMENTO, Vanda Lúcia Vitoriano do; TAVANTI, Roberth Mini-guine; PEREIRA, Camila Claudino Quina. O uso de mapas dialógicos como recurso analítico em pesquisas científicas. In: SPINK, Mary Jane Paris; BRIGAGÃO, Jacqueline Isaac Machado; NASCIMENTO, Vanda Lúcia Vitoriano do; CORDEIRO, Mariana Prioli. (Orgs.). **A produção de informação na pesquisa social: compartilhando ferramentas**. – 1.ed. – Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2014

(publicação virtual), p. 247-272.

PIERSON, Cristina Campos; SAAD, Martha Solange. Família e isolamento social. **Revista IBDFAM - Famílias e Sucessões**. v. 8, n. 39, 2020.

RAMOS, Raphaela. Racismo obstétrico: violência na gestação, parto e puerpério atinge mulheres negras de forma particular. **Portal Geledés**, julho 2020. Disponível em <https://www.geledes.org.br/racismo-obstetrico-violencia-na-gestacao-parto-e-puerperio-atinge-mulheres-negras-de-forma-particular/?gad_source=1&gclid=EAIaIQobChMI5qG9p-5KeiQMV4EJIAB2ktQfXEAAAYASAAEgKqF_D_BwE> acesso em: 18 de outubro de 2024.

RAPOPORT, Andrea; PICCININI, Cesar Augusto. Apoio social e experiência da maternidade. **Rev Bras Crescimento Desenvolv Hum**. v.16, n. 1, pp. 85-96, 2006. Disponível em: <<https://doi.org/10.7322/jhgd.19783>>. Acesso em 27 agosto de 2022.

ROSSETTO, Máira; SOUZA, Jeane Barros; FONSÊCA, Graciela Soares; KERKHOFF, Vanessa Vitória; MOURA, Juliana Romanoski Alves. Flores e espinhos na gestação: experiências durante a pandemia de COVID-19. **Rev Gaúcha Enferm**. 2021; Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/1983-1447.2021.20200468>>. Acesso em 01 de setembro de 2022.

RODRIGUES, Talita. Memórias e reflexões desassossegadas de uma gravidez em tempos de pandemônio. In: CORDEIRO, Natália (org.). **Crítica feminista alargando a democracia**. Recife: SOS Corpo Instituto Feminista para a Democracia; Imprensa Provisual, p. 65-79, 2023.

SCOTT, Joan W. “Experiência”. In: SILVA, Alcione Leite; LAGO, Mara Coelho de Souza; RAMOS, Tânia Regina Oliveira (Orgs.). **Falas de Gênero**. Santa Catarina: Editora Mulheres, 1999. Disponível em: < http://historiacultural.mpbnet.com.br/feminismo/Joan_Scott-Experiencia.pdf> Acesso em: 01 de setembro de 2022.

SPINK, Mary Jane Paris; BRIGAGÃO, Jacqueline Isaac Machado; NASCIMENTO, Vanda Lúcia Vitoriano do; CORDEIRO, Mariana Prioli. (Orgs.). **A produção de informação na pesquisa social: compartilhando ferramentas**. – 1.ed. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2014 (publicação virtual).

TAKEMOTO, Maira L. S.; MENEZES, Mariane de O.; ANDREUCCI,

Carla B. et al. The tragedy of COVID-19 in Brazil: 124 maternal deaths and counting. **International journal of gynecology & obstetrics**, v. 151, ed.1, 2020 DOI: <https://doi.org/10.1002/ijgo.13300> acessado em 29 jul. 2023.

VILAS BOAS, Laís Macêdo; BRAGA, Maria Carolina da Costa; CHATELARD, Daniela Scheinkman. Escuta Psicanalítica de Gestantes no Contexto Ambulatorial: Uma Experiência em Grupos de Fala. **Psico** [online], n, 44, v. 1, pp. 8-15, 2013. Disponível em: <<https://dialnet.unirioja.es/descarga/articulo/5631441.pdf>>. Acesso em 27 agosto de 2022.

ZANATTA, Edinara; ROSSATO PEREIRA, Caroline Rubin, “Ela Enxerga em Ti o Mundo ”: A Experiência da Maternidade pela Primeira Vez. **Temas em Psicologia**, v. 23, n. 4, pp. 959-972, 2015. ISSN: 1413-389X. Disponível em: <<https://doi.org/10.9788/TP2015.4-12>> Acesso em 27 agosto de 2022.

O PL 1.904/2024 NO BRASIL CONTEMPORÂNEO: UM ESTUDO CONTINUADO ACERCA DA REGRESSÃO DE DIREITOS REPRODUTIVOS DURANTE O ANO DE 2024

Ana Beatriz Lima Alves¹
João Miguel Belo Carvalhêdo²
Lilia Penha Viana Silva³

INTRODUÇÃO

O presente artigo intitulado “O PL 1.904/2024 no Brasil contemporâneo: um estudo continuado acerca da regressão de direitos reprodutivos durante o ano de 2024” tem como objeto de Estudo os direitos reprodutivos femininos no Brasil em 2024.

O trabalho em tela situa-se no âmbito dos estudos em desenvolvimento no Curso de Mestrado em Políticas Públicas do Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas - PPGPP/UFMA, vinculando-se neste evento, ao grupo de trabalho 03, de título “Gênero, saúde e direitos reprodutivos”.

Este artigo se trata da continuação de estudos que se originaram na publicação de outro trabalho intitulado “QUEM QUEREMOS PROTEGER?”: Uma análise acerca da proteção da criança no STJ frente à decisão no AREsp 2.389.611”, o qual buscou adentrar no âmbito de recente decisão do STJ acerca de direitos reprodutivos e proteção de crianças vítimas de estupro.

Assim, em continuidade ao estudo anterior, este trabalho busca aprofundar a análise acerca do PL 1.904/2024. O projeto de lei em questão visa trazer aumento as penas dos crimes de aborto, o equiparando ao homicídio simples, se realizado após o período de 22 semanas de gestação.

Assim, levando-se em conta todos os fatos acima descritos, questiona-se: Como estão caminhando os direitos reprodutivos femi-

1 Autora. Advogada. Mestranda em Políticas Públicas/PPGPP/UFMA.

2 Autor. Advogado. Mestrando em Políticas Públicas/PPGPP/UFMA.

3 Orientadora. Assistente Social. Professora Associada do Departamento de Serviço Social da UFMA e Prof^ª Efetiva do Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas/UFMA.

ninos no Brasil em 2024 frente a PL 1.904/2024? Dessa forma, o estudo em tela tem como objetivo geral, analisar os direitos reprodutivos femininos no Brasil no ano de 2024 de maneira contínua à trabalhos anteriormente realizados, frente à PL 1.904/2024.

Como objetivo específico busca-se, em primeiro momento, estudar o atual estado da doutrina e da legislação sobre os direitos das mulheres vítimas de estupro e a autonomia sobre seus próprios corpos. Em seguida, realizar-se-á análise a respeito da ascensão do ultraconservadorismo neoliberal no plano nacional e internacional na contemporaneidade. Por fim, busca-se apresentar a PL 1.904/2024, focando, em especial, nos pontos que buscam cercear e atentar contra os direitos das mulheres.

O método utilizado trata-se do dialético-discursivo, tendo por base pesquisa bibliográfica e documental na temática de direitos reprodutivos, autonomia corporal feminina e vítimas de estupro.

Como resultado foi verificado que o PL em discussão preconiza meios de penalizar e revitimizar as mulheres que sofreram estupro, sendo estas obrigadas a manter a gravidez nestes casos caso haja viabilidade fetal.

A conclusão a que se chega é a de que o ultraconservadorismo é um ideal cujo crescimento está em ascensão no plano internacional, impulsionado pelo neoliberalismo e por figuras políticas neoliberais. Há, portanto, uma regressão ampla de direitos sexuais e reprodutivos, que torna-se notória não somente por meio do 1.904/2024, mas também por muitas outras movimentações recentes no âmbito dos poderes legislativo e judiciário.

CONTEÚDO

O Estado e a dignidade feminina: as atuais legislações e doutrinas a respeito da proteção voltada à mulher vítima de violência sexual e de gênero

As atualizações legislativas voltadas à promoção da dignidade sexual feminina se iniciaram na década de 90. Nesta, houveram as primeiras legislações que visavam tornar hediondo o crime de estupro, bem como tornar mais abrangente os atos que venham a configurar o Estupro em si. (BIANCHINI, 2021)

Nos anos 2000, a evolução legislativa na temática continuou na forma da Lei n. 11.340/06, conhecida como Lei Maria da Penha. A lei em questão, junto com a Lei do Feminicídio (Lei n. 13.104/2015), tor-

nou o Brasil um país com um dos mais notórios recortes normativos de gênero no mundo. Ocorre que o caminho à essa realidade foi árduo e nada pacífico, tendo em vista que a formulação da Lei 11.340/06 ocorreu em vista de uma sanção internacional motivada pelo descaso do ordenamento jurídico brasileiro com a senhora Maria da Penha Maia Fernandes, vítima de inúmeras agressões durante seu casamento, que foi completamente ignorada no sistema de justiça, inclusive com o seu agressor sendo condenado unicamente a dez meses de prisão, dos quais cumpriu apenas dois (DIAS, 2018).

Maria da Penha, então, formalizou uma denúncia junto à Comissão Interamericana de Direitos Humanos e da Organização dos Estados Americanos, que responsabilizou o Estado brasileiro por negligência e omissão ante a violência doméstica. O Brasil foi condenado a pagar uma multa à vítima e recomendando a adotar de uma série de mudanças, dentre elas uma alteração na atuação do judiciário ante a violência doméstica e familiar. Nesse contexto, o Estado, junto aos movimentos sociais, formulou a Lei Maria da Penha, que segue em vigor até os dias de hoje, ainda que muito questionada por agentes políticos em um primeiro momento, agentes esses que tentaram inclusive torná-la inconstitucional imediatamente após sua sanção, em 2006. (DIAS, 2018).

Em 2007 a Lei Maria da Penha foi submetida a uma Ação Declaratória de Constitucionalidade (ADC 19/DF) junto ao Supremo Tribunal Federal – STF, por meio da qual analisou-se a validade jurídica dela. Ainda que a Lei em comento tenha sido considerada constitucional, tem-se que a ampla reprovação dela serviu e ainda serve como um indicativo de que a sociedade brasileira é extensamente permeada por ideais machistas e conservadores que contribuem com a manutenção da desigualdade de gênero. (BIANCHINI, 2021).

Ainda nos anos 2000, tem-se como marcos legais a sanção de duas leis que tratam especificamente da violência sexual. Em 2009 foi sancionada a Lei n. 12.015/2009, a partir da qual ocorreu uma alteração no título VI do Código Penal, de modo que este, que anteriormente versava a respeito dos “costumes”, passou a tutelar os crimes contra a dignidade sexual. Ademais, a Lei n. 12.650, batizada de Lei Joana Maranhão, delimitou que a prescrição de crimes cometidos contra crianças e adolescentes somente será calculada a partir do momento em que a vítima atingir a maioridade, de modo que protege principalmente as vítimas de crimes sexuais. (BIANCHINI, 2021).

No âmbito jurisprudencial, o STJ ratificou, por meio da Súmula 593, o entendimento quanto ao afastamento absoluto da possibilidade de

consentimento sexual proferido por menores de 14 anos, cuja possibilidade de relativização já havia sido versada na Lei n. 12.015/2009. (STJ, 2017)

Ressalta-se que o conteúdo da súmula passou a integrar o Código Penal, na forma do art. 217 – A, por meio da alteração promovida pela Lei n. 13.718/2018, ao passo que o ordenamento jurídico brasileiro seguiu concretizando avanços no âmbito da proteção à criança e adolescente. (QUEIROZ, 2020). Nesse viés, o STJ novamente se manifestou, em decisão a respeito do Habeas Corpus n. 478.310/PA, ao rigor incumbido ao crime de estupro e sua consumação, destacando que a consumação do crime de estupro de vulnerável se daria, inclusive, com envio de imagens por meio de aplicativos virtuais (BRASIL, 2021).

Assim até o ano de 2021 a Corte proferia entendimentos jurisprudenciais que levavam em máxima consideração os direitos de crianças e adolescente vítimas de crimes contra a sua dignidade sexual, ao passo que a decisão em questão definiu inclusive que o crime de estupro de vulnerável não depende de consumação física. No entanto, nota-se que recentemente o prisma de tais decisões sofreu uma guinada, conforme pôde-se verificar no julgamento do AREsp 2.389.611, ocorrido no ano de 2023.

Ocorre que o agravo em recurso especial em questão, que foi julgado pelo STJ, dizia respeito ao crime de estupro de vulnerável no qual uma criança de 12 anos foi estuprada e engravidada por um homem 8 anos mais velho, com quem supostamente mantinha uma relação amorosa consentida. (MIGALHAS, 2024, [online])

Após o recurso do Réu, condenado a pena de 11 anos em primeiro grau, o Superior Tribunal de Justiça entendeu por acolher os argumentos do Autor do crime, que alegava não saber que a conduta de manter relação sexual com menor de 14 anos configura estupro de vulnerável, ainda que a própria corte tenha reconhecido que uma criança de menos de 14 anos não possui condições de manter relacionamento amoroso. Tal julgamento se deu levando em consideração que, caso a corte entendesse a conduta como criminosa, a vítima teria direito a interromper a gravidez, priorizando então os direitos do nascituro em detrimento à dignidade e direitos da criança violentada. (BRASIL, 2023).

Dessa forma temos que o STJ contraria a si mesmo, em especial à Súmula 593, e ao próprio Código Penal, ao proferir o julgamento do AREsp 2.389.611. Ressalta-se que tal decisão se deu em um cenário nacional de progressão de ideais liberais ultraconservadores, conforme será analisado ainda neste artigo, ao passo que o aborto e suas exceções legais encontram-se cada vez mais malquistos no cenário sociopolítico.

A ascensão do ultraconservadorismo neoliberal no plano nacional

O liberalismo surgiu enquanto movimento político na Europa do Século XVII, tendo em um primeiro momento a Inglaterra como ponto focal. Pautado na promoção de supostas liberdades individuais e rompimento com a monarquia absolutista, o movimento liberal se fortaleceu a partir da utilização das camadas menos abastadas da sociedade enquanto massa de manobra para atingir objetivos e liberdades individuais aplicáveis apenas à população rica. (MERQUIOR, 2011)

No contexto da primeira revolução burguesa, o Estado assume um binômio de direito-dever, buscando unicamente a promoção dos direitos básicos, mas se eximindo de os garantir amplamente, pautado no argumento de reforço das liberdades individuais, tornando os próprios indivíduos responsáveis por garantir, por meio do livre mercado, seu bem-estar e dignidade de vida. (BOBBIO, 2000)

Já em 1947, em um cenário pós Segunda Guerra Mundial, surge o neoliberalismo como uma atualização do ideário liberal. Este busca promover: “1) prioridade do mecanismo de preços; 2) livre iniciativa; 3) sistema de competição e de concorrência; e 4) Estado forte”, sendo este “Estado forte” pautado no uso da máquina estatal como meio de promover amplamente os interesses capitalistas e fortalecer o mercado. (ANTUNES, 2022, p. 513)

No que pese a difusão ampla do neoliberalismo no cenário europeu e norte-americano remeta à década de 70, no Brasil a inserção no cenário capitalista ocorreu na década de 90, atingindo seu ápice apenas no ano de 2019, em um contexto em que o povo foi, novamente, utilizado como massa de manobra para a promoção dos interesses das elites. A ampla difusão neoliberal brasileira teve seu pontapé inicial com a promoção de manifestações civis com ideais deturpados, pautados teoricamente no aumento das tarifas de mobilidade urbana, e culminaram no processo de *impeachment* da presidente Dilma Rousseff e fortalecimento de partidos de direita neoliberais e ultraconservadores. (ANTUNES, 2022; BARROS, 2020)

Quintela (2021) pontua que a notória ascensão de figuras políticas de direita por todo mundo durante a última década não se pauta apenas visando a hegemonia do capital e fortalecimento do mercado, tal como em momentos anteriores, mas é altamente marcada também pela finalidade de romper com avanços recém conquistados no âmbito dos direitos de gênero, dignidade e diversidade sexual.

No Brasil não há de se questionar a convergência entre os ideais neoliberais e conservadores, ao passo que os próprios agentes políticos

não só tornaram tal fundição cristalina, como a adotaram como principal tramontana de governo, partindo de slogans como “Deus, Pátria e Família” e outros semelhantes, bem como adotaram discursos amplamente voltados a ideais patriarcais. (ANTUNES, 2022)

Com este discurso, não só se elegeu Jair Bolsonaro, candidato do Partido Social Liberal (PSL) ao cargo de presidente da república no ano de 2018, como também se formou uma Câmara dos Deputados composta por 84 candidatos assumidamente evangélicos e cuja atuação se pauta na ideia de que a “política precisa de uma moral pública em sentido forte; de que crenças, valores e símbolos do universo simbólico religioso devem estar presentes na política, promovendo a sua “purificação””. (QUINTELA, p. 8, 2021). Nesse viés, ressalta-se que:

Bolsonaro abraçou a pauta dos costumes, articulandose, de um lado, com uma base parlamentar evangélica e, por outro, com o eleitor evangélico, que sempre foi sensível às questões relativas ao corpo e aos comportamentos. Seu discurso foi contrário a praticamente todas as mudanças concernentes à sexualidade, gênero e reprodução das últimas décadas. E contra o aborto e as causas LGBT. Combateu a chamada “ideologia de gênero”, maior espectro que assombra a população mais conservadora, gerando uma espécie de pânico moral. (ALMEIDA, p. 205, 2019).

Dessa forma, considerando o caráter altamente patriarcal das políticas visadas e desinformações propagadas, consolidou-se então um panorama de ataques constantes aos direitos e liberdades recém adquiridas por mulheres e membros da população LGBTQIA+, de modo que as políticas voltadas para promoção da igualdade de gênero e dignidade sexual tornaram-se basicamente um inimigo a ser aniquilado. (QUINTELA, 2021)

Dentre a gama de retrocessos aos direitos sexuais e reprodutivos, tem-se que o conservadorismo liberal atingiu não apenas os direitos das mulheres vítimas de violência, mas também abriu margem para que a violência sexual seja propagada por mecanismos que deveriam proteger e prezar pela saúde física e sexual feminina, bem como reforçou pilares como o da maternidade compulsória e gerou uma gama de retrocessos ao já precário direito legal ao aborto. (MEDEIROS; ARAÚJO JÚNIOR, 2024)

Dessa forma, houve no âmbito das políticas de saúde voltadas à mulher, um enorme retrocesso que atingiu, em especial, a área da ginecologia e obstetrícia. Segundo Medeiros e Araújo Júnior (2024), o conservadorismo político que paira sob a nação deixou profundas marcas

no âmbito das políticas pública de saúde, ao passo que o próprio Conselho Federal de Medicina passou a se ancorar em tais ideais e repelir conceitos já consolidados no âmbito da violência médica e obstetrícia.

Assim, torna-se evidente que a coalizão entre ideais neoliberais e ultraconservadores resultou na difusão ampla de ideais patriarcais que nunca de fato deixaram de existir na sociedade brasileira, e que voltaram a se fortalecer no lapso temporal abordado. Assim, como reflexos de tal movimento, nota-se um processo de desmonte dos direitos sexuais e reprodutivos adquiridos pelas mulheres, projeto este que segue em vigor atualmente, conforme será abordado no próximo tópico deste artigo, por meio da análise do Projeto de Lei n. 1.904/2024.

A PL 1.904/2024 e o cerceamento dos direitos das mulheres

No tópico final desta pesquisa passa-se a uma análise específica do seu objeto central, no caso o Projeto de Lei 1.904/2024. O projeto em questão é dividido em duas partes, uma primeira na qual aponta as alterações a serem feitas nas legislações pátrias e uma segunda com a justificativa das alterações.

As alterações trazidas pelo projeto se perfazem pelos artigos 124 a 128 do Código Penal (aqueles que tratam do crime de aborto e aqueles a ele correlatos). O primeiro ponto a se destacar a causa de aumento prevista para os crimes de auto-aborto e de provocação ao aborto (com e sem consentimento da gestante). Em todos os crimes é previsto o acréscimo do seguinte parágrafo: “Quando houver viabilidade fetal, presumida gestações acima de 22 semanas, as penas serão aplicadas conforme o delito de homicídio simples previsto no art. 121 deste Código” (BRASIL, 2024, pg. 2).

Nesse momento, importa mencionar que, conforme o Código Penal, os crimes acima têm as respectivas penas: um a três anos de detenção (auto-aborto); três a dez anos de reclusão (aborto provocado por terceiro sem consentimento da gestante); e um a quatro anos de reclusão (abordo provocado por terceiro com consentimento da gestante). Por outro lado, o crime de homicídio, previsto no artigo 121, prevê uma pena unicamente de reclusão, variando de seis a vinte anos (BRASIL, 1940).

Ou seja, o primeiro acréscimo que o projeto de lei pretende é assemelhar os crimes com penas que, por vezes, podem ter unicamente o caráter de detenção, não chegando a condenar a acusada ao regime fechado, a um crime que pode resultar em até vinte anos de prisão.

A segunda alteração legislativa proposta se trata daquela no art. 128 do Código Penal. Este prevê as hipóteses de exclusão de punibili-

dade do caso de aborto praticado por médico. O PL pretende a inclusão do seguinte parágrafo único: “Se a gravidez resulta de estupro e houver viabilidade fetal, presumida em gestações acima de 22 semanas, não se aplicará a excludente de punibilidade prevista neste artigo” (BRASIL, 2024, pg. 2).

Dessa forma a PL 1.904/2024 pretende afastar a possibilidade do aborto legal em causas de estupro, desde que seja identificado que a gestação está acima de 22 semanas e há viabilidade fetal.

Ademais, no que se fala da justificativa do projeto de lei, temos que ela se perpassa por uma visão de uma suposta mudança de visão da sociedade entre a promulgação do Código Penal e a atualidade. A justificativa cita diversas estatísticas, como a taxa de mortalidade mães submetidas a cesariana na década de 1940 para argumentar que, ao tempo da promulgação do código penal, seria impensável um aborto na vigéssima segunda semana da gravidez, logo há razão para a limitação pleiteada (BRASIL, 2024).

Em continuidade, o legislador derivado também argumenta que o crime de aborto está inserido no título “dos crimes contra a pessoa” o que daria a entender que o nascituro é considerado um indivíduo e, portanto, vítima de crimes como de homicídio (BRASIL, 2024). Para levantar o argumento em questão, a justificativa leva a crer que o Brasil adota a chamada teoria concepcionista no direito brasileiro, segundo a qual o início da vida se daria desde a concepção do indivíduo (SEMIÃO, 2015).

Importante ressaltar que tal teoria não é adotada de maneira geral pelo direito brasileiro, pelo contrário, ela é objeto de extensa discussão. Ela é contraditada pela teoria natalista, a que aponta que os direitos do indivíduo somente se iniciam com o nascimento com vida tendo, antes disso, somente uma “expectativa de direitos” (SEMIÃO, 2015). Aliás, diferentes códigos e legislações brasileiras vão adotar essas teorias de maneira intercambiável, não havendo uma resposta definitiva (MANSANO, 2011).

Inclusive, quando falamos do aborto, em especial dos casos de mulheres vítimas de Estupro, é claro a adoção da teoria natalista. Conforme Semião (2015) e Mansano (2011), o objeto jurídico a ser protegido perante aquela legislação não é mais o direito à vida do feto, mas sim a dignidade da mulher que foi estuprada.

O restante da justificativa trazida no projeto de lei é focada em uma análise histórica de momentos onde o aborto foi permitido. O que aparenta na redação do texto é a tentativa de criação de um terror moral,

levando a crer que o aborto já é algo amplamente liberado, não havendo um controle para sua realização unicamente em situações de estupro (BRASIL, 2024)

O texto traça uma linha do tempo, mostrando que inicialmente para a realização de aborto em casos de estupro era necessário a presença de um BO atestando a ocorrência do crime. Em seguida cita casos pontuais onde o BO foi dispensado, destacando algumas decisões judiciais até que descamba em um caso ocorrido em 2020, no qual foi realizado um aborto em uma grávida com 23 semanas de gestação (BRASIL, 2023).

Importante destacar que o texto do Projeto de Lei omitiu o fato de que a gestante se tratava de uma menina de 10 anos de idade ora vítima de estupro por seu próprio tio. Inclusive tal caso tomou proporções nacionais após militantes da extrema direita o utilizarem como palco para propaganda política, divulgando o nome da vítima bem como o local onde estava, levando a ocorrência de diversos tumultos e demora na realização do aborto da menor (G1, 2020a; 2020b).

Sobre a análise do caso, o texto do projeto de lei finaliza destacando que:

Os Ministérios Públicos, em todo o Brasil, provavelmente se unirão para forçar os hospitais que realizam procedimentos de aborto a seguirem estas recomendações. Qualquer gestante poderá realizar um aborto, em qualquer idade gestacional, bastando afirmar haver sido vítima de violência, sem necessidade de apresentar provas ou documentos. (BRASIL, 2024, pg. 11)

Ou seja, continua a perpetrar um pânico moral ante a possibilidade de uma ampla realização de abortos em todo o Brasil em vista de uma decisão prolatada em um processo para proteger uma menor de idade.

Em sequência a justificativa questiona os votos da ministra Rosa Weber na ADPF 442, no qual ela se manifestou que os fetos não seriam sujeitos titulares de direitos fundamentais, sendo tal direito direcionado unicamente para aqueles nascidos com vida (BRASIL, 2024). A ADPF em questão discute a descriminalização do aborto até a 12ª semana da gestação.

Após isso o texto ainda faz digressões para o direito estadunidense, apontando a existência da discussão acerca do aborto no caso *Roe vs Wade*, destacando ser a constituição yanke como tendo “os pilares da democracia e do estado de direito moderno” (BRASIL, 2024, pg. 13).

Nesse ponto o que se observa é questão em anterior destacada nesta pesquisa, ou seja, a onda conservadora sobre os direitos das mulheres, em especial aqueles gestacionais. O texto do Projeto de Lei tenta desviar o foco da discussão trazida na ADPF 442 que, conforme apontam Luna e Porto (2023, pg. 176):

No tocante à controvérsia, a audiência da ADPF 442 revela para a sociedade mais ampla vozes que se manifestam na academia e no serviço público, mas que são pouco perceptíveis no debate, colocando as graves consequências do aborto clandestino e inseguro, na perspectiva da saúde pública. (...) mulheres periféricas, isto é, negras, das classes populares, mais vulneráveis socialmente, com pior inserção do mercado de trabalho, até mesmo adolescentes, são as maiores vítimas do aborto clandestino e inseguro, principalmente por conta das complicações.

Ou seja, é retirado o enfoque da proteção dos direitos das mulheres periféricas a um abordo seguro para buscar polemizar a temática e instaurar terror moral relacionado ao aborto. Para além disso, a atenção dada à constituição americana é sintomática. Conforme destacado por Quintela (2021) e Antunes (2022) em momento anterior dessa pesquisa, o que se percebe é uma busca pelo centro do capital tal qual os governos de extrema direita que se proliferam pelo mundo.

O texto então finaliza argumentando, novamente, que na Constituição Brasileira há a adoção da teoria concepcionista o que, conforme já demonstrado, não condiz com a realidade de maneira plena (BRASIL, 2024).

CONCLUSÃO

A pesquisa em tela buscou continuar estudos já realizados pelos autores na temática do direito reprodutivo das mulheres brasileiras no ano de 2024, desta vez com enfoque específico no Projeto de Lei 1.904/2024. Foi importante o enfoque neste projeto de lei pois, por mais que ele se apresente como um único evento dentre daqueles vários relacionados com a temática que ocorreram no ano de 2024, ele se apresenta como um dos que podem vir a ferir de maneira mais extensa os direitos das mulheres.

Importa destacar que nos vemos diante de um momento de constante luta por direitos que acreditávamos já serem garantias perenes. Se, por um lado, nos últimos anos houveram inúmeros direitos femininos

conquistados no Brasil, hoje o que se percebe é que a onda conservadora busca trazer de volta um status quo de silêncio e falta de direitos daqueles que o combatem.

Tal perspectiva não se limita ao nosso país. Conforme já citamos anteriormente tal onda conservadora tem caráter mundial. Aliás o caso *Roe vs Wade* (citado no projeto de lei como um marco da luta pelo aborto legal nos EUA) foi recentemente revogado no país, trazendo a tona novamente a discussão acerca do aborto legal no país (SILVA, 2022).

Destaca-se ainda que como todo o projeto de lei se perpassa, em sua justificativa por pontos de debate da extrema direita neoliberal. O projeto não passa de uma sequência de suposições sobre um “futuro apocalíptico” onde o aborto seria amplamente distribuído pelo Brasil se não houvesse uma lei heróica como se pretende.

O meio como o projeto de lei se impõe, visando limitar as mulheres vítimas de violência sexual, as impedindo de fazer aborto legal mostra como o sistema do capital sempre vai estar atuando em uma situação oposta dos interesses daqueles que vê como minoria. Aliás tal projeto de lei serve como um sinal de alerta de que os direitos dessas minorias não são garantias, são objeto de extensa luta constante e, a qualquer momento, mesmo em um governo teoricamente progressista, podem ser retirados.

Tal artigo em tela será ainda procedido de um último com uma análise geral dos direitos reprodutivos femininos no ano de 2024, no qual podemos unicamente esperar uma melhora na discussão que estamos tendo, e não um prosseguimento da intentona neoliberal e conservadora.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, R. D. (2019). Bolsonaro Presidente: conservadorismo, evangelismo e a crise brasileira. **Novos Estudos CEBRAP**, 38(1), 185–213. <https://doi.org/10.25091/S01013300201900010010>

ANTUNES, Mait Paredes. Os discursos conservador e neoliberal na fala de Bolsonaro. **Estudos Linguísticos** (São Paulo. 1978), v. 51, n. 2, p. 508-525, ago. 2022.

BARROS, Matheus Carvalho. Neofascismo e neoliberalismo: o fenômeno Bolsonaro. **Revista Ensaios**, v. 17, jul-dez, 2020, p. 136-158.

BIANCHINI, Alice. **Crimes contra mulheres / Alice Bianchini, Mariana Bazzo, Sílvia Chakian**. 3. ed. rev. e atual. - Salvador: Editora JusPodivm, 2021

BOBBIO, Norberto. **Liberalismo e democracia / Norberto Bobbio; tradução Marco Aurélio Nogueira**. São Paulo: Brasiliense, 2000.

BRASIL. **Decreto-lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940**. Código Penal. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del2848compilado.htm> Acesso em: 14 março 2024

BRASIL. Projeto de Lei nº 1.904, de 2024. Acresce dois parágrafos ao art. 124, um parágrafo único ao artigo 125, um segundo parágrafo ao artigo 126 e um parágrafo único ao artigo 128, todos do Código Penal Brasileiro, e dá outras providências.. **Dj-e**. Brasília, DF, 17 maio 2024. Disponível em:

https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=2425262&filename=PL%201904/2024. Acesso em: 20 set. 2024.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. Súmula nº 593. O crime de estupro de vulnerável se configura com a conjunção carnal ou prática de ato libidinoso com menor de 14 anos. Brasília, **DF**: Superior Tribunal de Justiça [2017]. Disponível em:

<[https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?livre=SUMULA+593&b=SUMU&thesaurus=JU RIDICO&tp=T](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?livre=SUMULA+593&b=SUMU&thesaurus=JU%20RIDICO&tp=T)>

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. Agravo em Recurso Especial nº 2389611 - MG (2023/0207398-8). Relator: Ministro Reynaldo Soares da Fonseca. Brasília, DF, 28 de novembro de 2023. **DJe/STJ**. Brasília, 29 nov. 2023. Disponível em:

https://processo.stj.jus.br/processo/dj/documento/mediado/?tipo_documento=documento&componente=MON&sequencial=218862622&tipo_documento=documento&num_registro=202302073988&data=20231129&formato=PDF.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. Habeas Corpus nº 478.310 - PA (2018/0297641-8). Relator: Ministro Rogerio Schietti. Brasília, DF, 09 de fevereiro de 2021. **DJe/STJ**. Brasília, 18 fev. 2021. Disponível em:

[https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?livre=478.310&b=ACOR&thesaurus=JURIDICO &tp=T](https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?livre=478.310&b=ACOR&thesaurus=JURIDICO&tp=T). Acesso em 30 set. 2024.

DIAS, Maria Berenice. **A Lei Maria da Penha na Justiça / Maria Berenice Dias – 5 ed. rev., ampl. e atual.** – Salvador: Editora JusPodivm, 2018

G1. Justiça autoriza interrupção de gravidez de criança estuprada em São Mateus, no Norte do ES. **G1 Espírito Santo**, 15 ago. 2020a. Disponível em:

<https://g1.globo.com/es/espírito-santo/noticia/2020/08/15/justica-autoriza-interruptao-de-gravidez-de-crianca-estuprada-em-sao-mateus-no-norte-do-es.ghtml>. Acesso em: 19 out. 2024

G1. Os crimes que Sara Giromini pode ter cometido ao divulgar nome de criança vítima de estupro. **G1 Espírito Santo**, 17 ago. 2020b. Disponível em:

<https://g1.globo.com/es/espírito-santo/noticia/2020/08/17/os-crimes-que-sara-giromini-pode-ter-cometido-ao-divulgar-nome-de-crianca-vitima-de-estupro.ghtml>. Acesso em: 19 out. 2024.

LUNA, Naara; PORTO, Rozeli. Aborto, valores religiosos e políticas públicas: a controvérsia sobre a interrupção voluntária da gravidez na audiência pública da adpf 442 no supremo tribunal federal. **Religião & Sociedade**, [S.L.], v. 43, n. 1, p. 151-180, jan. 2023. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/0100-85872023v43n1cap06>.

MANSANO, Josyane. **Direitos do Nascituro**. Revista Espaço Acadêmico, Maringá, n. 121, p. 99-107, jun. 2011. Mensal.

MEDEIROS, Henrique G. D.; ARAÚJO JÚNIOR, José L. A. C. **Os reflexos do bolsonarismo sobre políticas de saúde da mulher e os direitos sexuais e reprodutivos**. Trabalho, Educação e Saúde, Rio de Janeiro, v. 22, 2024, e02811259.

<https://doi.org/10.1590/1981-7746-ojs2811>

MERQUIOR, José Guilherme. **O liberalismo antigo e moderno**. São Paulo: É Realizações, 2011. 300p.

SEMIÃO, Sérgio Abdalla. **Os direitos do nascituro: aspectos cíveis, criminais e do biodireito**. 3. ed. Belo Horizonte: Del Rey, 2015. 214 p.

SILVA, Lígia Houglund. Suprema Corte dos EUA anula Roe versus Wade e põe fim ao direito constitucional ao aborto. **BBC News Brasil**, 24 jun. 2022. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-61929519>. Acesso em: 20 out. 2024.

STJ afasta estupro em relação de menina de 12 anos com homem de 20. Migalhas, São Paulo, 12 de março de 2024. Disponível em:

<<https://www.migalhas.com.br/quentes/403318/stj-afasta-estupro-em-relacao-de-menina-de-12-anos-com-homem-de-20>>. Acesso em: 30 set. 2024.

QUEIROZ, Paulo. **Crimes contra a honra e contra a Dignidade Sexual.** / Paulo Queiroz e Lilian Coutinho. 2. ed. rev., atual. e ampl. - São Paulo: Juspodivm, 2020

QUINTELA, Débora Françolin. **A direita bolsonarista: neoliberalismo, neoconservadorismo e a instrumentalização política da “família”.** Disponível em: < https://www.anpocs2020.sinteseeventos.com.br/trabalho/view?ID_TRABALHO=3612> Acesso em 30 set. 2024.

GT04

GÊNERO E VIOLÊNCIAS

Prof^a. Dra. Andréa Pacheco de Mesquita - UFAL

Prof^a. Dra. Márcia Tavares - UFBA

Prof^a. Dra. Cecília Sardenberg - UFBA

VIOLÊNCIA DOMÉSTICA CONTRA MULHERES: UM ESTUDO DOS REGISTROS POLICIAIS DA POLÍCIA MILITAR DE SERGIPE NO ANO DE 2023

Talita Silva Menezes¹

INTRODUÇÃO

A violência doméstica contra as mulheres é um problema social de grande magnitude, que afeta diretamente a vida de milhões de brasileiras, perpetuando ciclos de agressões físicas, psicológicas, morais, patrimoniais e sexuais. No Brasil, a Lei Maria da Penha (Lei 11.340/2006) foi um marco no reconhecimento e enfrentamento desse tipo de violência, oferecendo mecanismos para a proteção das vítimas e punição dos agressores. No entanto, sua efetividade depende de uma complexa rede de atuação, na qual as instituições de segurança pública, como a Polícia Militar, desempenham papel fundamental.

A violência contra a mulher não deve ser compreendida como um fator isolado, mas sim multidimensional, envolvendo fatores econômicos, sociais e culturais, como preconceito, discriminação, pobreza e transformações no mundo do trabalho (Saffioti, 2004; Connell, 1987). Vale pontuar também que essa problemática atinge todas as classes sociais, sem distinção, e que, apesar dos avanços no quesito denúncia, ainda é difícil para muitas mulheres denunciarem a violência que sofrem, especialmente no próprio domicílio, devido ao medo, à vergonha, às crenças religiosas, à dependência financeira e à expectativa de que o convivente possa mudar, encerrando o ciclo da violência (Blay, 2003). Desse modo, a desigualdade de gênero afeta as mulheres independentemente de cor, etnia, religião, idade ou condição social, manifestando-se em humilhações, estupro, ameaças, assédios sexuais e ofensas morais (Saffioti, 2004; Bourdieu, 1999).

É por meio da manipulação e do isolamento que os agressores buscam torná-las subordinadas, sustentando a ideia de que o homem, historicamente, é o chefe da casa e possuidor da força física, o que lhe permite impor e cobrar comportamentos “adequados” (Bourdieu,

¹ Mestranda pelo Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Sergipe.

1999). Conforme ressalta Bourdieu (1999) a dominação masculina, exerce uma “dominação simbólica” sobre todo o tecido social, corpos e mentes, discursos e práticas sociais e institucionais; (des)historiciza diferenças e naturaliza desigualdades entre homens e mulheres.

O poder, quando discutimos a questão da violência contra o gênero, pode ser exercido simbólica ou fisicamente. De acordo com Azevedo (1985), as relações entre os sexos são sempre mediadas pela representação simbólica da violência e, quando a dominação simbólica se mostra insuficiente, recorre-se à violência física. Reafirmando a leitura de Azevedo, escreve Saffioti (1987, p. 10) que “a violência física aparece, pois, como fator coadjutor no processo de simbolização do poder masculino”.

OS REGISTROS POLICIAIS DA POLÍCIA MILITAR DE SERGIPE

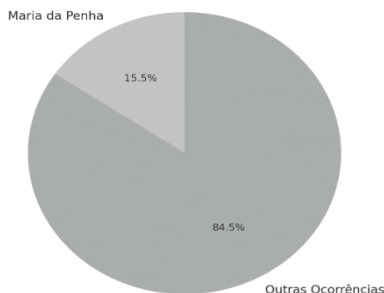
Os relatórios de ocorrência policial da Polícia Militar de Sergipe (PMSE) são documentos oficiais que registram intervenções e ações realizadas pela instituição em resposta a situações de crimes e infrações, incluindo a violência doméstica e familiar contra a mulher. Eles são fundamentais para compilar dados sobre a atuação da PMSE, oferecer subsídios para políticas de segurança pública e servir como base para processos judiciais ou administrativos.

Na PMSE, como em outras instituições de segurança pública, esses relatórios são padronizados, mas o que é inserido pode variar de acordo com o preparo e a sensibilidade dos agentes envolvidos. No caso da violência doméstica, essa sensibilidade pode ser impactada pelo *ethos* de masculinidade predominante no ambiente policial. Portanto, os relatórios não apenas documentam a ocorrência em si, mas também revelam muito sobre a postura da PMSE diante do fenômeno da violência de gênero.

Um ponto de destaque é o desafio que esses relatórios enfrentam ao capturar adequadamente a complexidade das relações íntimas de afeto, conforme previsto no artigo 5º da Lei Maria da Penha, algo que vai além da simples descrição dos eventos e envolve nuances emocionais e sociais que nem sempre são bem compreendidas ou relatadas.

Gráfico 01: Relatórios de ocorrência da Polícia Militar de Sergipe em 2023

Distribuição dos Relatórios de Ocorrência da PMSE em 2023



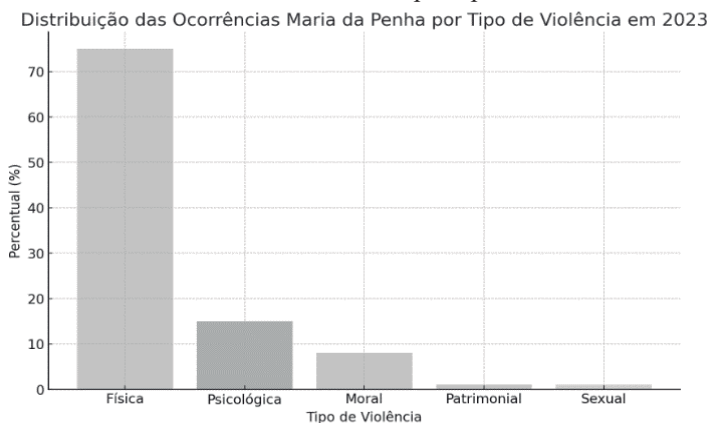
Fonte: Elaboração própria a partir dos Rops da PMSE, 2023.

No ano de 2023, foram confeccionados 19.979 (100%) relatórios de ocorrência policial (ROPs) na PMSE, destes 3.097 são de natureza Maria da penha, o que corresponde a 15% das ocorrências registradas, e manifesta a relevância e a gravidade da violência doméstica e familiar contra a mulher no estado. Esse percentual indica que uma parte significativa das intervenções policiais é destinada ao enfrentamento de crimes envolvendo agressões físicas, psicológicas, morais, patrimoniais e sexuais contra mulheres, perpetrados por parceiros ou ex-parceiros em contextos de relações íntimas de afeto.

No entanto, é possível que a violência doméstica contra a mulher ainda seja subnotificada, já que muitas vítimas podem não procurar ajuda ou registrar ocorrências por medo, dependência financeira, emocional, ou pela falta de confiança nas instituições. Assim, o percentual de 15% pode não representar todo o cenário da violência contra a mulher em Sergipe, indicando que o problema pode ser ainda maior.

A violência que afeta as mulheres independe de classe social, etnia ou religião e é perpetrada a partir das desigualdades e hierarquias de gênero assentadas em relações sociais fortemente marcadas pelo patriarcado. Assim, “a lógica patriarcal de gênero: o patriarca detém o “direito” à posse, inclusive sexual, de sua prole, especialmente da feminina, o que conta na defesa do uso da expressão violência contra a mulher” (Saffioti, 2004).

Gráfico 02: Ocorrências Maria da Penha por tipo de violência em 2023.



Fonte: Elaboração própria a partir dos ROP's da PMSE, 2023.

A violência física é uma das formas mais visíveis e devastadoras da violência doméstica, caracterizada por qualquer ação que cause danos corporal ou sofrimento físico à vítima (Brasil, 2006). Ela inclui agressões como tapas, socos, chutes, empurrões, estrangulamento, queimaduras, ferimentos com objetos cortantes ou armas, entre outros tipos de abuso que resultam em lesões físicas. Esse tipo de violência, por mais que seja o mais evidente, muitas vezes é o ápice de um ciclo de abuso que pode começar com violência psicológica, verbal ou ameaças. Em muitos casos, a violência física é acompanhada de outros tipos de violência, como a psicológica, sexual e patrimonial, criando um ambiente de terror para a vítima.

A ameaça é uma das formas mais comuns de violência doméstica e, embora não envolva agressão física direta, seus efeitos psicológicos podem ser profundos e duradouros. Quando um agressor faz ameaças, ele busca controlar e intimidar a vítima, usando o medo como ferramenta de dominação. Essa violência psicológica pode incluir a ameaça de causar dano físico, matar, ferir outros membros da família, ou destruir bens materiais. O impacto da ameaça na violência doméstica vai além do medo imediato. Ela frequentemente gera um ambiente de controle coercitivo, onde a vítima vive em constante estado de alerta, incerteza e vulnerabilidade.

Isso afeta a saúde mental, resultando em ansiedade, depressão e perda da autonomia pessoal. Mesmo sem evidências físicas, a ameaça pode justificar medidas protetivas, como afastamento do agressor. Em

suma, as ameaças na violência doméstica são uma poderosa forma de controle, cujo impacto é psicológico e emocional, desestabilizando a vítima e perpetuando o ciclo de violência. Combatê-las requer atenção das autoridades e proteção legal, além de apoio psicológico para as vítimas.

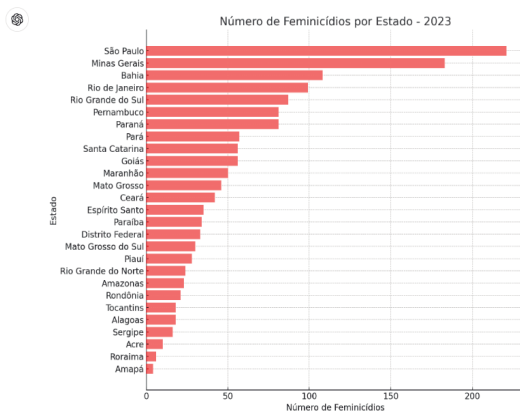
A violência moral é caracterizada por atitudes que visam desqualificar, humilhar ou menosprezar a mulher, afetando sua autoestima. Além disso, **Carrara** (2019) destaca a importância do reconhecimento dessa modalidade como uma violação dos direitos humanos, enfatizando que o impacto psicológico pode ser tão devastador quanto a violência física.

A violência patrimonial envolve a destruição, subtração ou controle dos bens e recursos da mulher, limitando sua autonomia financeira e social. Segundo **Arce** (2015) argumenta que essa forma de violência é frequentemente negligenciada nas discussões sobre violência de gênero, mas tem consequências significativas para a independência das mulheres.

A violência sexual abrange uma ampla gama de comportamentos que forcem a mulher a participar de atos sexuais contra sua vontade, incluindo estupro, assédio sexual e coerção. **Bourke** (2007) enfatiza que a violência sexual é uma questão de poder, onde o agressor busca afirmar sua superioridade e controle sobre a mulher.

A compreensão das diferentes formas de violência contra a mulher, como a violência moral, patrimonial e sexual, é fundamental para abordar a questão do feminicídio. O feminicídio é a forma mais extrema de violência de gênero, caracterizando-se pela morte de mulheres em razão de seu gênero, frequentemente perpetrada por parceiros ou ex-parceiros íntimos. De acordo com **Goldenberg** (2018), o feminicídio é resultado de uma sociedade que ainda tolera e reproduz práticas patriarcais, onde a vida das mulheres é desvalorizada.

Gráfico 03: Número de feminicídios consumados nas Unidades da Federação em 2023



Fonte: Elaboração própria a partir Anuário de Segurança Pública, 2024.

A análise dos dados de feminicídios por estado em 2023 revela um padrão alarmante de violência de gênero no Brasil, com diferenças regionais que merecem atenção. O número de feminicídios, que corresponde à morte de mulheres em razão de seu gênero, indica não apenas um grave problema de segurança pública, mas também uma questão estrutural enraizada em desigualdades de gênero, culturais e sociais.

Estudos mostram que a violência contra a mulher no Brasil é influenciada por fatores como a cultura machista e a normalização da violência nas relações de gênero (Ribeiro, 2018; Bourdieu, 1999). Além disso, a falta de políticas públicas eficazes e de articulação entre os órgãos de proteção às mulheres contribui para a persistência desse fenômeno (Machado, 2020). A Regionalização da violência de gênero também é discutida por pesquisadores como Santos (2021), que destacam como fatores socioeconômicos e culturais variam entre os estados, impactando as taxas de feminicídio.

CAPACITAÇÃO DOS POLICIAIS MILITARES DE SERGIPE

No estado de Sergipe, a Polícia Militar (PMSE) tem sido uma das principais instituições responsáveis pela execução de medidas de prevenção, intervenção e apoio às mulheres em situação de violência. A análise da atuação da PMSE nesse campo revela avanços importan-

tes, mas também evidencia desafios significativos na eficácia das ações implementadas.

No entanto, a eficácia da atuação da PMSE depende de uma série de fatores, entre os quais se destaca a capacitação dos policiais. Conforme apontado por Saffioti (2004), a violência contra a mulher está enraizada em estruturas patriarcais que permeiam as relações sociais e institucionais, incluindo as corporações policiais. Portanto, a formação contínua e com perspectiva de gênero é crucial para que os policiais estejam aptos a reconhecer as múltiplas formas de violência, que vão além da agressão física, abrangendo também a violência psicológica, sexual, patrimonial e moral.

Nesse sentido, a Polícia Militar de Sergipe tem investido em treinamentos específicos para lidar com casos de violência contra a mulher. No entanto, é necessário avaliar se esses treinamentos têm sido oferecidos com a frequência adequada e se, de fato, estão capacitando os policiais para agir de maneira empática, eficaz e coordenada com a rede de proteção. A criação de protocolos específicos de atendimento, a sensibilização dos agentes e a articulação com serviços especializados, como os Centros de Referência de Atendimento à Mulher (CRAM), são aspectos que devem ser considerados nessa análise.

O Curso de Capacitação de Policiais Militares para atendimento as mulheres em situação de violência doméstica e familiar realizado pela Polícia Militar de Sergipe tem como objetivo geral oferecer atualização de conceitos e aquisição de novos conhecimentos na área de Segurança Pública para atendimento de as mulheres vítimas de violência doméstica e familiar. Traz como objetivos específicos:

1. Realizar o alinhamento de informações referentes à prevenção e enfrentamento a violência contra a mulher;
2. Promover a sensibilização do efetivo nesta temática;
3. Conhecer os conceitos, leis e jurisprudências afetas ao tema violência doméstica e familiar contra a mulher;
4. Habilitar os Policiais Militares a realizar um atendimento e apoio mais qualificado nas ocorrências envolvendo mulheres vítimas de violência doméstica;
5. Capacitar o efetivo para fiscalização das medidas protetivas de urgência exaradas pelo judiciário;
6. Habilitar os participantes do curso para multiplicar os conhecimentos necessários para o enfrentamento a violência doméstica e familiar contra mulher a partir dos princípios constitucionais da igualdade de gênero;

7. Demonstrar a importância da igualdade de gênero, prevista na
8. Constituição Federal;
9. Garantir um policiamento ético e humanizado às mulheres.

Esses objetivos visam criar um ambiente de atendimento que priorize a dignidade e a segurança das vítimas. A sensibilização e o alinhamento de informações são fundamentais para promover uma cultura de empatia dentro da corporação, essencial para que as mulheres se sintam confortáveis ao buscar ajuda (Machado, 2020). Ao mesmo tempo, a ênfase no conhecimento das leis e na fiscalização das medidas protetivas assegura que as ações dos policiais estejam alinhadas ao marco legal, aumentando a efetividade das intervenções.

Em suma, a interconexão entre esses objetivos destaca a necessidade de uma abordagem integral que aborde não apenas a legislação, mas também a sensibilização e o atendimento humanizado (Machado, 2020). Essa estrutura visa transformar a forma como a polícia lida com a violência de gênero, contribuindo para um ambiente mais seguro e acolhedor para as vítimas. A formação proposta é, portanto, um passo crucial na construção de uma resposta institucional mais eficaz e ética, alinhada aos princípios de igualdade e direitos humanos.

Quadro 01: Grade Curricular do curso de capacitação de Enfretamento a violência doméstica

DISCIPLINA	CARGA HORÁRIA
Especificidades e panorama geral da situação de violência doméstica e familiar contra mulher no Brasil.	03 HORAS
Aspectos transversais da lei 11.340/2006- Lei Maria da Penha.	05 HORAS
Relações interpessoais e escuta ativa pelos profissionais de segurança pública para um atendimento não revitimizador.	02HORAS
Protocolo de atendimento policial às vítimas de violência doméstica -RMP	10 HORAS
Técnica Policial na perspectiva da Ronda Maria da Penha.	10 HORAS
Rede de enfrentamento a violência doméstica e familiar.	05 HORAS
Aulas práticas de visita às mulheres assistidas	05 HORAS

Fonte: Elaboração própria a partir da grade do curso de capacitação enfrentamento a violência doméstica da PMSE

A carga horária dedicada ao tópico **Especificidades da violência doméstica**: (3 horas) é crucial, pois oferece uma visão geral sobre

o fenômeno, permitindo que os policiais compreendam as nuances e a gravidade da violência de gênero no contexto brasileiro. Já o tópico **Aspectos da Lei Maria da Penha** com (5 horas) é mínimo, pois esta disciplina é fundamental para o fortalecimento do conhecimento jurídico, permitindo que os policiais atuem de acordo com as diretrizes legais e garantam a proteção das vítimas.

A proposta curricular apresenta um modelo integrado e fundamentado que visa não apenas a capacitação técnica, mas também a transformação cultural dentro das forças de segurança. Esse enfoque é vital para o enfrentamento eficaz da violência de gênero e para a promoção de um atendimento que respeite e proteja os direitos das mulheres.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Analisar as ocorrências registradas pela Polícia Militar de Sergipe, com foco nas dinâmicas de violência doméstica, os tipos de violências, e as respostas institucionais adotadas pela PMSE, tem como motivação a necessidade de compreender como as políticas públicas são aplicadas na prática e quais são as barreiras e desafios enfrentados na proteção das vítimas de violência doméstica. A análise dos relatórios de ocorrência é fundamental para identificar padrões de comportamento, tipos de violência prevalentes, e a eficácia das intervenções policiais.

É fundamental que a polícia ofereça um atendimento diferenciado e preferencial às mulheres vítimas de violência, compreendendo a complexa dinâmica em que essas mulheres estão inseridas. Para isso, é essencial que os policiais possuam sensibilidade de gênero, considerando os aspectos psicossociais e a construção histórica das relações de gênero. Essa abordagem permitirá que os policiais identifiquem as medidas mais adequadas a serem tomadas para proteger as vítimas. Portanto, é crucial a capacitação contínua de policiais civis e militares, visando à sensibilização de gênero, o que pode ser determinante na prevenção de casos extremos, como o feminicídio.

Deste modo, a pretensão é colaborar para as políticas de combate à violência doméstica praticada contra as mulheres, não só aprofundar a compreensão do problema, mas também pensar o desenvolvimento de políticas e estratégias mais eficazes para combatê-lo. Acreditamos que os resultados deste artigo possam auxiliar nas políticas públicas voltadas ao combate da violência contra a mulher. Particularmente os resultados da pesquisa poderão contribuir com novos conhecimentos e abordagens para o trabalho da Polícia Militar de Sergipe, com relação a lei Maria da Penha no atendimento de denúncias de violência doméstica

Em síntese, evidenciam a relevância e urgência do tema, propondo uma análise detalhada e crítica dos dados coletados. Através dessa investigação, espera-se proporcionar uma contribuição significativa para o entendimento das dinâmicas de violência doméstica em Sergipe e para a formulação de estratégias mais eficazes de enfrentamento.

REFERÊNCIAS

ARCE, D. K. *Violência Patrimonial e suas Implicações nas Relações de Gênero*. Revista de Estudos Feministas, 2015.

AZEVEDO, M. *A Violência e a Mulher: Um Estudo sobre a Relação entre Gênero e Violência*. São Paulo: Editora Brasiliense.1985.

BLAY, E. A. *Violência contra a mulher e políticas públicas*. São Paulo: Editora Unesp, 2003.

BOURKE, J. *Rape: A History from 1860 to the Present Day*. London: Virago Press.2007.

BOURDIEU, P. *A dominação masculina*. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil. 1999.

BRASIL. Lei nº 11.340 de 7 de agosto de 2006. Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher. Brasília, DF: Presidência da República, Casa Civil, 2006. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111340.htm. Acesso em: 30 set. 2024.

CARRARA, S. *Violência contra as Mulheres: Uma Questão de Direitos Humanos*. São Paulo: Editora UNESP.2019.

CONNELL, R. W. *Gender and Power: Society, the Person, and Sexual Politics*. Stanford: Stanford University Press, 1987.

GOLDENBERG, M. *Maternidade e Feminismo: A luta pelo direito de ser mulher*. Rio de Janeiro: Editora Record.2018.

MACHADO, L. *Políticas Públicas e Violência de Gênero*. São Paulo: Editora UNESP.2020

RIBEIRO, D. *Cultura e Violência de Gênero: Uma Análise Sociológica*. Belo Horizonte: Autêntica. 2018

SAFFIOTI, H. I. B. *Gênero, patriarcado, violência*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004.

SANTOS, R. *Feminicídios no Brasil: Uma Análise Regional*. Curitiba: Editora UFPR. 2021.

UMA ANÁLISE DA VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER NO ESTADO DO MARANHÃO E AS POLÍTICAS PÚBLICAS PARA O COMBATE À VIOLÊNCIA DE GÊNERO

Ana Paula Lindoso Soares
Zulimar Márita Ribeiro Rodrigues

INTRODUÇÃO

Nos últimos anos, a violência contra a mulher vem sendo debatida com mais intensidade na televisão, internet, redes sociais, o que causa a sensação em algumas pessoas, de que esse fenômeno é algo recente, mas infelizmente é um problema que ultrapassa gerações, o que de fato é algo novo, é justamente a discussão para a prevenção dos diversos tipos de violência que a mulher está submetida, já que durante anos, as brigas de casais eram vistas como algo particular, e que as pessoas de fora do núcleo familiar, não deveriam se envolver. De acordo com Ibarra-García (2014), as situações extremas que se tornam em feminicídios, se constituem em um sério problema dentro da sociedade, e, portanto, deixa de ser “privado” e passa a ser um problema público.

As agressões físicas, ofensas sexuais e os abusos psicológicos, estão se tornando cada vez mais frequentes no cotidiano das brasileiras, sem deixar de citar também o crescimento alarmante do assédio sexual, tanto no trabalho como no transporte público, é o que aponta a 4ª edição da pesquisa *Visível e invisível: a vitimização de mulheres no Brasil* pesquisa publicada pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP) em 2023, ao relatar que quase 30% das brasileiras sofreram algum tipo de agressão ou violência em 2022 (Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2023, p. 21).

As estatísticas apontam que a violência contra mulher tem crescido nos últimos anos, de acordo com o Atlas da Violência (2023, p. 42), entre os anos de 2011 e 2021, mais de 49 mil mulheres foram assassinadas no Brasil, mesmo diante desse número alarmante, ainda existe um grande desconhecimento sobre a violência de gênero em nosso país, é necessário que haja um interesse do governo em produzir uma pesquisa em nível nacional domiciliar com amostragem aleatória, amostragem robusta e com requisitos metodológicos necessários para que as

entrevistas pudessem relatar verdadeiramente os fatos sobre esse tema delicado. A percepção que temos é de que muitas mulheres ainda têm receio de formalizar uma denúncia, seja por medo, vergonha, ou por achar que o seu parceiro pode mudar o comportamento, dessa forma, muitos casos de violência contra as mulheres não chegam ao conhecimento das autoridades.

O Atlas da Violência (2023, p. 42), aponta três hipóteses possíveis para o crescimento da violência contra as mulheres nos últimos anos, a primeira destaca uma significativa redução do orçamento público federal, no governo Bolsonaro o orçamento para as políticas públicas de enfrentamento a violência contra as mulheres tiveram uma redução de 94%, em segundo lugar o radicalismo político, associado ao conservadorismo, que reforça valores do patriarcado podem ter contribuído para o crescimento da violência de gênero.

A terceira hipótese destacada pelo Atlas da Violência (2023, p. 42) que serviu como estímulo para a propagação da violência contra a mulher, foi a pandemia da Covid-19, já que os serviços de proteção tiveram restrição nos seus horários de funcionamento, menor controle social da violência ocasionado pelo isolamento, crescimento dos conflitos já que as famílias passaram a conviver por mais tempo juntos, crescimento da separação de casais, e a perda econômica relativa das mulheres nas famílias. O isolamento social reforçou a vulnerabilidade que as mulheres estão expostas, principalmente as mais pobres, que precisaram conciliar o cuidado com as crianças e as tarefas domésticas, além disso, as mulheres foram as que mais perderam postos de trabalho, de acordo com o Atlas da Violência (2023, p. 42), “dos 825,3 mil postos de trabalho perdidos, 71,2 % eram ocupados por mulheres”.

Segundo o Anuário Brasileiro de Segurança Pública (ABSP, 2024), os dados referentes aos anos de 2022 e 2023, apontam que a violência contra a mulher continua em ascensão, entre os registros com vítimas mulheres estão o homicídio e feminicídio, nas modalidades tentadas e consumadas, violência doméstica, ameaça, perseguição (*Stalking*), violência psicológica e estupro, as taxas são calculadas a partir dos dados extraídos dos boletins de ocorrência, acionamentos da Polícia Militar e dados do Judiciário sobre Medidas Protetivas de Urgência (MPU).

Identificar que está sendo vítima muitas vezes é difícil, e romper com o ciclo da violência não é uma tarefa fácil para a maioria das mulheres, já que a violência não começa diretamente com as agressões, atitudes que no início do relacionamento, são vistas como cuidado do

parceiro e demonstrações de amor, como o ciúme, na verdade são apenas o início do ciclo. A contextualização dos dados a nível nacional, nos induziu a discussão sobre a violência contra a mulher no Estado do Maranhão. Buscar a compressão do problema da violência no Maranhão poderá contribuir com o enfrentamento através das pesquisas acadêmicas e fortalecimento das políticas públicas.

OBJETIVOS

Esta pesquisa tem como objetivo analisar os dados sobre a violência contra a mulher no Estado do Maranhão entre os anos de 2022 e 2023, bem como fazer uma breve avaliação das políticas públicas de combate ao enfrentamento da violência de gênero no cenário maranhense.

MÉTODOS E TÉCNICAS

De acordo com Sposito (2004, p. 23), é preciso definir o método científico, antes de se pensar a pesquisa, este autor define o método como um instrumento intelectual e racional que possibilita o entendimento da realidade objetiva pelo investigador, quando este pretende fazer uma leitura dessa realidade e ao mesmo tempo estabelecer verdades científicas para sua interpretação. Desse modo, utilizamos o método Dedutivo com abordagem qualitativa, pois a partir dos dados secundários, será possível analisar como está o avanço da violência contra as mulheres no estado do Maranhão.

Os dados secundários utilizados neste trabalho, são do Anuário Brasileiro de Segurança Pública (ABPS, 2024); Atlas da Violência (2023) e do Fórum Brasileiro de Segurança Pública (2023) que trazem um panorama dos índices das diversas criminalidades enfrentadas no Maranhão entre os anos de 2022 e 2023. Depois de tratados os dados, os resultados foram representados a partir de gráficos, mapas e tabelas, a partir dos softwares Microsoft® Excel®. Para a produção do mapa, utilizamos o Sistema de Informação Geográfica, especificamente o programa Qgis 3.2.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Analisando os números de feminicídios no estado a partir de 2015, ano em que a lei do feminicídio entrou em vigor no Brasil, o

menor número de casos registrados foi em 2018, a partir de então é possível notar o crescimento dessa criminalidade, alcançando números expressivos em 2020 e 2022, conforme a (Tabela 01).

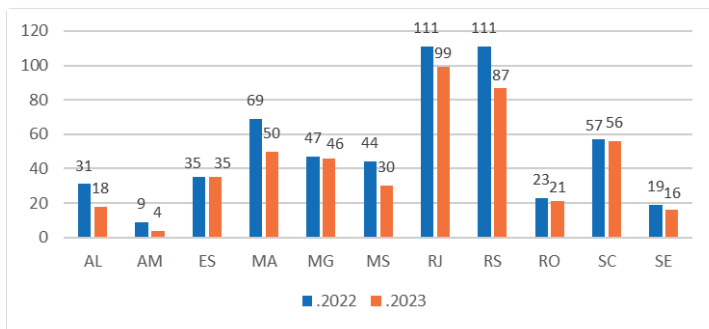
Tabela 01: Série histórica de feminicídios no Maranhão (2015-2023)

2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023
-	-	51	45	51	65	58	69	50

Fonte: Adaptado do painel de violência contra a mulher – FBSP (2024).

Diante do crescimento da violência contra a mulher a nível nacional, alguns estados, apresentaram diferentes cenários nos registros de feminicídio, ilustrado no (Gráfico 1). No Maranhão em 2022 foram registrados 69 casos, no ano seguinte temos um total de 50 mulheres vítimas de feminicídio, desse modo a redução foi 27,5%. Em 2022, o estado ocupava a 6ª posição entre as unidades da federação com maior número de feminicídio, sua taxa nesse ano foi de 2%, com 19 casos a menos em 2023, o Maranhão passou para a 17ª posição, e seu índice percentual foi de 1,5%. Mesmo apresentando redução, a taxa do Maranhão ainda está acima da média brasileira que é de 1,4%.

Gráfico 01: Estados brasileiros e registros de feminicídio.



Fonte: ABSP, 2024. Elaboração: Autoras, 2024.

Apesar dessa redução significativa para o crime de feminicídio, devemos alertar o aumento de 3,1% nos registros de homicídio de mulheres entre os anos de 2022 e 2023, o Maranhão saiu da 21ª posição em 2022, para a 15ª no ano seguinte entre os estados do Brasil com maiores taxas de homicídios de mulheres. Atualmente, a taxa dessa criminalidade no estado é maior que a nacional foram 3,9% de mulheres mortas no

Maranhão em 2023, a taxa do Brasil de 3,8% se manteve estável entre os anos de 2022 e 2023.

Quando analisamos os dados referentes a taxa de homicídios de mulheres entre os estados do Nordeste, em 2022 o Maranhão ocupava a 8ª posição, indo para o 5º lugar em 2023. A tentativa de homicídio teve uma variação de 1,1%, entre 2022 e 2023, porém a tentativa de feminicídio teve uma variação de 34,1%, foram 44 casos registrados em 2022 e 59 registros em 2023, conforme ilustrado na (Tabela 02).

Tabela 02: Relação dos crimes praticados contra a mulher no Maranhão.

MARANHÃO	2022	2023
Homicídio	130	134
Feminicídio	69	50
Tentativa de homicídio	261	264
Tentativa de feminicídio	44	59
Violência doméstica	2.225	1.900
Ameaça	19.973	20.869
Perseguição (Stalking)	723	840
Violência psicológica	743	1.260
Estupro	456	436
Estupro de vulnerável	1.571	1.562
Total	26.195	27.374

Fonte: ABSP, 2024. Elaboração: Autoras, 2024.

Desse modo, o crescimento desses números aponta que a criminalidade contra a mulher em nosso estado está em ascensão, assim como no Brasil, mesmo apresentando queda nos registros de feminicídio, estupro, estupro de vulnerável e violência doméstica. Para a violência doméstica, os dados revelam que em 2023, o Maranhão apresentou uma redução de 14,6%, o que em números absolutos, somam um total de 1.900 casos, já no Brasil, os casos cresceram 9,8% nesse mesmo ano.

Os crimes de estupro apresentaram uma redução de 4,4%, o que representa 20 casos a menos em 2023, o estupro de vulnerável², teve

² De acordo com a lei nº 12.015/2009, Art.217-A, é considerado Estupro de vulnerável, ter conjunção carnal ou praticar outro ato libidinoso com menor de 14 anos. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/12015.htm. Acesso em: 09 setembro de 2024.

uma modesta redução foram 1.571 casos em 2022, já em 2023 apresentou um total de 1.562 casos registrados, o que representa 0,6%. De acordo com o Anuário Brasileiro de Segurança Pública (ABSP, 2024, p. 160), em 2023 o Brasil atingiu o infeliz recorde de estupros e estupros de vulneráveis consumados, foram 83.988 vítimas, a cada 6 minutos é registrado um crime de estupro no Brasil.

As criminalidades de Ameaça, Perseguição (Stalking) e Violência psicológica, também cresceram em todo o estado, as três somadas chegaram ao total de 22.969 vítimas em 2023. Esses crimes estão interligados, já que as ameaças iniciam quando a mulher decide pôr fim ao relacionamento abusivo, em seguida a mulher passa a ser perseguida no trabalho, locais públicos e redes sociais, ao mesmo tempo acontece a violência psicológica, quando o homem passa a ter atitudes que diminuem a autoestima e a saúde mental dessa vítima.

As ameaças cresceram 4,5% em relação a 2022, o elevado índice dessas criminalidades só confirmam o quanto a violência contra a mulher está enraizada em nossa sociedade, isso é um fato e não há como discordar, mas é necessário chamar a atenção para um ponto muito importante, o crescimento das denúncias relacionadas ao crimes de Ameaça, Perseguição (Stalking) e Violência psicológica é também um indício de que essas mulheres estão começando a perceber que estão sendo vítimas de violência no início do ciclo, e isso é importante para prevenção dos crimes de feminicídio.

Segundo o ABSP (2024, p.147), não foram disponibilizados os dados informando se as vítimas de feminicídio no Maranhão entre os anos de 2022 e 2023, estavam ou não com medidas protetivas vigentes no ato do crime, elas podem ser efetivas para prevenir novas formas de violência, mas precisam ser combinadas com outras estratégias de enfrentamento, como o acompanhamento realizado pela Patrulha Maria da Penha, sobre o cumprimento das medidas, e a integração dos órgãos de justiça e segurança, de modo que essa mulher possa contar com uma rede apoio. Infelizmente, muitas mulheres acabam desistindo das Medidas Protetivas, por acreditarem na mudança de comportamento do seu companheiro, e é nesse momento que a vítima não está mais sob a proteção do estado, que o crime de feminicídio pode acontecer.

É importante lembrar, que os dados divulgados, são apenas uma parte do que chega ao conhecimento das secretarias de segurança pública, estima-se que o número de mulheres que já sofreram ou estão enfrentando algum tipo de violência é muito maior, principalmente, pela falta de conhecimento, como já foi mencionado, o machismo ainda está

enraizado em nossa sociedade, e muitas atitudes violentas infelizmente ainda são naturalizadas.

POLÍTICAS PÚBLICAS DE COMBATE À VIOLÊNCIA DE GÊNERO NO MARANHÃO

Quando se fala em políticas públicas de enfrentamento a violência contra a mulher, é impossível não citar a Lei nº 11.340/2006, popularmente conhecida como lei Maria da Penha, por ser um marco importante para o enfrentamento e prevenção desse fenômeno que tanto envergonha o nosso país. No art. 10-A desta Lei, garante como direito da mulher em situação de violência doméstica e familiar, o atendimento policial e pericial especializado prestado preferencialmente por servidores do sexo feminino.

Em 2015, no governo de Dilma Rousseff, é instalado o Projeto Casa da Mulher Brasileira, com o objetivo de prestar um atendimento humanizado e concentrar no mesmo local, diversos serviços de atendimento as mulheres em situação de violência, entre eles: Delegacia Especial de Atendimento à Mulher; Juizado; Defensoria Pública, Promotoria, Equipe psicossocial e de Orientação para inclusão financeira, entre outros. A sugestão de sua criação partiu da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI), quando investigou a situação da violência contra a mulher no Brasil em 2013, sua primeira unidade foi inaugurada na cidade de Campo Grande/MS, em 2015 (Brasil, 2015, n.p).

Atualmente, apenas oito Casas da Mulher Brasileira estão em funcionamento, e estão localizadas em: Campo Grande (MS); Curitiba (PR); Fortaleza (CE); São Paulo (SP); Boa Vista (RR); Ceilândia (DF); São Luís (MA); Salvador (BA). Em 2017, a Lei nº 13.505, acrescenta a lei Maria da Penha alguns dispositivos, no qual destacamos o art. 12-A, onde está especificado que cabe aos Estados e o Distrito Federal como política pública e plano de atendimento à mulher em situação de violência doméstica e familiar à criação de Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher (Deams), Núcleos Investigativos de Feminicídio e de equipes especializadas para o atendimento e a investigação de violências graves contra a mulher (BRASIL, 2017, n.p).

No Maranhão, a Casa da Mulher Brasileira (CMB), oferece os seguintes serviços: Núcleo de Defesa da Mulher e da População LGBT+ da Defensoria Pública, 2ª Vara de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher (TJMA), Promotoria da Mulher (MP-MA), Alojamento de Passagem (com atuação da Guarda Municipal), Coordenação (Secreta-

ria de Estado da Mulher), Patrulha Maria da Penha, Departamento de Feminicídio, Delegacia da Mulher, Coordenadoria Estadual das Delegacias Especiais da Mulher, Centro de Referência em Atendimento à Mulher Vítima de Violência e Biblioteca Maria da Penha.

O projeto Casa Itinerante, lançado pela Casa da Mulher Brasileira, tem como objetivo percorrer os bairros da grande ilha levando informação sobre os mecanismos de proteção as vítimas de violência doméstica e familiar, os atendimentos disponibilizados e a aplicação das Medidas Protetivas de Urgência (Governo do Maranhão, 2024, n.p).

A Defensoria Pública do Estado do Maranhão, através do projeto “Te Alui Mulher”, tem percorrido os bairros de São Luís - MA, entre as atividades direcionadas as mulheres são ofertadas oficinas de currículo e cadastro no Sistema Nacional de Emprego (SINE), orientação da Patrulha Maria da Penha, serviços de saúde e assistência social, troca de lâmpadas, atualização do Tarifa Social Baixa Renda e roda de conversa do projeto da DPE/MA “Eu e Ela: Repensando o gênero” (DPE/MA, 2024, n.p). Esse projeto leva informação e dignidade para as mulheres que vivem em vulnerabilidade, a primeira edição, aconteceu no Anjo da Guarda, um dos bairros na capital que apresenta elevados índices de violência doméstica.

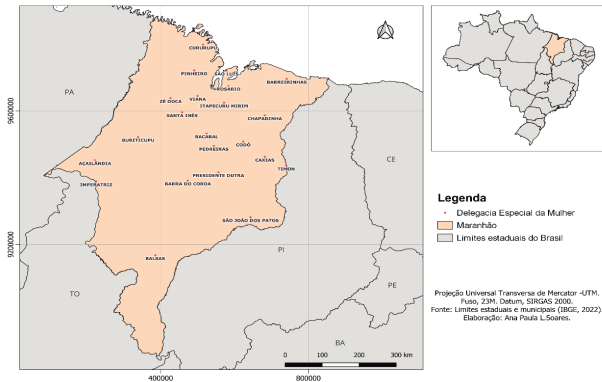
Dentre as políticas públicas para o enfrentamento à violência contra a mulher destacamos o Programa Aluguel Maria da Penha, instituído através da Lei Estadual nº 11.350/2020, regulamentada pelo Decreto nº 36.340/2020, com a finalidade de custear a moradia de mulheres vítimas de violência doméstica e que estejam impedidas de retornarem ao seu lar por ainda correrem o risco de morte, sofrimento físico, sexual, psicológico, e dano moral ou patrimonial, poderão ter sua moradia custeada pelo programa.

Em 2022 o governo do estado fez o lançamento do III PLANO ESTADUAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS PARA AS MULHERES DO MARANHÃO, nele são apresentadas as propostas de políticas públicas para a melhoria de vida e empoderamento das mulheres maranhenses, até o ano de 2026 (Maranhão, 2022, p. 09). Entre as diversas ações propostas para o enfrentamento a todas as formas de violência contra as mulheres, destacamos aqui a implantação da Casa da Mulher Brasileira em São José de Ribamar, e da Casa da Maranhense em Barreirinhas e Caxias.

Uma das unidades propostas pelo plano já foi implantada, a Casa da Mulher Maranhense de Caxias, outras duas unidades estão em funcionamento no estado uma no município de Imperatriz e a outra em

Itapecuru-Mirim. Quanto as Delegacias da Mulher, atualmente apenas 22 estão em funcionamento no estado, levando em consideração que o Maranhão possui 217 municípios, esse número ainda está muito abaixo da necessidade, na (Figura 01) é possível visualizar os municípios em que elas estão localizadas.

Figura 01: Localização das Delegacias da Mulher no Maranhão.



Fonte: IBGE, 2022. Elaboração: AUTOTAS, 2024.

De acordo com o censo realizado em 2022, o número de mulheres que vivem no Maranhão corresponde a 50,9 % (3.446.843), ou seja, mais da metade da população maranhense (IMESC, 2022, p.12). Visualizando a espacialização das delegacias da mulher nos municípios do estado e ao mesmo tempo o crescimento da população feminina, temos a noção do quanto ainda precisamos investir na segurança da mulher, visto que a violência de gênero cresce ano após ano, mesmo apresentado uma pequena redução em alguns índices, é sempre bom reforçar que muitos casos ainda são subnotificados, ou seja, não chegam ao conhecimento dos órgãos de segurança pública.

Desse modo, é de extrema importância que as ações de prevenção e combate a todas as formas de violência contra a mulher, sejam levadas a todos os municípios do estado do Maranhão, desse modo as mulheres que vivem em comunidade distantes, onde muitas vezes falta o básico, como acesso a saúde e educação, tenham a oportunidade de transformar as suas vidas através das políticas públicas, que elas possam ter acesso à informação, já que muitas vivem em relacionamentos abusivos e nem se dão conta. Infelizmente em menos de dez meses, o Maranhão já ultrapassa o número de feminicídios registrados durante

todo o ano de 2023, já são 52 casos, 9 em São Luís, e os demais praticados no interior do estado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Maranhão em 2023 apresentou redução nos casos de feminicídio, violência doméstica, estupro e estupro de vulnerável. Entretanto, os registros de homicídio, tentativa de homicídio, tentativa de feminicídio, ameaça, perseguição (Stalking) e violência psicológica, cresceram em comparação a 2022. Portanto, mesmo apresentando redução nos registros em algumas modalidades de crimes, devemos levar em consideração que muitos casos ainda são subnotificados, e o número de Delegacias Especiais da Mulher, ainda está muito abaixo da necessidade, já que o estado possui 217 municípios e apenas 22 delegacias em funcionamento. Assim, as ações realizadas pela Casa da Mulher Brasileira e Defensoria Pública, associadas ao III Plano Estadual de Políticas Públicas para as Mulheres do Maranhão, são extremamente necessárias para o combate à violência de gênero, já que os números de feminicídios em 2024 no estado, em menos de dez meses, já ultrapassaram os registros de 2023.

Destarte, a redução nos casos de feminicídios e o crescimento do homicídio de mulheres no Maranhão, nos dois anos analisados, levanta um questionamento, o que podemos fazer para reduzir ou eliminar a violência contra as mulheres? São questionamentos que precisam ser considerados, para que de fato possamos investir em políticas públicas eficientes ao combate da violência de gênero. Mas, considera-se, sobretudo, a necessidade de maior investimento em pesquisas multidisciplinares e as discussões e ações interinstitucionais, pois o problema da violência contra as mulheres é cultural, complexo e deve ser investigado e combatido através da participação de diferentes setores institucionais e escalas administrativas.

REFERÊNCIAS

ANUÁRIO BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA 2024. São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, ano 18, 2024. ISSN 1983-7364. Disponível em: <https://publicacoes.forumseguranca.org.br/items/f62c4196-561d-452d-a2a8-9d33d1163af0>. Acesso em: 20 set 2024.

BUENO, Samira et al. Visível e invisível: a vitimização de mulheres no Brasil. 4. ed. São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2023. Relatório. Disponível em: <https://publicacoes.forumseguranca.org.br/handle/123456789/224>. Acesso em: 20 set 2024.

BRASIL, 2006. LEI Nº 11.340, DE 7 DE AGOSTO DE 2006. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111340.htm. Acesso em: 12 agosto 2024.

BRASIL, 2015. Senado Federal. Procuradoria Especial da Mulher. Dilma Rousseff inaugura a primeira Casa da Mulher Brasileira. Brasília, DF: Senado Federal, 2019. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/institucional/procuradoria/comum/dilma-rousseff-inaugura-a-primeiracasadamulherbrasileira#:~:text=A%20constru%C3%A7%C3%A3o%20das%20Casas%20foi,no%20Congresso%20Nacional%20em%202013>. Acesso em: 22 set 2024.

BRASIL, 2017. LEI Nº 13.505, de 8 de novembro de 2017. DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO. Presidência da República Casa Civil Subchefia para Assuntos Jurídicos. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2017/Lei/L13505.htm#art2. Acesso em: 22 set 2024.

CERQUEIRA, Daniel; BUENO, Samira (coord.). Atlas da violência 2023. Brasília: Ipea; FBSP, 2023. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/publicacoes/250/atlas-da-violencia-2023>. Acesso em: 20 set 2024.

Defensoria Pública do Estado do Maranhão. DEFENSORIA PÚBLICA REALIZA ATENDIMENTOS NA PRIMEIRA EDIÇÃO DO PROJETO “TE ALUI, MULHER” NO ANJO DA GUARDA. Disponível em: <https://defensoria.ma.def.br/dpema/portal/noticias/8362/defensoria-publica-realiza-atendimentos-na-primeira-edicao-do-projeto-te-alui-mulher-no-anjo-da-guarda>. Acesso em: 15 out 2024.

GOVERNO DO MARANHÃO. Agência de notícias. Parte superior do formulário

Parte inferior do formulário

Casa da Mulher Brasileira lança projeto itinerante neste sábado (27). Maranhão, MA. Disponível em: <https://www.ma.gov.br/noticias/casa-da-mulher-brasileira-lanca-projeto-itinerante-neste-sabado-27>. Acesso: 22 set 2024.

IBARRA-GARCÍA, María Verónica. Del circuito espacial da la violên-
cia feminicida a la red de prevención y erradicación de ésta. In: SILVA,
Maria das Graças Silva Nascimento; SILVA, Joseli Maria (Orgs.). *In-
terseccionalidades, gênero e sexualidades na análise espacial*. Ponta
Grossa (PR): Todapalavra, 2014. p. 267-282.

MARANHÃO. Governo do Estado. III Plano Estadual de Políticas Pú-
blicas para as Mulheres do Maranhão 2022-2026. São Luís: Secretaria
de Estado da Mulher, 2022.

SPOSITO, Eliseu Savério. Geografia e filosofia: contribuição para o
ensino do pensamento geográfico/ Eliseu Savério Spósito. – São Paulo:
Editora UNESP, 2004.

SEGURANÇA PÚBLICA E VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER: A EXPERIÊNCIA DA PATRULHA MARIA DA PENHA NO MUNICÍPIO DE ARACAJU/SE

Talita Silva Menezes¹

INTRODUÇÃO

Apresenta-se como objeto de estudo “Segurança pública e violência contra a mulher, a partir da experiência da Patrulha Maria da Penha no município de Aracaju/SE”. Trata-se de um objeto de estudo relacionado com a reprodução patriarcal e machista praticada na sociedade no decorrer do tempo, que tem por finalidade oprimir as mulheres, traz na sua origem a desigualdade e a opressão do gênero² feminino, ou seja, estruturante da sociedade. São perceptíveis as diferenças entre os gêneros, já que o homem é ratificado como o macho detentor do poder, mesmo diante das lutas feministas e de movimentos de mulheres na busca pelos seus direitos.

De acordo com o Atlas da Violência (2019), onde se analisou a violência contra a mulher na década (2007-2017) houve um crescimento de feminicídio³ no Brasil de 30,7%, cerca de 13 mulheres morreram por dia no ano de 2017, o maior número registrado desde 2007. Considerando o período decenal, ocorreu um aumento de 20,7% na taxa nacional de homicídios de mulheres⁴ quando a mesma passa de 3,9 para 4,7 mulheres assassinadas por grupo de 100 mil mulheres. Fazendo o recorte para o estado de Sergipe, apresentou uma taxa de 6,5 homicídios femininos a cada 100 mil mulheres no ano de 2017, totalizando 69 mulheres mortas no referido ano.

1 Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social (PROSS) da Universidade Federal de Sergipe.

2 “Gênero é um elemento constitutivo das relações sociais baseado em diferenças percebidas entre os sexos, e gênero é a maneira primordial de significar relações de poder” (Saffioti, 1992, p. 197).

3 A que se refere a Lei Nº 13.104, de 9 de março de 2015. Altera o art. 121 do Decreto-Lei nº2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal, para prever o feminicídio como circunstância qualificadora do crime de homicídio, e o art. 1º da Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990, para incluir o feminicídio no rol dos crimes hediondos (Brasil, 2015, Perâmbulo).

4 Mesmo com a supracitada lei, o Atlas da Violência (2019, 2020) refere-se ao feminicídio como homicídio de mulheres, isso demonstra como o Patriarcado ainda é enraizado nas instituições de Segurança Pública.

O “Atlas da Violência” (2019) aponta que a taxa de homicídio de mulheres dentro de casa é 40% maior do que fora da residência. Durante a pandemia do Covid-19⁵, onde as pessoas encontram-se em isolamento social para tentar minimizar a circulação do vírus, o número de feminicídios no país cresceu 22,2% entre os meses de março e abril de 2020, em 12 estados brasileiros em relação ao mesmo período de 2019, segundo um levantamento feito pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública (2020). Isso comprova que os atos de violência contra a mulher, na maioria das vezes, são cometidos dentro do lar, porém isso não é uma regra, eles também podem acontecer fora do espaço da casa. A violência no espaço familiar quase sempre é camuflada, por conta do medo, da dependência financeira e ameaças.

A lei Maria da penha surge com objetivo de combater essa violência doméstica. Atualmente, existe uma rede de serviços que contribuem para a proteção da mulher. Um dos mecanismos que visa possibilitar a efetivação dessa lei, cujo cumprimento seja acompanhado pela inibição das práticas violentas previstas na legislação, está na Guarda Municipal e no papel que essa tem a desempenhar no atendimento às vítimas de violência, principalmente em relação ao seu caráter preventivo no cumprimento das medidas protetivas, após a entrada em vigor da Lei Maria da Penha (Lei 11.340/2006).

Ao analisar a Patrulha Maria da Penha, entende-se que são grupos com treinamento específico para fiscalizar o cumprimento das medidas protetivas determinadas pelo Poder Judiciário. Assim, serão apresentadas medidas que procuraram inserir a atividade da guarda municipal nesta rede de atendimento à mulher, depois dela já ter sido vítima de violência doméstica. Além disto, é importante relatar sobre os resultados do primeiro ano de implantação da Patrulha com atuação em Aracaju/SE, criada especialmente para esta finalidade.

A EXPERIÊNCIA DA PATRULHA MARIA DA PENHA NO BRASIL

Visando a proteção das mulheres contra violência doméstica, o caminho trilhado pelas políticas públicas, embora tardio no Brasil, vem

5A pandemia da doença causada pelo novo corona vírus 2019, COVID-19, tem impactado sobremaneira o cenário mundial, agravando as taxas de morbidade e mortalidade. Como também a condição da mulher, que foi colocada isolada, no âmbito privado, com sobrecarga de trabalho, como acompanhamento dos/as filhos/as, sem poder contar com a externalização do trabalho doméstico, submetida à violência do macho, dentre outros.

esboçando alguns programas, projetos e ações que demandam reflexões acerca de seus objetivos, limites e possibilidades. A Patrulha Maria da Penha é um desses programas no âmbito do sistema de segurança pública, na proteção às vítimas de violência doméstica e familiar, visando o cumprimento de medidas protetivas de urgência e, por consequência, coibição de novos atos de violência.

A primeira experiência com atividades relacionadas à rede de atendimento à mulher em situação de violência, de acordo com Grossi e Spaniol (2014), precede ao Projeto de Lei 547/2015⁶, tendo iniciado em 2012, no estado do Rio Grande do Sul (RS) com a atuação do Batalhão da Brigada Militar. Atuando inicialmente apenas nos quatro Territórios da Paz da capital⁷, Porto Alegre, instalados nos bairros Lomba do Pinheiro, Rubem Berta, Restinga e Santa Tereza por possuir altas taxas de violência contra mulher e mortes.

De acordo com Gerhard (2014), a Patrulha Maria da Penha completa a lacuna que surge entre a aplicação de medida protetiva requerida pela vítima e o cumprimento desta pelo agressor⁸, através de fiscalizações sistemáticas. Portanto, o projeto objetivava fazer a prevenção após o delito, evitando reincidências de agressões às vítimas, além de fiscalizar o cumprimento das decisões judiciais de abusos já cometidos. Segundo Gerhard (2014, p. 86-87), faz parte da atividade do Atendimento:

Atuação: a Patrulha Maria da Penha atua de forma preventiva com a realização rotineira e coordenada de visitas as residências de mulheres que possuem medidas protetivas de urgência, buscando verificar a situação da vítima que sofreu violência.

Fiscalização: A fiscalização das medidas protetivas pelos agentes da Patrulha Maria da Penha acontece a partir da colaboração da Delegacia Especializada no Atendimento à Mulher (DEAMs) que repassa todas as ocorrências registradas com as medidas protetivas de urgência solicitadas pelas vítimas, antes de estas serem encaminhadas e concedidas pelo Juizado Especial.

Roteiro de visitas: a partir das informações da DEAM, é elaborado um roteiro de visitas em que os agentes patrulheiros acompanham a situação da vítima.

Visita: são realizadas visitas, no mínimo, por uma dupla de agentes

6 Altera a Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 (Lei Maria da Penha), para instituir o programa Patrulha Maria da Penha.

7 Programa, implantado em 2011, criado com a proposta de integrar políticas de segurança e ações sociais preventivas, o Território de Paz apresenta um pacote de medidas que envolvem a comunidade e as forças de segurança na redução da criminalidade.

8 Mulheres que mantenham uma relação homo afetiva e agridam sua companheira também poderão responder por atos de violência doméstica e familiar punidos por essa lei.

sendo uma mulher e um homem, com a finalidade de tornar a ação menos densa, e por entender que as vítimas se sentem mais à vontade com a presença de outra mulher. Na oportunidade é verificado se o agressor tem cumprido a medida protetiva, a situação da vítima, se houveram ameaças, se existe informação relevante para o entendimento da situação de violência que a mulher está inserida. A visita é descrita numa ficha com os dados da vítima de violência, da família e do agressor, assim como o relato apresentado na visitação.

Deste modo, a “Patrulha Maria da Penha” é a presença do Estado, através da Polícia Militar ou Guarda Municipal, na casa das vítimas, oferecendo o apoio indispensável a essas mulheres em situação de vulnerabilidade, além de adquirir informações necessárias que serão constadas em um relatório específico de visita e que poderão ser anexados ao inquérito policial e/ou processo.

Para Grossi e Spaniol (2014), esse atendimento diferenciado encontra-se na presença de uma agente do sexo feminino que tem função especial, no sentido de fazer com que a vítima se sinta menos constrangida e mais acolhida diante da situação. Nesse ponto, ressalta-se a alteração na Lei nº 11.340/2006 para instituição do Art.10-A, que determina que ser direito da mulher em situação de violência doméstica e familiar “o atendimento policial e pericial especializado, ininterrupto e prestado por servidores - preferencialmente do sexo feminino - previamente capacitados” (redação incluída pela Lei nº 13.505, de 2017).

A PATRULHA MARIA DA PENHA EM SERGIPE

Em Sergipe, o projeto-piloto, intitulado Ronda Maria da Penha, foi inaugurado no dia em que se comemora o Dia Internacional da Mulher, 08 de março de 2019 na cidade de Estância. O projeto é desenvolvido em parceria entre a Polícia Militar do Estado de Sergipe, o Tribunal de Justiça de Sergipe, a Frente Parlamentar em Defesa da Mulher e outras instituições. Tem como objetivo instituir um batalhão da Polícia Militar especializado na prevenção à violência contra a mulher e na fiscalização quanto ao cumprimento de medidas protetivas deferidas pelo Judiciário e no acolhimento às mulheres vítimas de agressão. De acordo com Lelis e Santos (2020, p. 670),

O organismo estadual responsável pela articulação que visa garantir a igualdade de gênero é a Coordenadoria Estadual de Políticas para as Mulheres do Tribunal de Justiça, que tem por missão a promoção de equidade de gênero e todas as formas de autonomia das mulhe-

res sergipanas para promover o enfrentamento à violência contra a mulher. No entanto, a efetividade das ações, com todos os esforços das equipes envolvidas, trava justamente no acompanhamento mais aproximado do cotidiano das vítimas. Em Sergipe, essa lacuna de um policiamento específico desenha um quadro em que as estatísticas de violência são alarmantes.

Ratificam Lelis e Santos (2020, p. 671):

Dados da Coordenadoria de Estatística e Análise Criminal – CEA-CRIM, da Secretaria de Segurança Pública, mostram que somente nos municípios de Aracaju, Estância, Itabaiana e Lagarto, cidades que possuem Delegacias de atendimento à mulher no Estado de Sergipe, até o mês de outubro de 2018, cerca de 610 mulheres tiveram suas queixas enquadradas como lesão corporal, 1.106 como ameaça e 948 enquadradas como violência doméstica de forma genérica, suscitando o questionamento quanto a padronização das notificações nas diversas Delegacias do ente federado. Esses números representam apenas as ocorrências mais cadastradas entre os municípios citados, dessa forma o número da violência doméstica e familiar no estado é ainda maior e expressivo. Estes dados impressionam e levantam o questionamento sobre o andamento da política de enfrentamento em Sergipe.

Em Aracaju o projeto foi inaugurado no dia 10 de maio de 2019 e vem sendo desenvolvido pela Guarda Municipal de Aracaju, a qual deve contar com uma equipe especializada de agentes para o atendimento a mulheres vítimas de violência. A Patrulha Maria da Penha é regulamentada pela Lei Municipal nº 4.480/2017, que traz como diretrizes de atuação em seu Art. 2º:

- I-instrumentalização da Guarda Municipal no campo de atuação da Lei Maria da Penha;
- II-capacitação dos Guardas Municipais da patrulha e dos demais agentes públicos envolvidos para o correto e eficaz atendimento as mulheres vítimas de violência doméstica e familiar, visando ao atendimento humanizado e qualificado;
- III-qualificação do Município no controle, acompanhamento e monitoramento dos casos de violência contra a mulher, de modo a reduzir a incidência desse tipo de ocorrência;
- IV-garantia do atendimento humanizado e inclusivo a mulher em situação de violência onde houver medida protetiva de urgência, observando o respeito aos princípios da dignidade da pessoa humana, da não discriminação e da não revitimização;
- V-integração dos serviços oferecidos às mulheres em situação de violência;
- VI-corresponsabilidade entre os Entes Federados.

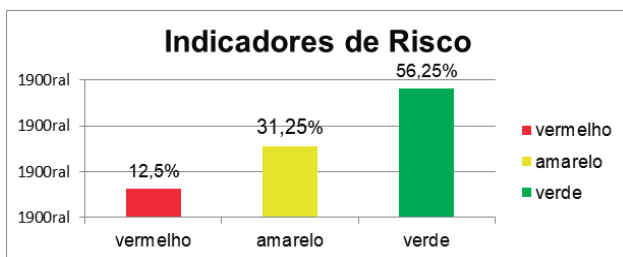
A Patrulha Maria da Penha no município de Aracaju/SE foi lançada a partir de um convênio da Prefeitura de Aracaju com o Tribunal de Justiça de Sergipe, onde um grupamento da Guarda Municipal de Aracaju (GMA) acompanhará mulheres que já receberam medidas protetivas de urgência, previstas na Lei Maria da Penha. A iniciativa integra uma das ações previstas no Planejamento Estratégico da Prefeitura de Aracaju, através do Projeto Aracaju Segura, coordenado pela Secretaria Municipal da Defesa Social e da Cidadania (SEMDEC), bem como integra uma das ações da Secretaria Municipal da Assistência Social (SEMFAS), através da Coordenadoria de Políticas para as Mulheres do Município de Aracaju, em parceria com a Coordenadoria da Mulher do Tribunal de Justiça do Estado de Sergipe e com o Juizado de Violência Doméstica e Familiar contra Mulher.

Em entrevista ao site faxaju (2019), a coordenadora da Patrulha Maria da Penha, a GM D. Oliveira, apresentou dados dos três primeiros meses de programa, apontando que: “Entre os dias 10 de maio a 10 de agosto, somamos 312 fiscalizações, 184 patrulhamentos, 114 visitas e 14 atendimentos diretos”.

CASOS ATENDIDOS E AÇÕES DESENVOLVIDAS PELA PATRULHA MARIA DA PENHA

A Patrulha Maria da Penha também se utiliza de variáveis indicadores de risco, onde cada indicador possui uma cor (vermelha, amarela e verde), na qual cada cor informa em que situação a vítima está mais vulnerável, pois essa divisão ajuda a distribuir, priorizar, reforçar a fiscalização e frequência de acordo com a necessidade de cada caso.

Gráfico 01: Mulheres atendidas a partir de indicadores de risco

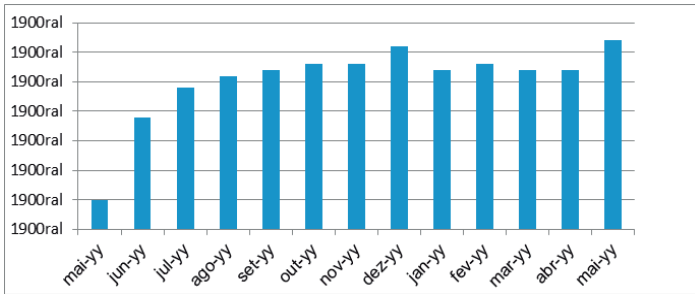


Fonte: Elaboração própria a partir dos dados coletados nos relatórios gerais da PMP (05/2019 a 07/2019).

De acordo com o relatório geral desenvolvido pela PMP, a cor vermelha significa que o autor do crime está descumprindo ou pode descumprir as MPU's de forma iminente, em situação de flagrante. Já a cor amarela aponta para uma situação de risco quase que constante, seja pela conduta intransigente do investigado ou pelo fator agravante de morar próximo a vítima, ou ter arma de fogo. Enquanto a cor verde é quando a situação está “estável”, que o investigado respeita as MPU's em vigor, ou seja, aparentemente não apresenta risco ou atitude reincidente de violência para a assistida.

Desde a implantação da PMP na capital aracaçuana, em maio de 2019, o número de mulheres atendidas pela Patrulha cresce mensalmente conforme o gráfico abaixo:

Gráfico 02: Quantitativo de mulheres atendidas pela PMP

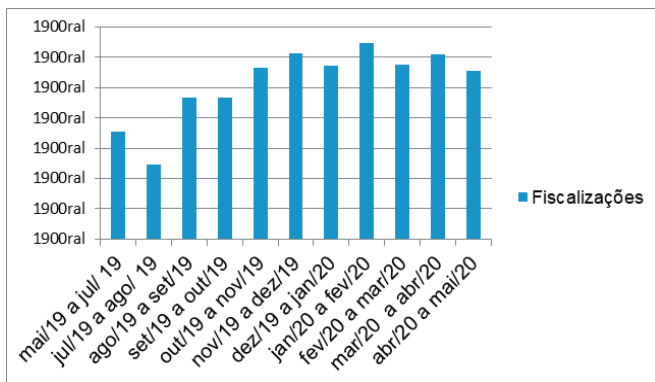


Fonte: Elaboração própria a partir dos dados coletados nos relatórios gerais da PMP (05/2019 a 05/2020).

O projeto piloto da PMP iniciou com o juizado da violência doméstica e familiar fazendo a seleção de 25 (vinte e cinco) mulheres a serem atendidas, de acordo com a percepção e indicadores de risco/vulnerabilidade, e envia-eletronicamente as informações dessas mulheres para a coordenação da Patrulha Maria da Penha, contendo a medida, os indicadores de risco/vulnerabilidade (agressor/vítima) e informações do Boletim de Ocorrência. Percebe-se que no gráfico acima entre os meses de maio a julho de 2019, o número de mulheres foi menor que o esperado. No entanto, segundo o relatório desenvolvido pela Patrulha no mês de agosto (2019) houve um acréscimo para atender mais 13 (treze), o que corresponde 25% de mulheres a mais. Além do aumento do número de mulheres assistidas, no mês de setembro (2019) houve a capacitação de mais 9 (nove) guardas municipais para atuar na PMP,

como também a oferta do serviço especializado durante as 24h, todos os dias da semana (Aracaju, 2020, p. 01).

Gráfico 03: Quantitativo de fiscalizações realizados pela PMP



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados coletados nos relatórios gerais da PMP (05/2019 a 05/2020).

Após completar o primeiro ano de implantação, entre os meses de maio de 2019 a 2020, a Patrulha realizou no total 2905 fiscalizações de MPU's no município de Aracaju/SE, como demonstra o gráfico 04 acima. Essas fiscalizações foram realizadas mensalmente e são compostas principalmente por visitas domiciliares as vítimas de violência doméstica, como também patrulhamento tanto na área que a vítima reside quanto na área do agressor.

As visitas e patrulhamentos, além de ser um mecanismo de fiscalização das Medidas Protetivas de Urgência, sobretudo as que definem o afastamento do agressor do lar ou a proibição dele aproximar-se da vítima, possuem um caráter preventivo, já que a presença da Patrulha Maria da Penha inibi o agressor de uma provável aproximação ou violência contra a mulher protegida. É importante salientar que as visitas asseguram também a sensação de segurança, permitindo que as mulheres retomem suas atividades.

CAPACITAÇÃO DOS/AS GUARDAS MUNICIPAIS QUE INTEGRAM A PATRULHA MARIA DA PENHA

Para a formação, treinamento e capacitação dos/as agentes da Segurança Pública, em âmbito nacional, destaca-se a Matriz Curricular

Nacional elaborada pela Secretaria Nacional de Segurança Pública, a qual trata sobre capacitação:

Denomina-se por atividades formativas de atualização/capacitação continuada aquelas que possibilitam o acompanhamento e o desenvolvimento da evolução das diversas áreas do conhecimento, o inter-relacionamento com a cidadania, a sociedade e a atualização constante da doutrina do profissional da área de Segurança Pública, em conformidade com a dinâmica social (Brasil, 2014, p. 66).

No entanto, é notório que ainda predomina a pedagogia tradicional de cunho autoritário, com viés militar e desvinculado do senso crítico aos/as profissionais de segurança pública. Estes/as atendem mulheres vítimas de violência todos os dias, no entanto a maioria não tem a compreensão da sociedade patriarcal e sexista em que vivemos. Dessa forma, praticam e reproduzem o machismo. Nesse contexto, cada vez mais se tem falado sobre a necessidade de desenhar uma política de segurança pública numa perspectiva feminista (Biancarelli, 2006).

Assim, há uma inquietação como é a atuação das instituições de Segurança Pública no enfrentamento a violência contra mulher, já que majoritariamente são constituídas por homens. A capacitação da Guarda Municipal de Aracaju, a respeito dos agentes que atendem às mulheres vítima de violência doméstica segue as diretrizes nacionais de atuação. A matriz curricular da Secretaria Nacional de Segurança Pública (SENASP) visa “constituir um marco de referência para ações formativas a serem empreendidas por todas as guardas municipais, contribuindo para o fortalecimento e institucionalização do Sistema Único de Segurança Pública” (Secretaria Nacional de Segurança Pública, 2005, p. 03). Nessa matriz há temas de reflexão e estudo sobre a violência doméstica e de gênero, que totaliza o mínimo exigido de 36 horas/aula, como exemplo as disciplinas de Direitos Humanos e Diversidade Étnico-sociocultural.

Outro fator importante é a continuação do treinamento dos agentes onde o inciso VII, do Art. 8º da Lei Maria da Penha, determina “a capacitação permanente das Polícias Civil e Militar, da Guarda Municipal, do Corpo de Bombeiros e dos profissionais pertencentes aos órgãos e às áreas enunciados no inciso I quanto às questões de gênero e de raça ou etnia” (Brasil, 2016, n.p).

A Lei Municipal 4.880/17 trata sobre a atuação do município de Aracaju no atendimento à mulher vítima de violência doméstica. Desse modo, para o desempenho da “Patrulha Maria da Penha” necessita

da formação inicial específica, para a capacitação e instrumentalização dos/as operadores/as adotando os critérios⁹ estabelecidos pelo Ministério da Justiça/SENASP, complementada com as particularidades da precisão da “rede local”.

A formação é dividida em três módulos: 1 - Direcionado aos cursos EAD da SENASP e as demais capacitações pautadas no Programa Brasil Mais Seguro; 2- I CURSO INTEGRAL PATRULHA MARIA DA PENHA - Capacitação teórica através dos órgãos da rede municipal e Judiciário, Ministério Público, Ordem dos Advogados Brasileiros, Defensoria Pública, ou seja, capacitação técnica, bem como a abordagem prática de como realizar o atendimento às mulheres vítimas de violência doméstica e familiar. 3º - Formação continuada CFA/GMA.

Desta forma, é o módulo 2 que trata sobre a capacitação para os/as guardas que irão compor a Patrulha Maria da Penha, onde o curso é realizado anualmente e tem 40 horas, com as seguintes disciplinas:

Sensibilização/ Mitos sociais; - Crime de violência contra a mulher; -Atendimento às Mulheres em Situação de Violência; -Secretaria de Políticas para Mulheres; - Políticas para Mulheres + Enfrentamento à violência contra as mulheres + rede de atendimento. - A preservação das provas físicas e psíquicas. - Crime de violência contra a mulher + rede de atendimento na SMS. - Atribuições das Delegacias Especializadas no Atendimento à Mulher. - Atribuições da Defensoria Pública. - Direitos Humanos / Lei Maria da Penha e Feminicídio. - Atribuições do Ministério Público e Patrulha Maria da Penha (Aracaju, 2020a, p. 03).

A formação dos agentes da Patrulha Maria da Penha tem como objetivo geral, segundo o documento cedido pela Guarda Municipal de Aracaju, intitulado I curso integral Patrulha Maria da Penha:

Proporcionar às mulheres vítimas de violência doméstica e familiar que estão sob medida protetiva de urgência no município de Aracaju, um atendimento eficaz (capacitado) e humanizado por parte dos operadores da Patrulha Maria da Penha/SEMDEC/GMA. Bem como, o monitoramento e proteção de forma eficiente e atendendo as diretrizes nacionais de atuação e o que preconiza a Lei municipal pela Lei municipal 4.880/17 que versa sobre a atuação do Município de Aracaju no atendimento à mulher vítima de violência doméstica e familiar (Aracaju, 2020a, p. 02).

Logo, a Patrulha Maria da Penha atua onde origina a violência doméstica o espaço privado, local das mais atroz e veladas formas de

⁹ O documento não especifica esses critérios.

violência contra a mulher. Portanto, perceber essa realidade é importante para o enfrentamento dessa violência. Dessa forma é necessário que as/os agentes da polícia militar no âmbito estadual e da guarda no âmbito municipal estejam aptos/as a reconhecer a diversidade e complexidade da violência doméstica, e capacitados/as para que ocorra um atendimento de forma digna e eficaz para com a vítima. Como também que esses/as entendam a necessidade de os setores estarem interligados tanto na rede de atendimento quanto na rede de enfrentamento a violência contra a mulher.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Atualmente, a Patrulha Maria da Penha é composta por 15 (quinze) agentes entre equipes de viaturas e o serviço administrativo e preventivo, capacitados/as para atuar no serviço de enfrentamento a violência doméstica. Analisa-se que é um efetivo baixo e exige muita competência e eficiência dos/as profissionais que atuam nesse serviço, como também há uma sobrecarga de trabalho para esses/as agentes, pois é um serviço ofertado durante as 24h, todos os dias. Isso porque esses/as devem operar sensivelmente, a facilitar o diálogo humanizado, a escuta qualificada, destinado às vítimas de violência doméstica, e também prestar informações necessárias e tomar as devidas medidas quando a vítimas em estado de risco, restabelecendo a ordem e segurança nos lares.

Portanto, a Patrulha Maria da Penha como parte da rede de enfrentamento, tem destaque na prevenção do agravamento da violência doméstica e familiar com finalidade de diminuir os índices de violação das medidas protetivas e, para isso realiza o acompanhamento e assistência à vítima que sofreu violência, na intenção de prevenir a evolução para o crime de Feminicídio, considerado o elemento mais gravoso dentre as violações dos direitos da mulher no âmbito doméstico e familiar. No entanto, a Patrulha Maria da Penha como uma ação pública é relativamente recente e vem sendo implantada e implementada gradativamente nas capitais e em diversos municípios brasileiros.

REFERÊNCIAS

ARACAJU. Lei nº 4.880 de 8 de maio de 2017. Estabelece as diretrizes de atuação da Patrulha Maria da Penha no Município de Aracaju e dá outras providências. Aracaju, SE: Câmara Legislativa Municipal, 2017.

ARACAJU. I curso integral Patrulha Maria da Penha. Aracaju, SE: Secretaria Municipal da Defesa Social e da Cidadania, 2020a.

ARACAJU. Relatório de prevenção Patrulha Maria da Penha. Aracaju, SE: Secretaria Municipal da Defesa Social e da Cidadania, 2020d.

BIANCARELLI, A. Assassinatos de mulheres em Pernambuco: violência e resistência em um contexto de desigualdade, injustiça e machismo. São Paulo: Publisher Brasil, Instituto Patrícia Galvão. 2006.

BRASIL. Lei nº 11.340 de 7 de agosto de 2006. Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher. Brasília, DF: Presidência da República, Casa Civil, 2006. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111340.htm.

CERQUEIRA, Daniel et al. Atlas da violência 2019. Brasília: IPEA, 2019. Disponível em: http://www.forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2019/06/Atlas-daViolencia-2019_05jun_vers%C3%A3o-coletiva.pdf.

GERHARD, N. Patrulha Maria da Penha: o impacto da ação da Polícia Militar no enfrentamento da violência doméstica. Imprensa: Porto Alegre, Age, Edipucrs, 2014.

GROSSI, P. K.; SPANIOL, M. I. Análise da Implantação das Patrulhas Maria da Penha nos Territórios da Paz em Porto Alegre: avanços e desafios. Textos & Contextos. Porto Alegre: V.13, 2014.

LELIS, A. G.S.; SANTOS, F. G dos. A (in) eficácia do trabalho da polícia militar através da Ronda Maria da Penha no enfrentamento à violência contra mulher(*). Derecho y Cambio Social, N.º 60, abr-jun 2020. Disponível em: <file:///C:/Users/Usuario/Documents/Talita/TCC/DialnetLaInEficaciaDeLaLaborDeLaPoliciaMilitarATravesDeLa-7525002.pdf>.

A LINHA TÊNUE ENTRE O AMOR E A VIOLÊNCIA: A MÚSICA “ULTRAVIOLENCE” DE LANA DEL REY COMO RECURSO DIDÁTICO NA SOCIOLOGIA

Zilda Estéfane Cordeiro Matias¹

INTRODUÇÃO

Durante a disciplina de Estágio Docente II, ao elaborar os planos de aulas, costumava incluir músicas para que fossem analisadas de acordo com o conteúdo da disciplina. Neste momento, passei a “presenciar” o relacionamento conturbado de uma vizinha, que estava cursando o Ensino Médio. Ela era jovem, e morava com um homem que aparentava ter em torno de 35 anos. Cheguei a escutar brigas diversas vezes, onde liguei para a polícia, e recebi como resposta que “somente a vítima pode fazer a denúncia”.

Quando soube que ela estudava em uma escola de Ensino Médio, inconscientemente projetei tal situação como se fosse uma das minhas alunas, onde fazia Estágio. Foi neste exato momento que comecei a pensar em uma maneira de levar determinado tema para a sala de aula, sem que isto fosse tratado de maneira tradicional, mas tentando uma imersão por parte dos alunos, ao utilizar a música. Isto ocorreu no final do Estágio, o que fez com que não fosse possível aplicar tal proposta em sala de aula.

Outro fator que impossibilitou isto, foi o fato de que no momento da escolha da escola para estagiar, a turma foi dividida para as únicas duas escolas de Ensino Médio do município de São Miguel do Guamá, e nesta distribuição, acabei por não ficar na mesma escola onde a figura que me deu o *insight* para ter elaborado este estudo.

A proximidade com as músicas da cantora Lana Del Rey, me permitiu ter um viés sociológico no qual se faz possível o seu uso em sala de aula. Dadas estas prévias considerações, o intuito deste trabalho é apresentar uma proposta pedagógica, utilizando a música *Ultraviolence* como recurso didático na disciplina de Sociologia, no Ensino Médio,

¹ Graduanda em Licenciatura Plena em Ciências Sociais pela Universidade do Estado do Pará, Campus de São Miguel do Guamá, Zilda.

para que se possa tratar de temas como relacionamento abusivo, violência contra a mulher, dependência emocional, dentre outras temáticas.

Para a realização de tal proposta, será necessário utilizar a tradução da letra *Ultraviolence*, de forma impressa, com apoio de uma caixa de som e um *smartphone*, para que a turma possa ouvir a música e acompanhar seus versos. Tendo a música chegado ao seu fim, o docente irá dar início ao momento de análise da letra da música.

Cabe ressaltar que, embora este trabalho tenha sido realizado com o intuito de aproximar a presença da música na Sociologia, esta proposta não fora aplicada, devido ao fim da disciplina de Estágio Docente II, portanto, este trabalho é de cunho estritamente bibliográfico, mas que viabiliza que os demais docentes possam levá-lo para a sala de aula, e até mesmo expandindo para além de suas paredes.

O ENTRELAÇAR DA ARTE COM A SOCIOLOGIA ATRAVÉS DA MÚSICA

Para entendermos este entrelaçar, é preciso que tenhamos um caminho através de um elemento presente em todas as sociedades, a cultura. É indissociável que a arte, e suas especificidades, é um elemento presente em diversas manifestações culturais, por meio dela expressamos o cotidiano, a fé, a ancestralidade, os sonhos. Segundo Grout e Palisca (2007) “desde os tempos mais remotos a música foi um elemento indissociável das cerimônias religiosas”, portanto, não há como dissociar que a música é uma das manifestações culturais mais antigas.

A linha interpretativa de Geertz (1989) nos permite refletir sobre esse ato de nos emaranharmos nas teias que nós mesmos tecemos, a partir deste produto humano, a cultura. Não muito distante desta linha, Roy Wagner (2010) nos mostra outra vertente sobre a cultura, que ela é uma invenção. Ela é constantemente inventada por nós, através das nossas percepções e experiências humanas, em contato com “o outro”. Exemplificando de uma forma demasiada simplória, inventamos a cultura do outro, e a nossa, quando ocorre o “choque cultural”. No contato.

A cultura, como já fora apresentada, pode ser percebida pelas mais diversas ramificações em uma determinada sociedade. Tratando-se da música, sabemos que havia uma distinção entre música erudita e música popular, onde esta última versava sobre a realidade que era partilhada no cotidiano de um determinado grupo. Feitas estas breves aproximações, estamos cientes da dimensão de que música é cultura, que canta sobre sonhos, mas também sobre as dores experimentadas.

“ELE ME MACHUCOU, MAS PARECEU AMOR VERDADEIRO”: DIALOGANDO COM OS VERSOS

A violência é um fenômeno que sempre esteve em nossa sociedade, mas ela se perpetua a partir de um constante ciclo de socialização, onde coexistem uma série de práticas que legitimam tal ato. Através dos papéis impostos aos homens e às mulheres, as gerações foram socializadas a apreenderem tais comportamentos, e manifestá-los nas suas relações, fazendo com que muitas mulheres permanecessem em um estado de inferioridade em relação ao homem. Com isto, inconscientemente muitas garotas são levadas a crer que este tipo de relação é comum, por ter sido socializada a elas, viabilizando que sejam vítimas de relacionamento abusivo.

Faremos, agora, a apresentação das estrofes da música, com exceção das que se repetem, para que analisemos como ocorre a relação de gênero em seus versos. Citarei toda a letra da música em português, traduzida pelo aplicativo “Letras”, o qual possui diversos revisores de texto para que a tradução não se distancie do significado exposto na língua original. *Ultraviolence* é uma música de 4 minutos e 13 segundos, lançada em 2014, composta por Lana Del Rey e Dan Heath, e cantada pela primeira.

A seguir, iremos tratar dos trechos iniciais, mas não respectivamente, da música *Ultraviolence*, para que analisemos como ela se faz presente no debate sociológico dentro de sala de aula. Ao longo da análise, serão retomados os versos que se mostram de extrema importância para a compreensão da personagem, e como ela se faz presente no cotidiano. A seguir, poderemos ler a tradução de trechos da música.

Jim me disse que
Ele me bateu e pareceu como um beijo
Jim me trouxe de volta
Me lembrou de quando nós éramos crianças
Com sua ultraviolência
Ultraviolência
Ultraviolência
Ultraviolência.

A relação da personagem com o seu parceiro, traz à tona uma relação onde há a presença de violência física. Quando a personagem conta que para seu parceiro, agir com agressão se assemelhava a um beijo, nos permite pensar que tal ato era prazeroso. E no final do trecho,

a personagem acrescenta que a ultraviolência do parceiro, a fez lembrar de quando eram crianças. Esta passagem, dentre suas várias perspectivas, pode ser interpretada com ambos personagens presenciaram a violência desde criança, como expressa Saffioti (2015) quando expõe que a vítima de abusos físicos, psicológicos, morais e/ou sexuais é vista por cientistas como indivíduo com mais probabilidades de maltratar.

Fazendo uso deste viés, sabe-se que o comportamento violento é socializado para nós através da família, é no seio dela que começamos a construir a nossa visão de mundo, a partir da socialização primária. Portanto, se existem comportamentos violentos por parte de parceiros abusivos, como vive a personagem, significa que tal ato lhe é jogado, “imposto”, como tratando-se da virilidade masculina, e na maneira como as relações de gênero são postas a nós socialmente, como trata Bourdieu (2002), seguindo a noção de dominação simbólica, em “A Dominação Masculina”, alegando que o homem não necessita de justificativa para agir de tal forma.

Eu posso ouvir sirenes, sirenes
Ele me bateu e isso pareceu como um beijo
Eu posso ouvir violinos, violinos
Me dê toda essa ultraviolência
Ele costumava me chamar de Veneno
Como se eu fosse Hera Venenosa
Eu poderia ter morrido ali mesmo
Porque ele estava bem ao meu lado

Neste trecho, é possível vermos a dualidade que a personagem vive, uma figura volátil, que transita ao se ver como uma mulher perigosa, que possui veneno, que se enxerga como um alguém poderoso pela sua personalidade, mas ao mesmo tempo, é maltratada, humilhada e menosprezada. Embora para si, ela se veja como uma mulher com tais características, isto não a impede de sofrer violência em seu relacionamento, nem mesmo de engrandecer a figura de seu parceiro, quando diz que a morte não a deixa instável, pois, naquele momento, seu parceiro estava ao seu lado.

Jim me levantou
Ele me machucou, mas pareceu amor verdadeiro
Jim me ensinou que
Amá-lo nunca seria suficiente
O paraíso é na Terra
Eu faria qualquer coisa por você, amor
[...]

Eu te amo pela primeira vez
Eu te amo pela última vez
Eu sou a princesa
Você compreende minhas linhas brancas?
Porque sou sua cantora de jazz
E você é o líder da minha seita
Eu te amo para sempre
Eu te amo para sempre.

Nos primeiros versos, a personagem relata que mesmo a machucando, tais atitudes demonstram o amor que ele sente por ela. Muitas mulheres acabam por ficar em relacionamentos amorosos, mesmo sendo em situações em que são menosprezadas. Isto pode ocorrer por diversos fatores, como a personagem expõe, ela está imersa em um estado de insuficiência onde aceita qualquer tipo de comportamento vindo de seu parceiro. Com isto, a personagem passa a endeusar esta figura, embora a trate de maneira abusiva.

Embora pareça que a cantora esteja romantizando uma relação abusiva, Lana Del Rey costuma trazer em suas letras, diversas situações que são recorrentes na sociedade, principalmente se tratando da figura feminina. Quando ela relata na música sobre “linhas brancas”, ela está fazendo alusão às drogas, comentando que, para tentar escapar da sua dolorosa realidade, faz uso de drogas ilícitas, neste caso a cocaína, para manter-se.

METODOLOGIA

Para a construção deste trabalho será de cunho estritamente bibliográfico, visto que este artigo se encontra na fase de criação e sugestão da proposta, e não na sua aplicação. A proposta gira em torno de apresentar a letra da música traduzida, levar para a sala de aula, e analisá-la após a sua reprodução, mediante um planejamento. Bodart (2022) aponta em sua obra, se alinhando à análise de Adorno (2011), onde a música viabiliza a emancipação do pensamento. É de fundamental importância que tais temáticas sejam abordadas na escola, pois é neste momento que as relações amorosas florescem.

A pesquisa também visa fortalecer o pensamento de meninas, para que pensem na emancipação da submissão, não aceitando aspectos da violência, quanto para os meninos, para que não venham a se tornar um parceiro que aplique o estigma da violência sobre suas companheiras. Safiotti (2015), ao tratar da violência de gênero, nos faz refletir sobre a naturalização das agressões sofridas pelas mulheres, onde, me-

diante as relações de poder entre os gêneros, a sociedade, no quesito estrutural, suaviza tais atos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho, embora não possua um campo de pesquisa, feito inteiramente a partir de conteúdos teóricos, nos permite expandir nossas perspectivas para os demais eixos da nossa realidade. Tratar da violência contra a mulher é uma luta constante, que sempre deve ser travada. Minhas motivações para a elaboração desta proposta revelam isto, que uma aluna pode estar vivendo esta dolorosa experiência.

Logo, necessitamos levar este debate para a disciplina de Sociologia, e, de maneira geral, para as disciplinas de humanas. Na escola, devemos tratar nossos alunos não apenas como figuras que estão em trânsito por aquele espaço, mas como seres que podem e estão sujeitos a diversos fatores institucionais. Viver nestas estruturas que controlam e ordenam a vida social, exige de todos os seres que nela atuam.

REFERÊNCIAS

ADORNO, Theodor W. Introdução à Sociologia da Música: doze preleções teóricas. Tradução: Fernando R. de Moraes Barros. São Paulo: Editora Unesp, 2011.

BODART, Cristiano das Neves; MORAES, Fabio Monteiro de; TAVARES, Caio dos Santos (Orgs.). Música e Sociologia: propostas pedagógicas Maceió: Editora Café com Sociologia, 2022.

BOURDIEU, Pierre. A dominação masculina. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

GEERTZ, Clifford. A Interpretação das Culturas. 1. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2008.

GROUT, Donald Jay; Palisca, Claude. História da música ocidental. Lisboa: Bradiva, 2007

SAFFIOTI, Heleieth. Gênero patriarcado violência. 2.ed. São Paulo: Expressão Popular : Fundação Perseu Abramo, 2015.

TRADUÇÃO DE *ULTRAVIOLENCE* – LANA DEL REY. Letras. Disponível em: <https://www.letras.mus.br/lana-del-rey/ultraviolence/>

WAGNER, Roy. A invenção da cultura. São Paulo, Cosac Naify, 2010.

UM OLHAR INTERSECCIONAL SOBRE TRAJETÓRIAS DE MULHERES QUILOMBOLAS DO TERRITÓRIO DE SANTIAGO DO IGUAPE EM SITUAÇÃO DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA

Denise Farias da Trindade¹

INTRODUÇÃO

Como a interseccionalidade nas políticas públicas voltadas para as mulheres vítimas de violência doméstica, têm contribuído com a atenuação das desigualdades enfrentadas por mulheres quilombolas, no tocante às questões de raça, gênero e classe?

A questão apresentada acima, emerge de problematizações feitas no campo empírico e de um estudo realizado na graduação, onde se percebeu a necessidade de conhecer melhor essas políticas públicas de estado e sua aplicabilidade no contexto das comunidades tradicionais. Além disso, o fortalecimento dos debates sobre as questões de gênero e raça na sociedade brasileira em interlocução a outros marcadores sociais que atravessam às mulheres é um dos fatores implicados no objetivo dessa pesquisa. Portanto, o desafio que se impõe, aqui – à medida que se compreende a condição histórica da opressão feminina, especialmente das mulheres negras quilombolas – é de conhecer as relações de gênero no que tange a trajetória de mulheres quilombolas vítimas de violência a partir de um olhar interseccional.

Assim, além de ampliar a participação da academia nesses debates travados nos seios dos movimentos sociais, trabalhar com o grupo de mulheres quilombolas que fazem parte dos arranjos familiares distintos, mas que ainda são recusados por grupos conservadores, é buscar uma educação na perspectiva do empoderamento feminino, para além dos espaços formais, bem como, auxiliar na criação e/ou fortalecimento de políticas públicas pensadas a partir de um olhar interseccional para este segmento.

¹ Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Estudos Africanos, Povos Indígenas e Culturas Negras – PPGEAFIN (UNEB); bolsista CNPq; Assistente Social; Especialista em Educação em Gênero e Direitos humanos (UFBA).

JUSTIFICATIVA

O objeto dessa pesquisa foi pensado em 2014, quando tive a oportunidade de ter contato com algumas comunidades quilombolas no interior da Bahia: Santiago do Iguape, foi uma das comunidades que mais me chamou atenção em sua especificidade, por estar situada no município de Cachoeira/BA, que ancestralmente fala muito sobre mim e meus antepassados, sobre a história dos meus mais velhos. Além disso, o trabalho desenvolvido junto à Secretaria de Políticas para as Mulheres – SPM/BA no referido ano, como assistente social das Unidades Móveis de Acolhimento à Mulher, que compõem o Programa “Mulher, viver sem violência”, cujo objetivo era prestar informações acerca da Lei Maria da Penha (LPM), bem como, assistência psicossocial e jurídica para as mulheres do campo, das águas e das florestas. As Unidades Móveis de Acolhimento às mulheres foram resultado de fortes reivindicações de mulheres ativistas do campo, através das Marchas das Margaridas² no ano de 2011.

Na perspectiva de Mariléia de Almeida (2014), “o Decreto nº 4.887, de 20 de novembro de 2003, em seu artigo 2º, dispõe que, para fins de aplicabilidade legal, ‘remanescentes de quilombo’ seriam os grupos étnico-raciais, segundo critério de auto atribuição, com trajetória histórica própria” trajetória essa, marcada por resistência a toda dominação e opressão sofrida historicamente, pois são relações oriundas de ancestralidade negra.

Essa investigação apresenta como marcador temporal a década de 1970 até os dias atuais, considerando a leitura do passado a partir do presente, e enquanto marcador espacial está sendo considerado o território quilombola Santiago do Iguape. Assim, pretende-se, ao enlaçar as categorias que formam o triângulo das desigualdades: raça, gênero e classe social, contribuir com as mulheres quilombolas, à medida que analisa às contribuições das políticas públicas de perspectiva interseccional que tem sido ofertada por programas governamentais e seus desdobramentos na vida dessas mulheres.

2 A Marcha das Margaridas é relevante na conquista das mulheres de comunidades tradicionais e rurais, pois reuniu milhares de mulheres rurais, de todo o país, em Brasília – DF, tendo como principal pauta a luta pelo fim da violência contra as mulheres do campo. O nome é uma homenagem especial à sindicalista paraibana, Margarida Alves, que foi cruelmente assassinada. As organizadoras têm a missão de organizá-la a cada quatro anos, sendo a primeira edição no ano 2000 (Sobreira & Trindade, 2015).

OBJETIVOS GERAL E ESPECÍFICOS DA PESQUISA

A pesquisa tem como objetivo geral “Investigar as relações de gênero no que tange a trajetória de mulheres quilombolas vítimas de violência doméstica a partir de um olhar interseccional”. E como objetivos específicos, “Identificar as estratégias engendradas utilizadas pelas mulheres quilombolas para lidar com o ciclo da violência doméstica”; “Avaliar as contribuições da Lei Nº 11.340 – Maria da Penha, enquanto principal instrumento de enfrentamento da violência doméstica para a trajetória das mulheres quilombolas, no tocante às questões gênero, raça/etnia e classe”; “Averiguar, em que medida, as políticas públicas de gênero contribuem para um olhar interseccional sobre a realidade das quilombolas em relação ao fenômeno da violência.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Este estudo fundamenta-se a partir da abordagem teórica de feministas e historiadores/as negros/as como: Patrícia Hill Collins e Sirma Bilge (2021), contextualizando o conceito de interseccionalidade enquanto ferramenta analítica das relações de poder na sociedade, Lélia Gonzalez (2020) abordando o conceito de Amefricanidade enquanto categoria político-cultural, Conceição Evaristo (2023), que contextualiza o conceito de Escrivências, João José Reis (1996), que retrata a história do quilombo no Brasil, Margaret Rago (1998) abordando o Gênero em seu contexto histórico, dentre outras fontes.

Historicamente, as mulheres eram invisibilizadas, pois não eram reconhecidas enquanto sujeitas de direitos, eram por sua vez, desprovidas de uma educação básica, estando a margem da sociedade, principalmente as mulheres negras, que sorriam o preconceito por ser mulher e por serem negras e pobres na sociedade e no mundo do trabalho. Contudo, isso veio mudando a partir dos movimentos de mulheres e movimento negro, que começaram a reivindicar os seus direitos, se empoderando, o que contribuiu para construir novas relações e formas de luta coletiva na busca de transformação das pessoas enquanto sujeitos/as sociais.

Atualmente, as mulheres são consideradas chefes de família, na medida em que, são tidas como principal referência. Fenômenos como o elevado índice de mulheres negras solteiras ou separadas, o avanço delas no mundo do trabalho e na busca de oportunidades no que diz respeito à escolaridade, são indicadores relevantes que contribuem para

o estudo das transformações que ocorrem nas relações familiares. São mecanismos de elevação da escolaridade, de emancipação e presença no mundo de trabalho são reconhecidos enquanto fatores que promovem o empoderamento dessas mulheres (Reina e Trindade, 2015).

De acordo com o Guia de cadastramento de Comunidades Quilombolas (2010), as comunidades quilombolas são grupos com identidade cultural própria e se formaram por meio de um processo histórico que começou nos tempos de escravidão no Brasil. Estas comunidades quilombolas têm em sua marca a resistência às diversas formas de dominação e opressão, apesar de terem a sua memória desrespeitada e apagada na história, preservaram seus costumes diante de um contexto histórico de luta, resistindo diante da persistente exclusão por raça e gênero.

Neste aspecto é relevante considerar a interseccionalidade, a partir da abordagem de Carla Akotirene (2019) que ressalta que a interseccionalidade nos mostra como e quando mulheres negras são discriminadas e estão mais vezes posicionadas em avenidas identitárias, que farão delas vulneráveis à colisão das estruturas e fluxos modernos. O que explica o cruzamento dos diversos marcadores sociais, a exemplo do racismo e sexismo, despertando a vulnerabilidade das mulheres negras diante desse processo (Collins, 2021).

A violência doméstica contra a mulher é um fenômeno que fere os direitos humanos, afetando a vida, a integridade física e a saúde das mulheres, sobretudo, no Brasil, não deve ser visto e debatido como um fenômeno sociocultural homogêneo, mas de caráter heterogêneo, visto que o Brasil é composto por diferentes realidades, devido ao seu processo civilizatório e sua extensão territorial. Ademais, é necessário que o debate de gênero e políticas públicas voltadas para o enfrentamento à violência sejam fortalecidos em diferentes aspectos e alcancem às mulheres que vivem distantes da zona urbana, sobretudo as mulheres quilombolas.

Na perspectiva de Santos (2012), a aproximação das quilombolas do movimento feminista é algo bastante complexo, sobretudo por questões culturais que interferem na visão de mundo, principalmente em relação a sexualidade. Nas primeiras décadas do século XX, no Brasil, a maior parte da classe operária é composta por mulheres e crianças, assim a historiografia nos põe diante de uma triste realidade para a vida destas no mundo do trabalho: péssimas condições de trabalho, baixos salários, preconceitos e assédios. Diante disso, as mulheres se organizaram e passaram a lutar, mesmo sob ameaça dos patrões, para que

houvesse melhores condições, redução de carga horária, salários mais justos e contra o constante assédio.

Ao focar a questão do trabalho feminino, é impossível desconsiderar o fato de que as mulheres negras já estavam no mundo do trabalho, expostas na esfera pública da sociedade, como escravizadas, logo submetidas a uma série de violações. Paula (2012, p. 157) aponta:

No Brasil, por serem consideradas não humanas e propriedade privada, já que eram adquiridas através de compra, as negras eram tidas como sexualmente disponíveis, também pela diferença cultural no comportamento e no vestuário em relação às mulheres ocidentais. A mulher negra era submetida a diversos tipos de violência: física, sexual, psicológica, entre outras.

Diante disso, concordo com González (1982) quando diz que os negros sofrem uma opressão tripla, vinda da dominação de raça, gênero e classe. Por todo esse processo, a mulher negra é ainda mais vulnerável dentro da sociedade patriarcal, bem como as mulheres quilombolas e nesse caso, dentro do mundo do trabalho. As mulheres negras saíram de escravizadas para ocupar posições inferiores e de baixa remuneração no mundo do trabalho, sobretudo pelo fato de muitas delas não serem alfabetizadas.

Assim, a pouca escolaridade e a falta de uma profissão considerada ‘qualificada’ justificam o lugar que a mulher negra ocupa no mercado de trabalho: o mais desvalorizado socialmente e de pior remuneração (Brito, 1997). Nesta perspectiva o IBGE em seu estudo sobre Desigualdades Sociais por Cor ou Raça no Brasil, desenvolvido em 2018: Destaca-se a vantagem dos homens brancos sobre os demais grupos populacionais, sendo que a maior distância de rendimentos ocorre quando comparados às mulheres pretas ou pardas, que recebem menos da metade do que os homens brancos recebem (44,4%). Sendo assim, o Brasil segue desigual no que se refere ao salário de um homem branco em comparação a uma mulher preta.

Atualmente as jovens mulheres negras vêm conquistando o seu espaço político e social, desconstruindo a ideologia de que a mulher está restrita ao ambiente privado (da casa, família) e ao trabalho escravo, buscando acesso aos direitos civis e humanos que lhes foram negados ao longo da história. Atualmente, buscam ocupar espaços que lhes proporcionam conhecimento e a força necessária para continuarem lutando por uma educação de qualidade, melhores funções no mercado de trabalho, salários dignos, acesso à saúde, habitação, segurança, dentre outros direitos que lhes são garantidos a partir da Constituição Federal de 1988.

Majoritariamente as famílias são chefiadas por mulheres, que além de serem os pilares da casa, cuidam de seus filhos, entre outras atividades, enquanto o homem ainda detém o poder, em virtude da construção social que o legitima como autoridade, repercutindo em esquemas perceptíveis e imperceptíveis de reprodução da dominação masculina (Bourdieu, 2014).

Nesse contexto de chefia de famílias, as mulheres solteiras e separadas, aquelas que não estão enquadradas no modelo tradicional de família precisam abandonar os estudos para poder se dedicar inteiramente ao cuidado das crianças, ao trabalho e enfrentar a vulnerabilidade socioeconômica presente na realidade das mulheres periféricas, o que para elas é imprescindível para garantir uma alimentação segura para os filhos (Trindade e Sobreira, 2015).

Apesar das desigualdades de classe social, gênero e raça, é fundamental abordar as conquistas dessas mulheres, e principalmente a busca pela continuidade do processo de escolarização, dentro da perspectiva de empoderamento. As mulheres têm buscado acessar uma educação de qualidade para que possam sair dos empregos localizados nos guetos da subalternização, buscando avanços na sociedade, tornando-se protagonistas de sua história.

Em relação às questões de gênero, é imprescindível compreender que a diferença de gênero está associada às relações de poder, pois a construção do gênero se dá na sociedade, tendo sua base nas diferenças observadas entre o sexo (Scott, 1995). Desse modo, o gênero é o primeiro elemento a caracterizar as relações de poder, assim, a submissão da mulher à dominação masculina é explicada a partir da associação da categoria gênero com a corrente teórica do patriarcado.

A década de 1970 marca a segunda onda do feminismo da América Latina, no qual as mulheres atuam na resistência à Ditadura Militar (Costa, 2005) e há, também a politização do fenômeno da violência contra a mulher e o fortalecimento do Movimento Feminista Brasileiro atuando em diversos espaços. “Ao mesmo tempo que denunciavam desigualdades de classe, os movimentos de mulheres – ou as mulheres nos movimentos – passaram também a levantar temas específicos à condição da mulher como direito a creche, saúde da mulher, sexualidade e contracepção e violência contra a mulher” (Farah, 2004, p. 51).

Sobre as políticas públicas voltadas para o enfrentamento à violência contra a mulher no âmbito governamental, Santos (2008, p. 02) afirma que,

O processo de institucionalização das demandas feministas nesta área pode ser identificado com três momentos institucionais: primeiro, o da criação das delegacias da mulher, em meados dos anos 1980; segundo o do surgimento dos Juizados Especiais Criminais, em meados dos anos 1990; terceiro, o do advento da Lei 11.340, de 07 de agosto de 2006, a chamada Lei “Maria da Penha.

Embora essas ações governamentais representem um avanço nas políticas públicas de enfrentamento a violência contra a mulher, Santos (2008, p. 03) chama a atenção para o confronto ideológico entre as ações do Estado, uma vez que se limitaram (no caso das Delegacias e Juizados) à criminalização da prática e retrocederem as penas dos crimes denominados de menor potencial ofensivo, o que foi alterado com a Lei 11.340/06.

No ano de 2007, foi realizada a II Conferência de Políticas para as Mulheres, organizada pela Secretaria de Políticas para as Mulheres (SPM), órgão criado em 2003, sendo lançado o Pacto Nacional de Enfrentamento à Mulher. Este, é formado por eixos estruturantes para a garantia da aplicabilidade da Lei Maria da Penha; fortalecimento da rede de serviços para mulheres em situação de violência; garantia de segurança cidadã e acesso à justiça; garantia dos direitos sexuais e reprodutivos; garantia da autonomia das mulheres em situação de violência.

Quanto ao território Santiago do Iguape, enquanto marcador espacial dessa pesquisa compreende-se que os povos quilombolas sofrem historicamente a negação das suas próprias terras, e enquanto nativos lutam constantemente por esse direito e por acesso a todos os direitos fundamentais para uma vida digna. Neste ponto de vista, Almeida (2010) expõe que o direito ‘quilombola’ que a Constituição Brasileira visa alcançar é o direito sobre o lugar, o direito não exclusivamente à terra ou às condições de produção, mas sobretudo o seu reconhecimento na ordem jurídica que é, uma política de direitos humanos, considerando a memória da história dos seus antepassados de resistência a escravidão.

Trabalhar mulheres negras quilombolas, oriundas da camada popular, que fazem parte dos arranjos familiares contemporâneos, mais que ainda são recusados por grupos conservadores, é buscar uma educação para além dos espaços formais, considerando a pluralidade cultural dessas comunidades tradicionais, estimulando a criação e/ou fortalecimento de políticas públicas para este segmento, e que estas possam contribuir com a alteração do retrato das desigualdades enfrentadas pelas mulheres.

FONTES E METODOLOGIA

A pesquisa será realizada na Comunidade Quilombola, Santiago do Iguape, situada no Recôncavo da Bahia. As fontes históricas serão as narrativas orais das mulheres quilombolas, sua oralidade, suas experiências, fontes documentais e bibliográficas. Compreendendo que o passado só volta enquanto narrativa, serão consideradas as memórias da década de 1970 para possíveis aproximações e interpretações do contexto atual, tendo como área de concentração a História social e política.

O contexto histórico das comunidades quilombolas perpassa por lutas e resistências e observando as mudanças existentes da referida década até os dias atuais, percebe-se que o passado pode ser reconstruído, pode ser interpretado e recontado. Diante disso, concordo com Luca (2020, p. 09) quando afirma que “longe de serem estáticas, as interpretações sobre o passado estão sempre abertas a outras possibilidades de compreensão, o que significa que a História pode estar sempre sendo reescrita”. Assim, as memórias, a oralidade e fontes documentais são relevantes para a pesquisa.

Vale ressaltar que essa pesquisa tem como objetivo “investigar as relações de gênero no que tange a trajetória de mulheres quilombolas vítimas de violência doméstica a partir de um olhar interseccional”, portanto a metodologia proposta para a orientação deste estudo está pautada na concepção teórica da pesquisa qualitativa por entender que o objeto desta pesquisa não se trata de algo mensurável e estático.

Portanto, para que os objetivos sejam alcançados, inicialmente será utilizada a pesquisa bibliográfica e documental com a consulta a documentos de instituições e entidades relacionadas às questões de gêneros e às mulheres quilombolas. Conforme André e Ludcke (1987), a técnica da análise documental é extremamente valiosa para a compreensão de um determinado objeto de estudo e sua utilização, na medida em que permite a emergência de novos aspectos do problema. Assim, pretende-se buscar informações relevantes para entendimento das questões norteadoras da pesquisa proposta.

A IDA A CAMPO: NEGOCIAÇÃO, CONSTRUÇÃO DE NOVAS RELAÇÕES

Neste cenário de ida a campo e contato inicial com as mulheres da comunidade quilombola de Santiago do Iguape, como abordagem

metodológica, utilizou-se técnicas da pesquisa etnográfica, possibilitando a coleta dos dados. Nesta perspectiva, a “etnografia é a coleta direta e, o mais minucioso possível, dos fenômenos que observamos, por uma impregnação duradoura e contínua e um processo que se realiza por aproximações sucessivas” (Laplatine, 1987, p. 25). Além disso, Macedo (2004, p. 89) aponta que “o pesquisador estará sempre buscando novas respostas e indagações para o desenvolvimento do seu trabalho”. Essa opção metodológica assume uma posição de um estudo mais aprofundado e detalhado, a fim de se obter um amplo conhecimento sobre as sujeitas a serem pesquisadas (Gil, 2010).

Nesta perspectiva, o primeiro contato deu-se a partir da contextualização do objetivo da pesquisa e interesse da referida comunidade enquanto objeto de estudo, possibilitando a negociação e aceite da pesquisadora em campo para a possível imersão na comunidade, o que garantiu um olhar interseccional acerca das trajetórias das mulheres quilombolas que são atravessadas por diversos marcadores sociais.

CONSTRUÇÃO DA RELAÇÃO INSTITUCIONAL: AS MULHERES QUILOMBOLAS E A PESQUISADORA

A pesquisa é etnográfica, de cunho exploratório, portanto, obtêm-se frequentemente descrições tanto qualitativa, quanto quantitativa do objeto de estudo, e o investigador deve conceituar as inter-relações entre as propriedades do fenômeno, fato ou ambiente observado. Desta forma a pesquisa assume, assim, um caráter exploratório, visto que, por se tratar de povos tradicionais e de uma questão subjetiva, precisa ser tratado com o devido cuidado, permitindo que as entrevistadas fiquem à vontade para deixar suas impressões referente à temática desse estudo.

A relação entre as mulheres quilombolas e a pesquisadora, enquanto construção institucional, perpassa pelo respeito ao objeto e ao seu contexto histórico, respeito às suas memórias, particularidades e especificidades, respeito a sua cultura e suas vivências, respeito a sua pluralidade cultural, respeito a sua história, seus costumes, sua forma de enxergar o mundo. Estabelecer uma relação de confiança também contribui na leitura e olhar sobre a realidade do objeto, em especial das mulheres quilombolas que se encontram em situação de violência doméstica.

Também, compondo a outra parte da pesquisa, está sendo utilizado enquanto fonte, a oralidade das mulheres, bem como sua escrevivência, por acreditar que suas narrativas trazem dados fundamentais para

responder às questões dessa pesquisa, além de torná-las protagonistas desse estudo. Compreendendo enquanto técnicas fundamentais da pesquisa etnográfica, a aproximação às mulheres quilombolas no campo empírico, a participação dos momentos de socialização delas com atores sociais da localidade, participação de eventos culturais, bem como a observação e a coleta de dados, o que vem possibilitando identificar às possíveis políticas públicas desenvolvidas neste contexto.

Dessa forma, entendendo os povos de comunidades tradicionais dentro de um contexto da desigualdade social e exclusão por historicamente estarem a margem da sociedade e vivenciando um contexto de invisibilidade, as técnicas da pesquisa etnográfica na perspectiva de Mattos (2011) é importante, na medida em que primeiro preocupa-se com uma análise holística ou dialética da cultura, isto é, a cultura não é vista como um mero reflexo de forças estruturais da sociedade, mas como um sistema de significados mediadores entre as estruturas sociais e as ações e interações humanas. Permitindo assim, a análise considerando o processo histórico do objeto.

Quanto ao território, compreende-se que povos de comunidades quilombolas sofrem historicamente a negação das suas próprias terras, e lutam constantemente por esse direito e por acesso a todos os direitos fundamentais para uma vida digna. Neste ponto de vista, Almeida (2010) expõe que O direito ‘quilombola’ que a Constituição Brasileira visa alcançar é o direito sobre o lugar, o direito não exclusivamente à terra ou às condições de produção, mas sobretudo o seu reconhecimento na ordem jurídica que é, uma política de direitos humanos, considerando a memória da história dos seus antepassados de resistência a escravidão.

Ademais, o Brasil era um país escravista e não um país que possuía escravos, existia uma estrutura escravista, um sistema. Diante desse contexto, houve resistência escrava, os povos negros se aquilombavam, ou seja, formavam grupos de quilombos para luta e resistência contra esse sistema (Reis, 1996). O Recôncavo Baiano historicamente teve forte resistência do povo negro.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considerando a educação em gênero, raça/etnia e direitos humanos na História social, este estudo tem possibilitado o entendimento de sujeitos e sujeitas engendradas, atravessadas pelas relações de diversos marcadores sociais, e por se tratar de mulheres quilombolas e violência

doméstica, é imprescindível considerar que além da questão de gênero, estão em posições estruturais nas diversas relações, sendo assim atingidas constantemente pela intensidade e rapidez dos vários marcadores, como por exemplo, a diferença diante da divisão sexual de trabalho, onde a mulher negra é sempre mal remunerada. Nas comunidades quilombolas ainda há a discriminação histórica que sofrem por território, que por constituírem uma categoria de povos e comunidades tradicionais, estas apesar de algumas transformações na sociedade, ainda sofrem processos discriminatórios diante da má aplicação das políticas públicas, sobretudo no acesso à saúde e à justiça.

O presente estudo está em fase de pesquisa de campo, onde estão sendo feitas as observações a partir das vivências das mulheres, imersão na comunidade enquanto espaço etnográfico, escutas das narrativas das quilombolas, considerando um olhar interseccional para as relações de gênero, raça e classe, enquanto marcadores sociais que atravessam as mulheres negras, focando no fenômeno da violência doméstica contra a mulher, em especial, as mulheres negras quilombolas, as quais está direcionado este estudo.

REFERÊNCIAS

AKOTIRENE, Carla. Vamos pensar direito: interseccionalidade e as mulheres negras. *Interseccionalidade / Carla Akotirene* – São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019. 152 (Femininos Plurais / Coordenação Djamilia Ribeiro).

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. Nas bordas da Política Étnica: os quilombos e as políticas sociais. IN: *BOLETIM INFORMATIVO DO NUER: Territórios Quilombolas: reconhecimento e Titulação das Terras*. Florianópolis, NUER, v.2, n.2, 2005:15-57.

ALMEIDA, Mariléia. A experiência de mulheres quilombolas: raça e gênero na criação de corpos étnicos. *Anais do XVI Encontro Regional de Histórias da Anpuh-Rio: Saberes e práticas científicas*. ISBN 978-85-65957-03-8. ANPUH-RIO, 28 de julho a 01 de agosto de 2014.

BENTO, Maria Aparecida Silva. A mulher negra no mercado de trabalho. In: *Estudos Feministas*, nº 2/1995. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/viewFile/16466/15036>>. Acesso em 29 de outubro de 2022.

BRASIL. Lei nº 11.340, de 07 de agosto de 2006. Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher. Brasília. Diário Oficial da República Federativa do Brasil. 7 de agosto de 2006; 185º da Independência e 118º da República. Brasília, DF. Disponível em < <http://www.planalto.gov.br/ccivil-03/-ato2004-2006/2006/lei/11340.htm> > Acesso em 20 de dezembro de 2021.

BOURDIEU, P. A dominação masculina. 10ª. Ed. Trad. de Maria Helena Kuhner. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011.

BRITO, Benilda Regina Paiva. Sociedade: Mulher, negra e pobre – A tripla discriminação. Teoria e Debate nº 36 – outubro/ novembro/ dezembro de 1997. Disponível em: [file:///C:/Users/Gel/Downloads/3257-11623-2-PB%20\(1\).pdf](file:///C:/Users/Gel/Downloads/3257-11623-2-PB%20(1).pdf). Acesso em 29 de outubro de 2015.

CARVALHO, Maria do Carmo Brant (org.). A família Contemporânea em debate. São Paulo, Cortez, 1995.

COLLINS, Patrícia Hill. Interseccionalidade / Patrícia Hill Collins, Sirma Bilge; tradução Rane Souza. – 1ª. Ed. – São Paulo: Boitempo, 2021.

COSTA, A.A.A. O Movimento Feminista no Brasil: dinâmicas de uma intervenção política. Revista Gênero. v.5, n.2, p.9-35. Disponível em <http://www.ieg.ufsc.br/admin/dowloads/artigos/01112009-115122costa.pdf>. Acesso em 18/12/2017.

EVARISTO, Conceição. Escrevivências: identidade de gênero e violência na obra de Conceição Evaristo/Constância Lima Duarte, Maria do Rosário Alves P. Pereira. 2ª ed. - Rio de Janeiro: Malê, 2023. 376p.

FARAH, Marta Ferreira. Gênero e Políticas Públicas, Revista Estudos Feministas, Florianópolis. V.12, n.1, p.7-17. 2004.

GIL, Antônio Carlos. Como elaborar projetos de pesquisa. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

GONZALEZ, Lélia. O Papel da Mulher Negra na Sociedade Brasileira-uma abordagem político-econômica, Los Angels, 1979.

Guia de Cadastramento de Famílias Quilombolas. Cadastro Único para Programas Sociais. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). 2ª edição revisada – 2010.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas. Desigualdades Sociais por Cor ou Raça no Brasil. Estudos e Pesquisas: Informação

Demográfica e Socioeconômica n.41– 2018. https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101681_informativo.pdf.

LAPLANTINE, F. Aprender Antropologia. São Paulo: Brasiliense, 1987.

LUCA, Tânia Regina de. Práticas de Pesquisa em História / Tânia Regina de Luca. São Paulo: Contexto, 2020, p.9.

LUDKE, Menga; ANDRÈ, Marli. Pesquisa em Educação: Abordagens Qualitativas. São Paulo: EPU, 1987.

MACEDO, R. S. A etnopesquisa crítica e multirreferencial nas Ciências Humanas e na Educação. 2 ed. Salvador: EDUFBA, 2004.

MATTOS, CLG. A abordagem etnográfica na investigação científica. In MATTOS, CLG., and CASTRO, PA., orgs. Etnografia e educação: conceitos e usos [online]. Campina Grande: EDUEPB, 2011. pp. 49-83. ISBN 978-85-7879-190-2. Available from SciELO Books.

PAULA, M. V. De escrava à empregada doméstica: o fenômeno da (in) visibilidade das mulheres negras. Revista Latino-americana de Geografia e Gênero. Ponta Grossa. V. 3. n.2. p.155-164. ago./dez. 2012.

RAGO, Margareth. Descobrimos historicamente o gênero. Professora do Departamento de História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da UNICAMP, Cadernos PAGU, 1998.

REINA, V. S.; TRINDADE, D.F. Relações Afetivo-Sexuais de Mulheres Solteiras e Separadas: “Me Perdi”! In: IV Seminário Enlaçando Sexualidades. 4. Salvador – BA. Moralidades, Famílias e Fecundidade. Salvador – BA, Ed. EDUNEB, Volume 4, 2015.

REIS, João José. Uma história da liberdade. In: REIS, João José; GOMES, Flávio dos Santos (Org.). Liberdade por um fio: história do quilombo no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1996. 510 p.

SANTOS, C. M. Da delegacia da mulher à lei Maria da Penha: lutas feministas e políticas públicas sobre violência contra as mulheres no Brasil. CES (Oficina nº 301) março de 2001. Disponível em: < <http://www.ces.uc.pt/publicações/oficina/ficheiros/301.pdf>>.

SCOTT, J. Gênero: uma categoria útil para análise histórica. Educação e Realidade. Vol. 20, nº 2. Porto Alegre, 1995.

SOBREIRA, G. C.; TRINDADE, D. F.. A luta pela Igualdade de Gêne-

ro: a experiência da unidade móvel de acolhimento à mulher na promoção dos direitos humanos. in: II Fórum Baiano de Educação em Direitos Humanos, 2015, Salvador/BA. Anais do II Fórum Baiano de Educação em Direitos Humanos, 2015. v. 2. p. 223-226.

TRINDADE, D. F.; SOBREIRA, G. C. Classe, Raça e Gênero: O Retrato das Dificuldades Sociais Enfrentadas pelas Mulheres Solteiras e Separadas em Salvador – BA. In: II Fórum Baiano de Educação em Direitos Humanos. Salvador – BA. Educação de Jovens e Adultos: Protagonismo Juvenil e Práticas Pedagógicas. Salvador – BA, MPEJA/UNEB, DEDC-I/GREHI. Ed. Atual. V. 2, 2015, p. 279.

O ASSASSINATO DE MÃE BERNADETE E OS ENQUADRAMENTOS DA LEI DO FEMINICÍDIO

Rossana Maria Marinho Albuquerque¹

INTRODUÇÃO

O presente texto discute o caso de Mãe Bernadete, liderança negra quilombola assassinada com 22 tiros disparados por arma de fogo, em agosto de 2023, em sua residência, no estado da Bahia. O caso foi denunciado pelo Ministério Público da Bahia (MP/BA) como homicídio qualificado por motivo torpe. As investigações realizadas pela segurança pública do estado apontaram a autoria do crime a grupos atuantes no tráfico de drogas na região.

A discussão aqui proposta problematiza sobre a desconsideração da qualificadora do feminicídio na denúncia do crime, questionando os problemas na aplicação da lei 13.104/2015 (Lei do Feminicídio), e os enquadramentos produzidos sobre a letalidade feminicida, que tendem a associar majoritariamente o crime à violência doméstica e familiar. Ao discorrer sobre os elementos presentes no caso de Mãe Bernadete, há a consideração de se tratar de um feminicídio, ao tempo em que se discute a necessidade de observar mais amplamente as circunstâncias nas quais a categoria gênero está presente na letalidade que atinge as mulheres, em cenários diversos.

Em diálogo com os feminismos negros, decolonial e interseccional, o texto adota uma metodologia de pesquisa bibliográfica e documental para desenvolver a análise. A exposição a) inicia contextualizando o caso Mãe Bernadete; b) em seguida, discute os problemas da desconsideração da qualificadora do feminicídio no caso em questão; c) e, por fim, questiona os enquadramentos produzidos sobre o feminicídio no Brasil, que ofuscam a dimensão do gênero nas notificações dos crimes, bem como dificultam a produção de mecanismos de proteção das vidas das mulheres que acessem a complexidade de contextos de vida e riscos de letalidade, capazes de reduzir e evitar novas mortes.

O caso de Mãe Bernadete tem bastante relevância, pois se trata de uma mulher negra, liderança ativa na defesa dos territórios e povos

¹ Docente no curso de Ciências Sociais da Universidade Federal do Piauí e no Mestrado em Sociologia (PPGS/UFPI). Pesquisadora no Grupo de Pesquisas em Violências de Gênero e Feminicídio (GEPEFEM/UFPI).

quilombolas, que teve sua vida interrompida de forma violenta. Em se tratando de um país que vivencia os efeitos da colonização, com uma realidade que articula racismo, patriarcado, capitalismo e cisheteronormatividade, ampliar as chaves de compreensão dos feminicídios significa não somente lidar com os contextos de mortes violentas, mas também adotar uma perspectiva de afirmação dos direitos das mulheres que enfrente as opressões e desigualdades produzidas historicamente no Brasil.

CONTEXTUALIZANDO O CASO

Era 17 de agosto de 2023 e Maria Bernadete Pacífico, a Mãe Bernadete, 72 anos, estava na sala de sua residência assistindo televisão com seus netos, no Quilombo Pitanga dos Palmares, localizado em Simões Filhos, região metropolitana de Salvador/Bahia. Dois homens, com os rostos cobertos por capacete, chegaram em uma moto e entraram na casa, disparando 22 tiros contra ela, dos quais 12 atingiram seu rosto (Uzêda, 2024).

O assassinato teve bastante repercussão, pois se tratava de uma mulher negra, liderança quilombola, sambadeira, que se dedicava às lutas em defesa do território e de seu povo. O Quilombo Pitanga dos Palmares, onde vivia e atuava Mãe Bernadete, está localizado em uma Área de Proteção Ambiental (APA), de preservação da mata atlântica, e a comunidade enfrenta conflitos ligados a extração ilegal de madeira, empreendimentos econômicos com impactos sociais e ambientais, especulação imobiliária, além de problemas estruturais de acesso a serviços, que continuam afetando os/as moradores/as da região (Uzêda, 2024). O território é reconhecido como remanescente de quilombo pela Fundação Cultural Palmares desde 2004, mas as terras só foram oficialmente reconhecidas em 2024, meses após o assassinato de Mãe Bernadete (Franco e Souza, 2024).

Com o histórico de lutas pelos direitos das comunidades quilombolas, tendo participado da Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas (Conaq), Mãe Bernadete tinha atuação reconhecida dentro e fora da comunidade e vinha denunciando as ameaças e riscos que sofria por atuar em defesa do território. Quase seis anos antes, seu filho Flávio Gabriel Pacífico dos Santos, o Binho do Quilombo, foi assassinado, no contexto em que lutava contra a instalação de um aterro sanitário nas proximidades do território.

Até 2023, não houve andamento nas investigações do assassinato de Binho do Quilombo e Mãe Bernadete havia entrado no Programa

de Proteção aos Defensores de Direitos Humanos (PPDDH), por conta dos riscos enfrentados ao protagonizar as lutas no território, especialmente após o assassinato do filho (Franco e Souza, 2024). Mãe Bernadete morreu sem ver um desfecho na investigação do assassinato de seu filho e sem presenciar a titulação do território onde viveu e lutou por justiça social.

É importante mencionar a atuação de Mãe Bernadete na organização política das mulheres quilombolas, tendo sido uma das fundadoras do coletivo de mulheres da Conaq. Em junho de 2023, havia participado do “II Encontro Nacional de Mulheres Quilombolas”, que teve como tema “Quando uma mulher quilombola tomba, o quilombo se levanta com ela” (Cezar, 2024). Sua morte explicitou a vulnerabilidade vivenciada pelas lideranças quilombolas no país, especialmente as mulheres. Segundo dados da Conaq, desde o assassinato de Mãe Bernadete, mais cinco mulheres quilombolas foram mortas. A violência praticada contra lideranças quilombolas faz uso, em sua maioria, de arma de fogo e os crimes são marcados por práticas de crueldade, a exemplo de tortura e estrangulamento (Basilio, 2024).

Os trabalhos de investigação realizados pela Polícia Civil da Bahia indicaram a autoria e motivação do crime a grupos atuantes no tráfico de drogas na região. O Ministério Público Estadual da Bahia (MP/BA) denunciou o crime como “homicídio qualificado por motivo torpe, de forma cruel, com uso de arma de fogo e sem chance de defesa da vítima” (Amorim, 2024). Em um levantamento de notícias sobre o fato, foi possível constatar a maioria dos portais reproduzindo a versão da polícia e do MP/BA; alguns sites de comunicação alternativa apresentam críticas à relação entre o assassinato e o tráfico de drogas, apresentando a recusa das comunidades e organizações quilombolas à linha de investigação; duas publicações institucionais faziam menção à questão de gênero no fato: uma notícia veiculada pelo Ministério das Mulheres se referindo ao assassinato de Mãe Bernadete como um feminicídio (Governo Federal, 2024) e uma publicação da ONU Mulheres (ONU Mulheres, 2024), que provoca o Estado brasileiro a adotar uma perspectiva de gênero e raça na investigação do caso.

Embora minoritárias, as publicações que abordaram a perspectiva de gênero possuem bastante relevância e chamam a atenção para o protagonismo político da mulher que teve sua vida cruelmente interrompida. A notícia veiculada pelo Ministério das Mulheres caracteriza o crime como feminicídio, além de fazer alusão ao protagonismo da liderança feminina, mencionando a violência política, misoginia, o racismo

ambiental e religioso, constituintes do contexto do crime. Na ocasião da passagem de integrantes do Ministério das Mulheres pela Bahia, no velório de Mãe Bernadete, foram ouvidas lideranças mulheres quilombolas, que relataram ameaças sofridas com conteúdo misógino, praticadas por grileiros da região, a exemplo de “você é muito ousada porque não tinha um cabra macho para lhe dar uma surra” (Governo Federal, 2024). Para além de serem mulheres protagonizando lutas sociais por direitos e pelo território, as violências e ameaças direcionadas a elas se expressam não somente nas retaliações motivadas pelos interesses políticos e econômicos, mas possuem também as marcas generificadas da cultura patriarcal, neste caso agravada pela lógica racista e colonialista.

A LEI DO FEMINICÍDIO E A LETALIDADE BASEADA NO GÊNERO

Em 2015, foi inserida a qualificadora do feminicídio no Código Penal brasileiro, a partir da Lei 13.104/2015. O surgimento da lei foi um dos desdobramentos dos trabalhos da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI) da Violência, constituída em 2012 para investigar as omissões do Estado brasileiro na aplicação da lei 11.340/06 (Lei Maria da Penha/LMP). Em se tratando de um país que tem a violência patriarcal como um de seus componentes históricos, a Lei do Feminicídio teve contribuição importante para nomear esta modalidade de crime praticado contra as mulheres e destacar a responsabilidade pública do estado com as mortes (Romio, 2019). O texto da redação da lei ficou definido nos seguintes termos:

Femicídio

VI - contra a mulher por razões da condição de sexo feminino:

§ 2º -A Considera-se que há razões de condição de sexo feminino quando o crime envolve:

I - violência doméstica e familiar;

II - menosprezo ou discriminação à condição de mulher.

Aumento de pena

§ 7º A pena do feminicídio é aumentada de 1/3 (um terço) até a metade se o crime for praticado:

I - durante a gestação ou nos 3 (três) meses posteriores ao parto;

II - contra pessoa menor de 14 (catorze) anos, maior de 60 (sessenta) anos ou com deficiência;

III - na presença de descendente ou de ascendente da vítima (Brasil, 2024a, n.p).

É importante mencionar que o contexto de produção da Lei do Feminicídio foi permeado por bastantes tensões e disputas políticas, dentre elas as que levaram à adoção do termo “sexo” ao invés de “gênero”, mesmo que os debates em âmbito nacional e internacional pautassem as motivações generificadas deste tipo de letalidade. Mesmo com os limites da redação legal e seu profundo vínculo com os contextos de violência doméstica e familiar, o inciso II do § 2º contemplou a possibilidade de se vislumbrar os cenários de feminicídios mais amplamente, considerando situações nas quais a violência misógina apresenta outras dinâmicas e características (Campos, 2015).

O *Protocolo Latino-Americano de Investigação das Mortes Violentas de Mulheres por Razões de Gênero* se constituiu como um documento importante para orientar as discussões a respeito da criação de uma legislação específica sobre o feminicídio, bem como orientar parâmetros de investigação, julgamentos, elaboração de políticas públicas, que considerassem a perspectiva de gênero em caráter multifatorial. A partir das definições listadas no Protocolo Latino-Americano, é possível visualizar os cenários complexos nos quais a letalidade feminicida pode se manifestar em contextos não-íntimos, dentre eles os compreendidos por racismos ou questões étnicas, religiosas, atuação de grupos armados organizados, contextos territoriais. O Protocolo se ampara também nas previsões da Convenção sobre a eliminação de todas as formas de discriminação contra a mulher (CEDAW), tratado que prevê mecanismos de proteção dos direitos das mulheres em várias dimensões, ratificado pelo Brasil desde 1984.

No que se refere ao caso de Mãe Bernadete, algumas questões podem ser observadas: a) a primeira, já comentada, diz respeito ao protagonismo político da liderança feminina quilombola que, ao ser assassinada, se produz uma mensagem violenta de interdição da atuação política e de tudo o que ela representava para a comunidade quilombola; b) para além da quantidade de tiros disparados contra ela, chama atenção que mais da metade foram direcionados ao seu rosto, sendo uma das características presentes em feminicídios, que é a violência intensificada com o intuito de desfigurar traços da vítima ou atributos do feminino. No caso de Mãe Bernadete, seu rosto constituía a identidade do corpo político de uma mulher negra quilombola, que incorporava as lutas e expressões culturais de todo um povo; c) o crime foi praticado dentro da casa da vítima, sendo este o local predominante dos casos de feminicídios registrados no Brasil (Bueno, 2024), mas o fato de não envolver violência doméstica parece ofuscar as razões de gênero nele

contidas. Considerando que a vítima se encontrava em condições de proteção especial por parte do estado, por conta das ameaças e riscos de mortes que sofria, o assassinato demonstrou o quão vulnerável ela estava, tendo em vista que o crime foi cometido por desconhecidos que invadiram sua residência; d) em relação aos fatores que fazem agravar a pena de feminicídio, descritos no § 7º da lei, mais dois elementos se manifestam no caso de Mãe Bernadete: inciso II, que trata de pessoa maior de 60 anos e inciso III, quando o crime for cometido na presença de descendentes da vítima, neste caso os netos da liderança quilombola.

Uma vez que o crime foi caracterizado como homicídio qualificado, desconsiderando a qualificadora do feminicídio, particularidades importantes do caso acabam por ser silenciadas. As mobilizações em torno da inserção da qualificadora no Código Penal tiveram como objetivo principal destacar as violências de gênero que afetam as mulheres historicamente no Brasil. Ao se optar pelo homicídio qualificado, toda a trajetória da liderança política é ofuscada, o que podemos considerar como uma violência simbólica contra a memória de uma mulher que protagonizou lutas importantes ao longo de sua vida.

Na próxima seção, são discutidos os enquadramentos produzidos sobre os feminicídios desde a Lei 13.104/2015, destacando seus limites e implicações, no reconhecimento dos crimes em uma perspectiva de gênero e até mesmo na produção de dados, que acaba por ser afetada. No caso específico tratado no texto, os problemas observados são vários, desde a banalização das razões do assassinato (associação do crime à atuação de grupos ligados ao tráfico de drogas) até os silenciamentos sobre as lutas das comunidades quilombolas, historicamente afetadas pelos colonialismos e racismos.

DESESTABILIZANDO OS ENQUADRAMENTOS SOBRE O FEMINICÍDIO

Em Albuquerque (2024), discuto alguns dos limites e enquadramentos produzidos pela Lei do Feminicídio, que podem ser sintetizados nos seguintes argumentos: a) a *“condição do sexo feminino”*: o feminicídio ficou definido por lei como crime cometido pelas razões da condição do sexo feminino. O termo “sexo” foi adotado por conta de uma pressão da bancada evangélica na Câmara Federal e produz consequências, por essencializar a condição feminina, ser transexcludente e limitar a percepção sobre os fatores constituintes nas experiências de ser mulher que é vítima da letalidade feminicida.

Ao situar as motivações na “condição do sexo feminino”, o texto da lei desloca a questão para o corpo da mulher e não para as relações violentas de gênero que produzem a letalidade. O “sexo feminino” acaba aprisionado em uma condição binária hierarquizada, que não alcança as complexas experiências do ser mulher e as circunstâncias que podem ocasionar os assassinatos. Ao mesmo tempo em que se produz um forte imaginário do feminicídio associado ao contexto doméstico/familiar, não significa que as vidas das mulheres estejam mais protegidas nesses cenários, pois os dados do Anuário da Segurança (Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2024) continuam demonstrando o predomínio de feminicídios ocorridos nas residências das vítimas, além do aumento de casos a cada ano.

[...] se o feminicídio é motivado pela violência de gênero, sua causa está contida nas relações; se ele ocorre por conta da condição do sexo feminino, eu aprisiono este corpo a uma relação assimétrica, na qual uma das partes parece estar condenada à sujeição – a mulher é situada como vítima, no pior sentido da expressão. O texto da lei, então, essencializou e inferiorizou a mulher, na contramão de debates internacionais que caminhavam no sentido de afirmar os direitos, a autonomia das mulheres e a busca pela equidade de gênero. Além disso, vários têm sido os casos de feminicídios em que as mulheres são assassinadas quando estavam em alguma posição de protagonismo, ou quando decidem romper com relacionamentos violentos, o que demonstra mais uma vez quão problemática é a utilização da expressão “condição do sexo feminino” (Albuquerque, 2024, p. 09).

b) *violência como uma questão de gênero*: o modo como o gênero foi essencializado no texto da lei contribui para limitar a percepção do inciso II do § 2º, que em tese incluiria as situações para além dos contextos de violência doméstica e familiar. Enfatizar as dimensões históricas e sociais do gênero (Scott, 1995; Connell e Pearse, 2015) é fundamental para o debate sobre a questão dos feminicídios, que leve em conta as particularidades dos contextos e das experiências de mulheridades, que não se configuram como modelos universais. É importante mencionar que a lógica patriarcal também se expressa na mentalidade dos sujeitos que atuam nas instituições, de modo que, ao longo dos 9 anos de existência da Lei do Feminicídio, vários têm sido os casos em que a qualificadora tem sido desconsiderada nos julgamentos, mesmo em situações que envolviam violência doméstica e familiar ou violência sexual (Bianchini, Bazzo e Chakian, 2024), demonstrando que o gênero

é um campo de permanentes tensões e disputas sobre modos de existir socialmente.

c) *os enquadramentos e suas lacunas*: em virtude dos essencialismos já comentados, da forte vinculação da ideia de feminicídio associada à violência no contexto íntimo, muitas lacunas existem no âmbito das notificações dos casos, influenciando na produção de dados e estatísticas sobre o fenômeno. Neste sentido, feminicídios que não se encaixam no imaginário hegemônico da violência doméstica e familiar nem sempre são compreendidos enquanto tal, provocando subnotificações em casos que envolvam mulheres lésbicas, travestis, mulheres trans ou mulheres cisgênero em contextos de vida para além do cenário doméstico (Albuquerque, 2024).

Muitos desses espaços – como trabalho, escolas, universidades, espaços de lazer – não contam com instrumentos que possam coibir as situações de violência de gênero (assédios, discriminações, ameaças, etc.), o que potencializa a ocorrência de suas manifestações, podendo levar à letalidade. Como essas práticas não estão nomeadas em vários espaços de sociabilidade, as violências de gênero existem, mas nem sempre visualizadas enquanto tal, fragilizando a proteção das vidas e ocultando potenciais riscos de mortes. É fundamental enfatizar a perspectiva de gênero na discussão sobre as lacunas existentes na Lei do Feminicídio e ampliar a percepção sobre as expressões das violências de gênero existentes, que se conectam com outras modalidades de opressão, com o intuito de evitar essas mortes (Albuquerque, 2024, p. 12).

d) *desessencializar o gênero interseccionalmente*: os feminismos negros, decoloniais e interseccionais (Akotirene, 2020; Gonzalez, 2020; Lugones, 2014; Collins e Bilge, 2021) têm contribuído para questionar as essencializações e universalizações das concepções de gênero, trazendo à tona a complexidade dos contextos históricos, que situam as mulheres em posições desiguais, considerando que o gênero pode se combinar com processos de colonialidade, racialização, conflitos étnicos, desigualdades sociais, questões territoriais, modelos normativos de orientação sexual, o que demanda um olhar que apanhe as particularidades que se expressam nas experiências. Em uma sociedade de herança colonial como o Brasil, essas chaves analíticas são fundamentais para o enfrentamento das violências de gênero que vislumbrem as diferenças e desigualdades que permeiam as vidas das mulheres, com inúmeras implicações no acesso a direitos e proteção de suas vidas.

APAGAMENTOS E VIOLÊNCIAS SIMBÓLICAS NO CASO MÃE BERNADETE

Retomamos a discussão sobre a desconsideração do feminicídio no caso de Mãe Bernadete. A primeira questão a considerar é o contexto de colonialismo patriarcal e racista que marca a história brasileira, com suas consequências para as populações negras e indígenas, mesmo após o advento da república. As violências coloniais e as imposições estruturais relegaram a população negra a processos de marginalização e vulnerabilidades (Gonzalez, 2020). As narrativas coloniais produzem apagamentos históricos dos processos de resistências contracoloniais, reiterando memórias que valorizam as lógicas colonizadoras em detrimento dos sujeitos violentados e explorados ao longo da história.

Se pensamos o gênero como uma categoria social que se produz nas práticas dos sujeitos, compreendemos que o ser mulher se constitui nos contextos de vida que particularizam suas existências. A existência de Mãe Bernadete como mulher está profundamente ligada às experiências das comunidades remanescentes de quilombolas, às lutas do povo negro pela afirmação de direitos e enfrentamento dos efeitos do colonialismo e das injustiças sociais, na defesa dos territórios de vida comunitária e preservação da natureza, na afirmação das expressões culturais que marcam as identidades individuais e coletivas de todo um povo. A condição do gênero feminino desta mulher se manifesta no seu contexto de vida.

Quando a qualificadora do feminicídio é descartada, a trajetória de Mãe Bernadete é silenciada e este enquadramento influencia na comção pública sobre a importância desta vida e do quanto ela é enlutável. Nas palavras de Butler (2017, p. 15),

[...] se queremos ampliar as reivindicações sociais e políticas sobre os direitos à proteção e o exercício do direito à sobrevivência e à prosperidade, temos antes que nos apoiar em uma nova ontologia corporal que implique repensar a precariedade, a vulnerabilidade, a dor, a interdependência, a exposição, a subsistência corporal, o desejo, o trabalho e as reivindicações sobre a linguagem e o pertencimento social.

Além da desconsideração do feminicídio, a associação “homicídio – tráfico de drogas”, majoritária no noticiário sobre o fato, reforça o enquadramento da banalização da morte, deslocando a atenção das motivações do crime para a atuação de grupos armados e eclipsando todos

os interesses políticos e econômicos existentes na região do quilombo, que afetam e ameaçam a vida comunitária e atuação das lideranças locais.

A relação corpo-território é pertinente para refletir sobre como a lógica econômica se entrelaça com violências patriarcais e neocoloniais, por meio de processos predatórios de exploração de corpos e territórios, que chegam para as mulheres negras como formas de violências. García-Torres *et al.* (2023, p. 39) propõem o conceito de (re) patriarcalização dos territórios,

Como uma forma de dar nome ao entrelaçamento das violências relacionadas ao atual ciclo de expansão do capital no continente, bem como à resposta coletiva que as mulheres estão dando contra a territorialização dos megaprojetos, contra as formas neocoloniais de expropriação dos espaços de vida e contra a reconfiguração do patriarcado, como requer o modelo extrativista.

Acrescentam os autores mais adiante que:

As mulheres, cujos territórios e corpos estão sob ameaça de expropriações vinculadas a projetos petrolíferos, mineradores, agroindustriais ou urbanos, estão se unindo para se transformar em um rio de resistência transcontinental. O conceito de (re)patriarcalização dos territórios procura desenvolver e traduzir em ideias o que há séculos é parte do conhecimento ancestral das mulheres: o capitalismo, o colonialismo e o patriarcado estão intrinsecamente relacionados. Por isso, é necessário incorporar perspectivas feministas interseccionais para pensar em transições para sociedades pós-extrativistas (García-Torres *et al.*, 2023, p. 46).

Para que se possa ampliar as chaves de compreensão dos feminicídios é necessário descolonizar noções e observar interseccionalmente como as violências se inserem nos contextos de vida das mulheres, expondo algumas delas mais intensamente à letalidade. No caso de Mãe Bernadete, enfatizar sua atuação política enquanto mulher negra quilombola é fazer justiça para com sua memória e denunciar as violações de direitos que permearam sua vida. Considerar que seu assassinato foi um feminicídio é também reivindicar sua condição de mulher, especialmente em se tratando de um país que historicamente desumaniza corpos negros e legitima as mais variadas violências.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente texto discutiu sobre o assassinato de Mãe Bernadete, problematizando sobre os enquadramentos da Lei do Feminicídio e, especificamente, sobre o caso ter sido considerado um homicídio qualificado, descartando a qualificadora do feminicídio. Até a finalização deste texto, não houve indicativo de mudança no curso da investigação do assassinato, ou de alguma pressão institucional pela mudança de enquadramento do crime.

Recentemente, entrou em vigor a Lei Nº 14.994/24 (Brasil, 2024b), que tornou o feminicídio um crime independente e ampliou o tempo de cumprimento da pena. Com a nova legislação, o crime deixou de ser uma qualificadora do homicídio, porém é preciso observar problemas que podem persistir. O texto da lei, em grande medida, mantém os enquadramentos da redação anterior, permanecendo “a condição do sexo feminino” e a previsão de circunstâncias majoritariamente associadas ao contexto de violência doméstica e familiar, que podem invisibilizar outros cenários de crimes.

Uma vez que a principal alteração se dá na ampliação do tempo de cumprimento de pena, não há garantias de que os feminicídios sejam enquadrados como tal em virtude da mudança de *status* do crime. O que se tem observado, ao longo dos anos de vigência da lei 13.104/2015, são tentativas de descaracterizar a nomeação da letalidade baseada no gênero, que reforçam, de certa maneira, a lógica patriarcal produtora das mais variadas violências contra as mulheres.

Ao que tudo indica, a defesa da perspectiva de gênero no enfrentamento das violências permanece em um terreno de disputas de significados. O que se pode visualizar é que permanece o campo de disputas em torno das questões de gênero, da necessidade de afirmar enfaticamente os direitos e mecanismos de proteção das vidas das mulheres em seus vários contextos sociais. Nos casos em que as vidas foram perdidas para a letalidade feminicida, permanece a necessidade de lutar por julgamentos que adotem a perspectiva de gênero, nomeando adequadamente os crimes e suas motivações, responsabilizando o Estado brasileiro por suas obrigações e omissões.

O caso de Mãe Bernadete sintetiza muitos dos desafios a serem enfrentados no que se refere à defesa dos direitos das mulheres em perspectiva feminista decolonial e interseccional, considerando o valor social desta vida perdida e nos significados de sua morte para as lutas do povo negro no Brasil. Destacar a relevância do seu protagonismo

político é fazer justiça com sua trajetória e sua memória; é assumir o compromisso com a defesa da vida e dos direitos das mulheres.

REFERÊNCIAS

AKOTIRENE, Carla. Interseccionalidade. São Paulo: Sueli Carneiro; Editora Jandaíra, 2020.

ALBUQUERQUE, R. M. M. Oito Anos da Lei do Feminicídio (13.104/15) e Muitos Desafios. *Mediações - Revista de Ciências Sociais*, Londrina, v. 29, n. 1, 2024.

AMORIM, Gabriela. Mãe Bernadete morreu porque lutava contra o tráfico de drogas, afirma Ministério Público da Bahia. *Brasil de Fato*. Disponível em: <https://www.brasilefato.com.br/2023/11/16/mae-bernadete-morreu-porque-lutava-contr-o-traf-ico-de-drogas-afirma-ministerio-publico-da-bahia>. Acesso em: 15 out. 2024.

BASILIO, Ana Luisa. Carta Capital. Pesquisa aponta 5 assassinatos de mulheres quilombolas desde o caso Mãe Bernadete. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/sociedade/pesquisa-aponta-5-assassinatos-de-mulheres-quilombolas-desde-o-caso-mae-bernadete/>. Acesso em: 15 out. 2024.

BIANCHINI, Alice, BAZZO, Mariana, CHAKIAN, Silvia. Crimes contra mulheres: Lei Maria da Penha, Crimes Sexuais, Feminicídio e Violência Política de Gênero. São Paulo: Editora JusPodvm, 2024.

BRASIL. Lei n. 13.104, de 9 de março de 2015. Altera o art. 121 do decreto-lei n. 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal, para prever o feminicídio como circunstância qualificadora do crime de homicídio, e o art. 1. da lei n. 8.072, de 25 de julho de 1990, para incluir o feminicídio no rol dos crimes hediondos. Brasília, DF: Presidência da República, 2015. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/Lei/L13104.htm. Acesso em: 06 abr. 2024a.

BRASIL. Lei Nº 14.994, de 9 de outubro de 2024. Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), o Decreto-Lei nº 3.688, de 3 de outubro de 1941 (Lei das Contravenções Penais), a Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984 (Lei de Execução Penal), a Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990 (Lei dos Crimes Hediondos), a Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 (Lei Maria da Penha) e o Decreto-Lei nº 3.689, de 3

de outubro de 1941 (Código de Processo Penal), para tornar o feminicídio crime autônomo, agravar a sua pena e a de outros crimes praticados contra a mulher por razões da condição do sexo feminino, bem como para estabelecer outras medidas destinadas a prevenir e coibir a violência praticada contra a mulher. Brasília, DF: Presidência da República, 2024. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2024/lei/114994.htm. Acesso em: 20 out. 2024b.

BUENO, Samira et al. *Femicídios em 2023*. São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2024.

BUTLER, Judith. *Quadros de Guerra: quando a vida é passível de luto?* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017.

CAMPOS, Carmen Hein de. *Feminicídio no Brasil: uma análise crítico-feminista*. *Sistema Penal & Violência*, Porto Alegre, v. 7, n. 1, p. 103-115, 2015.

CEZAR, Ester. *Legado de Mãe Bernadete cresce como raiz de luta no Quilombo Pitanga dos Palmares (BA)*. Disponível em: <https://www.socioambiental.org/noticias-socioambientais/legado-de-mae-bernadete-cresce-como-raiz-de-luta-no-quilombo-pitanga-dos>. Acesso em: 15 out. 2024.

COLLINS, Patricia Hill; BILGE, Sirma. *Interseccionalidade*. São Paulo: Boitempo, 2021.

CONNELL, Raewyn; PEARSE, Rebecca. *Gênero: uma perspectiva global*. São Paulo: nVersos, 2015.

GARCÍA-TORRES, Miriam et al. *Extratativismo e (re)patriarcação dos territórios*. In: CRUZ HERNÁNDEZ, Delmy Tania; JIMÉNEZ, Manuel Bayón (orgs). *Corpos, territórios e feminismos*. São Paulo: Elefante, 2023.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. *18º Anuário Brasileiro de Segurança Pública*. São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2024. Disponível em: <https://publicacoes.forumseguranca.org.br/handle/123456789/253>. Acesso em: 20. Out. 2024.

FRANCO, Andressa e SOUZA, Karla. *Após um ano do assassinato de Mãe Bernadete, família questiona resultado das investigações e segue sofrendo ameaças*. Disponível em: <https://revistaafirmativa.com.br/apos-um-ano-do-assassinato-de-mae-bernadete-familia-questiona-resultado-das-investigacoes-e-segue-sofrendo-ameacas/>. Acesso em 15

out. 2024.

GOVERNO FEDERAL. Caso Mãe Bernadete: Ministério das Mulheres reúne-se com autoridades na Bahia. Disponível em: <https://www.gov.br/mulheres/pt-br/central-de-conteudos/noticias/2023/agosto/caso-mae-bernadete-ministerio-das-mulheres-reune-se-com-autoridades-na-bahia>. Acesso em 15 out. 2024.

GONZALEZ, Lélia. Por um feminismo afro-latino-americano: ensaios, intervenções e diálogos. Flávia Rios e Márcia Lima (orgs). Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

LUGONES, María. Rumo a um feminismo descolonial. Revista Estudos Feministas, Florianópolis, v. 22, n. 3, 2014.

ONU MULHERES. A ONU Mulheres recebe com consternação a notícia do assassinato de Mãe Bernadete Pacífico, na Bahia. Disponível em: <https://www.onumulheres.org.br/noticias/a-onu-mulheres-recebe-com-consternacao-a-noticia-do-assassinato-de-mae-bernadete-pacifico-na-bahia/>. Acesso em: 15 out. 2024.

ROMIO, Jackeline Aparecida Ferreira. Sobre o feminicídio, o direito da mulher de nomear suas experiências. Plural, São Paulo, v. 26, p. 79-102, 2019.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. Educação e Realidade, jul/dez de 1995.

UZÊDA, André. Mãe Bernadete e Binho do Quilombo lutavam contra empresa de filho de ex-governador da Bahia antes de serem mortos. Disponível em: <https://www.intercept.com.br/2023/08/30/mae-bernadete-e-binho-do-quilombo-lutavam-contra-empresa-de-filho-de-ex-governador-da-bahia-antes-de-serem-mortos/>. Acesso em: 15 out. 2024.

DESAFIOS E AVANÇOS NA PESQUISA SOBRE ASSÉDIO SEXUAL NAS UNIVERSIDADES BRASILEIRAS: UMA PERSPECTIVA DA EPISTEMOLOGIA FEMINISTA

Vanessa Mutti de Carvalho Miranda¹

ASSÉDIO SEXUAL: UMA VIOLÊNCIA SILENCIOSA NAS INSTITUIÇÕES

A violência de gênero é uma realidade presente em todas as culturas, perpetuada por instituições sociais como a família, a igreja, a escola, a mídia e o estado. O assédio sexual é uma forma específica de violência de gênero, que se caracteriza pela relação de poder desigual entre o assediador e a vítima. Segundo Marilena Chauí (2006), a violência se manifesta na desumanização do indivíduo, ao tratá-lo como objeto e negar-lhe a dignidade e a liberdade inerentes a todo ser humano. No contexto acadêmico, especialmente envolvendo professores ou servidores públicos, o assédio sexual representa uma grave violação ética e moral, comprometendo a integridade da instituição e os princípios de igualdade de oportunidades.

Adotar uma epistemologia feminista é essencial para desnaturalizar essa violência e questionar as estruturas de poder que a sustentam. A escassez de pesquisas sobre o tema reflete a resistência da academia e a naturalização das violências de gênero, evidenciando a necessidade de um questionamento profundo e crítico dos fundamentos que legitimam tais práticas. Investigar a violência de gênero permite ampliar a conscientização e desenvolver estratégias eficazes de combate ao assédio, considerando os impactos profundos na saúde mental e na vida acadêmica das vítimas.

A presença da violência sexual nos ambientes acadêmicos é alarmante, evidenciando a banalização do sofrimento das servidoras e estudantes. Essa constatação ressalta a necessidade urgente de programas de prevenção que abordem não apenas as violências de gênero,

¹ Professora de Sociologia no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia. Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal da Bahia.

mas também o assédio moral e sexual. Promover pesquisas nessa temática é fundamental para aprofundar o entendimento e desenvolver estratégias mais eficazes. Em suma, abordar o assédio sexual é crucial para criar ambientes educacionais seguros e justos, onde as vítimas se sintam apoiadas e os agressores sejam devidamente responsabilizados. A luta contra a violência de gênero é coletiva e exige um compromisso contínuo com a conscientização e a mudança social para construir um futuro mais igualitário.

Na atualidade, há um crescente debate sobre o assédio sexual nos meios de comunicação, mídias sociais, documentários e filmes. Ainda enfrentamos divergências e interpretações equivocadas que romantizam ou desconsideram a dignidade humana nas situações de assédio sexual contra mulheres. A naturalização dessa violência é exemplificada pela famosa fotografia de Alfred Eisenstaedt, “O Beijo da Times Square”² de 1945, que simboliza a romantização da violência de gênero no imaginário social. Essa imagem, quase 80 anos depois, ilustra como a violência contra a mulher continua a ser trivializada e romantizada, perpetuando a desumanização e a objetificação das vítimas.

Recentemente, a denúncia de assédio sexual feita pela ministra da Igualdade Racial, Anielle Franco³, contra o até então ministro dos Direitos Humanos, Silvio Almeida, destacou a complexidade da violência de gênero. Esse caso evidencia que a violência de gênero transcende marcadores sociais como raça e classe, mostrando que até intelectuais progressistas podem perpetuar essas práticas. Franco enfatizou que relativizar ou minimizar episódios de violência não é aceitável, e que é essencial reconhecer a gravidade dessas práticas e agir imediatamente. A denúncia demonstra que a violência de gênero é um problema estrutural que afeta mulheres de diferentes origens e posições sociais, reforçando a necessidade de um compromisso contínuo no combate a todas as formas de violência.

Na perspectiva sociológica, a violência de gênero e o assédio sexual refletem o patriarcado estrutural, um sistema que perpetua a supremacia masculina em todas as esferas da sociedade. Nos ambientes acadêmicos, essa dinâmica abusiva é evidente, com homens frequen-

2 Fotografia capturada no fim da Segunda Guerra Mundial, publicada pela revista Life em 14 de agosto de 1945. A imagem está disponível no banco de imagens da revista Life. <https://www.life.com/history/v-j-day-kiss-times-square>

3 Anielle Franco fala sobre denúncias de assédio sexual contra Silvio Almeida. Publicado em 6 de setembro de 2024. Disponível em: <https://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2024/09/06/anielle-franco-fala-sobre-denuncias-de-assedio-sexual-contra-silvio-almeida-nao-e-aceitavel-relativizar-ou-diminuir-episodios-de-violencia.ghtml>

temente se sentindo autorizados a assediarem estudantes. Apesar de o assédio sexual ser tema recorrente em palestras, reuniões e nas redes sociais, muitas vezes através de denúncias informais ou exposições públicas ('exposed'⁴), ele ainda é tratado de maneira discreta e velada. Del Priori (1999) observa que a sociedade ocidental aborda questões relacionadas à sexualidade e ao corpo feminino de forma sussurrada, minimizando a gravidade dessas violações.

O ASSÉDIO SEXUAL EM AMBIENTES ACADÊMICOS

No Brasil, o assédio sexual é definido pelo artigo 216-A do Código Penal como o ato de constranger alguém para obter favores sexuais, prevalecendo-se da posição de superior hierárquico. Tradicionalmente, a legislação focava no assédio *quid pro quo*, onde benefícios como promoções ou aumentos salariais são condicionados à realização de favores sexuais. Nesse contexto, o superior hierárquico usa sua posição de poder para coagir a vítima a aceitar condições abusivas em troca de vantagens.

Além do *quid pro quo*, existe o assédio ambiental, que cria um ambiente hostil e ofensivo através de comportamentos de natureza sexual. No ambiente acadêmico, isso pode incluir piadas de teor sexual, comentários inapropriados, exibição de material pornográfico ou outras condutas que tornem o ambiente desconfortável e intimidante para a vítima. Diferente do *quid pro quo*, o assédio ambiental não envolve necessariamente uma troca direta, mas sim a criação de um ambiente insuportável.

Teixeira e Rampazo (2017) destacam que o assédio sexual também ocorre sem hierarquia explícita, sendo uma hierarquização de gênero que busca controlar e desumanizar mulheres. No contexto acadêmico, professores e gestores detêm poder significativo que pode influenciar a vida dos estudantes, tornando-os vulneráveis a pressões indevidas. As Leis nº 14.457/2022 e nº 14.540/2023 visam combater o assédio sexual, estabelecendo programas de prevenção e enfrentamento, e garantindo ambientes de trabalho e acadêmicos mais seguros e inclusivos. Para que essas leis sejam eficazes, é crucial promover capacitação contínua e conscientização, incentivando uma mudança cultural e assegurando que as vítimas se sintam seguras para denunciar.

4 O *exposed* é um tipo de ação coletiva que ganhou força nas redes sociais, onde indivíduos denunciam comportamentos abusivos de conhecidos, formando redes de solidariedade. Esses movimentos são efêmeros e rapidamente mobilizados e desmobilizados devido às novas tecnologias, que tornam a estrutura organizacional dos movimentos sociais menos relevante (Gohn, 2020, p. 07).

A AMOSTRA

Este artigo apresenta uma pesquisa exploratória sobre assédio sexual em ambientes acadêmicos, subsidiando uma tese sobre o tema em um instituto federal. A pesquisa baseou-se em um estudo anterior apresentado no 21º Encontro Internacional da Rede Feminista Norte e Nordeste de Estudos e Pesquisa sobre Mulher e Relações de Gênero – REDOR (Miranda e Tonche, 2022).

Neste novo recorte, que pode ser visto na *tabela 1*, a busca foi refinada para incluir três Grandes Áreas de Conhecimento: ciências humanas, ciências sociais aplicadas e multidisciplinar. A inclusão das ciências sociais aplicadas se justifica porque cinco das nove dissertações do estudo anterior eram de programas de Pós-Graduação em Gestão ou Políticas Públicas. A área multidisciplinar foi selecionada para abranger programas de educação, educação profissional e pós-graduação profissional, resultando em uma amostra de 31 trabalhos que problematizam o assédio sexual.

A etapa de refinamento envolveu a análise manual de resumos e palavras-chave, excluindo pesquisas cujo tema principal não era o assédio sexual ou cujo foco não eram ambientes de ensino. Em alguns casos, foi necessário ler a introdução e metodologia para confirmar a relevância do tema e o ambiente de estudo. Com esses critérios, a amostra foi reduzida a 14 pesquisas.

Tabela 01: Caracterização da mostra

UNIVERSIDADE	PROGRAMA	ORIENTAÇÃO	TÍTULO	AUTORIA	TIPO	ANO	SERV. PUB.	ATIVA EDUC.
UNIVERSIDADE DE PENNAMBURGO	PERÍCIAS FORENSES	BETISSE MERY ALENCAR SOUTA MACAU FERREIRO	VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER NA INTERNET: REVISÃO INTERATIVA	ANA VALENTINA MEDEIROS DE ARAÚJO	DIS	2021	SIM	SIM
UNIVERSIDADE DE UBERLÂNDIA	GESTÃO ORGANIZACIONAL	CINTIA RODRIGUES DE OLIVEIRA	ROMPENDO O SILENCIO: ACOLHIMENTO DE DENÚNCIAS DE ASSÉDIO SEXUAL EM UMA UNIVERSIDADE PÚBLICA FEDERAL BRASILEIRA	LUCILA BATISTA OLIVEIRA	DIS	2023	SIM	NÃO
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO DE MATO GROSSO DO SUL	EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA	DANILLO RIBEIRO DE SA TELES	ASSÉDIO SEXUAL: UMA PROPOSTA DE PREVENÇÃO E ENVENENAMENTO NO FEMS	DOUGLAS GARIBO DE MOURA	DIS	2023	SIM	NÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL FILIAMINENSE	ANTROPOLOGIA	GISELE FONSECA CHAGAS	RETÓRICAS EMBATENTES E MEDIAÇÕES NA CONSTRUÇÃO DA CATEGORIA DE ASSÉDIO SEXUAL NO CARRO: FEITO UMA ETNOGRÁFIA NA ONG HARASSMAP	RENATA MOREIRA FORTOURA	DIS	2016	NÃO	NÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ	EDUCAÇÃO	JOSE ROGERIO SANT'ANA	MULHER, ME AJUDA AQUI: NARRATIVAS DIGITAIS E ASSÉDIO SEXUAL CONTRA MULHERES	BRUNA GERMANA NUNES MOTA	TESE	2019	NÃO	SIM
UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO	ADMINISTRAÇÃO	JULIANA CRISTINA TEIXEIRA	E COMÉ QUE A GENTE SOBREVIVE? A GENTE SEGUIRA A MÃO (UMA DAS OUTRAS) - O ASSÉDIO SEXUAL NA PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO NUNDA PERSPECTIVA APROCENTRICA	LUIANA SOBRE DA SILVA SANTOS	TESE	2023	NÃO	SI
UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CENTRO-OESTE	DESENVOLVIMENTO COMUNITARIO	LUCIANA ROSAR FORNAZARI KLAVOVITZ	POLÍTICAS INSTITUCIONAIS CONTRA O ASSÉDIO EM UNIVERSIDADES ESTADUAIS BRASILEIRAS	BRUNA MARIA ROSSIGNOLI	DIS	2021	NÃO	NÃO
UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA	EDUCAÇÃO	MARCELA TEIXEIRA GODOY	NÃO É BRINCADEIRA: BEL ATOS DE VIOLÊNCIAS VELADAS E MANIFESTAS SOBRIEDAS POR PROFESSORAS EM UMA INSTITUIÇÃO DE ENSINO SUPERIOR	ALEXIA FAGUNDES DE LARA	DIS	2023	NÃO	SI
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO DO PLANO	EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA	MARCIO AURELIO CAVALLARO DE MORAIS	ASSÉDIO SEXUAL NA REDE FEDERAL DE ENSINO: REFLEXÃO E CONSCIENTIZAÇÃO	GEORGES COBRINANO SOUTA DE MELO	DIS	2022	SIM	SIM
UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE	ANTROPOLOGIA SOCIAL	ROZELE MARIA PORTO	UMA ANÁLISE SOBRE ASSÉDIO SEXUAL NA UERN	MARIA PAULA FRANCA DA SILVA	DIS	2022	SIM	SIM
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA	GESTÃO DE ORGANIZAÇÕES	SHEILA KOCOUREK	VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES NO TRABALHO: O ASSÉDIO SEXUAL EM UMA UNIVERSIDADE FEDERAL	JESSICA SCHMIDT	DIS	2019	SIM	SIM
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA	GESTÃO DE ORGANIZAÇÕES PÚBLICAS	SHEILA KOCOUREK	"TIRE SEUS OLHOS DE CIMA DE MIM": UM ESTUDO SOBRE O ASSÉDIO SEXUAL ENTRE SERVIDORES DE UMA UNIVERSIDADE PÚBLICA	GISELA SARTORI FARENENA	DIS	2020	SIM	SIM
CENTRO UNIVERSITÁRIO SAULSIANO DE SÃO PAULO	EDUCAÇÃO	VALERIA OLIVEIRA DE VASCONCELOS	ASSÉDIO SEXUAL EM AMBIENTE ESCOLAR: POSSÍVEIS CONTRIBUIÇÕES DA EDUCAÇÃO POPULAR E PEDAGOGIAS DESCOLONIAIS E FEMINISTAS	VANESSA LEMOS DE TOLEDO	DIS	2020	SIM	SIM
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ	CIDADES, TERRITÓRIOS, IDENTIDADES E	VILMA NONATO DE BRICIO	ASSÉDIO SEXUAL NO ENSINO MÉDIO EM ABAETETUBA: VIOLÊNCIA DE GÊNERO, IDENTIDADES E RESISTÊNCIA	MATRÍCELA RODRIGUES BARBOSA	DIS	2022	SIM	SIM

Fonte: Elaboração Própria

Tabela 02: Características da pesquisa

TÍTULO	PALAVRAS-CHAVE	LINHA DE PESQUISA	PROCEDIMENTO	INTERLOCUTORES
T1	VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER NA INTERNET: REVISÃO INTEGRATIVA	Violência; Internet; Mulher; Gênero; Assédio Sexual; Violência sexual; Violência por parceiro íntimo	Revisão integrativa	pesquisa bibliográfica
T2	ROMBANDO O SILÊNCIO: ACOHLIMENTO DE DENÚNCIAS DE ASSÉDIO SEXUAL EM UMA UNIVERSIDADE PÚBLICA FEDERAL BRASILEIRA	Assédio sexual; Universidade Pública; Acolhimento de denúncias; Abuso de Poder	Estudo de Caso	pesquisa documental e entrevista com servidores (gestão)
T3	ASSÉDIO SEXUAL: UMA PROPOSTA DE PREVENÇÃO E ENFRENTAMENTO NO IFMS	Carthila; Assédio Sexual; Conscientização; Educação Profissional e Tecnológica	pesquisa aplicada, bibliográfica e de campo	professoras do IFMS
T4	RETÓRICAS, EMBATES E MEDIAÇÕES NA CONSTRUÇÃO DA CATEGORIA DE ASSÉDIO SEXUAL NO CAIRO, EGITO. UMA ETNOGRAFIA NA ONG HARASSMAP	Assédio sexual; Mediadores; Local; Global	Etnográfica	ativistas da ONG Harassmap
T5	MULHER, ME AJUDA AQUI: NARRATIVAS DIGITAIS E ASSÉDIO SEXUAL CONTRA MULHERES	Violência contra mulheres; Assédio sexual; Redes sociais; Práticas subculturais digitais	Estudo de caso	mulheres de um grupo no Facebook
T6	E COME QUE A GENTE SOBREVIVE? A GENTE SEGURO A MÃO UMA DAS OUTRAS*: O ASSÉDIO SEXUAL NA PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO NUMA PERSPECTIVA AFROCENTRICA	Mulheres negras, academia, afrocentricidade, assédio sexual	Falvência	mulheres negras na pós-graduação em Administração
T7	POLÍTICAS INSTITUCIONAIS CONTRA O ASSÉDIO EM UNIVERSIDADES ESTADUAIS BRASILEIRAS	Assédio Sexual; Violência de Gênero; Estudantes; Mulheres; Universidade	Estudo de Caso	entrevista com servidoras e servidores
T8	NÃO É BRINCADEIRA: RELATOS DE VIOLÊNCIAS VELADAS E MANIFESTAS SOFRIDAS POR PROFESSORAS EM UMA INSTITUIÇÃO DE ENSINO SUPERIOR	Assédio moral; assédio sexual; violência de gênero; professoras de ensino superior	Critico analítico	entrevista com professoras da licenciatura em Ciências Biológicas
T9	ASSÉDIO SEXUAL NA REDE FEDERAL DE ENSINO: REFLEXÃO E CONSCIENTIZAÇÃO	Assédio escolar; cartilha; educação profissional e tecnológica; ProFEPT	Pesquisa de campo	entrevistas a professoras; gestores, TALS e estudantes
T10	UMA ANÁLISE SOBRE ASSÉDIO SEXUAL NA UFRN	Assédio sexual; UFRN; DCE; violência	Observação participante virtual	entrevista servidoras e estudantes (Inegrante DCE)
T11	VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES NO TRABALHO: O ASSÉDIO SEXUAL EM UMA UNIVERSIDADE FEDERAL	Violência contra as mulheres; Assédio sexual; Trabalho	Estudo de Caso	entrevista com servidoras e questionário Escala de Crenças sobre Violência Sexual
T12	"TIRE SEUS OLHOS DE CIMA DE MIM": UM ESTUDO SOBRE O ASSÉDIO SEXUAL ENTRE SERVIDORES DE UMA UNIVERSIDADE PÚBLICA	Assédio sexual; Violência contra as mulheres; Trabalho; Universidade Pública	Estudo de caso	Entrevista com servidores da UFSM
T13	ASSÉDIO SEXUAL EM AMBIENTE ESCOLAR: POSSÍVEIS CONTRIBUIÇÕES DA EDUCAÇÃO POPULAR E PEDAGOGIAS DESCOLONIAIS E FEMINISTAS	Assédio sexual; Educação Popular; Pedagogias Descoloniais; Pedagogias Feministas; Pesquisa-ação	Pesquisa-Ação	entrevista estudantes EM
T14	ASSÉDIO SEXUAL NO ENSINO MÉDIO EM ABARETUBA: VIOLÊNCIA DE GÊNERO, IDENTIDADES E RESISTÊNCIA JUVENIL	Assédio Sexual; Violência de Gênero; Identidades; Escola	Etnográfica nográfica	entrevista estudantes EM

Fonte: Elaboração Própria

ANÁLISES E DISCUSSÃO

As Tabelas 01 e 02, intituladas “Caracterização da Amostra” e “Características da Pesquisa”, oferecem uma riqueza de informações e possibilitam muitas inferências. No entanto, devido à limitação imposta pelas regras de publicação, foi necessário resumir o texto significativamente. Para atender aos objetivos e formatos do artigo, optamos por simplificações e seleções das informações mais relevantes.

A maioria dos estudos foi conduzida em programas de universidades públicas federais, estaduais e Institutos Federais de Educação, com exceção de uma dissertação do Centro Universitário Salesiano de São Paulo (UNISAL). Em termos de grau acadêmico, foram analisadas 12 dissertações e 2 teses.

Grande parte das pesquisas foi realizada por pesquisadoras e orientadoras, evidenciando a emergência da epistemologia feminista, conforme discutido por Donna Haraway (1995). Essa abordagem sublinha a importância de perspectivas diversas e localizadas no conhecimento científico, requerendo uma mudança na “posse” da ciência para que os subjugados não sejam objetificados, mas sim agentes do conhecimento. Mudanças sociais, como reserva de vagas e paridade de gênero nas universidades, são vitais para este avanço. Aproximadamente 60% dos estudos são conduzidos por servidores e servidoras públicas, cuja estabilidade facilita a investigação de temas enraizados na sociedade que desafiam os privilégios masculinos.

Embora o tema do assédio sexual em ambientes acadêmicos seja pouco pesquisado e frequentemente considerado um estigma ou tabu, observa-se um aumento nas pesquisas sobre o assunto. Goffman (1963, p. 12) define estigma como um atributo que desqualifica um indivíduo, tornando-o diferente e menos desejável aos olhos da sociedade. Esse atributo cria uma identidade social “virtual” que não corresponde à identidade social “real” do indivíduo, levando à desvalorização e marginalização. Muitas vezes, as vítimas de assédio são estigmatizadas e não denunciam devido ao medo de serem culpabilizadas e marginalizadas. Além disso, o medo de pesquisar temas naturalizados no imaginário social, como a violência de gênero e o assédio sexual, contribui para a falta de estudos aprofundados sobre o assunto nas academias. O caso do teórico Boaventura Santos exemplifica como o assédio sexual pode ser um tema sensível e controverso dentro do meio acadêmico.

Apesar do aumento na visibilidade e produção acadêmica sobre o tema, os estudos sobre assédio sexual ainda são limitados. Esse déficit

se deve ao estigma associado, ao medo de represálias e à romantização cultural, que subestimam a gravidade do problema. Apenas 06 (seis) pesquisas focam no assédio sexual em instituições acadêmicas, destacando as visões das estudantes, o que evidencia a invisibilidade do tema em escolas, institutos federais e universidades.

Ao analisar os textos é possível identificar que de maneira geral as pesquisas destacam a violência contra mulheres e a violência de gênero, indicando ser o assédio sexual uma violência de gênero. As diferentes dimensões abordadas nas pesquisas analisadas permitem uma compreensão interseccional das formas de opressão que impactam as experiências das pessoas. Ao considerar fatores como gênero, raça, classe e contexto educacional, essas pesquisas revelam como múltiplas formas de discriminação se combinam para afetar indivíduos de maneiras únicas. Por exemplo, estudos sobre mulheres negras na pós-graduação em Administração, ativistas da ONG Harassmap e professoras do IFMS destacam como a interseção de diferentes identidades e papéis sociais molda as vivências de assédio sexual.

É possível perceber também a pluralidade de abordagens e contextos como: “Cartilha”, “Conscientização”, “Práticas educativas digitais”, “Pedagogias Descoloniais” e “Pedagogias Feministas”, refletindo diferentes métodos e perspectivas para abordar o problema.

A diversidade de fontes e métodos utilizados nas pesquisas proporciona uma visão abrangente e multifacetada do assédio sexual em ambientes acadêmicos. A inclusão de diferentes perspectivas – desde gestores até estudantes e ativistas – permite uma compreensão mais profunda e contextualizada do problema. A maioria das pesquisas utilizou entrevistas como principal método de coleta de dados, o que indica uma ênfase na obtenção de percepções e experiências detalhadas dos participantes.

As pesquisas analisadas abordam várias facetas do assédio sexual em ambientes acadêmicos. Elas incluem revisões de artigos sobre violência online contra mulheres e investigações sobre como universidades públicas tratam administrativamente as denúncias de assédio sexual. Outras pesquisas exploram a percepção dos docentes sobre assédio e sugerem medidas de prevenção, além de analisar a mediação cultural sobre violência de gênero e assédio no ciberespaço. Também são abordados relatos de violências veladas e manifestas em diferentes contextos educacionais, destacando a necessidade de políticas institucionais e educação multicultural para enfrentar o problema.

CONCLUSÕES E IMPLICAÇÕES FINAIS

Os textos analisados indicam uma preocupação com a desigualdade e a opressão de gênero em contextos acadêmicos, contribuindo para o combate ao assédio sexual, uma violência que “provoca tristeza, revolta e indignação” (Freitas, 2001, p. 16). O assédio sexual é caracterizado pela relação de poder desigual entre o assediador e a vítima, onde o agressor busca obter vantagem sexual ou desestabilizar o ambiente da vítima. Esses mecanismos de poder resultam em uma experiência que causa tristeza pela sua natureza patética e pequena, revolta pela facilidade com que ocorre, e indignação pela impunidade que muitas vezes a cerca.

Adotar uma epistemologia feminista permite desnaturalizar essa violência, questionando as estruturas de poder e revelando as dinâmicas subjacentes que perpetuam o assédio. Essa abordagem não apenas desconstrói a naturalização do problema, mas também promove mudanças significativas na forma como compreendemos e enfrentamos a violência de gênero. A escassez de pesquisas acadêmicas reflete tanto a resistência da academia quanto a naturalização das violências de gênero, revelando a necessidade de um questionamento profundo dos fundamentos que sustentam tais práticas.

Os dados levantados pelas dissertações e teses oferecem uma oportunidade valiosa para ampliar a conscientização e desenvolver estratégias eficazes de combate ao assédio, considerando os impactos profundos na saúde mental e na vida acadêmica das vítimas. O adoecimento mental e o desencorajamento no ambiente educacional deixam marcas duradouras na autoestima, afetando tanto o indivíduo quanto o funcionamento geral da instituição.

A presença da violência sexual nos ambientes acadêmicos é alarmante e evidencia a naturalização e banalização do sofrimento de servidoras e estudantes. Essa constatação ressalta a necessidade urgente de programas de prevenção que abordem não apenas as violências de gênero, mas também o assédio moral e sexual. Além disso, incentivar pesquisas nessa temática é fundamental para aprofundar nosso entendimento e desenvolver estratégias mais eficazes. Em síntese, os estudos analisados revelam a complexidade e a urgência de abordar a violência e o assédio em diferentes contextos.

A não objetificação das denúncias e a necessidade de programas preventivos são questões centrais. Instituições acadêmicas e a sociedade como um todo devem se mobilizar para criar ambientes mais segu-

ros e conscientes, onde vítimas se sintam apoiadas e agressores sejam responsabilizados. A luta contra a violência é coletiva, e cada passo em direção à conscientização e mudança é crucial para construir um futuro mais justo e igualitário.

REFERÊNCIAS

CAMPOS, Carmen Hein de; FONSECA, Livia Gimenes Dias da. Justiça e reparação nos casos de assédio sexual e moral no ambiente acadêmico. *Conjur*, 29 mar. 2024. Disponível em: <<https://www.conjur.com.br/2024-mar-29/justica-e-reparacao-nos-casos-de-assedio-sexual-e-moral-no-ambiente-academico/>>. Acesso em: 18 set. 2024.

CHAUI, Marilena de Souza. Ética, violência e política. In: *Cultura e democracia. O discurso competente e outras falas*. 11. ed. São Paulo: Cortez, 2006.

FREITAS, Maria Ester de. Assédio moral e assédio sexual: faces do poder perverso nas organizações. *SciELO*, 2001. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ver/a/HNXHh6S9yzbZYPgP3mg6Djw/>. Acesso em: 8 de maio de 2023.

GOFFMAN, Erving. *A representação do eu na vida cotidiana*; tradução de Maria Célia Santos Raposo. Petrópolis, Vozes, 1985.

GOHN, Maria da Glória. *Teoria dos Movimentos Sociais: Paradigmas Clássicos e Contemporâneos*. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2020.

HARAWAY, Donna. Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. *Cadernos Pagu*, 1995: 07-42.

HARAWAY, Donna. Gênero para um dicionário marxista: a política sexual de uma palavra. *Cadernos Pagu*, Campinas, v.22, 2004. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/%0D/cpa/n22/n22a09.pdf>>. Acesso em: 19 ago. 2016.

G1. Foto histórica que mostra beijo não consensual no fim da Segunda Guerra Mundial vira pivô de debate nos EUA. Publicado em 9 mar. 2024. Disponível em: <<https://g1.globo.com/mundo/noticia/2024/03/09/foto-historica-que-mostra-beijo-nao-consensual-no-fim-da-segunda-guerra-mundial-vira-pivo-de-debate-nos-eua.ghtml>>. Acesso em: 19 set. 2024.

G1. Anielle Franco fala sobre denúncias de assédio sexual contra Silvio Almeida. *Jornal Nacional*, 6 set. 2024. Disponível em: <<https://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2024/09/06/anielle-franco-fala-sobre-denuncias-de-assedio-sexual-contrasilvio-almeida-nao-e-aceitavel-relativizar-ou-diminuir-episodios-de-violencia.ghml>>. Acesso em: 19 set. 2024.

MIRANDA, Vanessa Mutti de Carvalho; TONCHE, Juliana. O Assédio Sexual em Ambientes Acadêmicos: precisamos falar sobre isso. In: 21º Encontro Internacional da Rede Feminista Norte e Nordeste de Estudos e Pesquisa sobre Mulher e Relações de Gênero (REDOR). Goiânia: Phillos Academy, 2022. p. 139.

REDOR (21: 2022: Maceió, AL). Anais do 21º Encontro Internacional da Rede Feminista Norte e Nordeste de Estudos e Pesquisa sobre Mulher e Relações de Gênero. Maceió: Universidade Federal de Alagoas, 2022. Disponível em: <<https://www.sinteseeventos.com.br/site/index.php/acervo/anais/anaisredor>>. Acesso em: 19 set. 2024.

ANÁLISE DOS IMPACTOS DA PANDEMIA DE COVID-19 NOS CASOS DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA NO ESTADO DO MARANHÃO

Izabela da Rocha Barboza¹
Zulimar Marita Ribeiro Rodrigues²

INTRODUÇÃO

O histórico acerca da violência de gênero é um problema que aflixe nossas relações coletivas desde as antigas civilizações. Estudos realizados pela Organização Mundial da Saúde (OMS) em parceria com a London School of Hygiene and Tropical Medicine e ao Medical Research Council, revelou dados de 80 países salientando que “[...] quase um terço (30%) de todas as mulheres que estiveram em um relacionamento sofreram violência física e/ou sexual ou por parte de seu parceiro” (OPAS, s/d).

Por conta da ordem social hierarquizada no mundo e a cultural patriarcal, à violência contra a mulher passou a ser naturalizada. No fim do século XVIII diversos movimentos feministas surgiram, especialmente em países da Europa e nos Estados Unidos (Costa; Sardenberg, 2008). O movimento feminista nasceu em busca pelos direitos fundamentais das mulheres, além de evidenciar todas as adversidades sofridas pelas mesmas.

No Brasil, segundo Grossi (2004), esses movimentos surgiram em meados de 1970; em 1980, criam-se as primeiras delegacias especializadas às mulheres; e, em 2003 a Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres da Presidência da República (SPM-PR), visando o combate à violência contra mulher no país.

Apesar do longo histórico de violência as mulheres no Brasil, somente em 7 de agosto de 2006 foi sancionada a lei que marcava mudanças significativas na proteção a esse tipo de violência, a Lei nº 11.340 – Lei Maria da Penha e a Lei nº 13.104/2015 – Lei do Feminicídio, referente ao homicídio de mulheres apenas por serem mulheres.

Em 2020, países do mundo inteiro passaram por drásticas mudanças, a pandemia causada pelo vírus Sars-CoV-2 (Covid-19), pro-

1 Graduanda em Geografia pela Universidade Federal do Maranhão; Núcleo de Estudos e Pesquisas Ambientais (NEPA/UFMA)

2 Orientadora – Prof. Dra. Ajunto Dep. Geociências – UFMA.

vocou a adaptação de novos hábitos na realidade das pessoas. O pico maior da doença ocorreu durante os anos de 2020 e 2021. O isolamento social foi um dos critérios exercidos no enfrentamento da doença, contudo, durante esse período ocorreu o acréscimo de outro agravo, o da violência doméstica. As mulheres ficaram confinadas com seus agressores, sem poderem sair de suas residências. A pandemia logo ressaltou não apenas problemas econômicos, mas sociais, potencializando a violência doméstica.

Conforme a Ouvidoria Nacional de Direitos Humanos, as notificações cresceram cerca de 14% até abril de 2020, em comparação ao mesmo período do ano anterior, sendo parte dos casos referentes à violência contra a mulher, além disso os casos de feminicídio cresceram 22% em 12 estados durante pandemia (Agência Câmara de Notícias, 2020).

Ressalta-se que, a pandemia de Covid-19 foi um acontecimento incomum em que nossa sociedade do século XXI experienciou, porém outra “pandemia” já estava instaurada e era de longa data, como destaca Franceschi, coordenadora do Núcleo de Promoção da Igualdade de Gênero, do Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça de Proteção aos Direitos Humanos, do Ministério Público do Paraná (Conselho Estadual dos direitos da mulher, 2020). A “Pandemia de Violência Doméstica”, presente desde sempre em nossa sociedade e, por conseguinte seus números de casos ampliados pelas consequências do período pandêmico, porém, silenciados devido as condições do período.

No Nordeste, o Maranhão é o segundo estado com maiores casos de agressão e tentativas de feminicídio e lidera o ranking de violência sexual/estupro no país, conforme os dados da Rede de Observatórios da Segurança (RAMOS, 2024). No comparativo entre os casos de violência doméstica entre os anos de 2019 e 2020, o Maranhão mostra uma queda significativa de registros de casos no ano de 2020, em contrapartida, os números de feminicídio quadruplicaram de 2019 para 2020 (CNJ, 2024). Isto posto, considera-se que o período de pandemia influenciou na notificação dos casos, e surge uma indagação, será que os casos diminuíram ou as vítimas não podiam sair de suas residências para delatar seus respectivos casos de violência?

Embasado nos dados do Sistema de Informação de Agravos e Notificação (SINAN), Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde (DATASUS), Departamento de Feminicídio do Maranhão/Secretaria de Segurança Pública (SSP) e Conselho Nacional de Justiça (CNJ), foi possível identificar informações referentes aos casos de vio-

lência doméstica durante o período de estudo, e a confecção de mapas temáticos a partir dos dados obtidos.

Este trabalho buscou evidenciar os impactos gerados pelas consequências da pandemia de Covid-19 nas Regionais de Saúde do Maranhão: de Caxias e Imperatriz, efetuando análise comparativa nos registros oficiais sobre a violência de gênero, no período de 2019 a 2022.

OBJETIVO

Objetivo geral

Investigar os impactos da pandemia de Covid-19 nas Regiões de Saúde de Caxias e Imperatriz durante o período pandêmico no Maranhão, no período de 2019 a 2020.

Objetivos específicos

- Mapear a dinâmica espacial da violência doméstica durante o período de estudo;
- Apresentar dados referentes aos números de violência doméstica antes e pós-período pandêmico.

METODOLOGIA

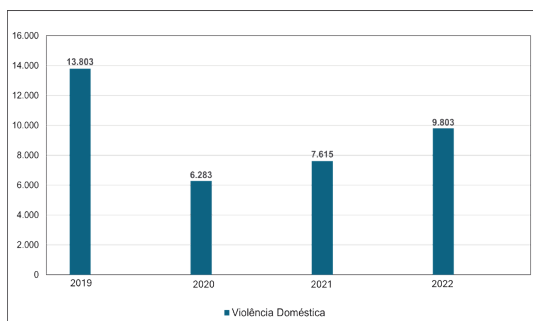
A pesquisa teve como suporte a abordagem dialética, através dos procedimentos quanti-qualitativos e no aporte teórico da Geografia da Saúde e dados da Segurança Pública. Considerando a problemática da violência contra as mulheres, como complexa e interdisciplinar e interinstitucional. A pesquisa teve recorte temporal no período de 2019 a 2022 e o recorte espacial centrado nas Regionais de Saúde: Caxias e Imperatriz. Cabe ressaltar que segundo a Secretaria de Estado da Saúde (SES) do Maranhão, Caxias e Imperatriz são consideradas Regiões de Saúde, portanto, abrangem outros municípios, que estão sob o monitoramento e ações da SES. A base de dados foi proveniente de fontes secundárias, tais como SINAN, DATASUS, CNJ, IMESC, CONASEMS, Depto. de Feminicídio/SSP-MA e IBGE. Confecção dos produtos cartográficos (mapas temáticos); e elaboração de gráficos evidenciando os dados obtidos pelas fontes secundárias, realizado através do levantamento de indicadores socioeconômicos e malhas cartográficas (DATASUS, SINAN, Depto. de Feminicídio/SSP-MA, CNJ, IMESC).

RESULTADOS

A violência de gênero durante a pandemia de COVID-19 no Maranhão

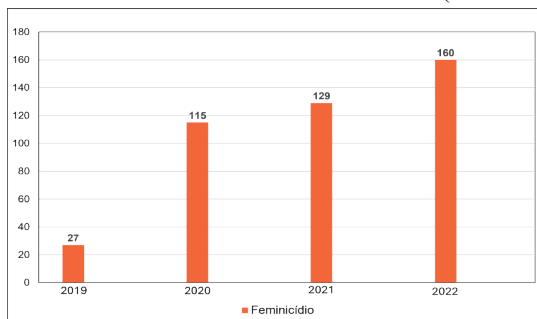
Para análise dos casos de feminicídio no Maranhão, segundo os dados do CNJ, mostram uma queda significativa nas notificações entre os anos de estudo. Em 2019 foram notificados 13.803 casos de violência doméstica e em 2020 apenas 6.283, ou seja, uma queda de mais de 50% (Gráfico 01). Contudo, o ano de 2020 apresentou um aumento nas notificações de feminicídio no estado (Gráfico 02), chegando a 115 casos no ano, período em que o isolamento social foi mais utilizado como medida de proteção ao vírus, logo as mulheres não podiam sair de casa para realizar denúncias.

Gráfico 1: Violência Doméstica - MA (2019 a 2022)



Fonte: CNJ, 2024.

Gráfico 2: Violência Doméstica - MA (2019 a 2022)



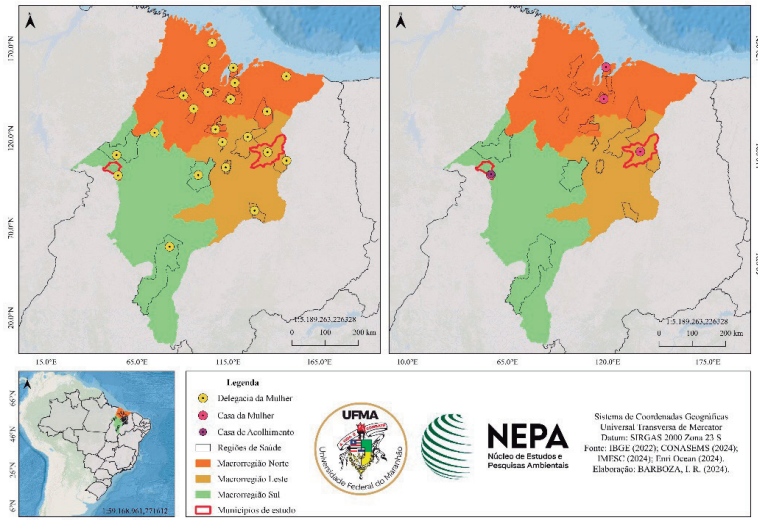
Fonte: CNJ, 2024.

Oliveira e Damasceno (2022, p. 19), destacam que, “deve-se considerar que o número apresentado é duvidoso, pois o isolamento social das vítimas junto aos seus agressores durante a pandemia as mantém longe da convivência [...], dificultando ou inviabilizando denúncias e pedidos de ajuda”. Pode-se dizer que o isolamento social gerou uma cortina de fumaça nas notificações de violência doméstica. Quanto a faixa etária das vítimas, fornecidas pelo Departamento de feminicídio do Maranhão/SSP, a tabulação dos dados do órgão foi agrupada por ordem de número de casos, idade das vítimas e a procedência de ocorrência. A quantificação das vítimas de feminicídio por idade mais vitimizadas estão entre 30 a 37 anos; e 18 a 24, com mais de 50 casos. As notificações em adolescentes e mulheres acima de 52 anos (15 casos), apesar de poucos expressivos, relevam como a violência de gênero atinge todas as mulheres, independentemente da idade.

É plausível dizer que a falta de notificações a respeito dos números de violência doméstica também se dá pela carência de suporte as vítimas, como delegacias, casas de apoio, entre outros. Através dos dados obtidos pelo CONASEMS (2024), observa-se que as regiões de saúde apresentam uma quantidade pequena de redes de apoio, em relação a quantidade de cidades em que as duas regiões compõem. As regiões de saúde, no Maranhão, são divididas em três grandes macrorregiões – Norte, Leste e Sul, segundo o Ministério da Saúde (2022), as regiões de saúde são “formadas por municípios fronteiriços que compartilham identidades culturais, econômicas e sociais, [...]”. A finalidade dessas regiões é integrar a organização, o planejamento e a execução de ações e serviços de saúde”.

Compreende-se que a violência doméstica, sendo um problema social, põe em risco também a saúde das mulheres. Neste sentido, o acesso ao atendimento das mulheres em situação de violência, de forma mais abrangente, deveria ser o primeiro passo. Entretanto, observam-se algumas restrições, como é o caso do número de Delegacias da Mulher e casas de acolhimento que é relativamente pequeno, quando comparada a extensão das suas regiões de saúde. O estado do Maranhão possui 217 municípios e apenas 22 delegacias especiais, números bem discrepantes quando comparados (Figura 01).

Figura 01: Distribuição espacial das redes de atendimento às mulheres no estado do Maranhão, 2024.



Fonte: IMESC (2024). Elaborado pelo autor, 2024.

Outro ponto a ser destacado, observado na (Figura 1), são os números de fundações da Casa da Mulher Brasileira, tendo apenas quatro instituições em Caxias, Imperatriz, São Luís e Imperatriz e a Casa de Acolhimento no Maranhão, sendo apenas uma para o suporte de todo o estado, localizada no município de Imperatriz, conforme o mapeamento de dados realizado pelo IMESC. Esses órgãos são responsáveis por gerirem diversos serviços de atendimento as mulheres que sofrem algum tipo de violência doméstica.

Observa-se a falta de rigor nas políticas já institucionalizadas como a própria Lei Maria da Penha, que dispõe dos seguintes mecanismos:

[...] Art. 35. A União, o Distrito Federal, os Estados e os Municípios poderão criar e promover, no limite das respectivas competências:

- I - centros de atendimento integral e multidisciplinar para mulheres e respectivos dependentes em situação de violência doméstica e familiar;
- II - casas-abrigos para mulheres e respectivos dependentes menores em situação de violência doméstica e familiar;
- III - delegacias, núcleos de defensoria pública, serviços de saúde e centros de perícia médico-legal especializados no atendimento à mulher em situação de violência doméstica e familiar (Brasil, 2006).

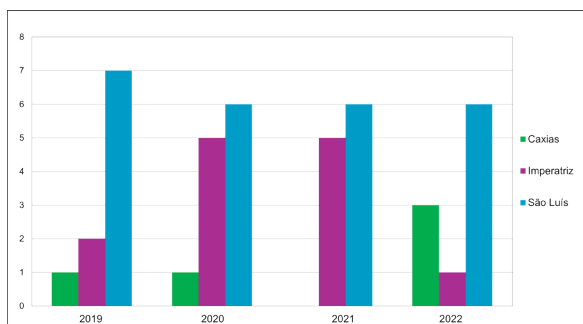
A lei acarretou inúmeras melhorias em prol da integridade das mulheres brasileiras, principalmente no que diz respeito a criação das redes de apoio especializadas, porém o número de órgãos para prestação desses serviços em funcionamento é baixo em relação ao número da demanda, fazendo com que a procura das mulheres por esses atendimentos seja dificultada, afetando nas denúncias de ocorrências.

DINÂMICA DA VIOLÊNCIA DOMÉSTICA NOS MUNICÍPIOS DE CAXIAS E IMPERATRIZ DURANTE A PANDE- MIA DE COVID-19

A distribuição espacial dos casos de feminicídio cometidos em Caxias e Imperatriz durante o período de 2019 a 2022 foram organizados de acordo com as informações fornecidas pelo DATASUS e Depto. de Feminicídio/SSP-MA, os indicadores foram separados por números de casos e local de ocorrência. Os dados obtidos pelo DATASUS contribuíram na identificação do tipo de violência sofrida pela vítima, o tipo de relação vítima/agressor e o fator étnico-racial das vítimas de violência doméstica.

A análise comparativa foi realizada juntamente com o município de São Luís, tendo em vista ser o município mais populoso e a capital do estado. Imperatriz foi o município que mais apresentou casos em comparação com Caxias. Em 2021 os casos de feminicídio fornecidos pelo Depto. de Feminicídio/SSP-MA, foram divulgados apenas por regionais municipais, e não foram notificados casos na regional de Caxias. Somente no ano de 2022, o município notificou um maior número de vítimas (Gráfico 03).

Gráfico 03: Casos de Feminicídio nos municípios de estudo – 2019 a 2022



Fonte: Depto. de Feminicídio/SSP (2019, 2020, 2021, 2022).

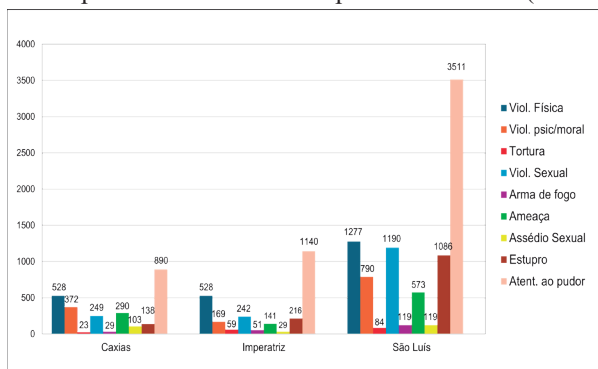
Apesar de São Luís possuir uma população quase quatro vezes maior que Imperatriz, nos anos de 2020 e 2021 principais anos afetados pelo período pandêmico, expressaram uma quantidade de casos muito próxima, revelando o quanto a violência de maneira fatal contra mulheres ocorreu, também fora da capital.

Tipificar a forma de violência é necessário para o entendimento dos dados desta discussão, o setor de saúde trabalha com ordens que ajudam determinar o tipo de violência. Minayo (2006), classifica a violência interpessoal em dois contextos, intrafamiliar e comunitário, pontua-se a intrafamiliar ou doméstica que: sucede entre os companheiros íntimos e membros da família, sobretudo no ambiente residencial, mas não exclusivamente.

Para apresentar os dados referentes ao município de Caxias, Imperatriz e São Luís sobre a violência interpessoal, foram utilizados os indicadores providos pelo Ministério da Saúde por meio do SINAN (2019;2020;2021;2022). Destacando nesta pesquisa os municípios de notificação estudados, o tipo de violência física e meio de agressão, tipo de relação com a pessoa atendida, raça/cor e escolaridade.

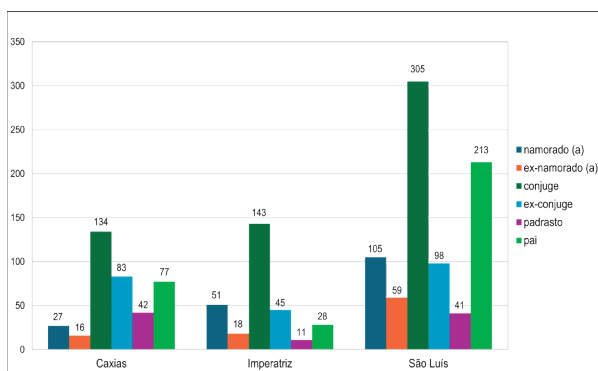
Um fator que distingue os homicídios de mulheres ocorridos dentro e fora das residências é o tipo de violência e o instrumento utilizado pelo agressor. O atentado ao pudor é o tipo de violência mais cometido entre as vítimas, estabelecido como crime contra a dignidade sexual. Os números de notificação chegam em 890 em Caxias, 1.140 em Imperatriz e 3.511 na capital São Luís. A agressão física e psicológica são os outros tipos de violência mais notificados (Gráfico 04). Ao analisar o tipo de relacionamento das vítimas com os agressores, consta-se que na maioria dos casos o principal agressor é sempre alguém próximo, seja o marido, namorado ou com ligação parental. O (Gráfico 05) apresenta os principais agressores entre o período de 2019 a 2022. Nos municípios destacados, o cônjuge é o principal agressor, com números bem elevados em relação aos outros relacionados. Em seguida, a agressão cometida pelo pai e namorado, são as mais ocorridas.

Gráfico 4: Tipo de Violência sofrida pela vítima - MA (2019 a 2022).



Fonte: DATASUS, 2024.

Gráfico 5: Tipo de relação vítima/agressor - MA (2019 a 2022).



Fonte: DATASUS, 2024.

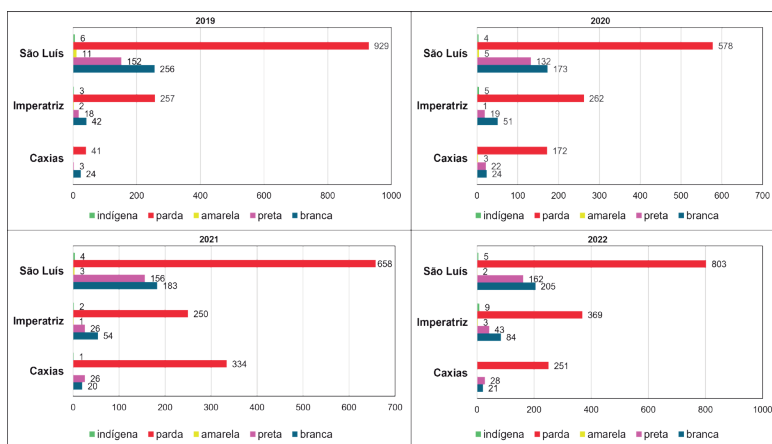
Oliveira e Damasceno (2022, p. 22-24) pontuam que o confinamento e impedimento de sair de casa ocorrido durante a pandemia gerou um misto de sentimentos, “insatisfação, raiva, frustração e outras e acabou sendo exteriorizada nas pessoas de convívio e incentivando o aumento do quadro de violência. [...] durante a pandemia da Covid-19, o acréscimo da violência se dá, exatamente, porque as vítimas encontram-se confinadas com seus agressores”.

Muito antes da pandemia de Covid-19, a Lei Maria da Penha, já estabelecia o isolamento social como um fator de risco a vítima de violência doméstica, aumentando a chances de ocorrer, devido a vítima estar “trancada” com seu agressor.

Acerca do fator étnico-racial, importante indicador no que diz respeito a violência doméstica, pois reafirma as diferenças de classes enraizadas nas formas de relações de nossa sociedade. A hierarquia de poder coloca a mulher preta, parda e pobre como as principais vítimas de opressão, simplesmente por estarem nessa ordem social. “Deve-se considerar que as diferenças sociais como cor da pele, classe social, orientação sexual, identidade de gênero e idade, deixam algumas mulheres mais suscetíveis à violência” (Brasil, 2020, p. 12).

Lobo (2020, p. 23) ainda afirma “que o aumento dos casos de violência durante a Covid-19 não está relacionado à doença em si, mas a uma estrutura de poder da sociedade, a qual mantém relações complexas e reflete a interligação de marcadores opressivos, tais como raça, classe, gênero”. Durante o corte temporal desta pesquisa, a mulher parda foi a mais vitimizada nos casos de feminicídio nos municípios abordados (Gráfico 06).

Gráfico 06: Fator étnico-racial das vítimas feminicídio no Maranhão – 2019 a 2022.

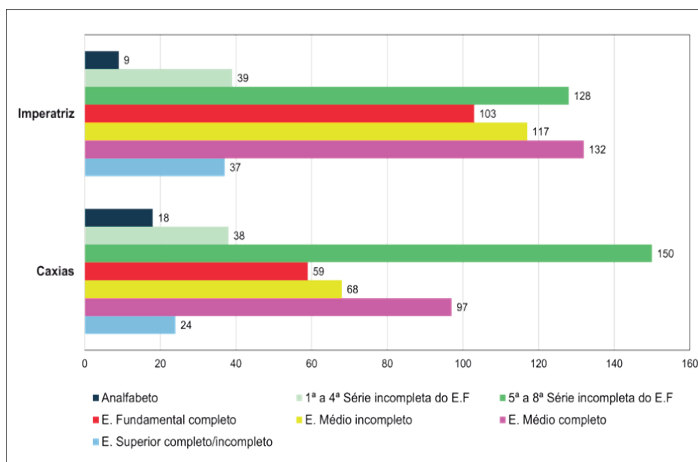


Fonte: DATASUS, 2024.

Cabe ressaltar que no Brasil é aplicado a autodeclaração racial, na qual é levada em consideração a opção que o cidadão alega, sua identidade étnico-racial, logo, esses dados podem ser maiores, tendo em vista o não letramento racial da sociedade, principalmente em regiões de baixa renda, isto posto, considera-se que as notificações podem ser ainda maiores.

Considerando o fator escolaridade, os dados do DATASUS demonstram que o grau de instrução das vítimas mais afetadas foram, aquelas que tiveram apenas os primeiros anos de educação básica – 5ª a 8ª série incompleta do E. Fundamental: frequência de 150 notificações em Caxias e o Ensino Médio completo: 132 em Imperatriz. Entre as vítimas que alegaram ter cursado o Ensino superior completo/incompleto, apresentaram ter sofrido violência, a soma dos municípios foi de 61 casos (Gráfico 07).

Gráfico 07: Frequência por escolaridade segundo violência física – 2019 a 2022.



Fonte: DATASUS, 2024.

O fator escolaridade é uma especificidade importante na reflexão sobre a discussão da violência doméstica, não apenas nisso, mas na denúncia dos casos. Mulheres sem o acesso básico à educação ficam alheias as leis e direitos que as protegem, não tendo, nem buscando informações necessárias no combate à violência contra elas. Logo, educação de qualidade é fundamental na prevenção de casos de violência, já que está associada ao acesso a informações, levando a vítima e seu círculo de pessoas entenderem os tipos de violência, que vão além da agressão física (Bezerra, 2021).

O Art. 2º da Lei Maria da Penha pontua que toda mulher independentemente de classe, raça, etnia, orientação sexual, renda, cultura, nível educacional, idade, religião devem usufruir de uma vida de qualidade e assegurar todos seus direitos, todavia, os gráficos expõem que

essa realidade de proteção não ocorre e que foi aumentada no período pandêmico. No Maranhão foram elaboradas duas leis durante o período pandêmico, com o intuito de determinar aos condomínios e residências o encaminhamento a Polícia Civil quando houver ocorrências de violência doméstica, familiar, crianças, adolescente e idosos e na divulgação da Central de Atendimento à Mulher do estado do Maranhão, a Lei nº. 11.292/2020 e a Lei nº. 11.352 (TJMA, 2020). Entretanto, o que se observa é falta de divulgação e rigor na aplicação dessas leis.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Pandemia de Covid-19 destacou ainda mais as mazelas sociais, dentre as quais, a “Pandemia da violência contra as mulheres” já estava instaurada entre nós desde sempre. Portanto, este período se tornou, para as mulheres, uma faca de dois gumes, sair de casa e se expor ao vírus ou ficar em casa sofrer violência.

Apesar do aporte legislativo as mulheres obtidas ao longo dos anos, observa-se uma negligência por parte dos órgãos competentes. A partir do mapeamento das unidades básicas de apoio, constou-se a falta de delegacias especializadas para as mulheres, casas de acolhimento e casas de apoio no Estado, esses fatores dificultam as mulheres em buscar justiça gerando subnotificações, logo, não se tem o conhecimento sobre os reais números de violências.

Os dados analisados comprovam que a pandemia teve influência nos casos de violência doméstica. Há de se compreender que o enraizamento do patriarcado presente na cultura brasileira como uma estrutura social que perpetua a desigualdade, que sempre colocou as mulheres em risco, muitas vezes, independente os lugares que ocupam. Portanto, o aumento de casos de violência doméstica durante o período pandemia se deu não pela doença em si, mas por toda uma estrutura hierárquica de poder social.

REFERÊNCIAS

BEZERRA, Amanda Ribeiro; RODRIGUES, Sávio José Dias, S. J. (2023). Mulheres, espaço e lugar: incorporando a violência de gênero na discussão teórica geográfica. *Investigaciones Geográficas*, (66), 97-111. <https://doi.org/10.5354/0719-5370.2023.70182>.

BOND, Letycia. Casos de feminicídio crescem 22% em 12 Estados du-

rante a pandemia. Agência Brasil. <https://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2020-06/casos-de-feminicidio-crescem-22-em-12-estados-durante-pandemia>.

BRASIL. Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006. Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher e dá outras providências. Brasília: D.O.U., 2006.

BRASIL. Lei nº 13.104, de 9 de março de 2015. Altera o art. 121 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal, para prever o feminicídio como circunstância qualificadora do crime de homicídio, e o art. 1º da Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990, para incluir o feminicídio no rol dos crimes hediondos. Brasília: D.O.U., 2015.

BRASIL. Ministério da Saúde. Violência Doméstica e Familiar. Brasília, 2020.

CNJ. Monitoramento da Política Judiciária Nacional de Enfrentamento à Violência contra as mulheres. Disponível em: https://paineis.cnj.jus.br/QvAJAXZfc/opendoc.htm?document=qvw_1%5Cpainelcnj.qvw&host=QVS%40neodimio03&anonymous=true&sheet=shVDResumo. Acesso em: 10 ago. 2024.

CONASEMS. Macrorregiões e Regiões de Saúde. Disponível em: https://portal.conasems.org.br/paineis-de-apoio/paineis/13_macrorregioes-e-regioes-de-saude. Acesso em: 23 ago. 2024.

CONSELHO ESTADUAL DOS DIREITOS DAS MULHERES. MPPR alerta sobre importância de denunciar a violência doméstica. Disponível em: <https://www.cedm.pr.gov.br/Noticia/MPPR-alerta-sobre-importancia-de-denunciar-violencia-domestica>. Acesso em: 05 set. 2024.

COSTA, Ana Alice Alcantara; SARDENBERG, Cecília Maria. O feminismo no Brasil: uma (breve) retrospectiva. O feminismo no Brasil: reflexões teóricas e perspectivas. Salvador: UFBA / Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre a Mulher, 2008.

GROSSI, Miriam Pillar. A Revista Estudos Feministas faz 10 Anos: Uma Breve História do Feminismo no Brasil. Estudos Feministas, Florianópolis, SC, n.12, p. 211-221, dez. 2004.

IMESC. Vitimização das mulheres. Disponível em: <https://app.powerbi.com/view?r=eyJrIjoiNzVhYmIwYmItZDdiOS00N2YzLWFkM-zktM2NIMWlyMDlkZGU0IiwidCI6ImQxNDUzZmZmLTUyNGMt>

NDk0NC1iNTg3LTIIMGU2NGM5ZWZkMCJ9. Acesso em: 23 ago. 2024.

LOBO, Janaina Campos. Uma outra Pandemia no Brasil: As Vítimas da Violência Doméstica no Isolamento Social e a “Incomunicabilidade da Dor”. *Tessituras*, v. 8, p. 21-26. 2020.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. *Violência e Saúde*. 1. Ed. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2006. Disponível em: <https://static.scielo.org/scielobooks/y9sxc/pdf/minayo-9788575413807.pdf>. Acesso em: 02 jul. 2024.

Ministério da Saúde. Regiões de Saúde. Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br>. Acesso em: 05 set. 2024.

Ministério da Saúde/DATASUS. Transferência de arquivos. Disponível em: <https://datasus.saude.gov.br/transferencia-de-arquivos/>. Acesso em: 11 ago. 2024.

OLIVEIRA, Bruna Luiza de; DAMASCENO, Aparecida de Sousa. Os reflexos da pandemia (Covid-19) sobre o aumento de casos de violência doméstica e familiar contra a mulher no Brasil. *Revista Eletrônica de Ciências Sociais*, Juiz de Fora, nº 36. p. 13-28, 2022.

OPAS. Violência contra as mulheres. Disponível em: <https://www.paho.org/pt/topics>. Acesso em: 03 jun. 2024.

Portal do Poder Judiciário do Estado do Maranhão. Campanha incentiva denúncias de violência doméstica em condomínios. Disponível em: <https://www.tjma.jus.br/portal>

RAMOS, Silvia et al., *Elas vivem: liberdade de ser e viver*. Rio de Janeiro: CESeC, 2024.

CRIMES REAIS NOS ESPAÇOS VIRTUAIS: A VIOLÊNCIA DE GÊNERO NA ERA DIGITAL

Amanda Ribeiro Bezerra¹

O FLORESCER DO CRIME DIGITAL: UM BREVE CON- TEXTO

A compreensão de que a violência contra as mulheres está banalizada nos espaços geográficos, como a casa, os espaços de trabalho, lazer, e a rua, já é de comum entendimento na comunidade acadêmica e política/jurídica. Todavia, com o avanço e disseminação das “novas tecnologias” da *internet* e da telefonia móvel no início do século XXI e a popularização de redes sociais, tornou-se cada vez mais frequente as denúncias de violência de gênero na comunicação digital, como o *cyberbullying*, *cyberstalking*, sextorção, a pornografia de vingança e o estupro virtual, crimes que podem ser realizados por ex-companheiros e ex-cônjuges, colegas, vizinhos ou mesmo por desconhecidos.

Apesar das diversas utilidades e facilidades que a *internet* e a comunicação digital trouxeram para a sociedade, os ambientes de troca de informações, como as redes sociais, têm sido usadas como espaços de violências contra as mulheres e por isso, crimes virtuais, como o *cyberbullying*, que é o uso de redes sociais para realizar comentários depreciativos e com apologia à violência ou à autodestruição; e o *cyberstalking* ou perseguição virtual, caracterizada pela obsessão que um indivíduo tem de outro e passa a persegui-lo (nas redes sociais ou presencialmente) de forma contínua; que, de acordo com o Instituto Patrícia Galvão (s.d.), são os mais conhecidos e frequentes.

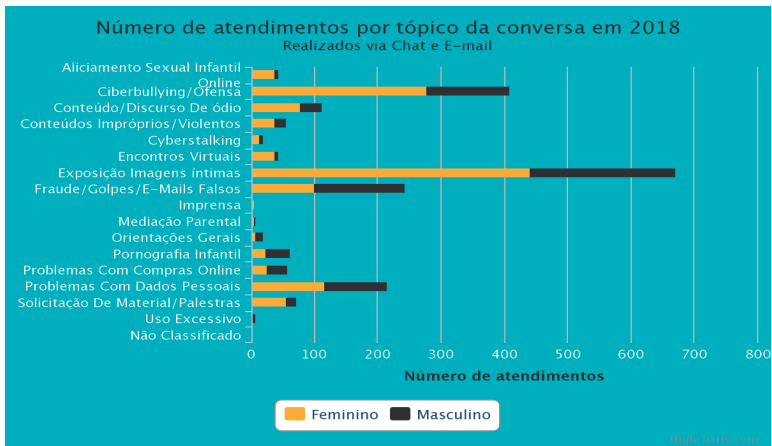
Além destes, a justiça brasileira passou a reconhecer e tipificar outros crimes que têm sido trazidos com a popularização da *internet*, como os crimes virtuais de sextorção, que é a ameaça de divulgar imagens íntimas para forçar alguém a fazer algo, geralmente usados como forma de humilhação, vingança ou extorsão financeira; a pornografia de vingança, quando o ex-parceiro ameaça ou divulga imagens íntimas da vítima em sites e em redes sociais sem o consentimento dela; e o estupro virtual, quando o autor do crime tem posse de algum conteúdo

¹ Doutoranda pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Estadual de Ponta Grossa.

íntimo da vítima e, por meio de violência psicológica, com chantagens e ameaças, exige favores sexuais por meio virtual (Lei nº.11.340, 2006; Lei nº.12.737, 2012; Lei nº.12.965, 2014; Lei nº.13.718, 2018; Lei nº. 13.772, 2018).

Dados da ONG SaferNet (2021), uma entidade com foco na promoção e defesa dos Direitos Humanos na Internet no Brasil, revelam que os crimes virtuais de violência contra as mulheres têm crescido a cada ano. Somente em 2018 (ano que foram coletados os últimos dados da Vara de Justiça de São Luís, Maranhão; que apresentaremos nos próximos parágrafos), a ONG recebeu 16.717 denúncias de crimes cibernéticos contra a mulher, um aumento de mais de 1600% em relação ao ano de 2017. Nos indicadores do Helpline (um canal de serviços oferecidos pela ONG voltado para orientar vítimas de crimes virtuais), as mulheres foram as que mais procuraram o auxílio da entidade, denunciando casos de cyberbullying e ofensas, exposição de imagens íntimas e cyberstalking, como visto na Figura 01.

Figura 01: Número de atendimentos (realizados via Chat e E-mail) por tópico da conversa em 2018



Fonte: SaferNet (2021).

Tais condutas, cada vez mais frequentes no contexto da internet, revelam não apenas como a sociedade ainda está marcada por desigualdades de gênero, mas também de raça. Segundo pesquisa realizada pelo Instituto Avon em parceria com a Folks Netnográfica (2018), em mais de 14 milhões de dados coletados, 80% das mulheres que denunciaram

situações de assédio e violência nas redes sociais eram negras. De acordo com Davis (2016), a vitimização de mulheres negras está relacionada, principalmente, à dupla estigmatização em razão da raça e gênero, situação que, no contexto brasileiro, une-se, ainda, às heranças coloniais e escravista, que desqualificam a mulher negra e a resumem aos papéis de escrava doméstica ou sexual (Nascimento, 2019; Gonzalez, 2018).

As análises de Davis (2016) se relacionam com os estudos de Berth (2019), que assevera que dentro da pirâmide social, as mulheres negras estão em um não lugar, pois são, a um só tempo, vítimas das técnicas de atuação do racismo, a qual homens negros também são expostos, intercalado à lógica patriarcal solidificada e naturalizada, que vitimiza mulheres brancas. Por esse motivo, não apenas em espaços presenciais, mas também virtuais, as mulheres negras se destacam como as principais vítimas das violências de gênero, impactando sobremaneira em suas vidas cotidianas e nas suas relações socioespaciais.

Esse cenário de reiteradas práticas de discriminação e violências no espaço virtual aumentou com a chegada da pandemia de Covid-19 e, conseqüentemente, com a maior presença de usuários nas plataformas digitais, cuja vida social está cada vez mais conectada à internet. Em pesquisa realizada antes e durante a pandemia, entre Janeiro/2019 a Março/2020 e Julho/2020 a Fevereiro/2021, o Instituto Avon (2021) reportou que mais de 152 mil relatos de violência contra mulheres e meninas foram feitos denunciando situações de violência virtual, como o vazamento não autorizado de imagens íntimas, *cyberstalking*, ameaças e assédio, uma média de 87 relatos de violações por dia.

Indicadores como esses denunciam bem mais que uma nova tipificação da violência de gênero, mas se traduz em debates sobre como os crimes cometidos no ambiente virtual trazem conseqüências para as vítimas para além da privacidade invadida, de modo que passam a incidir de forma crônica na saúde física, emocional e psíquica e na conjuntura pessoal, social, familiar e espacial de mulheres violentadas (Walker, 1979; Guimarães, 2019; Instituto Avon, 2021).

De acordo com Walker (1979), transtornos pós-traumáticos, como sintomas depressivos, ansiedade generalizada, fobias, transtornos de pânico, transtorno obsessivo-compulsivo, baixa autoestima, sentimento de culpa, consumo excessivo de álcool ou outras substâncias psicoativas (SPA), surgimento de ideação suicida, sofrimentos e sensações de desamparo e choro constante, medo, desesperança e inadaptação global são alguns dos sintomas observados que atingem o cotidiano daquelas que sofreram violências.

A exposição da vítima a uma ampla comunidade virtual, a permanência das informações vazadas sem sua autorização e a falta de controle sobre a repercussão dos conteúdos íntimos compartilhados geram diversos traumas para as vítimas, podendo levar ao ápice, com o suicídio, como afirma Lins (2017). Ameaças, perseguição e assédio virtual, e vazamento de conteúdo íntimo não apenas danificam a reputação e autoimagem da vítima, bem como impedem a liberdade individual, dignidade e bem-estar nos espaços virtuais e concretos.

Por terem, como consequência, uma espécie de linchamento moral às mulheres vítimas, que são constantemente atacadas e julgadas, os crimes virtuais têm um paralelismo com os casos reais de “violências domésticas” (Lins, 2017), em razão do alcance e impacto na vida psicoemocional e socioespacial das vítimas. A partir do momento que mulheres são culpadas e responsabilizadas pelas violências e inseguranças que sofrem, tem-se o estabelecimento de normas sociais que implicam que mulheres devem abdicar de sua total liberdade em razão de sua preservação, criando-se assunções que se refletirão em seu cotidiano (Valentine, 1989).

Essa cadeia de eventos irá gerar, na mulher vítima, além dos traumas, fobias e transtornos já destacados, sensações de medo e insegurança que incidirão nos usos reais dos espaços, no temor de ser reconhecida na vida *off-line* pelos conteúdos expostos na internet. Rachel Pain (2000) acrescenta que o medo impactará de maior maneira mulheres de determinadas faixas etárias e que fazem parte de grupos étnicos e raciais, pois as formas que sofrem as violências resultam de restrições, segregações e isolamentos históricos e culturais que perpassam a ordem social e espacial das cidades.

Portanto, o impacto do medo não ocorrerá apenas sobre as liberdades individuais e as atividades realizadas nos espaços, mas também influenciará fortemente determinadas mulheres e grupos sociais e em determinados lugares, reafirmando em sua vivência a exclusão social a qual estão expostas, produzindo geografias próprias na sua vida cotidiana que podem, até, restringi-las dos espaços públicos, por perderem a habilidade de se sentirem aptas a transitar em segurança nos espaços em virtude do medo, cedendo às pressões socioculturais que reforçam e normalizam sua estadia nos espaços da casa.

QUANDO O MUNDO *ON-LINE* IMPACTA NO MUNDO *OFF-LINE*

A evolução e disseminação das novas tecnologias digitais, o uso, cada vez mais popular, de celulares smartphones, com acesso à internet, e de outros aparelhos móveis mudaram a forma como as relações sociais se desenvolvem, tendo efeitos não apenas no ciberespaço, mas também nos espaços físicos e reais. A expansão da internet e, por conseguinte, a existência e crescimento de crimes virtuais tornaram-se cada vez mais constantes, produzindo efeitos perversos nas mulheres vítimas que passaram a recorrer à justiça como forma de cessar as violências as quais estavam expostas.

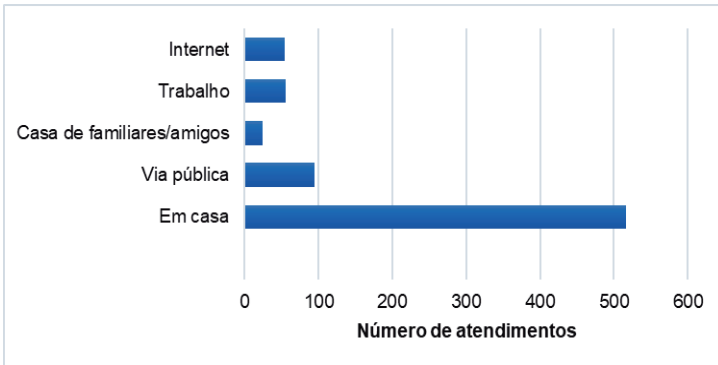
Estas questões tornaram-se nítidas durante minha pesquisa de mestrado (Bezerra, 2021). No ano de 2019, diariamente, acompanhei o expediente da 2ª Vara Especial de Combate à Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher (VEVDFM), localizada no espaço estrutural da Casa da Mulher Brasileira, prédio onde funcionam os principais serviços que compõem a Rede de Proteção e Acolhimento à mulher vítima de violências, no bairro Jaracaty da capital maranhense, São Luís. Atualmente, a VEVDFM é o órgão responsável por expedir medidas protetivas de urgência com base nos boletins de ocorrência realizados pelas mulheres vítimas.

Dessa forma, no período que acompanhava o órgão, buscando e realizando o levantamento de dados para a minha pesquisa, ouvia os relatos de mulheres que buscavam o serviço da Vara de Justiça e descreviam as situações de violências sofridas, em geral, casos de situações reais de violências física, sexual, psicológica, moral e patrimonial. Todavia, constantemente, destacavam-se casos de perseguição *on-line*, onde a vítima denunciava casos recorrentes de exposição e assédio virtual que impactavam sua vida social e afetiva, pois seus familiares, amigos/as e colegas de trabalho se deparavam com os conteúdos divulgados já que o autor do crime geralmente os publicava em redes sociais de grande popularidade.

Em boletins de ocorrência, geralmente realizados em Departamentos de Polícia da cidade e encaminhados para a 2ª Vara de Justiça, eram comuns os casos registrados em que a vítima denunciava crimes virtuais de *cyberbullying*, *cyberstalking*, sextorção e pornografia de vingança. Apenas nos meses de janeiro a abril de 2019, os dados computados de crimes em redes sociais excederam os números de crimes que ocorreram em lugares concretos, como em casas de familiares e

amigos, ficando atrás apenas dos casos que ocorreram nos espaços da casa, vias públicas e locais de trabalho, em geral, de maior expressão observados na Figura 02.

Figura 02: Local onde os crimes ocorreram, segundo denúncias das vítimas, em 2019



Fonte: Autora, 2021.

É interessante observarmos que, mesmo que os crimes virtuais sejam uma tipificação recente das violências contra as mulheres, no ano de 2019, em um período pré-pandemia, muitas mulheres ainda buscaram auxílio policial e jurídico para um problema em âmbito digital, geralmente tido socialmente como um espaço acima ou fora das leis, cujos crimes são impossíveis de serem responsabilizados e punidos. Acreditamos que esses índices tenham crescido no período da pandemia de Covid-19, principalmente em razão do maior uso de redes sociais em um momento de reclusão devido às medidas provisórias de combate ao coronavírus. Subvertendo a premissa de liberdade na internet, o espaço virtual passou a ser utilizado, por usuários anônimos ou não, como um espaço de discursos de ódio, ataques e perseguição de vítimas, que, na maioria das vezes, são mulheres e meninas.

Devemos levar em conta os diversos fatores que explicam os baixos números de denúncias de crimes virtuais. Em primeiro lugar, temos por clareza que a cultura machista e patriarcal da sociedade ocidental tem grande peso nos casos de violências contra as mulheres, que chegam a ser tão naturalizados que, por vezes, casos se tornam banais (Silva, 2009; Barsted, 2012), de modo que sempre haverá maiores denúncias de violências no mundo *off-line*, real, em razão do caráter histó-

rico-cultural da violência de gênero; além disso, o trabalho de divulgação feito pelos órgãos competentes e pelos meios de telecomunicação, que difundem à população os direitos e as leis de proteção às mulheres e quais as instituições recorrer para denunciar abusos e buscar proteção, têm grande peso no acesso de mulheres à justiça.

O terceiro motivo refere-se às lacunas jurídicas existentes, visto que, em razão do mundo virtual ser relativamente novo, os Tribunais brasileiros lidaram por muito tempo com controvérsias quanto à responsabilização pelos crimes cometidos nos espaços cibernéticos, tendo que recorrer a leis antigas, enquadrando os crimes de cyber vingança sob a ótica dos crimes contra a honra (Instituto Patrícia Galvão, s.d.). Com a criação da Lei Maria da Penha (Lei nº. 11.340/2006), os casos passaram a serem enquadrados sob a tipificação da violência psicológica e, apenas a partir de 2012, tivemos leis específicas para lidar com os crimes na internet.

Podemos ressaltar, ainda, como outro fator de impacto no quantitativo dessas denúncias o medo das mulheres vítimas de serem julgadas no momento de realização da denúncia. A esse respeito, Pasinato, Garcia, Vinuto e Soares (2016) analisam que os obstáculos impostos às mulheres vítimas de violência constroem o acesso delas à proteção prevista em lei, revelando uma justiça que atua de forma tradicional, conservadora e insensível na aplicação das leis de proteção às mulheres, ao desconsiderar a palavra das mulheres no processo, desestimar as situações de vulnerabilidade e risco que enfrentam, e intervir judicialmente de forma inadequada nas situações de violação de direitos humanos, que deveriam ajudar a combater.

O medo de serem julgadas é a primeira coisa que faz com que as mulheres vítimas de violência não busquem ajuda. É o medo de as pessoas dizerem: “mas por que você foi enviar essa foto?” ou “por que você foi confiar nesse estranho na internet?”. Porque, de um modo geral, as vítimas já se julgam e acham que os outros também vão julgar. Então, a primeira orientação para quem quer apoiar é o não julgamento, especialmente quando envolve a família, porque a vítima em geral tem muito medo de a família descobrir, de como as pessoas vão vê-la a partir daí. E o apoio, ou melhor, a empatia de você escutar sem julgamento pode ser decisiva para que essa pessoa não cometa nenhum ato que seja mais trágico, como já vimos em casos de jovens e adolescentes que cometeram suicídio após terem imagens íntimas compartilhadas sem autorização (Cunha, 2018).

Um motivo para que muitas mulheres recuem e não procurem a justiça é o fato de ter que, mais de uma vez, mostrar essas imagens,

apresentar essas provas, essas evidências. Porque isso também é uma revitimização, pois ela terá que mostrar aquele conteúdo para o delegado, para o escrivão, para o juiz, para o advogado. Isso faz com que muitas mulheres relutem em dar esse passo, porque sabem que vão passar por mais essa exposição (Cunha, 2018).

Para algumas mulheres, o processo de judicialização vai ser muito importante, vai fazer com que ela lide melhor com a situação. Mas, para outras, recorrer ao sistema de justiça pode ser uma revitimização. Já ouvimos muito de mulheres de regiões periféricas: “olha, a polícia não está aqui para nos proteger”. E, nesse contexto de violências e de encarceramento em massa, ir a uma delegacia para denunciar uma pessoa, que às vezes é próxima dela, pode não ser a atitude mais adequada. Penso que discutir violência de gênero online demanda que sejamos muito criativas nas respostas e que o nosso diálogo passe antes por perceber as diferenças entre as mulheres, tanto em termos de elaboração dessa violência, como das respostas que o sistema de justiça ou outros tipos de organizações podem dar (Neris, 2018).

Avaliamos, ainda, que um último fator de impacto para a realização ou não, por parte da vítima, da denúncia dos crimes virtuais diz respeito à sua condição socioeconômica. A dispersão dos serviços públicos significa o impedimento à efetivação das leis para aquelas provenientes das camadas mais pobres da população, com baixo nível de escolaridade e baixa qualificação profissional, cujas dificuldades de mobilização e transporte, bem como financeira, impactam de maneira direta na utilização e busca de atendimento à situação de violência (Bezerra, 2021). Por esses motivos, os dados que quantificam as denúncias das violências virtuais ainda são poucos se comparadas às outras tipificações de violências de gênero e contra as mulheres.

Todavia, como acontece com as outras vítimas de violências de gênero, os sentimentos que acometem aquelas que passaram por casos de crimes virtuais impactam na sua vida diária, e as sensações de culpa, medo e vergonha são o reflexo de uma sociedade marcada por desigualdades de gênero, que imputa às vítimas a responsabilidade pela violência sofrida e, até mesmo, justifica os assédios e violências sofridas na internet. Esses sentimentos são constantemente trazidos à tona e nunca superados, visto que, quando publicados na internet, os conteúdos são salvos por outros usuários e podem ser compartilhados a qualquer momento, de modo que imagens e vídeos íntimos da vítima voltem a ser assunto em redes sociais, eternizando a violação de sua intimidade.

Dados do Instituto Avon (2021) revelam que os sentimentos da vítima para cada tipo de violência virtual sofrida variam a depender do

grau de exposição íntima ou do impacto em sua vida *off-line*. Quando analisados casos denunciados de *cyberstalking*, as vítimas, em geral, eram tomadas por emoções de indignação, repulsa e medo; nos casos de vazamento de imagens íntimas, as reações foram de desespero, medo, culpa e dúvida, e indignação; e quanto aos casos em que foram vazados para as redes sociais filmagens de atos sexuais sem consentimento, as vítimas relataram sentimentos de repulsa, indignação, medo, dúvida e ansiedade que lhes causavam um mal consigo mesma.

As emoções que as violências digitais causam são capazes de gerar consequências na vida cotidiana das mulheres vítimas, principalmente em se tratando das relações pessoais que mantém com familiares, amigos/as e colegas de trabalho. Os relatos das vítimas que denunciaram as violências na 2ª Vara de Justiça em São Luís e aquelas que tiveram suas informações coletadas pela pesquisa realizada pelo Instituto Avon (2021) se assemelham quanto aos efeitos das violências no seu dia a dia, tanto nas relações afetivas quanto amorosas.

Aquelas que sofreram com o *stalking* afirmaram que tiveram impactos no dia a dia, tendo que lidar com traumas e, ainda, trocar de conta/perfil nas redes sociais para que o agressor não pudesse mais lhe encontrar ou manter qualquer contato pela internet ou presencialmente, esse último caso, relatado pelas vítimas que buscaram auxílio jurídico da 2ª Vara de Justiça e pediram medidas protetivas de urgência; as que tiveram o vazamento de imagens íntimas, declararam terem sofrido com a repressão social, tendo que recorrer ao isolamento social até que seu caso *on-line* fosse esquecido (mesmo que momentaneamente), sofrendo com ideias suicidas e mudanças comportamentais, alterando suas escolhas e liberdades individuais, além de terem seus relacionamentos amorosos à época prejudicados.

Nos relatos daquelas que sofreram com filmagens de atos sexuais sem consentimento e o vazamentos desses vídeos, além das implicações já destacadas pelas outras denúncias, as vítimas afirmaram terem sofrido com traumas, sentimentos de privacidade violada e de insegurança, de modo que as consequências dos crimes cometidos na internet e, também, o fato dos conteúdos íntimos das vítimas terem a probabilidade de reaparecerem nas redes sociais, reavivando os traumas sofridos, trazem sequelas para as mulheres para além dos espaços virtuais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A expansão do local da violência para os espaços virtuais tem se configurado como novas práticas de crimes contra as mulheres, em que o agressor, utilizando-se do anonimato e/ou da difusão em larga escala de suas publicações na internet, usa de plataformas *on-line* para perseguir, censurar, e manifestar ataques diversos à vítima. O assédio, a perseguição e ameaça e o vazamento de conteúdos íntimos, como fotos e vídeos, são capazes de gerar sequelas na vida cotidiana e nas relações afetivas e amorosas das mulheres vítimas, impactando no uso de espaços reais.

Desta forma, nos diferentes espaços, as violências perpetradas contra as mulheres incidirão em diferentes formas de usos e apreensões dos lugares, levando a mudanças comportamentais de mulheres, influenciadas pelos sentimentos de medo, indignação, ansiedade, desespero e entre outros, produzindo segregações social e espacial através do isolamento da sociedade, repressão social e traumas capazes de implicar comportamentos como criação de fronteiras socioemocionais, uso de álcool e substâncias psicoativas e pensamentos suicidas que podem levar à sua concretização, de modo que a violência virtual, assim como as violências reais, são capazes de moldar seus pensamentos e atos.

REFERÊNCIAS

BEZERRA, A. R. A espacialização da violência contra a mulher em São Luís. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2021.

BERTH, J. Empoderamento. São Paulo: Editora Pólen, 2019.

CUNHA, J. Violência de Gênero Online. Instituto Patrícia Galvão. 2018. Disponível em: <https://dossies.agenciapatriciagalvao.org.br/violencia-sexual/tipos-de-violencia/violencia-de-genero-online/>

DAVIS, A. Mulheres, raça e classe. São Paulo: Boitempo, 2016.

GONZALEZ, L. Primavera para as rosas negras: Lélia Gonzalez em primeira pessoa. São Paulo: Editora Filhos da África, 2018.

GUIMARÃES, A. L. G. Crimes virtuais e novas modalidades de violência de gênero contra a mulher: a divulgação não consentida de imagens íntimas na internet. Monografia (Graduação em Direito) – Univer-

sidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2019.

NASCIMENTO, B. A mulher negra no mercado brasileiro. In: HOLLANDA, H. B. (Org.). Interseccionalidades: pioneiras do feminismo negro brasileiro. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019.

INSTITUTO AVON. A voz das redes: o que elas podem fazer pelo enfrentamento das violências contra as mulheres. 2018. Disponível em: https://institutoavon.org.br/wp-content/uploads/2021/04/VOZES-DAS-REDES_2016.pdf

INSTITUTO AVON. Muito Além do Cyberbullying: a violência real do mundo virtual. 2021. Disponível em: https://institutoavon.org.br/wp-content/themes/avon-wp/images/estudo-21/INFOGRAFICO%20-%20Avon_Info_Ciberbullyng_2021.pdf

INSTITUTO PATRÍCIA GALVÃO. Violência de gênero na internet. s.d. Disponível em: <https://dossies.agenciapatriciagalvao.org.br/violencia/violencias/violencia-de-genero-na-internet/>

BRASIL. Lei nº. 11.340, de 7 de agosto de 2006. Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher. Brasília, DF: Diário Oficial da União, 2006.

BRASIL. Lei nº. 12.737, de 30 de novembro de 2012. Dispõe sobre a tipificação criminal de delitos informáticos. Brasília, DF: Diário Oficial da União, 2012.

BRASIL. Lei nº. 12.965, de 23 de abril de 2014. Estabelece princípios, garantias, direitos e deveres para o uso da Internet no Brasil. Brasília, DF: Diário Oficial da União, 2014.

BRASIL. Lei nº. 13.718, de 24 de setembro de 2018. Tipifica os crimes de importunação sexual e de divulgação de cena de estupro e dá outras providências. Brasília, DF: Diário Oficial da União, 2018.

BRASIL. Lei nº. 13.772, de 19 de dezembro de 2018. Criminaliza o registro não autorizado de conteúdo com cena de nudez ou ato sexual ou libidinoso de caráter íntimo e privado e dá outras providências. Brasília, DF: Diário Oficial da União, 2018.

LINS, B. A. “Ih, vazou!”: pensando gênero, sexualidade, violência e internet nos debates sobre “pornografia de vingança”. In: Cadernos De Campo, São Paulo, 25(25), p. 246-266, 2017.

NERIS, N. Violência de Gênero Online. Instituto Patrícia Galvão. 2018. Disponível em: <https://dossies.agenciapatriciagalvao.org.br/violencia-sexual/tipos-de-violencia/violencia-de-genero-online/>

PAIN, R. Place, social relations and the fear of crime: a review. In: *Progress In Human Geography*, 3(24), p. 365-387, 2000. <https://doi.org/10.1191/030913200701540474>

PASINATO, W.; GARCIA, I. J., VINUTO, J.; SOARES, J. E. Medidas protetivas para as mulheres em situação de violência. In: PARESCHI, A. C. C. *et al.* Direitos humanos, grupos vulneráveis e segurança pública. v. 6. Brasília-DF: Ministério da Justiça, 2016. p. 233-265.

SAFERNET. Indicadores HelpLine: número de atendimentos realizados via Chat e E-mail. 2021. Disponível em: <https://indicadores.safer-net.org.br/helpline/helplineviz/pt/>

VALENTINE, G. The Geography of Women's Fear. In: *Area*, 21(4), p. 385-390, 1989.

WALKER, L. *The battered woman*. Nova York: Harper and How, 1979.

GÊNERO COMO DISPOSITIVO DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA CONTRA AS MULHERES E A INTERSECCIONALIDADE: UM OLHAR DE CASOS CLÍNICOS EM CONSULTÓRIO DE PSICOLOGIA

Creyde Rodrigues Borges Cerqueira

INTRODUÇÃO

O presente artigo tem o objetivo de fazer uma reflexão ou uma correlação com as construções de saberes de gênero como dispositivo da violência doméstica contra as mulheres e a interseccionalidade. Sendo marcadores de sofrimento psíquico que se posiciona teoricamente sobre esse olhar para pacientes em consultório particular. Onde suas narrativas demandam um sofrimento psíquico vivenciadas por uma diversidade de tipificações e definições, de tais violências de gênero, violência familiar, violência, intrafamiliar e violência doméstica. Esta última como sendo o termo de uso mais comum da sociedade por ser conhecida através da Lei de 11.340 de 07 de agosto de 2006, a Lei Maria da Penha.

Esta prevê mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher. As formas de violência descritas nesta Lei são: violência física, psicológica, sexual, moral e patrimonial (art. 7.). Diante da desigualdade de gênero e a violência histórica, cultural e assimétrica, gerando grandes sofrimentos em suas subjetividades. Oriunda de um patriarcado, machista e misógino, heteronormativo ainda em nossa contemporaneidade. “Onde a instituição de uma heterossexualidade compulsória e naturalizada exige e regula o gênero como uma relação binária em que o termo masculino diferencia-se do termo feminino, realizando - se essa diferenciação por meio das práticas do desejo heterossexual” (Butler, 2019, p. 53).

Gênero é uma construção articuladas nas relações sociais, que possibilita a compreensão acerca de como os sujeitos sociais estão sendo constituídos cotidianamente por um conjunto de significados impregnados de símbolos culturais, conceitos normativos, institucionalidades e subjetividades sexuadas (Scott, 1990, p. 86), que atribuem a

homens e mulheres um lugar diferenciado no mundo, sendo essa diferença atravessada por relações de poder que conferem ao homem, historicamente, uma posição dominante. Mesmo com os estudos de gênero fazendo cinquenta anos no mundo, de acordo com Laqueur, (1992. p. 17):

[...] houve um tempo em que, homens e mulheres eram classificados conforme seu grau de perfeição metafísica, seu calor vital, ao longo de um eixo cuja causa final era masculina, deu lugar, no final do século XVIII, a um novo modelo de dimorfismo radical, de divergência biológica. Pelo menos, o que nos chamamos de sexo e gêneros existiam em um modelo de eixo “único” explicitamente ligado em um círculo de significados; escapar daí para um suposto substrato biológico- a estratégia do Iluminismo-era impossível. Foi no mundo do sexo único que se falou mais diretamente sobre a biologia de dois sexos, que era mais arraigado no conceito do gênero, na cultura. Ser homem ou mulher era manter uma posição social, um lugar na sociedade assumir papel cultural, não ser organicamente um ou outro de dois sexos incomensuráveis. Porém, o sexo antes do século XVII era ainda uma categoria sociológica e não ontológica.

Então essa diferença sexual nem sempre existiu com esse binarismo, até o século XVIII, existia uma predominância de sexo único. Existia apenas uma diferença entre homens e mulheres de grau, que era considerada as mulheres como homens menores. Com a consolidação do capitalismo (com a revolução industrial) justamente no início do século XVIII/XIX. Onde houve uma grande mobilidade social. Diante dessa, que não seriam para todos, e não para todas. Trouxe também uma diferença histórica e cultural entre o público / privado. Foi justamente nesse momento onde suas diferenças físicas foram colocadas em foco, e que as diferenças sociais foram naturalizadas (Zanello, 2018).

Percebe que desde muitos séculos era estabelecida uma relação de poder entre as mulheres, principalmente de gênero, raça e classe vivenciadas simultaneamente por Sojourner Truth em uma situação de escravidão. Ela não separou uma situação da opressão (gênero, raça e classe) da outra, experimentando as na sua simultaneidade. Estava inserida nessa desigualdade social desde seu nascimento em grande sofrimento - como acontece com muitas de nós. Quando em sua narrativa: Segundo Davis (2017) com seu carisma e suas poderosas habilidades como oradora, derruba as alegações de que a fraqueza feminina era incompatível com o sufrágio. O líder dos provocadores afirmou que era ridículo que as mulheres desejassem votar, já que não podiam sequer pular uma poça ou embarcar em uma carruagem sem ajuda de um ho-

mem. Com simplicidade aponta que ela mesma nunca havia sido ajudada a pular poças de lama ou subir em carruagens. Não sou uma mulher? Então a socióloga Kimberlé Crenshaw, (2002) introduz a noção de interseccionalidade, mostrando que as vivências sexistas sofridas pelas mulheres não brancas ou migrantes são a ponta do iceberg de outras formas de violência (racismo, pobreza, exploração econômica...), que co-produzem a experiência do sexismo vivenciada pelas mulheres negras.

GÊNERO COMO CONSTRUÇÃO SOCIAL DE SOFRIMENTO PARA AS MULHERES E HOMENS

Durante séculos, as mulheres foram vistas como propensas ao desenvolvimento de adoecimentos e sofrimentos psíquicos, uma vez que consideravam como parte da sua natureza, como algo determinado e sem possibilidade de intermediação. Essa visão era influenciada por uma cultura que produziu características distintas para uma personalidade feminina em que foram atribuídas a natureza, a biologia e as funções de reprodução (Zanello, 2014). Assim, todo projeto de subjetivação das mulheres foi gendrado. No sentido da cultura, a mulher será feliz se tiver um homem e, caso contrário, pelo olhar do homem, ficará “encalhada”. Para Zanello (2018, p. 269), essa perspectiva reflete “o preterimento afetivo masculino socialmente construído”.

Segundo Laqueur (2001), a ideia e a teoria de uma diferença sexual substantiva binária e oposta nem sempre existiu. Após o século XVIII, com a ideologia de mobilidade social e a entrada do capitalismo, criaram-se as divergências, o que estabeleceu diferenças entre homens e mulheres. O gênero, porém, é um poderoso determinante social que deveria ser levado em consideração nas análises a fim de compreender os processos de saúde mental pelo mundo (Zanello, 2018), uma vez que as tecnologias de gênero estão inseridas em todas as estruturas dentro da sociedade em relação às mulheres e aos homens, como em revistas, filmes, novelas, que demarcam a cultura binária nas relações de gênero. Esse é o mundo patriarcal de domínio do machismo que adocece, ao extremo, a saúde das mulheres.

Um grande número de mulheres no Brasil, sejam elas idosas adultas ou jovens, de diferentes raças, etnias e classes sociais, já passaram por alguma forma de violência relacionada às tecnologias de gênero. Para além dos danos físicos, a violência de gênero traz danos à saúde mental, ocasionando em sofrimentos psíquicos que afetam a vida social, interferindo na autoestima e autonomia das mulheres. O silêncio

acaba se tornando uma das estratégias de sobrevivência adotadas por mulheres nessa situação na cultura brasileira.

Segundo Perrot (2005), a prescrição do silêncio é um mandamento bíblico, pois Paulo afirmava que “a mulher aprende em silêncio, com toda a sujeição”. Isto é, ela deve sofrer em silêncio. O adoecimento de mulheres com sofrimento psíquico na cultura é reflexo das posições de gênero, como explicita Diniz e Pondag (*apud* Zanello, 2018). O abuso sexual e o estupro marital são exemplos de violências que ocorrem, em sua maioria, no espaço familiar, ambiente que, em tese, deveria ser seguro para as mulheres, impactam, diretamente, na vida psíquica de muitas delas. As dificuldades de mudanças na tomada de decisões a fim de romper com as situações de violência têm muitos impactos com uma infinidade de fatores, como filhos, dependência emocional, financeira, assim como uma “dificuldade de enfrentamento como o próprio desempoderamento da mulher em determinadas situações, a ingerência de sua vida, culpa, medo, dificuldades de acesso às instituições, responsável pela família, enfim tem várias razões” (Zanello, 2018, p. 66).

Quanto mais sujeitas às desigualdades sociais, maior a probabilidade de as mulheres se tornarem vulneráveis. Essas estruturas históricas que alicerçaram as relações assimétricas entre mulheres e homens estão materializadas nos espaços sociais, na família, nas oportunidades de acesso a determinadas carreiras, nos salários desiguais, nas instituições escolares, na legislação e em diversos setores sociais.

Segundo Delphy (2009), o gênero é um sistema de divisão hierárquica da humanidade em duas metades desiguais, assim, gênero é um sistema de dominação. O termo gênero foi introduzido pelo psicanalista Robert Stoller, nos anos 1950. No contexto de seus estudos sobre casos de intersex e transexuais, ele define o gênero como uma identificação psicológica da pessoa, irredutível ao sexo biológico. Nesta linha, o sexólogo John Money também afirmou a diferença entre sexo bio-anatômico e gênero (identidade de gênero) que indica a experiência privada e singular de cada pessoa.

É com a socióloga Britânica Ann Oakley, no início dos anos 1970, que o termo gênero é apropriado pelo movimento feminista e usado como termo crítico para definir as diferenças sociais e culturais entre homens e mulheres (papeis sociais e atitudes psicológicas). O gênero é assim desnaturalizado, sendo algo modificável pela ação política, enquanto o sexo é reconduzido a invariante biológica. E assim afirmada a ideia de que gênero não é determinado pelo sexo biológico, sendo definido pelo social e então é algo variável e construído. O gê-

nero é definido, nesta fase, como sexo social, ou seja, como o aspecto construído e social do sexo e como irredutível ao biológico

Para os homens, não lhes cabe chorar, demonstrar fraqueza, ser “mulherzinha” (Zanello, 2018). Eles devem reprimir todas as emoções, afinal “homem não chora”. Nessa cultura, essas construções vão enquadrando homens e mulheres em certos comportamentos que são vistos, pela sociedade, como naturais. Os brinquedos são pensados estrategicamente para cada sexo. Geralmente, os meninos com as temáticas de raciocínio lógico, carros, ambiente de trabalho, entre outros que os colocam fora de caso, no espaço público. Para as meninas, destinam-se a sensibilidade, as tarefas domésticas. Ainda, aprendem que o corpo feminino foi feito para servir, impõe-se o ambiente do lar com bonecas, sugerindo à maternidade a visão de cuidado, tudo associado ao âmbito privado. Com isso, muitas acabam sendo responsáveis pelo acompanhamento dos irmãos mais novos quando as mães saem para trabalhar (Dias, 2007). Zanello (2018) afirma que a divisão social entre o espaço público e o espaço privado foi construída em base de desigualdade de gênero.

Em pleno século XXI, mesmo com todas as lutas feministas e suas respectivas conquistas ao longo dos anos, ainda há muitos espaços reservados, exclusivamente, aos homens. De acordo com Santos (2013), ainda são os homens que estão em cargos de chefia, recebendo salários altos. Mesmo quando ocupam semelhantes funções às mulheres, são melhores remunerados. A luta pela igualdade salarial constitui, ainda, uma das principais bandeiras das feministas, assim como a visibilidade da desigualdade existente entre os gêneros. De acordo com Narvaz e Koller (2007, p. 125):

[...] as terapias feministas assumem um compromisso marcadamente político com a mudança social [...]; enquanto as terapias tradicionais recorrem a constructos intrapsíquicos para compreender o sofrimento psíquico, as terapias feministas focalizam os fatores contextuais, em especial as desigualdades e a opressão, como origem das dificuldades individuais e familiares.

Assim, contribui-se para uma desconstrução diante das demandas da discriminação de gênero e da normatização patriarcal das relações de poder, fomentando a produção de pesquisas e da clínica, a fim de produzir saberes comprometidos e implicados com as metodologias feministas, uma vez que há muito que se avançar.

VIOLÊNCIA DOMÉSTICA CONTRA A MULHER: O SOFRIMENTO QUE MATA

Os crimes de homicídios contra as mulheres na década de 1980, assim chamadas na época, eram vistos como crime de menor potencial ofensivo, inclusive previsto no judiciário brasileiro. Tais crimes eram subestimados e aceitos como “legítima defesa da honra”, e apesar dessa lei já não ser mais válida, ainda hoje essa forma tem sido utilizada nos julgamentos de feminicídios como tentativa de reversão da pena. Como afirma Saffioti (2011), esse é um dos elementos nucleares do patriarcado, o controle da sexualidade feminina, a fim de assegurar a fidelidade da esposa a seu marido.

As mulheres no Brasil, sejam elas, jovens, adultas ou idosas, de diferentes raças/etnias e classes sociais, já foram atravessadas de alguma forma pela violência relacionada ao gênero. Caracterizada não somente por danos físicos, mas também por prejudicar a saúde mental da vítima, a violência afeta a vida social, abalando-a psicologicamente, como também, interferindo na sua autoestima e autonomia.

No Brasil no século XXI, a violência ainda atinge dois milhões por ano. Uma brasileira a cada 15 segundos sofre com o terror doméstico. A todos cumpre mudar essa situação, que afronta não só o estado, mas compromete o sentimento de justiça e dignidade do país. A Lei Maria da Penha é Lei 11.340, de 07 de agosto de 2006, efetivamente, um apoio na luta por um Brasil melhor, mais digno e mais justo para nossas mulheres.

Essa temática se dá pelos índices de violência que as mulheres são submetidas diariamente. Os dados estatísticos sobre violência de gênero são alarmantes. A realidade atual mostra situações cada vez mais intensas e absurdas de violência. Um dos fatores aliados a ela é a relação de poder dos homens e a naturalização da mulher como sendo objeto de posse dessa relação.

AS INTERSECCIONALIDADE: GÊNERO, RAÇA, CLASSE E SEXO

A noção de interseccionalidade constitui, hoje, uma noção fundamental, utilizada pelos feminismos negros, pós-coloniais e descoloniais para pensar a ação multifacetada e entrelaçada das relações de dominação que constituem a experiência das mulheres não brancas. O

termo interseccionalidade foi criado pela jurista e socióloga afro-americana, Kimberlé Crenshaw, (2018) que sistematizou um pensamento já difundido entre as mulheres negras, ou seja, o de que as relações de dominação operam de forma interligada, simultânea e interdependente. A interseccionalidade é a categoria de compreensão da dominação como um fenômeno complexo e multifacetado. Ela encarna: uma analítica do poder; saber situado, práxis crítica voltada para a transformação social, a emancipação e a justiça social; visão não-cumulativa e somatória das opressões, pois os sistemas de opressão agem de maneira conjunta e entrelaçada para definir a situação de um grupo social ou de um indivíduo.

Nessa perspectiva, a ideia de um ponto de vista próprio a experiência e ao lugar que as mulheres ocupam cede lugar a ideia de ponto de vista próprio da experiência da conjunção das relações de poder de sexo, raça, e de classe, o que torna muito mais complexo no termo, do conhecimento situado a posição de poder nas relações de classe e sexo e nas relações de raça e sexo, que sempre são assimétricas. Entretanto segundo os relatos nas narrativas de casos clínicos o que temos visto são uma violência estrutural que se intersecciona em várias vertentes de sofrimento contra as mulheres.

NARRATIVAS DE DOIS CASOS CLÍNICOS

Primeiro Caso

Identificação Fictícia: Maria

Idade: 50 anos

Gênero: Feminino

Status: viúva

Profissão: advogada

Filhos: três filhos

Anamnese:

A paciente relatou dificuldade em falar em público, ansiedade, pânico, depressão, perna tremula, mãos geladas, dificuldade em dar limites, se impor, buscar seus desejos e, na vida profissional nunca exerceu a profissão de advogada, indo buscar fazer sessão de terapia para poder se conhecer melhor. Ela diz que sentiu muito sofrimento com o marido quando esse estava vivo, muitas amantes, mas ela nunca falava nada, tinha que fazer esse casamento dar certo logo que não queria voltar para casa dos pais, onde o pai era muito violento com brigas com a mãe e filhos, ela tem três irmãos, onde todos sofriam muito com

esse pai opressor e violento com os filhos e esposa. Sentia-se impotente diante da vida afetiva e profissional.

O marido quando estava com ela além da violência psicológica de que tudo estava feio nela, e desqualificava a vida profissional falando que ela nunca seria uma boa advogada, o fazendo desistir de concursos para delegada, onde ela já havia passado nas primeiras provas, sempre a traindo. Consequentemente, ela tomava vidros de Novalgina em tentativas de suicídio porque não aguentava mais tanto sofrimento, haja vista que não sabia como sair dessa relação. Também, ele combinava com outros homens e a colocava para ter relações sexuais a três sem ela saber de nada – quem era e do que se tratava- aconteciam muitos abusos e violência doméstica no sentido de sair arrastando-a pela casa. Com uma grande dificuldade de se impor diante das situações da vida, isto é, que demanda uma coragem para sair dessa situação, ela sentia medo pelos filhos ainda crianças ficarem sozinhos com aquele homem.

Após questioná-la da motivação de ter guardado tamanha angústia para si, Maria disse que foi dito a ela que a vida era assim mesmo e se poderia resolver com medicamentos. Essa só entrou em terapia sete anos após o falecimento dele, onde se viu completamente sozinha para lidar com os desafios da família, e um novo relacionamento com um homem casado que estava indo pelo mesmo caminho do falecido. Ela esteve casada por 23 anos com esse homem, e, segundo ela, o amava muito e nunca o denunciou pelos maus tratos sofridos pelo já falecido. Essa senhora continua em Psicoterapia e tem tido muitos avanços no autoconhecimento, no aprendizado de gênero, na consciência e desmistificação dos papéis das mulheres nas relações familiares com namorados e filhos.

Segundo caso

Identificação Fictícia: Rose

Idade: 42 anos

Gênero: Feminina

Status: casada

Profissão: Doméstica

Filhos: três filhos

Anamnese:

A procura veio de forma indireta, estava com depressão, angústia, sem conseguir dormir e quando estava fazendo implante dentário os implantes estavam caindo. Segundo o dentista, ela deveria buscar

um Psicólogo (a). Diante dessa situação, chegou até meu consultório com muito sofrimento e dificuldade de expressão, não conseguia se comunicar direito, pois ela era religiosa da igreja Brasil para Cristo, onde não poderia procurar um psicólogo, pois o psicólogo era Jesus, então foi difícil, porque sentia medo das pessoas descobrirem que ela estava em uma terapia. Sua história é muito dolorosa e difícil. Casou-se aos 15 anos, e já na lua de mel seu marido passou três dias fora deixando sozinha só retornando depois. E, nesse momento, começou todos seus sofrimentos: de violência doméstica, proibições, só poderia ficar em casa e cuidar da casa, nada de sair. Igualmente, ela não sabia ler, entrou na escola quando os filhos estavam crescidos e escondidos do marido, pois ele não desejava que ela estudasse, porém com muito sofrimento conseguiu fazer até o segundo grau apanhando, chorando e sofrendo. Entrou na igreja como forma de amenizar o sofrimento na vida de casa. E, desde o nascimento dos filhos ela era espancada pelo marido - de ficar sangrando o que muitas vezes ocorreu durante a gravidez, chegando a desmaiar sendo que o marido nada fazia, ficava olhando para ver se estava morta até ela recobrar os sentidos etc. Ela relatou que conversava com as mulheres da família, como a mãe e procurava saber por quê? Tendo um pensamento recorrente “Casamento desse jeito eu não aguento”. A mãe falava que é assim mesmo, que homem é assim, ela deveria relevar logo que a mãe também tinha sofrido com seu pai, Rose fez à sogra as mesmas indagações e obteve as mesmas respostas de sua mãe. Segundo Rose, agora aos 43 anos eu não aguento, sexo muitas vezes sem prazer e violento fazia por obrigação. Meu marido sempre teve outras mulheres, eu não poderia falar nada, eu ignorava e ficava calada, porque não queria separar, sabe como é no interior... Mulher separada...

E aconteceu que nasceu uma filha dessa relação com a amante dele, esse foi um dos caminhos para ele sair de casa, mas ela ainda desejava ficar com ele, pois a igreja não permite, as irmãs da igreja lutavam para ela continuar mesmo sofrendo, pois a Bíblia condenava a separação de mulher, logo que o casamento era para sempre. Mesmo com todo sofrimento no início do processo psicoterápico ela buscava por ele, sempre ela falava que era uma dependência sexual dele, ela queria ter relações sexuais com ele, pois não era fácil para ela ficar sem ele.

Financeiramente ele era bem, tinha certa condição, trabalhavam muito e formaram um bom patrimônio para uma vida no interior no início do relacionamento, ele bancava até certo ponto a terapia dela, ela não trabalhava mais. Tinha dificuldade de desenvolver um amor por si mesma. Depois de algum tempo na terapia ela fez outras escolhas mais

significativas em sua vida, desenvolveu alguma consciência a respeito de si, e de suas capacidades como mulher, porém estava sempre em busca de um homem para amar.

RESULTADOS /DISCUSSÕES

Primeiro caso

Entretanto, segundo Valeska apud Swain (2006), de acordo com a denominação do dispositivo amoroso, as mulheres usam o mecanismo da subjetivação construindo corpos prontos a se sacrificar e vivendo assim por esquecimento por amor a outros. O amor está para as mulheres o que o sexo está para os homens: necessidade, razão de viver, razão de ser, fundamento identitário. De acordo com Valeska, (2018, p. 118) “é necessária uma descolonização dos afetos das mulheres para que assim se permitam lutar pelo que desejam, assim como: ter empregos com foco em uma carreira como um projeto de vida”.

Segundo caso

Desse modo, segundo o caso podemos perceber uma infinidade de sofrimento, de violência doméstica e muito sofrimento, e subjetivação por essa cliente, onde gênero é um maximizador dessa dependência. Quando ela busca as respostas para tanto machismo, sexismo, misoginia nas mulheres antigas da sua família. E uma confirmação é como disse a mãe de Rose “homem é assim, deixa para lá!” Esse tipo de amor dependente custa caro para as mulheres, muitas vezes sua autoestima, sendo uma excelente almofada psíquica para os homens.

Outra coisa é notória responsabilidade das mulheres sobre a manutenção das relações: a quantidade de energia que essas mulheres despendidas, atenção, o tempo, o papel do silêncio como desempenho ideal da manutenção do bem-estar das relações, também, do sexo sem vontade como forma de troca relacional. Segundo Perrot “o silêncio da mulher é um mandamento bíblico, pois Paulo já dizia: a mulher aprende em silêncio, com toda a sujeição”.

Como apontam Valeska apud Diniz e Pondaag (2006), o silêncio, para as mulheres, é um reflexo das posições de gênero Trata-se de uma estratégia de sobrevivência e enfrentamento, mesmo em situações de violência, na qual a mulher se responsabiliza pela manutenção e pela paz da relação amorosa e familiar, ainda que isso o precise suprimir a expressão de seus pensamentos e afetos. Valeska apud Lagarde (2011) aponta o quanto as próprias mulheres acabam criando uma própria co-

municação entre si na qual o que se passa são as experiências como Rose caso 02, de como sobreviver pelas e para as mulheres, muitas vezes por suas próprias mães: “Homem é assim mesmo, minha filha, releva, mas você vai brigar por isso? Deixa isso para lá etc. a melhor forma de manter seu casamento e atrair o marido com afeição e serviços, engolindo as reclamações e as cobranças” Valeska, apud Bassanezi, 1996, p. 306).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Gênero se refere a homens e mulheres nas relações sociais, gerencializadas e estruturadas simbolicamente, em gênero, classe, raça, etnia, sexualidade, desvelando opressores imbricados umas com as outras (Zanello, 2018) E assim vivenciando diversas formas de discriminação entre homens e mulheres. O gênero se torna um dispositivo de marcadores de denúncia de sofrimento psíquico em suas subjetividades, desmistificando esse binarismo estrutural, cultural patriarcal, que vem durante séculos adoecendo homens/ mulheres no mundo.

Diante de todo esse olhar a respeito do gênero e a violência contra a mulher e sua interseccionalidade, podemos compreender e desmistificar e desenvolver uma consciência crítica, dos marcadores que foram e que ainda são usados pelos opressores e repressores da sexualidade e corpos femininos. Penso que é necessário um empenho em uma revisão Epistemológica nas teorias da psicologia nas universidades públicas e particulares, para um estudo de gênero e as consequências na violência contra as mulheres e a interseccionalidade: gênero, raça, classe, sexualidade e sexo das relações de poder assimétricas.

Entre o social e o individual, e a clínica e a política, como forma de contribuir para a saúde física e psíquica das mulheres no mundo e no Brasil. As histórias narradas mostram uma vivência de situações dolorosas em muitas mulheres e a expressão de muitos sofrimentos e dores psíquicas. Percebe nas falas dessas mulheres, o modo como os eventos de suas vidas narrados como expressões de si são perpassadas pelo gênero, na subjugação sexual, no papel que exercido em conjugalidade, predominantemente patriarcais, maternidade e nas relações amorosa, com sua sexualidade e sexo etc. Lutemos por uma redefinição de gênero e reestruturação de uma visão de igualdade política e social que inclua não sob o sexo, mais também, classe, raça/etnia, idade, territorialidade E que as mulheres possam ser protagonistas de suas próprias histórias.

REFERÊNCIAS

BADINTER, Elisabeth. O que é uma mulher? Tradução Maria Helena Franco Martins. Botafogo: Nova Fronteira, 1991. Tradução de: Qu'est-ce qu'une femme?.

Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra as Mulheres, adotada em Belém do Pará, Brasil, em 9 de junho de 1994. Disponível em: <<http://www.cidh.org/Basicos/Portugues/m.Belem.do.Para.htm>>.

CRENSHAW, Kimberlé Williams. Estudos Feministas, n. 171, p. 1, 2002. Disponível em: <<http://www.unifem.undp.org/progressww/>>.

DAVIS, Angela. Gênero, raça e classe. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2016.

DELPHY, Christine. Repensando sexo e gênero. 1993. Tradução de: Rethinking Sex and Gender. Disponível em: <<https://medium.com/qg-feminista/repensando-sexo-e-genero-1-2-57eada7b8fda>>. Acesso em: 27 nov. 2019.

DIAS, Maria Berenice. A Lei Maria da Penha na justiça – A Efetividade Da Lei 340/2006 de Combate à Violência Doméstica e Domiciliar contra a Mulher. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2007.

Diretrizes para investigar, processar e julgar com perspectiva de gênero as mortes violentas de mulheres*. Brasília: DF, abril, 2016.

Educação, Porto Velho, v. 4, n. 9, p. 48-64, 2017. Disponível em: <<http://www.periodicos.unir.br/index.php/EDUCA/issue/archive>>.

FOUCAULT, Michel. História da sexualidade I: A vontade de Saber. Rio de Janeiro: Graal, 1984.

KUZMA, J. M. G.; NEVES, J. G.; SILVA, A. B. Da contribuição pedagógica do movimento feminista no combate à violência de gênero. EDUCA – Revista Multidisciplinar, 2017.

LAQUEUR, Thomas. Inventando o Sexo: Corpo e Gênero dos Gregos a Freud. Tradução Vera Whately. Tradução de: Inventing Sex: Body and Embarrassment of the Greeks to Freud, 2001.

ZANELLO, Valeska. Saúde Mental, gênero e dispositivo: cultura e processo de subjetivação. 1. ed. Curitiba: Appris, 2018.

GÊNERO E INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL: (RE) HUMANIZANDO O ATENDIMENTO ÀS MULHERES VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR

Lanai Santos de Santana
Márcia Santana Tavares

INTRODUÇÃO

A violência doméstica e/ou familiar contra as mulheres é um problema histórico e global, que exige respostas eficazes e sensíveis das instituições responsáveis pelo acolhimento, atendimento e proteção das vítimas. No cenário atual, a tecnologia tem sido cada vez mais incorporada como ferramenta de apoio nesses processos, e como a inteligência artificial se encaixa como uma solução promissora para o atendimento e processamento de denúncias mais céleres e eficazes.

No entanto, a utilização da inteligência artificial em plataformas de atendimento as mulheres vítimas de violência doméstica e/ou familiar, nesse contexto, levanta importantes questões sobre a qualidade do atendimento prestado e a potencial desumanização do contato com as vítimas, que muitas vezes estão em estados de extrema vulnerabilidade emocional e psicológica, dentre outras vulnerabilidades.

De acordo com o Pacto Nacional pelo Enfrentamento à Violência contra as Mulheres (2007), os estados e municípios brasileiros possuem a competência para o planejamento de ações que consolidem a Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres (2004). O Pacto estabelece diretrizes de implantação de políticas públicas integradas em todo o território nacional. Esse entendimento está posto como forma de que “a violência constitui um fenômeno de caráter multidimensional, que requer a implementação de políticas públicas amplas e articuladas nas mais diferentes esferas da vida social, tais como: na educação, no trabalho, na saúde, na segurança pública, na assistência social, na justiça, entre outras áreas de atuação,

Faz-se necessário enfatizar o dever do Estado da devida diligência estrita com respeito ao direito das mulheres a viverem uma vida livre de violência e, portanto, todas as ações para a prevenção e o enfrentamento à violência doméstica e/ou familiar devem ser tomadas

a fim de garantir uma atenção e proteção adequada e eficaz às vítimas, o que implica na responsabilidade do Estado de propor, criar e manter políticas públicas que garantam um ambiente seguro para as mulheres vítimas de violência doméstica e/ou familiar, cujos direitos sejam plenamente respeitados e qualquer violação desses direitos seja tratada com seriedade e prontidão. Diante disso, o distanciamento social e a convivência “forçada” vivida pelas famílias em decorrência da pandemia causada pelo Coronavírus a partir de março de 2020, fez com que aumentasse a preocupação das autoridades governamentais acerca do crescente número de mulheres vítimas de violência doméstica e/ou familiar no Brasil.

Segundo a ONU Mulheres¹ (2020) o aumento dos riscos da violência doméstica e/ou familiar teve influência, também, da intensificação das tensões dentro de casa, já que mulheres em relacionamentos abusivos e violentos, em condição de isolamento social, ficaram mais expostas e vulneráveis, pois ficavam próximas ao seu agressor por longos períodos de tempo, o que dificultava à época qualquer pedido de ajuda e socorro, a exemplo de ligações telefônicas para o disque-denúncia ou para os serviços de Segurança Pública.

De acordo como Fórum Brasileiro de Segurança Pública (2021), no período que marcou a pandemia, entre março de 2020 e dezembro de 2021, foram registrados 2.451 casos de feminicídios e 100.398 casos de estupro e estupro de vulnerável de vítimas do gênero feminino. Nesse contexto, ferramentas de inteligência artificial foram implementadas no Brasil, com a perspectiva de criação e ampliação de serviços de solução web de atendimento online, para plataformas de redes sociais, a fim de atender às mulheres vítimas de violência doméstica e/ou familiar, principalmente, por conta do isolamento social em decorrência das medidas mandatórias de prevenção no período da pandemia pela Covid-19, com o intuito de fomentar e consolidar as ações previstas na Lei Maria da Penha, Lei Federal nº 11.340/06, dentre outras Legislações Especializadas voltadas à temática.

Assim sendo, lançou-se a seguinte problemática a ser respondida: qual a importância no atendimento às mulheres vítimas de violência doméstica e/ou familiar através da utilização de **inteligência artificial** em plataformas de atendimento, e como essa tecnologia atua no combate à violência contra as mulheres? O presente trabalho tomou como

¹ Disponível em: <https://www.onumulheres.org.br/noticias/violencia-contra-as-mulheres-e-meninas-e-pandemia-invisivel-afirma-diretora-executiva-da-onu-mulheres/>. Acesso em: 15 out. 2024.

base metodológica a pesquisa descritiva e documental, via método dedutivo, a partir da análise da violência doméstica contra a mulher em contexto geral para, após, tratar do tema dentro do isolamento social decorrente da pandemia da Covid-19. Assim, o presente artigo, a partir de uma breve revisão de literatura com autores que discutem o tema, buscou utilizar diferentes definições de gênero, apresentar o que é a violência doméstica e/ou familiar, mencionando seus pressupostos e modalidades, assim como compreender o ciclo dessa violência, com o objetivo geral de demonstrar o impacto que a pandemia do Coronavírus teve sobre os casos de violência doméstica e/ou familiar praticada contra as mulheres, e o uso da inteligência artificial no combate à violência instalada naquele período.

GÊNERO E VIOLÊNCIA

A violência contra as mulheres, como fenômeno incisivo para o crescente e/ou contínuo número de feminicídios no Brasil continua tendo como fator gerador a condição sociopolítica e econômica das mulheres no processo histórico das sociedades ocidentais colonialistas e colonizadas. As mulheres continuam sendo as principais vítimas da violência de gênero no escopo doméstico e familiar, em suas várias formas: sexual, moral, física, simbólica, patrimonial, psicológica, política, o racismo, a lesbofobia etc.

A violência contra as mulheres se tornou um incidente usual no espaço doméstico e/ou familiar sendo, portanto, frequentemente utilizada como sinônimo de violência doméstica por se tratar da relação entre a mulher e seus familiares. A Lei Maria da Penha explícita, que “A violência doméstica e familiar contra a mulher constitui uma das formas de violação dos direitos humanos” (Brasil, 2006, Cap. 1, Art. 6º). Embora a citada legislação seja considerada uma das três mais avançadas do mundo, a Lei não contempla todos os tipos de violência enfrentados pelas mulheres. Ademais, para que haja a prática violência doméstica e/ou familiar, não é obrigatório que vítima e agressor convivam ou tenham convivido sob o mesmo teto.

Oliveira (2022) aponta que nas últimas décadas alguns mecanismos foram criados para prevenir o acirramento da violência contra as mulheres, no entanto, toda conjuntura criada (legal e estrutural) não foi suficiente para garantir uma vida sem violência para as mulheres, “os aparatos legais e instituições criadas não foram cabais para dar conta da superestrutura que persiste na ratificação do patriarcado e, portanto, de

comportamentos machistas, sexistas que acirram os números de violência e de feminicídios” (Oliveira, 2022, p. 29).

A violência masculina contra a mulher é constitutiva da organização social de gênero no Brasil. Trata-se de numerosas formas de violência, desde as mais sutis, como a ironia, até o homicídio, passando por espancamento, reprodução forçada, estupro etc (Saffioti, 1994, p. 151).

Acrescida à submissão vinculada ao casamento verifica-se uma superposição de subalternidades impostas às mulheres, tanto no espaço doméstico como no público (campo de trabalho, representações políticas e sociais entre outras). De acordo com Cecília Sardenberg (2015), as matrizes de opressão, quando se entrecruzam, compelem as violações e violências contra as mulheres.

[...] hoje se reconhece que, por operarem também como matrizes preponderantes de hierarquização, desigualdade social e subordinação na grande maioria das sociedades contemporâneas, racismo e sexismo, ao lado do capitalismo, produzem diferenças relevantes em termos de gênero e raça na experiência de classe (Sardenberg, 2015, p. 59).

É evidente que violência doméstica e/ou familiar atinge a maior parte das mulheres, estando enraizada na estruturação social desigual de poder entre homens e mulheres. Scott traz que os gêneros masculino e feminino são a base onde o poder político foi concebido e legitimado, sendo ele o primeiro campo por meio do qual o poder é articulado. “O conceito de gênero estrutura a percepção e a organização concreta e simbólica de toda a vida social” (Scott, 1990, p. 70). Ou seja, a autora explica que o gênero não é apenas uma categoria de diferenciação sexual, mas um elemento central na estruturação das relações de poder dentro da sociedade. Assim, o conceito de gênero organiza tanto a percepção quanto a organização concreta e simbólica de toda a vida social, determinando as relações e hierarquias sociais.

Akotirene (2019) toma a noção de interseccionalidade como ferramenta analítica teórica e metodológica, considerando que a reflexão teórica interseccional é indissociável da práxis metodológica. O campo analítico que se toma nesta investigação é de e para mulheres negras, considerando que a população que se declara preta subiu mais de 40% na Bahia segundo dados de 2022 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

A interseccionalidade é, antes de tudo, uma lente analítica da interação estrutural em seus efeitos políticos e legais. A interseccionalidade nos mostra como e quando mulheres negras são discriminadas e estão mais vezes posicionadas em avenidas identitárias, que farão delas vulneráveis à colisão das estruturas e fluxos modernos (Ako-tirene, 2019, p. 63).

Nessa dimensão, pensando na condição de vida ou sobrevivência das mulheres nas sociedades é imprescindível retomar os quatro elementos que Scott (1990) considera como relevantes para entender as relações de gênero e os vários eixos de opressão que se entrecruzam e estão inter-relacionados (raça/classe/sexualidade): 1. Dimensão simbólica, determinando os padrões a serem seguidos, que evocam as representações; 2. Conceitos normativos expressos nas doutrinas educativas, políticas e jurídicas; 3. As instituições através da organização política e econômica; 4. Identidade que é relacionada a estas “séries de atividades, da organização e representações sociais historicamente específicas” (Scott, 1990, p. 88).

Precisamos, pois, pensar em instrumentos conceituais que nos permitam identificar e analisar como estruturas de privilégio e opressão se inter cruzam em diferentes níveis e se manifestam na vida cotidiana das mulheres (Sardenberg, 2015, p. 59) e o Estado deve empreender esforços para atualização de ferramentas que deem celeridade aos processos de prevenção e combate da violência na tentativa de minimizar os números crescentes de feminicídio.

De acordo com pesquisas acadêmicas as mulheres negras representam 66,6% do total de vítimas de feminicídio, que se constituem na manifestação derradeira da violência doméstica, explica Saffioti (2002). Por isso, é importante que mulheres brasileiras sejam sempre analisadas dentro de contextos de gênero, classe e raça. A análise da violência contra as mulheres no Brasil não pode ser dissociada dos eixos de gênero, raça e classe social, pois esses fatores estruturam as desigualdades e vulnerabilidades a que elas estão expostas.

A sobreposição das opressões de gênero e raça agrava a condição das mulheres negras, tornando-as mais suscetíveis à violência letal. Portanto, ao discutir feminicídio e violência doméstica e/ou familiar, é fundamental que se considere o contexto interseccional, reconhecendo as especificidades da vivência de mulheres negras no Brasil e a necessidade de políticas públicas que atuem sobre essas múltiplas dimensões da opressão.

Assim sendo, Scott (1990) explica que a relação desigual entre os gêneros não é limitada às relações de parentesco ou ao ambiente fa-

miliar. A desigualdade, também, se manifesta em contextos econômicos e de organização política, refletindo estruturas mais amplas de poder na sociedade. Ou seja, as relações de gênero operam em múltiplas esferas, transcendendo no âmbito privado e influenciando a distribuição de poder e recursos em níveis institucionais e públicos.

A INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL NO COMBATE À VIO- LÊNCIA DOMÉSTICA

Considerando o processo de modernização das novas tecnologias e a necessidade de inovação no campo de gestão, monitoramento e avaliação de políticas públicas, a utilização da inteligência artificial na prevenção e no combate à violência contra as mulheres tem sido um tema relevante e promissor nos últimos anos. A tecnologia por meio da inteligência artificial pode ser aplicada de várias maneiras para melhorar a prevenção e o atendimento especializado em casos de violência contra as mulheres, em especial, a doméstica e/ou familiar.

As plataformas digitais baseadas em inteligência artificial, como *chatbots*, assistentes virtuais e sistemas de reconhecimento de padrões, têm sido desenvolvidas para auxiliar no atendimento de mulheres vítimas de violência doméstica e/ou familiar. Essas tecnologias podem ser utilizadas para agilizar a coleta de denúncias, fornecer orientações sobre os direitos das vítimas, identificar padrões de abuso e encaminhar as mulheres para serviços de atendimento inseridos na Rede de Enfrentamento à Violência contra Mulher.

No Brasil, o uso de inteligência artificial para atender mulheres vítimas de violência doméstica e/ou familiar começou a ganhar destaque a partir de 2010, com o desenvolvimento de ferramentas tecnológicas voltadas para apoiar políticas públicas e facilitar o acesso a serviços de proteção, acolhimento e atendimento.

Com o advento da pandemia Covid-19 houve celeridade no uso de tecnologias para combater a violência contra as mulheres, especialmente, no âmbito doméstico e/ou familiar. Isso ocorreu em detrimento da mudança de rotina da vida das pessoas no mundo e as medidas de isolamento tiveram impactos sociais e econômicos na vida da população, inclusive do ponto de vista subjetivo com sérios agravamentos na saúde mental das pessoas. Além dos determinantes econômicos, sociais e subjetivos identificou-se o aumento da violência contra as mulheres como uma das maiores manifestações e resultados do processo de isolamento social.

Segundo a Nota Técnica² “Violência Doméstica durante a pandemia por meio da Covid-19” do Fórum Brasileiro de Segurança Pública verificou-se um crescimento permanente de denúncias registradas pelo Disque 180, passando de 15.683 mil entre março e abril de 2019 para 19.915 mil em 2020, um aumento de 27%. Na Bahia³, os registros de feminicídios cresceram 150% no mês de maio/2020 em comparação ao mesmo período em 2019, segundo as informações da Secretaria de Segurança Pública do Estado da Bahia (2021).

Nesse sentido, durante a pandemia da Covid-19, a violência contra a mulher emergiu como uma questão ainda mais crítica, levando à implementação de diversas ações voltadas para combatê-las. Em resposta ao aumento das denúncias de violência doméstica, o Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos (MMFDH) lançou, em 2 de abril de 2020, o aplicativo “Direitos Humanos BR”, oferecendo um canal acessível para registrar denúncias de violência doméstica e outras violações de direitos humanos (Barbosa e Boff, 2021).

Com a promulgação da Lei Federal nº 14.022, de 07 de julho de 2020, os serviços de proteção às mulheres passaram a ser considerados essenciais durante o estado de calamidade pública. Essa lei garantiu o registro de ocorrências por meio eletrônico e telefônico, assegurando a continuidade de medidas protetivas e o atendimento necessário às vítimas de violência.

Em âmbito estadual, a Secretaria de Políticas para as Mulheres do Estado da Bahia – SPM/BA, criada pela Lei nº 12.212, de 04 de maio de 2011, que tem como finalidade formular, executar e articular políticas para as mulheres que objetivem a redução da desigualdade de gênero e a eliminação de todas as formas de discriminação identificadas, bem como desenvolver ações de prevenção e combate a todas as formas de violência contra as mulheres. Nesse sentido, é a partir da atuação da Secretaria de Políticas para as Mulheres do Estado da Bahia que ocorreu a criação de uma plataforma de atendimento especializado para mulheres vítimas de violência, o Zap Respeita as Mina.

O “ZAP RESPEITA AS MINA”, implementado no Estado da Bahia na época da pandemia por conta da Covid-19, no intuito de ampliar os serviços especializados de atendimento às mulheres, principal-

2 Cf. Terceira edição da Nota Técnica do Fórum Brasileiro de Segurança Pública sobre violência doméstica na pandemia de Covid-19. Disponível em: <https://publicacoes.forumseguranca.org.br/items/8964e5f4-e229-4182-bd4f-0cdf6db637ea>. Acesso em: 15 out. 2024.

3 Cf. reportagem do G1 Bahia com informações da Secretaria de Segurança Pública da Bahia (SSP-BA): “Feminicídios crescem em 150% na Bahia em maio; pedidos de medida protetiva caíram”. Disponível em: <https://g1.globo.com/ba/bahia/noticia/2020/06/29/feminicidios-crescem-em-150percent-na-bahia-em-maio-pedidos-de-medida-protetiva-cairam.ghtml>. Acesso em 15 out. 2024.

mente no tocante ao apoio técnico-operacional no combate à violência doméstica e familiar, foi implementado por meio da contratação de empresa especializada para a criação de solução web de atendimento online, usando a plataforma WhatsApp para a implantação da Central de Apoio às denúncias de violência doméstica e familiar contra as mulheres do estado por meio do aplicativo no período da pandemia com o intuito de fomentar e consolidar as ações previstas na Lei Maria da Penha, Lei nº 11.340/06, dentre outras Legislações Especializadas voltadas à temática.

Na ocasião, a equipe foi composta por profissionais especializadas na área de violência contra as mulheres, capazes de recepcionar as demandas advindas do aplicativo WhatsApp, com a integração do serviço do Disque 190 da Secretaria de Segurança Pública – SSP/BA, visando executar o registro de denúncia e posteriormente realizar os devidos encaminhamentos à Rede de Enfrentamento à Violência, de acordo com cada caso apresentado.

Ademais, o serviço do “ZAP RESPEITA AS MINA” surgiu com objetivo de fornecer atenção imediata para os casos de violência contra a mulher, especificamente, nos casos em vias de fato, ou seja, casos que necessitavam de orientação imediata das atendentes, para que posteriormente houvesse a ação enérgica da Polícia Militar do Estado da Bahia com o que se chama de policiamento ostensivo, ou seja, ação imediata de urgência e emergência nos casos comprovados de violência contra as mulheres. O que não ocorria com casos/violências de momentos/ períodos passados que requeriam a ação da Polícia Judiciária, através da prática de investigação que compete à Polícia Civil da Bahia que é outra instância de trabalho da polícia investigativa.

A proposta de acionar o socorro pela inteligência artificial de forma silenciosa permitiu a ampliação na atuação das demandas imediatas por parte da Polícia Militar na Região da Bahia em defesa a vida das mulheres quando solicitavam pedido de socorro por questões de violência. Possibilitando, assim, o amparo de forma segura, sigilosa e usufruindo da tecnologia para aproximar pessoas que necessitavam de mediadores em ações de vias de fato; neste caso, as agentes de atendimentos. Inicialmente, a metodologia de trabalho aplicada para a fase de experimentação da atividade do ZAP RESPEITA AS MINA foi iniciada com cinco profissionais em quatro turnos de atendimento, sendo de 24 horas ininterruptas, com quatro profissionais fixas e uma folguista, organizadas em uma rotatividade que somam quatro turnos com uma atendente trabalhando por turno ao dia.

(RE)HUMANIZANDO O ATENDIMENTO

Pode-se perceber que a criação do “Zap Respeite as Mina” utilizando o WhatsApp é capaz de permitir a implementação de uma política pública, como parte avaliativa do processo de ampliação de serviços especializados, bem como um suporte para a realização de um trabalho comunicativo e informativo entre os sujeitos sociais envolvidos no processo comunicacional, ou seja, configurando umas das facetas da comunicação pública e de interesse coletivo.

O atendimento humanizado é fundamental no apoio às mulheres vítimas de violência doméstica e/ou familiar, sendo possível argumentar que a tecnologia, quando corretamente aplicada, pode desempenhar um papel fundamental na reumanização do atendimento a essas mulheres. O uso de inteligência artificial no contexto do atendimento social jurídico deve ser sensível e acolhedor às dinâmicas de gênero, uma vez que as desigualdades históricas entre homens e mulheres continuam a se manifestar em práticas cotidianas, inclusive no ambiente tecnológico.

Em se tratando da utilização de inteligência artificial no combate à violência contra as mulheres, as ferramentas tecnológicas podem utilizar de mecanismos como os *chatbots* de apoio, programas desenvolvidos para oferecer apoio emocional e informações úteis às mulheres em situação de violência, fornecendo uma opção de comunicação anônima (se assim a vítima desejar). Esses *chatbots* podem ser programados para entender e responder a diversas situações, além de encaminhar casos mais graves, classificados urgentes e emergentes para autoridades competentes.

A inteligência artificial também pode ser utilizada para analisar grandes volumes de dados relacionados à violência contra mulheres, o que pode ajudar pesquisadores, serviços de atenção e gestões governamentais a desenvolverem estratégias mais eficazes de prevenção e combate à violência.

Há de ressaltar, que dentre as problemáticas que integram a Política de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres, a ampla subnotificação de formas de violência doméstica e familiar já havia tornado um desafio a coleta de dados e respostas no Brasil. Ou seja, menos de 40% das mulheres em situação de violência buscam qualquer tipo de ajuda ou registram/denunciam o crime sofrido e, menos de 10% das mulheres que procuram ajuda/apoio tiveram respostas por meio dos órgãos que fazem parte da Secretaria de Segurança Pública.

Diante das circunstâncias atuais no que tange à violência contra as mulheres, a inteligência artificial pode oferecer atendimento mais célere, humanizado e especializado, desde que seja esteja integrada com outros serviços especializados que compõem a Rede de Enfrentamento à violência contra as mulheres, que o gerenciamento e execução da ferramenta seja feito por profissionais capacitadas, especializadas para o atendimento desse tipo de demanda. Isso exige uma abordagem que vá além de soluções tecnológicas simplistas e considere a inteligência artificial como uma ferramenta para desafiar e transformar as relações desiguais das mulheres.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O uso da inteligência artificial no atendimento as mulheres vítimas de violência doméstica e/ou familiar oferece oportunidades para aumentar a acessibilidade e a eficiência dos serviços especializados e ampliação da Rede de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres, mas também apresenta desafios significativos no que diz respeito à humanização do atendimento. A crítica feminista à tecnologia alerta para os perigos da desumanização e da perpetuação de estruturas de poder opressivas através da automação (Haraway, 2009).

Contudo, para que as ferramentas de inteligência artificial sejam realmente eficazes no combate à violência de gênero, é crucial que sejam implementadas de maneira sensível e ética, garantindo que as necessidades emocionais das vítimas sejam respeitadas e atendidas, sendo oportunizado pelo Estado atendimento e acolhimento humanizado por parte das profissionais especializadas. Um atendimento híbrido e especializado, que equilibre a automação com a empatia humana, pode ser o caminho mais promissor para enfrentar o desafio de combater a violência contra as mulheres.

Ressaltamos que, o uso da inteligência artificial ganhou destaque no combate à violência contra as mulheres durante a pandemia de Covid-19, que trouxe impactos profundos para diversas áreas da sociedade, e um dos aspectos mais críticos foi o agravamento das condições de violência contra as mulheres.

A criação e implementação do “ZAP RESPEITA AS MINA” durante a pandemia revela a possibilidade de o Estado responder as demandas oriundas da violência contra as mulheres, por meio de uma comunicação eficaz de atendimento humanizado atrelado à articulação com outros órgãos governamentais que atuam na recepção de denúncias

e pedidos de socorro em tempo real. Esse é o diferencial da plataforma ora apresentada, sendo possível à mulher vítima de violência doméstica e/ou familiar acionar a ferramenta digital do *chatbot* pela plataforma de WhatsApp em integração com o serviço de urgência e emergência do Disque 190, número da Polícia Militar do Brasil, com funcionamento 24 horas por dia, em todo território nacional.

Se as ações previstas na Lei Federal nº 11.340/06 (Lei Maria da Penha) asseveram que a mulher tem plena proteção do Estado, este tem o dever de assegurar que todas as mulheres vítimas de violência doméstica e/ou familiar, em especial, aquelas que historicamente se encontram em situação de vulnerabilidade, a criação e implementação de novas políticas públicas capazes de contribuir para o rompimento do ciclo da violência contra as mulheres, levando em consideração as múltiplas camadas de discriminação e como estas se manifestam em diferentes contextos sociais e políticos em desfavor das mulheres.

A falta de integração dos órgãos que atuam diretamente na Rede de Enfrentamento e Atendimento à mulher afeta diretamente no aumento da violência, pois as mulheres podem ficar mais vulneráveis sem a rede de apoio e serviços, em especial, no âmbito doméstico e/ou familiar. A violência contra as mulheres exige respostas coordenadas e de amplo alcance, tanto no âmbito das políticas públicas como no envolvimento da sociedade civil, para combater a violência contra as mulheres, o uso da tecnologia podendo ser mais um aliado diante da inexistência de serviços essenciais e especializados de proteção às mulheres vítimas de violência.

REFERÊNCIAS

AKOTIRENE, Carla. Interseccionalidade. São Paulo: Polén, 2019. 150 p.

ALENCAR, Itana. Femicídios crescem em 150% na Bahia em maio; pedidos de medida protetiva caíram. G1 Bahia, Salvador, 26. jun. 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/ba/bahia/noticia/2020/06/29/femicidios-crescem-em-150percent-na-bahia-em-maio-pedidos-de-medida-protetiva-cairam.ghtml>. Acesso em: 15 out. 2024.

BARBOSA, Valéria Koch; BOFF, Rogers Alexander. (2021). O acirramento da violência doméstica contra a mulher no Brasil durante a pandemia da COVID-19. *Trayectorias Humanas Trascontinentales*, Li-monges (França), n. 9, p. 147-161, mai. 2021.

BRASIL. Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006. Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, ano 143, n. 151, p. 1-4., 7 ago. 2006. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111340.htm. Acesso em 10 out. 2024.

BRASIL. Secretaria de Políticas para as Mulheres. Pacto nacional pelo enfrentamento à violência contra a mulher. Brasília, DF: Gabinete da Presidência da República, 2007.

BRASIL. Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres. Plano nacional de políticas para as mulheres; Brasília, DF: Gabinete da Presidência da República, 2005.

BRASIL. Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres. Política nacional de enfrentamento à violência contra as mulheres. Brasília, DF: Gabinete da Presidência da República, 2004.

BRASIL. Senado Federal. Panorama da violência contra as mulheres no Brasil: indicadores nacionais e estaduais – n. 1 (2016), Brasília: Senado Federal, Observatório da Mulher Contra a Violência, 2016.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. Nota Técnica - Violência doméstica durante a pandemia de Covid-19. 3. ed. São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2020.

HARAWAY, Donna. Manifesto ciborgue: ciência, tecnologia e feminismo-socialista no final do século XX. In: HARAWAY, Donna.; KUNZRU, Hari.; TADEU, Tomaz (orgs). Antropologia do ciborgue: as vertigens do pós-humano. Belo Horizonte: Autêntica, 2009. p. 33-118.

OLIVEIRA, Jacqueline Mary Soares de. “O perdão que ele me pediu nunca me limpou” - circuitos de violência contra as mulheres: o registro de uma cartografia. 2022. Tese (Doutorado em Mulheres, Gênero e Feminismos) - Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia., Salvador, 2022. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/handle/ri/35579>. Acesso em: 10 out. 2024.

SAFFIOTI, Heleieth. Violência de gênero no Brasil contemporâneo. In ___; MUÑOZ-VARGAS, Mônica (eds.). Mulher brasileira é assim. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos/ UNICEF, 1994. p. 151- 185.

SAFFIOTI, Heleieth. Violência Doméstica: questão de Polícia e da Sociedade. In: CORRÊA, Mariza (Org.). Gênero & Cidadania. Campinas: Pagu/Núcleo de Estudos de Gênero da Unicamp, 2002. p. 59-70.

SARDENBERG, Cecilia. Caleidoscópios de gênero: gênero e interseccionalidades na dinâmica das relações sociais. *Mediações*, Londrina, v. 20, n. 2, p. 56-96, dez., 2015. Disponível em: <https://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/mediacoes/article/view/24125/Caleidosc%C3%B3pios%20de%20g%C3%AAnero>. Acesso em 10 out. 2024.

SCOTT, Joan Wallach. Gênero: uma categoria útil para a análise histórica. *Educação e Realidade*, Porto Alegre, v. 16, n. 2, p. 5-22, jul-dez., 1990.

ENFRENTAMENTO DA VIOLÊNCIA CONTRA MULHER NA REGIÃO NORDESTE: CÂMARA TÉCNICA ESTADUAL EM FOCO

Vera Núbia Santos¹

Suyane da Luz Santos²

Tairone Santos Marinho de Oliveira³

Jamile Araújo Silva⁴

INTRODUÇÃO

O Plano de Trabalho Câmara Técnica Estadual do Pacto pelo Enfrentamento à Violência contra a Mulher na Região Nordeste buscou desvelar a implantação da Câmara Técnica Estadual nos Estados da Região Nordeste. Instituído em 2007, no segundo governo do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, como parte da Agenda Social do Governo Federal, o Pacto Nacional pelo Enfrentamento à Violência contra as Mulheres (SPM/PR, 2011) consistiu num acordo federativo entre os governos federal e estaduais e municipais para o planejamento de ações para consolidar a Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres, por meio da implementação de políticas públicas integradas em todo o território nacional.

O presente texto aborda uma pesquisa documental e exploratória, de natureza qualitativa, que foi realizada entre setembro de 2022 até agosto de 2024 (Santos, 2022), com levantamento de dados na *internet*. O plano de trabalho vinculado ao levantamento de dados nos estados da Região Nordeste foi desenvolvido entre setembro de 2023 e agosto de 2024. Os procedimentos metodológicos seguiram a direção apontada na pesquisa, em que teoria e metodologia são aspectos complementares. Nessa direção adotaram-se algumas etapas, a saber: 1) Estudo sobre a concepção de violência e, em especial sobre a violência contra a mulher; 2) Análise do Pacto Nacional pelo enfrentamento à violência contra a mulher; 3) Levantamento documental sobre a implantação da Câmara Técnica Estadual de Gestão e Monitoramento do Pacto pelo

1 UFS/SE

2 UFS/SE

3 UFS/SE

4 UFS/SE; CNPq;

Enfrentamento à Violência contra a mulher nos estados de Alagoas, Bahia, Pernambuco, Paraíba, Piauí, Maranhão, Rio Grande do Norte e Ceará, considerando que o Estado de Sergipe fora objeto de estudo no período 2022/2023 (Silva, 2023), quando do início da pesquisa, e utilizou o mesmo procedimento metodológico.

O percurso buscou analisar o processo de instalação das Câmaras Técnicas e sua composição, investigando a sua implementação, além de identificar os desafios enfrentados e as estratégias adotadas, com vistas a verificar a existência de relação das Câmaras na redução da violência contra a mulher e na promoção de políticas públicas.

A sistematização das informações coletadas permitiu atentar para uma compreensão do processo de implementação nos diferentes estados, destacando diferentes menções sobre o Pacto e a Câmara Técnica em *sites*, sendo possível perceber o comparativo sobre o desenvolvimento das ações em cada Unidade Federativa, bem como o aporte de recursos federais recebido para investimento na implementação de ações de enfrentamento à violência contra a mulher nos estados, em decorrência da adesão ao Pacto.

MÉTODOS E TÉCNICAS

A pesquisa, de natureza qualitativa, caracterizou-se como uma investigação documental e exploratória iniciada em 2022. O foco desta metodologia foi compreender a atuação das Câmaras Técnicas Estaduais do Pacto pelo Enfrentamento à Violência Contra a Mulher na Região Nordeste do Brasil. A seguir, detalham-se as etapas e procedimentos metodológicos adotados.

1. Estudo sobre a Concepção de Violência: Nesta etapa inicial, foi realizada uma revisão bibliográfica abrangente sobre o conceito de violência, com ênfase nas diferentes formas de violência contra a mulher. A pesquisa buscou entender as definições teóricas, sociais e culturais que permeiam o tema, considerando aspectos como: conceito de violência, classes, faixas etárias, etnias; fazendo uma análise das definições e implicações de cada tipo de violência.
2. Análise do Pacto Nacional pelo enfrentamento à violência contra a mulher: A metodologia aplicada para entender a análise do Pacto Nacional pelo Enfrentamento à Violência contra a Mulher envolve uma abordagem multidisciplinar e qualitativa. Primeiramente, foi realizada uma revisão documental das políti-

cas públicas e legislações relacionadas aos eixos do Pacto, destacando os principais objetivos e estratégias que ele traz como proposta. Para além do Pacto foi utilizado leituras e textos complementares para um aprofundamento mais teórico e crítico, essas análises proporcionaram um arcabouço teórico que facilitou entender a proposta inovadora de um novo olhar para as políticas voltadas à mulher.

3. Levantamento documental sobre a implantação da Câmara Técnica Estadual de Gestão e Monitoramento do Pacto pelo Enfrentamento à Violência contra a mulher nos estados de Alagoas, Bahia, Pernambuco, Paraíba, Piauí, Maranhão, Rio Grande do Norte e Ceará. A metodologia aplicada para o levantamento documental sobre a implantação da Câmara Técnica Estadual de Gestão e Monitoramento do Pacto pelo Enfrentamento à Violência contra a Mulher nos estados mencionados envolveu uma pesquisa qualitativa e exploratória. O primeiro passo foi a coleta de documentos, matérias, artigos, portarias, relatórios, e atas de reuniões, disponíveis em sites de notícias e portais de transparência dos estados de Alagoas, Bahia, Pernambuco, Paraíba, Piauí, Maranhão, Rio Grande do Norte e Ceará. A pesquisa foi realizada via internet, utilizando palavras-chave específicas para localizar informações que trouxessem dados para atender aos objetivos propostos. Utilizou-se como descritores para a pesquisa (com o uso do buscador Google): “Câmara Técnica” + Nome do Estado; ou ainda “Pacto Nacional pelo Enfrentamento à violência” e a unidade federativa (Alagoas, Bahia, Ceará, Maranhão, Paraíba, Pernambuco, Piauí e Rio Grande do Norte).

Destaca-se que esse processo permitiu compreender, ainda que de forma panorâmica, dado o tipo de documento disponível para acesso público, o porquê de as câmaras técnicas não estarem ativas nos estados. Os dados sobre o financiamento apareceram em vinculação direta com o Ministério de Direitos Humanos, responsável pela liberação de recursos. Alguns estados não disponibilizavam informações detalhadas via internet, dificultando a captação de informações.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

A Câmara Técnica constitui o espaço de articulação, planejamento e monitoramento da implementação do Pacto Nacional em todo

território brasileiro e deve ser responsável pelas diretrizes gerais e normatizações que orientam a execução das políticas públicas de enfrentamento à violência contra a mulher em cada estado. Pauta-se na intersetorialidade, que é refletida pela participação de diferentes órgãos na sua composição. A implantação dessas Câmaras ocorre no contexto do Pacto pelo Enfrentamento à Violência Contra a Mulher, um compromisso que visa à implementação de medidas estruturais e operacionais para melhorar a eficácia do sistema de justiça e segurança que as demais políticas públicas devem atender.

Pode-se considerar sua criação como uma resposta aos crescentes índices de violência contra a mulher, que se revela como um problema muito presente na sociedade e se manifesta de diversas formas, como psicológica, física, moral, patrimonial, sexual. O fenômeno da violência é o eixo central do Pacto Nacional, que demanda a implantação de instrumentos, como os Planos Estaduais e Municipais de Enfrentamento à violência, haja vista a destacada urgência em desenvolver políticas públicas que garantam acesso universal e qualificado aos serviços de atendimento. É crucial que esses serviços não apenas ofereçam suporte, mas também respeitem e protejam os direitos das mulheres, evitando a revitimização. A violência contra a mulher é um grave desafio de saúde pública e uma violação dos direitos humanos, afetando negativamente a vida, a saúde e o bem-estar físico e mental das mulheres.

A ação feminista e as reivindicações dos movimentos sociais criaram as condições históricas, políticas e culturais necessárias para reconhecer a legitimidade e a gravidade do problema, proporcionando novos contornos para as políticas públicas. Os estudos feministas sobre a violência de gênero consideram, em especial, como um dos pilares da violência contra a mulher o patriarcado e, de modo correlato, a posição de dominação simbólica masculina (Bandeira, 2014). Contudo, reconhecem que há outros elementos que compõem a dinâmica da violência. Se a luta do movimento feminista foi tornar pública a violência sofrida pelas mulheres, no sentido de reconhecê-la como problema que envolve a sociedade em geral, o poder familiar ainda a silencia.

A dominação masculina sobre as mulheres impõe-lhes uma subordinação paradoxal que ocorre através da violência exercida através da comunicação e do conhecimento (Bourdieu, 2003). As instituições configuram-se em espaços privilegiados onde são elaborados e impostos os princípios que sustentam a dominação masculina. É por isso que, em resposta a estes problemas, o movimento feminista começou a exigir ações como verificar o tipo de acolhimento e tratamento das

mulheres que foram agredidas, e para ampliar o conhecimento sobre a situação da violência de gênero (Bandeira, 2014).

Dado que a violência e a desigualdade são produtos das estruturas sociais, compreendeu-se a necessidade de manutenção, ampliação e fortalecimento do Pacto Nacional, dada a sua importância e relevância no País, como novos eixos estruturantes: 1) Garantia da aplicabilidade da Lei Maria da Penha. 2) Ampliação e fortalecimento da rede de serviços para mulheres em situação de violência. 3) Garantia da segurança cidadã e acesso à Justiça. 4) Garantia dos direitos sexuais e reprodutivos, enfrentamento à exploração sexual e ao tráfico de mulheres. 5) Garantia da autonomia das mulheres em situação de violência e ampliação de seus direitos.

A partir da sanção da Lei Maria da Penha, a violência contra a mulher é tipificada como crime e estes passam a ser julgados nos Juizados Especializados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher, instrumentos criados a partir dessa legislação, ou, enquanto esses não existirem, nas Varas Criminais. A Lei Maria da Penha proíbe que casos de violência doméstica e familiar contra as mulheres sejam julgados nos Juizados Especiais Criminais, junto com crimes de menor “importância”, como era feito antes da lei ser sancionada, mas para assegurar aplicabilidade da lei, são necessárias ações governamentais que mitiguem os efeitos nocivos da violência e também levem à sociedade o conhecimento necessário sobre os direitos das mulheres, expressos em cada medida, ou projeto, ou programa, ou plano que atendam a esses direitos, bem como a plena articulação entre os Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, ainda com destaque o Sistema de Justiça. Tal articulação pressupõe entendimentos convergentes e complementares sobre a aplicação da Lei e a responsabilização das diferentes esferas de governo envolvidas no enfrentamento à violência contra as mulheres.

Além de compreender como esse tipo de violência e suas formas está tipificada na lei, deve-se observar que ela se encontra presente em todas as faixas etárias, classes sociais (Morgado, 2004) e etnias, sendo as mulheres negras ainda as maiores vítimas, segundo dados do Fórum Brasileiro de Segurança Pública (Bueno *et al.*, 2023). Quanto aos dados apresentados, é assustador constatar que no primeiro semestre de 2022, cerca de 699 mulheres morreram em decorrência do feminicídio, registrando uma média de 4 mulheres por dia, o que não se mostra diferente de 2021, em que teve no seu primeiro semestre 677 mulheres assassinadas brutalmente, uma pequena diferença a mais de 3,2% de um ano

para outro.

Essa é uma realidade em continuidade. A implantação do Pacto deu-se na década de 2010, a partir dos estudos da Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República (SPM/PR), teve como base a Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres, que por sua vez mostra-se como uma resposta à realidade da violência contra as mulheres. Esta política foi estruturada a partir do Plano Nacional de Políticas para as Mulheres (PNPM), e representou uma mudança na forma de intervenção do Estado no combate à violência, especialmente pela definição de sua responsabilidade central no enfrentamento a este fenômeno.

O Pacto parte do entendimento de que a violência constitui um fenômeno de caráter multidimensional, que requer a implementação de políticas públicas amplas e articuladas nas mais diferentes esferas da vida social, tais como: na educação, no trabalho, na saúde, na segurança pública, na assistência social, na justiça, na assistência social, entre outras. Esta conjunção de esforços já resultou em ações que, simultaneamente, vieram a desconstruir as desigualdades e combater as discriminações de gênero, interferir nos padrões sexistas/machistas ainda presentes na sociedade brasileira e promover o empoderamento das mulheres; mas muito ainda precisa ser feito e por isso mesmo, a necessidade de fortalecimento do Pacto.

Antes do Pacto toda transferência de recursos federais para o enfrentamento à violência contra as mulheres era feita diretamente entre União e municípios. O Pacto mudou essa relação, à medida que determinou que os estados fossem responsáveis por intermediá-la. As demandas dos municípios passaram, então, a ser encaminhadas para os governos estaduais que, por sua vez, têm autoridade, juntamente com a Câmara Técnica Estadual, para avaliar as propostas e integrá-las, ou não, ao seu Projeto Básico Integral.

A existência da Câmara Técnica Estadual foi condição para a institucionalização do Pacto nos estados. No entanto, o acesso a informações sobre a atuação dessas Câmaras no país é precário, inclusive no Nordeste. Elas são um mecanismo inovador na gestão de políticas intersetoriais, e mesmo com 17 anos desde o seu lançamento, não se encontram informações que deem conta de demonstrar o seu papel e compreender sua atuação. Então, consideramos para análise de sua existência, informações coletadas por Coelho (2015) em sua tese de doutorado, sobre a implantação das Câmaras Técnicas na Região Nordeste, entre os anos de 2010 e 2014, conforme pode ser observado no

quadro a seguir. Observe-se que em apenas em dois estados as Câmaras Técnicas Estaduais não haviam sido constituídas até o ano de 2010, ainda que nesse ano, exceto o Rio Grande do Sul, as UF já tinham assinado o Acordo de Cooperação com o Governo Federal em relação ao Pacto.

CÂMARA TÉCNICA ESTADUAL 2010 E 2014

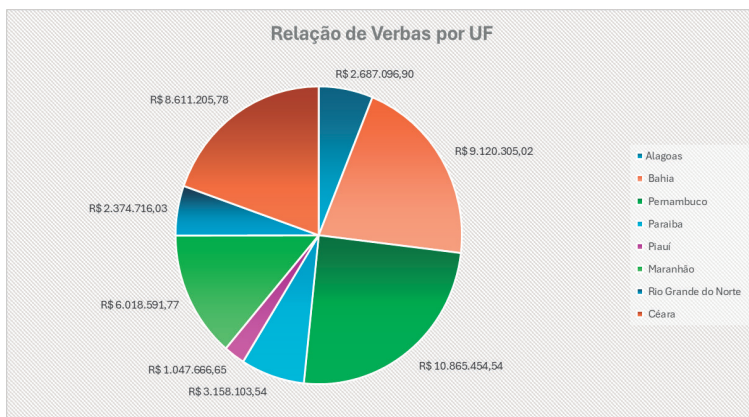
Tabela 01: Votação na Câmara Técnica Estadual

Estado/UF	Câmara Técnica Estadual 2010	Câmara Técnica Estadual 2014
AL	NÃO	SIM
SE	SIM	SIM
BA	SIM	SIM
PE	SIM	SIM
PB	SIM	SIM
PI	SIM	SIM
MA	SIM	SIM
RN	SIM	SIM
CE	NÃO	SIM

Fonte: Elaborado pela equipe com base em Coelho.

Considerando-se que a Câmara Técnica foi definida pela Secretaria de Política para Mulheres/Presidência da República (SPM/PR) como um requisito obrigatório para a adesão ao Pacto, este número é bastante significativo. Dessas duas UF que não tinha constituído em 2010, passaram a instituir a Câmara até 2014, após a mudança de governo ocorrida em 2011. Com relação aos recursos percebidos por cada estado do Nordeste (Santos, 2024; Oliveira, 2024), excetuando-se Sergipe, para implantação de ações de enfrentamento à violência contra a mulher, após instalação das Câmaras Técnicas estaduais, observa-se o Gráfico 01 a seguir:

Gráfico 01: Verbas por Unidade Federativa - Região Nordeste (exceto SE)



Fonte: Elaborado pela equipe a partir de dados do Ministério dos Direitos Humanos e Cidadania.

Observa-se uma disparidade significativa na distribuição das verbas, com estados como Pernambuco, Bahia e Ceará recebendo montantes substancialmente maiores do que estados como Rio Grande do Norte e Alagoas. Isso pode indicar que esses estados maiores têm maior capacidade de formular e executar projetos que atraem mais financiamento. Nesse sentido, há uma correlação interessante entre os estados que receberão mais verbas e aqueles que têm mais sites dedicados ao enfrentamento da violência contra a mulher. Isso sugere que a visibilidade e a quantidade de iniciativas estão relacionadas à quantidade de recursos recebidos.

Embora não fizesse parte do plano de trabalho, foi importante observar que no caso de Sergipe houve repasses no valor total de R\$ 2.122.633,55 (dois milhões, cento e vinte e dois mil, seiscentos e trinta e três reais e cinquenta e cinco centavos) entre 2007 e 2011 pelo governo federal para a Secretaria de Políticas para Mulheres do estado, um importante aspecto para se ter noção do valor que foi investido em políticas públicas para as mulheres com a implantação da Câmara Técnica Estadual de Gestão e Monitoramento do Pacto pelo Enfrentamento à Violência contra as Mulheres.

A existência e a atuação da Câmara Técnica Estadual são condições fundamentais para caracterizar se um estado aderiu de modo mais efetivo ao Pacto e, conseqüentemente, receber recursos federais para implementação de ações. Como exemplo de ações pode-se indicar a

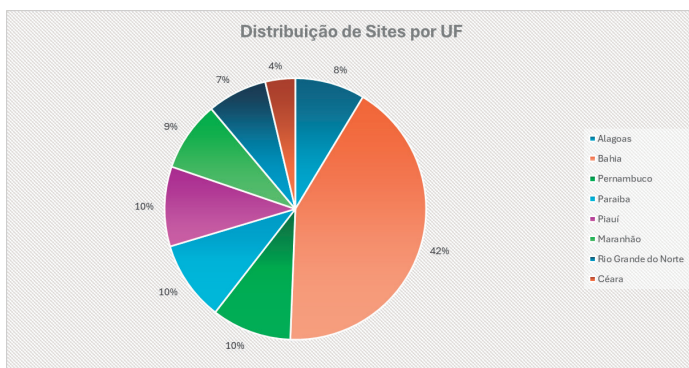
implantação da Casa da Mulher Brasileira, um dos eixos do Programa Mulher Viver sem Violência, retomado pelo Ministério das Mulheres em março de 2023. Foi uma proposta de fevereiro de 2015, ainda na gestão da presidenta Dilma Rousseff.

A Casa, atualmente, é uma das principais e mais importantes ferramentas do Governo Federal para proteger mulheres vítimas de violência no Brasil e os recursos destinados aos estados miravam essa instalação como prioridade. A ausência de informações pode refletir uma inatividade em grande parte dos estados no compromisso efetivo com o Pacto. Este cenário evidencia a necessidade de estimular, por exemplo, o acompanhamento dos Conselhos de Direitos diretamente em relação ao Pacto e seu rebatimento nas políticas voltadas para a proteção das mulheres.

Quanto às informações em cada UF acerca da Câmara Técnica Estadual ou do Pacto pela Enfrentamento à Violência contra a Mulher, observou-se no levantamento que não se traduziu para a sociedade a sua importância, em todos os estados pesquisados, pois eram poucas, na maioria dos estados, como se percebe no Gráfico 02.

Além de notícias, o levantamento trouxe outras fontes documentais, como artigos publicados, termos de convênio, planos, apresentações, dentre outras. Em números absolutos foram localizadas o total de 126 documentos: 14 de Alagoas, 43 da Bahia, seis do Ceará, 11 do Maranhão, 11 da Paraíba, 14 de Pernambuco, 15 do Piauí e 11 do Rio Grande do Norte. Algumas notícias mais recentes tratam, de alguma forma, da Casa da Mulher Brasileira.

Gráfico 02: Percentual de notícias por UF/Nordeste (exceto SE)



Fonte: Elaborado pela equipe a partir de dados disponíveis (buscador Google).

No tocante ao funcionamento das Câmaras Técnicas, o levantamento de notícias e informações apontou para o seu enfraquecimento à medida em que se percebeu uma significativa redução de informações, o que enfraquece a estrutura de apoio necessária para garantir os direitos e a segurança das mulheres, demonstrando a urgência de uma postura mais comprometida e responsável por parte dos gestores públicos. Associa-se ao processo de crise política vivenciada no país, principalmente a partir de 2014, e seus desdobramentos, com a destituição da presidenta Dilma Rousseff em 2016 e a instalação de um governo de cariz ultraconservador em 2019.

Atualmente, há dez Casas em atividade no país. No Nordeste, elas estão em Fortaleza/CE, São Luís/MA, Salvador/BA e Teresina/PI. De 2023 a 2024, os ministérios da Justiça e Segurança Pública e das Mulheres firmaram parcerias para a construção das Casas das Mulheres Brasileiras. Na Região Nordeste, observa-se que nos Estados Sergipe, Pernambuco, Paraíba e Rio Grande do Norte as Casas da Mulher estão em fase de construção, com previsão de término em 2025.

Segundo Coelho (2015), a adesão ao Pacto pelas UF foi facilitada por três fatores: Primeiro, o número de movimentos de mulheres atuantes nas UF, os movimentos de mulheres foram fortemente atuantes na criação de políticas públicas para mulheres focadas, por sua vez, na questão da violência que elas cotidianamente sofrem. Segundo a existência prévia do Conselho Estadual dos Direitos das Mulheres. E terceiro, o fato da UF ter sido escolhida pela SPM/PR como prioritária para a adesão.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise dos dados e pesquisas demonstra progressos significativos, como ampliação de direitos e serviços ofertados às mulheres frente aos casos de violência. Contudo, evidencia-se que mesmo com as políticas avançando, os números de violência contra a mulher aumentam de forma descomunal. Sob levantamento via internet dos Planos de Enfrentamento à Violência contra a Mulher, as Unidades Federativas do Nordeste, possuem planos de enfrentamento que visam o desenvolvimento de uma política pública de enfrentamento à violência contra mulher, por meio de um conjunto de ações estruturantes.

Nesse contexto, os mecanismos utilizados pelo governo federal para induzir os governos a aderirem a essa determinada política pública,

fizeram com que os estados utilizassem as estruturas já existentes, com os recursos federais utilizados para aprimorar e expandir os serviços já colocados em prática. Percebeu-se que o maior incentivo, é o repasse de recursos financeiros, se o estado não depende, ou depende pouco, pode preferir não aderir ao Pacto e manter a sua autonomia para implementar a política a seu próprio modo. Porém, porque pegar estruturas do Pacto para formulação de novas políticas, ao invés de aderir formalmente ao Pacto? Isso pode ser explicado.

Alguns estados têm seus próprios planos de enfrentamento à violência contra mulher, tendo como base alguns eixos do Pacto. Numa perspectiva mais crítica, ele foi comprometido por uma série de fatores, incluindo as mudanças e as divergências políticas entre os governos estaduais e federais ao longo dos anos. Um dos principais desafios enfrentados pelo Pacto foi a falta de continuidade nas políticas de enfrentamento à violência contra a mulher. A cada nova administração, as prioridades governamentais tendem a se reorganizar, e muitas vezes, políticas anteriormente estabelecidas são abandonadas ou modificadas, comprometendo sua eficácia. A ausência de compromisso continuado dos governos acaba prejudicando, gerando lacunas na proteção e na política para as mulheres em situação de violência. A fragmentação das políticas públicas e a falta de uma visão de longo prazo contribuíram para que os avanços conquistados fossem, em muitos casos, temporários e insuficientes para provocar mudanças na sociedade.

A violência contra a mulher é um fenômeno relacional e social, que se dá na violação dos corpos e da saúde psicológica das mulheres. Logo, seu enfrentamento, requer a atuação do Estado e da sociedade na promoção de mudanças culturais, educativas e sociais, e é isto que o Pacto Nacional pretende. Tais mudanças só serão efetivas se levarem em conta as dimensões que permeiam, também, a desigualdade social, tais como raça/etnia, geração, orientação sexual/identidade de gênero e classe. A experiência de pesquisa sobre uma “ferramenta” como a Câmara Técnica Estadual expressou um momento de oportuna reflexão sobre o processo do necessário enfrentamento à violência contra as mulheres, e possibilitou à equipe uma reflexão sobre a importância de estudos desde a graduação. Percebe-se que o processo de lutas em defesa dos plenos direitos das mulheres ainda está em construção/consolidação e os caminhos para sua efetivação também passam pela apropriação desde esse momento na formação de profissionais das mais diversas áreas.

REFERÊNCIAS

BANDEIRA, Lourdes Maria. Violência de gênero: a construção de um campo teórico e de investigação. Revista Sociedade e Estado, 2014.

BOURDIEU, Pierre. A dominação masculina. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

BUENO, Samira; MARTINS, Juliana; LAGRECA, Amanda; SOBRAL, Isabela; BARROS, Betina; BRANDÃO, Juliana. O crescimento de todas as formas de violência contra a mulher em 2022. In: FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. 17º Anuário Brasileiro de Segurança Pública. São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, p. 136-145, 2023. Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2023/07/anuario-2023.pdf>. Acesso em: 20 out. 2024.

COELHO, Carolina Marra Simões. Adesão dos estados ao pacto nacional de enfrentamento à violência contra as mulheres [manuscrito]: desafios da institucionalização de políticas públicas de gênero no contexto federativo brasileiro. Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. Belo Horizonte - Minas Gerais, 2015.

MORGADO, Manuel. Violências: lembrando alguns conceitos-chave. São Paulo: Aletheia, 2004.

OLIVEIRA, Tairone Santos Marinho. Câmara Técnica Estadual do Pacto pelo Enfrentamento à Violência contra a Mulher na Região Nordeste. Relatório Parcial. Programa de Iniciação Científica, Universidade Federal de Sergipe. 2024.

SANTOS, Vera Núbia. Gestão e monitoramento do Pacto pelo Enfrentamento da Violência contra a Mulher em Sergipe: trajetória da Câmara Técnica Estadual. Projeto de Pesquisa. Programa de Iniciação Científica, Universidade Federal de Sergipe, 2022.

SANTOS, Suyane da Luz. Plano de trabalho: a Câmara Técnica Estadual do Pacto pelo Enfrentamento à Violência contra a Mulher na Região Nordeste. Relatório Final. Programa de Iniciação Científica, Universidade Federal de Sergipe. 2024.

SILVA, Jamile Araújo. Relatório parcial de iniciação científica CNPq. Programa de Iniciação Científica, Universidade Federal de Sergipe. 2023.

SECRETARIA DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES - Presidência
Da República. Pacto nacional pelo enfrentamento à violência contra as
mulheres. Brasília: SPM, 2011.

200 DIAS DE IMPLANTAÇÃO DO CENTRO DE REFERÊNCIA DE ATENDIMENTO À MULHER EM SITUAÇÃO DE VIOLÊNCIA (CRAM) ARACAJU/SE: AVANÇOS E DESAFIOS

Elissandra Barboza Santos Mariano¹

Edlaine da Silva Sena²

Talita Silva Menezes³

Silmere Alves Santos⁴

INTRODUÇÃO

A violência contra mulheres tem suas raízes no sistema patriarcal e envolve diversos tipos de agressões e violações dos direitos femininos. E juntamente com os marcadores de classe e raça, estrutura e hierarquiza as relações sociais, ratificando processos de exploração-dominação-opressão contra as mulheres.

Atualmente, a luta contra a violência de gênero tem ganhado destaque em diversas frentes, incluindo a criação de políticas públicas voltadas à proteção e ao atendimento das mulheres em situação de vulnerabilidade. Em Aracaju, essa realidade se materializa com a implantação do Centro de Referência de Atendimento à Mulher em Situação de Violência (CRAM) em novembro de 2023, uma iniciativa que busca oferecer suporte psicológico, social e jurídico às vítimas, além de fortalecer a rede de enfrentamento à violência contra a mulher

Aqui, a interseccionalidade enquanto uma forma de entender e explicar a complexidade do mundo, das pessoas e das experiências humanas, as quais em determinada sociedade e período, as relações de poder que envolvem raça, classe e gênero não se manifestam como entidades distintas e mutuamente excludentes. Ao contrário, são categorias

1 Mestranda pelo Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Sergipe.

2 Mestranda pelo Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Sergipe.

3 Mestranda pelo Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Sergipe.

4 Pós Doutora em Educação. Graduada em Serviço Social e graduanda em Direito. Docente efetiva do Departamento de Serviço Social e colaboradora do Programa de Pós-graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Sergipe.

que se sobrepõem, funcionam de maneira unificadas, geralmente são invisíveis, mas afetam todos os aspectos do convívio social (Collins; Bilge, 2020, p.17).

VIOLÊNCIA CONTRA MULHERES E A REDE DE ENFRENTAMENTO EM ARACAJU/SE

As mulheres sofrem diversos tipos de violência, apesar de serem economicamente ativas. Homens autores de violência contra mulheres são encontrados há séculos nas mais variadas conjunturas sócio-históricas. De acordo com Urra (2014, p. 125), quanto mais a cultura reproduz relações desiguais de gênero maior a probabilidade de serem exercidas masculinidades violentas, “de modo a obter lucro, poder e sucesso a qualquer custo”.

Para Saffioti (2013), o patriarcado é o sistema de dominação e exploração que está há mais tempo determinando e estruturando as relações sociais, seguido do racismo, que emerge a partir dos conflitos por territórios entre as sociedades, ampliando-se o sistema de dominação-exploração dos homens sobre as mulheres dos povos dominados. Com a advento do capitalismo, o sistema perverso se complexifica e põe a mulher numa posição de maior desvantagem. O desenvolvimento das Políticas de Enfrentamento à Violência Contra Mulheres tem influência direta das ações dos movimentos de mulheres e feministas por direitos e contra a desigualdade de gênero.

Prudência, Mariano, Barroso (2022), apontam que por séculos a violência doméstica contra mulheres foi invisibilizada pelo poder público e naturalizada pela sociedade. Assim, com o intuito de fortalecer a rede de enfrentamento a violência, estados e municípios juntamente com órgãos e entidades da sociedade civil, embasados em diretrizes nacionais, mas de acordo com sua realidade, constroem seus Planos de Enfrentamento a Violência contra a Mulher.

No que diz respeito a Aracaju/SE, Prudência, Mariano, Barroso (2022), indicam que tanto a elaboração quanto a revisão do Plano Municipal de Enfrentamento à Violência Contra a Mulher (PMEVM) surgiu após várias discussões coletivas, sendo apresentado em 2020 pela Secretaria Municipal da Família e da Assistência Social (SEMFAS), através da Coordenadoria Municipal de Políticas para Mulheres (CMPM).

A Pesquisa Nacional de Violência contra a Mulher (Datasenado, 2023), revelou que um quantitativo maior que 25,4 milhões de brasileiras, ou seja, cerca de 30% das mulheres brasileiras já sofreram violên-

cia doméstica ou familiar provocada por homens em algum momento da vida, e 1%, provocada por mulher. Assim, permanece a tendência de que homens, principalmente, os parceiros íntimos ou ex-parceiros são os maiores autores de violência contra mulheres.

Em Sergipe, de acordo com o Mapa da Mulher Sergipana (Sergipe, 2024), entre os anos de 2023 e maio de 2024, cerca de 18.869 (100%) mulheres sofreram violência doméstica ou intrafamiliar. Deste universo, 11.233 (59,53%), ocorreram nas residências. O ambiente doméstico, deveria ser o local onde a mulher deveria se sentir mais segura, porém, há uma maior tendência a sofrer violência por parte de parceiros ou ex-parceiros íntimos. Em Aracaju, no mesmo período, 6.204 (100%) mulheres sofreram violência doméstica, destas 4.028 (64,92%) foram vitimadas em suas residências, ou seja 5,39% maior que a média do estado.

O feminicídio é o ápice da violência contra mulheres, caracterizada como a maior forma de violação dos direitos humanos. Em Sergipe (Sergipe, 2024), dos 16 (100%) casos ocorridos em 2023, 02 (12,5%) aconteceram em Aracaju, sendo um no bairro Farolândia (zona sul, população de classe média) e o outro no Getúlio Vargas (zona Leste). Ambas foram vitimadas em um dia de domingo, sendo uma na residência e outra em via pública.

Até maio de 2024, das 06 mortes de mulheres em decorrência do gênero em Sergipe, 02 ocorreram na capital, uma no bairro Dezesete de Março (periferia da zona sul, com predominância de pessoas em situação de pobreza) e outra no bairro Luzia (classe média da zona sul), ambas mortas nas suas residências.

Em relação ao perfil étnico racial, de acordo com a Coordenadoria de Estatística e Análise Criminal (CEACrim, 2024), das 4 mulheres mortas entre 2023 e maio de 2024, 3 são pessoas negras, sendo 2 de cor parda e 1 preta. Importa mencionar que, uma dela não foi informado esse dado. O que segue a tendência nacional de que mulheres negras estão mais sujeitas a sofrerem esse tipo de crime.

No que se refere a faixa etária, duas tinham entre 30 e 34 anos e duas eram pessoas idosas, com mais de 65 anos de idade. Quanto ao tipo de arma utilizada, há similaridade, pois todas as mulheres foram vítimas de arma de branca (objeto cortante ou perfurante, como faca etc.), diferentemente da propensão nacional que aponta que metade dos feminicídios ocorridos entre 2012 e 2020 envolveram armas de fogo (G1, 2022).

A maior ocorrência de crimes foi na zonal sul, o que sugere ser necessária maior atenção do poder público na ampliação de estratégias

de prevenção e divulgação dos serviços para todas as classes sociais. Importa pontuar que nenhuma das vítimas de feminicídio tinha sido atendida no CRAM ou estava com medida protetiva ativa no momento do ato, seja por medo ou diversos outros motivos, constata-se que o acesso à Rede de proteção precisa ser o mais precoce possível.

Cabe ressaltar que a capital sergipana concentra o maior número de equipamentos de atendimento à mulher. Atualmente, conta com 01 Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher (DEAM); 02 Casas Abrigo (sendo uma municipal e 01 estadual), 01 Centro de Referência de Atendimento à Mulher em Situação de Violência (CRAM); Serviços de Saúde Especializados para o Atendimento dos Casos de Violência Contra a Mulher, a exemplo das duas maternidades: a Nossa Senhora de Lourdes, desde de 2003, e a Maternidade Municipal Lourdes Nogueira que desde de março de 2023, são referências e prestam assistência especializada a pacientes em situação de violência sexual; além dos 16 Centros de Referência da Assistência Social (CRAS) e 04 Centros de Referência Especializados da Assistência Social (CREAS). No âmbito municipal, a rede também inclui a Coordenadoria de Políticas Públicas, a Patrulha Maria da Penha, o Conselho Municipal dos Direitos da Mulher; no âmbito estadual conta com a Coordenadoria da Mulher do Tribunal de Justiça, o Centro de Apoio Operacional Direitos da Mulher do Ministério Público de Sergipe, o Núcleo Especializado em Defesa da Mulher da Defensoria Pública do Estado de Sergipe, o Juizado de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher e o Conselho Estadual dos Direitos da Mulher.

Embora, várias políticas públicas e instituições de proteção, assistência e atendimento às mulheres vítimas de violência tenham sido criadas ao longo dos tempos, mulheres ainda vivenciam diversos tipos de violência em todos os espaços.

Assim, tendo em vista fortalecer a rede de atendimento e dar atendimento prioritário às mulheres vítimas de violência, sobretudo a domésticas, foi inaugurado em novembro de 2023 o Centro de Referência de Atendimento à Mulher em Situação de Violência em Aracaju em caráter emergencial, apresentado como estrutura essencial do programa de prevenção e enfrentamento. Visa promover a ruptura da situação de violência e a construção da cidadania por meio de ações globais e de atendimento interdisciplinar (Brasil, 2006).

De acordo com a Norma Técnica de Uniformização dos Centros de Referência de Atendimento à Mulher em Situação de Violência (2006), os serviços precisam acolher integralmente as mulheres que

necessitem de atendimento, monitorando e acompanhando as ações desenvolvidas pelas instituições (governamentais e não-governamentais) que compõem a Rede, instituindo procedimentos de referência. Assim, as ações devem ser direcionadas para reflexões sobre as relações desiguais baseadas no gênero, tendo em vista desnaturalizar a inferioridade imposta histórica, social e culturalmente, às mulheres.

PANORAMA DOS SERVIÇOS DESENVOLVIDOS NOS PRIMEIROS 200 DIAS DE IMPLANTAÇÃO DO CRAM ARACAJU

O CRAM Maria Otávia Gonçalves de Miranda, situado à Rua Campo do Brito, nº 109, B. 13 de Julho, está vinculado a Coordenadoria Municipal de Política para Mulheres (CMPM), ligada a Diretoria de Direitos Humanos (DDH) da SEMFAS, criado sob o Decreto nº 7.410 de 21 de novembro de 2023. Apresenta como principal objetivo fortalecer a rede de enfrentamento a violência contra mulheres da capital, respeitando a autodeterminação das mulheres, pactuando alternativas de fortalecimento da autoestima e tomada de decisão no processo de ruptura do ciclo de violência vivenciada. Tendo em vista também, prevenir que novos atos de agressão aconteçam, por meio de intervenções multidisciplinares.

Os serviços estão de acordo com as orientações da Norma Técnica de Uniformização dos Centros de Referência de Atendimento à Mulher em Situação de Violência (Brasil, 2006). Assim, atualmente, o CRAM funciona das 07h às 17h, de segunda-feira a sexta-feira, e a equipe está composta por: 01 coordenadora; 01 recepcionista; 02 assistentes sociais; 02 psicólogas; 02 advogadas (orientadoras jurídicas); 02 educadoras; 01 ajudante-geral; 01 estagiária de Serviço Social; 01 estagiária de Administração; 01 estagiária de Pedagogia; 01 mulher motorista; além dos 02 vigilantes. Para que a equipe mínima, sugerida no projeto, esteja completa ainda falta duas auxiliares. Cabe frisar que todas as profissionais que realizam atendimentos são mulheres, pois supõe-se que assim as usuárias se sentiriam mais confortáveis para dialogar sobre sua situação de vulnerabilidade decorrente da violência sofrida. Entretanto, nem todas as profissionais passaram por processo de formação continuada nas áreas de gênero e raça, antes de iniciar o trabalho no CRAM, o que se apresenta como um desafio.

Após sua implantação, o CRAM se tornou a porta de entrada para o atendimento às mulheres em situação de violência, redirecio-

nando os encaminhamentos de órgãos governamentais e não-governamentais que antes eram enviados para os CREAS. Logo nos primeiros dias de implantação foram registrados 100 atendimentos, do dia 19 de novembro ao dia 31 de dezembro de 2023, com 12 mulheres demandando acompanhamento sistemático. No ano de 2024, de janeiro a julho, 410 usuárias receberam atendimento e acolhimento, entre essas 192 (46,82%) entraram em acompanhamento.

Diversos atendimentos já foram realizados pela equipe multidisciplinar do CRAM Aracaju/SE nesses poucos mais de 200 dias de inauguração. Conforme pode ser visto na Tabela 01 abaixo:

Tabela 01: Registros Mensais de Atendimento, CRAM Aracaju/SE, (jan a jul 2024)

	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Total
Psicossociais particularizados	110	134	100	201	118	65	137	865
Busca Ativa	166	108	36	54	52	17	213	646
Orientações Jurídicas	54	70	56	69	140	105	87	581
Recepção	38	31	32	44	27	13	20	205
Visitas domiciliares	13	32	27	36	36	36	17	197
Visitas institucionais	3	8	15	39	39	3	10	117
Atendimento em grupo	0	12	15	22	25	0	15	89

Fonte: Tabela produzida pelas pesquisadoras com base nos Registros Mensais de Atendimento (RMAs) de jan. a jul. de 2024.

Diante da complexidade do fenômeno da violência, uma mulher demanda mais de um atendimento e serviços. Quando a mulher é atendida pela primeira vez no CRAM é traçado em conjunto estratégias para seu acompanhamento sistemático, como suas demandas emergenciais poderão ser atendidas, quais os serviços e benefícios serão disponibilizados e/ou direcionados para rede. Assim, é possível perceber que o maior número de atendimentos particularizados, 865, foram os psicossociais, ou seja, realizados pelas assistentes sociais e psicólogas. Tais atendimentos foram feitos tanto presencialmente quanto *online* (telefonemas, mensagens e vídeos chamados via *WhatsApp*). “O atendimento psicossocial tem o objetivo de promover o resgate da autoestima da mulher em situação de violência e sua autonomia, auxiliar a mulher a buscar e implantar mecanismos de proteção e/ou auxiliar a mulher superar o impacto da violência sofrida” (Brasil, 2006, p. 11).

Foram realizadas 646 buscas ativas às mulheres encaminhadas via ofício por órgãos e instituições governamentais e não-governamentais. Tendo em vista localizá-las, a equipe, inicialmente realiza tentativa de contato por meio eletrônico (ligação, mensagens e *WhatsApp*), a fim de informá-las sobre os serviços disponíveis no CRAM e mediante aceite delas é feito o agendamento para atendimento presencial. Quando a equipe não tem êxito eletronicamente é realizada visita domiciliar para identificar possíveis demandas de atendimento e/ou acompanhamento.

Também foram realizadas 581 orientações jurídicas, tanto de modo presencial quanto *online*, objetivando tirar dúvidas sobre os procedimentos jurídicos e acerca de seus direitos. Além disso, realizam o acompanhamento daquelas que demandam atendimentos na Defensoria Pública e DEAM, por exemplos. Conforme a Norma Técnica de Uniformização dos CRAMs (Brasil, 2006, p. 12), o primeiro contato das mulheres é com o sistema de justiça e segurança pública, consequentemente, com o objetivo de evitar que volte a ser vítima, oferece aconselhamento jurídico e acompanhamento nos atos administrativos de natureza policial e nos procedimentos judiciais.

Cabe mencionar que foram realizados 205 atendimentos pela recepção; bem como realizadas 197 visitas domiciliares; 117 visitas institucionais. Além disso, 89 mulheres participaram de atendimentos de forma grupal.

O projeto piloto de intervenção grupal com as usuárias foi desenvolvido em fevereiro de 2024, com 12 encontros realizados semanalmente, com duração de 2 horas e participação de 20 mulheres por atividade, sob a mediação direta da psicóloga, mas também com a participação da equipe multidisciplinar e convidadas externas. Apesar das características terapêuticas, não se configura como terapia e tem o objetivo de estimular as participantes a refletirem sobre sua realidade, e a partir da escuta de outras mulheres em situações semelhantes levá-las a diálogos, trocas de experiências com propósito de quebrar o ciclo de violência e a construir novas perspectivas de futuro, abordando temáticas como: Lei Maria da Penha; os papéis de gênero na sociedade; saúde da Mulher; sinais e impactos das relações violentas; entre outras. Para Ramos e Altramari (2010, p. 05), no grupo as mulheres ensinam e aprendem, através de trocas de experiências, pela homogeneidade e heterogeneidade das ideias de cada uma.

As demandas das usuárias requerem, por vezes, a articulação e encaminhamentos para Rede a fim de que possam acessar serviços e benefícios. Analisa-se que o trabalho e articulação em rede é funda-

mental (Brasil, 2006, p 20), pois pressupõe a existência de uma política pública, impulsionadora dos agentes locais e facilitadora ou mobilizadora das relações entre órgãos-governamentais e não-governamentais, ao mesmo tempo atribua a um órgão específico o papel de articulador dos serviços, fomenta ações intersetoriais e crie condições favoráveis à implementação e à continuidade do trabalho. No CRAM, conforme os detalhes que seguem nas Tabelas 02 e 03:

Tabela 2 - Articulação e Encaminhamentos para a REDE, feitos pelo CRAM

Encaminhamentos para acesso ao benefício estadual CMAIS Mulher	59 (30,7%)
Encaminhamentos para outros equipamentos da REDE	45 (23,4%)
Encaminhamentos para órgãos do Sistema de Justiça	39 (20,3%)
Solicitação de avaliação do setor de habitação (auxílio moradia transitória)	21 (10,9%)
Encaminhamentos para DEAM	19 (9,8)
Encaminhamentos para inserção ou atualização do CadÚnico	16 (8,3%)
Encaminhamentos para acesso ao Benefício Municipal Emergencial (AME)	09 (4,6)
Encaminhamentos para atendimento do CRAS de referência	05 (2,6%)
Encaminhamentos para atendimento no CREAS	03 (1,5%)
Concessão de benefícios eventuais (cestas básicas, colchões, cobertores, kits higiene e limpeza)	83 (43,22%)

Fonte: Tabela produzida pelas pesquisadoras com base nos Registros Mensais de Atendimento (RMAs) de jan. a jul. de 2024.

Sobre encaminhamentos recebidos pelo CRAM, os dados apontam que:

Tabela 3 - Encaminhamentos Recebidos pelo CRAM

Demandas Espontâneas	46 (23,9%)
Poder Judiciário	35 (18,2%)
CRAS	31 (16,4%)
CREAS	25 (13%)
DEAM	16 (8,3%)
Defensoria Pública	11 (8,3%)
Rede de Estado ou Municipal de Saúde	08 (4,1%)

Secretaria de Estado da Mulher	08 (4,1%)
Equipamentos de outros municípios	05 (2,6%)
Equipamento municipal de acolhimento institucional	03 (1,5%)
ONGs (terceiro setor)	01 (0,5%)
Patrulha Maria da Penha	01 (0,5%)
Diretoria de Direitos Humanos	01 (0,5%)
CRAM de outro estado	01 (0,5%)
TOTAL	192(100%)

Fonte: Tabela produzida pelas pesquisadoras com base nos Registros Mensais de Atendimento (RMAs) de jan. a jul. de 2024.

Chama atenção o fato de a demanda espontânea ser a maior porta de entrada das mulheres em situação de violência inseridas em acompanhamento sistemático, mesmo num curto período da inauguração do CRAM em Aracaju. Dado que pode estar atrelado as campanhas midiáticas que foram realizadas quando o equipamento fora implantado. Em seguida, percebe-se que o sistema judiciário, principalmente a Vara da Violência Doméstica tem sido responsável pelos encaminhamentos.

Sobre o perfil das mulheres das 192 (100%) usuárias compuseram a haja vista que no instrumental Registro Mensal de Atendimentos (RMA) há maior detalhamento das situações de acometem pessoas que entram em acompanhamento sistemático mensalmente, trazendo mais elementos que possibilitam conhecer as nuances do fenômeno. Das 192 (100%) usuárias acompanhadas, 127 (66,1%) são Beneficiárias do Programa Bolsa Família, ou seja, encontram-se em situação de pobreza; e 126 (65,6%) dispõem de Medidas Protetivas de Urgência (MPU) em vigor; 09 (4,62%) usuárias são pessoas com deficiência, sendo 05 com deficiência física (02 possuem deficiência visual; 01 mental e 01 apresenta diagnóstico de fibromialgia).

No que se refere a faixa etária, 134 (69,7%), estão na faixa entre 30 e 59 anos; 54 (28,1%) mulheres encontram-se com idades entre 18 a 29 anos; e apenas 4 (2%) usuárias contam com 60 anos ou mais. É possível perceber que há diferenças entre os índices nacionais e os dados do CRAM Aracaju, haja vista que há maior incidência de violência em mulheres adultas entre 30 e 59 anos, do que em jovens adultas. Segundo o relatório “Visível e Invisível: A Vitimização de Mulheres no Brasil”, publicado pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública (Brasil, 2023), a prevalência de violência contra mulheres diminui com o avanço da

idade. No ano de 2023, 43,9% das mulheres na faixa etária de 16 a 24 anos relataram ter sido vítimas de violência, enquanto entre as mulheres com 60 anos ou mais, essa taxa é de 17,4%.

No que se refere ao perfil étnico-racial das mulheres em acompanhamento sistemático 163 (84,8%) são negras, dentre elas, 114 (59,3%) pardas e 49 (25,5%) pretas; 27 (14%) das usuárias se declararam brancas e 02 (1%) amarelas. Tais dados revelam um aspecto importante da violência de gênero, a vulnerabilidade acentuada contra mulheres negras. No mesmo sentido, o relatório “Visível e Invisível (Brasil, 2023), confirma que a violência contra mulheres negras é mais prevalente e que elas representam a maioria das vítimas de feminicídios no Brasil. Em 2022, mais de 61% dos feminicídios tiveram mulheres negras como vítimas, evidenciando a grave desigualdade racial na questão da violência de gênero.

Esse dado reforça a necessidade de uma abordagem interseccional nas políticas de enfrentamento à violência, considerando como fatores de gênero, classe e raça/etnia intensificam o risco de violência, especialmente em contextos de relações afetivas. O evidencia a urgente necessidade de formação continuada para profissionais que trabalham nos serviços.

Outra característica relevante está associada ao fato de que 188 (97,9%), das mulheres foram vitimadas por parceiros ou ex-parceiros íntimos. Além disso, constata-se que as usuárias sofreram mais de um tipo de violência, as mais pontuadas foram a psicológica, com 170 (88,5%); seguida da violência física, com 148 (77%); depois a violência patrimonial, atingindo 84 (43,7%) delas; a negligência atingiu 83 (43,2%) delas; e por último a violência sexual relatada por 68 (35,4%). Há uma tendência, entre os discursos das mulheres atendidas no CRAM, de que a violência psicológica precedia ou acontecia paralelamente as outras formas de violência. Havendo exceção, geralmente nos casos em que prevalece violências praticadas por pessoas estranhas, a exemplo de casos de estupro.

Ainda considerando os relatos das mulheres atendidas no CRAM-Aracaju, diante de relacionamentos com vários episódios de violência, inclusive tentativa de feminicídio, expõem que reataram as relações tanto por medo, dependência (física e emocional), mas também pelo fato dos companheiros prometerem que mudariam de atitude. Consequentemente, a situação ficava aparentemente bem, por algum tempo, mas as agressões voltavam a se repetir. Assim, infere-se que sair de um relacionamento violento não é algo fácil e permanecer não signi-

fica gostar de ser agredida. O que pode explicar, o fato de as mulheres demorarem a denunciar ou decidir romper o ciclo de violência.

A psicóloga Walker (2023), afirma que o ciclo da violência ocorre porque dificilmente uma agressão ocorre uma única vez, pois a violência é iniciada sutilmente, com tendência a ser repetida e evoluída, com chances a aumentar sua gravidade. Além disso, as fases podem se entrelaçar e ocorrerem ao mesmo tempo, por meio de demonstrações de afeto e de arrependimentos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A implantação do CRAM em Aracaju representa um marco importante na rede de enfrentamento à violência contra a mulher, oferecendo um espaço de acolhimento e suporte às vítimas. Nos primeiros 200 dias de funcionamento, o Centro demonstrou sua relevância ao realizar centenas de atendimentos e articular diversas ações em prol das mulheres em situação de vulnerabilidade. No entanto, apesar dos avanços, ainda existem desafios significativos a serem superados, como a necessidade de ampliação dos recursos disponíveis, o fortalecimento contínuo da rede de atendimento e a garantia de formação continuada para a equipe.

O CRAM Aracaju enfrenta uma alta demanda de atendimentos, como evidenciado pelos números significativos de mulheres atendidas nos primeiros 200 dias. Isso reflete a crescente necessidade de suporte para mulheres em situação de violência, o que pode sobrecarregar a capacidade da equipe e dos recursos disponíveis. Sua implantação trouxe avanços, como por exemplos: 1) Ao propiciar a existência de um espaço específico para o atendimento às mulheres em situação de violência potencializou a interação com a Rede, ao ser firmado um fluxo único para o encaminhamento das mulheres que são atendidas na DEAM, no Juizado Especializado, na Defensoria Pública, entre outros serviços de atendimento; 2) A garantia do sigilo, a equipe e o acompanhamento sistemático, são elementos que favorecem a maior vinculação das mulheres ao serviço, uma vez que são acolhidas, atendidas e acompanhadas aos demais serviços por uma profissional de referência do CRAM, o que auxilia diretamente na efetivação do plano de acompanhamento, pois, são diversas as dificuldades que elas encontram pelo caminho; 3) O suporte disponibilizado pela equipe, inclusive de transporte, favorece o fomento para reflexão de novas perspectivas de futuro.

Entretanto, sobre os desafios destacam-se que: 1) como ainda é um equipamento recente, uma grande parte da população desconhece a

existência de um serviço público exclusivo para o atendimento às mulheres em situação de violência, isso dificulta o acesso de quem mais precisa, sobretudo, daquelas que não efetivam a denúncia, ou acessam outros serviços. Muitas são encaminhadas apenas quando sofrem uma agressão mais séria, o que as obriga a procurarem um serviço médico, e assim, o equipamento recebe a notificação compulsória. Consequentemente, a divulgação a respeito CRAM nos diversos setores da sociedade é extremamente necessária, pois o tempo da mulher não espera; 2) faz-se necessário refletir sobre estratégias que fomentem a formação continuada dos profissionais sobre gênero, raça, classe e violências; 3) também avaliar se os processos de atendimento e de gestão estão atingindo os objetivos de garantia de acesso aos direitos das mulheres em situação de violência. Como pensar na possibilidade de implantação de um sistema de monitoramento e eficácia dos planos de acompanhamento sistemático. 4) outro desafio é ampliação de recursos financeiros e humanos; 5) ampliação da rede de atendimento; 6) ultrapassar o enfrentamento do ciclo de violência já instaurado, com maior investimento em ações de prevenção, por meio de campanhas educativas e de formação.

O trabalho realizado até o momento aponta para um caminho promissor, mas exige esforços contínuos e colaborativos para garantir que todas as mulheres possam viver livres de violência e com pleno exercício de seus direitos.

REFERÊNCIAS

ALVES, Ana Carla Farias; ALVES, Ana Karina da Silva. **As trajetórias e lutas do movimento feminista no Brasil e o protagonismo social das mulheres**. IV Seminário CETROS, 2013.

ARACAJU. Plano Municipal de Enfrentamento à Violência Contra Mulher. Aracaju, 2021.

BRASIL. Rede de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres. Secretaria Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres. Secretaria de Políticas para as Mulheres. Brasília, 2011.

BRASIL. Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres. **Norma Técnica de Uniformização Centros de Referência de Atendimento à Mulher em Situação de Violência**. Brasília. Presidência da República, 2006.

BRASIL. FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **Re-**

latório Visível e Invisível: A Vitimização de Mulheres no Brasil - 4ª edição. São Paulo: FBSP, 2023.

BRASIL. Anuário Brasileiro de Segurança Pública. São Paulo: FBSP, 2023.

COLLINS, P. H.; BILGE, S. **Interseccionalidade**. Tradução Rone Souza. São Paulo: Boitempo, 2020.

DUARTE, Constância Lima. **Feminismo e literatura no Brasil**. Estudos avançados, v.17, n. 49, p. 151-172, 2003.

FARAH, Marta Ferreira Santos. **Gênero e políticas públicas**. Revista EstudosFeministas, v. 12, p. 47-71, 2004.

PRUDÊNCIO, WeslanyThaise Lins; MARIANO, Elissandra Barboza Santos; BARROSO, Milena Fernandes. **Feminismo e a Política de Enfrentamento à Violência Contra Mulher no Município de Aracaju/SE**. Revista Labor. Programa de Pós-graduação em Educação, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza-CE-Brasil,2022.

RAMOS, Maria Eduarda; ALTRAMARI, Leandro Castro. **Atividade Reflexiva com Mulheres que Sofreram Violência Doméstica**. Psicologia, Ciência e Profissão, 30 (2), 418-427. 2010. Disponível em: <https://pepsic.bvsalud.org/pdf/pcp/v30n2/v30n2a15.pdf>. Acesso em setembro de 2024.

SERGIPE. **Mapa da Mulher Sergipana**. Observatório Beatriz Nascimento. Secretaria Especial de Políticas para Mulheres. Aracaju,2024.

SERGIPE. Coordenadoria de Estatística e Análise Criminal (CEA-Crim). **Feminicídios em Aracaju**. Aracaju, 2024.

SAFFIOTI,Heleieth. **A mulher na sociedade de classes** (3a ed.). São Paulo, 2013. Expressão Popular.

URRA, Flávio. **Masculinidades: a construção social da masculinidade e o exercício da violência**. IN: **Feminismos e masculinidades: novos caminhos para enfrentar a violência contra a mulher / organização Eva AltermanBlay**. – 1 ed. – São Paulo: Cultura Acadêmica, 2014.

TISCOSKI, Gabriella. **Arma de fogo é instrumento mais utilizado em assassinatos de mulheres no Brasil**. G1, Distrito Federal, 17 nov. 2022. Disponível em: <https://g1.globo.com/df/distrito-federal/noticia/2022/11/17/arma-de-fogo-e-instrumento-mais-utilizado-em-feminicidios-no-brasil.ghtml>. Acessado em 10 out. 2024

WALKER, Lenore. **Como conversar com homens sobre violência contra meninas e mulheres.** 2023, p.31-33. Disponível em: <https://institutopdh.com.br/wp-content/uploads/2023/11/Como-conversar-com-homens-3010-compress.pdf>. Acesso setembro de 2024.

CÂMARA TÉCNICA DE GESTÃO E MONITORAMENTO DO PACTO PELO ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER EM SERGIPE: PERCEPÇÃO DE SUA TRAJETÓRIA NA PERSPECTIVA DE PARTICIPANTES

Vera Núbia Santos¹

Jamile Araújo Silva²

Suyane da Luz Santos³

Tairone Santos Marinho de Oliveira⁴

INTRODUÇÃO

Os movimentos de luta por direitos a uma vida sem violências não surgiram de um momento para o outros, vêm de muitas décadas, e considerando o século XX no Brasil, pode-se sinalizar seu fortalecimento entre os anos de 1970 e 1990, momento que é percebido o acentuado de mobilizações de grupos de mulheres, feministas e mecanismos internacionais de direitos humanos. Dos resultados das lutas surgiram ações e políticas públicas de proteção, como as Delegacias de atendimento às Mulheres (DEAM), no âmbito da Segurança Pública, da instalação de casas-abrigo, no âmbito da Assistência Social, das notificações compulsórias na Saúde e na Educação, dentre outras. As mudanças chegaram com os anos 2000 com as políticas de enfrentamento a violências contra as mulheres efetivadas, inclusive com a criação da Secretaria Especial de Políticas para Mulheres da Presidência da República (SPM/PR), de onde parte a implantação do Pacto Nacional pelo Enfrentamento à Violência contra as Mulheres (SPM/PR, 2011) e o Plano Nacional de Políticas para Mulheres (este, como resultado das demandas da sociedade).

As violências contra as mulheres ainda são uma dura realidade na sociedade brasileira. Os dados dos anuários brasileiros, sob a responsabilidade do Fórum Brasileiro de Segurança Pública demonstram que

1 UFS/SE;

2 UFS/SE; CNPq;

3 UFS/SE;

4 UFS/SE;

a situação no país não se encontra em recrudescimento, antes mantém-se ou se amplia a cada ano. No Anuário Brasileiro Segurança Pública 2023, Bueno *et al.* (2023, p. 136-137) explica o aumento da violência é um desafio, mas apontam como “hipóteses principais”:

1) em primeiro lugar, ressaltamos o desfinanciamento das políticas de proteção à mulher por parte da gestão de Jair Bolsonaro, que registrou a menor alocação orçamentária em uma década para as políticas de enfrentamento à violência contra a mulher (FBSP, 2022); 2) chamamos a atenção para o impacto da pandemia de covid-19 nos serviços de acolhimento e proteção às mulheres, que em muitos casos tiveram restrições aos horários de funcionamento, redução das equipes de atendimento ou mesmo foram interrompidos; 3) por fim, não há como dissociar o cenário de crescimento dos crimes de ódio da ascensão de movimentos ultraconservadores na política brasileira, que elegeram o debate sobre igualdade de gênero como inimigo número um.

Trata-se, de forma inequívoca, da compreensão de um retrocesso há muito não percebido contra as lutas das mulheres. E como aceitar isso, em contraste com o Plano Nacional de Enfrentamento a Violência contra as Mulheres e reconhecer os tipos e expressões da violência a serem naturalizados?

Uma das respostas à permanente situação de violência contra as mulheres no Brasil deu-se com a pactuação nacional para o enfrentamento à violência e implantação das Câmaras Técnicas Estaduais. No presente artigo apenas será citada a Câmara Técnica Estadual de Sergipe com as quatro composições 2009, 2018, 2021 e 2024, bem como a percepção de quem integrou sobre a contribuição dessa “ferramenta”. A pesquisa foi submetida ao Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos (CEP) da Universidade Federal de Sergipe – UFS, e foi aprovada sob o Parecer 6.225.586.

O estudo presente, surgiu da pesquisa de Iniciação Científica iniciada em setembro de 2022 (Santos, 2022), o primeiro ano da pesquisa foi elaborado o levantamento em plataforma *online* sobre a Câmara Técnica Estadual de Gestão e Monitoramento do Pacto pelo Enfrentamento à Violência contra Mulher do Estado de Sergipe e analisar, ainda que de forma panorâmica, sua importância na formulação de políticas para mulheres em situação de violência. No ano seguinte, em 2023, deu-se continuidade à pesquisa, com a incorporação do levantamento sobre as Câmaras Técnicas nos demais estados da Região Nordeste, bem como a aproximação às integrantes em Sergipe, a fim de compreender

sua percepção. O objetivo da pesquisa foi entender o papel e as ações construídas pela Câmara Técnica em Sergipe e por quais razões foi reimplantada três vezes.

Foram tantas instalações, que a pesquisa questionou os motivos para tal. “Em uma das reuniões foi questionado sobre a Câmara Técnica, o que se obteve foi que não está recebendo os devidos conhecimentos de sua existência”. (Silva, 2023, p.16). Sergipe é o menor estado da federação, e chama a atenção que tem se destacado, por exemplo, como um dos seis estados brasileiros que superam o índice de deferimento de Medidas Protetivas de Urgência, conforme sinalizam Bueno *et al.* (2023). Se há, na perspectiva do Sistema de Justiça e da Segurança Pública, essa aproximação no campo da defesa das mulheres em situação de violência, há que se considerar que o papel da Câmara Técnica Estadual poderia ser muito mais efetivo.

MATERIAL E MÉTODOS

Trata-se de uma pesquisa empírica e documental, de tipo exploratória, de natureza qualitativa, com levantamento de dados na *internet*. Os procedimentos metodológicos seguem a direção em que teoria e metodologia são aspectos complementares. A seguir, detalham-se as etapas e procedimentos metodológicos adotados.

1. Estudo sobre a Conceção de Violência: Como etapa inicial, foi realizada uma revisão bibliográfica abrangente sobre o conceito de violência, com ênfase nas diferentes formas de violência contra a mulher. A pesquisa buscou entender as definições teóricas, sociais e culturais que permeiam o tema, considerando aspectos como: conceito de violência, classes, faixas etárias, etnias; fazendo uma análise das definições e implicações de cada tipo de violência.

2. Análise do Pacto Nacional pelo enfrentamento à violência contra a mulher: A metodologia aplicada para entender a análise do Pacto Nacional pelo Enfrentamento à Violência contra a Mulher envolve uma abordagem multidisciplinar e qualitativa. Primeiramente, foi realizada uma revisão documental das políticas públicas e legislações relacionadas aos eixos do Pacto, destacando os principais objetivos e estratégias que ele traz como proposta. Para além do Pacto foi utilizado leituras e textos complementares para um aprofundamento mais teórico e crítico, essas análises proporcionaram um arcabouço teórico que facilitou

entender a proposta inovadora de um novo olhar para as políticas voltadas à mulher.

3. Levantamento documental sobre a implantação da Câmara Técnica Estadual de Gestão e Monitoramento do Pacto pelo Enfrentamento à Violência contra a mulher no Estado de Sergipe (2022/2023) e aplicação de formulário com integrantes da Câmara Técnica Estadual, onde se obteve o retorno de nove respondentes.

O primeiro passo foi a coleta de documentos, matérias, artigos, portarias, relatórios, e atas de reuniões, disponíveis em *sites* de notícias com os descritores “Câmara Técnica Estadual do Pacto pelo Enfrentamento à Violência contra a Mulher” mais “Sergipe”. Quanto às respondentes, foram solicitados contatos (e-mail e telefone) para a Secretaria de Políticas para as Mulheres, sem sucesso, mas uma das conselheiras do Conselho Estadual dos Direitos da Mulher, ex-integrantes da Câmara Técnica, disponibilizou, o que permitiu acessar um número de participantes. Responderam ao formulário o total de nove mulheres.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

O reconhecimento dos tipos e expressões da violência foi um marco direcional na criação de políticas de enfrentamento às diversas violências que mulheres e meninas adolescentes/jovens sofrem cotidianamente. Dentro da realidade elas não sabem que estão sendo violentadas, logo, reconhecer e caracterizar essas violências a física, psicológica, sexual (exploração comercial), patrimonial, moral, tráfico de mulheres, e institucional, é primordial para qualquer política social que vise o enfrentamento.

Um dos mecanismos de enfrentamento, apresentado na primeira década do século XXI foi a Câmara Técnica. A Câmara Técnica tem por objetivos de planejar e monitorar todas as ações, projetos, e programas que serão realizados, redigido no plano de trabalho estratégico. A implantação da Câmara Técnica em cada estado permite articular os diversos setores e serviços, em nível estadual, além de contribuir nas políticas em nível municipal. Portanto, cabe à Câmara Técnica dar o devido suporte para os entes municipais.

A Câmara Técnica em Sergipe conta com quatro composições nos anos de 2009, 2018, 2021 e agora no ano de 2024. De 2009 a 2021 todas as reativações contaram com as participações das seguintes se-

cretarias: de estado das Mulheres (ou Coordenadoria de Mulheres da Secretaria de Assistência Social), Segurança Pública, Esporte e Lazer, Meio Ambiente, Educação, Planejamento e Gestão, Saúde, Cultura, Agricultura, Justiça e Cidadania, OAB, Inclusão e assistência social, Trabalho, Turismo, Universidade Federal de Sergipe, Universidade Tiradentes, Ministério Público, Defensoria Pública, Tribunal de Justiça.

Em março de 2024, a Câmara Técnica foi reformulada, agora somente com órgãos do executivo. Ao mesmo tempo, foi apresentado o Plano Estadual de Prevenção e Enfrentamento à Violência Contra a Mulher (PEPEVCM), lançado também em março de 2024 apresenta diretrizes e propostas para uma década 2024-2033, sob a responsabilidade do Governo do Estado em suas atribuições lança o Decreto Nº 618 de 08 de março de 2024, no Diário Oficial Nº 29.353. Observe-se que o Plano não foi debatido nem na Câmara Técnica nem no Conselho Estadual dos Direitos da Mulher.

Uma das campanhas de impacto principalmente na pandemia, o Sinal Vermelho lançado em 2020, a campanha foi adotada pelo Conselho Nacional de Justiça para impedir a evolução da violência contra a mulher. Durante o isolamento social com o índice de feminicídio em 22,2%. “A ideia central é que a mulher consiga pedir ajuda em farmácias, órgãos públicos e agências bancárias com um sinal vermelho desenhado na palma da mão” (CNJ, 2021, n.p).

O Governo do Estado de Sergipe aderiu à campanha e instituiu o Programa de Proteção às Mulheres “Sinal Vermelho”, conforme a Lei Federal nº 11.340/2006. No art. 1 da Lei sancionada, “[...] como forma de pedido de socorro e ajuda para mulheres em situação de violência doméstica ou familiar, medida de combate e prevenção à violência, conforme a Lei (Federal) nº 11.340, de 07 de agosto de 2006 (Lei Maria da Penha)” (LEGISWEB, 2021, n.p).

A SPM teve uma atuação nas elaborações dos planos e ações acima mencionadas. Contribuiu não só para o desenvolvimento de campanhas nacionais, como de organizações internacionais na cooperação com projetos e programas. Além de ter participado na aprovação da Lei Maria da Penha/2006, e do Disque 180. “Desta forma, a SPM atua em três linhas: Políticas do Trabalho e da Autonomia Econômica das Mulheres, Enfrentamento à Violência contra as Mulheres e Programas e Ações nas áreas de Saúde, Educação, Cultura, Participação Política, Igualdade de Gênero e Diversidade” (GOV., 2019 *apud* Silva, 2024, p. 17-18).

Crescem todas as modalidades de violência contra as mulheres: agressões decorrentes de violência doméstica, registrado 258.941 (9,8%); stalking, registro 77.083 (34,5); ameaças, registro 778.921 (16,5%); violência psicológica, registro 38.507 (33,8%); tentativa de homicídio contra a mulheres, vítimas 8.372 (9,2%); tentativa de feminicídio, vítimas 2.797 (7,1%); vítimas de feminicídio, 1.467 (0,8%); 63,6% mulheres negras, 71,1% entre 18 e 44 anos de idade, 64,3% foram mortas dentro de casa. Violência sexual: importunação sexual, registro 41.371 (48,7%); assédio sexual, registro 8.135 (28,5%); divulgação de cena de estupro / sexo/ pornografia, registro 7.188 (47,8%). As medidas protetivas de urgência cresceram 26,7% com 540.255 solicitações a justiça concedeu desse total 81,4% das solicitações (Anuário, 2024. p. 16).

A criação do Plano entrou em vigor depois da aprovação da Lei 14.899/24. De procedência do Projeto de Lei 501/2019, de autoria da deputada Leandre (PR). (Agência Câmara de Notícias, 2024). O que será apresentado a partir de agora é os resultados da pesquisa que teve o intuito de levantar e analisar a percepção de componentes e ex-componentes da trajetória da Câmara Técnica Estadual de Gestão e Monitoramento do Pacto pelo Enfrentamento à Violência contra a mulher de Sergipe.

As nove participantes da pesquisa advieram dos diversos órgãos que compunham a Câmara Técnica, quais sejam: Ministério Público, Universidades, Ordem dos Advogados do Brasil, Coordenadoria de Políticas para as Mulheres Estadual. Nesse grupo encontram-se advogada, assistente social, docente, pesquisadora e promotora. Participaram com até três anos de contribuição na Câmara Técnica Estadual, quatro delas na condição de suplentes e cinco como titulares dos órgãos aos quais estavam vinculadas. Destacam-se dessa primeira aproximação o fato do enaltecimento da importância que teve a Câmara Técnica, como sinalizam os registros:

Acompanhamos a estruturação do plano de Políticas para Mulheres! Participei de várias reuniões com a rede. Era um colegiado importante para a estruturação e movimentação das políticas para Mulheres. Entendo que deve ser retomado.

Constituiu-se num fórum de extrema relevância para análise da realidade sergipana e de direcionamento das políticas públicas para as mulheres e famílias no estado.

De assegurar espaço político para implementação de ações e estratégias de enfrentamento à violência contra as mulheres no Estado, bem como a de ser um espaço que tem a potencialidade de gerar dados para os sistemas de notificação sobre os diferentes tipos de

violência perpetrada contra as mulheres.

A Câmara Técnica representa um reforço no enfrentamento à violência contra mulheres, pois é um espaço de diálogo multidisciplinar, uma vez que permite a articulação de diferentes órgãos e instituições do estado, tendo em vista impulsionar e qualificar as políticas públicas, públicas numa perspectiva de gênero.

A criação da Câmara Técnica foi fundamental para possibilitar a participação das representações das políticas setoriais e da sociedade civil organizada no processo de proposição de ações (etapa do planejamento) e no monitoramento e avaliação das ações e projetos no âmbito do Pacto Estadual de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres e nesses primeiros anos, podemos considerar que tivemos muitos avanços nessa área.

Mas também a sua desimportância, como sinalizado por algumas:

Nunca participei de Projetos da Câmara Técnica. Tomei posse na câmara técnica, mas não participei de nenhuma reunião, pois nunca fui convocada. Como participei apenas em 2021, minha percepção foi muito restrita, não visualizei impacto deste coletivo no avanço das políticas para mulheres no Estado. Participei como convidada.

Se por um lado, houve a percepção da importância que a Câmara Técnica representa, por outro há destaque para a ausência de continuidade, o que se aproxima com a indicação anterior das quatro (re) instalações. As participantes foram questionadas sobre suas percepções sobre a importância da Câmara Técnica no Estado de Sergipe e as respostas referiram-se desde uma falta de articulação das redes e de falta de comunicação entre participante e Câmara Técnica, há relevância na análise da realidade da violência em Sergipe através dos dados disponibilizados de pesquisas; proporcionar acompanhamento, discussão e cobrança de políticas públicas; espaço político e de diálogo multidisciplinar com representações setoriais.

Quando se tratou da percepção sobre a relação da Câmara Técnica com o Conselho dos Direito da Mulher (CEDM), observou-se percepções também concorrentes: disponibilidade de pesquisas acadêmicas; espaço coletivo e ampliado de avaliação e monitoramento das políticas públicas; outras respostas: não conseguirem visualizar articulação entre Câmara Técnica e CEDM.

Como mecanismo de gestão e monitoramento da política para o enfrentamento à violência contra a mulher no Estado, e considerando a estrutura da sua composição, a articulação da Câmara Técnica com o

CEDM possibilitaria, inclusive, adensar a articulação com a sociedade civil, componente do CEDM, mas não do órgão de gestão e monitoramento.

Em se tratando do órgão executor das políticas para as mulheres (Coordenadoria ou Secretaria, a depender do momento da composição da Câmara Técnica), as percepções também se diversificam em duas direções:

Não soube se houve.

Ações limitadas nos Municípios.

Não consigo opinar porque não tive acesso às reuniões nem documentos.

Super importante! A política municipal é a que está na ponta! Precisa de alinhamento com a estadual.

Do mesmo modo da questão anterior, não tenho como mensurar com muita clareza. Entretanto, como representante da Coordenadoria Municipal de Políticas Públicas para Mulher de Aracaju, considero relevante, pois a Câmara Técnica potencializa as discussões sobre o que tem sido pensado e realizado nas diversas áreas para o enfrentamento à violência contra mulheres.

As Coordenadorias nos Municípios também estavam representadas na Câmara Técnica. Essa intercessão na atuação possibilitava a ampliação do debate e do fortalecimento das políticas para as Mulheres no Estado, especialmente na evidência das ações de enfrentamento à violência de gênero.

Observa-se que na percepção sobre a relação da Câmara Técnica Estadual com as Coordenadorias de Mulheres (ou equivalente) nos municípios sergipanos, as respostas ficaram entre interlocução limitada e potente alinhamento entre estado e municípios. A partir dessa inquietação, algumas respondentes destacaram como contribuição: Inclusão dos Conselhos Municipais; Necessidade urgente de retomada da Câmara Técnica para darmos continuidade no trabalho de integração da rede; Que haja maior organização por parte da câmara técnica e que de fato haja debates e reuniões com os titulares e suplentes.

Finalizou o formulário uma solicitação de considerações sobre o Pacto Nacional pelo Enfrentamento à Violência contra as Mulheres. Foi importante observar que as participantes nutrem uma esperança na força política desse “instrumento”: possibilitou redes de enfrentamento; retrocesso nos últimos 5 anos – podemos observar mediante as quatro (re) instalações; trabalho fortalecido e direcionado; o Pacto promoveu o debate nacional sobre a violência.

Uma das participantes é da composição de 2021, da terceira recomposição, que no início do estudo é percebido o enfraquecimento da

Câmara Técnica, a dificuldade em efetivar projetos e a falta de verba destinada a política de enfrentamento. A pandemia da Covid-19 no momento emergente enxugou ainda mais o orçamento destinado. (Silva, 2023). Considerando o que Coelho (2005) expressa, cada governo realça a questão da mulher de forma diferente. Uma outra ex-integrantes da primeira composição de 2009-2011, presenciou o nascimento da Câmara Técnica. E pode estar presente desde o início, ou seja, observou nos primeiros anos o planejamento e desenvolvimento das políticas, que impactou a vida de muitas mulheres.

A criação da Câmara Técnica foi fundamental para possibilitar a participação das representações das políticas setoriais e da sociedade civil organizada no processo de proposição de ações (etapa do planejamento) e no monitoramento e avaliação das ações e projetos no âmbito do Pacto Estadual de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres. E nesses primeiros anos, podemos considerar que tivemos muitos avanços nessa área.

Muitas evidenciaram a falta de comunicação entre participantes e Câmara Técnica, afetando a articulação mais ampla com as participações dos setores governamentais e não governamentais, sentiram a necessidade de fortalecer a participação dos setores. Outro ponto, em falas (escritas) das entrevistadas é notável a dimensão na geração de dados contribuindo na análise desses dados por estudantes e pesquisadores, de como se manifesta e das realidades das mulheres sergipanas. A presença de dados disponibilizados estimula estudantes e pesquisadores a buscarem mais a fundo a temática da violência contra a mulher e suas implicações.

Apesar do que foi exposto entende-se a ausência da concretização da Câmara Técnica, em muitos momentos de reativação é como se nunca tivesse existido, reativar sem assegurar sua operação concreta mostra que o tema continua sendo rejeitado. Da mesma maneira, é necessário considerar a participação dos órgãos governamentais e não governamentais, o que reduz significativamente as visões de violência e mulher, limita o trabalho em conjunto com outras entidades. As ONGs têm papel fundamental na compreensão dessas questões em nível local.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

É importante nesse momento provocar o questionamento das recomposições e observar o impacto da implantação da Câmara

Técnica Estadual. As ex-integrantes da Câmara Técnica que tiveram suas contribuições durante o tempo que fizeram parte são fundamentais para dialogar com a pesquisa e explicar os entraves e desafios da concretização da Câmara Técnica Estado de Sergipe, já que tiveram tantas recomposições, desde a implantação em 2009. Foram tantas reinstalações, sem justificativas, apenas se ressalta aquele momento de assinaturas de documentos com as representações importantes de governo e depois não se tinha mais nada, no meio midiático. Infelizmente a Câmara Técnica não recebe os devidos conhecimentos do impacto de sua presença na política para as mulheres.

Ante ao que as participantes responderam sobre suas percepções, referiram-se a relevância da Câmara Técnica em proporcionar acompanhamento, discussão e cobrança de políticas públicas, é o espaço político de diálogo com representações setoriais. A participante da composição de 2021, da terceira recomposição, é nessa terceira que é mais perceptível o enfraquecimento da Câmara Técnica. Interpreta-se que o Estado não coloca a violência de gênero como uma das prioridades, apesar dos altos índices de violência no país. É preciso vontade política para mudar essa lógica.

Como citada por algumas, a pesquisa acadêmica é de total relevância pois leva a informação não só para dentro das universidades, mas também para a sociedade, como um todo. Isso é fundamental para fortalecer a prevenção e enfrentamento da violência. A Câmara Técnica proporcionou muitos avanços no debate e formulação de políticas públicas e é realmente essencial a sua continuação, conforme apontado por aquelas que tiveram participação direta em seu funcionamento.

REFERÊNCIAS

AGÊNCIA CÂMARA DE NOTÍCIAS. Entra em vigor lei que cria redes de enfrentamento à violência contra mulheres. Brasília – DF - Brasil, 2024. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/noticias/1074096-entra-em-vigor-lei-que-cria-redes-de-enfrentamento-a-violencia-contra-mulheres/>. Acesso em: 02 de agosto de 2024.

ANUÁRIO BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA / Fórum Brasileiro de Segurança Pública. – 1 (2006)- . – São Paulo: FBSP, 2024. 404 p.

BUENO, Samira; MARTINS, Juliana; LAGRECA, Amanda; SOBRAL, Isabela; BARROS, Betina; BRANDÃO, Juliana. O crescimento

de todas as formas de violência contra a mulher em 2022. In: FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. 17º Anuário Brasileiro de Segurança Pública. São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, p. 136-145, 2023. Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2023/07/anuario-2023.pdf>. Acesso em: 20 out. 2024.

COELHO, Carolina Marra Simões. Adesão dos estados ao pacto nacional de enfrentamento à violência contra as mulheres [manuscrito]: desafios da institucionalização de políticas públicas de gênero no contexto federativo brasileiro. Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. Belo Horizonte - Minas Gerais, 2015.

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. Campanha Sinal Vermelho. Disponível em: <https://www.cnj.jus.br/programas-e-acoas/violencia-contra-a-mulher/campanha-sinal-vermelho/>. Acesso em: 23 de setembro de 2024.

HERNANDES, Katia Rosana. A Casa da Mulher Brasileira: uma análise sobre a violência de gênero e as políticas públicas de enfrentamento/ Katia Rosana Hernandez – 2022.

LegisWeb. Lei nº 8846 de 27/05/2021. Sergipe. Disponível em: <https://www.legisweb.com.br/legislacao/?id=414922>. Acesso em: 23 de setembro de 2024.

SANTOS, Vera Núbia. Gestão e monitoramento do Pacto pelo Enfrentamento da Violência contra a Mulher em Sergipe: trajetória da Câmara Técnica Estadual. Projeto de Pesquisa. Programa de Iniciação Científica, Universidade Federal de Sergipe, 2022.

SECRETARIA DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES - PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. Pacto nacional pelo enfrentamento à violência contra as mulheres. Brasília: SPM, 2011. Disponível em: <https://www.gov.br/mulheres/pt-br/central-de-conteudos/noticias/2024/junho/estados-e-municipios-terao-plano-de-metas-para-o-enfrentamento-integrado-da-violencia-contra-mulheres>. Acesso em: 3 de Agosto de 2024.

SILVA, Jamile Araujo. Gestão e monitoramento do pacto pelo enfrentamento da violência contra a mulher em Sergipe: trajetória da câmara técnica estadual / plano de trabalho: trajetória da câmara técnica estadual do pacto pelo enfrentamento à violência contra a mulher. São Cristóvão - SE, 2023.

SILVA, Jamile Araujo. Gestão e monitoramento do pacto pelo enfrentamento da violência contra a mulher em Sergipe: trajetória da câmara técnica estadual / plano de trabalho: câmara técnica do pacto pelo enfrentamento à violência contra a mulher: percepção de integrantes. São Cristóvão - SE, 2024.

A PROTEÇÃO LEGAL DA MULHER EM UMA PERSPECTIVA FEMINISTA EMANCIPADORA (FORA DAS MURALHAS JURÍDICAS)

Máira Souza Calmon de Passos¹

INTRODUÇÃO

O sistema de Justiça² é uma ordem que, como qualquer outra³, está atravessada pela questão de gênero, uma vez que nós, mulheres⁴, nessa dita pós-modernidade, ocupamos um lugar nela, seja como feitoras ou como objeto de discussão e alvo de decisão — matéria-prima, segundo Curiel (2020, p. 138). Para além disso, e onde reside a maior questão e problema a serem desbravados, ao sistema de Justiça é dado o engendrar dos muitos vieses do gênero — construídos sem a introdução de uma teoria feminista decolonial e emancipadora —, descambando a (re)produzir novos contornos de “dominação-exploração” (Saffioti, 2009) patriarcal.

Essa ordem de poder que é a Justiça, em específico o Juizado de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher (JVDFM) e seus atores, ao abordar sobre “o estado da arte do gênero” (Saffioti, 2009, p. 01), define, casuisticamente, o que se enquadra como atributo violento *ao gênero*, demarcando seu campo de atuação (competência), que, por vezes, afasta a proteção *integral* da mulher pela aplicação da Lei Maria da Penha, importante instrumento jurídico de proteção à mulher, sobretudo após a promulgação da Lei nº 14.550/23, que a alterou.

Dentro desse contexto polissêmico ao derredor do tema, Saffioti (2009, p. 01 e 08) sinaliza que um “quantitativo” elevado de teorias vem sendo acompanhado de muitas divergências no que tange ao “qua-

1 Defensora Pública do Estado da Bahia desde 2007, titular da 7ª DP de Defesa da Mulher. Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismo (2024.1) pela Universidade Federal da Bahia.

2 DEAM, Ministério Público do Estado da Bahia — MP/BA, Tribunal de Justiça do Estado da Bahia — TJ/BA e Defensoria Pública do Estado da Bahia — DPE/BA.

3 Obviamente, o contexto geopolítico e histórico pode afastar essa generalização. Aqui, o referencial que se adota é o ocidental “(neo)colonial” latino-americano brasileiro, em específico, a Bahia.

4 O uso do termo mulher neste artigo carrega um sentido abrangente, de modo a incluir as mulheres transexuais e afins.

litativo” sobre o assunto. A seu ver, o dissenso na disputa teórica sobre o “essencialismo social” *versus* o “essencialismo biológico” implica a falta de entendimento ontológico do objeto, o que está entrelaçado com a crescente desumanização do *ser* pelo “fetichismo da mercadoria”. A complexidade é tanta, diz a autora, que, na contramão feminista, há estudiosos que sustentam que o patriarcado está mais fortalecido do que antes (Castells, 2000 *apud* Saffioti, 2009; Johnson, 1997 *apud* Saffioti, 2009). Conquanto a dissidência prevaleça, certo é que a teoria precisa ser dialogicamente construída para orientar a *práxis* (Saffioti, 2009).

Por ora, mais do que problematizar as diversas epistememes – biológica, social, cultural e histórica — sobre gênero, o que se busca é problematizar o entendimento sobre a “questão de gênero” no sistema de Justiça que reforça o caráter desigual que ela carrega. Entende-se, aqui, que o cerne do problema está na abordagem da questão sem o propósito *emancipador* da mulher, ou seja, no “analisar o patriarcado materializado na sociedade com categorias mentais patriarcais” (Saffioti, 2009, p. 28).

É sabido que situações de fato que vitimam mulheres por violências múltiplas (Brasil, 2006, art. 7) são levadas à apreciação da Justiça em busca de medidas protetivas (Brasil, 2006, artigos 18 a 24) que salvaguardem a integridade física, psíquica, moral e patrimonial delas. Entretanto, muitos desses casos não são considerados como possíveis de julgamento na órbita dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher. Dado este, deveras, paradoxal, pois se compreende que houve uma violência contra uma mulher em âmbito familiar ou doméstico, porém, não de gênero, devido à *causa* ou *motivação* do ato.

Hoje, a violência doméstica e familiar, em sua definição ampla, é um problema social notório e crescente. Quantitativamente, alarmante. Qualitativamente, no sentido ontológico, é algo que vem tomando largas proporções, pois as mulheres vêm buscando cada vez mais o sistema de justiça sob a alegação, consciente, de que estão sujeitas a alguma violência de gênero que reclama proteção.

Assim, a questão atual reside no aspecto ontológico da “violência de gênero”, sobretudo quando a mulher está a buscar uma proteção legal na Justiça, porquanto esse critério avaliador do que é violência baseada no gênero recai sobre juristas, muitos dos quais são homens, e, quase todas e todos, sem uma perspectiva feminista que compreenda a *violência* como algo para além do ideal corporal e sexual, e cuja proteção almejada seja emancipadora. Contudo, essa fala não é simples, por-

que além da ausência de uma *perspectiva feminista*⁵, o funcionamento da Justiça está atrelado não apenas à atividade cartesiana, mas, também, à desumanização que permeia todas as atividades sociais em tempo de neoliberalismo.

Nessa seara, busco atuar em uma contramão que revele o que não está posto por quem, necessariamente, busca o reconhecimento da dor da violência sofrida, o que lei alguma é capaz de traduzir, exceto quando manejada por pessoas que, igualmente, sabem sentir a dor alheia, pautando-se por uma “sensibilidade analítica” (Akotirene, 2023, p. 18), de modo a reconhecer a fragilidade⁶ do feminino neste mundo que, senão patriarcal, está, ainda, marcado, por um inconsciente coletivo de subjugação da mulher. Pois muitas são as decisões que afastam a aplicação da lei por não subsumir certos fatos à violência de gênero.

Muitos são os desafios no sistema de Justiça para o alcance da proteção integral da mulher. Integral é só um propósito utópico, ou melhor, carregado de demagogia e simbolismo político. Pois no sistema de justiça sequer se consegue efetivar o alcance legal do “pretendido” esboço que engaja esse esquema proposto pela Lei Maria da Penha (Brasil, 2006, art. 1- art. 4).

Posto isso, do que adianta uma lei que proponha uma proteção integral à mulher que, inclusive, é reeditada por leis posteriores que buscam suprir lacunas e afastar interpretações restritivas para seu alcance, SE aqueles que a integram ao mundo dos fatos, como os/as realizadores/as do sistema de justiça, insistem em perpetuar *um saber colonial* que não permeia nenhum ideal cívico popular de transformação social? Essa resistência e entrave cavernosos transformam os propósitos legais advindos de grandes conquistas políticas em letras de lei amorfa (Pasosos, 2021).

VIOLÊNCIA E GÊNERO

Neste tópico, abordarei os dispositivos de análise pelos fatores do direito que compõem os Juizados de Violência Doméstica e Familiar

5 O feminismo que invoco, aqui, não é o feminismo burguês, liberal, apolítico (hooks, 2019, p. 36) mas, sim, o feminismo que visa acabar com a opressão sexista, beneficiando todas as mulheres, de qualquer raça ou classe, transformando realidades sociais e políticas, sem colocar o homem como o “inimigo”, tampouco a serviço do capital que é identificado como empoderamento ou estilo de vida (hooks, 2019, p. 56 e 57).

6 Falar de fragilidade dentro dessa abordagem não é em uma visão essencialista e biologizante da mulher, mas como sujeito vulnerável em relações de exploração-dominação que a fazem vítima de violências várias.

contra a Mulher da capital Salvador, que levam ao enquadramento das violações físicas, psicológicas, sexuais, patrimoniais e morais contra a mulher como sendo uma violência “baseada no gênero”, conforme a diretriz dada pela Lei Maria da Penha em seu art. 5º, caput.⁷ (Brasil, 2006).

De início, tentarei condensar algumas construções teóricas que versam sobre o termo gênero e que não pretendem se correlacionar com o estudo da violência de gênero no âmbito da justiça, mas que permitem uma análise conjectural a fim de alcançar com proficuidade o que deve ser compreendido como violência baseada no gênero para efeito de aplicação da Lei.

Recai importância à palavra “gênero”, no contexto deste estudo, porque a partir dos atributos conferidos a ela os operadores da lei conformam as violências como sendo de âmbito jurisdicional para efeito de proteção legal pela Lei Maria da Penha *ou não*. Em que pese o debruçar desta análise, pois, como ensina Joan Scott (1995, p. 71), “aquelas pessoas que se propõem a codificar os sentidos das palavras lutam por uma causa perdida, porque as palavras, como as ideias e as coisas que elas pretendem significar, têm uma história”. Nesse condão, os significados revelados nas interpretações judiciais sobre “violência baseada no gênero” guardam os porquês na história⁸, no poder conferido ao Estado pelas leis e aos que delas exprimem o direito.

Bem, as palavras são símbolos que designam coisas, pessoas e conceitos. Qualquer delas é uma elaboração social, que, a depender dos interlocutores e donde falam, podem ter um amplo e variado significado. Certo é que nenhuma delas é empregada sem um sentido político-ideológico. Palavras não são apenas palavras, mas um sistema de significação, uma ordem simbólica⁹ (Scott, 1995).

Nesse contexto, delimitar a fluidez das palavras se torna importante quando se pretende delas, hermeticamente, tabular certos fatos.

7 “Art. 5º Para os efeitos desta Lei, configura violência doméstica e familiar contra a mulher qualquer ação ou omissão *baseada no gênero* que lhe cause morte, lesão, sofrimento físico, sexual ou psicológico e dano moral ou patrimonial” (Brasil, 2006).

8 Na história dos JVDfM da capital Salvador, há uma convenção *informal* entre os/as Juízes/as que as Medidas Protetivas de Urgência — MPU’s têm um prazo “fictício” de seis meses, o que pode ser renovado se a vítima justificar a partir de novos fatos que o “ciclo da violência” perdura. Isso fora um mecanismo criado para esvaziar a demanda judicial que sobrecarrega o Judiciário nesta área, pois, como visto, é um problema crescente.

9 Segundo as teóricas pós-estruturalistas, o desenvolvimento da identidade do sujeito e sua representação do gênero estão associados ao papel da linguagem na comunicação antes mesmo da experiência concreta. Tem-se que a linguagem não é a designação de palavras, mas uma ordem simbólica que emprega definições na interpretação e representação do gênero (Scott, 1995, p. 80-81).

Isto é o que ocorre com as palavras “violência” e “gênero”. Palavras estas que, ao serem conjugadas para nominar a violência contra a mulher (violência de gênero), prestam tanto para abraçar uma maior proteção legal, quanto para afastá-la. Desse modo, essa tabulação, é deveras delicada. Também perigosa, posto que a significação simbólica que os juristas lhes conferem, a partir de seus “símbolos culturalmente disponíveis” não contempla muitas violências sofridas, dado seu caráter de “limitar e conter suas possibilidades metafóricas” (Scott, 1995, p. 86).

Com este intento, separo as palavras “violência” e “gênero” com o propósito de desfazer o “conceito normativo” conferido à palavra composta “violência de gênero”, qual muito utilizada entre os juristas para fundamentar a *não* aplicação da LMP *sob essa pecha*, a despeito de toda demonstração da violência sofrida pelas mulheres no âmbito doméstico, familiar e íntimo de afeto.

Sustenta Scott (1995, p. 72) que o termo “gênero” foi utilizado por feministas americanas para afastar o caráter biologicista dado às distinções baseadas no sexo. Uma “noção relacional” foi trazida para a compreensão, posto que, dada as diferenças, só é possível pensar o homem e a mulher de forma recíproca, tendo um ao outro como referencial, ou seja, sem uma análise isolada.

A palavra “gênero” foi empregada, nos anos 80, como sinônimo de “mulheres” para consagrar maior validade científica aos estudos feministas, pois afastava-se o suposto caráter político e subjetivo que a palavra “mulher” carregava. Igualmente, pretendeu-se atribuir o caráter *relacional* aos estudos referentes às mulheres, uma vez que “qualquer informação sobre as mulheres é informação sobre os homens, um implica o estudo do outro” (Scott, 1995, p. 75). Nesse escopo, pretendia-se, também, apartar as crenças biológicas que colocavam (e, ainda, colocam) a mulher em um papel de inferiorização diante dos homens. Assim, o “gênero”, enquanto símbolo, representa a “construção cultural” dos “papéis adequados” às mulheres e aos homens, afastando a imanência do sexo e da sexualidade (Scott, 1995, p. 75).

Nessa linha de raciocínio, a Historiadora pondera que o uso do termo gênero delimitou um campo de conhecimento atrelado às mulheres, crianças, famílias e ideologias do gênero, sem adentrar, contudo, em questões de política e de poder que eram vistas como de outra ordem. Desta feita, os estudos históricos sobre as questões de gênero, embora fundados nas relações sociais entre os sexos, não explicam as razões e transformações dessas relações, limitando-se seu uso a parâmetros *descritivos*, sem “poder analítico suficiente para questionar (e

mudar) os paradigmas históricos existentes” (Scott, 1995, p. 76).

Há, também, uma confusão na percepção e análise da categoria gênero. Esta que é engendrada, interdisciplinar e não universal, mas, sim, construída em um “arbitrário cultural” que não se restringe a “uma prévia configuração de uma forma de dominação” (Machado, 2000, p. 06), é confundida como categoria semelhante ao patriarcado. Essa confusão precisa ser afastada da metodologia de análise da “violência *de gênero*”. O gênero deve ser uma categoria compreendida em cambiamento com outras disciplinas sociais. O patriarcado, por sua vez, é um sistema de dominação que nasce da ordem familiar do “pater poder”, em que o poder está concentrado na figura paterna, uma “autoridade doméstica”, ou seja, não relacional, determinante (Machado, 2000).

Outra ainda é a vantagem do conceito de gênero. Pode metodologicamente ser a ferramenta necessária para indagar sobre as mais diversas sociedades e culturas, sem um *a priori*, e com toda a flexibilidade para analisar a sua historicidade. O suposto deste conceito é que todas as sociedades e culturas “constroem suas concepções e relações de gênero”. Ou seja, de que nada há de universal na configuração das relações de gênero, a não ser que são sempre construídas. Trata-se sempre de uma construção cultural histórica. São o resultado de um “arbitrio cultural”, isto é, nada há de determinante no sexo biológico que faça com que o feminino e o masculino se definam ou se relacionem desta forma. As ideias mesmas das diferenças são engendradas no campo simbólico (cultural e social). Assim, as corporeidades e as sexualidades passam a ser analisadas enquanto socialmente simbolizadas e subjetivadas. [...]. Enquanto o conceito de gênero permite a interrogação de toda e qualquer formação cultural e social, o conceito de patriarcado se circunscreve a formas sociais que sejam definidas como tal e tende a aprisioná-las como totalidade neste único sentido (Machado, 2000, p. 06).

Não à toa, a violência de gênero é genericamente compreendida no âmbito da Justiça pelos estereótipos de gênero (CNJ, 2021), em que a ação violenta é perpetrada *em razão* do gênero. Mas, afinal, qual a metodologia para definir o que seria uma violência de gênero? Qual é a questão de gênero que torna uma violência perpetrada contra uma mulher como “violência baseada no gênero”?

Nessa meada de ideias, ao considerar-se “gênero” como um termo em que o “consenso” (Saffioti, 2015, p. 47) está assente no fator relacional entre o feminino e o masculino como construção social, tratar a *ação* violenta contra a mulher, na seara judicial dos JVD FM, como sendo uma violência *baseada no gênero* (Brasil, 2006, art. 5) é colocar

ênfase na ação volitiva do/a agressor/a, o que, na prática jurídica, cunha um sentido criminológico, portanto, de investigação do *dolo*. Isto, por sua vez, dificulta a aplicação da LMP para a proteção da mulher, uma vez que a demonstração do dolo em um campo vasto de possibilidades que atravessam a psiquê humana não pode ser evidenciada, *de per si*, como de gênero, senão recorre-se aos estereótipos sob um julgamento limitado a partir de “símbolos culturalmente disponíveis” dos operadores da lei, ou, como é *de praxe*, evoca-se as “razões” trazidas pelo/a agressor/a, subjugando-se, mais uma vez, a mulher. Nesse sentido, exclui-se muitas violências contra a mulher, cujo dolo não está explícito e alinhado com a compreensão enviesada, também não ontológica, do gênero.

A princípio, estudos de casos no âmbito da 3ª Vara de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher de Salvador evidenciam que os órgãos institucionais compreendem que a violência de gênero é aquela em que a mulher, enquanto vítima, está nesse papel social estereotipado, cuja subordinação lhe é intrínseca, bem assim quando a conduta volitiva recai sobre sua essência biologizante.

Seguindo a linha dessa escrivência (Conceição Evaristo *apud* Akotirene, 2023, p. 2) como Defensora Pública do Estado que atua no acompanhamento de processos judiciais no JPDFM, na cidade de Salvador, a palavra gênero quando associada à violência dirigida à mulher é, casuisticamente, compreendida como violência “em razão da mulher ser mulher”, em face dos estereótipos preconcebidos. Evidentemente, essa análise é focalizada nos motivos ensejadores do ato, cujo significado é dado pelo/a agressor/a. Logo, a versão trazida pela mulher vitimizada é afastada para sobrepor a do/a agressor/a, qual irá subjetivar o significado de gênero, subalternizando-a, novamente.

Nesse condão, a palavra da vítima, conquanto sirva como meio de prova, não é suficiente para caracterizar a violência que lhe fora perpetrada, restando-lhe, na Justiça, o lugar da *outra*, ou melhor, do *objeto* sobre o qual recai o ato violento. Essa forma de categorizar a violência baseada no gênero em razão da mulher ser mulher, exigindo-se *uma flagrante misoginia*, elevando, por outro lado, o atributo cultural conferido ao homem como *sujeito*, racional e transcendente, posicionando estruturalmente a mulher como *a outra*, imanente e objetificada (Ascher, 1991, p. 177), é, deveras, perigoso, pois esvazia por completo o alcance de proteção legal da Lei Maria da Penha.

Denota-se que a psiquê (a razão) daquele/a que violenta a mulher é colocada em relevo para estudo, enquanto a psiquê (a razão) da vítima

— *mulher* — que buscou proteção em uma esfera judicial especializada de gênero não é sequer levantada nas discussões. Nessa “dialética existencial da misoginia, trata-se de mais um exemplo em que a razão e a mente são associadas com a masculinidade e a ação, ao passo que corpo e natureza são considerados como a facticidade muda do feminino” (Butler, 2003, p. 66).

A produção do pensamento jurídico, em linhas gerais, além de ser cartesiana e, portanto, binária no que refere ao gênero (mente/corpo), igualmente, não é ontológica, mas, sim, reificada. Infere-se dessa incoerência que a análise da “questão de gênero” perpassa por uma visão simbólica do *corpo* feminino, o substrato evidente no qual o ideário patriarcal se revela. Como expôs Saffioti (2009, p. 01), “o gênero é socialmente construído, desde que se considere o substrato material – O CORPO – sobre o qual a sociedade atua”. O corpo é a manifestação do *ser* no mundo. É sobre ele que incide o “campo de batalha” de nossa cultura (Kruger, 1989 *apud* Fabris, 2009). É nele que a “luta de gêneros” se desenvolve (Ramirez, 2013, p. 14 *apud* Fabris, 2009, p. 41).

Para melhor explicar esse fenômeno, trago o seguinte raciocínio sem adentrar em especificidades teóricas: nenhum crime ou agressão que não se manifeste no mundo dos fatos tem relevância jurídica. Desta feita, se alguma pessoa que planeje matar, difamar, lesionar ou lesar patrimônio de *outrem* permanecer na esfera mental sem adentrar no campo da ação, isto jamais será analisado na seara jurídica. Um ato criminoso só é entendido como tal quando sai do mundo das ideias e se revela no mundo dos fatos. *Ou seja, quando deixa marcas.*

Esse entendimento criminológico sobre a “violência baseada no gênero” também é um problema que afeta as análises jurídicas sobre os casos que são demandados por mulheres vítimas de violência doméstica, familiar e íntima de afeto que precisam de proteção, vale dizer, que necessitam de medidas protetivas das mais diversas que lhes protejam e que estão autorizadas legalmente em uma cláusula aberta pela Lei Maria da Penha (Brasil, 2006, art. 22, §1º).

E o que isso tem a ver com a tratada “questão de gênero”? Bem, à Justiça é dado o julgamento de conflitos, logo *relações* entre sujeitos. Desse modo, o conflito levado à Justiça será entendido como de gênero quando a mulher que reclama proteção do Estado estiver sendo violentada na sua condição *evidenciada* e *submissa* de mulher. Por sua vez, a condição de subalternização da mulher (algo relacional) se revela no mundo, conforme esse construto mental, pelo *corpo*, pois ele é o alvo e representação do feminino dentro de uma lógica patriarcal. A agressão

será de gênero, sem nenhuma dúvida, quando dirigida ao corpo, enquanto matéria física e sexual. Essas são as duas nuances de perspectiva de gênero forjadas na atividade judicial, uma vez que é no *corpo* que se revela sua subordinação, social ou sexual¹⁰.

Trata-se de um reducionismo que não abrange todas as violências, como a psicológica, moral e a patrimonial (Brasil, 2006, art. 7), assim como entre sujeitos que não participem de uma relação íntima de afeto com cunho sexual. Pois a tal motivação de gênero (construída judicialmente) se esvai quando a agressão *não* é dirigida ao corpo, em seu aspecto físico, ou enquanto símbolo sexual – campo no qual as relações íntimas de afeto se desenvolvem e se manifestam socialmente de forma empírica. Nesse sentido, a violência só é entendida como de gênero quando tangenciada ao corpo da mulher, dentro dessa ideologia patriarcal de objetificação.

A autora Karen Giffin (1994), em artigo publicado sobre “violência de gênero, sexualidade e saúde”, traz alguns dados estatísticos e teóricos que confirmam como o corpo feminino está posicionado na estrutura social patriarcal. E, acima de tudo, como é cumulado a ele a referência identitária da mulher. “Na medida em que a família é identificada como a principal instituição social que organiza as relações sexuais entre os gêneros, o controle social é visto como atuando diretamente sobre o corpo das mulheres” (Giffin, 1994, p. 150). Ainda segundo este mesmo autor:

Quando o menino é forçado a negar suas semelhanças com a mãe, ocorre uma “diferenciação falsa”, na qual o outro, ao invés de reconhecido como um outro sujeito, é *objetivado* cognitivamente. A menina, por outro lado, se identifica com um outro (a mãe) desvalorizado. Esta situação, argumenta Benjamin, será refletida em outras relações, onde a posição do homem é de fazer da mulher um objeto, tanto na sua violência contra ela como no seu autocontrole racional. A posição da mulher é de se sentir um objeto passivo e aceitar sua falta de controle (Giffin, 1994, p. 153).

Nesse condão, o que é violência de gênero no sistema de Justiça é o resumo de uma confusão de ideias pautadas no essencialismo biológico e no estereótipo subalternizado da mulher que reforça a lógica patriarcal dominante e afasta-se do pensamento feminista que visa emancipá-la em seu *ser*.

10 A abordagem sexual que trago está relacionada à intimidade nas relações de afeto, seja sexuada ou não, haja vista que há casos em que a relação é virtual, e a “questão de gênero” não é levantada como excludente de competência dos JVD/DM.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Assim, para alcançarmos o propósito legal, portanto, político da LMP, é necessário que a lente de gênero feminista (vide nota 5) atravesse o sistema de Justiça que está incumbido de conferir a almejada proteção integral à mulher.

Alguns problemas surgem desse entendimento. Primeiro o de que a violência será de gênero enquanto motivação, o que passa por uma investigação superficial (não complexa) de causa e efeito, ou seja, que se exterioriza com marcas, ganhando contornos criminais; quando, em verdade, o fato deve ser analisado por critérios que visem resguardar a mulher em sua integridade total, o que exige, sim, a investigação de suas razões, enquanto *ser* racional, cujas emoções devem ser colocadas em patamar de validação para a proteção legal que ela clama.

A razão violenta dirigida à mulher atravessa a psiquê humana, cuja análise complexa não pode ser aferida pelas circunstâncias causídicas. A misoginia não é um dado explícito, é algo que permeia o comportamento humano, é um legado histórico que estruturou a sociedade, assim como outros marcadores sociais como a raça, a classe e a geopolítica.

Deveras, buscar entender se a violência é de gênero a partir da razão do agressor/a, quem, obviamente, vale-se de subterfúgios para desculpabilizar-se ou mesmo culpar a vítima, é mais uma forma de violentá-la — uma violência institucional. Isto, porém, seria um assunto para outro artigo.

Penso que o que não se pode perder de vista é que a questão de gênero é sempre relacional, vale dizer, quando uma violência é de gênero e dirigida à mulher, é a ela exigido, subliminarmente, que exerça seu papel social dentro do estereótipo que lhe fora culturalmente empregado. A facticidade muda do feminino (Butler, 2003, p. 66). O lugar de inferiorização e subalternização. Então, qualquer conduta que infrinja essa normatividade social, ou que não atenda a essa expectativa alheia, provoca reações das mais variadas, cujos motivos podem ser de toda ordem, nem sempre com um viés misógino explícito.

De forma simples, ninguém agride uma mulher por ela ser mulher, mas por ela não atender a uma expectativa universal de submissão e silenciamento. Circunstância esta que só pode ser avaliada a partir de um complexo exame conjectural dos fatos ao longo do tempo, sob um estudo que atravessa raça, classe e geoespaço, e, acima de tudo, pelo relato imprescindível das vivências e *sentir* da vítima, qual, sim, deve ser sobreposto às razões e motivos do/a agressor/a.

Assim, a palavra gênero quando utilizada para caracterizar a violência contra a mulher deve ser concebida para protegê-la, em uma perspectiva feminista (mesmo porque a Lei Maria da Penha é fruto da luta feminista), o que requer um entendimento ontológico do termo, ou seja, que não se limite aos estereótipos e às razões do/a agressor/a, reforçando o caráter desigual que ele carrega. Deve-se ater ao caráter relacional em um construto cultural que vise emancipar a mulher. Portanto, que *sobreleve* as razões que a levaram a recorrer ao sistema de Justiça.

Mas, voltando ao que fora postulado por Scott, codificar palavras é em vão, porquanto as ideias e as coisas que elas pretendem significar “têm uma história”, e, no sistema de Justiça, a história da simbolização da “violência de gênero”, hoje, presta-se a esvaziar o montante — crescente — de pedidos de proteção legal que sufocam os Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher.

REFERÊNCIAS

AKOTIRENE, Carla. Interseccionalidade. São Paulo: Sueli Carneiro: Editora Jandaíra, 2023. (Coleção Feminismos Plurais. Coord. Djamila Ribeiro).

ASCHER, Carol. O Segundo Sexo. *In*: ASCHER, Carol. Simone de Beauvoir: uma vida de liberdade. São Paulo: Ed. Francisco Alves, 1991. p. 167-202.

BUTLER, Judith. Problemas de gênero. Feminismo e subversão da identidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. Protocolo para julgamento com perspectiva de gênero. Brasília: CNJ: Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados — Enfam, 2021. Disponível em www.cnj.jus.br/wp-content/uploads/2021/10/protocolo-para-julgamento-com-perspectiva-de-genero-cnj-24-03-2022.pdf. Acesso em: 18 ago. 2024.

CURIEL, Ochy. Construindo metodologias feministas a partir do feminismo decolonial. *In*: HOLANDA, Heloisa Buarque de (org.). Pensamento feminista hoje: perspectivas decoloniais. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020. p. 121-138. Disponível em: https://www.mpba.mp.br/sites/default/files/biblioteca/direitos-humanos/direitos-dasmulheres/obras_digitalizadas/heloisa-buarque-de-hollanda-pensamento-feminis

tahoje_-perspectivas-decoloniais-bazar-do-tempo-_2020.pdf. Acesso em: 24 jul. 2023.

FABRIS, Anateresa. O corpo como território do político. Revista Baleia na Rede, Marília, v. 1, n. 6, ano VI, dez./2009. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/277125348_O_CORPO_COMO_TERRITORIO_DO_POLITICO. Acesso em: 30 jul. 2023.

GIFFIN, Karen. Violência de Gênero, Sexualidade e Saúde. Cad. Saúde Pública, Rio de Janeiro, v. 10 (suplemento 1), p. 146-155, 1994. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csp/a/nj5NpCSgpQFQCsLmBZ4K-C7p/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 24 jul. 2023.

HOOKS, bell. Teoria feminista: da margem ao centro. São Paulo: Perspectiva, 2019.

MACHADO, Lia Zanota. Perspectivas em confronto: Relações de Gênero ou Patriarcado? Brasília, DF: [s. n.], 2000.

PASSOS, Máira Souza Calmon de. A dialética da supremacia do interesse público sobre o interesse privado: uma análise sob a perspectiva do(a) cidadão(ã) precário(a). Belo Horizonte: Dialética, 2021.

SAFFIOTI, Heleieth. Ontogênese e filogênese do gênero: ordem patriarcal de gênero e a violência masculina contra mulheres. Brasil: Flacso, 2009. (Série Estudos e Ensaios/Ciências Sociais). Disponível em http://flacso.redelivre.org.br/files/2015/03/Heleieth_Saffioti.pdf. Acesso em: 22 jul. 2023.

SAFFIOTI, Heleieth. Gênero patriarcado violência. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular: Fundação Perseu Abramo, 2015.

SCOTT, Joan Wallach. Gênero: uma categoria útil para a análise histórica. Educação e Realidade, Porto Alegre, v. 20, n. 2, p. 71-99, 1995.

VIOLÊNCIA DE GÊNERO: UMA REALIDADE NA VIDA DAS MULHERES DO CAMPO, DA FLORESTA E DAS ÁGUAS

Márcia Santana Tavares¹
Magaly Nunes de Gois²

ORGANIZANDO O CAMINHO A SER PERCORRIDO

As mulheres do campo, da floresta e das águas pertencentes às camadas populares da classe trabalhadora e inseridas nas esferas da produção e da reprodução, sejam elas camponesas, agricultoras familiares, quilombolas, indígenas, pescadoras artesanais, marisqueiras, extrativistas, assentadas, acampadas, assalariadas e sem-terra, vivenciam na esfera privada – na casa e no quintal – e na pública – roça, roçado, territórios de comercialização e de organizações sócio políticas – uma realidade permeada de violências, que ocorrem em vários lugares, nas diversas relações – familiares, conjugais, trabalho e sócio-políticas - e de diferentes formas.

A violência é uma particularidade da formação sócio histórica do Brasil e o campo é um espaço com forte presença de violência em função de: invisibilidade do campo e dos povos do campo; pouca presença e/ou ausência de políticas públicas e do Estado como assegurador de direitos; não acesso aos meios de produção necessários à reprodução da vida e do trabalho; concentração, mercantilização e privatização da terra e da água; priorização do agronegócio, do latifúndio, da monocultura de grãos (soja, milho, trigo entre outras); produção com uso intensivo de agrotóxicos e de sementes transgênicas; apoio à produção para exportação no lugar da produção de alimentos para consumo interno, enfrentamento da fome e da insegurança alimentar e nutricional e garantia da soberania alimentar; forte presença do braço armado do Estado, o oficial (as forças policiais) e o não oficial (as milícias, os grileiros, os capangas e os matadores de aluguel) (Gois, 2021; Chimini, 2016; Lorenzoni, Rodrigues e Santos, 2020).

1 Professora associada da UFBA; doutora pela UFBA; Líder dos grupos de pesquisa Gênero, Poder e Políticas Públicas (NEIM/GPPs) e membro do grupo de estudos de Desigualdades Sociais, Políticas Públicas e Serviço Social (CNPq/UFBA).

2 Empresa de Desenvolvimento Sustentável do Estado de Sergipe (PRONESE); doutora em Educação pela UFS; membro do grupo de estudos e pesquisa em Fundamentos, Formação e Políticas Sociais (GEPSSO/UFS); pós-doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Serviço Social (PROSS/UFS).

Segundo o MST (2024), o tema das violências atravessa as relações de modo bastante significativo e se faz presente nas diversas esferas da vida dos povos do campo, da floresta e das águas³ por meio da violência do Estado, violência política, violências que ocorrem nas relações interpessoais e a violência doméstica, a que acontece dentro dos espaços de convivência, de intimidade, de familiaridade, ou seja, nos espaços privados. O ano de 2023 registrou o maior número de conflitos rurais desde 1985, ano em que a Comissão Pastoral da Terra (CPT) fez o primeiro Relatório Violência no Campo, com um total de 2.203 conflitos, incluindo sete mortes de mulheres, 16,7% a mais do que em 2022 (CPT, 2024). Essas diferentes expressões da violência permeiam o cotidiano das mulheres de forma ainda mais intensa, por conta dos diversos processos de discriminação, preconceito, invisibilidade e isolamento que enfrentam no dia-a-dia.

Processos que geram menos oportunidades, menos autonomia econômica, política e social, dada a sua dificuldade de tecer redes de relações, além de resultar na sua invisibilidade como mulher e trabalhadora. As mulheres do campo, da floresta e das águas constroem e reconstróem estratégias e táticas para enfrentar e superar a desigualdade de gênero e as diferentes expressões da violência presentes no seu cotidiano de forma mais intensa, por conta dos diversos processos de discriminação, preconceito e isolamento que enfrentam no dia-a-dia e para construir um mundo com soberania popular, democracia, justiça, igualdade e sem violência.

Neste sentido, a violência contra as mulheres é uma preocupação central em suas vidas e bandeira de luta de todos os movimentos de mulheres – Movimento de Mulheres Camponesas (MMC), Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Nordeste (MMTR/NE), Movimento Interestadual de Quebradeiras de Coco Babaçu (MIQCB) -, além de ser tema dos Cadernos de Discussão da Marcha das Margaridas, eixos três e quatro: Vida livre de todas as formas de violência, sem racismo, sem sexismo e Autonomia e liberdade das mulheres sobre o seu corpo e a sua sexualidade, respectivamente. Refletir sobre a violência de gê-

3 As populações do campo, da floresta e das águas são caracterizadas por povos e comunidades que têm seus modos de vida, produção e reprodução social, relacionados predominantemente com a terra e a água. Neste contexto, estão os camponeses, sejam eles agricultores familiares, trabalhadores rurais assentados ou acampados, assalariados e temporários que residam ou não no campo. Estão ainda as comunidades tradicionais e as que habitam ou usam reservas extrativistas em áreas florestais ou aquáticas; comunidades de pescadores, aquicultores; populações atingidas por barragens, entre outras (Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa. Departamento de Apoio à Gestão Participativa, 2013, p. 10).

nero presente na vida das mulheres do campo, da floresta e das águas e as estratégias de enfrentamento construídas pelos movimentos de mulheres e movimentos sociais e sindicais mistos é a intencionalidade do presente trabalho.

Para tanto, construímos um caminho com quatro paradas para descanso e novas conversas: 1) Organizando o caminho a ser percorrido; 2) Violência contra as mulheres do campo, da floresta e das águas: o que os dados revelam; 3) Violência contra as mulheres do campo, da floresta e das águas: dizeres e fazeres dos movimentos e; 4) Avaliando caminho percorrido e sinalizando novos caminhos.

Dar conta do caminho e das paradas exigiu a feitura das pesquisas bibliográfica e documental. A primeira inspirada em Arboit *et al* (2018); Bueno; Lopes (2018); Contag (2019, 2023a, 2023b, 2023c, 2023d); Gois (2021); Gomes (2020); Guajac, Amaral e Andrade (2022); Mezadri *et al* (2020); Saffioti (2015); Táboas (2018), entre outras autoras/es. Na segunda tomamos como parâmetro publicações como o 18º Anuário Brasileiro de Segurança Pública (FBSP, 2024), Atlas da Violência 2024 (Cerqueira; Bueno, 2024) e Conflitos no Campo Brasil 2023 (CPT, 2024), além de reportagens publicadas na *internet*.

VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES DO CAMPO, DA FLORESTA E DAS ÁGUAS: O QUE OS DADOS REVELAM

As mulheres do campo, da floresta e das águas têm suas vidas atravessadas por situações de violências praticadas pelos homens, pelo Estado e pelo capital, nos espaços privado (casa) e público (trabalho, movimentos sindicais, movimentos sociais e organizações sociais e políticas), produto do sistema patriarcal e capitalista, bem como dos valores sociais, culturais e políticos conservadores, racistas, misóginos e lgbtfóbicos vigentes no Brasil, revelados após o golpe jurídico, político e midiático contra a presidenta Dilma, ascensão do desgoverno Bolsonaro e da extrema direita, cenário que contribui, de forma exponencial, para a naturalização da “[exploração do trabalho feminino, a violência doméstica e familiar, opressões e discriminações de gênero]” (Táboas, 2018, n.p). Importante ressaltar que essas violências são produzidas e reproduzidas pela mídia, educação, religião, normas, costumes, cultura, entre outros, que findam por naturalizar a preservação a submissão e dependência das mulheres (Lorenzoni; Rodrigues; Santos, 2020), com

a omissão do Estado quanto a medidas eficazes ou políticas públicas pontuais e acanhadas (Almeida apud Grossi e Coutinho, 2017).

As violências contra as mulheres do campo, da floresta e das águas vão além das tipificadas na Lei Maria da Penha⁴ (Lei nº 11.340/2006), tendo em vista as características e condições do trabalho no território rural, e são configuradas por: pouca ou nenhuma participação nas decisões da administração da unidade de produção; tripla jornada de trabalho, da roça até a cozinha, a mulher é a primeira que se levanta e a última que se deita; concepção do trabalho da mulher como uma atividade que não tem valor de troca, nem gera lucro e, na maioria das vezes, não é visto como uma atividade produtiva e sim uma “ajuda:

Historicamente, às mulheres tem sido delegado o espaço da reprodução social, enquanto o de produção têm pertencido aos homens. Se no espaço machista e patriarcal, a produção já é desvalorizada, o espaço da reprodução é duplamente desvalorizado. O trabalho que a mulher desenvolve na roça, ou seja, na produção agrícola, é visto como uma ‘ajuda’ e o que desenvolve no espaço da casa e do entorno, conhecido como reprodução, não é considerado trabalho (Chimini, 2016, p. 169).

A privação de liberdade por parte do marido e/ou companheiro; o não acesso e/ou pouco acesso a recursos financeiros, a representação política, a financiamentos públicos e a políticas sociais, a negação da terra, da mulher poder decidir o que vai cultivar, da água, dos documentos pessoais são também violências vivenciadas cotidianamente pelas mulheres do campo, da floresta e das águas (Arboit *et al*, 2018; Bueno e Lopes, 2018; Gaujac, Amaral e Andrade, 2022; Gehlen e Chermem, 2021; Stochero e Pinto, 2023; Táboas, 2018). As mulheres do campo, da floresta e das águas são submetidas a violências que passam pela exploração do seu trabalho e dominação social que envolve desde “cárcere privado à desconsideração do direito de posse de objetos e documentos, passando pela agressão física, abuso sexual, constrangimento e humilhações” (Pulga Daron, 2010 *apud* Táboas, 2018, p. 109).

De acordo com Lorenzoni, Rodrigues e Santos (2020, p.150), as mulheres também sofrem “a violência do agronegócio que é a expressão do capitalismo no campo e quem tem como consequência a exclusão, a exploração e a violência contra os camponeses e especialmente as camponesas, já que como o capitalismo, o agronegócio é patriarcal”.

4 Violência física, violência psicológica, violência sexual, violência patrimonial e violência doméstica (Brasil, 2006).

Segundo o Relatório Conflitos no Campo Brasil 2023 (CPT, 2024) a violência no campo tem crescido nos últimos 10 anos, incluindo a violência contra as mulheres. No período de 2014 a 2023, o ano de 2023 foi o que teve o maior número de conflitos no campo, 2.203, sendo 71,80% em função da luta pelo acesso, posse e propriedade da terra, 11,40% em função da privatização, mercantilização e contaminação da água, 10,40% relacionados com o trabalho e 6,30% em função de resistências; os anos 2020, 2022 e 2019 tiveram 2.130, 2.050 e 1.963 conflitos, respectivamente; o ano de 2015 teve o menor número de conflitos, 1.380.

Quanto à ocorrência de assassinatos, o ano de 2017 foi o mais letal com 72 pessoas assassinadas, seguindo dos anos 2016, 2015 e 2022 com 64, 50 e 47 assassinatos; em 2020, 21 pessoas foram assassinadas e em 2023 ocorreram 31 assassinatos no campo contra 14 indígenas (45,17%), 9 sem-terra (29,03%), 4 posseiros (12,90%), 3 quilombolas (9,68%), e 1 funcionário público (3,22%). As ocorrências com mais destaques nos últimos dez anos foram: invasão (359), pistolagem (264), destruição de pertences (101), destruição de casa (73), destruição de roçado (66) e expulsão com 37 ocorrências.

No que diz respeito aos conflitos corridos em 2023, estes envolveram 950.847 pessoas; as regiões Norte e Nordeste tiveram os maiores números de conflitos: 810 e 665, respectivamente, e a região Sul teve o menor número, 168; dos 9 estados da região Nordeste, Bahia e Maranhão tiveram as maiores ocorrências, 249 e 206, respectivamente e Sergipe apresentou o menor número, 6. Consideramos importante destacar que o estado da Bahia é campeão em número de conflitos (249) e o terceiro lugar no número de pessoas envolvidas (85.265), enquanto o Pará apresenta o maior número de pessoas envolvidas (196.728) e o segundo lugar em ocorrência de conflitos (227). “Dos 5.568 municípios brasileiros, a CPT registrou violência contra pessoa em conflito no campo em 492 deles nos últimos 10 anos. A região nordeste é a que mais apresenta ocorrências de conflito, com um total de 1.146” (CPT, 2024, p. 162).

Do universo de conflitos, 653 foram contra a pessoa: 31 assassinatos, 66 tentativas de assassinatos, 66 mortes em consequência de conflitos, 218 ameaçadas de morte, 10 pessoas torturadas, 90 presas e 172 agredidas. Os dados da CPT revelam que mulheres do campo, da floresta e das águas também são alvo dos conflitos no campo: os anos de 2016, 2022, 2017, 2023 e 2015 foram os mais perversos para as mulheres, tendo em vista apresentarem os maiores números de conflitos com mulheres e de quantitativo de mulheres envolvidas: 2016 – 80 conflitos

e 95 mulheres envolvidas, 2022 – 81 conflitos com envolvimento de 90 mulheres, 2017 – 79 conflitos e 86 mulheres envolvidas, 2023 – 75 conflitos envolvendo 82 mulheres e 2015 – 72 conflitos e 82 mulheres. O ano de 2020 foi o menos letal para as mulheres do campo, da floresta e das águas, considerando o espaço temporal de 2014 a 2024, com a ocorrência de 42 conflitos e 52 mulheres envolvidas.

A práxis cotidiana das r-existências, que dá forma e conteúdo às lutas quilombolas e das demais comunidades camponesas no Brasil, é feita pelas mulheres. Por essa razão, é importante salientar a participação feminina nos conflitos no campo brasileiro. São as mulheres que constroem, noite e dia, espaços coletivos onde depositam força, conhecimento, sabedoria e tecnologias diversas que rompem em momento oportuno, na forma de luta comunitária e coletiva. Sem essas mulheres, sequer poderíamos esperar um modo de vida que rompesse o lugar que foi reservado a nós, negras/os, indígenas e trabalhadores, em um projeto colonial e dependente de país (CPT, 2024, p. 163).

As violências que permeiam a vida das mulheres do campo, da floresta e das águas têm por raiz as relações sociais do campo que trazem por marca histórica a dominação econômica e patriarcal, marcas que são aprofundadas com a forte presença “do agro, hidro e minero-negócio, condição fundamental para o aumento do lucro das grandes empresas capitalistas e do capitalismo agrário, realidade que amplia os obstáculos para o enfrentamento e a superação da relação de dominação do masculino sobre o feminino” (Gois, 2021, p. 06-07).

No que tange à violência doméstica e as violências tipificadas na Lei Maria da Penha sofridas pelas mulheres do campo, da floresta e das águas elas existem, porém, são invisibilizadas e subnotificadas em função de: inexistência do indicador de localização de ocorrência da violência no que tange à área urbana e rural. O Atlas da Violência 2024 (IPEA) não apresenta dados sobre o mundo rural e o 18º Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2024 (FBSP) considera esse indicador tão somente quando da localização da ocorrência dos crimes de estupro, estupro de vulnerável, estupro+estupro de vulnerável com a ocorrência de 2,2% de estupro, 2,5% de estupro de vulnerável e 2,5% de estupro+estupro de vulnerável na área rural e de 0,9% de estupro, 1,2% estupro de vulnerável e 1,1% estupro+estupro de vulnerável em sítio e fazenda do universo de 83.988 vítimas de estupro e estupro de vulnerável (FBSP, 2024); anonimato; isolamento geográfico; distâncias entre vizinhos e familiares e dos centros urbanos onde estão localiza-

dos os equipamentos das políticas sociais (segurança, assistência jurídica, assistência social e saúde); inexistência ou existência precárias de equipamentos sociais, transporte, meios de comunicação (telefonia e internet) no meio rural; o medo de sofrer mais violências; vergonha de se exporem e, em muitas situações, a certeza da impunidade (Arboit *et al.*, 2018; Bueno e Lopes, 2018; Stochero e Pinto, 2023; Suave e Neves, 2020; Gehlen e Cherfem, 2021).

Mesmo com a invisibilidade e a subnotificação das violências de gênero contra as mulheres, elas existem e são percebidas pelos movimentos sociais e sindicais, mais especificamente pelos movimentos de mulheres que tem em suas bandeiras de luta o enfrentamento e a superação da violência contra as mulheres e o desenvolvimento de um trabalho com as mulheres com “foco na desnaturalização da violência e das atitudes consideradas “normais” e culturais e a socialização das formas de violência [...] com ênfase no combate e no fortalecimento do ato de denunciar” (Chimini, 2016, p. 170-171).

VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES DO CAMPO, DA FLORESTA E DAS ÁGUAS: DIZERES E FAZERES DOS MOVIMENTOS

O MMC, o MMTR-NE e a Marcha das Margaridas são espaços de resistência, luta e de discussão sobre as condições de opressão, submissão, dominação, discriminação e exploração, bem como de enfrentamento e denúncia às violências praticadas contra todos os povos do campo e, especialmente, contra as mulheres (Gois, 2021).

O MMC entende que a sociedade patriarcal, racista e capitalista impõe às mulheres a vivência de inúmeras violências que exigem enfrentamentos articulados, sem hierarquias e separações para a construção de um mundo melhor. Neste sentido, constroem-se diversas estratégias para a libertação das mulheres do campo, da floresta e das águas, materializadas por: luta por políticas públicas, democracia dentro e fora das organizações, articulação com movimento, elaboração de materiais, realização de encontros⁵ e de formações sobre a violência “para construir um projeto de agricultura agroecológica que tenha também o feminismo camponês popular como estratégia de transformação

5 Em 2013 foi realizado, em Brasília, o 1º Encontro Nacional do Movimento de Mulheres Camponesas, com o tema: “Na sociedade que a gente quer, basta de violência contra a mulher”, com participação de mais de 5 mil mulheres camponesas brasileiras e de mulheres de outros movimentos e países (MMC, 2024).

[...] formação para que todas as mulheres possam ser livres” (MMC, 2024, n.p); realização, desde 2008, da campanha permanente “Basta de violência contra as mulheres”, em conjunto com todas as organizações da Via Campesina; construção do Feminismo Camponês Popular concebido como:

Uma síntese do nosso modo de vida, baseado no projeto de agricultura camponesa e agroecológica e que busca construir as bases para uma sociedade sem classes, uma sociedade socialista e feminista, livre do racismo e que a busca por autonomia econômica e reconhecimento do nosso trabalho, nesse sistema, são partes primordiais na construção do nosso feminismo e de nossa libertação. Portanto, embora tenhamos firmeza de nosso horizonte socialista, também afirmamos fundamental a luta por direitos, reconhecimento de nosso trabalho e políticas públicas que possam melhorar as nossas vidas nos territórios via Estado [...] que ele deve contemplar a diversidade do campo, ou melhor, a das mulheres camponesas [...] Na construção do Feminismo Camponês Popular temos a convicção de que só avançamos em uma sociedade socialista se todas as mulheres forem livres, mas, além disso, temos a compreensão que existem assimetrias em como as mulheres vivenciam as explorações e violências nesta sociedade de classes (MMC, 2024, n.p).

O Movimento da Mulher Trabalhadora Rural do Nordeste tem 35 anos de existência, é formado por trabalhadoras rurais diversas - jovens, idosas, negras, bissexuais, lésbicas, indígenas, ciganas, assentadas, agricultoras, pescadoras, extrativistas, artesãs, quilombolas, marisqueiras, algeiras, quebradeiras de coco babaçu dos nove estados do Nordeste lutando contra o capitalismo, o racismo, o agronegócio e a LGBTTfobia.

Tem uma trajetória de enfrentamento e combate às mentalidades de submissão, a divisão sexual de trabalho que gera sobrecarga, limita a autonomia econômica, invisibiliza a importância das mulheres na economia, responsabiliza o trabalho doméstico e de cuidados, exclusivamente para as mulheres e desresponsabiliza os homens dessas tarefas; organização e mobilização das mulheres rurais do Nordeste para reconhecimento das trabalhadoras rurais; participação política das mulheres na sociedade e nos movimentos sociais; construção de uma agenda feminista rural que avance na defesa dos direitos das mulheres, incluindo o direito à documentação e à terra e a realização de uma escola de Educadoras Feministas: teologia social e ancestral com o desenvolvimento do Projeto Núcleos de Resistência: Meninas e Mulheres pensando a defesa de direitos a partir do Feminismo rural com o objetivo de fortale-

lecer os núcleos de resistências nos territórios rurais por meio da Escola de Educadoras Feministas a partir da perspectiva do feminismo Rural para a defesa dos direitos humanos que têm sido tão atacados no atual contexto brasileiro (MMTR-NE, 2015).

Defendemos a soberania dos povos, combatemos e denunciamos todo tipo de violência contra a mulher e a mercantilização dos nossos corpos, vidas e territórios. Repudiamos a estrutura patriarcal da sociedade. Defendemos os direitos das mulheres à saúde, o fortalecimento de práticas e saberes tradicionais de bem-estar e cura, o direito a decidir livremente sobre nossos corpos e por isso lutaram pelo direito ao aborto livre, legal e seguro. Lutamos pelo fortalecimento e ampliação da participação política, da resistência e da auto-organização das mulheres através do trabalho de base e a formação política. Continuaremos fortalecendo a nossa auto-organização e estratégias de ação política capazes de alimentar e renovar os nossos sonhos e utopias. Mulheres organizadas combatendo mentalidades de submissão, até que todas sejamos livres! (MMTR-NE, 2016, n.p).

A Marcha das Margaridas é um caminho coletivo de transformação social e uma das mais fortes expressões de resistência à violência, à opressão e ao racismo estrutural vivenciado pelas mulheres (CONTAG, 2023a) e tem a violência como eixo central em todas as sete edições. A primeira (2000), a segunda (2003) e a terceira edição tiveram por lema “2000, 2003 e 2007 Razões para Marchar Contra a Fome, a Pobreza e a Violência Sexista”; na quarta e quinta edições a violência está implícita uma vez que “2011 razões para marchar - por Desenvolvimento Sustentável, com Justiça, Autonomia, Igualdade e Liberdade” e “Margaridas seguem em marcha - Por Desenvolvimento Sustentável, com Democracia, Justiça, Autonomia, Igualdade e Liberdade”, lemas dessas marchas, exigem lutar por justiça, autonomia, igualdade e liberdade significa a permanência de relações sociais violentas no espaço privado e no público (Gois, 2021).

Em 2019 as mulheres do campo, da floresta e das águas realizaram a sexta marcha com o lema “Margaridas na luta por um Brasil com soberania popular, democracia, justiça, igualdade e livre de violência”, afirmando, de forma explícita, urgência de lutar, marchar e de reincluir a violência em seu lema. Na sétima marcha, realizada em 2023, as mulheres marcharam pela reconstrução do Brasil e do bem viver e foi estruturada em 13 eixos políticos, porém destacaremos os eixos 3 e 4 porque tem a violência por objeto de discussão. O eixo três “Vida livre

de todas as formas de violência, sem racismo e sexismo” discute sobre todas as formas de violência e a violência contra as mulheres que tem por raízes as relações capitalistas, patriarcais e racistas deixando nítido que:

A violência sexista é qualquer conduta, ação ou omissão que discrimine, agrida, maltrate ou obrigue as mulheres a fazerem algo (ou a deixarem de fazer) pelo simples fato de serem mulheres e esse é o jeito dos homens manterem e exercerem seu poder sobre as mulheres. É a forma de controlar o nosso corpo e o nosso comportamento (Contag, 2023b, p. 07).

“Autonomia e liberdade das mulheres sobre o seu corpo e a sua sexualidade” é objeto de discussão do eixo 4, fomenta as mulheres do campo, da floresta e das águas a refletirem porque mesmo estando no século XXI, no ano de 2023, as mulheres do campo, da floresta e das águas ainda não têm autonomia sobre:

[...] seus próprios corpos, nem liberdade para decidir sobre sua sexualidade. Parte bastante significativa dessas mulheres não têm opção de se vestir como deseja, nem de expressar o que realmente sentem sem medo de ser repreendida ou discriminada; não têm opção de escolher usar anticoncepcionais, de procurar atendimento médico; nem a liberdade de escolher se irão ou não ser mãe, ou de abortar; ou ainda de decidir se quer ou não manter relações sexuais com seu parceiro (Contag, 2023c, p. 02).

Na perspectiva de reconstruir o Brasil, o bem viver e enfrentar a violência, a Marcha das Margaridas apresentou ao Governo Federal em sua pauta política as seguintes estratégias: Eixo 3 - reinstaurar o Fórum Nacional Permanente de Enfrentamento à Violência Contra as Mulheres do Campo, da Floresta e das Águas; conceber e implementar a Política Pública Intersetorial de Enfrentamento à Violência Contra as Mulheres; Implantar um Plano de Integração de Políticas Públicas Sociais de Gênero, de Raça, Etnia e Orientação Sexual; realizar campanhas permanentes de enfrentamento à violência contra as mulheres; criar um Sistema Nacional de Informação e Monitoramento das notificações de violências; criar mecanismos de proteção a pessoas ameaçadas; possibilitar o acesso das mulheres do campo, da floresta e das águas ao Sistema de Justiça e de Segurança Pública, entre outras (Contag, 2023d).

Garantir recursos orçamentários à rede de atenção básica à saúde sexual e à saúde reprodutiva, tendo por princípio a abordagem integral

e a promoção dos direitos humanos, entre os quais se incluem os direitos sexuais e os direitos reprodutivos; bem como assegurar os meios para gestar, parir e criar seus filhos e filhas com dignidade e autonomia; criar programas voltados às jovens mulheres rurais em situação de exploração sexual é a principal estratégia para Autonomia e liberdade das mulheres sobre o seu corpo e a sua sexualidade, ou seja, do Eixo 4 (Contag, 2023d).

AVALIANDO CAMINHO PERCORRIDO E SINALIZANDO NOVOS CAMINHOS

Os dizeres e fazeres do MMC, MMTR-NE e da Marcha das Margaridas deixam nítidos que as mulheres do campo, da floresta e das águas constroem e reconstroem estratégias e táticas para superação da desigualdade de gênero e das diversas expressões de violência que cruzam suas vidas, além de contestarem os processos de discriminação, preconceito, isolamento e invisibilidade que enfrentam no dia-a-dia, a fim de construir um mundo com soberania popular, democracia e justiça, em que exerçam o direito de bem viver, livres do patriarcado, do racismo, do sexismo e da violência.

Ainda é cedo para pensarmos em resultados, ou melhor, mudanças mais concretas, de cunho estruturante, que consigam produzir mudanças nas relações urdidas entre homens e mulheres. Mas, de uma coisa temos certeza, não só porque os dados aqui apresentados comprovam, as mulheres têm construído novas pontes, articulações e estratégias na sua luta contra as tantas violências de gênero que as atingem seja sob o jugo da fome ou do temor diante de ameaças de perderem suas vidas ou seus filhos na luta por conquistarem um chão para chamarem de seus, o fato é que as mulheres do campo, da floresta e das águas, irmanadas, não retrocedem e lutam para adquirir autonomia e para que todas elas e as novas gerações do futuro possam viver uma vida sem violência.

REFERÊNCIAS

ALCÂNTARA, Thalys. No coração do agro, saiba qual é a cidade líder de estupro no Brasil. Disponível em: <https://www.metropoles.com/brasil/no-coracao-do-agro-saiba-qual-e-a-cidade-lider-de-estupros-no-brasil>. Acesso em: 9 out. 2024.

ALMIEDA, Daniella. Margaridas debatem impactos da violência contra mulheres rurais. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2023-08/margaridas-debatem-impactos-da-violencia-contra-mulheres-rurais>. Acesso em: 9 out. 2024.

ARBOIT, Jaqueline *et al.* Violência doméstica contra mulheres rurais: práticas de cuidado desenvolvidas por agentes comunitários de saúde. *Saúde e Sociedade*. v.27, n. 2, p. 506-517. São Paulo, 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br>. Acesso em: 15 out. 2024.

ASSOCIAÇÃO MULHERES PELA PAZ. Violência contra as mulheres no meio rural – diagnósticos, desafios e propostas (Brasília, DF). Disponível em: <https://mulherespaz.org.br/violencia-contra-as-mulheres-no-meio-rural-diagnosticos-desafios-e-propostas-brasilia-df/>. Acesso em: 9 out. 2024.

BRASIL. Lei nº 11.340/2006 - Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher. Brasília, DF: Presidência da República, 2006. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111340.htm. Acesso em: 16 out. 2024.

BRASIL. MINISTÉRIO DA SAÚDE. SECRETARIA DE GESTÃO ESTRATÉGICA E PARTICIPATIVA. DEPARTAMENTO DE APOIO À GESTÃO PARTICIPATIVA. Política Nacional de Saúde Integral das Populações do Campo e da Floresta. Brasília: Editora do Ministério da Saúde, 2013. Disponível em: https://bvsmis.saude.gov.br/bvs/publicacoes/politica_nacional_saude_populacoes_campo.pdf. Acesso em: 16 out. 2024.

BRASIL DE FATO. Assassinato de mulheres ainda é realidade em conflitos no campo 41 anos após morte de Margarida Alves; alta foi de 16% em 2023. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2024/08/12/assassinato-de-mulheres-ainda-e-realidade-em-conflitos-no-campo-41-anos-apos-morte-de-margarida-alves-alta-foi-de-16-em-2023>. Acesso em: 9 out. 2024.

BUENO, André Luis Machado; LOPES, Marta Julia Marques. Mulheres rurais: leituras de uma realidade que flerta com a ficção. *Ambiente & Sociedade*. v 2. p. 1-22. São Paulo, 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br>. Acesso em: 15 out. 2024.

CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO DOM TOMÁS BALDUÍNO. Conflitos no campo Brasil 2023. Goiânia: CPT Nacional, 2024. Disponível

em: <https://www.cptnacional.org.br/publicacoes-2/destaque/6746-conflitos-no-campo-brasil-2023>. Acesso em: 9 out. 2024.

CERQUEIRA, Daniel; BUENO, Samira. (orgs.). Atlas da violência 2024. Brasília: Ipea; FBSP, 2024. Disponível em: pea.gov.br/atlasviolencia/publicações. Acesso em: 9 out. 2024.

CHIMINI, Letícia. A opressão contra a mulher não é o mundo que a gente quer: enfrentamentos a partir do MPA do Rio Grande do Sul. *In*: TAVARES, Jozelita; COSTA, Josineide; FAGUNDES, Marli. (orgs). Diversidade produtiva das mulheres do MPA. São Paulo: Expressão Popular, 2016, p. 127-136.

CONTAG. Combate à violência contra as mulheres trabalhadoras rurais: abram os olhos para seus direitos. Brasília: CONTAG, 2008. Disponível em: www.contag.org.br. Acesso em: 10 out. 2019.

CONTAG. Marcha das Margaridas 2023: Margaridas em marcha pela reconstrução do Brasil e pelo bem viver. Brasília: CONTAG/Secretaria de Mulheres Trabalhadoras Rurais Agricultoras familiares, 2023a.

CONTAG. Cadernos de Discussão – Eixo 3 – Vida livre de todas as formas de violência, sem racismo e sem sexismo. CONTAG/Secretaria de Mulheres Trabalhadoras Rurais Agricultoras familiares, 2023b.

CONTAG. Cadernos de Discussão – Eixo 4 - Autonomia e liberdade das mulheres sobre seu corpo e sua sexualidade. CONTAG/Secretaria de Mulheres Trabalhadoras Rurais Agricultoras familiares, 2023c.

CONTAG. Pauta – Marcha das Margaridas 2023. CONTAG/Secretaria de Mulheres Trabalhadoras Rurais Agricultoras familiares, 2023d.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. 18º Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2024. São Paulo: FBSP, 2024. Disponível em: <https://publicacoes.forumseguranca.org.br/items/f62c-4196-561d-452d-a2a8-9d33d1163af0>. Acesso em: 9 out. 2024.

GEHLEN, Maria Eloá; CHERFEM, Carolina Orquia. Violência doméstica no campo: inexistente ou invisível? Revista Internacional Interdisciplinar INTERthesis, v. 18, p. 01-21, jan./dez.2021. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 2021. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/interthesis/article/view/75244>. Acesso em: 14 out. 2024.

GROSSI, Patrícia Krieger; COUTINHO, Ana Rita Costa. Violência

contra a mulher do campo: desafios às políticas públicas. *Serviço Social em Revista*, v. 20, n.1. p. 25-40, jul/dez. Londrina, PR: Universidade Estadual de Londrina, 2017. Disponível em: https://repositorio.pucrs.br/dspace/bitstream/10923/14864/2/Violencia_contra_a_mulher_do_campo_desafios_as_politicas_publicas.pdf. Acesso em: 16 out. 2024.

GUAJAC, Cristiano; AMARAL, Regiane Cristina do; ANDRADE, Rayle Monteiro. Mortalidade feminina por agressão no estado de Sergipe (2000 a 2018). *Veredas - revista interdisciplinar de humanidades*. v. 5. n.10. São Paulo: 2022. Disponível em: <https://periodicos.unisa.br/index.php/veredas/article/view/365>. Acesso em: 14 out. 2024.

LORENZONI, Carmem; RODRIGUES, Sandra Marli da Rocha; SANTOS, Sirley Ferreira dos. Enfrentamento à violência contra a mulher. In: MEZADRI, A. M. *et al.* Feminismo camponês popular: reflexões a partir de experiências de Movimento de Mulheres Camponesas. São Paulo: Outras Expressões, 2020.

MEZADRI, A. M. *et al.* Feminismo camponês popular: reflexões a partir de experiências de Movimento de Mulheres Camponesas. São Paulo: Outras Expressões, 2020.

MMC. Basta de violência contra a mulher. Disponível em: <https://mmcbrasil.org/campanha/>. Acesso em: 17 out. 2024.

MMTR-NE. Carta política dos 30 anos do Movimento da Mulher Trabalhadora Rural do Nordeste (MMTR-NE). Caruaru, 2016. Disponível em: www.mmtrne.org.br. Acesso em: 16 out. 2024.

MST. O papel da Lei Maria da Penha no enfrentamento às violências contra mulher no campo. Disponível em: <https://mst.org.br/2024/08/07/o-papel-da-lei-maria-da-penha-no-enfrentamento-as-violencias-contra-a-mulher-no-campo>. Acesso em: 9 out. 2024.

RUIZ, Marcos Aurélio. Por que a violência no campo é mais cruel com as mulheres. Disponível em: <https://www.ctb.org.br/2019/11/28/por-que-a-violencia-no-campo-e-mais-cruel-com-as-mulheres>. Acesso em: 9 out. 2024.

SAFFIOTI, Heleieth. Gênero, patriarcado, violência. São Paulo: Expressão Popular: Fundação Perseu Abramos, 2015.

STOCHERO, Luciane; PINTO, Liana Wernersbach. Violência contra mulheres que vivem em contextos rurais: uma revisão integrativa. *Saúde e Sociedade*. v. 32, n. 3, p. 1-18. São Paulo, 2023. Disponível em:

<https://www.scielo.br>. Acesso em: 14 out. 2024.

SALATI, Paula; SOUZA, Vivian. Violência doméstica no campo: isolamento, longas distâncias, vergonha ... o que impede mulheres de denunciar e receber atendimento. Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/agronegocios/noticia/2023/07/22/violencia-domestica-no-campo-isolamento-longas-distancias-vergonha-o-que-impede-mulheres-de-denunciar-e-receber-atendimento.ghtml>. Acesso em: 10 out. 2024.

TÁBOAS, Í. M. *É luta! Feminismo camponês popular e enfrentamento a violência*. Rio de Janeiro: Lumen Juris. 2018.

O DISCURSO SOBRE A VÍTIMA DE FEMINICÍDIO: uma análise da produção de sentidos do podcast Praia dos Ossos

Tacyane Grebos¹

Glória Rabay²

Ricardo Melo³

INTRODUÇÃO

Praia dos Ossos é um podcast original da Rádio Novelo. A série, lançada em 12 de setembro de 2020, é definida pela produção como “A história de uma mulher, da morte dela e de tudo que veio depois”. O podcast reconstitui o assassinato de Ângela Diniz, a Pantera de Minas, que foi morta no dia 30 de dezembro de 1976, em casa, pelo então namorado Raul Fernando do Amaral Street, conhecido, também, como Doca.

De acordo com Meneghel e Portella (2017), o feminicídio é o resultado extremo de um contínuo de violências contra a mulher. O crime de feminicídio é, de acordo com a Lei do Feminicídio, nº 13.104/2015, o crime “contra a mulher por razões da condição do sexo feminino”, em que tais razões se dão por “violência doméstica e familiar” e/ou “menosprezo ou discriminação à condição de mulher”.

A história das mulheres está permeada de violências de gênero, definida como aquela perpetrada contra um ser humano pela única razão de pertencer ao gênero feminino. Embora nem sempre tenha sido considerada ato criminoso, já que naturalizada e mesmo legitimada pelo Estado, como na Antiguidade Clássica, quando o “pater família”, um poder despótico exercido pelos homens, dispunha sobre a vida e morte de todos sob seu domínio, em particular as mulheres (Saffioti, 2004).

O termo “femicide” foi usado inicialmente pela pesquisadora e ativista dos direitos das mulheres Diana Russell, em meados da década de 1970, para ressaltar certos tipos de violência contra as mulheres e evidenciar que se trata de crime de gênero. No Brasil, esse crime só foi

1 Discente do Curso de Jornalismo da Universidade Federal de Paraíba.

2. Professora do Programa de Pós-Graduação em Jornalismo e do Programa de Pós-Graduação em Direitos Humanos, Cidadania e Políticas Públicas da Universidade Federal da Paraíba

3 Discente do Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal de Pernambuco.

tipificado em 2015, através da lei 13.104/15. A lei considera que um assassinato de uma mulher foi feminicídio “quando o crime envolve: I – Violência doméstica e familiar; II – menosprezo ou discriminação à condição de mulher” (Brasil, 2015).

A naturalização da violência contra as mulheres decorre de práticas legitimadas em várias instâncias e os meios de comunicação, incluindo o jornalismo também contribuem para a manutenção da violência por atos e omissões. Nesse sentido, em função da visibilidade, representação social e abrangência que seu discurso atinge, entre outros elementos de legitimação, o jornalismo se encontra entre os produtos culturais que causam efeitos significativos na conformação de um espaço de disputa pela produção da verdade, que se constitui por meio do discurso (Foucault, 2002) e pode ter um papel importante no enfrentamento da violência doméstica e do feminicídio.

A partir do contexto exposto, problematiza-se a prática jornalística em seu âmbito simbólico, na produção de sentidos sobre o feminicídio, o qual envolve também a produção de sentidos sobre a mulher e o feminicida. Questiona-se, assim, que efeitos de sentidos são produzidos no podcast Praia dos Ossos em relação ao feminicídio e a figura de Ângela Diniz. Interessa, aqui, compreender tanto o discurso que culpabiliza a vítima quanto àquele que a coloca como a não-vítima, ou vítima não-ideal, e como o discurso jornalístico se relaciona com tal sentido de culpabilização.

METODOLOGIA

Selecionamos, para análise, o podcast Praia dos Ossos como objeto, constituído por oito episódios, disponíveis no site da Rádio Novo-lo, e em seus canais no Spotify e Youtube.

Para a análise dos materiais, utilizou-se a Análise de Discurso (AD). AAD é um aporte teórico-metodológico que permite considerar a produção de sentidos nas práticas discursivas (Orlandi, 2020). Tal produção de sentidos coloca o olhar metodológico para as posições que os sujeitos do discurso ocupam numa determinada condição de produção discursiva e seus enunciados, levando em conta a ideologia e seu funcionamento ao “fornecer” as “evidências” ao sujeito (Pêcheux, 2009).

Para Pêcheux (1997) o discurso é efeito de sentidos. Tais efeitos decorrem das posições sociais dos sujeitos, como a posição que o “patrão” ocupa e a qual o “trabalhador” se insere. Trata-se dos feixes de relações das formações sociais estabelecidas historicamente, como as

classes sociais. São posições objetivas, ideologicamente reconhecidas no meio social. Surge aí a concepção de formações imaginárias.

As condições de produção, por sua vez, envolvem o sujeito e a situação, tanto a situação imediata quanto um contexto sócio-histórico maior (Orlandi, 2020). A base dos sentidos, argumenta Pêcheux (2009), são as formações ideológicas (FI). É nelas que funciona o reconhecimento das “evidências” do sentido pelas palavras, isto é, é pela ideologia. O discurso, por sua vez, materializa a ideologia. O que domina o discurso, afirma o autor, é a formação discursiva (FD), que pode ser definida como “aquilo que, numa formação ideológica dada, isto é, a partir de uma posição dada numa conjuntura dada, determinada pelo estado da luta de classes, determina o que pode e deve ser dito” (Pêcheux, 2009, p. 147). Dessa maneira, as várias formas em que a língua se materializa, como palavra, proposição etc. não possuem significados “inatos” ou “puros”, mas recebem seu sentido em referência à formação discursiva em questão.

A partir das orientações de Orlandi (2020), utilizamos as categorias de FI e FD para analisar o corpus aqui montado, utilizando como base interpretativa a teoria do jornalismo de acordo com Genro Filho (2012) e o ponto de vista crítico da teoria feminista em relação ao feminicídio.

Nosso procedimento metodológico consiste em aplicar a noção dialógica de Bakhtin para opor os enunciados como atos responsivos e interpretar que relações dialógicas eles estabelecem.

O material analisado será distribuído por Sequências Discursivas (SD), que são trechos de interesses analíticos recortados dos episódios.

ANÁLISES

Primeiro momento

O episódio “O julgamento” do podcast trata sobre o primeiro julgamento, ocorrido em 18 de outubro de 1979. O julgamento do caso “Doca Street”, durou 21 horas e foi o primeiro julgamento a ser televisionado – além de ter sido coberto por outros veículos de mídia. Ao final do julgamento, os jurados condenaram Doca à pena de reclusão de dois anos, com direito a suspensão condicional da pena. O criminoso foi praticamente absolvido pelo crime que cometeu. O segundo julgamento só ocorreu em 1981, sob outras circunstâncias e pressão do movimento Quem Ama Não Mata, composto por mulheres feministas,

o Tribunal de Justiça do Estado do Rio anulou o primeiro julgamento, mandando Raul Fernando Street a novo Júri, onde foi condenado a 15 anos de prisão.

Toma-se o fato do assassinato de Ângela Diniz por Doca Street como um acontecimento. Mais especificamente, o acontecimento mais extremo de um continuum de violências: o feminicídio (Meneghel; Portela, 2017). O conceito de acontecimento é polissêmico, isto é, se relaciona a diversos sentidos e, por isso, faz-se necessário especificá-lo. Segundo Quéré (2012), o acontecimento pode ser melhor compreendido da seguinte forma: em primeiro lugar, há o acontecimento existencial, o que de fato existe, dado bruto que é percebido na experiência; em segundo lugar, há o acontecimento enquanto objeto do discurso, isto é, o acontecimento existencial tomado por uma construção discursiva que atribui sentido ao dado bruto da realidade.

Ainda segundo Quéré (2012, p. 22), “os acontecimentos se estendem a outros acontecimentos”. Tratando-se do objeto analisado, é possível entender que o assassinato em questão não se encerra no próprio fato cristalizado espacial e temporalmente. O julgamento do culpado, cuja culpa não havia dúvidas, é um “vir a ser” que tem seu elo de dependência necessário no próprio assassinato, como uma consequência “óbvia”, dado ao sistema jurídico vigente. Todavia, o que se destaca ao visualizar os eventos dessa forma é que há, no acontecimento do julgamento, a extensão do acontecimento do assassinato e, conseqüentemente, seus sentidos.

Num primeiro aspecto, o episódio em questão pode ser dividido por duas perspectivas opostas apresentadas: a concordância com a condenação de Doca Street e a discordância de tal condenação, que vão se fazer valer de diferentes justificativas para tanto. É elucidativo que o episódio comece com uma gravação de uma “enquete” com pessoas que se apresentam como favorável ou não a essa questão. O segundo aspecto diz respeito ao modo de construção que o gênero do discurso em questão realiza, isto é, seu recorte ideológico. As noções da AD fazem com que a ilusão de que a mídia jornalística, aqui analisada, retrate o acontecimento “tal como ele foi” se desfça e, portanto, tem-se disposições discursivas que são relacionadas pelo discurso jornalístico.

Ao contrário, podemos conceber esse texto sonoro como uma forma específica de conhecer a realidade. E tal forma tende a se concentrar na figura de Evandro Lins e Silva, o advogado do réu. O discurso jornalístico produz sentidos, mobilizando o discurso de outros – como fontes, gravações e relatos históricos – para enfatizar tais sentidos. O

sentido principal é de que esse advogado não era qualquer advogado, mas sim um dotado de características profissionais de destaque:

SD-1: “E quando você for ver, o Evandro era o advogado perfeito para defender o Doca, não só pela reputação, mas porque ele tinha o poder de roubar os holofotes. Esse trabalho, aliás, começou bem antes do julgamento.”

O trabalho mencionado na SD-1 se trata do convencimento que Evandro buscou construir. O intuito era controlar a imagem de Raul Street para a imprensa e para a opinião pública. Segundo Bakhtin (2016), uma das características do enunciado é que ele tem autor e destinatário. Desse modo, enquanto sujeito, o advogado moldou seu discurso para públicos específicos, especialmente para o júri popular, o qual detinha o poder de condenação.

SD-2: “Não havia dúvidas quanto ao fato de que o Doca tinha assassinado Ângela Diniz, não se discutia a negativa de autoria, então tinha que ser pra outra tese” – Carlos Lins e Silva, filho de Evandro.

A alternativa era a tese do “crime passional”. Com ela, o advogado construiu uma narrativa na qual Doca era um “herói injustiçado”, levado ao limite pela própria Ângela Diniz, enquanto ela, vítima assassinada, era merecedora de seu fim. Assim, há, no seu discurso, uma inversão do que seria uma “vítima”. No próprio resumo do podcast, no site da Rádio Novelo, há o destaque para essa inversão entre o acontecimento do assassinato e o acontecimento do julgamento. Eis um dos enunciados do advogado que evidenciam tal produção de sentido:

SD-3: “Qualquer pessoa vê na ação de Raul Fernando Street o gesto de desespero e profundamente deplorável, de um homem apaixonado, dominado por uma ideia fixa que o levou a um gesto de violência, que não é comum na sua personalidade”

É interessante apontar para as relações entre enunciados na SD-3, que une dois qualificadores para o “gesto” em questão, o assassinato, que são “desespero” e “deplorável”. Simultaneamente, o sujeito torna o acontecimento algo negativo, afinal trata-se de um crime e, em sua posição de advogado, não seria aceitável uma avaliação contrária; contudo, torna também o autor do crime uma vítima movida por desespero, e não intenção maléfica, pois não seria nada mais do que

um homem apaixonado –emocional – levado a um estado que não seria típico de sua personalidade. Ou seja, se trataria apenas do calor do momento por conta de fatores externos – o fator principal sendo as ações de Ângela Diniz.

O julgamento, assim, foi um processo contínuo de culpabilização da vítima. A tática da defesa foi percorrer cada parte da vida e da ficha criminal de Ângela que fosse conveniente, ao passo que relacionava as origens familiares de Doca como uma prova concreta de sua “boa índole”. Buscava-se comprovar que o acontecimento “profundamente deplorável” se deu apenas por “descontrole”. Sobre a mulher assassinada, vasculhar a sua vida íntima, julgá-la uma mãe irresponsável e relacionada com drogas, dava a ela a culpa pelo próprio assassinato.

Segundo momento

1. Praia dos Ossos constitui uma prática discursiva que não apenas relembra o caso Ângela Diniz, mas trabalha com o diálogo temporal entre práticas discursivas no jornalismo. Distante temporalmente do fato, ele o reconstitui - isto é, reconstitui a singularidade do fato, segundo Genro Filho (2012) - a partir do diálogo com um “jornalismo do passado”. A consulta a jornais impressos, radiofônicos e televisivos é parte do método jornalístico de pesquisa empregado pelas autoras, o que produz uma nova cena discursiva: segundo Indursky (2005), a cena discursiva remete para um cenário que não é físico, mas imaginário, uma arena onde se confrontam os diferentes sujeitos por meio do discurso. A cena discursiva do podcast, portanto, se presentifica como uma arena, e nessa arena pode-se “ouvir” diferentes vozes em embate.

O confronto das vozes é um confronto discursivo, um confronto do sentido e pelo sentido em relação à figura de Ângela Diniz, mas sobretudo em relação à figura da mulher numa sociedade patriarcal, ao crescente movimento feminista brasileiro que se construía na época e ao feminicídio. Ângela Diniz, compreende-se, é um símbolo da luta contra o feminicídio, e tal luta teve seu ponto mais crítico durante o período do segundo julgamento de Doca Street.

É no espaço dos julgamentos que se mobilizam elementos argumentativos a fim de defender certos sentidos, sobre “quem é Ângela” e “por que Ângela foi assassinada”. Nota-se, “quem” e “por que” são constituintes da estrutura do lead jornalístico, que reúne as seis perguntas típicas do jornalismo - o quê, quem, como, quando, onde e por que - e é caracterizado por Genro Filho (2012, p. 205) como o

epicentro do singular: “O lead funciona como princípio organizador da singularidade”. Trata-se de uma estrutura discursiva que “sintetiza” o singular.

Destacamos, por outro lado, que tais elementos não se encerram. Ao tomar por base o jornal impresso, Genro Filho (2012) acerta em argumentar que a “localização” do lead não se resume ao primeiro parágrafo de uma notícia, podendo situar-se em outras partes do texto. Uma vez que a perspectiva em que este estudo se inscreve é a AD, é necessário estender a concepção do autor para além do eixo semiótico do texto.

Abrindo espaço para uma perspectiva dialógica do discurso, entende-se, junto com Bakhtin (2016), que o enunciado é um elo na corrente do discurso. O enunciado está sempre numa relação responsiva com outros enunciados que vieram antes e abre espaço para os enunciados que virão depois. Ao tratar do material jornalístico, estruturado ideologicamente pelo lead, somos levados a compreender que o discurso jornalístico não se resume ao “texto”, a uma unidade de aparecimento. Há, na verdade, um diálogo, uma “conversa” entre enunciados que ultrapassa a esfera do texto.

Ao selecionar o podcast Praia dos Ossos, faz-se necessário, assim, concebê-lo numa relação dialógica entre seus “textos”, ou episódios. Tratando da semântica discursiva empreendida por Pêcheux (2009), interessa deslocar o olhar para o interdiscurso e os processos de significação a partir desse diálogo, dessa relação fundamental que o discurso coloca em funcionamento.

Definido como um já-dito antes, em outro lugar, independentemente, o interdiscurso se relaciona com a história, mais propriamente a materialidade histórica da língua. Pela memória discursiva e sob a interpelação ideológica, o sujeito do discurso significa, recupera sentidos e os atualiza no acontecimento. Uma vez que o caso Ângela Diniz é histórico, ele é-já significado. Todavia, como próprio da linguagem, tal significação é incompleta (Orlandi, 2007). Ela é, na verdade, sempre incompleta. Assim, mobilizando os sentidos na história e deslocando-os nas condições de produção de um outro momento histórico, o discurso jornalístico opera num confronto de posições do sujeito sobre não apenas o caso, mas sobre o feminicídio, sobre a própria Ângela Diniz, e a própria sociedade e suas instituições.

2. No podcast nos é apresentado o conceito de “vítima não-ideal”. Mas antes, para contextualizar, é preciso explicar como este termo é aplicado. Entre o final dos anos 70 e o começo dos anos 80, dois assassinatos

cometidos por maridos contra suas esposas fez com que surgisse um movimento contra a violência patriarcal chamado “Quem Ama Não Mata”. O movimento juntou mais de 400 mulheres na escadaria da Igreja São José, em Belo Horizonte, protestando contra os dois crimes ocorridos. O “Quem Ama Não Mata” também foi o slogan utilizado em 1981 durante o segundo julgamento de Doca Street. Movimentos feministas e de mulheres rejeitaram o argumento de “crime passionnal” e “legítima defesa da honra”, e protestaram para que houvesse um novo julgamento.

Heloísa Ballesteros e Maria Regina Souza Rocha, ambas assassinadas por seus companheiros em Belo Horizonte, eram mulheres infelizes em seus casamentos e que apenas buscavam o desquite, termo utilizado para descrever a separação de um casal antes da instituição do divórcio. Heloisa era casada há alguns anos com Márcio Estácio e tinham dois filhos. O relacionamento já não era mais o mesmo, até que Márcio começou a desconfiar de Heloísa após ela passar alguns dias sozinha em São Paulo e voltar com corrimento. Ele associou isso a uma doença venérea, o que não era verdade. Porém, ele continuou desconfiado, até que em julho de 1980, Heloísa falou que queria se separar. Depois de tomar uma garrafa de Whisky, Márcio atirou cinco vezes em Heloísa, depois recarregou a arma e deu mais dois tiros, se certificando de que ela havia morrido.

O caso de Regina não é muito diferente. Ela era casada com Eduardo, seu primeiro namorado, com quem teve três filhos. Eduardo era extremamente ciumento e só permitia que Regina saísse sozinha de casa para levar as crianças à escola ou ir à ginástica. Após cinco anos dessa rotina, Regina estaria considerando se separar. Duas semanas após o assassinato de Heloísa, Regina foi morta por Eduardo.

Ao contrário destas duas mulheres, Ângela Diniz era vista como uma mulher que não se encaixava nos padrões esperados para seu gênero na sociedade do século XX. Dona de uma beleza notável, desejada, desquitada, independente e muito à frente de seu tempo, ela desafiava as normas sociais vigentes. Para a sociedade da época, uma mulher que não se conformava ao papel tradicional imposto a ela era considerada um ultraje. Tanto Heloisa, quanto Regina, eram consideradas mulheres que seguiam os papéis de gênero designados. Elas eram vítimas ideais, defensáveis.

3. Os protestos para que ocorresse um novo julgamento só vieram após a morte de duas mulheres consideradas, pela sociedade, como boas mulheres. A morte de uma delas, que ocorreu um ano após o julgamento do assassinato de Ângela Diniz, trouxe novamente à tona o

caso da Praia dos Ossos, mas como token, pois ambas eram parte da socialite mineira e foram mortas por seus companheiros na tentativa de se desvencilhar do relacionamento.

Mas enquanto uma era considerada “certinha”, a outra era considerada uma “mulher fatal”. A montagem da persona de Ângela Diniz gritava que ela merecia o que tinha lhe ocorrido. Tal Formação Discursiva pode ser remetida a uma formação ideológica patriarcal/machista. Ela provocou, ela pediu para que ele a matasse, já que não queria se submeter a ele, dentro de um papel de “marido e mulher” que o suposto relacionamento deles pedia. Enquanto as outras duas mulheres foram mortas porque queriam “apenas” se separar de seus companheiros.

Em uma parte do episódio sete, a jornalista e feminista Mirian Chrystus exemplifica o que seria uma “vítima não-ideal”:

SD 4 - “Acho que era mais difícil defender Ângela Diniz, porque no caso das outras duas mulheres, elas eram mulheres, donas de casa, bem sucedidas financeiramente, mas que não tinham absolutamente nada que fosse... (...) Eu para ser franca senti até alívio, no sentido assim, quando eu vi as duas mulheres que a gente teria que defender. Alívio no sentido jornalístico, do ato que estava preparando. Não teríamos que dar uma volta a mais, nós já tínhamos defendido Ângela Diniz, e nós defenderíamos sempre, mas é como se tivesse que dar uma volta a mais. Era mais difícil defendê-la publicamente, porque ela tinha um comportamento que não era considerado, principalmente em BH, a pantera, a socialite, a mulher que talvez tivesse um caso com outra mulher. Para nós isso não interessava em nada, mas estrategicamente isso era mais difícil para nós.” (Mirian Chrystus)

Alívio, é assim que o sujeito da sequência discursiva se refere ao fato de que não era necessário defender apenas Ângela. Diante deste cenário, Ângela por si só não validaria o movimento, mas serviria de token para impulsionar os protestos contra a violência patriarcal. Para protestar contra a violência patriarcal, era necessária uma estratégia melhor. Para que algo ou alguém funcione como símbolo, é necessário que seja visto como puro ou imaculado. Se esse objeto ou pessoa está associado a algo negativo, essa associação pode ser usada como argumento contrário em sua defesa. Por exemplo, quando um criminoso é morto, apesar de o ato de matar ser moralmente errado, torna-se difícil defender o direito à vida dessa pessoa devido à sua conotação negativa.

Para defender Ângela Diniz seria necessário dar uma volta maior nos argumentos. O simples fato de matar alguém ser algo errado por

si só não justificaria a defesa. E com isto nos é trazido uma formação discursiva mostrando os motivos que poderiam contra-argumentar com a defesa de Ângela “Era mais difícil defendê-la publicamente, porque ela tinha um comportamento que não era considerado, principalmente em BH, a pantera, a socialite, a mulher que talvez tivesse um caso com outra mulher”.

O caso Ângela Diniz foi utilizado diversas vezes como símbolo em diferentes contextos. Inicialmente, ela foi retratada como uma mulher libertina. Mais tarde, quando outra mulher mineira foi assassinada, a revista *Veja* retomou o caso de Ângela, ressaltando sua origem mineira e o fato de ter sido vítima de feminicídio. O assassinato de Ângela Diniz foi incorporado como mais um número na lista de crimes que motivavam protestos. No entanto, por ser um caso amplamente coberto pela mídia, acabou ganhando maior visibilidade e impulsionando ainda mais o movimento que estava em curso.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir das análises expostas, foi possível refletir sobre o lugar da vítima do feminicídio no discurso jornalístico e no discurso das fontes. A relação complexa entre as discursividades leva a reflexão para a transformação – ou transferência – do sentido que o termo “feminicídio” passa na confluência entre acontecimento e história. Entre um julgamento e outro, fala-se das mesmas pessoas, mas não se fala do mesmo modo. Sendo assim, “Ângela Diniz” e “feminicídio” são representações que sofrem transformações por meio da materialidade histórica. Não é apenas a história que se interpõe nos acontecimentos dos julgamentos e a manifestação do movimento feminista, mas é a história que se manifesta no próprio podcast e no discurso jornalístico sob a forma de “arranjos” discursivos e que fazem significar.

O diálogo marcado no podcast produz um efeito que mobiliza o histórico, o que seria o “feminicídio antes”, no acontecimento do primeiro julgamento de Doca Street, e o que seria o “feminicídio” durante o segundo julgamento. Todavia, tais sentidos estão sob a “dominação” do processo ideológico de uma releitura desses sentidos por meio do discurso jornalístico. Assim, é a própria relação estabelecida nos “arranjos” entre formações discursivas que o feminicídio é ressignificado, contraposto aos seus sentidos históricos. Tal significante, logo, expressa o que Pêcheux (2009) expõe ao afirmar que o sentido das palavras muda de acordo com uma inscrição em determinada formação discursiva.

Mesmo como vítima não-ideal, num momento em que era “difícil” defender alguém como Ângela por conta dessa fuga do “papel da mulher”, como analisou-se no próprio discurso feminista, “Ângela Diniz” passou a ser um símbolo na luta contra o feminicídio. E tal interpretação de sentidos se torna possível “via” mediação jornalística.

O arranjo produzido pelo discurso jornalístico revela, assim, não apenas um processo de deriva do sentido, de ressignificação entre a história e o acontecimento, mas também a pertinência do processo interpretativo no processo de produção discursiva do jornalismo na releitura dos fatos. A prática jornalística, que tem no fato e no discurso do outro sua matéria-prima, manifesta-se como essa realização que está sob a imposição dos fatos, mas não como coisas “em si”, e sim como coisas significadas em processo de significação.

Dito de outro modo, o que se pode considerar em relação à materialidade analisada e o próprio de suas discursividades, não é uma adesão/identificação com um discurso ou outro, mas sim a possibilidade, ou mesmo permissibilidade, de uma certa compreensão e não outra sobre o feminicídio. É possível, assim, falar de uma ética interpretativa da mediação jornalística, uma vez que é possível conceber um funcionamento discursivo diferente que reposiciona a vítima do feminicídio, deslocando-a do lugar de culpada para o de vítima.

REFERÊNCIAS

BAKHTIN, Mikhail. **Os gêneros do discurso**. São Paulo: Editora 34, 2016.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. 8. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2002.

GENRO FILHO, Adelmo. **O Segredo da Pirâmide**: para uma teoria marxista do jornalismo. Florianópolis: Insular, 2012.

INDURSKY, Freda. A ideologia em Bakhtin e em Pêcheux: um estudo em contraponto. In: ZANDWAIS, Ana (org.). **Mikhail Bakhtin**: Contribuições para A Filosofia da Linguagem e Estudos Discursivos. Porto Alegre: Editora Sagra Luzzato, 2005.

MENEGHEL, Stela Nazareth; PORTELLA, Ana Paula. Feminicídio: conceitos, tipos e cenários. **Ciência & Saúde Coletiva**, Volume: 22, Número: 9, Publicado: 2017.

ORLANDI, Eni P. **Análise de Discurso: princípios e procedimentos.** 13. ed. Campinas, SP: Ponte Editoras, 2020.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **As formas do silêncio: no movimento dos sentidos.** 6. ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2007.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **Discurso em Análise: Sujeito, Sentido e Ideologia.** 3. ed. Campinas, SP: Pontes Editores, 2017.

PRADO, Débora; SANEMATSU, Marisa. **Femicídio: #InvisibilizadaMata.** São Paulo: Instituto Patrícia Galvão, 2017.

PÊCHEUX, MICHEL. Análise Automática do Discurso (AAD-69). IN: GADET, Françoise; HAK, Tony. **Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux.** 3. ed. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1997. p. 61-161.

PÊCHEUX, Michel. **Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio.** 4. ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2009.

QUÉRÉ, Louis. A dupla vida do acontecimento: por um realismo pragmatista. IN: FRANÇA, V. R. V.; OLIVEIRA, L (orgs). **Acontecimento: reverberações.** Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2012.

SAFFIOTI, H. I. B. **Gênero, patriarcado e violência.** São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004.

TRAQUINA, Nelson. **A tribo jornalística: uma comunidade interpretativa transnacional.** Florianópolis, SC: Insular Livros, 2020. E-book.

GT05
GÊNERO, LITERATURA E
LINGUÍSTICA

Prof^ª. Dra. Margarete Edul Prado de Souza Lopes - UFAC

Prof^ª. Dra. Renata Pimentel - UFRPE

Prof^ª. Dra. Judith Chambliss Hoffnagel - UFPE

Prof^ª. Dra. Ana Clara Magalhães de Medeiros – UFAL

FIOS DE ARIADNES: A CONDUÇÃO FEMININA DO CAMINHO NO LABIRINTO CONCEITUAL DO CORDEL

Maria Gislene Carvalho Fonseca¹

INTRODUÇÃO

O mito de Ariadne conta a história da filha de Minos, o rei que aprisionou um ser metade humano, metade touro (Minotauro) em um labirinto. Teseu seria o corajoso lutador que, apaixonado por Ariadne, enfrentaria o monstro motivado pelo amor. Ciente dos riscos que seu amado corria, Ariadne oferece a ele um fio de linha que ele usaria para marcar o labirinto e encontrar o caminho de volta. Teseu, então, é salvo pela sagacidade de uma mulher que enfrenta as circunstâncias para encontrar uma estratégia de sobrevivência. É seu fio que o conduz à saída, à sua permanência em vida.

Nosso labirinto tratado neste trabalho é o cordel e seu universo simbólico, histórico, político. Nele, vive um Minotauro, um ser que o ameaça constantemente. Desde 1888, nos primeiros estudos folcloristas sobre o cordel, Silvio Romero já anunciava a morte dessa manifestação poética. Nessa época, apenas homens eram conhecidos por suas publicações. Mulheres que, eventualmente, quisessem trabalhar como cordelistas, precisavam usar pseudônimos, o que dificulta a identificação e catalogação das autoras. O cordel, constantemente ameaçado pela aura de sua extinção, teve sua história oficial contada por uma ótica masculinista, como tantas outras manifestações. Antologias silenciaram vozes femininas e foi preciso um grande movimento de resistência e de reivindicação para que elas pudessem ser ouvidas.

É nessa reivindicação que percebemos uma mudança nos modos de contar a história do cordel, de reconstrução das memórias. As histórias exclusivamente de homens autores não convencem mais. A narrativa de um cordel estático, de arestas muito bem definidas e fechadas, aprisionadas em uma forma ou um suporte se encontram com outra que mobiliza um novo caminho. Um trajeto que reconhece o pioneirismo de Maria Batista das Neves Pimentel. Que entra no labirinto

¹ Professora do Departamento de Comunicação Social da Universidade Federal do Maranhão.

historiográfico, mas seguem um fio que conduz não à morte, mas à permanência do cordel, vivo por suas possibilidades de adaptação e de transformação. As mulheres protagonizam esse movimento da memória quando se articulam por visibilidade, por um mercado editorial diverso, plural, amplo, viável e sustentável.

Esse artigo faz um apanhado bibliográfico sobre a proposta de outro paradigma para estudar o cordel, que parte de uma epistemologia feminista e que, portanto, se interessa por aquilo que as mulheres têm produzido neste universo poético, reconhecendo também sua movimentação política como o fio de tradição, o fio das ariadnes, responsáveis pela saída do labirinto que é a crise de existência do cordel.

QUESTÕES DE GÊNERO NA HISTORIOGRAFIA DO CORDEL

Diante de um universo de situações de apagamento das mulheres, de assédio e exploração sexual, a historiografia do cordel – também escrita por homens – reverbera o apagamento das poetisas e de sua importância. Não é incomum encontrarmos trabalhos que justificam a ausência de menção à produção das mulheres por serem elas inexistentes ou escassas – o que não é verdade. A professora e poeta cordelista Fanka Santos realizou, durante sua pesquisa de pós-doutorado na Universidade de Poitiers e supervisão da professora Ria Lemaire, um levantamento sobre mulheres autoras de cordéis. Ela catalogou mais de 300 mulheres cordelistas a partir dos títulos encontrados, além das que não tiveram um registro documental que pudesse ser acessado mais adiante, como é o caso das poetisas cantadoras e, ainda assim, 66 constam no trabalho. Essa constatação aponta para uma situação alarmante, ainda que não necessariamente estranha, o fato de que nós, mulheres, não constamos na historiografia porque os escritores (em sua maioria, homens) nos apagaram, produziram um esquecimento.

Concomitantemente as produções femininas nas poéticas populares alinham-se à história das mulheres do Brasil. O seu trajeto social testemunha o silenciamento e/ou o ensurdecimento “imposto” a todas as mulheres em determinado tempo histórico independente de classe social, econômica e étnica. (Mello, 2020, p. 7)

Ria Lemaire (2018) propõe repensarmos a história das culturas e literaturas nacionais no ocidente em diversos de seus trabalhos, principalmente considerando momentos em que a poesia feminina tem

sua autoria usurpada por homens – o caso do Cancioneiro das Donas que, na poesia medieval galego-portuguesa, convencionou-se chamar de “cantiga de amigo” como produções masculinas postas nas vozes de personagens femininas.

E é nessa perspectiva que mulheres têm realizado investigações diversas que reconhecem a fundamental participação de mulheres na formação prática do cordel brasileiro, que questionam a definição do cordel como uma (para/sub) literatura conservadora, machista e produzida essencialmente por homens – ignorando as práticas de resistência cultural, econômica e de gênero que esses textos representam (históricas e contemporâneas).

Esse meio século de estudos de mulher abalou radicalmente o mundinho das Letras, a sua superioridade elitista e sobranceira tão inquestionavelmente sustentada por um paradigma “científico”, composto de verdades universais e eternas que enchiam as salas de aula desde a fundação dos departamentos de línguas e literaturas nacionais em finais do século XIX. (Lemaire, 2018, p. 2)

Neste caminho, Santos (2021) nos oferece uma outra proposta para olhar para o cordel, outro paradigma centrado na produção das mulheres poetisas. Ela publica uma obra fundamental, outra historiografia do cordel, que é militante e reivindica a importância e o reconhecimento do papel das mulheres na existência, na continuidade e nas transformações que permitem compreendermos o cordel como um fenômeno de tradições.

Além de cantadoras-repentistas famosas do passado, como Francisca Barroso, Maria do Riachão, Vovó Pangula, e outras, houve mulheres cordelistas que conseguiram publicar folhetos desde o início do século XX, como Maria das Neves Pimentel na década de 1930 e Maria Athayde na década de 1940, ambas filhas dos maiores editores de folhetos, respectivamente de Francisco das Chagas Batista e João Martins de Athayde. Ao longo das décadas cita-se Josefa Maria dos Anjos que publicou nos anos cinquenta, Zaira Dantas nos anos sessenta, Maria José de Oliveira nos anos setenta, Josenira Fraga nos anos oitenta, Bastinha e todas aquelas que compõem este *Livro Delas*. Estas mulheres autoras participaram da produção cultural da cantoria e do cordel, transitando por meio da voz no âmago da primazia masculina. (Santos, 2020, p. 16)

A identificação das autoras e de seus títulos orais e escritos demandaram uma ampla e profunda investigação que precisava romper

com os cânones literários, com os métodos constituídos e com referências historiográficas que insistiam – e ainda insistem – em apagar os trabalhos das mulheres. Foram cerca de vinte anos de pesquisa, de rompimento e de não aceitação quanto à negação da presença de mulheres produzindo o que chamo aqui de cordel – que inclui suas práticas escrita, imagética, simbólica, cultural e identitária.

A referência bibliográfica vigente até então, mesmo aquela também produzida por mulheres, esbarrava em uma grande dificuldade de identificação de títulos femininos e, assim, reverberava a ideia hegemônica de que a dificuldade se devia a uma pequena produção feita por mulheres. Isso justifica, ainda, nossa ancoragem tão firmada com a pesquisa de Fanka para este fim de uma nova historiografia da poesia de cordel no Brasil.

Este novo paradigma científico que desconstrói e subverte o paradigma vigente e me obrigou a fundar e legitimar cientificamente novas atitudes, práticas, métodos de pesquisa, teorias e pressupostos capazes de fornecer as bases sólidas para a existência daquelas que não existiam ainda nos estudos de Letras, reunidas neste Livro Delas. (Santos, 2020, p. 42)

Em um universo de saberes que seguem sendo controlados por uma lógica masculinista, é comum encontrarmos “homens aliados” se dizendo dispostos a “aceitar” mulheres no universo do cordel. Eles dizem que acreditam nas “contribuições” para o feminismo no cordel, que consiste em “admirar” a “beleza” da poesia de algumas poucas mulheres escolhidas, enquanto que outras – principalmente com temáticas mais incisivas e questionadoras, como é o caso de Jarid Arraes e de Salete Maria – são deixadas à margem do sistema editorial canônico e do *mainstream* do cordel e de seus eventos.

Em entrevistas, as duas poetisas, ao falarem sobre o machismo no cordel, ambas se mostram desconfortáveis com os movimentos de curadoria e de produção de visibilidade que são realizados por homens e que as deixam de fora. Jarid Arraes conta que:

Não posso chamar de boicote, mas já fui diretamente prejudicada por um cordelista conhecido, que geralmente faz curadorias, eventos, consultorias. Uma editora entregou meus cordéis para que ele lesse e avaliasse e, embora tenha dito que eu escrevo melhor que meu avô (o que eu já achei algo péssimo de se dizer), ele aconselhou a editora a não publicar, porque não tinha nada a ver com cordel, não tinha saída. Esses cordéis que ele “rejeitou” são os cordéis

biográficos Heroínas Negras Brasileiras, que poucos meses depois desse acontecido foram publicados por outra editora em formato de livro, como era a proposta, e o livro se tornou um bestseller, entrou em listas de revistas literárias como um dos melhores do ano (2017). [...] No entanto, nunca fui convidada para um evento de cordel com curadoria desses homens que fazem sempre as curadorias. Nunca fui citada ou reconhecida. É como se eu não existisse. (Entrevista, 2019)

Já Salete conta que enfrenta esse tipo de situação desde que começou a produzir, em 1994. Ao fato de ser mulher, acrescenta-se uma rejeição por ela ser advogada e professora universitária, conforme explicita:

Já sofri muitas críticas. Tanto por escrever sobre as temáticas que escrevo como por ter iniciado em algumas capas... também por ser acadêmica, advogada etc. E críticas de intelectuais que querem encapsular o cordel numa caixinha e exigir que seus fazedores se mantenham no mesmo lugar. É uma visão romântica, mas também elitista, pois há uma espécie de fetiche com quem produz e quem aprecia cordel. Poetas tradicionais, como Abraão Batista, por exemplo, já no ano 2000, quando da criação dos poetas malditos, nos acusavam de não fazer cordel, de trair a tradição. Sofri discriminação dentro do lindo do cordel e dentro do mundo acadêmico. E o pior é que até hoje as bienais não convidam cordelistas para falar enquanto escritoras e nem como poetisas. (Entrevista, 2019).

As duas têm propostas muito parecidas, ainda que atuando editorialmente de forma muito distinta. Ambas são feministas e questionam o machismo do cordel tanto em suas falas quanto em suas produções. Há um movimento implícito² de tentativa de invisibilidade das produções das duas, porque elas são questionadoras em seus temas e em seus posicionamentos diante de uma hierarquização que se tenta construir no cordel. Seus trabalhos são uma amostra de como o cordel se reinventa, ainda que haja grupos que tentam aprisioná-lo.

Há opressão e silenciamento, mas há também resistência. Há movimentos que se articulam e se organizam para contar outras histórias, em que as vozes das mulheres poetas sejam ouvidas. Essas são as outras experiências, na maior parte das vezes engajadas em posições feministas, e que possibilitam, com a vivência de outras experiências, a construção de outro percurso, aquele que segue o fio de Ariadne.

2 Não podemos dizer que o movimento é declarado para fins acadêmicos, porque não recebemos essa declaração de nenhum entrevistado.

PROPOSTA DE PERCURSO: OUTRAS EXPERIÊNCIAS

Quando caminhamos pelos percursos contemporâneos do cordel, encontramos diversos movimentos femininos e feministas empenhados em construir ações em torno desta poesia. Se em um primeiro momento, o argumento de que era preciso moldar e definir o cordel, para que ele fosse reproduzido e tivesse continuidade com o passar de gerações, atualmente a ideia é seguir as transformações de mídias³, dispositivos⁴ e suportes⁵, para, assim garantir a permanência do cordel – enquanto ele fizer sentido como tal.

É este o contexto que vem sendo criado pelas mulheres autoras: elas falam sobre outros temas, publicam em outros formatos, questionam as histórias (não) contadas, organizam-se em grupos, estudam na academia e na experiência cotidiana. As mulheres apontam silenciamentos, indicam quando estão ausentes dos espaços e mudam a história de que elas seriam “poucas autoras”.

Podemos evidenciar isso, por exemplo, com o Movimento Cordel sem Machismo, que reverberou em 2020, ano em que começou a pandemia da Covid-19 no Brasil e que as atividades culturais e políticas se concentraram no ambiente virtual. O movimento convocou mulheres poetas a se manifestarem com cartazes indicando “#somosmuitas”. A *hashtag* escrita de forma analógica era fotografada e circulava pelo Instagram, de modo a desmentir a fala de que as mulheres seriam minoria nos eventos e publicações por serem poucas – resposta frequentemente repetida quando se perguntava cadê as mulheres.

Deparamo-nos com a importante atividade da pesquisa que é a de questionar, de não nos conformarmos com estabilidades e respostas prontas. Histórias definidas e apaziguadas tendem a esconder as disputas que as constituem – como, por exemplo, quando tomamos os acervos e documentos como instrumentos de investigação que apresentam dados inquestionáveis, quando a própria organização desses acervos e arquivos dizem de recortes, de escolhas institucionalizadas, de uma perspectiva possível. Aquilo que não é registrado, escrito, guardado também comporta elementos de disputas historiográficas – ainda que isso não seja facilmente acessível às pesquisas.

3 Conceito associado a produção e circulação de conteúdos para amplo consumo por parte da sociedade. Possui forte vinculação institucional e um caráter mobilizador de processos comunicacionais.

4 Em uma perspectiva foucaultiana, o dispositivo é uma ambiência política, atravessada por linhas de força que conformam diversos processos, dentre eles, os comunicacionais.

5 São os chamados “veículos” materiais por onde os conteúdos circulam.

Como uma investigação que visa contribuir para uma reescrita da história do cordel – tradicionalmente narrada por homens dos estudos literários ou que almejem ser reconhecidos por eles, partimos de um posicionamento epistemológico feminista e decolonial. Segundo Curiel (2020, p. 121), as metodologias decoloniais nos “oferecem um pensamento crítico para entendermos a especificidade histórica e política de nossas sociedades, (...) questionam narrativas da historiografia oficial e mostram como se configuram hierarquias sociais.”. A autora explica que para pensar a partir de pressupostos decoloniais, é necessário observar movimentos que questionam o que Aníbal Quijano considera como colonialidades do saber, do ser e do poder.

Entretanto, Curiel (2020) aponta que em uma perspectiva feminista decolonial, a partir de Lugones (2019), as colonialidades não são definidas apenas por operadores raciais, mas também por dimensões de gênero e de sexualidade. A configuração de gênero e o binarismo que a acompanha seria também uma categoria moderna e colonial.

Em nossa compreensão, as transformações do cordel conduzidas pela perspectiva de gênero são possíveis a partir de suas materialidades. Isso é fundamental para considerarmos suas diferentes formas, que não ficam restritas ao folheto e nos permite reescrever sua história, registrando formas e realizações no tempo presente. Rompemos, assim, com uma ideia universalizante e inferiorizada da produção do cordel que, de uma forma romantizada, costuma responder a um ideal engessado e estático, representação comum de entendimentos folcloristas. E as ações das mulheres poetas são fundamentais para essa compreensão.

Nestes termos, temos como premissa uma ampliação do sentido do cordel que extrapola suas materialidades física, formal e estrutural. Falar de cordel não o restringe ao folheto, à métrica ou aos conteúdos, ainda que todos esses elementos sejam fundamentais para sua identificação. Mas como recursos identitários, um universo que convoca memórias e tradições, passa necessariamente pelos encontros comunicacionais situados das relações entre agentes que fazem o imaginário em torno do cordel. Não apenas produtores, autores, poetas. Mas também todas as pessoas que, em algum momento, fazem referência ao cordel em obras de arte, em propagandas, em objetos de consumo, em produtos midiáticos em geral.

O cordel é vivenciado no corpo, em performance. Seja na declamação, seja na reivindicação pelo reconhecimento dos trabalhos das mulheres, que tiveram suas vozes silenciadas, mas que não se con-

formaram com essa imposição. Em vez disso, lutaram e lutam pela visibilidade de seus trabalhos. Tratamos como o universo do cordel não apenas as poesias que essas mulheres produzem e que circulam em folhetos ou nas redes sociais. (Carvalho, 2024, p. 177)

Mais do que refletir se é “errado” chamar de cordel algo que não está em verso impresso em folheto, interessa um diálogo bakhtiniano em torno daquilo que ideologicamente é atribuído como sentido. Tal diálogo está baseado em uma produção ideológica que articula os elementos simbólicos àquilo que é vivenciado na prática, em uma realidade sobre a qual se busca transformações.

E toda imagem artístico-simbólica ocasionada por um objeto físico particular já é um produto ideológico. Converte-se, assim, em signo o objeto físico, o qual, sem deixar de fazer parte da realidade material, passa a refletir e a refratar, numa certa medida, uma outra realidade. (Bakhtin, 2011, p. 31)

A partir desta leitura, não discutimos aqui sobre as qualidades do cordel como signo em uma dimensão semiótica, mas é fundamental pontuarmos que reconhecemos seus aspectos ideológicos que o caracterizam como elemento simbólico e, portanto, socialmente carregado de tensões, disputas e possibilidades de enunciação. Tomado desta forma, o cordel como signo – ideológico, com valor semiótico, apresenta-se como fragmento de uma realidade, conforme teoriza Bakhtin (2011). As experiências do cordel na vida cotidiana, apontada por Bakhtin (2011, p. 37), é extraordinariamente rica e importante e ligada às diversas ideologias especializadas e formalizadas.

Percebemos uma forte articulação política e ideológica nos trabalhos das mulheres poetisas de cordel. Sendo historicamente discriminadas, afastadas da centralidade de reconhecimento de seu ofício por uma lógica excludente ditada por homens – alguns poetisas, outros estudiosos da área – o que se vivencia no cordel contemporâneo é a manifestação de mulheres que não aceitam mais ser silenciadas. O cordel de mulheres no Brasil é efervescente em temas, abordagens, formas e modos de circulação. As poetisas se organizam em experiências editoriais diversas, criando seus próprios espaços e reivindicando seu reconhecimento onde o cordel já é aceito, como eventos culturais e mercadológicos.

Se a experiência que carrega os elementos opressores e violentos de machismo, racismo, homofobia, classismo etc, o cordel é um elemento social que não se aparta de sua realidade, obviamente que em seus

círculos haverá também manifestações desse tipo de situação. Como em toda violência simbólica, muitas vezes desprezam-se os argumentos em busca da manutenção dos espaços de dominação. Como estratégia, segundo Bakhtin (2011, p. 48), “a classe dominante tende a conferir ao signo ideológico um caráter intangível e acima das diferenças de classe, a fim de abafar ou de ocultar a luta dos índices sociais de valor que aí se trava, a fim de tornar o signo monovalente”. Mas, é pela possibilidade de movência e de transformação que a linguagem carrega, da instabilidade dos sentidos, que se articulam a partir de convocações ideológicas que os impactos sociais são feitos, inclusive pela poesia. Ocorre que, a partir do #cordelsemmachismo, as disputas parecem emergir com mais intensidade, uma vez que as violências foram amplamente expostas e não há mais espaço para os silenciamentos.

Quando olhamos para o movimento com um certo afastamento temporal, quatro anos depois⁶, podemos considerar houve mudanças visíveis no que se refere à forma como as mulheres poetas se articulam. Essas mulheres percebem que não estão sozinhas, mas que atuam em coletivo. Isso gera uma das formas de construção do que Collins (2019) chama de espaço de segurança. Com essa segurança, mais mulheres se veem diante da possibilidade de trabalharem com o cordel.

É o caso da experiência das mulheres cordelistas do Maranhão. Tendo a poeta Raimunda Frazão como a pioneira⁷, sua experiência compartilhada com outras mulheres como Goreth Pereira e Tereza Cristina tem rendido a construção de uma rede de circulação de conhecimentos a partir de trocas, cursos e das publicações.

As mulheres se articulam e fazem como Goreth Pereira: ao aprenderem com uma outra mulher, no caso de Goreth, com Raimunda Frazão, transmitem para outras mulheres aquilo que aprenderam como modos de ampliar suas vozes sobre os mais diversos temas: cultura, cotidiano, reivindicações etc. (Carvalho, 2024, p. 176)

No contexto dessa experiência, realizamos em julho de 2023 um curso de formação de mulheres cordelistas, no formato de oficina, tendo a parte teórica ministrada por mim e a prática trabalhada pela poeta Goreth Pereira – que faz referência ao seu aprendizado por meio do incentivo de Raimunda Frazão. Goreth, ao compartilhar seu conheci-

6 No momento da escrita deste artigo, em outubro de 2024, passaram-se quatro anos do estopim do movimento.

7 Poeta viva do cordel contemporâneo, que se autodeclara a primeira cordelista mulher do estado.

mento, contribui para formar mais mulheres poetisas que se apoiam e se fortalecem enfrentando os possíveis constrangimentos gerados por suas inserções sozinhas nos ambientes inseguros. Da oficina, pelo menos mais três mulheres se mobilizaram na continuidade da produção do cordel e em articulação com as facilitadoras da atividade.

O que observamos nesse cenário é que as mulheres assumem uma dimensão ideológica do cordel e uma posição de protagonismo e conduzindo enfrentamentos para a construção de novas memórias que asseguram suas presenças em um movimento de tradição – no sentido de compartilhamento, de troca e de continuidade de sentidos. A permanência dos sentidos do cordel, que se renovam, ressignificam e se moldam às novas possibilidades, às oportunidades midiáticas, às outras configurações narrativas e políticas têm sido sedimentadas pelas ações das mulheres quando elas se inquietam e reivindicam o reconhecimento de si. A crise do cordel é um labirinto e são as ariadnes que deixam o fio narrativo que vem garantindo sua vida.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A colonização da memória, segundo Lugones (2019, p. 361), tem sido responsável por uma série de apagamentos percebidos na “imposição de um sistema moderno e colonizador de gênero, a prática de desumanização constitutiva da colonialidade do ser”. No caso do cordel, uma imensa narrativa histórica foi contada desde os primeiros historiadores dessa manifestação, desprezando completamente a contribuição das mulheres. Deste modo, o que havia era uma ideia de que as mulheres cordelistas não existiam.

O movimento #SomosMuitas do #CordelseMachismo em 2020 apresentou ao Brasil mais de cem mulheres poetisas vivas, ativas em suas produções, deixando de apresentar outras tantas que seguiam sendo silenciadas por diversos motivos. Mas, que existem. E, mesmo não aparecendo publicamente, resistem em conversas provadas, em encontros de mulheres e acabam por reelaborar formas e estratégias de colocar seus versos em circulação.

Quando pensamos na tradição como compartilhamento e observamos certos movimentos que tentam aprisionar o cordel em definições e conceitos fechados, em formas pré-estabelecidas, percebemos que a permanência e a vivacidade dessa manifestação estão situadas em quem se permite romper as normas e trabalhar com as diferentes possibilidades que os meios possibilitam. A continuidade está na troca, e a troca pressupõe diálogo.

Tantas são as possibilidades de olharmos para esse fenômeno buscando suas definições. Mas, seguimos observando a experiência, a vivência do cordel como universo simbólico. E, como tal, múltiplo, transitório, revolucionário, mesmo quando pautado em uma lógica conservadora porque o cordel é marginal e, mesmo a margem, precisa subverter ordens. Eis o que as mulheres têm feito.

E o fazem compartilhando, ensinando técnicas, estratégias narrativas, produzindo novas memórias, contando umas às outras que elas sempre estiveram ali, e que continuarão proporcionando a segurança de um lugar de troca garantindo a continuidade, segurando o fio narrativo que permite encontrar o caminho de volta do labirinto. E, assim, seguem as mulheres salvando o cordel.

REFERÊNCIAS

ARRAES, Jarid. Entrevista. 2019.

BAKHTIN, Mikhail. **Marxismo e Filosofia da Linguagem**. São Paulo: Hucitec, 2011.

CARVALHO, Maria Gislene. Mulheres cordelistas no Maranhão: do trabalho de pesquisa à experiência prática da criação poética. In: LIMA, Bárbara et al. **Comunicação, jornalismo e colonialidades do ser, do saber e do poder**. Cachoeirinha: Fi, 2024.

CURIEL, Ochy. Construindo metodologias feministas a partir do feminismo decolonial. In.: Hollanda, Heloísa Buarque de (Org). **Pensamento feminista hoje: perspectivas decoloniais**. Rio de Janeiro: Bazar do tempo, 2020.

COLLINS, Patricia Hill. **Pensamento feminista negro: conhecimento, consciência e a política do empoderamento**. São Paulo: Boitempo, 2019.

FONSECA, Maria Gislene Carvalho. Raimunda Frazão e o cordel de mulher no Maranhão: percursos iniciais. In: **Memórias Congresso ALAIC 2022**. Buenos Aires: Alaic, 2022. Disponível em: <https://alaic2022.ar/memorias/index.php/2022/article/view/798>. Acesso em 26 out. 2023.

FONSECA, Maria Gislene Carvalho. Tradição espiralar do cordel: tempo e oralituras tecidas em sua performance poética. In: **Asas da Palavra** v. 20, n. 1. Jan 2023 Disponível em: <https://revistas.unama.br/in->

dex.php/asasdapalavra/article/view/2951/pdf. Acesso em: 2 mar. 2024.

LEMAIRE, Ria. Patrimônio e matrimônio: proposta para uma nova historiografia da cultura ocidental. **Educar em Revista**, 2018.

LUGONES, Maria. Rumo a um feminismo decolonial. In.: BUARQUE DE HOLLANDA, Heloisa. **Pensamento feminista: conceitos fundamentais**. Rio de Janeiro, Bazar do Tempo, 2019.

MARIA. Salete. Entrevista, 2019.

MELLO, Beliza Áurea. Nova História do Cordel: a hora e a vez das vozes femininas nos folhetos. IN.: SANTOS, Francisca. **O Livro Delas**. Fortaleza: Expressão Gráfica, 2020.

SANTOS, Francisca. **O Livro Delas**. Fortaleza: Expressão Gráfica, 2020.

A CRÍTICA FEMINISTA E A LITERATURA BRASILEIRA NO SÉCULO XXI

Renato Kerly Marques Silva¹

INTRODUÇÃO

A partir da década de 1980, muitas pesquisadoras se dedicaram a um trabalho de revisão do cânone literário brasileiro, centrado no processo de resgate de escritoras cujas obras haviam sido esquecidas por críticos literários que trabalharam na eleição/identificação de quais textos deveriam ser reconhecidos com expressivos da literatura brasileira. Elas foram influenciadas pela Segunda Onda Feminista, movimento teórico que buscava identificar os processos de produção histórica e social da opressão das mulheres, além de reforçar a luta dos movimentos feministas em curso desde o século XIX.

Um exemplo desse apagamento é o caso de Júlia Lopes de Almeida. Embora sua relevância tenha sido reconhecida pelo crítico José Veríssimo (Schmidt, 2010) e a escritora também contasse com um público que consumia suas diversas publicações. Ao analisar a *História da Literatura Brasileira*, produzida por Veríssimo, em 1916, percebe-se a ausência de referências à escritora. Ao ler trabalhos como esse, tem-se a impressão de que as mulheres poderiam ser publicadas, lidas e até reconhecidas momentaneamente, porém sua presença em espaços como as historiografias não era desejada. Esse projeto de esquecimento das escritoras é analisado da seguinte forma por Rita Schimdt:

as reflexões sobre a história da literatura passam, necessariamente, pela compreensão do que chamamos de instituição literária e de seu funcionamento como instância reguladora, não só da definição do literário, mas dos procedimentos de seleção e ordenamento de seus objetos na escrita da história. Portanto, investigar inclusões e exclusões históricas é uma forma de trazer à visibilidade as relações com a ideologia subjacentes às estruturas que definem a natureza do literário e a função da história literária como uma grande narrativa gerada em função de escolhas políticas e não de escolhas desinteressadas ou neutras. (Schmidt, 2010, p. 130).

¹ Doutor em Literatura pelo Programa de Pós-Graduação em Literatura da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), em Florianópolis, SC, Brasil. Professor da Secretaria de Educação do Estado do Maranhão (SEDUC), em São Luís, MA, Brasil. Integrante do Núcleo de Estudos Feministas e Pós-Coloniais de Narrativas da Contemporaneidade – LITERATUAL.

Orientada pela compreensão das relações de poder que organizam nossa sociedade, na qual a mulher é considerada como um sujeito inferior, a Crítica Feminista constituiu uma corrente de análise que identificou o sexismo como um importante elemento na constituição de um conhecimento que se identificava com adjetivos como imparcial ou neutro e se colocava como acima das disputas presentes nas relações entre homens e mulheres.

No campo dos Estudos Literários, como nas demais disciplinas em que a Crítica Feminista tem atuado, a perspectiva política orienta a compreensão sobre como o conhecimento foi produzido. Nesse contexto, a crítica literária, assim como outras produções humanas, é influenciada pelo sexismo. Dessa forma, a análise da produção literária de mulheres foi historicamente conduzida pela perspectiva de que, se a mulher ocupava uma posição social inferior aos homens, sua produção literária ou em qualquer outra contribuição pública seria naturalmente inferior, caracterizada como uma “literatura menor” em contraste a uma “alta literatura” atribuída aos homens.

Em função disso, as feministas sustentaram a crítica à pretensa inferioridade das mulheres e afirmaram a tese de que a produção do conhecimento e as demais relações sociais foram estruturadas a partir de relações de poder e, como tais, espelharam a assimetria presente nas relações de gênero. Essa relação de poder é um dos elementos que orienta quais escritores/as serão publicados/as, premiados/as e lembrados/as. Tal perspectiva expõe a produção literária como uma dimensão da vida social também marcada por relações de poder e em permanente disputa.

Como citado, o primeiro movimento da Crítica Literária Feminista no Brasil foi a revisão dos cânones literários. Um dos resultados desse processo foi a antologia *Escritoras brasileiras do século XIX*, publicada em três volumes em 1999, 2004 e 2009. A antologia contestou a ideia que imaginava a literatura brasileira como um território não acessado por brasileiras antes do século XX. Conforme indicam duas das pesquisadoras envolvidas, esse projeto visava que as escritoras e suas obras, além de lidas, fossem objeto de análise da crítica literária e também passassem a compor o rol de personagens da historiografia literária brasileira.

nas margens da nova história da literatura contemporânea, deseja-se que se incorpore o surgimento de um potencial literário e crítico em torno de uma pesquisa arqueológica. Estamos reescrevendo a história da literatura do século XIX, mas muito mais a história da literatura do final do século XX, pela inclusão de pesquisas crítica-

mente consistentes e teoricamente modernas. Não basta estarmos em lista de ensaístas brasileiras, com nossos dados civis e acadêmicos. Precisamos entrar literalmente na História. (Ramos; Schmidt, 2005, p. 220)

O resgate e divulgação das obras de escritoras do século XIX não podem ser vistos como um fim em si mesmos, pois apontam para a necessidade de uma produção crítica que ainda está em construção. Esse movimento é inspirado pela ideia de “re-visão” proposta por Adrienne Rich (2017). Essa perspectiva indica a necessidade de “entrar em um texto a partir de uma nova direção crítica” (Rich, 2017, p. 66), considerando as perspectivas políticas que perpassam a produção literária das mulheres e a crítica elaborada por homens.

As pesquisas reforçam a percepção de que o território do literário foi marcado por uma concepção do autor como sujeito que escreveria com autonomia em relação à sociedade em que ele vivia. Entretanto, a Crítica Feminista corrobora uma análise que dessacraliza a figura do autor, denunciando sua atuação para a manutenção de um *status quo* que reconhece o terreno do literário como um domínio dos homens e apresenta uma análise sobre a forma como a Crítica Literária têm colaborado para o apagamento de escritoras e a afirmação das desigualdades entre mulheres e homens.

A CRÍTICA FEMINISTA E AS AUTORAS CONTEMPORÂNEAS

Enquanto esse primeiro movimento da crítica feminista, revisa o cânone literário e resgata escritoras dos séculos XIX e XX. Um segundo movimento se volta para a produção literária contemporânea e a disputa pelos espaços de legitimação, como a presença de escritoras em premiações, livros didáticos e eleição para academias de letras (Abreu, 2004).

Uma abordagem da crítica feminista formulada no século XXI é o questionamento da centralidade de mulheres brancas, cristãs e de classes médias na organização do Movimento Feminista. Desse modo, a atenção às questões de assimetria de poder entre mulheres negras e brancas, mulheres lésbicas e heterossexuais, além da importância de marcadores como classe, geração, nacionalidade, religião e outros, emergiram como pontos relevantes no cenário brasileiro. Desse modo, além de observar o que as mulheres têm escrito, onde elas publicam,

quem são suas personagens, ganhou relevância a análise sobre quem são essas escritoras.

A compreensão da categoria mulheres, perpassada por marcadores sociais que configuram necessidades distintas, consolidou-se com a formação de grupos políticos constituídos por mulheres negras, mulheres lésbicas, mulheres transexuais, entre outros. Esses grupos reivindicam a atenção às suas trajetórias, considerando suas particularidades e as diversas barreiras sociais que impedem a concepção do termo mulher como um sujeito universal (Butler, 2003) e a necessidade de pensar a categoria mulheres no plural. A compreensão da multiplicidade da categoria mulheres e da intersecção entre marcadores sociais como gênero, classe e raça, no campo da Crítica Literária, despertou a necessidade de compreender a ausência dessa diversidade que não está presente na literatura que é produzida/consumida por essa sociedade.

O trabalho de Regina Dalcastagnè (2005) é significativo para entender como essas diferentes necessidades precisam ser articuladas para que essa diversidade de mulheres não seja apagada na literatura. Segundo a pesquisadora, ocorre um “estranhamento quando determinados grupos sociais desaparecem dentro de uma expressão artística que se fundaria exatamente na pluralidade de perspectivas” (2005, p. 14). Nesse contexto, uma literatura que incluía mulheres negras, indígenas, imigrantes, lésbicas e de outras categorias que se intersectam com a condição de mulher é identificada como marginal no estudo em que a pesquisadora analisa os romances publicados pelas principais editoras brasileiras no período de 1990 a 2004. Como o universo da pesquisa de Dalcastagnè (2005) busca por um espectro mais amplo de ausências e silenciamentos da literatura produzida nesse período, o questionamento da pesquisadora contempla a percepção de que não é apenas a experiência de mulheres que têm sido silenciadas/reduzidas nas relações de poder que constituem a literatura. A pesquisadora destaca que a experiência de homens que não se enquadram na representação de homens brancos, de classes médias e heterossexuais também é silenciada por instituições voltadas para consagrar o que é considerado como “alta literatura”. Para Dalcastagnè,

O que se coloca hoje não é mais simplesmente o fato de que a literatura fornece determinadas representações da realidade, mas sim que essas representações não são representativas do conjunto das perspectivas sociais [...] Está em questão a diversidade de percepções do mundo, que depende do acesso à voz e não é suprida pela boa vontade daqueles que monopolizam os lugares de fala. (Dalcastagnè, 2005, p. 16)

O trabalho coordenado por Regina Dalcastagnè (2005), mais do que identificar mulheres que produzem literatura, visa questionar a diversidade de experiências que não encontram espaço para publicação. Para tanto, ela analisa quais são as narrativas e quem são os narradores que estão presentes nos romances publicados pelas editoras de maior destaque no cenário brasileiro. Sua pesquisa destaca a ausência de diversidade entre as personagens. O estudo conclui que os romances analisados continuam a reproduzir dinâmicas de exclusão presentes na sociedade, perpetuando a predominância da perspectiva narrativa de homens brancos de classes médias como os representantes autorizados para contar as histórias no espaço ficcional.

A pesquisa de Dalcastagnè (2005) acaba por corroborar a necessidade de uma crítica literária articulada a uma crítica social que identifique as desigualdades e as ferramentas que sustentam essas desigualdades, inclusive em dimensões simbólicas. Como indicado pelo estudo, o papel das mulheres ainda é secundário nas narrativas analisadas. Homens negros e mulheres negras ainda estão associados predominantemente à violência e ao trabalho doméstico. A presença mínima de personagens indígenas confirma a persistência do projeto de apagamento ou extermínio desses grupos.

É importante registrar que a análise da pesquisadora não ignora que importantes obras têm sido publicadas por editoras menores e têm conseguido destaque no mercado literário, mas a metodologia buscou identificar que os processos de seleção de textos para publicação ainda reproduzem dinâmicas que privilegiam ou reforçam o ponto de vista do homem branco, cristão, de classe média, oriundos de famílias com amplo acesso à educação formal. Além disso, deve-se destacar que as editoras analisadas na pesquisa possuem mais estrutura para divulgação e distribuição das suas obras que editoras de pequeno porte, o que acaba por estimular o controle dos discursos e a manutenção de grupos sociais subalternizados, em outras palavras, esses grupos empresariais facilitam algumas falas, em detrimento de outras.

Nessa perspectiva, a produção/divulgação de uma literatura escrita por mulheres é ampliada para uma proposta de representação que contemple a pluralidade da sociedade brasileira. Nesse sentido, o projeto da crítica feminista extrapola a atenção dedicada à existência de escritoras e heroínas, sendo importante que elas contemplem uma multiplicidade de categorias que represente a literatura como uma expressão artística/política inclusiva, que pode ser conquistada com o “acesso integral e idêntico às oportunidades de publicação” (Dalcastagnè, 2005, p. 66).

Além da pesquisa acadêmica, que se apoia nas iniciativas de resgate das escritoras do século XIX e revisita a vasta produção literária de mulheres, as ações das escritoras do século XXI também desempenham um papel crucial ao desafiar as referências literárias estabelecidas. Elas ampliam um conjunto de experiências que, em muitos casos, ainda não foram devidamente exploradas na literatura publicada no Brasil.

Ao retratarem a experiência das mulheres a partir da perspectiva lésbica ou através das vivências negras e sua conexão com a espiritualidade de matriz africana, escritoras como Natália Borges Polessio, Cidinha da Silva e Conceição Evaristo, entre outras, fraturam e ampliam uma literatura que geralmente não recebe o mesmo destaque nas publicações das grandes editoras.

Além delas, escritoras como Ana Miranda e Ana Maria Gonçalves, cujas obras são publicadas pelas editoras analisadas na pesquisa de Dalcastagnè, respectivamente Companhia das Letras e Record, também colaboram para a ampliação das representações da experiência de mulheres que expressam parte de uma multiplicidade. Exemplos dessa colaboração podem ser identificados nos livros *Amrik*, de Ana Miranda, e *Um defeito de cor*, de Ana Maria Gonçalves.

A partir do modelo do romance histórico, Ana Miranda registra a experiência da mulher imigrante em *Amrik* (1997). O foco da narrativa é a comunidade libanesa que se estabeleceu em São Paulo, a partir de finais do século XIX. Nesse cenário, desenvolve-se a narrativa que explora a sensualidade e a cultura do cuidado corporal das libanesas sem explorar uma perspectiva exótica da comunidade árabe. O texto aponta distinções entre uma literatura árabe tradicional de conteúdo erótico e a vida cotidiana, permitindo observar que as mulheres não possuíam a liberdade sexual descrita nos textos literários.

No romance de Gonçalves, identifica-se o processo de “re-visão” que extrapola a proposta de Adrienne Rich (2017) sobre apresentar uma nova perspectiva de leitura de textos já lidos por uma crítica marcada pela perspectiva dos homens que regulam as instituições literárias. A “re-visão” presente em *Um defeito de cor*, publicado em 2009, visa contemplar a lacuna das protagonistas e dos romances históricos que privilegiam a experiência negra. A escritora retorna ao início do século XIX para contar uma parte da História dos negros no Brasil. A narrativa não obedece a idealizações do século XIX, pois sua protagonista não é o que se poderia chamar de boa ou má, e são as suas contradições de suas personagens que identificam o romance com a literatura contemporânea. Fundamentado a partir de uma ampla pesquisa histórica, o texto toma como referências

pesquisas desenvolvidas a partir do século XX e, em muitas passagens, retoma o registro de pesquisadores que fomentaram a ideia do homem cordial e da democracia racial, como Sérgio Buarque de Holanda e Gilberto Freyre, para explorar os limites dessas análises, apresentando uma perspectiva negra sobre a construção da sociedade brasileira, ampliando a discussão presente nos textos referenciais.

Um outro ponto que merece destaque é a presença de escritoras em instituições que trabalham para o reconhecimento de quem seriam os representantes de uma intelectualidade brasileira. O caso emblemático foi a candidatura, em 2018, de Conceição Evaristo para uma cadeira na Academia Brasileira de Letras. A escritora foi considerada uma candidata que não obedecia aos protocolos da instituição (Bianchi; Campos, 2018), pois Evaristo não frequentava a ABL antes de sua candidatura, não foi apadrinhada por um dos seus membros e não ofereceu recepções durante o período de campanha. Ao comentar sobre sua candidatura, Evaristo destacava a necessidade de uma mulher negra compor o quadro de membros da instituição e informava que sua obra, premiada e traduzida para vários idiomas, atestava a representatividade de sua produção literária. Ainda que seu capital literário não fosse contestado, a escritora recebeu apenas um voto ao fim do pleito.

Embora se possam fazer várias críticas sobre o acesso à Academia Brasileira de Letras e sobre como se define quem representa as contribuições relevantes para a literatura brasileira, ao abordar esse tema pretende-se destacar a contínua disputa no campo literário. A candidatura de Conceição Evaristo resalta essa tensão ao destacar a necessidade de que diferentes mulheres ocupem espaços de consagração. Apesar de sua origem humilde, Evaristo acumula um significativo capital cultural², reconhecido pelas universidades onde realizou seus estudos de mestrado e doutorado. Além disso, ela foi laureada com o prêmio Jabuti e recebeu críticas favoráveis tanto no Brasil quanto no exterior. Esses atributos a colocam em uma posição excepcional em relação a muitos escritores. No entanto, esses feitos não foram suficientes para sua eleição na Academia Brasileira de Letras, já que ela não possui o capital social necessário para fazer parte dessa elite associada à instituição.

Ainda pensando sobre o processo de disputa pela consagração/reconhecimento literário, que ocorre de forma permanente, pretende-se

2 Ao contrário do capital social que se constitui de forma relacional, o capital cultural é incorporado àquela que o possui, deriva da atividade de “cultivar-se”, e embora possa ser relacionado à títulos acadêmicos, à produção de obras de arte, “O capital cultural é um ter que se tornou ser, uma propriedade que se fez corpo e tornou-se parte integrante da pessoa” (Bourdieu, 1998, p. 74).

lembrar a discussão sobre a literariedade da obra de Carolina Maria de Jesus. O registro que deu início à discussão é da escritora Elisa Lucinda, que em 2017, durante evento realizado na Academia Carioca de Letras, promovido para homenagear a autora de *Quarto de Despejo*, ouviu o palestrante afirmar que a obra de Carolina de Jesus não era literatura: “só tem uma coisa, isso não é literatura. Isso pode ser um diário e há inclusive o gênero, mas, definitivamente, isso não é literatura”. Impressionada com a avaliação que deveria ter sido feita para homenagear a escritora, Lucinda observou o seguinte: “Aquilo, se não era uma piada de mau gosto, era o que era: uma trágica demonstração de racismo, sob o fenótipo de um argumento acadêmico. Ele exigia dela, para ser literatura, um formalismo acadêmico do qual o sucesso de sua literatura pôde prescindir” (Lucinda, 2017).

Esse registro confirma a maneira como um conceito, como o de Literatura, pode ser modulado para atender diferentes interesses, funcionando como um instrumento político que pode ser utilizado para determinar quem pode ou não ser considerada/o como literata/o. Esse mecanismo funciona de modo semelhante ao aplicado no processo de exclusão de escritoras como ocorrido no século XIX. Além disso, tal passagem denuncia como mecanismos de valoração do texto literário são utilizados para garantir uma autoridade, indicar quem está apto/a a ser reconhecido/a como autor/a de literatura e quem deve ser reconhecido como expressão de gêneros menores.

Os resultados de pesquisas como a realizada por Dalcastagné (2005), juntamente com o trabalho de escritoras contemporâneas e as contínuas disputas por espaços de reconhecimento no campo literário, evidenciam a necessidade de que o reconhecimento nesse espaço considere as diversas experiências das mulheres, assim como as de outros grupos subalternizados.

Além da dimensão crítica, o movimento de divulgação/leitura de escritoras tem ganhado espaço, um importante exemplo é a formação do LeiaMULHERES, projeto de formação de clubes de leitura com o foco em um público composto por leitoras, para a leitura de obras produzidas por mulheres. O projeto foi iniciado em 2015 pelas amigas Juliana Gomes, Juliana Leuenroth e Michelle Henriques. Em 2024, realiza atividades em mais de cem cidades brasileiras. A partir do site LeiaMULHERES, as organizadoras oferecem orientações para a formação de novos grupos e, desde 2023, há um podcast e uma parceria com a editora Companhia das Letras oferece descontos em obras dessa empresa.

O LeiaMULHERES parece ser o grupo mais conhecido voltado para o estímulo à leitura de escritoras. No entanto, também existem outros clubes do livro, além de grupos de estudo e pesquisa nas universidades, que estimulam a leitura, discussão, análise da obra de escritoras, assim como promovem o engajamento para reconhecimento dessas escritoras em instâncias de consagração, como as academias de letras. Retomamos uma outra informação de Dalcastagnè para registrar que o processo de exclusão das mulheres do reconhecimento literário parece muito semelhante com o dedicado às escritoras do século XIX. Segundo a pesquisadora, “Só para citar alguns números, em todos os principais prêmios literários brasileiros (Portugal Telecom, Jabuti, Machado de Assis, São Paulo de Literatura, Passo Fundo Zaffari & Bourbon), entre os anos de 2006 e 2011, foram premiados 29 autores homens e apenas uma mulher (na categoria estreadante, do Prêmio São Paulo de Literatura)” (Dalcastagnè, 2012, p. 14).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A hipótese sobre o reconhecimento das escritoras contemporâneas parece semelhante àquela identificada no processo de apagamento de escritoras do século XIX: o machismo e o sexismo, articulado ao racismo e ao classismo, ainda atuam em editoras, academias de letras, universidades e colaboram para que as obras de escritoras continuem a ser lidas como uma “literatura menor”. Diante disso, a Crítica Literária Feminista das primeiras décadas do século XXI destaca a pluralidade da categoria mulheres (considerando as relações raciais, de classe, de sexualidade, geracionais, regionais, religiosas etc.) e identifica o reconhecimento literário como orientado por relações de poder e, por isso, reivindica a necessidade da representação da multiplicidade de experiências das mulheres (Dalcastagnè, 2005) sob pena da atualização do projeto de apagamento identificado no século XIX.

REFERÊNCIAS

ABREU, M. **Os Caminhos dos Livros**. Campinas: Mercado de Letras, 2004.

BIANCHI, P.; CAMPOS, M. Como Conceição Evaristo perdeu sua cadeira na ABL. **The Intercept**, 30 ago. 2018. Disponível em: theintercept.com/2018/08/30/conceicao-evaristo-escritora-negra-eleicao-abl/.

Acesso em: 10 jan 2024.

BOURDIEU, P. O Capital Social – Notas Provisórias. Tradução de Denice Bárbara Catani. In: NOGUEIRA, M. A.; CATANI, A. (Org.). **Escritos de educação**. Petrópolis: Vozes, 1998. p. 67-69.

BUTLER, J. **Problemas de gênero**: feminismo e subversão da identidade. Tradução de Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

DALCASTAGNÈ, R. A personagem do romance brasileiro contemporâneo: 1990-2004. **Estudos de Literatura Brasileira Contemporânea**, n. 26, p. 13-71, 2005. Disponível em: periodicos.unb.br/index.php/estudos/article/view/9077. Acesso em: 10 jan 2024.

DALCASTAGNÈ, R. Um território contestado: literatura brasileira contemporânea e as novas vozes sociais. **Iberic@l**, Paris, n. 2, p. 13-18, 2012. Disponível em: iberical.sorbonne-universite.fr/wp-content/uploads/2012/03/002-02.pdf. Acesso em: 10 jan 2024.

LEIA Mulheres anuncia novidades: podcast e parceria com a Companhia das Letras. In: Publishnews. 13.04.2023. Disponível em: www.publishnews.com.br/materias/2023/04/13/leia-mulheres-anuncia-novidades-podcast-e-parceria-com-a-companhia-das-lettras. Acesso em: 10 set 2024.

LUCINDA, E. Carolina de Jesus é Literatura sim! **Publishnews**, 24 abr. 2017. Disponível em: www.publishnews.com.br/materias/2017/04/24/carolina-de-jesus-e-literatura-sim. Acesso em: 10 jan 2024.

RAMOS, T. R. O.; SCHMIDT, S. P. Escritoras brasileiras do século XIX. **Graphos - Revista da Pós Graduação em Letras/UFPB**, João Pessoa, v. 7, n. 2, p. 219-222, 2005. Disponível em: periodicos.ufpb.br/index.php/graphos/article/view/9463/5116. Acesso em: 10 jan 2024.

RICH, A. Quando da morte acordamos: a escrita como revisão. Tradução de Susana Bornéo Funck. In: **Traduções da Cultura**: perspectivas críticas feministas (1970-2010). Florianópolis: EDUFAL; Editora da UFSC, 2017.

SCARAMUSSA, Taiga Bertolani; DALVI, Maria Amélia. O Projeto “Leia Mulheres” como espaço de fortalecimento da leitura literária. XV Congresso Internacional ABRALIC 2017. p. 265-272. 2017. Disponível em: abralic.org.br/anais/arquivos/2017_1522166065.pdf. Acesso em: 10 set 2024.

SCHMIDT, R. T. Centro e margens: notas sobre a historiografia literária. In: DALCASTAGNÈ, R.; LEAL, V. M. V. (Org.). **Deslocamentos de gênero na narrativa brasileira contemporânea**. São Paulo: Editora Horizonte, 2010.

QUANDO O AMOR DEITA NA CAMA COM A VIOLÊNCIA: UM ESTUDO SOBRE LITERATURA ERÓTICA PARA MULHERES

Clarice Costa Pinheiro¹

POSSÍVEIS COMEÇOS

Quando Jas Silva (como a autora escolheu ser chamada), escritora brasileira nascida no Espírito Santo, inicia seu 18º livro publicado, *Agente Ward: evidências de uma obsessão*, ela escolhe por começar com uma nota em que conversa diretamente com suas leitoras perguntando: “Vocês estão preparadas para o agente Ward?” (Silva, 2024, p.5). O tom direto e informal chama atenção de que o livro é esperado por um público fiel de leitoras que seguem a autora em suas redes sociais. No Instagram, por exemplo, ela possui quase 30 mil seguidores com maioria absoluta de mulheres. Sua nota de apresentação contém ainda duas informações que são importantes aqui, a primeira de que o protagonista em questão é um “tirano” que “manda e espera que obedeçam” e a segunda é que o “livro contém linguagem sexual e violenta, podendo gerar possíveis gatilhos”.

A história do livro se passa nos Estados Unidos entre as cidades de Atlanta e Nova Iorque e se desenvolve entre os dois protagonistas brancos e de olhos claros: Bruce Ward, um ex-capitão do exército e veterano da guerra no Iraque, liderando uma equipe tática e de inteligência na sede do FBI em Nova Iorque, tem 41 anos e define a si próprio como um “desgraçado amargo e autoritário” (Silva, 2024, p. 8). Do outro lado Tessa Thompson, uma agente da DEA de Atlanta cuja primeira descrição, feita pelo próprio Ward, é “bonita pra caralho era pouco” (p. 15), tem 27 anos, tendo iniciado a carreira como agente aos 24. Filha de uma juíza com quem não se relaciona e considera como inimiga, sempre tentando controlar suas ações. A personagem da mãe não é desenvolvida (assim como nenhum outro personagem para além

¹ Profa. Dra. do Bacharelado em Estudos de Gênero e Diversidade e do Programa de Pós-Graduação em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismo da Universidade Federal da Bahia. Pesquisadora permanente do NEIM. Possui pesquisa sobre o sentimento amoroso como um discurso legitimador da violência e a participação das mulheres no enfrentamento à ditadura civil-militar na Bahia (1964-1985).

dos protagonistas), funcionando apenas como a representação de um passado que a protagonista deseja fugir. Tessa passou um ano afastada das atividades de campo, por ter participado de uma ação fracassada que resultou na morte de outro agente, com quem ela mantinha o que para ela era uma relação de amor e depois percebeu que era apenas usada sexualmente pelo colega, pois este não deixaria a esposa, apesar das promessas que fazia a ela na cama. O agente morto na frente de Tessa era irmão de Ward e é com ele que ela passa a trabalhar para ajudar em um caso do FBI e que tem relação com o caso que gerou seu afastamento. Para Ward, Tessa seria culpada pela morte de seu irmão e assim ela se sentia, entra a raiva por ter sido enganada e usada sexualmente e o sentimento de culpa por sua morte.

A grande maioria desses romances, que figuram como os mais vendidos, se passam nos Estados Unidos ou na Europa e são protagonizados por pessoas brancas e em sua maioria, loiras, mesmo sendo escrito por brasileiras, como é o caso deste. O que remete as reflexões de Chimamanda Adichie (2019) sobre os perigos da história única que cria a perniciosa ilusão de que pessoas de origem, raça e corporalidade não normativa, não podem ser personagens de literatura. Podemos ir além e questionar se apenas pessoas brancas podem viver histórias de amor dignas de romances?

A história do livro é narrada em primeira pessoa, oscilando entre a voz de Tessa e a de Ward, que todo o tempo a trata como uma incapaz em seu trabalho e sem jamais confiar nela, mesmo ela fazendo todo o possível para demonstrar o contrário. Entre acabar com duas organizações criminosas e estar juntos nas ruas em ações, a tensão sexual entre os dois é crescente, o desejo é narrado do lado masculino acompanhado de verbos que indicam violência como “espancar” (p.15; 106; 169; 174; 189), “surrar” (p. 31; 193), “matar” (p.80), “machucar” (p.96; 119) “açoitar” (p. 108) e “bater” (p.191), dentre outros de igual teor. A narrativa é toda dimensionada pela tensão sexual entre os personagens, beirando descrições pornográficas, que assim poderiam ser descritas se o discurso amoroso não se fizesse presente, saindo de descrições sexualmente frias para um enredo de sentimentos amorosos em conflitos.

Anaïs Nin, considerada como uma clássica autora da literatura erótica escrita por mulheres, pontua que: “As mulheres, pensava eu, eram mais aptas a fundir sexo com emoção ou amor, assim como se dedicar a um único homem em vez de se tornarem promíscuas.” (2005, p.14). Essa reflexão da década de 1970 aparece no prefácio de seu livro publicado originalmente na década de 1970, com contos eróticos escri-

tos sob encomenda na década de 1940. Essa reflexão da autora aponta também para a leitura de um fazer literário erótico feminino, em que sexo não se separa do sentimento. A autora vai além tencionando que se conhecia, naquele período em que ela escrevia, sobre literatura erótica era escrito por homens e dessa forma/modelo o fazer erótico feminino foi sendo moldado. Trago, então, para este texto a primeira pergunta sobre até que ponto o fazer erótico e literário feminino ainda reflete e reproduz a lógica dos homens, a lógica patriarcal?

Em *Agente Ward* temos um homem extremamente viril que paga prostitutas para ter o que deseja, sem se preocupar com sentimentos: “Tão obediente e acostumada as surras que eu deixava em seu corpo ao transarmos, que assim que entrou na cobertura estendeu os pulsos magros para que eu pudesse prendê-los.” (Silva, 2024, p. 125). Do outro lado uma mulher bonita “acostumada” a ser usada sexualmente por seus parceiros escolhidos ou por homens poderosos do seu trabalho que a colocam sucessivamente como isca sexual para investigar/prender criminosos. De temperamento forte e explosivo, Tessa se fecha por um ano em seu corpo, após se sentir mais uma vez usada sexualmente por quem acreditava amar até que: “conhecer Bruce Ward fez-me ser engolida por emoções que ultrapassavam a linha do desespero e do pânico. Aquele homem [...] trouxe-me de volta a vida. De uma forma que não seria capaz de explicar, nem mesmo se me dessem mil tentativas” (p.61). No fim das contas o que temos é um homem que vive sua sexualidade livremente e uma mulher cujo poder erótico está ligado ao sentimento, mas sem agência, apenas seguindo a ação do outro, do homem alvo de seu desejo/sentimento.

Audre Lorde (2019) em seu texto também da década de 1970 é muito assertiva ao trazer o poder (ou a falta dele) como um elemento fundamental para pensar o amor e o erotismo na vida das mulheres e como a supressão do segundo ajuda a perpetuar a opressão das mulheres no momento em que tira o poder erótico como força propulsora de mudança. O ponto não é negar o erotismo das mulheres, em uma lógica vitoriana do século XIX, porque ele dá poder aos homens e é usado contra as mulheres (como no caso da nossa personagem) e a indústria pornográfica está aí como exemplo. O ponto é recuperar o poder erótico das mulheres para as mulheres, para suas vidas, para suas liberdades. “Reconhecer o poder erótico nas nossas vidas pode nos dar a energia necessária para lutarmos por mudanças genuínas em nosso mundo, em vez de apenas nos conformarmos com trocas de personagens no mesmo drama barato.” (Lorde, 2019, p. 74)

Fazendo eco com os escritos de Anaïs Nin, podemos tensionar que um fazer erótico feminino que não enxerga seu próprio poder tende, com raras exceções, a se inscrever como ratificador de um discurso de mão única de um erotismo feminino a serviço dos homens. Por outro lado, como a literatura erótica escrita por mulheres e para mulheres (como no caso do livro analisado), sexo não se separa do sentimento amoroso, ele é algo a mais, “o encaixe entre nós dois era perfeito” (Silva, 2024, p. 282), que confirma a reciprocidade do sentimento amoroso ou simplesmente a escolha correta. A reflexão nos leva a segunda pergunta, o que interessa mais na narrativa, o sexo ou o amor? Ou estamos falando da mesma coisa?

De acordo com Eliane Moraes (2014) a prosa erótica sempre esteve relegada à lugares inferiores, afastada dos cânones literários por serem escritos, em sua grande maioria, sem pretensões literárias e com o único intuito de excitar o leitor. Podemos então dizer que aqui temos uma literatura feita por quem quer ser lida e vender, que visa excitar a leitora do século XXI, que não precisa mais se reguardar virgem para o casamento, como no século anterior e nem temer uma sexualidade livre pelo receio de uma gravidez indesejada, afinal, muitos são os métodos contraceptivos, desde preservativo masculino à pílula anticoncepcional. Uma literatura de escrita simples, que não demanda um olhar atento a camadas textuais interpretativas, uma leitura que trará descrições pornográficas e minuciosas dos atos sexuais. Mas antes de tudo, uma escrita que fala de amores possíveis, na vida de mulheres reais que podem ser “sua melhor amiga” contando com detalhes os segredos da alcova. O amor e sua concretização, continua sendo o que atrai as mulheres para a literatura, homens por quem sonhar, heroínas por quem sofrer. Como podemos observar, mudamos muito pouco o formato do tradicional folhetim do século XIX, guardadas as diferenças textuais e a maior facilidade na aquisição dele nos dias de hoje.

Agente Ward: evidências de uma obsessão foi lançado na Amazon Brasil em 25 de julho de 2024, mas antes disso, Jas Silva já começa a preparar suas fies leitoras para o livro que seria lançado. Em seu Instagram, ela fez a primeira postagem sobre o referido livro em 07 de julho de 2024 e a partir dessa, foi feita uma postagem a cada dois dias com informações sobre a história e a descrição de seus personagens. Na primeira postagem é colocado um vídeo curto com imagens de um homem branco e musculoso em cenas de ação, com carros capotando e armas em primeiro plano, na legenda a autora pergunta: “Vocês estão prontas para esse homem?” (@jassilva_escritora, 07/07/2024) e há

um coro de mulheres respondendo em uníssono que sim. As postagens seguintes seguem na mesma linha e vão aos poucos apresentando o roteiro, um homem bruto, violento e poderoso, uma mulher jovem, bonita e que acabou de passar por um trauma que a deixou cheia de sequelas psicológicas. A descrição física dos personagens parece repetir o tempo inteiro que ali temos a conformação precisa do que os estudos de gênero vêm apontando como estereótipos de masculinidade e feminilidade hegemônicas (Scott, 1990; LOURO, 1997), identidades de gênero sucessivamente repetidas e apreendidas como regra social (Butler, 2018). No dia 27 de julho a autora anuncia que o livro figura como o mais vendido da Amazon e agradece as fãs, que respondem comentando o livro e dizendo o quão apaixonadas estavam pelo personagem protagonista.

Nesse ponto se faz importante fazer uma observação sobre e-books Kindle mais vendidos, a começar pelo preço médio, a grande maioria são romances que custam muito pouco, quando comparados ao preço médio de um romance canônico. Também podem ser baixados gratuitamente por quem possui o programa de assinatura do Kindle. Ao longo de alguns meses acompanhando com frequência a lista dos e-books Kindle mais vendidos, pude observar que essa lista é majoritariamente composta por livros como este que analiso, livros escritos por mulheres para mulheres com conteúdo erótico, próximo do pornográfico, mas que falam antes de tudo de relações amorosas com final feliz, em que jovens mulheres, com pouca ou nenhuma experiência sexual, conquistam o coração de homens ricos e poderosos. O amor vende, mas que amor é esse?

ERA PRA SER AMOR

Como devem começar as histórias de amor e quais sentimentos devem despertar? Ao mesmo tempo, como construir uma história de amor que encante as leitoras fazendo-as sonhar com mais, sonhar com o homem perfeito? Mas o que é o homem perfeito e que tipo de relacionamento ele tem para oferecer? “Tão sufocado por emoções pouco confiáveis, que tornou-se difícil engolir em seco ou encarar Tessa Thompson sem me ver dominado por todo o tipo de necessidade. Da mais violenta a erótica.” (Silva, 2024, p.80) Em que momento desejo e violência se transformam em amor?

— Apenas cale a porra da boca, agente Thompson. Porque cada vez que você a abre, eu tenho vontade de te... machucar. Punir você

por cada mentira que contou... ou escolha que fez. Confusa, eu o empurrei. E mesmo em meio à escuridão, puder ver que não havia apenas desejo no seu olhar, havia ódio. (p. 96-97)

Adrienne Rich (2010), ao discutir os problemas da heterossexualidade compulsória, sinaliza como a pornografia a serviço dos homens foi, ao longo do tempo, moldando a sexualidade feminina criando o mito de que as mulheres gostam de se submeter como presas sexuais dos homens, que para elas existe prazer na violência física praticada no ato sexual. A autora vai além e questiona o mandato social de que as mulheres precisam dos homens como seus protetores e provedores, devendo ser marginalizadas se assim não o fazem. Trazendo para o debate uma questão central sobre a agência feminina na escolha das relações amorosas.

A relação ensinada pela pornografia a serviço do poder dos homens aparece bem ilustrada no livro, a questionada relação entre o desejo de praticar a violência, como algo inato aos homens e de sofrer a violência como algo aprendido e naturalizado por parte das mulheres, aparece bem representada como na passagem a seguir: “— Não sei o que fazer com você, caralho! — Eu a espanquei com força, ciente de que o choro vindo em ondas de gemido, se misturavam ao som pesado de nossas respirações. — Você merece um castigo por foder comigo dessa forma, Thompson.” (Silva, 2024, p.189)

Todo o intercuro sexual narrado, até a entrada/constatação do sentimento amoroso por parte dos personagens protagonistas, remete a violência “Com a cabeça quente, rompi o silêncio com o primeiro tapa. O som do estalo misturou-se ao grito que escutei, enquanto o seu corpo se contorcia sob a palma das minhas mãos.” (p.188) ou “Com os pulsos imobilizados e na ponta dos pés, a mulher tornou-se uma boneca nas minhas mãos.” (p.191), ou ainda “Sabia que, para acalmar a fera coexistindo com esse homem, seria preciso me submeter a ele. Só assim Bruce voltaria a se sentir no controle” (p. 219)

Qual a linha tênue que separa o “sexo bruto” da violência? Quais são os sinais? É a própria autora quem chama atenção quando um colega de equipe aproveita o momento em que está sozinho com Tessa no dormitório e a aborda:

— Já vi essas marcas em seu pescoço antes, Tessa. — Escutei sua voz, rouca de sono. — Não quero me meter na sua vida, mas isso é fodido pra caralho. — Vá dormir, Ryan. — Apenas... tome cuidado. Ok? Homens que se comportam assim, costumam ser instáveis.

Entrebri os lábios, prestes a dizer algo que pudesse o tranquilizar. Mas Osíris estava certo. Eu deveria mesmo ter cuidado. (p. 272)

O mandato social de que fala Rich também foi sinalizado por Carole Pateman (1993), ao tratar do contrato sexual como um contrato anterior ao contrato social firmado entre os homens como iguais, para a saída do estado de natureza para o estado de cultura. No contrato sexual, as mulheres entregaram seus corpos em troca de proteção e sustento dos homens, contrato constantemente atualizado e ritualizado no contrato de casamento heterossexual. Contrato que aparece bem representado na escolha das palavras que o protagonista utiliza em seu pedido de casamento no final do livro:

— Caralho, você me deixa doente de tão obcecado, agente Thompson. Tudo em você, me pertence. Você inteira, tem um dono! — grunhi ao capturar sua orelha. — Não se esqueça disso, mas, principalmente, não se esqueça de que sou o único homem que irá te amar até o último dos seus dias. Eu te tenho, e não pretendo te soltar nunca mais. (Silva, 2024, p.426)

Mas e o amor? Bell hooks (2021) inicia sua trilogia sobre o amor chamando atenção para o fato de as mulheres são as maiores consumidoras de livros cujo o tema é o amor e, ao tratar desse sentimento, elas fazem de forma distinta dos homens, elas falam da busca pelo amor, eles falam de sua posse. Mas como pensar no amor das mulheres em sua sociedade dominada pelos homens? A autora destaca como é mais simples e incompleto falar do amor quando não se leva em consideração o patriarcado.

Macerla Lagarde (1997), por sua vez, ao tratar do patriarcado sinaliza em como este conforma o mundo como o espaço de domínio dos homens deixando para as mulheres o cativo. De acordo com ela, é a sociedade quem cria os mecanismos de manutenção desses espaços, com discursos de naturalização e as pessoas agindo como vigias da ordem a ser mantida. Lagarde pontua ainda que é no terreno da sexualidade que a patriarcal opressão de gênero se torna ainda mais forte, com a coisificação das mulheres, a sua exploração e apropriação pessoal por parte dos homens. Podemos ampliar e pensar nas mulheres como prisioneiras dos homens no sentimento amoroso? Em texto posterior, a própria Marcela Lagarde (2005) pontua como o amor pode gerar desigualdades de poder que geram laços de dependência e sofrimento, principalmente quando se leva em consideração que a nossa sociedade

faz com que para as mulheres o amor seja uma forma de identidade que produz ou retira a autoestima.

Mesmo sabendo de todas as sequelas psicológicas presentes na vida de Tessa, devido as violências sofridas por ela enquanto trabalhava como agente infiltrada, na cama de um traficante e assassino, Ward, enquanto seu chefe, não exita em submetê-la a um novo estupro, em troca de informações para o trabalho que o faria acender na carreira, com justificativas que servem para ele aplacar o próprio ciúme, em entregar a outro homem a posse da mulher que ele acredita lhe pertencer:

— Você me assusta, Bruce — confessei, magoada. — Não porque é agressivo, ou porque acredita que detém todo o poder entre nós dois. Mas porque é um homem capaz de tudo pelo que almeja. E no momento, você quer as suas mãos sobre aqueles infelizes. Foda-se o que acontece comigo ou se não pedi para estar no meio de tudo isso... (Silva, 2-24, p.388)

Mas é de amor que falamos quando Ward se arrepende e entra no quarto do inimigo para “salvar” Tessa da morte iminente:

[...] eu alcancei Tessa. Deitada e sufocada sobre a cama, a corrente que o infeliz havia envolvido em seu pescoço foi rapidamente arrancada, enquanto eu a puxava e a forçava a respirar. Thompson estava pálida, como se o sangue tivesse se esvaído do seu corpo. A fraqueza ao tentar me afastar, preocupou-me. Mas foi o olhar distante e apático que me levou a acreditar que Jung por muito pouco não a havia arrancado de vez da minha vida. — Fique comigo, Tessa — pedi, assustado pra caralho. — Diga que ainda está aqui e que pode me escutar, porra — grunhi no seu ouvido. E o remorso por ter ordenado e permitido que se arriscasse tanto, pesou-me os ombros. As mãos podem ter sido as de Jung ao redor do seu pescoço, mas fui eu que causei essa dor a ela. Eu que a machuquei e quase a matei. (p. 353)

Mesmo “arrependido” de sua ação, Ward não deixa de questionar, indagar ou mesmo exigir a verdade que Tessa esconde sobre a morte de seu irmão. O tempo inteiro acusando-a por estar viva enquanto seu irmão está morto. Tessa se sente o tempo inteiro culpada e Ward está o tempo inteiro acima de qualquer julgamento. A hierarquia entre os dois é realçada a todo momento, desde o fato dele ser mais velho, mais forte, mais experiente, mais capaz, ele é o chefe, é quem manda, quem define e escolhe. Ela é mais nova, menos experiente profissionalmente, está no início da carreira, tendo participado de poucas operações, tem

dificuldades para obedecer ordens no trabalho, mas se submete aos desejos de Ward durante o sexo, ela é mais fraca e, por mais que a autora diga que ela sabe se defender: “Eu a vi lutar com Osíris antes, e ela era boa. Rápida, resistente. Caía e se levantava com ainda mais gana. Diria até que muitos dos meus homens, não viam a hora de subir ao tatame com ela.” (p. 158), sua força diante de Ward é inexistente, em nenhuma das muitas tentativas feitas, ela consegue sair das mãos dele, estando sempre refém ao desejo dele. Amor ou cativo?

COMO AS HISTÓRIAS TERMINAM

Depois que Ward finalmente descobriu a verdade de que Tessa sempre fora honesta e inocente e o verdadeiro culpado pela própria morte era seu irmão, que, ao contrário do que Ward presumia, se revelou como um agente desonesto. Como forma de se redimir com Tessa, Ward monta uma emboscada e mata o traficante que tantos traumas causou a ela.

Presa entre a sensação de estar finalmente livre, e o medo que senti pelo que poderia ter acontecido ao Ward, eu não pensei duas vezes antes de me jogar nos seus braços. [...] Esse homem, o mesmo que prometeu diversas vezes não desistir de mim, ele... encontrou uma forma de garantir que eu nunca mais sentisse medo. (p. 405)

Tessa está livre de seu maior pesadelo e Ward pode finalmente recuperar a integridade de sua posse: “— Park Jung, perdeu o direito de continuar respirando, no momento em que colocou as mãos imundas sobre a minha mulher e a machucou. Distorcidas ou não, essas foram as palavras mais românticas que escutei na vida.” (p.405-406)

Ao final da história, Ward consegue sua promoção tornando-se o novo diretor do escritório do FBI de Nova Iorque, depois que as informações conseguidas por Tessa, na operação que quase a matou, levam à prisão de outro traficante, alvo real da operação do FBI. Três anos se passam até que em uma operação em campo, Tessa tem um sangramento e no hospital descobre que está grávida. Os dois trocam juras de amor eterno e a história termina.

Volto então aos perigos de uma história única (Adichie, 2019) tantas vezes repetida e ensinada até que possa ser acreditada como verdade. Que o amor de uma jovem mulher que submete sua vida e seu corpo às vontades de um homem violento, podem redimi-lo e torná-lo uma pessoa melhor. A velha e tão recontada história da Bela e a Fera? Não

há como não lembrar dos escritos da década de 1830 de Nísia Floresta (2010, p.87): “Quantas mulheres há que, depois de haverem confiado a sua liberdade a um esposo, encontram bem cedo o cordeiro transformado em tigre?” No Brasil, os dados estatísticos de violência doméstica são gigantescos e alarmantes, mas se tornam invisíveis nas histórias de amor que dão a entender que, por trás de portas bem fechadas, tudo sempre estará muito bem. O discurso amoroso, como em casos como o que é narrado pelo livro em análise, pode sim ser o álibi que silencia as mulheres dando a elas a falsa crença de que são culpadas pela violência que sofrem por não conseguirem, com seu amor, transformar as feras em príncipes.

REFERÊNCIAS

ADICHIE, Chiamanda. O perigo de uma história única. Tradução Julia Romeu. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

BORGES, Luciana. O erotismo como ruptura na ficção brasileira de autoria feminina: um estudo de Clarice Lispector, Hilda Hilst e Fernanda Young. Florianópolis: Ed. Mulheres, 2013.

BUTLER, Judith. Os atos performativos e a constituição de Gênero: um ensaio sobre fenomenologia e teoria feminista. Tradução de Jamille Pinheiro Dias. Cadernos de Leitura n.78. Edições Chão de Feira, 2018.

CHOLLET, Mona. Reinventar el amor: Cómo el patriarcado sabotea las relaciones heterosexuales. Tradução de Núria Petit. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Paidós, 2023.

FAIRCLOUGH, Norman. Discurso e Mudança Social. 2.ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2016.

FAIRCLOUGH, Norman. Discurso, mudança e hegemonia. In: PEDRO, Emília Ribeiro (org). Análise Crítica do Discurso. Uma pesquisa Sociopolítica e Funcional. Lisboa: Editorial Caminho, 1997. p.77-103.

FLORESTA, Nísia. Direito das Mulheres e Injustiça dos Homens. In: DUARTE, Constância Lima. Nisia Floresta. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana, 2010. p.81-107

HOOKS, Bell. Tudo sobre o amor: Novas perspectivas. São Paulo: Elefante, 2021.

LAGARDE, Marcela. Género y feminismo. Desarrollo humano y democracia. Madrid: Horas y Horas, 1997. 2 ed (Coleção Cuadernos Inacabados 25).

LOURO, Guacira Lopes. A emergência do gênero. In: _____. Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997, p.14-36.

LORDE, Audre. Irmã Outsider. Tradução de Stephanie Borges. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2019.

MORAES, Eliane Robert. A prosa degenerada. In: HILST, Hilda. Pornô Chic. São Paulo: Globo, 2014.

NIN, Anaïs. Delta de Vênus: histórias eróticas. Porto Alegre: LP&M, 2005.

PATEMAN, Carole. O contrato sexual. Tradução: Marta Avancini. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.

PEDRO, Emília Ribeiro (org). Análise Crítica do Discurso. Uma pesquisa Sociopolítica e Funcional. Lisboa: Editorial Caminho, 1997.

RICH, Adrienne. Heterossexualidade compulsória e existência lésbica. Tradução de Carlos Guilherme do Valle. Bagoas. n. 5, 2010. p. 17-44

RÍOS, Marcela Lagarde y de los. Claves feministas para la negociación en el amor. In: Para mis socias de la vida. Madrid: Horas y Horas, 2005. p. 341-485. (Coleção Cuadernos Inacabados 48).

SCOTT, Joan W. Gênero: uma categoria útil para análise histórica. Educação e Realidade, Porto Alegre, v. 16, n. 2, jul-dez.,1990, p. 5-22.

SILVA, Jas. Agente Ward: evidências de uma obsessão. E-book, 441p. [s.l.], 2024. (Edição Kindle).

GÊNERO E LITERATURA BRASILEIRA NEGRA: UMA ANÁLISE INTERSECCIONAL

Giovanna Barbosa Soares²

INTRODUÇÃO

A presente pesquisa propõe reflexões de gênero, raça e classe a partir da análise da literatura brasileira, destacando a escrevivência de duas mulheres negras: Carolina Maria de Jesus e Conceição Evaristo. Desse modo, com base nas autoras em questão, pretende-se estudar a marginalização e o silenciamento da escrita feminina no campo literário e a vivência como combustível para a representação de mulheres negras e pobres nas obras de Carolina e Conceição.

Para Meihy (1998), os estudos literários raramente chegavam às camadas sociais, limitados ao âmbito acadêmico. Desse maneira, sem a análise total da obra, isto é, o contexto em que foi produzida, a época e as concepções de mundo do autor, a Literatura será apenas um instrumento parcial de análise, sugerindo interpretações imprecisas, restrita a uma história das ideias e a manifestações estéticas que estão a serviço de um pequeno grupo que escreve apenas para si e para o seu círculo intelectual (Meihy, 1998).

Nesse viés, a Literatura é representada como a expressão de um poder pessoal ou de um grupo específico, que retira o seu caráter social, descaracterizando-a como um fenômeno coletivo permeado por complexidade e amplitude. Desta feita, Meihy (1998) questiona a ausência de estudos sobre a função social da Literatura brasileira e toma como resposta a história dos silêncios. É nessa perspectiva que se inicia o debate, direcionando as análises para o silenciamento histórico dos sujeitos sociais, mais especificamente as mulheres negras.

É imprescindível frisar que ao longo da história as mulheres escreveram tanto quanto os homens, contudo muitos escritos femininos foram relegados ao esquecimento proposital, uma vez que muitas mulheres eram proibidas de ler, escrever e até mesmo pensar fora

² Graduanda em História pela Universidade Estadual do Maranhão (UEMA), bolsista do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Pesquisa (PIBIC) e membro dos grupos de pesquisa “Núcleo de estudos e pesquisa de gênero, sexualidade e família” NEGESF/UEMA e “Núcleo de estudos de História das Américas” NEHA/UEMA.

do ambiente que lhes cabia, ou seja, o “lar”. Dito isso, muitas obras de autoria feminina não foram publicadas, devido aos preconceitos de gênero e à cultura misógina que assola a sociedade, considerando irrelevante e/ou inferior tudo o que é feminino, ao passo que o que é tido como masculino é enaltecido e visto como superior (Toledo, 2010).

Conforme exposto em Bonnici (2005), a partir de 1970 surge uma crítica feminista que desnuda uma tradição literária feminina antes ignorada pela história e pela Literatura; essa nova perspectiva buscava resgatar os escritos feitos por mulheres, indo na contramão dos paradigmas masculinos construídos historicamente. Inicialmente, as críticas literárias voltaram seu olhar para textos masculinos, analisando a forma como representavam a mulher.

Aos poucos, essa tendência foi sendo abandonada, evoluindo para novas perspectivas que enfatizavam os escritos femininos e não mais os masculinos. Posteriormente, as mulheres começaram a olhar para si mesmas como sujeitos históricos e literários, se descobrindo como escritoras, rompendo com o padrão estético masculino e inserindo ideias próprias nos seus escritos, voltadas para as suas trajetórias e vivências (Toledo, 2010).

Nesse contexto, o presente artigo privilegia a análise das autoras Carolina de Jesus e Conceição Evaristo, lendo-as como atores históricos, sociais e sobretudo literários, ao analisar suas vivências como escritoras, mas também suas obras como perturbadoras do modelo social vigente, uma vez que denunciam as opressões cotidianas que permeiam a realidade da mulher brasileira negra e pobre, cada uma à sua maneira e época.

O referido trabalho se baseou em ampla pesquisa bibliográfica no viés histórico-literário, culminando em uma análise qualitativa a partir do estudo de livros, artigos e teses que utilizam o gênero, a classe e as relações étnico-raciais como pressupostos teórico-metodológicos, atrelando-os às interpretações das escritoras Carolina Maria de Jesus e Conceição Evaristo, servindo-se das suas escrevivências. Além disso, utilizou-se o gênero como uma categoria de análise histórica, relacionando-a com as transversalidades incorporadas pelas autoras, a partir da representação de mulheres negras e periféricas através da sua condição de gênero, raça/etnia e classe, culminando assim, em uma pesquisa de cunho interseccional.

CAROLINA MARIA DE JESUS: A ESCRITORA VIRA-LATA

Carolina Maria de Jesus foi uma escritora negra e favelada, nascida em 1914 na cidade de Sacramento, localizada em Minas Gerais, vivendo grande parte da sua vida na primeira grande favela de São Paulo, intitulada Canindé; além disso, era mãe solo de três filhos, semi-analfabeta e catadora de lixo, sendo esta a única forma que encontrou para sobreviver e garantir o sustento da sua família, e apesar das dificuldades, nunca deixou de sonhar e de viver. No meio das suas vivências, não deixou também de registrá-las no seu “diário de favelada”, demonstrando um olhar sensível e uma escrita peculiar e original. Carolina passou a ser amplamente conhecida após ser “descoberta” por um jornalista chamado Audálio Dantas, que se interessou pela sua história e escrita (Meyh, 1998).

A primeira publicação de Carolina foi intitulada “Quarto de despejo: Diário de uma favelada”, na qual a autora revela a força da sua voz feminina ao abordar a sua condição de gênero, raça e classe, denunciando as opressões cotidianas que a cercavam e indo na contramão da divisão social, tendo em vista que ela chama a atenção do público erudito para as favelas brasileiras. Nesse sentido, destaca-se que a Literatura feita por Carolina é muito mais do que uma forma de expressão, pois seu tom realista impactou diversas esferas da sociedade, alterando de modo significativo a forma de se pensar e fazer Literatura no Brasil (Toledo, 2010).

A escrita de Carolina se mostrava com um elo entre o mundo da favela e o mundo dos letrados. Outrossim, suas histórias incomodavam a burguesia, que se autodenominava democrática, progressista e civilizatória, mas fechava os olhos para uma realidade de opressão tão próxima. Talvez esse tenha sido um dos motivos para a rejeição de Carolina nos círculos intelectuais e o silenciamento da sua escrita, inclusive nos meios feministas e diante dos que advogavam em prol da causa negra, mesmo Carolina descrevendo o que era ser uma mulher negra e pobre em uma sociedade patriarcal, racista e elitista (Meihy, 1998).

Desse modo, enfatiza-se que Carolina não foi bem aceita no âmbito literário, devido à sua condição de mulher negra e pobre. Assim, sua escrita sofreu severas críticas, uma vez que não estava nos moldes estabelecidos pela elite intelectual, que frequentemente desvalorizava a obra de Carolina por não ter uma gramática impecável e um tom erudito. Em contrapartida, outros críticos a defendiam afirmando que a incorreção linguística fazia parte da opressão e carência vivenciada por Carolina (Toledo, 2010).

A desvalorização da escrita de Carolina não se deu apenas no mundo erudito, mas também na favela, pois seu olhar crítico com caráter de denúncia assustou muitas pessoas, o que tornou o seu diário uma ameaça aos moradores do Canindé. Posteriormente, esse fato acentuou o silenciamento da autora diante do público, pois suas narrativas não chegavam às camadas populares tanto quanto aos acadêmicos; isso contribuiu para que Carolina não conseguisse se efetivar no cenário literário brasileiro e nem obtivesse o apoio dos leitores populares, o que a impossibilitou de publicar futuros escritos (Toledo, 2010).

A autora foi silenciada não apenas devido à sua origem e demais aspectos minoritários, mas também pelo seu estilo autoral, pois sua temática era voltada para a realidade social dos oprimidos, o que contradizia as concepções de progresso dos anos dourados de JK. Nesse contexto, é curioso observar como Carolina não teve apoio nem sequer entre as autoras literárias da época, que a ignoravam e não faziam questão de integrá-la como parte do grupo de mulheres escritoras, conforme ver-se-á adiante:

Dia 19 eu fui na festa da escritora Clarice Lespector que ganhou o premio de melhor escritora do ano com seu Romance “Maça no escuro”. A recepção foi na residência de Dona Carmen Dolores Barbosa. Tive a impressão de que a Dona Carmen não apreciou a minha presença. Eu fiquei sem ação. Sentei numa poltrona e fiquei. As madames da alta sociedade iam chegando. E eu cumprimentavam (...) graças a Deus não fui fotografada. Já estou saindo dos noticiários. Não compareci na sala onde Clarice estava. Não a vi. Não lhe cumprimentei. Serviram refrescos e comestíveis as 23 horas. Retornei a casa pensando no dinheiro que gastei pintando as unhas e pagando conduções. Dinheiro que poderia guardar para comprar o pão e o feijão para os meus filhos (Jesus, 1996, p. 201).

Diante do que foi exposto pela própria Carolina na obra “Meu estranho diário” (1996), percebe-se que há uma parede entre ela e Clarice, tanto no sentido literal quanto metafórico, demonstrando que aquele mundo intelectual e erudito não combinava com uma catadora de lixo ou uma escritora vira-lata, como chamavam-na; assim, é nítida a discrepância entre Clarice, uma escritora branca e pertencente ao mundo dos letrados, e Carolina, uma mulher negra, que não era considerada uma escritora digna de ocupar o mesmo espaço que Clarice. Sobre a discrepância entre as escritoras que pertenciam a uma elite intelectual e Carolina Maria, a escritora vira-lata, discorre o historiador José Carlos Meihy (1998):

Não deixa de ser estranho o fato de Carolina poder ter sido símbolo da causa literária feminista. O avesso dessa questão sugere a crueldade da elite nacional que, através da redefinição constante do chamado código culto, elide uma participante que, apesar de sua obra extensa e original, deixou de ser considerada (Meihy, 1998, p.89).

Diante do exposto, constata-se que as experiências cotidianas de Carolina como mulher negra e periférica não foram incorporadas nas pautas feministas. Assim, os escritos de Carolina tiveram apenas uma aliada: a verdade marginal narrada por ela, pois sua vivência e vontade de transformar a condição de invisibilidade que lhe foi imposta era a maior inspiração para a sua escrita. Em determinados momentos da obra caroliniana, é difícil detectar até que momento o discurso remete à autora, à narradora e à personagem, pois todas falam de um lugar marginalizado, onde a mulher é subordinada ao homem ou ao meio social (Toledo, 2010).

A “escritora vira-lata” denunciou por meio da sua escrevivência o que posteriormente a teórica Lélia González (1984) chamará de “duplo fenômeno do racismo e do sexismo”, onde o racismo se constitui para as mulheres negras como a “sintomática que caracteriza a neurose cultural brasileira” (González, 1984, p. 224). Desta feita, entende-se que a articulação entre essas duas formas de opressão, o racismo e o sexismo, proporciona resultados violentos sobre a mulher negra em específico.

O reconhecimento da variedade das redes de opressões enfrentadas pelas mulheres não minimiza a opressão primeira no tocante ao gênero, mas sim admite que em uma sociedade machista, racista e classista os grupos sociais de maior vulnerabilidade estarão mais expostos aos variados tipos de exploração, conforme aponta Kimberlé Crenshaw (2002), jurista estadunidense e perscrutora da teoria interseccional como ferramenta analítica:

Assim como é verdadeiro o fato de que todas as mulheres estão, de algum modo, sujeitas de peso da discriminação de gênero, também é verdade que outros fatores relacionados às suas identidades sociais, tais como classe, casta, raça, cor, etnia, religião, origem nacional e orientação sexual, são diferenças que fazem diferença na forma como vários grupos de mulheres vivenciam a discriminação. Tais elementos diferenciais podem criar problemas e vulnerabilidades exclusivos de subgrupos específicos de mulheres, ou que afetam desproporcionalmente apenas algumas mulheres (Crenshaw, 2002, p.173).

Dessa maneira, entende-se que as mulheres negras e pobres são as mais expostas às discriminações de gênero, raça e classe. O chamado pacto silencioso contribuiu para a naturalização da violência que atinge as mulheres de todas as gerações e classes sociais, e ainda de forma mais violenta e brutal as mulheres negras, principalmente as que moram nas periferias, ambiente onde a violência é mais frequente e o poder público menos atuante (González, 1984).

Nesse sentido, é fundamental frisar que Carolina rompeu com o modelo literário vigente, frequentemente inspirado em vanguardas europeias, que pouco tinham a ver com a identidade da nação brasileira e com a realidade de opressão e violência enfrentada pelas mulheres negras que habitavam as favelas do Brasil. Assim, o discurso forte, decidido e original de Carolina incorporou as vozes dessas mulheres e contribuiu para a construção do sujeito feminino, a partir da sua própria representação como uma mulher negra e favelada, indo na contramão dos paradigmas literários que estavam postos:

Carolina Maria de Jesus seria uma prova flagrante das atrocidades que mereceriam vir a público naquele instante, pois a democracia implicava críticas que, àquela altura, eram históricas. Sua experiência de favelada expunha ao coletivo uma chaga feia, atestado das falhas de projetos vigentes, de desenvolvimento econômico e programa social, encetados por governos federais em nome da modernização do país (Meihy, 1998, p.87).

É dessa forma que se situa a escrita de Carolina Maria, como uma autora “subversiva” que denunciou as mazelas de uma sociedade que insistia em não reconhecer as opressões que cercavam os atores sociais, tendo em vista que “por essa época a intelectualidade brasileira não estava tão interessada em denúncias e olhava com toda desconfiança aquele fenômeno” (Meihy, 1998, p. 87). Argumento coerente com o apagamento da obra caroliniana na história da Literatura brasileira, parte-se do pressuposto de que “o livro de Carolina escorreu pela vala do esquecimento como se não tivesse tido importância singular em nossa história da cultura” (Meihy, 1998, p.85). Embora a obra “Quarto de despejo: Diário de uma favelada” tenha sido amplamente publicada, poucas análises são direcionadas a ela ou a Carolina Maria de uma forma geral na história da Literatura brasileira.

Carolina fez Literatura de negros, escritura feminista, evidenciou a opressão social e a negligência dos direitos humanos, se colocando como exemplo vivo da diferença. No entanto, foi menosprezada,

ridicularizada, retratada como incapaz, sem razão, sem voz, sem autonomia para a função escrita. Em contrapartida, é curioso destacar que no exterior Carolina foi surpreendentemente tida como um símbolo de resistência social, política, racial e de gênero, pois sua obra “Quarto de despejo: Diário de uma favelada” foi traduzida para quatorze línguas e publicada em mais de quarenta países (Toledo, 2010).

Após a morte de Carolina em 1977, sua escrita inspirou estudos acadêmicos que visavam resgatar sua memória na História e na Literatura. A escritora se intitulava poeta, pois enxergava o mundo e a sua realidade com sensibilidade e audácia, articulando metáforas sobre a situação política do Brasil, as desigualdades sociais, raciais e de gênero. É essencial frisar a relevância de Carolina de Jesus como mulher negra e escritora, que desafiou os cânones da época e rompeu com as normas da sociedade.

Do mesmo modo, a própria autora e a sua escrita se misturam, pois através da sua escrevivência Carolina denunciou as opressões raciais, sociais e de gênero, culminando em uma Literatura de cunho interseccional, apesar da formulação do conceito ser posterior à escrita de Carolina. Por fim, não foi Carolina que ficou de fora da Literatura brasileira, mas sim a Literatura brasileira que não soube receber, interpretar e desfrutar dos escritos de Carolina, que tanto contribuíram para as análises histórico-literárias da mulher negra e periférica na sociedade brasileira.

CONCEIÇÃO EVARISTO: ESCREVIVÊNCIA E RESISTÊNCIA

Maria da Conceição Evaristo de Brito nasceu em uma favela de Minas Gerais, na capital Belo Horizonte, em 1946. Ainda criança, foi morar com uma irmã de sua mãe que não possuía filhos, tendo em vista que Conceição tinha nove irmãos e com a sua partida seria menos uma “boca para alimentar”. Assim, a tia proporcionou à Conceição a oportunidade de estudar, o que não lhe isentou de trabalhar como doméstica desde os oito anos (Evaristo, 2009).

Desse modo, Conceição trocava o seu trabalho doméstico na casa de professores por aulas particulares e livros para si e para os irmãos. Além disso, conseguia dinheiro recolhendo restos de lixo, tal qual Carolina Maria de Jesus, que fez Conceição se sentir como personagem da narrativa “Quarto de despejo”, inspirando-a na sua trajetória de mulher negra e escritora. Nesse sentido, Conceição cresceu familiarizada à lei-

tura e à escrita, chegando até a ganhar prêmios literários, a exemplo de um concurso de redação: “Por que me orgulho de ser brasileira”, mas apesar disso, só inaugurou na Literatura brasileira na década de 1990, com publicações de poemas nos *Cadernos Negros* (Evaristo, 2009).

Conceição teve a sua primeira obra publicada em 2003, intitulada “Ponciá Vivêncio”. Posteriormente, em 2006 lança seu romance “Becos de Memória”, no qual retrata uma favela em processo de remoção, sendo a obra protagonizada por uma figura feminina, simbolizando a resistência à pobreza e ao preconceito (Evaristo, 2009). Em 2011, a autora publicou o volume de contos “Insubmissas lágrimas de mulheres”, que discute as relações de gênero em uma sociedade racista e machista.

Em 2014, publicou uma de suas obras mais conhecidas: “Olhos d’água”, livro finalista do prêmio Jabuti na categoria “Contos e Crônicas”. De modo geral, Conceição Evaristo aborda as condições raciais, sociais e de gênero a partir da representação de mulheres negras e pobres em suas histórias, registrando a sua própria memória através da prosa e do verso. Tal qual Carolina de Jesus, Conceição transita entre as tipologias literárias: poesia, prosa curta, ensaio e romance, mas em todos os gêneros traz a marca da crítica social e da sua escrevivência:

Escrevivência, em sua concepção inicial, se realiza como um ato de escrita das mulheres negras, como uma ação que pretende borrar, desfazer uma imagem do passado, em que o corpo-voz de mulheres negras escravizadas tinha sua potência de emissão também sob o controle dos escravocratas, homens, mulheres e até crianças. E se ontem nem a voz pertencia às mulheres escravizadas, hoje a letra, a escrita, nos pertencem também. Pertencem, pois nos apropriamos desses signos gráficos, do valor da escrita, sem esquecer a pujança da oralidade de nossas e de nossos ancestrais. Potência de voz, de criação, de engenhosidade que a casa-grande soube escravizar para o deleite de seus filhos. E se a voz de nossas ancestrais tinha rumos e funções demarcadas pela casa-grande, a nossa escrita não. Por isso, afirmo: “a nossa escrevivência não é para adormecer os da casa-grande, e sim acordá-los de seus sonos injustos” (Evaristo, 2020, p. 30).

É nesse contexto que a autora conceitua o termo escrevivência, reivindicando por uma história que foi roubada dos seus ancestrais através do silenciamento forçado e das opressões raciais. Do mesmo modo que Conceição remete à sua ancestralidade por meio da sua escrita, também a posiciona como parte de um projeto nacional que visa uma reparação histórica:

Nossa escrevivência traz a experiência, a vivência de nossa condição de pessoa brasileira de origem africana, uma nacionalidade hifenizada, na qual me coloco e me pronuncio para afirmar a minha origem de povos africanos e celebrar a minha ancestralidade e me conectar tanto com os povos africanos, como com a diáspora africana. Uma condição particularizada que me conduz a uma experiência de nacionalidade diferenciada. Assim como é diferenciada a experiência de ser brasileirovida, de uma forma diferenciada, por exemplo, da experiência de nacionalidade de sujeitos indígenas, ciganos, brancos etc. Mas, ao mesmo tempo, tenho tido a percepção que, mesmo partindo de uma experiência tão específica, a de uma afro-brasilidade, consigo compor um discurso literário que abarca um sentido de universalidade humana (Evaristo, 2020, p.31).

Conforme exposto, a autora situa a sua escrita no contexto nacional ao mesmo tempo em que recorda a sua origem ancestral, narmando de modo peculiar as experiências de mulheres negras e pobres ao destacar as redes de opressões que as envolvem. Dessa forma, as produções literárias de Conceição são aclamadas no cenário nacional e internacional, sendo caracterizadas por dramaticidade, uma vez que retratam os dramas cotidianos e as violências vivenciadas por mulheres negras e periféricas.

Ao narrar suas vivências como uma escritora negra e favelada, Conceição resgata a memória ao mesmo tempo em que incorpora a voz feminina silenciada e oprimida, seja pela condição de gênero, raça, socioeconômica, ou ambas, evidenciando a disparidade entre mulheres ricas e pobres, brancas e negras, tendo em vista que a mulher negra e pobre possui seu sofrimento potencializado, dadas as múltiplas formas de opressão presente no seu cotidiano, conforme aponta a filósofa Djamilia Ribeiro: “Uma mulher negra terá experiências distintas de uma mulher branca por conta de sua localização social, vai experimentar gênero de uma outra forma” (Ribeiro, 2017, p. 61).

Nessa mesma ótica, a socióloga Saffioti (1976) elucida sobre a função da mulher escravizada no sistema produtivo da sociedade escravocrata e relaciona com a “prestação de serviços sexuais”. Dessa maneira, a autora enfatiza que a mulher negra foi convertida no “instrumento inconsciente que, paulatinamente, minava a ordem estabelecida, quer na sua dimensão econômica, quer na sua dimensão familiar” (Saffioti, 1976, p. 165). Assim, percebe-se que historicamente a mulher negra foi desumanizada e utilizada como objeto sexual, ao passo que à mulher branca cabia a função de ser “rainha do lar” e esposa, o que corrobora o argumento utilizado pela teórica Djamilia Ribeiro (2017).

Por conseguinte, Bell Hooks (1995) afirma que o corpo da mulher negra, desde a escravidão até a contemporaneidade “tem sido visto pelos ocidentais como o símbolo quintessencial de uma presença feminina ‘natural’, orgânica, mais próxima da natureza, animalística e primitiva” (Hooks, 1995, p. 468). Sob essa ótica, torna-se um ato de rebeldia uma mulher negra escrever a própria história e se autoafirmar como um sujeito político em uma sociedade racista e misógina que historicamente despreza corpos femininos negros, pois “mais do que qualquer grupo de mulheres nesta sociedade, as negras têm sido consideradas ‘só corpo, sem mente’” (Hooks, 1995, p. 469).

É nesse contexto que Conceição Evaristo se destaca na Literatura brasileira, uma vez que vai na contramão desse pensamento patriarcal e racista, narrando as suas próprias vivências e incorporando a voz de outras mulheres que compartilham da mesma condição que a sua, ajudando a construir, assim, a identidade feminina negra na Literatura brasileira. Dito isso, o ponto de partida para a nova Literatura consiste na valorização da experiência, enfatizando a criação das histórias pelos próprios sujeitos que as vivem; em outras palavras, a partir da escrevivência, a mulher negra não é um mero objeto de análise, mas sim o sujeito da própria história:

Surge a fala de um corpo que não é apenas descrito, mas antes de tudo vivido. A escre (vivência) das mulheres negras explicita as aventuras e as desventuras de quem conhece uma dupla condição, que a sociedade teima em querer inferiorizada, mulher e mulher negra [...]. Pode-se dizer que os textos femininos negros, para além de um sentido estético, buscam semantizar um outro movimento, aquele que abriga todas as suas lutas. Toma-se o lugar da escrita, como direito, assim como se toma o lugar da vida (Evaristo, 2005, p. 205-206).

Nessa mesma perspectiva, entende-se que “Ouvir a perspectiva das vozes apagadas da história é uma maneira de reescrever essa mesma história, é uma maneira de compreendê-la ao mesmo tempo em que se produz novas maneiras de existir” (Barossi, 2017, p. 15). Nessa premissa, Conceição reescreve a história das mulheres, uma vez que ela rompe com a trajetória de invisibilidade, denunciando as opressões através da sua escrevivência, que incomoda aqueles que fingem não ver a exploração dos povos marginalizados.

Outrossim, os escritos evaristianos consistem em análises interseccionais, uma vez que trazem à tona a realidade enfrentada pelas mu-

lheres brasileiras em suas condições de gênero, classe e raça/etnia. Para Patricia Hill Collins (2021), a ferramenta interseccional é ao mesmo tempo um projeto de conhecimento e uma forma de resistência política, do mesmo modo que se serve a escritora Conceição Evaristo, ao trazer essa característica em suas obras. Por fim, é imprescindível adotar a interseccionalidade como instrumento de análise, a fim de abordar a complexidade dos problemas específicos de um determinado grupo.

Além de renomada escritora literária, Conceição dispõe de ampla atuação na esfera acadêmica, o que atribuiu à autora uma posição de prestígio no campo intelectual, contudo, a condição de subalternidade imposta à produção da Literatura negra dentro do âmbito geral da Literatura brasileira faz com que a notoriedade conquistada por Conceição não seja necessariamente um privilégio (Machado, 2014). De todo modo, é inegável o sucesso alcançado pela autora e o caráter de denúncia na sua escrita, tornando-a um instrumento de resistência política, ajudando a romper com os históricos silenciamentos da escrita feminina, sobretudo no que se refere às mulheres negras.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A escrevivência de uma mulher negra e pobre, a exemplo de Carolina Maria e Conceição Evaristo, traz consigo a força de incontáveis mulheres historicamente silenciadas e invisibilizadas por uma sociedade que se autodenomina democrática, mas que continua oprimindo e explorando sujeitos femininos negros. Nesse sentido, a escrita das duas autoras aqui analisadas e elas próprias são fundamentais para se pensar a condição da mulher negra na sociedade brasileira.

Além disso, Carolina e Conceição romperam com o modelo tradicional da escrita literária brasileira ao se colocarem como agentes transformadores das suas próprias histórias, denunciando as violências, desigualdades, preconceitos e invisibilidades enfrentadas pela mulher negra e pobre em uma sociedade machista, racista, elitista e muitas vezes, paternalista. Através da escrevivência, as autoras chamaram a atenção para as suas experiências e opressões cotidianas a partir das suas condições de gênero, classe e raça/etnia, proporcionando novas formas de se pensar e ver o mundo, quebrando o silêncio conveniente que tradicionalmente assola a sociedade brasileira.

Por fim, as autoras literárias trazem nos seus escritos e nelas mesmas uma nova representação da mulher negra e pobre, agora não mais “domesticada”, passiva, silenciada, mas sim forte, crítica, resistente e

escritora, capaz de ser dona e protagonista da própria história. Carolina e Conceição contribuíram para a construção da mulher negra brasileira como sujeito emancipado e autônomo, seja por meio das suas escritas ou das suas vivências, ou da combinação das duas coisas, culminando assim, na escrevivência.

REFERÊNCIAS

BAROSSO, Luana. (Po)éticas da escrevivência. Estudos de Literatura Brasileira Contemporânea, [S. l.], n. 51, p. 22-40, maio/ago. 2017.

BONNICI, T. Zolin. Lúcia Osana (org). Teoria Literária: abordagens históricas e tendências contemporâneas. 2 ed. Maringá: Eduem, 2005.

CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos a gênero. Tradução Liane Schneider. Los Angeles: University of California, 2002.

EVARISTO, Conceição et al. A escrevivência e seus subtextos. Escrevivência: a escrita de nós: reflexões sobre a obra de Conceição Evaristo, v. 1, p. 26-46, 2020.

EVARISTO, Conceição. Dados biográficos. Literafro: O portal da literatura afro-brasileira, 2009.

EVARISTO, Conceição. —Gênero e etnia: uma escrevivenciada dupla face”. In: SCHENEIDER Liane; MOREIRA, Nadilza Martins de Barros (Org.). Mulheres no mundo: etnia, marginalidade e diáspora, João Pessoa: Ideia, 2005.

EVARISTO, Conceição. Insubmissas lágrimas de mulheres. Rio de Janeiro: Malê, 2016.

EVARISTO, Conceição. Olhos d’água. Rio de Janeiro: Pallas, 2014.

EVARISTO, Conceição. Becos da memória. Rio de Janeiro: Pallas, 2017.

GONZÁLEZ, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. Revista ciências sociais hoje, v. 2, n. 1, p. 223-244, 1984.

HILL COLLINS, Patricia; BILGE, Sirma. Interseccionalidade. Editora Boitempo, 2021.

HOOKS, Bell. Intelectuais negras. Estudos Feministas, Rio de Janeiro,

v. 3, n. 2, p. 464-478, 1995.

JESUS, Carolina Maria de. *Meu estranho diário*. Org. Robert Levine; José Carlos Sebe Bom Meihy. São Paulo: Editora Xamã, 1996.

JESUS, Carolina Maria de. *Quarto de despejo: Diário de uma favelada*. 7 ed. São Paulo: Francisco Alves, 1960.

MACHADO, Bárbara Araújo. *Escre (vivência)”: a trajetória de Conceição Evaristo*. *História oral*, v. 17, n. 1, p. 243-265, 2014.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom. Carolina Maria de Jesus: emblema do silêncio. *Revista USP*, n. 37, p. 82-91, 1998.

RIBEIRO, Djamila. *O que é lugar de fala?* Belo Horizonte (MG): Letramento Justificando, 2017.

SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani. Trabalho feminino e capitalismo. *Perspectivas: Revista de Ciências Sociais*, v. 1, 1976.

TOLEDO, Christiane Vieira Soares. Carolina Maria de Jesus: a escrita de si. *Letrônica*, v. 3, n. 1, p. 247-257, 2010.

LITERATURAS INFANTIS E DISCURSOS DE GÊNERO EM DISPUTA

Priscila Bispo de Lacerda¹
Daniela Finco²

Introdução

A proposta desse trabalho nasce com episódios polêmicos envolvendo livros de literatura infantil, no contexto de escolas de Educação Infantil da região metropolitana de São Paulo. Traz a análise de alguns livros infantis que foram alvo de perseguição, como: *O amor é Lilás*, de Marina Franco (2020); *Menina não entra*, de Telma Guimarães Castro Andrade (2006) e *Ceci quer um bebê*, de Thierry Lenain (2004). Casos que nos permite apresentar reflexões sobre a presença das ameaças anti-gênero na Educação Infantil, e abordar as denúncias de escolas como uma possibilidade de debater e tirar a invisibilidade de tal problemática.

Compreender como se dá a construção e a propagação dos discursos, ideias e slogans que envolvem a “ideologia de gênero” e sua gênese, nos ajuda na discussão e no entendimento do poder e do alcance dessas falas. Pode-se dizer que essas ideias estão relacionadas ao uso do termo gênero de maneira não correspondente ao que academicamente se constitui, a partir de 1980, o campo de estudos de gênero (Junqueira, 2019).

Trazida por teóricas feministas, esse importante conceito e categoria analítica suscita atualmente polêmicas e envolvidas em ofensivas fundamentalistas, em especial os vinculados a diferentes denominações religiosas, sendo traduzida como algo que traz dúvidas a ordem divina ao pautar a premissa de que o feminino e o masculino são mais construções históricas e sociais do que determinações biológicas (Carreira, 2019). Com tal conceito as teóricas feministas tinham como objetivo inicial tornar visível aquela que fora ocultada e segregada social e politicamente da história, tendo como consequência a sua invisibilidade enquanto sujeito (Louro, 1997). Os estudos feministas e a utilização do termo gênero ganham novos contornos ao longo dos tempos e das mudanças das mulheres em relação aos espaços que ocupavam.

1 Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de São Paulo - Unifesp Guarulhos – SP.

2 Professora do Departamento de Educação e do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de São Paulo Unifesp Guarulhos - SP. Coordenadora do Grupo de Pesquisa Gênero, Educação da Pequena Infância Cultura e Sociedade - Unifesp - SP.

Tornar visível a mulher enquanto ser social e político, e iniciar e consolidar um processo de avanços e conquistas no campo feminista repercurte reações que demonstram a insatisfação dos que detem o poder e não demonstram pretensão de perdê-lo. Rohden (2024) nos alerta sobre as reações violentas diante desse cenário e destaca que não é uma disputa meramente “ideológica” e moral, mas também uma disputa que encara embates políticos, econômicos e transnacionais. A criação do termo “ideologia de gênero” expressa uma reação ao que se via enquanto consolidação de pautas do movimento feminista e os avanços referentes a questões de gênero e sexualidade. Ainda segundo a autora, quanto a “ideologia de gênero”, a ideia seria retirar do conceito de gênero suas conotações positivas, estabelecendo conotações negativas, por meio de sua associação com o conceito de ideologia (Rohden, 2024)

Dessa forma, as polêmicas e ataques se configuram atualmente em uma disputa pelo sentido de gênero, protagonizada pelos defensores da posição antigênero que traduzem o termo como uma “ideologia”, remetendo a ideias falsas, ou a “um fantasma assustador e destrutivo” (Butler 2024). Para Butler, esses defensores da posição antigênero se dedicam em não ler criticamente textos sobre os estudos de gênero, posicionando o termo como dogmático e doutrinador. A alegação de que gênero é ideológico é a sua própria formação ideológica, composta por um conjunto próprio de crenças, incluindo um “ataque” a uma formulação nebulosa que essas pessoas tomam como real:

Embora o gênero seja muitas vezes injustamente caricaturado como algo inventado, um artifício, uma notícia falsa, uma mentira, algo forjado na linguagem e que só existe nela, quem parece temer profundamente o poder da linguagem são os próprios críticos de direita. A palavra gênero, ao que tudo indica, enfeitiça, exerce um encantamento, e por isso, tudo que se associa a ela deve ser desencantado, dissipado. (Butler, 2024, p.31)

Dessa forma, tais questões permitem refletir sobre o cenário que configura as últimas décadas, caracterizado por conflitos complexos, com atenção às múltiplas formas como o gênero é utilizado em “políticas”, entendidas tanto como intervenções de governança quanto como práticas discursivas.

O gênero, neste contexto, é por vezes utilizado como um dispositivo democrático de inclusão e crítica das relações de poder, por vezes como uma ferramenta para produzir dominação e exclusão com a retórica neoliberal, como um “inimigo” a combater. O olhar

para as ameaças de uma “ideologia liberticida”, que entraria nas escolas sob o pretexto de combater a violência, para fazer lavagem cerebral nas nossas crianças, revela que a escola é o principal campo de batalha. (Finco, Barreiros, Abateccola, 2024, p.03)

Ao trazer uma atenção especial para as cruzadas antigênero envolvendo as literaturas infantis e a educação das crianças, percebemos como o conceito de gênero precisa ser estudado e divulgado, por ainda sofrer muitas vezes distorções. Nesse sentido, o uso de termos como a “ideologia de gênero”, a propagação de falsas ideias sobre gênero na educação, o pânico moral e a desconfiança com que foram, e ainda são, tratadas professoras e professores em suas práticas diárias, são exemplos de como o discurso se mostra uma ferramenta que é de maneira quase sincrônica, necessária e perigosa.

Vale ressaltar que o fortalecimento público de discursos conservadores permitiu que ganhasse notoriedade, por exemplo, movimentos como o MESP - Movimento Escola sem Partido, que promoveu acusações, perseguições e até processos extrajudiciais envolvendo professoras, professores e escolas, levantando bandeiras contra o posicionamento de uma suposta “doutrinação” (Miguel, 2016). Com o golpe que resultou na deposição de Dilma Rousseff da presidência, o projeto aumentou sua participação nas câmaras municipais e assembleias legislativas, com o objetivo de aprovar projetos de lei criminalizando a temática de gênero e sexualidade nas escolas (Maluf, 2024).

As discussões acerca do termo gênero e a sua constituição enquanto categoria de análise social, e a invenção do termo “ideologia de gênero” por parte dos reacionários antigênero, são fundamentais para a compreensão do cenário atual, no qual discursos conservadores ganham força na tentativa de retroceder em conquistas no campo da diversidade e dos direitos humanos. Flávia Birolli, Maria da Dores Campos Machado e Juan Marco Vaggione (2020) colocam em debate a forma atual do conservadorismo latino-americano relacionada às matrizes do neoconservadorismo religioso, argumentando que ela está relacionada a uma temporalidade marcada pelos avanços dos movimentos feminista e LGBTQIA+, em consonância com as coalizões políticas de grupos cristãos com setores não religiosos da direita, que apresentam como uma pauta em comum ignorar as políticas em direitos humanos e os tratados internacionais que garantem direitos nos campos da sexualidade e da reprodução.

Com o intuito de esclarecer alguns termos utilizados em discursos, entendidos como “ambíguos”, e que poderiam trazer dúvidas

àqueles que condenam o gênero nas disputas atuais no campo político em relação a família e direitos sexuais e reprodutivos, a retórica discursiva antigênero teve sua sistematização em uma enciclopédia chamada *Lexicon*³. Composta de verbetes sobre bioética, sexualidade e gênero, o material teve sua tradução no Brasil em 2007 e foi escrito inicialmente por 70 autores, dentre estes, três cardeais ultraconservadores. O *Lexicon* se apresenta como uma maneira de desconstruir uma suposta manipulação da linguagem, que estaria em construção como estratégias contrárias à família e à dignidade humana (Finco, Barreiros, Abbatecola, 2024).

Desse modo, destaca-se a importância de analisar tal fenômeno que funcionam como dispositivo político-discursivo cujo acionamento, em diversos cenários, está implicado na reorganização do campo reacionário e no redesenho de estratégias de mobilização e intervenção na arena pública. (Junqueira, 2018). As análises envolvendo a perspectiva do fortalecimento do movimento antigênero, apresenta-se deste modo de grande relevância, diante do cenário político brasileiro atual, buscando compreender o alcance de tais discursos e como esse fato reverbera nas pautas relacionadas a gênero e educação.

DISCURSOS ANTIGÊNERO E A INVENÇÃO DA “IDEOLOGIA DE GÊNERO”

Os discursos têm muito valor nos meios em que são distribuídos. Apelativos, muitas vezes se utilizam de questões morais fortemente enraizadas na sociedade brasileira com apelos religiosos. São difusores daquilo que nem sempre é verdade, mas que se torna uma verdade absoluta para uma grande parcela da sociedade. Dessa forma, a análise do discurso acabou por se tornar um campo de estudos bastante acionado com a finalidade de entender o alcance e as consequências da proliferação da ação e da fala, principalmente, de algumas pessoas públicas e políticas no Brasil.

A análise do discurso (AD) é um campo de estudo que oferece ferramentas conceituais para a análise desses acontecimentos discursivos, na medida em que toma como objeto de estudos a produção de efeitos de sentido, realizada por sujeitos sociais, que usam a

³ O dicionário *Lexicon - Termini ambigui e discussi su famiglia, vita e questioni etiche* (Termos ambíguos e discutidos sobre família, vida e questões éticas) foi publicado na Itália em 2003, pelo Pontifício Conselho para a Família, traduzido em diversas línguas como russo, árabe, alemão, espanhol.

materialidade da linguagem e estão inseridos na história. Por isso, os campos da AD e dos estudos da mídia podem estabelecer um diálogo extremamente rico, a fim de entender o papel dos discursos na produção das identidades sociais. (Gregolin, 2007, p. 13)

Destaca-se o deslocamento das identidades na contemporaneidade a partir das máquinas de informações, e ainda sobre a interpretação e a reinterpretação das mensagens midiáticas como construções que permitem a produção, por parte de quem as recebe, de formas simbólicas de representação da relação com a realidade concreta (Gregolin, 2007). A disseminação e o alcance das informações distorcidas quanto ao termo “ideologia de gênero”, bem como a outros termos, expressões e interpretações da realidade em relação ao gênero no âmbito educacional, muito tem a ver com o contexto em que essas informações estão sendo transmitidas, ou seja, como, por quem, para quem, quando essas informações emergem. Os discursos veiculados pela mídia, “operam um jogo no qual se constituem identidades baseadas na regulamentação de saberes sobre o uso que as pessoas devem fazer de seu corpo, de sua alma, de sua vida” (Gregolin, 2007, p. 18).

Cabe destacar que a percepção da ameaça antigênero ganhou maior notoriedade e deixou em alerta a cúpula católica no contexto das Conferências Internacionais sobre população e desenvolvimento, no Cairo, em 1994, e sobre as mulheres, em Pequim, em 1995. Emerge então, uma contra ofensiva católica no combate à “perspectiva de gênero” e que posteriormente teve o apoio de todo o conservadorismo religioso. Assim, a Igreja Católica, na figura de sacerdotes e teólogos, inicia um discurso capaz de criar um confronto com o panorama de gênero em produções acadêmicas feministas de vários países do mundo. (Machado, 2018; Junqueira, 2022). Nesse processo, foi central a invenção da expressão “ideologia de gênero”.

Um neologismo que cumpre o papel de um artefato retórico e persuasivo, em torno do qual foi possível reorganizar o discurso político e desencadear novas estratégias de mobilização e intervenção. (...) Os processos de reorganização do discurso podem inclusive contribuir para uma reconfiguração dos cenários de disputa discursiva. (Junqueira, 2022, p.17)

No Brasil, a popularização do discurso sobre a “ideologia de gênero” foi financiada por grupos religiosos que se empenharam na produção e distribuição, em sites cristãos, por exemplo, de materiais

com conteúdo que alertavam sobre os “perigos” da ideologia, já apresentando o alcance das especulações e discursos distorcidos em torno do gênero e o caráter de ideologia dado ao termo, e ainda apresentando a conexão de gênero, ideologia e poder em um espaço de disputa de grupos políticos (Machado, 2018).

O uso recorrente de discursos sobre a família no âmbito político conservador se refere à chamada “família natural”, e um dos “perigos” da “ideologia de gênero” remete exatamente à destruição dessa família por parte do reconhecimento de outros tipos de composições familiares. Junqueira (2022) aponta para essa caracterização, trazendo algumas particularidades dessa denominação, como a referência a esse modelo de família sempre no singular; um conceito de família base da sociedade; fundada em uma união monogâmica homem-mulher pelo matrimônio sacramentado e indissolúvel; preferencialmente com filhas e filhos. As posições feministas e de movimentos LGBTQIA+ acabam sendo traduzidas, por grupos religiosos conservadores, como incentivo a um individualismo, ideia que vai de encontro ao conceito de sexualidade religiosa baseada na hierarquia entre homens e mulheres, assim como na centralidade da reprodução (Miskolci e Campana, 2017).

As ofensivas da “ideologia de gênero”, entre outras pautas, também aparecem relacionadas com o uso de literaturas infantis, consideradas como “perigosa” ferramenta para induzir e influenciar crianças nas escolas em relação a gênero e sexualidade. Nesse contexto, os episódios de censura da literatura infantil na perspectiva de gênero, trazendo embates e os envolvendo discursos que buscam barrar e limitar o trabalho docente na construção envolvendo o projeto de uma educação para a eliminação das desigualdades e favorecimento da diversidade.

Assim, este trabalho aborda a questão da “ideologia de gênero”, as ameaças e as ofensivas conservadoras na educação das crianças pequenas e se propõe a analisar alguns episódios polêmicos abrangendo a literatura infantil, em consonância com os discursos fundamentalistas que disseminam e potencializam inverdades em torno do termo “ideologia de gênero”. Dessa forma, analisa alguns discursos políticos que muitas vezes se utilizam de questões morais religiosas fortemente enraizadas na sociedade brasileira, aumentando os discursos públicos antigênero.

Os casos analisados representam o cenário social, político e cultural que vivenciamos nos últimos anos, revelando a marcante e incisiva presença de ativismo religioso que encontra na “ideologia de gênero” um artefato de persuasão e que vem sendo usado para a disseminação

de pânico moral, em relação à educação das crianças e jovens. Neste sentido, a análise do discurso apresenta um campo de estudos que nos ajuda a entender o alcance e as consequências da proliferação de ideias, envolvendo a dimensão social, educativa e política no Brasil.

LITERATURA INFANTIL NO CENTRO DAS CRUZADAS ANTIGÊNERO

Com base no entendimento da escola como centro da cruzada antigênero e a relevância da literatura infantil nas práticas pedagógicas, o presente texto apresentará alguns episódios polêmicos envolvendo livros de literatura infantil no contexto da Educação Infantil em uma rede da região metropolitana de São Paulo, como forma de exemplificar as limitações encontradas pela escola nesse cenário de disputas. São casos que representam o momento político e social que estamos vivenciando nos últimos anos e suscitam reflexões sobre a presença das ameaças antigênero na Educação, discorrendo sobre denúncias de escolas como a possibilidade de debater e tirar a invisibilidade de tal problemática.

As literaturas infantis se apresentam como uma ferramenta interessante para análise e estudo das relações de gênero. A leitura de livros que apresentam diferentes formas de pertencimento pode ser muito útil para ampliar as diferentes possibilidades relacionadas ao gênero, proporcionando a reflexão sobre estereótipos de gênero (Seveso, 2015) e podem oferecer estratégias pedagógicas para contribuir para a meta de igualdade de gênero desde a infância. Porém no Brasil atual, as literaturas infantis destinadas a problematizar e desconstruir as representações estereotipadas de gênero acabam muitas vezes ameaçadas. Os conflitos envolvendo as literaturas infantis relacionadas à questão de gênero e sexualidade trazem afirmações que tais livros teriam conteúdos que ferem valores da família natural, e que temas que envolvessem a “ideologia de gênero” não deveriam ser discutidos na esfera pública, em instituições educativas.

Para agravar o contexto, pesquisas brasileiras já alertavam para o “gendramento da infância”, através dos livros infantis e as possíveis consequências em meninos e meninas revelam a presença e manutenção dos estereótipos de gênero e atitudes de submissão das mulheres em relação à dominação masculina nas literaturas infantis. Denunciam como os estereótipos de gênero tradicionais ainda estão muito presentes nessas obras contemporâneas, trazendo conteúdos tradicionalmente estereotipados em relação às questões de gênero. (Botton; Neves Strey, 2015).

Para Souza (2018), a atuação de políticos e religiosos contra a “ideologia de gênero”, alinhados a um discurso a favor da “moral e dos bons costumes”, apontam para diferentes práticas de censura, como a aprovação de leis que proíbem materiais informacionais sobre o tema nas escolas, a exclusão das expressões “gênero”, “identidade de gênero” e “orientação sexual” de documentos públicos até a pressão política para a retirada de livros de bibliotecas (Souza, 2018).

O primeiro episódio de tentativa de censura, analisado neste trabalho, envolveu o livro de literatura infantil *O amor é Lilás* (Franco, 2020). O livro apresenta uma história divertida e sensível que pode ser explorada de várias maneiras no trabalho com meninas e meninos a partir das cores:

Imaginem um mundo de uma cor só. Um mundo cor de rosa. Roupas rosa, o quarto todo rosa, os cadernos, os brinquedos. Tudo cor de rosa. Era assim a vida de Rosinha. Ela só gostava da cor rosa e não se permitia conhecer e gostar de outras cores. Até conhecer o menino arco-íris, um menino que existia por causa de todas as cores do mundo. O menino arco-íris chamou Rosinha para um passeio. Voando pelo céu, Rosinha viu o azul do céu. Se encantou com o amarelo radiante do Sol. Conheceu o cinza dos dias nublados. Em um campo de lavandas conheceu o lilás, foi lá que Rosinha, sentindo o cheiro de lavanda, disse “O amor é lilás”. Depois do passeio, Rosinha estava pronta para amar todas as cores do universo. (Síntese das autoras)

Figura 1. Capa do livro: O amor é lilás (Franco, 2020)



O livro faz parte das ações curriculares para Educação Infantil, em consonância com um programa municipal voltado para o incentivo ao gosto pela leitura, distribuído por uma rede de educação da região metropolitana de São Paulo, com o intuito de ser trabalhado nas pré-escolas e também disponibilizado para as crianças levarem para casa. Porém uma das escolas da referida rede foi surpreendida com uma carta

de um pai, que de maneira acusatória dizia estar “*indignado com o conteúdo de ideologia de gênero na Educação Infantil*”, questionando as cores da ilustração do livro, no qual “*o cabelo do menino tem seis cores, identificação do movimento LGBTQIA+*”. Alegava “*não concordar com o estímulo, uma vez que crianças ainda estão em processo de desenvolvimento*”. Dizendo ainda que “*o conteúdo fere os princípios da nossa família tradicional e cristã*”.

Em 2015, outros dois livros foram apontados como inadequados pelo conteúdo que questionava tanto os papéis pré-estabelecidos e adequados para meninos e meninas, quanto a abordagem da sexualidade para crianças. Um dos livros é *Menina não entra* (Andrade, 2006), que conta a história de alguns amigos que resolvem formar um time de futebol, e por não encontrarem outra pessoa, têm a ideia de convidar uma menina, Fernanda, que logo mostra suas habilidades fazendo as pessoas perceberem que estavam equivocadas e que o preconceito não leva a vitória alguma, dentro e fora de campo. (*síntese da autora*).

Figura 2. Capa do livro: *Menina não entra* (Andrade, 2006)



E ainda o livro *Ceci quer um bebê* (Lenain, 2004) que apresenta a história de Ceci, uma menina que ao saber que ganharia um irmãozinho também decide querer um bebê e para isso cria a fantasia de, com seu amigo Max, engravidar. Envolve a curiosidade das crianças sobre de onde vieram e como são gerados os bebês, como algo natural, e com a qual quase todos os pais serão questionados em algum momento:

Figura 3. Capa do livro: Ceci quer um bebê (Lenain, 2004)



Os livros, repudiados por políticos religiosos, incitaram medo nas famílias e causaram muitas polêmicas. Em uma reportagem realizada em 2015 sobre o assunto⁴, algumas falas ganharam destaque como a de um vereador, que na data em questão era presidente da Comissão de Direitos Humanos da Câmara: “É uma situação que pode levar as crianças a se desviarem da vida que é o correto, homem e mulher, casamento e seguir a sua vida em frente. Não já querer ter uma tendência à homossexualidade. Como eu disse, nós não somos contra os homossexuais. Não somos homofóbicos. O que nós queremos é que a família cuide dessa parte. E não o município ou o estado”. (Presidente da Comissão de Direitos Humanos da cidade, 2015)

Para Beatriz Rosa Pereira (2018), casos como esses nos fazem pensar a censura existente na literatura infantil, observando que nessas situações a sexualidade e gênero são temas que incomodam os setores mais conservadores da nossa sociedade. Segundo a autora, os temas discutidos nas literaturas que tangem a censura, como os casos dos livros citados, abrem espaço para a reflexão de diversos temas relacionados ao viver em sociedade em nosso tempo, apontando para a necessidade de se discutir a pós-verdade .

A literatura infantil, além do papel no desenvolvimento cognitivo da criança, também contribui como dispositivo que favorece a introdução das ideias e opiniões presentes nas histórias, e também a consolidação das mesmas como regras que precisam ser seguidas à risca (Botton; Neves Strey, 2015). Nessa perspectiva, com as histórias contadas, as crianças podem fazer relação com a própria vida, com o próprio modo de conviver e agir com outras pessoas, ampliando a visão de mundo e da vida em sociedade.

⁴ Reportagem disponível em: Bom Dia Brasil - Distribuição de livros sobre educação sexual gera polêmica em Guarulhos (globo.com)

Tomar consciência de informações estereotipadas pode promover um maior respeito à diversidade (Finco; Seveso, 2018) daí a necessidade de que as histórias contadas às crianças possam expandir as diferentes possibilidades de relacionamento entre as crianças e entre as crianças e os adultos, na direção de sanarem suas dúvidas e curiosidades, do autoconhecimento e da construção do respeito às diferenças.

Os episódios de censura acima descrito revelam aquilo que Junqueira (2019) nos aponta, que a escola se tornou um dos principais alvos de uma ofensiva reacionária, que colocou-a no foco de um debate público “em que os desafios relativos às garantias ao direito à educação cedem lugar a abordagens voltadas a deslegitimar a liberdade docente e desestabilizar o caráter público e laico da instituição escolar como um espaço de formação crítica e de socialização para o convívio social, plural, cidadão e democrático” (Junqueira, 2019, P.136). Revelam ainda, a intenção do movimento antigênero de desvirtuar ideias e deslegitimar o papel da escola e suas ferramentas pedagógicas, de questionar o binarismo e as discriminações de gênero, baseadas no determinismo biológico de gênero que permeia a nossa sociedade. Escoltadas pelo discurso de proteção à família e às crianças, promovem o entendimento de que gênero desvirtuaria e defenderia a sexualização das crianças, o estímulo à homossexualidade e a destruição da família (Leite, 2019).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Muitos são os discursos usados pelos conservadores e defensores da posição antigênero que tem como base a naturalização e essencialização das diferenças de gênero, trazendo grandes desafios para o campo dos estudos de gênero. Desafios esses que incluem a construção de ferramentas de contra-poder, visando contrapor a construção desses discursos, e os efeitos deles na sociedade, que pretendem silenciar temáticas que atravessam os corpos e as vidas infantis.

Tais embates adentram espaços diversos, inclusive fortemente na educação das crianças, mostrando o quanto a escola acaba sendo um campo de disputa ideológica. Os episódios de censura e perseguição apresentados e discutidos constituem partes de um todo que tem se fortalecido e agravado a disputa pelo sentido do gênero na nossa sociedade, anunciando a emergência de pensar a inserção do debate de gênero em âmbito educacional como um desafio.

É importante destacar que apesar das distorções advindas dos discursos manipuladores do movimento antigênero, que tentaram cen-

surar as abordagens das questões de gênero e sexualidade na educação, a justiça considera inconstitucional qualquer forma de censura e manteve garantidas tanto a liberdade de ensinar de professoras e professores, quanto a liberdade de aprender das e dos estudantes (Vianna; Bortolini, 2020). Não tratar as questões de gênero na educação das crianças protege aqueles que se beneficiam diante de um pacto do silêncio de abusos e violência contra as crianças (Bonfanti; Gomes, 2018). Ler livros que buscam desconstruir estereótipos e preconceitos, que apresentam diferentes formas de pertencimento são fundamentais para expandir as diferentes possibilidades relacionadas ao gênero. Desse modo, a literatura infantil se mostra imprescindível nessa tarefa, considerando que não tratar as questões de gênero protege aqueles que negociam com as violências.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Telma Guimarães Castro Andrade. *Menina não entra*. São Paulo: editora do Brasil, 2006.

ARRUDA, Julio Cesar de. FINCO, Daniela Fake News e os Desafios do Trabalho Docente Frente às Questões de gênero e sexualidade na creche. IX Congresso Nacional de Educação, Centro de Convenções de João Pessoa - João Pessoa - PB, 2023.

BIROLI, Flávia; MACHADO, Maria das Dores Campos; VAGGIONE, Juan Marco. *Gênero, neoconservadorismo e democracia*. São Paulo: Boitempo, 2020.

BONFANTI, Ana Letícia; GOMES, Aguinaldo Rodrigues. A quem protegemos quando não falamos de gênero na escola? Salvador, Revista Periódicus, v. 1, n. 9, maio/ outubro de 2018, p. 105-121.

BOTTON, Andressa; NEVES STREY, Marlene. O gendramento da infância através dos livros infantis: possíveis consequências em meninos e meninas. *Perspectiva*, Florianópolis, v. 33, n. 3, p. 915-932, 2015.

BUTLER, Judith. *Quem tem medo do gênero?* São Paulo: editora Boitempo, 2024.

CARREIRA, Denise. Gênero na BNCC: dos ataques fundamentalistas à resistência política. In.: CÁSSIO, Fernando; CATELLI JR, Roberto. *Educação é a base? 23 educadores discutem a BNCC*. São Paulo: Ação Educativa, 2019.

GREGOLIN, Maria do Rosario. Análise do discurso e mídia: a (re)produção de identidades. *Comunicação, Mídia e Consumo*, v. 4, n. 11, p. 11-25, 2007.

MALUF, Sônia Weidner. Políticas da família, neoliberalismo e conservadorismo no Brasil. In: ALMEIDA, Heloisa Buarque de, HENNING, Carlos Eduardo (orgs). *Desafios e resistências em gênero e sexualidade no Brasil contemporâneo*. Goiânia: Cegraf UFG, 2024.

FINCO, Daniela; FERNANDES, N. A. . Mis hijos, ¿mis reglas? Visiones de las familias sobre las cuestiones de género en Educación Infantil. *Infância Latinoamericana*, v. 36, p. 1-10, 2023.

FINCO, Daniela; BARREIROS, Douglas Paulino; ABATECOLA, Emanuela. A educação em disputa: gênero, cruzadas e formas de resistência. *Revista OLHARES*, v. 12, n. 1 – Guarulhos, 2024 – ISSN 2317-7853.

FINCO, Daniela; SEVESO, Gabriella. Estereótipos de gênero e sexismo linguístico presentes nos livros no contexto educativo para crianças. *Zero-A-Seis*. Florianópolis, v. 20, p. 206-220, 2018.

FRANCO, Marina; FERRI, Felipe. *O amor é lilás*. São Paulo: editora Maria Mole, 2020.

JUNQUEIRA, Rogério Diniz. A invenção da “ideologia de gênero”: a emergência de um cenário político-discursivo e a elaboração de uma retórica reacionária antigênero. *Psicologia Política*, 18(43), 2018 p. 449-502.

JUNQUEIRA, Rogério Diniz. A ‘ideologia de gênero’ existe, mas não é aquilo que você pensa que é. In: CÁSSIO, Fernando. *Educação contra a barbárie: por escolas democráticas e pela liberdade de ensinar*. São Paulo: Boitempo, 2019.

JUNQUEIRA, Rogério Diniz. *A invenção da ideologia de gênero: um projeto reacionário de poder*. Brasília: Letras Livres, 2022.

LEITE, Vanessa. “Em defesa das crianças e da família”: Refletindo sobre discursos acionados por atores religiosos “conservadores” em controvérsias públicas envolvendo gênero e sexualidade. *Revista Latinoamericana de Sexualidad, Salud y Sociedad*, n. 32 - ago. 2019, pp.119-142.

LENAIN, Thierry. *Ceci quer um bebê*. São Paulo: Cia das letrinhas,

2004.

LOURO, Guacira Lopes. Gênero, sexualidade e educação. Uma perspectiva pós-estruturalista. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.

MACHADO, Maria das Dores. O discurso cristão sobre ideologia de gênero. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, 26(2) 2018.

MIGUEL, Luis Felipe. Da “doutrinação marxista” à “ideologia de gênero” - Escola Sem Partido e as leis da mordaza no parlamento brasileiro. *Revista Direito e Práxis*, vol. 7, núm. 15, 2016, pp. 590-621. Rio de Janeiro, 2016.

MISKOLCI, Richard. CAMPANA, Maximiliano. Ideologia de Gênero: notas para a genealogia de um pânico moral. *Revista Sociedade e Estado*. v. 32, n. 3, Set./Dez. 2017, pp. 725–747.

PEREIRA, Beatriz Rosa. A temática da sexualidade na produção editorial para crianças brasileiras: muitos desafios e um estudo de caso Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Departamento de Jornalismo e Editoração da Universidade de São Paulo, 2018.

PONTIFÍCIO CONSELHO PARA A FAMÍLIA. *Lexicon - Termos Ambíguos e discutidos sobre família, vida e questões éticas*, Brasília: Edições CNBB, 2007..

ROHDEN, Fabíola. Alguns vetores e tensões da disputa “antigênero” no cenário internacional e brasileiro. In: ALMEIDA, Heloisa Buarque de, HENNING, Carlos Eduardo (orgs). *Desafios e resistências em gênero e sexualidade no Brasil contemporâneo*. Goiânia: Cegraf UFG, 2024.

SEVESO, Gabriella. “Astrid Lindgren e le eroine al di là degli stereotipi di genere”. IN. SERIO, B. De, *Scrittrici d’infanzia. Dai libri per bambini ai romanzi per giovinette*, Progedit Editore, Bari, 2015, p. 145-161.

SOUZA, Willian Eduardo Righini de. Em nome da moral e dos bons costumes: censura a livros com temática de gênero no Brasil do século XXI. *Em Questão*, Porto Alegre, v. 24, n. 1, p. 267–295, 2018.

VIANNA, Claudia; BORTOLINI, Alexandre. *Discurso antigênero e agendas feministas e LGBT nos planos estaduais de educação: tensões e disputas*. Educação e Pesquisa. São Paulo, v. 46, 2020.

GT06
GÊNERO E RELAÇÕES DE
TRABALHO

Prof^ª. Dra. Catarina Nascimento de Oliveira - UFS

Prof^ª. Dra. Silmere Alves Santos - UFS

Prof^ª. Dra. Elvira Simões Barretto - UFAL

DESAFIOS PARA A PRESENÇA DE MULHERES NO TELEJORNALISMO ESPORTIVO NO MARANHÃO: CONTRIBUIÇÕES DE JANAINA FONTENELE PARA O GLOBO ESPORTE

Ana Leticia Pinheiro da Silva Ferro¹
Maria Gislene Carvalho Fonseca²

INTRODUÇÃO

A disseminação do esporte no Brasil é marcada pela discriminação da prática feminina e posterior utilização das atividades físicas como forma de preparar a mulher para sua função principal, segundo a moral cristã, a de ser mãe (Goellener, 2005). Nesse contexto, a relação da sociedade com a presença da mulher no universo esportivo é marcada pelo preconceito, independente da posição que ela ocupe, seja torcedora, atleta ou profissional da área. A construção do espaço desses três envoltimentos da mulher com o esporte passa por processos semelhantes, partindo de esforços individuais, preconceito partindo de todos os lados e uma necessidade constante de provar seu valor.

Sabemos que o universo do esporte e o próprio jornalismo esportivo são fortemente marcados por questões de gênero, e isso impacta em vários aspectos. As torcedoras são sempre questionadas sobre seu conhecimento e sobre a legitimidade ou motivação do seu amor pelo esporte; e as atletas, treinadoras e jornalistas são menosprezadas quanto à sua capacidade profissional pelo simples fato de serem mulheres no mundo esportivo. (Marta, 2020, Online)

Análises da inserção da jornalista na editoria esportiva no Brasil, independente do formato, são uma história recente. A título de comparação, as primeiras produções esportivas datam de 1856 e a primeira revista propriamente esportiva passa a circular entre 1916 e 1920, e em 1948, Maria Helena Rangel se consagra enquanto primeira mulher contratada para escrever reportagens esportivas para A Gazeta Esportiva

¹ Graduanda de Comunicação Social- Jornalismo na Universidade Federal do Maranhão.

² Professora do Departamento de Comunicação Social (UFMA) e doutora em Comunicação Social pela UFMG.

(Barsotti, 2024). No telejornalismo, podemos destacar como marcos a primeira transmissão esportiva em 1950 pela TV Tupi e o primeiro programa esportivo em 1954, Mesa Redonda da Record (Silveira, 2009). As mulheres começam a participar das coberturas esportivas na década de 1980, com pioneirismo da TV Globo em inserir apresentadoras em seus principais programas esportivos, mas apenas em 2007 uma mulher assume a apresentação de um programa de mesa-redonda, Renata Fan no Jogo Aberto da TV Bandeirantes (Vimeiro, 2023).

Tendo em vista a história geral da mulher no jornalismo esportivo brasileiro, faz-se necessário um recorte para compreender os desafios e contribuições do contexto maranhense. Nesse sentido, o telejornalismo foi o formato escolhido por apresentar avanços relativos, mas visíveis em alguma medida, nos últimos anos, além de apresentar uma linguagem que permite uma conexão maior com o público (Silva, 2009). Em 2024, duas emissoras maranhenses trabalham com mulheres no comando de seus programas principais. O Globo Esporte Maranhão (GE/MA), da TV Mirante/Rede Globo, é apresentado por Janaina Fontenele desde o início de 2023 e o Jogo Aberto Maranhão, da TV Band, tem como âncora Maysa Pestana desde fevereiro de 2024³.

O foco do presente trabalho é analisar as contribuições de Janaina Fontenele, a primeira âncora do Globo Esporte Maranhão. Antes de Fontenele, outras mulheres apresentaram de forma esporádica, entretanto ele se consagra como a primeira mulher a assumir a apresentação titular do GE na TV Mirante, sendo, portanto, uma referência importante para compreender as mudanças promovidas por ela no programa.

A partir de e revisão bibliográfica de estudos realizados sobre a mulher no jornalismo esportivo brasileiro, faz-se o recorte maranhense com o auxílio de algumas edições apresentadas pela Fontenele disponíveis no site *GloboPlay* para discutir os desafios para a permanência feminina na profissão, considerando também as modificações realizadas no veículo para fortalecer a presença feminina na área. Entrevistas semi-estruturadas foram realizadas pela autora deste trabalho para acessar algumas informações, considerando que não foi possível ainda entrevistar diretamente a apresentadora. A aplicação foi informal e realizada no cotidiano da redação.

3 Publicação de Maysa Pestana em suas redes pessoais sobre o início de sua apresentação no Jogo Aberto Maranhão. Disponível em <https://www.instagram.com/p/C4u5rcFOg0v/?igsh=YTZ0bmJodHNybm4>

A MULHER BRASILEIRA JORNALISTA ESPORTIVA

A lógica cristã de controlar o estilo de vida da mulher perpassa diferentes áreas da vida social, desde escolha de vestimenta até as atividades que devem ou não ser feitas. Quando colocado nesse ponto de vista, parece um pensamento antiquado, distante da realidade em que mulheres votam e trabalham. De certa forma, essas noções não deixaram o imaginário popular brasileiro, que espera certos comportamentos femininos e, quando essas expectativas não são atendidas, a resposta é a discriminação e o preconceito.

O produto do sistema dominante ocidental é uma divisão nítida entre masculino e feminino: “O sentido feminino do Eu é fundamentalmente ligado ao mundo, o sentido masculino do Eu é fundamentalmente separado do mundo” Segundo Chodorow, se os pais fossem mais envolvidos nos deveres parentais e mais presentes nas situações domésticas os resultados do drama edipiano seriam provavelmente diferentes. (Scott, 2019, p. 62)

As dificuldades para alcançar o esporte passam por atletas e jornalistas. Quando Vimeiro (2023) se propõe a entender quem são as mulheres no jornalismo esportivo brasileiro, traz uma reflexão já exposta em outros estudos, tanto brasileiros quanto internacionais. A profissional enfrenta dificuldades para ascensão profissional e desrespeito no cotidiano, seja por parte de colegas de trabalho ou de torcedores e fontes.

A opressão é vivenciada no cotidiano, sendo o espaço da redação intimidar para as mulheres. As entrevistadas relatam serem ignoradas nas sugestões de pauta, quando exprimem opiniões sobre o desempenho de jogadores e equipes e para cobrir determinados eventos, como jogos importantes e da seleção de futebol masculina. Essas mulheres relatam um comportamento agressivo de colegas e chefes, que inclui abuso verbal (gritos) e uso do humor para encobrir a misoginia (ironia). Também narram situações constrangedoras com técnicos e jogadores, com olhares reprovadores e risos. (Vimeiro, 2023, p. 8).

O desrespeito diário surge como mecanismo para o afastamento dessas mulheres das redações esportivas. Na linha do tempo do jornalismo brasileiro, a inserção das mulheres é marcada por temas de “menor relevância” ou de pouca profundidade (Barsotti, 2024). Ao chegar no esporte, o *modus operandi* é o mesmo, com recorrentes delegações de matérias de menor alcance, deixando-as de lado de coberturas de maior impacto, como os de futebol masculino, de maior interesse público e audiência brasileira.

A linha do tempo da inserção da mulher no jornalismo esportivo parece ter avançado nos últimos anos, principalmente por conta dos esforços verificados na TV Globo para ampliar a presença de mulheres em posições como narradora e comentarista, além de carregar certos pioneirismos na apresentação de programas. No jornalismo impresso, e aqui insiro uma hipótese da menor exposição e cobrança, como as emissoras, esconder e dificultar o acesso de mulheres às redações resulta numa quantidade mais baixa dessas profissionais atuando na área.

No levantamento realizado por Barsotti (2024), voltado para o jornalismo impresso, constatou-se que “dos 1.184 conteúdos obtidos, 667 receberam assinaturas. [...] Da quantidade de textos creditados, 578 (86,7%) foram assinados por homens, e 89 (13,3%) foram assinados por mulheres”. As pesquisadoras analisaram O Globo, O Estado de S. Paulo e Folha de S. Paulo, por serem de referência nacional para o jornalismo impresso. Ao tratar do telejornalismo, pontuam que “nota-se um esforço na contratação de mulheres no cenário atual, inclusive para funções de narradora, até há bem pouco tempo proibitiva para as mulheres” (p. 128). Por ser mais visual, percebe-se sim o aumento de mulheres em funções antes dominadas por homens na televisão, mas também é necessário aprofundar-se nesse contexto e compreender de que forma essa inserção da mulher no telejornalismo esportivo se encontra hoje.

Por ser uma editoria ampla, o esporte tem alguns destaques no telejornalismo em alguns nichos. A repórter Mariana Becker, por exemplo, cobre a Fórmula 1 desde 2008, quando começou a participar das transmissões *in loco*. Por um lado, a importância de se ter uma mulher enquanto referência na transmissão de um esporte; do outro, é possível levantar o debate sobre haver apenas uma mulher brasileira como referência na Fórmula 1. Esse recorte esportivo serve como provocação para complementar o levantamento tanto de Vimeiro (2023) quanto Barsotti (2024), pois ambas trouxeram a problemática de delegar mulheres a pautas consideradas menores ou deixá-las de fora de grandes eventos. Nesse contexto, é traçado um perfil nacionalmente de comportamento com as mulheres no esporte.

MULHERES NO TELEJORNALISMO ESPORTIVO MARANHENSE

Em São Luís, as principais emissoras de televisão transmitem para o estado seus programas esportivos. São eles: Globo Esporte Ma-

ranhão (TV Mirante/Rede Globo), Jogo Aberto Maranhão (TV Band Maranhão) e SBT Sports Maranhão (TV Difusora/Rede SBT). No universo radialista, a Rádio Universidade e a Rádio Timbira possuem programas esportivos, o Apito Inicial e o Giro Esportivo, respectivamente. Desses 5 produtos, 3 possuem a participação feminina. O SBT Sports Maranhão e o Giro Esportivo são apresentados exclusivamente por homens, o Globo Esporte é assinado por uma mulher e o Jogo Aberto Maranhão e o Apito Inicial são compostos por uma dupla mista, em ambos Maysa Pestana se faz presente.

As duas mulheres que hoje apresentam programas televisivos esportivos maranhenses não foram as primeiras a ocuparem essa posição. O Globo Esporte Maranhão já foi apresentado por outras mulheres, como Waldélia Reis e Adria Rodrigues, assumindo de forma esporádica e pontual. O Jogo Aberto Maranhão era comandado por Erika Palley, desde o surgimento do programa em novembro de 2019⁴, até fevereiro de 2024, quando foi substituída por Maysa Pestana.

O outro programa televisivo esportivo na ativa, o SBT Sports Maranhão, estreou em fevereiro de 2024 com apresentação de Matheus Sampaio⁵, substituído por Laércio Júnior⁶ no mês de maio. O SBT Sports contou com mulheres na produção e bastidores, não creditadas durante sua atuação na exibição do programa. Além disso, as repórteres que participam do programa não são de dedicação exclusiva às matérias esportivas.

O Globo Esporte foi apresentado inicialmente em 1978 e passou pela apresentação feminina em alguns momentos. No Maranhão, como citado anteriormente, algumas apresentadoras chegaram a realizar edições esporádicas, segundo confirmam funcionários da TV Mirante. Desde o princípio da implantação do GE no Maranhão, o responsável titular pela apresentação era Marco Aurelio, por vezes substituído por outros repórteres da rede, quando necessário.

A hipótese instaurada, portanto, é da importância de Janaina Fontenele como responsável pela apresentação e por trazer consigo mudanças internas, como inserção de mulheres na equipe do núcleo esportivo e também de mais pautas femininas. A partir da revisão da

4 Referência de data: publicação no Instagram da apresentadora no dia 25 de novembro de 2019, marcando o início do programa. https://www.instagram.com/p/B5TKyC6htHL/?utm_source=ig_web_copy_link&igsh=MzRIODBiNWFIZA==

5 Primeira edição SBT Sports Maranhão. 17/02/2024. https://youtu.be/hl_ljTA9TQs?si=I6v-jWPV0NgWADQ8M

6 Primeira edição do SBT Sports Maranhão com apresentação de Laércio Júnior. 04/05/2024. <https://youtu.be/7sbSB8pPgY0?si=FVIbchLzI7fu7-ea>

literatura aqui já exposta, espera-se uma mudança na organização e nos conteúdos do programa por estar encabeçado por uma mulher que performa não apenas o papel de apresentadora, como também atua na função de editora.

CONTRIBUIÇÕES DE JANAINA FONTENELE PARA O GLOBO ESPORTE MARANHÃO

Janaina Fontenele assume a apresentação do Globo Esporte Maranhão em Janeiro de 2023⁷. Para compreender as contribuições da comunicadora na construção do programa, foram analisadas seis edições do GE, transmitidas ao vivo e posteriormente disponibilizadas na plataforma *GloboPlay*, para observar as possíveis mudanças na ficha técnica e no conteúdo programa, como formas de perceber os impactos da posição de Fontenele para uma significativa inclusão das mulheres no esporte.

Foram escolhidas edições com seis meses de diferença, por não ser o objetivo do presente trabalho aprofundar-se em análises minuciosas do conteúdo desde janeiro de 2023. Dessa forma, o espaço de tempo maior permite conferir as mudanças a longo prazo, por essa razão os seis meses de diferença. Analisar as edições confere uma noção de contexto para o trabalho, complementado pela revisão bibliográfica da atuação das apresentadoras femininas.

Em sua primeira edição, veiculada no dia 05 de janeiro de 2023⁸, ao todo foram exibidas 8 matérias, totalizando externas, quadros e boletim de gols. Destas, 7 foram apresentadas por repórteres homens, apenas o boletim de gols narrado por Janaina. Entre os conteúdos, todos tratavam de modalidades masculinas e entrevistas com homens, apenas na última matéria as mulheres apareceram como entrevistadas. Na ficha técnica, três mulheres: Janaona Fontenele como editora e apresentadora; Waldélia Reis como produtora; e Camila Braga nos Caracteres.

Seis meses depois, na edição do dia 05 de julho de 2023⁹, dos 8 materiais expostos, como quadros, matérias e boletins, 4 foram narrados por mulheres, além de 4 menções a modalidades ou projetos encabeçados por mulheres. Nota-se que o Giro do GE, que abriu a edição, apresentou uma modalidade feminina e um projeto de uma atleta, ambos do basquete. A título de contextualização temporal, a Copa do

7 Primeira aparição de Janaina no Globo Esporte. Edição do dia 05/01/2023. Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/11255891/>

8 Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/11255891/>

9 Disponível em <https://globoplay.globo.com/v/11757080/>

Mundo de Futebol Feminino estava se aproximando, com uma matéria dedicada para a chegada da seleção brasileira à Austrália. Na ficha técnica, mantém-se a editora, apresentadora e caracteres, com Patrícia Carvalho na produção do programa.

Para finalizar o panorama geral de 2023, a edição do dia 05 de dezembro¹⁰, mantendo uma distância da última analisada, é um marco antes de entrar nas festividades de fim de ano. Com o ritmo parecido da primeira edição, apenas uma mulher repórter e duas modalidades femininas apareceram. Nenhuma entrevistada mulher ao longo de toda a edição. Na ficha técnica, o mesmo de julho.

O primeiro ano de Fontenele apresentando o GE é marcado por poucas movimentações nos bastidores. A troca da produtora ao menos permaneceu com uma mulher, mas sem adições ou mudanças em outros cargos, como novas repórteres, por exemplo. Comparado a janeiro, as reportagens assinadas pela equipe da TV Mirante adquiriram uma voz feminina, da produtora Patrícia Carvalho, que também apresenta esporadicamente. Além de Patrícia, as outras vozes femininas não são da emissora maranhense, e sim de matérias enviadas pela Rede Globo¹¹.

Começo de 2024, edição do dia 5 de janeiro¹², uma adição ao programa. Agora, Juraci Vieira acompanha Janaina com comentários sobre futebol. Na primeira edição em que participa, comenta 3 das 6 matérias expostas. Quanto à presença de repórteres mulheres, foram duas, uma com Patrícia e outra da Rede. Nenhuma modalidade feminina ou mulher entrevistada. A integração de Juraci à equipe aparenta uma adição aos comentários mais detalhados sobre o futebol, carro chefe da emissora. Sem mais alterações na ficha técnica.

Em julho de 2024¹³, Patrícia Carvalho assume as férias de Janaina e apresenta o Globo Esporte. Nota-se que, durante o ano de 2023, as substituições em sua maioria eram feitas pelos repórteres homens do núcleo de esporte. Essa é a primeira vez que Patrícia fica mais tempo na posição de apresentadora. Das matérias expostas, apenas duas foram narradas por mulheres, a própria apresentadora. Todos os esportes mencionados foram masculinos.

Ano de 2024 ainda não concluído, o início de outubro será o marco para finalizar as análises pontuais¹⁴. Dos 9 conteúdos veiculados,

10 Disponível em <https://globoplay.globo.com/v/12170740/>

11 O Globo Esporte é composto por matérias locais e matérias enviadas pela rede. Eventos esportivos locais são produzidos pelas equipes das filiadas e competições a nível nacional ou reportagens especiais, produzidas pela rede Globo e encaminhadas para reprodução.

12 Disponível em <https://globoplay.globo.com/v/12243982/>

13 Disponível em <https://globoplay.globo.com/v/12737555/>

14 Disponível em <https://globoplay.globo.com/v/12992618/>

2 trataram de atuações femininas, apenas uma narração feminina, vinda da Rede. Sem alterações na ficha técnica.

De maneira geral, percebe-se que há uma cultura na emissora de valorizar o futebol masculino a ponto de tomar muito tempo de tela do programa, seja com boletins atuais ou matérias especiais sobre jogadores homens. Raras são as aparições de atletas mulheres com o mesmo destaque. A aparição de Juraci segue como uma incógnita para a presente análise, podendo ter a justificativa de ampliar as visões do programa ou tirar tempo de tela da apresentadora, que deveria fazer tais apontamentos.

Apesar da hipótese inicial ser a de trazer a apresentadora mulher enquanto agente de mudanças tanto nos bastidores como das pautas expostas, o que é percebido na contratação de Fontenele é um movimento que mais parece cumprir uma obrigação do novo padrão Globo (mais inclusivo e diverso) do que de fato atuar em alterações mais profundas. Colocar uma apresentadora é um avanço necessário para o jornalismo esportivo trabalhar cada vez mais no combate à desigualdade de gênero e, percebendo o contexto maranhense, fortalece essa imagem cada vez mais, entrando num movimento de maioria feminina. Entretanto, é necessário trabalhar em outras frentes para garantir uma mudança efetiva no combate ao preconceito com as mulheres jornalistas esportivas, para além de um rosto no programa.

Segundo exposto por Magalhães (2023), a combinação do comentarista homem e da apresentadora mulher é um padrão nacional instaurado pela emissora, para os casos de âncora feminina. Assim como Fontenele, outras não tecem comentários opinativos e ficam restritas à apresentação dos fatos sobre partidas e matérias:

Em consequência dessa constatação, que aponta para a interação das mulheres âncoras com repórteres e comentaristas, majoritariamente homens, a conversação apontou pouco diálogo entre eles. Ficou explícito que quando há interação, as mulheres não estabelecem momentos opinativos e de contraposição diante dos comentários masculinos. (Magalhães, 2023, p. 61).

Ainda com base no estudo de Magalhães sobre todas as apresentadoras mulheres do GE pelo Brasil, há uma análise específica sobre leitura de *teleprompter* e desenvoltura na apresentação, além das características físicas das apresentadoras. Por tratar-se das filiais, percebe-se que por um lado, na primeira imagem que se adquire do programa há a importância de associar mulheres ao esporte, por outro, a padronização

física dessas apresentadoras é um retrocesso.

Para alguns estudiosos do assunto, como Pacheco e Silva (2020) esses estereótipos de imagem feminina no jornalismo esportivo tem a ver com o fato de que para esse campo, por décadas, os homens eram vistos como o público-alvo, e assim, eram pensados todos os atravessamentos desse entretenimento/jornalismo informativo esportivo. Sendo assim, as mulheres que ali adentrarem deveriam seguir padrões de imagem que “fossem do agrado masculino”. Aqui está, na trajetória do jornalismo esportivo, a objetificação dos corpos das mulheres desde a origem desse campo profissional. (Magalhães, 2023, p.61)

Isso nos permite observar que, apesar de alguns passos terem sido dados no que se refere à presença feminina no jornalismo esportivo, o caminho a ser percorrido ainda é longo. A simples inclusão de uma mulher como apresentadora não basta para que tenhamos uma efetiva evolução no que se refere à equidade de gênero. Como apontado aqui, a escolha dessas mulheres a partir de padrões comerciais com a desculpa de serem mais adequadas ao vídeo; o cumprimento de uma cota numérica, sem a possibilidade de ampliação do número de profissionais mulheres nas redações de esporte; as pautas que, quando abordam o esporte feminino, não trazem nenhuma crítica ao fato de as mulheres não receberem incentivo ou terem seu trabalho frequentemente desvalorizado em relação ao esporte masculino são modos de percebermos que a mudança ainda precisa de muitos elementos para ser considerada como efetiva.

O material analisado neste trabalho aponta para a necessidade de uma maior inclusão de mulheres, mas também de pautas femininas no Globo Esporte Maranhão. É possível que, pela estrutura da redação, pela rotina das coberturas, não seja uma situação simples de ser resolvida. Entendemos que padrões estruturais da sociedade se reproduzem em todas as suas esferas, inclusive na mídia. Portanto, as mudanças levam tempo e precisam de aliados e aliadas que assumam enfrentamentos cotidianos. Seguimos acompanhando o telejornal e analisando os processos, para observar a efetiva mudança.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na história do jornalismo esportivo brasileiro, a inserção da mulher aparece tardiamente e precisa de muito mais esforço para se alcançar o mínimo de equidade. Ainda se trata de um espaço violento e, como tal, pouco convidativo a mais mulheres. Isso porque além de

trabalhar, é preciso assumir uma luta diária, uma resistência e uma briga para que as vozes das mulheres na cobertura esportiva sejam ouvidas. É preciso brigar para não serem assediadas nas coberturas, silenciadas pelos pares e violentadas pelo público.

Quando realizados dois recortes, tanto o do formato quanto do estado, percebe-se que no Maranhão, o telejornalismo possui avanços por trabalhar com duas mulheres na apresentação de dois dos três programas esportivos das principais emissoras. O presente trabalho buscou analisar as contribuições de Janaina Fontenele para o Globo Esporte Maranhão (TV Mirante/Rede Globo) no sentido de combater a desigualdade de gênero na televisão partindo da sua posição enquanto apresentadora e editora.

Ficou constatado que a contratação de Fontenele representa uma movimentação a nível nacional da TV Globo, com poucas influências da comunicadora na construção de um programa mais combativo à desigualdade de gênero. Mas restam ainda questões que podem ser desenvolvidas em trabalhos subsequentes, referentes especialmente à autopercepção da apresentadora e editora no papel de combater a discriminação de gênero no jornalismo esportivo.

O caminho para as questões de gênero no jornalismo segue árduo, mesmo com as mudanças iniciadas. É preciso valorizá-las, ao passo em que nos mantemos vigilantes para que essas transformações não parem. Não podemos esmorecer e a pesquisa, assim como toda abordagem teórica, é também um caminho para compreender, evidenciar as limitações, cobrar e propor meios de construirmos um jornalismo muito melhor, mais seguro e conseqüentemente mais plural, servindo, assim, ao seu principal propósito: a informação de qualidade.

REFERÊNCIAS

GOELLNER, Silvana Vilodre. Mulher e esporte no Brasil: entre incentivos e interdições elas fazem história. **Pensar a Prática**, v. 8, n. 1, 15 nov. 2006. Disponível em <https://doi.org/10.5216/rpp.v8i1.106>.

LAREDO, Paola. O jornalismo esportivo precisa se reinventar. **Revista Marta**. 1ª Edição. Junho de 2020. Disponível em <https://revistamarta.com/2020/06/20/editorial-1/>. Acesso em: 24/09/2024.

LAREDO, Paola. Torcedoras: a luta por reconhecimento e respeito continua. **Revista Marta**. 1ª Edição. Junho de 2020. Disponível em <https://revistamarta.com/2020/06/20/torcedoras-a-luta-por-reconhecimento-e->

respeito-continua/. Acesso em: 24/09/2024.

BARSOTTI, Adriana. CARVALHO, Júlia Da Cruz. Desigualdade de gênero no jornalismo esportivo impresso. **ALCEU**, v. 24, n. 52, p. 120–141, 30 maio 2024.

MAGALHÃES, Bruna Prebianca. **Mulheres no Jornalismo Esportivo**: Análise da Presença Feminina nos Programas Regionais do Globo Esporte. 2023. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharel em Jornalismo da Faculdade de Comunicação Social) - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Disponível em: https://repositorio.pucrs.br/dspace/bitstream/10923/26366/1/2023_2_BRUNA_PREBIANCA_MAGALH%C3%83ES_COMPLETO_TCC.pdf

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil para análise histórica (P. 50 - P.82). In: BUARQUE DE HOLLANDA, Heloísa (Org.). **Pensamento feminista**: conceitos fundamentais.. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019. 440 p.

SILVA, Camile Luciane da. WANDERLEY, Marchi Júnior. COMUNICAÇÃO TELEVISIVA: REFLEXÕES E CONSIDERAÇÕES SOBRE O TELEJORNALISMO ESPORTIVO. **Razón y Palabra** [en línea]. 2009. Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=199520330049>

SILVEIRA, Nathália Ely. **Jornalismo esportivo**: conceitos e práticas. 2009. Trabalho de conclusão de curso (Curso de Comunicação Social: Habilitação em Jornalismo) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/22683>

VIMEIRO, Ana Carolina. PILAR, Olívia. SOUZA, Rafaela Cristina de. Quem são as mulheres do jornalismo esportivo brasileiro? Demografia, funções desempenhadas, veículos que as empregam e desafios interseccionais. GP Comunicação e Esporte, **Anais XXIII Encontro dos Grupos de Pesquisas em Comunicação**, evento componente do 46º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação. 2023. Disponível em: https://sistemas.intercom.org.br/pdf/link_aceite/nacional/11/0816202321313364dd6a65f19c1.pdf

A INTERSECCIONALIDADE COMO CRÍTICA AS RELAÇÕES DE PODER: RAÇA/ETNIA, GÊNERO, CLASSE, TRABALHO E SINDICALISMO

Vanderlay Santana Reina¹

INTRODUÇÃO

Aqui, cabe trazer à tona a relevância de se articular as interseccionalidades que permeiam as dimensões de gênero, raça/etnia e classe social, que se encontram imbricadas e não se constituem em dimensões estanques. Na perspectiva de Crenshaw (2002): A interseccionalidade [...] busca capturar as conseqüências estruturais e dinâmicas da interação entre dois ou mais eixos da subordinação. [...] da forma pela qual o racismo, o patriarcalismo, a opressão de classe e outros sistemas discriminatórios criam desigualdades básicas que estruturam as posições relativas de mulheres, raças, etnias, classes e outras. [...] trata da forma como ações e políticas específicas geram opressões que fluem ao longo de tais eixos, constituindo aspectos dinâmicos ou ativos do desempoderamento. Crenshaw (2002) faz uso da metáfora da intersecção ao traçar uma analogia entre os vários eixos de poder, como uma encruzilhada, isto é, raça, etnia, gênero e classe que “[...] constituem as avenidas que estruturam os terrenos sociais, econômicos e políticos [...] e como esses eixos se movem”.

Analisando o processo de inserção crescente das mulheres no mercado de trabalho e nos sindicatos nas últimas décadas do século XX e início do século XXI, busca-se discutir ideias, pensamentos e experiências em torno das questões de gênero, trabalho e sindicalismo.

Mesmo quando Kergoat (2016, p.20) traz alguns estranhamentos acerca da interseccionalidade, ao considerar que esse conceito “pode ser falsamente unificador”, tendo em vista que “a reflexão sobre a articulação das relações de poder [...] parece unificada com excessiva rapidez sob o termo “*interseccionalidade*” (grifos no original), não deixa,

1 Doutora pelo Programa de Pós-Graduação em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismo/UFBA. Parte da tese de doutorado da autora, “*Gênero e sindicalismo: um estudo das trajetórias e experiências políticas de militantes sindicais no Sinergia, Bahia*”, entre 1970 e 1990” defendida no programa em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismo) -nUniversidade Federal da Bahia. Bolsista CAPES, 2016 Pesquisadora doutorado livre pela EHESS/Paris.

por outro lado, de reconhecer que “o conceito ganhou tal extensão que acaba por englobar muitas acepções, algumas das quais se aproximam da análise do termo de consubstancialidade”.

O trabalho, como categoria fundante do ser social, tem sido objeto tradicional de estudos aprofundados das ciências sociais, é, portanto, mais delimitado. A literatura acadêmica registra a posição marginal do gênero na sociologia, na ciência política e na história. Estudos centrados no trabalho e no sindicalismo pouco dialogam com o gênero. Assim, o exame do modo de produção capitalista, à luz da história, precisa ser revisto e organizado por relações de gênero, expressando as condições do emprego e a divisão sexual do trabalho.

Na minha pesquisa sobre gênero e sindicalismo introduzo o debate, se “Ser homem e ser mulher vai influenciar a posição diferenciada na trajetória sindical, mesmo em contextos diferenciados do capitalismo?”

Frigga Haug (2006) aponta a representatividade do masculino, em todas as relações sociais, revelando que as relações de gênero ao serem desconsideradas, se tornam hierárquicas, reguladoras em todas as construções sociais, logo mais efetivas na divisão do trabalho, exploração/dominação, ideologia, política, lei, religião, moral, sexualidade, corpos, linguagem, famílias, entre outros. Haug percebe e se alia às contribuições de Antonio Gramsci (1977) quando este integra uma teoria das relações de gênero em suas notas sobre o fordismo.

O capitalismo, ao se apropriar da divisão sexual do trabalho, tem favorecido historicamente a valorização da força de trabalho assalariado masculina, em detrimento da força de trabalho feminina. A separação entre o trabalho masculino (produtivo) e o trabalho feminino (reprodutivo), e a supervalorização de um sobre o outro, não se expressarão na valoração da força de trabalho das mulheres no mercado econômico. Portanto, a divisão sexual do trabalho se constitui em uma alternativa crucial de apropriação mais desigual da força de trabalho, da exploração do capital via divisão sexual do trabalho.

Ora, o gênero nos estudos feministas tem sido utilizado para designar as relações sociais entre os sexos. As relações de gênero enquanto relações de poder são definidas com base em hierarquias, obediências e desigualdades (Scotch, 1995). A articulação de categorias como trabalho e sindicalismo denota uma conotação mais objetiva e imparcial, contemplando particularmente a categoria mulher. Neste sentido, essas categorias, quando articuladas à gênero, podem ir mais além, dando condições a uma visão do trabalho na vida das mulheres e não apenas como

exploração da força de trabalho. Ademais, essas dimensões expressam elementos significativos das subjetividades, no seio da dinâmica das relações sociais, como coextensivas da emancipação, da autonomia e do ativismo das mulheres trabalhadoras. O trabalho feminino também está sujeito às contradições da sociedade em geral, e em tempos recentes, no seio do operariado. O trabalho feminino sempre foi confundido com o trabalho doméstico, com os cuidados com a família, com o trabalho realizado nos domicílios e no próprio mercado de trabalho.

A ideia de sindicato não se dissocia das demais categorias, tais como trabalho e gênero, cujo significado polissêmico, paradoxalmente, está presente no próprio seio dos estudos sobre gênero e trabalho. Inicialmente, os sindicatos eram tidos como instituições organizadoras dos interesses distintos de trabalhadores/as e como organizadores das lutas reivindicatórias no propósito da sobrevivência daqueles que vivem do trabalho, tais como: reposição salarial, controle da jornada de trabalho, condições de trabalho, reprodução da vida social, entre outros.

Por defender os interesses dos trabalhadores, o sindicato, como organização social vinculada à imagem das instituições transformadoras das relações sociais, em uma perspectiva de cidadania, tem encontrado opositores. A concepção de sindicato incorpora a ideia de movimento, de coletividade, de resistência e de negociação, em que os sindicatos “[...] aparecem para a sociedade como sujeito coletivo, produtor e catalisador de uma imagem social dos trabalhadores, mobilizador de anseios por mudanças, formador de demandas, de negociador junto a outros atores sociais” (Cappellin, 1994, p. 272).

No Brasil, a precarização do trabalho resultante da nova dinâmica do capitalismo, constitui-se em fator de opressão/exploração. O trabalho, no decorrer das crises cíclicas do capital, torna-se cada vez mais precarizado, sujeitando o trabalhador/a a uma relação de dependência com o mercado que, de modo unilateral, é conduzido pelo Estado cuja política defende os interesses do capital na criação de empregos diretos e indiretos, temporários e permanentes, formais e informais. Ora, o trabalho feminino tem sido o alvo central do trabalho precarizado em setores da economia, tais como “Call Center”, operador de aplicativos – uberização, trabalho doméstico, trabalho domiciliar, prestação de serviços sociais e de saúde. Esse tipo de trabalho incorpora um contingente significativo de mulheres, com jornada de trabalho flexível, contrato temporário, trabalho formal e informal, sem proteção social, e com baixos salários.

Ante as lutas e conquistas alcançadas, por trabalhadoras/es, no Brasil desde o início do século XX como o combate ao trabalho aná-

logo ao trabalho escravo que se reproduzem, e cerceiam o mundo do trabalho tal qual a precarização social do trabalho, a divisão sexual do trabalho, que perduram impondo desigualdades de gênero produzindo o antagonismo de classe e intraclasse, e amortecendo a resistência das lutas coletivas. Portanto, antigos e atuais desafios emergem no espaço das relações sociais, das transformações decorrentes das crises sociais e econômicas, oriundas do modo de produção capitalista, constituindo novas e velhas formas de resistências na sua base produtiva (Drucker, 2011).

ARTICULANDO GÊNERO E TRABALHO

Agrupar ideias, pensamentos e conhecimentos em torno das questões de gênero, articulando-o as categorias como trabalho e sindicalismo resultam em assimetrias, decorrentes da construção social do masculino e do feminino. A polissemia do termo gênero se traduz nos significados mais particulares do seu uso. Sardenberg (2014) indica que o gênero, como conceito recente, sujeito a “migrações”², vai expressar múltiplas interpretações, suscitando várias questões, dentro e fora do Brasil, desde a semântica e a diversidade do seu campo de aplicação, já que esta exprime relações de poder, incluso na estrutura da sociedade de classe, mormente, no campo da aplicação das políticas públicas, pelas agências de desenvolvimento, nas ONGs e no feminismo de Estado. Sardenberg argumenta que o conceito de gênero e a categoria social “mulher” não são de mesma ordem, e, portanto, não se substituem, mas ressalta que essa categoria deve ser pensada como construção social histórica. Críticas têm sido feitas pelo feminismo da diferença à postulação de uma mulher universal, oposto as mulheres constituem um grupo diversificado de diferentes classes, raças, orientações sexuais, gerações, países, e são portadoras de diferentes histórias e aspirações (Schienbinger, 2001).

De início, trabalho como categoria tradicional em uso nas ciências sociais no viés marxista, aponta para duas dimensões: a primeira, de cunho filosófico, como a capacidade do homem de transformar a natureza e a si próprio. A segunda, no sentido do trabalho histórico, expressa as transformações nas relações sociais, em cada momento histórico: o trabalho livre, trabalho escravo, trabalho servil e trabalho assalariado. Constata-se que o pensamento produzido não deixa de ser

² Ver Donna Haraway (1991).

instigante: meios de produção, trabalho produtivo, forças produtivas, entre outros.

A categoria trabalho vem sendo discutida na concepção de feministas, articulada com gênero e classe na busca de novos significados, compreendendo que conceitos tidos como universais não conseguem expressar a complexidade das relações sociais.

Na metade dos anos de 1970 intensifica-se o debate sobre o trabalho feminino, divulgado em grupos e na literatura feministas, decorrente da crescente entrada das mulheres no mercado de trabalho desde os anos 1960. A Sociologia Francesa, nos anos 1970 e 1980, traz uma relevante contribuição, ao introduzir as categorias sexo e relações sociais de sexo em suas análises sobre o conceito de trabalho (Hirata e Kergoat, 2008). Heleith Saffioti (1969) pioneira dos estudos feministas no país, escreveu “*A Mulher na Sociedade de Classes*”. Igualmente, Elizabeth Souza-Lobo (1991) produz, a partir de suas pesquisas iniciadas na década de 1970, “*O trabalho como linguagem: O gênero do trabalho*”, que examina o trabalho feminino levando em consideração a problemática da diferença entre os sexos, com base na divisão sexual do trabalho. Souza-Lobo traz como exemplo a visão embutida na legislação brasileira com relação à reprodução da vida social, reconhecendo a necessidade de proteção à mulher, esta proteção é limitada à maternidade e à aposentadoria, ignorando as qualificações, postos, salários e promoções.

Feministas brasileiras negras como Suely Carneiro (2003) e Maria Luiza Barros (1995), em suas formulações, denunciam a ausência da categoria raça na maioria dos estudos sobre gênero e trabalho no Brasil, apesar de a população brasileira ser formada majoritariamente por negros e pardos (51,1%), mulheres brancas (48,2%) e amarelos³ 0,7%, conforme o IBGE em 2010. Em 2022, o IBGE apontou o signficante da população: 45,05% de brancos, 45,3%, de pardos e 10,2% pretos, 0,8% indígenas e 0,4% amarelas.

Para além das segregações de gênero e classe, traduzido na divisão sexual do trabalho, a cor é um fator crucial na determinação do acesso e da permanência das mulheres no mercado de trabalho, do valor atribuído à força de trabalho, do assalariamento e do trabalho precarizado. Evidente que não podemos encobrir o fenômeno do racismo como elemento estruturante da formação da sociedade brasileira.

Bruschini (2007) e Cappellin (2004) apontam que o fosso da pre-

3 Inclui indígenas e pessoas sem declaração de cor.

carização do trabalho do elevado índice de desemprego atinge mais as mulheres. O uso da força de trabalho está determinado na divisão sexual do trabalho, nas relações sociais antagônicas, entre os sexos. Diante do exposto, é visto, como relevante a crescente entrada das mulheres no mercado de trabalho, mesmo em condições desiguais frente ao trabalho masculino. Esse fato paradoxal não anula a visibilidade do trabalho feminino, acentuadamente na indústria (Souza Lobo 1991; Hirata e Ker-goat, 2002). A década de 1990 assinala as transformações capitalistas, articulado com as formas de gestão neoliberal não alterando apenas sua base produtiva, de gestão dos meios de produção, mas constituem novos modos de relações sociais, transformando os instrumentos legais, os contratos de trabalho, de temporários sobrepondo os permanentes, criando empregos atípicos, fomentando o descarte dos trabalhadores/as, através de novas formas de contratos precários.

No Brasil, as retrações vieram a ocorrer a partir da década de 1990, reflexo dessa crise capitalista, da reestruturação da economia com a liberalização comercial e financeira. Essa reestruturação se aprofunda com a privatização de setores essenciais da economia brasileira, como o setor de energia, metalurgia, comunicação, entre outros, contribuindo para diminuição do poder dos sindicatos, aumentando o corporativismo no seio da própria classe trabalhadora, separando operários estáveis, dos precários e parciais.

Para Bruschini (2007) era, em sua maioria, de jovens, solteiras e sem filhos. Já, nos anos 1980, passaram a ser mais velhas, casadas e mães. Surpreende nesta conjuntura como poucas transformações ocorreram no cotidiano da vida delas, como mães, educadoras dos filhos e donas de casa. Assim, podemos supor que o cotidiano da vida privada, a sobrecarga de ocupação na família, o tempo de produção, em paralelo a jornada do trabalho a mais, em comparação com a jornada dos trabalhadores do sexo masculino, seria uma das alternativas da diminuta participação das mulheres nos sindicatos. Aliás, segundo Bruschini (2007) o IBGE sequer registrava o trabalho das mulheres como donas de casa, nos anos 1970 a 1980, vistas como inativas. As desigualdades de gênero ficam evidentes nas pesquisas (Bruschini) quando os dados são desagregados por sexo. A década de 1990, e no início do novo milênio, as PNADs específicas sobre a ocupação da mão de obra brasileira apontam os indicadores persistentes no que diz respeito a entrada feminina e masculina no mercado de trabalho conforme esferas ou grupos de atividades econômicas. As maiores oportunidades de trabalho e emprego são, pela ordem, prestação de serviços, agropecuária, setor social,

comércio de mercadorias e indústria. A força de trabalho masculina, por outro lado, manteve presença significativa, também pela ordem, na indústria, nos trabalhos ligados à agropecuária, no comércio de mercadorias e na prestação de serviços.

A questão racial registra a luta do movimento negro de combate ao racismo, na defesa da valorização da matriz africana, na conquista de uma política de ação afirmativa. Entretanto, os dados registram a permanência das mulheres pretas no trabalho doméstico, expressando que a expansão do mercado de trabalho para as mulheres não alcançou essas mulheres.

À guisa de esclarecimento, os dados também apontam uma série de marcadores sociais, para a população negra brasileira, como o acesso a educação formal, particularmente ao ensino superior, o maior percentual de desemprego e na taxa de ocupação preenchendo os cargos de menor remuneração e de menor prestígio social. Mesmo com a crescente entrada das mulheres negras nas universidades, a partir dos anos 2000, com a política de democratização do acesso às Universidades (REUNI, PROUNI, FIES), o mercado reserva ainda para elas empregos, com menores rendimentos e reconhecimento no mercado.

O ingresso das mulheres no mercado de trabalho está relacionado a expansão da escolaridade. As trabalhadoras apresentam escolaridade superior à dos trabalhadores, diferencial de gênero que se verifica também na população em geral. Nos anos de 1990, houve um aumento significativo de mulheres cientistas, decorrente do aumento da escolaridade. Em 2005, 32% das trabalhadoras tinham mais de 11 anos de estudo, contra 25% dos trabalhadores (BRUSCHINI, 2005).

DO MERCADO DE TRABALHO AO SINDICATO

A década de 1950, aporta significado pela “ebulição” dos movimentos operários no Brasil, da realização de congressos de trabalhadores, do surgimento de organizações de mulheres trabalhadoras, até então invisíveis, excluídas do movimento sindical, tímidas a presentificar-se nas assembleias, nas greves. Esse avanço do movimento de mulheres operárias, contudo é abortado na década de 1960, durante a instalação da ditadura militar no País, ocupando os sindicatos, reprimindo o movimento dos trabalhadores/as provocando a partir daí a deflação da organização dos movimentos sociais.

A conjuntura do país, de ditadura militar, coloca como desafio para os trabalhadores/as a necessidade de se repensar novas práticas e

estratégias políticas, junto às entidades sindicais e outras organizações políticas. As práticas sindicais são reinventadas, o local de trabalho passa a ser considerado como espaço de organização da classe trabalhadora, a mobilização massiva e a greve se tornam instrumentos decisivos para o enfrentamento do regime militar, demonstrando uma nova postura do sindicalismo em relação ao poder do Estado.

O crescimento significativo da entrada das mulheres no mercado de trabalho, a partir dos anos de 1970, teve como consequência o aumento da sua sindicalização. Entre 1970 e 1978, o crescimento da taxa de mulheres sindicalizadas chegou a 176%, já a participação masculina, 87% (ARAÚJO, 2005). Mas para além de constatar a existência de um contingente de mulheres na base sindical, é preciso refletir sobre o protagonismo dessas mulheres nos sindicatos, e as contradições vivenciadas no interior do movimento sindical. Assim, considero pertinente trazer um olhar que aborde a inserção das mulheres nos sindicatos, examinando em que perspectiva as relações de gênero são engendradas.

Esse momento histórico foi marcado pela organização das trabalhadoras em torno de suas lutas específicas, acompanhado ou não, pela articulação com o movimento feminista brasileiro. Também se destaca nas lutas sindicais deste período até os anos de 1980, a resistência interna nas fábricas, mobilizações e greves. Porém, a estrutura sindical favorecia a exclusão das trabalhadoras dos espaços de direção e decisão política. No interior das entidades sindicais, as relações sociais de gênero, desiguais, se reproduziam nas relações antagônicas e ideológicas. Castro (1994), desde a década de 1970, no auge do avanço das mulheres no mercado de trabalho, do ativismo feminista e consequentes do incremento das lutas sindicais no país, cunhou na sua pesquisa, no Sindicato dos Bancários, que as lideranças sindicais explicam a diminuta participação das mulheres como dirigentes, como um fator recorrente da falta de experiência política e do não preenchimento de requisitos para execução de complexas atribuições: habilidades de negociação, oralidade, formação sindical, disponibilidade de tempo, entre outras ferramentas.

Como tentativa de estimular a participação feminina na luta sindical, surgem os primeiros congressos de trabalhadoras, no final dos anos de 1970. Igualdade salarial e creches nos locais de trabalho foram algumas das reivindicações presentes nas resoluções desses congressos, além disso, foi apontada a necessidade da ampliação do número de trabalhadoras sindicalizadas. A criação de departamentos femininos em diversos sindicatos, enquanto conquista das sindicalistas, colocou a discussão sobre as desigualdades vivenciadas pelas trabalhadoras no

mercado de trabalho, e teve o papel de forjar lideranças e incentivar a participação política das mulheres nos espaços de decisão política dos sindicatos.

A consolidação do “novo sindicalismo” (Sader, 1988) na década de 1980 foi acompanhada de um intenso debate no interior dos sindicatos sobre as questões de gênero, muito influenciado pelo movimento feminista. As discussões acerca da condição diferenciada das mulheres no mundo do trabalho, em relação ao conjunto de trabalhadores ganham continuidade, formam-se grupos de debate nos locais de trabalho, com uma série de atividades, palestras, filmes, cursos etc. As comissões de mulheres em alguns sindicatos, enquanto vitória de toda classe trabalhadora, colaborou para organizar as mulheres em torno de suas demandas específicas, e exigir que as direções se comprometessem com a representatividade das mulheres no interior do movimento sindical, assim como o debate acerca das relações de gênero.

Em 1986 é criada a Comissão Nacional sobre a Questão da Mulher Trabalhadora (CNMT), no II Congresso Nacional da Central Única dos Trabalhadores (CUT). Esta comissão contribuiu para a mobilização nacional das trabalhadoras em torno da Constituinte de 1988, quando o movimento feminista, unificado por lideranças femininas de diversos setores populares, propuseram a inserção dos direitos das mulheres na Carta Constitucional.

Assim sendo, significativo, segundo Paoli (1991) a diversidade da pesquisa sobre as condições de trabalho, as trajetórias e experiências das mulheres no mundo do trabalho. Defende, desse modo, que as mulheres ocupem o espaço de negociadoras dos temas que dizem respeito a sua participação como força de trabalho.

Assim, considero pertinente trazer um “ponto de vista” que trate da inserção das mulheres nos sindicatos, examinando em que perspectiva as relações de gênero são engendradas. A não distinção de sujeitos caracterizou os movimentos sociais nos anos 1980.

Neste contexto de efervescência do movimento sindical já no pós “golpe militar, não havia interesse de parte das empresas e do governo na sindicalização dos trabalhadores/as, como ocorrera antes na fase do sindicalismo populista. A obrigatoriedade da sindicalização no ato de ascensão ao mercado de trabalho foi relaxada, o governo militar proibiu o direito a mobilização sindical, flexionando para os sindicatos “amarelos”, como o Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias de Energia Hidro e Termo Elétricas do Estado da Bahia – STIEHTEB, cuja configuração, dentro do perfil dos sindicatos da época, atrelado e

subserviente ao Estado, pós consolidação da CLT – Consolidação das Leis Trabalhistas, de 1943..

Nos anos 1980, dois fatos relevantes, neste processo do crescente acesso das mulheres no mercado de trabalho merece destaque na visão de Cappellin, (1994): o aumento de sua sindicalização e à emergência do movimento de mulheres, forçando o relacionamento dos dirigentes sindicais com as reivindicações das trabalhadoras, inserindo nas pautas gerais, questões específicas de gênero. Como dirigente sindical na década de 1980, aqui na Bahia, pude perceber que o movimento das mulheres em todo país para efetivação dos direitos sociais, na constituição de 1988, na defesa dos seus interesses reivindicou, exigiu na formulação da Constituinte, o direito de participação, o reconhecimento à sua presença como mulher e trabalhadora.

É possível constatar que, estas e outras questões específicas, não se deram sem conflitos nas relações de gênero, entre dirigentes sindicais e as trabalhadoras, que exigiam a sua presença no Congresso Nacional, na defesa daquilo que consideravam como direito específico das mulheres. Contudo, lá nos grupos temáticos defenderam a licença paternidade, numa visão de corresponsabilidade e coparticipação, nos cuidados iniciais para com a família.

O movimento sindical, neste século XX, na Bahia, em suas particularidades traz um novo olhar sobre, ainda, os desprivilegios na sociedade brasileira, atingindo a classe trabalhadora, homens e mulheres, em um país com tantas desigualdades estruturais e sociais, de gênero, classe social, e raça/etnia. Mas, constata-se o impacto da metamorfose do capitalismo, no mundo do trabalho, a partir da década de 1990, efeito da crise capitalista, da reestruturação da economia com a liberalização comercial e financeira. Essa reestruturação se aprofundou com a privatização de setores essenciais da economia brasileira, como o setor de energia, metalurgia, comunicação, entre outros, contribuindo para diminuição do poder dos sindicatos, aumentando o corporativismo no seio da própria classe trabalhadora, separando operários estáveis, dos precários e parciais.

Para Cappellin o papel dos sindicatos, enquanto instituição de defesa dos interesses coletivos tem sido questionada, no sentido da revisão da sua ação, de apreensão dos anseios dos trabalhadores/as frente ao poder do Estado, do seu papel assistencialista, reconsiderando as relações políticas entre as representações, os sindicalizados/as e o conjunto dos trabalhadores (Cappellin,1994; Delgado,1995).

Ademais, para Souza-Lobo (1991) gênero é ao mesmo tempo do campo das teorias, do mercado de trabalho, da família, do sindicalismo,

logo interdisciplinar. Outro aspecto quando se avalia a compra da força de trabalho, é a presença de hierarquias salariais, significando diferenças entre trabalhadores no mesmo modo de produção, todavia realizando atividades vistas como de alta complexidade, distinguindo o trabalho simples, do trabalho complexo. Nessa perspectiva, as desigualdades sociais permanentes e seculares, no caso específico da sociedade brasileira, aporta classe social, raça/etnia, gênero e sentido de localização. Os indicadores sociais tem mostrado justamente que é nas diferenças entre sujeitos sociais como os negros, as mulheres, incluso questões regionais – norte/nordeste – como alvo preferencial do capitalismo na compra da força de trabalho. Fatores como escolaridade, formação profissional, sexo, tem sido usado para justificar o exercício de atividades menos complexas, de condições físicas não apropriadas e no caso da xenofobia como promotores de conflitos no ambiente de trabalho. Esse discurso serve de desculpas para a falácia, justificando a exploração do trabalho, à aplicação de menores remunerações, de reserva de mercado e de delimitação de nichos ocupacionais – as mulheres negras no trabalho doméstico, como auxiliares de serviços gerais, em empresas terceirizadas e na construção civil como serventes. Esse fenômeno tido como racismo velado, vem sendo aprofundado por diversos pesquisadores, cujo foco debatido está associado às questões de políticas de reconhecimento.

As resoluções das centrais sindicais já incluem na sua pauta, o debate sobre o racismo e relações de gênero, desde à década de 1980, não apenas como denúncia, mas como reconhecimento de que trabalhadores/as tem sido recebido tratamento desigual, no contexto extraclases, na compra da sua força de trabalho, no acesso as melhores condições de trabalho e igualdade de oportunidades.

Tomados em conjunto, os dados [pesquisa sobre a situação do negro no mercado de trabalho] desmascaram o embuste [igualdade formal perante a lei é garantidora, por si só, da igualdade de oportunidade e tratamento. Desmitificam a estratégia do Estado de negar a problemática racial: o mito do paraíso racial – enquanto ideologia de Estado – busca mascarar a brutal desvantagem da população negra comparativamente à população branca, quando, na essência, emprega o racismo como fator de super exploração econômica e de controle social. (Resoluções do 5 Congresso Nacional da CUT). CUT, 1994, p. 131].⁴

Diante dessa conjuntura atual brasileira de perda de direitos sociais históricos, sem medo de errar, arrisco um prognóstico: assim, com

4 Central Única dos Trabalhadores - CUT, 1994, p. 131.

também ocorreu na década de 1930, trabalhadores/as brasileiros, tem como questão crucial, o retorno, o descompasso, retomando sempre as mesmas reivindicações, subtraídas no decorrer do desenvolvimento do capitalismo industrial. Ademais, o modelo econômico adotado dito de crescimento econômico, usando a velha fórmula da recuperação da economia, na base do esgotamento da força de trabalho, não só da política econômica de pagamentos de baixos ganhos salariais, mas ainda mais grave, impondo condições inseguras de trabalho, ceifando vidas e ampliando o fosso das desigualdades sociais. Portanto, supomos que caminhos, caminhados do trabalho sempre precarizado, sexista e racista faz um movimento de ida, sem perspectiva do avanço, ao contrário, empurrando “a classe que vive do trabalho”, para o retrocesso, como ocorreu desde o início do capitalismo industrial.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Ângela M. Carneiro; FERREIRA, Verônica Clemente. Construindo um espaço: a participação das mulheres no movimento sindical (1978-1988). *Revista de Sociologia e Política*, Curitiba, n.10/11, p.55-81, 1998.

BARROS, Luiza. “Nossos feminismos revisitados.” *Estudos feministas*. Vol. 3, Nº 2, 1995, p.458-463.

BRUSCHINI, Maria Christina. Trabalho e Gênero no Brasil nos últimos Dez Anos. *Cadernos de Pesquisa*, v. 37, n. 132, set./dez. 2007.

CAPPELLIN, Paola. Viver o sindicalismo no feminino. *Estudos Feministas*, nº especial, Rio de Janeiro CIEC/ECO/UFRJ, 1994.

CARNEIRO, SUELY. Mulheres em movimento (“Enegrecer o feminismo”). *Estudos Avançados*, v.17, n49, 2003, pp117-132.

DRUCK, Graça. Trabalho, precarização e resistências: Novos e velhos desafios. *Caderno CRH*, Salvador, v,24, n, Spe 01, p.3757, 2011.

HAUG, Friga. Para uma teoria das relações de gênero. In: Boron, Atilio A; Amadeo, Javier; González, Sabrina. Org. *Teoria Marxista hoje. Problemas e perspectivas*. 1º ed. 1º reimpressão. Buenos Aires: Consejo Latino-americanos de Ciências Sociales – CLACSO, Expressão Popular, 2006.

HIRATA, H. e KERGOAT, D. A divisão sexual do trabalho revisitada.

In: MARUANI, M. (org.) As novas fronteiras da desigualdade: homens e mulheres no mercado de trabalho. São Paulo, Editora do Senac, 2002.

Instituto Geográfico e Estatístico – IBGE. Censo demográfico: População por cor ou raça. 2022.

PAOLI, M. Célia. As ciências sociais, os movimentos sociais e a questão do gênero. Revista Novos estudos, CEBRAP, São Paulo, out.1991.

REINA, Vanderlay Santana. *Gênero e sindicalismo*: um estudo das trajetórias e experiências políticas de militantes sindicais no Sinergia, Bahia, entre 1970 e 1990. 489f. 2019. Tese (Doutorado em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismo) -PPGNEIM/ Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2019.

SADER, E. Quando novos personagens entraram em cena: falas e lutas dos trabalhadores na Grande São Paulo (1970-1980). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

SCOTT, J. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. Revista Educação & Realidade. Porto Alegre: V. 2, n. 20, p.71-99, jul/dez, 1995.

SHIENBINGER, Londa. O feminismo mudou a ciência? Bauru, SP: EDUSC, 2001.

SOUZA-LOBO, Elizabeth. A classe operária tem dois sexos: trabalho, dominação e resistência. São Paulo: Editora Brasiliense/Secretaria Municipal de Cultura; 1991.

VIDA FINANCEIRA E SAÚDE MENTAL DE MULHERES SOLTEIRAS PÓS-PANDEMIA DE COVID-19 EM SALVADOR: UMA ABORDAGEM PSICOLÓGICA

Ilana Marques¹

INTRODUÇÃO

A pandemia de COVID-19 trouxe desafios significativos a sociedade global afetando o cotidiano e o perfil demográfico brasileiro, especialmente a partir das transformações já em curso desde a década de 1970. Como psicóloga clínica em Salvador, observei de perto os efeitos dessa crise na vida financeira e na saúde mental de mulheres solteiras que enfrentaram dificuldades específicas.

Pandemias historicamente causam supermortalidade e impactam padrões demográficos. Com cerca de 15 milhões de mortes globais e quase 700 mil no Brasil, a COVID-19 destacou desigualdades sociais profundas, como no Brasil, onde a crise acentuou vulnerabilidades socioeconômicas preexistentes (USP, 2023). Salvador, por exemplo, registrou cerca de 441 mil casos e 8.800 mortes até maio de 2023 (OMS, 2023). Com altas taxas de desigualdade e uma grande parcela da população dependendo do setor informal, a cidade enfrentou uma rápida propagação do vírus e sérios impactos econômicos. A capital baiana foi identificada em 2021 como a segunda metrópole com maior percentual de população em extrema pobreza, o que refletiu diretamente nas condições de vida e saúde mental das mulheres solteiras (PUCRS, 2022).

As dinâmicas de gênero, raça e classe em Salvador são marcadas por desigualdades estruturais. A cidade apresenta uma predominância feminina, especialmente de mulheres negras e de baixa renda, enquanto o número de pessoas solteiras continua crescendo (Andrade, 2022). A Covid-19 intensificou desigualdades no mercado de trabalho, com quedas significativas na massa salarial, afetando mais os negros (Souza, 2021). O aumento da vulnerabilidade econômica agravou o estresse e a saúde mental, especialmente entre as mulheres, evidenciando a necessidade de políticas públicas que abordem as interseções de gênero, raça e classe para enfrentar esses desafios.

¹ Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Estudos Interdisciplinares sobre Mulher, Gênero e Feminismos pela Universidade Federal da Bahia.

Neste artigo, exploro como a pandemia exacerbou vulnerabilidades preexistentes, gerando novos desafios para essas mulheres. O estudo analisa a relação entre a perda de renda, o isolamento social prolongado e o aumento de problemas de saúde mental, além das estratégias adotadas por essas mulheres para enfrentar as adversidades. A pandemia intensificou tendências como a maior participação feminina no mercado de trabalho e a queda na taxa de fecundidade. Por fim, discuto as implicações para a prática psicológica e políticas públicas, sugerindo intervenções que promovam resiliência e bem-estar.

O CONTEXTO DA PANDEMIA

Durante a pandemia de Covid-19, a perda de empregos entre as mulheres foi alarmante, destacando uma vulnerabilidade econômica amplificada. No Brasil, as mulheres sofreram mais demissões em comparação aos homens, especialmente em setores que dependem do trabalho presencial, como serviços, comércio e cuidados, onde as ocupações são predominantemente femininas. Segundo a ONU Mulheres (2020), globalmente, as mulheres estavam mais propensas a perder seus empregos devido à crise econômica desencadeada pela pandemia. No início desse período, as mulheres representavam a maioria dos trabalhadores em empregos informais e de baixa remuneração, o que aumentou sua exposição a demissões e reduções salariais.

Além da perda de empregos, as mulheres enfrentaram uma sobrecarga de trabalho doméstico e de cuidados não remunerados, que cresceu substancialmente durante o isolamento social (Heilborn, Peixoto, Lins de Barros, 2020). Esse duplo impacto — perda de emprego e aumento das responsabilidades domésticas — exacerbou a vulnerabilidade econômica e psicológica das mulheres, resultando em níveis mais elevados de estresse, ansiedade e outros problemas de saúde mental.

Esses dados evidenciam que a pandemia não apenas intensificou as desigualdades de gênero no mercado de trabalho, mas também ressaltou a necessidade de políticas públicas que promovam maior proteção social e igualdade de oportunidades para as mulheres. A desproporcional perda de empregos entre as mulheres, juntamente com o impacto emocional causado pelos desafios vividos naquele período, contribuiu para um cenário de maior estresse e pressão sobre a saúde mental das mulheres.

A pandemia desencadeou, de fato, uma série de desafios emocionais e psicológicos para as mulheres. Além das preocupações com

a saúde física, elas enfrentaram um aumento significativo de estresse, ansiedade e depressão. A sobrecarga de responsabilidades domésticas, a incerteza econômica e o isolamento social contribuíram para a deterioração do bem-estar mental. A falta de acesso a serviços de saúde mental adequados e o estigma em torno de buscar ajuda agravaram ainda mais essa situação. No entanto, durante esse período, um número crescente de mulheres recorreu aos serviços psicológicos para lidar com esses desafios emocionais e mentais.

A pressão de equilibrar múltiplos papéis, como o trabalho remoto, os cuidados familiares e o medo da doença, levou muitas mulheres a reconhecerem a importância de cuidar da sua saúde mental. Ao acessar os serviços psicológicos, essas mulheres encontraram um espaço seguro para expressar suas preocupações, aprender estratégias de enfrentamento e obter suporte emocional.

Como psicóloga que adota uma metodologia feminista (Nogueira, 2001), observo como mudanças externas, como aspectos sociais, econômicos e culturais — especialmente relações assimétricas de gênero, raça e classe — influenciam e interferem na saúde mental das minhas pacientes. Essas dinâmicas complexas amplificam desafios emocionais e mentais, agravando sentimentos de ansiedade, depressão e outras condições de saúde mental. Durante a pandemia, esses efeitos se intensificaram, evidenciando a necessidade de uma abordagem terapêutica que considere essas interseções e promova um entendimento mais profundo das experiências vividas pelas mulheres em contextos de desigualdade e vulnerabilidade.

Durante a pandemia, muitas mulheres enfrentaram a perda de empregos, redução de renda e incerteza econômica, além de lidarem com o isolamento social, a ansiedade e o estresse causados pelo surto viral (Heilborn, Peixoto, Lins de Barros, 2020). A interrupção das redes de suporte social e a adaptação a novas formas de trabalho e convivência intensificaram ainda mais esses desafios. O medo do contágio, as preocupações com a saúde de entes queridos e a insegurança econômica elevaram drasticamente os níveis de estresse.

A psicologia desempenhou um papel importante ao fornecer suporte emocional e psicológico durante esse período. Profissionais de psicologia ofereceram intervenções que ajudaram as pessoas a lidar com essas emoções intensas, normalizando reações emocionais e promovendo a resiliência (Lobosque, 2021). Psicólogas (os) e outros profissionais de saúde mental atuaram na linha de frente, prestando assistência em crises e prevenindo o agravamento de transtornos mentais. Essas inter-

venções foram fundamentais para impedir que problemas temporários de saúde mental se tornassem condições crônicas (Lobosque, 2021).

Com as restrições de mobilidade e o distanciamento social, o teleatendimento e a telepsicologia se tornaram ferramentas indispensáveis. A possibilidade de consultas online garantiu que o suporte psicológico continuasse acessível mesmo durante os lockdowns. Essa mudança não apenas manteve a continuidade do atendimento, mas também ampliou o acesso à psicoterapia para aquelas que, de outra forma, não poderiam buscar ajuda devido a barreiras geográficas ou logísticas (Andrade et al., 2021).

Além disso, grupos vulneráveis, como profissionais de saúde, idosos e pessoas em situações socioeconômicas difíceis, também foram beneficiados pelos serviços de telessaúde. Identificar as necessidades específicas dessas populações permitiu o desenvolvimento de programas de apoio direcionados. Por exemplo, intervenções focadas no bem-estar de profissionais de saúde ajudaram a prevenir o esgotamento e a manter sua capacidade de trabalho em condições extremas (Lima et al., 2021).

VIDA FINANCEIRA DA SOLTEIRA NA PANDEMIA

Desde o início da pandemia em 2020, percebi uma mudança significativa nas demandas do ambiente terapêutico, com um aumento expressivo na procura por atendimentos psicológicos online, que eram a única opção possível naquele momento. As consultas virtuais se tornaram essenciais, principalmente para as mulheres, cujas queixas iniciais estavam diretamente relacionadas ao contexto da pandemia: isolamento social, medo da morte e perda de entes queridos. No entanto, com o tempo, novas preocupações começaram a surgir nos relatos dessas mulheres, transformando-se em temas frequentes nas sessões semanais.

Elas passaram a demonstrar receios mais específicos e íntimos, como a hesitação em retornar à casa dos pais, o reconhecimento de relações amorosas abusivas e reflexões sobre os relacionamentos de seus próprios pais. As questões financeiras também começaram a ocupar um espaço central, como a dificuldade de pagar contas, a ausência de reservas financeiras para enfrentar períodos prolongados de incerteza, a falta de aposentadoria ou outras formas de sustento futuro, além de demissões e perdas de renda.

Embora essas questões já fizessem parte da rotina clínica, durante a pandemia houve uma intensificação da ênfase atribuída a elas, o

que gerou um aumento substancial do sofrimento emocional e no surgimento de sintomas de saúde mental, como crises de ansiedade, ataques de pânico, burnout e depressão. As preocupações com a instabilidade financeira e a possibilidade de perder a segurança econômica tornaram-se centrais para a saúde mental das mulheres solteiras que eu atendia.

Essa amplificação de preocupações ressoava em mim, uma vez que, sendo solteira e autônoma, eu também refletia sobre o envelhecimento, a solidão e a estabilidade financeira. A pandemia intensificou esses medos, trazendo à tona o medo do desconhecido e a ameaça de grandes perdas. Esses fatores não apenas agravaram o estresse emocional, mas também evidenciaram a necessidade urgente de um suporte psicológico adequado e de políticas públicas que abordem tanto a segurança econômica quanto a saúde mental das mulheres durante crises.

No auge da pandemia, ficou claro em minhas consultas um aumento nas queixas relacionadas à ansiedade, depressão e estresse financeiro. As mulheres solteiras, em particular, relatavam sentimentos de solidão intensificados pelo distanciamento social, preocupações constantes com sua segurança financeira e o futuro incerto, além da dificuldade de equilibrar as demandas profissionais e pessoais num contexto de isolamento. Esses elementos criaram um ambiente propício para o surgimento de problemas de saúde mental, diretamente influenciados pelas dificuldades econômicas e sociais.

Percebi que a instabilidade financeira e a insegurança em relação ao futuro tornaram-se questões ainda mais urgentes na vida das mulheres solteiras que atendo, contribuindo para um aumento expressivo do estresse e da ansiedade. Além disso, essas dificuldades prolongadas geraram uma sensação de desamparo, dificultando o planejamento e a realização de metas pessoais e profissionais

De acordo com Darlane Andrade (2012), o fenômeno da solteirice, relacionado ao crescimento dos domicílios unipessoais, é resultado de transformações econômicas, sociais, culturais e comportamentais que moldaram as sociedades modernas. Solteirice é descrita como a “situação de quem é ou está solteira/o, abrangendo desde o estado civil até o estilo de vida, solidão e liberdade” (Andrade, 2022, p. 40). Observa-se que há uma crescente tendência de agamia e solteirice, refletindo a falta de interesse em estabelecer relacionamentos românticos formais, com novas gerações explorando formas alternativas de relacionamento sem compromisso legal. Esse comportamento é visto em diferentes países, como Brasil, Estados Unidos e Japão, e está associado ao impacto das redes sociais, que têm atrasado o início da vida sexual dos jovens e

influenciado na diversificação das configurações familiares, como lares com dois pais ou duas mães, e casais vivendo separados (USP, 2023).

A busca por independência e estabilidade financeira é um dos principais motivos que levam as mulheres a viverem sozinhas (Andrade, 2022). No entanto, fatores históricos e culturais ainda colocam as mulheres em posições de desvantagem nas relações de poder e nas hierarquias de gênero (Mattos, 2022). A conjunção de gênero, vida solitária e economia traz novos desafios para a psicologia clínica, especialmente com os impactos da pandemia, que intensificou as crises enfrentadas por pessoas solteiras, incluindo a instabilidade financeira (Andrade, 2022, p. 431). A perda de estabilidade financeira pode agravar a saúde mental, reforçando estereótipos que marginalizam as mulheres solteiras de classe média em uma sociedade patriarcal que valoriza o casamento e a formação de famílias nos moldes tradicionais (Andrade, 2022).

No contexto patriarcal e cisheteronormativo, as mulheres ainda são pressionadas a se conformarem aos papéis tradicionais de gênero, buscando relacionamentos maritais para atender às expectativas sociais. Segundo Conceição Nogueira (2001), as diferenças biológicas foram usadas para justificar a subordinação das mulheres à esfera doméstica e afetiva, enquanto Judith Butler (2021) argumenta que o gênero é uma construção social performativa, contestando a ideia de que existem categorias fixas e imutáveis de gênero. Butler sugere que o gênero é constantemente negociado e desafiado, influenciado por performances diárias que solidificam comportamentos estereotipados (Butler, 2021).

A pandemia exacerbou a demanda por cuidados relacionais, tradicionalmente atribuídos às mulheres, intensificando as expectativas de que elas satisfaçam as necessidades dos outros, o que perpetua a desigualdade de gênero (Heilborn; Peixoto; Lins de Barros, 2020, p. 4). O sofrimento psicológico feminino, de acordo com Zanella (2015), expressa regularidades sociais que moldam a percepção de gênero e as hierarquias de poder, reforçando estereótipos de que a realização feminina está atrelada ao amor romântico, maternidade e cuidado com o lar. Esses padrões aprisionam as mulheres em papéis subordinados, apagando sua autonomia e subjugando-as aos desejos masculinos (Zanella, 2015, p. 240).

A desvalorização das mulheres no mercado de trabalho é um reflexo da hierarquização de gênero, que associa o trabalho remunerado aos homens e invisibiliza as atividades domésticas realizadas pelas mulheres. Isso resulta em disparidades salariais e oportunidades limitadas, onde aqueles que desafiam essas normas são marginalizados (Mattos,

2022). As restrições impostas às mulheres, mesmo em busca de liberdade, refletem o custo simbólico e material dessa emancipação em uma sociedade patriarcal que valoriza a subordinação feminina (BIROLI, 2017, p. 199). Entender essas dinâmicas é fundamental para a psicologia, permitindo o desenvolvimento de abordagens mais eficazes para lidar com os desafios enfrentados pelas mulheres na busca por autonomia e igualdade.

MUDANÇAS DE PARADIGMAS E A PSICOLOGIA

Durante a pandemia, ao exercer minha prática como psicóloga, ouvi muitas mulheres compartilharem suas experiências, revelando a complexidade das questões emocionais e econômicas que enfrentam. Uma delas comparou sua realidade à de sua mãe, afirmando: “eu vi minha mãe se submeter a muita coisa que não precisava porque ela buscava nas relações a segurança amorosa e financeira.” Essa reflexão evidencia como a busca por segurança emocional e financeira nas relações amorosas pode levar muitas mulheres a situações desvantajosas. Outra paciente destacou que “a moeda de troca é liberdade em qualquer relacionamento”, sinalizando que a liberdade pessoal é frequentemente sacrificada em prol de uma aparente estabilidade relacional.

A preocupação com a situação financeira é uma constante. Uma mulher expressou: “eu penso nisso todo dia, pagar aluguel, plano de saúde, parcela de carro, e eu nem tenho filhos, e gasta tudo, não sobra nada... como eu vou viver no futuro com essa renda?” Essa ansiedade é comum entre muitas mulheres que, mesmo sem as despesas adicionais de criar filhos, lutam para equilibrar suas finanças e se preocupam com sua sustentabilidade econômica a longo prazo. Além disso, outra mulher manifestou desespero ao afirmar: “parece que a família sempre foi um peso... ou tem filho e família ou tem independência... e os meus sonhos, onde é que ficam...? Isso me dá um desespero.” Essa fala ressalta a tensão entre realizar sonhos pessoais e manter uma vida familiar tradicional.

Embora essas falas não estejam diretamente ligadas à minha pesquisa, foram cruciais para impulsionar meus questionamentos e a elaboração deste estudo. Elas ilustram as interconexões profundas entre gênero, economia e saúde mental, revelando como a instabilidade econômica pode agravar problemas de saúde mental e como as expectativas sociais moldam as experiências femininas de forma complexa e opressiva. É fundamental que a psicologia clínica reconheça e aborde

essas dinâmicas para oferecer suporte eficaz, promovendo a resiliência e o bem-estar das mulheres.

Apesar das dificuldades, muitas mulheres têm encontrado maneiras de equilibrar suas saúdes psíquicas e financeiras, adotando estratégias de enfrentamento. Algumas buscam apoio psicológico acessível e se unem a grupos de suporte para compartilhar experiências e desenvolver resiliência. Outras investem em educação e capacitação, buscando novas habilidades que ampliem suas oportunidades de emprego e renda, o que lhes proporciona maior independência financeira. Essas iniciativas refletem uma contínua busca por autonomia e bem-estar, evidenciando a capacidade feminina de adaptação e superação diante dos desafios impostos pela instabilidade econômica e pelas pressões sociais.

Diante disso, percebo uma interseção crítica entre instabilidade econômica e saúde mental, onde as dificuldades financeiras não apenas geram estresse direto, mas também agravam problemas de saúde mental já existentes. Esse ciclo vicioso é particularmente difícil de romper em tempos de incerteza, como os vividos durante a pandemia. Reconhecer essa interconexão é essencial para desenvolver abordagens terapêuticas e políticas públicas que integrem saúde mental e estabilidade econômica, promovendo um suporte mais holístico e eficaz para as mulheres.

Compreender melhor esses desafios e as respostas psicológicas a eles pode levar a uma abordagem mais holística e eficaz no tratamento e apoio a mulheres solteiras em situações semelhantes. A experiência de Salvador pode servir como um microcosmo para entender fenômenos similares em outras regiões, oferecendo insights valiosos para enfrentar crises futuras.

CONCLUSÃO

Ao investigar a vida financeira e a saúde mental de mulheres solteiras em Salvador no pós-pandemia de Covid-19, observamos que a instabilidade econômica e as mudanças abruptas impactaram significativamente suas vidas, intensificando vulnerabilidades e gerando novas formas de estresse. Frases compartilhadas durante atendimentos, como “parece que a família sempre foi um peso... ou tem filho e família ou tem independência... e os meus sonhos, onde é que ficam?... isso me dá um desespero”, ilustram as pressões sociais enfrentadas por essas mulheres e seu desejo de viver independentemente e com liberdade.

Essas experiências evidenciam a importância de reconhecer a psicologia como um campo que interage intimamente com dinâmicas

sociais e econômicas. A desvalorização das mulheres no mercado de trabalho, os estereótipos de gênero e as expectativas sobre papéis femininos criam um ambiente onde dificuldades financeiras e emocionais se entrelaçam, afetando a saúde mental. Durante a pandemia, as mulheres lidaram com desafios específicos relacionados à sua estabilidade financeira, exacerbados pela desvalorização histórica de seus papéis. As funções domésticas e de cuidado, frequentemente invisíveis e mal remuneradas, recaíram ainda mais sobre elas, reforçando a ideia de que sua realização está ligada a relacionamentos e ao atendimento das necessidades dos outros.

Para mitigar esses impactos, é essencial implementar estratégias de enfrentamento que promovam a resiliência e o bem-estar feminino, como políticas de apoio financeiro, acesso a programas de saúde mental e iniciativas que incentivem a igualdade de gênero no trabalho e na sociedade. Essas abordagens podem ajudar as mulheres a superar adversidades e a buscar autonomia e igualdade em um contexto patriarcal e capitalista.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Darlane Silva Vieira. A “solteirice” em Salvador: Desvelando práticas e sentidos entre adultos/as de classes médias. *Revista Feminismos*. [S. l.] v.10, n.1, 2022. DOI: 10.9771/rf.v10i1.43085. Acesso em: 15 set. 2022.

ANDRADE, Darlane Silva Vieira. Isolamento social só: notas de uma mulher solteira morando sozinha. *Feminismos*, [S.l.], v. 9, n. 3/v. 10, n. 1, 2022. Disponível em: <<http://www.feminismos.neim.ufba.br>>. ISSN: 2317-2932.

ANDRADE, Darlane Silva Vieira; DOS SANTOS, H. M. Gênero na psicologia: Articulações e discussões. Salvador, Conselho Regional de Psicologia da Bahia, 2013. Disponível em: <<https://www.crp03.org.br/midia/genero-na-psicologia-articulacoes-e-discussoes>>. Acesso em: 15 set. 2022.

ANDRADE, Marcelo Magalhães; PEREIRA, Francisco; OLIVEIRA, Clafylla; SOUZA, Amanda Magalhães; CAMPOS, Rafael Baquit; SANTOS, Bianca. Ensaio sobre crise(s), saúde mental e contexto sotero-politano da pandemia da COVID-19. In: LIMA, Mônica (Org.); et al. *Pensar junto/fazer com: saúde mental na pandemia de COVID-19*.

Salvador: EDUFBA, 2021. p. 81.

BIROLI, Flávia. Teorias feministas da política, empiria e normatividade. Lua Nova, São Paulo, 102: 173-210, 2017. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/ln/a/wvsJmJ4pBNK3HJ3PJcX39mf/?format=pdf&lang=pt>>. Acesso em 20 de ago. de 2022.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Censo Demográfico, 2020. Disponível em: <www.ibge.gov.br>. Acesso em: 25 maio 2024.

BRASIL, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua) . 2023 Disponível em: <www.ibge.gov.br>. Acesso em: 25 maio 2024.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Boletim Epidemiológico Especial – Doença pelo Coronavírus COVID-19. Brasília, DF, 2023. Disponível em: <https://coronavirus.jhu.edu/map.html>. Acesso em: 25 maio 2024.

Butler J. Gênero em tradução: além do monolinguismo. Cadernos de Ética e Filosofia Política: Dossiê II Encontro do GT Filosofia e Gênero. 2021 [acesso em 25 de maio de 2024]; 39-N.2:364-87. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/cefp/article/view/191642>.

GALINDO, Ernesto Pereira; PEDREIRA JÚNIOR, Jorge Ubirajara. A Cor da Moradia: apontamentos sobre raça, habitação e pandemia. 2021

HEILBORN, M. L. A.; PEIXOTO, C. E.; LINS DE BARROS, M. M. Tensões familiares em tempos de pandemia e confinamento: Cuidadoras familiares. *Physis*. v.30, n.2, 2020. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0103-73312020300206>>. Acesso em: 23 set. 2021.

LIMA, Mônica (Org.); et al. Pensar junto/fazer com: saúde mental na pandemia de COVID-19. Salvador: EDUFBA, 2021.

LOBOSQUE, Ana Marta. Saúde mental: cuidado, convívio e luta em tempos de isolamento. In: LIMA, Mônica (Org.); et al. Pensar junto/fazer com: saúde mental na pandemia de COVID-19. Salvador: EDUFBA, 2021. p. 337.

MATTOS, P. Feminismo anticapitalista: Articulando teoria e prática. *Revista Estudos Feministas* [on-line]. v.30, n.1, 2022. E-pub 06 mai. 2022. ISSN 1806-9584. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/1806-9584-2022v30n172837>>. Acesso em: 15 set. 2022.

METRO 1. Salvador completa mais um ano com antigo desafio de superar desigualdade social. 2023, Disponível em: <<https://www.metro1.com.br/noticias/cidade/134552,salvador-completa-mais-um-ano-com-antigo-desafio-de-superar-desigualdade-social>>. Acesso em: 25 maio 2024.

NOGUEIRA, C. Feminismo e “discurso” do gênero na psicologia social. *Psicologia e Sociedade*. Instituto de Educação e Psicologia, Universidade do Minho. n.13, p.107-128, jan./jun. 2001. Disponível em: <<http://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/4117/1/feminismo%20e%20discurso%20do%20g%C3%A9nero%20na%20psicologia%20social.pdf>>. Acesso em: 15 de jul. 2023

Organização Mundial da Saúde (OMS). Weekly epidemiological update on COVID-19 - 8 March 2023. Geneva: WHO, 2023. Disponível em: <https://www.who.int/publications/m/item/weekly-epidemiological-update-on-covid-19---8-march-2023>. Acesso em: 25 maio 2024.

ONU Mulheres. COVID-19 and its economic toll on women: The story behind the numbers. 2020. Disponível em: <https://www.unwomen.org/en/news/stories/2020/9/feature-covid-19-economic-impacts-on-women>. Acesso em: 25 de maio de 2024.

PUCRS. Desigualdade nas metrópoles. 2022, Disponível em: <<https://portal.pucrs.br/blog/desigualdade-nas-metropoles/#:~:text=A%20nona%20edi%C3%A7%C3%A3o%20do%20Boletim,19%2C8%20milh%C3%B5es%20de%20pessoas>>. Acesso em: 25 maio 2024.

PREFEITURA DE SALVADOR. Salvador pela Vida. Salvador, 2023. Disponível em: <https://www.salvador.ba.gov.br/salvadorpelavida>. Acesso em: 25 maio 2024.

RUBIN, G. O tráfico de mulheres: Notas sobre a economia política do sexo. SOS Corpo. Recife, mar. 1993. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/1919>>. Acesso em: 14 set. 2022.

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE SALVADOR. Boletim Epidemiológico COVID-19. Salvador, 2023. Disponível em: <https://www.saude.salvador.ba.gov.br>. Acesso em: 25 maio 2024.

SOUZA, Pedro H. G. Ferreira de. A pandemia de COVID-19 e a desigualdade racial de renda. In: INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. Boletim de Análise Político-Institucional. Pandemia e Políticas Públicas: a questão étnico-racial no centro do debate. n. 1,

Brasília: Ipea, 2021. Semestral. ISSN 2237-6208.

USP, Agamia: a nova forma de relacionamento que vem crescendo entre os jovens. *Jornal da USP*, 2023. Disponível em: <https://jornal.usp.br/atualidades/agamia-a-nova-forma-de-relacionamento-que-vem-crescendo-entre-os-jovens/>. Acesso em: 25 de maio de 2024

USP. IBGE registra queda da taxa de natalidade no Brasil. *Jornal da USP*. Disponível em: <https://jornal.usp.br/radio-usp/ibge-registra-queda-da-taxa-de-natalidade-no-brasil/>. Divulgada em 23 de março de 2023. Acesso em 18 de julho de 2023.

ZANELLO, V. A saúde mental sob o viés de gênero: Uma releitura genderada da epidemiologia, da semiologia e da interpretação diagnóstica. In: ZANELLO, V.; ANDRADE, A .P. M. (Orgs.) *Saúde mental e gênero: Diálogos, práticas e interdisciplinaridade*. Curitiba: Appris, 2014. p.41-58.

ZANELLO, V.; FIUZA, G.; COSTA, H. S. Saúde mental e gênero: Facetas genderadas do sofrimento psíquico. *Fractal: Revista de Psicologia* [online]. v.27, n.3 p.238-246, 2015. ISSN 1984-0292. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1984-0292/1483>. Acesso em: 14 set. 2022.

ZANELLO, Valeska. *Saúde mental, gênero e dispositivos. Cultura e processos de subjetivação*. Curitiba: Editora Appris, 2018

MULHERES DE COMUNIDADES TRADICIONAIS: LIDERANÇA, TRABALHO E RESISTÊNCIA

Neuzeli Maria de Almeida Pinto¹

Maria Mary Ferreira²

INTRODUÇÃO

Esta proposta de pesquisa teve como objetivo analisar o processo de construção da autonomia de lideranças comunitárias e refletir sobre como elas articulam alternativas e possibilidades de desenvolvimento do trabalho produtivo e decisão nos espaços de poder. O debate em torno da organização do trabalho das mulheres em contextos das comunidades tradicionais, quilombolas e pescadoras tem ganhado centralidade na cena contemporânea. Isso devido à busca por modalidades de desenvolvimento numa perspectiva de sustentabilidade.

Apesar de verificar-se, atualmente, algumas mudanças nas relações espaciais de gênero, as relações patriarcais e desigualdades de gênero ainda são uma realidade no espaço das comunidades tradicionais, fato que incide sobre opressões imputadas às mulheres em contextos sociais os mais diversos, tendo em vista a relação de subserviência em que vivem. De modo geral, os papéis sociais assumidos por elas ao longo da história as mantiveram em uma posição de opressão e desigualdade. Isso em uma realidade de invisibilidade social, mesmo alcançando conquistas políticas e sociais consideráveis.

Em geral, a mulher não consegue alcançar benefícios governamentais, sendo destinadas a elas, as funções de manutenção, sofrendo, ainda, junto à natureza, consequências das falácias do desenvolvimento, sistema de capital e patriarcal, bem como com a degradação dos recursos naturais (Freitas, 2011). Contudo, observa-se o desenvolvimento de lideranças comunitárias com a inserção dessas mulheres nos movimentos sociais, militando por causas específicas das mulheres, trabalho no contexto local e melhores condições de vida; e, por causa de interesse mais amplo, atuam na organização sociopolítica e econômica locais.

1 Professora Adjunta IV do Departamento de Ciências Sociais. Universidade Estadual do Maranhão, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Socioespacial e Regional – PPD-SR/UEMA. Doutora em Teoria e Pesquisa do Comportamento - PPGTPC/UFPA.

2 Professora Associada IV do Departamento de Biblioteconomia, Universidade Federal do Maranhão, Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas – PPGPP/UFMA. Doutora em Sociologia UNESP/Fclar.

Nessa perspectiva, é importante lembrar, dos aspectos históricos dessas lutas pela emancipação feminina, e de suas consequências no seio da sociedade. Lembra-se também das elaborações de políticas públicas específicas com o enfoque de gênero. Faz-se necessário avaliar as consequências dessas ações nas comunidades tradicionais, bem como as transformações e a atuação das lideranças femininas. A investigação proposta foi realizada com mulheres quilombolas e pescadoras do Maranhão – Cururupu, comunidades que apresentam um modo de vida dessas mulheres, tipicamente amazônico.

Sobre a questão metodológica da pesquisa, acerca do estudo da atuação das mulheres sob a perspectiva sistêmica: pessoa e contexto ambiental requerem metodologias capazes de captar a dinâmica das relações estabelecidas entre os diversos subsistemas os quais compõem os contextos em que estão inseridas, dadas a complexidade desse grupo. Dessa forma, foi adotado o método qualitativo, que possibilitou analisar o fenômeno, além de observar o desenvolvimento do trabalho realizado pelas mulheres das comunidades tradicionais, a partir da inserção da pesquisadora no ambiente de estudo, denominado por Alessandra Cecconello e Silvia Koller (2003) de “inserção ecológica”. Participaram pesquisa mulheres lideranças das instituições: Casa da Mulher Cururupeense, que acolhe e dá assistência a mulheres vítimas de violência e em estado de vulnerabilidade, a presidente da Colônia de Pescadores de Cururupu/MA, a presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais e Agricultores e Agricultoras de Cururupu/MA. Os instrumentos metodológicos adotados e que deram base à pesquisa foram: o diário de campo (DC); (ISD) inventário sociodemográfico; e a entrevista semiestruturada (ESE), que foram construídos para aplicação e observação participante, caracterizada pelas intervenções com ações junto à comunidade através de oficinas e palestras.

As mulheres dos contextos de comunidades tradicionais do Maranhão, quilombolas e pescadoras, estabelecerem entre si, um contato mais constante. Desse modo, isso fortalece as redes de relações sociais e constrói lideranças importantes para a manutenção e construção da sua autonomia e participação no trabalho produtivo e da sustentabilidade do contexto em que vivem. Pode-se dizer que esse fator se amplifica em efeitos quando se considera a cultura de sobrevivência dessas famílias.

Torna-se importante compreender como se estrutura e funciona as relações no processo de construção da autonomia de lideranças comunitárias de mulheres, na organização do trabalho em contextos das comunidades tradicionais, quilombolas e pescadoras, acerca do modo

como articulam alternativas de sustentabilidade e possibilidades de desenvolvimento do trabalho produtivo.

É nesse sentido que este trabalho investigou os valores, crenças e atitudes das mulheres em relação à importância das atividades produtivas para a conservação da natureza, equilíbrio ecológico e valor econômico, além dos processos de interações recíprocas entre as mulheres nos contextos de atividades produtivas e reprodutivas sob a divisão sexual do trabalho, nas relações sociais de gênero, liderança e autoridade verificando autonomia e empoderamento das lideranças comunitárias e, também, articulação na inserção de redes de apoio e movimentos sociais e políticos.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Caracterização das lideranças sindicais e institucionais de Cururupu/MA

Participaram também da pesquisa mulheres de lideranças, a Presidente da Colônia de Pescadores de Cururupu/MA, a Presidente do Sindicato dos pescadores de Cururupu/MA, o Secretário Agrário e a Tesoureira do Sindicato dos Trabalhadores Rurais, além de Agricultores e Agricultoras de Cururupu/MA, a Coordenadora da instituição Casa da Mulher Cururupuense, que acolhe e dá assistência às mulheres vítimas de violência e em estado de vulnerabilidade.

Participou da pesquisa Joana Silva Pereira, Presidente da Colônia de Pescadores de Cururupu (Figura 01):

Figura 01 – Colônia dos pescadores(as) de Cururupu/MA e a presidente Joana Pereira



Fonte: Autora (2022)

A outra participante da pesquisa é a Josenalde Silva Costa – Presidente do Sindicato dos Pescadores de Cururupu (Figura 02). Pesca-

dora, filha de pescador da Praia de São Lucas, que mora em Cururupu, desde 1997. Há muito tempo é colaboradora no sindicato de pescadores(as). Hoje está presidente, mas já exerceu outras funções. A diretoria é formada por 16 pessoas: 8 mulheres e 8 homens.

Figura 02 - Sindicato dos pescadores de Cururupu/MA e a Presidente Josenalde Silva Costa



Fonte: Autora (2022)

No Sindicato dos Trabalhadores Rurais e Agricultores e Agricultoras de Cururupu/MA, foram entrevistados: Gregório Ramos Silva - Secretário Agrário e Bela - Tesoureira do Sindicato dos Trabalhadores Rurais (Figura 03). O entrevistado Gregório Ramos Silva salienta, a participação das mulheres na Diretoria do Sindicato de Trabalhadores rurais nos últimos anos com grande empenho, já havendo gestão presidida por uma mulher.

Figura 03 – Sindicato dos Trabalhadores Rurais e Agricultores e Agricultoras de Cururupu/MA



Fonte: Autora (2022)

Outra liderança entrevistada foi Naura Célia Pires – **Coordenadora da Casa da Mulher Cururupuense** (Figura 04). À frente da Casa da Mulher Cururupuense, Naura trabalha acolhendo mulheres vítimas de violência doméstica e com vulnerabilidade. Na Casa, é realizado o acompanhamento psicológico e de todos os trâmites legais de denúncia e acolhimento da vítima e dos filhos, em parceria com o conselho tutelar. Hoje, a Casa também faz o acompanhamento de 32 casos de mulheres, que fazem tratamento de Câncer em São Luís no Hospital Aldenora Bello, nas consultas, tratamento e residência em São Luís. Com atividades também, nas comunidades, ações, brechós, doações de roupas e alimentos, palestras e campanhas.

Figura 04 – Casa da Mulher Cururupuense – Cururupu/MA



Fonte: Autora (2022)

Relações sociais de gênero: liderança e participação política nos sindicatos, instituições, associações e grupos comunitários

O processo de formação social e política das mulheres na sociedade constituiu-se a partir de determinações marcadas pelo gênero, compreendido como categoria histórica baseada em um sistema hierárquico, presidindo as relações entre homens e mulheres, inseridos desigualmente nas estruturas de poder. O gênero é uma categoria central para entender e contextualizar, como histórica e socialmente se reproduzem as relações sociais de gênero, também consideradas relações de poder. Ao longo da construção da humanidade, as mulheres foram alijadas dos espaços de decisão e silenciadas no mundo doméstico.

Nesse sentido, para compreender as relações desiguais de poder, o engessamento dos direitos das mulheres e a exclusão de sua participação nas tomadas de decisão, é preciso voltar a análise para o âmbito do público e do privado, tendo em vista que a organização das relações na vida privada estabelece barreiras à participação paritária de mulheres e homens na vida pública.

As mulheres, ao longo da história, foram sub-representadas, embora essa situação esteja sendo superada por muitos países da Europa e América Latina. Entretanto, no Brasil, as mulheres representam apenas 15% do Congresso Nacional, conforme estudos de Ferreira (2019). Esse fato reduz as possibilidades de que as questões que se definem como relevantes, a partir de experiências das mulheres na vida doméstica, fiquem invisibilizadas nas agendas e debates públicos (Miguel; Biroli, 2014).

Por outro lado, as mulheres têm cada vez mais poder e contribuem cada vez mais para a renda da família, conhecem mais as necessidades da casa e são mais sensíveis aos impactos e mudanças. No Brasil, há 28,9 milhões de famílias chefiadas por mulheres, o que corresponde a 42% das famílias do país, segundo dados da última pesquisa Retrato das Desigualdades de Gênero e Raça realizada pelo Ipea. E esse número só cresce, ou melhor, mais que dobrou nos últimos 15 anos de estudo. Em 2001, eram 14,1 milhões de famílias com liderança feminina.

Apesar dessa realidade, verifica-se que algumas mudanças nessas relações espaciais de gênero vêm ocorrendo e essas alterações se tornam evidentes com a inserção das mulheres em movimentos sociais militando por causas específicas e por causas de interesse mais amplo. (Sousa; Menezes, 2017).

Podemos fazer aqui um recorte histórico em que se destaca a cidadania política das mulheres com a conquista da na primeira onda do feminismo através da conquista do voto, em 1932, e as conquistas como sujeito político coletivo, que reivindica igualdade de direitos, questionando sua situação de subordinação em relação aos homens e que emerge somente nos anos de 1970, período marcado por mudanças na saúde, na educação e na área de trabalho. Somente uma década mais tarde, a presença das mulheres em movimentos sociais no espaço rural começa a se efetivar (Godinho, 2004), colocando em pauta discussões que consideram as especificidades desse ambiente.

Pensando no contexto das comunidades tradicionais, aponta-se que a luta das mulheres também se intensifica e trazem para o cenário desses espaços reivindicações de igualdade e de sobrevivência. Faria (2009) define como “A trajetória de luta das mulheres que vivem no espaço rural [...], mostra a força como reivindicação pelo reconhecimento como trabalhadora e como cidadã”. Os movimentos sociais conduzidos por mulheres em comunidades tradicionais é a mais pura expressão de toda a desigualdade de gênero existente neste contexto, e com pautas de luta pelo acesso à renda, direito a documentação, autonomia econô-

mica e política, além da manutenção de relação estreita com a natureza, gerando ações de sustentabilidade do meio ambiente.

Essas mulheres, a partir da luta nos movimentos sociais estão construindo um espaço de visibilidade, para contestar e adquirir direitos, que até então lhes eram negados. (Sousa; Menezes, 2017). Portanto, observa-se o desenvolvimento de lideranças comunitárias, ou seja, a inserção dessas mulheres nos movimentos sociais, militando por causas específicas de mulher, trabalho no contexto local, melhores condições de vida e por causas de interesse mais amplo, organização sociopolítica e econômica da comunidade. Faz-se necessário avaliar as consequências destas ações nas comunidades tradicionais, bem como as transformações e atuação das lideranças destas mulheres.

Com destaque descreve-se a experiência das mulheres e atuação em vários contextos da comunidade garante a elas, maior autonomia e liderança comunitária. Segundo Leila, uma das lideranças da Comunidade Quilombola Ceará, as mulheres dentro da comunidade atuam em diversos espaços, assumindo papéis de grande importância:

Os papéis que mais se destaca na comunidade são das mulheres. A presidenta da associação é mulher Dona Miúda, lá dentro da associação a gente é que movimenta, é mais mulher que fica nessa parte, no trabalho nas hortas nossas mulheres têm bastante participação. (Leila – Comunidade Quilombola Ceará. Cururupu/MA. Abril/2022).

Pode-se então, analisar a liderança das mulheres das comunidades tradicionais, quilombolas e pescadoras, a partir da construção de sua autonomia e empoderamento, levando em consideração três planos: autonomia simbólico-cultural, que expressa o reconhecimento das suas atividades exercidas; autonomia política, que envolve o princípio representativo; e, autonomia econômica e material. O reconhecimento deste trabalho e a participação política, através das associações comunitárias conquistadas por essas mulheres fazem parte de um processo em construção.

A inserção dessas mulheres nos espaços de poder e decisão podem ser observados nas presidências do Sindicato dos pescadores(as) de Cururupu/MA e da colônia de pescadores(as) de Cururupu/MA, bem como a participação de mulheres na diretoria do Sindicato dos Trabalhadores Rurais e Agricultores e Agricultoras de Cururupu/MA, e na liderança da Naura coordenadora da Casa da Mulher Cururupuense. São representações significativas da luta pela mudança de paradigmas

e valores de um padrão, que se mantêm com algumas poucas mulheres que conseguem quebrar com o padrão ao longo da história.

Sendo que, mesmo hoje, quando se vê mulheres ocupando altos cargos, ainda se encontra preconceitos, realidade que atribuem à resistência cultural da sociedade em aceitar mulheres em cargos de alta patente. Relatos atributos ao reconhecimento da importância, luta e resistência:

Sou pescadora, filha de pescador da praia de São Lucas, mas moro aqui desde 1997. Já tenho um caminho bem longo como colaboradora no sindicato de pescadoras. E hoje eu estou presidente, já vim de longas datas com outras funções. Já tiveram muitos presidentes que passaram por aqui e todos homens, nunca uma mulher, porque entra bem aí a questão da discriminação, “a mulher não dá conta disso aqui, mulher não é para estar aqui”, “aqui de homem não de mulher”. Mas eu insisti, vim e fui para a luta, consegui, ganhei de um homem, porque a gente tem que ver essa questão da Igualdade né? Então se o homem pode, a mulher também pode. (Josnalde Silva Costa – Presidente Sindicato Pescadores(as). Cururupu/MA. Janeiro/2022).

Para além do carisma, segundo Bass (1985), para ter liderança, o líder deve ser estimulante gerando em seus seguidores consciência dos problemas e das soluções possíveis. Esse estímulo faz parte do seu status de líder carismático juntamente com a visão, ou seja, uma declaração do que se pretende ser. À medida que o líder estabelece com o grupo aonde a comunidade quer chegar, quando chegar e como deve chegar, definindo as ações e os objetivos almejados, os problemas que poderão surgir deverão ser analisados, buscando-se, com isso, as alternativas de soluções que deverão ser encontradas para a escolha da melhor alternativa, capaz de resolver cada problema.

A liderança comunitária surge como uma necessidade importante na condução das reivindicações, nas discussões dessa comunidade e no auxílio às pessoas que fazem parte do grupo a exercerem sua cidadania de modo ativo. É impossível falar de lideranças femininas nas comunidades tradicionais estudadas e não pensar nas mulheres líderes da comunidade Quilombola de Santa Maria e do Ceará. Embora dados apontem para um número pouco expressivo de mulheres na política, nas comunidades tradicionais estudadas a trajetória dessas mulheres é marcada pelo desejo de melhorias locais e de resolver os problemas da comunidade.

Para que as melhorias cheguem às comunidades tradicionais é necessário que organizações e coletivos se aproximem das associações

de moradores. Apesar das dificuldades de acesso às políticas públicas e à viabilização de projetos sociais que beneficiem essas comunidades, percebe-se a união da liderança com os associados para uma melhor atuação territorial. Essa é a luta das comunidades tradicionais estudadas.

Observa-se também, que a rede e as articulações dessas mulheres são de fundamental importância para a manutenção e a busca de conquistas, em espaços de poder e decisão. Assim, sentem-se encorajadas a seguirem em frente, muitas vezes sobrecarregadas por uma jornada dupla de trabalho. A criação de uma rede de apoio é um modo para superar os desafios e as dificuldades das mulheres em posição de liderança e, conseqüentemente, para alcançar um equilíbrio maior nas questões de gênero, as mulheres criarem as suas redes de apoio, trocarem experiências e formar as frentes de transformação na comunidade:

Sempre lutei muito para ser uma comunidade quilombola, e com o apoio de todos conseguimos. Até hoje estou na com a direção da associação da comunidade. Mas já teve outros presidentes e agora voltei de novo. Mas sempre trabalhamos muito unidos. Sou muito preocupada com a comunidade, agora estamos arrumando o salão. Planejamos juntos e todos eles acolhem, quando eles acham que não dá certo eles colocam as ideias deles e eu acolho também. Se entrar no prejuízo entra todos juntos. Se entrar no certo, todos vão para o caminho certo. (Antonietta – Comunidade Quilombola Ceará. Cururupu/MA. Abril/2022).

Cabe salientar que as líderes assumem uma posição estratégica nas redes de comunicação interpessoais, o que pode ser reconhecido, a exemplo: por medida de prestígio; e por serem muito citadas por uma determinada temática (Rogers, 1995). São também, consideradas líderes de opinião (Valente; David, 1999), em um modelo de difusão de inovações, que leva em conta as novas ideias e práticas com a capacidade de espalhar nas e entre as comunidades (Rogers, 1995).

Nesse processo de luta e reconhecimento, o empoderamento é um quesito fundamental, pois compreende a capacidade que um grupo ou pessoa tem de decidir sobre questões que são de seu interesse. Tal conceito vem sendo empregado em vários âmbitos pelo movimento feminista, movimento de mulheres, movimento de mulheres rurais e no âmbito das políticas públicas, que visam maior equidade de gênero (Gohn, 2004).

A luta pela igualdade de gênero, seja nos contextos urbanos ou rurais, salienta-se nas interações que as lideranças comunitárias man-

têm e resultam nas relações da rede de apoio, constituindo sempre desafios que se concretizam no cotidiano das famílias da comunidade. Processos como o trabalho e as relações sociais exercidas na comunidade fornecem às mulheres, condições para manejar a força de trabalho para fora da esfera privada, proporcionando modificações nas relações sociais, culturais, políticas e financeiras.

Portanto, essas mulheres passam a exercer o seu poder na família, no trabalho e na comunidade, fomentando processos de autonomia e empoderamento. Com efeito, “o que precisa ficar patente é que o poder pode ser democraticamente partilhado, gerando liberdade e igualdade, como também pode ser exercido discricionariamente, criando desigualdades” (Saffioti, 2009, p. 18).

Vale ressaltar a importância do papel das mulheres e a participação efetiva nos quilombos, nas formas de organização de resistências. Com grande relação dos processos mais globais que vivemos de invisibilidade das mulheres, colocando estas em uma posição secundária nesse processo e as mulheres negras ainda mais discriminadas por estarem submetidas ao sistema escravocrata e de resistência. Historicamente esses territórios não eram espaços que tinham apenas referências masculinas em sua organização política, econômica e social. As mulheres sempre foram muito importantes para sua estruturação, desenvolvimento e luta.

CONCLUSÃO

A proposta deste trabalho foi realizar um estudo qualitativo a partir de pesquisas com mulheres de comunidades tradicionais do Maranhão – Cururupu analisando as relações de gênero, os facilitadores e complicadores para o exercício de multiplicidade de papéis, autonomia e empoderamento, desenvolvidos pelas mulheres nas atividades familiares, trabalho remunerado e atuação na comunidade. A ausência de estudos brasileiros sobre essa temática indicava a necessidade e a importância de desenvolver esta pesquisa.

Os dados levantados permitiram constatar a importância das relações de gênero, levanto em consideração a autonomia e o empoderamento das mulheres investigadas, para o desenvolvimento das lideranças e atividades remuneradas, criando eixos de inserção dessas mulheres em vários contextos e níveis de relacionamento. A possível procura de outras saídas para os momentos difíceis da vida cotidiana faz com que as mulheres sejam levadas, a se deslocar do âmbito domés-

tico para o público, organizando-se e, inclusive, participando de ações coletivas.

Além disso, esse estudo pode demonstrar que a autonomia e o empoderamento permitem às mulheres a circulação em vários contextos, bem com a interação entre as pessoas de outros microssistemas de modo adaptado e com equilíbrio nas relações de poder, contribuindo para terem sucesso na execução das atividades por elas realizadas. Essas experiências podem implicar em transformações do âmbito doméstico e criam novas condições para a presença feminina nos movimentos sociais, interação com o meio ambiente e sua importância para a própria sobrevivência dessas mulheres e da comunidade, estabelecendo, assim, a integração entre o cenário público e o privado, o que favorece aos processos de transformações macrossociais.

Contudo, apesar da possibilidade de a comunidade se beneficiar das intervenções de várias instituições, conhecimentos e difusões de novas tecnologias, verifica-se que tais famílias, ainda permanecem em um contexto de empobrecimento econômico local e em vulnerabilidade social. E apesar de toda a desvalorização do trabalho da mulher, pode-se considerar que o seu posicionamento na estrutura familiar é considerado dinâmico abrangendo um aglomerado de sistemas que mantêm relações interdependentes entre si. Nesse sentido, o contexto atua como um facilitador para o seu desenvolvimento produzindo constância e mudança nas características da mulher e no curso de sua vida, da família e da comunidade.

Portanto, é nas rotinas dessas mulheres, que os contextos nos quais estão inseridas estabelecem uma interação dinâmica e recíproca entre si, como a casa; o contexto das comunidades tradicionais, como local de trabalho; e, a associação comunitária, caracterizando assim, o mesossistema, nos quais essas mulheres participam ativamente.

Pode-se levantar as pressuposições de que ao final do movimento no espaço ecológico realizado pelas mulheres das comunidades tradicionais entre a família, o trabalho e a comunidade corresponde a transições ecológicas, que podem levar ao exercício de novos papéis, atividades e a uma reorganização de suas redes de apoio, que favorecem o desenvolvimento das atividades e a adaptação do cotidiano, dependendo do modo como ocorrem e das características dos microssistemas envolvidos. Haja vista a presença de fatores de proteção, essas transições se tornam importantes por proporcionar a possibilidade de uma reorganização qualitativa, e serem úteis para a compreensão dos efeitos de políticas públicas.

Essas análises contribuíram para melhor compreensão da participação das mulheres nos contextos que atuam, apontando para uma proposta com bases democráticas e sustentáveis do desenvolvimento da atuação das mulheres nos vários contextos. Além disso, podem ser pensadas as relações de empoderamento e a participação das mulheres nas atividades envolvidas, que explorem os diversos aspectos desses relacionamentos.

REFERÊNCIAS

BASS, Bernard M. Leadership: Good, Better, Best. *Organizational Dynamics*: 13, 1985. pp. 26-40.

CECCONELLO, Alessandra Marques; KOLLER Silvia Helena. “Inserção ecológica na comunidade: uma proposta metodológica para o estudo de famílias em situação de risco”. **Psicologia Reflexão e Crítica**, Porto Alegre, v. 16, n. 3, 2003.

CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA DO BRASIL – CPDOC. **Lisboa, Aquiles de Faria**. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbe-te-biografico/lisboa-aquiles-de-faria>. Acesso em: 14 abr. 2022.

FARIA, Nalu. Economia feminista e agenda de luta das mulheres no meio rural. In: DI SABATTO, A. et all. **Estatísticas rurais e economia feminista**: um olhar sobre o trabalho das mulheres. Brasília: MDA, 2009.

FERREIRA, Maria Mary *et al.* (Orgs.). **Mulheres e Protagonismo Político no Maranhão**: elementos para a superar a Sub-representação feminina. São Luís: EDUFMA; NIEPEM, 2019.

FREITAS, Juarez. **Sustentabilidade**: direito ao futuro. Belo Horizonte. Editora Fórum, 2011.

GODINHO, T. Democracia e política no cotidiano das mulheres brasileiras. In: VENTURINI, Gustavo; RECÁMAN, Marisol; OLIVEIRA, Suely (orgs.). **Mulher brasileira nos espaços públicos e privados**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, p. 149-159, 2004.

GOHN, Maria da Glória. “Empoderamento e participação da comunidade em políticas sociais”. **Saúde e Sociedade**, v. 13, n. 2, p. 20-31, ago. 2004.

MIGUEL, Luís Felipe; BIROLI, Flávia. **Feminismo e política: uma introdução**. São Paulo: Boitempo, 2014.

ROGERS, E. M. **Diffusion of innovations**. New York. Free Press. 4. ed. 1995, 519p.

SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani (2009). **Ontogênese e filogênese do gênero: ordem patriarcal de gênero e a violência masculina contra mulheres**. Brasília: FLACSO Brasil, 2009. (Série Estudos/Ciências Sociais).

SCHERER-WARREN, Ilse. “Das mobilizações às redes de movimentos sociais”. **Sociedade e Estado**, Brasília, v. 21, n. 1, p. 109-130, jan./abr. 2006.

SECRETARIA DEL CONVENIO SOBRE LA DIVERSIDAD BIOLÓGICA. **Principios y directrices de Addis Abeba para la utilización sostenible de la diversidad biológica (Directrices del CDB)**. Montreal: Secretaría del Convenio sobre la Diversidad Biológica. 2004. 21 p. Disponível em: <http://www.cbd.int/doc/publications/addis-gdl-es.pdf>. Acesso em: 23 out. 2022.

SOUSA, R. E. M. de, e MENEZES, E. F. No compasso das águas: o envolvimento das mulheres ribeirinhas da comunidade de Nazaré-RO em movimentos sociais. Seminário Internacional Fazendo Gênero 11 & 13th Women's Worlds Congress (**Anais Eletrônicos**), Florianópolis, ISSN 2179-510X 1-10p. 2017.

VALENTE, T.W.; DAVIS, R.L. Accelerating diffusion of innovations using opinion leaders. **ANNALS**, AAPSS, n. 566, p. 55-67, 1999.

TRABALHO INFORMAL: GÊNERO E SUBJETIVIDADES NA VILA DO BALAIO MARACANÃ/PA

Kauany Victória Silva Souza³

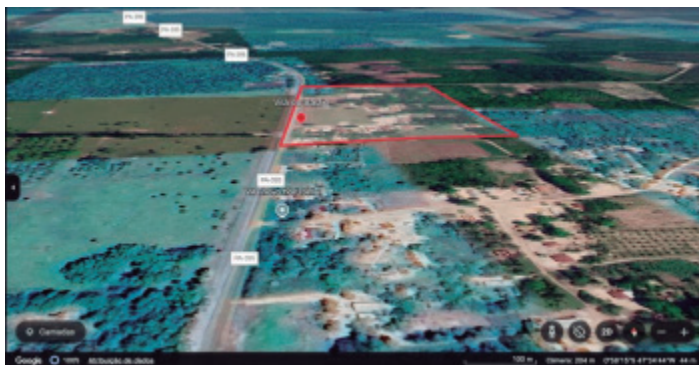
Taís Oliveira⁴

João Luiz da Silva Lopes⁵

CAMINHOS INTRODUTÓRIOS

O presente artigo propõe apresentar as experiências de mulheres da zona rural que desempenham o trabalho informal na vila do Balaio no município de Maracanã, nordeste paraense. A pesquisa concentra-se nas práticas econômicas dessas mulheres, que dependem da comercialização de uma variedade de produtos, fornecidos principalmente por marreteiros (indivíduo que fornece as mercadorias). Tal dinâmica possibilita a reflexão sobre a inserção dessas trabalhadoras no mercado informal, bem como, as subjetividades intrínsecas às condições de trabalho e vida. Além disso, o estudo pretende minimamente descrever a partir das narrativas dessas mulheres as relações de poder e estratégias entrelaçadas ao seu cotidiano em um contexto de vulnerabilidade social em vilas interioranas amazônicas. Para situar o leitor, apresento abaixo os lócus da pesquisa:

Imagem 1: mapa da localização da vila do Balaio



Fonte: *Google Earth*. Mapa da Localização da vila do Balaio, 2024.

3 Graduanda no Curso de Ciências Sociais, UEPA.

4 Graduanda no Curso de Ciências Sociais, UEPA.

5 Doutor em Antropologia e Sociologia pela Universidade Federal do Pará.

O estudo foi realizado na vila do Balaio que está localizada a aproximadamente 200 metros da vila Novo Horizonte e cerca de 40 quilômetros do município e Maracanã. No entanto, a vila não aparece destacada no mapa do Google Earth⁴, sendo indicada como parte da vila Novo Horizonte. Por isso, as pesquisadoras marcaram manualmente o local com um símbolo de localização em vermelho. É importante destacar que os moradores da vila Balaio não se identificam como pertencentes à vila vizinha, mas sim como membros de sua própria vila, reforçando um sentimento de pertencimento e identidade específica em relação à Balaio. Esse sentimento de identidade territorial está em consonância com a perspectiva de Little (2002), que argumenta que cada indivíduo ou grupo social se relaciona com o território de forma única, em um processo que o autor denomina de “cosmografia”, envolvendo uma ligação intrínseca entre ambiente, ideologias e identidade.

O eixo principal deste relato trata-se da nossa observação quanto docentes de sociologia em formação, baseados principalmente em uma tentativa de interligação entre os conceitos abordados durante o componente curricular obrigatório DFCS1044 do curso de licenciatura em ciências sociais da Universidade do Estado do Pará, que se trata da disciplina sociologia do trabalho. Com isso, durante a pesquisa de campo foi possível observar na prática como se dá a dinamicidade do trabalho terceirizado em comunidades do interior, dando ênfase nas subjetividades dessas mulheres e correlacionando com os conceitos de flexibilização e precarização.

As relações sociais vinculadas ao trabalho informal realizado por mulheres em vilas interioranas, como a vila do Balaio, revelam uma série de questões complexas. Embora o trabalho informal seja uma alternativa para muitas mulheres em contexto rural e periférico, normalmente expõe essas trabalhadoras a condições precárias e —⁴Site da empresa *google* que permite o recorte de determinada área. Desafios específicos. Dito isso, a questão problema que irá nortear essa pesquisa é: entender como conceitos como exploração, terceirização e flexibilidade se manifestam nas suas atividades de venda?

O objetivo geral desta pesquisa trata-se de compreender a dinâmica do trabalho informal realizado por mulheres em uma vila interiorana do município de Igarapé-Açu. Para aprofundar essa perspectiva os objetivos específicos são: 1) relacionar a teoria vivenciada na disciplina sociologia do trabalho com as vivências dessas mulheres na relação com trabalho informal, 2) analisar como as relações de gênero e as subjetividades moldam as práticas de trabalho informal das mulheres na

vila do balaio 3) observar como os conceitos de exploração, terceirização, flexibilidade, aparecem nas experiências dessas mulheres em seu processo de vendas.

Esta pesquisa demandou uma abordagem qualitativa, que foi utilizada para aprofundar o entendimento das relações de gênero e as subjetividades que moldam as práticas de trabalho informal das mulheres na vila do balaio, onde utilizou-se algumas técnicas como: a observação participante e a entrevista estruturada para. De acordo com Chizzotti (2000) todo o método que tenha o objetivo de captar as subjetividades do ser humano, deve ser considerado. Em vista disso, foram entrevistadas três mulheres que moram na mesma vila e, baseado em suas falas, serão mencionadas como vendedoras a, b e c.

OS IMPACTOS DAS CONDIÇÕES DE TRABALHO INFORMAL NA AUTONOMIA ECONÔMICA E SOCIAL DAS MULHERES

De acordo com Araújo e Lombardi (2013) o trabalho informal no contexto Brasileiro se mostrou mais evidente na década de 90 com profundas modificações e expansão da informalidade no mercado de trabalho que pode ser diretamente relacionada à crise econômica que o país estava passando. Este contexto resultou na diminuição gradual da relevância do trabalho assalariado tradicional e na flexibilização das relações de trabalho além do aumento das desigualdades sociais.

Esta nova informalidade é, portanto, intrínseca à flexibilização e faz parte da reação do capital ao trabalho organizado iniciada desde o começo dos anos de 1970. A nova informalidade torna-se, assim, parte orgânica da produção capitalista, apresentando-se como constitutiva da nova engrenagem produtiva. Neste sentido, já não pode ser considerada como pouco produtiva, nem como não capitalista. É trabalho precário, mas produtivo. (Leite, M. 2008, p.8).

Em diálogo com as autoras mencionadas, buscamos identificar os impactos que o trabalho informal e as relações de gênero exercem em vilas interioranas. A análise desse fenômeno, realizada durante a pesquisa de campo, revelou que a informalidade no trabalho, combinada a um contexto de fragilidade econômica e precarização das condições sociais, se manifesta de forma evidente. Assim como uma das vendedoras afirma na explanação abaixo:

“Eu faço minhas vendas em casa, às vezes tem gente que chega e eu ainda estou fazendo meus afazeres em casa. Ainda mais quando as minhas vizinhas veem o marreteiro deixando as coisas pra vender quando ele sai, chega muita gente para ver as novidades e às vezes atrasa tanto que a gente almoça tarde e é o dia todo assim” (Vendedora A, 2024).

Diante do relato da vendedora percebe-se a falta de espaço e a privacidade que a informalidade propõe. A realidade dessas mulheres em relação às suas atividades econômicas, muitas vezes ocorre sem a separação clara entre trabalho e vida pessoal, esse fato reflete uma situação onde as mulheres enfrentam a dupla jornada de trabalho mantendo suas responsabilidades profissionais e domésticas simultaneamente. Essa sobrecarga não apenas compromete seu bem-estar, mas também limita sua capacidade de acessar recursos e suporte que poderiam aliviar a pressão da informalidade.

A realidade descrita pela vendedora A, que realiza suas vendas em casa enquanto lida com os afazeres domésticos, reflete de maneira clara o que Neves e Pedrosa (2007) abordam em relação à fraca identidade profissional dessas trabalhadoras. A falta de separação entre as atividades econômicas e as domésticas faz com que o trabalho das vendedoras se torne “domesticado”, eliminando a distinção entre o espaço de trabalho e o espaço privado. Essa ausência de fronteiras impacta diretamente a dinâmica do seu dia a dia, como no caso da vendedora A, que se vê obrigada a conciliar a chegada de clientes e vizinhos, atraídos pelas mercadorias, com suas responsabilidades familiares e domésticas. Nesse contexto, a interlocutora relata o seguinte:

“Eu trabalho com isso por não ter um emprego de carteira assinada, pois aqui onde eu moro não existe essa possibilidade. Então, eu pego pra vender essas coisas que é o que me ajuda, e pego pra mim também, eu preciso de toalha de cama, de banheiro, de cozinha. A gente que é dona de casa, precisa de tudo um pouco, isso me ajuda bastante, por que eu tiro pra mim, eu tiro pros meus filhos, se eu tivesse outro trabalho bacana já tinha desistido faz tempo. Às vezes meu esposo fala pra mim que eu vendo e ele não ver nada de ganho, mas ele não enxerga as coisas que eu tiro pra mim que serve pra ele também e pros meninos” (Vendedora A, 2024)

A citação mostra que a ausência de oportunidades de emprego regulamentadas e a forma que a insegurança econômica acentuam a vulnerabilidade dessas mulheres, tornando-as menos propensas a exigir melhores condições de trabalho ou a reivindicar direitos, perpetuando

um ciclo de precariedade e desigualdade. No mesmo debate, Araújo e Ferreira (2009) argumentam que, embora as mulheres tenham tido mais oportunidade na década de 1990 em comparação com homens, o trabalho disponível para as mulheres era predominantemente precário e esse padrão se constitui para mulheres até os dias atuais.

Durante a entrevista com a vendedora A o marido dela demonstrou não gostar da profissão de sua esposa, que gerou certo constrangimento no momento da pesquisa. A vendedora explicou sua escolha de não investir em seu próprio negócio e de optar por adquirir mercadorias disponibilizadas pelos marreteiros. Segue o diálogo abaixo:

Quadro 1: diálogo entre a interlocutora A e o seu marido.

Marido: “Eu já quis dar dinheiro pra ela mesma investir que é mais fácil, às vezes, o cara vem pra vender, coloca um prazo de três meses e quando ele volta, ela dá sete mil pra ele e ele vai embora e já deixa várias coisas novamente pra ela vender de novo. Aí fica atrás das pessoas pra pagar se preocupando, quando não tem tudo, tem que cobrir ou descontar na comissão”. Vendedora A: Sabe o motivo que eu não me atrevo a aceitar o dinheiro do meu marido? Por que eu sei que se eu comprar várias mercadorias, não vai vender tudo, ou seja, vai ser dinheiro jogado fora, eu pegando com o marreteiro, se eu não vender tudo com três meses, ele volta e depois leva traz outras novidades. “Agora se ele não recebesse devolução, eu jamais iria ficar com isso” Marido: “Teve um dia que eu falei fulana, tu quer dinheiro? eu te dou dois ou três mil pra tu ir lá comprar mercadoria e ela disse: não quero, botou maior dificuldade e quando os outros chegam ela pega: perfume, sandália, roupas, aí passa uns dias, ele vem só buscar o dinheiro, quatro mil quem não fica feliz, ele dá só quinhentos reais pra ela de comissão, às vezes nem isso. Compra barato no Ceará, por lá uma bermuda é vinte reais, quando chega pra ela vender é oitenta, cem e assim vai.” Vendedora A: “eu não aceito o dinheiro dele, por que já estou acostumada do meu jeito, de repente ele vem com papinho de autoridade para cima de mim eu já tenho meu jeito mesmo, se não der pra mim não dá, de repente não dá certo lá vai a gente brigar e eu não tenho muita paciência.” Fonte: elaborado pelas autoras (2024)

O diálogo apresentado reflete uma dinâmica complexa de poder e autonomia dentro de uma relação pessoal e profissional, onde questões de gênero, dependência financeira e estratégias de subsistência se entrelaçam. De forma crítica, podemos identificar duas perspectivas contrastantes. Por um lado, ele parece ver a oferta de dinheiro como uma solução prática e eficiente, acreditando que isso poderia facilitar o trabalho da mulher, dando-lhe mais controle sobre a venda de mer-

cadorias. A percepção masculina também carrega uma expectativa implícita de autoridade, sugerindo que o controle financeiro possa levar a uma forma de submissão, algo que a mulher rejeita.

Por outro lado, a mulher demonstra uma postura crítica e cautelosa em relação à aceitação da ajuda financeira, motivada por uma preocupação com a perda de sua autonomia e pela imprevisibilidade do mercado. Ela prefere manter a relação com o “marreteiro”, mesmo que isso implique em menores margens de lucro, pois essa estratégia lhe oferece uma maior segurança: a possibilidade de devolver o que não vendeu e manter a continuidade de sua operação sem endividamento.

A PRECARIZAÇÃO DAS VENDAS INFORMAIS

De acordo com Miyata (2011) os trabalhos formais estão cada vez mais escassos, tendo em vista que a informalidade já está impregnada socialmente. Durante a conversa com a vendedora A, ficou explícito que não há nenhum vínculo empregatício, contrato ou qualquer cadastro existente, durante a distribuição das mercadorias que ela está responsável de vender.

É só pensar na proporção de trabalhadores que a Avon, enquanto indústria possui: são cerca de quatro a cinco mil empregados formais ao passo que sua rede de revendedores autônomos está estimada em 1,1 milhões de pessoas (2010), isso sem falar na contratação de empresas terceirizadas nas áreas que circundam a sua produção, comercialização e administração. A partir do exemplo da venda direta, é perceptível a redução do emprego da grande empresa, a perda de importância do trabalho assalariados no total das ocupações, a expansão das subcontratações, de parte da produção ou da vinculação crescente do trabalho de autônomos às empresas. (Miyata, H. 2011 p.182).

De acordo com a citação, pode-se observar que a autora buscou evidenciar uma transformação significativa no mercado de trabalho, destacando a crescente predominância do trabalho informal em detrimento dos empregos formais. O contraste entre o número reduzido de empregados formais da empresa citada e a vasta rede de revendedores autônomos reforça a ideia de que, embora as grandes empresas ainda possuam um núcleo de trabalhadores formais, a maior parte da força de trabalho está agora envolvida em atividades informais e autônomas. Isso não apenas aponta para uma diminuição no emprego assalariado

tradicional, mas também para uma crescente dependência de modelos de trabalho que não garantem a mesma segurança e benefícios que os empregos formais.

Se para as trabalhadoras empregadas nas pequenas empresas ou oficinas de costura subcontratadas ou ainda trabalhando individualmente no domicílio, a realização de trabalhos terceirizados significa a sua única possibilidade de inserção no mercado de trabalho e de sobrevivência, para as empresas a terceirização é vista como uma prática “moderna”, capaz de assegurar a condições de concorrência com outras empresas do ramo. Esta capacidade se dá pela eliminação de encargos e impostos e pela transferência de riscos, que se somam a outras estratégias como o pagamento por peça (Araújo e Ferreira. 2009, p. 9).

O fenômeno da subcontratação e a expansão da terceirização observada em torno da produção e comercializações reforçam a mudança estrutural no mercado de trabalho. As empresas estão cada vez mais externalizando funções e delegando responsabilidades para autônomos e empresas terceirizadas, minimizando seu compromisso direto com os trabalhadores. Esse panorama demonstra uma transição para um modelo de trabalho mais flexível, mas também mais vulnerável, em que a segurança e os direitos dos trabalhadores podem ser comprometidos.

“Eu não acho que esse dinheiro que eu consigo das vendas, dá pra sobreviver porque as pessoas demoram muito pra pagar, quando o homem passa, eu tenho que ter o dinheiro em mãos e preciso descontar da minha comissão que já é pouco, em maio eu levei um calote de R\$ 400 de uma mulher que mora em outra vila aqui próximo e isso me deixou no prejuízo” (Vendedora B, 2024).

O trabalho informal é a única forma de subsistência das mulheres que vendem, há uma certa insegurança em relação a direitos trabalhistas, pois se aquela mulher adoecer⁵ e não tiver condições de sair de sua residência para vender, não terá nenhum de seus direitos garantidos, pois o trabalho terceirizado não garante tais direitos.

A principal convergência nas opiniões das vendedoras A e B reside na percepção de que a informalidade de seu trabalho acarreta prejuízos significativos, especialmente no que tange à inadimplência por parte de seus clientes. Ambas destacam que, em virtude de realizarem as vendas como meio de sustento de suas famílias, o atraso nos pagamentos gera um impacto direto em suas finanças. Para honrar os compromissos com os fornecedores (marreteiros), elas frequentemente

precisam cobrir a parte devida a partir de suas próprias comissões, o que evidencia a vulnerabilidade econômica e a insegurança inerentes a esse tipo de atividade informal.

O grau de autonomia das empresas vem crescendo acirradamente, de acordo com as transformações que o emprego vem sofrendo, acompanhado das mudanças no padrão de uso e remuneração da força de trabalho, trazendo maior desregulamentação no mercado de trabalho, flexibilização de contratos de trabalho, queda da sindicalização, conseqüências essas que dão maior autonomia para as empresas. (Moraes, 2008, p.20).

A análise das percepções das vendedoras A e B se articula de forma crítica com as transformações observadas no mercado de trabalho, descritas por Moraes (2008). O Termo utilizado pela interlocutora ao se referir sobre questões de problemas de saúde. Informalidade que permeia suas atividades comerciais reflete um cenário de crescente desregulamentação e flexibilização dos contratos de trabalho, características que têm marcado o mundo do trabalho nas últimas décadas. Segundo Moraes (2008), o aumento da autonomia das empresas tem sido impulsionado por mudanças, que consiste em uma redução da proteção social e sindicalização dos trabalhadores.

Nesse contexto, a informalidade experimentada pelas vendedoras não apenas as expõe à insegurança financeira, mas também as insere em um mercado de trabalho marcado pela ausência de garantias e direitos trabalhistas, como a estabilidade de rendimentos e a previsibilidade de pagamentos. A maior autonomia concedida às empresas, mencionada por Moraes, resulta em uma flexibilização que transfere os riscos do mercado diretamente para os trabalhadores, como é o caso das vendedoras, que precisam lidar com a incerteza dos pagamentos para garantir a subsistência de suas famílias.

Essa situação reforça a precariedade das condições de trabalho enfrentadas por essas mulheres, que, além de arcar com os prejuízos da inadimplência de seus clientes, não contam com uma rede de apoio institucional que assegure suas remunerações. A autonomia empresarial, por sua vez, intensifica a vulnerabilidade desses trabalhadores informais, evidenciando a assimetria de poder entre aqueles que contratam e os que oferecem sua força de trabalho.

Em outro momento, ao pesquisarmos a trajetória da vendedora C, observamos como a inserção no trabalho informal pode se transformar ao longo do tempo, especialmente à medida que as condições

peçoais e físicas se alteram. Diferente das vendedoras A e B, cuja preocupação central é a inadimplência dos clientes e seu impacto imediato na subsistência, a vendedora C demonstra como a passagem do tempo e o envelhecimento influenciam a capacidade de lidar com as demandas do trabalho. Ela relata que, quando começou a vender para os marreteiros há 19 anos, essa atividade foi fundamental para o sustento de seus filhos, sendo uma fonte importante de renda antes de sua aposentadoria.

O envelhecimento trouxe novas dificuldades, que incluem desde a complexidade na organização financeira até as limitações físicas para realizar cobranças e conciliar as responsabilidades domésticas. Nesse sentido, a trajetória da vendedora C destaca um aspecto importante das transformações no mercado de trabalho, conforme discutido por Moraes (2008) sobre as relações de flexibilizações trabalhistas.

Ao envelhecer, a vendedora C encontra-se em uma posição de ainda maior fragilidade, pois, embora tenha certa estabilidade proporcionada pela aposentadoria, a informalidade de seu trabalho não lhe garante as mesmas proteções que ela teria em um regime formal de trabalho, como direitos previdenciários adicionais ou suporte para a transição à aposentadoria. Além disso, a dificuldade em conciliar as tarefas de casa com as demandas do trabalho evidencia uma sobrecarga comum às mulheres, que acumulam responsabilidades produtivas e reprodutivas, muitas vezes sem qualquer apoio institucional.

PRINCIPAIS RESULTADOS

Os principais resultados desta pesquisa apontam como essenciais as narrativas das mulheres que vendem de tudo um pouco. Com isso, ao detalharem a forma como se sentem subalternizadas quando se trata da relação da categoria trabalho, demonstra que a terceirização, apesar de ser considerada como algo moderno e flexível, pode ser trazer sérias complicações para aqueles que não utilizam esta forma de trabalho como renda extra, mas, como a sua renda total.

Os problemas que afetam o mundo do trabalho, tais como desemprego, precarização, elevação da jornada de trabalho entre outros, só poderão ser amenizados se houver políticas públicas trabalhando em conjunto com políticas diretas ao mercado de trabalho, atuando e desenvolvendo medidas de regulação e apoiando novas formas de ocupação e trabalho. Com tamanha insegurança no mundo do trabalho, que vive a sociedade capitalista contemporânea, nota-se também a dificuldade de expansão do crescimento sustentado

e durável, gerando outras formas de insegurança nas sociedades que estiveram baseadas por muito tempo no trabalho formal (Moraes, 2008, p.26).

Por fim, a pesquisa sobre o trabalho informal, com foco em gênero e subjetividades na Vila do Balaio, em Maracanã/PA, revela um cenário marcado por vulnerabilidades e desafios específicos enfrentados por mulheres que vivem na zona rural. A falta de separação entre o espaço doméstico e as atividades econômicas, como evidenciado nos relatos das vendedoras, contribui para a precariedade do trabalho informal, intensificando a sobrecarga de uma dupla jornada. Essa dinâmica, que funderesponsabilidades produtivas e reprodutivas, compromete a saúde, o bem-estar e as oportunidades de desenvolvimento dessas mulheres. Assim, a pesquisa destaca a urgência de políticas que compreendam as particularidades do trabalho informal feminino, buscando criar um ambiente mais justo e seguro para essas trabalhadoras, de modo a garantir que possam exercer suas atividades com maior dignidade e acesso a direitos sociais.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Angela Maria Carneiro; FERREIRA, Verônica Clemente. **Terceirização e relações de gênero. Terceirização no Brasil: Do discurso da inovação à precarização do trabalho.** São Paulo, Annablume/CUT, 2009.

ARAÚJO, Angela Maria Carneiro; LOMBARDI, Maria Rosa. **Trabalho informal, gênero e raça no Brasil do início do século XXI.** Cadernos de pesquisa, v. 43, p. 452-477, 2013.

CHIZZOTTI, Antonio. **Pesquisa em ciências humanas e sociais.** 4º ed. São Paulo, 2000. V. 16. p.11- 104.

LEITE, Marcia de Paula. O trabalho e suas reconfigurações: Conceitos e realidades. 32º. **Encontro Anual da ANPOCS. GT: Trabalho e Sindicato na Sociedade Contemporânea.** Caxambu, 2008.

LITTLE, P. E. **Territórios sociais e povos tradicionais no Brasil: por uma antropologia da territorialidade.** Brasília, DF: Editora UnB, 2002.

MIYATA, Hideko. **Trabalho, redes e territórios nos circuitos da economia urbana: uma análise da venda direta em Jundiá e Região**

Metropolitana de São Paulo. 2011. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo.

MORAES, Carolina et al. **Mercado de trabalho informal feminino: revenda de cosméticos, no Município de Florianópolis-SC.** 2008.

NEVES, Magna de Almeida. PEDROSA, Célia Maria. **GÊNERO, FLEXIBILIDADE E PRECARIZAÇÃO: o trabalho a domicílio na indústria de confecções.** Sociedade e Estado, Brasília, v. 22, n. 1, p. 11-34. 2007

GT07
FEMINISMO, POLÍTICA E
PODER

Prof^ª. Dra. Glória Rabay - UFPB
Prof^ª. Dra. Maria Luzia Miranda Álvares - UFPA
Prof^ª. Dra. Maria Mary Ferreira - UFMA

O CONCEITO DE “*IDEOLOGIA DE GÊNERO*”: UMA TRAMA CONCEITUAL NO DEBATE CONTROVERSO NA EDUCAÇÃO

Camila Claíde Souza do Vale¹

LINHAS DE ENTRADA...

Este texto integra uma pesquisa desenvolvida na disciplina de “questões atuais” no doutorado em educação na PUC/RIO, na qual se busca analisar as tramas conceituais de “ideologia de gênero” produtoras de debates controversos no campo curricular, dando visibilidade a uma temática que nos últimos anos, em diversos contextos nacionais, produziram debates polarizados onde grupos religiosos e laicos denominaram de “ideologia de gênero”. Nesse contexto, o conceito chamado de “*ideologia de Gênero*” é cunhado na Europa na década de 1990, vem para a América Latina e marca no Brasil, por grupos-religiosos e laicos, temáticas essas que giram em torno da “saúde reprodutiva das mulheres, da educação sexual ou do reconhecimento de identidades não heterossexuais” (Compana e Miscolci, 2017, p.725).

Diante disso, Teixeira (2018) destaca que iniciativas conservadoras, como essa, acerca de “ideologia de gênero”, abordada nesse texto, representam o que Apple (2006, 2013a) chama de populismo autoritário, no qual se combina uma ética de livre mercado com uma política populista, de modo que conquistas de cunho social-democrático sejam postas em risco, apoiando-se em uma defesa de uma educação supostamente neutra e que resgate os valores religiosos.

No Brasil, o atual cenário político-partidário de crescimento conservador e o aumento de grupos evangélicos também conservadores catalisam a resistência a pautas progressistas, dificultando a inclusão de conhecimentos ligados a grupos historicamente subalternizados. O fortalecimento desses setores conservadores faz com que o ensino e o debate de temas controversos nas escolas sejam tarefas cada vez mais difíceis para os docentes (Teixeira, 2018, p.510).

Nesse cenário, Libâneo (1990, p.20) nos ajuda a entender que o movimento “progressista” como tendência, é uma análise “crítica

¹ Doutoranda da PUC/RIO.

das realidades sociais”, pois sustenta implicitamente as finalidades sociopolíticas da educação. Evidentemente a pedagogia progressista, “não tem como institucionalizar-se numa sociedade capitalista”; daí ser ela um instrumento de luta dos professores ao lado de outras práticas sociais.

Além disso, nos últimos anos alguns países em especial, o Brasil, faz uma defesa por educação plural e que abarque diferentes pontos de vista sobre temas em disputa. A escolha do tema tem em vista perceber a trajetória que a temática de gênero vem traçando nos estudos de currículo com suas múltiplas possibilidades de uma temática controversa por imaginar a discussão como “ideológica” como uma forma de doutrinação no campo educacional por ser interpretado por empreendedores morais como ameaças à sociedade e à família tradicional brasileira constituída pelo modelo de homem provedor e mulher reprodutora.

Os caminhos desta investigação são construídos no campo teórico dos Estudos de Gênero a partir de Compana e Miscolci (2017); Scott (1995), Butler (2014), Teorização crítica do currículo, com Apple (2003), Candau (2010) e sobre estudos controversos, com Hand (2017), Hess (2015); Teixeira (2018, 2022), autores que tecem discussões relevantes sobre a problemática das temáticas controversas. A pesquisa se caracteriza como um estudo bibliográfico, a partir de uma abordagem crítica, tomando como procedimento a análise interpretativa do termo, a fim de problematizar o conceito de “*ideologia de gênero*” nas mediações de discussões controversas do currículo na educação.

A preocupação central nesta pesquisa é com a produção dos estudos de gênero no currículo do campo educacional, atravessada por silenciamentos, constrangimentos, humilhações e agressões, mas também, por movimentos de resistência, transgressão e afirmação, fluxos de um ir-e-vir presentes nos debates como a temática ideológica bordejando uma perspectiva de doutrinação. Diante dessa conjuntura, o procedimento da pesquisa consistirá em seguir as pistas deixadas por autores que bebem nos estudos de gênero numa tentativa de ensaiar a construção de tópicos de formulação de pesquisa por meio dos quais seja possível avistar a temática como uma discussão controversa no campo educacional.

Perescutar o conceito de gênero como um elemento constitutivo nas relações sociais baseado nas diferenças percebidas entre os sexos, uma crítica contundente ao determinismo biológico e à naturalização das diferenças sexuais que demarcam o espaço doméstico feminino

(casa, filhos, marido, família etc.) e o espaço público como masculino (rua, trabalho etc.), assim, “o gênero é uma forma primeira de significar as relações de poder” (Scott, 1990, p. 14), isto é, o lugar primário no qual se articula o poder.

Nessa trama, o conceito de Scott (1990) ganhou um destaque importante nos estudos de gênero por inovar as concepções teóricas existentes até então, sobretudo, por introduzir a dimensão histórica, as relações de poder e a transversalidade de gênero como elemento cultural (Furlin, 2014). Levando em consideração a expressão utilizada por autores que bebem em fontes no campo gênero, ressalta-se que o conceito constitui um importante operador de leituras e relações de poder com noções e conceitos pertinentes à sua formação discursiva. É a primeira vez que uma autora oferece um olhar mais atento para os processos que determinam as diferenças e desigualdades sociais estabelecidas entre o masculino e o feminino. Gênero, portanto, é uma ferramenta analítica que permite debater, compreender e aprender a respeitar as individualidades dos corpos.

De acordo com Latanzio e Ribeiro (2018) a ideia de gênero surge com as pesquisas desenvolvidas pelo psicólogo Jonh Money, durante a década de 1950, quando ele diferencia sexo anatomico de sexo psicológico. Além disso, a terminologia gênero também aparece durante um evento das Nações Unidas na China na década de noventa. Contudo após o reconhecimento da discussão da temática, começa a ser polarizado, primeiro por grupos religiosos da igreja e depois germina em grupos políticos e conservadores como forma de desconstrução do conceito. Ademais, sobre o termo, “ideologia de gênero”, é um instrumento político-constutivo de alienação com dimensões globais que busca estabelecer um modelo totalitário com a finalidade de “impor uma nova antropologia” a provocar a alteração das pautas morais e desembocar na destruição da sociedade.

Para Scala (2010), a “ideologia de gênero” é “*O el género como herramienta de poder*”. O termo tem uma relação direta com as relações de poder, doutrinação da sociedade. Um caminho de dispersão que pode ser feito nesse sentido, são os tratados como “ideologia de gênero”, considerando que Scala (2010) entende gênero como uma doutrinação da sociedade, isso nos leva a pensar na importância da temática como controversa tornando-se extremamente relevantes para serem incluídos em debates nas escolas. Pois, esse livro de escala escrito na América Latina, faz uma crítica direta ao debate de gênero, após algumas pautas de conquista no Brasil e no mundo.

Nesse âmbito, este artigo trata-se de um estudo bibliográfico e apresenta-se em três seções. Na primeira seção expõem-se premissas conceituais do estudo de gênero. Na segunda, realiza-se uma defesa de desconstrução do termo “ideologia de gênero”, à luz de tal defesa moral, em políticas educacionais que promovam e conservem a igualdade das bases do reconhecimento de temática minoritária. Na terceira, retoma-se a discussão de “ideologia de gênero” como uma discussão controversa.

INCURSÕES NOS CONCEITOS DE GÊNERO E SUA TRAMA COM O TERMO “*IDEOLOGIA DE GÊNERO*”

Os debates tecidos sobre a problemática de gênero de forma autônoma vêm ganhando uma maior proporção em fóruns, seminários, grupos de pesquisa e apontam que não se trata de uma questão simples. Em verdade, a perspectiva conceitual dos estudos de gênero em educação, recebe maior influências na década de 1990, “virada linguística, e ou ontológica” que desde algum período obteve espaço em debates e pesquisas, em especial na pós-graduação *stricto sensu*, com a influência dos estudos multiculturais e culturais entre outros.

O gênero para Saffioti (2015) é um conceito que,

[...]carrega uma dose apreciável de ideologia. E qual é esta ideologia? Exatamente a patriarcal, forjada especialmente para dar cobertura a uma estrutura de poder que situa as mulheres muito abaixo dos homens em todas as áreas da convivência humana. É a esta estrutura de poder, e não apenas à ideologia que a acoberta, que o conceito de patriarcado diz respeito (Saffioti, 2015, p. 136).

Corroborando tal perspectiva faz-se imprescindível o estudo do conceito de gênero, uma vez que segundo Scott (1995, p.7), é “uma maneira de indicar as ‘construções sociais’ – a criação inteiramente social das ideias sobre os papéis próprios aos homens e às mulheres”. Papéis esses muitas vezes deterministas, (in)visíveis aos (homens/mulheres, gays, transsexuais, etc.). Isto é, produzem sentidos sobre homens e mulheres, sobre como devemos ser e que tipo de sujeitos (sempre enfatizando o gênero masculino para se referir à humanidade) querem formar.

Nesse encadeamento, Teixeira (2022), destaca que nesse bojo, as questões identitárias de sujeitos sociais subalternizados, invisibilizados e discriminados socialmente ganharam força nas esferas públicas a partir dos anos 1990, com os movimentos sociais feministas, negros

e das comunidades periféricas, gays, lésbicas, bissexuais, travestis e transexuais e demais grupos marginalizados. Nesse mesmo período o conceito de gênero atravessa fronteiras e chega ao Brasil.

Apoiado na perspectiva do campo de gênero, polarizado como um conceito doutrinador, esse texto tenta enfatizar a trama que força/ fragilidade não estão em mundos ou lados opostos (feminino e masculino; homossexual e heterossexual), mas são as duas faces da mesma moeda. Configurando uma relação de poder e resistência, conforme contribuições de Foucault (2010). Nesse universo, as questões que ora nos instigam aqui são: De que forma o conceito de “ideologia de gênero”, desenvolvido por conservadores religiosos, incide nos modos de problematizar/pensar como um tema controverso? O que se entende por *controverso* no campo curricular?

A mal chamada [...] “perspectiva” [...] de gênero, é, na verdade, uma ideologia. Provavelmente a ideologia mais radical da história, posto que ao impor-se, destruiria o ser humano em seu núcleo mais íntimo e, simultaneamente, acabaria com a sociedade (Scala, 2010, p.725).

Diante disso, o termo “*ideologia de gênero*”, se propaga como uma trama do campo político e educacional que vem sendo debatido hipoteticamente como um nascimento na Europa na década de 1990 pela igreja católica, e veio se alastrando para a América Latina e no Brasil, discussão essa propagada por grupos religiosos, laicos e políticos. Na medida em que o nascimento dessa trama, surge por uma carta do Papa emérito Bento XVI após uma conferência da ONU, na China, e que na primeira vez aparece o nome “gênero”, como possibilidades de discutir mulheres que lutam pelo direito de equidade, como podemos observar abaixo, que a igreja ataca esse movimento feminino (Miskolci & Campana, 2010).

Desse modo, Segundo Miskolci & Campana (2010, p. 725), o termo surge a partir da luta das mulheres que giram nesse período com direitos por “saúde reprodutiva das mulheres, da educação sexual ou do reconhecimento de identidades não heterossexuais”, com isso, podemos destacar as primeiras tramas acerca dos estudos de gênero, a ser abordado como uma “ideologização” do termo. Declarações essas que tinham um alcance global e colocaram a categoria “gênero” no centro dos debates que giravam em torno do papel da mulher na sociedade, provocando importante reação por parte de diversos setores religiosos conservadores.

Nesse viés, Scott (1995, p.88) apresenta o gênero como um campo primário no interior do qual, ou por meio do qual, o poder é articulado. O gênero não é o único campo, mas ele parece ter sido uma forma persistente e recorrente de possibilitar a significação de poder no ocidente”. Portanto, o gênero é primário pois o fato de alguém pertencer a um gênero ou outro, ser menino ou menina determinam as referências iniciais na sociedade, que perpassa cores, brinquedos, expressões, comportamentos, vestimentas, etc.

Por conseguinte, Butler (2014, p.67) diz que o gênero é um processo ou um “[...] “devir”, e não um estado ontológico do ser que simplesmente “somos”, o que determina, então, o qual nos tornamos”. É importante destacar com os autores que as “demandas desses movimentos sociais”, que ganham mais visibilidade social nos países latino-americanos a partir da virada do milênio, entram em choque com os interesses e “visões tradicionais do catolicismo”, no que se refere ao comportamento sexual e ao papel das mulheres na sociedade.

No campo político, é importante pensar que os debates de gênero no Brasil ganham uma representatividade feminina, na presidência da república, ou seja, a primeira presidenta do país, onde as pautas abordadas no governo tinha uma secretaria, criada durante o governo Lula, e mantida no governo da Presidenta Dilma, governo esse que foi sensível aos debates e lugares para as discussões de gênero e sexualidade, papel da mulher, direitos LGBTQIA+, equidade de gênero entre outros, com um grande avanço nas discussões, porém é importante frisar que no próprio governo feminino foi vetado o material “escola sem homofobia”, devido a uma grande pressão do congresso nacional conservador.

No que tange ao campo educacional, é importante destacar que houveram avanços nas discussões acerca de gênero, tendo um lugar especial em governos de esquerda para esse público (in)visibilizado, como: Debates sobre o Plano Nacional de Educação (PNE, 2014), houve uma forte oposição por parte de grupos religiosos e conservadores contra a inclusão de termos como “gênero” e “orientação sexual” nas diretrizes educacionais; Debates sobre a Base Nacional Comum Curricular (BNCC); Campanha presidencial, o termo foi usado por candidatos conservadores de extrema direita; Em 2011, “Supremo Tribunal Federal (STF) reconheceu que a união entre pessoas do mesmo sexo tinha o mesmo *status* do casamento heterossexual. (Miskolci; Campana, 2010).

Esses avanços nos debates minoritários desenvolvidos como pautas políticas nos fazem pensar que o Brasil, começa um avanço em

pautas de gênero dando um “lugar” a esse campo teórico. Contudo, o que percebemos nos últimos anos é que o conceito de “ideologia de gênero” tem sido um tema central em campanhas políticas e discussões legislativas, mormente a partir da ampliação e fortalecimento da extrema direita no país. Alguns políticos prometendo erradicar essa “ideologia” das escolas e políticas públicas. A discussão tramada de “ideologia de gênero” ganhou destaque no Brasil a partir do ano de 2010, especialmente em debates públicos, políticos e religiosos. Debates esses, polarizados por políticos conservadores acerca das discussões sobre gênero e sexualidade. Foi, portanto, durante esse período que o termo se popularizou como parte de uma retórica conservadora e religiosa.

Discussões essas polarizadas que não são muito aceitas ou definidas de maneira consensual em campos acadêmicos. Foi popularizado por grupos conservadores e religiosos que se opõem a certas abordagens progressistas em relação à identidade de gênero e sexualidade. Eles argumentam que essas abordagens promovem a “confusão” de papéis de gênero tradicionais. E essa argumentação ganha força no Brasil a partir das discussões de pontos de inflexão, onde a expressão “*ideologia de gênero*” começou a ser usada com mais frequência, ganhando aderência no campo educacional privado e reverberando nas escolas públicas, e em propostas de escolas militarizadas.

Para efeito desse campo conceitual, e na perspectiva que o conservadorismo vem dando um lugar fixo ao gênero como “ideologia de gênero” de encaixar de forma identitária. Levando o termo a compreensão que os debates de gênero, vem sendo tratado como um lugar de “pre-conceito”, do “sexismo” colocando diante dos olhos uma tarefa extremamente difícil de ser abordado no campo educacional, pois enquanto a exclusão do termo estiver desapercivelmente em funcionamento, como algo marginal, sua visibilidade somente é possível mediante o confronto com a tradição, ou seja com debates controversos e transgressores.

A “IDEOLOGIA DE GÊNERO” ENQUANTO DEBATE CONTROVERSO

Pensar, compreender, ouvir as vozes, à luz de uma defesa moral do termo “ideologia de gênero”, como uma tentativa de silenciamento em uma perspectiva de propor e designar o tipo de lugar que deseja

constituir e o que se repudia que se espalha pelas fronteiras² de uma sociedade e ao campo educacional são medos, forças que são tramas pelos debates controversos pelo campo de estudo de gênero em um “início, fim, meio”. Essas controvérsias precisam ser ouvidas, pensadas para a construção da formação dos sujeitos no campo escolar, por serem movimentos no currículo. Nesse texto, o conceito de gênero é como um caminho necessário de ser pautado na sociedade através do campo educacional, como forma de ensinamento e respeito às diferenças, tolerância e a própria formação social.

Descortinar a temática de “ideologia de gênero”, na forma como nos propomos nesse estudo, constitui uma oportunidade de (re)significar conceitos e saberes, chamando a atenção para um assunto que se interpõe no cotidiano social com a maior relevância, mas devido a diversos fatores de interesses políticos de conservadores e discursivos restou selado com o lacre da invisibilidade e da insignificância face ao domínio da desconstrução do campo de gênero, atravessada por silenciamentos, constrangimentos, humilhações e agressões, nomear ou deixar de nomear, exclusões, mas também, por movimentos de resistência, transgressão e afirmação, fluxos de um ir-e-vir presentes e tramados em um debate fronteiro em constante transição, que necessita de um encaminhamento por meio de um bom debate de forma a esclarecer e desconstruir o construído.

Esse vozeirar, que afeta o estudo de gênero, ganha força em período eleitoral com o discurso em defesa da família tradicional. Para Teixeira e Henriques (2022, p.9), a atuação pró-família como núcleo da sociedade segue ganhando adeptos dentro e fora do congresso; as reações contra a agenda LGBTQIAPN+ e as discussões sobre a descriminalização do aborto tornam-se cada vez mais agressivas, defendidas pela bancada BBB³ (Boi, Bala, Bíblia). Nesse sentido, é indicado como indispensável que se tenha uma sensibilidade e consciência que o termo “ideologia de gênero” criado e polarizado por esses grupos precisam de debates e esclarecimentos fortes no campo educacional, assim pensando em isolá-lo. Isso porque Teixeira (2022), ressalta em sua pesquisa após o Movimento Escola Sem Partido- MESP, aderir em suas pautas o termo contra a ideologias, assim começam a ganhar mais visibilidade.

2 As fronteiras se tornam somente um lugar de dramática espera, as ambiguidades se transformou em estado alterados, as indeterminações tornam corpos dóceis, e as inomináveis se tornam apenas nomes politicamente corretos (Skiliar, 2003, p.145).

3 Bancada chamada no congresso como BBB- Boi, Bala e Bíblia em referência aos interesses daqueles que a compõem, o agronegócio, o armamento civil e a bancada evangélica.

Em relação ao campo educacional esse movimento “conservador” inicia uma polarização de como a escola vem formando “doutrinação ideológica” e de “gênero “com o seguinte discurso:

Discursos inflamados sobre como a escola tem servido à “doutrinação ideológica de gênero”, desvirtuamento dos bons valores familiares e a subversão dos valores cristãos básicos da nação passaram a integrar projetos de lei e propostas curriculares por todo o país, como revelam os projetos de lei (PL) no 1859/2015 e n° 867/2015 (Marafon; Castro Souza, 2018).

Os críticos aos movimentos conservadores argumentam que o conceito de “ideologia de gênero” é uma construção retórica usada para espalhar desinformação e medo/pânico moral. As afirmativas que as discussões sobre gênero e sexualidade nas escolas são importantes para promover a igualdade, combater preconceitos e proteger os direitos das minorias. Além disso, apontam que a resistência conservadora resulta em mais discriminação e exclusão de pessoas LGBTQ+T.

Conservadorismo esse que Bassalo e Weller (2020) traz como reflexões a partir de Karl Mannheim em que,

O conservadorismo se torna consciente e reflexivo pela primeira vez quando outros modos de vida e pensamento aparecem em cena, contra os quais se vê obrigado a pegar em armas na luta ideológica. Esta é a primeira etapa na formação de uma ideologia definitivamente conservadora; é também uma etapa de deliberação metodológica na qual o conservadorismo tenta se tornar consciente de sua essência. (Mannheim, 1971, p.173).

Trata-se, portanto, de um movimento intencional e, sobretudo, proposital em relação às circunstâncias, que mudam de uma época para outra. Para Teixeira (2022, p.4), discute em seu texto o conceito de conservadorismo elaborado por “O Sullivan”, como uma “ideologia conservadora” moderna que menospreza como “anti-ideologia”, vista como atuando apenas em interesse próprio e medo de mudança sem oferecer nenhuma alternativa. E, isso nos ajuda entender o motivo que conservadores tratam os estudos de gênero, como um campo “ideológico”. A importância de discutir esses conceitos possibilita a percepção de como esse termo é um debate controverso, nas práticas do campo educacional, da relação entre currículo e diversidade de gênero, visto que eles estão inteiramente relacionados ao processo cultural da sociedade. Com isso, a inquietação desse texto em relação ao debate de

gênero ser abordado como “ideologia”.

Por isso, o maior interesse em debater o que vir a ser um debate conceitual e controverso no campo curricular, a fim de perceber esse movimento dado ao estudo de gênero como um termo “ideologia de gênero”, saber o que pensa, onde surgiu e a respeito dos olhares sobre essa temática entendida como controversa. Assim, a discussão pela temática aqui abordada, é uma tentativa de esclarecimento e desconstrução, como forma de compreensão ao lugar dado ao debate chamado de “ideologia” para os estudos de gênero.

A “IDEOLOGIA” COMO UMA DISCUSSÃO CONTROVERSA

Nos últimos anos, diferentes pesquisas acerca do campo curricular vêm tramando um olhar para as discussões das diferenças e despertando temas controversos na sociedade. Temáticas essas como gênero, sexualidade, desigualdade racial, LGBTQIA+, equidade de gênero entre outros, provocando debates e disputas de poder nos espaços escolares. Mesmo que a Constituição Federal de 1988, em seu 205º artigo, e a LDB de 1996, estabeleça, em seu 3º artigo, “o pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas, o respeito à liberdade e apreço à tolerância”. Porém, observa-se nos últimos anos disputas de poder na educação, que está sendo tratada como uma tentativa de alienação da formação educacional.

Corroborando com Zimmermann (2017), os temas controversos podem ser considerados aqueles que têm uma discordância entre os grupos e envolvimento e relação com o interesse público. E, que esse texto buscou fazer uma relação a “ideologização” como uma abordagem controversa, no campo de gênero. A função da ideologia consiste em impedir essa revolta fazendo com que o “*legal apareça para os homens como legítimo*” isto é, como justo e bom. Assim, a ideologia substitui a realidade do Estado pela ideia do Estado – ou seja, a dominação de uma classe é substituída por ideias de interesse geral encarnado pelo Estado. (Chauí, 2004, P.34)

Um dos principais pontos de debate é a inclusão de discussões sobre identidade de gênero e diversidade sexual nos currículos escolares. Aqueles que se opõem a essa inclusão muitas vezes alegam que se trata de uma “doutrinação” ou imposição de uma “ideologia de gênero”. E, com esse pensamento, o termo se sustenta nesse texto como um debate controverso. Nesse sentido, ganham destaque nessa seção a

compreensão das temáticas controversas no campo escolar, em especial ao termo “ideologia de gênero”. E, refletimos se é importante ter discussões controversas no campo escolar?

Nesse sentido, Teixeira (2022, p.3) destaca que a tal chamada “ideologia de gênero”, “propõe em seus debates que a educação não desenvolverá políticas de ensino, nem adotará currículo escolar, disciplinas obrigatórias, ou mesmo de forma complementar ou facultativa, que tendam a aplicar ideologia de gênero, o termo gênero ou orientação sexual”. Diante disso, é indicado como indispensável que se tenha um olhar o que vem a ser controverso no campo escolar, por uma sensibilidade e consciência que o estudo tem relevância no campo curricular.

Em complemento, Apple (2013a), tece o seguinte comentário contra grupos hegemônicos “[...] a decisão de se definir o conhecimento de alguns grupos como digno de ser transmitido às gerações futuras, enquanto a história e a cultura de outros grupos mal veem a luz do dia [...]” revela muito sobre as relações de poder presentes na sociedade. Nesse sentido, entendemos a importância de propostas de currículos e educação interculturais, debates esses “defendidas por movimentos sociais e pesquisadores”, conforme afirma (Candau, 2010).

Partindo dessa perspectiva e, considerando que Hess (2009), entende esse significado controverso como o primeiro passo para os defensores de um determinado ponto de vista ideológico é incluir um determinado tópico no currículo escolar. Relações essas entre diversidade e a discussão de temas controversos como: “desafios atuais para a escola tem grande significado, já que pode representar a inserção de um tema antes proibido, legitimando-o e refletindo demandas da sociedade em uma perspectiva mais ampla”. (Teixeira, 2018, p.502).

Para Hess (2009), os currículos escolares possuem uma variedade de formas e tópicos que possibilitam abordagens controversas. Essas tensões e disputas de poder são questões sociais densas e polêmicas que também se refletem na escola e nos currículos escolares (APPLE, 2013a). A escola enquanto um campo político é um espaço propício para a discussão de temáticas controversas. Outrossim, Teixeira (2018) ressalta que um tema controverso é uma questão autêntica, – isto é, não é hipotética, tende a gerar respostas múltiplas e que competem entre si – que envolve diferentes partes interessadas. Hand (2007, 2008) argumenta que “muitos dos temas abordados na área educacional como controversos, não o seriam por essa definição”.

Aqui usamos o “gênero”, com um debate de respeito às diferenças, as identitárias como um lugar de fala etc, porém o que observa-

mos que para os conservadores são temáticas de ideologização social, tornando algo entendido aqui como controverso, uma vez que os argumentos utilizados para criticá-la não se baseiam na razão, eles poderiam ser descartados, já que estariam se baseando em preconceitos ou em “valores morais que também seriam passíveis de crítica”. Porém, a compreensão de controverso é no termo “ideológico”, que acaba gerando um debate caloroso e cheio de conflitos.

Num outro aspecto, a discussão de temas controversos tem relação direta com a saúde de uma democracia, torna as pessoas mais tolerantes do ponto de vista político e faz com que aprendam sobre pontos importantes. (Teixeira, 2018, p.503). Isso nos faz pensar a importância que o campo escolar tem em discutir temáticas como pautas de gênero, mesmo sendo retiradas da BNCC e das políticas educacionais como um processo de formação de construção dos sujeitos para a uma sociedade mais igualitária. E isso nos leva a pensar que esse papel tem que partir da formação dos cursos de licenciaturas a serem incluídos em seu currículo.

CONSIDERAÇÕES

Esta pesquisa buscou tramar os estudos em construção no doutorado em Educação (PPGE/PUC/RIO), visando descortinar os conceitos de “ideologia de gênero” e suas discussões controversas no campo educacional, aproximando dos conceitos de gênero nas teorizações em educação, apresentando uma análise preliminar. Ao longo deste texto, procuramos problematizar/pensar o conceito de “ideologia de gênero”, como uma temática considerada controversa, proposto em diferentes documentos curriculares, embora seja necessária maior reflexão sobre o que se configura como polêmico no campo curricular.

Por ora sinalizamos, nesses escritos, algumas pistas sobre essa pesquisa em torno da qual circulam temas como “*ideologia de gênero*”, conservadorismo, controversos, com seus desdobramentos e impactos no cotidiano do campo educacional. Nas tramas conceituais aqui expostas, compreendemos que o conceito de “ideologia de gênero” teve a intenção de caracterizar ou determinar um “lugar” para os estudos de gênero, ou ainda, um lugar enquanto busca por verdades subscritas nas entrelinhas, pelo contrário, buscou-se, nesse texto, dar continuidade ao diálogo e manter sempre aberta a possibilidade de desconstrução deturpada pelo conservadorismo brasileiro. Assim, temos uma trama tecida no panorama geral do termo, capaz de dar visibilidade a uma

ambivalência de forças e fragilidades no jogo indeterminado do debate controverso.

REFERÊNCIAS

APPLE, Michael W (Eds.). **Currículo, cultura e sociedade**. São Paulo: Cortez, 2013a. p. 49–69.

APPLE, Michael W. A política do conhecimento oficial: faz sentido a ideia de um currículo nacional? In: MOREIRA, Antonio Flavio; TADEU, Tomaz. (Eds.). **Currículo, cultura e sociedade**. 12. ed. São Paulo: Cortez, 2013b. p. 71–106.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Secretaria Especial de Editoração e Publicações do Senado Federal, 2010.

BASSALO, L. M. B.; WELLER, W. **A insurgência de uma geração de jovens conservadores: reflexões a partir de Karl Mannheim**. Estudos Avançados 34 (99), 2020.

CANDAU, Vera. Maria Ferrão. **Sociedade, educação e cultura(s): questões e propostas**. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2010.

CHAUÍ, Marilena. **O que é ideologia, sabotagem**, 2004.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Organização e tradução de Roberto Machado. Editora: Graal, Rio de Janeiro, 2010, 22a ed.

FURLANI, Jimena. **O Bicho vai pegar!** – um olhar pós-estruturalista à educação sexual a partir de livros paradidáticos infantis. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2005. Tese (Doutorado em Educação).

HAND, Michael. Should we teach homosexuality as a controversial issue? **Theory and Research in Education**, v. 5, n. 1, p. 69–86, 2007.

HAND, Michael. What should we teach as controversial? A defense of the epistemic criterion. **Educational Theory**, v. 58, n. 2, p. 213–228, 2008.

HESS, Diana. **Controversy in the classroom: the democratic power of discussion**. New York: Routledge, 2009.

LATTANZIO, Felipe Figueiredo; RIBEIRO, Paulo de Carvalho. **Nascimento e primeiros desenvolvimentos do conceito de gênero**. Psic.

Clin., Rio de Janeiro, vol. 30, n.3, p. 409 – 425, set-dez/2018

LEVINSON, Ralph. Towards a Theoretical Framework for Teaching Controversial Socio- scientific Issues. **International Journal of Science Education**, v. 28, n. 10, p. 1201–1224, 2007.

LIBÂNEO, José Carlos. **Democratização da escola pública: a pedagogia histórico-crítico social dos conteúdos**. São Paulo: Loyola, 1990.

Marafon, G., & Castro e Souza, M. (2018). Como o discurso da ideologia de gênero ameaça o caráter democrático e plural da escola. In: **Educação democrática: Antídoto a escola sem partido** (p 7588). UERJ, LPP.

MISKOLCI, R. e CAPANA, M. **Ideologia de gênero: notas para a genealogia de um pânico moral contemporâneo**. Revista Sociedade e Estado – Volume 32, Número 3, Setembro/Dezembro 2017.

TEIXEIRA, Pedro; HENRIQUES, Adrian. O novo conservadorismo brasileiro e a educação - Mapeando suas linhas de força. **Arquivos Analíticos de Políticas Educativas**, 30(89), 2022. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=8495677>.

TEIXEIRA, Pedro. **As relações entre diversidade e a discussão de temas controversos: desafios atuais para a escola**. Revista E-Curriculum (PUCSP), v. 16, 2018, p. 494-515. Disponível em: <https://doi.org/10.23925/1809-3876.2018v16i2p494-515>.

SCALA, J. **La ideología del género**. O el género como herramienta de poder. Rosario: Ediciones Logos, 2010.

SCOTT, J. W. **Gênero: uma categoria útil de análise histórica**. Revista e Realidade, Porto Alegre, v.20, n.2, p. 71-99, 1995.

FEMINISMOS E INTERSECCIONALIDADE: MULHERES NOS CARGOS DE COMANDO EM ESPAÇOS TRADICIONALMENTE GENERIFICADOS

Luciana Farias de Araújo Andrade¹
Francisco de Assis de Sousa Nascimento²

INTRODUÇÃO

A reflexão proposta neste artigo é parte de uma pesquisa de doutorado no Programa de Pós-Graduação em História do Brasil com início em 2023, que objetiva analisar as disputas por espaços de saber e poder a partir da trajetória das mulheres docentes no período que corresponde a instituição da Escola Técnica Federal do Piauí ao Instituto Federal - Campus Teresina Central (1970-2000).

Como fonte analisamos dois livros de memórias da instituição intitulados *Centro Federal de Educação Tecnológica do Piauí – 90 anos de Ensino Profissionalizante* e *100 Fatos de uma escola centenária – 1909 - 2009*, concordando com a perspectiva de Durval Muniz de Albuquerque Júnior³, dando aos documentos estatuto de sujeitos, colocando-os para efetivamente falar, pensar, discutir, refletir sobre a sua própria condição de documento e de arquivo sobre as operações técnicas e políticas que assim os constituem e instituem, sobre as relações tensas, complexas e estratégicas que estabelecem com os sujeitos. Compondo também a análise dados do quadro atual da presença de mulheres docentes da instituição referentes a formação, raça/cor e sexo.

Ante a urgência colocada de maior representação de mulheres em cargos de poder na esfera pública é que se faz necessário refletir em sua historicidade esse cenário de baixa

1 Professora do IF – Campus Dirceu; Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em História do Brasil, da Universidade Federal do Piauí.

2 Professor Associado IV da Universidade Federal do Piauí (UFPI), do Departamento de História e do Programa de Pós-Graduação em História do Brasil.

3Albuquerque Junior, 2003, p.9

presença de mulheres na ocupação de cargos de poder em instituições públicas mais tradicionais que compõe a estrutura de organização do Estado brasileiro, como é o caso da instituição em análise nesse estudo. Ainda que as mulheres tenham acessado a educação formal tardiamente, foi possível a superação das desigualdades educacionais de gênero (Beltrão; Alves, 2009, p.133) resultando na maior presença das mulheres no serviço público brasileiro⁴

Entretanto, a segregação ainda persiste. Mesmo com o advento de ingresso na administração pública por concurso e a existência de critérios impessoais de progressão nas carreiras, não há impedimento em relação à desigualdade de gênero na ocupação de espaços de poder nesse setor. O acesso de mulheres e homens a áreas mais valorizadas ainda é bastante desigual, com as mulheres ocupando cargos considerados caracteristicamente femininos e de menor remuneração.

É preciso promover um olhar reflexivo sobre as práticas e concepções tradicionais existentes, como possibilidades de alargar as oportunidades do contingente feminino que, historicamente se constituiu nos espaços privados, mas que transitou para o setor público, embora ainda hoje, encontre as portas entreabertas. E é nesse lugar que se faz necessário compreendermos que a inserção das mulheres nas instituições não foi, e não é igual para todas.

Ao analisarmos a trajetória de mulheres docentes a partir da investigação em uma instituição tradicionalmente masculina, faz-se necessário um breve recuo para melhor compreensão deste *locus* de pesquisa. Em 23 de setembro de 1909, através do Decreto 7.566, assinado pelo então presidente Nilo Peçanha para criação de um conjunto de *19 Escolas de Aprendizagem Artífices*, em cada capital brasileira, mencionando a necessidade de prover os “filhos dos desfavorecidos de fortuna com indispensável preparo técnico e intelectual”, isto é, prover as classes proletárias de meios que garantissem a sobrevivência, assim como levá-las “adquirir hábitos de trabalho profícuo” que as afastassem “da ociosidade escola do vício e

4 Dados levantados pela República.org, com base na RAIS, de 2021, apontam que as funcionárias públicas mulheres predominam em praticamente todos os níveis e esferas governamentais (<https://republica.org/maioria-no-servico-publico-civil-mulheres-ganham-25-a-menos-que-homens/>).

do crime”. (BRASIL: Decreto nº 7.566/09). Ficando perceptível a finalidade de disciplinar, controlar e impedir insurreições populares à época contra a República⁵.

No Piauí a primeira escola de educação profissional federal foi instalada oficialmente na capital Teresina, em Janeiro de 1910, destinada aos meninos das famílias pobres, atendendo aos princípios que norteavam a sociedade em relação às questões de gênero, entendendo que a construção social das relações de gênero não se refere apenas “as ideias, mas também às instituições, às estruturas, às práticas cotidianas, como também aos rituais e tudo que constitui as relações sociais” (Scott, 1998, p.115), e ousou acrescentar a questão de raça, pois um país recém saído de um sistema de mão de obra escravista tinha que enfrentar as consequências de uma população de ex-escravizados, que continuou em desamparo por parte do Estado, a margem, sem trabalho, sem emprego, sem instrução, sem moradia. Segundo Bebel Nepomuceno (2012, p.385) começa aqui em evidente desvantagem, nossa História das mulheres negras.

A construção desse espaço institucional é considerada nesse estudo a partir de marcas culturais, sociais e políticas de um processo que conhecemos como generificação⁶ quando da socialização de acordo com as normas de gênero dominantes, na compreensão e constituição de pessoas, fenômenos, relações, setores de intervenção, subsistemas sociais e instituições.

Vejamos que desde a sua origem esse espaço se constituiu para, e com o masculino, no entanto em seu primeiro corpo docente já contava com a presença de uma mulher como professora de “primeiras letras”. Inicialmente sua estrutura administrativa contava com um diretor, um escriturário e um porteiro contínuo. Na estrutura de ensino, tínhamos a seguinte

5 A educação profissional no Brasil surgiu com a implantação na primeira República e como estratégia do governo federal para propagação dos princípios governamentais. República como novo regime precisava ser vista por todos como um sistema de virtude homogeneizador das diferenças e, por isso, o único regime de governo capaz de conferir igualdade política entre os cidadãos (Nunes, 2000, p.371-398)

6 A conceitualização contemporânea de generificação no domínio da identidade de gênero das mulheres está historicamente em dívida para com a famosa tese de Simone de Beauvoir, expressa na sua obra «O Segundo Sexo»: «Ninguém nasce mulher, torna-se mulher.» https://eige.europa.eu/publications-resources/thesaurus/terms/1339?language_content_entity=pt. acesso em 15/outubro/2024.

formação no primeiro ano de funcionamento, como demonstrado no quadro a seguir.

Quadro 1 - Primeiros Professores da Escola Aprendizes Artífices (1909)

PROFESSOR	FORMAÇÃO
José Luiz Pereira Brandão	Mestre maquinista e serralheiro
Márcia Cruz Rios	Professora de primeiras letras
Pociano Campos	Mestre carpinteiro e marceneiro
José Amável	Professor de desenho
Enéas Maria Filho	Professor interino de desenho
João Marchão de Carvalho	Mestre ferreiro
Manoel de Barros Cavalcante	Mestre sapateiro

Fonte: Autora. Dados: Rêgo e Rodrigues (2009)

Segundo Castelo Branco (2005), a Educação Profissional em Teresina, ofertada para as mulheres nesse período, esteve concentrada na Escola Normal Livre, fundada em 1909, e tinha como objetivo principal preparar mulheres para serem futuras professoras primárias. Nesse cenário, a Educação Profissional era um privilégio dado às mulheres da ‘elite’ que, ao concluírem seus estudos, estavam aptas a assumirem novos papéis na sociedade, inclusive em repartições públicas.

É possível que esse contexto justifique a presença feminina no 1º corpo docente da escola. A participação da Sra. Márcia Cruz Rios como professora de “primeiras letras” reflete os papéis sociais reservados as mulheres, mas também demonstra certo exercício de poder⁷ ao desenvolver uma atividade ‘feminina’⁸ em uma escola marcada pelo gênero masculino tanto no âmbito da administração como da docência e do público para qual se destinava.

Dar conhecimento à trajetória tanto da primeira mulher professora de “primeiras letras” como da primeira mulher docente a exercer a função de Direção Geral em um instituição

⁷Para Foucault o poder se “exerce a partir de inúmeros pontos e em meio a relações desiguais e móveis” compreendido como uma multiplicidade de correlação de forças imanentes ao domínio onde se exercem e constitutivas de sua organização (Foucault, 2010, p.131-204).

⁸ Cardoso, 2010, p. 170.

com 115 anos de existência é promover visibilidade de suas lutas e conquistas, é romper com o silêncio de um espaço constituído para o masculino, como afirma Michelle Perrot “A história das mulheres mudou ... de uma história do corpo e dos papéis desempenhados na vida privada para chegar a uma história das mulheres no espaço público da cidade, do trabalho, da política, da guerra, da criação”⁹.

FEMINISMOS... ABRINDO CAMINHOS PARA OCUPAÇÃO DOS ESPAÇOS DE PODER

Não há como refletir os processos de inserção das mulheres em espaços de saber e poder sem reconhecer a importância dos movimentos feministas nessa arena de disputas. Os anos de 1970 é marcado por uma reorganização do movimento de mulheres que se estabeleceria como um sujeito coletivo que vai marcar forte presença na cena política nacional, em especial nas mobilizações contra a carestia reunindo principalmente mulheres pobres ou dos estratos médios organizados em associações de bairro e sindicatos para lutar contra a alta da inflação, por melhores condições de vida e pela segurança alimentar. O movimento feminista e movimento de mulheres representava a própria pluralidade dos movimentos, segundo Sader (2010), não refletia distinção em camadas ou classes sociais diversificadas, pois, muitas vezes, as pessoas circulavam de movimento para outro, denotando diferentes formas de expressão.

Ainda sob um regime de ditadura militar, foi, nos anos de 1970, sendo estes os mais difíceis, em que o general Médici governava com um aparato repressivo de grandes proporções, onde espaços para qualquer manifestação pública fora reduzida a zero. Especificamente à partir de 1975, é um momento inaugural, o general Geisel já havia assumido o governo prometendo uma distensão política gradual e controlada. Mas o que marcou realmente o ano na história do feminismo foi a Decisão da Organização das Nações Unidas (ONU) de defini-lo como Ano Internacional da Mulher¹⁰ e o primeiro ano da

9 Perrot, 2003, p. 15.

10 A Organização das Nações Unidas (ONU) instituiu 1975 como o Ano Internacional da Mulher e o período de 1975 a 1985 como Década da Mulher. O Objetivo dessas ações era possibilitar uma discussão, em nível mundial, das questões que tinham as mulheres como protagonistas, por exemplo, saúde, direitos sexuais e reprodutivos, cidadania, emancipação e violência.

década da mulher, realizando ainda uma conferência sobre o assunto no México.

A questão da mulher ganha a partir daí um novo *status*, tanto diante de governos autoritários e sociedades conservadoras como em relação a projetos ditos progressistas que viam com grande desconfiança a causa feminista. As primeiras manifestações do movimento feminista surgem como força coletiva pautando questões contra as desigualdades entre os sexos, passando a fazer parte da pauta política nacional (Pinto, 2003).

Costa (2009) destaca que os movimentos feministas dos anos 1970 incidiram em um erro significativo não incorporando em suas agendas as demandas das feministas negras e lésbicas, que posteriormente fizeram fortes críticas a essa lacuna nos anos 1980. Mas, ainda assim, a reconstrução dos movimentos negros brasileiros deu-se no contexto de articulação dos movimentos sociais e feministas no cenário nacional. As mulheres negras estabeleceram seu espaço próprio de luta tanto no movimento feminista quanto no movimento negro (Nepomuceno, 2012, p.400).

Em um balanço da “década da mulher”, Moraes (1985) mostra que, após a retomada do movimento de massas no final dos anos de 1970, surgiram vários jornais feministas, como *Brasil-Mulher*, *Nós Mulheres* e *Mulherio*, cresceu a presença feminina na cena nacional, como nos debates das eleições diretas para governadores, em 1982, e na luta por *Diretas Já*, de 1984. A par das lutas gerais, o movimento feminista começou a colocar questões específicas da maior importância para as mulheres, como as lutas contra a violência de gênero e em defesa da saúde reprodutiva. A luta contra a violência doméstica e demais violências sexistas levou ao surgimento de grupos de mulheres organizadas, como SOS-Violência. A luta pelo fim da violência contra a mulher teve uma importante vitória com a criação da primeira Delegacia Especializada no Atendimento da Mulher (DEAM).

Em conformidade com todas essas atividades, as mulheres conseguiram elevar de forma expressiva sua participação parlamentar. Houve um aumento de duas deputadas federais eleitas em 1978 para oito em 1982 e 26 em 1986. Apesar de representarem menos de 10% da Câmara, essas 26 deputadas

tiveram um papel imprescindível nos debates da Assembleia Constituinte e foram fundamentais para a conquista de direitos iguais entre os sexos. A Constituição de 1988 passou a ser uma das mais avançadas do mundo no que se refere à equidade de gênero. A nova Constituição estabeleceu a obrigatoriedade de concurso para o preenchimento de cargos no serviço público. Essa medida favoreceu a entrada de mulheres com curso superior em diversas profissões, como de advogados e economistas, que eram carreiras essencialmente masculinas.

Diante desse breve relato e guardadas as proporções de divergências e disputas entre, movimentos de mulheres, feministas, feministas negras, movimento de mulheres negras ou mulhernesses como define a médica e ativista Jurema Werneck (2008), o século XX terminou de forma completamente diferente do que começou e entre todas as conquistas femininas, a reversão da desigualdade educacional de gênero foi uma das mais significativas.

MULHERES DOCENTES EM ESPAÇOS DE PODER : MUDANÇAS E PERMANÊNCIAS

O debate sobre as mulheres serem percebidas por si e pela sociedade como sujeitos políticos começa pela discussão quanto à dicotomia público-privado (Biroli, 2015; 2016) e tem a educação formal como um exemplo importante. Ainda que, atualmente, já seja possível ter acesso a dados estatísticos considerando sexo, e cor/raça, em décadas anteriores a 1990-2000 o que se tinha era um mascaramento da discrepância de oportunidades para diferentes parcelas da população brasileira.

Todas as mudanças ocorridas à partir da década de 1970, que apresentamos no âmbito do contexto nacional reverbera na dinâmica da própria instituição pesquisada, com abertura da escola para atender ao público feminino nos cursos técnicos ofertados. Nos livros de memória Rêgo e Rodrigues descrevem da seguinte maneira:

A Escola muito se transformou com essa inovação social tão importante. Tornou-se mais fagueira e jovial. O elemento feminino levou a Escola a se adaptar física e socialmente para receber as mulheres. Imaginem as mudanças provocadas mais recentemente no corpo das Forças Armadas, Polícias Militares, Civis, Rodoviárias, Federais ... nos dias de hoje as meninas são a graça, a beleza, a doçura e o encanto jovial (Rêgo; Rodrigues, 2009, p.81).

As memórias descritas confirmam a escola como um lugar que se assemelha às instituições mais tradicionais de ocupação masculina, como Forças Armadas. Considerando que o ingresso das mulheres, mudaria o espaço, tornando-o ‘meigo’, ‘agradável’ e ‘suave’, sentimentos e valores socialmente construídos e associados ao feminino. E as mulheres docentes que já ocupavam este espaço não promoviam essa alteridade? Ou reproduziam as práticas e valores tradicionais masculinos? Estas são questões que nos desafiam no aprofundamento dessa análise.

Nesse mesmo período, em fevereiro de 1974, Rita Martins de Cássia ingressa como professora na instituição. Sua formação tanto inicial como secundária se deu em escola pública, que, à época, ofertava cursos para os setores sociais mais abastados, visto que a maioria das moças e rapazes que estudou o científico cursou no Liceu Piauiense. E, posteriormente, foi aprovada no vestibular da Faculdade de Filosofia do Piauí, diplomando-se em Licenciatura Plena em Letras, já pela Universidade Federal do Piauí. Ao longo de sua trajetória, a professora Rita vai consolidando sua presença não só como docente, mas assume funções administrativas, como a elaboração do projeto de instalação do Serviço de Supervisão Pedagógica, atuou, ainda, como a primeira supervisora. Assumiu como Membro da Comissão Permanente de Pessoal Docente (COPEM) e chefiou o Departamento de Pedagogia e Apoio Didático. Com a nova “indicação” do então, Diretor Professor Castelo, a professora Ritinha assume o Departamento de Ensino.

Percebe-se que estrategicamente a professora Rita Martins vai se tornando uma pessoa com reconhecida capacidade administrativa e, em 1994, deixa o Departamento de Ensino para ocupar uma assessoria, função de “confiança”, ficando ainda mais próxima da Diretoria Geral. Esse foi o passo que faltava para se credenciar como um possível nome à Direção Geral da instituição. Essas movimentações não aconteciam sem articulações entre determinados grupos políticos, no Piauí, lugar marcado poder masculino. Em 1994, o professor Castelo, então Diretor Geral, indica ao Conselho Técnico Consultivo o nome da professora Rita Martins para compor a lista tríplice como um dos nomes para o próximo mandato na Direção Geral, em 02 de fevereiro de 1994. Em 23 de maio seguinte, o Ministro da Educação, Murillo de Avellar Ringel, escolheria a primeira mulher a ocupar o cargo de Direção Geral da Escola Técnica Federal do Piauí.

Faz-se necessário refletir criticamente sobre os registros nos livros que nos servem de fonte de pesquisa. Estes ocultam nuances importantes para a compreensão da trajetória da professora Rita Martins

em uma instituição de ensino pública federal, sendo que as ocupações no setor público brasileiro, desde o império e mesmo durante a constituição da República, eram vistas como privilégio, como uma benesse, e beneficiavam com cargos na administração pública alguns indivíduos ligados à estrutura de poder e à elite econômica (Carvalho, 2011).

Muito provavelmente, a indicação de uma mulher professora de Português, área que não representa o saber técnico de tradição da escola, para a Direção Geral deva ter causado reações contrárias, pois os altos escalões do serviço público sempre foram ocupados majoritariamente por homens. A esfera pública e o trabalho tornam-se práticas que prestigiam os homens de elite.

Assim, acentua Margareth Rago “o espaço público moderno foi definido como esfera essencialmente masculina, do qual as mulheres participavam apenas como coadjuvantes, na condição de auxiliares[...]”. (2004, p. 603). Acredita-se no critério político como possível definidor desta escolha/indicação, tendo em vista a relação direta e de confiança com o grupo que se manteve à frente da direção da escola por mais de 12 anos, mas não se pode deixar de reconhecer a trajetória, as táticas e capacidade de articulação política desta professora. Sua gestão foi marcada por uma equipe de 1º escalão, composta por 5 mulheres e 6 homens, considerada, em termos quantitativos, com um certo equilíbrio na composição. Permaneceu como diretora geral durante dez anos (1994-2004).

Até o ano de 2003, os dirigentes dessa instituição eram escolhidos previamente por um Conselho Diretor que elegia a lista tríplice, sendo enviada para o Presidente da República escolher o/a Diretor/a Geral. Este critério foi mudado pelo Decreto nº 4.877, de 13 de novembro de 2003, que estabelece que o Diretor/a Geral será nomeado pelo Ministro de Estado da Educação a partir da indicação feita pela comunidade escolar (Rego & Rodrigues, 2009, p.108).

Atualmente o Instituto Federal – Campus Teresina Central tem um diferente desenho na distribuição de mulheres e homens como docentes, sendo possível compreender a importância das lutas empreendidas pelos movimentos feministas que refletem na maior presença de mulheres nas instituições públicas, sobretudo nas instituições de ensino que tradicionalmente preservam características masculinas, onde o ingresso é via concurso público. Vejamos o cenário atual de distribuição docente por sexo, cor/raça e formação.

Quadro 2- Divisão de Docentes/sexo (2024)

SEXO		
MASCULINO	FEMININO	NÃO DECLARADO
350	242	1

Fonte: Autora. Dados: Departamento de Ensino IF- Campus Teresina Central (2024)

Quadro 3- Distribuição de Docentes/Cor/raça/formação

Cor/raça	Doutorado	Esp. nível superior	Graduação Nível superior completo	Mestrado	Mestre (RSC III)	Nível médio	Pós-graduação RSC-II	Técnico (nível médio completo)	Não Informado
Branca	32	20	11	17	58	1	15	2	17
Parda	65	53	22	34	109	0	31	2	28
Preta	6	13	2	1	27	0	4	0	6
Amarela	2	2	0	1	6	0	1	0	1
Indígena	0	0	0	0	0	0	0	0	1

Fonte: Autora. Dados: Departamento de Ensino IF – Campus Teresina Central (2024)

Do total de 592 docentes apresentados no Quadro 2, percebe-se o salto na presença de mulheres docentes quando da criação da instituição. Esse número de 242 mulheres docentes é bastante significativo considerando a configuração histórica e social desta instituição de ensino profissional, técnico e tecnológico. Sobre esse aspecto Biroli (2018) destaca que nas últimas décadas do século XX houve um aumento significativo das mulheres brasileiras à educação e ao trabalho remunerado: *Entre 1970 e o início do século seguinte, o percentual de mulheres economicamente ativas passou de 18,5% para cerca de 55%, tendo alcançado um teto de 59% em 2005*” (p.18).

Ao tempo que no Quadro 3 observamos dados relativos à cor/raça e formação considerando a importância de usar a interseccionalidade como instrumento analítico para melhor compreensão das dimensões sociais em que os sujeitos estão inseridos analisando as diferenças, como também as interações entre as várias categorias de poder (Collins, 2020; Akotirene, 2018). Ao observarmos o nível mais elevado de pós-graduação no quadro, que é o ‘Doutorado’ somando ‘pardos’ e ‘pretos’ alcançamos um total de 71 docentes com doutorado. Tal cenário nos inquieta particularmente como mulher e professora negra na urgência de pensarmos criticamente os espaços de ensino generificados em sua historicidade, os processos que refletem a organização de nossas instituições nas dimensões de gênero e nas relações de poder aí instituídas quando da baixa presença de mulheres ocupando espaços de comando, mesmo com um nível de formação elevado.

CONCLUSÃO

No presente artigo, propusemos, a partir da análise de dois livros de memórias, *Centro Federal de Educação Tecnológica do Piauí – 90 anos de Ensino Profissionalizante* e *100 Fatos de uma Escola Centenária*, analisar a trajetória da professora Rita Martins de Cássia, descrita como a única mulher a ocupar o mais alto cargo de poder da instituição. As obras revelam a fotografia do poder, sobretudo do poder institucional, como espaço ainda reservado e preservado pelos e para os homens, ou, ainda, quando da presença feminina na ocupação desse espaço pode estar alinhada às práticas que reproduzem valores que vão de encontro aos anseios de liberdade e práticas democráticas que anseiam as mulheres. Ainda assim, ao considerarmos as condições históricas, políticas e culturais que atravessam a instituição como um espaço de poder simbolicamente masculino e o contexto em que esta professora agencia o processo para ter seu nome indicado a assumir a direção geral é um marco de ousadia.

No entanto, não houve um entendimento por parte da professora Rita enquanto diretora e das mulheres que faziam parte da sua equipe em promover o protagonismo de outras mulheres, tanto que não apareceu até o momento uma mulher com intenções em agenciar seu nome, enquanto grupo, para disputar o cargo da Direção Geral. Em gestões recentes contamos com a presença de duas mulheres negras conduzindo importantes diretorias, professora Dinalva Clara Monteiro, na Direção de Ensino e professora Áurea Santos na Direção de Relações Interna-

cionais, sendo um importante passo para colocar novos nomes de mulheres docentes nessa arena de disputa. No entanto essas mulheres não demonstraram interesse em protagonizar uma disputa para o cargo de Direção Geral na instituição.

Como destacou Simone de Beauvoir (2009), essa desigualdade simbólica materializa-se em uma desigualdade social que dificulta as mulheres a romperem com a lógica dominadora, uma vez que a promoção aos bens econômicos e ao poder político lhes tornam o acesso muito mais difícil e quando essa condição não é percebida o rompimento torna-se ainda menos provável. Por isso não basta ser mulher e ocupar espaço de poder. Disputar, ocupar e permanecer ocupando é romper com uma cultura política de “parecer” uma mudança, é preciso criar fissuras, caminhos coletivos para que outras mulheres possam ter condições reais de ocupar espaços de poder, romper com o preconceito, o machismo, compartilhar responsabilidades no âmbito privado, em espaços institucionais, pois os preconceitos e visões estigmatizadas que geram opressão precisam ser desconstruídas, favorecendo espaços institucionais mais justos e democráticos.

REFERÊNCIAS

AKOTIRENE, Carla. O que é interseccionalidade. **Feminismos Plurais**. Coord. Djamila Ribeiro, Belo Horizonte (MG). Letramento: Justificando, 2018.

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz. **Raros e rotos, restos, rastos e rostos**: os arquivos e documentos como condição de possibilidade do discurso historiográfico. [s.l.: s.n.] 2013.

BEAUVOIR, Simone de. **O segundo sexo**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009.

BELTRÃO, Kaizô Iwakami; ALVES, José Eustáquio Diniz. A reversão do hiato de gênero na educação brasileira no século XX. **Cadernos de Pesquisa**, v.39, n.136, p.125-156, jan./abr. 2009.

BIROLI, Flávia. Autonomia, preferências e assimetria de recursos. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v.30, n.90, p. 39-56, 2016.

BIROLI, Flávia. **Gênero e desigualdades**: Os limites da democracia no Brasil. São Paulo: Ed. Boitempo, 2018

CARDOSO, Elizangela B. Mães Educadoras e Profissionais: educação feminina em Teresina na primeira metade do século XX. **Revista Outros Tempos**. Dossiê História e Educação. v. 7, n.10, dez. 2010.

CARVALHO, E. P. O aparelho administrativo brasileiro: sua gestão e seus servidores, do período colonial a 1930. In: CARDOSO JUNIOR, J. C. (org.). **Burocracia e Ocupação no setor público brasileiro**. Rio de Janeiro: IPEA, 2011.

CASTELO BRANCO, Pedro Vilarinho. **Mulheres Plurais**. Teresina: Edições Bagaço, 2005.

COLLINS, Patricia Hill; BILGE, Sirma: **Interseccionalidade**. Tradução Rane Souza. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2020.

FOUCAULT, Michel. Disciplina. In: **Vigiar e Punir**: nascimento da prisão. Tradução de Raquel Ramallete. 38. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

RAGO, Margareth. Trabalho feminino e sexualidade. In: PRIORE, Mary Del (org.). **História das Mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2004

RÊGO, Vilson Ribamar; RODRIGUES, Antônio Gerardo. **100 anos de uma Escola Centenária**. Teresina: Instituto Federal de Educação, Ciência e tecnologia do Piauí. 2009.

RODRIGUES, Antônio Gerardo (org.). **Centro Federal de Educação Tecnológica do Piauí 90 anos**. Teresina. EDUFPI, 2002.

PERROT, Michele. **Minha história das mulheres**. Trad. Ângela M. S. CôrrSCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 2, n. 20, p. 93, 1995.

VIOLÊNCIA POLITICA COMO FORMA DE CERCEAMENTO E INTERDIÇÃO DAS MULHERES NOS ESPAÇOS DE PODER

Maria Mary Ferreira¹

INTRODUÇÃO

Desde os meus primeiros estudos publicados nos anos noventa, tenho abordado a preocupação com a sub-representação de mulheres na política. Tal preocupação vai ao encontro de dados que denotam a ausência de mulheres em cargos de decisão e em posto de comando nas três esferas de poder: executivo, legislativo e judiciário.

Quando iniciei este debate incômodo dentro dos espaços que atuava de forma direta e presente: movimento estudantil, movimento sindical, movimento partidário. Lugares os quais essa ausência deveria ser notada, dado serem lugares afeitos a esse tipo de discussão, porém, era um debate rechaçado, ignorado e estigmatizado. “As mulheres não estavam preparadas para comandar”. “Elas não sabiam comandar”. “Política é lugar de homem”. Ouvir isso no final dos anos setenta e início dos anos oitenta não parecia tão estranho, ou melhor dizendo, parecia que cumpríamos um destino: um destino tão bem expresso na poesia de Adélia Prado quando desabafa no seu belo poema: Com licença poética:

Quando nasci um anjo esbelto,
desses que tocam trombeta, anunciou:
vai carregar bandeira.
Cargo muito pesado pra mulher,
esta espécie ainda envergonhada.
Aceito os subterfúgios que me cabem,
sem precisar mentir... Adélia Prado, Com licença poética

Assim, lendo Adélia e ao mesmo tempo me inserindo no movimento feminista, comecei a questionar estes destinos determinados para nós e que nos recusávamos a seguir. A partir daquele momento, passei a compreender o que Adélia expressava no restante do seu poema:

¹ Professora Associada do Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas e Departamento de Biblioteconomia da Universidade Federal do Maranhão. Doutora em Sociologia/Unesp/FCLAr e Pós doutora em Comunicação e Informação pela Universidade do Porto/Portugal

Não sou tão feia que não possa casar,
acho o Rio de Janeiro uma beleza e
ora sim, ora não, creio em parto sem dor.
Mas o que sinto escrevo. Cumpro a sina.
Inauguro linhagens, fundo reinos
-- dor não é amargura.
Minha tristeza não tem pedigree,
já a minha vontade de alegria,
sua raiz vai ao meu mil avô.
Vai ser coxo na vida é maldição pra homem.
Mulher é desdobrável. Eu sou. Adélia Prado,
Com licença poética

Foi lendo Adélia e me encontrando nas fileiras do feminismo que aprendi que sou desdobrável, que não sou conformada e nem conformista, quero respostas, respostas plausíveis, respostas que alterem o lugar comum determinado para as mulheres que as alijaram dos espaços de fala, de decisão, razão do seu confinamento e razão para sua pouca ascensão neste mundo masculino, masculinizado, que nega as mulheres e aos negros o direito à existência e o poder de expressar seu pensamento.

A exclusão das mulheres na política, debatido em inúmeros livros e artigos que publiquei tem sido uma das razões que leva a sua desvalorização, seu pouco reconhecimento, que leva ao estranhamento e cerceamento de suas falas públicas. Essa assertiva que discuto com bastante propriedade na cartilha protagonismo político e representação de mulheres no Maranhão, resultado da Pesquisa Mulheres Relações de Gênero e Protagonismo Político: estudo, formação feminista e informação como estratégia de mudança na sociedade patriarcal, financiada pela FAPEMA, denota nossos esforços enquanto pesquisadora feminista para trazer para o debate a questão da sub-representação, a partir de experiências realizadas em sete municípios maranhenses.

Nessa pesquisa trago contribuições importantes que desfazem crenças, até então em vigor, de que ‘as mulheres não querem se candidatar’, falas recorrentes dos dirigentes partidários quando questionados pelo número inexpressivo de mulheres nas listas de candidatas/as dos partidos políticos que mal cumpriram as cotas.

Na pesquisa fiz escutas com centenas de mulheres em cinco municípios maranhenses que evidenciaram sua disposição de se candidatar, desde que tivessem apoio dos partidos, das famílias e das comunidades. Na pesquisa é evidente o desejo das mulheres em participar da política

formal, tendo em vista o número de candidatas que se inscreveram no pleito de 2016, 2018, 2020, 2022, 2024. Os resultados, porém, mostram a lentidão das mudanças, a exceção do Congresso Nacional que elegeu 91 mulheres no pleito de 2022.

Portanto, ressaltamos que embora haja esforços visíveis das mulheres e de poucos partidos para alterar as relações de força e de poder, que têm nos Legislativos a maior expressão da desigualdade de gênero, raça e etnia, entretanto, as mulheres continuam sub-representadas, fato que reflete “a incompletude da democracia no Brasil, reproduzida em todas as casas legislativas e câmaras municipais, como se viu expresso na Câmara de São Luís.” (Ferreira, 2024)

Ao analisar os fatos e os dados nas últimas eleições municipais, notadamente as eleições de 2020 e 2024 a luz dos acontecimentos recentes que demonstram o crescimento da extrema direita e o recrudescimento da violência de gênero que subjaz na violência política de gênero e que, no atual contexto é, sem dúvida, um dos fatores que incidem na sub-representação, especialmente quando se trata de mulheres que representam segmentos das esquerdas.

Nesta comunicação meu propósito é refletir sobre violência política de gênero e sub-representação, apontando como este fenômeno tem contribuído para intimidar, cercear e excluir mulheres na política, especialmente aquelas que tem assumido atitudes que se contrapõem aos machismos, racismos, conservadorismos e aos fascismos.

No estudo apresento reflexões sobre o sentido da representação no contexto de uma sociedade democrática, discuto o sentido da esquerda e como esta se contrapõe ao pensamento da direita conservadora e, portanto, rechaça o senso comum de que política é lugar de homens e para homens. Por fim, discuto a violência política de Gênero e como a mesma se interpõe sobre os debates sobre igualdade de gênero, especialmente os focados na luta feministas que questiona os comportamentos abusivos da sociedade capitalista e patriarcal que impõe às mulheres um lugar de dondocas, mulheres de..., filha de... para manter as relações de familismos, tão evidente no resultado das eleições no município de São Luís, estado do Maranhão.

ELEIÇÃO, REPRESENTAÇÃO E DEMOCRACIA: AS CONTRADIÇÕES PERCEBIDAS NO PLEITO DE 2024

Norberto Bobbio em seu memorável livro *O futuro da democracia*, pontua a incompletude ou inadmissibilidade da democracia no Es-

tado liberal. Para o autor é indispensável que “aqueles que são chamados a decidir ou a eleger os que deverão decidir sejam colocados diante de alternativas reais e postos em condição de poder entre uma e outra” (Bobbio, 2000, p. 32). Assim, impossível não avaliar o resultado das últimas eleições que refletem como o capital incidiu sobre os chamados a decidir, direcionando seu voto e suas escolhas a partir da necessidade e do medo. A compra de voto foi o fator preponderante nas eleições de 2024. Os resultados em grande parte dos estados brasileiros denotam o quão distante ficaram o voto de opinião, o voto por mudança, que impulsionava grandes debates nos períodos pré-eleitorais. A ausência de debates e a pouca adesão da população as campanhas tanto dos candidatos majoritários, como dos candidatos e candidatas a vereadores/as já apontava certa apatia ou descomprometimento com os resultados que se avizinhava. Essa constatação nos leva a questionamentos do tipo: Porque a apatia? Descrédito com a política? Descrédito com o atual quadro de vereadores? As candidaturas não respondiam aos anseios dos eleitores? O que o eleitor deseja? Qual a democracia que estamos buscando construir? Quem de fato está buscando? O que esse resultado eleitoral representa efetivamente neste cenário político? São perguntas que ainda não tenho as devidas respostas, mas vale refletir aqui o sentido de democracia pensado por Bobbio de forma bastante lúcido ao enfatizar que: “[...] a democracia dos modernos é o Estado no qual a luta contra o abuso do poder é travada paralelamente em duas frentes – contra o poder que parte do alto em nome do poder que vem de baixo, e contra o poder concentrado em nome do poder distribuído. (Bobbio, 2000, p. 73).

O que se observou nas eleições de 2024 foi uma total distorção do que se compreende como modelo democrático. O poder dos que vem de cima prevaleceu sobre os que estão embaixo, ou melhor dizendo o poder do capital se sobrepôs a todas as formas de representação e de possibilidade de construção de projetos de justiça social, entre as quais a igualdade de gênero, de raça e etnia, quiçá colocou em debate as distâncias sociais, princípio norteador da sociedade de classe. O que se observou nestas eleições foi a interferência direta do capital, para manutenção das elites que se mantêm no poder, ou melhor dizendo, manter a sociedade de classe cada vez mais encastelada sob o manto de uma democracia ilusória, decantada pela direita e reproduzida por parte das esquerdas, em que pese o fato de que somos governados por um Partido que historicamente se fortaleceu junto a classe trabalhadora a qual diz representar.

Nestas eleições, surpreendentemente, o que se presenciou foi o fortalecimento da extrema direita, o discurso conservador, as oligarquias ou familismo aqui definida como “prática de privilegiar interesses particulares, com vantagens e favores a familiares, em detrimento do interesse público, quando se ocupa um cargo político; favoritismo, filhotismo². Foi uma eleição onde foi reforçado o patriarcado, a política do compadrio, a negação das políticas públicas e assim a naturalização da ausência do Estado, fato que penaliza mais ainda os que vivem em situação de vulnerabilidade, evidenciando que a democracia representativa é palavra morta neste atual cenário político. Vive-se de fato um estado liberal que se em algum momento se vislumbrou democrático, no atual contexto político seu distanciamento é visível na medida em que os direitos fundamentais estão distantes de se efetivarem, haja vista as candidaturas eleitas que mostraram o distanciamento da população com pautas mais à esquerda, que em geral pressiona o Estado para a implementação de políticas públicas, ou ainda as pautas de gênero, na qual se pregava o combate a violência, a luta por creche, o retorno do debate de igualdade entre homens e mulheres na sociedade, maior presença das mulheres na política, divisão social do trabalho doméstico. Aparentemente, estas pautas não tiveram eco para se sobrepor ao apelo do capital, que alavancou o voto na maioria das camadas sociais, tanto das médias como nas camadas pobres.

Ao lado disso o que se viu nestas eleições foi ausência de debates políticos por parte dos partidos, entre os quais os partidos de esquerda, que entraram na mesma lógica dos partidos de direita, ou seja, não levantaram questões de fundo: direito à Cidade e neste debate a aproximação do centro com a periferia, buscando ampliar os espaços de pertencimento das camadas pobres às políticas sociais que pudessem incidir em uma Cidade mais inclusiva. Outro ponto que merece reflexão foi a ausência de debates sobre a urgência de construir igualdade de gênero na política com a politização do debate sobre cotas, tendo em vista que as Câmaras Municipais são espaços masculinizados, pouco afeitos a políticas públicas com recorte de gênero, fato que exige trazer para o campo político o debate sobre a política de cotas que mesmo sendo implementadas no Brasil desde finais do Século XX, - em 1995, para ser mais precisa – porém, mesmo após quase trinta anos as mudanças tem sido lentas. Nestas eleições, em São Luís, especialmente, as cinco vereadoras eleitas, representam grupos religiosos conservadores,

² <https://www.dicio.com.br/familismo/>

ou interesses de famílias tradicionais que nada acrescentam ao debate político de igualdade de gênero ou de justiça social.

Nas eleições de 2024 o que foi observado a partir de dados ainda preliminares, é que nas prefeituras e nas câmaras municipais o aumento do número de representantes do sexo feminino, foi inexpressivo, tendo em vista que apenas 13% de prefeitas e 18% de vereadoras foram eleitas. Os percentuais citados representam um aumento entre 1 a 2 % do número de cadeiras ocupadas por mulheres nas gestões municipais bem como nas Câmaras municipais em relação as eleições de 2020. Esses dados revelam a permanência da sub-representação a exemplo de eleições municipais anteriores, com o agravante de que nestas eleições, de acordo com o Observatório Nacional da Mulher na Política, entidade ligada a Câmara Federal, a cota de gênero foi descumprida em mais de 700 municípios brasileiros. (Cota, 2024).

O descumprimento das cotas é sem dúvida um dos fatores que incidem sobre a sub-representação, mas, Ferreira (2024) aponta dois outros fatores que tem interditado os avanços femininos na política: a timidez de ações efetivas para implementação do Plano Nacional de Políticas para as Mulheres que entre suas diretrizes destacamos a que se refere a paridade entre homens e mulheres na política, e a violência política que tem sido um dos entraves mais fortemente aplicados pela extrema direita para interditar a presença das mulheres nos espaços decisórios.

Diante dessa realidade, pode-se afirmar que a sub-representação das mulheres notabiliza a exclusão secular, que tem interditado sua presença em processos decisórios. Desse modo, Ferreira (2024, p. 72) nos lembra que “[...] perpetuar esse modelo implica manter uma sociedade machista e patriarcal, dominada pelos homens brancos da elite brasileira, ou seja: significa manter as estratificações que anulam a presença de pretos, indígenas e pobres”.

VIOLÊNCIA POLÍTICA COMO FATOR DEMARCADOR DA SUB-REPRESENTAÇÃO DE MULHERES NA POLÍTICA

Há uma década muitos dirigentes partidários afirmavam de forma categórica que as mulheres não estavam dispostas a participar da política, daí o não cumprimento da política de cotas. Esta narrativa não tem mais sustentação quando se observa o número cada vez mais cres-

cente de mulheres que se colocam como candidatas, conforme mencionei no início deste texto a partir de resultado de uma pesquisa realizada em 2017/2018.

Nessa pesquisa, constatamos a partir de campo realizado em cinco municípios maranhenses envolvendo mais de 300 mulheres que as mesmas querem e desejam participar da vida das cidades, de modo que sua opinião e seus projetos sejam contemplados nos planejamentos estaduais e municipais; isso porque elas têm clareza de seu papel político e social, e conhecem a fundo os problemas vividos em cada cidade. Apesar de seu interesse e do hoje substancial apoio dos fundos partidários, muitas mulheres estão desistindo das disputas política, muitas vezes levadas pela insegurança do exercício do poder tendo em vista que a política ainda é concebida como uma profissão de homens, pensada para os homens na qual as mulheres são aceitas como coadjuvantes com papéis bem definidos: alegrar seus ambientes onde são considerados os líderes, reis, mandatários. As mulheres cabem preparar o campo, seja o púlpito, a tribuna ou a cabeceira da mesa para que os homens possam brilhar, manifestarem suas posições através de seus eloquentes discursos. Quando as posições se igualam, ou as vezes se invertem, caso que se aplica a eleição de Dilma Rousseff, logo são desqualificadas, demonizadas, denominadas de incompetentes, loucas, erráticas. É como afirma Perrot (1998, p. 129). “A entrada da mulher na política não é normal em nenhum lugar, quer se trate dos partidos, do legislativo ou do executivo”. Suas reações para se contrapor a este determinismo que ao longo da história social lhe negou e nega o direito a participação, explicam os enfrentamentos que muitas mulheres, corajosamente, denunciam no cotidiano dos parlamentos em todas as três instâncias, hoje denominados de violência política.

Para compreender a dimensão política desse tipo de violência e como esta vem se notabilizando como uma estratégia de guerra da extrema direita para intimidar, constringer e até dizimar adversários, caso que ficou evidenciado quando do assassinato da vereadora Marielle Franco no Rio de Janeiro. O termo violência política,

[...] é utilizado para desvelar as situações em que a violência é empregada para deslegitimar, causar danos, obter e manter benefícios e vantagens ou violar direitos com fins políticos. A violência [política] constitui-se, assim, em um instrumento que desestabiliza e antagoniza a própria política enquanto experiência legítima e democrática. (Lauréis; Hashizume, 2020, p. 9),

É vista como um fenômeno instrumental, como estratégia para interditar falas, ações que colocam em debate determinadas posições que antagonizam com o agressor, que por sua vez percebe a vítima como uma ameaça a sua posição de mando ou de domínio de um território. Em sentido amplo, a violência política consiste no uso intencional de recursos e ferramentas de poder e da força com o objetivo de alcançar resultados políticos.

No atual contexto, a violência política tem sido um dos maiores obstáculos do exercício político das mulheres, traduzidos nos indicadores que reforçam a ideia que política é um lugar não afeito as mulheres, portanto, sua presença não é bem vista ou aceita por aqueles que concebem os espaços de poder como lugares de domínio masculino.

Fica evidente conforme menciona os autores supracitados que a violência política se materializa quando há disputas entre grupos dominantes e elites pelo acesso ao poder, o incentivo à violência aparece como ferramenta de grande utilidade que pode ser aproveitada para obtenção de benefícios materiais ou simbólicos e contribuir significativamente para a tomada do poder ou sua manutenção. Os autores destacam que,

A violência é utilizada para garantir o controle de um grupo hegemônico sobre o sistema político – e ao mesmo tempo o controle do poder por atores masculinos que pertencem ao grupo cultural, étnico, religioso e econômico dominante implica que a violência seja peça fundamental para garantir que o poder político não seja exercido por grupos e indivíduos não hegemônicos (mulheres, pessoas de identidade LGBTQIA+, indígenas, afrodescendentes, quilombolas, povos tradicionais, trabalhadoras/es, especialmente os mais pobres, etc.). (Lauris; Hashizume, 2020, p.12).

Ao trazer o debate para o contexto das eleições de 2020 a 2022, autores como Tavares e Borges (2023) pontuam que:

A desigualdade de gênero na política é alimentada, em parte, pela violência política de gênero. Apesar de representarem a minoria da representação política, as mulheres foram vítimas de 36% dos casos de violência política registrados no Brasil entre 2020 e 2022.

Ao analisar os acontecimentos que demarcam a ascensão do fascismo no Brasil com a eleição de Jair Bolsonaro (2022), observa-se que a violência de gênero se agravou com a emergência dos movimentos militaristas, milenaristas, fascistas, supremacistas que, por não reco-

nhecerem as mulheres como sujeito político, praticam atos abomináveis, como: o de tomar o microfone de uma vereadora em pleno exercício de sua função; ou atos tão ou mais desprezíveis, como o episódio que envolveu a deputada Isa Penna (PSOL/SP), na Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo; ou o sofrido pela senadora Eliziane Gama (PSD-MA) quando relatora da CPMI dos Atos Golpistas, ilustram bem essa assertiva.

No caso da deputada Isa Penna repercutiu bastante a forma como foi importunada sexualmente pelo também deputado Fernando Cury (Cidadania), que foi flagrado assediando a parlamentar ao abraçá-la por trás, tocando-lhe os seios. As declarações da deputada denotam o quanto esse tipo de violência expõe as mulheres: “Eu me sinto absolutamente exposta, eu me sinto absolutamente violada em diversos sentidos. Seja pelas minhas prerrogativas, enquanto mulher eleita, nas minhas funções, exercendo meu trabalho, exercendo meu papel ali” (Isa Penna apud Perrone, 2020).

A senadora Elisiane Gama, também vítima de violência foi obrigada a pedir proteção da justiça, “relatou ter recebido ameaças de agressão e de morte, inclusive a familiares, “dizendo que estão me esperando em aeroportos, que eu não posso mais sair na rua, porque vão me atacar”. (Relatora, 2023).

As violências sofridas por mulheres, no exercício do poder têm sido frequentes, mais se intensificaram em grande parte no ano de 2013/2014 quando de forma vergonhosa a então presidenta Dilma Rousseff, foi exposta em muitas situações de constrangimentos, inclusive durante a Copa como as imagens veiculadas simulando a presidenta sendo estuprada por uma bomba de gasolina, fato considerado abominável. Os constrangimentos, as agressões verbais e os gestos afrontando a Presidenta Dilma retratam o quanto as mulheres são violentadas em situações de comando. O mais grave no caso de Dilma foi perceber que poucas instituições foram solidárias a ela.

No decorrer desta última década são inúmeros os registros de violência política. Deputadas como Maria do Rosário (PT), Isa Penna (PSOL), Talíria Petrone (PSOL); a vereadora Katiane Leite (PTB/Pedreiras/MA); a senadora Elisiane Gama (PSD); entre tantas outras, sofreram agressões diuturnas. Tais agressões refletem a ideologia da subalternização e da domesticação, que pesa sobre as mulheres e que interfere no seu exercício político, uma vez que atua ideologicamente como mecanismo de manutenção de discursos de inferiorização, que visam manter as “mulheres no seu lugar”. O lugar de coisas, de obje-

tos, o lugar do privado, “glorificados” pela família tradicional sob o argumento de que são seus verdadeiros habitats naturais, pois foram destinados por Deus.

Ao analisar os fatos, percebe-se claramente que os homens envolvidos nos episódios citados não têm nenhum apreço pelas mulheres. Alguns sequer sofreram punições; outros, como o próprio ex-presidente da República Jair Bolsonaro (2018-2022), banalizaram o ato de violência e até debocharam da vítima – neste caso, em especial, a deputada federal Maria do Rosário, vítima direta do ex-presidente Jair Bolsonaro.

CONCLUSÕES

Alterar as relações de produção e as relações racistas, machistas e patriarcais é, nesse contexto, o horizonte das feministas que, assim como eu, estudam estratégias para uma sociedade igualitária não apenas no discurso, mas na prática cotidiana em que vivemos, estudamos e atuamos. Somente assim poderemos afirmar que estamos, de fato, vivenciando uma democracia plena.

Alterar as relações de produção e as relações racistas, machistas e patriarcais é, nesse contexto, o horizonte das feministas que, assim como eu, estudam estratégias para uma sociedade igualitária não apenas no discurso, mas na prática cotidiana em que vivemos, estudamos e atuamos. Somente assim poderemos afirmar que estamos, de fato, vivenciando uma democracia plena.

REFERÊNCIAS

BOBBIO, Norberto. O futuro da democracia. 8. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

COTA de gênero é descumprida em mais de 700 municípios brasileiros nas Eleições 2024. In Câmara de Deputados. Observatório de Nacional da Mulher na Política. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/a-camara/estruturaadm/secretarias/secretaria-da-mulher/observatorio-nacional-da-mulher-na-politica/noticias-1/cota-de-genero-e-descumprida-em-mais-de-700-municipios-brasileiros-nas-eleicoes-2024>. Acesso em 19 out. 2024.

LAURIS, Élida; HASHIZUME, Maurício. Violência política e eleitoral no Brasil: panorama das violações de direitos humanos de 2016 a 2020. Curitiba: Terra de Direitos e Justiça Global, 2020. 129 p.

Ferreira, Maria Mary. Democracia, gênero e sub-representação: por que tem sido tão difícil as mulheres alcançarem os espaços de poder? São Luís: EDUFMA, 2024.

FERREIRA, Maria Mary. *Vereadoras e prefeitas maranhenses*: ação política e gestão municipal com enfoque de gênero. São Luís: EDUFMA, 2015.

_____. *Os bastidores da tribuna*: mulher, política e poder no Maranhão. São Luís: EDUFMA, 2010.

_____. Mulheres, protagonismos e representação de mulheres na política. São Luís. EDUFMA, 2019.

PERROT, Michelle. Mulheres públicas. São Paulo: UNESP, 1998.

PRADO, Adélia. Com licença poética. Disponível em: <https://www.pensador.com/frase/MTY4MzUz/> Acesso em 18 out. 2024.

RELATORA da CPMI diz sofrer ameaça e pede proteção. Senadora é atingida na cabeça por celular. *Rede Brasil Atual*. 18 out. / 2023. Disponível em: <https://www.redebrasilatual.com.br/politica/relatora-da-cpmi-diz-sofrer-ameaca-e-pede-protecao-senadora-e-atingida-na-cabeca-por-celular/>. Acesso em: 23 jul. 2024.

TAVARES, Paula; BORGES, Gustavo. A violência política e a desinformação de gênero no Brasil. *Jornal Nexo*. 4 de dez. 2023. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/254989-artigo-viol%C3%Aancia-pol%C3%ADtica-e-desinforma%C3%A7%C3%A3o-de-g%C3%AAnero-no-brasil>. Acesso em 19 out. 2024.

AGENDA INTERNACIONAL DE GÊNERO: PARTICIPAÇÃO E CONTRIBUIÇÃO DOS FEMINISMOS BRASILEIRO NAS CONFERÊNCIAS MUNDIAIS SOBRE MULHERES DA ONU

Zeila Sousa de Albuquerque¹
Diomar das Graças Motta²

INTRODUÇÃO

O presente estudo consiste em um recorte da tese de doutorado sobre o Programa Mulheres Mil (PROMIL), no Instituto Federal De Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão (IFMA), uma política pública de educação que propõe acesso à educação profissional consoante às ofertas de trabalho, elevação da escolaridade e inserção de mulheres em situação de vulnerabilidade social no mundo do trabalho. Além disso, visa fornecer subsídios para o alcance das Metas do Milênio, promulgada pela ONU em 2000 e aprovada por 191 países,³ e dentre as metas estabelecidas estão: a erradicação da extrema pobreza e da fome, promoção da igualdade entre os sexos, autonomia das mulheres e garantia da sustentabilidade ambiental.

Assim, analisa-se como a agenda internacional de gênero têm ecoado nas políticas públicas brasileiras para mulheres. Para tal fim, a análise está estruturada com o apoio em autoras de teorias feministas na área de políticas públicas, na qual partiu-se das sendas percorridas pelos movimentos feministas na implantação de uma política de gênero, destacando-se as conferências internacionais promovidas pela Organização das Nações Unidas (ONU), visando levantar a discussão acerca da constituição de organismos que promovem políticas para mulheres, a fim de saber a relação destes com a efetivação de políticas, e assim entender a função das Conferências de Políticas para as Mulheres. Desse modo, objetivamos averiguar como o governo brasileiro atendeu a

1 Doutora em Educação pelo Programa de Pós-graduação em Educação PPGE (UFMA). Professora no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão.

2 Professora Emérita da Universidade Federal do Maranhão (UFMA) - PPGE.

3 Entre as metas estabelecidas estão a erradicação da extrema pobreza e da fome, promoção da igualdade entre os sexos, autonomia das mulheres e garantia da sustentabilidade ambiental.

iniciativa internacional da Organização das Nações Unidas e dos movimentos feministas nas Conferências Mundiais de Mulheres.

Examinam-se também os eixos estruturantes das pautas das políticas de gênero no Brasil reivindicadas pelos movimentos feministas e movimento de mulheres⁴, ou as mulheres nos movimentos, a partir da “Segunda Onda”⁵ do referido movimento, com o objetivo de verificar quais pautas apresentadas pelos movimentos feminista e de mulheres foram determinantes para a inserção da perspectiva de gênero nas políticas públicas sociais na educação brasileira.

Assim, para o escopo dessa análise, aborda-se primeiramente as questões relacionadas às mulheres, assinalando significados dos documentos elaborados nas Conferências, em especial a IV Conferência Mundial sobre a Mulher (CMM) (Pequim ou Beijing) realizada na China em setembro de 1995, a maior de todas as Conferências. Delineia-se a contribuição das mulheres e movimentos feministas a tratados, acordos, convenções e protocolos internacionais, advindos do diálogo e em decisões realizadas com instâncias governamentais e sociais.

FEMINISMOS BRASILEIROS E POLÍTICAS DE GÊNERO: UMA PERSPECTIVA HISTÓRICA E POLÍTICA

A contribuição dos feminismos se mostrou crucial para a produção da teoria política nos últimos tempos, ao recusar e denunciar a desigualdade de gênero assumida como natural e necessária para a sobrevivência e progresso da humanidade. O debate sobre a dominação masculina nas sociedades contemporâneas “abriu portas para tematizar, questionar e complexificar as categorias centrais por meio das quais era pensado o universo da política, tais como as noções de indivíduo, de espaço público, de autonomia, de igualdade, de justiça ou de democracia” (Miguel, 2014, p. 19).

Por esse ângulo, conforme o autor não é plausível se discutir a teoria política desconsiderando a teoria feminista, um pensamento que parte das questões de gênero, e que vai além delas, pois reorienta por

4 Entende-se como movimento feminista, as lutas que reconhecem as mulheres como oprimidas. “É a afirmação de que as relações entre homens e mulheres não são inscritas na natureza”, sendo, portanto, passíveis de transformação. Já o movimento de mulheres, é entendido como movimentos nos quais as reivindicações não são de direitos específicos das mulheres, mas “movimentos sociais cujos componentes são, em sua maioria, mulheres”. (Pedro, 2005, p. 95).

5 A história dos feminismos ocidentais contemporâneos organiza-se por “ondas” que são circunscritas por marcos temporais e seus relevantes desdobramentos.

completo os nossos valores e parâmetros de análise. “Para o feminismo, a palavra “gênero” passou a ser usada no interior dos debates que se travaram dentro do próprio movimento, que buscava uma explicação para a subordinação das mulheres” (Pedro, 2005, p. 79).

A “segunda onda” do feminismo, ou feminismos, posto que há uma pluralidade de abordagens neste movimento, surgiu após a Segunda Guerra Mundial, é emergente em meados dos anos 1960 na Europa e nos EUA. No Brasil, a “segunda onda” surgiu a partir dos anos de 1960, com especificidades devido a conjuntura política, pois o país vivia sob uma ditadura militar.

Para Joana Maria Pedro (2012, p. 251), “A ditadura fez muita diferença para o feminismo que se constituiu no Brasil”. A luta das feministas brasileiras estava centrada entre as “lutas gerais” (contra a ditadura e por mudanças na sociedade) e as “lutas específicas” das mulheres, diferentemente das feministas francesas que tinham como principal luta o patriarcado. Este era um movimento com objetivos distintos dos que haviam movido as militantes no passado na chamada “Primeira Onda”, no final do século XIX e início do século XX, “reivindicava para as mulheres direitos políticos (votar e ser eleita), direito à educação com currículos iguais aos dos homens e direito ao trabalho remunerado com salário igual por trabalho igual (Pedro, 2012, p. 256).

O feminismo intitulado como “Segunda Onda”, adiciona na sua pauta reivindicações sobre a sexualidade com o direito ao prazer e ao corpo com direito ao aborto e contracepção. O feminismo da “segunda onda” tinha como uma das principais palavras de ordem “o pessoal é político”.

Os estudos de gênero surgiram sob forte influência do movimento feminista e conseguiram mais força no final dos anos de 1960, como decorrência de lutas sociais, especialmente nos países de capitalismo avançado, como os Estados Unidos, França, Itália e Inglaterra. É nesse momento do feminismo da “segunda onda” que a categoria “gênero” emergiu. Contudo, é na década de 1980, na chamada “terceira onda” que “teoricamente a categoria ‘gênero’ aparece como categoria central da globalização” (Barragán et al., 2020, p. 229). Dessa maneira, “gênero” é uma categoria analítica e política que foi forjada nos Movimentos Sociais e desenvolvida pelas estudiosas do feminismo contemporâneo com o objetivo de compreender e responder, dentro dos novos parâmetros científicos, a situação de desigualdade entre os sexos e como esta situação opera na realidade e interfere no conjunto das relações sociais.

Assim, a inclusão da questão de gênero na política pública se

deu pela ação de movimentos sociais, sobretudo com a participação de mulheres, estes movimentos estiveram constituídos em torno de duas questões: de um lado, no final dos anos 1970, na luta pela democratização e de questões atinentes “ao acesso a serviços públicos por parte da população das periferias urbanas. De outro lado, a temática de gênero ganhou visibilidade pela ação de movimentos de mulheres sobretudo da classe média que, desde o início dos anos 1980, passaram a denunciar a dominação de gênero presente na esfera privada” (Farah, 1999, p. 65). Outro fator para a inclusão de tais políticas, foi a pressão por um retorno estatal aos efeitos maléficos da globalização na América latina, que tornava imperativo que se tivesse uma nova geração de políticas e institucionalidade governamental voltada para inclusão de gênero (Guzmán, 2000).

De tal modo, as “bandeiras levantadas pelos movimentos sociais na constituição de uma agenda de políticas sociais demandaram por políticas públicas de gênero. Havia uma presença expressiva de mulheres, conforme afirma Souza-Lobo (2021, p. 249), “frequentemente as análises ignoraram que os principais atores nos movimentos populares eram, de fato, atrizes”. Para a autora, a constituição das mulheres como um novo sujeito coletivo ao deixar a esfera privada para atuar nos espaços públicos se confunde com a história desses movimentos sociais.

No transcurso dos anos de 1970 para os 1980, as reivindicações feitas pelos movimentos de mulheres e os movimentos sociais em seu conjunto tinham similaridade. Pleiteavam a participação e acesso a bens e serviços públicos. No que se refere a discriminação de questões diretamente ligadas às mulheres acontecia à medida que a democratização avançava. “Ao denunciarem formas de exclusão e de dominação que atingem exclusivamente as mulheres, os movimentos reivindicam políticas de gênero” (Farah, 1999, p. 69). As reivindicações das mulheres presentes nos movimentos populares eram especialmente voltadas para questões relacionadas a reprodução social: “creches, saúde, transporte, tudo passou a ser ‘luta das mulheres’” (Souza-Lobo, 2021, p. 249).

A CONTRIBUIÇÃO DOS FEMINISMOS BRASILEIROS NAS CONFERÊNCIAS MUNDIAIS SOBRE MULHERES DA ONU

Os movimentos feministas e de mulheres, contribuíram demasiadamente para a promoção de políticas de igualdade de gênero em

todos os setores da Federação, mediante a sua participação em todas as conferências nacionais e internacionais, que resultaram em acordos internacionais fundamentais para a largada no enfrentamento à discriminação e violência contra as mulheres.

Nessa perspectiva, questiona-se: de que forma o feminismo em geral, e em particular o feminismo brasileiro influenciaram na implementação das recomendações da Organização das Nações Unidas (ONU) nas políticas públicas de gênero no Brasil?

Raramente se evidenciam os efeitos das lutas pela igualdade de gênero e emancipação das mulheres por meio da criação de instrumentos na agenda social internacional, uma agenda que mostra um esforço normativo de diversos movimentos sociais, que se materializou em um conjunto de grandes conferências mundiais da ONU.

A crítica feminista marxista argumenta que uma agenda de políticas para mulheres numa concepção universal de “mulher”, que não considera questões como classe, raça e colonialidade enquanto marcas centrais para o aprofundamento das variadas formas de opressão não atende as demandas de todas as mulheres, visto que não questiona tais desigualdades.

Sob esse olhar, em se tratando das soluções propostas para a obtenção da igualdade de gênero, a ONU passa a ser representativa de um feminismo que se identifica com a política neoliberal, absorvendo certas lutas tidas como legítimas por este tipo de feminismo liberal, que defende a liberdade individual das mulheres via Estado, acreditando que este vai garantir que esse direito não seja violado. Porém, isso acontece sem a contestação do capitalismo enquanto forma de opressão.

Nessa concepção, para o feminismo liberal a plena autonomia das mulheres vai perpassar pela incumbência do Estado regulador e por políticas públicas que garantam a igualdade entre homens e mulheres por influência das leis e perante a sociedade. Assim, os ideais deste feminismo confluem com os ideais do pensamento liberal que estrutura a ONU. Dessa maneira, é possível distinguir em diferentes fases a atuação da ONU quanto aos direitos humanos das mulheres e para a garantia destes (Tokarski *et al.*, 2020, p. 316).

Quadro 1 - Fases de atuação da ONU na temática dos direitos humanos das mulheres

Fase	Período	Marcos
1a fase	1945 a 1962	Carta das Nações Unidas (1945), criação da Comissão sobre o Status da Mulher (1946), Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948), Convenção Interamericana sobre a Concessão dos Direitos Cívicos à Mulher (1948), Convenção sobre os Direitos Políticos da Mulher (1953), Convenção sobre a Nacionalidade de Mulheres Casadas (1957), Convenção sobre Consentimento para o Matrimônio, Idade Mínima para Casamento e Registros de Casamentos (1962).
2a fase	1963 a 1975	Convenção para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Racial (1965), Pacto Internacional de Direitos Cívicos e Políticos (1966), Pacto Internacional de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais (1966) e I Conferência Mundial da Mulher (1975).
3a fase	1976 a 1985	II Conferência Mundial da Mulher (1980), III Conferência Mundial da Mulher (1985) e Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher (1979)
4a fase	Década de 1990	Declaração e Programa de Ação de Viena (1993), Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher, Convenção de Belém do Pará (1994) e IV Conferência Mundial da Mulher (1995).
5a fase	2000 a 2015	Protocolo Facultativo à Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher (2000) e Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (2000).
Fase atual	2015 a 2030	Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.

Elaboração: Diretoria de Estudos e Políticas Sociais (DISOC) do IPEA, 2021.

Destaca-se na terceira fase, que ficou conhecida como a “Década das Mulheres” (entre 1976 e 1985) declarada pela ONU, institucionalizando o enfoque das mulheres como parte do desenvolvimento, no qual aconteceram duas Conferências: a de Copenhague (1980) e a de Nairóbi (1985), e foi aprovada a Convenção para a Eliminação de todas as Formas de Discriminação contra a Mulher (CEDAW)⁶, em 1979.

Na quarta fase foi um período marcado pelas várias conferências sociais, e ficou conhecida como a “Década das Conferências Mundiais da ONU”, com destaque para a IV Conferência Mundial sobre a Mulher, em Pequim, em 1995. A quinta fase iniciou em 2000, com a uti-

6 (Convention on the Elimination of All Forms of Discrimination Against Women).

lização dos Objetivos do Desenvolvimento do Milênio (ODMs) pelos Estados-membros da ONU.

Já a fase atual, iniciou em 2015, com a adoção dos dezessete Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) globais que compõem a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável pelos Estados-membros da organização. Estes são apoiados e coordenados pela ONU mulheres⁷, e possuem o objetivo de eliminar a pobreza e promover a sustentabilidade em nível mundial, entendida como ponto fundamental para o desenvolvimento em suas diversas dimensões. A ONU reconhece o desenvolvimento sustentável como um princípio organizador para o desenvolvimento global, no qual o progresso sustentável deve estar em direção ao empoderamento da mulher e sua participação no mundo do trabalho como condicionantes para a universalização da educação.

Assim, é a partir da criação da ONU e das Conferências Mundiais sobre Mulheres, organizadas por ela que se inicia um efetivo interesse na resposta aos problemas relacionados à mulher, com uma importante participação dos feminismos brasileiros. De acordo com Rachel Soihet (2006), estivemos presentes desde 1945 na primeira reunião articuladora da ONU, com a notável participação da sufragista brasileira Bertha Lutz (1894-1976), sendo uma das quatro mulheres dentre os 160 signatários participantes. A brasileira Berta Lutz e Minerva Bernardino da República Dominicana foram as responsáveis pela inserção da “mulher” na Carta fundante da ONU, o tratado que cria a Organização das Nações Unidas, em seu preâmbulo declara: “[...] sua fé nos direitos humanos fundamentais, na dignidade e no valor do ser humano e na igualdade de direitos entre homens e mulheres, e que decidiram promover o progresso social e melhores condições de vida em uma liberdade mais ampla [...] (ONU, 1945, p. 2). Deste modo, sem dúvida alguma, o referido documento, é considerado o ponto de partida da luta pelos direitos das mulheres e meninas no plano internacional.

De acordo com Tokarski *et al.*, (2020), a criação da Comissão sobre o Status da Mulher (CSW)⁸ (1936) representou o primeiro marco após a *Carta das Nações Unidas* (1945) para que os direitos das mulheres tivessem visibilidade nos direitos humanos, “incorporando à arena política internacional debates sobre os direitos econômicos, políticos e sociais das mulheres, os quais embasaram declarações e resoluções que recomendavam a construção de políticas que assegurassem esses direitos” (Tokarski *et al.*, 2020, p. 316).

7 Criada em 2010 pela Assembleia Geral da ONU, é uma Entidade das Nações Unidas para a Igualdade de Gênero e o Empoderamento das Mulheres.

8 Sigla em inglês, Commission on the Status of Women.

A partir da criação da Comissão sobre o Status da Mulher, as agendas internacionais dirigidas ao desenvolvimento das condições de vida das mulheres e promoção da igualdade de gênero se ampliaram no contexto da ONU, “podendo-se falar em pelo menos seis fases de atuação, que se iniciam nos anos 1940 e seguem até o presente, com a proposta da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, operacionalizada pela adesão aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)” (Tokarski *et al.*, 2020, p. 31). Fase esta em que há uma modificação de estratégia da entidade, passando a definir metas e objetivos mensuráveis que precisariam ser alcançados pelos países signatários. O Mulheres Mil é um programa que foi instituído com objetivo de contribuir para o alcance das Metas do Milênio da ONU promulgadas em 2000 e aprovada por 191 países, visando a erradicação da pobreza extrema, a promoção da igualdade de gênero, a autonomia das mulheres e a garantia da sustentabilidade ambiental (Brasil, 2008).

No que se refere ao âmbito brasileiro, é importante ressaltar que o princípio para a criação de um órgão que se encarrega das questões relacionadas à mulher, se deu com a participação da Bertha Lutz que concebeu o projeto de criação do Departamento Nacional da Mulher com funções executivas, “atribuindo-lhe funções de ministério” (Saffioti, 2013, p. 374). Com a decretação do fechamento do Congresso Nacional em 1937, em função do Estado Novo, o projeto de criação do Departamento Nacional da Mulher de Bertha Lutz não é posto em prática. Somente quatro décadas após os esforços de Lutz, e durante a década que seguiu a Primeira Conferência Mundial sobre a Mulher em 1975 no México, Estados nacionais começaram a permitir a criação de um órgão de políticas públicas em defesa dos direitos da mulher.

Entretanto, “até a década de 1990 o Brasil não se destacou por uma posição mais progressista no tocante aos direitos das mulheres na ONU” (Sardenberg, 2018, p. 5). Conforme a autora, o regime da ditadura militar defendia a ordem patriarcal dominante, argumentando que as mulheres brasileiras acompanhariam o desenvolvimento econômico do país. De tal modo, a atuação do Brasil só começou a ter destaque nesses espaços internacionais, a partir da década de 1990 nas conferências mundiais da ONU, com uma intensa militância feminista. “[...] os feminismos brasileiros são hoje reconhecidos mundialmente como uns dos movimentos de mulheres mais diversificados, melhor articulados e mais influentes da América Latina” (Sardenberg, 2018, p. 5).

Assim, o feminismo brasileiro em geral e as ONGs feministas, tiveram uma presença marcante nesses espaços globais, atuando de

forma incisiva nas conferências mundiais contribuindo para a criação e implementação de políticas públicas de gênero locais. Para Rebelo, 2017, p. 40, as políticas podem ser entendidas

[...] como sendo representativas das intenções e direções de uma organização. Por meio de documentos, a instituição estabelece as diretrizes que serão aplicadas em determinado caso, ajudando a direcionar os membros à ação coletiva. As normas informam as políticas adotadas, que, por sua vez, carregam princípios e significados morais” (Rebelo, 2017, p. 40).

Dessa forma, as diretrizes e concepções éticas presentes na política são resultado de articulações e negociações de atores e atrizes do âmbito internacional. Assim, os encarregados de fazer deliberações nos Estados são influenciados por aqueles que atuam no plano internacional nas organizações e agências especializadas, e no plano local nas organizações e disputas políticas.

À vista disso, destaca-se as quatro Conferências Mundiais sobre Mulheres: Cidade do México, 1975; Copenhague, 1980; Nairobi, 1985; Pequim, 1995. O Brasil sendo signatário dos Tratados Internacionais elaborados nessas conferências, assumiu vários compromissos e obrigações diante da comunidade internacional e nacional. Dentre estes o de produzir meios próprios no combate à discriminação e à violência. Tais conferências serviram como fórum no qual mulheres de diversas organizações de várias partes do mundo se reuniam e debatiam com inúmeros governos na defesa de uma agenda de mudanças na política para as mulheres.

A IV CMM, foi sem dúvida a maior e a mais importante de todas as conferências realizadas, tanto pelo número de participantes que reuniu aproximadamente 50 mil pessoas, quanto pelos “avanços conceituais e programáticos que propiciou, e pela influência que continua a ter na promoção da situação da mulher” (Viotti, 1995, p. 148). De acordo com a autora, foram identificadas 12 áreas de “preocupação prioritárias”. Para alcançar esse fim, a Plataforma de Pequim estimulava que os governos, a comunidade internacional e a sociedade civil, as organizações não-governamentais e o setor privado, adotassem medidas estratégicas nas seguintes áreas críticas de especial preocupação: “[...] a crescente proporção de mulheres em situação de pobreza (fenômeno que passou a ser conhecido como a feminização da pobreza); a desigualdade no acesso à educação e à capacitação; a desigualdade no acesso aos serviços de saúde; a violência contra a mulher [...]” (Viotti, 1995, p. 148).

As doze áreas críticas de preocupação foram consideradas como principais obstáculos para o avanço das mulheres, exigindo ações con-

cretas dos governos assim como da sociedade civil. Nessa lógica, o Programa Mulheres Mil desponta como resposta para atender demandas nos acordos firmados a partir da Conferências realizadas, e assim promover mudanças nas áreas críticas que são entraves para a igualdade de gênero.

O Brasil participou ativamente da IV CMM, e sua participação garantiu que houve um estreitamento do diálogo entre os movimentos e o Estado, com a organização de seminários nacionais realizados em diversas regiões do país, com temas diversos. A conquista maior que o movimento progressista juntamente com a delegação brasileira conseguiu evoluir foi em relação aos direitos reprodutivos. Porém, não conseguiram sucesso no tocante à descriminalização do aborto, com exceção do consenso quanto à orientação de que os países membros alterassem sua legislação que penalizava as mulheres que fizessem abortos ilegais.

Para Saffioti (2013, p. 382), não resta dúvida que “o movimento feminista brasileiro, dentro daqueles que se desenvolveram na mesma linha ideológica, sobretudo o liderado por Bertha Lutz – desempenhou uma força social construtiva” no despertar da consciência da mulher para os seus problemas e para todos os problemas da sociedade moderna.

Na linha do tempo a seguir, é possível observar alguns dos principais marcos da história de conquistas dos movimentos feministas e de mulheres no Brasil para a garantia de direitos das brasileiras.

Figura 2: Principais conquistas das mulheres ao longo da história



Elaborado pela autora, 2022

É manifesto que o Movimento Feminista se constitui como um verdadeiro marco na história de vida de muitas mulheres na conquista de direitos que lhes eram [...] indebitamente negados enquanto personalidade humana. Não obstante esses direitos continuarem a ser, ainda hoje, meramente abstratos para a imensa parcela da população feminina nacional, (Saffioti, 2013, p. 392).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir dos anos 1970, as Nações Unidas começaram a intervir na política feminista, por ter percebido que o feminismo poderia ser perigoso para a sua perpetuação (Federici, 2023, p. 14). Por isso, desde 1975, a ONU promoveu inúmeras conferências e intervenções com o objetivo de se aproximar do movimento feminista e usar parte de sua ideologia contra as próprias feministas, contratando mulheres para integrar o processo de globalização como mão de obra barata. Dessa forma, o capital se apropria do movimento feminista via “ideologia da emancipação” por meio do trabalho. “Essa cooptação do capital nos causou muito dano. Essa massificação do feminismo nos prejudicou” (Federici, 2023, p. 14).

Apesar disso, a participação ativa dos feminismos brasileiro nas conferências e o diálogo entre Governo e sociedade civil, demais poderes do Estado, fez-se meio eficaz para a elaboração das políticas públicas no Brasil, “que hoje incorporam a perspectiva de gênero de forma transversal, e não mais em ações pontuais”. Embora como aponta Saffioti (2013), a consecução dos direitos políticos e civis para a mulher continuam a ser, ainda hoje, puramente abstratos para a grande parte da população feminina no Brasil.

Desse modo, apesar de o feminismo brasileiro de qualquer tendência não ter obtido pleno êxito e ampla inserção na sociedade, introduziu em boa parcela das mulheres de libertar-se e emancipar-se por meio do trabalho fora do lar, da educação e da participação na vida social em geral.

REFERÊNCIAS:

FARAH, Marta Ferreira Santos. Gênero e políticas públicas na esfera local de governo. **Organizações e Sociedade**, v. 6, n. 14, p. 65- 104, 1999. Disponível em: https://pesquisa-eaesp.fgv.br/sites/gvpesquisa.fgv.br/files/arquivos/farah_-_genero_e_politicas_publicas_na_esfera_

local_de_governo.pdf. Acesso em: 10 mar. 2021.

FEDERICI, Silvia; GAGO, Verónica; CAVALLERO, Luci. **Quem deve a quem?** Ensaios transnacionais de desobediência financeira; tradução de Igor Peres. São Paulo: Elefante, 2023.

GUZMÁN, Virginia. A equidade de gênero como tema de debates e de políticas públicas. *In*: Nalu; SILVEIRA, Maria Lúcia; NOBRE, Míriam (orgs.). Gênero nas políticas públicas. SOF. **Cadernos Sempreviva**. São Paulo. 2000. p.63-86. Disponível em: <https://www.sof.org.br/wp-content/uploads/2000/01/Caderno-GenPP.pdf>. Acesso em: 10 fev 2023.

MIGUEL, Luis Felipe. **Feminismo e a política**. *In*: MIGUEL, Luis Felipe; BIROLI, Flávia. **Feminismo E Política**. 1 ed. São Paulo: Boitempo, 2014.

PEDRO, Joana Maria. O feminismo de ‘segunda onda’: corpo, prazer e trabalho. *In*: PEDRO, J; PINSKY, C. (orgs). **Nova História das Mulheres no Brasil**. São Paulo: Editora Contexto, 2012.

PEDRO, Joana Maria. Traduzindo o debate: o uso da categoria gênero na pesquisa histórica. **História**, São Paulo, v.24, N.1, P.77-98, 2005. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/his/a/fhHv5BQ6tvXs9X4P-3fR4rtr/?format=pdf&lang=pt>. Acessado em: 12 mar de 2023.

REBELO, Tamyá Rocha. **A atuação das organizações não governamentais no conselho de segurança das Nações Unidas**: os casos das agendas temáticas sobre Crianças e Mulheres. (Tese Doutorado) Universidade de São Paulo – USP: São Paulo, 2017.

SARDENBERG, Cecília. Negociando gênero em desenvolvimento: os feminismos brasileiros em destaque **Dossiê Desenvolvimento, Poder, Gênero e Feminismo**, Cad. Pagu (52), 2018. <https://doi.org/10.1590/18094449201800520001>. Acesso em: 12 jan 2024.

SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani. **A mulher na sociedade de classes**: mito e realidade. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

SOUZA-LOBO, Elisabeth. **A classe operária tem dois sexos**: trabalho, dominação e resistência. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, Editora Expressão Popular, 2021.

TOKARSKI, Carolina Pereira [et al.]. Igualdade de Gênero. *In*: **Políticas sociais**: acompanhamento e análise, v. 1 - jun. Brasília: Ipea, 2020. Dis-

ponível em: https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/10283/2/bps_27_igualdadegenero.pdf Acesso em: 10 mar 2023.

VIOTTI, Maria Luiza Ribeiro. Apresentação. *In: Declaração e Plataforma de Ação da IV Conferência Mundial Sobre a Mulher*. Pequim, 1995. Disponível em: https://www.onumulheres.org.br/wp-content/uploads/2013/03/declaracao_beijing.pdf. Acesso em: 30 jul. 2023.

GÊNERO E ATIVISMO: MULHERES EM MOVIMENTOS SOCIAIS NA AMAZÔNIA BRASILEIRA

Ruth Almeida Correia¹
Consuelena Lopes Leitão²

INTRODUÇÃO

O presente trabalho trata de uma revisão da literatura sobre mulheres em movimentos sociais na Amazonia, abordando trabalhos que foquem nas lutas enfrentadas por mulheres na Amazônia e suas organizações para resistência.

No Amazonas, embora existam registros de participação ativa das mulheres em diversas lutas sociais, observa-se uma tendência à invisibilidade ou sub-representação das lideranças femininas nos relatos históricos e na memória coletiva. Desde o século XVI, os interesses das classes dominantes dos principais países capitalistas, têm moldado diretamente nossa história portanto, aqueles que tinham menos poder, influência e recursos em comparação as classes sociais dominantes, que eram a maioria das pessoas que viviam na região, passaram a ocupar uma posição social subalterna (Chaves e Cesar, 2019, p. 131).

Relatos fantasiosos, exagerados e carregados de alegorias moldaram a representação da Amazônia conforme a visão do colonizador. O etnocentrismo europeu buscava conexões com sua própria cultura, apesar das profundas diferenças. Essa perspectiva ainda persiste atualmente, gerando diversas distorções na representação e na percepção da região (Chaves e Cesar, 2019, p. 143). Nesse contexto, como emergir política ou socialmente em um Estado subalterno, pertencendo a uma classe subalterna e a um gênero subalterno? Esses são um dos principais desafios enfrentados por mulheres amazônidas que buscam e lutam por seus direitos e de outras mulheres.

Deste modo, as articulações em movimentos sociais se tornam necessárias para organização e ação política de forma conjunta. Para Lacerda (2013, p. 154) movimentos sociais são “as formas associativas

1 Psicóloga. Mestranda pelo programa de pós-graduação em Psicologia da Universidade Federal do Amazonas.

2 Prof.^a Dr.^a do Programa de pós-graduação em Psicologia da Universidade Federal do Amazonas.

e reivindicativas que demandam ações por parte de setores da administração pública, possível contribuir para discussões acerca dos processos de formação do Estado, bem como suas configurações próprias, contextuais e históricas”. Nos anos 1990 o Estado Brasileiro passou a contribuir para essas organizações, o que teve impacto significativo em questões orçamentárias e a busca por políticas públicas, apesar dos questionamentos acerca do papel de poder ali exercido.

De acordo com Gohn (2007) as mulheres são maioria nos movimentos feministas e movimentos populares de luta por melhores condições de vida, apesar dessa presença existe uma invisibilidade das suas atuações. Tendo em vista a categorização proposta por Gohn (2007) há três tipos de movimentos sociais: 1) Movimentos identitários que lutam por direitos sociais, econômicos, políticos e culturais; 2) Movimentos de luta por melhores condições de vida e de trabalho, no urbano e no rural; 3) Movimentos que atuam em redes sociopolíticas e culturais, via fóruns, plenárias, colegiados, conselhos etc. Comumente encontramos em maior quantidade o primeiro seguindo a classificação apresentada, embora sejam diversos, os movimentos sociais têm em comum a luta pelos direitos das minorias, pelo direito à existência digna e à vida em uma sociedade livre de opressões.

Neste contexto, o estudo tem por objetivo apresentar uma revisão de literatura acerca das mulheres presentes nos movimentos sociais na Amazonia e suas representações. As fontes de pesquisas usadas foram: Portal de Periódicos da CAPES, Scielo, Catálogo de Dissertações e Teses da CAPES, portal de Periódicos Eletrônicos de Psicologia (PePSIC) e Biblioteca Virtual em saúde (BVS), com intervalo de busca dos últimos cinco anos (2019 -2024). Foram encontrados 19 estudos e incluídos 12 após leitura do resumo pois se enquadravam na temática aqui abordada. Os descritores utilizados foram “Mulher” AND “Movimentos sociais” AND “Amazônia” nas bases de dados. O estudo também apresenta um recorte da dissertação da autora que aborda as trajetórias de desafios e resistências de mulheres que rompem com os padrões hegemônicos e que atuam como líderes de movimentos sociais no Amazonas.

DISCURSÃO E RESULTADOS

A partir do contexto estudado, os artigos selecionados versam sobre as articulações de mulheres na Amazônia, tendo como principais atravessamentos de gênero, raça, classe e territorialidade, com ênfase

nos desafios e resistências de mulheres em toda extensão amazônica. No que tange os campos de estudos, nenhuma pesquisa foi feita na área de Psicologia, observa-se majoritariamente estudos nas áreas da Antropologia e Ciências Sociais, e ainda 91,67% dos artigos (n=10) foram escritos por mulheres ou tiveram mulheres como primeiras autoras.

Dos estudos analisados, apenas dois (n=2) abordavam diretamente Manaus ou Amazonas, sendo majoritariamente estudos sobre os estados de Pará e Roraima (n=10), centrando mulheres da Amazônia de forma geral. Corroborando assim para uma lacuna em estudos que fale diretamente sobre as trajetórias de mulheres que ocupam espaços de resistência em movimentos sociais no Amazonas. Os dados podem ser observados de maneira mais plena conforme quadro abaixo.

Quadro 1 - Dados sistemáticos dos artigos selecionados

Autoria	Origem	Campos de Estudo	Objetivos	Principais Resultados
1 Silva & Pereira (2023)	Artigo	Educação	Refletir sobre organização social de mulheres capoeiristas na Amazônia, no Estado do Amapá	Os resultados apontam a capoeira e o coletivo analisado, enquanto movimentos sociais marcados pelas diferenças étnico- raciais, intergeracionais, pela resistência, luta por adequação de gênero e afirmação de suas identidades LGBTQI+, com seus gingados políticos nas rodas de capoeira e grande roda social no meio do mundo, esquina do rio Amazonas com Oceano Atlântico, no Estado do Amapá.
2 Aquime (2018)	Artigo	Antropologia	Analisar história de luta e resistência das mulheres do município Cametá, Estado do Pará buscando caminhos de resistência contra o patriarcado e o machismo presentes nas organizações sociais.	O artigo evidencia a busca por empoderamento feminino com a venda dos produtos para os atravessadores e a dificuldade em ter a sua luta reconhecida, visível, sobretudo em espaços ligados às representações sociais, como os sindicatos e em outras cooperativas de produção

3 Sousa (2020)	Artigo	Antropologia	Compreender por que e como as mulheres quilombolas assumiram, ao longo do tempo-espaço, agências sociopolíticas no sentido de garantir a efetivação de direitos socio territoriais em Salvaterra, no século XXI	As mulheres quilombolas, movem-se na Amazônia e, nesse mover transgressor, mudam ordens há muito estabelecidas e naturalizadas. Em Salvaterra, as malungas foram os sujeitos principais da ação política e aquelas que manejam com maior habilidade as ferramentas necessárias para garantir as re-existências em seus territórios.
4 Manchinery e Silva (2019)	Artigo	Geografia	Expor a experiência de vida e de luta de lideranças femininas, no que tange à preocupação com seus direitos, seus posicionamentos e reflexões que produzem transformações em suas realidades sociais e culturais.	Havia uma relação de conflito, entre deixar e não deixar as mulheres marcarem seus próprios territórios de luta e resistência dentro e fora das aldeias, a luta dessas mulheres gerou o que denominam de autodeterminação, isto é, a luta pela defesa da identidade e do território, e acima de tudo pelo empoderamento.
5 Gonçalves e Conrado (2021)	Artigo	Ciências Sociais	Apresentar a Rede de Apoio Mulheres Marajoaras em Movimento e seu protagonismo na luta antirracista na região amazônica do Brasil em um contexto de pandemia da Covid-19	A Rede de Apoio Mulheres Marajoaras em Movimento, criada com intuito de oferecer auxílio financeiro e psicológico a mulheres habitantes do Arquipélago do Marajó, estabeleceu maneiras próprias de Amefricanidade reafirmando Territórios negros e identidades afro-diaspóricas em ciberespaço para a valorização da vida e cultura afro-brasileira na região Amazônica.

6 Andrade e Leal (2020)	Artigo	Educação	Analisar o processo de formação do Movimento de Mulheres da Guajarina, demonstrando como o movimento se tornou um marco na organização de Lideranças femininas na região.	Movimento de Mulheres da Guajarina, evidencia uma ação feminina coletiva que rompeu com os padrões tradicionais associados ao lugar da mulher. O novo lugar, sem dúvida, iria “muito além do fogão”
7 Nascimento (2023)	Artigo	Ciências Sociais	Fazer uma breve reflexão acerca do movimento político protagonizado pelas mulheres originárias na defesa de seus direitos	As mulheres originárias resistiram ao processo colonizador orquestrado pelo Estado, e hoje, encontram-se cada vez mais organizadas, protagonizando um movimento próprio em defesa de seus direitos, demarcando, aldeias, territórios, ruas, urnas, redes sociais, academias e a política.
8 Braga (2021)	Artigo	História	Analisar a participação das mulheres no movimento operário no contexto de 1917 a 1919.	Verificou-se a presença delas nos sindicatos e associações classistas existentes, assim como a atuação de algumas delas enquanto articulistas e leitoras da imprensa operária – que, por sua vez, também levantava a temática da “emancipação feminina” em suas páginas – que circulou no período.
9 Lima (2021)	Dissertação	Antropologia	. Compreender quais impactos, especificamente relacionados à territorialidade e ao protagonismo indígena, a criação do movimento de mulheres propicia para as comunidades indígenas de São Marcos.	Os aspectos conceituais dos movimentos sociais implicam uma mudança no que diz respeito à participação das mulheres no âmbito político, social e econômico dentro e fora das comunidades, ocupando papéis e funções sociais, rompendo assim, com a invisibilidade e preconceitos de gênero, mostrando perante a sociedade o fortalecimento da representatividade e do protagonismo da mulher indígena.

10 Sales (2022)	Tese	Ciências Sociais	Verificar de que maneira se constituiu a cidade de Manaus, a partir das tessituras contra hegemônicas das mulheres.	Mulheres amazônicas impuseram sua presença na cidade a partir de rotas de fuga, em uma posição visivelmente transgressora. Mostra também que elas são as grandes tecelãs da arquitetura simbólica da cidade de Manaus. Ao mesmo tempo que lutam pelo direito à moradia/cidade em seus coletivos, encontram-se em uma constante poeiris, forjando-se a si mesmas como construtores sociais.
11 Moura (2019)	Dissertação	Ciências Sociais	Discutir o processo de construção das demandas e reivindicações das mulheres indígenas da Organização das Mulheres Indígenas de Roraima (OMIR)	As demandas e reivindicações das mulheres indígenas foram sendo aprimoradas no decorrer dos anos, foram inseridas, dentre elas, a busca de espaços para discutir suas especificidades, combater à violência contra a mulher, discutir a saúde da mulher, projetos de autossustentabilidade para o desenvolvimento econômico da comunidade
12 Silva (2022)	Tese	Antropologia	Descrever a construção das relações de gênero a partir da perspectiva feminina em uma região de grande riqueza cultural e linguística, o Alto Rio Negro.	Reconhecimento a mulher do Noroeste Amazônico como articuladora de transformações políticas capazes de garantir sua participação no movimento indígena da região, apesar de todo o negacionismo a que foi submetida, e de se tornar um agente social indispensável no contexto da FOIRN por inserir pautas e discussões que dialogam com as necessidades dos povos indígenas e lhes proporcionam investimentos de instituições interessadas em financiar as ações empreendedoras por elas realizadas.

Silvia e Pereira (2022, p. 128) abordam em seu estudo, a trajetória de mulheres do coletivo “Mulheres que gingam no meio do mundo”, as mesmas que eram retratadas como “desordeiras, vadias e prostitutas” por transgredirem padrões hegemônicos de gênero ao não se encaixarem com os comportamentos ditos femininos, como o cuidado integral ao lar e a família. O espaço do coletivo era dotado por diversidade, onde mulheres negras, lésbicas, cisgênero, transgênero, se articulavam para sua presença apesar das intersecções de opressões vividas. Para Gonzalez (2018, p. 191) “O lugar em que nos situamos determinará nossa interpretação sobre o duplo fenômeno do racismo e do sexismo” deste

modo, apesar as intersecções de preconceitos e violências a criação do coletivo torna-se uma forma de resistir e enfrentá-los de maneira conjunta.

Quando as mulheres começam a reconhecer as opressões de gênero, observam que os privilégios masculinos dominaram as formas culturais, perpetuando a noção de que a mulher não é compatível com os espaços de poder. Devido à fragilidade socialmente construída e imposta às mulheres, embora elas tenham conquistado espaço no mercado de trabalho fora do âmbito doméstico, ainda não conseguiram acessar de maneira significativa os espaços de tomada de decisão (Aquime, 2018, p. 117) Mediante a isto, a invisibilidade das mulheres na Amazônia é um reflexo das dinâmicas de poder e das normas de gênero que prevalecem em diferentes esferas da sociedade (Rodrigues, 2022 p. 19) ao abordar essas mulheres frente a movimentos sociais, busca-se transgredir essa norma subalterna.

Esses espaços de resistência se constituem perante as demandas que atravessam mulheres diversas. Para Sousa (2022, p. 24) o quilombo como local que constitui movimentos sociais, é um espaço de resistência cotidiana. Em sua maioria liderado por mulheres, as agências de organizações se dão de forma contra hegemônica para assegurar direitos e garantir reconhecimento com o protagonismo das identidades de mulheres quilombolas na Amazônia que lutam por seus territórios.

Ao afirmar essas identidades se estabelece o elemento indispensável da ancestralidade e reconhecimento de seus corpos e territórios. Para a mulher indígena não seria diferente, por anos os povos originários permaneceram afastados e tratados como “selvagens” e “sem cultura” em um processo violento de colonização forçada e tentativa de apagamento de suas identidades (Manchinery e Silva, 2019, p. 42), a autoafirmação dessa identidade ancestral estabelece vínculos identitários que resistem. No Estado do Acre as mulheres indígenas ocupam espaços de lideranças dentro de suas comunidades, sendo reconhecidas dentro das suas organizações políticas enquanto movimento social, visto que para (Manchinery e Silva, 2019, p. 45) “as mulheres indígenas são lideranças fundamentais na luta dos povos brasileiros pelo reconhecimento de sua terra e sua identidade”.

Essas organizações se estabelecem também em formatos de redes de apoio, como as mulheres Marajoaras, movimento que teve intuito de estabelecer uma rede de amparo com auxílios financeiros e psicológicos para mulheres habitantes do arquipélago do Marajó em meio a pandemia de covid-19. No artigo de Gonçalves e Conrado (2021, p.

106) as questões raciais emergem como um dos pontos principais, visto que 70% das pessoas que permaneciam a fazer trabalhos domésticos ou informais durante o período pandêmico eram mulheres radicalizadas, pois a atividade exercida eram sua única fonte de renda.

As questões de identidades culturais aparecem fortemente em grande parte dos artigos, a Amazônia como território marcado pela mestiçagem, e surgimento de novas noções identitárias, como o pardo, mestiço, caboclo e ribeirinho, identidades que carecem de representações, principalmente ao público feminino, como porta de entrada a ocupação de espaços de poder político e social.

“As consequências dessas representações originadas pelas políticas de mestiçagem desencadearam processos de luta de reconhecimento em prol da valorização e história da cultura negra na região Amazônica por meio da criação de espaços de resistência [...] Os ideais da Rede de Mulheres Marajoaras são marcados pela busca do fortalecimento de mulheres negras por meio de apoios psicológico e financeiro. A criação de laços de afeto e trocas de experiências fazem com que essas mulheres, negras e indígenas, se mantenham vivas em um momento que o próprio Estado não garante um amparo qualificado em termos de saúde pública.” (Gonçalves e Conrado, 2021, p. 108).

Nessa perspectiva, os laços de resistência dessas mulheres se dão para além das organizações políticas. Há uma rede de afetos que permite a melhor interação entre elas, tendo em vista que historicamente, o papel das mulheres foi amplamente restrito ao âmbito doméstico, em contraste com o espaço público. No Movimento de Mulheres da Guajariana, em 1990 em contrapartida a essa visão limitada da mulher e como fruto desse movimento, emergiram várias líderes que atuavam ativamente em movimentos sociais que foram surgindo (Andrade e Leal, 2020, p. 164).

Assim como, o movimento de mulheres originárias presente em várias regiões do país a trajetória histórica de resistência empreendida por essas mulheres desde a invasão do seu território, foi sistematicamente negligenciada. Como resultado, elas passaram a ser retratadas predominantemente como submissas tanto diante dos colonizadores quanto, posteriormente, dos homens de sua própria comunidade (Nascimento, 2023, p. 392). Os corpos das mulheres eram vistos como uma extensão da ‘conquista’ do território e foi nesse contexto que, entre diversas outras formas de violência, a mulher originária foi submetida à violência sexual, uma característica dolorosa e marcante do período colonial brasileiro.

O movimento de mulheres originárias, surge como um rompimento dessa ótica colonial, apesar dos desafios relacionados a gênero, raça, classe, etnia e entre outros, as mesmas resistem ao processo colonizador e se organizam política e socialmente em movimentos sociais e arquétipos dentro das suas comunidades em defesa de seu território e direito a vida (Nascimento, 2023, p. 405), visto que na sociedade indígena, o espaço doméstico desempenha um papel crucial na construção de autonomia e prestígio, uma vez que é nesse contexto que se definem e discutem questões sociais e políticas relevantes para a coletividade (Lima, 2021, p. 68).

Historicamente as mulheres já buscavam a luta por seus direitos, com a denominada primeira onda do feminismo, elas lutam pelo direito ao trabalho, sexualidade, e contra as imposições de gênero. Contudo, mulheres negras e pobres não estavam presentes nessa narrativa, o que posteriormente contribui para as discussões do feminismo negro e outras correntes do feminismo.

Nos anos de 1917 a 1919, foram marcados por manifestações trabalhistas e greves, as mulheres que já estavam inseridas no mercado de trabalho, reivindicavam seus direitos por uma jornada de trabalho menor, aumento salarial, e ambientes de trabalho menos insalubres, apesar de recorrentemente vermos a visão masculina, muitas trabalhadoras estavam a frente desses movimentos de reivindicações.

As empregadas em fábricas, por sua vez, concentravam-se às dezenas ou às centenas em estabelecimentos industriais, que preferiam sua mão de obra já que seus salários eram – assim como os dos menores de idade – mais baixos do que o de trabalhadores masculinos [...] premidas por ambientes insalubres, salários de miséria e pelo autoritarismo dos patrões e capatazes, estas trabalhadoras fabris entabularam uma sequência de greves e movimentos de protesto entre o final de 1918 e 1919 (Braga, 2021, p. 163)

Ao ocuparem essa ótica transgressora, as mulheres reivindicam seus espaços, mas como elas são retratadas na história ou na memória coletiva? A história daquelas que rompiam com essa norma, geralmente mulheres negras, indígenas e pobres, eram e são silenciadas até os dias atuais. Sales (2022, p. 40) aborda a constituição da identidade feminina e a ruptura como os padrões de gênero intensificados na época do auge da extração da borracha de Manaus, algumas dessas mulheres se organizavam politicamente na busca por seus direitos, mesmo as que tinham um espaço de poder na sociedade por serem filhas e esposas da elite ma-

nauara, contribuíam para ocupação de espaços e organização coletiva. Além disso, elas desempenham um papel fundamental como tecelãs na construção da arquitetura simbólica da cidade de Manaus.

Ao abordarmos as formas de resistências, surge o questionamento: a quem interessa contar a histórias dessas mulheres? Nas pesquisas aqui analisadas, mais de 90% foram escritas por mulheres que também estão na busca de ocupações de espaços e que usam os mesmos como forma de resgatar essas histórias e apresentar um novo olhar além da ótica de submissão e violência, e sim como mulheres que foram ativas e essenciais para construção de políticas públicas, de organizações políticas dentro das próprias comunidades e fora delas, sem desconsiderar um histórico atual patriarcal que se interessa em nos minar dos espaços de poder.

As mulheres amazônidas se destacavam pelo grau elevado de autonomia e independência que caracterizava suas atividades diárias. As mulheres assumiam a responsabilidade de trabalhar nas lavouras, desempenhando um papel crucial na produção agrícola, enquanto também se ocupavam dos cuidados com as crianças, garantindo a continuidade e o bem-estar da família. Além disso, eram elas que se deslocavam por meio de canoas pelos igarapés e braços de rios. Esse padrão de movimentação e produção era realizado sem a supervisão ou controle direto dos homens, evidenciando uma estrutura social onde a autonomia feminina era um elemento central para a dinâmica comunitária e econômica (Sales, 2022, p.71).

Deste modo, cabe destacar a relevância de falarmos e pesquisarmos sobre mulheres em todo território nacional, mas principalmente na Amazônia e no Amazonas, onde é escasso os materiais de pesquisa que dê enfoque a essas mulheres como protagonistas de suas histórias, que enfrentam desafios, mas resistem ao tempo e preservam suas ancestralidades. Contextualizar essas mulheres na Amazônia em posições de lideranças, reforça a ótica de transgredir com os padrões colonizadores hegemônicos que buscam colocar as mulheres brancas e principalmente não-brancas em posições de submissão. Abre-se espaço para que as subjetividades dessas mulheres sejam exploradas de forma a entender como influencia a (re)construção de suas identidades.

REFERÊNCIAS

AQUIME, Maria Salete Pantoja. A Igualdade de Gênero. Do Sonho Possível à Realidade Vivida: as contradições presentes na cooperativa

das mulheres de Cametá/PA. **Revista Científica Gênero na Amazônia**, n. 14, p. 107-122, 2022.

ARAÚJO, E. A arte da sedução: Sexualidade feminina na colônia. In: PRIORE, Mary Del (org.); Bassanezi, Carla (coord. de textos). **História das mulheres no Brasil**. 7. ed. – São Paulo: Contexto, 2004, p. 85-133).

BRAGA, Marcos Lucas Abreu. Mulheres nas Agitações Trabalhistas em Belém entre 1918 a 1919: nas greves, nos sindicatos e na imprensa operária. **Revista Científica Gênero na Amazônia**, n. 19, p. 159-176, 2022.

CHAVES, Fabiana Nogueira; DE ASSIS CÉSAR, Maria Rita. **O silenciamento histórico das mulheres da Amazônia brasileira**. Revista Extraprensa, v. 12, n. 2, p. 138-156, 2019.

DE ANDRADE, Antonia Lenilma Meneses; LEAL, Luiz Augusto Piniheiro. “Outras Lutas além do Fogão”: o movimento de mulheres na Região Guajarina-PA, na década de 1990. **Revista Científica Gênero na Amazônia**, n. 16-18, p. 163-176, 2022.

DE SOUSA, Maria Páscoa Sarmento. Re-existências Malungas: Agência Sociopolítica de Mulheres Quilombolas no Marajó. **Terceira Margem Amazônia**, v. 7, n. 18, p. 15-29, 2022.

DO NASCIMENTO, Cristiane Modesto. O Movimento das Mulheres Originárias na Luta por seus Direitos. **Revista Científica Gênero na Amazônia**, v. 2, n. 24, p. 389-404, 2023.

DA SILVA, Maria Zeneide Gomes; DOS SANTOS PEREIRA, Jeniffer. “Mulheres que Gingam no Meio do Mundo”: capoeiragem feminista em Macapá. **Revista Científica Gênero na Amazônia**, n. 1, p. 121-134, 2022.

GONÇALVES, Letícia Cardoso; CONRADO, Mônica Prates. A Rede de Apoio Mulheres Marajoaras em Movimento: processos de enfrentamento à Covid-19 por mulheres do arquipélago do Marajó (PA). **Revista Científica Gênero na Amazônia**, n. 20, p. 105-114, 2022.

LACERDA, Paula Mendes. **Movimentos sociais na Amazônia: articulações possíveis entre gênero, religião e Estado**. Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas, v. 8, p. 153-168, 2013.

MANCHINERY, Alessandra Severino Silva; DE ALMEIDA SILVA,

Adnilson. Mulheres indígenas no estado do Acre-BR: do território tradicional ao movimento indígena nas cidades. **Revista Latino-Americana de Geografia e Gênero**, v. 10, n. 1, p. 25-42, 2019.

MOURA, Luana Almeida de et al. **Organização das Mulheres Indígenas de Roraima (OMIR): uma análise das demandas e reivindicações das mulheres indígenas na luta por direitos**. 28/02/2019 1113 f. Dissertação, Universidade Federal de Roraima.

RODRIGUES, Ana Paula Marques. A INVISIBILIDADE DA MULHER NA AMAZÔNIA OCIDENTAL BRASILEIRA: UMA ANÁLISE SOBRE A CIDADE DE PORTO VELHO/RO. In: **Congresso Internacional de Direitos Humanos de Coimbra**. 2022.

SALES, Alessandra do Amaral. **Manaus Morena: tecendo os fios de gênero com a cidade afetiva**. Tese. 15/02/2022 153 f. Universidade Federal do Amazonas.

SILVA, Jeiviane Justiniano Da. **Caminhos e Trajetórias das Mulheres no Movimento Indígena: experiências das relações de gênero no Alto Rio Negro** 04/07/2022 299 f. Doutorado. Universidade Federal do Amazonas.

DIÁLOGOS SOBRE RACISMO E SEXISMO COM LUISLINDA VALOIS: O QUE REVELA A NARRATIVA DE UMA DESEMBARGADORA NEGRA

Fernanda Santos Bastos

Isis Georgia Souza de Carvalho

Márcia Santana Tavares

Josimara Aparecida Delgado Baour (GPPs/NEIM/UFBA
Grupo de Pesquisa Gênero, Poder e Políticas Públicas (CNPq)

APRESENTAÇÃO DO TEMA

Trata-se da produção do podcast Presenças Femininas Negras no serviço público na Bahia, com a participação de Dra Luislinda Dias de Valois Santos, produzido com finalidade acadêmica no âmbito disciplinar em Estudos Feministas, do PPGNEIM – Programa de Pós-Graduação em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismo, da UFBA, em agosto de 2024. Representa um encontro de vozes e de narrativas entre mulheres negras na pós-graduação e uma desembargadora negra. Vozes que ecoam os entrelaces e os nós que nos aproximam e nos diferenciam, buscando inspirar outras mulheres - negras -, a construir essa estratégia de emancipação via acesso ao ensino superior e setor público, reconhecendo a importância da solidariedade entre nós, mulheres negras, para re-existir e ressignificar nossas experiências.

Para Patrícia H. Collins (2019), tanto racismo quanto o sexismo compartilham a característica comum de objetificação do *Outro*, de desumanização, destituição de subjetividade humana. Há uma vasta literatura nos Feminismos Negros sobre os impactos dos processos de desumanização das mulheres negras nos contextos de escravização e exploração de seus corpos e negação dos nossos direitos. Para refletir sobre como essas narrativas subalternizantes impõem a nós, mulheres negras, lugares muito específicos na sociedade, convidamos para nosso diálogo uma de nossas principais referências para pensar sobre imbricações do racismo e sexismo, a intelectual e ativista Lélia Gonzalez.

Em *Racismo e Sexismo na cultura brasileira* Gonzalez (1984), aponta para os estereótipos atribuídos às mulheres negras brasileiras como uma produção do racismo e do sexismo, apresentando-nos uma

abordagem de criação de imagens de controle sobre esses corpos por meio de estereótipos. Um controle que na perspectiva foucaultiana incide sobre os corpos para moldar subjetividades instituindo-lhes identidades fixas, e, nesse caso, subalternizadas. Nessa mesma direção, encontramos em Patrícia H. Collins a afirmação de como os estereótipos têm sido centrais para a desumanização e exploração do trabalho de mulheres negras, cujas imagens externamente definidas são criadas e projetadas com a finalidade de controle das experiências de mulheres negras.

Por outro lado, Lélia González chama a atenção para a importância da mulher negra anônima, que luta diariamente pela sobrevivência de sua família e dela própria, que apesar de nada ter a perder, da pobreza, da aparente submissão, da solidão, não sucumbe aos sistemas. É o seu ato de coragem de lutar por sua existência que encoraja as irmãs negras na luta pelo povo negro. Lélia Gonzalez, ousou a partir de sua escrita, visibilizar as experiências das mulheres negras brasileiras latino-americanas resultantes da produção de uma subjetividade insubordinada e ao mesmo tempo capturada pelas intersecções entre gênero, raça e classe. Luislinda Valois ousou enegrecer e feminilizar o judiciário brasileiro com a sua presença e com a mobilização de ações em prol de pessoas, de grupos sociais vulnerabilizados.

É nesse contexto que se localiza a experiência de Luislinda Valois. Nascida em Salvador, em 20 de janeiro de 1942. Bisneta de Maria Euzébia Amorim e neta de Maria Delfina da Anunciação, mulheres escravizadas em território brasileiro. Filha de Luiz, motoreiro de bonde e de dona Lindaura, passadeira e lavadeira. Irmã de Rosalina, Ladisvaldo e Luisaldino. Mãe de Luís Fausto, avó de Luiza e de Fausto.

JUSTIFICATIVA E CONTEXTUALIZAÇÃO DA EXPERIÊNCIA APRESENTADA

A educação é um ato político de pensar o mundo, de ser e de estar nele. De ser afetado por ele, mas também de provocar insurgências. Dra Luislinda construiu insurgências em sua trajetória, inspirando-nos e encorajando-nos a ocupar espaços. Formou-se em Direito pela UC-SAL na década de 1970, sendo uma das duas estudantes negras da turma naquela época. Um percurso marcado pelos desafios de ser uma mulher negra num espaço elitista, racista e machista. Numa entrevista gentilmente concedida a nós, ela contou como se deu a escolha pelo curso de graduação e lembrou a violência sofrida ainda na infância na

escola, quando seu professor disse-lhe que seria “mais feliz na cozinha de uma branca”, reforçando os estereótipos atribuídos às mulheres negras, desde a infância.

Em consonância com os escritos de Lélia Gonzalez sobre as condições das mulheres negras brasileiras de subordinação e de libertação, Dra Luislinda Valois apoiou-se na experiência familiar, na memória de resistência de seus ancestrais para mobilizar a sua escolha pela magistratura e ocupar espaços no mundo:

Desde criança sempre achei que o negro deveria ter mais espaço em todos os lugares. E eu acho que isso veio em virtude de uma situação que um professor criou comigo quando eu tinha 9 anos de idade. Porque eu levei um material inferior ao que ele tinha pedido e aí ele: menina, se seu pai e sua são tão pobres assim pare de estudar e vá aprender a fazer feijoada na casa da branca que você vai ser mais feliz. Eu saí, chorei e voltei: professor, não vou fazer feijoada na casa da branca não. Vou ser juíza e volto aqui pra te prender. E a partir daquela data eu me olhei e pensei: negro tem que andar, tem que ocupar espaços (..)

Para Grada Kilomba (2019, p. 99), “o impacto simultâneo da opressão racial e de gênero leva a formas de racismo únicas que constituem experiências de mulheres *negras* e outras mulheres racializadas (...). Posto isso, o que se deduz é a negatividade dos papéis assumidos pelas mulheres negras na sociedade brasileira dados os estereótipos que lhe são atribuídos ou dadas as formas de superexploração e alienação a que estão submetidas.

Na contramão das expectativas direcionadas a ela, em 1978 Luislinda Valois concluiu o curso de Direito e no mesmo ano tornou-se juíza, após aprovação em concurso. É autora dos projetos Justiça Bairro a Bairro e Juizado Marítimo que tinham como objetivo possibilitar o acesso de pessoas pobres aos serviços jurídicos. Dra Luislinda Valois teve uma trajetória na magistratura marcada pelo racismo e pelo machismo. Dentre os acontecimentos marcantes em sua vida está a sua luta para assumir o cargo de Desembargadora, tendo sido a primeira mulher negra a ocupar essa posição. Apesar de atender a todos os critérios para assumir o cargo, precisou utilizar-se dos recursos judiciais para gozar do seu direito. Foram necessários cinco requerimentos de apreciação do pedido e tratativas diretamente com o Ministro da Justiça para que finalmente pudesse assumir o cargo de desembargadora do Tribunal de Justiça da Bahia.

Apesar da sua posição como desembargadora e como ministra, Dra Luislinda Valois nunca esteve imune aos constrangimentos

e violências devido à sua cor e ao seu gênero. Em suas experiências, percebemos o modo como raça, gênero e classe se articulam produzindo experiências específicas na vida de mulheres negras. Dados do Observatório da Presença Negra no Serviço Público, evidenciam o espriamento de experiências como a de Dra Luislinda Valois: as(os) servidoras(os) públicos negros correspondem a 40% dos funcionários no Poder Executivo Federal e 28% no Poder Judiciário. Em contraste, o Brasil tem 55,5% da população formada por pessoas negras. Ainda segundo dados do Observatório, 34,5% são de servidoras públicas autodeclaradas negras. No quesito escolaridade, 31,4% das mulheres têm nível superior. Em relação à quantidade de servidoras por tipo de função e cor/raça, apenas 31,4% das mulheres negras ocupam cargo de liderança (BRASIL, 2024).

Pela dor, Dra Luislinda, assim como outras mulheres negras, aprendeu a reagir e fazer da sua existência resistência. Para resistir, é preciso a coragem da verdade. Como diz Vilma Piedade (2017), é preciso dialogar com a ausência, nomeada por ela de “dororidade”. Dor provocada pelo machismo e pelo racismo. Sim, nomear é necessário. Para Dra Luislinda Valois, o Brasil sempre foi e ainda é um país racista: “quer saber o que é ser negro no Brasil? Fique negro por 24 horas só. Negra então é pior ainda” citando algumas de suas frases no podcast que mais nos impactou. Gênero e Raça são estruturas políticas que moldam as experiências dos sujeitos, e que constituem, juntamente com outras categorias como classe e sexualidade, dentre outras, múltiplas identidades. Constituem-se elementos de diferenciação social, que nos possibilitam “avançar no conhecimento da dinâmica e da interdependência das relações sociais e na luta contra as múltiplas formas conjugadas de opressão” (Hirata, 2014, p. 69).

Agora, recentemente, nós trocamos uma caminhonete, acho que tem 50 carros só desse no Brasil. Aí ele veio me trazer aqui. Quando chegou no posto, mandaram parar, ele parou assim. Mandei parar e o senhor não parou [fala do policial]. Eu fui parar aqui no acostamento [fala de Luis Fausto, filho da desembargadora]. Aí foi uma celeuma. Todos brancos, os policiais. Todos. Aí um negão que estava lá disse: a senhora não é a ministra Luislinda, Dra Luislinda?. Eu disse: sou. Aí ele disse: rapaz, essa mulher é a que nos protege, essa mulher que protege a Polícia Militar do Estado da Bahia, e vocês estão fazendo isso? Deixe essa criatura ir embora, pelo amor de Deus. Aí ele [o policial]: ah, ela também não disse nada. Eu vou andar com a carteira pendurada aqui: eu sou a ministra Luislinda. Quer dizer, como é um negro e uma negra não pode estar com um

carro daquele tipo, daquela marca.

Nessa perspectiva, nota-se que a ascensão social não é o suficiente para eliminar outras formas de opressão e violências. Patrícia H. Collins (2017, p.7) destaca a afirmação de feministas de que a “liberdade é indivisível tanto intelectualmente quanto nas lutas políticas” em seu texto *Se perdeu na tradução? Feminismo negro, interseccionalidade e política emancipatória*. Para Collins (2017, p. 14), “a ética está no cerne do feminismo negro, cuja razão de ser consiste em dismantelar as injustiças sociais de raça, classe, gênero e sexualidade, que produzem desigualdades sociais nas experiências de mulheres de cor”.

OBJETIVOS NORTEADORES DA EXPERIÊNCIA

Visibilizar, à luz da trajetória de uma mulher negra jurista e dos femininos negros, possibilidades de (re)existência a partir da construção de contradiscursos e da transfiguração de imagens de controle sobre as mulheres negras;

Analisar as imbricações entre as categorias classe, raça e gênero na produção de experiências de mulheres negras a partir da narrativa de uma jurista baiana.

CONTRIBUIÇÃO PARA O CONTEXTO SOCIAL

As autoras Lélia Gonzalez, Patrícia Hill Collins, bell hooks, Grada Kilomba (há muitas outras intelectuais negras) destacam estratégias de resistência, rasteiras dadas por mulheres negras desobedientes, como Dra. Luislinda Valois, para resistir e sobreviver numa sociedade capitalista, sexista e racista. Isso significa anunciar uma ética presente nas relações entre as mulheres negras impregnada nos modos de vida aprendidos para sobreviver, resistir, e reinventar suas existências em comunidade. Nessa direção, a solidariedade entre as mulheres negras e a criação de lugares seguros (Collins, 2019) são formas de aquilombamento para a construção de lugares onde possamos ser e estar em segurança, produzir a partir de nossa existência outras sociabilidades capazes de reconhecer nossa ancestralidade como tecnologia.

No percurso da universidade, a nossa entrevistada relembrou a importância de outra mulher negra com quem estabeleceu vínculos por partilharem experiências semelhantes, sendo elas as únicas negras da

turma. A partir dos afetos construíram uma caminhada formativa no curso de direito, onde apenas elas duas, Luislinda e Lígia, destoavam dos claros tons marcantes dos presentes na sala de aula, fossem professores, fossem alunos. A amizade foi o lugar seguro construído por elas na travessia acadêmica. Embora não se nomeie feminista, a trajetória de Luislinda demonstra seu compromisso com a luta antirracista, o enfrentamento ao tráfico e à exploração sexual de crianças e adolescentes como secretária da Secretaria de Promoção da Igualdade Racial, em 2016, e no Ministério dos Direitos Humanos, em 2017, através da criação de projetos mencionados anteriormente, e de ações comprometidas com grupos considerados minoritários, como os/as negros/as, crianças, mulheres, idosos, pobres. Dra Luislinda Valois foi autora da primeira sentença de condenação por racismo no país, em 1993.

Desse modo, reconhecemos a importância das experiências de Dra Luislinda Valois no campo do feminismo negro pela atuação na perspectiva da promoção de políticas públicas voltadas à crianças e mulheres, assim como a homens negros em situação de vulnerabilidade no intuito de assegurar-lhes dignidade. Nessa direção, ainda que não explicitamente dito pela entrevistada, é possível notar uma aproximação ao feminismo negro enquanto *práxis*. Os feminismos negros contribuem ao problematizarem as experiências das mulheres a partir das relações entre sistemas de opressão de raça, de gênero e de classe, evidenciando invisibilidades produzidas pelo racismo, pelo patriarcado e pelo capitalismo como estruturas de dominação produtoras de identidades individuais e coletivas e de condições de existência.

Anunciar trajetórias dissidentes é a força que nos embala. E Dra Luislinda Valois se fez e ainda se faz como mulher negra dissidente, insurgente. Publicou o livro O negro no século XXI, discursou na ONU, em Genebra e nos Estados Unidos, sendo aplaudida de pé; promoveu o congresso internacional para estudar as doenças do povo preto; é autora da primeira sentença brasileira contra o racismo, além dos vários projetos e ações em defesa dos direitos e da dignidade de pessoas pobres e negras. Trajetórias como a da ex-ministra Luislinda Valois, nos faz esperar. A força contida em suas palavras refloresta o imaginário de mulheres negras sobre obedecer aos discursos e narrativas construídas pela colonialidade sobre nossos corpos. Fortalece nossa subjetividade, conforma possibilidade de nos vermos refletidas em outras imagens, inclusive de liderança em todos os setores da vida, do público ao privado.

REFERÊNCIAS

AKOTIRENE, Carla. **Interseccionalidade**. São Paulo: Pólen, 2019 (Coleção Feminismos Plurais).

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977. Disponível em: <https://ia802902.us.archive.org/8/items/bardin-laurence-analise-de-conteudo/bardin-laurence-analise-de-conteudo.pdf>. Acesso em 30 jul. 2023

BRASIL. Ministério da Economia. **Painel Estatístico de Pessoal**. <http://painel.pep.planejamento.gov.br/QvAJAXZfc/opendoc.htm?document=painelpep.qvw&lang=en-US&host=Local&anonymous=true>. Acesso em: 27 jun. 2023a.

BRASIL. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Pesquisas Estatísticas e Indicadores Educacionais**. Censo Escolar. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/pesquisas-estatisticas-e-indicadores/censo-escolar/resultados>. Acesso em: 28 jun. 2023b

BRASIL. Observatório da Presença Negra no Serviço Público. Disponível em: www.observatoriopresencanegra.com.br/. Acesso em: 08 Set 2024.

COLLINS, Patrícia Hill. **Pensamento feminista negro: conhecimento, consciência e a política do empoderamento**. Tradução Jamille Pinheiro Dias. 1. ed. - São Paulo: Boitempo, 2019 (capítulos 4 e 5).

_____. Se perdeu na tradução? Feminismo negro, interseccionalidade e política emancipatória. **Revista Parágrafo**, jan./jun. 2017, v.5, n.1 (2017) — ISSN: 2317 – 4919. Disponível em: <https://revistaseletronicas.fiamfaam.br/index.php/recicofi/article/view/559/506>. Acesso em: 03 de Maio de 2023.

CURYEL, Ochy. Construindo metodologias feministas a partir do feminismo decolonial. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque; VAREJAO, Adriana (et al.). **Pensamento feminista hoje: perspectivas decoloniais**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020.

HIRATA, Helena. **Gênero, classe e raça: interseccionalidade e substancialidade das relações**. Tempo Social: Revista de Sociologia da USP, v. 26, n.1, 2014.

HOOKS, Bell. Mulheres negras: moldando a teoria feminista. In: _____. **Teoria Feminista: da margem ao centro**. São Paulo: Perspectiva, 2019.

MARTINS, Catarina. O poder de (se) nomear e o direito de existir. **Multiculturalidade e direito**. Lisboa: Centro de Estudos Judiciários, 2015. Disponível em: <https://estudogeral.uc.pt/handle/10316/100186>. Acesso em 17 mar. 2024

KILOMBA, Grada. **Memórias da plantação**: episódios de racismo cotidiano. Tradução Jess Oliveira. 1ª Ed. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. 26 ed. Petrópolis: Vozes, 2007. Disponível em: https://cursosextensao.usp.br/pluginfile.php/300166/mod_resource/content/1/MC2019%20Minayo%20Pesquisa%20Social%20.pdf. Acesso em: 25 jul. 2023.

OYËWÙMÍ, Oyèrónké. **Conceituando o gênero: os fundamentos eurocêtricos dos conceitos feministas e o desafio das epistemologias africanas**. Tradução para uso didático de: OYËWÙMÍ, Oyèrónké. Conceptualizing Gender: The Eurocentric Foundations of Feminist Concepts and the challenge of African Epistemologies. African Gender Scholarship: Concepts, Methodologies and Paradigms. CODESRIA Gender Series. Volume 1, Dakar, CODESRIA, 2004, p. 1-8 por Juliana Araújo Lopes. Disponível em: https://filosofia-africana.weebly.com/uploads/1/3/2/1/13213792/oy%C3%A8r%C3%B3nk%C3%A9_oy%C4%9Bw%C3%B9m%C3%AD_-_conceitualizando_o_g%C3%AAnero._os_fundamentos_euroc%C3%AAntrico_dos_conceitos_feministas_e_o_desafio_das_epistemologias_africanas.pdf Acesso em: 30 mai. 2023.

PAZ, Adilson Menezes da. Ciência, umbanda e encantados: itinerâncias do sujeito encarnado. In: MESSEDER, Suely; NASCIMENTO, Clebe-milton (orgs). **Pesquisador(a) encarnado(a): experimentações e modelagens no saber fazer ciência**. Salvador: EDUFBA, 2020.

PIEIDADE, Vilma. **Dororidade**. São Paulo: Editora Nós, 2017.

SANTOS, Luislinda Dias de Valois. Para produção de Podcast para a disciplina Estudos Feministas. Programa de Pós-Graduação em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismo. Universidade Federal da Bahia. [Entrevista cedida a] Fernanda Santos Bastos e Isis Georgia Souza de Carvalho. 21 de julho de 2024.

PROTAGONISMO POLÍTICO DA FRENTE DE MULHERES DO CARIRI: INSURGÊNCIAS, CONTRADIÇÕES E DESAFIOS

Ana Verônica Barbosa Isidorio¹

Zuleide Fernandes de Queiroz²

Suamy Rafaely Soares³

Roberto Marques⁴

EMERGÊNCIA DE UM NOVO SUJEITO COLETIVO NO CARIRI. A CONSTITUIÇÃO DA FRENTE DE MULHERES

Na região do Cariri, localizada ao sul do estado do Ceará, a Frente de Mulheres do Cariri vem se constituindo como relevante instrumento de enfrentamento, participação e mobilização popular ao longo dos últimos dez anos. Dirigentes dos movimentos negros locais, militantes da Comissão Pastoral da Terra, professoras universitárias com ou sem vínculo partidário, misturam-se a militantes dos movimentos de bairro, mulheres quilombolas, mestras da cultura dos povos tradicionais, fundadoras dos partidos de esquerda na região, mulheres dos povos de terreiro, lésbicas, estudantes universitárias e muitas, muitas outras experiências e vínculos presentificados a partir das aparições públicas dos corpos das lideranças da Frente⁵. Notadamente mulheres negras, na faixa dos 40 a 60 anos, com fala assertiva e um tanto cansada, invariavelmente presentes em ações contínuas dos conselhos municipais locais e bastidores de debates sobre políticas públicas de

1 Militante da Frente de Mulheres do Cariri, mestranda do Programa de Pós-graduação em Geografia da Universidade Estadual do Ceará (PROPGEO/UECE), bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior- CAPES.

2 Militante da Frente de Mulheres do Cariri, docente da Universidade Regional do Cariri, Doutora em Educação pela Universidade Federal do Ceará.

3 Militante feminista, docente do Programa de Pós-graduação em Serviço Social e Direitos Sociais da Universidade Estadual do Rio Grande do Norte (PPGSSDS/UERN), Doutora em Serviço Social pela Universidade Federal de Pernambuco.

4 Docente do Programa de Pós-graduação em Sociologia da Universidade Estadual do Ceará (PPGS/UECE), professor da Universidade Regional do Cariri (URCA), Doutor em Antropologia Cultural pela Universidade Federal do Rio de Janeiro.

5 Sobre a diversidade e dinâmicas de vínculos na Frente de Mulheres do Cariri, ver Bezerra, 2021.

saúde, educação, moradia; no amparo e proteção a mulheres vítimas de violência de gênero; na ocupação das ruas em dezenas de marchas organizadas ao longo de cada ano ou na articulação e formação de novas e distintas lideranças em cidades diversas da região.

Suamy Soares (2017; 2019) ensina que, entre os anos 1979 e 1990, lutas em torno da ocupação territorial, educação e moradia na região confluíram movimentos sociais diversos, com visível liderança feminina. Essas reivindicações não eram lidas então sob o ponto de vista das lutas políticas de mulheres ou dos feminismos. Dentre as mobilizações que antecederam a constituição de um “sujeito coletivo feminista” no Cariri (Soares, 2021), ressaltam-se as mulheres em luta pela anistia, a Associação das Mulheres de Crato, o Conselho Municipal dos Direitos da Mulher Cratense e ações de reivindicação de políticas públicas, denúncia e pressão pela punição dos assassinos que vitimaram 13 mulheres ao longo dos anos de 2001 e 2003 (Marques, 2013).

Em 2012, a realização da Marcha das Vadias nas cidades de Juazeiro do Norte e Barbalha conferiu visibilidade à variedade de lideranças femininas no Cariri, impondo o desafio de conformar um modo de expressão capaz de irmanar experiências e vínculos entre militantes tão distintas. “Com a chegada da Marcha, muitas pautas e discussões sobre gênero, corpo e sexualidade ganharam uma nova linguagem, ancorada em conceitos acadêmicos e explicitamente feministas” (Bezerra, 2021, p. 35). A constituição de um sujeito da ação feminista se faz possível na Frente e a partir da Frente por (...):

(...) um movimento dialético de constantes aproximações e distanciamentos das mulheres e de uma conjunção de grupos sociais e trajetórias individuais heterogêneas, com preponderância das mulheres universitárias e trabalhadoras rurais, que paulatinamente reivindicavam a reinvenção do espaço público-político caririense” (Soares, 2021, p. 201).

Lorena Bezerra (2021) estabelece dois conflitos constitutivos como condições de possibilidade para a emergência da Frente de Mulheres do Cariri: a busca de um ideal de “feminismo compatível com a região” (p. 35), em oposição a simbolismos transnacionais presentes nas “Marchas das Vadias”⁶ ocorridas nas cidades de Juazeiro do Norte e Barbalha em 2012; e uma aproximação sucessiva com as militâncias

6 Sobre a Marcha das Vadias, ver: Gomes; Sorj, 2014, Gomes, 2017. Sobre a importância da Marcha das Vadias de 2012 no Cariri para a constituição da Frente de Mulheres, ver: Isidório *et alli*, 2015; Soares, 2021; Bezerra, 2021.

negras locais, notadamente a partir do ano de 2015, com a mobilização em torno da organização da Marcha das Mulheres Negras do Cariri (Isidório *et alli*, 2015; Soares, 2021).

A partir do momento que reivindicam a constituição de um novo espaço público-político compatível com a existência da diversidade de mulheres na região, o movimento de mulheres torna-se ele mesmo relevante forma expressiva sobre o Cariri como espaço (Marques, 2012; 2020). Para tanto, a presença cotidiana de mulheres racializadas empunhando microfones em espaços públicos diversos alinhasse a imaginários espaciais complexos de um feminismo transnacional em oposição a um Cariri atávico, profundamente marcado pelo mundo rural e pelo patriarcado; pela força ancestral das mulheres da região e a força de corpos alinhados em luta. Assim, partidos políticos, intelectuais, políticos, gestores públicos e militantes do Ceará em geral e no Cariri em particular sabem que se hoje o movimento social da região tem uma face, essa face é feminina. Capaz de mobilizar centenas de militantes de natureza, interesses e vínculos diversos em ações marcadas pela assertividade, continuidade e intrincadas “estruturas de sentimento que permeiam a imaginação de comunidade” (Gupta; Ferguson, 2000, p. 34).

AÇÃO DA FRENTE DE MULHERES NA AVALIAÇÃO E EXPANSÃO DE EQUIPAMENTOS PÚBLICOS DE COMBATE À VIOLÊNCIA

A atuação da Frente se dá a partir de quatro linhas de ação. 1) No acolhimento, encaminhamento e acompanhamento às vítimas de violência, ouvindo e direcionando aos equipamentos públicos responsáveis; 2) Em ações diretas, provocando e mobilizando audiências públicas, realizando atos de rua e fazendo ocupações sempre que considerado necessário. 3) Em formações internas, qualificando o debate e atualizando pautas das pessoas que compõem o coletivo, potencializando a atuação prática e formações externas, com o objetivo de dialogar com a população sobre os direitos das mulheres, sobre feminismos e outras pautas de interesse do movimento de mulheres. Essas formações são realizadas em escolas, universidades, associações, grupos de mulheres e através de entrevistas para os meios de comunicação locais. 4) Por fim, outra forma de atuação da Frente se dá a partir do controle de políticas públicas, pela participação em conselhos formalmente constituídos e no acompanhamento direto junto a equipamentos e políticas públicas.

A Frente acompanha e faz denúncias, provoca fóruns de interação entre agentes políticos em diferentes instâncias, visibilizando os serviços e propondo melhorias.

A realização contínua desses trabalhos ao longo de 10 anos de existência da Frente desencadeou a percepção que as principais fragilidades da política de mulheres na região do Cariri estão ligadas à instabilidade de sua execução. Essa instabilidade se configura de variadas formas. A primeira, e que define a maior parte do sentido dessa política, é a ausência de compromisso político com a qualificação e estabilidade dos serviços prestados à população em geral. A ausência de concursos públicos ou seleções por capacidade técnica ocasiona um esvaziamento da qualificação técnica para execução dos serviços, quando da contratação, muitas das vezes, de pessoas não habilitadas para determinadas funções. Outro desafio nesse sentido é a contratação de pessoas por mobilização usualmente chamada de “politiqueira”, visto que os cargos, na maioria das vezes, são ocupados por apadrinhamento político de alguém. Nesse caso é comum encontrar pessoas sem a devida qualificação técnica ou com desvio de função, como por exemplo, advogadas exercendo a função de cuidadora de crianças, psicólogas na função de recepcionista. A mudança contínua de servidoras/es, principalmente em períodos eleitorais, onde cargos públicos são utilizados como moeda de troca para garantir votos, dentre outras incongruências dessa natureza. A falta ou inconstância de formação também se configura como desafio relevante na execução das políticas. Apontamos outro problema, não menos grave, que está relacionado à falta de empatia por essa política ou pela causa das mulheres, uma vez, que se encontra nos próprios equipamentos de atendimento e acolhimento às mulheres vítimas de violência, pessoas equivocadas com relação a sua importância para a vida das mulheres.

É importante ressaltar que tudo isso ocorre em um contexto econômico e político lidos como favoráveis no Ceará. Com um PIB crescente ao longo dos últimos anos, o estado se impõe como a 8ª maior economia nacional e a 3ª do Nordeste. Politicamente, o estado vem sendo governado por grupo de esquerda bastante alinhado com o governo federal, condição política que poderia propiciar o fortalecimento da implementação e execução de políticas públicas. No entanto, o que se assiste, principalmente no que diz respeito à situação das políticas de gênero no estado, é um amplo esvaziamento do debate político e científico sobre a mulher na sociedade, como também o reflexo negativo disso no desempenho das políticas, que muitas das vezes não destacam o recorte de gênero.

Destaca-se que os enfrentamentos, a qualificação dos debates e as denúncias sobre a má prestação dos serviços públicos voltados para as mulheres ocorrem a partir do tensionamento dos movimentos feministas e de mulheres, dos movimentos sociais e sindicais, esses dois últimos, quando se alinham a estas pautas em algum momento, principalmente em datas simbólicas, como no dia 8 de março. Na maioria das vezes são estes movimentos que conseguem incidir sobre as políticas de forma mais efetiva fazendo o devido acompanhamento e controle das mesmas.

Ao longo de seus 10 anos de atuação, a Frente investiu muita energia para que as políticas públicas de enfrentamento à violência contra a mulher fossem materializadas. Provocações, denúncias e debates políticos qualificados possibilitaram a instalação de alguns equipamentos a partir do início dos anos 2000: Delegacias da Mulher em Juazeiro do Norte e Crato; Juizado Especial da Mulher; Centro de Referência da Mulher em Juazeiro e Crato; IML; Núcleo de Defesa da Mulher, vinculado à Defensoria Pública; Casa da Mulher Cearense e Casa Abrigo, em Juazeiro do Norte.

Depois que esses equipamentos foram criados, a mobilização do movimento poderia estar voltada para avanços em outras lutas. No entanto, como descrito acima, o funcionamento ordinário do equipamento, a denúncia continua de suas precarização e instrumentalização continuam devotando a energia de militantes da Frente, dragando sua capacidade de mobilização. Ao mesmo tempo, a Frente é acionada constantemente pelos agentes públicos para prestar serviços a esses equipamentos, de forma pouco sistemática e voluntária. Instrumentaliza-se assim não apenas os serviços públicos, mas o próprio movimento social, impossibilitando a institucionalização de serviços e de categorias profissionais necessárias para seu bom funcionamento.

DIVERSIFICAÇÃO DAS PAUTAS FEMINISTAS DA FRENTE

Pelas ações descritas acima, percebe-se que a relação com agentes políticos diversos na tentativa de racionalizar o funcionamento de equipamentos de atendimento às mulheres mobiliza grande parte da energia da Frente. Como observa Bezerra (2021), à exemplo do que ocorre em grande parte do campo feminista brasileiro, “*o frame viti-mário*” prevaleceu sobre “*o frame transgressor*” (p. 41). Dessa forma, a violência contra a mulher emerge como pauta unificadora do movi-

mento de mulheres e feminista local, em uma região marcada pelas múltiplas violações contra as mulheres e altos índices de feminicídio⁷.

Como bem assinala Federici (2019, p.91):

Desde os primórdios do movimento feminista, a violência contra as mulheres tem sido uma das principais questões de mobilização feminista. [...] Longe de diminuir, porém, a violência cresceu em todas as partes do mundo, tornou-se mais pública e mais brutal e assume formas antes só vistas em tempos de guerra.

No Cariri, há uma guerra em curso contra os corpos das mulheres, que se sustenta na vigilância e controle, no apagamento material, na manutenção dos papéis de gênero tradicionais e no medo. Os feminicídios são acompanhados de constante exposição dos corpos, de estupro, indícios de tortura, carbonização e decapitação de partes dos corpos, estrangulamentos, uso de armas brancas, registros de apedrejamentos, mulheres enterradas vivas, de corpos desaparecidos.

Para Soares (2019) o Cariri se apresenta como um território que odeia as mulheres e, ao mesmo tempo, solo fértil para produção de contundentes resistências. É nessa ambiguidade da violência que as mulheres do Cariri se reconhecem enquanto feministas e constituem ações de enfrentamento a violações e ao feminicídio na região. Dito de outra forma, as mulheres do Cariri tornam-se feministas no processo, às vezes sistemático e outras pontual, de insurgência contra as violências e apropriação material de seus corpos, e isso, em certa medida é parte constitutiva e constituinte desse sujeito coletivo feminista.

Um sujeito coletivo todo tempo requisitado a realizar ações contra a violência, seja na pressão por efetivação de políticas públicas, no ativismo de rua, acolhendo e acompanhando mulheres em situação de violência, ou vocalizando casos como o desaparecimento da jovem Rayane Alves Machado, ou o feminicídio da educadora Silvany Inácio de Souza, enquanto acompanhava a festa da Padroeira na Praça da Sé, em Crato.

No processo de organização da Frente com movimento entre os anos 2012 e 2013, sua primeira posição política foi superar os conflitos presentes na experiência da Marcha das Vadias de 2012 e em seu lugar constituir o “Ato contra o Feminicídio” na Festa de Santo Antônio realizada no município de Barbalha em 2014.

A centralidade do enfrentamento a violência contra a mulher, em certa medida, obstaculizou a organização e a ação política em torno

⁷ A esse respeito, ver: Frota, 2012 e Araújo *et alli*, 2019.

de outras pautas tais como a LGBTQIAPN+, os direitos sexuais e reprodutivos, a étnico-racial, o debate do transfeminismo, entre outras. Em relação a pauta racial, cabe destacar o protagonismo das mulheres negras e os tensionamentos no interior da Frente para dimensionar o enfrentamento ao racismo como prioridade estratégica.

Também é preciso considerar que a pauta dos direitos sexuais e reprodutivos não é unívoca entre as feministas latino-americanas e desde a formação da Frente é elemento potencializador de tensões e rupturas entre as militantes. Ademais, a luta pela autonomia sexual e reprodutiva é atravessada por questões políticas, legais, regionais e históricas, bem como pela forte presença da religiosidade judaico-cristã herdada do nosso processo de colonização.

Na particularidade do Cariri, reconhecido pelo turismo religioso centrado na figura de Padre Cícero, as fortes tradições religiosas – sejam elas exercidas dentro das denominações religiosas ou fora delas – têm peso significativo no debate da descriminalização e legalização do aborto, deslocando-o para esfera secundária nas estratégias organizativas, muitas vezes sendo timidamente pautado pelas feministas jovens e universitárias, mas sem grande projeção das militantes históricas da Frente.

O fato de mulheres pobres, negras e campesinas serem as mais afetadas pelo aborto, seja morrendo, sofrendo complicações pós-aborto ou sendo encarceradas por abortos ilegais, poderia ser um elemento agregador desse debate no interior da Frente já que muitas de suas militantes são mulheres negras, campesinas e das classes populares, mas esbarra nas expressões religiosas, na secundarização da pauta, nas demandas urgentes, na dimensão geracional, entre outros elementos.

Ademais, esse tema ainda dispõe de grande potencial de desagregação, sendo entendido como tema secundário e de pouco impacto na organização da produção-reprodução da vida social. Cabe dizer ainda que as lutas em torno do aborto sofreram muitos recuos das feministas com a justificativa de garantir a permanência de políticas públicas tidas como prioritárias para a vida das mulheres e das classes vulnerabilizadas.

Outra pauta que tem um potencial desagregador é a LGBTQIAPN+, acionada quase que exclusivamente por pessoas identificadas como LGBTQIAPN+ e em contextos não sistemáticos, como o ato público “Akuenda a Diversidade”, em 2014, ou a participação em atividades do dia da visibilidade trans, visibilidade lésbica ou orgulho LGBTQIAPN+. Contudo, essa pauta das sexualidades dissidentes, dos corpos

LGBTQIAPN+ e do transfeminismo tem ganhado ampla visibilidade nos feminismos brasileiro, e também é urgente no sentido de assegurar a presença de corpos transexuais e travestis nos espaços feministas, incorporar as contribuições teóricas e políticas do transfeminismo, enfrentar a patologização das transexualidades e o transfeminicídio no Brasil. Além disso, está em curso uma ofensiva anti LGBTQIAPN+ operacionalizada pelo fundamentalismo religioso que vira moeda eleitoral unificadora da extrema-direita no Brasil dos anos 2000, sob o argumento de uma suposta “ideologia de gênero”.

Acrescenta-se a isso o contexto de pandemia e o desgoverno Bolsonaro que dificultou a organização política dos sindicatos, partidos, coletivos e movimentos. De um lado, há uma crescente radicalização fundamentalista que tem como carro chefe uma cruzada moral anti-gênero, e, de outra parte uma dificuldade de mobilizar sujeitos políticos, no sentido de promover diálogos e articular demandas coletivas. Isso também pode ser visualizado no contexto da Frente de Mulheres que têm um considerável refluxo organizativo e redução de sua capacidade de mobilização sistemática. Muito embora, reconheçamos a força política da Frente expressa nas eleições de 2020, 2022⁸ e 2024 quando suas militantes históricas compõem candidaturas contundentes, mobilizando muitos sujeitos em seu entorno, com centralidade no eixo racial, que tem ganhado contornos expressivos em sua atuação política.

Aqui há de considerar que as pautas de mulheres, negros e LGBTQIAPN+ sempre tiveram dificuldades de serem apropriadas pelos partidos de esquerda e sindicatos. Gurgel (2014, p.52) aponta que “[...] as organizações de esquerda tiveram grandes dificuldades em reconhecer o caráter estratégico da luta das mulheres, bem como a questão da auto-organização no interior dos partidos e demais coletivos”.

Essas disputas se aprofundaram no contexto do enfrentamento ao Bolsonarismo, já que se tornou necessário produzir uma unidade entre as esquerdas e uma coalisão com sujeitos progressistas de heterogêneas vertentes político-partidárias. Isso tem repercutido, muitas vezes, em um redimensionamento de pautas importantes para o feminismo, entre elas os direitos das populações LGBTQIAPN+, das mulheres e, especialmente os direitos sexuais e reprodutivos.

A reação antigênero e antifeminista dos grupos conservadores no Brasil e no mundo impactaram a efetivação de políticas públicas para mulheres e segmento LGBTQIAPN+, especialmente relacionados à di-

8 A esse respeito, ver Bezerra, 2024.

versidade e aos direitos sexuais e reprodutivos. É como se os movimentos feministas enquanto sujeitos coletivos precisassem ser neutralizados e ter seus ganhos políticos descaracterizados. Lamentavelmente, estamos falando de destituir as mulheres de espaços de poder e sacralizar os papéis tomados como “tradicionais” de gênero.

CONCLUSÃO

A história da Frente de Mulheres do Cariri certamente será contada e recontada várias vezes, a partir de agentes diversos. Ao longo desse artigo, pontuamos como conflitos constitutivos do movimento feminista na região (Bezerra, 2021) e a aparição contínua de militantes negras empunhando microfone nas ruas vem potencializando a emergência de narrativas distintas sobre o Cariri como espaço (Marques, 2021; 2020). Corpos usualmente desprezados por suas marcas de gênero e origem social. Suamy Soares (2021) nos lembra que falar da história de mobilização das mulheres na região não é propriamente buscar a exatidão dessa história, mas capturar a emergência de um sujeito feminista coletiva no Cariri cearense (Soares, 2021).

A aurora de um Cariri mais diverso e colorido pelas mãos pretas de militantes feministas, no entanto, se dá em um momento de intensas contradições na política nacional. A relação com a institucionalidade das políticas públicas e o contexto da política brasileira pós-bolsonaro vem demandando para as militantes da Frente novas formas e estilos de atuação política que muitas vezes se aproximam da institucionalização, com uma relação cheia de tensionamentos e não-ditos com o estado, exigindo da Frente que por vezes ela faça o papel do próprio estado, acolhendo mulheres, levando-as para as delegacias, formando agentes técnicos de forma voluntária, etc.

Com a crescente desmobilização dos movimentos sociais a partir do golpe de 2016, os movimentos sociais em geral, e a Frente em particular, não se encontram no auge de sua atuação política. Ainda assim, a Frente permanece sendo a força política mais contundente do Cariri, capaz de visibilizar sujeitos e populações até então invisíveis aos olhos do estado, inspirando outros grupos e ações feministas: grupos de estudo em universidades públicas e privadas, disciplinas eletivas em escolas de ensino médio, coletivos de jovens, grupos de poetas e outras expressões culturais. Essa inspiração tem se estendido para diversas localidades das cidades de Juazeiro do Norte e Crato, por vezes mobilizando noções de “periferia”, “corpos negros” e “diversidade” em atividades nas

principais praças dessas cidades. Essas expressões têm se multiplicado ainda em outras cidades da região. Em uma palavra, corpos diversos tomaram as ruas e já não se pode mais negar suas existências de forma tão rápida como se fez durante toda a história da região.

Toda essa potência política no campo organizativo traz também desafios. Um deles, é que a estrutura organizativa não hierarquizada ou mesmo formalizada da Frente faz com que sujeitas individuais identificadas com suas pautas se coloquem ocasionalmente como militantes da Frente. Por vezes, sem coadunar com as diretrizes políticas de sua carta de princípios. Dessa forma, processos de identificação com a pauta das mulheres e da igualdade de gênero são ocasionalmente acionados por sujeitos muito distantes do projeto que fez emergir e sustenta a potência de um sujeito coletivo feminista no Cariri. Tensionamento que, por vezes, ocasiona situações dramáticas, sobretudo nesses tempos de polarização política.

Como experiência cheia de possibilidades de identificação e espraçamento, a Frente se coloca como uma força política capaz de fissurar as estruturas desse território tão violento para mulheres e sujeitos vulnerabilizados. Nesse panorama, tencionam-se ficções legitimadas sobre Nordeste, feminismos e violência na região.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Iara Maria de; SILVA, Eudivânia; BARBOSA, Francisca Maria; CRUZ, Tatiane Bantim da. **Queixas, denúncias e conciliações**. Um estudo sobre a violência de gênero. Curitiba: Appris, 2019.

BEZERRA, Lorena Karla Costa. **“Que trema a terra, está aqui o feminismo do Cariri”**. Uma etnografia sobre as especificidades das práticas da Frente de Mulheres no contexto local. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte. CCHLA, 2021.

BEZERRA, Maria Raiane Félix. **“Se for coletiva, eu prefiro”** Uma (re)construção interpretativa a partir da primeira candidatura coletiva de mulheres negras do Cariri cearense, O Coletivo Sementes. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade Estadual do Ceará. CH, 2024.

FEDERICI, Silvia. **Mulheres e caça às bruxas**: da Idade Média aos dias atuais. São Paulo: Boitempo, 2019.

FILMER, Paul. A estrutura do sentimento e das formas socioculturais: o sentido de literatura e de experiência para a sociologia da cultura de Raymond Williams. **Estudos de Sociologia**, Araraquara, v. 14, n. 27, 2009. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/estudos/article/view/1944>. Acesso em: 18 out. 2024.

FROTA, Maria Helena de Paula (Org.). **Assassinato de Mulheres no Ceará**. Assassinato de mulheres no Ceará. Fortaleza: EdUECE; ED-META, 2012.

GOMES, Carla Castro. Corpo e emoção no protesto feminista: a Marcha das Vadias do Rio de Janeiro. **Sexualidad, Salud y Sociedad** (Rio de Janeiro), v. 25, p. 231-255, 2017.

GOMES, Carla; SORJ, Bila. Corpo, geração e identidade: a Marcha das Vadias no Brasil. **Sociedade e Estado**, v. 29, p. 433-447, 2014.

GUPTA, Akhil; FERGUNSON, James. Mais além da “cultura”: espaços, identidade e política da diferença. In: Antonio Arantes (Org.). **O Espaço da diferença**. Campinas: Papirus, 2000. p. 30-49.

GURGEL, Telma. Feminismos no Brasil contemporâneo: apontamentos críticos e desafios organizativos. **Temporalis**, Brasília, DF, v. 14, n. 27, p. 57-76, jan./jul. 2014.

ISIDÓRIO, Verônica; LIMA, Maria Eliana de; GRANJEIRO, Cláudia Rejane; SOARES, Suamy. A Dimensão pedagógica da luta. Protagonismo das mulheres negras na Frente de Mulheres dos Movimentos do Cariri. **Anais do Artefatos da cultura negra**. Educação afropensada: repensar o currículo e construir alternativas de combate ao racismo. Cicera Nunes; Karla Roberta Brandão de Oliveira; Ana Paula Santos (Orgs.). Crato-CE, Universidade Regional do Cariri, 2015. 811p.

MARQUES, Roberto. F(r)icções do Nordeste da Cana-de-açúcar em uma festa popular massiva. Movimento de mulheres, cultura popular e patrimônio. **Novos Debates** - Fórum de Debates em Antropologia, v. 7, p. E7107, 2021.

MARQUES, Roberto. Problemas de patrimônio como problemas de gênero: disjunções entre feminismo e cultura popular na Festa de Santo Antônio em Barbalha (CE). **Interseções** - Revista de Estudos Interdisciplinares, v. 22, p. 463-491, 2020.

MARQUES, Roberto. Como se faz uma região com as ideias de atraso, violência e vitimização: Gênero, agência e trânsito de mulheres no

Cariri contemporâneo. In: Domingos Sávio Cordeiro. (Org.). **Temas contemporâneos em Sociologia**. Fortaleza: Tipografia Íris, 2013, v. 01, p. 133-148.

SOARES, Suamy. A Experiência militante da Frente de Mulheres dos Movimentos do Cariri: as vozes que se insurgiram em um Cariri que odeia as mulheres. Seminário Internacional Fazendo Gênero 11 & 13th Women's Worlds Congress (**Anais Eletrônicos**), Florianópolis, 2017.

SOARES, Suamy. **Feminismo no Sertão**: as particularidades da Frente de Mulheres no Cariri cearense. Tese (Doutorado em Serviço Social) - Universidade Federal de Pernambuco. CCSA, 2019.

SOARES, Suamy. A Frente de Mulheres dos Movimentos do Cariri: um sujeito coletivo feminista em formação. **Revista Vazantes**, [S. l.], v. 5, n. 1, p. 179–218, 2021. Disponível em: <http://periodicos.ufc.br/vazantes/article/view/71166>. Acesso em: 18 out. 2024.

RESISTÊNCIA POLÍTICA DAS MULHERES FRENTE A DITADURA CIVIL-MILITAR BRASILEIRA (1964-1985)

Heloíse Calado Bandeira¹
Candida Maria Bezerra Dantas²

INTRODUÇÃO

O presente texto é parte de um trabalho de dissertação ainda em construção, vinculado ao Programa de Pós-graduação de Psicologia (PPGpsi) da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), e foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001, onde tenho me debruçado sobre uma análise dos discursos produzidos sobre uma guerrilheira brasileira do período ditatorial (1964-1985), Iara Iavelberg. O interesse sobre o tema se iniciou nas aulas e livros didáticos de história na escola, as reportagens sobre os 50 anos do Golpe Civil-Militar, as discussões e engajamentos na graduação de Psicologia, e as recentes eleições que trouxeram outra onda de conservadorismo no Brasil: em todos esses cenários, me incomodou o lugar de universal que os homens ocupam na história do Brasil e na Psicologia, e o lugar de mulheres como categoria sem diversidade, ancorada na sombra de um não-homem, além das representações patriarcais da mídia e o apagamento da participação política das mulheres.

A participação das mulheres na luta contra a ditadura não teve a justa visibilidade. A escolha política pelo resgate de histórias e vivências que comprovam e valorizam as participações vividas por estas (Colling, 2004) é importante, como lembra Arantes (2012), para Psicologia, em seu compromisso social pela participação em um país democrático.

Ao propor um trabalho que considera gênero como categoria de análise histórica, é importante teorizar acerca de tal ideia. Historicamente, muitas formas de definir o patriarcado, e o significado de “gênero” (comumente usado como sinônimo da categoria “mulher”) foram formuladas com o intuito de analisar a trajetória de mulheres: todas,

1 Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Psicologia na Universidade Federal do Rio Grande do Norte - bolsista CAPES.

2 Prof^a Dr^a do Programa de Pós-Graduação em Psicologia na Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

em suas diversidades formas, foram e são perspectivas que se colocam contra uma hierarquia de gênero, discutindo em suas análises as formas que esse sistema de opressão possui em diversos contextos, assim como possibilidades de mudanças sociais (Scott, 1995).

Dessa forma, é preciso ressaltar a pluralidade de epistemologias feministas que surgem de acordo com movimentos de mulheres (acadêmicos ou não) que reivindicam de que lugar falam e quais atravessamentos e pautas contemplam suas vivências. As diferentes epistemologias e teorias se aproximam ao realizarem um diálogo sobre as pautas e formas de combate ao sistema patriarcal, sexista e de opressão de gênero em nossa sociedade (Longino, 2008).

A ditadura civil-militar brasileira aconteceu entre os anos de 1964 e 1985, e se caracteriza por ser um período de intensa repressão e controle do Estado sobre sujeitos, grupos e instituições em todas as suas esferas. Para tanto, foi utilizada uma justificativa de que o país estava sob uma ameaça aos valores morais da “real cultura brasileira”, que incluíam exaltações de alguns espectros da sociedade como a família, a religião e a obediência sob uma ótica militar, cristã e conservadora. A repressão aconteceu em todos os âmbitos sociais, sendo financiada pelos Estados Unidos da América, planejada, fomentada e executada pela burguesia, empresas e militares nacionais. Em um discurso de legitimidade democrática, a ditadura se expressou em ações contrárias na prática: a repressão era total para quem se colocasse em oposição civil aos ideais impostos pelos militares (Rezende, 2013). Diante das atrocidades cometidas pela ditadura, tal oposição se fez presente também em diversos âmbitos: movimentos estudantis, religiosos, culturais e de luta armada surgiram ou se fortaleceram em organizações que visavam a expressão de seus descontentamentos, medos, e repulsa ao sistema posto (Merlino & Ojeda, 2010).

Como sinaliza Teles (2015), a ditadura iniciou oficialmente em uma década em que no mundo aconteciam muitos avanços e transformações sociais para as mulheres brancas e da classe dominante. Pois com um pouco mais de autonomia sobre si, e com a influência de um feminismo que vinha da Europa, e que pautava liberdade sobre o próprio corpo, acolheu-se a ideia de que o privado também é político.

É importante frisar de qual feminismo estamos falando: as discussões e pautas importadas da Europa e dos EUA não abarcam o contexto das mulheres latino-americanas, e não trazem uma perspectiva de análise que considere as intersecções de classe, sexualidade e étnico-racial. As pautas eram pautadas pelas mulheres que o movimento

contemplava: majoritariamente brancas, de alta escolaridade e de classe social média ou alta.

Com a ditadura censurando as pautas feministas, a repressão para as mulheres era também atravessada pela misoginia. A repressão do Estado se apresentava, por exemplo, em experimentos com substâncias para esterilizações em massa em corpos femininos majoritariamente negros, com a negação às informações sobre os próprios corpos, além de perseguições, sequestros, torturas, violências sexuais, assassinatos. (Teles, 2015).

As mulheres que se colocaram corajosamente contra um Estado de censura e tortura foram vistas como duplamente subversivas: além de se colocarem contra um Estado ditatorial, não aceitaram o lugar esperado de submissa aos homens, excluídas do âmbito da política e passivas à história.

OBJETIVOS E METODOLOGIA

O presente trabalho é uma revisão narrativa da bibliografia disponível sobre as formas de organizações políticas das mulheres no período ditatorial brasileiro, com objetivo de resgatar e contribuir com a memória nacional dos engajamentos políticos dessas mulheres, e é parte de uma pesquisa de mestrado em psicologia vinculada à UFRN. A busca por trabalhos científicos foi feita nas principais plataformas científicas online, como Scielo e Periódicos Capes.

A lente teórica utilizada para análise é o feminismo interseccional pós-estruturalista. A escolha por utilizar gênero como categoria de análise histórica significa no trabalho utilizar essa categoria como questionamento, problematização das performances de gênero na sociedade binária; do poder institucional; dos discursos produzidos pela esquerda e direita brasileira; do discurso científico; da (re)construção da memória nacional - e quem é destaque e protagonista na história.

AS MULHERES E A DITADURA CIVIL-MILITAR BRASILEIRA (1964-1985): RESISTÊNCIA POLÍTICA

O regime civil-militar brasileiro iniciou-se no dia primeiro de abril de 1964 com a deposição do presidente democraticamente eleito, João Goulart (Jango). O governo passava por um momento delicado ao defender causas populares que foram interpretadas como uma “amea-

ça comunista”, levantando protestos da direita brasileira pelas ruas do país. Com os militares teve início articulações para que o governo vi- gente caísse, por bem, ou por mal. A Casa Branca, nos Estados Unidos, seguia orientações de um “Plano de Contingência”, elaborado no ano anterior, que visava intervir em possíveis governos que se alinhassem a pautas de esquerda. A oposição de Jango, articulada com o governo americano, planejou o golpe de 1964 alegando segurança nacional da “ameaça comunista”. O Departamento de Defesa criou o Plano de Con- tingência que permitia a intervenção americana, caso o golpe resultasse em revolta (Gaspari, 2014).

O golpe de primeiro de abril, planejado por generais da opo- sição e apoiado pela burguesia, serviu ao capitalismo com violência contra possibilidades de mudanças sociais e a real democracia. Durante o período ditatorial, 5 Atos Institucionais foram implantados, seguindo em direção de retrocesso nos direitos sociais até então conquistados, utilizando repressão, tortura, exploração e perseguição. Em 1967, a Constituição foi modificada, e entre as mudanças realizadas, estavam o fim do Congresso Nacional e de qualquer ato de liberdade civil que se colocasse contra o regime (Lara e Silva, 2015).

Rezende (2013) afirma que em nome de uma “ordem democrá- tica”, a ditadura declarava ilegalidade para movimentos de greves que aconteciam por parte dos trabalhadores e para organizações estudantis que questionavam a estrutura política vigente. Diante da diversidade de formas de organizações de oposição, os grupos de militantes que aderiram à luta armada representam uma parcela da população perse- guida pelo regime, vivendo muitas vezes na clandestinidade pelo país. Além da violência e ameaça à integridade física, os ditadores tentaram legitimar esta forma de regime por meio da construção de narrativas em vários setores do país, como a educação, que era pautada em símbolos patriotas que reforçassem os valores ideológicos da ditadura.

Marcado historicamente por uma brutalidade e violência explí- cita e simbólica, entre os atos que feriram os Direitos Humanos prati- cados pela ditadura, esteve a tortura de presos políticos. Atualmente te- mos a Lei da Anistia (aprovada nacionalmente em 1979), que investiga crimes cometidos na época da ditadura, mas que segundo Reis (2010) não contempla todos os debates acerca da questão, já que prevalece ainda silêncios: silêncio sobre a tortura e os torturadores, na tentativa de se desfazer de um passado que se recusa; silêncio sobre o apoio da sociedade à ditadura, com exemplo na Marcha da Família com Deus pela Liberdade, índices de popularidade de generais, e votos expres-

sivos pela Aliança Renovadora Nacional (ARENA); e o silêncio sobre as propostas revolucionárias de esquerda, aniquiladas antes da ditadura acabar, que propuseram ações sociais radicais contra o Capitalismo e a ditadura, em um contexto mundial de recentes vitórias de revoluções armadas, como em Cuba em 1959.

Se atualmente, com provas de que atos como a tortura existiram enquanto ferramenta abusiva de um Estado que fere os Direitos Humanos, é importante indagar: como e por que, até os dias de hoje, não se têm as medidas adequadas de julgamentos? Para que não se esqueça, duvide ou silencie todas as atrocidades cometidas pelo Estado no período ditatorial, é preciso que estejamos cientes da história do Brasil.

Como nos lembram Merlino e Ojeda (2010), uma forma de construir e preservar a memória sobre tal período histórico e como ele ainda repercute nos dias de hoje, é lembrando que durante todos os anos da ditadura, houve sempre quem fosse oposição: em movimentos estudantis, trabalhistas, intelectuais, religiosos e artísticos. Reivindicavam direitos e liberdade de expressão.

Os movimentos de resistência à ditadura contaram com a participação de mulheres que contribuíram politicamente de diversas formas. Mas, quando se busca resgatar a história da ditadura, se encontra uma nítida injustiça entre o reconhecimento e espaço das mulheres. Dessa forma, é importante que se resgate as narrativas femininas de quem foi agente ativa na luta, resistência e história nacional (Merlino e Ojeda, 2010).

É pelos homens que a história, enquanto ciência, vem sendo contada. Mesmo que todos os sujeitos participem ativamente do processo de construção da história, ao buscarmos os protagonistas e autores de momentos políticos, verifica-se a predominância do gênero masculino. Dessa forma, se faz importante resgataremos mulheres que tiveram protagonismo em momentos cruciais, mesmo silenciadas, nos movimentos de resistência do Brasil. As relações de poder estabelecidas entre os gêneros (assim como as relações de raça, etnia, classe, etc.) atravessavam também o momento de repressão política no país (Colling, 2004).

Isso não significa, como já mencionado, que podemos considerar a categoria “mulher” como homogênea quando falamos de sua participação na resistência. Antes mesmo de falarmos da oposição e resistência, Scavone (2020) relembra a participação de mulheres em movimentações de direita que colaboraram com o golpe militar, como as Marchas da Família com Deus pela Liberdade e Campanha da Mu-

lher pela Democracia (CAMDE) - em que os interesses eram contrários aos do movimento feminista, com cunho conservador.

Tais movimentações ajudaram a fortalecer, já no regime militar, a Aliança Renovadora Nacional (ARENA), partido dos interesses dos militares e empresários que à medida que implementaram e aumentavam o nível de repressão pelos Atos Institucionais, enfraqueceram o Movimento Democrático Brasileiro (MDB), partido de oposição. Integrando os partidos oficiais da época, o país contava com pouca participação de mulheres na política institucional: em 1965, seis deputadas foram eleitas, sendo cinco do MDB; nas eleições de 1970 e de 1974 uma só deputada, e do ARENA; em 1978, quatro mulheres eleitas, três do MDB (Scavone, 2020).

Com pouco espaço para participação na política institucional - quando participavam, seguiam um modelo de oligarquia, como “substitutas” de homens da família - as mulheres que apoiaram o período ditatorial eram de classe dominante. Portanto, não há expressão significativa de mulheres em posições de visibilidade a favor do regime vigente, a não ser em espaços privados - onde era esperado pelo patriarcado, que estivessem (Scavone, 2020; Alves, 2022).

Simultaneamente, na década de 1960, ressoavam na América Latina as reivindicações de liberdade sexual e participação pública das mulheres vindas do norte global. As ideias mobilizaram as mulheres a participarem de movimentos de resistência diversos, se unindo a manifestações urbanas, camponesas, operárias, artísticas e intelectuais. As repercussões dos diferentes movimentos traziam pautas como liberdade e reivindicação de direitos civis que modificaram a consciência socio-política e cultural das mulheres brasileiras: mesmo que não se tenha uma grande movimentação de pautas com raiz no atravessamento de gênero, é possível identificar mudanças no movimento de participação e identificação política no espaço público (Scavone, 2020; Alves, 2022).

Mesmo minoria nas participações de organizações de resistência em relação aos homens, as articulações políticas e as formas de resistências que as mulheres elaboraram estavam mais vinculadas a ideias radicais de rupturas das estruturas de opressões do que as dos homens, segundo Scavone (2020), já que as mulheres apresentavam um comportamento de transgressão na militância e na vida pessoal. Ao ingressarem em movimentos políticos de oposição à ditadura, havia maior envolvimento pela luta armada, de acordo com Scavone (2020, p.201): “Do total dos militantes processados ligados aos grupos armados, 18,3% eram de mulheres; já, entre os processados do Partido Comunista Brasileiro

(PCB), havia somente 4,7% de mulheres.”

A escolha pela guerrilha, segundo Scavone (2020), sugere uma influência das discussões do feminismo nos anos 1960 e 1970, mesmo que não tenham denominado com essas palavras na época: “ao buscarem romper com o estilo tradicional de fazer política e com os valores de suas classes de origem, elas estavam, também, em sintonia com o romantismo revolucionário da época. Não havia, entretanto, uma elaboração propriamente feminista de suas experiências” (Scavone, 2020, p.201). Levando em consideração os outros marcadores sociais presentes nas mulheres que participavam de tais discussões estudantis (brancas, classe média/alta, estudantes de ensino superior): que comportamentos o regime ditatorial, os cristãos, o patriarcado e a “família tradicional” esperavam desse grupo de mulheres? Seriam as organizações clandestinas oportunidades para uma vida fora dos códigos sociais e políticas de gênero impostos às mulheres?

Os grupos de luta armada travaram uma batalha diretamente com quem utilizava da força física para oprimir, lutando contra as Forças Armadas do Estado. Os estudos de Rovai (2013) corroboram com Colling (2004), ao entenderem que as guerrilheiras que enfrentaram a ditadura participando da luta armada eram chamadas de subversivas por romperem com os papéis esperados da figura feminina. Ao se deparar com mulheres indo duplamente contra o sistema imposto, era comum que a ditadura utilizasse expressões como “puta comunista”.

Pode-se observar que, ao ocupar um espaço político, dito masculino, a mulher é retirada da posição de sujeito: nas prisões, não eram chamadas pelos nomes, e sim pelo grau de parentesco que havia com algum homem. A humilhação se fazia presente de forma física e psicológica, como punição à desobediência dupla: estar ocupando um papel “masculino” e se opondo ao sistema.

A tortura, vastamente utilizada como forma de repressão na época ditatorial, mesmo que se faça mais visível e perceptível na integridade física do torturado, vai além. O intuito é intimidar, invadir e ferir o ser humano torturado por inteiro. A mulher já tinha, e ainda tem, o corpo tomado por objeto pela cultura patriarcal. E na tortura não foi diferente, com estupros e violências psicológicas e físicas a cada uma das torturadas. Os corpos que passaram pelos traumas carregam hoje as sequelas, ou seguem desaparecidos no esquecimento da justiça brasileira (Merlino e Ojeda, 2010).

As perguntas levantadas anteriormente ganham um esboço de resposta com os apontamentos de Scavone (2020): após o ápice dos as-

sassinatos de militantes, nos anos de chumbo da ditadura (1968-1974). As mulheres que sobreviveram às repressões, assim como as que foram exiladas ou se auto-exilaram, reconhecem as dimensões afetiva e social dos atravessamentos de gênero nas violências e experiências de resistências que tiveram: começam, então, a serem construídas possibilidades de identidades feministas.

A participação das mulheres nas resistências e enfrentamentos ao período ditatorial brasileiro, em suas diversas formas, precisa ser percebida e celebrada como exemplos de construções de sujeitas políticas (Alves, 2022). Sujeitas políticas que participaram do Movimento Feminino pela Anistia; organizaram discussões sobre o direito ao aborto; autonomia sobre o próprio corpo; jornais como “Nós, Mulheres”, “Brasil Mulher”, e “Mulherio”, “ChanaComChana”; Grupo de mulheres exiladas, Grupo de Ação Lésbica Feminista, Instituto da Mulher Negra (GELÉDES); encontros feministas latino-americanos; criação do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM) em plena redemocratização (Scavonne 2020; Alves, 2022; Woitowicz e Pedro, 2009; Salgado, Ferreira e Amaro, 2022).

Rovai e Lenguita (2023), na apresentação de um dossiê sobre a resistência de mulheres às ditaduras latino-americanas, propõem um conjunto diverso de trabalhos com narrativas de mulheres que ajudam a compor e pluralizar a história - demonstrando, inclusive, pontos nodais de intersecções entre diferentes vivências de mulheres espalhadas pela América Latina Sendo assim, os diálogos entre as experiências das sujeitas políticas apresentam possibilidades (inter)nacionais.

Em estudos como o de Wolf (2007) e o de Woitowicz e Pedro (2009), é possível identificar diálogos entre o Cone Sul no que diz respeito a como as pautas feministas se relacionavam com os movimentos de guerrilha a partir de discursos produzidos pela imprensa alternativa.

Rago (2021) ao levantar biografias que foram historicamente negadas ou escondidas, em uma perspectiva de elaboração das subjetividades construídas em resistência às articulações fascistas e misóginas da ditadura civil-militar, encontrou, em cada uma, uma identidade feminista singular em constante construção.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A contestação do “sujeito universal” protagonista de pautas sociais, culturais e científicas, historicamente referenciado como um homem, branco, cisheterossexual e de classe social alta, cria algumas

categorias de análises sociais para a reivindicação de direitos, questionamentos da organização da sociedade e disputas políticas. As lutas feministas, ao questionarem o universalismo do sujeito, colocam em pauta e dão visibilidade às vivências de mulheres, sujeitas historicamente oprimidas.

Em concordância com Dell’Aglío e Machado (2019), parte-se de um entendimento de que os feminismos formam um campo político em disputa, epistemológica e cotidiana, produzindo tensões, rupturas, complexidade e propondo novas definições para um movimento que nunca é homogêneo e consensual, portanto está sempre em processo de construção. Além disso, a multiplicidade de movimentos teóricos e de grupos que se nomeiam feministas são prova de que só é possível utilizar o plural ao falarmos de feminismos.

A desconstrução desses construtos universais é realizada pela interseccionalidade ao passo que as experiências dos sujeitos na sociedade são analisadas a partir de uma articulação dinâmica das opressões sociais, sem hierarquização dos atravessamentos. A interseccionalidade pode ser utilizada como ferramenta política de práticas sociais de resistências, assim como ferramenta de análise dos discursos produzidos. Importante admitir a compreensão de posicionamento de cada sujeito como algo que é dinâmico, e formado pela articulação de vários atravessamentos simultâneos, e não por uma simples “soma” de afetações, mas uma teia. Nos permite então pluralizar os sujeitos que constroem as pautas dos movimentos, expandindo a compreensão das relações de poder referente à gênero, classe, raça, sexualidade e suas articulações.

Assim, dialogamos com Costa (2002), que afirma que o sujeito do feminismo também só pode ser entendido no plural, partindo de uma compreensão de sujeitos que produzem narrativas e desejos em diferentes localizações e diferentes trajetórias de vida e que, ao interagirem, constroem as tensões e movimentações necessárias para as práticas políticas acontecerem.

REFERÊNCIAS

ALVES, M. E. R. (2022). Memória da participação política das mulheres na resistência à ditadura brasileira de 1964-1985. In: NEVES, A. V., & GHIRALDELLI, R. (eds.). **Trabalho, democracia e participação no Brasil** [online]. Brasília: Editora UnB. 167-194.

ARANTES, M. A. de A. C. (2012). **Em nome da memória**. Psicol.

cienc. prof., Brasília, 32, 310-317.

COSTA, C. D. L. (2002). **O sujeito no feminismo**: revisitando os debates. Cadernos Pagu, 59-90.

DELL'AGLIO, D. D.; & MACHADO, P. S. (2019). **Trajetórias e experiências**: o sujeito político feminista sob a perspectiva interseccional. Florianópolis: Revista Estudos Feministas, v. 27, n. 2, e 48556.

GASPARI, E. (2014). **A ditadura envergonhada**. Editora Intrínseca.

LARA, R.; SILVA, M. A. da. (2015). **A ditadura civil-militar de 1964**: os impactos de longa duração nos direitos trabalhistas e sociais no Brasil. Serv. Soc. São Paulo, (122), 275-293.

LONGINO, H. (2008). Epistemologia Feminista. In: GRECO, J.; SOSA, E. **Compêndio de Epistemologia**. São Paulo: Loyola.

MERLINO, T.; OJEDA, I. (2010). (Orgs.) **Direito à memória e a verdade**: luta, substantivo feminino. São Paulo: Editora Caros Amigos.

REIS, D. A. (2010). **Ditadura, anistia e reconciliação**. Estud. hist. Rio de Janeiro, 23(45), 171-186.

REZENDE, M. J. de. (2013). **A Ditadura Militar no Brasil**: Repressão e Pretensão de Legitimidade: 1964-1984. Londrina: Editora da Universidade Estadual de Londrina.

DE OLIVEIRA ROVAI, M. G., & LENGUITA, P. A. (2023). **Apresentação-Dossiê-Resistências de mulheres às ditaduras latino-americanas entre 1950 e 1980**: Presentation-Dossier-Women's resistance to Latin American dictatorships between 1950 and 1980. Caminhos da História, 28(2), 4-8.

DE OLIVEIRA ROVAI, M. G. (2013). **O direito à memória**: a história oral de mulheres que lutaram contra a ditadura militar (1964-84). Revista Tempo e Argumento, 5(10), 108-132.

SCAVONE, L. (2020). **Democracia e feminismo no Brasil**. Estudos de Sociologia, 25(48).

SCOTT, J. W. (1995). **Gênero**: uma categoria útil de análise histórica. Educação & Realidade, 20(2), 71-99.

SALGADO, R. G.; FERREIRA, D. M.; AMARO, R. D. (2022). **Memórias de Mulheres Dissidentes na Ditadura Militar como Antídoto à Democracia em Ruínas**. Estud. pesqui. psicol., Rio de Janeiro, 22,

n. spe, 1601-1621.

TELES, M. A. de A. (2015). **Violações dos direitos humanos das mulheres na ditadura**. *Revista Estudos Feministas*, 23(3), 1001-1022.

WOLFF, C. S. (2007). **Feminismo e configurações de gênero na guerrilha**: perspectivas comparativas no Cone Sul, 1968-1985. *Revista Brasileira de História*, 27, 19-38.

WOITOWICZ, J., & P., J. M. (2009). **O Movimento Feminista durante a ditadura militar no Brasil e no Chile**: conjugando as lutas pela democracia política com o direito ao corpo. *Espaço Plural*, X (21), 43-55.

GT08
FEMINISMOS, RAÇA,
ETNIA E BEM VIVER

Prof^ª. Dra. Denise Botelho – UFRPE
Prof^ª. Dra. Iracide Soares da Silva - UESPI
Prof^ª. Dra. Lilian Conceição da Silva - CECUNE

A PESQUISA SOCIOLOGICA CRÍTICA E ENGAJADA: FERRAMENTAS PARA O ENFRENTAMENTO DA BRANQUITUDE EPISTÊMICA

Tayná Egas Costa¹

INTRODUÇÃO: A FORMAÇÃO CRÍTICA E ENGAJADA EM TEORIA SOCIAL

Essa reflexão de cunho teórico é resultado da formação na disciplina “Epistemologia e Teoria social” do Programa de Pós-graduação em Sociologia, da Universidade Federal do Paraná, cujo objetivo da disciplina era fomentar um conjunto diferenciado de questões e interpretações relacionadas aos processos de construção do conhecimento nas Ciências Sociais, partindo do pressuposto da pluralidade e diversidade presentes neste campo de estudos. A disciplina faz parte do quadro de disciplinas obrigatórias no currículo do Programa de Pós-graduação em Sociologia, especialmente para as turmas ingressantes no nível de doutoramento.

A ementa da disciplina suscitava revisitar as diversas tradições epistemológicas que influenciaram a constituição das Ciências Sociais, a partir do final do século XIX, discutindo as possíveis implicações metodológicas das distintas posições adotadas. Explorou-se, também, um conjunto selecionado de temas que hoje mobilizam o debate contemporâneo nas ciências sociais, tensionando posições e redimensionando as próprias fronteiras que hoje delimitam este campo do conhecimento. O debate em sala de aula girou em torno de três módulos temáticos², no

1 Doutoranda no Programa de Pós-graduação em Sociologia na Universidade Federal do Paraná. Financiada pela CAPES/Bolsa social e Programa de Apoio à Pós-Graduação (PROAP/CAPES), do PPGSOCIO.

2 O módulo I dividido em três encontros foram divididos nos seguintes temas: 1) Por uma revolução epistemológica nas Ciências Sociais; 2) Controvérsias, contradições e confluências dentro do Cânone; 3) Problematizando o conhecimento científico. O segundo módulo dividido em seis encontros com os temas: 1) Construindo o conhecimento, construindo olhares; 2) A teoria social, o íntimo e o doméstico; 3) Marx, positivismo marxista e olhar sobre o não ocidental; 4) A tradição alemã: Weber; 5) Foucault e a arqueologia das ciências humanas; 6) Reflexividade e hermenêutica: descrição densa e autoanálise. O último módulo dividido em quatro temas: 1) Epistemologias Feministas; 2) Hegemonia e violência epistêmica - crítica pós-colonial; 3) O digital na Sociologia e 4) uma questão de método.

qual o primeiro módulo intitulava-se: “situando a perspectiva do curso e quando a teoria é o que o centro produz”, seguido do módulo “Cânone ampliado ou para além do cânone?”, finalizando com o módulo “para reconstruir o conhecimento e o mundo”. Para efeito de avaliação conceitual dos estudantes foi exigido pela docente responsável ao final do curso um trabalho acadêmico que se esperava que as/os estudantes fossem capazes de construir um percurso sólido sobre a construção do conhecimento nas Ciências Sociais, bem como estabelecer relações e vinculações entre epistemologia e os métodos e metodologias de seus respectivos objetos de pesquisa.

Logo, o presente artigo trata-se de uma reflexão, fruto dessa formação disciplinar em um programa de pesquisa a nível de doutoramento em Sociologia, pretende analisar como a branquitude é uma ferramenta epistemológica do colonialismo e apresentar como a ferramenta da interseccionalidade foi fundamental para reverter produções sociológicas racializadas e generificadas em contextos subalternizados como da América Latina, em especial no Brasil.

CONSTITUINDO O RIGOR E A VALIDADE DAS/OS CIENTISTAS

A epistemologia é entendida como o ramo filosófico que constitui o fundamento de todas as produções de conhecimento, sendo ou não de âmbito científico, e se consolida em sua problematização da validade do conhecimento real dentro dos diversos paradigmas³. As viradas paradigmáticas se debruçam sobre aspectos como: o objetivo investigativo, a natureza do conhecimento, o modo como o conhecimento se acumula, seu rigor e validade, e aspectos atrelados à qualidade do conhecimento produzido.

Nesta reflexão me deterei aos critérios de bondade⁴ na postura do investigador, visto que nesse aspecto é possível se deter aos valores, a postura ética, ao treinamento e a acomodação. Pontos cruciais para

3 “A rede que contém essas premissas epistemológicas, ontológicas e metodológicas do pesquisador pode ser denominada paradigma, ou esquema interpretativo” (Dezin & Lincoln, 2006, p. 34). Para saber sobre as diversas viradas paradigmáticas ler “Controvérsias paradigmáticas, contradições e confluências emergentes” de Yvonna S. Lincoln & Egon G. Cuba (2006).

4 O termo bondade é utilizado com o significado de rigor e validade do conhecimento produzido, que obedecem a critérios de qualidade aplicados seus valores, à postura ética, em qual a voz assumida e treinos metodológicos, além das acomodações nas técnicas que um investigador assume em determinada disciplina específica. (Schwandt, 2006)

refletir sobre o papel do intelectual de forma prática e teórica, através do diálogo, consenso e confluência na epistemologia como ramo do conhecimento filosófico com aplicação na Teoria Social e, suas respectivas implicações em pesquisas engajadas.

De maneira geral, os aspectos em torno da bondade na postura do investigador são medidos por metodologias acessadas por uma situacionalidade histórica, ou desgaste da ignorância e do equívoco para atingir determinado objetivo investigativo. Os objetivos investigativos que darei ênfase são os que tem fins na crítica e transformação social, ou na restituição e emancipação de sujeitos subalternizados. Pois são critérios diretamente ligados à voz e ao reconhecimento de quem está investigando, ou melhor, aos padrões que remetem ontologia⁵ e axiologia⁶ implicitamente aplicadas em determinada disciplina científica, aqui neste caso na Sociologia.

Neste ponto é possível refletir criticamente sobre qual narrativa da epistemologia anuncia, ou melhor dizendo, quais marcos históricos e marcos epistemológicos podem ser acionados e instrumentalizados em uma pesquisa engajada. Visto que a acomodação e comensurabilidade para uma pesquisa engajada é incompatível com as formas positivistas, ou como enfatiza Lincoln & Cuba (2006, p. 170) “que afirmar que os paradigmas estão em disputa é provavelmente menos útil do que provar onde e como os paradigmas demonstram confluência e onde e como demonstram diferenças, controvérsias e contradições”.

Isto posto, a comensurabilidade de uma pesquisa engajada é parcial com abordagens construtivistas, criticalistas e participativa, especialmente à medida que estas fundem-se em abordagens liberacionistas fora do Ocidente (Schwandt, 2006). Fato resultado de debates em torno do é possível um ‘intelectual transformativo’, ao ter enfoques que tratam com mais ênfase sobre a justiça social, a equidade e ao estímulo à ação com responsabilização dos participantes.

Nesse sentido, este ensaio acadêmico comenta sobre o processo de investigação não somente do ponto de vista da escolha de um problema e sua consequente definição de um esquema teórico, assim

5 Apropriando-se da obra de Chauí (2003), a palavra ontologia é formada por outras duas: *onto* que significa “o Ser” e *logia*, “estudo ou conhecimento”. Assim, Ontologia significa “estudo ou conhecimento do Ser, dos entes ou das coisas tais como são em si mesmas, real e verdadeiramente” que nessa reflexão tratará de uma realidade virtual influenciada por valores sociais, políticos, culturais, econômico e étnicos em determinado realismo histórico.

6 É também designada por teoria de valor, o qual é o estudo filosófico prático que visa entender a natureza dos valores e os juízos de valor e como eles surgem na sociedade. A axiologia está intimamente relacionada à revelação do valor instrumental como meio para a emancipação social, sendo por si mesma uma finalidade por possui valor intrínseco.

como, nas suas respectivas escolhas de métodos de coleta e análise de dados, mas em seu limite de abstração epistemológica, em interrogar para além da interpretação e compreensão de um objeto, mas sim da sua base de produção científica ter um compromisso político e ético, da consciência do seu poder de alcance, além da sua forma e conteúdo.

Para isso será utilizado como referência o diálogo profícuo entre Donna Haraway (1995) em seu texto “Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial” e Rae-wyn Connel (2012) em “O império e a criação de uma Ciência Social” para debruçar sobre um primeiro questionamento: Por que refletir sobre ética é fundamental na formação de cientistas sociais que assumem uma formação crítica e reflexiva em suas metodologias de pesquisa? E em um segundo momento debater sobre importância de desmistificar a bondade do investigador em novos paradigmas, ponderando questões como a voz, a reflexividade e a representação textual em contextos com repercussão colonial, com é o caso do Brasil. Para em um último tópico comentar as maneiras pelas quais os novos paradigmas, através das perspectivas feministas e decoloniais, reverteram epistemologicamente no enfrentamento da branquitude nas teorias sociais ao criar uma nova ferramenta de análise: a interseccionalidade.

Em razão disso, Haraway (1995) enfatiza que não se trata somente de uma invisibilidade ou de inclusão de demarcadores da diferença como mais uma nuance dentro do fazer sociológico ou antropológico, e dentro das Teorias Sociais na totalidade. Trata-se de direcionar o modo como a base da produção de conhecimento baseada em uma diferença é diretamente convertida em uma desigualdade. Uma vez que o ponto de partida de que existe um conhecimento por si generificadas⁷ e racializadas⁸, pode ser convertida facilmente em uma versão feminista da objetividade.

Isto é, para uma epistemologia das Ciências Sociais que perpasse por princípios, conceitos e práticas que superem as limitações e es-

⁷Por conhecimento generificado quero me referir ao “processo de produção de gêneros, de corpos, de performances, sexos e espaço sem estar dissociados das práticas discursivas, sejam elas dominantes ou marginalizadas. Advindas da concepção da filósofa estadunidense Judith Butler (1993; 1999) que desnaturaliza as experiências generificadas a partir de uma crítica interna ao conceito de gênero no âmbito dos movimentos feministas. Para essa filósofa a apropriação desse conceito operava uma paradoxal naturalização das diferenças de gênero, constituindo-se como ferramenta que, ainda que explicitando o caráter social das experiências de gênero, acabava por reforçar a continuidade entre sexo, visto como natural, e gênero, concebido como categoria cultural.

⁸ Para os debates sobre racialidade será melhor discutido no próximo tópico sobre branquitude.

estratégias das tradicionais epistemologias deve atender necessariamente aos interesses sociais, políticos e cognitivos de grupos historicamente subordinados. Assim, em uma dupla tarefa feminista: debater sobre uma possível desconstrução da maneira como a Ciência cria condições hierárquicas entre seus atores e como é possível pensar a construção de uma Ciência menos desigual em uma balança equilibrada entre racionalidade, autonomia e liberdade (Sardenberg, 2001).

Enquanto se busca a difícil tarefa de amplificar e diversificar as Ciências Sociais, tais como feita por Celso Castro (2023) em seu livro “Além do Cânone”, sua tentativa de defrontar com os autores considerados canônicos, mesmo que num espectro crítico e reflexivo, ainda temos que saber ler as teorias que são declaradamente anticapitalistas⁹ ou que problematizam o papel da Ciência¹⁰ e seu alcance de poder na institucionalização de uma ciência social.

Partindo do princípio que as pesquisas engajadas são esculpidas em torno de grupos de interesse especial que contrapõem o investigador homem, europeu, branco, hétero, urbano e de determinado poder político e econômico, significa dizer que é necessário colocar o poder dessas teorias críticas e reflexivas modernas para aprofundar sobre como o corpo e seus significados são construídos. De maneira que não se nega seus significados e corpos privilegiados, mas o modo como esses significados e corpos tem possibilidade de vida e de futuro (Haraway, 1995).

Com base nos argumentos de Isabelle Stengers (2002) em seu livro “A invenção das ciências modernas” que apoio meus argumentos de que as Ciências Modernas assumem uma pretensa autoridade, na sua exigência por especialistas, e na sua justificativa para tomada de determinados atos e ações. A disputa velada por poder supõe alianças com os cientistas para conquistarem autonomia e visibilidade de modo que os ataques às ciências partem de vertentes políticas de extrema-direita e pseudociências não por coincidências, pois no meu ponto de vista, estas sabem lidar diretamente com negociações políticas e morais contidas no jogo das classificações, repartições e qualificações com uma

9 Aqui estão concentrados autores que tomam como filiação as perspectivas marxistas e marxianas para desenvolverem seus conceitos e comunicarem de forma pragmática o diálogo interno com as reivindicações pela verdade em condições de privilégio sem exceções dos autores europeus que teorizavam sobre a sociedade industrial moderna do ponto de vista da ‘diferença global’ (Connel, 2012, p. 314).

10 Concentram-se nesta vertente as teorias pós-estruturalistas que interdisciplinarmente contribuíram para o fomento de novas técnicas de coleta e análise de dados como na Psicologia, Psicanálise, Comunicação Social, Estudos Culturais e Literários (Denzin & Lincoln, 2006).

impressão fixa¹¹ e firme, portanto, fundamentais para serem refletidos na formação de cientistas sociais.

Dentro desse contexto da Sociologia também pode ser visto na difusão de reformulações dos currículos e livros didáticos que reivindicam Harriet Martineau (1802-1876) como a fundadora das Ciências Sociais, que, no entanto, na maioria foram reunidas e organizadas sob diferentes rótulos: “mulheres”, “negros”, “não ocidentais”, “feministas” ou mesmo “decoloniais” e “do sul”, resultado de uma luta travada na conscientização de que a disciplina foi criada sob os “olhos” do imperialismo dos centros urbanos europeus e que seus intelectuais à época sabiam disso.

Como se observa, vários são os aspectos sobre essa temática, principalmente quando a *persistência da visão* dita por Haraway (1995) anda de mãos dadas com *a nova história de origem* de Connel (2012) na produção de Teorias Sociais. Assim sendo, devemos assumir que não há mais motivos para negociar critérios de investigação social sem perpassar honestamente sobre as conquistas das lutas feministas e decoloniais fora do contexto acadêmico e científico. Um dos maiores poderes do feminismo e da luta antirracista (e decolonial) é que eles vão longe em tornar as experiências e as vidas das mulheres e pessoas de cor inteligíveis e que o investigador não pode se esquivar de prestar contas sobre esse assunto.

No encadeamento desses argumentos, abordou-se sobre a importância de desmistificar a bondade do investigador em novos paradigmas, e nessa conjuntura ponderar questões como a voz, a reflexividade e a representação textual em contextos com repercussão colonial, com é o caso do Brasil no próximo tópico.

AS BRECHAS CRIATIVAS DE ENFRENTAR OS PRIVILÉGIOS DA BRANQUITUDE NAS CIÊNCIAS SOCIAIS

Levando em conta as contribuições de Isabelle Stengers (2002) em seu livro “A invenção das ciências modernas” que apoio meus argumentos de que a Ciência é uma invenção única e singular da humanidade e concordo com a autora na defesa de que não é superior às outras

11 Stengers (2002) argumenta que não existe uma Ciência pura e que devemos estar atentos a tudo aquilo que também contribuiu, em todas as suas falhas, erros e tentativas inconclusas, assim como, a tudo aquilo deslegitimado como pertencente ao núcleo em torno da teoria e seja considerada legítima sob às demais, além de inventar maneiras de contribuir para criar interesses fixos e firmes em uma diferença dada pelos fenômenos sociais desqualificando, invisibilizando e apagando incômodos de corpos subalternizados.

formas de conhecimento, mas pondero ao reconhecer que a Ciência por ter características únicas de reinvenção e criação ela assume a proeminência poderosa de (re)criar uma realidade de maneira dinâmica e é incomparável com outros projetos humanos.

A repercussão desse poder de criar realidades e sentidos são sentidos pela dificuldade de criticar a Ciência sob o prisma da autoridade, visto que ela tem a característica da circunstancialidade e situacionalidade, ou no jargão deleuziano, de seus atravessamentos e multiplicidades. O que me levou a concordar com Stengers (2002) que o cientista faz o que faz por que aprendeu a tratar os fenômenos sociais segundo as ferramentas, opções e possibilidades mediante a disponibilidade do momento.

Essas ponderações são importantes para refletir sobre os limites da bondade do investigador em novos paradigmas, posto que questões como a voz, a reflexividade e a representação textual em contextos com repercussão colonial, com é o caso do Brasil, não surgiram e tomaram certa evidência de forma repentina e formatada, mas processualmente através da negociação com seus concorrentes políticos. Aqui visio dar ênfase à concorrência com a conquista de direitos de grupos subalternizados.

No Brasil, nos estudos sobre relações étnico-raciais, já tem uma tradição da perspectiva do lugar social do negro e do indígena. No entanto, os indivíduos no lugar social do branco não vinham sendo pesquisados como objetos de pesquisa nas teorias sociais. Pensar a branquitude no contexto científico, com ênfase na Teoria Sociológica, significa entender a necessidade ética para amparar o desafio de educar e ensinar cientistas sociais a mover sua *persistência de visão* de que o problema do racismo não é apenas auxiliar no combate ao mesmo, e isso inclui o fomento de uma reeducação da população branca científica sobre seus privilégios.

Em diálogo sucessivo e paralelo a este argumento temos o papel importante da análise crítica da Spivak (2010), em “O subalterno pode falar?”. Nesse texto, ela nos aponta o necessário papel do intelectual em desafiar os discursos hegemônicos e, também nossas próprias crenças ao ler esses teóricos considerados cânones e ao utilizarmos seus métodos na produção das [nossas] pesquisas nas Ciências Sociais. Pois, neste caso da pesquisa em Teoria Social, é possível trabalhar com e contra esses discursos hegemônicos.

Tomo como nota para falar do contexto brasileiro no enfrentamento dos cânones na Antropologia brasileira o texto da Rita Laura

Segato (2013) “Édipo Negro: colonialidade e forclusão de gênero e raça”, para destacar sua brecha criativa de enfrentar os privilégios da branquitude nas Ciências Sociais colocando em relevo a maternidade, racialidade e gênero na identidade cultural brasileira. A contribuição dessa autora demonstra disruptivamente como pensar decolonialmente a estrutura de parentesco no Brasil, que ela denomina de parentesco de seio¹².

Neste exercício acadêmico amplifico a compreensão sobre o conceito de branquitude através das abordagens teóricas de Cida Bento no prefácio do livro ‘Branquitude: diálogo sobre racismo e antirracismo’ na importância de “focalizar a violência racial incrustada nas instituições a partir de um prisma relacional” (Schucman, p.7, 2023). O que para uma reflexão sobre teoria social, não podemos fugir da centralidade de debater/analisar/investigar as pessoas brancas e sua participação na perpetuação do racismo, além de sua responsabilização no silenciamento e invisibilização da população negra ao longo da história do país (Bento, 2022).

Ainda sobre branquitude, convém diferenciar conceitualmente, segundo Schucman (2023), que a branquitude “é uma posição de poder, é uma posição de privilégio, ocupada por aqueles que são considerados brancos” (Schucman, p. 45, 2023) e a prática da branquitude¹³ é um modo de funcionamento e produção de conhecimento com concepções e práticas de gestão em diversos discursos, incluso o acadêmico-científico.

Por isso aproveito a oportunidade da reflexão para elucidar alguns estudos críticos da branquitude que podem nos auxiliar a pensar sobre esse conceito nos estudos sobre a identidade branca no Brasil. Aqui como uma tentativa de difundir esse elemento que é tão ativo nas relações sociais em sociedades [como a nossa] marcadas pelo colonialismo europeu. Essa concepção pode ser encontrada em intelec-

12 A reflexão de Segato (2013) através dos estudos de parentesco presentes na Antropologia em princípio vem da nomeação e definição de quem é pai, quem é filho, ou melhor, nomeia e define o laço familiar mediante uma construção social. É através desses estudos [na Antropologia] que a temática de parentesco se torna clássica nessa disciplina, assim como teve uma filiação na antropologia brasileira onde é possível ver os rastros epistemológicos dessa prole [Anglo, franco e estadunidense] para teorizar sobre a organização sociocultural e suas respectivas repercussões na ideia de pertencimento, território e subjetividade.

13 A branquitude é uma palavra usada até para pensarmos o que é a ideia de branco, uma concepção colonial do que é ser branco. Já o conceito de negritude é uma reinvenção do negro sobre a ideia de negro, de negro na diáspora. [...] Para o negro, livrar-se do complexo de inferioridade é [necessário] se livrar de sua insanidade, daquilo que o torna desumano (Schucman, p. 78, 2023).

tuais como W. E. B. Du Bois (1920, 1935), Frantz Fanon (1952), Albert Memmi (1957), Steve Biko (1978), Alberto Guerreiro Ramos (1957), compreendidos atualmente como percussores dos estudos sobre branquitude.

Ou como afirma Silva sobre esses percussores da branquitude (2017, p. 21):

Tais intelectuais, em diferentes contextos históricos e sociais, chamaram a atenção para os efeitos da colonização e do racismo na subjetividade não só do negro, mas sobretudo, do branco. Leitura que desafiava a interpretação unívoca a qual via o negro como “objeto de estudo”, “tema de estudo” privilegiado para a compreensão das relações raciais.

Trazer essas autoras reforça que o suprassumo obliterado das leituras brasileiras é baseado na utilização de uma superexploração da violência¹⁴ contra corpos de mulheres racializadas, principalmente de mulheres negras e indígenas. Ou melhor, que existe uma confluência epistemológica entre Segato e o pensamento “spivakiano” se formos realizar uma releitura crítica das Teorias Sociais brasileiras na tentativa de falar pelos marginalizados usando a gênese da formação do Brasil como análise de caso. Vale destacar na obra de Segato (2013) um exemplo de como não ser um ventríloquo ao contextualizar parentescos na gênese do Brasil, como bem sugere Spivak.

Nesse sentido, insisto na razoabilidade de pensar se estou “usando” a teoria crítica como prática intervencionista, porém sem ser engajada e contestadora do *status quo*. E avaliar, se como intelectual, estou me refugiando na inocência de meus interesses, desejos e poderes como doutoranda (O que diria Spivak?). Isso por que na tentativa de reflexionar minha preocupação em não só produzir um discurso crítico, mas no cuidado em desenvolver um hábito de julgar democraticamente (Spivak, 2010).

Isso coloca nossas análises do presente para o presente a interfaça da existência e permanência de um legado concreto e simbólico do racismo institucional em nossa formação como cientistas sociais, mes-

14 A ausência da “mãe preta” nessas monografias também é um dado, não como fronteira do conhecimento a ser ultrapassada, como aconteceu com o mito da democracia racial ‘freyriana’ (mito que reforça uma relação pacífica e pacificadora do racismo como costume), de modo que é observado por Segato em outras obras mais contemporâneas — a exemplo da obra ‘História das mulheres no Brasil’ de Del Priore — a mesma postura. Essa autora nos instiga a pensar epistemologicamente sobre a “exclusão, privação, impedimento, banimento, omissão” da mãe preta, e mais atualmente da babá.

mo que assumindo a *bondade* de uma pesquisa engajada. Tomo como inspiração a obra de Segato, em sua proposta de parentesco de seio para (re) criar a dinâmica na família como uma instituição social e, igualmente, construir uma Antropologia por demanda.

E para quem cogita fazer Teoria Social do e no Brasil deve ao menos pensar suas visões corporificadas – como nos lembra Haraway – que ler e compreender a cultura e sociedade brasileira deve ler a história do Brasil (com discernimento) do impacto das desigualdades de condição de vida entre brancos e negros, assim como, a posição distintamente subalternizada socialmente da população negra. Isto, claro, exigirá um esforço [meu] também relacional e interseccional de recursos materiais e imateriais na condicionalidade da classe e do gênero como investigadora¹⁵.

Neste sentido, defendo o argumento de que as maneiras pelas quais os novos paradigmas, através das perspectivas feministas e decoloniais, reverteram epistemologicamente no enfrentamento da branquitude nas teorias sociais foi criar uma nova ferramenta de análise: a interseccionalidade.

Apenas para elucidar esta ferramenta de análise destaco o seu conceito através da obra de Patrícia Hill Collins e Sirma Bilge (2021) que delineia como uma consideração analítica que assenta as categorias de raça, gênero, orientação sexual, nacionalidade, capacidade, etnia, faixa etária, entre outras, inter-relacionadas e articuladas mutuamente, de modo que “a interseccionalidade é uma forma de entender e explicar a complexidade do mundo, das pessoas e das experiências humanas” (Collins & Bilge, p. 16, 2021).

Por todos esses aspectos, reafirmo que a interseccionalidade como ferramenta de análise dos novos paradigmas é uma ferramenta de enfrentamento à branquitude e branquidade epistêmica, assim como abriu espaços para que novas formas de conhecimento pudessem ser produzidas não somente mudando o conteúdo, mas sua forma profundamente.

15 Apenas como forma de dar carne aos ossos epistemológicos que aqui vos escreve, saliento ser uma pesquisadora de origem manauara (Amazonas) que se criou no calor extenuante do Piauí, na cidade de Teresina. Sou uma mulher cis, apesar de não-branca lida como branca regionalmente na cidade de Curitiba devido meus cabelos lisos, jovem, lésbica e urbana-nômade profissionalmente sendo docente precarizada (leia-se substituta) no ensino superior estadual do estado do Maranhão.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este exercício acadêmico teve por objetivo discorrer sobre epistemologia e, em um treino reflexivo contemplar pensamentos sobre ética e posicionamento político na formação de cientistas sociais que assumem uma formação crítica e reflexiva suas metodologias de pesquisa. E em um segundo momento debater sobre importância de desmistificar a bondade do investigador em novos paradigmas, ponderando questões como a voz, a reflexividade e a representação textual em contextos com repercussão colonial, com é o caso do Brasil.

Em síntese, este trabalho me leva a perceber que para toda pesquisa sociológica contemporânea deve-se primeiro pensar qual a configuração do Poder, em especial na área científica, de modo que não deve escapar no processo de compreensão e análise do século XXI as implicações do colonialismo na subjetividade do investigador.

Por fim é importante destacar que para toda pesquisa sociológica engajada sua configuração atualizada segue por caminhos éticos inclinados para o manifesto da voz primária por meio da ação autorreflexiva consciente. O que sugere que o pesquisador também aprenda pelo envolvimento ativo nesse processo de investigação dos fenômenos sociais em treinar uma competência emocional a partir da prática democrática como agenda científica.

REFERÊNCIAS

BENTO, Cida. O Pacto da Branquitude. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.

BUTLER, Judith. “Corpos que pesam: sobre os limites discursivos do ‘sexo’”. In: LOURO, Guacira Lopes. O corpo educado: pedagogias da sexualidade. Belo Horizonte, Ed. Autêntica, 1999

BUTLER, Judith: Problemas de Gênero. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira. 1993

COLLINS, Hill Patricia & BILGE, Sirma. Intersectionality. Cambridge y Malden: Polity Press, 2016

CONNELL, Raewyn. O Império e a Criação de Uma Ciência Social. Contemporânea – Revista de Sociologia da UFSCar. São Carlos, v. 2, n. 2, jul -dez 2012, pp. 309-336.

HARAWAY, Donna. “Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial”. *Cadernos Pagu*, Campinas, n. 5, p. 7-41, 2009

LINCOLN Yvonna S.; GUBA, Egon G.. Controvérsias paradigmáticas, contradições e confluências emergentes. In: DENZIN, Norman K. ; LINCOLN, Yvonna S.. *O Planejamento da Pesquisa Qualitativa: teorias e abordagens*. 2a edição. São Paulo: Artmed; Bookman, 2006. p. 169 -192

MARTINEAU, Harriet. Como observar a moral e os costumes. In: Castro, Celso. *Além do Cânone: para ampliar e diversificar as ciências sociais*. Editora FGV, Rio de Janeiro, 2023.

SARDENBERG, Cecilia Maria Bacellar. “Da crítica feminista à ciência a uma ciência feminista?”. In: COSTA, Ana Alice Alcântara; SARDENBERG, Cecilia Maria Bacellar.

SCHUCMAN, Lia. Entre o ‘encardido’, o ‘branco’ e o ‘branquíssimo’: raça, hierarquia e poder na construção da branquitude paulista. 122 f. 2012. Tese (Doutoramento em Psicologia Social) - Instituto de Psicologia, USP SP, 2012.

SCHWANDT, Thomas A. Três posturas epistemológicas para a investigação qualitativa; interpretativismo, hermenêutica e construcionismo social. In: DENZIN, Norman K. ; LINCOLN, Yvonna S. . *O Planejamento da Pesquisa Qualitativa: teorias e abordagens*. 2a edição. São Paulo: Artmed; Bookman, 2006. p. 193 – 217

SEGATO, Rita. 2021. O Édipo negro: colonialidade e forclusão de gênero e raça. In. *Crítica da colonialidade em oito ensaios: e uma antropologia por demanda*. Tradução: Danielli Jatobá e Danú Gontijo. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. *Pode o subalterno falar?* Editora UFMG: Belo Horizonte, 2010.

STENGERS, Isabelle. *A invenção das ciências modernas*. São Paulo: Editora 34, 2002.

EDUCAÇÃO PARA AS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS NOS CURSOS DAS ÁREAS DE LINGUAGENS E ARTES DAS UNIVERSIDADES FEDERAIS DO NORDESTE

Nathan Mascarenhas dos Santos ¹

Renata Meira Veras ²

Rafael Anunciação Oliveira ³

Vitória Batista Calmon de Passos ⁴

INTRODUÇÃO

Historicamente, o sistema educacional vem se organizando como um aparelhamento de controle na estrutura de discriminação cultural (Nascimento, 2016). A ciência foi largamente utilizada na construção do racismo no Brasil e no mundo, fazendo com que o racismo científico vigorasse no Brasil até metade do século XX. Os estudos acerca da frenologia e da craniologia (que analisavam fenótipos) foram utilizados como provas de hierarquia entre as raças, sendo a negra apontada como a mais propensa aos delitos, à promiscuidade e aos trabalhos não intelectuais (Macedo, 2016). Esses “achados científicos” serviram como base para o estudo dos seres humanos no sistema educacional (Muller, 2018), criando estereótipos e condicionando as políticas públicas de branqueamento da população brasileira com repercussão nas práticas cotidianas até a atualidade.

Por outro lado, ao tempo em que reconhecemos que a ciência pode contribuir para a naturalização da hierarquia das raças e para o racismo estrutural, entendemos que ela também faz parte essencial do desenvolvimento de um país e de qualquer avanço em direção à erradicação de práticas discriminatórias. Assim, a universidade deve ser considerada a partir do ponto de vista do seu potencial para a desconstrução de preconceitos e “teorias” que mesmo ultrapassadas ainda continuam enraizadas no tecido social contribuindo para o racismo e práticas dis-

1 Universidade Federal da Bahia.

2 Universidade Federal da Bahia.

3 Universidade Federal da Bahia.

4 Universidade Federal da Bahia.

criminatórias. Um fator que tensionou a universidade para este caminho foi a promulgação da Lei de Cotas (Brasil, 2012), ainda que estas estivessem submetidas às cotas sociais, questão que resulta de acirrado debate no Brasil (Carvalho, 2022).

Nesses 20 anos de sua publicação, sua existência modificou o perfil dos estudantes universitários. Em dados de 2018, 60% dos(as) estudantes de graduação das universidades públicas federais vieram de escolas públicas, e 70% de famílias com renda de até 1,5 salários-mínimos por pessoa. Há mudanças significativas na composição de raça e cor dos(as) estudantes das Instituições Federais de Ensino Superior: de 2003 até 2018, estudantes pretos(as) dobraram sua participação, saindo de 5,9% para 12%; entre pardos(as) o percentual subiu de 28,3% para 39,2%. Em relação a estudantes indígenas, houve queda em 2012 e 2014, quando comparadas às taxas de 2003, mas em 2018, superou os números de 2003. Em relação a gênero, estudantes do sexo feminino representam 54,6% do total de estudantes. Nos indicadores de raça e cor, há um percentual maior de mulheres em quase todos os grupos, à exceção de indígenas aldeados(as). Outro avanço expressivo se refere a estudantes com algum tipo de deficiência, segmento que teve um aumento de mais de 40%, passando de 31.230 mil estudantes, em 2014, para 55.847 mil em 2018 (Andifes, 2019).

A promulgação das Leis nº 10.639/2003 e nº 11.645/2008 (Brasil, 2003; 2008) marcou um avanço significativo para a educação no Brasil, pois incluiu compulsoriamente, no currículo oficial da rede de ensino básico, as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana e Indígenas. Essas diretrizes, para além de colocarem como obrigatórias as questões de raça e de etnia no ensino da educação básica, também impactam, por extensão, a formação de professores (Silva, 2015).

A contribuição da Universidade nesse processo de combate ao racismo e promoção da igualdade racial é um elemento chave, em especial para a elaboração de propostas de políticas públicas de ação afirmativa, pois só podemos combater o racismo, que se exprime de forma multidimensional, com uma abordagem interseccional, tendo as relações étnico-raciais um papel fundamental para esta abordagem. Cursos da área de Linguagens e Artes têm importante contribuição nessa ação, sobretudo aqueles habilitados para lecionar Educação Artística e Literatura, disciplinas mencionadas diretamente nas DCN (Brasil, 2004).

Por conseguinte, a educação para as relações étnico-raciais é um tema de fundamental importância para a formação de cidadãos cons-

cientos e críticos da sociedade brasileira (Silva e Tobias, 2016). No contexto das universidades, essa temática assume especial relevância, pois é nesse espaço que se formam os futuros docentes, responsáveis por promover a educação para as relações étnico-raciais em diferentes níveis do ensino, em especial, o ensino básico (Miranda, 2018).

METODOLOGIA

O presente trabalho trata-se de um estudo documental, resultado de uma investigação exploratória, com abordagem qualitativa. Para tanto, procedeu-se a análise da abordagem de conteúdos inerentes à educação para as relações étnico-raciais nos currículos dos cursos de licenciatura das áreas de Linguagens e Artes de 17 Universidades Federais do Nordeste brasileiro. As ementas foram obtidas a partir dos Projetos Pedagógicos dos Cursos (PPC), acessados via *site* oficial de cada Instituição de Ensino Superior, uma informação de domínio público.

A pesquisa qualitativa pressupõe que o entendimento de um fenômeno deve se dar de forma integrada e no contexto em que ele ocorre e a que pertence (Godoy, 1995). Um dos tipos de pesquisa qualitativa é a pesquisa documental, neste tipo de investigação os documentos são utilizados como fontes primárias. Nesse processo, lança-se mão de materiais que não sofreram qualquer tratamento analítico prévio e assim é possível ampliar o entendimento da questão central do estudo, estabelecendo as devidas contextualizações históricas e socioculturais do fenômeno (Helder, 2006; Sá-Silva *et al.*; 2009).

A fase inicial deste estudo foi exatamente o levantamento de todos os cursos de licenciatura das áreas de interesse em cada instituição. A partir disso, seguiu-se a busca pelos PPCS para a análise dos componentes curriculares. Assim, foram analisados apenas os componentes obrigatórios de cada curso, partindo da premissa de que o desenvolvimento de uma pedagogia antirracista não pode ter caráter opcional, mas deve ser um critério mandatório diante da sua necessidade para a formação cidadã.

Diante disso, foram analisados 74 cursos, os quais forneceram um total de 2,981 ementas. Deste número, em somente 353 foram identificados os conteúdos inerentes à ERER. A partir disso, elas foram classificadas quanto ao seu conteúdo de acordo com a abordagem direta ou indireta das temáticas, resultando em 197 diretamente relacionados e 156 indiretamente relacionados. Esses achados podem ser observados de forma sistematizada na Tabela 1. A base documental para identifi-

cação e classificação das ementas foram as orientações dispostas nas Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN) para a Educação das Relações Étnico-Raciais e ensino de História e Cultura Africana e Afro-brasileira e Indígena (BRASIL, 2003; 2008).

As DCN preconizam a promoção de “ações educativas de combate ao racismo e à discriminação” e a necessidade de inclusão de temas relativos aos aspectos sociais, econômicos e políticos resultantes das contribuições da cultura africana e indígena na história do Brasil (Brasil, 2003). É explicitado também nessas normativas que os conteúdos étnico-raciais que concernem à história afro-indígena brasileira, devem ser ensinados em todas as partes do currículo escolar da educação básica (Brasil, 2008), demonstrando a importância dessas temáticas também permearem a formação dos docentes que atuarão promovendo essa educação.

Tabela 01: Total de cursos analisados por Universidade.

Universidades Federais da Região Nordeste	Total de cursos de Licenciatura	Total de cursos de Linguagens e Artes analisados	Total de ementas analisadas	Total de ementas classificadas	Ementas com conteúdo direto	Ementas com conteúdo indireto
UFAL	21	7	304	74	34	40
UFOB	7	1	51	2	2	0
UFRB	16	4	142	9	8	1
UFSB	5	2	70	21	10	11
UFC	19	6	181	12	12	0
UNILAB	11	1	40	33	33	0
UFMA	36	8	357	33	25	8
UFCG	16	2	107	1	0	1
UFPB	24	8	341	66	32	34
UFAPE	2	1	45	3	2	1
UFPE	20	6	255	16	10	6
UNIVASF	6	2	81	2	0	2
UFPI	13	3	127	18	9	9
UFRN	21	8	239	4	0	4
UFERSA	5	2	79	8	2	6
UFS	25	7	301	10	5	5
UFBA	18	6	225	41	13	28
TOTAL	286	74	2.945	353	197	156

Fonte: Elaboração dos autores com base nos dados da pesquisa aplicada (2024).

Após classificar as ementas, foi utilizada a ferramenta IRaMuTeQ para aprimorar a interpretação das temáticas presentes. O IRaMuTeQ é um software de código aberto que oferece análises estatísticas, análise fatorial de correspondência (AFC), classificação hierárquica dependente, análise de similitude e nuvem de palavras (Camargo e Justo, 2013). Esta ferramenta foi essencial para a análise de dados textuais e estatísticos.

Nesta investigação, foi desenvolvida uma análise de similitude lexical, na qual o programa permite a visualização das conexões entre palavras ou termos em um *corpus* textual. Assim sendo, de acordo com Medeiros, Santos, Mota e Andrade (2022), a imagem fornecida é a de um gráfico de similitude que ilustra um panorama complexo e multifacetado das associações entre termos relacionados. Por este motivo optou-se por esta análise para identificar os termos mais frequentes e suas relações de sentido nos documentos curriculares dos cursos analisados (Klant e Santos, 2021).

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Conforme disposto na Tabela 1, há uma variação significativa na presença dos conteúdos étnico-raciais nas ementas das Universidades Federais da região Nordeste. Diante disso, podemos considerar que a UFAL e UFMA destacam-se pelo número de ementas classificadas e pela presença considerável de conteúdo direto e indireto, sugerindo um esforço significativo para a inclusão étnico-racial enquanto a UNILAB e UFOB apresentam uma inclusão modesta, apesar de terem um número relativamente baixo de cursos de licenciatura analisados.

Além disso, universidades como UFSB e UFPB também mostram um bom número de ementas classificadas com conteúdo tanto diretos, quanto indiretos, demonstrando um compromisso em abordar a questão étnico-racial de maneira mais abrangente. Diante disso, podemos considerar que a UFAL e UFMA se destacam pelo número de ementas classificadas e pela presença considerável de conteúdo direto e indireto.

O número de cursos analisados variou entre as universidades, assim como a quantidade de ementas e a proporção de conteúdos identificados. A Tabela 2 mostra a distribuição dos cursos analisados por instituição. Em algumas universidades, havia mais cursos nas áreas de linguagens e artes, mas não foram analisados devido à falta de acesso aos projetos pedagógicos. O curso mais frequente na área de linguagens foi Letras/Inglês, e na área de artes, Música.

Tabela 02: Cursos analisados em cada Universidade.

Universidades Federais da Região Nordeste	Cursos analisados
UFAL	Educação Física, Letras/Espanhol, Letras/Inglês, Letras/Português, Dança, Música, Teatro
UFOB	Artes Visuais
UFRB	Artes Visuais, Educação Física, Interdisciplinar em Artes, Música Popular Brasileira
UFSB	Artes e suas Tecnologias, Linguagens e códigos e suas tecnologias
UFC	Educação Física, Dança, Música, Teatro, Letras/Espanhol, Letras/Inglês
UNILAB	Letras/Português
UFMA	Educação Física, Artes Visuais, Letras/Espanhol, Letras/Inglês, Letras/Português, Música, Teatro, Linguagens e códigos e suas tecnologias
UFCG	Letras/Inglês, Música
UFPB	Letras/Espanhol, Letras/Inglês, Letras/Português, Música, Teatro, Educação Física, Dança, Artes Visuais
UFAPE	Letras
UFPE	Educação Física, Dança, Artes Visuais, Letras/Espanhol, Letras/Inglês, Teatro
UNIVASF	Educação Física, Artes Visuais
UFPI	Educação Física, Artes Visuais, Letras/Português, Música
UFRN	Música, Teatro, Educação Física, Dança, Artes Visuais, Letras/Espanhol, Letras/Inglês, Letras/Português
UFERSA	Letras/Inglês, Letras/Português
UFS	Teatro, Educação Física, Dança, Letras, Letras/Espanhol, Letras/Inglês, Música
UFBA	Educação Física, Letras Vernáculas, Letras Vernáculas com língua estrangeira inglês, Desenho e Plástica, Dança, Música

Fonte: Elaboração dos autores com base nos dados da pesquisa aplicada (2024).

Das 349 ementas analisadas, 192 tinham conexão direta com as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs) para a Educação das Relações Étnico-Raciais, enquanto 157 tinham uma relação indireta. A Tabela 3 mostra a distribuição das ementas por curso. Os cursos de Artes e Suas Tecnologias, Letras Vernáculas, Linguagens e Códigos e suas Tecnologias, e Dança são os que mais discutem a temática étnico-racial, com respectivas porcentagens de 35,29%, 24,14%, 22,99% e 20,18%.

Contudo, tratando-se de quantidade, os oito cursos de Letras/Português existentes nas Universidades Federais do Nordeste brasileiro, juntos, possuem o maior valor bruto, em um total de 59 ementas. Não obstante, nos cursos Educação Física, os onze Projetos Pedagógicos somaram apenas 18 ementas com conteúdo étnico-racial dentre as 390 que puderam ser analisadas, o que significa que mais de 95% de suas disciplinas estão desalinhadas com a questão étnico-racial.

A disparidade na inclusão de conteúdos étnico-raciais entre cursos de licenciatura das Universidades Federais do Nordeste pode afetar a preparação dos futuros professores. Cursos como Dança, Música e Letras/Português estão mais comprometidos com esses conteúdos, enquanto Educação Física e Letras Vernáculas precisam de mais atenção. É essencial que as universidades reforcem a inclusão desses conteúdos nas ementas para garantir uma formação eficaz e promover uma educação mais inclusiva e consciente das diversidades culturais e étnicas (Coelho e Coelho, 2021).

A análise destaca a necessidade de políticas institucionais que promovam a equidade na formação de professores, garantindo que todos os cursos de licenciatura abordem substancialmente os conteúdos étnico-raciais (Gomes, 2012, p. 102). Isso preparará docentes para contribuir para uma sociedade mais justa e inclusiva. Em suma, refletir sobre a escassez de ementas conforme as Diretrizes Curriculares Nacionais é um compromisso coletivo essencial, envolvendo universidades, docentes, estudantes e comunidades externas. Apenas esforços colaborativos e estratégias integradas permitirão uma educação superior verdadeiramente inclusiva e equitativa (Brasil, 2005, p. 45).

Tabela 03: Ementas classificadas por curso das áreas de Linguagens e Artes.

Curso	Número de cursos analisados	Total de ementas analisadas	Total de ementas classificadas	Ementas com conteúdo direto	Ementas com conteúdo indireto
Educação Física	11	348	18	8	10
Artes Visuais	8	362	35	18	17
Letras/Espanhol	7	274	26	15	11
Letras/Inglês	9	356	34	17	17
Letras/Português	8	377	59	45	14
Música	8	437	39	26	13
Teatro	7	235	36	21	15
Linguagens e códigos e suas Tecnologias	2	87	20	11	9
Dança	7	223	46	20	26
Artes e suas Tecnologias	1	34	12	7	5
Desenho e Plástica	1	33	4	1	3
Letras	1	45	3	2	1
Letras Vernáculas	1	29	7	0	7
Letras Vernáculas com língua estrangeira inglês	1	43	7	0	7
Interdisciplinar em Artes	1	42	3	3	0
Música Popular Brasileira	1	53	3	2	1
TOTAL	74	2978	353	197	156

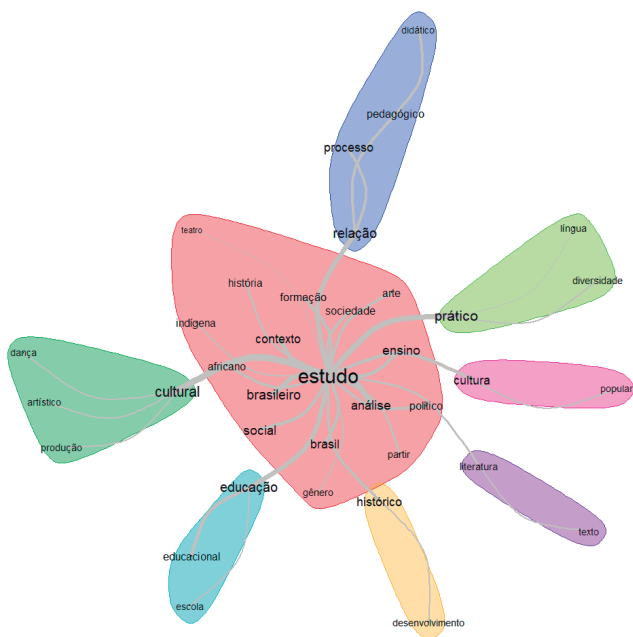
Fonte: Elaboração dos autores com base nos dados da pesquisa aplicada (2024).

Concluída a classificação, o *corpus* textual gerado a partir das ementas selecionadas foi submetido ao IRaMuTeQ para processamento e execução da análise de similitude. Como resultado foi obtida a Figura 1. No centro da imagem, a palavra “estudo” está destacada como o núcleo, ao redor do qual outras palavras se agrupam em diferentes halos coloridos, o que sugere que a análise está amplamente focada em entender e investigar as práticas e contextos educacionais.

Os halos indicam uma abordagem holística que integra aspectos sociais, históricos, culturais, pedagógicos e práticos. A presença de termos relacionados a diferentes manifestações culturais e artísticas, como

“dança” e “arte”, aponta para um currículo que valoriza a diversidade cultural e a expressão artística. Além disso, os termos associados ao ensino e aos processos pedagógicos refletem uma preocupação com as metodologias e práticas de ensino, bem como com as relações entre docentes e discentes.

Figura 01: Árvore de Similitude, resultado da análise no software IRaMu-TeQ, das ementas dos cursos da área de Linguagens analisados.



Fonte: Elaboração dos autores com base nos dados da pesquisa aplicada (2024).

Ademais, a diversidade de termos e a sua interconexão destacam a importância de uma abordagem integrada e inclusiva na formação de professores, que leve em consideração as variadas dimensões da identidade étnico-racial e cultural dos estudantes, sendo uma peça fundamental para a promoção de uma educação que respeite e valorize a diversidade e que contribua para a construção de uma sociedade mais justa e equitativa. Isto posto, cada grupo de palavras indica um conjunto de termos que são frequentemente mencionados juntos no *corpus* analisado. Abaixo, estão as principais associações observadas:

O Halo Vermelho tem o maior destaque no estudo, abordando principalmente aspectos históricos e artísticos brasileiros com influências africanas e indígenas. Esse grupo explora a música, teatro, dança, literatura e artes visuais, sempre com foco nas transformações políticas e sociais do Brasil, analisando as interseções entre raça, gênero e cultura. O Halo Azul, por sua vez, trata dos processos pedagógicos, enfatizando a relação entre ensino e o contexto cultural dos alunos, com foco nas práticas didáticas que promovem um ensino inclusivo e teoricamente fundamentado.

No Halo Verde, o enfoque é nas práticas culturais e artísticas, como a dança, associando a expressão cultural à diversidade e à identidade. O Halo Verde Claro foca na diversidade linguística e na aplicação prática do conhecimento, promovendo uma reflexão crítica sobre essas questões. O Halo Rosa se concentra na cultura popular, especialmente nas manifestações do Nordeste brasileiro, e destaca o papel dos educadores na valorização da diversidade cultural.

O Halo Roxo trata da literatura e da análise de textos, incentivando o desenvolvimento de habilidades de leitura e escrita, com ênfase em temas como colonialismo, escravidão e lutas por igualdade, ao estudar autores de diferentes origens étnicas. Já o Halo Azul Claro discute o papel da escola como espaço sociocultural, abordando políticas públicas e valorizando a diversidade, incluindo as comunidades indígenas e quilombolas.

Por fim, o Halo Amarelo enfatiza o desenvolvimento histórico das práticas educacionais e culturais, com foco na língua e literatura espanhola e hispano-americana, além de uma análise crítica das políticas educacionais no Brasil e seu impacto social.

Os resultados da análise de similitude do IRaMuTeQ, dispostos na Figura 1, indicam também que os cursos de licenciatura da área de Linguagens das universidades federais do Nordeste estão se empenhando para incorporar conteúdos inerentes à educação para as relações étnico-raciais em seus currículos. No entanto, ainda há muito a ser feito para que essa temática seja abordada de forma abrangente e profunda, visto que, segundo Mota (2021), uma das principais dificuldades enfrentadas pelos cursos de licenciatura em Linguagens é a falta de professores qualificados para lecionar sobre educação para as relações étnico-raciais.

Além disso, muitos professores ainda não se sentem seguros para abordar essa temática em suas aulas (Valente e Dantas, 2021). Outro desafio é a falta de materiais didáticos adequados. Os livros didáticos

tradicionais geralmente não abordam as relações étnico-raciais de forma crítica e reflexiva (Rosemberg, Bazilli e Silva, 2003). Portanto, faz-se necessário investir na produção de materiais didáticos que possam auxiliar os professores na abordagem dessa temática em sala de aula.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo realizado revelou uma inclusão ainda insuficiente da temática étnico-racial nos currículos dos cursos de artes e linguagens, carecendo de importantes reformulações para ficar alinhados com a Lei nº 11.645/2008 e com as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN) para a Educação das Relações Étnico-Raciais. No entanto, quanto à abordagem dos conteúdos nas ementas classificadas para análise, foi possível notar a presença de temas relativos à diversidade afrobrasileira e/ou indígena, além de discutir a história africana e dos povos autóctones, bem como discussões sobre racismo, discriminação e preconceito.

Os resultados demonstraram uma variedade na abordagem desses conteúdos, com destaque para cursos como Artes e Suas Tecnologias, Letras Vernáculas, Linguagens, Códigos e Dança. A análise utilizando o IRaMuTeQ revelou um foco predominante em aspectos educacionais, sociais, históricos, culturais e artísticos nos currículos analisados. Apesar dos avanços observados, como a adesão parcial às Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais, ainda há desafios significativos a serem superados como nos cursos de Educação Física.

Para avançar nessa área, é fundamental que as universidades continuem revisando seus currículos, promovendo políticas mais inclusivas e sensíveis às questões étnico-raciais. Para tanto, é primordial investir na formação de professores, na produção de materiais didáticos adequados e ampliar a discussão sobre a decolonialidade são passos cruciais para fortalecer a educação para as relações étnico-raciais no Nordeste brasileiro.

REFERÊNCIAS

ANDIFES, Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior. V Pesquisa Nacional de Perfil Socioeconômico e Cultural dos Estudantes de Graduação das Instituições Federais de Ensino Superior Brasileiras. Fórum Nacional de Pró-Reitores - FONAPRACE. Brasília, Distrito Federal, 2019.

BRASIL. Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira”, e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, n. 10, p. 1, 2003.

BRASIL. Lei nº 11.645, de 10 de março de 2008. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”. Diário Oficial da União, Brasília, DF, n. 54, p. 1, 2008

BRASIL. Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012. Dispõe sobre o ingresso e a permanência de estudantes em instituições públicas de ensino superior. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 2012.

BRASIL. Decreto nº 7.824, de 11 de outubro de 2012. Regulamenta a Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012, que dispõe sobre o ingresso e a permanência de estudantes em instituições públicas de ensino superior. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 2012.

BRASIL. Diretrizes curriculares nacionais para a educação das relações étnico-raciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana. Ministério da Educação, Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, 2004.

BRASIL. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. Educação anti-racista: caminhos abertos pela Lei Federal nº 10.639/03. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005. 236 p.

CAMARGO, B. V.; JUSTO, A. M. IRAMUTEQ: um software gratuito para análise de dados textuais. *Temas em Psicologia*, v. 21, n. 2, p. 513–518, 2013.

CARVALHO, J. J. de. Cotas étnico-raciais e cotas epistêmicas: bases para uma antropologia antirracista e descolonizadora. *Mana*, v. 28, n. 3, p. e2830402, 2022.

COELHO, M. C. COELHO, W. N. B. Educação para as Relações Étnico-Raciais e a formação de professores de História nas novas diretrizes para a formação de professores. *Dossiê Bases Nacionais e o Ensino de*

História: embates, desafios e possibilidades na/entre a Educação Básica e a formação de professores. *Educ. rev.*, 37, 2021.

GODOY, A. S. Pesquisa qualitativa: tipos fundamentais. *Revista de Administração de empresas*, v. 35, p. 20-29, 1995.

GOMES, N. L. Relações étnico-raciais, educação e descolonização dos currículos. *Currículo sem Fronteiras*, v. 12, n. 1, p. 98-109, 2012.

HELDER, R. R. Como fazer análise documental. Porto, Universidade de Algarve, 2006.

KLANT, L. M.; SANTOS, V. S. dos. O uso do software IRAMUTEQ na análise de conteúdo - estudo comparativo entre os trabalhos de conclusão de curso do ProfEPT e os referenciais do programa. *Research, Society and Development*, v. 10, n. 4, p. e8210413786, 2021.

MACEDO, C. C. Q. A influência da frenologia no Instituto Histórico de Paris: raça e história durante a Monarquia de Julho (1830-1848). *Humanidades em diálogo*, São Paulo, Brasil, v. 7, p. 127-145, 2016.

MEDEIROS, F. A. B. de, SANTOS, J. M. de O., MOTA, H. C. N., ANDRADE, I. G. M. de. O Iramuteq como ferramenta no processamento de dados em pesquisa qualitativa. *Revista Diálogos em Saúde Pública*, v. 1, n. 2, p. 26, 2022.

MIRANDA, V. R. E. Formação de professores para o trabalho com a educação das relações étnico-raciais. Tese (Doutorado em Educação), Programa de Pós-Graduação em Educação: Conhecimento e Inclusão Social, Universidade Federal de Minas Gerais, Brasil, 2018.

MOTA, T. H. Ensino antirracista na Educação Básica: da formação de professores às práticas escolares. Porto Alegre, RS: Editora Fi, 2021. 304 p.

MULLER, T. M. P. Livro didático, Educação e Relações Étnico-raciais: o estado da arte. *Educar em Revista*, v. 34, n. 69, p. 77-95, 2018.

NASCIMENTO, A. de. O Genocídio do Negro Brasileiro: processo de um racismo mascarado. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2016. 256 p.

ROSEMBERG, F.; BAZILLI, C.; SILVA, P. V. B. D. Racismo em livros didáticos brasileiros e seu combate: uma revisão da literatura. *Educação e Pesquisa*, v. 29, n. 1, p. 125-146, 2003.

SÁ-SILVA, J. R., *et al.* Pesquisa documental: pistas teóricas e metodo-

lógicas. Revista brasileira de história & ciências sociais, v. 1, n. 1, p. 1-15, 2009.

SILVA, G. M. da. A Lei 10.639/03 e o ensino da história e cultura afro-brasileira e africana. Educador Brasil, São Paulo, SP, v. 18, n. 3, p. 156-166, 2015.

SILVA, R. D.; TOBIAS, J. D. S. A educação para as relações étnico-raciais e os estudos sobre racismo no Brasil. Revista do Instituto de Estudos Brasileiros, n. 65, p. 177, 2016.

VALENTE, G.; DANTAS, A. S. R. Práticas docentes e relações étnico-raciais: reflexos da sociedade brasileira. Cadernos de Pesquisa, v. 51, p. e07327, 2021.

MULHERES E COMUNIDADES/ TERRITÓRIOS QUILOMBOLAS NO PROGRAMA MARANHÃO QUILOMBOLA

Fernanda de Cássia Rodrigues Gomes¹

Silvane Magali Vale Nascimento²

Thiago Pereira Lima³

INTRODUÇÃO

Neste trabalho buscamos analisar as políticas públicas voltadas à questão racial, no Estado do Maranhão, tendo como objeto empírico específico de análise, o Programa Maranhão Quilombola (PMQ), criado no ano de 2025, por meio da implementação da Agenda Social Quilombola (ASQ). A ASQ se expressa no Decreto nº 6.261, de 20 de novembro de 2007 e consiste em um instrumento do Programa Brasil Quilombola (PBQ), este, por sua vez, criado em 2004, com o objetivo de consolidar os marcos da política de Estado para as áreas quilombolas. O Programa é base da Agenda Social Quilombola (Decreto 6261/2007), que agrupa as ações voltadas às comunidades em quatro eixos: Acesso à Terra, Infraestrutura e Qualidade de Vida, Inclusão Produtiva e Desenvolvimento Local e Direitos e Cidadania. Buscamos problematizar a participação das mulheres na Agenda Social Quilombola (ASQ), no âmbito do Programa Maranhão Quilombola (PMQ), em municípios que possuem territórios quilombolas no estado do Maranhão⁴.

As comunidades *quilombolas* são consideradas povos e comunidades tradicionais, que são grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, possuem formas próprias de organização social, ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua

1 Doutora em Política Social (Universidade de Brasília, UNB).

2 Doutora em Políticas Públicas (Universidade Federal do Maranhão, UFMA). Professora do Departamento de Serviço Social (DESES, UFMA).

3 Doutor em Políticas Públicas (Universidade Federal do Maranhão, UFMA). Professor do Curso de Licenciatura em Ciências Humanas/Sociologia, Centro de Ciências de São Bernardo, UFMA.

4 O artigo foi elaborado a partir de alguns dados do projeto de pesquisa e extensão universitária denominado “Trabalhadoras rurais e juventudes rurais na gestão da agenda social quilombola no Maranhão”, que foi desenvolvido pelo GERAMUS - Grupo de Pesquisa e Extensão sobre Relações de Gênero Étnicos-Raciais, Mulheres e Feminismo, vinculado ao Departamento de Serviço Social/ CCSO/UFMA e ao Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas (PPGP), com financiamento da Fundação de Apoio à Pesquisa e Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Maranhão – FAPEMA no período de 2014 a 2018.

reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, com base em conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição. Esta definição consta na Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais, expressa no Decreto 6.040/2007⁵ (Brasil, 2007).

No Brasil, os povos e comunidades tradicionais estão representados por grupos de seringueiros, ribeirinhos, pescadores artesanais, quebradeiras de coco babaçu, indígenas, quilombolas, ciganos, raizeiros, comunidades de terreiro, comunidades de fundo de pasto, faxinais, pantaneiros, dentre outros (Brasil, 2002).

Para Almeida (2011), as comunidades tradicionais, e os propósitos de assegurar um desenvolvimento sustentável, caminham juntos. No caso das quebradeiras de coco babaçu, o trabalho delas representa a resistência do campesinato, de sustentabilidade no campo, da produção do autoconsumo e da defesa dos ecossistemas e biomas. Como expressa na carta do I Encontro Nacional das Mulheres Cerrado⁶, que defende a demarcação das terras dos povos indígenas, a titulação das comunidades quilombolas e a regularização das áreas de comunidades, repudiando a titulação individual, uma vez que essas terras têm caráter coletivo.

Nessa perspectiva, cabe conceber o espaço onde essas comunidades realizam sua reprodução social como território, pois esta concepção espacial é definida também por relações de apropriação, poder e de controle sobre recursos e fluxos baseado em aspectos políticos, econômicos e culturais (Haesbaert, 2006; Saquet, 2007; Sposito, 2004).

Os territórios titulados são propriedades coletivas, inalienáveis, impenhoráveis e imprescritíveis. Andrade (2004) afirma, por sua vez, que a territorialidade advém da consciência que as pessoas que habitam um território têm de sua participação na formação histórica destes, que se dá de forma subjetiva (consciência de confraternização, de se sentir parte, de integrar-se ao território de um Estado).

As comunidades quilombolas estão por todo o território nacional. De acordo com os resultados do Censo Demográfico 2022, a população quilombola residente no Brasil é de 1.327.802 pessoas. Quilombo é um conceito redimensionado e ressignificado (Almeida, 2011), que deve nos orientar a dar conta de várias configurações desses sujeitos no Brasil.

No Maranhão, o reconhecimento e a titulação das comunidades quilombolas nos termos atuais obteve respaldo jurídico com a pro-

5 <https://www.gov.br/icmbio/pt-br/assuntos/populacoes-tradicionais>

6 <https://fase.org.br/wp-content/uploads/2019/06/Carta-de-Luziania.-16.06.19.pdf>

mulgação da Lei Estadual 9.169 de 16 de abril de 2010. Porém, no governo Flávio Dino, a partir de 2016, com a publicação do Decreto Estadual 32.433 de 23 de novembro de 2016, houve a regulamentação da referida Lei Estadual que dispõe sobre a legitimação de terras dos remanescentes das comunidades dos quilombos. Assim, os processos de titulação adquiriram normativas com nova perspectiva conceitual e metodológica (Iterma, 2021).

Assim, nossas perguntas de investigação são: Como se deu a participação das mulheres na implementação da Agenda Social Quilombola, por meio do Programa Maranhão Quilombola, em municípios do Maranhão que possuem comunidades/território quilombolas? Quais os limites e alcances do referido programa nas comunidades/território quilombolas do Estado?

Para tentar responder essas questões, utilizamos como metodologia da pesquisa, a pesquisa bibliográfica e documental, bem como levantamento e análise da Agenda Social Quilombola, Decreto 6261/2007, e do Programa Maranhão Quilombola, Decreto 30.981/2015. Ademais, realizamos observação de campo e entrevistas com mulheres nos municípios que possuem territórios quilombolas, nas regiões do Baixo Parnaíba Maranhense, Baixada Maranhense e Região Litoral Ocidental Maranhense, e que foram alvo do Programa Maranhão Quilombola.

MULHERES AS POLÍTICAS PARA TERRITÓRIOS E COMUNIDADES QUILOMBOLAS: SUJEITOS POLÍTICOS NA AGENDA PÚBLICA

Por meio das lutas sociais e das produções teóricas, as comunidades e povos tradicionais adquirem cada vez mais espaços nas agendas públicas estatais, o que necessariamente, não se expressa em implantação de políticas públicas, especialmente no que diz respeito às mulheres. Contudo, não se pode desconsiderar normativas conquistadas por esse segmento nas primeiras décadas de 2000 e que continuam a adquirir capilaridade e construir pautas e agendas, além de novos arcabouços jurídicos, apesar dos retrocessos vividos no Brasil no período de 2016 (com o golpe contra a Presidenta Dilma Rousseff) a 2022 (com o governo Jair Bolsonaro).

É por meio dessas conquistas que as mulheres quilombolas passam a ter visibilidade no país na década de 1980, e ampliam sua atuação política nos anos de 1990, no contexto da Constituição Federal

de 1988 e da Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento, ocorrida de 3 a 14 de junho de 1992 no Rio de Janeiro, denominada ECO 92, também conhecida como Cúpula da Terra.

Nesse evento que reuniu mulheres de diversas nacionalidades do planeta (com destaque para aquelas que vivenciam relações diretas e intrínsecas com a biodiversidade, como é o caso das comunidades quilombolas), houve intercâmbios, trocas de conhecimentos e experiências e estabelecimentos de redes que resultaram em fóruns e outros espaços importantes. Movimentos negros, feministas e ambientalistas chamaram a atenção para a valorização dos conhecimentos tradicionais e a sobrevivência do planeta e o quanto as mulheres no mundo têm se voltado para essas questões por serem aquelas que mais diretamente lidam com esses recursos.

Nessa perspectiva, a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento (ECO 92), buscou comprometer os Estados Nações na solução para os problemas ambientais nos seus países e no mundo, fazendo uso da Agenda 21, instrumento oriundo da Conferência, assinado por países que se comprometeram com ações a serem desenvolvidas nos seus países com vistas ao desenvolvimento sustentável.

Nesse contexto, o processo de redemocratização avançava no Brasil, na relação entre sociedade civil e Estado, nas três esferas de governo. Algumas organizações da sociedade civil do Estado do Maranhão, com destaque para o Centro de Cultura Negra do Maranhão⁷ (CCN), passam a desenvolver ações efetivas de mobilização e organização das comunidades quilombolas com vistas, entre outros objetivos, à implantação de políticas públicas a esse segmento na perspectiva da territorialização, aqui compreendida como o processo de capilaridade que os saberes, fazeres e vivências em geral desses segmentos passam a ter, para além do lugar e para além do espaço físico onde se localizam, e, dessa forma, se espriam, material e simbolicamente, entre as diversas representações e sujeitos que compõem esses lugares.

Assim, podemos dizer que a territorialização é a territorialidade se espriando como identidade. Como afirma Milton Santos sobre a territorialidade (1987, p. 62), “esta não provém do simples fato de viver num lugar, mas da comunhão que com ele mantemos”.

7 O Centro de Cultura Negra do Maranhão é uma organização não governamental fundada em 1979, com a missão de garantia de direitos de negros e negras e combate ao racismo. Tem como missão a “conscientização político-cultural e religiosa para resgatar a identidade étnica cultural e autoestima do povo negro viabilizando ações que contribuam com a promoção de sua organização em busca de cidadania, combatendo todas as formas de intolerância causada pelo racismo, promovendo os direitos da população negra do Maranhão” (Fonte: <https://ccnma.org.br/>).

A territorialização expressa relações comunitárias baseadas nas convivências cotidianas, quase sempre irmanadas na ancestralidade ou em projetos societários em comum, e em relações institucionais ou de alianças conjunturais, colocando os sujeitos em movimentos de diálogos e confrontos, alianças e oposições, com organizações, movimentos sociais, mercado, Estado e Instituições de Ensino.

Foi nessa perspectiva, que as *comunidades quilombolas* se colocaram na busca de garantir direitos e demarcar os seus espaços/lugares/territórios, tornando-se, por conseguinte, sujeitos das políticas públicas, considerando que estas respondem ou buscam responder quase sempre às demandas que se apresentam à realidade.

As *comunidades quilombolas* trazem para o cenário público, as lutas e potencialidades dos seus territórios, contribuindo para o resgate e reafirmação das suas identidades, das suas histórias, possibilitando às mesmas a visibilidade necessária ao seu protagonismo político.

Nesse sentido, se faz fundamental compreender que a garantia constitucional da terra aos descendentes de quilombolas, assegurada no artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADC-T)⁸, bem como as Constituições estaduais em alguns estados (no caso do Maranhão, a Constituição do Estado coloca na Seção II “Da Cultura”, no artigo 229: O Estado reconhecerá e legalizará, na forma da lei, as terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos, que reconhecem o direito dos remanescentes de quilombos à propriedade da terra, não ocorrem deslocadas das lutas antirracistas mais amplas, uma vez que o direito à terra exige outros direitos como condição para o bem-viver⁹. A partir de então, as comunidades quilombolas passam a discutir com o Estado a implantação de políticas públicas, com vistas ao atendimento de demandas das mais diversas, de forma a permitir a sua *territorialização*.

Quando nos referimos à *territorialização quilombola*, compreendemos no sentido de um campo de disputa em que os conhecimentos e práticas ancestrais são colocadas em processos de reprodução, nego-

8 Com a promulgação da Constituição em 1988, o artigo 68 do ADCT expressa: “Aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os títulos respectivos”.

9 O *bem-viver* consiste em uma proposta teórico-metodológica, política, filosófica e ontológica, de inspiração indígena, proveniente dos países andinos e amazônicos, como Equador e Bolívia, que expressa um novo regime de desenvolvimento, a partir da matriz comunitária de povos que se relacionam com a natureza e da visão de mundo dos marginalizados da história (ACOSTA, 2016, p. 35 e 36). A expressão *bem-viver* passa a ser apropriada e utilizada pelos movimentos, organizações, coletividades e sujeito quilombolas, no seu dicionário, lutas e práticas políticas.

ciação, confrontos e consensos. O capital engendra processos de territorialização ao dominar espacialmente os territórios (na sua dimensão econômica, ambiental e cultural). Na contraposição, as comunidades quilombolas resistem, se tornam visíveis e sujeitos de direitos nos territórios. Com seus conhecimentos e práticas, buscam também a sua territorialização por meio da *territorialidade*, essa sim, compreendida como construção de identidade e de pertencimento. Assim, o *território* assume centralidade nas narrativas que constroem as lutas e agendas das comunidades quilombolas desde as últimas duas décadas do século XX.

Como mostra Sack (2011), há uma imbricação entre o espaço e a sociedade. Há o *lugar/território quilombola*, que não se prende às comunidades no sentido físico. O material e imaterial dessas comunidades adquire capilaridade. Os territórios e as territorialidades quilombolas são, ao mesmo tempo, espaços de afirmação da identidade sócio-político-territorial, de reconstrução de uma memória ancestral e histórica e de reprodução de um modo de re-existência dos sujeitos em luta, que se posiciona no enfrentamento à lógica normativa do Estado, contra o sistema capitalista, os latifundiários e a especulação imobiliária.

O território implica dimensões simbólicas e materiais. No território estão impressas as processualidades históricas que mantêm viva e se atualiza a memória do grupo; nele estão enterrados os ancestrais e encontram-se os sítios sagrados; ele determina o modo de vida e a visão de homem, de mundo e de natureza; é no território que se constituem os sistemas de conhecimento locais. A partir disso, consideramos que não há comunidade quilombola que não conheça profundamente seu território.

Nesse sentido, as mulheres desempenham papel de lideranças e, portanto, de guardiãs na defesa dos territórios e na dinâmica da territorialização. Elas cuidam das comunidades, da preservação e reprodução dos conhecimentos e do meio ambiente, sem desconsiderar inovações necessárias, alianças, reposicionamentos e resistências, que se colocam na perspectiva da continuação de suas existências.

Com base no exposto, as comunidades quilombolas constituem espaços da materialidade ancestral de saberes e fazeres. Nesse sentido, as comunidades são lugares, na perspectiva de Milton Santos (1987), onde se apresentam os diversos sujeitos em posições convergentes e divergentes, onde o local se articula ao global. A comunidade não é tão somente uma escala do espaço físico geograficamente falando, mas uma escala global. As comunidades quilombolas constituem o território que, por sua vez, estabelecem relações econômicas, políticas, culturais

e sociais, as mais diversas, em micro e macro dimensões.

Podemos afirmar, portanto, que as comunidades quilombolas são permeadas por relações de poder. As mulheres desempenham papel preponderante nessas relações como mobilizadoras de recursos humanos e financeiros, com vistas à manutenção das comunidades que têm o significado de patrimônio comunitário e de lugares dos bens comuns. Nesse sentido, a defesa dos territórios é a defesa da vida. Recursos naturais e laços comunitários simbolizam essa unidade. Os territórios garantem a reprodução social das comunidades quilombolas.

As mulheres são expressivas conhecedoras dos seus territórios, embora sejam quase sempre secundarizadas na dinâmica do chamado desenvolvimento territorial e regional. Nascimento (2011) demonstra no estudo sobre o impacto da monocultura de soja em comunidades tradicionais no cerrado do leste maranhense, a existência de duas lógicas de desenvolvimento em disputa: a de mercado e a lógica focada na efetiva sustentabilidade ambiental, econômica e social. Nesta última, as mulheres têm protagonismo cotidiano nos sistemas de produção e na organização comunitária e territorial. Nesse movimento feito pelas mulheres, a busca por serviços para essas comunidades e territórios se faz constante, se constituindo em desafios expressos em suas lutas e organizações junto ao poder público local, estadual e federal.

PROGRAMA MARANHÃO QUILOMBOLA: UMA ANÁLISE NA PERSPECTIVA DAS REALIDADES DAS MULHERES EM COMUNIDADES/TERRITÓRIOS QUILOMBOLAS NO MARANHÃO

Santos (1987) nos mostra que serviços e bens diferem de acordo com os indivíduos dos lugares e territórios. Com base nesse argumento, se explica a lógica do racismo institucional e do racismo ambiental¹⁰. Os diversos programas e projetos para as comunidades quilombolas se voltam ao enfrentamento do racismo.

¹⁰ A definição de *racismo institucional* está ligada à ideia de poder e dominação, que se dá com a criação de normas e padrões de comportamentos discriminatórios fundamentados na raça, para beneficiar e manter grupos raciais hegemônicos no controle social das instituições (Rodrigues, 2024, p. 154). O *racismo ambiental* é um desdobramento teórico-político do *racismo institucional*, pois é reforçado pelas instituições. Tal conceito surgiu no final da década de 1970, no âmbito do movimento pela Justiça Ambiental e se refere a qualquer política, prática ou diretiva ambiental que afete de forma diferenciada ou prejudique (intencionalmente ou não) indivíduos, grupos ou comunidades com base na raça ou cor (Rodrigues, 2024, p.155).

Tomamos como exemplo o Programa Brasil Quilombola (PBQ). Este programa volta-se para o acesso das comunidades quilombolas a bens e serviços:

O Programa Brasil Quilombola compreende um conjunto de ações, denominada “Agenda Social Quilombola” (Decreto nº 6.261/2007), voltadas para a melhoria das condições de vida e ampliação do acesso a bens e serviços públicos das pessoas que vivem em comunidades de quilombos no Brasil. Essas ações são desenvolvidas de forma integrada pelos diversos órgãos do Governo Federal responsáveis pela execução dessas ações (SAF, 2007, s.p).

No Maranhão, o PBQ teve sua implementação realizada por meio da Agenda Social Quilombola – ASQ (Decreto nº. 29.486, de 24 de outubro de 2013) com a participação das Secretarias e órgão de governo do Estado, mais diretamente ligados aos eixos do referido programa, com destaque para a Secretaria de Estado de Igualdade Racial – SEIR, Secretaria de Estado dos Direitos Humanos, Assistência Social e Cidadania – SEDIHC, Secretaria de Estado do Desenvolvimento Social e Agricultura Familiar – SEDES e a Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Naturais – SEMA.

Nos anos de 2013 e 2014, a SEIR realizou mobilizações em torno de ações interinstitucionais em diversas regiões do Maranhão, como na região do Baixo Parnaíba (Água Doce do Maranhão, Anapurus, Araiases, Belágua, Brejo, Buriti, Chapadinha, Magalhães de Almeida, Mata Roma, Milagres do Maranhão, Santa Quitéria do Maranhão, Santana do Maranhão, São Benedito do Rio Preto, São Bernardo, Tutóia e Urbano Santos) e da Baixada Maranhense (Anajatuba, Arari, Bela Vista do Maranhão, Cajari, Conceição do Lago-Açu, Igarapé do Meio, Matinha, Monção, Olinda Nova do Maranhão, Palmeirândia, Pedro do Rosário, Penalva, Peri-Mirim, Pinheiro, Presidente Sarney, Santa Helena, São Bento, São João Batista, São Vicente Ferrer, Viana e Vitória do Mearim).

Com base no Programa Brasil Quilombola, foi implantado no Maranhão, em 2015, o Programa Maranhão Quilombola:

Instituído pelo Decreto Nº 30.981 de julho de 2015, tem suas ações pautadas na implementação de estratégias e ações que garantam melhores condições de vida à população quilombola. Suas ações são executadas através de parcerias entre a SEIR e as secretarias e órgão do governo estadual, com os demais entes federados e ou a iniciativa privada. O programa realiza ações em municípios com

comunidades quilombolas e se organiza a partir dos eixos de: acesso à terra, infraestrutura, desenvolvimento local e inclusão produtiva, saúde e educação. São estratégias para a implementação do PMQ: as Rotas Quilombolas, o Selo de Origem Quilombos do Maranhão e a Caravana Maranhão Quilombola.

O Programa Maranhão Quilombola teve nas suas diretrizes os seguintes eixos: 1. Inclusão Produtiva e Desenvolvimento Local; 2. Selo de Origem Quilombola do Maranhão; 3. Saúde; e 4. Cidadania (Caravana Maranhão Quilombola). As mulheres e juventudes são sujeitos prioritários no Programa.

A pactuação entre os municípios voltou-se para escutas para elaboração da Agenda Social Quilombola. Contudo, nos municípios pesquisados do Baixo Parnaíba Maranhense, as atividades desenvolvidas pela ASQ, limitaram-se àquelas definidas no âmbito dessa agenda em escala federal, sem que os governos municipais, tomassem para si como parte do pacto federativo, iniciativas municipais. Em muitos municípios não havia o principal organismo de execução da política de igualdade racial. Exceção feita ao município de Brejo, que criou a Secretaria em 2009, mas foi extinta em 2013.

O eixo 1 *Inclusão Produtiva e Desenvolvimento Local* foi o mais mobilizador em Brejo e Mata Roma (Baixo Parnaíba Maranhense) devido à expansão da monocultura de soja nesses municípios. Reuniões e audiências com órgãos responsáveis pela questão fundiária marcaram muito essa dinâmica e com expressiva participação das mulheres trabalhadoras rurais. Mas nem sempre esse movimento foi demarcado pela ASQ. Em muitas situações, a ASQ foi mobilizada e não mobilizadora. Também nesses dois municípios, infraestrutura e serviços públicos, foram bastante demandados. No eixo 2, *Selo de Origem Quilombola do Maranhão*, as demandas das mulheres também se fizeram muito presente. São as mulheres, na relação direta com os cuidados com as famílias, com a comunidade e com os patrimônios comunitários, as que fazem os enfrentamentos à lógica do capital¹¹, construindo estratégias ao modelo econômico dominante.

Nos municípios de Cururupu e Mirinzal (Região Litoral Ocidental Maranhense, que ocupa grande parte litorânea da Baixada Maranhense), as mobilizações para ações nas comunidades quilombolas

11 O Selo Quilombos do Maranhão é uma estratégia do Programa Maranhão Quilombola para a identificação social e territorial de produtos agrícolas e não-agrícolas produzidos em comunidades quilombolas rurais. Esta ação garante o fortalecimento da identidade étnica destas populações perante os consumidores, gera renda, dá visibilidade aos trabalhos e produtos, agrega valor e gera autonomia econômica (Maranhão, 2024).

se deram em torno da *ASQ*. Conforme Nascimento, Gomes e Santos (2018), em 2013, ocorreu no quilombo de Frechal, o Iº Encontro com agentes locais multiplicadores da construção da Agenda de Desenvolvimento Sustentável Local Sustentável das Comunidades e Territórios Quilombolas da Baixada Ocidental Maranhense. O Encontro voltou-se à compreensão dos eixos do *PBQ* e as demandas que deveriam originar-se nas comunidades para compor a *ASQ*.

Apesar dos esforços e iniciativas, a *intersectorialidade* ainda se constitui um desafio à gestão pública. A implantação da *ASQ* demonstrou isso. Foram ações departamentalizadas que acabaram por vezes, ocasionando duplicidades de ações ou lacunas. As pautas da desigualdade racial pareciam não se constituírem efetivamente em agenda para o Estado nas esferas estadual e municipal, se considerarmos sobretudo os recursos orçamentários destinados a essa política.

Conforme Arruti (2020), a SEPPIR implantou o *PBQ*, e com ele, a *ASQ* com vistas à articulação interinstitucional, antes centralizada em um único órgão, o Ministério da Cultura por meio da Fundação Palmares. Com o *PBQ*, haveria articulação ao invés de centralização. O *PBQ* teria a função de articular as diversas políticas públicas voltadas às comunidades quilombolas.

Contudo, as análises apresentadas pelo referido autor, nos permitem a compreensão de que houve distância entre o propósito da articulação interinstitucional e o efetivado em nível nacional. Houve redução de recursos significativos: “a execução orçamentária do PQB ficou muito aquém do previsto e prometido” (o autor se refere ao período de 2007 a 2011). Arruti (2020) ressalta que as áreas de Saúde (saneamento e infraestrutura) e Educação foram as que se destacaram em termos de maior articulação, distribuição de recursos e atendimentos às comunidades e, conseqüentemente, maior número de famílias atendidas.

Quando observamos essas áreas, programas e projetos que chegam nas comunidades quilombolas, percebemos que são áreas cuja participação das mulheres sempre ocorrem por serem elas diretamente vinculadas às famílias, nos cuidados, especialmente com as crianças e idosos. Teixeira e Sampaio (2019) diz que houve aporte para o *PBQ* na esfera federal até 2011, quando constou na Lei de Orçamento Anual – LOA. O *PBQ* teve baixa execução orçamentária e os autores destacam as questões políticas, a falta de proposta operacional (ênfatizando inclusive a ausência de planos de trabalhos dessa política em algumas gestões públicas), a falta de compreensão da temática e a não prioridade dada à política para as comunidades quilombolas. De acordo com Teixeira e Sampaio (2019, p. 469):

Ao verificar o repasse de recursos da União para estados ou municípios, constata-se que isso raramente ocorreu. Os únicos repasses registrados foram em 2008, com R\$ 100.000,00 para o Estado de Sergipe e para o Município de Itacaré; 2 parcelas de R\$ 300.000,00 para o Estado do Amapá executadas em 2009 e 2010; R\$ 145.432,50 para o Estado do Maranhão em 2011; e R\$ 400.000,00 para a Bahia em 2012. Os percentuais, portanto, foram bem abaixo do montante nacional e ficaram concentrados em apenas 4 estados.

Em 2012, sem dotação orçamentária para o PBQ, o governo federal anuncia o Programa de Enfrentamento ao Racismo e Promoção da Igualdade Racial com recurso muito aquém do PBQ, mas com a maior parte das ações voltadas às comunidades quilombolas no tocante às questões fundiárias. Na contramão dessa dinâmica, o Maranhão implanta o PBQ em 2013:

O Estado do Maranhão, por meio da Seir do governo Roseana Sarney, elaborou o referido plano para o período de 2012 a 2015, em que o PBQ seria implantado e teria suas ações executadas. O ano em que o projeto teve início no Maranhão, contraditoriamente, foi o primeiro ano em que o PBQ deixou de ter o aporte de recursos na programação da LOA pelo governo federal, o que já indica uma possível não efetivação do programa na esfera estadual (Teixeira e Sampaio, 2019).

Em 2015, Teixeira e Sampaio (2019) chamam atenção para o que denomina de “ápice de redução orçamentária do projeto”, implicando “o ocaso do Programa Brasil Quilombola”, como define o referido autor. Teixeira e Sampaio (2019) observam essas reduções num continuum anterior à crise fiscal declarada em 2015 no Governo Dilma.

Pelos dados apresentados por Teixeira e Sampaio (2015), entendemos que não houve repasse do governo federal, e o governo do Estado do Maranhão executou menos do que o que constava na programação financeira no PPA 2012-2015. Nesse sentido, a execução das ações não transformou potencialmente as desigualdades existentes, a exemplo do acesso à terra, educação e saúde das comunidades quilombolas.

No eixo Inclusão Produtiva e Desenvolvimento Local, houve também uma redução crescente e os recuos também se fizeram sentir para alavancar a diversidade da produção, beneficiamento e comercialização. Ações dispersas compuseram esse eixo no período de 2012-2015. Teixeira e Sampaio (2019, p.475) ressaltam que para o período de 2012 a 2014, a Seir considerou que o governo do Estado do Maranhão não dispunha de dados capazes de avaliar as políticas públicas direcio-

nadas às comunidades quilombolas, além da intersetorialidade, que se expressa como desafios relacionados com a execução e a gestão político-administrativa do próprio estado.

O Maranhão começou tardiamente a implementação do *Programa Brasil Quilombola* que foi criado em 2004, e foi implementado em 2013. Já o *Programa Maranhão Quilombola*, foi criado em 2015. Tanto o programa federal quanto o estadual apresentaram profundas dificuldades, devido à ausência da gestão pública em tomar a direção construída pelo movimento negro, organizações quilombolas e pesquisas acadêmicas diversas em relação a povos e comunidades tradicionais, além das questões orçamentárias. No caso do *Programa Maranhão Quilombola* analisamos a ausência de uma identidade política e de prioridades, o que se materializa na ausência de recursos financeiros executados, fato que limitou o alcance da elaboração e implementação de políticas estruturantes.

As mulheres são afetadas mais diretamente com as lacunas das políticas públicas dos eixos da *Agenda Social Quilombola (ASQ)* que se voltam para prioridades cotidianas das comunidades e que estão diretamente (pela cultura patriarcal reproduzida nessas comunidades) sob as suas responsabilidades. Ainda assim, cabe ressaltar que as poucas conquistas e participação na *ASQ* contam de forma significativa com a participação feminina no seu processo de debate e implementação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A *Agenda Social Quilombola* é um instrumento na implementação e controle social das políticas públicas para comunidades quilombolas. Nesse sentido, representa uma conquista destas comunidades que há décadas viviam na invisibilidade. Trata de um conjunto de políticas públicas para as comunidades quilombolas trazendo para a agenda pública várias questões, obrigando o Estado brasileiro a problematizar e a dar respostas a esses questionamentos que tem relação direta com um dos pilares das desigualdades na sociedade brasileira, qual seja, o racismo. Não cabia mais a retórica. O movimento negro, as organizações de lutas antirracistas e quilombolas exigiam respostas concretas à luz da Constituição Federal em vigência.

O *Programa Maranhão Quilombola (PMQ)* surge com o objetivo de materializar essas respostas, de colocar as comunidades quilombolas no centro da ação do Estado e para tal, a *Agenda Social Quilombola (ASQ)*, torna-se o elo entre sociedade civil, Estado, mercado e

outros sujeitos. As mulheres juntamente com a juventude se constituíram sujeitos prioritários no *PMQ* e na *ASQ* em municípios do Maranhão. As comunidades estudadas mostram que as mulheres em geral, pouco conhecem do referido programa, assim, como alguns gestores públicos municipais. As lideranças femininas do campo mais da militância sindical, partidária e movimentos sociais diversos, sabem falar e, por vezes, acompanharam algumas ações do *PMQ*, propuseram sobre elas e interferiram. Também identificamos situações em que as mulheres mobilizam e acompanham projetos e programas que chegam nas comunidades ou nos municípios mesmo não tendo a compreensão completa deles.

A execução do *PBQ*, *PMQ* e a *ASQ* no Maranhão apresentou fragilidades na execução orçamentária, assim como na interinstitucionalização, intersetorialidade e transversalidade no período de 2012-2015, no governo Roseana Sarney. A implantação do projeto seguiu as demandas e construção da agenda nacional, porém não se tratou devidamente da formação de servidores públicos na compreensão sobre as comunidades quilombolas e as suas especificidades, bem como não se estabeleceu diálogos intersetoriais com base em planos de ações intersetoriais.

As mulheres quilombolas participaram desses processos ainda que com limites na sua compreensão. Faltou compreender mais e discutir mais sobre as interrupções ou sobre as ausências: porque a política não chegou ou porque foi interrompida? Faltou articular a *ASQ* e o *PMQ* ao fazeres e saberes e práticas das comunidades quilombolas; e relacioná-los ao processo de mobilização e organização política.

Atualmente, temos o Aquilomba Brasil (Decreto nº 11.447, de 21 de março de 2023), que é uma ampliação do Brasil Quilombola, que em futuros estudos, pretendemos desenvolver reflexões sobre seus pressupostos e alcances e o papel das mulheres. Muitos desafios se apresentam e o debate teórico-político que se coloca é a atualização dos Programas, assim como o enfrentamento ao racismo e a defesa dos direitos das comunidades/territórios quilombolas.

REFERÊNCIAS

ACOSTA, Alberto. O bem viver: uma oportunidade para imaginar outros mundos. São Paulo: Autonomia Literária, Elefante, 2016.

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. Quilombos e as Novas Etnias. In:

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. Os Quilombos e as Novas Etnias. Manaus: UEA Edições. 2011. pp. 56-88.

ANDRADE, Manuel C. A questão do território no Brasil. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 2004.

BRASIL. Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais. Decreto nº 6.040, de 7 de Fevereiro de 2007.

BRASIL. Princípios e diretrizes para a implementação da Política Nacional da Biodiversidade. Decreto nº 4.339 de 22 de agosto 2002.

CHASIN, Ana Carolina. O Judiciário frente aos Conflitos Fundiários das Comunidades Quilombolas. Revista de Estudos Empíricos em Direito, v. 2, n. 2, jul. 2015, p. 31-47.

INSTITUTO DE COLONIZAÇÃO E TERRAS DO MARANHÃO. ITERMA I 59r Regularização Fundiária dos Territórios Quilombolas no Estado do Maranhão: legislação estadual, perguntas e respostas. 1ed. – São Luis, 2021. 48 p. il. ISBN Nº: 978-65-89296-01-0.

HAESBAERT, Rogério. O mito da desterritorialização: Do “fim dos territórios” à multiterritorialidade. 2. ed., Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

Ministério Público de Minas Gerais et all. Cartilha. Povos tradicionais. IN: gesta/UFMG <https://conflitosambientais.mg.Icc.ufmg.br>>2014/04.pdf. Acesso em: 12 de fevereiro de 2024.

INSTITUTO DE COLONIZAÇÃO E TERRAS DO MARANHÃO. ITERMA I 59r Regularização Fundiária dos Territórios Quilombolas no Estado do Maranhão: legislação estadual, perguntas e respostas. 1ed. – São Luis, 2021. 48 p. il. ISBN Nº: 978-65-89296-01-0.

MARANHÃO. Constituição (1989). Constituição do Estado do Maranhão. Constituição do Estado do Maranhão, promulgada em 5 de outubro de 1989. Texto Constitucional promulgado em 05 de outubro de 1989 com as alterações adotadas pelas Emendas Constitucionais n.ºs 01/1989 a 081/2019. São Luís, 2019.

MARANHÃO. DECRETO Nº 32.433, DE 23 DE NOVEMBRO DE 2016, regulamenta a Lei Estadual nº 9.169, de 16 de abril de 2010, que dispõe sobre a legitimação de terras dos remanescentes das comunidades dos quilombos, e dá outras providências. ESTADO DO MARANHÃO.

NASCIMENTO, Silvane Magali Vale. A reprodução do campesinato em

Brejo (MA) e a participação das agricultoras familiares camponesas frente à expansão da monocultura de soja: duas lógicas de desenvolvimento (Tese de Doutorado). Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas. Universidade Federal do Maranhão, 2011.

NASCIMENTO, Silvane Magali Vale; GOMES, Fernanda Cássia; SANTOS, Nilma. Trabalhadoras rurais e juventudes rurais na gestão da agenda social quilombola no Maranhão (RELATÓRIO DE PESQUISA) – UFMA/FAPEMA, 2019.

RODRIGUES, Julia Fernandes. Racismo ambiental: uma abordagem interseccional das questões de raça e meio ambiente. REVISTA EM FAVOR DE IGUALDADE RACIAL, Rio Branco –Acre, v.7, n.1, p. 150-161, jan-abr. 2024.

SACK, Robert. O significado de territorialidade. In: DIAS, L. C. e FERRARI, M. (Org.). Territorialidades Humanas e Redes Sociais. Florianópolis: Insular, 2011 IN; [http://repositoriolabim.cchla.ufm.br/bitstream/Portal da UFRN](http://repositoriolabim.cchla.ufm.br/bitstream/Portal%20da%20UFRN).

SANTOS, Milton. A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção. São Paulo: Hucitec, 1996.

SANTOS, Milton. A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção. São Paulo: Hucitec, 1987.

SAQUET, Marcos. A. Abordagens e concepções de território. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

SPOSITO, Eliseu. S. Geografia e filosofia: contribuições para o ensino do pensamento geográfico. São Paulo: Edunesp, 2004.

TEIXEIRA, Tadeu Gomes e SAMPAIO, Camila Alves Machado. Análise orçamentária do Programa Brasil Quilombola no Brasil e no Maranhão: o ocaso de uma política pública. IN: fgv.br, <https://periodicosfgv.br/rap.br/article/view>. REVISTA DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA. Rio de Janeiro 53(2):461-480, mar-abr. 2019.

CORPOS COLONIZADOS: UMA ANÁLISE DO ESTUPRO DE MULHERES EM ALAGOAS NO ANO DE 2022

Andressa Clívia Santos Soares¹

Andréa Pacheco de Mesquita²

Gildete Ferreira da Silva³

INTRODUÇÃO

O presente texto é fruto do Observim - Observatório de violência contra as mulheres em Alagoas, e tem como objetivo alimentar o banco de dados sobre o perfil das mulheres vítimas de estupro em Alagoas no ano de 2022. O estupro é enquadrado em dois grandes conceitos de violência: a violência de gênero e a violência sexual. E ainda é uma realidade bastante presente na vida das mulheres. Por fim, colocamos a necessidade de estudos acerca desta temática, uma vez que, ainda na contemporaneidade há poucos estudos e discussões sobre o estupro no Brasil.

A metodologia utilizada foi a pesquisa bibliográfica e documental para a análise da realidade em sua totalidade, bem como a apreensão das particularidades, contradições e mediações presentes nestes processos de violência. A pesquisa qualitativa nos proporcionou analisar esses dados para além dos números e entender as relações patriarcais de gênero, as relações raciais e uma urgência de políticas públicas que possam assegurar às mulheres condições para enfrentar esse tipo de violência da construção do perfil, utilizamos a pesquisa quantitativa para apreender os dados acerca de estupro, além de indicativos como raça/cor e ou/etnia, faixa etária e escolaridade. Desta forma, para me-

1Graduanda em Serviço Social/FSSO-UFAL e integrante do Grupo de Pesquisa Frida Kahlo: estudos de gênero, feminismos e Serviço Social/ UFAL/CNPq.

2Professora da Faculdade de Serviço Social/FSSO-UFAL do Curso de Graduação e Pós-Graduação, Doutora nos Estudos Interdisciplinares Mulher, Gênero e Feminismo na Universidade Federal da Bahia. Líder do Grupo Frida Kahlo: estudos de gênero, feminismos e Serviço Social/UFAL/CNPq. Tutora do PET Serviço Social/UFAL. Tutora da Residência Multiprofissional em Saúde do Adulto e do Idoso. Coordenadora do OBSERVIM – Observatório de Violência contra as Mulheres em Alagoas.

3Assistente Social. Doutoranda em Serviço Social pela PPGSS-UFAL. Mestre em Serviço Social pela Universidade Federal de Sergipe - UFS. Pesquisadora do Grupo Frida Kahlo: estudos de gênero, feminismos e Serviço Social/UFAL/CNPq. Pesquisadora do OBSERVIM – Observatório de Violência contra as Mulheres em Alagoas.

lhor compreender essa realidade utilizamos a interseccionalidade como ferramenta analítica, uma vez que, nos permite identificar as diversas opressões as quais os corpos destas mulheres estão submetidas, visto que a nossa formação sócio histórica brasileira, estrutura-se principalmente de questões de cunho social, da qual o racismo se faz regra e não exceção, assim como também pelas questões de gênero e classe.

Por fim, podemos verificar a partir dos dados e das análises realizadas por essa pesquisa o quanto o patriarcado e o racismo são funcionais ao modo de sociabilidade capitalista, num processo contínuo de retroalimentação, o qual Saffioti denomina de simbiose. O que demonstra o quanto o projeto colonizador (capitalista, racista e patriarcal está presente em nossa sociedade.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Capitalismo, patriarcado e racismo: três faces de um mesmo projeto

Há uma enorme bibliografia comprometida em estudar as mazes advindas do que podemos chamar de capital x trabalho, assim como também podemos encontrar uma extensa lista de referências que se debruçam sobre patriarcado e racismo, das quais se fazem necessárias para o estudo e análise da sociedade atual. O fato é que no que diz respeito aos países que foram colonizados, essas análises devem partir de um aporte teórico crítico que compreenda que tais análises não devem ser desligadas de suas particularidades históricas no que diz respeito ao processo de escravização.

O fato histórico-social mais importante para a formação da nação brasileira – quase quatrocentos anos de escravismo colonial – parece, no entanto, que não sensibiliza ou estimula muito os nossos sociólogos e historiadores mais voltados para assuntos tópicos, centrados em fatos e processos secundários, fugindo assim, de uma análise mais profunda do modo de produção escravista, como ele se manifestou no Brasil e as muitas (e profundas) aderências sociais, econômicas, políticas, culturais e psicológicas que deixou em nossa sociedade atual. Para nós, porém, **não se estudar os quase quatrocentos anos de escravidão, as suas limitações estruturais, as suas contradições, as limitações do seu ritmo de produção e distribuição, e, finalmente, a alienação total da pessoa humana no seu contexto** – exploradores e explorados – **é descartar ou escamotear o fundamental** (Moura, 1983, p. 28, grifos nossos).

Moura (1983, p. 15), destaca a importância da escravidão para a construção do nosso país. Para o autor, “nenhum país da América Sul a escravidão foi tão importante numericamente, teve distribuição de ambiente nacional e durou tanto tempo como no Brasil”. Ao se debruçar sobre o sistema escravista brasileiro, Moura (1983), afirma também, que em nenhum país onde a escravidão foi relevante, o sistema escravista dominou ampla e profundamente as relações sociais como no Brasil.

Em consonância, Nascimento (1978), salienta a importância da mão de obra negra e da escravidão para a economia brasileira, apresentando os escravizados africanos como “as mãos e os pés das classes dirigentes”. Para o autor, desde a sua importação, o escravizado era a simples exploração econômica representada pelo lucro, “os escravos, rotulados como subumanos ou inumanos, existiam relegados a um papel na sociedade, correspondente à sua função na economia: mera força de trabalho” (Nascimento, 1978, p. 61).

O papel do negro escravo foi decisivo para os começos da história econômica de um país fundado, como era o caso do Brasil, sob o signo do parasitismo imperialista. **Sem o escravo a estrutura econômica do país jamais teria existido. O africano escravizado construiu as fundações da nova sociedade com a flexão e a quebra da sua espinha dorsal, quando ao mesmo tempo seu trabalho significava a própria espinha dorsal daquela colônia.** Ele plantou, alimentou e colheu a riqueza material do país para o desfrute exclusivo da aristocracia branca. **Tanto nas plantações de cana-de-açúcar e café e na mineração, quanto nas cidades, o africano incorporava as mãos e os pés das classes dirigentes que não se autodegradavam em ocupações vis como aquelas do trabalho braçal** (Nascimento, 1978, p. 49, grifos nossos).

No que tange às mulheres negras, apesar do que se pode encontrar em nossas literaturas e suas tentativas de romantização do que foi nada menos que brutal, explorava-se não só sua força de trabalho, mas também seus corpos através de estupros e abusos sexuais. Nascimento (1978, p. 61), dedicou um capítulo de seu livro para estudar a exploração sexual da mulher africana e relata que no sistema escravista “a norma consistia na exploração da africana pelo senhor escravocrata”.

Esta realidade social é oposta à prevalescente ideia de que a formação do Brasil se verificou obedecendo um processo integrativo imune de qualquer preconceito: tira a máscara do português e do brasileiro “branco” isentos de procedimentos racistas. Liquida certos argumentos considerando que aquela ausência de preconceito

teria permitido ao colonizador engajar-se numa saudável interação sexual com a mulher negra: não só brasileiros, como latino-americanos. [...] Nessa versão há o reconhecimento geral do povo de que a raça negra foi prostituída, a prostituição de baixo preço. Já que a existência da mulata significa o “produto” do prévio estupro da mulher africana, a implicação está em que após a brutal violação, a mulata tornou-se só objeto de fornicação, enquanto a mulher negra continuou relegada à sua função original, ou seja, o trabalho compulsório. **Exploração econômica e lucro definem, ainda outra vez, seu papel social** (Nascimento, 1978, p. 62, grifos nossos).

Esse “legado” da escravidão, racismo e sexismo persiste até os dias atuais. Ele está constantemente incorporado nas variadas formas de violência e genocídio das quais a população negra está submetida e da qual o capital veste com novas roupagens para manter a mesma lógica de exploração e controle. Nesse novo ordenamento da sociedade, o racismo enquanto estruturante, cria as condições necessárias para que a população negra seja atribuída constantemente a papéis de subalteridades.

Numa sociedade como a brasileira, com grandes contingentes marginalizados, afim de manter-se o nível de lucro máximo das multinacionais, remanipula-se intensamente o símbolo do homem brasileiro como sendo o branco, para que o negro seja atirado às últimas franjas da sociedade como o antitempo nacional. Os mitos e racionalizações do escravismo são desenterrados e reinterpretados para manter o negro atrás do exército industrial de reserva, como massa marginalizada. O preconceito de cor funciona, portanto, como um mecanismo regulador do capitalismo dependente a fim de manter os baixos padrões de salários dessas massas plebeias e da classe operária por abrangência. O sistema mantém o negro sob controle (Moura, 1983, p. 24 - 25).

Dessa forma, se faz necessário romper com os mitos criados e atribuídos a população negra em geral, e a mulher negra em específico, uma vez que a ideologia racista persiste no imaginário social brasileiro, justificando os variados atos sádicos praticados contra as mulheres negras (que iremos analisar a seguir), assim como a exploração de sua força de trabalho e de seu corpo, pois comumente a sociedade brasileira acredita que “o homem negro e a mulher negra só podem penetrar subrepticamente, pela porta dos fundos, como criminoso e como prostituta” (Nascimento, 1978, p. 63).

A violência contra as mulheres negras: onde o patriarcado e o racismo se encontram

As imensuráveis violências vivenciadas e sofridas pelas mulheres em geral, e as mulheres negras em particular, tem sido tema de estudo e análise, justamente por suas particularidades históricas e relevância para a compreensão do ordenamento da sociedade, uma vez que no que tange às mulheres negras, o racismo tem sido o impulsionador vital destas violências. Gonzalez (2020, p. 55) caracteriza o racismo como “[...] uma construção ideológica cujas práticas se concretizam nos diferentes processos de discriminação racial”.

Em outras palavras, podemos afirmar que são a partir destes processos discriminatórios que o racismo molda e caracteriza o ‘lugar’ de todos/as na sociedade. O lugar ocupado pelas mulheres negras antes da escravização e após a ela não mudou, assim como o lugar da mulher branca. Sojourner Truth em seu discurso “*E não sou uma mulher?*”, explicita bem essa diferenciação de *status* ao constatar que ela não era “apenas uma mulher”, mas uma “mulher negra”. E que esse fato revela outras pautas para a luta das mulheres que o feminismo eurocêntrico não dava conta.

Aqueles homens ali dizem que as mulheres precisam de ajuda para subir em carruagens, e devem ser carregadas para atravessar valas, e que merecem o melhor lugar onde quer que estejam. Ninguém jamais me ajudou a subir em carruagens, ou a saltar sobre poças de lama, e nunca me ofereceram melhor lugar algum! E não sou uma mulher? Olhem para mim? Olhem para meus braços! Eu ari e plantei, e juntei a colheita nos celeiros, e homem algum poderia estar à minha frente. E não sou uma mulher? Eu poderia trabalhar tanto e comer tanto quanto qualquer homem – desde que eu tivesse oportunidade para isso – e suportar o açoite também! E não sou uma mulher? Eu pari 3 treze filhos e vi a maioria deles ser vendida para a escravidão, e quando eu clamei com a minha dor de mãe, ninguém a não ser Jesus me ouviu! E não sou uma mulher? (Truth, 2017, s.p.).

Em consonância, Hooks (2009), em *Sexismo e a experiência das mulheres negras escravas*, primeiro capítulo do seu livro “*E não sou uma mulher? Mulheres negras e feminismo*”, escrito em homenagem a Sojourner Truth, relata a experiência das mulheres negras escravizadas nos Estados Unidos. A autora relata os diversos abusos as quais essas mulheres eram submetidas, entre eles o abuso sexual, inclusive como forma de castigo e controle.

As mulheres eram chicoteadas severamente por chorarem. Eram despidas das suas roupas e batidas em todas as partes do seu corpo. Ruth e Jacob Weldon, um casal africano que experienciou os horrores da passagem da escravatura, viram “mães com bebês em seus seios vilmente marcados e com cicatrizes, de tal forma que parecia que o próprio céu podia ferir os algozes infernais com a desgraça que eles tão ricamente mereciam”. Depois de marcados a ferro, todos os escravos eram desnudados de todas as roupas. A nudez das mulheres africanas servia de constante lembrança da sua vulnerabilidade sexual. A violação era um método comum de torturar escravas usado para submeter mulheres negras rebeldes. A ameaça da violação ou de outra brutalização física inspirava terror nas mentes deslocadas das mulheres africanas. Robert Shufeldt, um observador do negócio de escravos, documentou a prevalência da violação nos navios de escravos. Ele afirma, “nesses dias, muitas negras foram desembarcadas na nossa costa grávida de alguém da demoníaca tripulação que as trouxe” (Hooks, 2009, p. 15-16).

Em outro trecho, a autora relata a forma como “o sexismo e o racismo, intensificaram e aumentaram os sofrimentos e as opressões da mulher negra” (Hooks, 2009, p. 18). No que diz respeito ao trabalho, as mulheres negras foram amplamente exploradas, elas trabalharam no campo, em tarefas domésticas, como criadoras de animais, e principalmente como objeto sexual do homem branco (Hooks, 2009, p. 18).

A exploração racista das mulheres negras como trabalhadoras quer nos campos ou como domésticas na casa grande não era tão desumanizada e desmoralizante como a exploração sexual. [...] A escrava negra viveu em constante consciência da sua vulnerabilidade sexual e em perpétuo receio que algum homem, branco ou negro, tivesse o direito sobre ela de lhe assaltar e vitimizar (Hooks, 2009, p. 19).

Davis (2016), também relata em seu livro *Mulheres, Raça e Classe*, a experiência das mulheres negras escravizadas, duplamente exploradas, enquanto força de trabalho e enquanto mulheres. A autora relata que pela sua condição de mulher, as escravas se tornavam vulneráveis a todas as formas de coerção sexual. “Enquanto as punições mais violentas impostas aos homens consistiam em açoitamentos e mutilações, as mulheres eram açoitadas, mutiladas e também estupradas” (Davis, 2020, p. 20).

[...] O estupro, na verdade, era uma exploração ostensiva do domínio econômico do proprietário e do controle do feitor sobre as mulheres negras na condição de trabalhadoras. Os abusos

especialmente infligidos a elas facilitavam a cruel exploração econômica de seu trabalho. As exigências dessa exploração levavam os proprietários da mão de obra escrava a deixar de lado suas atitudes sexistas ortodoxas, exceto quando seu objetivo era a repressão. (Davis, 2020, p. 20, grifos nossos).

Carneiro (2003), em *Enegrecer o feminismo: a situação da mulher negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero*, destaca que a violência colonial da qual as mulheres negras e indígenas foram vítimas, assim como a miscigenação advinda dela, faz parte da origem da identidade nacional brasileira, como também estrutura o mito da democracia racial latino-americano. Para a autora, é essa violência sexual que está no alicerce de todas as hierarquias de gênero e raça:

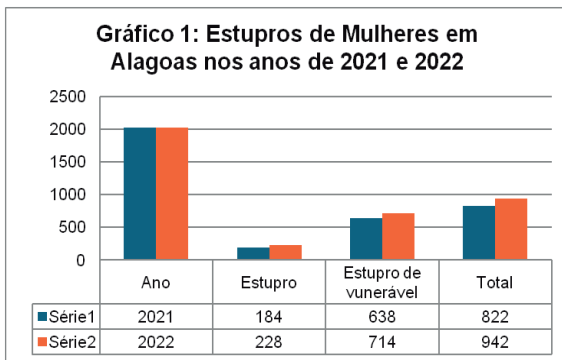
[...] Essa violência sexual colonial é, também, o “cimento” de todas as hierarquias de gênero e raça presentes em nossas sociedades, configurando aquilo que Ângela Gilliam define como “a grande teoria do esperma em nossa formação nacional”, através da qual, segundo Gilliam: “O papel da mulher negra é negado na formação da cultura nacional; a desigualdade entre homens e mulheres é erotizada; e a violência sexual contra as mulheres negras foi convertida em um romance”. O que poderia ser considerado como história ou reminiscências do período colonial permanece, entretanto, vivo no imaginário social e adquire novos contornos e funções em uma ordem social supostamente democrática, que mantém intactas as relações de gênero segundo a cor ou a raças instituídas no período da escravidão. As mulheres negras tiveram uma experiência histórica diferenciada que o discurso clássico sobre a opressão da mulher não tem reconhecido, assim como não tem dado conta da diferença qualitativa que o efeito da opressão sofrida teve e ainda tem na identidade feminina das mulheres negras. (Carneiro, 2003, s.p.).

São através dessas bibliografias e relatos que podemos começar a dialogar sobre a realidade das mulheres negras, que uma vez escravizadas, experimentaram todos os horrores impostos a elas e aos seus corpos pelo homem branco. Essas experiências, no entanto, não desapareceram, uma vez que permanece presente no cotidiano das mulheres negras, e no imaginário social criado sobre elas, que permanece vivo e latente.

O estupro de mulheres em alagoas no ano de 2022: a atualidade do projeto colonizador

O projeto capitalista que tem suas marcas a colonização, o patriarcado e o racismo continua presente na contemporaneidade. Ana-

lisar a história nos faz perceber como o patriarcado domina, explora e oprime os corpos das mulheres, tomando-os como propriedade dos homens. Essa é a lógica que alicerça uma cultura do estupro que perpassa toda a história da nossa sociedade brasileira. Os dados sobre o estupro revelam essa dimensão. De acordo com a pesquisa “Elucidando a prevalência de estupro no Brasil a partir de diferentes bases de dados”, realizada pela DIEST/Ipea estima-se que ocorram 822 mil casos de estupro no Brasil por ano, ou seja, 2 casos por minuto.



Fonte: Elaborado pelas autoras a partir dos dados do FBSP, 2023.

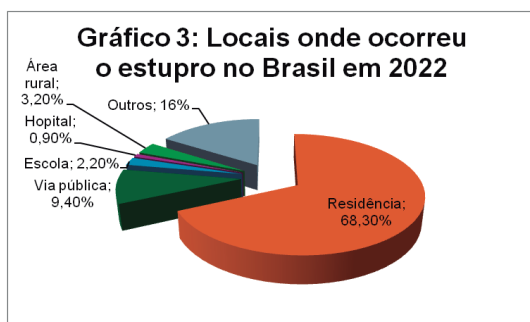
O total de estupros em Alagoas no ano de 2021 foi de 942, sendo que neste total 822 foram mulheres/meninas e 120 casos foram com homens/meninos. Em 2022 foram 1.040, sendo que 942 foram do sexo feminino. O que significa que dos estupros 87,3% foram de vítimas mulheres/meninas e 12,7% foram de vítimas homens/meninos.



Fonte: Elaborado pelas autoras a partir dos dados do FBSP, 2023.

No ano de 2022 foram 91% de mulheres/meninas e 9% de homens/meninos. Quando comparamos com os dados do Brasil ficam bem próximos. No ano de 2002 foram 65.569 estupros sendo 88,7 contra mulheres/meninas e 11,3 contra homens/meninos. Em relação ao sexo, as proporções têm se mantido as mesmas ao longo dos anos. Quando olhamos estes percentuais percebemos que o estupro é realizado em sua maioria contra as mulheres, o que demonstra como o estupro está associado ao projeto capitalista, racista e patriarcal de dominação dos corpos das mulheres, como uma propriedade dos homens, configurando o que Saffioti (1987) denomina de “poder do macho”.

Ainda de acordo FBSP de 2023 o local de ocorrência dos estupros 68,3% acontecem dentro de casa. Como vemos no Gráfico abaixo:

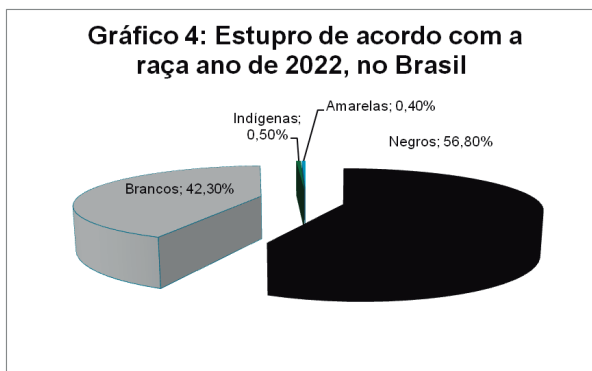


Fonte: Elaborado pelas autoras a partir dos dados do FBSP, 2023.

Outro dado que revela esse caráter patriarcal de propriedade e posse das mulheres é que 64,4% dos abusadores são familiares e 21% são conhecidos das vítimas, perfazendo um total de 82,7% dos abusadores são conhecidos. E ainda o fato de 6 a cada 10 vítimas de estupros terem até 13 anos de idade. Estes dados demonstram o que Carole Pateman (1988) define como “contrato sexual” que está presente no contrato social. Enquanto o contrato social define os direitos sociais e políticos dos homens em sociedade, o contrato sexual é a história de sujeição e submissão das mulheres aos homens, visto que, as mulheres ficaram de fora do pacto social estabelecido no contrato social. Este contrato é parceiro das hierarquias de gênero e a base da constituição do patriarcado moderno.

Em relação à raça, as pessoas negras continuam sendo as principais vítimas da violência sexual. No Brasil no ano de 2021 foram 52,2% pessoas negras. Em relação ao ano de 2022 temos que 56,8% das

vítimas eram pretas ou pardas, 42,3% das vítimas eram brancas, 0,5% indígenas e 0,4% amarelas.



Fonte: Elaborado pelas autoras a partir dos dados do FBSP, 2023.

Estes dados revelam o quanto o racismo está presente na violência contra as mulheres. O patriarcado presente em nossa sociedade atinge a todas as mulheres independente da raça/etnia, da classe, da sexualidade, da idade etc. Contudo, é importante explicitar que ao analisar as mulheres negras essa violência aumenta consideravelmente, demonstrando a necessidade de analisar esses dados à luz da nossa formação sócio-histórica.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os dados acerca da violência contra as mulheres vêm aumentando assustadoramente, esse é um fato. Contudo, precisamos entender o que significa esse crescimento, para além do que parece ser, buscando analisar essa realidade em movimento, desvelando suas mediações e contradições presentes. Primeiramente é importante trazer à tona o papel dos movimentos de mulheres e feministas num trabalho árduo de desnaturalizar a violência contra as mulheres. Em relação a violência sexual, especificamente ao estupro, a Lei Maria da Penha dar um salto gigantesco ao definir que o sexo forçado é estupro, independente da mulher ser casada com o abusador. Outro elemento que é importante explicitar que há um trabalho das instituições em divulgar que a violência contra as mulheres é crime e também de oferecer uma rede de proteção (mesmo que ainda frágil) às mulheres que buscam sair desta condição de violência.

Esses trabalhos contribuem para que as mulheres possam desmistificar os diversos tipos de violência e se perceber dentro delas, aumentando o número de denúncias. Contudo, é importante inserir nesta análise a tendência neoconservadora que espaiadas pela “Nova Direita” em relação ao lugar da mulher na sociedade ainda numa lógica de propriedade dos homens, resgatando a falsa ideia de “família tradicional” burguesa e disseminando uma concepção de que a autonomia, a igualdade e liberdade das mulheres ameaçam a ordem social, desestruturando a família, a religião e o Estado.

Neste sentido, podemos afirmar que há um duplo movimento. Ou seja, o aumento da violência contra as mulheres é fruto de um movimento em que mais mulheres estão denunciando, por um lado e por outro, o aumento do conservadorismo em nossa sociedade como autorização social para estas violências. Assim, fazer essas análises numa perspectiva feminista requer entender como esses dados se relacionam com as estruturas patriarcais, capitalistas e racistas do modo de sociabilidade vigente, ou seja, analisar como a violência contra as mulheres é funcional ao capital e como o Estado reproduz e produz essas estruturas violentas e desiguais, como parte de seu projeto de sociedade.

REFERÊNCIAS

CARNEIRO, Sueli. Enegrecer o feminismo: a situação da mulher negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero. In: ASHOKA EMPREENDEDORES SOCIAIS; TAKANO CIDADANIA (Orgs). *Racismos contemporâneos*. Rio de Janeiro: Takano Editora, 2003. [Coletânea valores e atitudes, série Valores; n. 1. Não discriminação]

Fórum Brasileiro de Segurança Pública. 17º Anuário Brasileiro de Segurança Pública [livro eletrônico] / Fórum Brasileiro de Segurança Pública. – São Paulo: FBSP, 2023. disponível em <https://institutomol.org.br/wp-content/uploads/2023/07/anuario-2023.pdf>

GELEDES. Sojourner Truth. Disponível em: <<https://www.geledes.org.br/e-nao-sou-uma-mulher-sojourner-truth/>>. Acesso em: 7 out. 2024.

GONZALEZ, Lélia; RIOS, Flávia (Org); LIMA, Márcia (Org). Por um feminismo afro-latino-americano: ensaios, intervenções e diálogos. 1 ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

HOOKS, Bell. E eu não sou uma mulher? Mulheres negras e feminismo. Tradução Bhuvi Libanio. 1. ed. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos,

2019b.

IPEA. DADOS SOBRE ESTUPRO NO BRASIL. N 22. <https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/arquivos/artigos/1694-pbestuprofinal.pdf>

MESQUITA, Andréa Pacheco de Mesquita. Relatório Observatório de Violência contra as Mulheres. Ano 2022. Grupo de Pesquisa Frida Kahlo: estudos de gênero, feminismos e serviço social - CNPq/Ufal.

MOURA, Clóvis. Brasil: raízes do protesto negro. São Paulo: Global editora. 1983.

NASCIMENTO, Abdias. O genocídio do negro brasileiro: processo de um racismo mascarado. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra S/A, 1978.

PATEMAN, Carole. O contrato sexual. tradução Marta Avancini. - Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993

SAFFIOTI, Heleieth. O poder do macho. São Paulo: Editora Moderna, 1987.

FORMAÇÃO DO PEDAGOGO NA UNIVERSIDADE ESTADUAL DO SUDESTE DA BAHIA (UESB) PARA A EDUCAÇÃO ÉTNICO-RACIAL: CAMINHOS PARA PRÁTICAS ANTIRRACISTAS E PARA O BEM-VIVER

Ariana Passos dos Santos¹
Dailza Araújo Lopes²

INTRODUÇÃO

A formação de professores para a educação Étnico-Racial é de suma importância para os processos educativos, pois a temática faz parte da sociedade e emerge socialmente em diversas esferas, identitária, social e ancestral. Dessa forma, o Pedagogo em suas práticas pedagógicas assume o papel de formar cidadãos críticos, capazes de se posicionarem diante injustiças e desigualdades provenientes do preconceito racial, consequentemente tais ações promovem o respeito à diversidade.

Em virtude da problemática citada, este trabalho visa a universidade, como espaço de formação, tem a responsabilidade de proporcionar uma formação qualificada e crítica, capacitando os futuros educadores a desenvolverem práticas antirracistas e inclusivas. Diante desse cenário, surge a necessidade de investigar como tem se dado a formação para a Educação das Relações Étnico-Raciais no curso de Pedagogia da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB).

Dessa forma, este estudo busca responder à seguinte questão: como se desenvolve a formação para a Educação das Relações Étnico-Raciais no curso de Pedagogia da UESB? Para atingir esse objetivo, estabelecemos as seguintes metas específicas: contextualizar o percurso histórico da Pedagogia no Brasil e na UESB, examinando as transformações que influenciaram a formação docente ao longo do tempo; e analisar como a Educação Étnico-Racial é abordada no currículo de Pedagogia da UESB, identificando práticas e lacunas existentes. Esses objetivos têm como propósito contribuir para a reflexão e aprimoramento da formação docente, promovendo uma educação mais equitativa e sensível às diversidades.

1 Graduanda de Pedagogia pela UESB, campus de Jequié/Ba.

2 Professora da UESB, campus de Jequié/Ba.

A metodologia será fundamentada em discussões teóricas de artigos, com autores que trazem tais discussões, também conta com a análise do PPC de Pedagogia, a fim de salientar como a universidade promove uma formação Étnico-Racial, o que demonstrará a ênfase e visibilidade da temática. Ainda, contando como coleta de dados a aplicação de questionários para alunos da graduação sobre suas concepções e relevância da temática, via *google forms*.

A PEDAGOGIA NO BRASIL E NA UESB

Dentro das universidades, os futuros docentes se deparam com currículos fragmentados, com conteúdos genéricos que tomam lugar de conteúdos necessários, bem como professores universitários que se obtêm de uma prática que não contribui para o desenvolvimento docente. De acordo com Gatti, (2013, p.58) “Há grande dissonância entre os Projetos Pedagógicos dos cursos e a estrutura do conjunto de disciplinas e suas ementas, parecendo que aqueles são documentos que não repercutem na realização dos cursos”.

A história sobre a formação de professores com políticas para assegurar uma organização estrutural qualificatória para licenciatura, inicia com a Lei 9394/96 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional que consolidou a estrutura da educação escolar nacional, definiu responsabilidades e caracterizou cada modalidade e nível dessa educação. Em relação à formação de professores para a Educação Básica, foram propostas novas diretrizes que, embora mencionadas no texto, não foram implementadas. Essas propostas incluíam a criação de Institutos Superiores de Educação e Escolas Normais Superiores (Gatti, 2021).

Em 2002, o Conselho Nacional de Educação (CNE) formulou Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores, aplicáveis a todas as licenciaturas, que deveriam se adequar a essas diretrizes. As diretrizes propunham coerência entre a formação oferecida e a prática esperada do futuro professor, incentivaram a pesquisa com foco no ensino e na aprendizagem para compreender o processo de construção do conhecimento, e enfatizavam a importância da prática desde o início do curso. Além disso, promoviam flexibilidade para que cada instituição formadora desenvolvesse projetos inovadores com identidade própria (Brasil, 2002). Por haver problemas nos cursos de formação inicial e continuada dos professores a Resolução CNE/CP 01/2002 foi revogada, enquanto fundamentou a Resolução CNE/CP 02/2015 (Brasil, 2015).

Entretanto, esta nova resolução por ser adiada várias vezes não entrou em vigor, sendo assim sob uma nova orientação através da Resolução CNE/CP 02/2019 (Brasil, 2019) que traz outras Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial de Professores para a Educação Básica e institui a Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica (BNC-Formação), revogando a Resolução CNE/CP 02/2015. É notório que a desvalorização dos profissionais da educação, em específico para a educação básica, possui circunstâncias que viabilizam dificuldades para uma perspectiva formativa de qualidade. O ensino nas universidades deve promover e salientar o desenvolvimento de um professor-pesquisador, para todas as áreas do conhecimento que constituem a aprendizagem nas salas de aula. As definições do termo Pedagogia estão configurados ao ato de ensinar e aprender, mais precisamente no metodológico, exclusivamente ligado ao ensinar. Nesse contexto, Libâneo, (2001, p. 156), destaca:

Há, de fato, uma tradição na história da formação de professores no Brasil segundo a qual pedagogo é alguém que ensina algo. Essa tradição teria se firmado no início da década de 30, com a influência tácita dos chamados “pioneiros da educação nova”, tomando o entendimento de que o curso de Pedagogia seria um curso de formação de professores para as séries iniciais da escolarização obrigatória. O raciocínio é simples: educação e ensino dizem respeito a crianças (inclusive porque “peda”, do termo pedagogia, é do grego “paidós”, que significa criança). Ora, ensino se dirige a crianças, então quem ensina para crianças é pedagogo. E para ser pedagogo, ensinador de crianças, é preciso fazer um curso de Pedagogia. Foi essa ideia que permaneceu e continua viva na experiência brasileira de formação de professores.

Partindo desse pressuposto, reduzir a Pedagogia apenas um ato de ensinar banalizado ao senso comum, não valoriza a vasta gama de conhecimentos que o Pedagogo de fato possui, pois a mesma deve ser vista como um campo de conhecimentos sobre a problemática educativa na sua totalidade e historicidade e, ao mesmo tempo, uma diretriz orientadora da ação educativa Libâneo (2001). Portanto, a Pedagogia é o ato educativo, e ser educativo não se aplica apenas ao âmbito escolar.

O curso de Pedagogia na UESB (Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia) campus de Jequié-Ba, objetiva a formação do Pedagogo para atuar nas séries iniciais do ensino fundamental e nas matérias pedagógicas do magistério, possuidor de uma formação geral que o capacite a analisar, com rigor, a realidade educacional e social, seus

problemas e necessidades, a fim de posicionar-se frente a ela, de forma compreensiva e crítica. O Curso tem ênfase em “Educação Infantil e Séries Iniciais do Ensino Fundamental”.

O curso teve início em 1997, com a Res. CEE nº 084/97, 03.11.1997 DOE 24.12.1997, o projeto de reconhecimento com o Dec. Est. nº 8.741, 12.11.2003 DOE 13.11.2003, Dec. Est. nº 11.326, 18.11.2008 DOE 19.11.2008 e Dec. Est. nº 16.930, 08.08.2016 DOE 09.08.2016, buscam aprimorar a formação dos futuros profissionais desta instituição de ensino. A estrutura curricular do Curso de Pedagogia é constituída de disciplinas de formação básica, formação geral, formação profissional específica e de disciplinas de complementação para integralização do currículo pleno.

De acordo com o Projeto Pedagógico do Curso de Pedagogia, esta licenciatura está configurada nos seguintes objetivos:

1. Operacionalizar academicamente uma realidade dinâmica difusa, relacional, inacabada, transitória e não linear na vinculação direta da docência com a pesquisa a extensão;
2. Articular os diversos saberes que convirjam para a prática docente;
3. Desenvolver as ações acadêmicas a partir de princípios teóricos e metodológicos de análise e interpretação de realidades educativas complexas (escolares e não-escolares) am perspectivas inter-relacionais, fuentes, recursivas e dinâmicas de produção de conhecimento;
4. Proporcionar um contexto epistemológico de estudo e pesquisa que tenha como marco operacional a dialogicidade entre os diversos níveis de realidade e a implicação dos sujeitos com seus objetos de estudo;
5. Promover a educação para e na cidadania (UESB PPC Pedagogia, p.58).

Os objetivos supracitados, destacam a importância de formar profissionais de educação que integrem saberes metodológicos e acadêmicos para promover uma educação cidadã, com foco na superação das desigualdades sociais no Brasil. Esses educadores devem ser críticos da realidade e agentes de transformação, promovendo relações étnico-raciais e combatendo preconceitos históricos. O papel do pedagogo é essencial nesse processo, pois ele deve facilitar um ensino-aprendizagem que ajude na construção de uma identidade crítica e nas relações sociais.

Educar para as Relações Étnico-racial não se resume apenas à importância das diferenças entre grupos ou indivíduos, mas envolve

uma análise mais profunda das condições históricas, sociais e culturais. Ao abordar a diversidade, é importante considerar como as identidades foram construídas ao longo do tempo, especialmente em contextos de colonização e dominação, onde certos grupos foram marginalizados ou oprimidos. Isso significa que a valorização da diversidade deve estar acompanhada de um compromisso com a justiça social e a equidade, confirmando que as diferenças são frequentemente acompanhadas por questões de privilégio e opressão. Essa perspectiva crítica é fundamental para promover um entendimento mais completo e inclusivo da diversidade.

A EDUCAÇÃO ÉTNICO-RACIAL

Em uma sociedade multicultural educar para as relações étnico-raciais contribui para construção de um ser crítico, proveniente da construção da identidade para as relações sociais. O Pedagogo por seu caráter pedagógico de ensinar, deve proporcionar um processo de ensino-aprendizagem contra os preconceitos enraizados de forma sistemática oriundos de um processo histórico marcado por desigualdades e injustiças.

No que tange a Educação para as Relações Étnico-Raciais, a lei 10.639/2003 alterou a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) no Brasil para incluir, no currículo oficial da Rede de Ensino, a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira”, a qual foi alterada pela lei nº 11.645/2008 que inseriu a obrigatoriedade do ensino da história e cultura indígena. Para um ensino além da visão do negro subalterno, objetivando valorizar as ancestralidades em seus aspectos de história, luta e valorização da cultura.

Após a criação da referida lei, foram criados instrumentos legais como o Parecer e a Resolução do Conselho Nacional de Educação (CNE) e o Plano Nacional de Implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para orientar as instituições educacionais. O Parecer CNE 002/2004 destaca a necessidade de professores qualificados, preparados para lidar com o racismo e discriminações, e capazes de promover a reeducação das relações étnico-raciais. Posto isto, os documentos das Diretrizes de Educação para as Relações Étnico-Raciais enfatizam para a formação de professores, conforme Brasil (2003, p. 23)

[...] análise das relações sociais e raciais no Brasil, de conceitos e de suas bases teóricas, de materiais e textos didáticos como parte

integrante da matriz curricular tanto nos cursos de licenciatura, nos processos de formação continuada de professores, inclusive de docentes do ensino superior.

A diversidade cultural é uma construção social e histórica, que vai além das diferenças biológicas visíveis. As diferenças são moldadas por fatores sociais e culturais, resultantes de interações e relações de poder ao longo do tempo. As características que constituem cada ser são compreendidas e rotuladas pela sociedade, em um processo influenciado pela cultura. Assim, a forma como percebemos e nomeamos as diferenças é resultado de um contexto social, não apenas de características inatas (Gomes, 2007).

Entende-se que a diversidade se dá pelas construções sociais oriundas das experiências, no que concerne à educação a mesma se faz presente em toda e qualquer sociedade, logo se nas interações com o meio são construídos as identidades, conhecimentos e representações, a diversidade se instaura imprescindível com os processos pedagógicos, segundo Gomes (2007, p. 18):

[...] A diversidade é um componente do desenvolvimento biológico e cultural da humanidade. Ela se faz presente na produção de práticas, saberes, valores, linguagens, técnicas artísticas, científicas, representações do mundo, experiências de sociabilidade e de aprendizagem. Todavia, há uma tensão nesse processo. Por mais que a diversidade seja um elemento constitutivo do processo de humanização, há uma tendência nas culturas, de um modo geral, de ressaltar como positivos e melhores os valores que lhe são próprios, gerando um certo estranhamento e, até mesmo, uma rejeição em relação ao diferente. É o que chamamos de etnocentrismo. Esse fenômeno, quando exacerbado, pode se transformar em práticas xenófobas (aversão ou ódio ao estrangeiro) e em racismo (crença na existência da superioridade e inferioridade racial).

Portanto, tendo a diversidade concebida pelo convívio social ela se reverbera de forma desvalorizada, desencadeando preconceito, racismo e injustiças presentes no cotidiano. Dessa forma, estando vinculada aos processos educacionais, busca promover o conhecimento de todas as pessoas para esta temática visto que há diferentes grupos étnico-raciais e culturais, ainda conta com a diversidade de fenótipos.

A educação das relações étnico-raciais tem como objetivo formar cidadãos que buscam promover a igualdade em diversos direitos, como os sociais, políticos e econômicos, respeitando as diferentes identidades étnicas e raciais. Em essência, a educação deve promover a participação

ativa na vida pública, permitindo que todas as pessoas sejam capazes de valorizar as diferenças (Petronilha, 2007).

Segundo Petronilha (2007, p. 491) “tratar, pois, de ensinamentos e de aprendizagens, é tratar de identidades, de conhecimentos que se situam em contextos de culturas, de choques e trocas entre jeitos de ser e viver, de relações de poder”. Assim, compreende-se que aprender e ensinar é um processo dinâmico e contínuo proveniente das interações entre as pessoas, logo enriquece e fortalece as diversidades culturais e sociais. A educação se torna uma ferramenta vital para a valorização das diferenças e construção de identidades.

A diversidade cultural vai além da mera contagem de diferentes culturas ou de sua variedade. Ela enfatiza que cada cultura é única, moldada por processos históricos, políticos e sociais específicos. Gomes (2007) sugere que a diversidade cultural não deve ser tratada apenas como um tópico ou uma disciplina isolada dentro do currículo escolar. Em vez disso, deve ser um eixo central que oriente todas as experiências e práticas educacionais. Isso significa que uma cultura deve ser integrada de forma abrangente e reflexiva em todos os aspectos da educação, permitindo que os estudantes compreendam e valorizem as nuances das diferentes culturas em seu conjunto.

CONSIDERAÇÕES PARCIAIS

Por se tratar em uma pesquisa em andamento, observa-se com os dados parciais que no curso de Pedagogia da UESB possui duas disciplinas obrigatórias, uma com nomenclatura “Educação para as relações étnico-raciais: cultura indígena” e uma dentro da temática de “Educação e Relações Étnico-raciais: cultura africana”, ambas possuem leituras obrigatórias e complementares que contemplam a formação inicial em Pedagogia e permitem o acesso à discussão, bem como ao atendimento das leis 10.639/2003 e 11.645/2008, porém uma questão a ser enfatizada é que da Educação para as relações étnico-raciais não aparece em outros componentes ao longo do curso, o que configura um isolamento da temática na formação inicial em Pedagogia na UESB.

Por conseguinte, a formação de professores, neste trabalho em específico do Pedagogo, para Educação Étnico-Racial visa com as leis e diretrizes um trabalho que deve ser promovido nas instituições de ensino para as práticas pedagógicas. Visto que, tal temática emerge na sociedade de forma errônea, com preconceitos e desigualdades, assim atribuindo ao profissional da educação uma formação com co-

nhecimento crítico para tratar as questões raciais, fundamental para os âmbitos escolares e não-escolares. Nesta perspectiva, percebemos que os professores devem ressignificar suas funções nas práticas para e na escola. Ir contra a cultura escolar tradicional, e que incorpore a pesquisa no cotidiano das aprendizagens, isso também faz parte de uma formação continuada, de suma importância para o profissional da educação.

REFERÊNCIAS

BRASIL. (2002). Conselho Nacional de Educação. Resolução CNE/CP nº 1, de 18 de fevereiro de 2002. Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação de Professores da Educação Básica, em nível superior, curso de licenciatura, de graduação plena. Brasília, DF

BRASIL. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico- Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. Brasília, DF: MEC, 2004.

GATTI, Bernadete A. Formação de Professores no Brasil Políticas e Programas. **Revista Paradigma**, São Paulo, Brasil, Vol. XLII, Nro. Extra2: Políticas, Programas e Práticas, maio de 2021.

GATTI, Bernate A. Educação, escola e formação de professores: políticas e impasses. **Educar em Revista**, Curitiba, Brasil, n. 50, p. 51-67. out.-dez. 2013. editora UFPR.

GOMES, N. L. Indagações sobre currículo: diversidade e currículo. Brasília, **Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica**, 2007. 48 p.

RODRIGUES, T. C.; SILVA, A. F. Didática das Relações étnico raciais: contribuições propositivas para a formação inicial de professores. *Roteiro*, Joaçaba, v. 46, jan./dez. 2021.

SAVIANI, D. A Pedagogia no Brasil: história e teoria. Campinas: Autores Associados, 2008.

SILVA, P. B. G. Aprender, ensinar e relações Aprender, ensinar e relações étnico-raciais no Brasil. Porto Alegre/RS, 2006, n. 3 (63), p. 489-506, set./dez. 2007.

Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia. Projeto Pedagógico do Curso de Pedagogia. Projeto de Reconhecimento e Renovação de Reconhecimento. Jequié, Bahia: 2014.

FAMÍLIAS BRASILEIRAS: A POSSIBILIDADE DE REPENSAR OS CÓDIGOS SOBRE AS COALIZÕES FAMILIARES

Ana Doroteia Santos Dias¹
Márcia Santana Tavares²
Maria Luiza da Silva Damião³

INTRODUÇÃO

No Brasil, esse país forjado sob os escombros e rachaduras provocadas pela colonização, mesmo quando pensamos temáticas que refletem afetos positivos como o Amor, Afetividades Plurais e/ou Famílias, é inevitável que nossas análises revelem uma série de contradições. Considerando o nosso contexto histórico e social, podemos perceber que os imaginários que dizem respeito às famílias brasileiras são formulados com base nos marcadores sociais das diferenças como a raça, classe, gênero, sexualidade, geração, entre outros.

Se pensarmos quem está autorizado a constituir famílias no Brasil, notamos que há uma disputa política em relação a esse assunto, não à toa é a partir da mobilização da conformação familiar *héterocis-normativa* que grande parte dos atores políticos conservadores atuam para cooptar o pensamento e os votos do povo. Família, moral e bons costumes. O que isso significa? Como isso influencia e conforma nossa sociedade? Por que é tão importante promover a manutenção dessa célula?

As respostas são diversas, grandes teóricos, filósofos, historiadores e sociólogos debruçaram-se de forma aprofundada nessa seara, pois a família não pode ser pensada como uma entidade descolada da estrutura patriarcal. O que se compreende por “família” hoje, no nosso país, reflete o modo de produção capitalista, a manutenção da mão de obra, da divisão sexual do trabalho e corrobora para o fomento das monocul-

1 Doutoranda e Mestra em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismos (PPGNEIM) / Universidade Federal da Bahia (UFBA), Salvador/Brasil. Bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES).

2 Doutora em Ciências Sociais pela Universidade Federal da Bahia

3 Mestranda em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismos (PPG-NEIM)/Universidade Federal da Bahia (UFBA), Salvador/Brasil. Bolsista da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia (FAPESB).

turas, sejam elas da fé, da sexualidade, afetos, das *plantations*, que além de ser implantada na agricultura, também pode ser considerada a partir da formação cognitiva dos sujeitos (Nunez, 2021; Mombaça, 2021)⁴.

O passado colonial institui uma ideia de Nação alicerçada em valores eurocêntricos impostos sob o julgo de extremas violências, a língua, a corporeidade, a codificação dos símbolos como família, gênero, humanidade, que são resultado de uma categorização branca, masculina, cis e situada em convenções pensadas a partir de um marco temporal ocidental aliado ao cristianismo. No entanto, ao adentrar nesse território, nas mais abissais contradições impostas, os povos que aqui estavam e os povos africanos que para cá foram traficados, jamais deixaram de disputar as narrativas culturais que estruturam suas cosmovisões.

Isto posto, pretendemos com esse ensaio promover reflexões em torno de como essas noções patriarcais forjaram nossa nação, não obstante, os significados de família, mas também diversificar esses códigos a partir do ponto de vista do pensamento negro e indígena brasileiro, intercruzado com as concepções plurais do que podem ser famílias para pessoas LGBTQIAP+. Assim, nosso objetivo é demonstrar que os discursos epistemológicos, socioculturais, políticos e subjetivos sobre as famílias brasileiras são terrenos de fronteiras imaginárias as quais podem ser desveladas com o auxílio de determinadas lentes.

FAMÍLIAS PLURAIS

Pensar famílias no plural dá margem para multidões de conformações imaginativas, nessa toada é sempre importante resgatar algumas metodologias de análise, a interseccionalidade é uma destas, pois é a partir do intercruzamento de diferentes recortes sociais que perpassam os sujeitos que podemos compreender diferentes cenários aos quais estão inseridos e as motivações de suas práticas. Collins e Bilge (2020) pensam a interseccionalidade como uma categoria política e analítica, a qual pode ser instrumentalizada para investigar diferentes instâncias sejam elas dos campos individuais/subjetivos até diante de questões referentes à crise climática, garantia de direitos humanos, ascensão de políticas conservadoras, fascistas, neoliberais.

A interseccionalidade é uma ferramenta analítica utilizada por mulheres negras há diversos séculos, mas foi conceituada epistemologicamente por Kimberle Crenshaw em 1989, pensando a partir da ex-

4 MOMBAÇA, Jota. A Plantação Cognitiva. 2020.

periência de mulheridades femininas diante das opressões sobrepostas. Interseccionar é compreender que existem diferentes secções sociais relacionadas e intercruzadas, tendo como fio condutor as estruturas racistas e sexistas imbricadas no convívio social.

A interseccionalidade é uma conceituação do problema que busca capturar as consequências estruturais e dinâmicas da interação entre dois ou mais eixos da subordinação. Ela trata especificamente da forma pela qual o racismo, o patriarcalismo, a opressão de classe e outros sistemas discriminatórios criam desigualdades básicas que estruturam as posições relativas de mulheres, raças, etnias, classes e outras. Além disso, a interseccionalidade trata da forma como ações e políticas específicas geram opressões que fluem ao longo de tais eixos, constituindo aspectos dinâmicos ou ativos do desempoderamento (Crenshaw, 2002, p. 177).

Esse desempoderamento é resultado das violências materiais e simbólicas que ao atingir os corpos racializados tornam suas vivências fraturadas a partir da colonialidade. Por isso pensar famílias, no plural, e a partir da das lentes interseccionais torna possível além de situar onde habitam as fronteiras entre a existência plena e as outridades, também oportuniza a disputa de outros conceitos e significações culturais, sociais e humanas, como quando pensamos os códigos envoltos na noção de família.

A FAMÍLIA A SERVIÇO DO CAPITAL

Friedrich Engels em “*A Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado*” (1884), situa análises que representam as transformações sociais que modificam também os significados da noção de família, de acordo com seu pensamento compreende-se que famílias não são entidades fixas e estão intrinsecamente ligadas aos sistemas econômicos de cada época, capazes de se modificar de acordo com as condições materiais da sociedade.

O materialismo histórico dialético descortina que as famílias patriarcais como conhecemos é uma das ferramentas capitalistas ligadas às concepções de manutenção da propriedade privada e do controle das heranças, muito aquém do que se elabora no pensamento romântico ocidental. No corrimento desse pensamento é onde podemos iniciar o caminho para pensar a divisão sexual do trabalho que aumenta em larga escala as opressões associadas aos papéis femininos e relações de poder generificadas.

A divisão sexual do trabalho é um termo que reflete construções globais que determinam relações sociais de sexo fomentadas a partir das bases materiais capitalistas. Segundo Danièle Kergoat (2009), essa primeira noção foi utilizada pelos etnólogos para delimitar as tarefas desempenhadas por homens e mulheres, contudo, foram as feministas as primeiras a destacar que nessa divisão havia uma relação assimétrica de poder. Nesse construto as principais características consistem em uma “destinação prioritária dos homens à esfera produtiva e das mulheres à esfera reprodutiva e, simultaneamente, a ocupação pelos homens das funções de forte valor social agregado (políticas, religiosas, militares etc.)” (Kergoat, 2009, p. 67).

De acordo com Federici (2021), o Amor se tornou uma ferramenta de exploração acessível para o patriarcado, o trabalho doméstico seria culturalmente assimilado como natural as mulheres, um trabalho intrínseco à natureza feminina, e mesmo com a inserção das mulheres no mercado de trabalho e nas relações capitalistas, a jornada de trabalho ainda se torna mais pesada, pois é preciso administrar o avental e o macacão. O autor aponta que até a sexualidade pode ser considerada trabalho, a partir das premissas da heterossexualidade compulsória, as mulheres trabalham até enquanto transam, ao exercer sua sexualidade, diante das relações de poder gendradas o prazer masculino é o principal foco e deve ser atendido a qualquer imposição do “patrão” dentro das relações matrimoniais.

Dessa forma, é possível visualizar como a família nuclear foi estabelecida e ordenada a partir da produção materialista do capital, de modo que essa perspectiva foi sendo reelaborada e reatualizada com o tempo. No entanto, diversos fatores têm modificado esses núcleos familiares, os movimentos negros, feministas, e emancipatórios, foram sem dúvida grandes responsáveis por oportunizar que sujeitos das margens do capital, do terceiro mundo, e em posições oprimidas nesses contextos, pudessem lutar pela sua liberdade moral e material, como no caso de pessoas racializadas, mulheres em situação de violências e a comunidade LGBTQIAPN+ como um todo.

Nessas atualizações fenômenos como os divórcios entre pessoas heterossexuais, casamentos homoafetivos, maternidades plurais, não biológicas, famílias não sanguíneas e as disputas dos significados dessas simbologias ficaram mais evidentes a partir do século XX. Anthony Giddens (2008) suscita algumas reflexões sobre os diversos movimentos em torno da família, pensando a partir do cenário britânico, mas alargando os limites de suas análises pelo mundo, o autor considera as

mudanças dos padrões familiares como algo sintomático, ele destaca uma erosão das famílias nucleares e um aumento das famílias monoparentais.

Também compreende que as noções de família, parentesco, casamento estão interligadas e forjadas a partir das premissas da monogamia, nas quais muitas vezes a família é atrelada ao funcionalismo, como já mencionado anteriormente, conectada às premissas capitalistas. Diante das mudanças observadas, o autor questiona os porquês de com tantas modificações familiares ainda se busca tanto os vínculos “as pessoas casam-se por causa do amor e divorciam-se por causa do amor; as pessoas empenham-se num interminável ciclo de esperança, arrependimento e novas tentativas” (Giddens, 2007, p. 181). Ele reitera:

Como já se disse, é difícil resistir à conclusão de que estamos presentemente numa encruzilhada. Será que o futuro trará uma decadência ainda maior do casamento e das relações duradouras? Vivemos num cenário emotivo e sexual marcado pela amargura e pela violência? Ninguém sabe ao certo. Mas a análise sociológica do casamento e da família que aqui é apresentada leva-nos a pensar que não se resolvem os problemas atuais olhando para o passado. É necessário tentar reconciliar a liberdade individual que a maioria de nós aprendeu a valorizar na vida pessoal com a necessidade de constituir relações estáveis e duradouras com outras pessoas (Giddens, 2007, p. 199).

FAMÍLIAS BRASILEIRAS

A antropóloga Mariza Corrêa (1981) redireciona as discussões de família propondo a pensar de forma mais profunda a realidade do Brasil, assim ela promove um trabalho rico ao provocar críticas a respeito de dois pensamentos dominantes na literatura sobre família no nosso país. O primeiro vê a família patriarcal rural como a instituição fundamental do Brasil Colônia e o segundo focaliza a família conjugal moderna da época urbana, trazendo à tona os pensamentos de Gilberto Freyre em *Casa Grande e Senzala* (1933) e Antonio Candido em *The Brazilian Family* (1972), respectivamente.

A antropóloga possibilita com suas críticas a revisão de como a homogeneização das narrativas sociológicas a respeito da Família Patriarcal elabora o apagamento de diversas possibilidades de conformações familiares ao longo da história brasileira. Dessa forma, ela investiga alternativas de outras organizações familiares como de pessoas negras dentro e fora do sistema escravista no período pré e pós-aboli-

ção, de pessoas indígenas e o fluxo contínuo de relações as quais extrapolam as fronteiras da família patriarcal, dos territórios rurais e das fazendas e da casa do Senhor de engenho.

A história de organização familiar no Brasil tem contentado em ser a história de um determinado tipo de organização familiar e doméstica – a família patriarcal – um tipo fixo onde os personagens, uma vez definidos, apenas se substituem no decorrer das gerações, nada ameaçando sua hegemonia, e um tronco onde brotam todas as outras relações sociais. Ela se instala nas regiões onde foram implantadas as grandes unidades agrárias de produção – engenhos de açúcar, fazenda de criação ou de plantação de café. A substituição da família patriarcal se dá com a decadência das propriedades e produções rurais e aumento da industrialização surgindo então a “Família conjugal moderna”, típico produto da urbanização, reduzida ao casal e seus filhos (Corrêa, 1981, p. 6).

Foram essas as concepções principais para elaborar no imaginário brasileiro um padrão de família dominante, tornando alguns personagens protagonistas e invisibilizando todos os outros, ao que podemos correlacionar com o conceito de maiorias minorizadas, já que é sabido o alto índice de famílias monoparentais e diversas onde a figura do patriarca não existe de fato. É dessa premissa crítica que se pode pensar as reinvenções dos significados de famílias, pois ao eleger um único núcleo familiar, multidões permanecem apagadas, invisíveis, mal representadas e marginalizadas. Corrêa (1981) afirma que a história da família brasileira é alimentada por tensionamentos, por coexistências, e múltiplas formas de organização, é preciso reivindicar esses modelos e demonstrar empiricamente como se dão essas conformações.

Sendo assim, na tentativa de elucidar como demonstrar tais conformações, convoco os pensamentos de Geni Nunez (2021), Ailton Krenak (2020), Lélia Gonzalez (1985), Saidiya Hartman (2022), Patricia Hill Collins (2019), Angela Davis (2016), Judith Butler (2003) e Donna Haraway (2016) para promover epistemes arquitetadas pelos sujeitos das margens do capitalismo e da colonialidade, pensando as cosmovisões indígenas, as simbologias em disputa para pessoas negras e a crítica à héterocishumanidade normativa.

As cosmovisões indígenas são coletivizadas hoje, além de na prática cotidiana por diversos métodos, também por pensadores que adentraram a academia, disputaram as narrativas epistêmicas ocidentais e tem a muito custo reforestado nossos imaginários. Várias dessas premissas de produção de conhecimento são alicerçadas em um aspecto

cultural cujo marco temporal precede a colonização, quando as terras do que conhecemos como Brasil se chamava Pindorama⁵. Ailton Krenak (2020) e Geni Nuñez (2021) importantes representações do ativismo e produção intelectual indígena traçam elaborações contundentes ao que tange à crítica da família nuclear héterocispatriarcal capitalista alicerçada no utilitarismo e na exploração de outros seres, da natureza e no apagamento das diversidades.

Krenak (2020), ativista e teórico renomado nas lutas indígenas, defende que a família pode ser uma rede ampliada de relações que inclui pessoas para além do vínculo biológico, mas, sobretudo, a partir da coletividade, comunidade, em coalizão com a natureza e com a ancestralidade. Nessa perspectiva, as famílias são pensadas a partir de práticas éticas e respeitadas entre os seres vivos e o meio ambiente, um espaço de cuidado e conexão com o mundo natural. A Terra é considerada uma grande “mãe”, fonte de vida, cuidado, onde são forjados os laços familiares. A comunidade também estabelece uma relação na contramão da colonialidade com a temporalidade, conectando gerações a partir da continuidade entre passado e presente, promovendo sentidos de pertencimentos e identidades.

Nesse bojo cosmológico, Geni Nuñez (2021), psicóloga e importante ativista dos povos originários, sobretudo da política ética dos afetos, elabora seu pensamento, e do povo Guarani, pensando as famílias como o avesso das noções patriarcais heteronormativas, assim, ela se utiliza dessa estrutura para trazer luz às problemáticas envoltas dentro desse núcleo, pensando as noções de monoculturas impostas pela colonialidade. Para Nuñez a família ocidental expõe um arranjo que desarticula formas tradicionais de vida comunitárias, subjuga mulheres, crianças e pessoas LGBTQs e/ou com deficiência.

Ela elabora uma relação importante sobre a crítica aos modelos relacionais fomentados pela monogamia, pois o casamento, a propriedade, o cristianismo, a cisgeneridade, são as ferramentas que assassina as concomitâncias. Nuñez defende a recuperação e a valorização das formas indígenas de organização familiar, que foram historicamente atacadas e desvalorizadas pelo processo de colonização. Essas formas de família estão baseadas na equidade, na cooperação e na liderança feminina, desafiando a visão patriarcal e eurocêntrica de como as famílias devem ser organizadas. O resgate dessas tradições é visto como um ato de resistência e fortalecimento das culturas indígenas.

5 Pindorama (Terra das Palmeiras) é uma expressão tupi-guarani para designar todas as regiões e territórios da hoje chamada América do Sul (Nego Bispo, 2015, p. 20).

Em ambos os pensamentos ocorre a descentralização do indivíduo e do núcleo privado, prima-se pelo coletivo, pela comunidade, tendo como ponto de partida o cuidado mútuo, pelos ciclos da vida enviesados na valorização de todas as formas de existência de modo inclusivo e relacional onde os ancestrais, a terra, e a coletividade desempenham papéis fundamentais para manutenção da solidariedade. Além disso, as cosmovisões indígenas deixam o legado empírico de como coexistir com o meio ambiente sem colapsar o mundo que existimos.

As epistemologias indígenas ajudam a elaborar como é imprescindível recodificar os símbolos atrelados às famílias brasileiras, não somente por ela ser uma célula opressora e reprodutora de exploração e subalternização de sujeitos fora e dentro desse núcleo, não só. Até porque é sabido que famílias não possuem somente significações adversas, negativas e controversas. A crítica é importante para a ampliação dos olhares interseccionais nos quais haja possibilidade de produzir outras formas de se relacionar diante das imposições coloniais, as quais afetam todos de modo geral, em maiores ou menores escalas.

FAMÍLIAS NEGRAS E O CUIDADO COLETIVO

Para corroborar com esse alargamento epistemológico é preciso situar que as famílias brasileiras pensadas nos marcadores da colonialidade produzem simbologias que apagam em grande medida a subjetividade de pessoas negras. De acordo com Lélia Gonzalez (1985), em termos gerais esse sintoma que pode ser resumido como “neurose cultural brasileira”, cuja base consiste no apagamento sistêmico das feridas abertas pelo período escravocrata brasileiro. Dessa forma, o racismo estrutural, os preconceitos simbólicos e linguísticos como no caso do pretuguês, assim como, as referências sobre a população negra, que corroboram com o racismo epistêmico, cognitivo e subjetivo são deixadas de lado, enquanto o destaque é dado aos estereótipos negativos sobre famílias negras, mulheres negras e as relações entre estas sujeitas e os núcleos das famílias patriarcais, como no caso das “mulatas”, “domésticas” e “mães pretas”.

Saidiya Hartman (2016) e Angela Davis (2016), importantes teóricas do pensamento feminista negro possibilitam elaborar, a partir do Norte Global, algumas noções de família pensando o povo negro afroamericano, ao compreender que várias significações referentes aos papéis de gênero, divisão sexual do trabalho, monogamias, casamentos, modelos relacionais e familiares são abjetos às pessoas negras, sobre-

tudo às mulheres negras. Por isso, essas noções devem extrapolar o modelo patriarcal e nuclear. As autoras coadunam com as concepções que famílias negras são forjadas em coalizões de resistência, solidariedade, lutas e invenções contínuas. Assim, a família não é apenas uma unidade privada, mas também um espaço de resistência política contra as múltiplas formas de opressão, ainda que sejam frequentemente marginalizadas ou deslegitimadas, representam formas legítimas e criativas de parentesco que desafiam as estruturas racistas e capitalistas.

As autoras são contundentes ao afirmar que a colonialidade desmantelou os significados das famílias negras com seu elevado grau de violências impostas e sobrepostas, destruindo laços afetivos e parentais. A violência sistêmica da escravidão desarticulou as formas de parentesco entre os africanos e seus descendentes, ao separar casais, mães, pais e filhos, reduzindo-os a mercadorias, objetos, não humanos.

Davis (2016) critica a idealização da família nuclear patriarcal, assim como Engels e as/os marxistas, ela também reitera que essa forma de família serve aos interesses do capitalismo, ao perpetuar a opressão das mulheres, e não é necessariamente a melhor ou única maneira de organizar a vida familiar e comunitária. Para Davis, as famílias negras e de outras populações marginalizadas foram profundamente afetadas pelas condições sociais e econômicas impostas pelo racismo e pela exploração capitalista. Mesmo após a escravidão, políticas racistas e a marginalização econômica continuaram a impactar negativamente as estruturas familiares negras.

Essa renomada feminista negra defende uma concepção mais ampla de família e parentesco, que vai além do modelo nuclear heterocisbranco. As mulheres negras, especialmente em contextos de resistência de constituição de famílias de coletividade, desenvolveram formas de parentesco que se baseiam na solidariedade e nos cuidados coletivos, envolvendo não apenas laços de sangue, mas também redes comunitárias, esse parentesco ampliado pode incluir amigos, vizinhos e outros membros da comunidade que se apoiam mutuamente.

Nas análises de Hartman (2022), a família negra no contexto pós-escravidão veio a ser profundamente marcada pela ausência e pela fragmentação de seus símbolos culturais. As experiências de exclusão econômica, racismo e marginalização, mesmo após o fim da escravidão, continuam a afetar negativamente a formação de laços familiares estáveis. A criminalização da pobreza e as múltiplas violências desestruturam constantemente as possibilidades de organização familiar para os afrodescendentes. Contudo, esses fatos estruturais não encerram essa

situação, narrar o problema é justamente acionar métodos de combate, além disso, Hartman e Davis (2016) são revolucionárias ao demonstrar as tecnologias construídas e fomentadas como estratégias de resistência e subsistência para não se render facilmente as violências coloniais.

Se, como aponta Saidiya Hartman, “a escravidão é o fantasma na máquina do parentesco” é porque o parentesco afroamericano tem sido tanto um lugar de intensa vigilância quanto de “patologização” por parte do Estado, o que o leva à contradição de estar sujeito a pressões de normalização no contexto de uma contínua “deslegitimação” social e política. Portanto, não é possível separar as questões de parentesco das relações de propriedade (concebendo pessoas como propriedade) e das ficções de “laços sanguíneos”, assim como dos interesses nacionais e raciais que sustentam esses laços (Butler, 2003, p. 222).

FAMILIAS LGBTQIAPN+

Judith Butler convoca Hartman em seu artigo “O Parentesco é Sempre Heterossexual?” para o início de uma intensa reflexão sobre as noções tradicionais de parentesco forjadas a partir da heteronormatividade, Elu investiga como as estruturas familiares e os arranjos de parentesco são historicamente moldados para refletir normas heterossexuais, sexistas, racistas, LGBTfóbicas e desafia essas construções ao propor uma visão mais ampla e inclusiva do que pode ser considerado “família” e “parentesco”. Ao situar os afroamericanos como corpos marginais ao sistema patriarcal justamente pelo passado colonial que explicita os racismos estruturais, ele também nos convoca a pensar as margens a partir de um ponto de vista, o qual considero interseccional, pois a depender da classe, gênero, raça e sexualidade, seu corpo não constitui família, seu corpo se conforma em diferentes noções de parentesco.

Butler compõe seu pensamento ao associar essas noções majoritárias sobre famílias às estruturas sociais e legais forjadas a partir do casamento, nas quais são as relações entre homens e mulheres as fundadoras de “famílias legítimas” e/ou “naturais”, excluindo as pluralidades de relações afetivas e conformações parentais. Convocando mais uma vez o pensamento marxista, é notável que Butler também acredita que as noções de parentesco não fixas, variam em seu tempo, espaço, território, em seus contextos históricos, políticos e sociais. Tal como a bióloga e teórica Donna Haraway (2016), que revoluciona ao pensar as famílias de um modo radical compreendendo as famílias como uma rede expansiva, rizomática, de parentesco inclusivo, englobando huma-

nos, outras espécies vivas e até as tecnologias, é possível romper com a noção de famílias baseadas em normas biológicas e normativas.

O conceito de família para Haraway (2019) é uma crítica às estruturas familiares tradicionais patriarcais e promove uma proposta de parentesco mais inclusivo, fluido e descentrado da biologia. Ela defende formas de família baseadas no cuidado mútuo, na afinidade e na solidariedade, onde a questão central é *quem e como cuidamos uns dos outros* — sejam humanos ou não-humanos. Assim como Butler (2003), quando destaca os arranjos familiares LGBTQ+ como conformações que desafiam as normas de parentesco estabelecidas e oferecem uma visão alternativa sobre o que significa formar laços de família. Ela sugere que, ao expandir as definições de parentesco, é possível desestabilizar o sistema heteronormativo e criar espaço para formas não tradicionais de família, que são igualmente válidas e dignas de reconhecimento.

Essas noções plurais suscitam representações múltiplas em torno dos conceitos de famílias, Haraway (2019) é a frente do seu tempo, (ainda que soe como uma caravela epistêmica⁶ diante das cosmovisões indígenas), ao desnaturalizar as noções de famílias baseadas em laços sanguíneos e/ou reproduções biológicas, propondo em vez disso, que famílias podem ser formadas por associações intencionais entre seres humanos, máquinas, animais e outras formas de vida, o que ela chama de *“famílias compostas e híbridas”*, cujo alicerce se baseia nos vínculos de cuidado e interdependência. Na contramão do capitalismo, ela nos convoca à ideia de *“making kin”*, ou *“fazer parentes”*, que sugere que podemos criar laços familiares com todos os seres vivos, não apenas com humanos, neste parentesco entre multiespécies pode-se promover uma ética de cuidado e responsabilidade compartilhada entre diferentes formas de vida.

Meu propósito é fazer com que “parente” signifique algo diferente, mais do que entidades ligadas por ancestralidade ou genealogia. O movimento suave de desfamiliarização pode parecer, por um momento, um erro, mas depois (com sorte) aparecerá sempre como correto. Fazer parentes é fazer pessoas, não necessariamente como indivíduos ou como seres humanos (Haraway, 2016, p. 143).

6 O costume dos não indígenas de descobrir o que já existia e assinar, ainda, sua autoria, em conhecimentos que já vínhamos tecendo havia tanto tempo. Aline Kaiapó cunhou o termo “Descaravelizar”. Nuñez, 2023, p. 34.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Talvez a chave para desatrelar os códigos envolvendo as famílias brasileiras estejam presentes nas contranarrativas dissidentes, marginais, contra-coloniais, as quais fazer emergir uma pluralidade de sujeitos, de coalizões, de laços de solidariedades, coletividades, no confronto, aos usos do outro de forma exploratória, funcionalista, utilitária. Como nos convoca Haraway (2019), que façamos parentes!!! Que seja possível promover lógicas de coalizão forjadas em núcleos de coletividade, fundamentadas numa prática amorosa como nos ensinaram nossos ancestrais originários dessa terra.

REFERÊNCIAS

BUTLER, Judith (2003). O parentesco é sempre tido como heterossexual?. *Cadernos Pagu*, 21, 219–260.

COLLINS, Patricia Hill. *Pensamento feminista negro: conhecimento, consciência e a política do empoderamento*. Tradução Jamilyne Pinheiro Dias. São Paulo: Boitempo, 1. ed., 2019. Parte II (tópicos 3,4 e 8)

CORRÊA, Mariza. Repensando a família patriarcal brasileira: notas para o estudo das formas de organização familiar no Brasil. *Caderno de pesquisa*, São Paulo (37), p. 5-16 Mai 1981.

CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. *Revista Estudos Feministas*, v. 10, n. 1, p. 171-188, 2002. <https://doi.org/10.1590/S0104-026X2002000100011>

DAVIS, Angela. *Mulheres, raça e classe*. São Paulo: Boitempo, 2016.

ENGELS, Frederich. *A origem da família, da propriedade privada e do Estado* (cap. II A família). São Paulo: Centauro, 2012 p. 33 – 86 https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/333537/mod_resource/content/0/ENGELS_A%20origem%20da%20familia.pdf

FEDERICI, Silvia. *O patriarcado do salário*. Boitempo: São Paulo, 2021.

GIDDENS, Anthony. *Famílias*. Em: ____ *Sociologia*. 6ª. Ed. Cap. 7 p.172 a 201 Disponível em https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/3114970/mod_resource/content/1/Anthony_Giddens_Sociologia.pdf

GONZÁLEZ, Lélia. *Racismo e sexismo na cultura brasileira*. LIMA,

Márcia (Orgs.). Por um feminismo afro-latino-americano: ensaios, intervenções e diálogos. 1a ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2020

HARAWAY, D. Manifesto ciborgue: ciência, tecnologia e feminismo-socialista, 2000.

HARAWAY, D. Seguir con el problema: generar parentesco en el Chthuluceno. Bilbao: Consonni, 2019.

HARAWAY, Donna (2019). “Generar parentesco”. Em Seguir con el problema. Generar parentesco en el Chthuluceno. Bilbao: Consonni, pp. 153-161.

HARTMAN, Saidiva. O ventre do mundo: notas sobre os trabalhos das mulheres negras. 1 ed. 2022

KERGOAT, Danièle. “Divisão sexual do trabalho e relações sociais de sexo”. In: HIRATA, Helena et. al. Dicionário Crítico do Feminismo. São Paulo: Ed. Unesp. 2009.

KRENAK, Ailton. Ideias para adiar o fim do mundo. Companhia das Letras: São Paulo, 2020..

MOMBAÇA, Jota. A plantação cognitiva. MASP Arte e Descolonização. ORG. Amanda Carneiro. Afterall, São Paulo, 2020.

NÚÑEZ, G., Manuel De Oliveira, J., Coelho, M., & Lago, S. (2021). Monogamia e (anti)colonialidades: uma artesanaria narrativa indígena. Programa de Pós-Graduação Em Ciências Sociais, 16, 76–88.

NUNEZ, Geni. Descolonizando afetos. Experimentações sobre outras formas de amar. São Paulo: Planeta do Brasil, 2023 (procurar artigo)

PRECIADO, P. B. Eu sou o monstro que vos fala. Rio de Janeiro: Zahar, 2021. Cadernos PET Filosofia, Curitiba, v.22, n.1, 2021 (2022), pp. 278-331.

GT09
GÊNERO E SEXUALIDADE

Prof^o. Dr. Benedito Medrado Dantas - UFPE
Prof^a. Dra. Alice Alves Menezes Ponce de Leão - UFAM
Prof^a. Dra. Maria Lucia Chaves Lima - UFPA

A MATRIZ SEXO/GÊNERO NO CAMPO DA PSICOLOGIA: REFLEXÕES EPISTEMOLÓGICAS DAS MARGENS AO CENTRO

Arles Monaliza Rodrigues Nascimento¹

Benedito Medrado²

Ana Rebeca Paulino Portela³

INTRODUÇÃO

As discussões sobre a cisheteronormatividade que, em linhas gerais podemos compreender como “as regulações do sistema sexo-gênero” (Vergueiro, 201, p. 57),⁴ tem se ampliado no campo da Psicologia a partir de importantes contribuições de autoras e pesquisadoras trans, como Viviane Vergueiro (2015) de formação interdisciplinar, e Sofia Favero (2020), graduada em psicologia, que toma a atuação profissional da psicologia como objeto de reflexão. Ambas têm posicionado a cisgeneridade e a cisnormatividade como categorias analíticas, a partir das quais reposiciona a norma como objeto de análise. Esse deslocamento se apresenta como uma virada importante no campo de pesquisas envolvendo sexo/gênero, visto que frequentemente tais pesquisas se concentram nos efeitos de práticas hegemônicas do sistema sexo/gênero, ao invés de problematizar no próprio centro, responsável pela produção de tais práticas.

Esse diálogo tem se tornado um pouco mais frequente no campo da Psicologia, a partir da produção de pesquisadoras travestis e mulheres trans, o que tem nos possibilitado, na pesquisa e pós-graduação, repensar caminhos epistemológicos e compreender melhor tensões envolvidas no campo de pesquisas envolvendo sexo/gênero, principalmente quando realizadas por pessoas que habitam o centro: pessoas brancas, cisgênero, heterossexuais etc.

1 GEMA/UFPE, financiamento CAPES.

2 GEMA/UFPE.

3 GEMA/UFPE, financiamento FACEPE.

4 O uso irônico do termo “cistema” com a letra C e não com a letra S é proposital e se refere à “cisnormatividade”, ou seja, ordem social que favorece as identidades de gênero cisgênero (aquelas cujos gêneros correspondem ao sexo atribuído ao nascimento) em detrimento das identidades trans.

Para iniciar essa discussão, que parte de uma posição situada, construída a partir de um lugar (Haraway, 1995), neste texto apresentamos reflexões que partem de breve narrativa sobre a formação profissional da autora principal: uma psicóloga sanitária, mestra e doutoranda em psicologia, que se reconheceu desde muito cedo (ainda na graduação) no campo de pesquisas envolvendo sexo/gênero e da Psicologia Social; uma mulher branca, heterossexual e cisgênero, cuja leitura crítica sobre feminismo, gênero e sexualidade foi se reatualizando e sendo aprimorada ao longo dos anos.

Na graduação, através do trabalho de conclusão de curso, realizou pesquisa com mulheres cisgênero, egressas do sistema penitenciário, buscando identificar como ordenamentos de gênero dificultaram e/ou facilitaram a reinserção social das mesmas em suas comunidades. Ainda com as lentes de um feminismo branco, liberal e com uma leitura interseccional rasa, chegou ao mestrado em Psicologia da UFPE. Por se inserir no Grupo Feminista de Pesquisas em Gênero e Masculinidades (Gema/UFPE), aproximou-se do campo da diversidade sexual e foi, paulatinamente, aprimorando sua visão crítica e interseccional sobre gênero e sexualidade.

No mestrado, realizou um importante trabalho, cujo objeto foram as violências transfóbicas no sistema prisional (Nascimento, 2020). A partir da revisão de literatura, encontrou uma expressiva quantidade de trabalhos, principalmente na década de 2010, operando discussões sobre tais violências empreendidas no sistema penitenciário brasileiro (Fernandes, 2016; Nascimento, 2018; Lamounier, 2018; Ferreira, 2014a; Souza; Ferreira, 2016; Oliveira et al., 2018; Nascimento, 2016; Santos e Gomes, 2018; Barbosa, 2016; Ferreira, 2014b; Vale, Vale e Souza, 2016).

Assim como em sua própria dissertação - que teve como objeto a transfobia -, os trabalhos citados possuem um caráter de denúncia das violências decorrentes do sistema sexo/gênero, ou seja, suas lentes de análise estão centradas nos efeitos de tais práticas. Desta forma, embora tensionem as estruturas hegemônicas e opressoras que sustentam essas práticas, não as posicionam como objeto de análise, e esse é um movimento epistemológico importante, pois apesar de visibilizarem efeitos de violências resultantes do sistema sexo/gênero, não posicionam estruturas opressoras como objeto de análise.

De modo precário, apenas para fins didáticos, podemos traduzir esse movimento de empreender esforços para os efeitos ao invés das causas. Tais pesquisas são indubitavelmente valiosas para o campo de

conhecimento em que estão inseridas, mas precisam ser problematizadas. Caso contrário, corremos o risco de que a ciência - incluindo a psicologia, que está aqui pautada como questão - nunca abandone seu suposto saber salvacionista, que carrega, sem sombra de dúvidas, resquícios da colonialidade, sejam pesquisas desenvolvidas por pessoas cisgênero e/ou heterossexuais ou não.

Nesse movimento, o conceito de sistema sexo/gênero definido por Gayle Rubin nos parece importante para pensarmos essa questão. A autora o define como “um conjunto de arranjos através dos quais uma sociedade transforma a sexualidade biológica em produtos da atividade humana, e na qual estas necessidades sexuais transformadas são satisfeitas” (Rubin, 1993 [1975], p. 02). Assim, podemos compreender gênero e sexualidade como convenções sociais originárias da cultura para a criação e manutenção de uma ordem social dominante, o que nos exemplifica a dificuldade de pesquisadores(as) cisgênero e/ou heterossexuais em posicionar a cisheteronormatividade como objeto de análise.

Desta forma, este trabalho tem como objetivo compartilhar reflexões sobre caminhos epistemológicos para pesquisas envolvendo gênero e sexualidade no campo da Psicologia, de modo a contribuir para a construção de trabalhos que ultrapassem o caráter de denúncia e contestem as estruturas opressoras as quais fazem parte.

O ENCONTRO COM VIVIANE VERGUEIRO E O CONCEITO DE CISHETERONORMATIVIDADE

Segundo Viviane Vergueiro (2015, p. 53), “ao se pensarem questões relacionadas a sexualidades na contemporaneidade, ainda é frequente que o foco epistemológico esteja naquelas sexualidades marginalizadas, ojerizadas, historicamente patologizadas”. Este ponto sinaliza como a heterossexualidade ainda é vista e posicionada como óbvia e natural, ou seja, um heterocentrismo que a autora nomeia de heteronormatividade, termo mais propagado nos estudos *queer*.

Essa autora compreende a heteronormatividade como a presunção de que a heterossexualidade seria a norma ou padrão nas relações sociais, que se estrutura em diversas esferas, incluindo a educação e a cultura. Essa perspectiva implica que outras orientações sexuais, como a homossexualidade ou a bissexualidade, são vistas como desvios ou anomalias. Essa norma não apenas molda expectativas sobre atitudes e identidades, mas também influencia estruturas sociais e políticas, mui-

tas vezes marginalizando aqueles que não se encaixam nesse padrão. A autora propõe, então, uma descentralização e uma desnaturalização do conceito, “um processo crítico em relação aos processos de produção de diferenças” (p. 54), mas ressalta que isso não se deve a uma crítica sobre a heterossexualidade enquanto uma das possibilidades de orientação afetiva e sexual, mas com o processo que a situa, a partir de mecanismos de poder, em um dos elementos primordiais de constituição da sociedade, que é natural, saudável e conforme (Vergueiro, 2015).

Estes dois conceitos (heterocentrismo ou heteronormatividade) são esboços para a compreensão da cisgeneridade e da cisnormatividade. De acordo com Sofia Favero (2020), a cisgeneridade é um conceito advindo do transfeminismo, que se aproxima de “[...] conceitos como branquitude, heteronormatividade, capacitismo, gordofobia, dentre outros, a cisgeneridade é interessante para uma reflexão sobre a hegemonia, sem que para isso se situem as margens como um ‘problema’ a ser analisado” (p. 406). Ademais, Viviane Vergueiro (2015, p. 61) argumenta que a cisgeneridade é “um conceito composto pelas compreensões socioculturais ocidentais e ocidentalizadas de gênero tidas como naturais, normais e biológicas, que são por sua vez as compreensões que fundamentam as leituras sobre vivências e corpos em termos de gênero”.

A nomeação de tais conceitos, entre eles o de cisgeneridade, possibilita a discussão de uma identidade de gênero tão naturalizada que sequer havia sido nomeada, por sua herança colonial, que a situa a partir de um padrão sociocultural que impõe determinados corpos e vivências de gênero no campo do natural e desejável (Vergueiro, 2015). Essa nomeação possibilita também evidenciar o que a autora pontua como “caráter sistêmico” (p. 56), que, em linhas gerais, pode ser considerado como o próprio nome indica, um (cis)tema que busca a hegemonia e manutenção do poder da cisgeneridade, que busca um apagamento epistêmico em que “perspectivas não cisgêneras são excluídas, minimizadas ou silenciadas” (Vergueiro, p. 15).

Desta forma, podemos compreender que,

Na linha coerente entre ‘sexo’, ‘gênero’, ‘desejo’ e ‘práticas sexuais’, portanto, a cisgeneridade se localizaria nas relações e diálogos entre os dois primeiros pontos desta linha (englobando, via cisnormatizações, possibilidades definitórias restritas para corpos e identificações, bem como regulações sobre expressões de gênero), enquanto a heterossexualidade se refere aos desejos e práticas sexuais – em diálogos, evidentemente, com os processos de generificação das pessoas (Vergueiro, 2015, p. 57).

A autora problematiza ainda que essa divisão entre conceitos não os apresenta de maneira isolada, mas interseccionada (Vergueiro, 2015). Além disso, Sofia Favero (2020) apresenta as muitas intersecções entre a cisheteronormatividade e a heteronormatividade, como por exemplo, a expectativa social resultante de uma normatividade, de que travestis e transexuais sejam pessoas heterossexuais.

Tais discussões nos possibilitam a leitura de diversos fenômenos sociais, e, inclusive, a estruturação de algumas ciências, como a ciência Psicológica, que é atravessada pela cisheteronormatividade e que será melhor visibilizada nas discussões a seguir.

O ENCONTRO COM AS DISCUSSÕES DE SOFIA FAVERO E A ESTRATÉGIA EPISTEMOLÓGICA DE POSICIONAR O CENTRO COMO QUESTÃO

A partir de Sofia Favero (2020), podemos conhecer uma discussão extremamente fundamental quando pensamos sobre o sistema sexo/gênero na psicologia: a cisheteronormatividade que atravessa essa ciência e profissão (Favero, 2020). O texto “(Des)epistemologizar a clínica: o reconhecimento de uma ciência guiada pelo pensamento cisgênero”, de Favero (2020), possui uma expressiva potência epistemológica, e me proporcionou, na época, uma verdadeira guinada epistêmica, que ocorreu a partir de dois principais pontos:

a) a problematização da prática psicológica, particularmente a clínica, que é estruturada a partir de um pensamento cisheteronormativo e heteronormativo (Favero, 2020), ponto que dialogou com minhas vivências profissionais como docente e coordenadora de curso, ao visibilizar para mim elementos cisheteronormativos que atravessavam todos os dias a formação em psicologia.

b) a visibilização dos incômodos sentidos por mim e por minhas interlocutoras, travestis e mulheres trans, na pesquisa do mestrado, pois apesar da minha implicação ética e política enquanto pesquisadora do campo sexo/gênero, isso não foi e nunca seria suficiente para diminuir os nossos abismos sociais, que eram muitos: minha pele branca/suas peles pretas, a colonialidade inscrita no meu corpo/a colonização inscrita em seus corpos, meu corpo cisgênero/seus corpos travestis e transgêneros; minha heterossexualidade normativa/ suas sexualidades dissidentes. Apesar do cuidado que atravessou cada passo da pesquisa, dos risos, dos choros, dos abraços e de cada bolinho com café que

compartilhamos, havia uma segunda cena em ato. Embora eu estivesse autorizada por um comitê de ética a realizar a pesquisa, eu não me sentia autorizada a estar ali, mesmo que eu reconhecesse a importância da pesquisa. Algum tempo depois, no entanto, me dei conta que a “autorização” que me faltava tinha muito mais a ver com epistemologia do que eu imaginava.

Esses incômodos, que foram sentidos com maior evidência durante o mestrado, foram se potencializando ainda mais no doutorado, e a partir do encontro com Sofia, passei a me questionar: por que tantas pesquisas com pessoas que habitam às margens? Por que tão poucas pesquisas com pessoas que habitam o centro? Assim, as inquietações promovidas por Sofia Favero (2020) me indicaram algumas saídas epistêmicas possíveis: posicionar o centro enquanto objeto de análise e situar elementos como a cisgeneridade e a heterossexualidade, outrora sequer nomeadas, sob as lentes da pesquisa científica. Uma justiça epistêmica.

Essa guinada epistêmica também possibilita uma ampliação na perspectiva de investigação científica e dos processos analíticos, pois discutir sobre o centro, ou seja, dialogar sobre a cisheteronormatividade ao invés da homofobia ou transfobia, por exemplo, possibilita pensar sobre questões estruturais e não apenas sobre os efeitos dessas estruturas, evitando, assim, cair na armadilha de realizar discussões individuais de problemas que, apesar de carregar conteúdos individuais, são de ordem coletiva (Vergueiro, 2016).

Além disso, essa mudança de postura nos possibilita uma desobediência epistêmica e nos situa a partir de uma postura de(s)colonial, algo que podemos compreender como “indispensável à crítica feminista à ciência” (Matias, 2018, p. 07). A partir disso, podemos contestar modos hegemônicos de produção de conhecimento que, com frequência, delimitam os sujeitos que serão pesquisadores e as sujeitas que serão *pesquisadas*, principalmente por ocuparem as margens. Além disso, “a desobediência epistêmica é capaz de nos colocar num movimento de refazer caminhos, desconstruir saberes e questionar alguns ‘achados’ em nossas pesquisas” (Matias, 2018, p. 07).

O ponto central, aqui, é que não estamos falando apenas de pesquisas positivistas, tais quais as cenas etnográficas clássicas, em que o pesquisador, o homem branco, observava, de longe, os comportamentos de povos indígenas. Estamos falando de pesquisas que, embora estejam situadas a partir de um comprometimento ético-político, carregam heranças colonizadoras e positivistas.

Vivian Matias (2018, p. 07), então, nos convoca a refletir:

Que implicações a desobediência epistêmica teria em nossos saberes, em nossos processos de pensar e interpretar o real, as relações sociais? Como poderíamos pensar os textos que escrevemos, as chaves analíticas que construímos, os discursos que reiteramos ao imaginarmos como possibilidade a desobediência epistêmica?

A partir dessas reflexões, oportunizadas pelo primeiro ano do doutorado e pelas minhas vivências profissionais na educação, vários deslocamentos aconteceram, inclusive o de perceber que, apesar de operar nossas lentes de pesquisa para o sofrimento de populações subalternas nas margens, continuamos, em alguma medida, objetificando e situando no campo do exótico a dor e o sofrimento proveniente das opressões oriundas do sistema sexo/gênero.

DESLOCAMENTOS EPISTEMOLÓGICOS DE UMA AUTORA E SUA TESE

A partir das discussões epistemológicas apresentadas, realizamos um importante deslocamento no doutorado. Inicialmente, como continuação do trabalho realizado no mestrado, que teve como objeto a transfobia vivenciada por travestis e mulheres trans em penitenciárias masculinas, investi em um projeto de tese intitulado “Narrativas de mulheres transgênero egressas do sistema prisional sobre reinserção social”.

No entanto, as profundas reflexões epistemológicas vivenciadas no primeiro ano do doutorado culminaram em uma virada epistêmica, que resultou em uma mudança de tema e de objeto de pesquisa. A partir da trajetória profissional da autora principal, que é atravessada pelo ensino superior, nos posicionamos no campo da educação com um novo projeto, intitulado “A matriz sexo-gênero na formação em psicologia em Pernambuco”, que problematiza a cisheteronormatividade que estrutura a formação em Psicologia.

A partir deste ponto, precisamos situar um ponto crítico da Psicologia:

Campo de saber que possui uma dívida histórica com as trajetórias de vida e os corpos marcados no/pelo desvio das normas. Entre estas histórias, encontramos ainda fortemente tratadas sob uma lógica patologizante e excludente as pessoas trans, até hoje inscritas em manuais psiquiátricos e de doenças na área da saúde (Fuchs; Hining; Toneli, 2021, p. 02).

Cabe ressaltar, no entanto, que isso não se circunscreve apenas ao campo do gênero, mas também da própria sexualidade, o que exigiu do Conselho Federal de Psicologia a criação de uma resolução que orienta a prática profissional em relação à orientação sexual, com orientações que vão desde não fomentar a patologização de práticas homossexuais à não realizar a famosa “cura gay” (CFP, 1999, n.p.).

Infelizmente, a Psicologia se apresenta ainda como uma profissão que “se assentou como forma específica de conhecimento, por meio da demarcação dos sujeitos nos parâmetros da normalidade, diferenciados e valorados em termos de desajuste e desvio da norma” (Fuchs; Hining; Toneli, 2021, p. 02). Essa é uma discussão cara, complexa e extensa, que ultrapassa o escopo e a limitação imposta pela quantidade de páginas desse trabalho.

Felizmente, há brechas e fissuras na Psicologia e em qualquer elemento que atravesse os seres humanos, ou como diria Foucault, onde há poder, há resistências.⁵ Desta forma, a tese em questão, que poderia, mais uma vez, seguir por uma ótica de evidenciar os sofrimentos produzidos pela lgbtfobia e pela cisheteronormatividade, entrevistando estudantes de graduação ou usuárias de serviços psicológicos, por exemplo, escolheu realizar um importante deslocamento epistemológico.

Porém, esse deslocamento não se inscreveu apenas no novo tema e no novo objeto, mas no próprio desenho metodológico. Por compreender que três instâncias constituem uma formação em Psicologia - coordenação de curso, docentes e estudantes -, e que o poder e a agência atravessam cada uma dessas instâncias de modos distintos - especialmente quando estamos discutindo sobre práticas cisheteronormativas em uma formação -, optamos por realizar entrevistas com os três grupos: coordenações de curso, docentes e estudantes. Desta forma, foram realizadas 23 entrevistas, em 3 instituições de ensino superior, distribuídas entre públicas e privadas.

Atualmente, a tese encontra-se em construção para posterior defesa e se apresentará como um instrumento importante na visibilização de novas óticas epistêmicas no tocante à construção de conhecimento no campo sexo/gênero. Precisamos refletir sobre os resquícios da colonialidade que estão implícitos nas pesquisas do campo sexo/gênero cujos objetos são as margens, principalmente quando realizadas por pessoas cisgênero e heterossexuais.

⁵ A citação “onde há poder, há resistências” é frequentemente associada ao pensamento de Michel Foucault sobre a dinâmica do poder nas relações sociais. Embora não haja uma obra específica onde ele coloque essa frase de forma literal, a ideia é discutida em várias de suas obras, especialmente em “A História da Sexualidade” e em seus cursos no Collège de France.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir dos diálogos tecidos por este trabalho, buscamos compartilhar reflexões sobre deslocamentos epistemológicos promovidos por Viviane Vergueiro (2015) e Sofia Favero (2020) no campo sexo/gênero ao nomear, categorizar e problematizar o *centro*, a norma ou a matriz hegemônica e opressora como objeto de reflexão. Isso tem contribuído para que pesquisadoras reflitam sobre seus objetos de pesquisa e suas metodologias, sobretudo quando se tratam de pesquisadoras cis-gênero e/ou heterossexuais.

Além disso, buscamos apresentar como o diálogo com a colonialidade e a de(s)colonialidade é idiossincrático e se traduz a partir de dois principais pontos: 1) o modo como a colonialidade se inscreve na dificuldade de pesquisadoras, principalmente cisgênero e/ou heterossexuais, em posicionar o centro como uma questão em suas pesquisas; 2) a desobediência epistêmica implícita no mecanismo de posicionar o centro como questão, visto que frequentemente as pesquisas têm se direcionado às margens, a partir de uma postura salvacionista que muitas vezes revitimiza vítimas das opressões do sistema sexo/gênero.

Em relação a este último ponto, ao apresentar os deslocamentos epistemológicos vivenciados por uma tese em psicologia situada no campo sexo/gênero que tem se construído por via da desobediência epistêmica, esperamos ter visibilizado novas possibilidades de construção de conhecimento. Tais possibilidades são importantes para questionarmos as frequentes pesquisas no campo das ciências humanas e sociais que têm direcionado suas óticas de análise para as margens, negligenciando as estruturas hegemônicas que estruturam o centro e ratificam as opressões do sistema sexo/gênero.

A partir disso, nos questionamos: por que sucessivas pesquisas objetificam corpos e experiências de/com travestis e mulheres transexuais, como se somente nesses corpos e experiências se expressem rastros da cisgeneridade? Por que é tão difícil situar o centro como objeto de análise e investigação? De algum modo estamos revitimizando as vítimas oriundas das opressões do sistema sexo/gênero? Insistir em tantas pesquisas com pessoas que habitam às margens têm revelado nossa postura salvacionista e colonizadora de “dar a voz”? Temos fugido do centro pela dificuldade em contestar as estruturas opressoras as quais nós mesmos fazemos parte?

Essas são algumas reflexões que esperamos ecoar após a leitura deste breve ensaio, sem a pretensão de esgotá-las, mas sim de abrir possibilidades para alimentarmos diálogos, talvez, não tão pertinentes.

REFERÊNCIAS

BARBOSA, Maria Júlia Leonel. *É babado, confusão e gritaria: as histórias de travestis recifenses sob um olhar da criminologia crítica*. Dissertação (Mestrado em Direito) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2016. Disponível em: <https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/tede/9637>. Acesso em: 09 nov. 2019.

BRASIL. Conselho Federal de Psicologia. **RESOLUÇÃO CFP Nº 001/99 DE 22 DE MARÇO DE 1999**. “Estabelece normas de atuação para os psicólogos em relação à questão da Orientação Sexual”. Brasília: DF, 1999. Disponível em: https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/1999/03/resolucao1999_1.pdf. Acesso em: 19 out. 2024.

FAVERO, Sofia. (Des)epistemologizar a clínica: o reconhecimento de uma ciência guiada pelo pensamento cisgênero. **Revista Brasileira de Pesquisa (Auto)Biográfica**, Salvador, v. 05, n. 13, p. 403-418, jan./abr. 2020. Disponível em: <https://revistas.uneb.br/index.php/rbpab/article/view/7272> . Acesso em: 02 jul. 2022.

FERNANDES, Hérika Raniery Rocha. **Estudo sociológico sobre a criação de alas exclusivas para apenados do grupo de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais**. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2016. Disponível em: <https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/123456789/15338>. Acesso em: 08 nov. 2019.

FERREIRA, Guilherme Gomes. **Travestis e prisões: a experiência social e a materialidade do sexo e do gênero sob o lusco-fusco do cárcere**. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2014a. Disponível em: <http://meriva.pucrs.br/dspace/handle/10923/5660>. Acesso em: 25 out. 2019.

FERREIRA, Guilherme Gomes. Violência, interseccionalidades e seletividade penal na experiência de travestis presas. **Temporalis, Londrina**, v. 14, n. 27, p. 99-117, 2014b. Disponível em: http://oasis.br.ibict.br/vufind/Record/UFES_4_10df8b2dd17b9b97db09607a7124c939. Acesso em: 09 nov. 2019.

FUCHS, Jéssica Janine Bernhardt; HINING, Ana Paula Silva; TONELLI, Maria Juracy Filgueiras. Psicologia e cisonormatividade. **Psicol. Soc.** 33, 2021. <https://doi.org/10.1590/1807-0310/2021v33220944>.

HARAWAY, Donna. Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. **Cadernos Pagu**, Campinas, p. 7-41, 1995. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/1773>. Acesso em: 19 nov. 2019.

LAMOUNIER, Gabriela Almeida Moreira. **Gêneros encarcerados: uma análise transviada da política de Alas LGBT no Sistema Prisional de Minas Gerais**. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2018. Disponível em: <https://repositorio.ufmg.br/handle/1843/BUBD-AYVHBJ>. Acesso em: 22 out. 2019.

MATIAS, Vivian. Notas desobedientes decolonialidade e a contribuição para a crítica feminista à ciência. **Psicologia & Sociedade**, Recife, 30, e200112, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1807-0310/2018v30200112>. Acesso em: 20 ago. 2022.

NASCIMENTO, Arles Monaliza Rodrigues. **NARRATIVAS SOBRE TRANSFOBIA NO CÁRCERE POR MULHERES TRANSGÊNERO: “a prisão não são as grades e a liberdade não é a rua”**. Dissertação (Mestrado em Psicologia) - Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2021. Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/bitstream/123456789/38083/1/DISSERTA%c3%87%c3%83O%20Arles%20Monaliza%20Rodrigues%20Nascimento.pdf>. Acesso em: 16 out. 2024.

NASCIMENTO, Francisco Elionardo De Melo. **Travestilidades apriacionadas: narrativas de experiências de travestis em cumprimento de pena no Ceará**. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2018. Disponível em: http://www.uece.br/politicasuece/dmdocuments/DISSERTA%C3%87%C3%83O_FRANCIS CO_ELIONARDO2.pdf. Acesso em: 17 out. 2019.

NASCIMENTO, Luciana Maria do. **As leis que me prendem: travestis/transsexuais no sistema prisional**. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Serviço Social) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2016. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/166065>. Acesso em: 09 nov. 2019.

OLIVEIRA, José Wellington De et al. “Sabe a Minha Identidade? Nada a Ver com Genital”: Vivências Travestis no Cárcere. **Psicologia: Ciência e Profissão**, Brasília, v. 38 (núm.esp.2.), p. 159-174, 2018. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/pcp/v38nspe2/1982-3703-pcp-38>

spe2-0159.pdf. Acesso em: 19 out. 2018.

RUBIN, Gayle. **O tráfico de mulheres**: notas sobre a “economia política” do sexo. Trad. Christine Rufino Dabat. Recife: SOS Corpo, 1993 [1975]. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/1919>. Acesso em: 15 ago. 2022.

SANTOS, Isabella Petrocchi Rodrigues dos; GOMES, Camilla de Magalhães. Travestis no sistema carcerário do Distrito Federal: gênero e cárcere entre narrativas e normas. **Revista Brasileira de Ciências Criminais**, São Paulo, v. 146, 2018. Disponível em: <https://bdjur.tjdf.tj.us.br/xmlui/handle/tjdf/41236>. Acesso em: 09 out. 2019.

SOUZA, Bruna Caldieraro De.; FERREIRA, Guilherme Gomes. **Execução Penal e População de Mulheres trans***: o caso do presídio central de Porto Alegre. Cadernos de Gênero e Diversidade, Salvador, vol 02, n. 01, Jan-Jul, Salvador, 2016. Disponível em: <https://portalseer.ufba.br/index.php/cadgendiv/article/view/17629>. Acesso em: 25 out. 2019.

VALE, Johnatan Ferreira Marques do.; VALE, Bárbara Cristina de Oliveira Marques do.; SOUSA, Eduardo Sérgio Soares. Travestilidade carcerária: violência e cerceamento da identidade travesti em situação de aprisionamento. In: Reunião Brasileira de Antropologia, 30., João Pessoa. **Anais [...]**. João Pessoa: Universidade Federal da Paraíba, 2016. Disponível em: http://evento.abant.org.br/rba/30rba/files/1467337224_ARQUIVO_RBAtrevestilidadercarceraria.pdf. Acesso em: 09 nov. 2019.

VERGUEIRO, Viviane. **Por inflexões decoloniais de corpos e identidades de gênero inconformes**: uma análise autoetnográfica da cis-generidade como normatividade. Dissertação (Mestrado em Cultura e Sociedade) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2015. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/handle/ri/19685>. Acesso em: 12 jan. 2020.

TERAPIA OCUPACIONAL E SEXUALIDADE DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

Josefa Sâmilla Lafaely Santana Santos¹
Larissa Galvão da Silva²

INTRODUÇÃO

De acordo com a Organização das Nações Unidas (ONU), no mundo há cerca de 1 bilhão de pessoas com deficiência, o que caracteriza 16% da população mundial, sendo a maioria localizada nos países ainda em desenvolvimento por suas inúmeras relações com fatores socioculturais. Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a população de pessoas com deficiência no Brasil estima-se em 18,6 milhões de pessoas de 2 anos ou mais, valor correspondente a 8,9% da população total dessa faixa etária (Brasil, 2023). O número de pessoas com deficiência vem crescendo a cada ano, e isso implica diretamente no modo em que a sociedade brasileira vê a deficiência.

É definido pessoa com deficiência (PCD) aquela que tem impedimentos de longo prazo, de natureza física, mental, intelectual ou sensorial que, em interação com diversas barreiras, podem ter obstruída sua participação plena e efetiva na sociedade, em igualdade de condições com as demais pessoas (ONU, 2006).

O artigo 1 da Constituição Federal do Brasil traz que a dignidade da pessoa humana é um dos seus princípios fundamentais (Brasil, 1988). Diante disso, surgiu a necessidade de se falar sobre reajustes sociais, estruturais e políticos sobre a pessoa com deficiência na esfera dos direitos humanos (Diniz, 2007).

Diante da necessidade de tratar de todas as questões que a deficiência demanda, em nível mundial, surgiu a Convenção sobre os Direitos da Pessoa com Deficiência (CDPD), um tratado internacional organizado pela ONU no ano de 2006, que protege e assegura de forma plena e igualitária a vivência de todos os direitos humanos por parte de todas as pessoas com deficiência, além de promover o respeito pela sua

¹Terapeuta Ocupacional-UFS.

² Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismo (PPGNEIM) - UFBA e professora no Departamento de Terapia Ocupacional-UFS.

dignidade (ONU, 2006). No Brasil este marco resultou na criação do decreto legislativo (nº 186) que transformou a CDPD em uma emenda constitucional, ou seja, uma modificação resultante em mudanças na constituição. (Brasil, 2008).

A CDPD surtiu um grande efeito na compreensão acerca da pessoa com deficiência e deu o pontapé inicial para a organização de novos documentos que asseguram a pessoa com deficiência. Um dos mais importantes é o Relatório Mundial sobre a Deficiência, produzido pela Organização Mundial da Saúde (OMS) em 2011, onde agrupa as melhores informações científicas sobre a deficiência para melhora da qualidade de vida das pessoas com deficiência e ampliam o acesso à informação, aos direitos e aos deveres, e facilita a implementação da CDPD (Brasil, 2008).

Além dos documentos que regem a PCD, a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015) também foi criada com o objetivo de assegurar e garantir os direitos, promover cidadania e igualdade em todas as esferas da vida, como direito a vida e a saúde, atendimento prioritário, reabilitação e habilitação, direito a educação, a moradia, ao trabalho, assistência e previdência social, direito a cultura, esporte, turismo e lazer, direito a transporte e mobilidade, acessibilidade, comunicação, tecnologia assistiva, vida pública e política, tecnologia, crimes e reconhecimentos perante a lei (Brasil, 2015).

No capítulo II, Art. 18. da LBI fala sobre o direito à saúde, de modo específico, o parágrafo VII traz que a atenção sexual e reprodutiva é um direito da pessoa com deficiência e precisa ser assegurado e respeitado (Brasil, 2015).

A OMS entende a sexualidade como sendo influenciada pela interação de fatores biológicos, psicológicos, sociais, econômicos, políticos, culturais, legais, históricos, religiosos e espirituais. Diante disso, entende-se que a sexualidade vai muito além das questões biológicas. Por esse fato, os documentos e legislações que asseguram a pessoa com deficiência fala sobre seus direitos sexuais e direitos reprodutivos pelo viés saúde pública.

Os direitos reprodutivos ofertam às pessoas a decisão livre e responsável de pretender ou não ter filhos, quantos filhos desejam ter e em que momento de suas vidas, além de informações, meios, métodos e técnicas para decisão de ter ou não filhos (Brasil, 2006). Já os direitos sexuais são focados no direito de viver e expressar a sexualidade, direito de escolher o(a)/os(as) parceiro sexual, direito de escolher ou não ter relações sexuais, de expressar livremente sua orientação sexual, de sexo

seguro e de prevenção de gravidez indesejada e infecções sexualmente transmissíveis (IST's), e todas essas questões livre de discriminações, violências e restrições (Brasil, 2006).

Apesar da sexualidade estar conceituada abrangendo vários fatores, a concepção de que só um corpo funcional pode exercer ainda é bastante discutida na sociedade. Por esse motivo, os direitos sexuais da pessoa com deficiência sempre são colocados à prova, e isso ocorre devido a todos os pré-conceitos que são deduzidos sobre a deficiência, que um corpo ou mente “não correto” não é capaz de ter suas funcionalidades e desejos (Maia, 2006).

São atribuídos tabus e opiniões para as pessoas que fogem dos padrões de normalidade e de “perfeição” exigidos pela sociedade e assim, o prazer, a procriação, o amor, o desejo, direitos de qualquer ser humano, independentemente de qualquer limitação física ou mental são retiradas das pessoas com deficiência (Maia, 2006).

Quando pessoas com deficiência falam sobre vida sexual, relacionamentos e reprodução, as pessoas sem deficiência mostram surpresa, ou até mesmo indignação, pois a imagem que é passada sobre pessoas com deficiência é uma imagem infantilizada, que coloca barreiras e que limita o crescimento e amadurecimento dos seus corpos e mentes. Além disso, o assunto sexo é pouco falado, e dessa forma, sem informação, a educação sexual não é colocada em pauta, elevando o risco de abuso sexual, infecções sexualmente transmissíveis, sexualidade precoce, gravidez indesejada pela falta de informações sobre dispositivos de prevenção, bem como a ignorância acerca de assuntos como igualdade de gênero, homo afetividade, e outras questões sociais (Dantas, Silva, Carvalho, 2014).

Partindo do panorama terapêutico ocupacional, a Associação Americana de Terapia Ocupacional (AOTA) traz a atividade sexual como uma atividade de vida diária (AVD), definido pela AOTA como “atividades orientadas para cuidar do próprio corpo e realizada por rotinas” que compõe as ocupações do ser humano. O termo ocupação é o fazer fundamental com sentido e propósito, no qual as pessoas realizam porque querem ou precisam. Partindo desse sentido, a sexualidade é envolver-se nas amplas possibilidades de expressão e experiências sexuais consigo mesmo ou com outros, ou seja, uma ocupação que deve ser discutida como um aspecto normal da vida de qualquer ser humano, e não deve ser excluída do viver (AOTA, 2021).

A Terapia Ocupacional tem um olhar amplo e biopsicossocial para cada indivíduo, buscando suas potencialidades e relacionando todo

seu entorno de vida, como suas características físicas, emocionais, sociais, seus contextos e sua cultura, buscando entender suas atividades cotidianas com significado (Silva, 2016).

Desse modo, o papel da terapia ocupacional no contexto da ocupação sexualidade abrange uma ampla área de conhecimento e trabalho, e precisa ser abarcada no processo terapêutico de habilitação/reabilitação dos sujeitos que necessitam de abordagens nesse âmbito, e não só com olhar biomédico, mas buscando todo entorno social que essa temática apresenta. As intervenções acerca de orientações, educação sexual, atividades focadas na atividade sexual, a introdução da presença do parceiro(a) no atendimento e entre outros fatores relacionados são apenas o começo do que o terapeuta ocupacional pode fazer no plano de intervenção, pois as práticas permeiam e observam situações bem mais complexas existentes nessa discussão (Silva, 2016).

As questões acerca da sexualidade sempre foram tratadas com conceitos pré-estabelecidos de como ela deveria ser vivenciada pelo corpo “normal” e biologicamente funcional. Sob esse viés, as pessoas com deficiência seriam vistas e diminuídas somente a área funcional por não serem consideradas pessoas capazes de manter sua sexualidade ativa e vivenciada devido às suas “impotências”, o que, na maioria das vezes, é uma afirmação irreal. Considerando que a Terapia Ocupacional entende a sexualidade como ocupação humana, e que ocupação é todo fazer com sentido dentro do cotidiano, surge a problemática: “Como os estudos de Terapia Ocupacional vêm tratando das questões das sexualidades de pessoas com deficiência? Assim, o objetivo deste trabalho é compreender como a ocupação sexualidade, das pessoas com deficiência, está sendo discutida nos estudos de Terapia Ocupacional.

METODOLOGIA

O método adotado para a realização da pesquisa foi a revisão integrativa da literatura, com abordagem qualitativa, aprimorado na prática baseada em evidência (PBE), que aprimora melhorias na efetividade clínica de pesquisas. A revisão integrativa reúne uma vasta cadeia de inclusão de estudos para uma melhor relevância e suporte acerca dos trabalhos escritos utilizando esse método, ela utiliza-se de estudos experimentais e não experimentais, empíricos e de literatura teórica, utilizando todas essas abordagens, a revisão integrativa mostra-se efetiva ao agregar conhecimentos consistentes e reforçados acerca de um determinado assunto de pesquisa para prática profissional (Souza, Silva, Carvalho, 2009).

Dessa forma, a prática do estudo da revisão integrativa baseia-se em 6 etapas, sendo elas: identificação do tema e seleção da hipótese, estabelecimento dos critérios de inclusão e exclusão/busca na literatura, seleção de estudos e informações a serem extraídas, avaliação dos estudos inseridos, interpretação dos resultados e resumo do conhecimento (Mendes, Silveira, Galvão, 2008).

Procedimentos e Técnicas da Coleta de Dados

A pesquisa foi produzida durante 3 meses, no período de novembro de 2023 até fevereiro de 2024. Durante o tempo de coleta, foram escolhidos os Descritores de Ciências da Saúde (DeCS): Terapia Ocupacional; Pessoas com Deficiência; Sexualidade, e foi utilizado o operador booleano: e. Após a delimitação dos descritores, foram feitas pesquisas em periódicos e revistas científicas escolhidas por reunirem um maior número de estudos sobre o tema e também por serem referência no meio acadêmico, como Cadernos Brasileiros de Terapia Ocupacional, Revista Chilena de Terapia Ocupacional, Scientific Electronic Library Online- SciELO, Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde- LILACS.

Após a escolha das bases de dados, foram inseridos os descritores na busca da seguinte forma: sexualidade e pessoa com deficiência e terapia ocupacional. Foram utilizados os artigos que cumpriram com os seguintes critérios de inclusão: apresentar, pelo menos, 2 descritores no título ou no resumo, publicações entre os anos de 2004 à 2024, escritos na língua portuguesa, inglesa e espanhol. Já como critério de exclusão, não foram utilizados os artigos escritos antes de 2004, artigos fora dos idiomas selecionados, artigos que não estão disponíveis por completo de forma gratuita, além de não utilizar artigos que estiverem fora da temática da terapia ocupacional na sexualidade de pessoas com deficiência.

Dessa forma, revela-se que as pesquisas foram realizadas com a observação e leitura do título e resumo, foi feita a tabulação dos resultados de forma prática, separando cada trabalho por título, autor, ano de publicação, revista, data de acesso e resumo, e assim foi feita a primeira etapa de seleção dos artigos. Após essa etapa, aconteceu a análise de cada artigo, e a exclusão daqueles que não estiveram dentro do critério de utilização. Os que foram selecionados para inclusão foram analisados por inteiro minuciosamente, pois foram cruciais para a discussão acerca do assunto.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O trabalho foi dividido em partes para melhor organização dos artigos selecionados. Na construção foi feita uma busca nas bases de dados mais conhecidas na área da saúde, como a SCIELO, LILACS e os Cadernos Brasileiros de Terapia Ocupacional, utilizando os DeCS escolhidos. Inicialmente, foram encontradas poucas publicações, apenas três artigos dispostos nas bases de dados citadas. Visto essa precariedade de resultados, foi feita uma busca nas bases de dados escolhidas restantes, a Revista Chilena de Terapia Ocupacional e o Periódico CAPES, onde foram encontradas mais algumas publicações.

Terminada a busca pelos artigos, foram encontrados trinta e quatro (34) resultados distribuídos nas bases de dados: Scielo - Scientific Electronic Library Online, onde foi encontrado um (1) artigo; nos Cadernos Brasileiros de Terapia Ocupacional, zero (0) artigos; na LILACS – Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde, dois (2) resultados; Revista Chilena de Terapia Ocupacional, um (1) e no Periódico CAPES, trinta (30) artigos.

Após a busca nas bases de dados, toda preparação foi feita em quatro etapas. Na primeira etapa foi feita a tabulação de todos os resultados encontrados. Após essa tabulação, se deu início a segunda etapa, destrinchando todos os artigos em título, autor, ano de publicação, revista, data de acesso, resumo e base dados. Na terceira etapa, foi analisado todas as informações dos estudos, com enfoque mais detalhado na leitura dos títulos e dos resumos, onde foram descartados os artigos que se classificavam nos critérios de exclusão. Concluindo com a quarta etapa, a leitura por completo dos estudos que se encaixavam nos critérios de inclusão foi realizada.

Entre os resultados adquiridos, foram descartados aqueles que adentravam nos critérios de exclusão, os duplicados atingiram sete (7); os que não estavam disponíveis a leitura de forma gratuita, oito (8); fora do idioma definido, três (3) e fora da temática, nove (9), totalizando assim vinte e sete (27) artigos excluídos dentre os resultados. Finalizando os resultados adquiridos em sete (7) artigos

A partir do estudo feito, notou-se uma falha na publicação de artigos que falem a respeito da sexualidade. Essa falha se mostra na pouca quantidade de estudos publicados sobre o assunto, demonstrando que essa discussão ainda pode ser muito mais trabalhada. Além disso, houve também uma grande divergência nos artigos selecionados. Alguns com um enfoque predominante em apenas uma deficiência, a

intelectual, outros, mostrando a importância da educação sexual como um todo juntamente com questões sociais, outros mostrando o papel dos profissionais nessa discussão.

O artigo teórico “*Ensayo sobre la importancia de la educación sexual en personas con déficit intelectual: reflexiones desde la terapia ocupacional*” (2012) de Javiera Mella V., traz debates acerca da falha nas discussões sobre educação sexual para pessoas com deficiência intelectual (DI). Segundo a autora, as lacunas nessa discussão são diversas e partem de crenças estereotipadas, de infantilização, de conclusões precipitadas sobre funções sexuais e falta de consciência sexual, de bloqueio familiar sobre a oferta de educação e saúde sexual.

Assim, a maioria dessas falhas sociais apontadas no estudo são advindas de familiares, educadores, profissionais da saúde e outros órgãos que negligenciam as próprias opiniões das pessoas com deficiência intelectual por conclusões inadequadas de que essas pessoas não são capazes de discernir por si só suas próprias vontades (Mella, 2012).

Em concordância com Mella, Pugga e Ruzzi-Pereira (2020) mostraram a mesma visão ao falar sobre educação sexual no artigo “A percepção de pessoas com deficiência intelectual sobre a sexualidade”, onde a pesquisa de campo reúne participantes com DI que relatam suas experiências usufruindo das suas sexualidades. A maioria dos relatos trazem as vivências e as curiosidades por parte dos entrevistados, além de mostrar os empasses para que essas vivências ocorram, como Mella também traz, o bloqueio dos familiares é o maior empenho a ser resolvido.

Segundo Foucault (1985), o objetivo que a maioria das famílias tem é o poder de dizer não a todas as formas de sexualidade que as pessoas com deficiência podem vivenciar. Pugga e Ruzzi-Pereira (2020) trazem que esses comportamentos familiares advêm de uma superproteção, infantilização e medo do que o processo da sexualidade pode trazer. Essas questões fortificam ainda mais a escassez na discussão da sexualidade de pessoas com DI.

Ao contrário de Mella, Pugga e Ruzzi-Pereira, que dão enfoque na deficiência intelectual, Couter, Lynch e Joosten (2023) abrangem melhor outras deficiências no artigo “*Exploring the perspectives of young adults with developmental disabilities about sexuality and sexual health education*”, onde há um acoplado entre a DI e deficiências físicas, focando não somente nas barreiras emocionais, mas também nas físicas. O estudo traz debates sobre temáticas sociais, físicas, familiares, mentais e educacionais, mostrando as várias facetas em que as pessoas

com deficiência estão inseridas quando o assunto é sexualidade (Couter, Lych, Joosten, 2023).

O artigo de pesquisa de campo de Couter, Lynch e Joosten (2023) onde jovens com deficiência são entrevistados acerca da expressão de suas sexualidades, afirma que a sociedade tem um peso nas limitações sexuais das pessoas com deficiência, onde a expressão sexual, os relacionamentos, o acesso à informação e a capacidade de realizar funções são impactadas negativamente devido aos estereótipos que lhe são dados, como deduzir que pessoas com deficiência não são seres sexuais, ou que são pessoas sem direitos, autonomia e autodeterminação. Devido à essa atitude social, as pessoas com deficiência sentem o peso dos estereótipos, demonstrando medo de rejeição em relacionamentos, impactando na expressão de suas identidades sexuais

O capacitismo, a falta de acessibilidade e todas as outras barreiras direcionadas pela sociedade e vivenciadas por pessoas com deficiência (PCD) são os principais fatores que causam medo, preocupação, angústia e receio no cotidiano dessa população. Além disso, o estudo de Couter, Lynch e Joosten (2023) traz que até mesmo as pessoas com deficiência que tentam desenvolver e expressar a sua sexualidade não sabem como desenvolvê-la, por isso, muitos acabam indo pelo caminho mais acolhedor, como a internet ou outras tecnologias, porém, também são barrados e limitados devido à falta de acessibilidade de como utilizar o computador ou acessar sites de relacionamento, e, quando conseguem são minados de preconceitos quando são notados apenas pela deficiência, excluindo-os como pessoa com potenciais, e deixando os estereótipos e estigmas da deficiência se sobressaírem.

Moreira, Bittencour, Paixão e Omura (2022) em adesão com Couter, Lynch e Joosten, (2023) trazem que a acessibilidade não somente é um meio para que as PCD vivenciem a ocupação sexualidade, mas um direito que a sociedade negligência. A pesquisa de campo verifica espaços como motéis e pousadas e mostra que com a acessibilidade prejudicada, a promoção de exclusão é ainda maior. Os autores também fazem uma analogia entre a acessibilidade e os estabelecimentos relacionados à sexualidade, onde a maioria não contam com acessibilidade arquitetônica para receber pessoas com deficiência, reforçando cada vez mais a ideia de que PCD são assexuais, que não são capazes de se relacionar e que nunca frequentariam estabelecimentos que tenham como fim a expressão da sexualidade, ressaltando o que Couter, Lynch e Joosten (2023) trazem, que mesmo a pessoa com deficiência tendo o direito de promover a sua sexualidade, as barreiras são de extrema limitação.

A acessibilidade, de acordo com a LBI (2015), é um conjunto de medidas e decisões tomadas para garantir a inclusão da PCD a fazendo exercer seus direitos de cidadania e participação social em todos os ambientes. A falta acessibilidade arquitetônica, citada no artigo de Moreira, Bittencour, Paixão e Omura (2022) é um dos agentes promotores de exclusão, pois a maioria dos ambientes não cumprem as normas vigentes e não possuem nenhum tipo de acessibilidade, prejudicando assim, a expressão a sexualidade de PCD, pois sem acessibilidade não existe inclusão.

Muitas vezes a deficiência física é mais levada em consideração nos estudos publicados devido a heteronormatividade, e a ideia de que a sexualidade só poderia ser vivenciada por um corpo perfeito e funcional que pareava os estudos mais antigos e que ainda se faz presente em muitos pensamentos contemporâneos (Mélllo, 2012).

A heteronormatividade coage e define o comportamento de acordo com cada gênero, onde a padronização de um determinado gênero impacta negativamente nas vivências de cada sujeito (Cardoso, 2018), principalmente quando falamos sobre pessoas com deficiência, que já não possuem direitos sobre suas funções e reproduções corporais. Esse sistema social não compreende que o ser humano é plural e livre em expressar sua diversidade, e essas discussões sobre heteronormatividade também se atrela a ideia de que a sociedade precisa seguir o sistema sexo-gênero-sexualidade, onde tudo precisa corresponder aos estereótipos definidos (Cardoso, 2018).

Os estereótipos corporais são historicamente reguladores sociais onde encapsulam os indivíduos em suas deficiências e gênero, invisibilizando sua sexualidade e diversidade perante a si mesmo e a sociedade, deixando claro a diferença entre normalidade e anormalidade, onde a anormalidade além de não expressar sexualidade, não deve fugir da regra em que nasceu. As diferenças físicas, sensoriais e psíquicas não são enaltecidas, mas si subjugadas e desqualificadas, nesse sentido, buscar reflexões que rompam com a heteronormatividade é imprescindível (Givigi et al, 2018).

Em coesão com a heteronormatividade, a corpo normatividade também é uma imposição social que vem sendo debatida desde a antiguidade até os dias atuais, onde só havia como modelo de corpo social, o corpo perfeito, como uma massa que se molda com o passar do tempo e o passar dos padrões sociais de cada época (Mélllo, 2012).

No estudo de campo *“Aproximación a la experiencia de cuerpo y sexualidad de un grupo de mujeres chilenas con discapacidad*

física congênita” dos autores Jone, Duarte, Astorga, Pardo e Sepúlveda (2015), são abordadas questões de corporeidade, onde se fala sobre o corpo legítimo e ilegítimo com mulheres com deficiência entrevistadas, o primeiro é relacionado a corpos considerados perfeitos pela norma social da corpo normatividade, relacionados com a estética e a produtividade funcional, já o segundo não segue essas normas, são consideradas as pessoas com corpos irrealis, poucos funcionais, que não têm direitos sexuais e reprodutivos e que não pode agir como um corpo com particularidades que ocupa papéis e espaços na sua própria vida e na vida de outrem.

No artigo documental denominado “*Development of international standards to document sexual and reproductive functions after spinal cord injury: Preliminary report*” também cita as situações físicas juntamente com suas barreiras, e acrescenta também funções biológicas atreladas, mostrando que a função sexual e reprodutiva é na maioria das vezes preservada e desenvolvida envolvendo diferentes formas de se realizar. Porém, se tratando de um artigo com cunho biomédico, é notório a falta da subjetividade e o enfoque nas questões bem determinadas de gênero, onde as funções biológicas dos homens são bem detalhadas e das mulheres também, não aderindo a outros meios de diversidade. Na íntegra, o artigo é muito mais documental do que crítico a inúmeras questões, mostrando mais como se fazer presente as funções sexuais e reprodutivas e como desenvolvê-las de uma forma mais biológica, e não demonstrando discussões sobre expressão, subjetividade e outros debates com cunho social, emocional e espiritual, diferenciando dos demais artigos, que sempre retratam essas temáticas (Alexander et al, 2007).

De acordo com a maioria dos artigos apresentados, a dificuldade em que a sociedade tem de entender que pessoas com deficiência tem sua vida sexual preservada vem do não questionamento sobre essa discussão, pois, existe uma negação social de que a sexualidade não existe para essas pessoas, por isso, não se é questionado, nem comentado e nem discutido (Maia, 2006). E não somente a sociedade não se discute, como também profissionais da área da reabilitação que negligenciam todo o debate acerca disso, muitos deles esperam que a própria pessoa traga as questões, ao invés de inserir em planos de tratamento, muitos são malformados, se sentem desconfortáveis e mal preparados e, raramente, participam dessas discussões se não forem convocados (Juergens, 2006). Isso reforça a visão de Maia (2006), onde fala sobre a negação social.

Diante de todo debate apresentado, é notório que os estudos publicados são deveras importantes para todos no geral. As informações dos artigos, em concordância ou contrárias umas das outras mostram que se ligam concomitantemente, apontando que não se separa a sexualidade da pessoa com deficiência, além de cada um detalhar em especificidades como a educação sexual, as funções biológicas, a acessibilidade e tantos outros temas que contribuem para o debate da temática.

Os artigos publicados a partir de 2006, mostram que estão de acordo com a Convenção sobre os Direitos da Pessoa com Deficiência (ONU, 2006), dando enfoque nas falhas que a sociedade ainda não conseguiu suprir, e mostrando o quão importante é que as pessoas com deficiência vivam de forma plena e igualitária não somente em todos os âmbitos, mas principalmente na subjetividade de suas funções sexuais e reprodutivas, mesmo que na prática das entrevistas e das teorias os estudos apontem as críticas e mostrem a realidade, os próprios estão de acordo com a CDPD.

No Brasil, os artigos publicados a partir de 2015, ano de vigência da Lei de Inclusão da Pessoa com deficiência (13.146/2015) (BRASIL, 2015) também mostram coesão com a lei e seus direitos, evidenciando a saúde sexual e a acessibilidade, e pautando o quão importante é que todos os direitos sejam cumpridos por todos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este presente estudo possibilitou notar que a sexualidade de pessoas com deficiência é pouco comentada e pouco tida como objeto de investigação de muitos pesquisadores. Essa questão é facilmente percebida inicialmente pelo número de publicações feitas, que não supre tudo que se pode falar sobre a sexualidade da pessoa com deficiência. Isso mostra que os avanços feitos na terapia ocupacional não estão alcançando a ocupação sexualidade como definido na AOTA (2021), e, diante disso, há dificuldades em constatar como a intervenção da terapia ocupacional é de grande importância e benefício para essa população e para esse debate acerca de sexualidades.

Além disso, os estudos mostram uma divergência nas discussões, uns com enfoque mais biomédico e físico, outros trazem a acessibilidade como um fator determinante, e outros focam no cunho social, como a importância da educação sexual e questões de construção social e familiar.

REFERÊNCIAS

ALEXANDER, M. S., BODNER, D., BRACKETT, N. L., ELLIOTT, S., JACKSON, A. B., & SØNKSEN, J. Development of international standards to document sexual and reproductive functions after spinal cord injury: preliminary report. **Journal of Rehabilitation Research and Development**, v. 44, p. 83-90, 2007. Disponível em: https://rnp-primo.hosted.exlibrisgroup.com/primo-explore/fulldisplay?docid=TN_cdi_unpaywall_primary_10_1682_jrrd_2005_10_0166&context=PC&vid=CAPES_V3&lang=pt_BR&search_scope=default_scope&adaptor=primo_central_multiple_fe&tab=default_tab&query=any,contains,occupational%20therapy%20and%20person%20with%20disability%20and%20sexuality&facet=searchcreationdate,include,2004%7C,%7C2023&offset=0. Acesso em: 12 dez. 2023.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, outubro de 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm.

BRASIL. **Decreto Legislativo nº 186, de 09 de julho de 2008**. Aprova o texto da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e de seu Protocolo Facultativo, assinados em Nova Iorque, em 30 de março de 2007. Diário Oficial da União, seção 1, Brasília, DF, 10 jul. 2008, edição 131, p.1. Disponível em: <http://www2.senado.gov.br/bdsf/item/id/99423> .Acesso em: 21 out 2023.

BRASIL. **Lei 13.146, de 6 de julho de 2015**. Institui a Lei Brasileira de Inclusão das Pessoas com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Diário Oficial da União 2015; 7 jul. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm

BRASIL. Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania. **Brasil tem 18,6 milhões de pessoas com deficiência, indica pesquisa divulgada pelo IBGE e MDHC** [Brasília]: Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania, 08 set. 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/assuntos/noticias/2023/julho/brasil-tem-18-6-milhoes-de-pessoas-com-deficiencia-indica-pesquisa-divulgada-pelo-ibge-e-mdhc> . Acesso em: 20 out. 2023.

CARDOSO, A. **Imposição de gênero e sexualidade: a violência de uma cultura heteronormativa**, 2018. Mestrado em Serviço Social-Instituto Superior Miguel Torga. Coimbra, 2018.

COULTER, D., LYNCH, C., & JOOSTEN, A. V. Exploring the perspectives of young adults with developmental disabilities about sexuality and sexual health education. **Australian Occupational Therapy Journal**, v. 70(3), p. 380-391. 2023. Disponível em: https://rnp-primo.hosted.exlibrisgroup.com/primo-explore/fulldisplay?docid=TN_cdi_proquest_miscellaneous_2776517387&context=PC&vid=CAPES_V3&lang=pt_BR&search_scope=default_scope&adaptor=primo_central_multiple_fe&tab=default_tab&query=any,contains,occupational%20therapy%20and%20person%20with%20disability%20and%20sexuality&facet=searchcreationdate,include,2004%7C,%7C2023&offset=0. Acesso em: 12 dez. 2023.

DANTAS, T. C., SILVA, J. S. S., CARVALHO, M. E. P. Entrelace entre gênero, sexualidade e deficiência: Uma história feminina de rupturas e empoderamento. **Revista Brasileira de Educação Especial**. Marília, vol 5, n. 4, p. 555-568, dez. 2014.

DINIZ, D. **O Que é Deficiência**. 1º Edição. São Paulo: Editora Brasiliense, 2007.

FOUCAULT M. **História da sexualidade**. 13º edição, Rio de Janeiro: Graal; 1985. v.2.

GIVIGI, R. C. N., ALCÂNTARA, J. N., DIAS, A. F., CARDOSO, H. M. Práticas formativas num cenário de contradições: problematizando as questões de gênero e da deficiência. **Revista Educação e Cultura Contemporânea**, v. 15, n. 41, p. 54-83, 2018. Disponível em: <https://mestradoedoutoradoestacio.periodicoscientificos.com.br/index.php/reeduc/article/view/5052/47966057>. Acesso em: 24 jan. 2024.

GOMES, D., TEIXEIRA, L., RIBEIRO, J. (2021). **Enquadramento da Prática da Terapia Ocupacional: Domínio e Processo traduzida 4º Edição**. Versão Portuguesa de Occupational Therapy Practice Framework: Domain and Process 4th Edition (AOTA - 2020).

JONES B. S., DUARTE B. T., ASTORGA U. N., PARDO M. M., SEPÚLVEDA P. R. Aproximación a la experiencia de cuerpo y sexualidad de un grupo de mujeres chilenas con discapacidad física congenita. **Revista Chilena de Terapia Ocupacional**, v. 15, n. 1, p. 19–32, 2015. Disponível em: <https://revistaterapiaocupacional.uchile.cl/index.php/RTO/article/view/37127>. Acesso em: 27 nov. 2023.

JUERGENS, M. H., MILLER SMEDEMA, S., & BERVEN, N. L.

(2009). Willingness of Graduate Students in Rehabilitation Counseling to Discuss Sexuality With Clients. **Rehabilitation Counseling Bulletin**, v. 53, p. 34-43, 2009. Disponível em: https://rnp-primo.hosted.exlibrisgroup.com/primo-explore/fulldisplay?docid=TN_cdi_proquest_journals_213917874&context=PC&vid=CAPES_V3&lang=pt_BR&search_scope=default_scope&adaptor=primo_central_multiple_fe&tab=default_tab&query=any,contains,occupational%20therapy%20and%20person%20with%20disability%20and%20sexuality&facet=searchcreationdate,include,2004%7C,%7C2023&offset=0. Acesso em: 12 dez. 2023.

MAIA, A. C. B. **Sexualidade e Deficiências**. Editora UNESP, 2006.

MELLA, V. J. Ensayo sobre la importancia de la educación sexual en personas con déficit intelectual: reflexiones desde la terapia ocupacional. **Revista Chilena de Terapia Ocupacional**. v.12, p. 57-63, 2012. Disponível em: <https://pesquisa.bvsalud.org/portal/resource/pt/lil-704377>. Acesso em 05 dez. 2023.

MÉLLO, R. P. **Corpos, heteronormatividade e performances híbridadas**. Psicologia e Sociedade, v. 24, p. 197-207, 2012.

MENDES, K. D. S., SILVEIRA, R. C. C. P., GALVÃO, C. M. Revisão Integrativa: Método de Pesquisa para a Incorporação de Evidências na Saúde e na Enfermagem. **Texto Contexto Enfermagem**. Florianópolis, p. 758-764, dez. 2008.

MOREIRA, P. S., BITTENCOURT, E. S., PAIXÃO, G. M., & OMURA, K. M. Avaliação de motéis e pousadas em relação à acessibilidade para pessoas com deficiência ou restrição de mobilidade. **Cadernos Brasileiros de Terapia Ocupacional**, v.30, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/2526-8910.ctoAO22863017>. Acesso em: 30 nov. 2023.

Organização Das Nações Unidas (ONU). **Convenção Sobre os Direitos da Pessoa com Deficiência**, 2006.

Organização Mundial da Saúde (OMS). **Relatório Mundial sobre a Deficiência**. São Paulo: Secretaria dos Direitos da Pessoa com Deficiência; 2012. 334 p

Organização Mundial a Saúde (OMS). **Saúde Sexual**. Genebra: OMS; 2017. Disponível em: http://www.who.int/topics/sexual_health/en/.

PUGA, P. C. A., RUZZI-PEREIRA, A. A Percepção de Pessoas com De-

ficiência Intelectual Sobre a Sexualidade. **Temas em Educação e Saúde**, v. 16, p. 542-552. 2020. Disponível em: https://rnp-primo.hosted.exlibrisgroup.com/primo-explore/fulldisplay?docid=TN_cdi_doaj_primary_oai_doaj_org_article_2c413c61baaa496786e07d875bc8b83b&-context=PC&vid=CAPES_V3&lang=pt_BR&search_scope=default_scope&adaptor=primo_central_multiple_fe&tab=default_tab&query=any,contains,terapia%20ocupacional%20e%20pessoas%20com%20defici%C3%Aancia%20e%20sexualidade&offset=0. Acesso em: 12 dez. 2023.

SILVA, T. M. **Sexualidade e Deficiência: o que Terapeutas Ocupacionais produzem sobre isso?** 2016. 21 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Terapia Ocupacional) – Universidade de Brasília. Brasília, 2016.

SOUZA, M. T., SILVA, M. D., CARVALHO, R. **Revisão Integrativa: o que é e como fazer.** Einstein. São Paulo, p. 102-106, 2010.

“REZANDO BAIXO PELOS CANTOS POR SER UMA MENINA MÁ”: CORPO-CANÇÃO, AFETOS E HOMOAFETIVIDADES INSURGENTES EM ANGELA RO RO E CÁSSIA ELLER

Vanessa Oliveira Rocha¹

INTRODUÇÃO

Inscrita nos anais da história brasileira como um dos capítulos mais nefastos, a Ditadura Militar (1964-1985) implicou na derrocada da democracia e ascensão do regime fascista, orientado pela tolhida da liberdade sexual, individual e de manifestação; reflexos de uma lógica fundada e legitimada pelo discurso de combate a todo e qualquer tipo de diversidade (seja ela política, cultural, ideológica, de gênero, raça, classe, credo ou pensamento) típico dos regimespautados no totalitarismo homogeneizante.

Adstritas a um horizonte de violências e opressões, subjetividades outras desviantes danorma padrão cisheterocolonial, branca e cristã experimentaram (e ainda experimentam) violências impostas pelo capitalismo falocêntrico associado ao avanço do conservadorismo racista neo-liberal, que esvazia de sentido existências que performando a diferença, implodem modelos de feminilidade e masculinidade impostos patriarcalmente pelo Ocidente cristão- burguês que condena a eroticidade fora do matrimônio e não procriativa, rotulando como devassas(os) e indignas(os) de respeito aquelas(es) que dão vazão aos seus desejos. As instituições e elites acadêmicas, políticas, históricas e jurídicas respaldam a segregação de corporeidades dissidentes no discurso de um tipo ideal desejável que é homem, branco, cis, heterossexual, jovem, cristão, ocidental, neurotípico, dotado de elevada escolaridade e pertencente à classe média ou alta; ou seja, não desafiando expectativa alguma.

Quando Caetano Veloso, Belchior, Gal Costa, Gilberto Gil, Gonzaguinha, Alceu Valença, Moraes Moreira e Rita Lee cantam as dores

¹ Bacharela em Direito pela Faculdade de Ciências Aplicadas e Sociais de Petrolina (FACAPE). Pós-graduada em Direitos Humanos, Gênero e Sexualidade pela Universidade Salvador (UNIFACS) e Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismo da Universidade Federal da Bahia (PPGNEIM/UFBA). Pesquisadora bolsista da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia (FAPESB) vinculada ao Grupo de Pesquisa CNPQ GAD-NEIM..

e os dissabores de uma realidade posta a ferro e fogo sob o jugo do coturno e do cassetete, falam sobre suas autonomias tomadas de sequestro, seus direitos de amar, ser amado e comungar em igualdade colocados em suspenso, suas sexualidades cassadas, suas pluralidades criminalizadas. Mas se falamos de morticínio, de perseguição e pauperização, precisamos trazer ao debate nossas mulheres, não só as mães tolhidas do direito de sepultar seus mortos e as viúvas apartadas de seus companheiros, mas sobretudo, as “ovelhas negras”³, como nos (en)canta Rita Lee; lésbicas e bissexuais (assumidas ou não), mulheres disruptivas nas linhas de frente, aquelas que não experimentaram as agruras ocasionadas em segundo grau pelo vínculo consanguíneo ou parental/afetivo que as conectava a algum militante, político, estudante ou artista do sexo masculino, mas cujas corporeidades foram (e permanecem) arrebatadas e coagidas por atravessamentos que, impostos ao seu corpo, determinam categoricamente sua forma de ser e estar no mundo, seus acessos, deslindes, performances e possibilidades “de vida e de morte” (BENTO, 2018, p. 8).

Onde estavam mulheres que amam mulheres quando os gases lacrimogêneos e as balas de borracha varavam corpos e avenidas? Não podemos (e nem seria razoável) falar por todas, mas Angela Ro Ro e Cássia Eller estavam cantando, gritando, fazendo coro. Nesse emaranhado de ambivalências próprias de uma sociedade extremamente hierarquizada e desigual, a rebeldia foi a resposta e o caminho único de (re)existência por elas encontrado. Ao recusar o lugar da submissão, da censura e do alheamento, o sentimento de insurreição que emana de suas canções e discursos são instrumentos de resistência frente ao sectarismo propagado por regimes e praxis militaristas, cishetronormativas, ocidental-burguesas, homo e lesbofóbicas que buscam validar no imaginário social o ardid de que todas as comunidades são supostamente homogêneas e harmônicas, logo, equânimes em materialidades, acessos a oportunidades e prerrogativas.

ENTRE “GATAS EXTRAORDINÁRIAS” E “TÃO BEATA, TÃO À TOA”

Cássia Eller e Angela Ro Ro pagaram um preço custoso pela insurreição que adotaram como práxis de vida; em um país de fortes matrizes conservadoras, suas carreiras, imagens públicas, morte e até mesmo legado foram vilipendiados pela mídia sensacionalista, através de estigmas repugnantes pautados no conservadorismo moral reprodu-

zidos boca a boca pela sociedade civil ou por grandes veículos de imprensa.

Em entrevista concedida ao *Diário de Pernambuco* em 2020, Angela confidencia:

Me assumir lésbica me custou a cegueira de um olho e meio e metade da audição. Fui espancada quatro vezes pela Polícia Militar e uma pela Polícia Civil. Sofri agressões físicas em 1981, 1983, dois episódios em 1984 e em 1990 por soco inglês, barras de ferro e cacetete. Era ditadura, mas acho que não tem ligação direta (...) na época, também sofri muitos ataques homofóbicos de outras formas e cheguei a ser estuprada. Me orgulho de ter sido pioneira, fui a primeira artista a se dizer lésbica no Brasil (RORO, 2020).

Se por um lado os anos de chumbo da ditadura civil-militar foram tortuosos e traumáticos para Angela Ro Ro, em contrapartida a opinião pública não foi menos persecutória e perversa com Cássia Eller. Há ainda quem pense (quase vinte e dois anos depois) que ela, cantora que em outubro de 2023 completaria 61 anos, teria morrido em função de uma overdose, falácia esta que deita raízes e corrobora o estereótipo repulsivo de que toda bissexual é promíscua/inconsequente. As roupas, falas, composições, cortes de cabelo e comportamentos lidos socialmente como “libertinos” e/ou “anormais” de Cássia Eller (como por exemplo, se recusar a usar maquiagem ou a raspar as axilas) foram tomados de sequestro e distorcidos em favor de um discurso desmoralizante que menospreza e subestima seu prestígio, êxitos e

memória; suas atitudes de inflexão ao ideal de submissão feminina instituído e instrumentalizado pelo patriarcado somadas ao exercício da liberdade sexual lhe demandaram um alto custo: a cognominação pejorativa de “puta”, “fanchona”, “intransigente”, “rebelde sem causa” quando se propõe corromper a sacramentada “normalidade” heterossexual.

Mas afinal, que normalidade é essa que está posta sem possibilidades de ruptura? Que colonialidade cisnormativa é essa que aglutina corpos interpretados como “desviantes” em uma caixa designada: “pessoas com transtornos de gênero/sexualidade”? O cis-tema opera na construção de identidades e no controle social via patologização daqueles considerados “anormais”, “desviantes” ou “sodomitas” por meio da hipervigilância das corporeidades; a sexualidade é alvo de uma preocupação social constante que institui formas de controle e regulação. Mulheres lésbicas e bissexuais que não se submetem às regras impostas

ao corpo são objeto contínuo de ojeriza social, violências e execuções sumárias. Nessa toada, Cássia Eller ao andar por fora da linha dos padrões normativos e por adotar uma postura anti-autoritária teve sua honra dilapidada, sua imagem associada ao uso irresponsável de entorpecentes, parte de seu legado assinalado a alcunhas pejorativas como “toxicômana”, “viciada”, “corrompida”, “irresponsável” e “má influência”.

A cisheteronormatividade ocidental cristã representa a própria sociedade idealizada, refletindo as aspirações “para o bem, o belo, o ideal” (basta observar as imagens sacras da Virgem Maria, sempre brancas, modestas, tão límpidas, com seu ar casto, traços fenotípicos finos, inspirando virgindade, castidade e pureza) e também incorporam o mal, a morte, a orgia, o vício, o pecado e mesmo os aspectos mais repugnantes e vulgares da vida social. Corporeidades insurgentes (como a de Cássia Eller e Angela Ro Ro) são relegadas ao lugar demoníaco; em outras palavras: da diferença indizível, subalternizadas, consideradas como indignas de inferência por ocuparem a margem do lido socialmente como belo, capaz, autônomo, normal, esperado.

A partir de uma ótica calcada em aportes fornecidos pelo Pensamento Feminista, coadunando fundamentos teórico-metodológicos da crítica feminista à teoria social e elaborações relativas aos conceitos de gênero, sexo e (cishetero)sexualidade enquanto regime político e ideológico (CURIEL, 2013), pensando o debate teórico à respeito da Interseccionalidade (AKOTIRENE, 2019), contribuições e análises propostas pelos Feminismos da Periferia/Feminismos Decoloniais (SEGATO, 2016), Feminismos Negros (HOOKS, 2015; LORDE, 2019), Feminismos *Queer of Color* (REA, 2018) e concepções acerca da Decolonialidade (GONZALEZ, 1988), almeja-se compreender como se alicerça a conjuntura que subjuga homoafetividades femininas que desobedecem a normatividade, rompendo regras, transgredindo o que estava pré-determinado. Quais influências raça, classe, gênero e demais matizes identitários (deturpados por sistemas de dominação) exerceram sobre as nuances constitutivas das trajetórias de Angela Ro Ro e Cássia Eller enquanto signos disruptivos? Para alimentar a discussão em torno das reminiscências que permeiam a experiência sáfica, pretende-se traçar paralelos que aproximem (a partir da identificação de eventos, particularidades, discursos e composições musicais em comum) ambas personalidades, destacando as similaridades que transpassam, perscrutam e conectam suas existências, alteridades, insubmissões, contribuições e enfrentamentos.

LESBIANIDADES, POLÍTICAS DO CORPO E SEXUALIDADE: POLIFÔNICOS FAZERES EM ANGELA RO RO

As composições de Angela Ro Ro são notoriamente marcadas por elementos subversivos e disruptivos que exploram temáticas profundamente ligadas ao homoerotismo feminino. Sobretudo nas décadas de 1970 e 1980, transparecem em suas letras a rebeldia da mulher que exalta a plenos pulmões a liberdade sexual feminina, por vezes expressa no uso de palavras ácidas e performances não convencionais, onde projeta o timbre rouco em tonalidades altas, como em um grito de anseio por autonomia, como é possível verificar na canção *Cheirando A Amor*² (1979). Seus versos, carregados de erotismo lésbico, melodiam o amor entre iguais, repudiado e coibido pela sociedade; aprisionado entre quatro paredes ao ser limado pelo *status quo* do direito de ser manifestado em público, sob o jugo de uma cisheteronormatividade que não “perdoa” aquelas que recusem concepções hegemônicas de gênero e sexualidade:

[...]
Já pus de lado o tormento
De um mundo atento a não perdoar
Amantes sem fingimentos
Delirantes formas de amar
Quero cheirar a amor
Quero exalar suor
Pro dia que você for

Ficar com seu melhor Amor
apertado, sou sua Trancada com
medo da rua
Se isso é pecado me puna
A culpa de amar livre e nua[...]

Angela Ro Ro traduz e interpreta afetos elididos, localizados fora dos padrões tradicionais de feminilidade e heteronormatividade enquanto lésbica que declara seu amor a outra(s) mulher(es); o que lhe conferiu (à título de artista ascendente no cenário musical entre as décadas de 1970 e 1980) uma identidade transgressora. Ao cantar em

² RO RO, Angela. *Cheirando A Amor*. In: ANGELA RORO [Álbum]. Rio de Janeiro: Universal Music Ltda., 1979. Faixa 1. (2 min e 41 s).

Cheirando A Amor: “Se isso é pecado me puna / a culpa de amar livre e nua”, seu eu-lírico contrapõe-se declaradamente aos estigmas impostos às mulheres que mantém relações sexuais e afetivas com outras, dialogando ainda com noções de sagrado *versus* profano, pecado e culpa cristã dada a construção constritiva da homoafetividade como prática condenável do ponto de vista moral- religioso (“Trancada com medo da rua / se isso é pecado me puna”).

A sexualidade é alvo prioritário de coerção e controle dos corpos, em especial “pelo projeto neoliberal que impõe a exclusão de outros sujeitos e de outros corpos por ele julgados incompatíveis” (REA, 2018, p. 126). Em diálogo com as elaborações de Rea e Amancio (2018) é possível depreender manifestações e ativismos lésbicos (como os de Angela Ro Ro) enquanto instrumentos de resistência subversiva inserida em uma conjuntura na qual a (re)construção dos sentidos coletivos e pessoais de ser, de pertencer e de participar difundem uma nova ordem derepresentatividade, ativismo e resistência da comunidade LGB-TQIAPN+ face diretrizes pré- estabelecidas e, portanto, dominantes, tais como a cisheteronormatividade do Norte político e o militarismo androcêntrico.

A mesma retórica pode ser verificada na canção *Amor Meu Grande Amor*³ (1979), também de sua autoria, onde melodiza: “Me chegue assim, bem de repente / sem nome ou sobrenome”, enfatizando uma paixão que deve vir sem rótulos, despida de papéis de gênero arraigados em uma lógica falocêntrica e/ou heteronormativa. Em um contexto de ditadura civilmilitar atrelado a ascensão do moralismo cristão burguês, às mulheres que gozavam de sua liberdade sexual como bem entendiam estava reservada a (re)existência no evadir-se de alguns espaços como se clandestinas fossem, no ser sem se deixar perceber, no simular as aparências, na entrega que oscila entre o desejo secreto, o oculto e o medo de perecer frente à violência policial e masculina; sentimentos e fatos cuja substância Angela imortalizou de forma vivaz: “Amor Meu Grande Amor / não chegue na hora marcada”, “Pois tudo que ofereço é meu calor / meu endereço”.

Nesse sentido, demonstram-se valiosas as contribuições de Ochy Curiel (antropóloga, cantora e teórica do feminismo latino-americano e caribenho) elaboradas em *A Nação Heterossexual* (2013), obra na qual argumenta ser a manutenção da diferença sexual portanto, o mecanismo fundamental do regime heterossexual (e porque não, militar também?),

3 RO RO, Angela. Amor Meu Grande Amor. In: ANGELA RORO [Álbum]. Rio de Janeiro: Universal Music Ltda., 1979. Faixa 5. (3 min e 15 s)

sendo a ideia de complementaridade heterossexual parte desse paradigma opressivo. A manutenção da diferença sexual é vista pela autora como essencial para aquilo que é dito como a unidade nacional e a transmissão da ortodoxia conservadora (fundamentos tão caros aos regimes totalitários, capitalistas, militaristas, de cunho nacionalista e fundados em uma moral burguesa, familiar e tradicional), mantendo as mulheres em papéis “naturais” de dependência na relação com os homens.

Nesse diapasão, bell hooks pontua que:

No capitalismo, o patriarcado é estruturado de forma que o sexismo restrinja o comportamento das mulheres em algumas esferas, mesmo que, em outras, haja liberdade em relação a limitações. A ausência de restrições extremas leva muitas mulheres a ignorar as áreas em que são exploradas ou discriminadas e pode até levá-las a imaginar que as mulheres não são oprimidas (HOOKS, 2015, p. 197-198).

As composições e performances de Angela Ro Ro demarcaram com pioneirismo um lugar de expressão, construção, vivência e visibilidade lésbica em um período extremamente assinalado pelo sectarismo e clandestinidade; onde sua voz assume a tônica de enfrentamento não só ao conservadorismo vigente à época, mas desempenhando igualmente papel significativo na denúncia à censura e repressão às expressões artísticas e culturais que eram consideradas insubmissas ou críticas ao regime militar. Em *Agito E Uso*⁴ observa-se a tônica máxima de uma cantora, artista, mulher, lésbica e progressista que, lançando mão de ironias, metáforas e jogos de palavras, satiriza subterfúgios sexuais e de gênero, colocando em suspenso noções de feminilidades docilizadas e comedidas, reproduzidas e alicerçadas pelo cisheteropatriarcado:

[...]
Sou uma moça sem recato
Desacato a autoridade e me dou mal
Sou o que resta da cidade
Respirando liberdade por igual
[...]

Sobre ocupar espaços na qualidade de uma mulher lésbica que habita um corpo marginalizado vivendo em um país latino-americano sob o jugo do coturno e do cassetete, ainda canta:

4 RO RO, Angela. *Agito E Uso*. In: ANGELA RORO [Álbum]. Rio de Janeiro: Universal Music Ltda., 1979. Faixa 7. (2 min e 35 s).

[...]
Meu medo é minha coragem
De viver além da margem e não parar
De dar bandeira a vida inteira
Segurando meu cabresto sem frear [...]

O papel de Angela Ro Ro e de outros artistas durante a ditadura militar foi crucial para manter viva a resistência cultural e política, desafiando as restrições impostas pelo regime e inspirando movimentos que buscavam mudanças sociais e políticas, refutando o mito da “ameaça comunista”, o que se ratifica pelos versos: “Viro, reviro, quebro e tussoso / apronto até ficar bem russo”. Por ser uma cantora, compositora e pianista declaradamente lésbica (“E o jeito que eu conduzo a vida / não é tido como forma popular”) ao longo de sua carreira, tem sido uma figura importante no confronto a estereótipos e na luta pela representação LGBTQIAPN+ na música brasileira. Sua autenticidade, insurgência e coragem em ser, ajudaram a desafiar normas sociais e a galgar os primeiros alicerces da representatividade lésbica no cenário cultural brasileiro; enriquecendo a diversidade de narrativas, permitindo a compreensão mais ampla e inclusiva de diferentes histórias de amor, amizade e superação, combatendo a invisibilidade, oferecendo modelos a serem seguidos e personagens com as quais meninas e mulheres podem se identificar, promovendo autoaceitação e confiança, ampliando assim, opções e experiências compartilhadas.

Para a intelectual Audre Lorde (2020, p. 55), “fomos socializadas a respeitar mais o medo do que nossas necessidades de linguagem e significação, e enquanto esperamos em silêncio pelo luxo supremo do destemor, o peso desse silêncio nos sufocará”, nessa perspectiva, portanto, escutar as composições, vislumbrar o corpo-canção e estar em contato com as narrativas de vida e ativismos de alguém como Angela Ro Ro (enquanto parte da performance artística de uma lésbica pioneira e sobrevivente da ditadura militar) implica na possibilidade de(re)construção de um contradiscurso fundado no “romper com os tratados, trair os ritos” (nas polissêmicas palavras de Ney Matogrosso), corrompendo a “normalidade”; contudo, sem espaço para ingenuidades, ao optarem pela não-submissão, ao frustrarem o pacto social, ao não se subsumirem às coações morais contra as quais se insurgiram, dezenas de mulheres receberam(e recebem) como retaliação a fome, o frio, a sede, infecções, choques elétricos, abusos, espancamentos e intoxicação medicamentosa; reações de um aparato contra o qual a resistência é difícil, em virtude

da predileção social, política, econômica e institucional de quem dita as regras. Nesse jogo de cartas marcadas, o corpo é alvo primeiro de repressão.

Nesse sentido, contribui a pesquisadora nigeriana Oyèrónkẹ Oyèwùmí:

Consequentemente, uma vez que o corpo é o alicerce sobre o qual a ordem social é fundada, o corpo está sempre em vista e à vista. Como tal, invoca um olhar, um olhar de diferença, um olhar de diferenciação – o mais historicamente constante é o olhar genericado. Há um sentido em que expressões como “o corpo social” ou “o corpo político” não são apenas metáforas, mas podem ser lidas literalmente. Não surpreende, portanto, que quando o corpo político precisou ser purificado na Alemanha nazista, certos tipos de corpos precisaram ser eliminados. A razão pela qual o corpo tem tanta presença no Ocidente é que o mundo é percebido principalmente pela visão. A diferenciação dos corpos humanos em termos de sexo, cor da pele e tamanho do crânio é um testemunho dos poderes atribuídos ao “ver”. O olhar é um convite paradiferenciar (OYÈWÙMÍ, 1997, p. 41-42).

O cis-tema opera na construção de identidades e no controle social via patologização daqueles considerados “anormais”, “desviantes” ou “sodomitas” por meio da hipervigilância das corporeidades; a sexualidade é alvo de uma preocupação social constante que institui formas de controle e regulação. As relações de gênero quando consolidadas no dimorfismo sexual validam signos e símbolos que legitimam normas, valores e arcabouços conversores de meras diferenças sexuais entre homens e mulheres em desigualdades sociais, alimentando um anção de hierarquia, permissibilidade e valorização do “masculino” sobre o “feminino”.

Contemporaneamente à mobilização da classe artística nacional, durante a década de 1980 em São Paulo articulou-se o Grupo de Ação Lésbica Feminista (1979 – 1989), o GALF, protagonista do evento que marca no Brasil o dia do Orgulho Lésbico. O GALF representou importante marco na história do movimento lésbico brasileiro, especialmente no que tange ao debate pela redemocratização do país. Para além, a publicação e veiculação independente de folheto chamado *Chana-comchana* (pelos coletivos paulistas Lésbico-Feminista e Grupo Ação Lésbica-Feminista) desempenhou papel decisivo na organização política e resistência da comunidade lésbica durante os anos 1980 no Brasil. A 1ª edição do dito boletim contava com capa e entrevista exclusiva de

Angela Ro Ro, primeira cantora brasileira lésbica a se assumir publicamente. O boletim contou com 12 edições, lançadas entre 1981 e 1987, abordando o protagonismo lésbico nas artes, nos esportes, na literatura, participação política, entre outras temáticas. Além disso, contava com cartas, depoimentos, charges, poesias e ilustrações sobre a existência sáfica.

Nessa lógica, Angela Ro Ro é uma (dentre tantas) que tensiona ou transgride as fronteiras de gênero e de sexualidade, que atravessa ou que, de algum modo, desordena e confunde os sinais considerados “próprios” de cada um desses territórios, sendo em retaliação, marcada com a alcunha de sujeita diferente e desviante, a “outra” indecorosa; talvez suportada, desde que encontre “guetos” e permaneça circulando nesses espaços restritos (não à toa seu nome é olvidado pela grande mídia em contraste aos de artistas como Maria Bethânia, Gal Costa, Rita Lee, Marisa Monte, Adriana Calcanhotto, Ana Carolina, dentre outras).

Na qualidade de mulher idosa e lésbica, Angela compartilha as agruras de uma vida solitária marcada pelos traumas dos anos de chumbo; a seu tempo, a superação do alcoolismo lhe deixou cicatrizes que vão além da decadência financeira por ela declarada e da falta de patrocínio por parte das gravadoras influentes na cena musical nacional contemporânea. Etarismo, lesbofobia e outros marcadores se misturam em uma miscelânea de fatores que impelem a existência e contribuições dessa mulher-potência rumo ao ostracismo.

Ao ser entrevistada pelo jornal A Folha de São Paulo, revela:

Ro Ro garante, no entanto, ter parado de fumar e de beber. “Não aguentava mais. Parei de brincadeira. As pessoas me deram muitas feridas, mas a vida me deu oportunidades tão grandes para cicatrizá-las que eu não vou cuspir na cara da vida agora.” Atualmente, ela se diz cheia de energia e espera só saldar suas dívidas para tocar velhos projetos, como o de um CD com clássicos do samba e do jazz. Outro antigo projeto acalentado é o de escrever uma autobiografia. Confessional como só ela, Ro Ro pretende batizá-la de “Minhas Mulheres” (RO RO, 1999).

Inegável se faz a força e a importância de sua história para a música popular brasileira. Angela Ro Ro é patrimônio pujante de nossa cultura, exemplo e expressão viva como artista confessadamente lésbica; seu talento, referência e musicalidade enquanto apanágios no contar e encenar amores e desamores, chegadas e partidas, presenças e reminis-

cências inconfundíveis. Habitando o lugar íntimo da sobrevivência, seu canto é refúgio predicado por elas e para aquelas cujos corpos-afetos seguem vítimas da lesbofobia e lesbocídio.

O TIMBRE ROUCO DAS TUAS MALANDRAGENS: CÁSSIA ELLER E SUA COMPOSIÇÃO DECOLONIAL NO EXISTIR LONGE DA NORMA

Mulher, bissexual, intérprete, compositora, cantora, mãe e artista, Cássia Eller é sobretudo, um gerúndio que em suas repletas malandragens segue sendo figura constante na música brasileira e nas histórias cantadas. Longe dos enquadramentos morais defendidos pelo conservadorismo sistêmico, a cantora trouxe consigo o rompimento de expectativas sobre um corpo feminino proclamado, emergido em um espaço público reconhecido e configurado por produções hegemônicas de corporeidades.

Nascida no Rio de Janeiro e andante por cidades afora, Eller se estabilizou em Brasília aos 18 anos, a fim de conquistar sua independência financeira. Trabalhou certo período como servente de pedreiro (já transpondo limiares no que diz respeito a trabalhos determinados socialmente por marcadores de gênero), e passou a interpretar histórias cantadas em bares brasilienses, onde teve ancoragem para os seus primeiros sucessos na cena do Rock Brasileiro.

A música é uma coisa bela, me toca lá, bem lá dentro, por isso eu tenho de ouvi-la. Não existe mais nada pra mim além disso. Tenho medo de ficar alienada um dia por pensar assim. A música me comanda. Eu mudo o meu estado de espírito de acordo com a música que estou ouvindo. Eu só quero cantar porque é a única maneira que eu tenho de me extravasar. Eu, cantando, eu sei mais de mim. Você pode pensar que me conhece um bocado se algum dia você conversou comigo, se leu alguma coisa que eu escrevi, se foi pra cama comigo, mas, pode crer, você se espantará quando me ouvir cantar (ELLER, 2015).

Seu voto político, no entanto, não era evidenciado apenas em sua memorável rouquidão, mas também em sua descompressão corpórea pela não performatividade de gênero (BUTLER, 1990). Longe dos padrões de regulação dos corpos, Eller se lançou como insubmissa ao que lhe era (im)posto pelos moldes sociais de gênero e sexualidade, e na malandragem de seus timbres, fez de sua existência uma tônica insurgente,

muitas vezes compreendida como dissonante em um país com arcaísmo na colonialidade, arraigado e propagador de práticas patriarcais (SEGATO, 2016), que se estabelecem sobretudo no controle dos corpos e suas subjetividades, pela regulação do sujeito (e discurso) dominante.

Em um momento histórico de luta e (re)existência, Eller percorreu uma trajetória transgressora, tensionando limiares de uma vida privada (hora tímida e quieta) e pública, onde se propunha a gritar políticas de reivindicação aos que exigiam, em épocas turbulentas, o seu silêncio. Através das palavras Chico Buarque, que em meio a ditadura militar escreveu votos de lamento e braveza, Eller expande o peito ao interpretar a música nomeada como *Partido Alto*⁵:

[...]

Deus é um cara gozador
Adora brincadeira

Pois pra me jogar no mundo
Tinha o mundo inteiro

Mas achou muito engraçado
me botar cabreiro

Na barriga da miséria

Nasci brasileiro

Eu sou do Rio de Janeiro ⁸

[...]

Há de se pensar que através da música, Cássia Eller expressa prazer, liberdade e marginalização. Em canções corporificadas, ela se vale de figuras de linguagem para amar a margem, ou amar na margem. Versos interpretados por ela expressam leituras sociais, denotando críticas, sentidos e poéticas de uma vida adulta acalentada pelo desejo de ser ou de não ser, como canta em *Malandragem*⁶: “Rezando baixo pelos cantos / Por ser uma menina má

/ Quem sabe o príncipe virou um chato / Que vive dando no meu saco / Quem sabe a vida é não sonhar”. Em seus caminhos percorridos, Eller sublinhou o rompimento de expectativas sociais não somente em sua (não) performance de gênero e/ou sexualidade, mas também em sua maternidade; sempre disse que seria mãe aos 30 anos de idade (BELO; LANDI, 2005) e já acompanhada por Maria Eugênia, sua companheira, a cantora engravidou de Tavinho Fialho, seu baixista, que por sua vez se opôs à gravidez, sendo assim dispensado por Cássia e Eugênia de seus direitos e deveres associados ao estatuto da paternidade.

5 ELLER, Cássia. Partido Alto. In: CÁSSIA ELLER ACÚSTICO [Álbum]. Rio de Janeiro: Universal Music Ltda., 2001. Faixa 5. (3 min e 17 s).

6 ELLER, Cássia. Malandragem. In: CÁSSIA ELLER ACÚSTICO [Álbum]. Rio de Janeiro: Universal Music Ltda., 2001. Faixa 2. (4 min).

Consoante ao pensamento de Lélia Gonzalez (1988), o que faz as sujeitas femininas interligarem-se umas às outras é a condição de ser mulher; o que alinhavado às contribuições de Akotirene (2019) sobre o conceito de interseccionalidade (muito embora em Cássia não seja possível abarcar discussão racial) permite verificar em sua narrativa de vida violências oriundas de matrizes de opressão definidas por estruturas sociais e posicionalidades de gênero, sexualidade, performatividade e maternidade – na produção de oportunidades ou, inversamente, na privação, requerendo pensar a interseccionalidade enquanto categoria que permite reconhecer a atuação simultânea de diversas estruturas de discriminação que afetam os indivíduos em uma mecânica de atravessamentos; qualificando o debate ao abordar a subordinação estrutural das mulheres como um processo resultante de confluências originadas no entrecruzamento de opressões simultâneas em um corpo feminino. Com essa lente, os processos de violências que abarcam esses corpos não devem ser compreendidos isoladamente, nem se propõem a ser uma mera somatória de discriminações, devendo ser abraçadas as complexidades dos cruzamentos entre sistemas discriminatórios no processo de compreensão das condições específicas que deles decorrem.

Apartada, porém, das discussões de raça, Cássia Eller experienciou durante sua trajetória, violências outras no lugar de mulher (lida socialmente enquanto sapatão), que muito embora distante do convencionalmente designado “sujeito feminino”, tomou para si também o lugar da maternidade. Deslocada do ideal convencional de família cisheteronormativa (em que haveria um pai, uma mãe e um filho), em seus próprios moldes e afetos, Cássia soube sonhar, porque como vocalizou em *Malandragem*: bobeira é não viver a realidade.

Cássia deixou os palcos em 2001, após uma parada cardíaca que culminou em seu falecimento. Os rumores que assombram esse corpo (dissidente) é de que sua morte teria sido causada por uma overdose, farsa que se espalhou como rastro de pólvora, dado que talvez fosse mais prático e lucrativo (muito embora desonesto) para a sociedade civil e grande imprensa imaginar um fim catastrófico como desfecho palatável a uma vida “profana” vivida pela cantora; narrativa essa que só foi silenciada por meios judiciais, sem direito a erratas ou textos de retratação pública.

Entre canções, afetos e rumores, questões relacionadas a Cássia Eller (mesmo após sua partida) continuaram a desafiar as convenções sociais impostas aos padrões familiares tradicionais. Manifestando o desejo de que seu filho, Francisco Eller (Chicão), permanecesse sob os

cuidados de sua esposa Eugênia, Cássia Eller introduziu uma situação inédita no Brasil. Juridicamente, os laços afetivos prevaleceram sobre os vínculos biológicos, determinando que Chicão permanecesse sob a guarda de sua mãe, Maria Eugênia. Tal decisão marcou um precedente significativo, representando avanço ímpar no judiciário brasileiro, pois pela primeira vez, os vínculos afetivos foram considerados prioritários em relação aos laços biológicos na determinação da guarda de uma criança, refletindo um exemplo substancial no reconhecimento de diversos modelos de vínculos afetivos, ultrapassando entendimentos alicerçados em normas tradicionalmente associadas a relações heterossexuais.

A trajetória de Cássia Eller desempenha papel fundamental ao questionar a solidez da moralidade social, na qual corpos femininos rejeitam a adesão de uma mentalidade que atribui suas existências a estarem exclusivamente vinculadas ao “feminino” com premissa biológica relacionada à reprodução, tal qual ao padrão heterossexual. Desafiar ou negar as expectativas sociais implica a assunção de “riscos”, uma vez que transgredir envolve enfrentar desafios. Dentro do cenário social concebido, a transgressão não é apenas limitada por práticas legitimadas, mas também por meio de censura, preconceitos, estigmas e, conseqüentemente, por movimentos contínuos de violências várias. Cássia caminhou passos pioneiros, para que hoje, muitas tivessem espaço para (re)existir. Sua melodia, portanto, ecoa onde quer que esteja. Melhor dizendo, em suas palavras: “Que o nosso amor pra sempre viva”.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A sexualidade e os corpos diversos e não normativos de mulheres homossexuais como armas de empoderamento e reivindicação política atravessam ou, de algum modo, desordenam e confundem os sinais considerados “próprios” de cada um desses territórios. As maneiras pelas quais pensam sua vida, agem e experimentam o cotidiano (seja artístico ou corriqueiro) implicam em assumir formidáveis mudanças, torções, inversões e dobras nas configurações de gênero e sexualidade, movimento transposto do mundo das ideias ao mundo dos fatos quando Angela Ro Ro nos encanta com seus tons roucos e Cássia Eller nos arrebatada com sua voz grave; em comunhão, ambas nos recordam da permanência de contratos sociais que selam acordos tácitos de exclusão e opressão de corporeidades dissidentes que cumprem a função estratégica de promover a desumanização, estigmatização e extermínio

via marcadores sociais da diferença estatuídos por ditames lesbofóbicos, racistas, capacitistas, etaristas, transfóbicos e de cunho sexista.

A segregação e a subalternização das populações ditas como “indesejadas” concorrem nas práticas de controle das quais sujeitos desviantes são alvos por parte do tecido social e suas instituições (políticas, extrajudiciais, policiais, acadêmicas, midiáticas, sanitaristas, etc.), dado que o fato de ser um corpo não cisheteronormativo significa ser não conformista, ir na contramão das noções pré estatuídas por convenções sociais, unindo preceitos que parecem estar separados e desagregando noções que parecem estar naturalmente unidas. Nesse sentido, pode-se afirmar que Angela Ro Ro e Cássia Eller ao longo de seus itinerários artísticos e pessoais lograram êxito em desarticular os pilares da cisheteronormatividade dia após dia, através de falas, identidades, canções, necessidades, autocompreensões, comportamentos, performances, trajes, desejos, subjetividades, afetos, posicionamentos e por último, mas não menos importante: do próprio corpo, que sendo palavra viva, é imortal.

REFERÊNCIAS

AKOTIRENE, Carla. *Interseccionalidade*. 1. ed. São Paulo: Pólen Produção Editorial LTDA, 2019.

BELO, Ed.; LANDI, A. C. *A história de Cássia Eller: apenas uma garotinha*. 1. ed. São Paulo: Planeta do Brasil, 2005.

BENTO, Berenice. Necrobiopoder: Quem pode habitar o Estado-nação?. *Cadernos Pagu*, Campinas, n. 53, p. 1-22, 2018.

BUTLER, Judith. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. São Paulo: Editora José Olympio, 2018.

CÁSSIA ELLER. Direção: Paulo Henrique Fontenelle. Rio de Janeiro: H2O Filmes, 2014. Prime Video (120 min.). Disponível em: <[https://www.primevideo.com/-](https://www.primevideo.com/-/pt/detail/C%3%A1ssia-Eller/0HPYFNBHO3TLSTPO70V6PFD-Q9W)

[/pt/detail/C%3%A1ssia-Eller/0HPYFNBHO3TLSTPO70V6PFD-Q9W](https://www.primevideo.com/-/pt/detail/C%3%A1ssia-Eller/0HPYFNBHO3TLSTPO70V6PFD-Q9W)>. Acesso em: 15 jan.2024.

CURIEL, Ochy. *La nación heterosexual. Análisis del discurso jurídico y el régimen heterosexual desde la antropología de la dominación*. Bogotá: Brecha Lésbica, 2013.

GONZALEZ, Lélia. Por um feminismo afro-latinoamericano. *Revista*

Isis Internacional, Santiago, v. 9, p. 133-141, 1988.

HOOKS, Bell. Mulheres negras: moldando a teoria feminista. *Revista Brasileira de Ciência Política*, Brasília, n. 16, p. 193-210, 2015.

LORDE, Audre. *Sou sua irmã: escritos reunidos e inéditos*. 1. ed. São Paulo: Ubu Editora, 2020.

OYEWÙMÍ, Oyèrónké; DE FREITAS NETO, Leonardo; PINHO, Os-mundo. Visualizando o corpo: teorias ocidentais e sujeitos africanos. *Novos Olhares Sociais*, Cachoeira, v. 1, n. 2, p.294-317, 2018.

REA, Caterina Alessandra. Pensamento lésbico e formação da Crítica Queer of Color. *Cadernos de Gênero e Diversidade*, Salvador, v. 4, n. 2, p. 117-133, 2018.

RO, Angela Ro. ‘Me assumir lésbica custou a cegueira de um olho e metade da audição’, diz Angela Ro Ro. [Entrevista concedida a Juliana Aguiar]. *Diário de Pernambuco*, Recife, 15 jul. 2020. Disponível em: <<https://www.diariodepernambuco.com.br/ultimas/2020/07/me-assumir-lesbica-custou-a-cegueira-de-um-olho-e-metade-da-audicao.html>>. Acesso em: 16 dez. 2023.

RO, Angela Ro. Show no Centro Cultural SP marca 20 anos de carreira da cantora, ausente há dois dos palcos paulistanos. Ro Ro renasce após “férias no inferno”. [Entrevista concedida a Bruno Garcez]. *A Folha de São Paulo*, São Paulo, 19 jun. 1999. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/fsp/acontece/ac19069901.htm>>. Acesso em: 16 dez. 2023.

SEGATO, Rita. *Crítica da colonialidade em oito ensaios: e uma antropologia por demanda*. 1. ed. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2021.

GT10
GÊNERO, HOMENS,
MASCULINIDADES E
INTERSECÇÕES

Prof^o. Dr. Ricardo Gonçalves Castro - FCA
Prof^o Dr. Túlio Romério Lopes Quirino - UFRN

REVISITANDO GÊNERO: UMA ANÁLISE DAS CONTRIBUIÇÕES ACADÊMICAS DE PESSOAS TRANSEXUAIS NO SEMINÁRIO INTERNACIONAL DESFAZENDO GÊNERO

Jamaile Joaquim Oliveira dos Santos
Prof.^a Dr.^a Cláudia Pons Cardoso

INTRODUÇÃO

Este artigo tem como objetivo cartografar e analisar as produções de pessoas transexuais em eventos acadêmicos brasileiros, para isso, utiliza como fonte os Anais de cinco Edições do Seminário Internacional “Desfazendo Gênero”. O intuito é refletir sobre o sistema cisheteronormativo e o apagamento dos corpos transexuais enquanto produtores de conhecimento e ainda analisar como os estudos de pessoas trans desafiam e expandem concepções hegemônicas e binárias de gênero. A análise busca evidenciar como essas produções acabam por promover uma visão plural e sensível às diversas realidades de gênero e sexualidade.

De acordo com Jesus (2012, p. 12), as pessoas que “se identificam com o gênero que lhes foi atribuído ao nascimento” são denominadas cisgênero, ou simplesmente cis, enquanto as pessoas que não se identificam com o gênero determinado são classificadas como não-cisgênero, ou transgênero, ou trans. Nesse contexto, Butler (2010) argumenta que a noção de sexo, conforme exposta, é uma construção política e cultural do corpo, ressaltando que seus estudos desmantelam a distinção convencional entre sexo e gênero. Essa intersecção entre as definições de Jesus e Butler ilustra a complexidade das identidades de gênero, revelando que tanto o reconhecimento das identidades cis quanto a reivindicação das identidades trans estão intrinsecamente ligadas a estruturas sociais e discursos que moldam a compreensão contemporânea de gênero.

O artigo está organizado em três partes principais: a primeira parte apresenta a importância da visibilidade e representação das identidades trans na produção de conhecimento, destacando a luta contra a cisheteronormatividade e o apagamento dessas vozes. A segunda parte traz uma discussão teórica que aborda as construções sociais de gênero

e sexualidade, referenciando autores como Aultman, Vergueiro, Nascimento, Jesus e Butler para fundamentar a crítica às normas cisnormativas. Por fim, a análise dos dados examina as publicações do Seminário Internacional Desfazendo Gênero, revelando a discrepância entre a quantidade de produções sobre temas trans e a autoria, evidenciando a predominância de vozes não trans e a necessidade de maior representação das pessoas transexuais no campo acadêmico.

DO APAGAMENTO À VISIBILIDADE: A LUTA POR REPRESENTAÇÃO TRANS NA PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO

Como homem transexual, preto, ativista, pesquisador e oriundo de uma universidade pública afirmo a importância de situar meu lugar político em minha escrita e nos espaços acadêmicos em que estou inserido, pois se não posso escrever sobre quem performo ser e se preciso me submeter à cisheteronorma para ser quem sou, na verdade, me reduzo a não ser, uma vez que não sou ninguém além daquilo que a cisgeneridade como norma me obriga a ser, portanto, nada sou. Traçando Odara e a sua prática desobediente reitero que escrever sobre os meus possui “potencial para promover uma ruptura “com as diversas opressões que acarretam a vida da população de travestis e transexuais” (Odara, 2020, p. 13).

Em conformidade com as políticas públicas que garantiram o direito de acesso através do meu ingresso na Universidade, percebo a relevância de destacar essa posição, visando iluminar a produção intelectual de pessoas transexuais e evitar que sejam subsumidas pela cisgeneridade e, especialmente, pelo “cistema” que de acordo com Vergueiro (2015, p. 226) significa a, “corruptela ‘cistema’, entre outras corruptelas do tipo, têm o objetivo de enfatizar o caráter estrutural e institucional – ‘cistêmico’ – de perspectivas cis+sexistas, para além do paradigma individualizante do conceito de ‘transfobia’”.

Nesse movimento, os corpos cisnormativos, inventados pela cisheteronormatividade, são pensados como únicos e absolutos produtores de poder, inteligência e produtores de conhecimento, silenciando corpos que fogem do padrão cis, com isso o cissexismo elege, portanto, a cisgeneridade como instrumento de poder que controla e delimita o gênero e os corpos individuais, através de um sistema segregador reproduzido pelas relações sociais, pelo Estado e suas instituições, ocasionando

misoginia, homofobia e transfobia (Bonassi, 2017; Vergueiro, 2016). Segundo Nascimento (2018, p. 101):

As pessoas cis ocultam, mascaram, dissimulam seus processos de produção de gênero, marcando as pessoas trans como artificiais e em uma perspectiva subalterna de identidade de gênero. [...] é necessário que rompamos com a harmonia do silêncio cisgênero: desafinar o coro daqueles que contentemente acreditam que seus gêneros são naturais, afirmando a artificialidade de produção de todas as corporalidades e subjetividades.

Portanto, reafirmo que a luta por visibilidade e representação trans na produção de conhecimento é um ato de resistência diante de um sistema que historicamente invisibilizou nossas existências. Como homem transexual e pesquisador, reconheço que a escrita acadêmica é um espaço político de afirmação, uma ferramenta poderosa para desafiar a cisheteronormatividade e romper com as estruturas que delimitam quem pode ou não produzir saberes. Ao nos recusarmos a ser subsumidos pelo “cistema”, como descrito por Vergueiro (2015), reivindicamos nosso direito de existir e de contribuir para uma academia plural, onde nossas experiências e perspectivas têm o poder de dismantlar as opressões que ainda nos atravessam. Assim, caminhamos em direção à construção de um conhecimento emancipador, que reconheça todas as corporalidades e subjetividades, como apontado por Nascimento (2018), e nos possibilite reconfigurar os espaços de produção de conhecimento.

MÉTODOS E TÉCNICAS

O *lôcus* de pesquisa para realização do estudo é O Seminário Internacional Desfazendo Gênero surgido de uma iniciativa acadêmica e cultural voltada para a análise crítica das construções sociais e culturais relativas ao gênero, bem como inserir pesquisadores e pesquisadoras excluídos e excluídas pela cisheteronormatividade dos espaços de produção do conhecimento, constituídos como interditos para a discussão que se proponham a fazer. De acordo com Silva (2013, p.158-159):

[...] espaço interdito é concebido como o efeito da ordem discursiva espacial em que práticas regulatórias são desempenhadas por aqueles que se julgam dentro da ordem e possuem o poder de exercê-la bem como o de estabelecer as formas com que determinados sujeitos devem ser excluídos.

Segundo Berenice Bento (2017. n.p), o “Desfazendo Gênero foi pensado como espaço de questionamento das identidades fixas, mais do que nos perguntarmos “o que é uma mulher” e “o que é um homem”, queremos entender os interesses que afirmam que nossos cromossomos e hormônios revelam quem nós somos. Nossos desejos não cabem em classificações biológicas”.

Como sublinha Michael Foucault (1969, p. 12), “o que eu procuro não é o que os discursos dizem, mas o que eles fazem, como eles se constituem, como eles se articulam”. Este pensamento é fundamental para entender como as produções científicas sobre gênero e sexualidade são estruturadas e contribuem para a construção do conhecimento. O entendimento traz uma reflexão aprofundada sobre as normas e categorias de gênero, promovendo a desconstrução dos binarismos tradicionais e das hierarquias associadas.

A presente pesquisa foi motivada pela leitura do artigo “Travestis e transexuais nas pesquisas socializadas nas três primeiras edições do Seminário Internacional Desfazendo Gênero”, de autoria de Ana Paula Benato e Ramon de Oliveira Bieco Braga, publicado na IV edição, em 2019. A pesquisa indicava que, nas três primeiras edições, foram registradas 120 publicações com a temática trans.

Em virtude dessa constatação, procedi a análise dessas publicações de forma sistemática, avaliando cada uma delas com o intuito de verificar a autoria, especialmente no que tange à identidade das autoras e autores a fim de determinar se os textos eram efetivamente produzidos por pessoas trans. Ao conduzir essa investigação, percebi discrepância significativa na autoria, uma vez que a maioria das publicações que abordava a temática trans era escrita por pessoas não trans. Essa realidade instigou uma reflexão crítica sobre representação das vozes trans no contexto acadêmico e da pesquisa em gênero e sexualidade.

Diante desse cenário, optei por ampliar o escopo da minha investigação para incluir todas as cinco edições do evento, mantendo o objetivo inicial, isto é, identificar a autoria das publicações com temática trans e analisar como a presença ou ausência de vozes trans pode influenciar a discussão e a compreensão das questões de gênero. Com essa abordagem visou proporcionar uma visão mais abrangente do impacto das contribuições trans no seminário e no campo mais amplo da pesquisa de gênero.

Para a realização da pesquisa, utiliza-se para seleção dos artigos apresentados no Seminário os descritores que evidenciem o tema: Trans, Transexualidade, Transexual, Transmasculino, Transmasculini-

dades, Travesti, Travestilidades. Busca-se entender como as dinâmicas de poder e opressão afetam a visibilidade e a voz das pessoas transexuais. Além dessas questões, pretende-se analisar a consolidação ou não do campo sobre o tema.

A metodologia adotada para esta pesquisa é predominantemente qualitativa, utilizando a análise de conteúdo como principal ferramenta. Após uma investigação preliminar para verificar os dados sobre a produção acadêmica vinculada a questões transexuais, procedeu-se a uma análise do Estado da Arte das publicações pertinentes nas três primeiras edições do Seminário Desfazendo Gênero. O foco foi na identificação da autoria das publicações, considerando a identidade dos autores e autoras.

RESULTADOS

Butler (1990) argumenta que a presunção da heteronormatividade não apenas marginaliza e invisibiliza outras formas de desejo e identidade sexual, mas também perpetua normas rígidas sobre o que constitui um “corpo” e uma “identidade” aceitáveis. Segundo a autora, a heteronormatividade é responsável pela normatização e regulamentação das práticas e expressões de gênero e sexualidade, impondo limites que restringem a diversidade das identidades e experiências humanas. Transpondo para o contexto contemporâneo de pesquisa, é imperativo refletir que, mesmo em um evento internacional dedicado ao estudo de gênero e sexualidade, como o aqui analisado, a adoção de uma performance de gênero binário ou a não identificação do corpo como pertencente a uma pessoa transexual ainda são estratégias que indivíduos transexuais utilizam para obter maior aceitação com ênfase no ambiente acadêmico no qual aqui é pesquisado.

Durante as cinco edições do Seminário, foram totalizadas 1.288 produções, entre artigos e resumos expandidos, foram identificadas 206 produções com a temática trans. Após uma análise minuciosa e criteriosa dessas pesquisas, constatou-se que o número final de produções evidenciando a autoria de pessoas trans foi de 60. O maior índice de produções com tais evidências ocorreu na segunda edição do Seminário, realizada em 2015, com 27 produções. O menor índice foi registrado na primeira edição, em 2013, com apenas uma pesquisa.

Quadro 01: Análise das Edições do Seminário Internacional
Desfazendo Gênero

Edição e Ano do Evento	I Edição 2013	II Edição 2015	III Edição 2017	IV Edição 2019	V Edição 2021
Local de Pesquisa	Google	Google	Google	Google	Google
Quantidade de Pesquisas Gerais	245	257	193	302	291
Quantidade de Pesquisas com Títulos: Trans/Transexual/Transexualidade/Transmasculinidades/Travesti/Travestilidades/Transviadas	7	101	62	28	8
Trabalhos Com Evidências de Escrita de Pessoas Transsexuais	1	27	6	19	7

Fonte: Quadro realizado pelo autor.

A análise das publicações nas cinco edições do Seminário Internacional Desfazendo Gênero revela uma predominância de trabalhos relacionados a gênero e identidade, que correspondem a 53,33% do total. Esse dado reflete o foco central do evento em debates sobre as complexidades das identidades trans e suas implicações sociais. Em seguida, o tema educação aparece com 18,33%, evidenciando a relevância das discussões sobre o acesso e permanência de pessoas trans em espaços educativos. A mídia e representação somam 10%, indicando uma crescente preocupação com as imagens e narrativas trans no espaço público. A saúde, com 8,33%, destaca a urgência de abordar as condições de vida e saúde da população trans. Por fim, temas como mercado de trabalho e direitos legais e civis apresentam uma participação de 5% cada, sinalizando a necessidade de mais atenção a essas áreas nas pesquisas. Essas porcentagens indicam uma representação diversa, mas com clara ênfase nas questões identitárias.

Parafraseado Miranda (2015), desconstrução do corpo físico e a construção do corpo-território e do corpo-outro são processos que reconhecem a complexidade e a multiplicidade das experiências corporais. O corpo-território é concebido como um espaço político, simbólico e cultural, onde se manifestam relações de poder, identidades e culturas. Em contrapartida, o corpo-outro representa a diversidade e a alteridade das vivências corporais que desafiam, como afirma Vergueiro (2016) as

normas da cisgeneridade e os dispositivos de poder institucionais e não institucionais da cisnormatividade. Entretanto, esses corpos, ao serem desconstruídos e reconstruídos, enfrentam o apagamento dos sujeitos, excluindo-os como produtores de conhecimento, perpetuando a marginalização e a invisibilidade das narrativas e saberes transexuais. Dessa forma, alguns corpos transexuais buscam não se identificar como tais, evitando se apresentar ou indicar sua escrita, devido à passibilidade heteronormativa, onde os produtores de conhecimento estão vinculados às binaridades. Assim, para ser reconhecido como sujeito produtor de conhecimento, é necessário estar inserido nesse espaço, pois corpos considerados excludentes e subversivos, como os de pessoas trans, ainda lutam para serem considerados corpos humanos e existentes. Segundo Miranda (2015, p. 123):

[...] no contexto da educação, considerar o corpo como território é reconhecer sua dimensão política, simbólica e cultural. É entender que o corpo não é apenas um espaço físico, mas um lugar onde se manifestam e se entrecruzam diversas relações de poder, identidades e culturas, exigindo práticas pedagógicas que valorizem e respeitem essa complexidade.

Portanto, pessoas transexuais não estão escrevendo suas próprias histórias e nem estão ocupando o lugar de produtores de conhecimento, não somente pela transexualidade, mas também por todos os outros fatores que as atravessam, sejam eles os marcadores de gênero, de raça ou de sexualidade.

Além dessas questões, em relação à consolidação ou não do campo sobre o tema e as autorias trans entre as edições do evento, durante as cinco edições do Seminário, constatou-se que os Anais publicados na quinta edição do Seminário, realizado em 2021, apresentaram oito pesquisas que abordaram os indicadores mencionados anteriormente, das quais sete evidenciaram a autoria de escritores e escritoras transexuais. Isto é resultado do aumento da inserção de pessoas transexuais nos espaços acadêmicos, principalmente com a criação da política de cotas para pessoas trans. Marcelo Caetano da Costa Zoby, graduado em Ciência Política na Universidade de Brasília (UnB), diz:

Não pense que entramos aqui por favor, que não merecemos ou que qualquer coisa aqui nos foi dada, cotas não são presentes, são só um pequeno pedaço do que nos devem, chegamos aqui forçados pelos que nos precederam, não se esqueçam: nossos passos vêm de longe, se estou aqui hoje é só porque tantos outros já vieram, erguer mu-

ros não vai nos impedir de entrar, se precisar nós vamos derrubar, tomar de assalto o que é nosso e não queremos só um lugar à mesa, queremos interromper o jantar e começar tudo de novo, reerguer uma universidade que seja do povo e para o povo, onde não apenas se fala sobre o outro, mas onde o outro se torna um nós que é capaz de falar sobre si mesmo (Marcelo Caetano, 2016. n.p).

É evidente o elevado índice de pesquisas sobre temas trans relacionadas a estudos médicos e/ou ambulatoriais, o que faz com que nossos corpos sejam tratados como meros números, objetos de pesquisa e cobaias da medicina. Parafraseando Kessler, A medicalização do corpo intersexual tende a espelhar e reforçar as normas sociais e as expectativas relacionadas ao gênero binário, muitas vezes desconsiderando as realidades e as necessidades dos indivíduos que vivem essa experiência (Kessler, 1998). De acordo com Vartabedian (2007, p. 45), “a transexualização, ao ser normatizada e medicalizada, frequentemente reforça os binarismos de gênero e limita a expressão autêntica dos indivíduos”.

Ao reconhecer as experiências e os saberes das pessoas transexuais, abre-se um espaço para repensar as dinâmicas de poder que permeiam a produção do conhecimento. Isto permite vislumbrar a importância de práticas que não apenas acolham, mas também integrem as vozes diversas que, historicamente, têm sido marginalizadas e excluídas pelo sistema.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados indicaram que a predominância das publicações sobre questões transexuais provém de autores não transexuais, que frequentemente abordam a experiência de indivíduos transexuais como objeto de estudo. Além disso, constatou-se a presença de contribuições de sujeitos e sujeitas transexuais que, apesar de se envolverem com o campo, não se identificam explicitamente com o corpo transexual, evidenciando uma tendência para a escrita que reproduz normas heteronormativas.

Ao analisar as produções de pessoas transexuais presentes nos Anais do Seminário Internacional Desfazendo Gênero, este artigo buscou evidenciar como essas contribuições acadêmicas estão desafiando e expandindo as concepções tradicionais sobre gênero. A partir da abordagem crítica e inclusiva promovida por esses eventos, foi possível observar a articulação de novas formas de entendimento que vão além das definições biológicas e fixas de identidade de gênero, contribuindo para

a construção de um conhecimento mais plural e sensível às diversas realidades de gênero e sexualidade. Desta forma, este estudo valorizou as perspectivas e experiências das pessoas transexuais e promoveu um diálogo contínuo sobre a necessidade de revisitar e redefinir as normas que regem as identidades de gênero.

Em minha experiência como homem trans, constato que a medicina desempenha um papel crucial e necessário no processo de transsexualização do indivíduo. O poder médico impõe uma aparência binária conforme o padrão heteronormativo, utilizando um conjunto de práticas, técnicas e procedimentos que estimulam os sujeitos e sujeitas a performar o gênero de acordo com esses padrões, em uma busca muitas vezes inatingível para performar o ideal de “mais homem” e “mais mulher”. Isso faz com que os sujeitos sejam as cobaias destes procedimentos, tratamento desumanizando e reduzindo suas experiências a dados estatísticos.

Dados estes que são publicados e expostos em eventos acadêmicos, muitas vezes sem um retorno à comunidade trans, aumentando o quantitativo de produção com títulos trans, fazendo parte dos indicadores, aumentando as pesquisas sobre estes sujeitos e estas sujeitas e fazendo com que sejamos coadjuvantes do processo de “afirmação” do gênero. Entretanto, não nos calarão, mesmo que todas as bocas estejam tapadas, lá no fundo ainda haverá o sussurro de uma voz insurgente, de um conhecimento subalternizado e um corpo que resiste.

REFERÊNCIAS

AULTMAN, B. The Rise of Transgender Social Movements: Narrative Symbolism and History. The Oxford Encyclopedia of LGBT Politics and Policy. Cidade: Oxford University Press, 2021.

BENTO, Berenice. Quem tem medo do Desfazendo Gênero? Disponível em: <https://outraspalavras.net/feminismos/quem-tem-medo-do-desfazendo-genero/>. Acesso em: 19 ago. 2024.

BONASSI, B. Cisnorma: Acordos societários sobre o sexo binário e cisgênero. Dissertação de mestrado em Psicologia. 2017. CFCH da Universidade Federal de Santa Catarina. Não está certo veja como citar dissertação. <https://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/182706>

BUTLER, Judith. Problemas de gênero: feminismo e subversão. 3.^a ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

FOUCAULT, Michel. A vontade de saber. Traduzido por Raquel Ramalhe. 13. ed. São Paulo: Graal, 1997.

JESUS, Jaqueline Gomes de Orientações sobre identidade de gênero: conceitos e termos. 2. ed. Brasília: Publicação online, 2012. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/234079919_Orientacoes_sobre_Identidade_de_Genero_Conceitos_e_Termos>. Acesso em: 10 out. 2024.

KESSLER, C. *The social construction of gender. Theoretical Perspectives on Sexuality*. New York: Haworth Press, 1998.

NASCIMENTO, Leticia Carolina Pereira do. Transfeminismo. São Paulo: Jandaíra, 2021.

ODARA, Thiffany. Pedagogia da desobediência: travestilizando a educação. Salvador, Devires, 2020.

ORNAT, Marcio Jose. “A instituição do território paradoxal na atividade da prostituição travesti”. In: Silva, Joseli Maria, Ornat, Marcio Jose e Chimin Junior, Alides Baptista. (Orgs.). Geografias Malditas: corpos sexualidades e espaços. Ponta Grossa: Editora Toda Palavra, 2013, p.183-206.

SILVA, Joseli Maria. “Espaço interdito e a experiência urbana travesti”. In: Silva, Joseli Maria, Ornat, Marcio Jose e Chimin Junior, Alides Baptista. (Orgs.). Geografias Malditas: corpos sexualidades e espaços. Ponta Grossa: Editora Toda Palavra, 2013, p.85-142.

VARTABEDIAN, Andréa. A teoria queer e o estudo das performatividades de gênero. In: Anais do XVII Congresso de Ciências Sociais. São Paulo. Congresso de Ciências Sociais, 2007. Disponível em: <https://www.anpocs.com>. Acesso em: 19 ago. 2024.

VERGGUEIRO, V. Pensando a cisgeneridade como crítica decolonial. In: MESSEDER, S., CASTRO, M.G., and MOUTINHO, L., orgs. Enlaçando sexualidades: uma tessitura interdisciplinar no reino das sexualidades e das relações de gênero [online]. Salvador: EDUFBA, 2016, pp. 249-270. ISBN: 978- 85-232-1866-9.-

GRUPOS REFLEXIVOS PARA HOMENS AUTORES DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA EM SERGIPE: INTERVENÇÃO ESTRATÉGICA NO ENFRENTAMENTO A VIOLÊNCIA CONTRA MULHERES

Elissandra Barboza Santos Mariano¹
Catarina Nascimento de Oliveira²

INTRODUÇÃO

A violência doméstica contra as mulheres é uma problemática mundial, de ordem estrutural, atravessada e perpetuada pelos princípios patriarcais de dominação masculina. Situação agravada se consideradas as intersecções³ de gênero, classe e raça, já que mulheres pobres e negras são mais vulneráveis a sofrer algum tipo de violência.

Embora, várias políticas públicas e legislações tenham sido pensadas e desenvolvidas ao longo dos tempos, tendo em vista o enfrentamento à violência doméstica contra as mulheres, a exemplo da Lei Maria da Penha (LMP), ainda podem ser assustadores os índices de vítimas de violência no país e em Sergipe. A Pesquisa DataSenado (2023), identificou que cerca de 30% das mulheres brasileiras já sofreram violência doméstica ou familiar provocada por homens no decorrer da vida, principalmente, por parte de parceiros ou ex-parceiros íntimos.

No que diz respeito a Sergipe, de acordo com o Mapa da Mulher Sergipana (Sergipe, 2024), entre os anos de 2021 e 2023, 139.611 (100%) mulheres no estado sofreram algum tipo de violência, destas 33.623 (24%) foram vítimas de violência doméstica. Seguindo a inclinação nacional, as violências relativas a LMP mais registradas no estado foram: a violência psicológica, com 15.665 (46,5%) notifica-

1 Mestranda em Serviço Social e Políticas Sociais pelo Programa de Pós-Graduação em Serviço Social (PROSS) da Universidade Federal de Sergipe.

2 Doutora em Ciências Humanas. Docente adjunta do Departamento de Serviço Social e permanente do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social (PROSS) da Universidade Federal de Sergipe. Coordenadora do PROSS da Universidade Federal de Sergipe (2023-2025).

3 A interseccionalidade é uma conceituação do problema que visa entender as consequências estruturais e dinâmicas da interação entre dois ou mais eixos de subordinação (Lisboa; Oliveira, 2019).

ções; a violência moral, com 7.912 (23,5%) registros; a violência física representou 6.835 (20,3%) denúncias; a violência patrimonial totalizou 2.212 (6,5%); e por fim, a violência sexual, que somatizou 999 (2,9%) notificações.

Conforme aponta Saffioti (2015), trabalhar somente com as vítimas da violência doméstica parece não ser o suficiente para enfrentar esse fenômeno, sendo pertinente pensar na intervenção junto aos autores da prática violenta, já que fazem parte da problemática. Assim, os Grupos Reflexivos para Homens Autores de Violência doméstica contra mulheres (GRHAV) são objeto deste estudo.

O trabalho com GRHAV foi iniciado internacionalmente no final de 1980, no Brasil, embora tenha iniciado na década de 1990, traz outras compreensões após a promulgação da Lei Maria da Penha (LMP), em 2006, quando se percebe um aumento da atividade por todo país. Em Sergipe a primeira iniciativa com GRHAV emergiu em 2012, na cidade de Lagarto, fruto da parceria entre a Delegacia de Atendimento a Grupos Vulneráveis (DAGV), Universidade Federal de Sergipe (UFS) e prefeitura municipal.

Embora, tenham respaldo e sejam indicados pela Lei Maria da Penha (2006) como um instrumento potencializador para quebra do ciclo de violência, os GRHAV ainda não são padronizados, não há consenso de como devem acontecer, quem será seu executor e financiador. No caso sergipano, além disso, há poucas produções científicas a respeito.

RELAÇÃO ENTRE MASCULINIDADES E A VIOLÊNCIA CONTRA MULHER

Conhecer acerca das construções sociais de homens e masculinidades, buscando compreender qual sua influência na violência contra mulheres, nos dá elementos para abordar sobre o objeto deste estudo, que são grupos reflexivos para homens autores de violência em Sergipe. É relevante refletir sobre como são formadas as masculinidades, buscando desnaturalizar o entendimento de que homens são naturalmente violentos. Pois, não há uma forma única de masculinidade, bem como sua formação não está atrelada a um único marcador, mas segundo Medrado e Lyra (2014, p. 66), “age em conjunto com outros marcadores da diferença, além do gênero, como sexualidade, raça/etnia, geração, idade, relações de trabalho, condições socioeconômicas etc”. Trata-se, portanto, da articulação de diversos fatores.

Pesquisadoras (es), sobretudo, feministas têm buscado compreender como se dão esses processos de formação acerca das masculinidades e de como eles incidem na violência contra mulheres. Para Nader e Caminoti (2014) e Follador (2009), é a partir da utilização da categoria gênero, pautada no modo como a sociedade se organiza, que são construídas as identidades masculinas e femininas, sendo que, para além das relações de parentesco, aspectos econômicos, culturais e políticos também contribuem para essa formação.

Logo, a formação da masculinidade é iniciada ainda durante a gestação, a partir do momento que as (os) genitoras (es) imaginam o bebê a partir do sexo biológico. Por exemplos, quando são escolhidas as cores, as vestimentas, os tipos de brinquedos que meninos e meninas deverão usar. Assim, desde o nascimento as crianças são estimuladas a repetir posturas culturalmente consideradas adequadas para o sexo masculino e o feminino. Desta forma, Nader e Caminoti (2014), indicam que quando se atende às expectativas as pessoas são socialmente aceitas, quando isso não ocorre, há repreensão.

Conforme Júnior (2014) o processo social e cultural para construção das masculinidades, do deixar de ser criança para transformar-se homem, parece estar associado a perdas afetivas e emocionais. Meninos passam por experiências traumáticas para virar homem, que levam a renúncia ou repúdio do que é feminino, seja pela violência física por parte de algum responsável ou até por estranhos, seja pela violência simbólica.

Meninos e rapazes são elogiados e até enaltecidos quando manifestam traços viris aprendidos com outros homens. Pois, de acordo com Urra (2014, p. 126), são negadas características como: medo, fragilidade, vergonha, sensibilidade, impotência e cautela”. Assim, eles aprendem que devem tratar as meninas como objeto de vontade sexual, sem vinculação afetiva. Em certa medida, homens que não se moldam ao modelo hegemônico estão na arena da subordinação. Porfirio (2021, p. 38), indica que “na nossa sociedade, o homem heterossexual, cis, viril, branco, de classe média é honrado, um modelo das características de masculinidade valorizadas socialmente, os homens que não se aproximam desse padrão acabam por ser estigmatizados e estereotipados”.

Diante disto, supomos que, o padrão hegemônico não está atrelado somente ao poder dos homens sobre as mulheres, mas vai além, incide nas relações entre pessoas do mesmo sexo. Pois, homens negros, homossexuais e de classe social menos abastada, tendem a serem mais estigmatizados socialmente.

A hegemonia é atravessada também por elementos de ordem cultural e institucional. Como bem aponta Saffioti (2009), embora as mulheres não sejam cúmplices voluntariamente de tal sistema, podem contribuir para a conservação dele, ao por exemplo, educar as crianças de acordo com a lei do pai. Para Saffioti (2015), às violências doméstica e intrafamiliar (que vai além do domicílio) são as variáveis mais praticadas contra mulheres. Pois, a “violência doméstica tem um gênero: o masculino, a qualquer que seja o sexo físico do/da dominante” (Saffioti, 2015, p. 78). Assim, independente de quem pratica a ação, homem ou mulher.

Apesar das mudanças ocorridas, o contexto brasileiro é permeado pela naturalização da violência doméstica. Somente, após intensa mobilização dos movimentos de mulheres, feministas, e da pressão de organismos internacionais, é que o governo cria mecanismos mais contundentes para enfrentar e combater a violência doméstica contra as mulheres.

A promulgação da Lei nº. 11.340, em 7 de agosto de 2006 (Lei Maria da Penha), significou uma evolução no ordenamento jurídico brasileiro, haja vista, segundo Pougy (2012, p. 163), “estabeleceu as rotinas no campo da defesa e promoção de direitos e foi uma importante inflexão para ampliação do acesso à Justiça”. A referida legislação afirma que a violência doméstica é uma forma de violação dos direitos humanos femininos, portanto, demanda atenção e intervenção conjunta da sociedade civil e do poder público.

Coadunamos com Saffioti (2015), ao afirmar que a formulação, implantação e consolidação de políticas públicas para mulheres é fundamental para o rompimento da violência, entretanto, tem se tornado relevante o entendimento de que é necessário trabalhar também com quem é o autor da violência doméstica, já que faz parte da problemática. Pois, quando se trabalha somente com a vítima, esta pode alterar seu comportamento e mudar, enquanto, a outra pessoa permanece com os mesmos hábitos, o que pode tornar a relação ainda mais conflituosa. Assim, ambas as partes demandam auxílio.

EXPERIÊNCIAS SERGIPNAS COM GRUPOS REFLEXIVOS PARA HOMENS AUTORES DE VIOLÊNCIA CONTRA MULHERES

As mulheres sofrem diversos tipos de violência em detrimento da sociedade patriarcal, racista e classista. Em certa proporção, homens,

diante da sua construção social, ainda inferiorizam e querem ser os proprietários das vidas e dos corpos das suas parceiras ou ex-parceiras íntimas. Uma alternativa possível para o enfrentamento de posturas controladoras masculinas, segundo Urra (2014), é a viabilização de espaços que promovam diálogos reflexivos e socioeducativos que potencialize nos homens características mais responsáveis como a não violência.

No Brasil, as discussões e práticas com Homens Autores de Violência (HAV) emergiram a partir dos anos 1990, através de organizações não-governamentais, mobilizadas pelos movimentos feministas. De acordo com Beiras (et al, 2021), os homens passam a ser entendidos como construções socioculturais, que fazem parte de uma estrutura imersa em relações de poder, e não como seres universais. Uma vez que homens não nascem violentos, aprendem no decorrer da formação da vida a lidar com as vivências a partir da violência.

As primeiras atividades brasileiras com homens autores de violência, segundo Toneli (2007), foram desenvolvidas na cidade do Rio de Janeiro através de ONGs, a saber: o Instituto de Pesquisa de Pesquisas Sistêmicas e Desenvolvimento e Redes Sociais, conhecido como Instituto NOOS, instituído em 1994; e o Núcleo de Atenção a Violência (NAV) criado em 1996. Ambas as instituições atuavam com financiamento do Estado e organismos internacionais.

Após, a promulgação da Lei Maria da Penha (Brasil, 2006), os GRHAV passaram a ser previstos legalmente, conforme os artigos 35, inciso V, e o artigo 45, os quais indicam que nos casos de violência doméstica contra a mulher, o juiz poderá determinar o comparecimento obrigatório do agressor a programas de recuperação e reeducação. Em 2020, a LPM é alterada pela Lei 13.984, a qual incluiu no art. 22 os incisos VI e VII, que sugerem o comparecimento nos referidos programas como Medida Protetiva de Urgência (MPU) voltadas ao agressor.

Carvalho (2018), aponta que a Lei Maria da Penha é entendida como uma legislação afirmativa, que não busca punir por punir. Uma vez que dispõe de três eixos de operação: proteção à vítima, prevenção e responsabilização. Desse modo, a rede de enfrentamento à violência contra as mulheres é composta por diversos serviços e equipamentos e os grupos reflexivos para homens autores de violência contra mulheres configuram-se como integrante. Pois, embora sejam direcionados para homens, visam prevenir que novas violências contra mulheres aconteçam.

Coadunamos com a ressalva apontada por Bortoli (2020), de que o uso do termo “agressor” indicado na LMP tem características

estigmatizantes e não favorece para desconstrução de masculinidades que sustentam práticas violentas. Apesar disso, tal lei é relevante, uma vez que institui serviços e ações voltadas ao enfrentamento a violências contra mulheres. No Brasil, de acordo com Beiras *et al.* (2024), há várias formas de operacionalização dos grupos reflexivos para HAV, executados por instituições governamentais (ligadas ao poder executivo, poder judiciário Ministério Público, etc.) e não-governamentais. Até dezembro de 2023, estavam em desenvolvimento 498 (100%) iniciativas no país. As regiões Sul e Sudeste juntas executam 191 grupos (38,35%), já a região Nordeste conta com 53 (10,6%) atividades.

No que concerne a Sergipe (Beiras et al., 2024), foram identificadas em 2023, 11 iniciativas distribuídas em dez (10) municípios, sendo 2 realizadas na capital Aracaju. E de acordo com Coordenadoria da Mulher do Tribunal de Justiça/SE, até junho de 2024, mais quatro iniciativas tinham sido criadas no estado, totalizando 15 experiências com GRHAV.

Os grupos reflexivos para homens autores de violência contra mulheres estão presentes na maioria das regiões do estado, com exceções do Leste e Médio Sertão Sergipanos. A região Sul apresenta o maior número de municípios com iniciativas, 4, localizadas nas cidades de Arauá (Projeto Grupo Reflexivo para Homens Autores de Violência Pela Paz em Casa); Cristinápolis (Homens com Situação de Violência); Estância (Grupo Reflexivo com Homens Autores de Violência doméstica); e Indiaroba (ainda sem nome).

A região da Grande Aracaju, também tem 4 intervenções com HAV, sendo 2 realizadas em Aracaju (Projeto Transformar e o Viver Família); 1 em Nossa Senhora do Socorro (Grupo Reflexivo para Homens Autores de Violência Doméstica/ Homem com H); e 1 em Barra dos Coqueiros (Ressignificando à Masculinidade).

No centro Sul Sergipano são desenvolvidos 2 grupos, sendo 1 no município de Lagarto (Programa de Reeducação Social para Autores de Violência Doméstica contra a Mulher); e 1 em Tobias Barreto (Projeto Grupo Reflexivo de Homens). No Baixo São Francisco também estão em desenvolvimento 2 grupos, sendo 1 em Japoatã (Projeto Fazendo Pensar - Grupo Reflexivo para autores de violência doméstica); e 1 outro na cidade de Pacatuba (sem nome).

O Agreste Central Sergipano apresenta 2 iniciativas, sendo 1 no município de Moita Bonita (Projeto Metamorfose); e 1 em Malhador (Grupo Reflexivo para Homens “Basta”); Já no alto Sertão Sergipano tem 1 grupo em andamento, na cidade de Nossa Senhora da Glória, chamado de “Ressignificar”.

Houve um aumento significativo dos GRHAV em Sergipe desde 2020, quando foram mapeadas 4 iniciativas. Para Silva (2024), esse fato pode estar relacionado a fatores como o fim da pandemia da Covid-19 e, conseqüentemente, ao fim das restrições que a acompanhavam. Mas, também pela criação da Lei Estadual nº 8.777/2020, que regulamenta os grupos reflexivos no Estado enquanto política pública.

O desenvolvimento dos grupos reflexivos em Sergipe, aconteceu após a promulgação da Lei Maria da Penha, o pioneiro segundo Vieira (2018), foi o Grupo de Autores de Violência Doméstica- GASVID em 2012, na cidade de Lagarto, por meio da parceria entre a Delegacia de Atendimento a Grupos Vulneráveis (DAGV), a Universidade Federal de Sergipe-UFS e a prefeitura de Lagarto, através da Coordenadoria Municipal de Políticas Públicas para as Mulheres (CMPPM). E embora gerasse algumas críticas por parte dos órgãos do sistema de justiça, produzia efeitos positivos e nos dois primeiros anos não registrou nenhuma reincidência dos homens que participaram das atividades.

Desde 2022, a CMPPM de Lagarto é responsável pela execução, acolhimento, cadastro, orientação, encaminhamentos e acompanhamento dos homens, agora a intervenção chama-se “Programa de Reeducação Social para Autores de Violência Doméstica contra a Mulher”. Além do trabalho com os homens, ainda é desenvolvido o grupo com as mulheres vítimas de violência, o Grupo de Apoio a Mulheres Agredidas (GAMA), executado no Centro de Referência Especializado da Assistência Social (CREAS). No mapeamento mais recente (Beiras et al. 2024), verificou-se que apenas Lagarto dispõe de lei municipal (Decreto nº 966 de 01/03/2023), direcionada ao trabalho com HAV.

Importa frisar que o poder Judiciário, por meio da Coordenadoria da Mulher do Tribunal de Justiça (CM/TJ/SE), teve papel fundamental na articulação e impulsionamento de instituições públicas e privadas para implantação de grupos reflexivos no estado sergipano.

Entre os grupos suscitados pela CM/TJ/SE está o Projeto Viver Família⁴ que foi criado por meio de convênio com a Faculdade Estácio/Fase em 2015, e continua sendo executado por alunos de graduação de Psicologia, sob a supervisão dos docentes. De acordo Silva (2024), atualmente, as ações são direcionadas aos homens e às mulheres vítimas. Cerca de 50 homens foram atendidos no primeiro semestre de 2023.

As atividades sergipanas com GRHAV foram se desenvolvendo gradativamente, e de acordo com Silva (2024), em 2019, foram criados

4 Disponível em: <https://al.se.leg.br/entrevista-grupo-trabalha-com-homens-agressores-denunciados-por-mulheres/>. Acesso em 05 de outubro de 2022.

nos municípios de Malhador e Moita Bonita, por incentivo do magistrado das comarcas, os Projetos “Metamorfose” e o “Grupo Basta”. Fruto da parceria entre o TJ, autoridade policial, Secretaria de Assistência Social e execução através das equipes do Programa de Atenção Especializada a Famílias e Indivíduos (PAEFI), composta por assistentes sociais e psicólogas dos CREAS. A participação é obrigatória e os referidos grupos já atenderam aproximadamente 44 homens autores de violência doméstica entre os anos de 2019 e 2023.

Em 2021, após a promulgação da lei estadual 8.777/2020, foi criado o “Projeto Homem com H”, lançado pelo Tribunal de Justiça de Sergipe e pela Secretaria de Estado da Justiça, Cidadania e Defesa do Consumidor (Sejuc), durante a Semana da Justiça pela Paz em Casa, em 2021. Tem sede na Central Integrada de Alternativas Penais (CIAP), localizada no Conjunto Marcos Freire II, na cidade de Nossa Senhora do Socorro/SE. O homem autor de violência é encaminhado aos grupos após passar em audiências de custódia.

As atividades com HAV no município de Arauá, segundo Silva (2024), iniciaram em 2023, por meio do Projeto “Grupo Reflexivo de Homens: Pela Paz em Casa”, fruto da parceria entre a Secretaria Municipal de Assistência Social, do Poder Judiciário e Ministério Público. Executado pela equipe psicossocial e coordenação do Centro de Referência de Atendimento à Mulher em Situação de Violência-CRAM. O principal objetivo das atividades é estimular a reflexão aprofundada sobre as atitudes violentas, contribuindo para a construção de relações sociais e afetivas mais saudáveis. Foram atendidos cerca de 10 homens em 2023.

Em Tobias Barreto, de acordo com a pesquisa de Silva (2024), o grupo reflexivo foi iniciado em julho de 2023, denominado “Grupo Reflexivo de Homens”, fruto da articulação entre a Secretaria Municipal de Assistência Social e Poder Judiciário. A participação é obrigatória para apenados ou em cumprimento de MPU. E quem executa são técnicas (os) do CREAS. Atualmente, cerca de 15 homens estão participando das atividades.

Importa mencionar ainda, a criação na capital em agosto de 2023, do “Projeto Transformar”, grupo idealizado pelo Ministério Público de Sergipe (MP/SE), por meio do Centro de Apoio Operacional dos Direitos da Mulher (CAOpMulher). Conforme Silva (2024), tal iniciativa é voltada para indivíduos residentes em Aracaju, já condenados pelo crime de violência doméstica contra mulher, com processos de execução na Vara de Execução de Penas e Medidas Alternativas (VEMPA).

De acordo com a equipe do MPSE (2023), a principal intenção com a formação do GRHAV é o rompimento do ciclo da violência, provocar a reflexão dos participantes sobre os atos de violência contra mulheres praticados, tendo em vista evitar que novas práticas aconteçam. Cerca de 24 apenados já passaram pelos grupos.

Grande parte das atuais iniciativas sergipanas, cerca de 10, ou seja, 66,6%, advém de parcerias entre o Poder Judiciário e as Secretarias Municipais de Assistência Social do interior. Destas dez, cerca de 7 (70%) são executadas pelas equipes técnicas psicossociais do PAEFI/CREAS; 1 (10%) por meio da articulação entre as equipes das Coordenadorias Municipais de Políticas Públicas Para Mulheres (CMPPM) e do CREAS; 1 (10%), entre as equipes da CMPPM e do Centro de Referência de Atendimento à Mulheres Vítimas de Violência (CRAM); Além de uma 1 (10%), vinculada diretamente a Secretaria de Assistência Social.

O que denota uma diferença em relação as atividades nacionais, já que em 2023, de acordo o mapeamento nacional, cerca 10% das iniciativas são mantidas com recursos do poder executivo municipal, em sua maioria custeados pelas Secretarias de Assistência Social. Assim, como em relação as equipes de facilitação, enquanto em Sergipe são cerca de 66,6%, nas outras regiões esse percentual representa por volta de 21,3%.

Da mesma forma, muitos GRHAV sergipanos também não contam com recursos financeiros específicos e há diferenças nos formatos, apesar de todos pontuarem que a intenção das ações é o rompimento do ciclo de violência contra mulheres por meio de práticas reflexivas, o que segue o parâmetro nacional. Cabe sinalizar que (Beiras *et al.* 2020), em relação a Sergipe não foi possível identificar como, e se há mensuração da efetividade do trabalho com GHAV. O que sugere a necessidade de investimento em estudos nessa seara, pois, assim, será possível identificar se os grupos estão atingindo os objetivos propostos.

Como asseveram Acosta e Bronz (2014, p. 145), “é necessário que os trabalhos com HAV se tornem políticas públicas, de forma a conceder estabilidade, credibilidade e viabilidade aos trabalhos”. Além disso, Beiras (*et al.*, 2024), reforça que a metodologia de trabalho não deve ter foco patologizante, e sim, reflexivo e responsabilizante.

O desenvolvimento dos GRHAV tem sido utilizando como uma estratégia para o enfrentamento à violência contra mulheres, sobretudo, no que se refere a novas práticas. Sabrina Duarte, psicóloga da Coordenadoria da Mulher do Tribunal de Justiça (CMTJ/SE), afirma que a

participação nos GHAV diminui a reincidência processual dos homens de 60% para 2,5%.

Além disso, compartilhamos com os pensamentos de Lattanzio e Barbosa (2013), ao pontuarem que ao atuar com HAV é possível que haja uma melhoria na qualidade de vida tanto das mulheres, quanto dos homens que passam pelos grupos reflexivos, pois é um caminho para desconstrução de masculinidades estereotipadas.

Com isso, não se quer dizer que a participação nos GHAV causará mudanças radicais (embora possa ocorrer), em relação a posturas machistas, porém, pode fazer diferença, mesmo que de forma formal. Beiras (et al, 2021), reforça que, o trabalho em grupo é relevante, pois, assim como as masculinidades e a violência são construídas em espaços grupais no decorrer da vida das pessoas, também podem ser lugares de desconstrução e reflexão.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Masculinidades violentas tendem a contribuir para persistência das violências contra mulheres. Desta forma percebemos que as construções das masculinidades dizem respeito a comportamentos e posturas, que por sua vez, são adensados e estruturados pelo patriarcado. Mas, como são constituídos socialmente também são passíveis de mudanças

A intervenção com HAV doméstica e intrafamiliar em Sergipe foram iniciadas após a promulgação da Lei Maria da Penha, e desde a publicação da Lei estadual 8.777/2020 houve um aumento exponencial das ações. Estas majoritariamente advindas da parceria entre o Sistema Judiciário e Secretarias Municipais de Assistência Social, com destaque para execução pelas equipes do PAEFI.

Na capital Aracaju, apesar de ter duas iniciativas, não há execução por parte do poder executivo municipal. Notou-se que no estado não há uma padronização nos serviços, e há dificuldades em relação aos recursos financeiros específicos para manutenção das atividades.

Porém, o objetivo de todos os grupos são proporcionar espaços reflexivos e responsabilizantes, onde os participantes possam repensar posturas violentas e suas masculinidades, favorecendo o rompimento do ciclo de violência. Desta forma, apesar dos desafios enfrentados podem apresentar-se como um instrumento no enfrentamento à violência contra mulheres. Para tanto, acredita-se que é imprescindível que as ações se tornem políticas públicas de estado e não de governo.

Este trabalho visa trazer uma breve contribuição científica sobre os grupos reflexivos no menor estado da federação, podendo ser interessante para que profissionais, discentes e pesquisadoras (es) deem continuidade as discussões sobre GRHAV.

REFERÊNCIAS

ACOSTA, Fernando; BRONZ, Alan. Desafios para o trabalho com homens em situação de violência contra suas parceiras íntimas. In: Feminismos e masculinidades: novos caminhos para enfrentar a violência contra mulher/organização Eva Alterman Blay. -1 ed.-São Paulo: Cultura Acadêmica, 2014.

BEIRAS, Adriano et al. Grupos reflexivos e responsabilizantes para homens autores de violência contra mulheres no Brasil: mapeamento, análise e recomendações [recurso eletrônico]. Florianópolis: CEJUR, 2021.

BEIRAS, Adriano et al. Mapeamento Nacional 2023: Grupos Reflexivos e Responsabilizantes para Homens Autores de Violência Doméstica e Familiar contra Mulheres. Florianópolis : CEJUR, 2024.

BRASIL. Lei nº. 11.340, de 7 de agosto de 2006, (Lei Maria da Penha). Brasília, 2023.

BRASIL. Instituto de Pesquisa Datasenado. (10ª. ed.). Violência doméstica e familiar contra a mulher - 2023. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/institucional/datasenado/publicacaodatasenado?id=pesquisa-nacional-de-violencia-contra-a-mulher-datasenado-2023>. Acesso em março de 2024.

BORTOLI, Ricardo. Violências de Gênero Contra as Mulheres em Blumenau/SC: os sentidos de masculinidades segundo os/as operadores/as do direito. Tese de Doutorado, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2020.

CARVALHO, Grasielle Borges Vieira de. Grupos reflexivos para homens autores de violência doméstica: responsabilização e restauração. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2018.

LADOR, K. Jacobsen. A Mulher na Visão do Patriarcado Brasileiro: Uma Herança Ocidental. Fatos&versões / n.2 v.1 / p. 3-16 /2009.

JÚNIOR, Durval Muniz de Albuquerque. Nostalgia da infância, saudades do feminino: em que momento da vida um homem o feminino pode atuar para construção de outras masculinidades possíveis. In: *Feminismos e masculinidades: novos caminhos para enfrentar a violência contra mulher/organização* Eva Alterman Blay. -1 ed.-São Paulo: Cultura Acadêmica, 2014.

LATTANZIO, Felipp de Figueir ; BARBOSA, Rebeca Rohlf. Grupos de gênero nas intervenções com as violências masculinas: paradoxos da identidade, responsabilização e vias de abertura. In: *Atendimento a homens autores de violência doméstica: desafios à política pública*. Paulo Victor Leite Lopes; Fabiana Leite (orgs.) 1ª edição. Rio de Janeiro, 2013.

LISBOA, Tereza Kleba; OLIVEIRA, Catarina Nascimento de. O SABER SURGE DA PRÁTICA: por um Serviço Social com perspectiva feminista. *Revista Grifos, UniChapecó* nº 46, p 48-69, 2019.

MEDRADO, Benedito; LYRA, Jorge. Princípios ou simplesmente pontos de partida fundamentais para uma leitura feminista de gênero sobre os homens e as masculinidades. IN: *Feminismos e masculinidades: novos caminhos para enfrentar a violência contra a mulher / organização* Eva Alterman Blay. – 1. ed. –São Paulo: Cultura Acadêmica, 2014.

NADER, Maria Beatriz; CAMINOTI, Jacqueline Medeiros. Gênero e poder: a construção da masculinidade e o exercício do poder masculino na esfera doméstica. XVI Encontro Regional de História/ANPUH-Rio: saberes e práticas científicas, 2014.

POUGY. L. G. Notas sobre políticas públicas de gênero e Serviço Social. *Revista Praia Vermelha. Estudos de Política e Teoria social*. Rio de Janeiro/RJ, v. 22, n. 1, p. 159-174, maio 2012.

PORFÍRIO, Tamis. Primeiro relatório sobre as paternidades negras no Brasil. Instituto Promundo [livro eletrônico], Brasília, DF: Instituto Promundo, 2021.

SAFIOTTI, Heleith. Ontogênese e filogênese do gênero: ordem patriarcal de gênero e a violência masculina contra mulheres. *Série estudos e ensaios/Ciências sociais/ FLACSO Brasil*.2009, 01-44.

SAFIOTTI, Heleith. Gênero, Patriarcado, Violência. 2ª ed. São Paulo: Expressão Popular: Fundação Perseu Abramo, 2015.

SERGIPE. LEI Nº. 8.777 DE 16 DE OUTUBRO DE 2020, Institui a Política Pública de Recuperação e Reeducação de Autores de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher, e dá providências correlatas. Aracaju, 2020.

SERGIPE. Ministério Público de Sergipe. Projeto Transformar – MP de Sergipe. Disponível em: <https://www.mpse.mp.br/index.php/2023/08/10/projeto-transformar-mp-de-sergipe-implementa-grupos-reflexivos-para-homens-condenados-por-crimes-de-violencia-domestica-e-familiar/#:~:text=%E2%80%9CComo%20em%20seu%20t%C3%ADtulo%2C%20o,como%20tamb%C3%A9m%20melhorar%20as%20rela%C3%A7%C3%B5es>. Acesso em julho de 2024.

SERGIPE. Observatório Maria Beatriz Nascimento: Mapa da Mulher Sergipana. Aracaju, 2024.

SERGIPE. Tribunal de Justiça de Sergipe. Coordenadoria da Mulher. Grupo Viver Família. Disponível: <https://al.se.leg.br/entrevista-grupo-trabalha-com-homens-agressores-denunciados-por-mulheres/>. Acesso em 05 de outubro de 2022.

SILVA, Gabrielli Santos Lacerda Da. Indicadores Para o Alinhamento dos Grupos Reflexivos Para Homens Autores de Violência Doméstica como Práticas Restaurativas: desenho a partir de pesquisa empírica realizada no “Projeto Viver Família” em Aracaju/SE em 2023. Dissertação, Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão/SE, 2024.

TONELI, Maria Juracy Filgueiras. Violência Sexual e Saúde Mental: análise dos programas de atendimento a homens autores de violência sexual. Florianópolis. Novembro/2007. Universidade Federal de Santa Catarina.

URRA, Flávio. Masculinidades: a construção social da masculinidade e o exercício da violência. IN: Feminismos e masculinidades: novos caminhos para enfrentar a violência contra a mulher / organização Eva Alterman Blay. – 1. ed. – São Paulo: Cultura Acadêmica, 2014.

ESTADO DA ARTE DAS MASCULINIDADES EM SALVADOR/BA: ANÁLISE INTERSECCIONAL DA PRODUÇÃO ACADÊMICA

Andressa Coutinho¹

Cira Albuquerque²

Ive Cristiane Carvalho Costa³

Raíssa Jeanine Nothafft⁴

INTRODUÇÃO

A realização de um Estado da Arte sobre masculinidades nos direciona à reflexão e análise sobre os estudos de gênero e também os estudos feministas. Logo, abordar este tema sob a perspectiva interseccional nos remete à compreensão das relações de poder existentes na sociedade, assim como aquelas existentes entre os homens, em seus espaços de sociabilidade.

Ao nos debruçarmos no tema com uma perspectiva interseccional, proporcionamos uma análise sobre os recortes sociais de raça/etnia, classe social, território, crença religiosa, sexualidade, entre outros. Como afirma Patrícia Hill e Bilge, (2020, p. 17) “a investigação interseccional está atenta à intersecção das relações de poder e é vital para resistir à desigualdade social”. Desta forma, examinamos as pesquisas acadêmicas desenvolvidas na cidade do Salvador/BA, abarcando o que já foi pesquisado sobre homens e masculinidades dentro desse contexto, tendo como base uma pesquisa documental sobre o assunto e sabemos que para além das relações entre homens e mulheres, o modelo construído de masculinidade também vai influenciar os espaços de sociabilidade masculina, já que com base nos estereótipos, presumimos que já sabemos tudo o que precisamos saber de uma pessoa ou grupo (Vigoya, 2018), e a desconstrução deste paradigma se faz necessário.

1 Graduanda no Bacharelado em Estudos de Gênero e Diversidade/UFBA, Pesquisadora do Grupo de estudos Masculinidades: uma abordagem interseccional - UFBA.

2 Graduanda no Bacharelado em Estudos de Gênero e Diversidade/UFBA, Pesquisadora do Grupo de estudos Masculinidades: uma abordagem interseccional – UFBA.

3 Graduanda no Bacharelado em Estudos de Gênero e Diversidade/UFBA, Pesquisadora do Grupo de estudos Masculinidades: uma abordagem interseccional – UFBA.

4 Professora do Bacharelado em Estudos de Gênero e Diversidade/UFBA. Doutora em Ciências Humanas/UFSC. Coordenadora do Projeto de Extensão Masculinidades: uma abordagem interseccional.

Para a realização desta pesquisa utilizamos como banco de dados a Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações, por possuir o maior acervo de teses e dissertações em âmbito nacional. Na primeira busca realizada em 24 de julho de 2024, foram utilizados os descritores masculinidade e Salvador, sendo encontrados o total de 474 registros, porém a grande maioria deles pertenciam a área de saúde e tratavam de doenças específicas, em outros, o descritor Salvador provinha do sobrenome do autor e uma boa parte dos demais, possuíam os descritores almejados, mas seu objeto de estudo era fora da Cidade de Salvador. Essa busca foi refinada em 14 de agosto de 2024 com a utilização do descritor “gênero”, chegando-se ao total de 215 pesquisas. Após a leitura dos títulos e resumos e da aplicação dos critérios de inclusão/exclusão, foram selecionadas 12 pesquisas que foram analisadas a partir do método de análise do conteúdo. No corpo deste trabalho, sintetizamos e analisamos as pesquisas selecionadas e, em seguida, expomos nossas considerações finais como um mote para o desenvolvimento de novos trabalhos.

A PRODUÇÃO ACADÊMICA SOBRE MASCULINIDADES EM SALVADOR/BA

O corpus definitivo de análise é composto por 12 pesquisas – 4 teses e 8 dissertações – expostos no Quadro 01 a seguir, detalhando informações como: Universidade de origem, ano de publicação, Programa de Pós-Graduação e tipo de documento.

Quadro 01: Corpus definitivo de análise

TÍTULO	AUTOR (AS)	PPG	ANO	TIPO
Corpo “sarado”, corpo “saudável”? Construção da masculinidade de homens adeptos da prática da musculação na cidade de Salvador.	José Carlos Oliveira Chaves	Saúde Coletiva	2010	Dissertação
Violência doméstica contra mulheres nos discursos da masculinidade	Lorena Sales de Almeida	Ciências Sociais	2016	Dissertação
Percepções da violência conjugal e repercussões da prisão: discurso coletivo de homens em processo criminal	Anderson Reis de Sousa	Enfermagem	2017	Dissertação

Saúde na Prisão: Discurso e Práticas de Homens Privados de Liberdade Sobre a Produção de Cuidado à Saúde Ofertada em uma Instituição Penal do Estado da Bahia	Igor Carlos Cunha Mota	Profissional de Segurança Pública, Justiça e Cidadania	2017	Dissertação
“São os olhos de quem vê”: narrativas e masculinidades no reino da pombagira em Salvador – BA	Mariana Mendes de Moura	Antropologia	2018	Tese
Discurso de Homens sobre os Fatores que Influenciaram na Violência Conjugal	Josinete Gonçalves dos Santos Lirio	Enfermagem	2018	Dissertação
As relações de sociabilidade e as (re)interpretações de gênero e masculinidades de jovens no contexto escolar	Elisete Santana da Cruz França	Multi-institucional em Difusão do Conhecimento	2018	Tese
Violência policial, masculinidade negra e empoderamento através da arte: dois estudos de caso com jovens negros em Salvador	Hannah Keturah Moore	Saúde Coletiva	2018	Dissertação
Percepções e Vivências de Homens em Processo Criminal por Violência Conjugal acerca da Paternidade	Milena Arão da Silva Oliveira	Enfermagem e Saúde	2021	Dissertação
(In)visibilidades (des)territorializadas na experiência escolar: gênero, sexualidades e masculinidades negras de estudantes do Subúrbio Ferroviário de Salvador/BA	Almerson Cerqueira Passos	Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismo	2021	Dissertação
Brodagem, moral e músculo: A malhação de rua em Salvador	Lucas Maroto Moreira	Antropologia	2023	Tese

Significados socioculturais de rituais de futebol em Salvador-BA: os babas “de saia” e “do vinho”	Francisco Demetrius Luciano de Caldas	Educação	2023	Tese
---	---------------------------------------	----------	------	------

Fonte: Elaboração das autoras.

A primeira pesquisa encontrada data de 2010 e a segunda de 2016, havendo um avanço significativo na quantidade de pesquisas a partir de 2017. Elas se concentram na enfermagem, educação e saúde coletiva. Todas as pesquisas são oriundas da Universidade Federal da Bahia. Através da análise de conteúdo da produção acadêmica encontrada, verificamos que, em termos temáticos, a produção é bastante vasta, enfocando corporalidade e musculação, a construção das masculinidades no contexto escolar, violência policial, violência conjugal, significados de práticas culturais, masculinidades em terreiros de umbanda, paternidade, saúde do homem e a relação entre masculinidades e violência doméstica. Somente as temáticas de corporalidades, construção de masculinidades no contexto escolar e violência conjugal se repetiram.

O enfoque em corporalidades aparece na dissertação de José Carlos Oliveira Chaves (2010) e na tese de Lucas Maroto Moreira (2023). A dissertação de Chaves (2010), intitulada *Corpo ‘sarado’, corpo ‘saúdável’? Construção da masculinidade de homens adeptos da prática da musculação na cidade de Salvador*, foi defendida no Instituto de Saúde Coletiva, e analisa de que forma a construção do corpo musculoso se associa a masculinidade e à saúde nos praticantes de musculação na cidade de Salvador. A pesquisa analisa as representações sociais do corpo masculino, entrelaçando aspectos de saúde, estética e identidade.

Chaves (2010) utiliza uma abordagem qualitativa, realizando entrevistas com praticantes de musculação em diversas academias. Os resultados mostram que a busca por um corpo “sarado” não se limita apenas à estética, mas está profundamente relacionada à construção de uma identidade masculina que valoriza a força, o controle e a disciplina. Os entrevistados frequentemente associam um corpo musculoso a atributos como sucesso, poder e atração social, refletindo normas culturais que permeiam a masculinidade contemporânea.

A dissertação também discute as pressões sociais que os homens enfrentam para atender a esses padrões estéticos e como isso pode levar a comportamentos de risco, como o uso de substâncias para potencializar o desempenho físico. Além disso, o autor destaca que as práticas de

musculação podem servir como um espaço de socialização e construção de redes de apoio entre os homens, permitindo uma reinterpretação das relações masculinas. Contudo, ele alerta para o fato de que essa construção identitária pode reforçar estereótipos e exclusões relacionadas a outros tipos de masculinidade. Em conclusão, a dissertação sugere que é essencial promover uma discussão crítica sobre os padrões de masculinidade associados ao corpo idealizado, incentivando uma visão mais ampla e inclusiva sobre saúde e bem-estar masculino.

A tese de Moreira (2023), intitulada *Brodagem, moral e músculo: A malhação de rua em Salvador*, defendida no Programa de Pós-Graduação de Antropologia, amplia o alcance da discussão ao analisar as dinâmicas de gênero, sexualidade, classe social e raça que contribuem para compreensão de como os corpos são imaginados, fabricados e sexualizados nos espaços de treino em praças abertas. O autor aborda a experiência de participar em um grupo de malhação numa praça pública na orla de Salvador. Desde quando começou a atividade, ele se deparou com alguns questionamentos, como o fato de não acreditar que seria bom para sua saúde física e emocional revelar que é gay, assim como essa informação poderia atrapalhar a coleta de dados para sua pesquisa. Contudo, ao longo da pesquisa, além de conquistar o seu lugar, chegou à conclusão de que esse ambiente proporciona uma esfera social agregadora, motivacional, de desenvolvimento do controle emocional, estimulando jovens a buscar uma vida mais saudável. Entretanto, o ambiente é desafiador, por ser hostil a masculinidades que não estão no padrão moral estabelecido pelo grupo. Esta questão fica nítida quando enfatiza que:

[...] a academia produz uma visão do espaço urbano marcada por performances e disputas por demonstração de virilidade e macheza. Não é apenas um espaço no qual se afirma ser homem, mas onde aprende-se a ser homem, ou um “homem de verdade”... Em busca de salvaguardar essa ordem, usa-se também xingamentos, ofensas, gritos, gestos corporais tensos, e atos que são facilmente condenados como misóginos ou homofóbicos por quem não pertence ao grupo de brothers (Moreira, 2023, p. 230).

Nesse sentido, afirma que as relações estabelecidas nesse espaço, são “constantemente balizadas pelas normas da masculinidade viril na qual a intimidade excessiva, a presença de abraços, beijos e contato corporal próximo pode ser vista como uma interdição, pois podem colocar em xeque a própria masculinidade” (Moreira, 2023, p. 235). Essa análise corrobora as conclusões da pesquisa de Chaves (2010).

O enfoque na construção de masculinidades no contexto escolar aparece na tese de Elisete Santana da Cruz França (2016) e na dissertação de Almerison Cerqueira Passos (2021). A tese de França, intitulada *As relações de sociabilidade e as (re)interpretações de gênero e masculinidades de jovens no contexto escolar*, defendida no Programa de Pós-Graduação de Educação teve como objetivo compreender como as relações de sociabilidade influenciam na construção e (re)interpretação das masculinidades de jovens numa escola pública estadual de Salvador. Em seu estudo, ela explora como as masculinidades são formadas e reinterpretadas pelos estudantes, frisando como relações sociais são importantes nesse processo, estando baseadas em brincadeiras, influência familiar e violência, como as brincadeiras de luta. Além disso, França identificou que as sexualidades dissidentes são frequentemente invisibilizadas e vistas de maneira escárnica, reforçando normas heteronormativas e perpetuando estigmas que marginalizam aqueles que não se conformam às expectativas tradicionais de gênero e sexualidade.

Passos (2021), em sua dissertação intitulada *(In)visibilidades (des)territorializadas na experiência escola: gênero, sexualidades e masculinidades negras de estudantes do subúrbio de Salvador*, defendida no Programa de Pós-Graduação em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismo (PPGNEIM), busca compreender os entrelaçamentos de gênero, sexualidades e masculinidades negras na experiência escolar de estudantes da região do Subúrbio Ferroviário de Salvador/BA. Trata-se de pesquisa etnográfica que analisa a experiência escolar de jovens e expande a reflexão sobre as estratégias de enfrentamento utilizadas por eles (as), construindo a percepção de que o espaço escolar pode ser um lugar de sociabilidades e descobertas. Ele ressalta que o fator motivador de sua pesquisa foi justamente não encontrar na escola, enquanto aluno, um espaço de sociabilidade, tendo que se esconder dentro dos padrões pré-estabelecidos do que é “ser homem”. Agora como professor, busca agregar jovens LGBTQIAPN+ no espaço escolar, tornando-o um espaço de sociabilidade entre os corpos. Tendo o candomblé como sua raiz religiosa, ele introduz essa perspectiva epistemológica na pesquisa: “Enquanto filho de santo, pessoa iniciada para o Candomblé, religião brasileira de matriz africana, adoto uma Epistemologia de Terreiro para compor essas encruzilhadas” (Passos, 2021, p. 16). Nesta narrativa que exalta a poética de terreiro, o autor estrutura em três eixos sua pesquisa, trazendo a história do subúrbio de Salvador, o perfil sociológico da escola escolhida (funcionários e professores) e por fim, tenta entender os debates de gênero, raça e se-

xualidade dos jovens participantes de sua pesquisa. Nesse sentido, a abordagem do autor é baseada nos estudos feministas e em uma abordagem interseccional.

O enfoque na violência conjugal aparece nas dissertações de Anderson Reis de Sousa (2017) e Josinete Gonçalves dos Santos Lírio (2018). Sousa, em sua dissertação intitulada *Percepções da violência conjugal e repercussões da prisão: discurso coletivo de homens em processo criminal*, defendida no Programa de Pós-Graduação em Enfermagem buscou analisar a percepção de homens em processo criminal sobre a violência conjugal e as repercussões da prisão. Nesse estudo descritivo, qualitativo e exploratório, o autor chamou atenção para a necessidade de qualificação dos profissionais de enfermagem para atendimento aos homens sob a ótica das relações de gênero. Trouxe a deficiente quantidade de pesquisas que abordem a saúde dos homens, no que diz respeito aos impactos sofridos pelos mesmos advindos da violência conjugal. Ressaltou as regiões do Norte e Nordeste como regiões com maior prevalência de violência conjugal onde o patriarcado teria “mais força”, resultando em maior desigualdade entre os gêneros, além de ressaltar o homem como sua própria vítima, considerando-se o seu papel social ao longo da história. Segundo o autor, a violência conjugal vista de forma ampla, pode causar também grandes transtornos à família, à saúde mental dos filhos que a vivenciam, podendo, se transformarem em futuros perpetradores da mesma violência. Nesse sentido, destaca, em sua conclusão, a importância das ações de prevenção, com enfoque na promoção da igualdade de gênero (Sousa, 2017).

A dissertação intitulada “Discurso de Homens sobre os fatores que influenciaram na violência conjugal” foi uma dissertação defendida por Josinete Gonçalves dos Santos Lírio, em 2018, na Escola de Enfermagem e investiga as percepções e justificativas de homens que se envolveram em atos de violência contra suas parceiras. A pesquisa foi conduzida com o objetivo de compreender os fatores sociais, culturais e pessoais que contribuem para a perpetuação desse comportamento, além de explorar como esses homens racionalizam suas ações. Os resultados revelam que muitos dos entrevistados identificam uma série de influências, incluindo a educação recebida na infância, normas sociais relacionadas à masculinidade e experiências anteriores de violência. Os participantes frequentemente mencionam que foram socializados em ambientes onde a agressão era normalizada como uma forma de resolver conflitos.

Além disso, a pesquisa aponta para a importância do contexto socioeconômico, onde fatores como estresse financeiro e falta de su-

porte social são vistos como gatilhos para comportamentos violentos. Os homens também expressam um desejo por mudança, reconhecendo que suas ações prejudicaram não apenas suas parceiras, mas também seus filhos e a dinâmica familiar como um todo. Por fim, a dissertação conclui que é fundamental promover intervenções educativas que desafiem as normas tradicionais de masculinidade e ofereçam alternativas saudáveis para a resolução de conflitos. A autora sugere que programas voltados para a reeducação dos agressores podem contribuir significativamente para a redução da violência conjugal e para o fortalecimento das relações familiares.

Ainda sobre o enfoque da violência, temos as dissertações de Lorena Sales de Almeida (2016) e de Hannah Keturah Moore (2018). A pesquisa de Almeida (2016) intitulada *Violência doméstica contra mulheres nos discursos da masculinidade* se relaciona diretamente com as pesquisas sobre violência conjugal, utilizando, contudo, outro aparato conceitual ao buscar traçar a relação entre masculinidades e violência doméstica contra a mulher a partir das falas de homens processados pela lei 11.340/2006 (Lei Maria da Penha).

Nesse sentido, a pesquisa buscou compreender como a construção da masculinidade pode influenciar nas práticas violentas, visto que os homens são os maiores perpetradores de violência, principalmente contra as mulheres. A autora realizou uma pesquisa de cunho qualitativo, utilizando-se de relatos de homens processados pela Lei Maria da Penha, como recurso metodológico, para análise, chegando à conclusão, que os valores/comportamentos associados à masculinidade hegemônica foram predominantes nestes discursos. Desta forma, a autora concluiu que em diferentes contextos o que prevalece, é a “cultura” do homem que se sente na condição de poder violentar e oprimir a mulher.

Moore (2018) em sua dissertação intitulada, *Violência policial, masculinidade negra e empoderamento através da arte: dois estudos de caso com jovens negros em Salvador*, defendida no Programa de Pós-Graduação em Saúde Coletiva da UFBA, enfoca um outro tipo de violência, a policial. A autora “analisa a relação entre a violência do Estado e os jovens negros, levando em conta a incidência do racismo e a construção social da masculinidade negra, procurando identificar seu papel nessa relação, tendo em vista as restrições impostas à identidade infligida aos homens negros” (Moore, 2018. p. 06).

Moore adotou um método qualitativo de pesquisa, conduzido por dois estudos de caso, focalizando a experiência de dois jovens negros vinculados a coletivos juvenis de Salvador que desenvolvem

práticas culturais. Além destes estudos de caso, foram realizadas entrevistas complementares com informantes-chave. Com sua pesquisa Moore (2018, p. 07) identificou que “a própria construção da masculinidade negra, trabalha para confinar homens negros as ideias limitadas de identidade que se auto prejudicam e sustentam ideias coletivas que justificam o assassinato deles pelo Estado”.

Mudando o enfoque para a paternidade, mas ainda dentro das discussões sobre violência, temos a dissertação intitulada *Percepções e Vivências de Homens em Processo Criminal por Violência Conjugal acerca da Paternidade*, defendida por Milena Arão da Silva Oliveira, no ano de 2021, no Programa de Pós-Graduação de Enfermagem. Essa pesquisa investiga as experiências e percepções de homens envolvidos em processos criminais por violência conjugal, enfocando a relação desses indivíduos com a paternidade. Oliveira argumenta, assim como Sousa (2017) e Lírio (2018) que a violência conjugal não afeta apenas as vítimas, mas também transforma a dinâmica familiar e a identidade dos agressores. A pesquisa revela que os homens entrevistados vivenciam uma gama complexa de emoções relacionadas à paternidade, incluindo culpa, arrependimento e um desejo profundo de mudança. Muitos participantes da pesquisa reconheceram que suas ações afetaram negativamente suas relações com os filhos, despertando o desejo de reparação, o que indica uma consciência sobre os danos causados (Oliveira, 2021).

Além disso, a autora explora como as normas sociais sobre masculinidade influenciam essas percepções. A construção social da masculinidade pode criar pressões para comportamentos específicos em relação à família, resultando em conflitos internos nos homens. Oliveira (2021) conclui que intervenções focadas na paternidade podem ser essenciais para a reabilitação dos agressores e para o fortalecimento das relações familiares.

Já dentro do enfoque da saúde, temos a dissertação “Saúde na prisão: atitudes e práticas de homens privados de liberdade sobre a produção de cuidado à saúde ofertada em uma instituição penal no estado da Bahia”, defendida por Igor Carlos Cunha Mota em 2017, pelo Programa de Pós-Graduação em Direito. Essa pesquisa objetiva analisar o discurso e a prática de homens privados de liberdade sobre a produção de cuidado à saúde ofertado em uma instituição penal do estado da Bahia. Enfocando, assim, como homens encarcerados percebem e se relacionam com os serviços de saúde disponíveis dentro do sistema prisional. Os resultados indicam que os homens frequentemente enfrentam

barreiras no acesso aos cuidados de saúde, como a falta de informações sobre os serviços disponíveis e tem desconfiança em relação à qualidade do atendimento. Os participantes da pesquisa revelam que muitos consideram o cuidado à saúde como um direito negligenciado, o que leva a uma sensação de impotência e abandono.

Além disso, a dissertação destaca a importância da construção de vínculos entre os profissionais de saúde e os detentos, sugerindo que relações de confiança podem melhorar a adesão ao tratamento e o autocuidado. Por fim, a pesquisa conclui que é necessário um olhar mais atento para as políticas públicas voltadas para a saúde no sistema prisional, visando garantir direitos básicos e promover o bem-estar dos detentos. A dissertação aponta para a urgência de intervenções que integrem saúde, educação e reabilitação no ambiente prisional.

Por fim, as pesquisas de Mariana Mendes de Moura (2018) e Francisco Demetrius Luciano de Caldas (2023) têm enfoques culturais, a primeira olhando para a experiência do sagrado em terreiros de Umbanda e a segunda para um ritual da cidade de Salvador. A tese *São os olhos de quem vê: narrativas e masculinidades no reino da Pombagira em Salvador - BA*, defendida Programa de Pós-Graduação em Antropologia, investiga a experiência do sagrado entre homens que incorporam a entidade Pombagira na cidade de Salvador. A autora adota uma abordagem feminista, embora não explore de maneira aprofundada as interseccionalidades que permeiam as experiências desses indivíduos. Utilizando uma metodologia qualitativa etnográfica, a pesquisa se baseou na observação participante e em conversas informais em terreiros de Umbanda, buscando compreender a experiência do sagrado em homens que incorporam a entidade Pombagira na cidade de Salvador - BA. A pesquisa revela que a incorporação desta Entidade por homens não apenas desafia as normas tradicionais de masculinidade, mas também proporciona um espaço de subversão em relação aos padrões hegemônicos que regem as relações de gênero.

Mendes de Moura (2018) compreende que a experiência do sagrado se torna um campo fértil para a desconstrução das masculinidades hegemônicas, evidenciando como práticas religiosas podem servir enquanto formas de resistência e transformação social. A discussão sobre gênero dentro deste contexto é essencial para compreender como as normas sociais são reproduzidas ou desafiadas, mesmo em ambientes religiosos. A pesquisa contribui para o campo dos estudos de gênero ao destacar a complexidade das identidades masculinas na esfera religiosa, revelando que a incorporação da Pombagira pode ser vista como uma

prática que transgredir os limites impostos pela masculinidade tradicional (Mendes de Moura, 2018).

A dissertação *Significados socioculturais de rituais de futebol em Salvador: as babas “de saia” e “do vinho”* defendida no Programa de Pós-Graduação em Educação, teve como objetivo interpretar os significados socioculturais dos babas de saia/vinho em Salvador (Caldas, 2023). Essa pesquisa empírica abordou o fenômeno do futebol, dentre outros aspectos, sob a perspectiva de gênero. O autor aborda o ritual do jogo de futebol no Feriado de Sexta Feira da Paixão (ou o último dia do ano), espaço eminentemente de lazer, onde as regras estabelecidas no futebol profissional abrem espaço para a vivência, mesmo que simbólica, de traços associados à comunidade LGBTQIA+. Nesse sentido, o jogo de futebol, lugar heterodeterminado, de expressões de uma masculinidade hegemônica, atravessada por valores como força, dominação e controle, se diferenciaria nos famosos “babas”, pela possibilidade de seus participantes vivenciarem valores mais associados à feminilidade, ressaltando, inclusive, a construção aí de redes de afeto masculinas.

Além das discussões de gênero, o autor cita a violência à comunidade LGBTQIA+ existente na sociedade como um todo, o que torna as representações apresentadas pelos jogadores dos babas de saia/vinho como, no mínimo, provocativas, à comunidade. Ao final, o autor conclui que o Baba de Saia ou de Vinho traduz uma prática de lazer dos soteropolitanos, culturalmente transmitida para outras gerações, onde são vivenciados aspectos de masculinidades e feminilidades, assim como a reprodução posturas/comportamentos que agridem a comunidade LGBTQIA+.

A discussão sobre sexualidade perpassou por cinco pesquisas: na sociabilidade de jovens em contexto escolar (França, 2018; Passos, 2021), na experiência de um homem homossexual em uma academia de rua (Moreira, 2023), nos significados socioculturais de rituais de futebol (Caldas, 2023) e na vivência de masculinidades na esfera religiosa (Moura, 2018). Em quatro dessas pesquisas, a produção de violência simbólica contra sexualidades dissidentes é evidenciada. A temática da violência, além de ser o foco de quatro pesquisas, perpassou os resultados da maioria delas, muitas delas associando a masculinidade valorizada socialmente ou performada pelos interlocutores da pesquisa à violência. Nesse sentido, a maioria das pesquisas articulou o conceito de masculinidade hegemônica.

Mesmo se tratando de pesquisas com foco na cidade de Salvador, apenas duas pesquisas abordam explicitamente discussões sobre raça,

refletindo sobre masculinidades negras (Passos, 2021; Moore, 2018). Esse fato nos leva a refletir sobre as lacunas existentes no conhecimento sobre as masculinidades de Salvador.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Através da análise de conteúdo da produção acadêmica encontrada, verificamos que, em termos temáticos, a produção é bastante vasta, enfocando corporalidade e musculação, a construção das masculinidades no contexto escolar, violência policial, violência conjugal, significados de práticas culturais, masculinidades em terreiros de umbanda, paternidade, saúde do homem e a relação entre masculinidades e violência doméstica. Além de ser o foco de quatro pesquisas, a temática da violência perpassou os resultados da maioria delas, associando a masculinidade valorizada socialmente ou performada pelos participantes da pesquisa à violência. Embora todos os temas sejam suscetíveis a uma abordagem interseccional, apenas uma pesquisa o fez.

Compreendemos que não existe uma masculinidade apenas, mas sim muitas, que se configuram a partir das práticas construídas na relação entre normas sociais, culturais e experiências de classe, raça, etnia, identidade de gênero, sexualidade, geração, religião, entre outras interseções. Dentre os textos analisados, pudemos identificar a discussão sobre sexualidade em cinco das pesquisas, contudo, a discussão racial é quase inexistente. Falar de masculinidades sem abordar raça na cidade mais negra do Brasil, produz um conhecimento distorcido da realidade. Nesse sentido, identificamos uma grande lacuna nos estudos sobre as masculinidades soteropolitanas.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Lorena Sales. Violência doméstica contra mulheres nos discursos da masculinidade. Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. UFBA, Salvador, 2016.

CALDAS, Francisco Demetrius Luciano. Significados socioculturais de rituais de futebol em Salvador-Ba: os babas “de saia” e “do vinho”. Programa de Pós-Graduação em Educação. Faculdade de Educação. UFBA, Salvador, 2023.

COLLINS, Patricia; BILGE, Sirma. Interseccionalidade. Tradução Rane Souza. São Paulo: Boitempo, 2020.

CHAVES, José Carlos Oliveira. Corpo “sarado”, corpo “saudável”? Construção da masculinidade de homens adeptos da prática da musculação na cidade de Salvador. Programa de Pós-graduação em Saúde Coletiva. Instituto de Saúde Coletiva. UFBA, Salvador, 2010.

FRANÇA, Elisete Santana da Cruz. As relações de sociabilidade e as (re) interpretações de gênero e masculinidades de jovens no contexto escolar. Programa de Pós-Graduação Multi-institucional em Difusão do Conhecimento. Faculdade de Educação. UFBA, Salvador, 2018.

GROSSI, Miriam Pillar. A Revista Estudos Feministas faz 10 anos: uma breve história do feminismo no Brasil. Revista Estudos Feministas, v 12, 2004.

LÍRIO, Josinete Gonçalves dos Santos. Discurso de Homens sobre os fatores que influenciaram na violência conjugal. Programa de Pós-Graduação em Enfermagem. Escola de Enfermagem. UFBA, Salvador, 2018.

MOORE, Hannah Keturah. Violência policial, masculinidade negra e empoderamento através da arte: dois estudos de caso com jovens negros em Salvador. Programa de Pós-Graduação em Saúde Coletiva. Instituto de Saúde Coletiva. UFBA, Salvador, 2018.

MOREIRA, Lucas Maroto. Brodagem, moral e músculo: A malhação de rua em Salvador. Programa de Pós-Graduação em Antropologia. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. UFBA, Salvador, 2023.

MOURA, Mariana Mendes de. “São os olhos de quem vê”: narrativas e masculinidades no reino da pombagira em Salvador – BA. Programa de Pós-Graduação em Antropologia. Faculdade de Ciências Humanas. UFBA, Salvador, 2018.

MOTA, Igor Carlos Cunha. Saúde na prisão: atitudes e práticas de homens privados de liberdade sobre a produção de cuidado à Saúde ofertada em uma instituição penal no estado da Bahia. Programa de Mestrado Profissional de Segurança Pública, Justiça e Cidadania. Faculdade de Direito. UFBA, Salvador, 2017.

OLIVEIRA, Milena Arão da Silva. *Percepções e Vivências de Homens em Processo Criminal por Violência Conjugal acerca da Paternidade*. Programa de Pós-graduação em Enfermagem e Saúde. Escola de Enfer-

magem. UFBA, Salvador, 2021.

PASSOS, Almerison Cerqueira. (In)visibilidades (des)territorializadas na experiência escolar: gênero, sexualidades e masculinidades negras de estudantes do Subúrbio Ferroviário de Salvador/BA. Programa de Pós-Graduação em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismo. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. UFBA, Salvador, 2021.

SOUSA, Anderson Reis. Percepções da violência conjugal e repercussões da prisão: discurso coletivo de homens em processo criminal. Programa de Pós-graduação em Enfermagem. UFBA, Salvador, 2017.

VIGOYA, Mara Viveros. As cores da masculinidade. Experiências interseccionais e práticas de poder na nossa América. Tradução Allysson de Andrade Perez. Rio de Janeiro: Papéis Selvagens, 2018.

PRODUÇÕES SOBRE MASCULINIDADES DO NORTE E NORDESTE: UM OLHAR INTERSECCIONAL

Ive Cristiane Carvalho Costa¹

Levi Costa Pereira²

Raíssa Jeanine Nothafft³

Tobias Lucas dos Santos⁴

INTRODUÇÃO

O início dos estudos sobre masculinidades no Brasil, data da década de 1990. Contudo, à exceção de alguns, núcleos como o GEMA/UFPE, o foco da produção se concentra nas masculinidades do Sudeste. Compreendemos que as masculinidades são dinâmicas e relacionais, moldadas nas interações sociais e nos discursos culturais, variando conforme o tempo e o espaço, assim como a classe social, a raça, a etnia, a sexualidade, a geração, entre outras interseções. Nesse sentido, a interseccionalidade nos instiga a olhar para a produção sobre as masculinidades do Norte e do nordeste do Brasil, buscando compreender o que se pesquisa e conhece sobre as masculinidades dessas regiões.

Entendendo que no Brasil, assim como na maioria dos países da Nossa América, o interesse inicial de pesquisar masculinidades, parte da frente feminista, posteriormente seguida de alguns nomes masculinos que se identificam ou se associam ao movimento feminista (Viveros, 2018), optamos por analisar os anais dos Congressos da Rede Feminista Norte e Nordeste de Estudos e Pesquisas sobre Mulher e Relações de Gênero (REDOR), por ser um espaço privilegiado de articulação e produção de pesquisa nas regiões Norte e Nordeste do Brasil, assim como o maior congresso feminista dessas regiões e um dos maiores do Brasil.

1 Graduanda no Bacharelado em Estudos de Gênero e Diversidade- UFBA, Pesquisadora do Grupo de estudos Masculinidades: uma abordagem interseccional – UFBA.

2 Graduando no Bacharelado em Estudos de Gênero e Diversidade (UFBA); Pesquisador do Grupo de estudos Masculinidades: uma abordagem interseccional (UFBA); Pesquisador de Iniciação Científica na pesquisa “Countering backlash” (IDS), pelo NEIM/UFBA.

3 Professora do Bacharelado em Estudos de Gênero e Diversidade/UFBA. Doutora em Ciências Humanas/UFSC. Coordenadora do Projeto de Extensão Masculinidades: uma abordagem interseccional.

4 Graduando no Bacharelado em Estudos de Gênero e Diversidade/UFBA. Pesquisador do Grupo de estudos Masculinidades: uma abordagem interseccional/UFBA. Integrante do Coletivo Modativismo/UFBA.

A Rede Feminista Norte e Nordeste de Estudos e Pesquisas sobre Mulher e Relações de Gênero (Redor) foi criada em 1992, durante reunião do Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre a Mulher (NEIM), vinculado à Universidade Federal da Bahia, com o objetivo de reunir e desenvolver estudos sobre mulheres e gênero nas regiões Norte e Nordeste do Brasil. Constituída por núcleos e grupos de pesquisa vinculados a Instituições de Ensino Superior, a Redor atua em três frentes principais: pesquisas, capacitação e publicações. Seus objetivos incluem: Fomentar novos grupos de estudos sobre gênero nas universidades; Incentivar a produção teórica e metodológica; Promover o intercâmbio de informações; Publicar e divulgar a produção acadêmica; Capacitar docentes e técnicos; Realizar eventos para aprofundar as questões teóricas e metodológicas. Com 35 núcleos e grupos de pesquisa distribuídos nas regiões Nordeste e Norte, a Redor organizou 21 congressos entre 1992 e 2022 e publicou 21 anais de eventos e mais de 10 livros, além de oferecer minicursos e coordenar 20 Grupos de Trabalho (GTs) (Redor, 2024).

Inicialmente estabelecemos o marco temporal de 10 anos, contudo, encontramos somente os anais dos três últimos eventos disponíveis de forma online (2016, 2018 e 2022). Em cada um deles há um grupo de trabalho específico sobre a temática das masculinidades. No Congresso de 2016, ele se intitulava Gênero, Homens e Masculinidades, passando, a partir do de 2018, a se chamar Gênero, Homens, Masculinidades e Intersecções. Ao todo foram encontrados vinte e dois resumos publicados nesse grupo de trabalho: seis em 2016, dez em 2018, e seis em 2022, que foram analisados através do método de análise de conteúdo.

Esse trabalho foi dividido em duas partes, além desta introdução e das considerações finais. Inicialmente contextualizamos os estudos sobre masculinidades na América Latina e no Brasil e explicamos a categorização construída para analisar os resumos conforme seus enfoques, para em seguida aprofundar a análise a partir de cada edição do Congresso da Redor.

ESTUDOS SOBRE MASCULINIDADES NA AMÉRICA LATINA E NO BRASIL

Os estudos sobre homens e masculinidades na maioria dos países da América latina foram iniciados por pesquisadoras feministas. O tema das masculinidades chegou aos currículos das universidades devido à mobilização dessas pesquisadoras que estavam implicadas na institu-

cionalização dos estudos de gênero na região (Vigoya, 2018). No Brasil não foi diferente, e a constituição da Rede Feminista Norte e Nordeste de Estudos e Pesquisas sobre Mulher e Relações de Gênero faz parte dessa história.

Para categorizar os enfoques temáticos das pesquisas, nos inspiramos nas categorias construídas por Vigoya (2018), em sua análise sobre a produção latino-americana. Ela identificou sete principais eixos de organização indicativa dos conteúdos privilegiados pelas autoras (es), dentro das publicações realizadas entre 1980 e 2016. Ordenados conforme o percentual que representam, são eles: Identidades Masculinas (30%), Masculinidades e violências (18%), Problemas, dilemas e tensões em torno da saúde dos homens (16%), Afetos e sexualidades (14%), Reflexões epistemológicas sobre os estudos das masculinidades (14%), Representações e produções culturais das masculinidades (6%), e por último, Espaços de homossexualidades masculinas (2%).

Através da análise de conteúdo dos resumos, conseguimos agrupar os trabalhos em cinco categorias temáticas. Nesse exercício de codificação, aproveitamos as categorias “Identidades Masculinas” e “Afetos e sexualidades”, e reestruturamos “Masculinidades e violências” para “Violências e Relações de poder” e “Problemas, dilemas e tensões em torno da saúde dos homens” para “Saúde dos Homens e Políticas Públicas”, de forma abranger os enfoques das pesquisas em análise. Por fim, criamos uma categoria completamente nova, “Participação masculina no cuidado infantil”, uma vez que um número considerável de pesquisas se enquadrava nessa categorização. No quadro abaixo, é possível visualizar os enfoques temáticos de todos os textos e como eles foram codificados em categorias.

Quadro 01: Codificação dos enfoques temáticos

ENFOQUES TEMÁTICOS	CATEGORIAS
<ul style="list-style-type: none"> » Saúde do homem e paternidade » Relação entre masculinidade e mortalidade por homicídios » Relação entre masculinidade e mortalidade por acidentes de trânsito » Intervenção educativa com jovens » Acesso de homens ao Programa Bolsa Família 	<p>SAÚDE DOS HOMENS E POLÍTICAS PÚBLICAS</p>
<ul style="list-style-type: none"> » Grupos para autores de violência contra mulheres » Grupos reflexivos para autores de violência » Discursos de autores de violência » Relações de poder na política partidária 	<p>VIOLÊNCIAS E RELAÇÕES DE PODER</p>

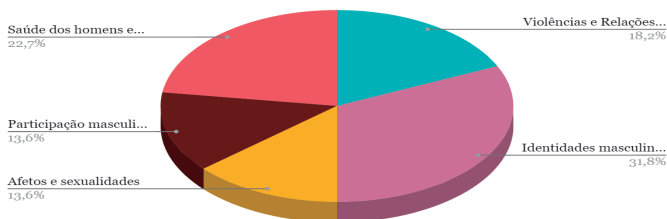
<ul style="list-style-type: none"> » Crise das masculinidades » Homem cisgênero e seus comportamentos » Representações de masculinidade » Masculinidade hegemônica e mídia » Representação de masculinidades em telenovelas brasileiras » Experiências juvenis nos espaços urbanos » Papéis de masculinidade e feminilidades em casamento entre imigrantes 	IDENTIDADES MASCULINAS
<ul style="list-style-type: none"> » Sexualidade » Sexualidades dissidentes » Práticas afetivas de jovens 	AFETOS E SEXUALIDADES
<ul style="list-style-type: none"> » Participação masculina no cuidado infantil doméstico » Participação masculina no cuidado infantil escolar » Atuação masculina na educação infantil 	PARTICIPAÇÃO MASCULINA NO CUIDADO INFANTIL

Fonte: elaboração das (os) autoras (es).

O intuito dessa classificação é evidenciar quais são os principais temas abordados dentro das pesquisas sobre masculinidade no Norte e Nordeste. No gráfico a seguir, é possível visualizar a porcentagem de trabalhos dentro de cada categoria: Saúde dos homens e Políticas Públicas (23%), Violências e Relações de poder (18%), Identidades masculinas (31%), Afetos e sexualidades (13%) e Participação masculina no cuidado infantil (13%).

Gráfico 01: Quantidade de trabalhos por categoria

Categorias (Anais REDOR)



Fonte: elaboração das (os) autoras (es).

Seguindo essa estrutura, organizamos e classificamos os anais em função das temáticas abordadas. Importante frisar que esse método

não tem a mesma rigidez que a taxonomia. Na próxima sessão aprofundamos a análise da produção em cada publicação dos Anais dos Encontros da Redor.

A PRODUÇÃO SOBRE MASCULINIDADES NOS XIX, XX E XXI ENCONTROS DA REDOR

Em 2016, o XIX encontro da REDOR, o GT 11 Gênero, Homens, Masculinidades abordou cinco temas com foco em masculinidades e um com foco em sexualidades dissidentes e teoria Queer. Todas são produções nordestinas, duas são na área de sociologia, uma na área de educação e saúde, uma na área de ciências políticas, uma na área de pedagogia e outra na área de ciências sociais. Pensando em nossas categorias de análise, os textos estão divididos da seguinte forma: Dois se encontram na categoria “Violências e Relações de Poder”, sendo eles “Grupos reflexivos para autores de violência” e “Discursos de autores de violência”; Um foi enquadrado na categoria “Identidades Masculinas”, sendo “Crise das Masculinidades”; Dois na categoria “Afetos e sexualidades”: “Sexualidades dissidentes” e “Práticas afetivas de jovens”; E o último “Atuação masculina na educação infantil” foi alocado na categoria “Participação masculina no cuidado infantil”. Dentre eles, nenhum tem abordagem interseccional e quatro são pesquisas empíricas, conforme tabela abaixo:

Tabela 01: Trabalhos do XIX encontro da REDOR

Título	Autoras(es)	Universidade	Área do conhecimento	Enfoque temático	Interseccional?	Empírica?
Violência doméstica contra a mulher e grupos autores de violência.	Jacqueline Mary Soares de Oliveira, Márcia Santana Tavares	Unifacs, UFBA	Sociologia	Grupos reflexivos para autores de violência	Não	Sim
Saudosa Amélia - A crise da masculinidade frente às “Mulheres Modernas”.	Ingrit Machado Jeampietri de Paiva	UFS	Sociologia	Crise das masculinidades	Não	Sim
Interações afetivo-sexuais de jovens homens em contexto de pobreza.	Welber Silva Araújo	UFPI	Educação e Saúde	Práticas afetivas de jovens	Não	Sim

Sexualidades dissidentes, Internet e Teoria Queer: A contribuição dos ambientes on-line para o desenvolvimento de Sexualidade Queer.	Rafael dos Santos Morato, Cleyton Feitosa Pereira, Maria Julieta Correia Jacob	UFPE	Ciências Políticas, Gênero e Sexualidade	Sexualidades Dissidentes	Não	Sim
Perspectivas masculinas de atuação na Educação Infantil: O que pensam os homens que cursam pedagogia?	Lucas Romário	UFPB	Pedagogia	Atuação masculina na educação infantil	Não	Não
“Estou cumprindo o meu papel”: Significados do “Ser homem” e “Ser macho” entre homens processados pela lei Maria da Penha.	Lorena Sales de Almeida	UFBA	Ciências Sociais	Discursos de autores de violência	Não	Não

Fonte: elaboração das(os) autoras(es).

Somente um dos resumos dessa lista possui uma abordagem explicitamente feminista, sendo uma das suas autoras, professora do Programa de Pós-Graduação do Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre as Mulheres (PPGNEIM). Os outros utilizam o texto de Guacira Louro para embasar o conceito de Gênero, o único que foge dessa regra é o que discute sexualidade dissidentes, que vai utilizar os textos de Gayle Rubin, embasado nas teorias Queer e nas discussões sobre a fluidez das sexualidades, que podem se correlacionar com as discussões feministas, mas não surgem a partir ou se baseiam nelas.

Nenhum dos textos apresenta uma abordagem interseccional em seus resumos, ou demonstraram interesse na discussão apesar de todos os temas serem propensos à discussão interseccional, podendo assim, fazer a relação de raça, gênero, classe e outras abordagens que se entrelaçam e correlacionam. O que nos faz perceber a crítica e a discussão da Mara Viveros (2018), ao questionar sobre quais masculinidades estamos falando. Diferente da Mara, que pensa a masculinidade de forma plural, esses resumos trabalham a masculinidade de forma singular, como se ela fosse experienciada igualmente por todos os corpos.

Exemplo disso, é o texto “Perspectivas masculinas de atuação na educação infantil”, segundo o resumo, os autores vão pensar em como

os homens do setor de educação, em sua maioria, têm pouco interesse ou evitam trabalhar com a educação infantil, e isso se dá devido a imagem de agressor sexual que a figura masculina carrega. No entanto, o imaginário social sobre essa figura masculina é alterado de acordo com os marcadores sociais que lhe perpassam.

Em dezembro de 2018, o XX encontro da REDOR ocorreu na Universidade Federal da Bahia, em Salvador. Nesse encontro, o grupo de trabalho focado em masculinidades foi o GT 10, intitulado: Gênero, Homens, Masculinidades e Intersecções. Esse grupo teve 10 trabalhos apresentados oriundos das regiões norte, nordeste, centro-oeste e sudeste do Brasil, de áreas diversas do conhecimento, como ciências sociais, geografia e história, letras, psicologia, educação, saúde pública e serviço social.

A maior concentração de trabalhos foi da área de educação. Apesar de abordarem o tema das masculinidades seus enfoques são variados, sendo relações de poder na política partidária, relação entre masculinidade e mortalidade por acidentes de trânsito, experiências juvenis nos espaços urbanos, representação de masculinidades em telenovelas brasileiras, sexualidades dissidentes, homem cisgênero e seus comportamentos, masculinidade hegemônica e mídia, relação entre masculinidade e mortalidade por homicídios, intervenção educativa com jovens e acesso de homens ao Programa Bolsa Família.

Tabela 02: Trabalhos XX encontro da REDOR

Título	Auto- ras(es)	Univer- sidade	Área do conheci- mento	Enfoque temático	Inter- seccio- nal?	Empíri- ca?
“Se Você Não Gosta Do Que Está Sendo Dito, Mude A Conversa”: Draper Vs Campbell E A Corrida Pela Masculinidade Hegemônica Em Mad Men	Benjamin Vanderlei dos Santos	Unit/Alagoas	Psicologia	Masculinidade Hegemônica e mídia	Não	Não

A (In)Visibilidade Dos Homens Na Política Nacional De Assistência Social: Permanências, Contradições E Possibilidades De Proteção Social	Daniel de Souza Campos; Ludmila Fontenele Cavalcanti; Marcos Antonio Ferreira do Nascimento	UFRJ, Fiocruz	Serviço Social	Acesso de homens ao Programa Bolsa Família	Não	Não
A Construção Da Masculinidade E Sua Associação Com A Mortalidade Por Homicídios Em Homens Nos Estados Da Região Nordeste	Karina Cardoso Meira; Rayane Saraiva Félix; Sandra Michelle Bessa de Andrade Fernandes, Laiane Felix Borges, Taynãna César Simões	Escola de Saúde UFRN; Fiocruz MG.	Saúde	Relação entre masculinidade e mortalidade por homicídios	Sim	Sim
A Construção Da Liberdade De Gênero Dos Lgbti A Partir Da Luta Feminista	Francisco Davi da Silva Albuquerque, Maria da Conceição da Silva Rodrigues	UECE, IFPA	Geografia / História	Sexualidades Dissidentes	Não	Sim
A Cultura Masculinizada Do Automóvel E A Formação Do Motorista Brasileiro	Carla Rezende Gomes	Faculdade Estácio de Sergipe	Educação	Relação entre masculinidade e mortalidade por acidentes de trânsito	Não	Sim

Do Malandro Ao Bom De Cama: Uma Análise Do Discurso Sobre Masculinidades Negras Na Pedagogia Cultural Da Telenovela	Emanuele Cristina Santos do Nascimento	UFPE	Pedagogia	Representação de Masculinidades em telenovelas brasileiras	Não	Sim
Masculinidades Em Sociabilidades Juvenis: Entre Subversões E (Re)Produções De Gênero	Alexandre Martins Joca	UFCG/ PB	Educação	Experiências juvenis nos espaços urbanos	Não	Não
Masculinidades Predatórias, Ódio Contra As Mulheres E Necropolítica: Um Estudo A Partir Do Cenário Político Brasileiro	Elismênia Aparecida Oliveira ; Gabriela Peixoto Vieira Silva	UFG	Ciências Sociais	Relações de Poder na política partidária	Sim	Sim
O Não Lugar Do Masculino: Uma Perspectiva Feminista Interseccional Sobre A Necessidade Da Ressignificação Do Sujeito.	Diana Alves Chagas	IFBA	Letras/ Educação	homem cisgênero e seus comportamentos	Sim	Sim
Viva Melhor: Envolvendo Meninos Em Ações De Cuidado E Prevenção Em Saúde!	Dulce Carolina de Barros da Costa; Sirley Vieira; Junior de Sá	Instituto Papai (PE)	Saúde Pública	Intervenção educativa com jovens	Não	Não

Fonte: elaboração das (os) autoras(es).

Neste GT sobre masculinidades, diversas metodologias foram aplicadas para abordar diferentes perspectivas do tema. Algumas pesquisas utilizaram reflexões teóricas, como o trabalho sobre a resignificação do sujeito masculino, que abordou homens cisgêneros sob uma ótica feminista interseccional, e a pesquisa sobre a luta LGBTI, que explorou a construção da liberdade de gênero em homens homoafetivos. Ambas se baseiam em análises teóricas de gênero e feminismo.

Entre os trabalhos apresentados, apenas três apresentam uma abordagem interseccional: “O Não Lugar Do Masculino: Uma Perspectiva Feminista Interseccional Sobre A Necessidade Da Ressignificação do Sujeito” – este trabalho, já em seu título, aponta uma perspectiva feminista interseccional ao discutir masculinidades e a necessidade de ressignificar o sujeito, considerando a multiplicidade das identidades; “A Construção da Masculinidade e sua Associação com a Mortalidade por Homicídios em Homens nos Estados da Região Nordeste” – embora não explicitamente interseccional, aborda gênero e violência em relação à masculinidade em um contexto social específico (região Nordeste), sugerindo uma intersecção de classe, geografia e gênero; “Masculinidades Predatórias, Ódio Contra As Mulheres e Necropolítica: Um Estudo A Partir Do Cenário Político Brasileiro” – Este trabalho usa uma abordagem interseccional ao explorar masculinidades predatórias, feminicídio e necropolítica, analisando hierarquias de gênero racializadas no contexto político brasileiro.

Outras abordagens também foram utilizadas, como a pesquisa etnográfica sobre sociabilidades juvenis em praças de Fortaleza, onde jovens de diferentes orientações sexuais e identidades de gênero foram observados por meio de grupos de discussão e entrevistas. Já a análise da masculinidade associada à mortalidade por homicídios no Nordeste utilizou uma metodologia quantitativa, examinando dados do Sistema de Informação sobre Mortalidade para investigar homens de 15 a 80 anos.

A análise de conteúdo também foi um método relevante, como no estudo sobre a masculinidade hegemônica em *Mad Men*, que examinou os personagens Don Draper e Peter Campbell na série. Além disso, uma pesquisa teórica documental, focada em masculinidades predatórias e necropolítica, investigou o cenário político brasileiro com base em estudos decoloniais.

A pesquisa com adolescentes em comunidades de baixa renda utilizou oficinas de arte-educação para envolver meninos de 12 a 15 anos em ações de prevenção em saúde. Outras investigações focaram em análises discursivas, como a que abordou as masculinidades negras na telenovela *Cobras & Lagartos*, através do personagem Foguinho, utilizando a teoria foucaultiana. Por fim, o estudo sobre a cultura masculinista no trânsito brasileiro e a formação de motoristas seguiu uma análise histórica e cultural, enquanto a invisibilidade dos homens na Política Nacional de Assistência Social foi investigada por meio de uma revisão bibliográfica, especialmente no que tange o acesso ao Programa Bolsa Família.

Esses diferentes métodos e sujeitos de pesquisa oferecem uma visão abrangente e diversa sobre como as masculinidades são construídas e manifestadas em diferentes contextos sociais e culturais, contudo, a maioria dos trabalhos não apresentam uma abordagem interseccional, olhando para masculinidades enquanto bloco homogêneo.

Em 2022, o XXI encontro da REDOR, realizado na Universidade Federal de Alagoas, em comemoração aos 30 anos do Encontro Internacional Feminista teve como tema: Reencontros, Desafios e Perspectivas dos Feminismos Acadêmicos no Norte Nordeste. O grupo de trabalho com enfoque nas masculinidades foi o GT1 Gênero, Homens, Masculinidades e Intersecções, seguindo a mesma nomenclatura do encontro anterior. Esse GT recebeu seis trabalhos, todos baseados em pesquisa empírica, através de questionários, entrevistas e arcabouços teóricos sobre o tema. Metade da produção é oriunda do nordeste e metade do Sudeste, especificamente da PUC-Rio.

Destes, apenas dois trabalhos possuem sua produção pautada nos estudos feministas e interseccionais, sendo o primeiro voltado para as representações de masculinidade em âmbito escolar e o segundo para grupos de homens autores de violência (HAV) contra mulher. Nos resultados, os autores entenderam que a representatividade masculina se dá através da força e do machismo. Para os autores,

A compreensão da estrutura da representação social de masculinidade é um importante recurso para informar a implementação de políticas, projetos e programas voltados para a questão das masculinidades e das relações de gênero na escola, especificamente para a construção de masculinidades não violentas e não homofóbicas (Almeida e Carvalho, 2022, p. 12).

Já as instituições que trabalham com grupos de HAV, apoiadas pelo estado, percebem uma padronização na forma de se tratar do assunto violência, observando que o mesmo está “engessado” pela Lei Maria da Penha, e enfatiza que “parte significativa dos fundamentos do trabalho permanece tributária das experiências e elaborações iniciais, com marcada influência dos estudos de gênero com ênfase nos direitos humanos de mulheres e na necessidade de responsabilização e de mudanças de perspectiva dos homens autores” (Oliveira e Araújo, 2022, p. 15).

Tabela 03: Trabalhos XXI do encontro da REDOR

Título	Auto- ras(res)	Univer- sidade	Área do Conheci- mento	Enfoque Temaático	Inter- sec- cional?	Em- píri- co?
Homens e Masculinidades: premissas, fluxos e controvérsias na conformação de um campo de estudos e outras ações políticas	Benedito Medrado e Jorge Lyra	UFPE	Psicologia	saúde do homem e paternidades	Não	Sim
Masculinidade Não Heterossexual: representações sociais de masculinidade de estudantes do Ensino Médio do interior de Pernambuco	Edson Leandro de Almeida Maria Eulina Pessoa de Carvalho	UFPB	Educação	Representações de Masculinidade; Sexualidade	Sim	Sim
Participação Masculina no Cuidado Infantil em Âmbito Familiar	Antonio Carlos de Oliveira Taissa Mendonça de Jesus	PUC - Rio	Serviço Social	Participação masculina no cuidado infantil doméstico	Não	Sim
Masculinidades e Trabalho com Homens Autores de Violência	Antonio Carlos de Oliveira Luciana Moreira de Araujo	PUC - Rio	Psicologia e Serviço social	Grupos para autores de violência contra mulher	Sim	Sim
Imigração e Gênero em Debate: a construção dos papeis sociais de gênero em casamentos entre pessoas de nacionalidades diferentes	Liliana Aragão de Araújo	UFS	Serviço Social	Papeis de masculinidade e feminilidades em casamento entre imigrantes	Não	Sim
Desafios ao Exercício da Cidadania: concepções sobre masculinidade na política educacional	Ana Paula Tatagiba	PUC - Rio	Pedagogia	Participação masculina no cuidado infantil escolar	Não	Sim

Fonte: elaboração das (os) autoras(es).

Os demais textos não possuem abordagem interseccional. Dois deles abordam a questão do cuidado infantil por homens, um em ambiente doméstico e outro em âmbito escolar, ambos confirmando que os

papéis sociais pré-estabelecidos no imaginário coletivo, limitam o homem a se responsabilizar por tal função. Além destes, um aborda saúde do homem e paternidades e o outro relata as relações de gênero nos casamentos entre imigrantes visando compreender o aprofundamento dos papéis sociais dentro da instituição do casamento.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir da análise dos resumos identificamos que a produção é multidisciplinar, se concentrando na área da Educação com oito pesquisas, seguido da Psicologia, do Serviço social e da Saúde com três trabalhos cada. A maioria das pesquisas foi realizada na região nordeste (dezesseis), seguida do Sudeste (quatro) com concentração de trabalhos advindo da Puc-Rio. Em termos temáticos, a produção é vasta.

Através da análise de conteúdo dos resumos e seguindo a classificação proposta por Mara Viveiros Vigoya (2018), conseguimos agrupar os trabalhos em cinco categorias temáticas: Saúde dos Homens e Políticas Públicas; Violências e Relações de poder; Identidades masculinas; Afetos e sexualidades; e Participação masculina no cuidado infantil. Dentro dessas categorias, podemos perceber que as principais preocupações são a relação das masculinidades com a mortalidade, grupos para autores de violência, representações de masculinidade, identidades e sexualidades não-hegemônicas e a atuação masculina na educação infantil.

Embora todos os temas sejam suscetíveis a uma discussão interseccional, permitindo a interconexão de raça, gênero, classe, sexualidade, território, entre outras, apenas cinco trabalhos o fizeram. Ou seja, esses resumos trabalham a masculinidade de forma singular, como se ela fosse experienciada igualmente por todos os corpos. Isso nos leva a refletir sobre quais masculinidades está sendo produzido conhecimento e demonstra a lacuna existente nos estudos sobre masculinidades.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Edson Leandro de; CARVALHO, Maria Eulina Pessoa de. Masculinidade Não Heterossexual: representações sociais de masculinidade de estudantes do Ensino Médio do interior de Pernambuco. In: Anais do 21º Encontro Internacional da Rede Feminista Norte e Nordeste de Estudos e Pesquisa sobre Mulher e Relações de Gênero

(REDOR): reencontros, desafios e perspectivas dos feminismos acadêmicos no norte e no nordeste. Universidade Federal de Alagoas, 2022. Disponível em: <<https://redor30anos.wixsite.com/redor/anais>>. Acesso em: 17 ago. 2024.

OLIVEIRA, Antonio Carlos de; ARAÚJO, Luciana Moreira de. Masculinidades e Trabalho com Homens Autores de Violência. In: Anais do 21° Encontro Internacional da Rede Feminista Norte e Nordeste de Estudos e Pesquisa sobre Mulher e Relações de Gênero (REDOR): reencontros, desafios e perspectivas dos feminismos acadêmicos no norte e no nordeste. Universidade Federal de Alagoas, 2022. Disponível em: <<https://redor30anos.wixsite.com/redor/anais>>. Acesso em: 17 ago. 2024.

Anais do 21° Encontro Internacional da Rede Feminista Norte e Nordeste de Estudos e Pesquisa sobre Mulher e Relações de Gênero (REDOR): reencontros, desafios e perspectivas dos feminismos acadêmicos no norte e no nordeste. Universidade Federal de Alagoas, 2022. Disponível em: <<https://redor30anos.wixsite.com/redor/anais>>. Acesso em: 17 ago. 2024.

Anais do 21° Encontro Internacional da Rede Feminista Norte e Nordeste de Estudos e Pesquisa sobre Mulher e Relações de Gênero (REDOR): reencontros, desafios e perspectivas dos feminismos acadêmicos no norte e no nordeste. Universidade Federal de Alagoas, 2022. Disponível em: <<https://redor30anos.wixsite.com/redor/anais>>. Acesso em: 17 ago. 2024.

Anais XIX Encontro Internacional da Rede Feminista Norte e Nordeste de Estudos e Pesquisa sobre Mulher e Relações de Gênero (REDOR), 2016. Disponível em: <<https://sinteseeventos.com/site/index.php/acervo/anais/anaisredor/redor-2016>>. Acesso em: 17 ago. 2024a.

Anais XX Encontro Internacional da Rede Feminista Norte e Nordeste de Estudos e Pesquisa sobre Mulher e Relações de Gênero (REDOR), Universidade Federal da Bahia, 2018

VIGOYA, Mara Viveros. As cores da masculinidade: Experiências interseccionais e práticas de poder na Nossa América. Rio de Janeiro: Papéis Selvagens, 2018.

GT12
GÊNERO, IDENTIDADE E
CULTURA

Prof^ª. Dra. Nádia Regina Loureiro de Barros Lima - UFAL
Prof^ª. Dra. Mariomar Martins Teixeira de Almeida - FUNDAJ

DESIGN, GÊNERO E PROTOTIPAÇÃO DE POLÍTICAS INSTITUCIONAIS DE GÊNERO NA UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO

Imaíra Portela de Araújo Medeiros¹

Clara Terra Rayol Santos²

Helden Cabral da Silva³

Raquel Gomes Noronha⁴

INTRODUÇÃO

A construção do gênero é, simultaneamente, um produto e um processo da sua representação. “A partir do momento em que marcamos o M em um formulário, entramos oficialmente no sistema sexo-gênero, nas relações sociais de gênero, e somos “engendradas” como mulheres, ou seja, não são apenas os outros que nos consideram como mulheres, mas a partir desse momento começamos a representar-nos como mulheres”. Assim, Teresa de Lauretis (1994, p. 219) sintetiza o sistema que nos engendra e também aciona, nesta citação, o papel das ferramentas em produzir essas categorizações. Esse tópico é especialmente o que tratamos neste artigo, relacionando design e gênero como um entrelaçamento epistemológico que pode contribuir para a complexificação dos mundos e engendramentos que construímos.

A problematização das relações entre design e gênero advém da crítica feminista dos anos 1970-80, que discute a constituição material do mundo a partir do patriarcado (Attfield, 1989; Buckley, 1986; Levrant de Bretteville, 1973). Ao retomar o discurso moderno, funcionalista e racional que formulou o horizonte de consumo desde a constituição da Bauhaus, Buckley (1986) critica as escolhas por determinados métodos da pesquisa no campo, em especial a abordagem historiográfica, que propiciam apagamentos, hierarquizações, classificações que promovem a invisibilidade de mulheres e suas produções no campo do design.

Nesta primeira fase do entrelaçamento entre design e gênero, o foco das autoras, com viés feminista bastante exacerbado, conforme

1 UFMA/ Maranhão, (CAPES).

2 UFMA/ Maranhão, (FAPEMA).

3 UFMA/ Maranhão, (CNPq).

4 UFMA/ Maranhão, (CNPq).

discute Buckey trinta anos depois, quando revisita seu clássico artigo de 1986, é o apagamento das mulheres e suas produções da história do design. Ao criticar os métodos, entendemos que se faz uma crítica feminista ao próprio instituto da Ciência, como *locus* cooptado pelo patriarcado e pelo capitalismo, que por meio de uma epistemologia colonial e colonialista prove a inclusão e exclusão de cosmologias e modos de vida, por meio da construção de um paradigma hegemônico, conforme Noronha (2024) argumenta.

A constituição da realidade sociomaterial perpassa as escolhas estéticas e políticas de uma sociedade e o design, pensado como uma tecnologia de gênero, em analogia ao construído com o cinema por Lauretis (Lauretis, 1994), pode interferir e conformar a percepção sobre o mundo em que vivemos. O design, enquanto campo do saber que constrói a materialidade do mundo, veio paulatinamente, em sua história, construindo um discurso de neutralidade. Indo além da historiografia, Durán e Flesler (2021) acrescentam ao debate a crítica sobre o paradigma da neutralidade no campo do design, que nasce de um desejo de direcionar-se a uma racionalização da forma, mas, no entanto, referem-se a um imaginário de neutralidade que privilegia a objetividade como discurso que melhor representa a universalidade, refletindo o sistema mundo ocidental, capitalista e patriarcal.

Inicialmente apresentamos um breve histórico desta relação, e como a crítica decolonial nos ajuda a pensar em design outros que possibilitem materialidades que contemplem a diversidade, incluindo vivências outras, gerando a superação da universalidade discursiva (e material), entendendo tal processo como uma opressão patriarcal e capitalista.

Em segundo plano, apresentamos nosso percurso, no NIDA – Grupo de pesquisas Narrativas em inovação, design e antropologia da UFMA, de aproximação entre design e gênero, para então apresentar a abordagem metodológica de um design orientado a questões de gênero, com dois projetos de pesquisas: Prototipando futuros (2021-2023) e *Gender hubs* (2024-2026), ambos orientados pelo design participativo como abordagem de projeto.

Ao final, debatemos sobre o caráter emancipatório da situacionalidade e vivência como elementos da ação projetual, no campo dos estudos de design e gênero. Assim, buscamos mitigar a universalidade no campo do design, amiúde, e nas ciências sociais aplicadas, em geral.

BREVE PERCURSO DAS RELAÇÕES ENTRE DESIGN E GÊNERO

As aproximações e encontros entre design e gênero podem ser discutidas a partir de três frentes. A primeira, iniciada nos anos 1980, buscou dar conta do apagamento de mulheres no campo, discutindo a própria historiografia do design e como determinadas pessoas e determinadas produções eram excluídas do campo. A segunda, passa a adotar a categoria gênero como método de análise para pensar as pesquisas em design. A terceira frente propõe-se a trabalhar com a categoria gênero como uma forma de questionar as práticas de design, pondo em dúvida a suposta neutralidade que permeia o pensamento canônico e acrescentando ao debate que o modo como gênero é operacionalizado (ou não) nas práticas de projeto. Este tópico busca apresentar esta historiografia sobre a qual o debate de gênero se desenvolve, mas também posicionar a seguinte pesquisa em relação ao que se apresenta.

O debate sobre gênero surge dentro do campo do design nos anos 1980, quando a crítica feminista passa a evidenciar e questionar os parâmetros que estruturam hegemonicamente o pensamento do campo (Almeida, 2024), assim como as discussões sobre os espaços aos quais as mulheres eram destinadas nas produções e atividades de design. Buckley (1986) discute como, no patriarcado, o design reafirma a partir de suas próprias estruturas as desigualdades de gênero, associando aos homens, atividades de maior destaque e status, enquanto mulheres assumem são relegadas a espaços secundários, considerados de menor importância.

A autora evidencia que em uma sociedade industrial avançada, na qual a cultura é valorizada acima da natureza, os papéis masculinos são vistos como sendo mais culturais do que naturais e os papéis femininos são vistos como o inverso disso. Neste sentido, homens assumem lugares de poder, estando mais associados a atividades do espaço público, como o Desenho Industrial, a moda. Já as mulheres estariam naturalmente adequadas a determinadas áreas de produção de design, como as chamadas artes decorativas, incluindo trabalhos como joias, bordados, ilustrações gráficas, tecelagem, tricô, cerâmica e costura.

Ainda nesta crítica, Attfield (1989) busca demolir hierarquias estabelecidas no campo do design, discutindo também que os valores masculinos foram projetados em objetos e espaços públicos, enquanto as contribuições femininas foram relegadas a um segundo plano ou limitadas a esferas domésticas. A autora argumenta que a história do

design ainda sustenta a visão do Movimento Moderno, que no slogan “a forma segue a função”, sugere que formas e funções de objetos também seguem as convenções de gênero patriarcais. Attfield defende que esta visão reafirma a divisão do trabalho e a subvalorização das tarefas historicamente associadas à esfera feminina, pressupondo que o lugar da mulher é no lar. Nesta visão, prioriza-se a máquina (masculina) em detrimento do corpo (feminino), de modo que a forma (feminina) segue a função (masculina).

Levrant de Bretteville (1973) questiona a conveniência da simplificação, da clareza, da racionalidade, afirmando que o impulso de controlar funciona quase que inevitavelmente por meio da simplificação. A autora também discute a dicotomia público *versus* privado no ideal de projeto, afirmando que estas características são formas estáveis adotadas pelas principais instituições, como também os homens e as poucas mulheres que as habitam para reforçar desigualdades. Quando o tom masculino é associado ao âmbito público, valorizando seus aspectos anônimos e autoritários, isto separa-os cada vez mais do ambiente privado e isola neste espaço as mulheres, a experiência e os “valores” femininos. Bretteville também discute o Movimento Moderno, que busca a simplificação para atingir a potência da forma, alertando que a simplificação pode se tornar nociva pois por trás dela há restrição e limitação, o que não cede espaço para a complexidade e a contradição.

Com estas reflexões, o que se manifesta nos coloca em contraposição a um cânone de design que considera como “bom” um determinado modo de pensamento que privilegia determinadas pessoas e produções, a saber, majoritariamente homens brancos e do norte global, que durante a própria constituição do campo tem ditado quem ou o que participa da formulação do campo. Durán e Flesler (2021), em sua crítica à noção de identidade, como algo essencial e inato, nos apontam caminhos para pensar, tensionando uma ideia de identidade de design que é construída a partir de uma visão moderna, que se supõe neutra e universal.

À guisa disto, ao que propomos adiciona-se mais uma camada. Além da proposta de visibilização de outras vozes e produções no design, alinhadas à uma prática contra hegemônica no campo, queremos construir um debate de design e gênero que pense a categoria gênero seja encarada como uma categoria de análise das práticas e teorias dentro do campo, deslocando o gênero do lugar de sujeito/objeto de estudo e viabilizando a condução dos estudos a partir do gênero. Neste sentido, a autora Ana Júlia Melo Almeida (2024), pesquisadora da

historiografia de design e gênero, em diálogo com Buckley (1986), nos apresenta uma análise sobre as exclusões políticas e o apagamento feminino na história do design. Ainda, pensar gênero como uma forma de desestabilizar e questionar o *status quo* no campo.

Neste sentido, o caminho percorrido pelos projetos desenvolvidos pelo NIDA-UFMA (Grupo de pesquisa Narrativas em Inovação, Design e Antropologia da Universidade Federal do Maranhão) acompanhou, a seu modo, um processo de amadurecimento nos estudos de gênero. As aproximações com os estudos surgiram a partir do trabalho desenvolvido com comunidades remanescentes de quilombo e outras comunidades tradicionais, no contato com suas produções e visões de mundo. Em maior parte, estas produções eram levadas à frente por mulheres, evidenciando-se suas narrativas, disputas, demandas e potencialidades. As dimensões acionadas por designers e artesãs nestes processos fizeram emergir com mais força a necessidade de conduzir as pesquisas através das leituras e análises de gênero.

PRÁTICAS E PESQUISAS EM DESIGN E GÊNERO NA UFMA: O HISTÓRICO DO NIDA

Desde o ano de 2017, quando acionamos um edital da FAPEMA intitulado “Igualdade de Gênero”, vimos investigando questões que entrelaçam gênero e design de modo formal. Nossa aproximação com a temática se deu a partir de uma visão crítica, proporcionada por pesquisas de campo anteriores, nas quais percebemos questões relacionadas ao trabalho reprodutivo (Fredericci, 2019), ao acúmulo de tarefas no cotidiano (Noronha, 2011; 2015) proporcionadas pela crescente inclusão produtiva do artesanato por agências de fomento, como o SEBRAE.

Lima (2018) identifica um processo de “des-envolvimento” causado pelo impacto negativo de consultores de design em um grupo produtivo de bordados, na cidade de São João dos Patos (MA). O processo de consultoria fora tão controlado e *top-down* (de cima para baixo, no jargão dos processos de inovação social), que a comunidade se tornou dependente e, quando da finalização da consultoria, o grupo não conseguiu seguir com a produção, com autonomia, como faziam antes do processo narrado.

No âmbito da produção artesanal e da literatura que relaciona design e artesanato (Borges, 2011; Noronha, 2011; Lima, 2010) é comum identificar o discurso que o artesanato gera empoderamento. Neste intuito, iniciamos nossa jornada neste sentido de identificar tais aspectos

a partir de uma reflexão que se iniciou com a identificação de elementos deste notado empoderamento em grupos produtivos (Noronha e Guimarães, 2017).

Seguidamente, iniciamos o projeto Codesign e empoderamento, financiado pelo supracitado edital da Fapema e, em seis comunidade, colocamos em análise as categorias do Fórum Econômico Mundial (2014) para o empoderamento feminino, e a partir do design antropológico, abordagem que constrói visão crítica sobre processos nos dois campos do saber por meio da imaginação e prototipação, trazendo a materialidade das “coisas de design” (Binder *et al.*, 2011) para produzir a conversação social. Tais “coisas de design”, como veremos ao longo deste artigo, são ferramentas, jogos, processos de encenação e até o uso da corporeidade, envolvendo os participantes da ação no processo de criação de imaginações de futuros e também na construção de ações para o presente.

Como resultados desta pesquisa, Raiama Portela (2018 - sempre presente) refletiu, em sua dissertação, sobre a colonialidade de ferramentas que produzimos, sem considerar o ponto de vista das artesãs, ocasionando uma cooptação de suas cosmovisões. Em seguida, promovemos a prototipagem as ferramentas com os grupos produtivos, nos seus territórios, como observamos na dissertação de Camila Aboud (2019) e na etapa da pesquisa realizada por Raquel Noronha, Mariana Araújo e Ferdinan Sousa (Noronha e Araújo, 2019; Sousa e Noronha, 2021). Nestes casos, as ferramentas foram construídas com as artesãs, ampliando os debates, a profundidade da participação e, principalmente, o envolvimento e a visão crítica das participantes sobre o papel de suas produções artesanais na vida das suas comunidades.

A análise de todo o processo realizado foi consolidada em um artigo (Noronha, Portela e Farias, 2022) que foi contemplado em primeiro lugar no edital do Prêmio Políticas Públicas para Mulheres do Estado do Maranhão, promovido pela Secretaria de Estado das Mulheres (SEMU) e FAPEMA, no ano de 2022. Nele, debatemos o uso do conceito de autonomia preferencialmente ao conceito de empoderamento, entendendo que no primeiro o conhecimento vem de dentro do grupo, sem a necessidade de elementos externos à comunidade, favorecendo a *autopoiésis*, conforme contribui o antropólogo Arturo Escobar (2016). A partir desta constatação, iniciamos uma série de outras pesquisas orientadas ao aprofundamento das questões de gênero relacionadas ao design.

Em 2019, Raquel Noronha, coordenadora do NIDA, foi convidada a ser supervisora regional no Programa Gendered Design in

STEAM⁵, promovido pela Carleton University, que consistiu em uma chamada internacional para pesquisadoras do Sul Global para desenvolverem projetos relacionados ao tema, nas áreas de design, arquitetura e engenharia. Em parceria com a pesquisadora Chiara Del Gaudio (Carleton), foram realizados *workshops* com as pesquisadoras contempladas pela chamada, no sentido de mapear os entendimentos, abordagens e conceitos mobilizados em cada projeto. No ano de 2022, o programa encerrou-se e 21 projetos foram desenvolvidos, com diversas abordagens epistemológicas sobre *gendered design*. Entre os grupos acompanhados por Noronha, que foram oito, localizados na América Latina, um grupo de pesquisadoras se uniu, em torno da construção de uma rede, a RELADYG - *Red Latinoamericana de Diseño y Género* que se formou em 2022 e em 2024 teve seu primeiro encontro presencial, na USP, com a participação da UFMA, UFPE, UBA (Buenos Aires), UNAM e UAM (México) e UC (Chile).

Em concomitância com o Programa GDS, promovido pela Carleton University, em 2021 Noronha submeteu uma versão local, na UFMA, de uma iniciativa que visava entender a realidade de permanência e acesso de meninas nas áreas STEM da graduação da UFMA, e divulgar tais possibilidades e limites às meninas do Colégio Universitário.

A pesquisa *Prototipando Futuros*, realizada pelo NIDA-UFMA, por meio do edital de Bolsa Produtividade em Pesquisa da FAPEMA, objetivou mapear, identificar e difundir os tipos de desafios de obstáculos vivenciados pelas mulheres nas áreas STEM. A atividade, que utilizou uma metodologia de design participativo, envolveu tanto alunas de graduação quanto do ensino médio, do Colégio Universitário, em um processo colaborativo para co-criar futuros mais justos. Esta iniciativa permitiu a identificação de problemas ligados à invisibilidade feminina, ao preconceito e à falta de representação feminina em cursos tecnológicos, na UFMA.

No intuito de expor o problema da representatividade identificado na fase de entrevistas, prototipagem uma exposição interativa Futurísticas (Figura 01), que faz parte do Prototipando Futuros, foi concebida para estudantes do ensino médio, com a finalidade de conscientizar sobre a ausência de gênero nas áreas STEM. A mostra, organizada como um “provótipo”⁶ - um protótipo criado para gerar debates - expôs

5 Acrônimo de ciência, tecnologia, engenharia, artes e matemática, em inglês.

6 Um provótipo, no âmbito do design participativo, refere-se a uma materialização provisória, que pode ser um objeto, um jogo, uma ferramenta, para provocar a conversação social. É um protótipo com o sentido de provocar. Para Morgensen (1992), um provótipo tem como

informações sobre a desigualdade de gênero e homenageou mulheres que se destacaram em campos tecnológicos. Adicionalmente, por meio de jogos e atividades interativas, a audiência foi instigada a visualizar futuros nos quais se busca a igualdade de gênero.

Figura 01: Exposição futurística



Fonte: NIDA-UFMA.

Após este momento, foi iniciado um processo de cocriação de um jogo com as estudantes do ensino médio do COLUN, com o intuito de informar sobre as áreas tecnológicas, as mulheres de referências nas carreiras, e sobre os desafios e conquistas nesta área ainda neste período, quando as meninas estão escolhendo suas carreiras. O jogo foi construído, portanto, a partir destas múltiplas experiências e, com isso, representa uma ferramenta extremamente situada para outras estudantes da mesma faixa etária, no intuito de comunicar alcances, desafios e conquistas de mulheres nas áreas STEM (Figura 02). Por meio do design participativo, o Prototipando Futuros evidenciou a capacidade do design em fomentar debates críticos e soluções inovadoras para questões de gênero. Portanto, o projeto destacou o papel do design como catalisador para mudanças sociais e culturais.

objetivo promover a investigação e análise através da prática e, a partir daí, desenvolver novas práticas, soluções com o objetivo de gerar discussões e testar possibilidades, mas sem a intenção de ser um protótipo finalizado.

Figura 02: Processo de cocriação do jogo Futurísticas e testes de jogabilidade



Fonte: NIDA-UFMA.

Assim, movidas pelos diálogos e descobertas apreendidas com as estudantes que vivenciam a universidade a partir de outras posicionalidades, iniciamos o projeto *Gender Hubs*, que segue a mesma abordagem de envolvimento e colaboração do Prototipando Futuros, sendo uma iniciativa mais abrangente, focada na criação de políticas institucionais de igualdade de gênero em cinco universidades latino-americanas, incluindo a UFMA como coordenadora. O *Gender Hubs*, apoiado pelo Edital Universal do CNPq (2024-2026), tem como objetivo identificar questões de gênero e impulsionar transformações institucionais através da cocriação e desenvolvimento de produtos como aplicativos, campanhas de educação e sistemas de comunicação.

Ao utilizar a metodologia de pesquisa-ação, o *Gender Hubs* se fundamenta nas vivências compartilhadas de estudantes, docentes e profissionais das instituições de ensino superior envolvidas. Da mesma forma que realizamos no Prototipando Futuros, a cocriação desempenha um papel crucial, assegurando que as soluções sugeridas correspondam às demandas e circunstâncias locais. Portanto, o design não é somente um instrumento de criação, mas também de mudança institucional e cultural, impulsionando transformações de médio e longo prazo, possibilitando a construção de políticas institucionais que advenham de uma experiência vivida no campus, cotidianamente.

A relação entre os projetos Prototipando Futuros e o *Gender Hubs* é de continuidade, e certamente de ampliação do escopo, em promover a igualdade de gênero por meio do design. Enquanto o primeiro se concentrou na elaboração de futuros especulativos para incentivar a

continuidade das mulheres nas áreas STEM, o *Gender Hubs* expande essa estratégia, utilizando os aprendizados para formular políticas que possam ser replicadas em várias universidades. Assim, ambos os projetos colaboram para assegurar que a igualdade de gênero se torne uma realidade cada vez mais presente nas instituições de ensino superior.

ETAPAS INICIAIS DO GENDER HUBS: *WORKSHOPS* DE MAPEAMENTO DO LUGAR E SUAS RELAÇÕES

Após as reuniões iniciais com as IES parceiras do projeto, recebemos na UFMA a pesquisadora argentina Griselda Flesler (UBA), pioneira nos estudos e ensino de Design e Gênero na América Latina. A partir de suas pesquisas que colocam em xeque a neutralidade do cânone do Design moderno, a pesquisadora propôs a realização de um *workshop* intitulado “*Cuerpos y Afectos en el espacio universitario*”. A atividade, realizada nos dias 10 e 12 de junho de 2024, teve como principal objetivo mapear o prédio do Centro de Ciências Exatas e Tecnológicas (CCET) e seus arredores, identificando como o espaço afetava subjetivamente cada participante. A metodologia foi apresentada por Flesler (Flesler e Spatarro, 2024), sobre a pesquisa desenvolvida na UBA no sentido de mapear e identificar os afetos provocados por eles. No primeiro dia de *workshop*, foram introduzidos aos conceitos de design, gênero e relações de poder, preparando-os para a atividade de campo. No segundo dia, os participantes realizaram um mapeamento subjetivo do prédio do CCET, registrando os locais que despertavam em cada uma das emoções e sensações individuais, ou não.

Flesler propôs uma metodologia para analisar os espaços sob a lente das Ciências Sociais. Segundo a autora, os espaços são construídos socialmente e carregam em si memórias e relações que moldam as identidades e os significados atribuídos aos lugares (Flesler e Spatarro, 2024). Tal pensamento, provém de uma corrente da antropologia que explora a relação entre afetos e corporeidade, essa antropologia de afetos entende a inevitável reação que as interações entre humanos, ambientes e outros seres causa em nossos corpos, sendo ele, o principal meio por onde a subjetividade pode ser sentida, nesse sentido segundo Hardt (2007) afirma que os afetos se referem tanto ao corpo quanto à mente e estão em uma constante relação de causalidade, pertencendo a ambos os lados da relação causal, em outras palavras os afetos iluminam tanto nosso poder de afetar o mundo ao nosso redor quanto o de sermos afetados por ele. Portanto, seria possível pensar o espaço de for-

ma que considerasse a sua capacidade de despertar sensações e provocar discussões em nível subjetivo, a partir de como ele afeta individual, ou coletivamente os seres que o habitam. Seguindo esse pensamento, Flesler destacou que dar sentido a um lugar envolve compreender as memórias e relações sociais que formam sua identidade, a qual é constantemente construída e reconstruída.

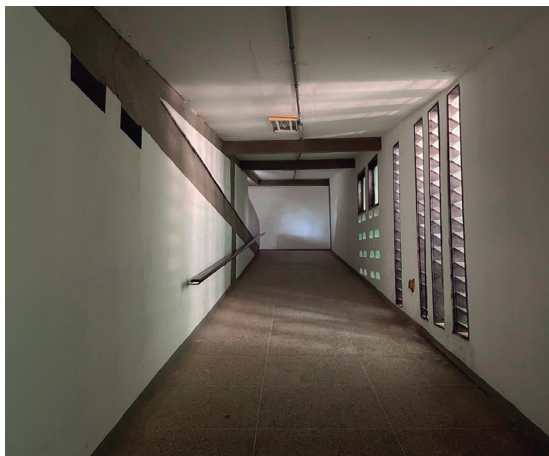
No início do segundo dia, dedicado ao mapeamento prático, Flesler apresentou aos participantes os conceitos de topofilia e topofobia. A topofilia se refere às sensações positivas e agradáveis associadas a um lugar. Nesse sentido, nas palavras de Tuan (2012, p. 107) “topofilia é um neologismo, útil quando pode ser definida em sentido amplo, incluindo todos os laços afetivos dos seres humanos com o meio ambiente material. Estes diferem profundamente em ‘intensidade, sutileza e modo de expressão”.

Em viés oposto, aciona-se o conceito de topofobia, na visão de Relph (1976), que se refere à aversão ou ao medo de lugares e inclui todas as reações emocionais negativas que as pessoas têm a espaços, lugares e paisagens que consideram desagradáveis ou assustadores. Esses conceitos serviram como guias para os participantes e categorias de análise, auxiliando-nos a identificar e registrar as emoções e sensações despertadas pelos diferentes espaços do prédio.

Após a apresentação dos conceitos, os participantes tiveram uma hora para a realização dos registros fotográficos e, após, retornaram para a sala do *workshop*, onde as fotos foram coletivamente identificadas e separadas nas categorias de topofobia, e topofilia. Cada participante teve a oportunidade de falar sobre os seus registros e experiências para fazerem delas seus exemplos. Essa dinâmica de analisar as imagens que refletiam as experiências de cada um, possibilitou o debate sobre pautas diversas que existem dentro do espaço universitário.

Durante a apresentação das imagens sobre topofobia, foi possível observar o que de fato causava desconforto dentro do campus, relatos sobre insegurança e falta de acessibilidade foram comuns. És estudantes identificaram essas sensações relacionadas aos espaços de diferentes formas, desde uma rampa de difícil acesso (Figura 03), até uma área com iluminação deficiente.

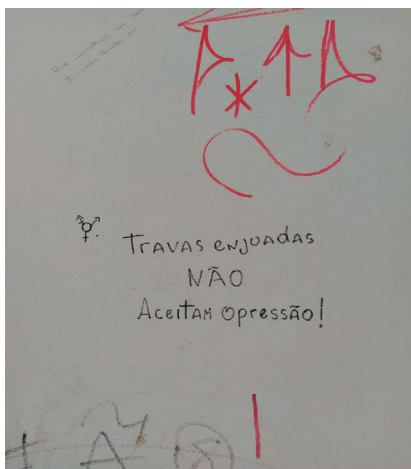
Figura 03: Rampa de difícil acesso e deserta



Fonte: Participante do workshop.

Por outro lado, durante a apresentação das imagens de topofilia, foi possível observar como espaços mais vivos trazem sensações positivas, associadas a locais seguros, arborizados e com manifestações artísticas como o grafite (Figura 04), que é tão presente nas paredes dos prédios da UFMA, que provocam reflexões sobre questões políticas, identitárias e sociais, mensagens de uma carga viva, que instigam e afetam.

Figura 04: Grafite nas paredes da UFMA.



Fonte: Participante do workshop.

A dinâmica permitiu, por meio das imagens e das falas de cada participante sobre seus mapeamentos de topofilia e topofobia, que fossem identificadas semelhanças ou divergências nas narrativas e locais escolhidos entre participantes. Durante o processo, as reflexões, concordâncias e divergências sobre os espaços e afetos foram compartilhadas, e as situações de opressão, violência, instabilidade emocional e problemas de uso do espaço foram emergindo nas conversas. Ambientes positivos podem ser lidos assim por mais de uma pessoa, assim como um mesmo ambiente pode evocar sentimentos contrários, manifestando medo, repulsa para uma pessoa, uma memória boa, feliz, para outra.

Este *workshop* proporcionou a aproximação situada com o ambiente da universidade e as pessoas que o vivenciam, cada uma a sua maneira, e vem se constituindo como um experimento fundamental para o mapeamento de sentimentos, dificuldades, violências e opressões, mas também de situações positivas de pertencimento e inclusão. Deste modo, iremos realizar uma edição em cada prédio da UFMA com o intuito de cartografar essas sensações e vivências. No intuito de prototipar políticas institucionais de forma situada, por meio do design participativo, essas jornadas pelo ambiente vivido são fundamentais para que ações políticas aconteçam de baixo para cima, conforme orientam-se as abordagens de inovação social para práticas democráticas (Izídio, 2022).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O percurso percorrido pelo NIDA até aqui permitiu a pesquisadores estabelecer suas práticas de pesquisa, ação em campo, ensino de design em um estreitamento com os estudos de gênero. Não em um sentido contínuo ou progressivo (como é construída a ideia de desenvolvimento), mas em uma descoberta a partir da prática e das relações que foram estabelecidas no próprio percurso.

O estabelecimento do *Gender Hubs* é uma forma de darmos mais um passo na contribuição para o campo do design no que diz respeito aos estudos de gênero, mas também uma forma de responder às demandas de uma comunidade acadêmica vulnerabilizada, que experiência em sua formação opressões diversas.

Este estudo e o projeto em curso podem acionar caminhos para mitigar a lacuna de gênero na Universidade, promovendo a possibilidade de maior permanência desta comunidade na IES, fomentando o debate sobre estas opressões e cocriando através da prática e da vivência

das pessoas uma Universidade mais plural e preparada para lidar com as demandas de uma comunidade diversa.

REFERÊNCIAS

ABOUD, Camila de Pádua. Colaboração e correspondências: o design participativo no complexo de valores da renda de bilro na Raposa – MA. Dissertação de mestrado – Programa de Pós-Graduação em Design, Universidade Federal do Maranhão. São Luís, 2019. 158 p.

ALMEIRA, Ana Julia Melo: Gênero como modo de leitura para a história do design. In: ALMEIDA, Ana Julia Melo; FLESLER, Griselda; SANTOS, Maria Cecilia Loschiavo; NORONHA, Raquel. Design e gênero: experiências coletivas de ensino. São Luís: EDUFMA, 2024. Capítulo 4: p. 34-61.

ATTFIELD, Judy. Form/female follows function/male: feminist critiques of design. In WALKER, J. (Ed.). Design History and the History of Design. Londres: Pluto, 1989 (p. 199-225).

BORGES, Adélia. Design + Artesanato. O caminho brasileiro. São Paulo: Terceiro nome, 2011.

DURÁN, V.; FLESLER, G. De visibilizaciones, esencialismos y contingencias: aportes de los estudios de género al campo del diseño. Anales del Instituto de Arte Americano e Investigaciones Estéticas “Mario J. Buschiazso”. 51(1), 2021. Disponível em: <https://www.iaa.fadu.uba.ar/anales/anales51-1/v51n1a07.htm>.

ESCOBAR, A. Autonomía y diseño. La realización de lo comunal. Popayán: Universidad del Cauca. Sello Editorial, 2016. 281p.

FEDERICI, Silvia. O ponto zero da revolução: trabalho doméstico, reprodução e luta feminista. São Paulo: Elefante, 2019.

FLESLER, Griselda; SPATARO, Carolina. A campus far removed: affect, genders, and space at Argentina’s largest public university. Gender & Development, Volume 32 Issue 1&2

March-July 2024, 353–377.

FÓRUM ECONÔMICO MUNDIAL. Empoderamento de mulheres. Avaliação das disparidades globais de gênero. Genebra, 2014.

HARDT, Michael. Foreword: What affects are good for. In: CLOUGH,

Patricia Ticineto; HALLEY, Jean (Orgs.). The affective turn: Theorizing the social. Durham: Duke University Press, 2007. p. ix-xiv. Disponível em: <https://doi.org/10.2307/j.ctv11316pw.4>.

LEVRANT DE BRETTEVILLE, S. (2001) [1976]. Algunos aspectos del diseño desde la perspectiva de una diseñadora. Em: M. Bierut (comp.). Fundamentos del Diseño Gráfico Buenos Aires: Ediciones Infinito (pp. 287-295).

LIMA, Márcio Soares. O avesso: alcances e limites da consultoria em design na Associação de Mulheres da Agulha Criativa, em São João dos Patos-MA. Dissertação de mestrado – Programa de Pós-Graduação em Design, Universidade Federal do Maranhão. São Luís, 2018. 158 p.

LIMA, Ricardo Gomes. Objetos: percursos e escritas culturais. São Paulo: Museu do Folclore de São José dos Campos, Fundação Cultural Cassiano Ricardo, 2010.

IZIDIO, Luiz Lagares “Design e democracia: análise metodológica para uma prática democrática de design participativo”, p. 4940-4956. In: Anais do 14º Congresso Brasileiro de Pesquisa e Desenvolvimento em Design. São Paulo: Blucher, 2022.

LAURETIS, Teresa de. “A Tecnologia de Gênero”. Tradução de Suzana Funck. In HOLLANDA, Heloísa Buarque de (org.). Tendências e Impasses: o feminismo como crítica da cultura. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.

NORONHA, Raquel. Narrativas em design e gênero: crítica e especulação para futuros possíveis. In ALMEIDA, Ana Julia Melo; FLESLER, Griselda; SANTOS, Maria Cecilia Loschiavo; NORONHA, Raquel. Design e gênero: experiências coletivas de ensino. São Luís: EDUFMA, 2024. Capítulo 4; p. 92-127.

NORONHA, R. G.; FARIAS, L. G. D.; PORTELA, R. L. Design, craftwork and participation: reflections for the productive autonomy of women in Maranhão. DAT Journal, [S. l.], v. 7, n. 4, p. 124–143, 2022. DOI: 10.29147/datjournal.v7i4.642.

NORONHA, R. G.; ARAÚJO, M. G. L. Codesign e empoderamento: a produção de jogos com as quebradeiras de coco e seus rebentos em São Caetano, Maranhão. Revista Conexão, UEPG, v.15, p.17 - 24, 2019.

NORONHA, R. G.; GUIMARÃES, M. S. Craft production and design as women’s emancipation instruments. Strategic design research jour-

nal, v.10, p.114 - 118, 2017.

NORONHA, Raquel. Dos quintais às prateleiras: as imagens quilombolas e a produção da louça em Itamatatua – Alcântara – Maranhão. 289f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais. Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015.

NORONHA, Raquel (org.). Identidade é valor: as cadeias produtivas do artesanato de Alcântara. EDUFMA. São Luís: 2011.

PORTELA, Raiama Lima. Correspondências por meio de ferramentas de design: artesanato e empoderamento (ou aprisionamento?). 133f. Dissertação – Mestrado em Design. Programa de Pós-Graduação em Design – Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2018.

RELPH, Edward. Place and Placelessness (Research in Planning and Design). London: SAGE, 1976.

SOUSA, Ferdinan; NORONHA, Raquel. Tangibilizando Imaginários: Cocriando Identidades Visuais Com Grupos Produtivos de Economia Solidária. Educação Gráfica, Brasil, Bauru.. V. 25, No. 1. Abril de 2021. Pp. 294 - 313.

TUAN, Yi-Fu. Topofilia: um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente. (Tradução de Livia de Oliveira). Londrina: Eduel, 2012.

MANDE NOTÍCIAS DO MUNDO DE LÁ: UMA HISTÓRIA DE REFÚGIO E IMIGRAÇÃO PALESTINA-SÍRIA, EGITO E BRASIL

Clarice Costa Pinheiro¹
Letícia Ribeiro Carvalho²

Durante os últimos vinte anos assistimos inúmeras transformações nos fluxos de mobilidade, imigração e solicitação de refúgio ao redor do globo. A perseguição relacionada à etnia, religião, questões de gênero e sexualidade, violação de direitos humanos, aos conflitos armados e guerras geraram o deslocamento de milhões de pessoas no mundo todo e, em consequência disso, sua busca por refúgio.

De acordo com dados fornecidos pelo relatório anual do OBMi-gra, o Observatório Internacional das Migrações, um convênio de cooperação entre o Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJSP) – por meio do Conselho Nacional de Imigração (CNIg) – e a Universidade de Brasília (UnB), entre 2011 até 2019, 239.706 pessoas solicitaram o reconhecimento de refúgio no Brasil. Dessas, 89.852 eram mulheres (37,48%) e 148.699 homens (62%).

Muitas são as histórias de migração contadas no Brasil, mas quantas dessas histórias colocam luz sobre as mulheres e suas memórias? Importante pensar que as mulheres deixaram poucos vestígios de suas histórias, poucas são aquelas que conseguiram romper com o silenciamento imposto por séculos e vencer o pudor em relação a contar a própria vida, sempre considerada como sem interesse ou de menor valor para a história (Perrot, 2005).

Não só a história oral, mas também o estudo da memória são instrumentos usados para subverter essa realidade de tantos apagamentos na qual a trajetória de vida das mulheres passa despercebida. Foi por meio da História das Mulheres e sua integração à uma história de gênero que as mulheres puderam falar por si mesmas através de suas narrativas de História Oral.

1 Prof^a. Dr^a. do Bacharelado em Estudos de Gênero e Diversidade e do Programa de Pós-Graduação em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismo da UFBA.

2 Pós-graduanda do Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismo da UFBA.

Todas participamos desse processo de reconstrução do passado, uma vez que todas nós colecionamos versões descritivas do que nos aconteceu representadas através de diferentes linguagens. Assim, mais do que objeto de estudo de diversos campos das ciências, a memória é um tema recorrente no nosso cotidiano.

Mas de que memória estamos falando? Quais recortes sociais se entrelaçam na memória individual de uma migrante refugiada de origem sírio-palestina que nasceu na terceira maior cidade da Síria, Homs, situada na província síria homônima, em 1981? Oadira³ chegou ao Brasil vinda do Egito e solicitou refúgio. Chegou carregando o filho pequeno e acompanhada do marido. Veio com seu pequeno núcleo familiar, assim como seu pai que chegou na Síria como refugiado vindo de Haifa à ocasião da grande tragédia, a Nakba, aos seis anos de idade, em 1948. No ano de 48, quando todo mundo saiu da Palestina, eles saíram por algum tempo, achando que iam voltar logo e nunca voltaram mais.

Segundo Teresa Kleba Lisboa (2006), as teorias sobre migração focavam no homem como o “provedor da família”, de modo que os estudos sobre migrações ignoravam as mulheres e seus papéis multidimensionais nas famílias, enxergando-as como dependentes dos homens. A autora destaca a importância de considerarmos a perspectiva de engendramento das migrações, levando em conta os fatores que estimulam a migração, pois quando comparadas, as motivações de homens e mulheres são muito diferentes e, em consequência disso, as mulheres são mais penalizadas. Como afirma Rocha-Coutinho (2006), gênero é decisivo na ordem social e institucional, além de fundamental para a identidade individual, assim, tanto as diferenças socialmente estabelecidas quanto às desigualdades de gênero não devem ser ignoradas.

Tão forte quanto o androcentrismo nos estudos de migração é a visão etnocêntrica acerca do “Oriente”: o exotismo do homem selvagem, primitivo, de caráter corrupto e da mulher submissa e, paradoxalmente, sexualmente disponível. Este recorte imagético é parte fundamental do empenho do imperialismo, do colonialismo e, por fim, do orientalismo em definir o “outro”, em se sentir responsável por “moldar” territórios e povos, a elevá-los à condição de “civilizados” ou mesmo aos ideais de civilização definidos pelos colonizadores. Além de invadir territórios como se estas não fossem algumas das terras continuamente habitadas a mais tempo neste planeta, a criação do Orientalismo pela dominação

³ Esta pesquisa preserva o direito ao anonimato das entrevistadas. Assim, escolhi um nome de origem árabe para a entrevistada e recebi a aprovação dela. Segundo sites de nomes para bebês, Oadira significa “poderosa”.

colonial penetra nosso imaginário acerca dos “orientais”. A força e a extensão dessa dominação são perceptíveis na supressão e generalização da diversidade presente nos continentes asiático e africano e na pasteurização das imagens e discursos que são produzidos sobre esses povos, suas culturas e territórios geográficos.

Para falar do território geográfico de onde Oadira nasceu e viveu até a vinda para o Brasil, é preciso recorrer a Edward Said, em seu clássico livro *Orientalismo: o Oriente como invenção do Ocidente*, de 1978, em que ele assevera que o Oriente não é entendido apenas como um território, um espaço geográfico, senão como uma geografia imaginativa desenvolvida por estadunidenses, franceses e ingleses, que representa o oriental – essa existência não plural – como o inferior, o que precisa ser dominado. Um conceito usado em situações diversas que, contudo, se retroalimentam: a produção escrita sobre o Oriente, o conceito que distingue entre o Ocidente e o Oriente e as instituições que estão “autorizadas” a lidar com o Oriente (Said, 1996).

De modo que se esses povos são entendidos como inferiores, como se apiedar diante do seu sofrimento? Como se comover com o derramamento de sangue nesses territórios promovidos por guerras financiadas pelas sociedades ocidentais estadunidense-europeias? O que faz com que cenas tão aterradoras quanto o naufrágio de pseudo-embarcações abarrotadas de gente não comova com a mesma intensidade do que outras imagens de desastres de outras origens? Em resumo, quais vidas são merecedoras do luto público? Esse é o questionamento esmiuçado por Judith Butler (2018) ao pontuar que certos recortes ou formas de enxergar também podem ser pensados como formas de enquadrar determinadas vidas como humanas e, portanto, passíveis de luto, enquanto outras vidas não são assim reconhecidas e, por consequência disso, não são capazes de gerar comoção suficiente para o enlutamento mesmo perdidas no enfrentamento das zonas de conflito ou naufragando em sua fuga da guerra.

Butler (2018, p. 15) questiona nossa ontologia corporal quanto à precariedade, vulnerabilidade, dor, pertencimento social, interdependência e linguagem, relacionando o enquadramento e o luto como parte dessa estratégia na qual o ‘ser’ do corpo com o qual essa ontologia se relaciona está sempre à mercê dos outros, das normas, das organizações sociais e políticas que, historicamente, se desenvolveram com o intuito de maximizar a precariedade para alguns e minimizar a precariedade para outros.

Todas as pessoas estão sob o jugo da precariedade, mas há casos em que a arbitrariedade potencializa a precariedade da existência

de certos seres. É justo por não existirem corpos “invulneráveis”, mas por de forma individual todo corpo estar acuado pela vulnerabilidade, em risco de ser eliminado, ameaçado por outros corpos que também são, por definição, igualmente precários, que produzem-se formas de dominação para as quais há corpos que não importam, corpos abjetos (Butler, 2018, p. 53), dessa forma, há diversos “sujeitos” que não são exatamente reconhecíveis como sujeitos e há “vidas” que dificilmente – ou, melhor dizendo, nunca – são reconhecidas como vidas (Butler, 2018, p. 19). Como pudemos acompanhar nos últimos anos, há guerras que comovem e há as imensas violências cometidas contra os palestinos em Gaza. Segundo a ONU, de outubro de 2023 a fevereiro de 2024, uns números maiores de crianças foram mortas em Gaza do que em todas as guerras ao redor do mundo entre 2019 e 2022.

O enquadramento não é estático, pois produz rompimentos para manter-se operante, como no caso dos quadros de guerra, que manejam a precariedade e impulsionam (ou não) a comoção alheia, há casos em que algumas vidas têm sua condição precária maximizada e, em outras situações, minimizadas. Esse “paradoxo” da precariedade que atravessa a existência é também o que possibilita a assunção de compromissos políticos que intencionam minimizar a precariedade, tornar a vida “vível”.

Antes de ser imigrante no Brasil, Oadira levava uma vida tranquila na Síria, onde nasceu e recebeu os papéis de refugiada palestina, região que nunca nem mesmo visitou, pois de acordo com ela: *lá não é como aqui, no Brasil; lá, a gente fica com a nacionalidade da nossa família, dos nossos, é sangue mesmo*. Ela diz que em relação à ser refugiado na Síria, havia pequenas diferenças burocráticas, como a quantidade de imóveis que podiam adquirir, mas não sentia muita diferença no tratamento: *Em todos os países árabes com comunidade palestina é assim. Nasce com a nacionalidade palestina. Na verdade, sem papel. Não dá pra viajar, a maioria dos países não aceitam... um lado do sofrimento do povo palestino essa coisa [...] Lá na Síria você não percebe, vive como síria, mesmo. Todos os direitos. É um país árabe com a mesma língua, a mesma cultura, a comida é parecida. Eu nasci num país árabe que é vizinho do país-pátria, então... a única coisa é que o povo palestino ensina seus filhos que tem um país que se chama Palestina, o amor, a luta, os direitos, o direito de voltar, para não esquecer, não deixar, entendeu? Mas estudo, trabalho, casa, projetos, têm poucas coisas assim que são diferentes. [...] A vida geral de estudar, trabalhar, ter emprego, tudo igual. Mas os país palestinos sempre falam sobre a*

origem, contam que tem uma terra pros filhos saberem a história [...] Cresci, estudei, trabalhei, me casei... até que a guerra começou em 2012.

Próximo a esse período do início da guerra na Síria, Oadira casou-se com um egípcio-palestino que vivia na Síria. No ano em que se casou, ela se mudou de Homs para Damasco, a capital do país. De repente, a situação da guerra se agravou e eles tiveram que entregar o imóvel em que moravam. Ela, que estava grávida do primeiro filho, teve que ficar na casa de uma amiga, enquanto o marido passou a morar no escritório da empresa em que trabalhava. Quando chegou o momento de dar a luz ao seu filho, ela decidiu voltar para a casa de sua família, em Homs. Eram crescentes as dificuldades e as preocupações com o processo de identificação de seu marido nos muitos checkpoints da cidade:

Estava muito difícil para os homens, principalmente. A movimentação deles na cidade, aqueles pontos de checkpoint em que pediam a documentação, viam o nome, aquela burocracia de qualquer pessoa que ele não gostou, ele pode levar e nunca mais voltar, assim como aconteceu com meus dois primos, meu tio, primos do meu pai sumiram assim. Então, ficou muito difícil, muito perigoso e quando ele conseguiu um contrato de trabalho lá [no Egito], falei para ele 'vai' porque a gente estava fora da nossa casa – aquela que a gente tinha alugado após casarmos, ficamos seis meses só.

Oadira acabou ficando por um ano e seis meses com o filho na casa dos pais, pois com a mudança no governo do Egito, o país parou de emitir vistos para os sírios e ela ficou impossibilitada de ir ao encontro do marido. Após tanto tempo distante do marido, que ainda não conhecia seu primeiro filho, ela decidiu encarar um voo até o Cairo, mesmo sem o visto necessário para entrar no país. Ao chegar no aeroporto, Oadira teve que encarar seis horas de tensão e espera. O marido conseguiu pagar um funcionário do aeroporto para entregar um telefone a ela enquanto aguardava a decisão dos funcionários do aeroporto.

Durante a guerra, o pai de Oadira foi alvejado por uma bala perdida dentro de casa. O projétil ficou alojado na coluna e os médicos não conseguiram removê-lo, mesmo após duas cirurgias. Oadira acredita que estar na casa de seus pais com seu filho foi o que levou seu pai a resistir por mais tempo. Para ela, não há outra explicação para que ele suportasse tanta dor. Pouco tempo depois de sua despedida, um mês após sua chegada ao Egito, ele faleceu. Sua mãe ficou sozinha na Síria, pois os filhos estavam todos morando em outros países. Uma irmã de

Oadira casou-se e vive na Jordânia, a caçula estava na Turquia e o irmão na Malásia. Foi o irmão de Oadira quem sugeriu que eles tentassem vir para o Brasil numa ligação telefônica em que ela desabafava sobre a angústia que estavam vivendo após o marido ser demitido da plataforma de streaming para a qual trabalhava no Egito. O marido dela ouviu a conversa e se empolgou com a possibilidade, embora eles não conhecessem ninguém no país.

Assim, decidiram ir à Embaixada brasileira no Cairo. Em quatro dias, o visto online da família estava pronto e já podiam comprar suas passagens. Ela diz que se tivessem pensado muito, não teriam se mudado sem dinheiro para recomeçar em um país do outro lado do mundo, onde não conheciam ninguém. No entanto, ir para a Europa estava fora de cogitação. Além de custoso – mais de 20 mil dólares –, ela considerava muito perigoso, impossível viajar com uma criança de colo para o continente. *Você pode arriscar a sua própria vida, mas quando é responsável por outra vida, não dá para arriscar assim.*

Após 24 horas em trânsito para o Brasil, enfim, estavam em solo brasileiro, mas não sabiam para onde ir. Ao chegarem no aeroporto de Guarulhos, Oadira conta ter sido recebida pela funcionária com um “bem-vinda”, que, sem falar português, ela ainda não sabia o que significava. Preocupada se poderia mesmo entrar no país, queria confirmar se estava liberada, mas conta entre risos que o marido dizia para ela seguir em frente sem perguntar duas vezes. Os dois falavam inglês, além de árabe, mas dizem que isso não os ajudou nem no aeroporto, nem na polícia federal, nem no banco. *Muito esquisito, mesmo. E o mais engraçado é que agora que a gente fala português, encontramos pessoas que falam inglês todo dia!*, diz rindo. Então, só podiam contar com aplicativos para se comunicarem e foi através deles que pediram a um taxista que os levasse para um hotel no Centro de São Paulo. O taxista os deixou num hotel na região da República, onde demoraram mais vinte minutos no aplicativo de tradução tentando reservar um quarto e elucidar dúvidas quanto ao valor que teriam que pagar para passarem dez dias nesse hotel. Era 17 de março de 2015. Em menos de um mês, o primogênito e então único filho dos dois completaria 2 anos. Oadira demorou três dias para se acostumar com os dias que viraram noites no fuso horário brasileiro. E ela considerava estar começando sua vida aqui *não do zero, mas abaixo do zero.*

Quando conheci meu marido, ele nunca me ouviu cantando. A guerra estava no começo, em Daraa. Nem em Homs, nem em Damasco ainda, mas logo ficaram destruídas. Oadira sente que a guerra tirou a

oportunidade de curtir mais tempo de namoro, *tempo de casal* com o marido. Oadira se casou aos 30 anos de idade e logo quis engravidar por causa da idade, *fiquei com medo de esperar, ficar com problema*, além da influência de sua diferença de idade para sua mãe, 18 anos, é como [se fosse] *minha irmã*. [...] *Entre a minha irmã e eu são 15 anos, minha mãe demorou*. Oadira acha que a diferença de idade influencia no tipo de relacionamento que cada uma tem com a mãe: *eu cuidei dela e entendo. Fica mais próximo*. Oadira diz que se planejou para curtir a vida e passear antes dos 30 anos, mas que depois dessa idade gostaria de estar casada para ter filhos: *Só que nunca pensei que vai ter guerra e a nossa vida vai mudar totalmente*. Por isso, após se casarem, se mudaram para Damasco, onde não achavam que a guerra chegaria. Ela diz que ficou em uma luta interna até o último minuto, querendo acreditar que a guerra logo acabaria e que não se prolongaria como em outros países da região que estavam vivendo a então chamada Primavera Árabe. *Achei que a Síria fosse ser mais inteligente*.

A gravidez do segundo filho no Brasil não foi planejada. *Quando eu descobri, eu fui pro Posto de Saúde pra fazer o cadastro*. Sem falar português, ela juntou a documentação necessária e decorou a frase “*Tô grávida. Quero cadastrar*”. Ela conta que ao chegar, a recepcionista do posto pediu o *comprovante de residência*. *Eu fiquei “Hã”?*, ela ri. *Abri a bolsa e mostrei pra ela o que tinha*. A recepcionista insistiu no comprovante. *Ela nem tentou mudar a palavra. Se ela falasse uma fatu- ra... porque fatura mesmo é uma palavra que eu uso. Energia, internet, eu vou saber [...] Saí de lá sem fazer, sentei na calçada e comecei a chorar. Falei “o que eu tô fazendo aqui? O que a vida tá fazendo comigo?”*. Ela descreve como um momento de desespero, relata que foi sozinha, que estava grávida, cansada. Mais tarde, decidiu contar a experiência para uma amiga que mora em São Paulo há 30 anos, *casada, com filhos, quase esqueceu o árabe, mas ela disse que ia comigo [...]* *ela me ajudou nessa época, nunca consegui ir sozinha*.

O parto do segundo filho aconteceu em um hospital da Zona Leste de São Paulo. Sua mãe que, como ela, também não falava português, já havia chegado e foi sua acompanhante. Ela conta que fez uma cesárea e passou 3 dias no hospital *como [se fosse] burra* por não entender o que as outras mulheres falavam. É diferente, muito diferente. Marca aqui. Não sai.

Oadira conta que quando os filhos ficavam doentes e precisava levá-los ao posto ou hospital, não conseguia entender as enfermeiras, *eu só falava “cura”*.

As barreiras linguísticas e culturais não são um fenômeno recente na experiência da migração. Menos ainda em um município historicamente ligado à mobilidade como São Paulo, que no início do século passado, recebeu um número expressivo de imigrantes, resultando em aglomerações no desembarque no porto de Santos e na Hospedaria do Imigrante, o que, segundo Telarolli (1996), teve consequências epidemiológicas e sanitárias. Assim, deve ser do interesse do Estado desenvolver planos e ações de promoção de saúde para apresentar e facilitar o acesso ao SUS pelas migrantes.

De acordo com a pesquisa sobre o processo participativo para a definição das ações de saúde para imigrantes e refugiados no Município de São Paulo, dificuldades são comuns no atendimento à população síria (Padilha et al.). A pesquisa refere que fatores como barreiras linguísticas e culturais, xenofobia, falta de documentação, emprego e habitação interferem no acesso aos serviços de promoção à saúde. Como podemos acompanhar no relato dela, as questões linguística e cultural foram duas barreiras na experiência de gestante de Oadira: primeiro, ao tentar fazer seu cartão do SUS; depois, no próprio parto de seu filho. Ainda assim, dados de pesquisas relacionadas ao atendimento das gestantes imigrantes e refugiadas concluem que o acesso gratuito a um sistema universal de saúde com o fornecimento de atenção Obstétrica e Neonatal, medicamentos e tratamento de saúde resultaram em aumento da taxa de natalidade entre imigrantes e refugiadas.

A cidade de São Paulo foi a primeira a possuir uma política municipal para imigrantes, a lei 16.478 foi instaurada em 2016 por meio de uma articulação entre a Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania da prefeitura de São Paulo para o acesso de imigrantes aos serviços públicos em igualdade de direitos com os cidadãos nascidos no país, além de fomentar a diversidade e facilitação na aquisição de documentos. O documento também prevê a formação de agentes para o trabalho continuado com a população migrante, inclusive a contratação de agentes imigrantes com a intenção de criar uma estrutura de acolhimento e proteção por meio do poder público. Além disso, São Paulo possui os Centros de Referência e Atendimento para Imigrantes (CRAI), mantidos pelo poder público municipal para a inclusão social dos imigrantes, independentemente da situação documental dos imigrantes.

Muito tem se falado sobre saúde mental, inclusive podemos observar mudanças comportamentais ativas na busca por ajuda e na preocupação dos brasileiros com saúde mental que triplicou entre 2018 e

2022, conforme divulgado pela pesquisa chamada Global Health Service Monitor, realizada pela empresa Ipsos em 34 países espalhados por todos os continentes do mundo. Portanto, não é de se espantar que a saúde mental durante a gestação seja um tema comum de pesquisa e do cotidiano, já que é comum ouvir recomendações para que grávidas não experienciem “fortes emoções” ou eventos trágicos com a intenção de poupar qualquer influência na antecipação do parto ou até mesmo no desenvolvimento fetal. Mulheres em busca de asilo estão fugindo de conflitos e situações de violência diversas, que podem ter acarretado em saúde precária antes da concepção e dificuldade de acesso aos cuidados pré-natais necessários, além de correrem risco de depressão perinatal por conta de estressores experimentados antes, durante e após a migração (Fellmeth et al., 2021). O atendimento adequado às refugiadas no período perinatal pode prevenir e evitar uma série de problemas maternos e neonatais, além de identificar e tratar condições maternas pré-existentes.

As gestantes residentes no Brasil também têm seus direitos relacionados à alimentação e nutrição, atenção humanizada no período gravídico-puerperal – com atendimento por meio do Sistema Único de Saúde (SUS) – e respaldados na lei brasileira.

Em 2016, o relatório da Cáritas de São Paulo em parceria com o ACNUR apresentava que o número de refugiadas grávidas havia crescido 57,2% em 2016, em comparação com o ano anterior. Em 2016, 173 mulheres grávidas foram atendidas no estado de São Paulo, outras 110 em 2015. Em 2013, somente 10.

Oadira está dentro dessas estatísticas de mulheres que deram à luz em 2016, quando teve seu segundo filho em São Paulo, em um hospital na Zona Leste da capital: *Ganhei o nenê aqui, no Belém. Um hospital aqui. A minha mãe estava aqui. Já havia chegado. Então, ela quem me ajudou.*

A mãe de Oadira havia recém-chegado ao Brasil e não falava português ou inglês. Questionada se já falava português, ela exclama: *Naquela época? Não!* e relata:

O sofrimento, querida. Assim, quando eu lembro... eu estava como burra. As mulheres todas falando o que eles querem, pedindo. A enfermeira falando, pedindo. O que eles querem a enfermeira fala comigo, me pergunta. Eu não sei como responder, eu não entendia. Não dava para deixar a pessoa o tempo todo comigo porque havia mais quatro, acho que cinco mulheres no mesmo quarto. Passou os três dias e eu fui para casa. Ela faz uns segundos de silêncio e prossegue: É diferente. Muito diferente. Muito.

Questionada se havia se sentido desrespeitada nesse processo, ela responde com firmeza: *Não. Não, o contrário disso. Outras mulheres me ajudam. Elas tentaram me mostrar o que fazer porque tinha que limpar o umbigo do bebê e eu não sabia como. Uma mulher me mostrou, pegou o álcool. Eu lembro. Nunca esqueço.* Ela continua explicando que essa mulher era uma das colegas de quarto, que também havia dado à luz e ao vê-la observando limpar o bebê, mesmo sem falar inglês, conseguiu mostrá-la como deveria fazê-lo. Apesar de refletir com certa melancolia que a experiência do parto brasileiro foi *muito diferente*. É preciso destacar que, apesar de parecer desconfortável com o relato da cirurgia cesárea em que apenas a enfermeira conseguia se comunicar um pouco em inglês, Oadira reafirma que se sentiu respeitada. Infelizmente, inúmeros estudos em diversos países comprovam que é bastante comum que as mulheres refugiadas encontrem barreiras linguísticas, diferenças culturais e dificuldade em conviver em sistemas sociais e de saúde diferentes dos quais estavam acostumadas nos seus países de origem, o que pode suscitar fragilidade nos cuidados com a saúde, atraso no início dos cuidados e menos consultas pré-natais. Quando comparadas à mulheres puérperas com origem no país de acolhimento, são observadas taxas mais altas de parto prematuro, bebês com baixo peso ao nascer, natimortos e mortalidade materna entre as mulheres refugiadas (Malebranche, Nerenberg, Metcalfe, Fabreau, 2017).

Oadira relata que começou a aprender português conforme foi trabalhando. Conta que nunca teve vergonha de falar, mesmo errando. E que alguns brasileiros corrigem e é bom, e tem quem corrige de uma maneira ruim, negativa. *Mas eu não fico quieta, eu falo “você pode me corrigir, mas assim?” Eu falo. Eu deixo ele com vergonha [...] Se eu não falar, eu não vou conseguir. Vou ficar na sombra.*

No primeiro dia do filho mais velho na creche, ninguém falava inglês e eles se comunicaram por meio do aplicativo tradutor. *Com o coração muito apertado, eu deixei ele e saí... e saí correndo para trás. Falei pra ela se ele falar a palavra “nunu”, ele quer fazer xixi. A única coisa que passou na minha cabeça.* Oadira conta que em uma semana, o filho já começou a aprender português, mas logo tiveram que se mudar para Santo Amaro, um bairro de São Paulo que a impressionou pela geografia acidentada. *Na Síria é tudo reto, saía de casa arrumada, maquiada, combinando a bolsa com o salto alto para andar horas,* ela ri. *Aqui, você vai para lutar na rua, é uma guerra,* ela ri com mais vontade ainda.

Oadira não trouxe nenhum desses saltos ou bolsas em sua mala. Quando saiu da Síria para o Egito, não imaginava que não voltaria tão

cedo, a mala levava as fraldas e roupas de bebê do filho primogênito. É uma hora e meia de voo. É como daqui [São Paulo] *no Rio, né?*, ela compara. *Se soubesse que não voltaria, não colocaria bolsa, roupa, brinquedo, colocaria a minha vida, as minhas memórias que mais valorizo. Deixei tudo. Uma vida inteira.* Mais tarde, ela conseguiu recuperar o alaúde do pai e a mãe dela trouxe roupinhas de bebê do filho mais para o nenê que ela esperava, *não tinha dinheiro.* Ela trouxe algumas fotos, mas ainda tem uma mala com mais de 5kg de fotografias em seu antigo apartamento na Síria, que apesar das paredes trincadas por causa dos impactos da guerra, está alugado e recebe a visita de uma prima dela de vez em quando.

Ela conta que a mãe tem vontade de voltar, mas que ela não tem mais ninguém lá, estão todos aqui: *[Se] eu vou, eu vou morrer de saudade, de falta da minha vida anterior. Pelo menos, estou aqui, estou lembrando aqueles dias bons. Se eu vou lá, acho que vou sofrer demais. Melhor não ir, guardar aquela imagem boa.*

Oadira começou a se apresentar em São Paulo cantando em árabe, mas logo aprendeu sua primeira música em português, Encontros e Despedidas, de Milton Nascimento. *O significado dela me tocou muito. Gosto muito dessa música. Sempre falo que ela fala sobre mim mesma, sobre todos nós.* E completa: *Principalmente, aquela última parte que fala “é a vida, esse é o meu lugar”, porque sempre tenho um problema com o meu lugar, com o lar, né? Porque como palestina que era na Síria, quando a guerra começou na Síria, percebi que podem se passar 100 anos e vou ficar como estrangeira para eles, que eu não sou síria.* Ela conta que com o início da guerra, ao dar sua opinião, ouviu que não poderia opinar por não ser síria e se chocou porque vivia há 30 anos pensando que era uma deles. Curioso que, provavelmente por confusão com sua língua de acolhimento, ela diz *pensava que eu tô uma deles*, confundindo os verbos ser e estar, a permanência e a impermanência. Então, ela reflete sobre ter nascido e vivido sua vida inteira na Síria e não ser *uma deles* e sobre nunca ter ido ao território palestino, mas traçando uma viagem imaginária, reconhece que não tem nada, nem ninguém lá e que ali também não seria considerada *uma deles*. *Então, eu sempre tenho esse problema: o que que é meu lugar, meu lar, minha terra, minha nacionalidade?* Para concluir: *Então, quando cheguei aqui, pensei “vou me descansar desse pensamento”. O meu país é onde estou agora.*

De acordo com Ella Shohat (2002), o sentido de não pertencimento, o sentido de ser de lugar algum é muito comum para imigrantes

vindos do Oriente Médio em que o processo de identificação perpassa muito mais pelo sangue, origem familiar, do que pelo local de nascimento propriamente dito.

Tenho RG, CPF, tudo. No papel, eu sou brasileira. Mas se eu subir num uber e falar, vou ouvir “ah, você não é daqui, você tem um sotaque, que bacana, que legal”... e tenho que contar essa história toda para o motorista. Refletir nesse relato de Oadira sobre o reconhecimento de seu sotaque é refletir também sobre a ideia de um “forasteiro familiar”, que segundo Escosteguy (2001) é expressa na experiência diaspórica pessoal de Stuart Hall. Construção entre presente e passado, a busca permanente por uma identidade implica tanta mobilidade quanto os deslocamentos espaciais e temporais da diáspora. Nesse sentido, a obra de Hall se aprofunda na investigação da construção de novas formas de identidade vinculada à memória e à afirmação da diferença. Portanto, como afirma a historiadora Michelle Perrot, a narrativa histórica tradicional está focada em fatos da cena pública onde os homens são centrais, como a política e a guerra, não deixando muito espaço para a memória das mulheres. Assim, são necessárias outras práticas de memória, uma memória do privado, uma memória que valoriza os relatos dos fatos que parecem banais, cotidianos, mas que remontam às histórias das famílias, tão relevantes para humanizar os dados estatísticos. Contações que, mais do que dados duros, nos relatam histórias de encontros e despedidas com a de Oadira.

REFERÊNCIAS

ASSIS, Gláucia de Oliveira. “Mulheres Migrantes No Passado e No Presente: Gênero, Redes Sociais e Migração Internacional.” *Estudos Feministas*, vol. 15, no. 3, 2007, pp. 745–72. JSTOR, <http://www.jstor.org/stable/24327612>. Acesso em 10 de março de 2023.

BAENINGER, R. DEMÉTRIO, N.B.; DOMENICONI, J. (Coords.) *Atlas Temático: Observatório das migrações em São Paulo e Observatório das Metrópoles - Migrações Internacionais: Macrometrópole Paulista, Regiões Metropolitanas e Regiões Administrativas*. Campinas. Núcleo de Estudos da População “Elza Berquó” Nepo/Unicamp, 2020.

BUTLER, J. *Quadro de Guerra: quando a vida é passível de luto?*. Rio de Janeiro, RJ: Civilização Brasileira, 2018.

BUTLER, J. *O alcance do luto*. Tradução de Carla Rodrigues e Sonia

Corrêa. Blog da Boitempo.

CASTRO, C.M., OLIVEIRA, R.C., CUSTÓDIO, M. Atenção ao parto de mulheres estrangeiras em uma maternidade pública de São Paulo. *Civitas: Revista de Ciências Sociais*, Porto Alegre, v. 15, p. 59-74, 2015.

CAVALCANTI, L; OLIVEIRA, T.; SILVA, B. G. Dados Consolidados da Imigração no Brasil 2021. Série Migrações. Observatório das Migrações Internacionais; Ministério da Justiça e Segurança Pública/ Conselho Nacional de Imigração e Coordenação Geral de Imigração Laboral. Brasília, DF: OBMigra, 2022. Disponível em: https://portal-deimigracao.mj.gov.br/images/Obmigra_2020/OBMigra_2022/DADOS_CONSOLIDADOS/Dados_Consolidados_2022.pdf

DEBERT, Guita G., “Problemas relativos à utilização da história de vida e história oral”, em R. Cardoso (org.), *A Aventura Antropológica*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986, pp.:141-156.

DeSa, S., Gebremeskel, A. T., & Yaya, S.. Barriers and facilitators to access mental health services among refugee women in high-income countries: study protocol for a systematic review. 2020. *Systematic reviews*, 9(1), 186. <https://doi.org/10.1186/s13643-020-01446-y>

Donato, K. M., Gabaccia, D., Holdaway, J., Manalansan, M., & Pessar, P. R. (2006). A Glass Half Full? Gender in Migration Studies. *International Migration Review*, 40(1), 3–26. Disponível em: <https://doi.org/10.1111/j.1747-7379.2006.00001.x> Acesso em: 05 de agosto de 2023

Donato, K. M., & Gabaccia, D. (2015). Data and Discipline: Discovering the Feminization of Migration. In *Gender and International Migration* (pp. 19–38). Russell Sage Foundation. Disponível em <http://www.jstor.org/stable/10.7758/9781610448475.7> Acesso em: 03 de agosto de 2023

Escosteguy, A.C. D. Cartografias de estudos culturais – uma versão latino-americana. Belo Horizonte, MG: Autêntica, 2001.

GODOY, Gabriel Gualano de. Refúgio, Hospitalidade e os Sujeitos do Encontro. In: GEDIEL, José Antônio Peres; GODOY, Gabriel Gualano de. (Orgs.) *Refúgio e Hospitalidade*. Curitiba: Kairós Edições, 2016.

JUBILUT, Liliana. O direito internacional dos refugiados e sua aplicação no ordenamento jurídico brasileiro. São Paulo: Método, 2007.

KLEBA, Lisboa Teresa. “GÊNERO E MIGRAÇÕES – TRAJETÓ-

RIAS GLOBAIS, TRAJETÓRIAS LOCAIS DE TRABALHADORAS DOMÉSTICAS” REMHU - Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana, vol. 14, no. 26-27, 2006, pp.151-166. Redalyc, <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=407042004005> Acesso em: 26 de junho de 2023.

KOSMINSKY, E. V.. Por uma etnografia feminista das migrações internacionais: dos estudos de aculturação para os estudos de gênero. Revista Estudos Feministas, v. 15, n. 3, p. 773–804, set. 2007.

MALEBRANCHE, M., Nerenberg, K., Metcalfe, A., & Fabreau, G. E.. Addressing vulnerability of pregnant refugees. *Bulletin of the World Health Organization*, 2017, 95(9), 611–611A. <https://doi.org/10.2471/BLT.17.193664>

OLSEN, Ana Carolina Lopes; KOZICKI, Katya. A língua como impasse para o reconhecimento e a integração dos refugiados no Brasil. Revista Jurídica da Presidência [Recurso Eletrônico]. Brasília , v.22, n.126, fev./maio. 2020. Disponível em: <https://revistajuridica.presidencia.gov.br/index.php/saj/article/view/1499> Acesso em: 20 de agosto de 2022.

PERROT, Michelle. As mulheres ou os silêncios da história. Bauru, SP: EDUSC, 2005

ROCHA-COUTINHO, Maria Lúcia “A narrativa oral, a análise de discurso e os estudos de gênero”. Estudos de Psicologia 2006, 11(1), 65-69

SÃO PAULO. Lei Nº 16.478, de 08 de julho de 2016. Institui a Política Municipal para a População Imigrante. Disponível em: https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/direitos_humanos/participacao_social/ATAS/Decreto%2057533-2016%20-%20Regulamentacao%20PMPI.pdf

SAID, Edward W. Orientalismo: o Oriente como invenção do Ocidente. Tradução de Tomás Rosa Bueno. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

SILVA, G. J; CAVALCANTI, L; OLIVEIRA, T; COSTA, L. F. L; MACEDO, M. Refúgio em Números, 6ª Edição. Observatório das Migrações Internacionais; Ministério da Justiça e Segurança Pública/ Comitê Nacional para os Refugiados. Brasília, DF: OBMigra, 2021.

SILVA, L. X. de S.; SANTOS, P. H. F. dos .; BOECKMANN, L. M. M. Characteristics of refugee women’s access to health services during

pregnancy and puerperium: an integrative review. *Research, Society and Development*, [S. l.], v. 11, n. 9, p. e27311931731, 2022. Disponível em: <https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/31731>. Acesso em: 15 setembro. 2023.

SHOHAT, Ella. “Taboo Memories, Diasporic Visions: Columbus, Palestine and Arab-Jews”. In: JOSEPH, May, and FINK, Jennifer (eds.). *Performing Hybridity* Minneapolis: University of Minnesota Press, 1999. p. 131-158.

ELAS TOCAM, CANTAM E COMPÕEM CARIMBÓ E A PRÓPRIA LIBERDADE: TESSITURAS COM OS FEMINISMOS NEGRO E DECOLONIAL

Bianca de Araújo Neves¹

Ioneide Marques Corrêa²

Ingrid Marques Corrêa³

Amanda Caroline Ferreira Rabelo⁴

INTRODUÇÃO

“O carimbó não morreu, está de volta outra vez. O carimbó nunca morre, quem canta o carimbó sou eu” (Mestre Verequete). Iniciamos este texto com esse fragmento da música e poética de uma das maiores referências do carimbó, o primeiro mestre a gravar um disco do ritmo paraense, Mestre Verequete. Pedimos licença a todos e todas os/as mestres e mestras do carimbó Pau e Corda⁵, em especial à Mestra Mimi, Mestra de Carimbó fundadora do Grupo Sereia do Mar, pois foram essas pessoas que mantiveram essa manifestação cultural viva através de práticas de resistência em tempos de opressão e silenciamento.

Nesse sentido, o primeiro objetivo deste estudo é contextualizar historicamente o carimbó no estado do Pará de maneira breve, de modo que iremos compreender um pouco mais na primeira seção do texto: “Carimbó Pau e Corda: uma breve contextualização histórico-cultural e caracterização desta tradição afro-indígena amazônica”. A contextualização histórica é importante para que se possa divulgar e situar para a leitora e leitor acerca de como esse movimento cultural vem se desenvolvendo em diversas épocas e territórios paraenses.

Além disso, na segunda seção do texto, que chama-se “Mulheres carimbozeiras: protagonistas de redes de resistência no Carimbó encontros com Feminismos Negros e Decoloniais” tem-se como ob-

1 Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade do Estado do Pará.

2 Graduanda de Licenciatura em Língua Espanhola da Universidade Federal do Pará.

3 Professora de Arte da SEDUC/PA e Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Música na Amazônia da Universidade do Estado do Pará.

4 Graduanda de Bacharelado em Direito (Estácio-FAP).

5 Carimbó tradicional tocado com os instrumentos artesanais: curimbó, maracas, reco-reco, claves, milheiros, dentre outros.

jetivo destacar as práticas de resistências de mulheres carimbozeiras em diálogo com os pensamentos dos feminismos negro e decolonial. Nesse momento do estudo faz-se a interlocução com duas pesquisas de mestrado de autoras paraenses, as quais são as pioneiras no estudo do carimbó feminino no estado do Pará. São elas: Sil-Lena Oliveira (2018) e Roberta Mendes (2021), as mesmas pesquisam sobre o Grupo Sereia do Mar, primeiro grupo de mulheres já criado.

A primeira desenvolve um estudo originando-se do campo educacional, valorizando as memórias e processos educativos presentes nas narrativas das mulheres do grupo Sereia do Mar e a segunda do campo da comunicação, abordando a partir da fotoetnografia uma análise da construção da imagem essencializada do feminino no carimbó. Nesse viés, faremos um encontro dialógico a partir dessas duas pesquisas desenvolvidas acerca do grupo Sereia do Mar.

Ademais, tem-se as considerações finais da pesquisa, em que se faz um apanhado geral do que foi compreendido durante este estudo de cunho qualitativo e cuja metodologia de pesquisa foi de estudo bibliográfico articulado às vivências das autoras com o carimbó. Vale ressaltar que esta obra emerge de um recorte de uma pesquisa de mestrado em andamento do programa de pós-graduação em educação da Universidade do Estado do Pará.

E, metodologicamente, como foi visto no parágrafo anterior, o estudo se constrói pelo viés bibliográfico, no qual faz-se um processo de análise de dois estudos desenvolvidos sobre o carimbó feminino em convergência com os pensamentos teórico-práticos dos feminismos negro e descolonial.

CARIMBÓ PAU E CORDA: UMA BREVE CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICO-CULTURAL E CARACTERIZAÇÃO DESTA TRADIÇÃO AFRO-INDÍGENA AMAZÔNIDA

O carimbó *pau e corda*, como é reconhecido o ritmo tradicional, é tocado nos barracões dos territórios interioranos do Estado do Pará e também nos bairros periféricos da capital Belenense. Suas raízes emergem das narrativas de resistência de Mestres e Mestras das culturas negra e indígena amazônida. É sabido que, ao longo da história, essa manifestação sofreu repressão por parte do Estado burguês colonizador nos séculos XVIII e XIX, que impôs o código de posturas, proibindo

os batuques na capital belenense e na cidade de Vigia (Salles, 2023). No entanto, o carimbó ainda sofre com a marginalização social, consequências das ações do racismo estrutural, além das manobras de invisibilidade e força policial do Estado, apesar de o ritmo ser um Patrimônio Cultural do Brasil registrado pelo IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional).

Diante desse cenário, o carimbó pau e corda apresenta particularidades, uma vez que nasce das vivências em comunidade, suas letras remetem às realidades cotidianas dos Mestres e Mestras, expondo o trabalho na roça, também as problemáticas que os circundam, bem como seus sonhos. Além disso, as composições apresentam espiritualidades que convergem com as florestas, os rios, assim como as crises climáticas dos centros urbanos, desigualdade social e o direito de viver nesse mundo com dignidade.

Por outra parte, o Carimbó Pau e Corda diferencia-se do “carimbó estilizado”, firmado na capital, Belém do Pará, que introduz instrumentos que não são tradicionais, como: bateria e guitarra. E como mencionado anteriormente, o Carimbó Pau e Corda tem fortes bases comunitárias, diferentemente do “carimbó estilizado”, grupos interioranos em sua maioria têm seus barracões comunitários, dessa maneira mantém uma relação sensível e artística profunda, contribuindo para ecoar as tradições e memórias por meio da oralidade.

Nessas vias introdutórias, é importante apresentar uma breve descrição dos principais instrumentos utilizados nessa expressão cultural. Dessa forma, os conjuntos tocam os curimbós, também chamados de carimbó, os quais são tambores construídos com troncos de árvores escavados, que possuem uma cobertura de couro de animais em uma das extremidades. Por conseguinte, as maracas são compostas de cuia ou côco, nas quais são introduzidas sementes, esferas metálicas ou pedras, com um cabo de vassoura ou galho de árvore. Outro instrumento é o reco-reco produzido a partir do bambu e o banjo (instrumento de corda) (IPHAN, 2014), além de outros instrumentos percussivos.

Atualmente, o carimbó possui registro do IPHAN como Patrimônio Cultural Imaterial do Brasil, esse registro é fruto das mobilizações de carimbozeiros, pesquisadores e ativistas da causa que conquistaram esse registro em 11 de setembro de 2011. A partir da patrimonialização tem-se uma valorização dessa manifestação cultural, porém, em contraste observamos que as pessoas que formam parte dessa cultura permanecem à margem e em vulnerabilidade social, especialmente nos territórios mais distantes dos centros urbanos ou situados nas periferias da capital.

Nesse contexto desigual, as mulheres se inserem como protagonistas na salvaguarda do ritmo paraense, à medida que formam coletivos, mantêm as festas e os grupos vivos em seus territórios. São mulheres e homens que articulam coletivamente as atividades culturais, os movimentos de arte-educação popular com as crianças a fim de reverter entre as gerações a cultura carimbozeira, que é uma memória viva que se faz no dia-a-dia.

Nessa perspectiva, os estudos de Sil-Lena Oliveira (2019), a partir do campo de estudos da educação, destacam a trajetória do grupo Sereia do Mar, primeiro grupo de mulheres criado e ainda vivo desde 1994. Esse conjunto desenvolve práticas em comunidade e protagonizam um movimento de cuidado e afeto ao tecer uma educação comunitária de diálogo com todas as pessoas que compõem a Vila Silva, Marapanim, Pará, sede do grupo.

Diante dessa contextualização, esta investigação tem como objetivo refletir a partir dos escritos de pesquisadoras carimbozeiras de forma ativa e crítica acerca da potência das práticas de resistência de mulheres carimbozeiras do estado do Pará. Para compreendermos melhor do que se trata o termo “afroindígena” nos baseamos nas pesquisas desenvolvidas por Agenor Sarraf Pacheco (2011), que desenvolve o conceito de afroindígena a partir de pesquisas da história oral de territórios marajoaras, destacando o encontro de culturas oriundas da diáspora africana para os territórios amazônidas com os povos originários indígenas que já estavam aqui antes da colonização europeia.

Aqui nesta reflexão teórica e bibliográfica dialoga-se com o pensamento de Gloria Anzaldúa (2005), quando ela fala acerca da Consciência Mestiça, seu pensamento parte de um contexto de fronteira entre os EUA e o México. Sendo, portanto, um território diferente do âmbito da Amazônia paraense, porém, essa fronteira não se dá apenas de forma física, pois também faz parte da construção social e psicológica das pessoas que estão no entre-lugar (Bhabha, 1998). Esse lugar entre dois ou mais mundos, identidades, histórias, faz parte também da construção cultural do carimbó e das mulheres que compõem essa manifestação artístico-cultural.

Mas ao mesmo tempo que emerge dessa fissura existencial provocada pela colonização vai se constituindo como processo de resistência de povos africanos e indígenas, que por meio da arte, a dita cultura popular (Gonzalez, 2020) se contrapõem diante das violências do colonizador europeu. Então aqui nos posicionamos neste lugar de resistência face a face com a ideologia da democracia racial que ainda é disseminada pe-

los grandes meios de comunicação de massa, que defendem uma ideia de carimbó folclorizado, reproduzindo o que os folcloristas construíram como ideia de união das três raças para a criação do carimbó. Justamente porque a criação coletiva dessa arte nunca foi vista com bons olhos pelos burgueses brancos, na realidade, como foi visto anteriormente, foi repudiado e criminalizado pelas leis do Estado Moderno Burguês.

E nesse movimento de resistir para existir essas coletividades se mantiveram e mantêm até hoje com a base feminina forte, pois são elas que protagonizam as organizações das festividades, dos grupos de carimbó, da feitura das comidas e da criação das indumentárias. E o Grupo Sereia do mar, primeiro grupo de carimbó feminino inaugurou a ação das mulheres nos palcos, como um conjunto musical (Oliveira, 2019). Como nota-se nas pesquisas de Sil-Lena Oliveira e Roberta Mendes (2021), o Grupo Sereia do Mar tem desenvolvido um trabalho que revolucionou as estruturas patriarcais desse ritmo afro-indígena e tem sido referência para outros coletivos femininos.

Nesse viés, esse texto não pretende esgotar essa discussão, na realidade o que busca-se é justamente provocar as leitoras e leitores acerca das existências dessas práticas de resistência no estado do Pará. Ao mesmo impulsionar o protagonismo dessas mulheres que vivem o carimbó, como grupo Sereia do Mar, também são pesquisadoras, como as mulheres que escrevem este texto e publicizar os trabalhos de dissertação e teses desenvolvidos por mulheres pesquisadores e pensadoras da Amazônia e América Latina.

MULHERES CARIMBOZEIRAS: PROTAGONISTAS DE REDES DE RESISTÊNCIA NO CARIMBÓ ENCONTROS COM FEMINISMOS NEGROS E DECOLONIAIS

O carimbó é vivenciado por diferentes grupos de mulheres em diversos territórios, cujas narrativas encontram-se no lugar dos sentidos da cultura popular como forma de sobrevivência comum. Dessa maneira, trata-se de um processo de retomada pessoal e coletiva através de redes de afeto, compreendendo a manifestação cultural como uma tecnologia social potente para educar gerações e mulheres em busca do bem viver. Nesse momento do texto sentido-pensado e escrito-vivenciado, busca-se ecoar algumas nuances do saber-fazer insurgente do carimbó feminino interiorano correlacionando com os pensamentos de Anzaldúa (2005), Gonzalez (2020) e outras autoras contracoloniais.

Nesse sentido, compreendemos a escrita como um espaço de disputa, assim como subir no palco foi e continua sendo, para muitos conjuntos de carimbó, um lugar negado. Tal afirmação parte da observação experimentada pelo corpo da mulher, interiorana e amazônida, que atentas as coletividades femininas, tornam este o território de retomada da história e da memória que passou pelo processo de subalternização e violência do patriarcado-colonial.

Por esse viés, Gonzalez (2020, p. 141) teceu o discurso que provoca as hegemonias, e, assim, nos convoca a estabelecer redes mulheres para superar a condição de subordinação e “ser sujeitos não apenas do nosso próprio discurso, mas de nossa própria história”. Bem como Roberta Mendes (2021) fala acerca da importância de nós contarmos as histórias de mulheres que foram invisibilizadas devido à violência patriarcal hegemônica. Ela diz o seguinte:

[...] percebo a necessidade de nós mulheres recontarmos como outras mulheres têm transformado o mundo e a si mesmas. Como uma forma de nos contrapormos aos poderes vigentes, como o patriarcado, e criarmos estratégias de autocuidado e criação de narrativas (Mendes, 2021, p. 50).

Dessa forma, o território da escrita e dos batuques produzidos por mulheres são espaços pedagógicos, que se movem em ondas de transformação, subvertendo o discurso de inferioridade social, gerados pela complexa interconexão dos eixos de opressão de gênero, raça, classe e sexualidade, e que de acordo com Akotirene (2020, p. 19) são “modernos aparatos coloniais”. Logo, o movimento de mulheres carimbozeiras acumula diferentes formas de dominação, contudo, elas tecem a reconstrução de si e de outras mulheres, a partir do confronto desses sistemas de poder.

Nesse sentido, uma forma de dominação citada por Mendes (2021) é a criação da imagem essencializada das mulheres carimbozeira, que reforma um modelo de mulher hiperssexualizada e desprovida de pensamento crítica acerca da realidade. A autora cita como exemplo a novela “Força do Querer”, em que a personagem “Ritinha”, interpretada por Isis Valverde, é uma mulher dançarina de carimbó, magra, de pele clara e sensual que vive para se apaixonar por homens.

Essa imagem é reforçada pela grande mídia, o que provoca o silenciamento e hiperssexualização de mulheres do carimbó, reforçando padrões que não são reais, pois as mulheres são diversas que compõem as coletividades carimbozeiras. Em sua maioria são mulheres negras e

idosas, como Mestra Mimi e Mestra Bigica, como bem destacado por Mendes (2021, p. 51) “o movimento do carimbó está atravessado pelo movimento de resistência das mulheres, refletido na presença de mestras e tocadoras”. Ou seja, as mulheres não estão só na organização dos eventos, na feitura de comidas e vestimentas ou na dança, elas também estão nos palcos tocando e cantando, elas estão em todos os espaços do carimbó.

Nessa perspectiva, é inegável que as composições poéticas, musicalidade e encantamento oriundos das práticas fortalecem o fazer da cultura popular, mesmo diante dos vários obstáculos impostos ao ser mulher. Dessa maneira, a dupla condição que impacta a mulher e fazedora da cultura popular, também as posiciona nas margens das margens do existir, uma vez que, o carimbó sofre com o racismo, opressão de classe e exploração capitalista.

Assim sendo, a posição em que se encontra a mulher carimbozeira, as opressões se aprofundam e se expandem sobre estes corpos. Ademais, as carimbozeiras além de fazer arte e cultura popular, são professoras, pesquisadoras, produtoras culturais, mães, agricultoras, dentre outros trabalhos para promover a sobrevivência, ao passo que também são exploradas como classe trabalhadora.

Em suma, essas mulheres continuam resistindo, enfrentando diversas maneiras de subalternização da arte e da cultura popular, como é cenário que se insere o carimbó. Nesse sentido, Cumes (2012, p. 15) declara que o movimento contra-hegemônico de mulheres racializadas possibilita uma recuperação, “la capacidad usurpada de tejer los hilos de nuestra propia historia”. E, assim, a presença feminina no carimbó é uma importante marca dos afetos e afetações, enfrentamentos e reconstrução que vivenciam os povos de diversos territórios das regiões do Salgado, Bragantina, Marajó e Santarém.

Assim como destaca-se na pesquisa de Sil-Lena Oliveira (2019) que ela desenvolveu referente às memórias das mulheres do Grupo Sereia do Mar, que ao recontarem suas narrativas locais também confluem com as histórias oficiais. Como a história de Mestra Mimi (in memorian), mãe de Mestra Bigica, que atuou como parteira antes de ser tocadora de curimbó. A mesma emanava conhecimentos medicinais e espirituais cuja ancestralidade entretencia com as trajetórias de luta dos povos negros e indígenas amazonidas. Ademais, vale ressaltar que esse trabalho de parteira também foi criminalizado pelo estado burguês, que não tolerava outras ciências médicas que não as ciências modernas. Sil-Lena (2018, p. 76) reforça:

O diálogo com as memórias, experiências com o vivido das mulheres que compõem o grupo de carimbó em questão tem também provocado reflexões sobre um feminino que não se quer colonizado (nunca quis) e que resiste às muitas violências, simbólicas ou não, num mundo ainda predominantemente masculino. Mas, onde há opressão há resistências.

Essas mulheres mais velhas que quebraram paradigmas só por existirem e exercerem suas sabedorias, são o reflexo de caminhos de resistências matrilineares, que romperam com as bases patriarcais. Em contraposição elas caminham junto com seus companheiros e não submissas a eles, em meio às contradições reverberadas por práticas misóginas elas permanecem firmes em confluência com a transformação da realidade. De modo que é possível interpretar essas práticas a partir da perspectiva do feminismo decolonial em que se compreende o seguinte:

O feminismo decolonial é a despatriarcalização das lutas revolucionárias. Em outras palavras, os feminismos de política decolonial contribuem na luta travada durante séculos por parte da humanidade para afirmar seu direito à existência (Vergès, 2020, p. 35).

Diante disso, dialoga-se com o pensamento de Françoise Vergès (2020) para compreender como essas práticas das mulheres carimbozeiras podem contribuir para a constituição de um feminismo descolonial. Pois, quando nos autoidentificamos como mulheres feministas descoloniais significa também dizer que estamos buscando aprender com as mulheres que nos antecederam. Ou seja, essas mulheres mais velhas nem sempre estiveram à frente de movimentos sociais organizados, mas estavam e ainda estão em suas comunidades fazendo o movimento revolucionário de valorização das vidas e subjetividades locais por meio da manutenção da memória de povos e comunidades invisibilizadas pelas ideologias neocoloniais e capitalistas.

Até porque quando o europeu chega nesse grande território ele faz o exercício violento de desumanização das pessoas que já viviam por milhares anos aqui, de povos originários: Tupinambás, Krenak, Xakriabás, Huni Kuin, dentre outros. Bem como ao fazer esse processo de racialização das pessoas para justificar a violência colonial sobre os povos originários das Américas, o mesmo ocorreu com as nações africanas, que foram trazidas milhões de pessoas de países africanos para serem escravizados neste país denominado pelo colonizador, como Brasil. Revisitar essa breve contextualização é necessário para com-

preendermos que essas pessoas oriundas de diversos territórios trazem consigo as sabedorias de seus ancestrais, mesmo que o europeu de diferentes formas tentasse aniquilar essas memórias.

Nota-se que essas mulheres representam o Patrimônio vivo do carimbó, são elas junto com seus companheiros que fazem a manutenção da sobrevivência dessa cultura que permeia diversos territórios do estado do Pará. E vale ressaltar que no texto de Sil Lena Oliveira (2019) ela traz as narrativas de memórias das mulheres do grupo Sereia do Mar, em que cada uma delas ressalta como se desenvolveu as suas histórias de vida correlacionando ao ritmo tradicional paraense. Em vista disso destaca-se como cada uma delas sempre vivenciou o carimbó desde a infância, com seus avós, pais, irmãos, companheiros, mas em um determinado momento histórico elas precisaram assumir o protagonismo dos palcos para que essa musicalidade não desaparecesse.

E foi justamente na festa do dia das mães em 1994 que elas assumiram os palcos pela primeira vez, pois nenhum grupo de homens poderia tocar. Foi nesse instante que elas se perceberam protagonistas da própria história, elas já sabiam tocar, cantar e compor, então formaram o grupo e foram tocar e cantar carimbó. Portanto, foi crucial esse ápice conflituoso com a realidade, pois foi justamente nessa encruzilhada entre não ter nenhum grupo de homens e ter um grupo de mulheres em estado de insurgência que elas tiveram a autonomia de se autogerir e reinventar como um grupo de carimbó de mulheres.

Pois elas sempre fizeram carimbó, elas só ainda não tinham o protagonismo dos palcos, o qual assumiram com responsabilidade para cumprir a missão de salvaguardar essa cultura afro-indígena. O grupo Sereia do Mar é protagonizado hoje por Mestra Bigica, Mestra Nilce, Mestra Creusa, Cleo, Maria Feliz, Risolene, dentre outras mulheres e meninas que dão continuidade ao legado de Mestra Mimi, com dedicação e cuidado para que a memória afro-indígena e matrilinear do carimbó esteja sempre viva e em movimento.

CONSIDERAÇÕES QUE NÃO FINDAM A PESQUISA

Nessas linhas inconclusivas do texto, nota-se a relevância do estudo para ecoar e destacar as narrativas das mulheres carimbozeiras através de pesquisas feitas também por mulheres que vivenciam o carimbó em coletividade. Trata-se, portanto, de um chamado para que mais mulheres possam conhecer e se introduzir no carimbó, ritmo e manifestação da cultura afro-indígena amazônica, por meio das leituras de

escritas paraenses e também da vivência no carimbó, que tem mais de 200 anos de existência e que há 10 anos é registrado como Patrimônio Cultural Imaterial do Brasil.

Vale ressaltar que as mulheres sempre estiveram presentes durante a organização dos festejos, na dança, na feitura das indumentárias e também ao lado dos companheiros tocadores de carimbó. Contudo, graças ao grupo pioneiro Sereia do Mar, desde 1994, as mulheres estão nos palcos, nas composições das letras, tocando curimbó, banjos, maracas, ecoando seus cantos nos microfones. Elas protagonizam uma transformação da realidade e contribuem para um movimento de salvaguarda do carimbó e de resistência às estruturas racistas e patriarcais.

Assim, destacamos a existência de outros grupos mais recentes de carimbó feminino, como: As Boiúnas do Carimbó de Marapanim, as Manas do Zimba de Santarém Novo, as Caboclas Morenas de Vista Alegre do Maú, município de Terra Alta, as Flores do Mangue em São João da Ponta, Flores de Irituia do município de Irituia, também as Suraras do Tapajós de Alter do Chão, dentre outros grupos que se enraízam e tem como referência o grupo Sereia do Mar, pois elas foram as primeiras que contracolonizaram o carimbó enquanto um grupo feminino de mulheres idosas e agricultoras.

Por fim, salientamos que este estudo não buscou abarcar a totalidade do tema em questão, mas em vias introdutórias provocar as leitoras e leitores acerca da [re]existências do carimbó Pau e Corda feminino que emerge dos interiores do estado do Pará. Fazendo notar que essas práticas culturais confluem com as teorias e práticas dos feminismos negro e decoloniais, pois tratam-se de manifestações de resistências de mulheres que enfrentam as estruturas patriarcais em seus territórios ao mesmo tempo que mantêm a cultura afro-indígena viva e em movimento coletivo de transformação da realidade.

REFERÊNCIAS

AKOTIRENE, Carla. **Interseccionalidade**. São Paulo: Sueli Carneiro; Editora Jandaíra, 2020.

CUMES, Aura Estela. Mujeres indígenas patriarcado y colonialismo: un desafío a la segregación comprensiva de las formas de dominio. **Anuario de Hojas de WARMI**, n. 17, 2012.

GONZALEZ, Lélia. **Por um feminismo afro-latino-americano**: ensaios, intervenções e diálogos. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

IPHAN. Inventário Nacional de Referências Culturais (INRC) Carimbó. **Dossiê Iphan Carimbó**. Belém-PA, 2014.

16/08/24

https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4422099/mod_folder/content/0/ecofeminismo%20.pdf

MENDES, Roberta Pinheiro. Feminino Pau e Corda na Amazônia: as sereias de Vila Silva Tocadoras de Carimbó. **(Dissertação)**. UFPA, 2021. Acesso em 17 de set de 2023 no link https://repositorio.ufpa.br/bitstream/2011/14474/1/Dissertacao_FemininoPauCorda.pdf.

OLIVEIRA, Sil Lena Ribeiro Calderaro. ANTES QUE O TEMPO PASSE TUDO A RASO: Tambores matriarcais do grupo de Carimbó Sereia do Mar da Vila Silva em Marapanim, no Pará. **(Dissertação)**. UFSC, 2018. Acesso em 16 de set de 2023 no link <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/194185/PEED1336-D.pdf?sequence=1&isAllowed=y>.

VERGÈS, Françoise. **Um feminismo decolonial**. São Paulo: Ubu Editora, 2020. 144 pp. ISBN 9788571260603.

FRIDA CRIP: UMA ANÁLISE FEMINISTA E CRIPCENTRADA DA EXPOSIÇÃO “FRIDA, UMA BIOGRAFIA IMERSIVA”

Larissa Galvão da Silva¹
Clarice Costa Pinheiro²

INTRODUÇÃO

Magdalena Carmen Frida Kahlo y Calderón nasceu no dia 6 de julho de 1907 e faleceu em 13 de julho de 1954, em Cayoacán, antigo distrito da Cidade do México. Ao ler sua biografia percebe-se que a pintora desde jovem teve problemas de saúde e rompeu com algumas questões de gênero. Aos seis anos de idade Frida foi diagnosticada com poliomielite, o que causou umas sequelas físicas em uma de suas pernas. Uma das medidas para fortalecer a musculatura do membro era praticar atividades físicas, dentre elas algumas de práticas proibidas para mulheres. Essa não seria a primeira vez que a jovem adentraria em espaços predominantemente masculinos (Herrera, 2011).

Aos 14 anos, Frida Kahlo foi matriculada na Escola Nacional Preparatória, localizada na Cidade do México. Ela fazia parte de um grupo restrito de 35 alunas em meio a dois mil alunos. Ainda na Escola Preparatória Frida teve seu primeiro contato com Diego Rivera, que posteriormente seria seu cônjuge. Para participar das aulas Frida se deslocava diariamente de Cayoacán para a Cidade do México e em um desses trajetos a pintora se envolveu em um acidente entre um ônibus e um bonde, e devido ao acidente Frida perdeu o ano letivo e iniciou sua vida na pintura (Herrera, 2011).

Outro fator importante na biografia da pintora foi sua relação com Diego Rivera, isso porque o pintor se relaciona à arte, as ideologias políticas e a sexualidade de Frida. A pintora buscou com Diego Rivera uma opinião sobre suas obras logo no início da carreira e através desse

1 Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismo (PPGNEIM/UFBA) e professora no Departamento de Terapia Ocupacional-UFS.

2 Doutora em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismo (PPGNEIM/UFBA), Orientadora e professora no Programa de Pós-Graduação em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismo (PPGNEIM)-UFBA e no Bacharelado em Estudos de Gênero e Diversidade-UFBA. Pesquisadora permanente do NEIM.

contato o vínculo dos dois foi estabelecido. O casamento com Diego Rivera foi muito conturbado. Politicamente, ambos eram muito ativos no Partido Comunista Mexicano e evidenciavam em suas obras o amor pela cultura nativa do México (Herrera, 2011).

A artista produziu cento e quarenta e três quadros, sendo que cinquenta e cinco deles são autorretratos, e em suas obras é possível perceber questões relacionadas ao gênero e sexualidade, à identidade mexicana, à dor e à deficiência (Herrera, 2011).

A mostra iniciada na Espanha é considerada uma proposta inovadora pelos produtores, a ideia foi explorar a biografia da artista por meio de coleções de fotografias históricas, filmes, ambientes digitais, instalações artísticas, além de música originalmente criada para reproduzir os momentos mais relevantes da vida da artista, em um espaço especialmente construído em uma área de dois mil metros quadrados, na qual em aproximadamente noventa minutos, visitantes poderiam percorrer diferentes espaços que simbolizavam e recriavam fatos considerados marcantes da vida de Frida (Imersiva, 2024).

A exposição teve como proposta, de acordo com a curadoria, retratar a trajetória de um dos maiores ícones das artes plásticas do México e do mundo. A mostra internacional de Frida Kahlo ocorreu nos anos de 2022 e 2023 nas maiores capitais brasileiras, com ingressos esgotados em todas as sessões, e teve como proposta uma biografia imersiva, considerada a maior exposição imersiva já criada em torno da vida e obra da artista, com uma jornada interativa através de treze ambientes para contar a vida da pintora, sem apresentar fisicamente suas obras originais ou fotos destas (Imersiva, 2024).

A visita foi realizada no início de 2023 na cidade de Salvador, no Salvador Shopping, como parte de um projeto de extensão entre os cursos de Engenharia de Tecnologia Assistiva, da Universidade Federal do Recôncavo Baiano (UFRB) e de Terapia Ocupacional, da Universidade Federal de Sergipe (UFS), com o objetivo de avaliar a acessibilidade de espaços de cultura. Na exposição internacional “Frida: uma biografia imersiva” uma série de desconfortos surgiram, para além das questões de inacessibilidade estrutural, sensorial e de comunicação, que eram inexistentes, deixando evidente que pessoas com deficiência não conseguiriam acessar a maior parte dos ambientes propostos pela imersão. Entretanto, uma questão que mereceu destaque para além da falta de acessibilidade foi o principal foco da exposição: o corpo “deformado” de Frida Kahlo.

Frida foi resumida à basicamente dois episódios que a tornaram pessoa com deficiência: a poliomielite aos seis anos, que a deixou com

uma seqüela física e motora no pé, e aos dezoito anos, um acidente que fraturou sua coluna e perfurou seu útero. Embora suas obras não se desvinculem de sua identidade como mulher com deficiência, o principal destaque da exposição foi o corpo “deformado” de Frida Kahlo e suas inadequações.

Considerando o Feminismo da Deficiência e a Teoria *Crip* surgem as seguintes indagações: Como a artista plástica Frida Kahlo foi representada na exposição imersiva? Qual modelo de deficiência é utilizado para se referir ao corpo de Frida Kahlo como mulher com deficiência? Qual modelo de deficiência estaria adequado para representar a artista plástica? O objetivo deste estudo é analisar o discurso utilizado para se referir à deficiência de Frida Kahlo em uma exposição imersiva na atualidade.

METODOLOGIA

Foi realizada análise dos maiores ambientes disponíveis na exposição imersiva e que faziam relação o objetivo da pesquisa, descrevendo características sensoriais (visuais e auditivas) e palavras em placas explicativas sobre as instalações artísticas.

Para a análise dos ambientes foi utilizada a análise crítica do discurso orientada pela proposta de Fairclough (2010; 2016), que propõe um quadro tridimensional de análise. Para a análise textual foi explorado o vocabulário. Na análise da prática discursiva foi utilizada a intertextualidade na produção do texto, por recorrência a outros textos (intertextualidade manifesta) ou por meio de elementos das ordens do discurso (interdiscursividade). As ordens do discurso correspondem à totalidade das práticas discursivas de um domínio social e as relações estabelecidas entre elas. Para a análise da prática social foram considerados os efeitos ideológicos e políticos do discurso, destacando os efeitos de reprodução ou transformação. Foi considerado o Significado Representacional relacionado aos discursos, para analisar como Frida é representada e como sua deficiência é entendida.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Para um melhor entendimento os resultados e a discussão serão apresentados de acordo com a seqüência de ambientes proposta pela exposição que possuíam relação direta com os objetivos propostos.

“O Instante”

Em uma das primeiras partes da imersão, uma holografia feita em um conjunto de telas 3D mostrava uma animação com o objetivo de reproduzir o acidente de bonde pelo qual Frida passou aos dezoito anos. Nesta reprodução, com cores acinzentadas e amareladas, o corpo da artista aparece sendo jogado de um lado para o outro, quebrado em muitos pedaços, com sons fortes de colisões, vidros e ossos se espatifando. Uma das imagens mais marcantes é a de um pedaço de ferro perfurando a vagina da artista. Neste ambiente a sensação gerada é de angústia e terror. Ao redor desse espaço, uma instalação com dezenas de molduras douradas contendo imagens de raio-x que seriam referentes à diversas partes “defeituosas” do corpo de Khalo e algumas órteses em gesso pintados com cores fortes e com algumas frases escritas.

O título da instalação traz uma concepção fatalista e determinista para o ocorrido, no sentido de dizer que aquela orientação temporal foi a causadora das mudanças no corpo de Frida, e em todo o resto de sua vida, de modo que tudo estaria atrelado àquele momento. Esse título tem relação com o que Irving Zola (1988) e Carol Gill (1996) chamam de “tempo *Crip*”, no qual categorias como doença e incapacidade, diagnóstico e prognóstico são orientadas no e para o tempo. Autores da Teoria *Queer* como Elizabeth Freeman (2007, 2010) e Judith Halbestam (2005) argumentam que o tempo é fundamental na produção da normalidade, de modo que o engajamento em determinados comportamentos e em determinados momentos se tornou reificado como o curso natural e de senso comum do desenvolvimento humano.

A deficiência foi reduzida com o advento do Modelo Médico a uma concepção fatalista e às “inconformidades” do corpo individual, com a ideia de um corpo ontologicamente errado, que não é o esperado ou deixou de ser como o corpo de Frida que além da poliomielite, agora traria as consequências do acidente (Campbell, 2009; Martins, 2006). A partir deste modelo a deficiência foi definida e consolidada por referência às definições de normalidade e incapacidade do corpo, e em consequência o corpo com deficiência passou a ser alvo de medicalização, e a humanidade e experiência da pessoa foi despolitizada (Barners e Mercer, 2000; Barners, 2002).

Chama a atenção como a palavra deficiência não é utilizada nestas instalações, não trazendo a perspectiva do Modelo de Inclusão Social da deficiência, em voga internacionalmente desde 2006 através da Convenção Internacional dos Direitos das Pessoas com Deficiência, e

no Brasil desde 2008 (Brasil, 2008), como ementa constitucional. Ao contrário, as palavras para se referirem ao corpo de Frida, apresentadas nesta instalação em alguns quadros informativos, foram: “convalescente”, “deformidade”, “defeitos”, “dor” e “sofrimento”. A escolha das palavras deixa evidente o significado representacional da deficiência da artista, que é entendida com uma pessoa sofredora, faltante, incompleta, e está localizado no discurso do Modelo Médico da Deficiência, colocando o corpo como algo a ser consertado.

O Modelo Médico da deficiência enquadra corpos nos extremos da curva estatística como desviantes, patológicos e defeituosos, mais bem compreendidos e abordados em termos de intervenção cirúrgica e terapêutica. Assim, no modelo médico a deficiência é entendida como desvio e como algo a ser tratado, como as palavras utilizadas na instalação referem (Wilkerson, 1998).

O modelo médico prosperou (e ainda prospera) sustentando uma diferença essencial entre pessoas sem deficiência e com deficiência, definindo a deficiência não como um florescimento da diversidade biológica, mas como um defeito individual que os profissionais médicos/reabilitadores curam através de intervenções terapêuticas e/ou cirúrgicas que podem ser arriscadas para restaurar uma pessoa ao estado superior de saúde exigido pela ideologia da capacidade (Siebers, 2011). Esse quadro evidente quando o corpo de Frida Khalo é detalhado em dezenas de exames de imagem, sem identidade, apenas como defeitos a serem superados.

Para as perspectivas feministas da deficiência, beleza e normalidade são ideologias semelhantes que postulam os corpos femininos e com deficiência como corpos maleáveis a serem moldados infinitamente, de modo a se conformarem a um conjunto de padrões chamados belos e normais. Na modernidade, o normal flexiona o belo, e esse corpo visualmente discreto, pode então passar despercebido, o que é a marca das relações sociais, para além do pessoal na modernidade. O objetivo da cirurgia estética, assim como obtenção de poder, não é parecer único, mas sim não parecer diferente e assim, essa fuga do corpo inconformado, se traduz em esforços individuais para parecer normal, neutro, sem marcas para não parecer com deficiência, *queer*, feio, gordo, étnico ou racial (Garland-Thomson, 2011).

Continuando, a autora Rosemarie Garland-Thomson (2011) fala que a cirurgia reparadora elimina ou ameniza a incapacidade e reforça os ideais do que poderia ser pensado com um sistema de normalidade. Para ela, tanto os procedimentos estéticos, quanto os reconstrutivos

mercantilizam o corpo os mutilam com aprimoramentos que corrigem falhas para melhorar o “bem-estar” da pessoa. A concepção do corpo por meio de intervenções médicas e cirúrgicas, pressiona cada vez mais as pessoas com deficiências ou que fogem ao padrão estético a se tornarem o que Foucault chama de “corpos dóceis”³.

Para ilustrar a sua teoria, Garland-Thomson (2011) faz uma comparação entre as órteses⁴ corporais que foram desenvolvidas na década de 30 para corrigir a escoliose⁵, que objetivavam colocar os troncos dentro da normalidade corporal; e o espartilho do século XIX, que com uma estrutura parecida com a órtese, impunha uma forma feminina padronizada. Ambos os dispositivos tentam normalizar os corpos dentro do sistema de capacidade e de gênero, de modo que a órtese faz parte do discurso médico, enquanto o espartilho é lançado como uma prática de moda.

As instalações das órteses em gesso deixaram a dúvida sobre o seu real propósito, pois embora os quadros falassem que se tratava dos inúmeros “coletes” que Frida precisou utilizar após o acidente no bonde, eles mais pareciam espartilhos que modelavam seios e cintura. Um dos que mais chamou a atenção foi o que tinha uma das mais conhecidas frases de Frida escrita: “Para que pés se tenho asas para voar”, que retratava a elaboração da artista sobre ressignificação da amputação do seu pé direito. A frase não tinha relação nenhuma com a órtese, e pode denotar a necessidade de correção do corpo da pintora.

Alguns quadros ao redor das instalações referidas traziam as palavras “tragédia”, “superação” e “inspiração” se referindo à vida de Frida Khalo, mencionando como “apesar de tudo que passou”, ela conseguiu se tornar uma artista grandiosa. De acordo Meekosha e Shuttleworth (2016), o senso de identidade coletiva provocada pela exclusão e discriminação não é necessariamente o caminho para a mudança e pode aumentar o vitimismo. Da mesma forma, embora a identidade por causa do orgulho compartilhado nas conquistas das pessoas com deficiência melhore a autoestima, ela também pode ser problemática, pois sempre há uma tendência a produzir “heróis” e contribuir com o discurso de “superação”.

3 No século XVIII o corpo é inventado como um princípio muito abundante de poder, enquanto máquina, sistema e disciplina. É concomitantemente dócil e frágil, alguma coisa possível de manipular e de fácil adestramento, enfim, passível de dominação (Foucault, 1979).

4 Dispositivo temporário que tem o objetivo de aumentar a função, prevenir ou corrigir deformidades, proteger cicatrizes, limitar movimentos, permitir crescimento e reconstrução tecidual e promover ou inibir a mobilização (Silva, 2014).

5 Curvatura lateral, de qualquer grau, na coluna vertebral (Lippert, 2014).

Quando é apresentada a imagem de uma pessoa com sinais visíveis de deficiência que está realizando uma atividade cotidiana ou atlética, de preferência exibindo sinais de destreza física, e que é acompanhada por uma legenda que direciona o espectador a se inspirar na imagem em questão, a ativista Stella Young (2014, n.p) nomeia como “Pornografia de inspiração”:

Eu uso o termo pornografia deliberadamente, porque eles objetivam um grupo de pessoas para o benefício de outro grupo de pessoas. Então, neste caso, estamos objetivando pessoas com deficiência para o benefício de pessoas sem deficiência. O objetivo dessas imagens é inspirá-lo, motivá-lo, para que possamos olhar para elas e pensar: ‘Bem, por pior que seja minha vida, poderia ser pior. Eu poderia ser essa pessoa (tradução nossa).

A representação de pessoas com deficiência na “pornografia da inspiração” as objetifica, desvaloriza suas experiências e mistifica seu lugar no mundo, pois as pessoas com deficiência não são representadas como sujeitos com deficiência, mas como objetos; O público é implícita ou explicitamente assumido como não tendo deficiência, e há pouco motivo para identificação entre os dois; As conquistas retratadas na pornografia da inspiração podem ser atos comuns, assim as pessoas com deficiência são representadas como tendo um escopo menor de realização do que o caso; Por conta do foco na deficiência visível e na destreza física, a pornografia de inspiração representa a deficiência como um problema localizado em corpos individuais, a ser superado por meio de esforços individuais (Young, 2012; 2014).

As deficiências são interpretadas como limites não apenas para o que uma pessoa pode alcançar, mas para o que ela deve alcançar. É problemático porque o uso de tal dispositivo tem implicações sobre como entendemos e interpretamos a vida de pessoas com deficiência, como foi vislumbrado nas instalações.

“O Sonho”

Segundo informações em um quadro de apresentação no local, a instalação tinha como objetivo reproduzir a imaginação e sentimentos de Frida durante a recuperação após o acidente de bonde, ressaltando que a artista iniciou suas pinturas enquanto precisava ficar deitada para a cicatrização das fraturas, utilizando um cavalete adaptado e espelhos que ficavam ao seu redor para pintar seus autorretratos.

A instalação consistia em diversas projeções e animações. A maior delas era de Frida amarrada em uma cama, debatendo-se e chorando. Em outras projeções ao redor havia fetos mortos e muito sangue derramado, acompanhados de sons fortes de batimentos cardíacos com arritmia, choros, líquidos escorrendo, e finalizada com todas as imagens, inclusive da artista, sendo “incendiadas”, com sons de chamas e gritos de pavor.

Esta instalação pode ser associada a obra “Hospital Henry Ford”, de 1932, que atualmente se encontra em exposição no Museo Dolores Olmedo, na Cidade do México, e que faz referência à dor e aos sentimentos trazidos devido à um de seus abortos espontâneos. Entretanto, ao contrário do autorretrato da pintora que expõe a sua dor de uma maneira, ao mesmo tempo lúdica, sã e autobiográfica, com cores vibrantes e elementos da cultura mexicana, a instalação usa elementos violentos que agem de forma a causar repulsa, angústia e desespero, com quadro explicativo que relaciona o corpo da artista como causa direta do aborto, e como sendo incapaz de maternar.

Anne Finger (1990) discute que a deficiência intensifica e atenua os roteiros culturais da feminilidade, de modo que os estereótipos culturais imaginam as mulheres com deficiência como assexuais, inaptas para se reproduzirem, dependentes, e não atraentes e assim, afastadas da esfera da feminilidade e beleza femininas, esperadas socialmente. O incêndio representado após o aborto espontâneo de Frida pode ser lido como a morte social de sua feminilidade.

Susannah Mintz (2011) revela que estudiosas feministas da deficiência apontaram que a crítica dos feminismos aos mitos patriarcais das mulheres como essencialmente sexuais e maternas ignora o fato de que a cultura capacitista⁶ também considera as mulheres com deficiência essencialmente assexuais e não maternas, como percebido na instalação.

Em sua discussão sobre como as análises feministas da opressão seriam aprimoradas pela consideração da vida das mulheres com deficiência, Lícia Carlson (2010, p. 83) escreve que “a existência daquelas que podem ser definidas como mulheres e mães complexas exigem a existência de outras que não podem receber a condição de mulher e a maternidade”, e isso fica evidente na forma como a não maternidade

⁶ Capacitismo é o termo traduzido por Anahí Melo (2014, p. 94) que o conceitua como um sistema de opressão, marcado por uma postura preconceituosa. É uma categoria que define como as pessoas com deficiência são tratadas de modo generalizado, como incapazes, incapazes de produzir, trabalhar, aprender de amar, de cuidar, de sentir, desejo de ser desejada, de ter relações sexuais etc.

de Frida é abordada na instalação, utilizando os termos “incompleta” e “incapaz de gestar”, e logo entendida como “menos mulher”.

O Feminismo da Deficiência critica os Estudos da Deficiência mais convencionais, alegando que eles neutralizam a experiência da incapacidade⁷ e da dor que não são resolvidas com a remoção de barreiras, e que negligenciam os efeitos materiais históricos das diferenças de gênero, de capacidade e de deficiência (Morris, 1992; Garland-Thomson, 1998; Wendell, 1996). Essas omissões nos estudos sobre deficiência são tipicamente fundamentadas na tentativa pragmática de identificar e abordar questões que podem ser mudadas por meio da ação coletiva (Oliver, 1996).

A insistência de que não há uma relação causal entre disfunção⁸ e deficiência, que reflete a necessidade de romper o vínculo entre o corpo de uma pessoa e a sua situação social, dificulta a incorporação e a compreensão da experiência pessoal de dor e incapacidade (Morris, 1992; Oliver, 1996). Frida em suas obras nunca ignorou a experiência da deficiência, mas a incorporou, relacionando a disfunção com a prática social, como quando retrata sobre o aborto, que foi colocado por ela em sua obra como parte de sua vida, e por isso é tão poderoso e simbólico, mas não como o tema central de sua vida, como é retratado na instalação.

Estilo de Frida

Sem um nome específico, esta instalação consistia em apresentar seis trajes de Frida feitos por uma marca brasileira com base em fotografias da artista. Os trajes eram reproduções quase que fiéis tanto em corte quanto na escolha dos tecidos e cores. Ao lado dos trajes um quadro explicativo sobre o jeito peculiar de vestir de Frida:

No volume das saias longas que costumava vestir, Frida tirava o foco do defeito que possuía nas pernas. Através da infinidade de bordados, pinturas e aplicações que ocupavam boa parte do busto de suas roupas, fazia do seu colo uma tela, distraindo os olhares daquela que seria a real forma do seu corpo.

7 Termo que denota os aspectos negativos da interação entre um indivíduo (com uma condição de saúde) e os fatores contextuais daquele indivíduo (fatores ambientais e pessoais) (AOTA, 2020).

8 Ausência ou diminuição da função de um órgão ou estrutura corporal (Pedretti e Early, 2010).

De acordo com Hayden Herrera (2011) Frida usava roupas indígenas tradicionais mexicanas que serviam para enaltecer a cultura do país, reflexo da revolução mexicana, com o objetivo de valorizar uma cultura tradicional e não europeia. Porém, no trecho do quadro explicativo sobre os trajes percebemos mais uma vez a palavra “defeito” relacionada ao corpo da artista plástica, denotando que algo estava errado, fora da curva da normalidade, tal qual como preconizado pelo Modelo Médico da Deficiência.

A presunção de defeito a partir da perda, que se estende até mesmo às pessoas que nunca “possuíram” ou que supostamente “perderam”, é um sintoma da chamada capacidade compulsória desafiada por estudiosos e ativistas dos estudos da deficiência. Ilustra até que ponto o corpo/mente não deficiente é a posição padrão, como se todos os corpos/mentes fossem puramente capazes até que algo lhes acontecesse, como se a variação mente/corpo não fosse uma ocorrência comum (Kafer, 2013).

Os corpos/mentes “capazes e perdidos” são hipernormativos, e baseiam-se em uma suposição de que todas as pessoas com deficiência anseiam por um corpo inteiro, pré-doença e /ou pré-deficiência. Segundo os autores *crip*, a sociedade acredita que as pessoas com deficiência lembram o passado nostálgico, sofrem no presente deficiente, e anseiam por um futuro culturalmente aceitável e reconhecível, que seria o curativo (Kafer, 2013).

A leitura social é de que o futuro necessitaria de uma cura medicalizada, e isso coloca as pessoas com deficiência numa temporalidade que não pode existir plenamente no presente, onde a vida está sempre em espera, no limbo, e por isso a deficiência vai sendo disfarçada, amenizada através de performances de capacidade, o que aqui chamarei de “passabilidade corponormativa” que é o que a instalação supõe sobre a forma de vestir de Frida.

A curadoria em sua aposta sobre a motivação das vestimentas de Frida se encaixa no “sistema de capacidade corporal obrigatória” (McRuer, 2021) que semelhante ao que ocorre no sistema heterossexual compulsório, exige que as pessoas com deficiência representem o desejo de se tornarem “pessoas capazes”, e para isso “esconder a deficiência” seria uma forma de performance.

A suposição dos curadores da instalação de que o objetivo das roupas tão características da artista era o de esconder os “defeitos das pernas” despersonaliza as escolhas de Frida Khalo a respeito de seu modo de vestir em prol da visão social a respeito da deficiência baseada

no Modelo Médico. No trecho “distraindo os olhares daquela que seria a real forma do seu corpo”, percebe-se o entendimento incoerente da curadoria da performance de Frida e de suas obras. Ao mesmo tempo em que a curadoria a coloca como uma mulher que se mostra “defeituosa”, “incompleta” e “faltante” nas obras artísticas, também a coloca como uma mulher que disfarça sua “falta” até no modo de vestir.

“Universo de Frida” e “*Cadave Exquis*”.

A instalação “Universo de Frida” ficava localizada no salão principal, e era o maior e um dos ambientes mais destacados da exposição, e segundo a curadoria tinha como objetivo promover uma viagem sensorial em 1.000 metros quadrados de telas projetáveis, onde o expectador se misturaria às obras enquanto se entregaria à profusão de cores e movimento. Já a instalação “*Cadave Exquis*” se tratava de um ambiente em realidade virtual, inspirada nas obras de Frida e que exploram seu imaginário particular.

Embora não houvesse reprodução de obras completas nestes ambientes, ao contrário dos demais, projeções de elementos que compõem as obras de Frida estavam espalhadas por todas as paredes, teto e piso, de modo que também se projetavam nas pessoas que ali visitavam. Nestes ambientes não havia placas ou quadros informativos. Através das projeções e da realidade virtual era possível se sentir parte da obra de Frida, com os visitantes imersos no universo da pintora.

Nestas duas instalações, não havia uma suposição de quem era a artista a partir do Modelo Médico da Deficiência como em todos os demais espaços, entretanto, conseguia-se perceber através da projeção dos elementos de suas obras o quanto que a deficiência era parte de sua identidade, e como isso a possibilitou à artista outras formas de estar no mundo, o que vai de encontro ao que Teoria *Crip* fala a respeito da deficiência enquanto identidade.

Em relação às projeções dos elementos das obras de Frida sobre os visitantes, ainda que não tenha havido um propósito direto da curadoria, é possível refletir sobre uma das questões que o Feminismo da Deficiência e a Teoria *Crip* debatem: a deficiência é mais fluída do que o imaginário sobre as identidades raciais, de gênero ou étnicas que estão atreladas a traços corporais relativamente seguros. Segundo Rosemarie Garland-Thomson (2002) a deficiência é uma categoria de identidade que qualquer pessoa pode entrar a qualquer momento, e este fator revela o dinamismo essencial da identidade. Assim, a deficiência

atenua a crença cultural acalentada de que o corpo é a âncora imutável da identidade, e mina a possibilidade de identidades estáveis e duradouras, de maneiras que podem iluminar a fluidez de toda identidade.

A Teoria *Crip* busca romper com os binarismos, considerando-os não-naturais, cultural e politicamente hierarquizados, de maneira que coaduna com as perspectivas de Braidotti (2015) e Haraway (2009), as quais propõem a compreensão das vidas como relacionais, não unitárias e pensadas a partir de um enfoque antiessencialista, como foi a vida de Frida Khalo.

A teoria *Crip* é uma conexão de ‘saberes de fronteira’ (Anzaldúa, 1987) - principalmente no que toca as intersecções entre raça, gênero, sexualidade e deficiência – e tem possibilitado pensar uma crítica das ‘políticas identitárias deficientes’ emergentes nos anos 1960, e novas e improváveis formas de problematizar a natureza da ‘deficiência’ e sua contrapartida normalizada e naturalizada, a capacidade.

A partir da atribuição, feita pelo movimento *queer*, de outros sentidos a termos inicialmente pejorativos, conferindo-lhes potência, McRuer (2021) propõe o uso do termo *crip* (aleijar) para ressignificação de outras formas de corporificação possíveis, para além das socialmente valorizadas, sendo tal resistência à norma estabelecida a posição fundamental das teorias *Crip* e *Queer*. Essa resistência é vista através de todas as obras de Frida, em especial em seus autorretratos, onde a questão da deficiência e tudo que pode estar atrelado a ela foi evidenciada e colocada como parte essencial de sua identidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As instalações artísticas sobre Frida Khalo na mostra “Frida, uma biografia imersiva” estavam todas relacionadas ao Modelo Médico da Deficiência, colocando a artista como “defeituosa”, “faltante”, “incompleta”, “convalescente”, “sofredora”, “incapaz de gestar e maternar”, ao mesmo tempo que usa a figura da pintora a partir da pornografia da inspiração, colocando-a no lugar de “superação”, “inspiração”, com os objetivos de causar sentimentos simultâneos de pena e admiração. A exposição imersiva que não trazia nenhuma obra de Frida Khalo não era de fato sobre a artista, mas sobre a insuficiência e inadequação de um corpo feminino com deficiência.

A partir das obras de Frida Khalo é possível perceber que ela nunca ignorou sua deficiência, ou a “superou”, mas tornou-a parte de sua identidade, de modo que todas suas obras foram atravessadas pelas

intersecções de gênero e deficiência e, portanto, coerentes com o Modelo Feminista da deficiência e com a Teoria *Crip*. A identidade de mulher com deficiência feminista foi encarada por Frida como nova possibilidade de existir para além da corponormatividade e heteronormatividade, e a possibilitou ser o grande ícone artístico, político e feminista que até hoje é.

REFERÊNCIAS

ANZALDÚA, G. Viver na fronteira. In: *Borderlands/La Frontera: The New Mestiza*. São Francisco: Aunt Lute Books, 1987.

BARNERS, C. The Social Model of Disability: A Sociological Phenomenon Ignored by Sociologist?. In: SHAKESPEARE, T. (Eds.). *The Disability Reader*. London: Social Science Perspectives, 2000, p. 65-78.

BARNERS, C.; MERCER, G. *The Politics of Disability and the Struggle for Change*. London: David Fulton. 2002. p. 11-23.

BRAIDOTTI, R. The posthuman in feminist theory. In: Disch, Lisa & Hawkesworth, Mary (eds) *Oxford Handbook of Feminist Theory*. Oxford: Oxford University Press, 2015.

BRASIL. Decreto Legislativo nº 186, de 09 de julho de 2008. Aprova o texto da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e de seu Protocolo Facultativo, assinados em Nova Iorque, em 30 de março de 2007. Diário Oficial da União, seção 1, Brasília, DF, 10 jul. 2008, edição 131, p.1. Disponível em: . Acesso em: 04 jul. 2022.

CAMPBELL, F.K *Contours of Ableism: The Production of Disability and Aabledness*. Pallgrave/McMillan, 2009.p.

CARLSON, LÍCIA. *The faces of intellectual disability: Philosophical reflections*. Indiana University Press. 286p.

FAIRCLOUGH, N. (2010). A dialética do discurso. *Revista Teias*, 11(22), 225–234.

FAIRCLOUGH, N. (2016). *Discurso e mudança social* (2nd ed.). Brasília: Universidade de Brasília.

FINGER, A. *Past Due: A Story of Disability, Pregnancy, and Birth*. Seattle: Seal Press, 1990.

GARLAND-THOMSON, R. *The Politics of Staring: Visual Rhetorics*

o Disability in Popular Photography. In: Disability Studies: Enabling the Humanities, ed. Sharon L.Snder, Brenda Jo Brueggmann y Rosemarie Garland-Thomson. New York: Modern Language Association, 2002.

GILL, CAROL. Cultivating Common Ground: Women with Disabilities. In: Manmade Medicine: Women's health, Public Policy and Reform. Ed. K.L. Moss. Durham, NC: Duke University Press, 1996.

HALBERSTAM, JUDITH. In a Queer Time and Place: Transgender Bodies, Subcultural lives. New York: New York University, 2005.

HARAWAY, D. Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. Cadernos Pagu, Campinas, SP, n.5, p.7-41, 2009. Disponível em: <<https://periódicos.sbu.unicamps.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/1773>>. Acesso em: 30 set. 2021.

HERRERA, HAYDEN. Frida: a biografia. Tradução de Renato Marques. 1. Ed. São Paulo: Globo, 2011. 624 p.

IMERSIVA, FRIDA. Exposição. Rio de Janeiro, 05 de maio de 2024. Instagram. Disponível em: <https://www.instagram.com/fridaimersiva/link>. Acesso em: agosto de 2024.

KAFER, ALISON. *Feminist, queer, crip* . Indiana: Indiana University Press, 2013. Versão para Kindle.

MARTINS, B. S. Trilhos que tardam: As agendas perdidas da deficiência? Cadernos Sociedade e Trabalho, V.III, p. 197-211, 2007.

MCRUER, R. Teoría Crip: Signos Culturales de lo queer y de la discapacidad. Tradução: Javier Saés del Álamo. Madrid: Kaótica Libros, 2021.

MEEKOSHA, H; SHUTTLEWORTH, RUSSELL. What's So "Critical" about Critical Disability Studies?. Deakin University. Chapter. 2016. Disponível em; <https://hdl.handle.net/10536/DRO/DU:30093764>

MORRIS, J. Personal and Political: A Feminist Perspective in Researching Physical Disability. Disability, Handicap & Society, v. 7, n. 2, p. 157-166, 1992. Acessível em: <Personal and Political: a feminist perspective on researching physical disability. (um.es)>. Disponível em: 30 set. 2021

OLIVER, M. Understanding Disability: From Theory to Practice. Lon-

don: Macmillan, 1996.

SIEBERS, Tobin. Disability Theory. United States: The University of Michigan Press, 2011.

MINTZ, SUSANNAH B. Unruly Bodies: Life Writing by Women With Disabilities. United States of America: University of North Carolina Press, 2007. 251p.

WENDELL, S. The Rejected Body: Feminist Philosophical Reflections on Disability. New York: Routledge. V.12(2), 219-223, 1997 Disponível em: <The Rejected Body: Feminist Philosophical Reflections on Disability. By Susan Wendell. New York: Routledge, 1996. | Hypatia | Cambridge Core>

WILKERSON, Abby L. Diagnosis: Difference: The Moral Authority of Medicine. Ithaca: Cornell University Press, 1998.

YOUNG, STELLA. (2012). We're not here for your inspiration. ABC. Retrieved from <http://www.abc.net.au/news/2012-07-03/young-inspiration-porn/4107006>

YOUNG, STELLA. (2014). I'm not your inspiration, thank you very much. TED. Retrieved February 10, 2015, from http://www.ted.com/talks/stella_young_i_m_not_your_inspiration_thank_you_very_much?language=en

ZOLA, IRVING.K. The Language of Disability: Problems of Politics and Practice. Australian Disability Review. 1988. Disponível em: <http://www.disabilitymuseum.org.au/li/doc/813.card.htm>.

GT13
GÊNERO, MEIO AMBIENTE,
ECOFEMINISMO E
RURALIDADES

Prof^ª. Dra. Iraildes Caldas Torres - UFAM
Prof^ª. Dra. Gema Galgani Silveira Leite Esmeraldo - UFC
Prof^ª. Dra. Rosineide de Lourdes Meira Cordeiro - UFPE
Prof^ª. Dra. Márcia Maria de Oliveira - UFRR

TRAJETÓRIA DE LUTA E RESISTÊNCIA DE UMA MULHER INDÍGENA NO AMAZONAS

Iraildes Caldas Torres¹

INTRODUÇÃO

Esta pesquisa sobre a trajetória de vida de uma mulher indígena assume o propósito de dar visibilidade às práticas sociais, protagonismo e liderança de Edna Viana, em sua comunidade. Trata-se de uma pesquisa financiada pela Fapeam – Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas, realizada na comunidade Brasiléia, município de Maués, no Amazonas.

As mulheres com o seu potencial na organização de suas comunidades, com seus etnosaberes e práticas sociais de resistência, são centrais no contexto da Amazônia. Elas possuem maior disposição e potencialidade para organizar suas comunidades. Isto vem se somar ao fato de serem elas que realizam a tarefa de coletar lenha na mata, para prover a iluminação na casa e na comunidade. Por isso, elas lutam pela chegada da energia em sua comunidade, porque com a energia solar esta tarefa será extinta contribuindo para evitar problemas ambientais e de saúde às elas próprias decorrentes da fumaça inalada. As desigualdades de gênero são visíveis em grande parte dos espaços ocupacionais. Um dos objetivos do desenvolvimento sustentável consiste em reduzir as desigualdades de gênero no campo, o que se alinha com as Metas do Milênio adotadas pela UNESCO (2009).

A trajetória de Edna de Oliveira Viana é ilustrativa da importância da participação das mulheres em suas comunidades, mesmo lidando com o machismo, elas sobressaem como grandes lideranças junto ao seu povo. A violência doméstica é um dos problemas sociais da comunidade Brasiléia, tendo como protagonista da ação de enfrentamento a liderança retratada neste estudo.

Em termos teórico-metodológicos o gênero no âmbito das Ciências Sociais é o conceito central que deu suporte explicativo às discussões travadas nesta pesquisa. As discussões acenam para a perspectiva de visibilidade das mulheres da floresta com a afirmação de sua cida-

¹ Doutora em Antropologia Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Professora Titular da Universidade Federal do Amazonas

dania. A metodologia seguiu as orientações das abordagens qualitativas sem exclusão dos aspectos quantitativos, sob a inspiração da histórica oral (Thompson, 1992) e da perspectiva decolonial (Espinosa, 2012). A pesquisa de campo concentrou-se na captura de dados junto à personagem retratada com a finalidade de reconstruir a sua trajetória de vida e de militância política, a qual foi ouvida sob a técnica de entrevista semiestruturada.

É assim que esta pesquisa assume fundamental importância não só para a ciência de gênero que se ocupa do debate sobre a equidade de gênero, mas, também, porque poderá contribuir para o desenvolvimento local e regional. Poderá impactar a vida das mulheres, vindo a contribuir para a reivindicação de políticas públicas por parte dos moradores das comunidades pesquisadas.

EDNA, TRAJETÓRIA DE LUTA E RESISTÊNCIA INDÍGENA EM BRASILÉIA

A história das mulheres é uma história lacunada, silenciada, esquecida propositadamente e negligenciada ao longo dos processos históricos. Os homens que tomaram para si no passado a pena da escrita para retratar o universo e explicar toda as coisas nele existente, o fizeram com base nas ideias patriarcais. Estamos nos referindo à perspectiva dos cronistas e viajantes do período da conquista, que excluíram as mulheres indígenas de seus escritos.

As histórias das mulheres da floresta estão sendo contadas aos poucos em nossas pesquisas, especialmente no que diz respeito ao seu trabalho e práticas sociais. Mas, ainda é muito pouco o que se sabe sobre elas, “os arquivos públicos calam as mulheres” (Perrot, 2005, p. 35). Verificamos esta afirmativa de Michelle Perrot quando constatamos a inexistência da memória de Valéria, a mulher do início do século XX que doou glebas de terra ao povo pobre da região da Valéria, em Parintins, possivelmente seringueiros libertados do regime de aviamento, cujos descendentes moram até hoje na Serra de Parintins. Não encontramos nenhum rastro ou vestígios dessa mulher nem nos livros das Crônicas da Diocese de Parintins.

Ednamar de Oliveira Viana (44 anos), casada e mãe de três filhos, moradora da comunidade Brasiléia, tem a sua história contada em nossa pesquisa. Indígena da etnia Sateré-Mawé, é atualmente estudante de Direito na Universidade do Estado do Amazonas/Maués e compõe o quadro das grandes lideranças feministas do rio Urupadi, município de Maués. Ela se apresenta nos seguintes termos:

Meu nome é Ednamar de Oliveira Viana, sou do povo Sateré-Mawé, tenho 44 anos, três filhos e nasci na comunidade Santa Maria do Urupadi. Moro agora na comunidade de Brasília. De pais separados fui criada pela minha mãe e minha avó que me educaram na continuidade da cultura e sempre ajudei elas na casa e na roça. Quando meu pai se separou da minha mãe eu e meus cinco irmãos pequenos viamos morar na comunidade Menino Deus próximo de Brasília. E meu pai que já morava em Brasília, nós ficávamos um pouco com ele, e outros dias com a nossa mãe (Entrevista, 2024).

O processo socioeducativo está no nascedouro da sociabilidade da criança como percebemos na história de Edna como é conhecida a nossa personagem, em análise. Note-se que a mãe e a avó não deixaram a menina se desvirtuar da sua cultura indígena, a sua identidade originária. Aquela da “racionalidade indígena assentada no substrato de seus mitos e ritos passados de geração a geração” (Torres, 2014, p. 19).

A construção social de gênero implica num processo de socialização ou de educação dos sujeitos para se tornarem homens ou mulheres, implicando estabelecimento de padrões de relação entre eles. Padrões que se expressam por discursos normativos, por orientações provenientes de diferentes campos: religioso, jurídico, moral e outros, e que diferem de uma sociedade para outra, de um momento histórico para outro.

Edna relembra que as muitas dificuldades que enfrentou a impediu de frequentar a escola mais cedo, começou a estudar bem mais tarde. Isto porque,

A gente passou por grandes dificuldades, mas sempre superei todas elas. Sou meio rebelde e não aceito todas as coisas que impõem de goela abaixo. Nunca aceitei. Então, eu acabei arranjando um companheiro cedo, com 17 anos. Saí da casa da minha mãe e acabei indo para outro local, para a comunidade Nazaré. Eu e meu marido temos um bom relacionamento, a gente tem diálogo, cuidado um com o outro e o respeito mútuo. Tivemos três filhos – Lediane, Jean e Ruan. Estou com 25 anos de união estável com o José Cristo e posso dizer que ele é um parceiro que me dá força quando preciso e quando ele precisa eu estou ali do lado dele. Nunca fui violentada, pois, eu disse a ele que iria sair de casa com a condição de que eu pudesse ser tratada como eu era tratada na casa de minha mãe (Entrevista, 2023).

No processo de tornar-se mulher e tornar-se homem, há todo um trabalho de formação que é extremamente amplo e envolvente, um trabalho que remete às múltiplas formas de integração dos sujeitos numa dada sociedade (Torres, 2005). Bonnachi e Groppi (1995, p. 17), assi-

nalam dizendo que “um dos temas sobre o qual se concentrou, recentemente, a atenção à reflexão histórica e teórica das mulheres é o da construção social das configurações do feminino e do masculino”.

Desde a adolescência Edna foi construindo o seu espaço, tanto no âmbito da casa e da família quanto no contexto da comunidade. Aos poucos ela foi construindo a si própria como uma liderança feminista grande no Urupadi. Indagada se o seu jeito inspira outras mulheres, ela se pronuncia nos seguintes termos:

Eu creio que sim. Para todos os lados que eu vou nessas calhas de rio, nas conversas com as mulheres eu sempre falei da importância desse nosso empoderamento como mulher. É fundamental para que nós possamos libertar outras mulheres, porque toda mulher tem essa força, esse poder dentro dela. Só que, porém, elas estão muito adormecidas, elas ainda não conseguiram se libertar disso. Para isso, é preciso que mulheres que já têm esse poder, falem com elas, cheguem com elas e fale para cada uma, você pode (entrevistas, 2024).

No processo de socialização e formação dos indivíduos, a mulher acaba introjetando certos “valores” e hábitos que refletem na relação com o outro. No caso de o outro ser do gênero masculino, inconscientemente, ela estabelece uma relação assimétrica, posto que a sociedade patriarcal naturaliza e impõe esse tipo de comportamento, haja vista, ser a sociedade o lugar onde nascem as consciências.

Foi, pois, neste sentido, que “o feminismo desenvolveu uma enorme interrogação sobre a vida das mulheres obscuras. Tornar visível, acumular dados, instituir lugares de memória” (Perrot, 2005, p. 42). A forma de desconstrução das ideias patriarcais de submissão das mulheres como uma condição naturalizada na sociedade, pode ser examinada dentro do pensamento ecológico e decolonial, que tenho adotado nas minhas pesquisas. Esta é uma fuga que me permite enveredar pelos caminhos da narrativa e da perspectiva autóctone, local, de ver o mundo.

A fala de Edna sobre a necessidade de contribuirmos para libertar as mulheres da escuridão, da opressão, é potente, um pedido de socorro para despertar as mulheres que se encontram adormecidas. Trata-se de um feminismo decolonial que busca empreender um movimento de contrahegemonia que reverta a “negação da humanidade das mulheres não-brancas, indígenas e afro-diaspóricas” (Espinosa et al, 2012, p. 404).

Acerca do apelo de Edna para as pesquisadoras contribuíram com a libertação das mulheres chegando junto a elas, para reafirmar que elas podem, Perrot (2005, p. 42), orienta-nos no seguinte sentido:

Tudo depende finalmente da natureza da relação com a pesquisadora: uma certa familiaridade pode vencer as resistências e liberar, ao contrário, um desejo recalçado de falar de si, com o prazer de ser levada a sério e, enfim, considerada sujeito da história.

O trabalho de organização das mulheres que Edna realiza na comunidade Brasília é incansável, ocorre no dia a dia e sempre que elas encontram espaço para conversarem, por meio das rodas de conversa. Nessas conversas ela sempre indaga as mulheres: “você consegue administrar a sua família, a sua casa? Então, você tem o poder de administrar o que você bem quiser. E você pode estar onde você quiser. Elas ficam olhando e depois dizem: sabe que isso é verdade!” (Edna, entrevista, 2024). E continua a narrativa nos seguintes termos:

Essas ideias estão embasadas na minha vivência, minha experiência. É algo que vem das nossas ancestralidades. Os espíritos de nossas ancestrais fazem com que a gente tenha essa força, essa coragem. Se hoje nós temos essa liberdade de poder falar, é porque no passado muitas guerreiras tiveram essa ousadia de lutar por isso. Hoje, resta para mim e para outras mulheres dar continuidade (Edna, entrevista, 2024).

As mulheres possuem uma consciência social entrelaçada aos espíritos de suas ancestralidades, avós, bisavós, mães, que transmitiram a elas os conhecimentos que possuem. Agora são elas que repassam aos seus filhos e às outras mulheres, pela via da oralidade, os conhecimentos que receberam. Krenak (2020), chama a atenção para o fato de que as ancestralidades dos povos indígenas, tem estreita ligação com as cosmovisões destes povos. A cosmovisão dos povos ameríndios assenta-se numa “constelação de povos que vieram há séculos nessa cordilheira e que tinham em comum, uma cosmovisão” (Krenak, 2020, p. 06). E continua o autor dizendo que, “essa cordilheira cheia de montanhas e vulcões, todos aparentados uns dos outros, tem o significativo nome de Pachamama, Mãe-Terra, coração da Terra” (Ibidem, p. 06).

A Pachamama é a grande ancestralidade, é o útero da Terra, uma força criadora, uma energia que estabelece conexão com todos os seres: animal, vegetal, mineral e humano. As mulheres da Amazônia profunda têm grande respeito e veneração pela Mãe-Terra, a Pachamama, de

onde elas retiram forças para a lida diária e a luta por seu empoderamento como mulheres líderes em suas comunidades. Numa comparação com a Pachamama, poderíamos dizer, a partir de Coler (2008, p. 22-23), que “o corpo feminino é a encarnação das forças da Natureza, a própria vida em sua capacidade de procriar. São identificadas com o Sol, pelo calor que gera o desejo e por sua luminosidade”.

Em continuidade à sua narrativa Edna se reporta ao fato de ela ter sofrido preconceito e discriminação por ser indígena. Vejamos:

Eu passei pelo racismo na cidade de Maués. Cheguei quase a ser apedrejada quando descobriram que eu era indígena. Quando eu saí da casa de trânsito² de Maués, que me viram saindo, não entendia porque os curumizão estavam me insultando. Entendi quando disseram, mas você é índia. Eu só não fui apedrejada porque os vizinhos que estavam lá enfrentaram os curumizão que saíram correndo. Muitas vezes, as pessoas não querem dizer que são indígenas por medo. Mas, eu não vou negar minha raiz, mesmo diante de situações difíceis. Reconhecer a nossa ancestralidade é o que nos faz ainda estar em pé (Entrevista, 2024).

O preconceito étnico no Novo Mundo foi violento contra os povos indígenas, especialmente contra as indígenas consideradas “mulheres exóticas e dispostas a satisfazer a lascívia do homem branco, quando na verdade o objetivo era povoar a Amazônia” (Torres, 2005, p. 27). Missionários, naturalistas e cronistas sentiram a necessidade de forjar situações, simular dados, acontecimentos e inventar vícios e desvios de condutas em relação às mulheres indígenas. A prática do canibalismo deturpada pelo naturalista, de forma proposital, e vista como um desvio de conduta, essa negatividade recaiu sobre a figura da mulher (Torres, 2005).

O período histórico da política pombalina (1759-1798) assumiu uma perspectiva sexista bem demarcada. A estrutura de poder se encarregou de forjar uma imagem para as mulheres indígenas associada ao erotismo sexual, tendo por base a sua nudez culturalmente instituída. Uma imagem difamatória, estereotipada, associada à promiscuidade sexual que se alastrou no mundo incrustando-se no imaginário social até os dias atuais.

Essa imagem negativa sobre as mulheres indígenas somada a outros preconceitos étnicos, como o fato de o indígena ser considerado sub-raça ou bicho (Torres, 2005), é percebida no quase apedrejamento

² A casa de trânsito é a casa que acolhe os indígenas que chegam a Maués vindo das aldeias ou comunidades do interior. É conhecida como a Casa do Índio.

da Edna como vimos em sua narrativa. Uma imagem negativa que se impõe como gatilho na mente das pessoas, que dispararam contra as mulheres indígenas, por puro preconceito e violência.

A discriminação das mulheres indígenas ocorre também dentro da sua etnia. Às vezes, a discriminação é transvestida de dado cultural como, por exemplo, proibir as mulheres de participar do processo de pilagem do guaraná para fazer o bastão que é o processo final da cadeia produtiva do guaraná. É a própria Edna que relata narra história, a saber:

Nós éramos proibidas de estar no meio dos homens no momento em que eles preparavam o guaraná para pilar. Diziam que mulher não era para estar ali, somente eles. Eu dizia, os homens não são melhores que as mulheres. Quer dizer que pra coletar o guaraná, para apanhar o guaraná a gente tá junto; se é pra descascar, fazer a torrefação, pra descascar o casquinho a gente tá junto. Por que na hora de preparar não podemos estar! Eu mostrei pra eles que o bastão não vai rachar se a mulher fizer. Então, fui fazer o processo: descasquei, pilei o guaraná e fiz o bastão; levei ao moqueador e deixei lá e não rachou. Então, mostrei pra eles que aquilo que eles diziam não era verdade (Entrevista, 2024).

E continua dizendo:

Fui assim, questionando as discriminações contra a mulher com o meu sogro que dizia que as mulheres não podiam estar nas conversas com os homens. Era os homens para um lado e as mulheres para o outro. Não é dessa forma, nós somos iguais. Fui batendo de frente. Como família quiseram nos afastar e eu continuei, passei por cima e foi bom porque conquistei meu espaço. Hoje, ele me vê como outra pessoa, ele me respeita e eu o respeito também. É preciso ter pulso, se impor, pois, no momento que os homens veem que você tem uma posição, eles passam a te respeitar (Entrevista, 2024).

A construção da consciência social e política da mulher se efetivava em meio à conflitos com a cultura dominante de supremacia do homem sobre a mulher. Cordeiro (2010, p. 157), lembra que “as mulheres dizem que anteriormente não era possível dar opinião nem em casa. Elas aprenderam a falar e a não ter vergonha de manifestar suas ideias e opiniões em vários espaços”. Os primeiros conflitos começam no âmbito da família quando as mulheres começam a cavar o seu próprio espaço como, por exemplo, emitir a sua opinião sobre as relações dentro do grupo familiar. Este é o primeiro passo dado rumo à sua cidadania.

A questão da cidadania das mulheres no Brasil pode ser visualizada nos marcos de dois momentos bem distintos, isto é, apresenta

dois recortes históricos bastante acentuados. Conforme Caldas (1997, p. 432), “o primeiro momento vincula-se ao advento da República, quando este conceito era utilizado como denominador de elementos que constituíram a nossa brasilidade, enfatizando o binômio moral e civismo”. Acrescenta a autora dizendo que “o segundo momento está relacionado aos movimentos sociais e populares [...] ligado ao reconhecimento de direitos e deveres dos cidadãos enquanto sujeito coletivo”.

Edna lembra que as mulheres de sua comunidade eram tímidas e acanhadas para falar em público dentro da própria comunidade, e ela foi construindo com elas os espaços de fala, conscientizando-as sobre o seu papel social. Segundo ela própria, “pude alertar outras mulheres sobre a violência doméstica, e criamos um grupo na comunidade. A gente se reúne para conversar, trocar ideias, elas eram muito tímidas” (Entrevista, 2024). E continua sua narrativa dizendo que,

Hoje eu me alegro porque elas estão envolvidas como liderança na cooperativa. Estão empoderadas, têm poder de fato, elas podem dizer: eu posso. Acho que elas já estão se sentindo com a autoestima muito mais elevada, sentindo-se valorizadas. O empoderamento está crescendo (Edna, entrevista, 2024).

Cordeiro (2010, p. 157), aponta para o fato de que,

Isso envolve reconhecer que no espaço público há um jeito de falar, que este jeito se aprende e que apesar disso as pessoas se expressam de diferentes formas. Implica também adquirir novos repertórios linguísticos e superar o medo de falar errado.

No Brasil, a cidadania e a política de gênero esteve ligada fundamentalmente, ao reconhecimento da participação política das mulheres na sociedade. No início do século XX a ação política feminista toma maiores proporções, “culminando com a fundação da Liga pela Emancipação Intelectual da Mulher, em 1920, mais tarde conhecida como Federação Brasileira pelo Progresso Feminino. A luta, neste sentido, passa a ser não apenas pelo reconhecimento do direito ao voto, mas também, pela cidadania plena” (Caldas, 1997, p. 432).

Miguel (2014, p. 17), assinala dizendo que “o pensamento feminista caminhou para uma crítica ampla do mundo social, que reproduz assimetrias e impede a ação autônoma de muitos de seus integrantes”. As mulheres organizaram-se em clubes, associações, ligas, sindicatos, objetivando pugnar os direitos civis e políticos, tendo em vista a construção de sua cidadania.

Em 1932, no governo de Getúlio Vargas, as mulheres conquistaram o direito ao voto, fruto de lutas empreendidas desde o final do século XIX e início do século XX. Nesse período, a luta das mulheres era encampada pela União Feminista, entidade que se articulava com a Aliança Nacional Libertadora, “cujo objetivo era barrar o fascismo, adotando o lema ‘pão, terra e liberdade’, a qual é colocada na ilegalidade em 1935, ocasião em que foram presas suas lideranças, entre elas Olga Benário Prestes” (Caldas, 1997, p. 432).

Note-se que a luta das mulheres pela sua cidadania é árdua e conflituosa. Como diz Milton Santos (1987), a cidadania não cai do céu, nenhum direito caiu do céu, todos foram conquistados. Se, hoje, as mulheres da comunidade de Brasília estão empoderadas, é porque elas lutaram muito para construir os seus espaços. “Sair de casa para as mulheres surge como um aprendizado e uma conquista” (Cordeiro, 2010, p. 159).

E foi com a consciência de seu espaço de participação social que as mulheres de Brasília criaram “um grupinho para discutir e encaminhar as nossas questões na comunidade. No início nós éramos só oito, depois foi ampliando, e nos reunimos uma vez por mês, geralmente no domingo depois do culto (Edna, entrevista, 2024). Conforme Miguel (2014, p. 17), “não é mais possível discutir a teoria política ignorando ou relegando às margens a teoria feminista [...]. É um pensamento que parte das questões de gênero, mas vai além delas, reorientando todos os nossos valores e critérios de análise”.

O PAPEL DAS MULHERES NA ENERGIA SOLAR

As mulheres no mundo inteiro, principalmente na África e no Brasil, estão buscando compreender os serviços de energia como um fator fundamental para vislumbrar a igualdade de gênero. A iluminação beneficia mais mulheres do que homens, pois as mulheres tendem a ficar mais tempo em casa. Iluminação, rádio e televisão contribuem para melhorar o acesso à informação, aumentam a capacidade de estudar e prolongar a jornada de trabalho efetiva. Edna chama a atenção para o fato de que,

A energia solar é importante para a comunidade porque economiza dinheiro com combustível e traz segurança também, no sentido de que não vai poluir o meio ambiente. Essa energia é gerada pelo sol, então, a gente não vai ter gasto econômico. E todas as famílias vão usufruir de energia limpa. Vai trazer grandes benefícios para os

comunitários, principalmente para as mulheres que vão poder ter o seu freezer e eletrodomésticos para poder guardar seus alimentos por mais tempo (Entrevista, 2024).

A luta das mulheres pelo reconhecimento de sua cidadania tem como horizonte a busca da igualdade de gênero, em todos os sentidos. A luta das mulheres da Amazônia assenta-se num ecofeminismo amplo e irrestrito enquanto sujeito político do ponto de vista da participação social em favor da floresta em pé e da energia limpa. Biroli (2014, p. 110), considera que “as desigualdades estruturais impactam as possibilidades de autodefinição e as oportunidades disponíveis para as pessoas”.

A construção da igualdade de gênero é uma frente de ação importante para debelar a desigualdade estrutural que atinge as mulheres. Esta frente de ação busca justamente “avançar na politização da teoria política, ao enfrentamento de dois problemas de primeira ordem: a redução da subordinação e a criação de uma sociedade mais democrática” (Biroli, 2014, p.111).

O usufruto dos comunitários de Brasília no que diz respeito à energia limpa, solar, sem poluição, é também uma luta por justiça ambiental. O ecofeminismo dessas mulheres abraça com força e vigor a defesa do direito do meio ambiente, do direito das florestas, das árvores e dos animais. O direito de não inalarem poluição, ar carregado e pesado, que agrava a crise ambiental. Conforme Pan et al (2022, s.p), “a menor e desproporcional participação feminina, bem como a discriminação e as diferentes desigualdades enfrentadas pelas mulheres, demandam esforços de apoio para sua inserção, permanência e contínuo desenvolvimento”, no âmbito da energia solar.

Edna Viana, retratada neste estudo, adverte para o fato de que se não ficarem atentas, as mulheres são preteridas, em suas comunidades no que diz respeito à organização da energia. Ao se referir à comunidade de Brasília onde existe energia solar de forma residual e pontual, ela afirma o seguinte:

Não vi nenhuma mulher participando da pré-oficina que fizeram na comunidade para a questão da energia. Não tem nenhuma mulher capacitada para saber como ligar, desligar as placas, essa coisa tudinho. Pessoas foram capacitadas e não chamaram as mulheres, é necessário ter capacitação para elas, criar uma organização dirigida por elas para a questão da energia, tem que ser algo específico para elas (Entrevista, 2024).

Em Weber (1991), compreendemos que o sentimento de pertença é aquele em que as semelhanças e os antagonismos de hábitos e costumes convergem, contribuindo “para despertar a conscientização da identidade do grupo, que ao se apor à uma lógica de dominação, constroem formas diferenciadas de sobrevivência” (Rodrigues, 2018, p.54). As mulheres como parte do grupo comunitário, em condições identitárias de pertença, na medida em que são preteridas da organização da energia, podem construir a identidade de resistência, como pontua Castell (1999).

A história já demonstrou que as mulheres têm que lutar pelos seus direitos, eles não vão chegar a elas gratuitamente, tem um preço a pagar que é a sua luta, o seu engajamento e participação social ativa. A luta pela cidadania “entendida como direito de reivindicar os direitos” (Caldas, 1997, p.436), só existe, segundo Corve (1991), se houver a prática da reivindicação. No caso das mulheres, elas precisam construir e apropriar-se de seus espaços, da pugna para fazer valer os seus direitos dentro do grupo comunitário. O sentido “do nós ganha força, transformando esses espaços em territórios de resistência” (Rodrigues, 2018, p. 54).

Edna Viana tem consciência de que as mulheres de Brasília precisam tomar parte nos rumos da comunidade, organizando-se “para reivindicar melhorias na educação para os seus filhos, uma educação de qualidade dentro do campo; reivindicar o direito à saúde, buscando alternativas através da medicina tradicional, com os pajés, benzedores” (Edna, entrevista, 2024). E acrescenta:

É preciso também que a gente busque, vá em busca de aprendizagem, de estudo. Os povos indígenas, as pessoas miúdas, que são invisíveis dentro da floresta, são as que mais sofrem, são as mais excluídas da sociedade, elas precisam ser valorizadas e respeitadas (Edna, entrevista, 2024).

Construir os lugares e os espaços dentro da comunidade supõe organização, exige negociação da política com os homens em meio aos desafios e vicissitudes. Implica num certo preparo não só em termos de educação formal, mas também de leitura de mundo, pois, “compreender é opor à palavra do locutor uma contra-palavra” (Bakhtin, 1986, p.132). As mulheres precisam construir a sua própria história (Freire, 1993). O lugar, diz Augé (1994, p.73), “se completa pela fala, na troca alusiva de algumas senhas, na convivência e na intimidade cúmplice dos locutores”.

A cultura Sateré-Mawé da qual Edna Viana é tributária, traz em seus acervos conhecimentos ancestrais adquiridos em séculos, incluindo a organização social. De acordo com Torres (2014, p.32), “a mulher aparece como chave central, uma força capaz de atos grandiosos que fundam não só os seres viventes, mas também todo o sistema moral e estético de um povo”.

A figura da mulher é estruturante da etnia Sateré-Mawé, ela aparece no seu nascedouro, quando seu filho morto ressuscita em seus braços e profere os preceitos e os rumos que os seus descendentes deverão observar dentre da etnia. Ela tem a sua função social dentro da etnia, o que ocorreu, com efeito, foi a ocultação das mulheres indígenas nos processos históricos. Para Torres (2014, p.25), “o silenciamento e a invisibilidade produzida sobre as mulheres da Amazônia é uma violência de gênero”.

A Amazônia deve ser enxergada por meio de uma visão multidimensional, evidenciando os aspetos das relações de poder que engendram as relações sociais. É necessário expor as flutuações dos processos socioculturais dos povos indígenas, buscando reconstruir o estatuto ontológico de sua gente.

As relações de gênero engendram a cultura Sateré-Mawé do início ao fim, com todas as suas simetrias e assimetrias. As mulheres têm um espaço que é exclusivamente seu e não pode ser substituído pelo homem, que é a feitura do sakpó, a bebida sagrada dos Wawé, que é feita pela mulher unicamente. A mãe que gestou o filho e o pariu, é aquela que rala o guaraná (o filho) e o apresenta às pessoas numa reunião, em forma de bebida sagrada, para iluminar as mentes e assim chegarem a um bom acordo político ao término da reunião.

Edna, como uma genuína Mawé, é detentora desses conhecimentos passados de geração a geração. Tomou para si esses ensinamentos e os colocou em prática, organizando as mulheres em grupo para tomarem parte nos rumos de sua comunidade com determinação e liderança.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Historicamente, as mulheres da Amazônia têm sido invisibilizadas pela historiografia regional e pelas ciências. É bem recente a existência de pesquisas sobre mulheres e relações de gênero na região, uma maneira inicial de preencher a lacuna de gênero e de dar visibilidade a elas.

Edna Viana é uma mulher indígena que ousou enfrentar a dominação masculina em sua comunidade, construindo a si mesma, em meio

aos olhares machistas e à depreciação de sua pessoa. Nesse processo de tomada de consciência frente à desigualdade de gênero, Edna Viana, foi se transformando numa liderança proeminente em sua comunidade, lutando contra a violência doméstica e a discriminação, contribuindo dessa forma para o empoderamento de outras mulheres.

Esse empoderamento feminino compõe aquilo que a ODS nº 5 (Objetivo de Desenvolvimento Sustentável) denomina de busca pela equidade de gênero no século XXI. Ademais, esse empoderamento feminino no âmbito de uma política de energia solar, permite a elas retomarem seus estudos, pois, tendo iluminação a noite elas podem estudar, já que trabalham durante o dia. Este é, pois, um repto, uma dívida social e histórica que o Estado brasileiro deve às mulheres da Amazônia profunda.

Nesta oportunidade agradecemos à Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas (Fapeam), que aportou recursos com auxílio financeiro para esta pesquisa. Sem este auxílio não teria sido possível a elaboração deste diagnóstico e inventário, o que nos permitiu contar a história de uma liderança feminista da Amazônia.

REFERÊNCIAS

AUGÉ, Marc. Não-lugares: introdução a uma antropologia da supermodernidade. Campinas, São Paulo: Papirus, 1994.

BAKHTIN, Mikhail. Maxismo e filosofia da Linguagem. São Paulo: Hucitec, 1986.

BONNACHI, Gabriela; GROPPI, Ângela. O dilema da cidadania: direitos e deveres das mulheres. Traduzido por Álvaro Lorencini. São Paulo: UNESP, 1995.

BIROLI, Flávia. Autonomia, dominação e opressão. In: MIGUEL, Luis Felipe; BIROLI, Flávia. Feminismo e política: uma introdução. São Paulo: Boitempo, 2014.

CALDAS, Iraildes. Cidadania e política de gênero: um estudo teórico-cúctico da ação reivindicativa das mulheres operárias em Manaus. In: ÁLVARES, Maria Luzia Miranda; SANTOS, Eunice Ferreira dos (org). Desafios de identidade: espaço-tempo de mulher. Belém: CEJUP: GEPEM: REDOR, 1997.

CASTELL, Manuel. O poder da identidade: a era da informação, polí-

tica e sociedade. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

COLER, Ricardo. O reino das mulheres: o último matriarcado. Traduzido por Sandra Martha Dolins SKY. São Paulo: Planeta do Brasil, 2008.

CORDEIRO, Rosineide de L.M. Empoderamento e mudança das relações de gênero. As lutas das trabalhadoras rurais do Sertão Central de Pernambuco. In: SCOTT, Parry; CORDEIRO Rosineide (org). Aquicultura familiar e gênero: práticas, movimentos e políticas públicas. 2ed. Recife: Editora Universitária da UFPE, 2010.

CORVE, Maria de Lourde Manzini: O que é cidadania. São Paulo: Brasiliense, 1991.

ESPINOSA, Yuderlys et al. Reflexões pedagógicas sobre feminismo decolonial: uma conversa em quatro vozes. In: WALSH, Catherine. Pedagogias decoloniais: práticas insurgentes de resistir (re) existir y (re) vivir. Tomo I. Série Pensamento Decolonial, 2012.

FREIRE, Paulo. Professor sim, tia não: cartas a quem ousar ensinar. São Paulo: olho d'Água, 1993.

KRENAKI, Aiton. Caminhos para a cultura do em viver. Organizado por Bruno Maia. Rio de Janeiro: Escola Parque do Rio de Janeiro, 2020.

MIGUEL, Luis Felipe. O feminismo e a política. In: MIGUEL, Luis Felipe; BIROLI, Flávia. Feminismo e política: uma introdução. São Paulo: Boitempo, 2014.

PAN, Aline Cristiane et al. Perspectivas de resistência de gênero: ações da Rede Brasileira de Mulheres na Energia Solar. In: Anais do Congresso Brasileiro de Energia Solar. Florianópolis, SC, 2022.

PERROT, Michelle. As mulheres ou os silêncios da história. Traduzido por Viviane Ribeiro. Bauru, São Paulo: EDUSC, 2005.

RODRIGUES, Eliana Teles. Representação e afirmação da identidade nos processos de construção da territorialidade. In: RIBEIRO, Joyce Otânia Seixas et al (org). Identidades: novas configurações em territórios múltiplos. Curitiba: CRV, 2018.

SANTOS, Milton. O espaço do cidadão. São Paulo. Nobel, 1987.

TORRES, Iraíldes Caldas. Mulheres indígenas, silêncios e exclusão etnológica. In: TORRES, Iraíldes Caldas (org). Mulheres Sateré-Mawé, a epifania de seu povo e suas práticas sociais. Manaus: Valer, 2014.

TORRES, Iraildes Caldas. As novas amazônidas. Manaus: Edua, 2005.

WEBER, Max. Economia e sociedade. V.I. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1991.

CADERNETAS AGROECOLÓGICAS TORNAM VISÍVEL O PROTAGONISMO DAS MULHERES RURAIS DO SEMIÁRIDO DA BAHIA

Ana Elizabeth Souza Silveira de Siqueira¹
Cecília Maria Bacellar Sardenberg²

INTRODUÇÃO

Este artigo apresenta uma parte da investigação em curso sobre a contribuição das mulheres agricultoras para a agroecologia na economia do seu agroecossistema, possibilitada pela quantificação da renda aí gerada, a diversidade de produtos, as práticas e manejos agroecológicos, nas atividades desenvolvidas no quintal doméstico e seu entorno, conforme revelados pelo uso das Cadernetas Agroecológicas. A pesquisa foi realizada com 268 mulheres agricultoras que utilizam a Caderneta Agroecológica e participam do Projeto de Desenvolvimento Rural Sustentável da Região Semiárida da Bahia – Pró-Semiárido, executado pela Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional – CAR, empresa pública do Estado da Bahia, vinculada à Secretaria de Desenvolvimento Rural – SDR, em parceria com o Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola – FIDA, projeto no qual atuo como Assessora de Gênero e Extensionista. O estudo focou na área de abrangência do Pró-Semiárido e envolveu 32 (trinta e dois) municípios da região Centro-Norte do Estado da Bahia.

A Caderneta Agroecológica é um instrumento político-pedagógico criado pelo Centro de Tecnologias Alternativas da Zona da Mata – CTA/ZM em conjunto com o Movimento de Mulheres da Zona da Mata e Leste de Minas Gerais, em 2011, para mensurar e dar visibilidade ao trabalho de agricultoras agroecológicas e colaborar para a promoção da sua autonomia, como um instrumento de mobilização, ação e reflexão, não apenas um mero caderno de anotações. A Caderneta é apresentada

¹Engenheira Agrônoma (UFRPE), Mestre e Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismo (PPG-NEIM), Universidade Federal da Bahia.

² Doutora em Antropologia Social, Boston University; Pós Doutor(a) –Institute of Development Studies, Brighton, Reino Unido. Professora Permanente do Programa de Pós-Graduação em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismo (PPG-NEIM), Universidade Federal da Bahia.

em formato simples com quatro colunas para organizar as informações sobre a produção das mulheres. Ou seja, nela são registrados os produtos de origem animal e vegetal, mas também produtos não agrícolas como artesanatos, suas quantidades e valores monetários que foram consumidos, vendidos, doados e trocados.

É importante ressaltar que a Caderneta Agroecológica foi criada a partir de um processo de formação de com mulheres agricultoras, intitulado Programa Mulheres e Agroecologia, realizado pelo CTA/ZM, na perspectiva da agroecologia para além da transição para um modelo agrícola que não usa agrotóxicos e adubos químicos na produção de alimentos, mas também como conhecimento científico e prática.

A agroecologia tem sua base tecnológica na preservação dos recursos naturais, no manejo sustentável da biodiversidade, na diversidade de culturas, na autonomia das famílias e no respeito ao meio ambiente; valoriza o saber do agricultor e da agricultora, respeita suas tradições e suas experiências; supõe o diálogo e a interação entre eles e elas e os técnicos e técnicas. Nas palavras de Susanna Hecht (2002, p. 26), *“é uma abordagem agrícola que incorpora cuidados especiais relativos ao ambiente, assim como aos problemas sociais, enfocando não somente a produção, mas também a sustentabilidade ecológica do sistema de produção”*. Na agroecologia não basta apenas interagir com o meio ambiente produzindo com práticas sustentáveis, pois os problemas sociais – como os conflitos de classe – precisam ser enfrentados, as relações desiguais de gênero precisam ser transformadas, assim como combater o racismo, o sexismo e as desigualdades entre gerações.

Esta concepção traz um elemento que é fundamental para nosso estudo: o protagonismo dos agricultores e agricultoras em sua grande diversidade de identidades – agricultores/as familiares, quilombolas e outros povos e comunidades tradicionais do campo, das águas e das florestas, inclusive indígenas, nos diferentes ecossistemas e biomas brasileiros – como elemento central na construção de um novo desenvolvimento rural e, nele, a importância do papel desempenhado pelas mulheres na sustentabilidade desta agricultura e deste desenvolvimento. No entanto, ainda é preciso incorporar transversalmente à agroecologia a perspectiva de gênero de forma mais consistente, com análises profundas e com estratégias metodológicas transformadoras, pois permanece o desafio de reconstruir as relações sociais de gênero mais equitativas entre homens e mulheres do campo, nos espaços produtivos e reprodutivos e nos mercados locais. Isto implica em visibilizar as mulheres na produção e na comercialização dos produtos, e não só na esfera doméstica, percebendo sua grande contribuição para a economia familiar e

da comunidade, com a perspectiva de um envolvimento consciente na gestão dos recursos, inclusive financeiros.

MÉTODOS E TÉCNICAS

O intuito do estudo é investigar como o processo metodológico de utilização da ferramenta Caderneta Agroecológica desencadeia aprendizados, mudanças e transformações nas relações sociais de gênero. E perceber em que medida a questão de gênero interfere na organização social do espaço público e privado e leva a pensar nos valores e contravalores que estão associados a cada uma das designações atribuídas a homens e a mulheres na sociedade contemporânea.

Esta pesquisa contribui para a agroecologia ao sinalizar que é necessário utilizar ferramentas metodológicas específicas para o trabalho com mulheres, que possibilitem refletir sobre as desigualdades das relações sociais de gênero no universo rural, com as lentes feministas e da interseccionalidade. Inquirimos em que medida a Caderneta Agroecológica, uma ferramenta de registro das mulheres, das suas atividades produtivas, sobre sua gestão, vai possibilitar um processo de conscientização delas, de suas famílias e de suas comunidades, para o reconhecimento de sua importância para economia familiar e empoderamento delas.

As Cadernetas Agroecológicas são um dos caminhos encontrados para reconhecer, analisar e valorizar a contribuição das mulheres rurais na economia familiar e na reprodução do seu agroecossistema. Para Siliprandi, “o agroecossistema é definido como um específico de ecossistema, modificado pela ação humana por meio das atividades agrícolas [...], mas também as interações entre os seres humanos, sua história e sua cultura” (Siliprandi, 2009, p. 108). Nesta perspectiva, vamos reconhecer não só os fenômenos ecológicos bioquímicos e agrônômicos, mas também interagir com elementos decisivos na realidade destas comunidades em seus territórios – história, cultura, técnicas e processos de produção, memória, tradições e saberes locais – principalmente das mulheres rurais, ao resgatar e dar visibilidade as suas práticas e conhecimentos.

O estudo está sendo realizado com base nos pressupostos teórico-metodológicos da integração dos métodos qualitativo-quantitativo e da pesquisa participante, como uma abordagem científica que valoriza a participação das mulheres agricultoras na construção do conhecimento agroecológico e reconhece também a importância dos técnicos e técnicas como mediadores e facilitadores do processo das práticas que empoderam as rurais.

O caminho metodológico percorrido na pesquisa teve início com a aplicação de um Questionário de Caracterização Socioeconômica (QCS) com cada uma das 268 agricultoras que participam do Pró-Semiárido e aceitaram utilizar a Caderneta Agroecológica, com o objetivo de levantar o perfil socioeconômico destas mulheres e a sua participação política. Depois realizamos reuniões em grupos menores para a elaboração dos Mapas da Sociobiodiversidade, que é um mapa do agroecossistema de cada unidade familiar, em que as mulheres desenharam suas unidades produtivas identificando os agroecossistemas existentes e sinalizando com os símbolos do masculino e do feminino quem assumia as atividades e quem tinha o protagonismo naquele agroecossistema.

Depois disso é que as mulheres iniciaram as anotações nas Cadernetas Agroecológicas, registrando por 12 meses, de setembro de 2020 a agosto de 2021, durante a pandemia da Covid-19. Vale ressaltar que as mulheres pesquisadas, por conta da pandemia, enfrentaram muitos desafios e dificuldades, como o isolamento social que rompeu com a dinâmica de reuniões e encontros presenciais entre elas, onde refletiam sobre diversos temas, como as relações de gênero, a divisão injusta das tarefas domésticas, a agroecologia, o feminismo. Elas também enfrentaram o adoecimento físico e mental, como o sentimento de perda, insegurança, incertezas do futuro, morte de familiares e de pessoas amigas. E algumas delas enfrentaram a violência doméstica e a psicológica e o aumento da sobrecarga de trabalho doméstico e de cuidados. Apesar da pandemia, as mulheres conseguiram produzir e registrar nas Cadernetas Agroecológicas suas produções agrícolas, pecuárias e não agrícolas, nas quatro colunas (consumo, doação, troca e venda), dados que foram passados para planilhas de Excel, analisados e socializados com as mulheres.

RESULTADOS

Um dos principais resultados quantitativos e qualitativos da sistematização da produção agropecuária e não agrícola das 286 mulheres agricultoras do semiárido baiano que anotaram durante um ano nas Cadernetas Agroecológicas, no período de setembro de 2020 a agosto de 2021, foi a evidência da diversidade de seus produtos, um total de 659 tipos de produtos diferentes. Observamos a grande quantidade identificada de tipos de produtos, distribuídas nos sete grupos pré-definidos, basicamente cultivados em seus quintais produtivos ou agroecológicos. O quintal é um agroecossistema com diversidade de produtos de origem

animal e vegetal, que propicia a geração de renda mensal, as práticas agropecuárias, as experimentações e as trocas de saberes das mulheres, se constituindo como um lugar fundamental de aprendizados e para a reprodução da vida cotidiana. Segundo Laeticia Jalil, “o quintal é um espaço de protagonismos das mulheres se apresentando como um local de vida, onde cultivam as sementes, cuidam dos animais, manejam os ecossistemas, transmitem conhecimento, e assim cultivam a vida” (Jalil *et al.*, 2019, p. 99). As mulheres pesquisadas contribuem para a economia familiar, para a garantia da soberania e segurança alimentares e na conservação da biodiversidade, o que pode ser conferido na Tabela 01.

Tabela 01: Diversidade de produtos registrados nas Cadernetas Agroecológicas

Tipos de produtos		Quantidades
1.	Frutas, verduras e legumes	274
2.	Plantas e preparos medicinais	163
3.	Alimentos de origem animal	70
4.	Mudas e sementes	59
5.	Alimentos de origem mista	57
6.	Produtos artesanais	20
7.	Outros (gelo e ração)	16
TOTAL		659

Fonte: Elaboração própria (2024).

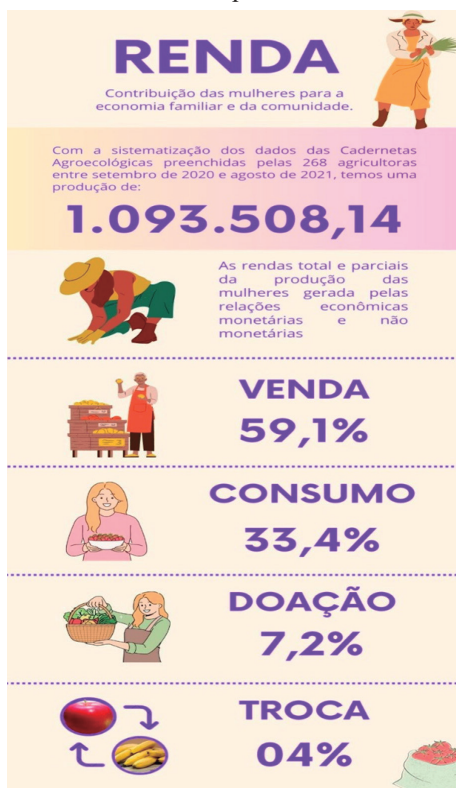
Essa grande quantidade e diversidade de produtos demonstra a riqueza da cultura alimentar do semiárido brasileiro e dá visibilidade ao trabalho produtivo e reprodutivo, quase sempre invisível, e comprova o aporte das mulheres do campo para a conservação da agrobiodiversidade da caatinga e para a soberania e segurança alimentares de suas famílias. As mulheres trazem em sua genética ancestralidades, modos e práticas de vida, fortalecidos em suas identidades socioculturais de camponesas, de agricultoras familiares, assentadas da reforma agrária, pescadoras e de comunidades de Fundo de Pasto, o que colabora com a agroecologia, ao diversificar os produtos, preservar e conservar as sementes nativas ou crioulas e a cultura alimentar saudável, sem agrotóxico e adubo químico, conhecimento que é passado de geração em geração.

Outra contribuição dada por elas é na economia do seu agroecossistema, possibilitada pelo planejamento e quantificação da renda monetária e não monetária aí gerada, com a diversidade e qualidade de

produtos. Notamos que mesmo ao precificar os produtos para o consumo, doação e troca, as mulheres não só focam na renda econômica da sua produção, mas também consideram os demais sentidos da produção que são a solidariedade e a reciprocidade, práticas que estão desaparecendo, devido à lógica produtivista, competitiva e individualista do sistema capitalista, que só valoriza o monetário, o que vai para o mercado.

Revelou-se também, que há mudanças nas ideias e atitudes das mulheres, de suas famílias e de suas comunidades. Com os resultados numéricos da produção das mulheres, suas famílias começaram a reconhecer-las e respeitá-las também pelo trabalho produtivo. Podemos visibilizar esses valores da renda das mulheres sistematizados nas Cadernetas Agroecológicas apresentadas no infográfico da Figura 01.

Figura 01: Infográfico com os principais resultados da renda monetária e não monetárias. Fonte: Arquivo do Pró-Semiárido (2022)



Fonte: Cadernetas Agroecológicas.

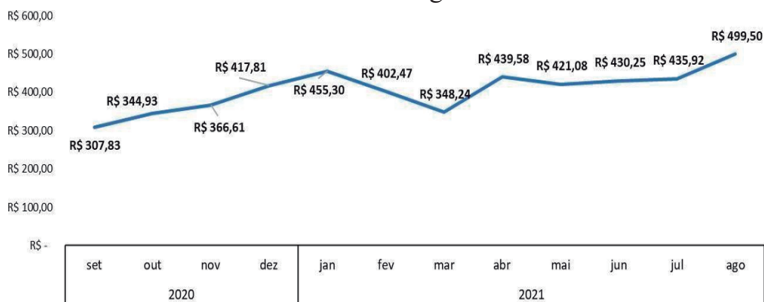
As rendas totais e parciais da produção das mulheres geradas pelas relações econômicas monetárias – venda (59,1%) – e não-monetárias – consumo (33,4%), doação (7,2%) e troca (04%) – são os resultados mais significativos da pesquisa que comprovam a contribuição das mulheres para a economia familiar e da comunidade. Podemos observar que, apesar de 59% da produção das mulheres serem vendidos e 33% para o consumo da família, a lógica delas não é centrada no mercado, é destinada, principalmente, ao consumo da família, depois à venda, na perspectiva da geração de renda.

A relação não monetária “troca de produtos” deu 0,4%, uma percentagem muito baixa; acreditamos que em razão de que nem todas as mulheres anotam estas ações, que são práticas muito comuns – por exemplo, trocas de alimentos preparados ou in natura, ovos, sementes, mudas – que tendem a ser subnotificadas. Constatamos que a troca e a doação de produtos são feitas dentro da própria comunidade, com familiares e amigos.

O valor total referente a produção é à soma dos valores dos produtos de origem animal e vegetal consumidos, dados, trocados e vendidos no circuito curto de comercialização, seja diretamente aos consumidores em sua própria residência, na comunidade e em feiras livres e/ou agroecológicas, onde se constroem relações com os consumidores, que procuram e valorizam os produtos locais, frescos, autênticos, saudáveis, sazonais e que geram renda para as mulheres.

No Gráfico 01 abaixo apresentamos a renda média durante os 12 meses de anotação da produção das agricultoras em seus agroecossistemas.

Gráfico 01: Renda média das 268 agriculturas, entre os meses de setembro/2020 a agosto /2021



Fonte: Relatório do Pró-Semiárido/CAR (2022).

Note no Gráfico 01, que entre setembro/2020 e janeiro/2021, a renda variou, teve um aumento de 48%, mesmo com poucas chuvas neste período, que normalmente faz parte do período chuvoso de grande parte do semiárido baiano. Acreditamos que se deva ao investimento do Projeto Pró-Semiárido em tecnologias sociais de armazenamento de água para produção, como cisternas de produção e barreiros-trincheiras, nas comunidades destas agricultoras. Embora no mês de fevereiro/2021 e março/2021 haja uma queda na renda média, observamos que no mês de março de 2021 ocorreram os maiores volumes de chuva observados na Bahia, que oscilaram entre 60 mm e valores acima de 100 mm. Vê-se no gráfico que a renda média das mulheres volta a aumentar em abril/2021 e mantém-se em valores aproximados. Em agosto/2021, a renda média chega R\$ 499,50, maior valor observado.

Averiguamos que o valor da renda média mensal gerada por cada agricultora foi de R\$ 403,96, que é bastante significativa para a formação da renda familiar, principalmente no período da pandemia, mas também possibilitou uma maior compreensão das próprias mulheres sobre seu potencial produtivo e teve o reconhecimento de seus familiares da importância de seu trabalho para a manutenção da estrutura econômica familiar.

As experiências das mulheres por meio das Cadernetas Agroecológicas tornaram visíveis não só o potencial produtivo, mas também as desigualdades de gênero, presentes no cotidiano de suas vidas, deixando evidente a separação de atividades de homens e de mulheres, além de deixar perceptível que as atividades realizadas pelos homens têm maior valor social, quando comparamos com as atividades de reprodução e de trabalho doméstico não remunerado. Comprovamos a hierarquização das relações sociais de gênero, a submissão e de exploração das mulheres, a presença cristalizada do patriarcado fortemente enraizado na estrutura familiar.

Os resultados das anotações das Cadernetas colaboraram para o reconhecimento da contribuição econômica das mulheres e para romper com a ideia de que o trabalho produtivo das mulheres é uma extensão do trabalho doméstico, pelo fato das atividades produtivas das mulheres rurais quase sempre serem desenvolvidas nos quintais e ao redor das casas.

Os Mapas da Sociobiodiversidade fazem parte da metodologia do uso das Cadernetas Agroecológicas e foram fundamentais para aprofundar a reflexão com as mulheres sobre as relações sociais de gênero. Esse processo de refletir ao desenhar sua propriedade, situando os es-

paços do agroecossistema ou os subsistemas que fazem parte de sua responsabilidade, de seu poder de decidir ou não o que plantar, como e para quê, proporcionou momentos de muitos aprendizados, inclusive desencadeou uma maior compreensão sobre como se materializam as relações de poder nesses espaços, no cotidiano dos seus trabalhos.

Também possibilitou resgatar sua autoestima ao visualizar o seu protagonismo, seu poder produtivo, em diversidade, qualidade e quantidade de produtos, perceber que suas práticas colaboram para a conservação da agrobiodiversidade da caatinga, seu papel na transformação do sistema agroalimentar, na garantia da segurança alimentar e nutricional de suas famílias, perceber e reconhecer seu valor e sua contribuição para sua reprodução econômica, ambiental e social de sua comunidade.

Outro resultado foi o maior entendimento, por parte das próprias mulheres, de que o que elas fazem no campo é agroecologia e que o feminismo é o caminho para romper com a ordem social patriarcal vigente, que desvaloriza, subordina e a explora. A metodologia da Caderneta Agroecológica possibilitou a essas mulheres entender seu valor e a sua contribuição para a agroecologia, ao ponto de levá-las a afirmar que a agroecologia ainda precisa questionar as relações desiguais de gênero no campo, onde o controle dos recursos ainda é masculino, onde a divisão do trabalho é pelo sexo e a tomada de decisões na maioria das unidades familiares ainda é dos homens, sem nem ouvirem as mulheres. Por isso, as mulheres que utilizam as Cadernetas Agroecológicas afirmam seu papel na construção da agroecologia e seguem justificando e bradando o lema “Sem Feminismo não há Agroecologia”, construído pelo Grupo de Trabalho de Mulheres da Articulação Nacional de Agroecologia (GT Mulheres da ANA).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Finalizamos afirmando que, por intermédio dos resultados dos registros da sua produção nas Cadernetas Agroecológicas, estas mulheres do semiárido baiano, com suas diversas identidades socioculturais, comprovaram e deram visibilidade à contribuição do seu trabalho na esfera produtiva para a agroecologia, pois são portadoras de saberes, conhecimentos e técnicas ancestrais, fundamentais para a reprodução da vida. Identificamos as práticas agroecológicas utilizadas por elas, que colaboram para a conservação da biodiversidade do bioma Caatinga, com um amplo leque de espécies nativas e cultivadas, uma grande diversidade de alimentos e fortalecimento dos canais de comercializa-

ção de ciclo curto, que favorecem a vida das mulheres e de suas comunidades.

As rendas monetárias e não monetárias geradas garantem a segurança alimentar e nutricional de suas famílias, potencializam as dinâmicas organizacionais e fortalecem o mercado local. É evidente a contribuição econômica, ecológica, social e cultural das mulheres rurais para a economia familiar e para agroecologia.

A metodologia de utilização da ferramenta Caderneta Agroecológica se materializa como uma metodologia feminista, ao suscitar processos de aprendizados não só organizativos, técnicos, produtivos, de comercialização e geradores de renda, mas também de conscientização, que provocam metamorfoses nas mulheres levando-as a tentarem transformar suas relações desiguais de gênero, seja na família e/ou na comunidade. Além de entenderem e reconhecerem seu protagonismo em suas vivências cotidianas e perceberem a importância e a força do feminismo comunitário para efetivar mudanças reais em suas vidas.

REFERÊNCIAS

HECHT, Susanna. A evolução do pensamento agroecológico. In: ALTIERI, Miguel. Agroecologia: bases científicas para uma agricultura sustentável. São Paulo: Expressão Popular, 2002. p. 21-52.

JALIL, Laeticia et al. Caderneta Agroecológica: a contribuição das mulheres para a soberania e segurança alimentar e conservação da agrobiodiversidade. Cadernos de Ciências Sociais da UFRPE. Ano VIII, volume II, número 15 – Jul – Dez, 2019. Disponível em:2858-Texto do Artigo-482491347-1-10-20200630 (1).pdf. Acesso em:19 de abril de 2022.

SILIPRANDI, Emma. Mulheres e agroecologia: a construção de novos sujeitos políticos na agricultura familiar. 2009, 291f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável) – Centro de Desenvolvimento Sustentável, Universidade de Brasília, Brasília-DF, 2009.

MULHERES E A AGROECOLOGIA: O PROTAGONISMO FEMININO FRENTE À CONCENTRAÇÃO FUNDIÁRIA NO MARANHÃO

Nathalia da Silva Pontes¹

INTRODUÇÃO

Em um cenário marcado por intensas transformações sociais e econômicas, a questão da posse e uso da terra emerge como um tema central no protagonismo feminino frente ao avanço de uma agricultura voltada ao mercado internacional, que ignora a realidade de indivíduos que residem nesses territórios antes mesmo do súbito crescimento do investimento em agronegócio.

O avanço do agronegócio no Brasil, especialmente através da monocultura de soja, tem sido um dos principais fatores que alimentam a concentração fundiária, exacerbando desigualdades e intensificando conflitos agrários. Embora originalmente concentrado nas regiões Sul e Centro-Oeste do país, esse modelo econômico vem se expandindo significativamente para o Nordeste, onde o estado do Maranhão emergiu como um novo polo dessa dinâmica.

A expansão da soja nesta região tem provocado profundas transformações sociais e ambientais, impactando diretamente comunidades tradicionais, quilombolas, indígenas e pequenos agricultores que dependem da agricultura familiar para sua subsistência. Esse cenário evidencia um processo de expropriação e marginalização dessas comunidades, em um contexto onde o controle territorial, entendido como estratégia para maximização dos lucros, ignora os valores culturais e simbólicos associados à terra. Este artigo propõe-se a investigar essa complexa relação entre territorialidade e cosmofofia, explorando como o avanço do agronegócio no Maranhão não apenas configura o território, mas também perpetua desigualdades sociais e ambientais.

Nesse contexto, surgiu a necessidade de relacionar a agroecologia como uma ferramenta para quebrar com essa dinâmica expansionista e predatória exercida pelo agronegócio, mas o que seria agroecologia? É uma ciência e filosofia que promove práticas agrícolas sustentáveis,

¹ Licenciada em História, Universidade Estadual do Maranhão; Discente do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Socioespacial e Regional (PPDSR/UEMA/MA), pela Universidade Estadual do Maranhão.

integrando conhecimentos científicos e tradicionais. Ela enfatiza a participação dos agricultores no desenvolvimento de suas comunidades e busca alternativas à agricultura convencional (Lopes *et al.*, 2021). Além disso, a agroecologia aborda questões sociais e ambientais, promovendo a biodiversidade e a justiça social.

Outro ponto relevante é a relação entre as mulheres e a agroecologia frente a expansão exercida pelo agronegócio, o artigo visa responder como o protagonismo desempenhado por elas é uma luta contra ao sistema monocultor que está tomando espaço não só no Brasil, mas também no Maranhão. Como ressalta Lopes *et al.* (2021), as mulheres, ao se organizarem dentro do movimento agroecológico, buscam alternativas que garantam seus direitos à terra e à produção, além de combater estruturas patriarcais. Essa abordagem fortalece tanto a emancipação feminina quanto a resistência ao modelo agrícola convencional, promovendo justiça social e ambiental.

Diante do exposto, esta análise se divide em quatro seções, na qual o capítulo um trata-se da introdução, que é um apanhado sobre o que será discutido no trabalho. Enquanto o capítulo dois traça um panorama sobre a territorialidade e como vem ocorrendo a luta pela terra frente crescente agronegócio, bem como o contexto histórico dessa evolução e suas consequências sociais para onde se instala. Seguindo as discussões, o capítulo 3, destaca o trabalho exercido pelas mulheres na implantação de uma produção agroecológica, destacando uma frente de resistência exercida por seu protagonismo. Por fim, esse estudo, traz as considerações finais das parciais do trabalho em andamento, pois essa realidade é dinâmica e tem interferências fortes da sociedade capitalista e patriarcal que ainda cerca o contexto rural brasileiro.

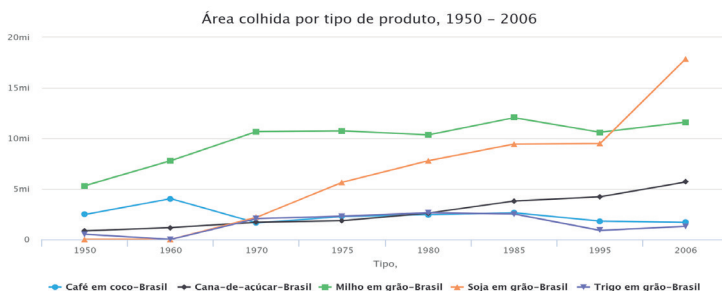
TERRITORIALIDADE E COSMOFOBIA: A LUTA PELA TERRA FRENTE AO AVANÇO DO AGRONEGÓCIO NO MARANHÃO

O avanço do agronegócio, baseado na monocultura de soja, se tornou um dos combustíveis da concentração fundiária no Brasil. Anteriormente concentrado entre as regiões sul e centro-oeste do país, contudo, nos últimos anos, esse processo migrou aos estados do Nordeste foi perceptível, o qual esse presente trabalho dará destaque ao Maranhão, onde essa monocultura da soja está em constante expansão, afetando gravemente comunidades tradicionais, quilombolas, indígenas, além de pequenos agricultores, de residentes de assentamentos, que possuem uma dinâmica de produção baseada, frequentemente baseada na agricultura familiar e/ou de subsistência.

Esse cenário de expansão do agronegócio é evidente, quando se compara o Censo Agropecuário realizado entre 1940 e 2017 pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), onde é notório o investimento que foi dado nesse movimento de “reprimarização da economia” para alimentar o mercado internacional, principalmente os países do continente asiático. Esse movimento intensifica a dependência do Brasil em relação a outras nações. A dinâmica de concentração de terras, porém, não acontece de forma isolada, faz parte de um amplo processo de desenvolvimento econômico, que visa alcançar o máximo de lucros e de mercado consumidor, independentemente dos impactos sociais e ambientais.

Nota-se na Figura 01 abaixo, a propagação da monocultura da soja nas últimas década, o que segundo Bernat (2017), apoiado em Stedile & Fernandes (2012) e Carter (2008), teve uma maior influência a partir dos governos neoliberais da década de 1990, tanto na esfera estadual como federal, pois foi a partir desse período que as políticas agrárias, onde as instituições que lutavam pela implantação de uma Reforma Agrária no país, eram vistas com maus olhos, tornando o processo de luta pela terra, cenário de violência e represálias contra aos grupos de trabalhadores, bem como as entidades que os representavam. Entretanto, na contramão dessa conjuntura, paradoxalmente, foi o período onde mais ocorreram a implantação de assentamentos no Brasil.

Gráfico 01: Área colhida por tipo de produto/ 1950 - 2006



Fonte: "IBGE - Censo Agropecuário"

*1 - Os dados da série histórica disponibilizados nesta tabela são reflexo das publicações disponíveis à época. Especificamente para o ano de 1995, pequenas correções foram feitas após a publicação, o que pode ocasionar uma diferença mínima entre estes e aqueles disponíveis em outras tabelas cujos dados foram tabulados posteriormente à divulgação oficial.

2 - Nos censos de 1920 até 1996 foi levantada a produção de café em coco; no censo de 2006 foi levantada a produção de café em grão.

3 - A produção de laranja em 2006 está em mil frutos; para conversão utiliza-se o fator de 6,25 frutos por 1 Kg.²

Seguindo nessa perspectiva, historicamente, a terra se configura como o centro de disputas entre a elite burguesa e os trabalhadores que nela cultivam. Um exemplo disso são os assentamentos que surgiram

no estado a partir do conflito entre esses dois grupos, gerando intensos e violentos confrontos. Existe no estado uma política de incentivo, à qual o agronegócio é favorecido e médio/pequenos produtores são prejudicados. A partir disso, muitas famílias são expulsas de suas propriedades, comunidades tradicionais sendo marginalizadas e transferidas de lugar, os que resistem e permanecem, sofrem com as alterações da natureza e as consequências do constante uso de agrotóxicos nas lavouras maiores. Esse afastamento da originalidade e a necessidade de desenvolvimento relaciona-se com o que Antonio Bispo dos Santos, em seu livro “A terra dá, a terra quer”, chama de cosmofobia, sendo ela

[...] responsável por esse sistema cruel de armazenamento, de desconexão, de expropriação e de extração desnecessária. [...] O desperdício é um resultado da cosmofobia. A cosmofobia é a necessidade de desenvolver, de desconectar, de afastar-se da originalidade. A cosmofobia é a mesma coisa que o pecado original. E tudo o que é original assusta o eurocristão monoteísta (Santos, 2023, p. 14).

A cosmofobia descrita por Bispo dos Santos pode ser vista como uma manifestação prática do controle territorial, que Robert David Sack (1986, p. 03), transmite com a ideia dos usos do território pelos indivíduos, onde “a Territorialidade nos humanos é melhor entendida como uma estratégia espacial para afetar, influenciar ou controlar fontes e pessoas, controlando áreas”. Esse controle territorial é instrumentalizado pelo agronegócio, que transforma o território em uma mercadoria para maximizar lucros, desconsiderando os valores simbólicos e culturais das comunidades afetadas.

Haesbaert (2004) em concordância com Lefebvre (2000), observa a diversidade e complexidade do espaço vivido, baseado em uma multiplicidade, contrapondo o papel do território de singular função, exercido na economia capitalista, desse mesmo coloca como as diferentes conotações atribuídas pelo território, sendo um concreto, vinculado ao valor de troca e sua funcionalidade, sob um processo de dominação atrelada a ideia de posse e propriedade; e o outro simbólico, o qual tem referência ao valor vivido, de uso, baseado em uma apropriação, que respeita as múltiplas significações atribuídas ao espaço pelas comunidades tradicionais.

Diante desse cenário, vale frisar que antes da implantação de assentamentos no estado, muitas pessoas trabalhavam nas fazendas que viriam a ser ocupadas², ou seja, existia um vínculo anterior com aquele

2 Caso das ocupações realizadas: Assentamento Cristina Alves - Itapecuru Mirim; Acampa-

território. As condições de vida dessas famílias eram precárias, não possuíam muitos direitos, mesmo trabalhando anos nas propriedades, enfrentavam disputas diretas com seus patrões, precisavam pagar o foro³ e para além dessas circunstâncias o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra conseguiu se estabelecer, realizando um grande número de ocupações e de desapropriações para futuros projetos de assentamentos.

MULHERES E AGROECOLOGIA: UMA FORMA DE RESISTÊNCIA

A reestruturação promovida no campo a partir da Revolução Verde, trouxe diversas consequências para a sociedade e o meio ambiente. Alguns exemplos desses efeitos foram a mecanização do meio produtivo, ou seja, quando a mão de obra não é substituída por máquinas, ela necessita de qualificação profissional para a sua execução; o êxodo rural, provocado pelos altos custos de produção, onde os pequenos produtores foram sufocados pelo avanço das monoculturas de escala, gerando uma grande concentração de terras; outra consequência, é a poluição dos recursos naturais e de diversos problemas de saúde ocasionados pelos defensivos utilizados. Como pontua Lopes *et al.* (2021, p. 06):

No entanto, esse modelo agrícola, só beneficiou grandes propriedades rurais monocultoras, voltadas para a exportação. E foi esse modelo, que marginalizou as populações que não puderam ter acesso a essas tecnologias da revolução verde, como as comunidades tradicionais. Nesse sentido se tem um impacto especialmente na vida das mulheres, e esse processo não conseguiu melhorar a vida da população rural, que contemporaneamente boa parte, vive o drama do êxodo rural, especialmente rumo aos centros urbanos, gerando diversas consequências para a qualidade de vida desses sujeitos e de deterioração do meio ambiente.

Com isso, a busca de uma solução mais sustentável para a agricultura, tornou-se cada vez mais necessária. A procura por alternativas ecológicas à agricultura “moderna” resgatou a lógica dos sistemas de produção utilizados pelas sociedades tradicionais camponesas, atri-

mento Conceição Rosa - Presidente Vargas; Acampamento Maria Aragão - Miranda do Norte; Vila 17 de Abril - Itapecuru Mirim; Fazenda Tiracanga - Miranda do Norte; Além disso, várias áreas em litígio e assentamentos como PA Padre Josimo, PA Palmares II, e PA Mangueira.

3 Segundo Bernat (2017), o foro era uma taxa que os trabalhadores rurais eram obrigados a pagar ao proprietário da terra em troca do uso da propriedade. Geralmente, consistia em uma parte da produção agrícola, como arroz e farinha, que deveria ser entregue ao proprietário. A recusa em pagar o foro resultava em expulsões e penalidades para os trabalhadores.

buindo a estas uma roupagem metodológica. Podemos afirmar que o exercício e desenvolvimento da Agroecologia tem a idade da agricultura no Mundo. No entanto, foi a partir de 1970 que ocorreu a utilização contemporânea do termo.

O conceito de Agroecologia é complexo, envolvendo várias perspectivas a respeito do próprio conceito de desenvolvimento, assim como dos sujeitos que participam dos processos. As frutíferas discussões sobre a Agroecologia estão presentes, entre muitos outros, nos trabalhos de Caporal e Costabeber (2004, p. 11), onde está assumido o papel de uma ciência que proporciona as ferramentas para a transição para um futuro sustentável “a Agroecologia é entendida como um enfoque científico destinado a apoiar a transição dos atuais modelos de desenvolvimento rural e de agricultura convencionais para estilos de desenvolvimento rural e de agriculturas sustentáveis”.

Somado a essa questão, a partir da década de 1980, após 20 anos de ditadura militar, o Brasil, vivia um momento de retorno dos movimentos sociais, incluindo os de pautas feministas que, inicialmente, tinham preocupações mais urbanas, como o sindicalismo e igualdade salarial, contudo as pautas dessa luta não deixaram de se reverberar nas mulheres que residiam no contexto rural. Como afirma Emma Siliprandi (2013, p. 332),

Suas primeiras lutas foram pelo reconhecimento da profissão enquanto agricultoras e por direitos decorrentes desse reconhecimento. Mobilizaram-se para ter acesso à terra nos assentamentos de reforma agrária (em conjunto com os companheiros ou sozinhas – no caso das mulheres chefes de família), para que constasse em seus documentos que eram trabalhadoras rurais ou agricultoras (ao invés de “donas de casa” ou “domésticas”) e para exercer seus direitos sociais, previdenciários e sindicais (de participação como sócias e dirigentes das agremiações).

Entretanto, foi desde do início da década de 2000, as agricultoras se tornam visíveis como produtoras rurais, organizando marchas e reivindicando políticas públicas que garantam seus direitos e participação, a mais marcante é a primeira Marcha das Margaridas, dando voz para essas mulheres que por muitos anos vinham sendo silenciadas pelo sistema patriarcal.

A agroecologia envolve técnicas como rotação de culturas, compostagem e uso de sementes nativas, que não apenas preservam a biodiversidade, mas também reduzem a dependência de insumos externos,

fortalecendo a resiliência das comunidades rurais. Contudo, ultrapassa a esfera de prática agrícola, atravessando a pauta sustentabilidade, justiça social e equidade de gênero. Não obstante, os principais desafios enfrentados pelos movimentos sociais na promoção da agroecologia incluem a pouca participação do Estado e dos grupos dominantes na política e economia, dificultando o desenvolvimento da agricultura agroecológica. Além disso, as estruturas de ciência, tecnologia e extensão precisam ser remodeladas para atender à diversidade e demandas da agricultura familiar e dos produtores agroecológicos. Por fim, a resistência à hegemonia do agronegócio e a construção de novas relações de poder são essenciais para fortalecer o movimento agroecológico.

A autora Gema Galgani Silveira Leite Esmeraldo (2013), destaca a crescente participação das mulheres no campo agroecológico, enfrentando condições adversas e forçando movimentos sociais rurais a reconhecerem suas contribuições. As mulheres estão articulando politicamente, abordando temas como sustentabilidade agrícola, autonomia e mudanças nas relações de gênero. O Movimento de Mulheres Camponesas defende um projeto popular para a agricultura, focando na agroecologia, preservação da biodiversidade, uso de plantas medicinais e valorização do trabalho das mulheres, enfrentando a cultura patriarcal e machista.

A agroecologia é uma forma de resistência, onde as mulheres são as protagonistas, pois ela representa uma forma de resistência ao modelo agrícola industrial, que é frequentemente associado ao uso de agrotóxicos e transgênicos, promovendo práticas sustentáveis e respeitadas com o meio ambiente, como destaca Siliprandi (2013, p. 339):

A produção de alimentos voltada para o consumo interno, sem a dilapidação dos recursos naturais, pressupõe políticas de apoio à diversificação de cultivos, o monitoramento dos impactos ambientais das práticas agrícolas atuais, o estímulo a práticas conservacionistas com relação à biodiversidade e o apoio aos circuitos locais de comercialização. Contrapõe-se, portanto, ao avanço das monoculturas e dos plantios extensivos, vistos como o símbolo de uma visão imediatista, equivocada e irracional de uso dos recursos naturais.

É também através da produção agroecológica que as mulheres agricultoras reivindicam autonomia, fortalecem suas comunidades e garantir a soberania alimentar, desafiando estruturas de poder que marginalizam suas vozes. A prática agroecológica também serve como um espaço de empoderamento, onde as mulheres podem reconfigurar

suas relações sociais e de gênero, promovendo uma transformação social mais ampla.

Um exemplo dessa aplicação no estado é o caso do Assentamento Cristina Alves em Itapecuru Mirim, onde as mulheres se organizam coletivamente, definindo responsabilidades e planejando atividades que respeitam os princípios da agroecologia. Elas produzem alimentos para atender às necessidades de suas famílias, integrando saberes tradicionais e científicos em suas práticas. Além disso, participam de iniciativas que fortalecem a cultura camponesa e promovem o desenvolvimento sustentável da comunidade.

Contudo, no âmbito nacional, pode-se citar a Marcha das Margaridas e o Movimento de Mulheres Camponesas, vinculados ao MST, que se articulam nacional e estadualmente por meio de mobilizações que visam a visibilidade das demandas das mulheres rurais, como a posse da terra, assistência técnica e acesso a mercados. Esses movimentos enfrentam o agronegócio promovendo a agroecologia e a produção sustentável, buscando alternativas que respeitem a biodiversidade e os direitos das trabalhadoras rurais. As relações com o poder público variam, mas frequentemente incluem a luta por políticas públicas que garantam direitos, acesso a recursos e apoio à agricultura familiar, além de pressionar por uma reforma agrária que beneficie as comunidades camponesas.

Em suma, o movimento agroecológico cria uma identidade comum entre suas participantes por meio da articulação de significantes flutuantes, como conhecimento agroecológico, relações sociais e autonomia em relação ao mercado. Essa construção coletiva é baseada na resistência à hegemonia do agronegócio e na promoção de valores compartilhados, como saúde e segurança alimentar. Além disso, a colaboração com outros movimentos sociais e a formação de novas relações de poder contribuem para a consolidação dessa identidade comum.

O movimento agroecológico resiste ao agronegócio por meio da construção de uma identidade contra-hegemônica, articulando-se com outros movimentos sociais e agentes não governamentais. Essa resistência se manifesta na promoção de práticas sustentáveis, na valorização do conhecimento dos agricultores familiares e na busca por autonomia em relação ao mercado. Segundo Fontoura e Naves (2016, p. 343), existe cinco modos de resistência da hegemonia implantada pelo agronegócio,

- 1) por meio de associação e engajamento com outros movimentos sociais de base e agentes não governamentais, cujos valores e práticas respaldam a organização do próprio movimento agroecológico;
- 2) por intermédio da construção de novos conhecimentos (não apenas científicos, mas também tácitos) e práticas (construídas e reconstruídas tanto em conteúdo quanto em forma, uma vez que não se estabelecem dentro da perspectiva hegemônica);
- 3) por meio da formação de novas relações de poder (para os agricultores, o respeito conquistado com os órgãos públicos, os trabalhos e as iniciativas em conjunto resultam do processo organizativo deles próprios, pautado na agroecologia);
- 4) por meio do engajamento com novos mercados e fomento de novas relações de mercado, instância que exerce forte papel disciplinador e legitimador da hegemonia (nessa alternativa de mercado, tanto a nova gestão do mercado quanto a visão do trabalho na agricultura e seus agentes não estão mais centrados na lógica produtivista);
- 5) via difusão e consentimento de valores tidos como fundamentais para o fortalecimento do movimento agroecológico (destacam-se valores como saúde, autonomia, segurança, respeito, aprendizagem e aproximação com perspectivas alternativas de sobrevivência, cuja prioridade não se encontra no produtivismo e no ganho financeiro, expectativas essas defendidas pelo modelo hegemônico).

Além disso, o movimento desafia as relações de poder estabelecidas, propondo um modelo alternativo de agricultura que prioriza a soberania alimentar e a justiça social. Por último, é importante frisar que o movimento agroecológico no Brasil representa uma forma significativa de resistência ao agronegócio, promovendo práticas sustentáveis e a autonomia dos agricultores familiares. Assim, o movimento agroecológico não apenas desafia a hegemonia do agronegócio, mas também contribui para a formação de um novo paradigma agrícola que valoriza a diversidade e a sustentabilidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho apresentou como o modelo de reprimarização da economia, onde a monocultura da soja e no agronegócio, vem gerando impactos negativos em comunidades tradicionais, bem como no processo de luta pela terra no Maranhão. Esse movimento de especialização primária tem natureza predatória e contrária à natureza, responsável por expulsar famílias e marginalizar as comunidades que cercam esses territórios. Ocorre a necessidade de repensar as políticas de desenvolvimento que invertam a lógica atual do capital, a qual prioriza o capital e o lucro frente à sustentabilidade.

Outro ponto destacado ao longo do texto, é o surgimento da agroecologia como uma solução ao modelo de agricultura empregado no país e uma forma de resistência empregada pelas mulheres, tendo em vista que essa prática fortalece a autonomia e realça o protagonismo feminino das mulheres no campo, desafiando o hegemônico agronegócio. Essa implementação da produção agroecológica no estado, ocorre principalmente, em assentamentos vinculados ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, como é o caso do Assentamento Cristina Alves, localizado e pertencente a Regional Itapecuru Mirim.

As lideranças femininas do processo de produção agroecológico, criam um cenário mais sustentável, integra questões de gênero, reivindicam direitos básicos através de políticas públicas dentro de suas lutas. Contudo ainda existem diversas dificuldades, internas e externas, enfrentadas por elas em relação a demandas do sistema patriarcal que se reproduzem mais fortemente dentro de áreas rurais e acabam sendo enraizadas e naturalizadas.

Neste contexto, a luta na terra, por meios de resistência, é uma busca constante por direitos sociais e políticas públicas pois existem um grande investimento no “desenvolvimento” e “progresso”, visando o lucro, enquanto na contramão dessas questões, existem meios de preservar o conhecimento tradicional, onde ocorre uma promoção da segurança alimentar, um lucro sustentável e mudança social.

Por fim, futuras pesquisas irão aprofundar esse debate sobre a agroecologia e o impacto das lideranças femininas nesse processo de implantação de uma produção agroecológica no meio rural, onde inúmeras as vantagens e mudanças provocadas por suas ações. Contudo, existe a necessidade contínua de reconhecimento do papel relevante executado por elas, em conjunto com o apoio nas suas iniciativas de promoção da equidade e sustentabilidade nos territórios em que aplicam esse modelo de produção.

REFERÊNCIAS

BERNAT, Isaac Giribet. MST NA REGIONAL ITAPECURU: Uma história da luta pela terra no Maranhão. VIII Simpósio Internacional de Geografia Agrária e IX Simpósio Nacional de Geografia Agrária. 2017.

BRITO, Isabel Marques de. O empoderamento das mulheres: uma análise a partir da implementação do Pronaf Mulher nas Comunidades de Pacoval e Rosarinho em Anajatuba (MA). Orientador: Profa. Dra.

Vivian Aranha Sabóia. 2017. 108 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Socioespacial e Regional) - Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Socioespacial e Regional – PPDSR, UEMA, São Luís, 2015.

BRUMER, Anita; Anjos, Gabriele dos. Relações de gênero em assentamentos: a noção de empoderamento em questão. In: Lopes, Adriana; Butto, Andrea. (orgs.). Mulheres na Reforma Agrária. A experiência recente no Brasil. Brasília: MDA, 2008.

BRUNO, Regina et al. Razões da participação das mulheres rurais em grupos produtivos. In: Neves, Delma Pessanha; Medeiros, Leonilde Servolo (org.). Mulheres Camponesas: trabalho produtivo e engajamentos políticos. Niterói: Alternativa, 2013. P. 217-236.

CAPORAL, Francisco Roberto; COSTABEBER, José Antônio. Alguns conceitos e princípios. Brasília-2004, 2004.

CENSO AGROPECUÁRIO: Área colhida por tipo de produto, 1950 - 2006. In: IBGE. *Sidra: sistema IBGE de recuperação automática*. Rio de Janeiro. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/agricultura-e-pecuaria/21814-2017-censo-agropecuario.html?=&t=series-historicas>. Acesso em: maio 2024

COSTA, Benedita de Cássia Ferreira. “Capítulo 3”; “Capítulo 4”. In: Tempo de Espera: memória dividida e resistência camponesa. São Luís: EDUFMA, 2018.

ESMERALDO, Gema Galgani Silveira Leite. O protagonismo político de mulheres rurais por seu reconhecimento econômico e social. In: Lopes, Adriana; Butto, Andrea. (orgs.). Mulheres na Reforma Agrária. A experiência recente no Brasil. Brasília: MDA, 2008.

FONTOURA, Yuna; NAVES, Flávia. Movimento agroecológico no Brasil: a construção da resistência à luz da abordagem neogramsciana. Organizações & Sociedade, v. 23, p. 329-347, 2016.

HAESBAERT, Rogério. Descolonizando outro conceito: a região. In Território e Descolonialidade: sobre o giro (multi) territorial/descolonial na “América Latina”. Buenos Aires: Clacso, 2021, p. 241-268

HAESBAERT, Rogério. Dos múltiplos territórios à multiterritorialidade. Porto Alegre, p. 16, 2004.

LEFEBVRE, Henri. Prefácio. In A Produção do Espaço. Tradução Do-

ralice Barros Pereira e Sergio Martins (do original *La production de l'espace*. 4ª ed. Paris. Éditions Anthropos, 2000). Primeira versão: início fev. 2006.

LOPES, Bárbara Letícia et al. ENTRELAÇANDO CAMINHOS: MOVIMENTO AGROECOLÓGICO E LUTAS FEMINISTAS NA CONSTRUÇÃO DE UMA NOVA ÓTICA DO SABER. *Cadernos de Agroecologia: Diálogos Convergências e divergências: mulheres, feminismos e agroecologia*, [s. l.], v. 16, ed. 1, 2021. DOI ISSN 2236-7934. Disponível em: <https://cadernos.aba-agroecologia.org.br/cadernos/article/view/6641/4809>. Acesso em: 14 out. 2024.

SACK, R. 1986. *Human Territoriality: its theory and history*. Cambridge: Cambridge University Press.

SANTOS, Antônio Bispo dos. *A terra dá, a terra quer*. São Paulo: Ubu Editora/PISEAGRAMA, 2023.

SILIPRANDI, Emma. *Mulheres agricultoras e a construção dos movimentos agroecológicos no Brasil*. In: Lopes, Adriana; Butto, Andrea. (orgs.). *Mulheres na Reforma Agrária. A experiência recente no Brasil*. Brasília: MDA, 2008.

RESISTÊNCIAS E LUTAS DAS MULHERES DO CAMPO, DA FLORESTAS E DAS ÁGUAS: SOLO E SEMENTES PARA CONSTRUÇÃO DO BEM VIVER¹

Magaly Nunes de Gois²

O SOLO DA PLANTAÇÃO

Desde minha formação como assistente social, momento em que participei de estágio curricular não obrigatório em dois projetos de colonização - Colônias Brasília e Titaras - do Programa de Apoio às Populações Pobres das Zonas Canavieiras do Nordeste (Procanor) localizados no campo de dois municípios sergipanos, Neópolis e Japoatã, tenho vivenciado experiência junto às pessoas que vivem e trabalham no campo. Os 38 anos de atuação profissional em programas e projetos especiais implementados no campo sergipano, nas cidades sedes dos pequenos municípios, comunidades rurais de agricultoras/es familiares, projetos de assentamento da reforma agrária, comunidades remanescentes de quilombos (CRQ), comunidades tradicionais e povos indígenas e, minha participação no Comitê Estadual de Educação do Campo de Sergipe (EDUCAMPO/SE), desde 2005, possibilitaram a aproximação com o movimento sindical rural e os movimentos sociais do campo. No primeiro momento com movimentos que contam com participação de homens e mulheres: Movimento de Trabalhadores Sem Terra (MST), Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA), Movimentos dos Atingidos por Barragem (MAB) e Movimento Quilombola de Sergipe e no segundo, com a Marcha das Margaridas.

A aproximação com a Marcha ocorreu por meio da participação na Comissão Ampliada da Marcha de 2019, processo que possibilitou o conhecimento da existência de outros movimentos sociais do campo

1 O presente artigo é um recorte do meu projeto de pesquisa do Pós-Doc que estou realizando no Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Sergipe (PROSS/UFS) com apresentação das primeiras colheitas, ou seja, dos primeiros resultados.

2 Empresa de Desenvolvimento Sustentável do Estado de Sergipe (PRONESE); Doutora em Educação pela UFS; membro do grupo de estudos e pesquisa em Fundamentos, Formação e Políticas Sociais (GEPSSO/UFS); pós-doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Serviço Social (PROSS/UFS).

com protagonismo na construção da marcha e de outras lutas da classe trabalhadora e das mulheres do campo, da floresta e das águas. Alguns com presença unicamente de mulheres: Mulheres em Luta, Movimento de Mulheres Camponesas (MMC), Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Nordeste (MMTR-NE), Marcha Mundial de Mulheres (MMM), Movimento das Catadoras de Mangaba de Sergipe (MCM), Movimento das Marisqueiras de Sergipe (MMS). Outros com participação de mulheres e homens, porém representados por mulheres: Articulação Popular São Francisco Vivo (APSFV), Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST), Movimento Camponês Popular (MCP), e Rede Sergipana de Agroecologia (RESEA).

Além disso, minha atuação profissional no Projeto de Desenvolvimento de Negócios Rurais para Pequenos Produtores, denominado em Sergipe de Projeto Dom Távora³ contribuiu para a problematização da presença das mulheres no Dom Távora com foco no financiamento de Planos de Investimentos com participação exclusiva e/ou majoritária das mesmas.

Essas experiências têm provocado inquietações e questionamentos sobre os lugares que as mulheres ocupam, a invisibilidade e inserção desigual das mesmas na família (o espaço privado), no mundo do trabalho, nos movimentos de resistência, nas lutas e nas organizações da classe trabalhadora (o espaço público) e foram e são fundamentais para minha aproximação com os estudos de gênero, participação nos movimentos de mulheres e feministas e para desenvolver um estudo sobre as resistências e as lutas empreendidas pelas mulheres do campo, da floresta e das águas como uma estratégia contra o patriarcado, o machismo e o sexismo, inerentes à sociedade capitalista e ainda muito presente na sociedade brasileira e no cotidiano das mulheres, e refletir sobre a importância desses movimentos e o protagonismo das mulheres no enfrentamento e na superação da naturalização das diferenças entre homens e mulheres e a desigualdade de gênero, intencionalidades do presente artigo.

Para alcance das intencionalidades, o presente artigo está sendo construído a partir da realidade concreta - a participação e o protagonismo das mulheres do campo, da floresta e das águas nos movimentos sociais e sindicais mistos e auto organizados com atuação em Sergipe;

3 Tinha por objetivo contribuir para a redução da pobreza rural por meio de financiamento não reembolsável de pequenos negócios rurais para os povos do campo, tendo os jovens rurais, comunidades quilombolas, povos indígenas e as mulheres solo como grupos prioritários de atendimento (Gois, 2020).

tem por fontes a entrevista com as protagonistas dos movimentos, as pesquisas bibliográfica e documental e está estruturado em três partes: **introdução** - O solo da plantação; **desenvolvimento** - A primeira semente e; **algumas considerações** - A primeira colheita.

A PRIMEIRA SEMENTE: AS RESISTÊNCIAS E AS LUTAS DAS MULHERES DO CAMPO, DA FLORESTA E DAS ÁGUAS CONSTRUÍDO O BEM VIVER

As resistências e as lutas da classe trabalhadora, materializadas pelos movimentos sociais e sindicais, são o solo e as sementes que geram e produzem os movimentos de mulheres do campo, da floresta e das águas e das cidades, a exemplo de: MST, MMTR-NE, MMC, MMM, MPA, MAB, MMS, MCM, Federação Nacional das Trabalhadoras Domésticas, Movimento Interestadual de Quebradeiras de Coco Babaçu (MIQCB), MTST, Marcha das Vadias e Marcha das Margaridas.

As precárias condições de vida e de trabalho no campo que implicam no não acesso ou acesso precário à terra, água, crédito, assistência técnica e extensão rural, formação/capacitação, alternativas de comercialização, saúde, educação, habitação, trabalho, lazer, assistência social, previdência social; a inexistência e/ou a parca existência de políticas públicas que considerem e assegurem as características, especificidades, conhecimentos e sabedorias dos povos do campo, ou seja, de políticas socialmente referenciadas na realidade de quem produz e se reproduz no campo – ser do campo, estarem no campo e irem ao encontro das demandas, desejos e sonhos das mulheres e dos homens do campo, da floresta e das águas, constituem o solo para a produção de resistências e lutas e as mulheres e os homens são as sementes que frutificam e dão sentido às mesmas por meio da luta. Arruzza, Bhattachary; Fraser (2019, p. 85) afirmam que “[...] por todo o globo, mulheres lideram um sem-número de lutas contra a privatização da água e das sementes e a favor da preservação da biodiversidade e da agricultura sustentável”.

As mulheres geram vidas e lutam em função da exploração de classe e pelas condições desiguais e opressão de gênero que vivenciam, consequência da divisão sexual do trabalho e da imposição de que o lugar da mulher é o espaço privado. A jornada de trabalho e o tempo dedicado aos afazeres domésticos espelham exatamente tais desigualdades. A sobrecarga de trabalho, consequência da responsabilidade, quase

que exclusiva, pela reprodução de suas famílias associada à realização de outras atividades, além das domésticas e de cuidados, é exaustiva e revela a permanência de desigualdades de gênero. Segundo a CONTAG (2019, p.16) “[...] a desigualdade permeia as relações entre homens e mulheres no nosso país e se reflete na esfera privada (família), como nos espaços públicos (na política, no movimento sindical, nos partidos políticos, no trabalho, etc)”.

A vida das mulheres, em especial das do campo, da floresta das águas e das pobres e periféricas, é marcado pela invisibilidade de seu trabalho e da contribuição para “a criação das condições de reprodução da família e, assim, da reprodução da força de trabalho necessária às atividades produtivas propriamente ditas” (Silva & Portella, 2006, p. 134). As mulheres desenvolvem, além das tarefas reprodutivas, cuidados com a casa e a família, atividades produtivas ligadas ao plantio, tratos culturais, colheita, cuidados com os animais e produção de alimentos, todas vistas e concebidas como “ajuda” e não como trabalho, além de tarefas realizadas ao redor da casa, no quintal. Neste sentido, segundo Táboas (2018), o trabalho no campo é fortemente marcado pela divisão sexual e por relações de trabalho desiguais entre mulheres e homens que são respaldadas por:

[...] leis, pela cultura, por instituições públicas e privadas que silenciam as vozes camponesas, escondem suas histórias, omitem as duras jornadas de trabalho feminino no campo e negam os direitos mais básicos às mulheres camponesas [...] Reproduzindo os valores sociais, culturais e políticos de toda a sociedade brasileira atual, as relações humanas no campo são construídas de maneira a naturalizar a exploração do trabalho feminino, a violência doméstica e familiar e as opressões e discriminações de gênero (Táboas, 2018, p. 81-83).

Os movimentos de mulheres são atravessados por classe, gênero, raça, além do território de vida e de trabalho, em que as mesmas estão na condição de protagonistas de uma série de ações políticas, sociais, culturais e ambientais. Um dado a ser destacado é que apesar da forte presença de mulheres nos movimentos e organizações sociais ainda há pouca visibilidade de suas lutas e atuações. Para Vasconcelos e Mota (2016, p. 127-128), “[...] os movimentos de mulheres em suas lutas, pautam espaços e direitos negados pela sociedade, que, historicamente, afirma que os grandes feitos foram protagonizados por figuras masculinas. Essa condição silencia a participação e a resistência feminina”.

Essa invisibilidade é decorrente de múltiplos fatores produzidos pela sociedade e pelo Estado: a histórica exclusão das mulheres do espaço público; confinamento no espaço privado; ocupação de posição subordinada na família; divisão sexual do trabalho que estabelece papéis e lugares sociais distintos para mulheres e homens: para os homens, o trabalho produtivo e de valor no mercado, para as mulheres, o trabalho improdutivo⁴, teoricamente, não gerador de renda, o que resulta na submissão destas à lógica e poder masculino; pouco ou nenhum acesso às esferas de poder e às políticas públicas além da persistência do patriarcalismo (Arruzza, Bhattacharya e Fraser, 2019; Chimini, 2016; Deere, 2004; Federici, 2019; 2021; 2022; Gois, 2012; Hora, 2018; Lerner, 2019; Mezdari, 2020; Pateman, 2020; Vogel, 2022).

Com a intencionalidade de problematizar, enfrentar e superar a desigualdade de gênero, as mulheres do campo, da floresta e das águas iniciaram, na década de 1980, uma caminhada que teve como principais passos: inclusão nas diretorias dos sindicatos rurais; ampliação da participação nas lutas empreendidas pelos sindicatos e movimentos sociais populares; inserção da discussão sobre a desigualdade de gênero na pauta do I Encontro Nacional dos Assentados, realizado em 1986, momento em que se discutiu e aprovou a resolução “Posicionamento sobre a questão da mulher assentada. Os movimentos de resistências e as lutas das mulheres para romper com a invisibilidade, participar de espaços decisórios e reconhecimento de sua condição de trabalhadora nos processos produtivos geradores da riqueza e construção de outra sociedade e Estado para além do capitalismo não são novas (Gohn, 2003; Federici, 2019). Segundo Federici (2019, p. 206),

Em meados dos anos 1970, a luta das mulheres já não era tão ‘invisível’, mas havia se convertido em um repúdio aberto à divisão sexual do trabalho, com todos os seus corolários: a dependência econômica dos homens, a subordinação social, o confinamento a uma forma naturalizada de trabalho não remunerado, e uma procriação e uma sexualidade controladas pelo Estado.

As mulheres do campo, da floresta e das águas que compõem os movimentos sociais e sindicais mistos e construíram e constroem movimentos auto organizados, desempenham funções de gestão com poder de decisão, adentrando espaços até há bem pouco tempo ocupados exclusivamente por homens, conforme afirma Lusa (2012, p. 103),

4 Para Federici (2019, p. 20), o trabalho improdutivo é “[...] o complexo de atividades e relações por meio das quais nossa vida e nosso trabalho são reconstituídos diariamente [...]”. Conceção que corroboramos.

[...] os movimentos feministas e organizações não governamentais apontam, a partir do seu cotidiano de mobilizações, que mesmo em tempos de retração dos direitos, os processos mobilizatórios, de militância e religioso produzem sujeitos políticos que acima de tudo são mulheres, mas também são batalhadoras por uma vida com maior índice de autonomia.

Nessas lutas as mulheres criaram movimentos, coletivos, comissões e coordenações de âmbito nacional, fomentaram a publicação pelo MST de resoluções e coletâneas sobre a temática de gênero : 1) “Articulação das Mulheres no MST” (1989), no Caderno de Formação Normas Gerais do MST, documento em que o mesmo assume publicamente que a responsabilidade pelas soluções das discriminações de gênero não é exclusiva das mulheres e sim de todo o movimento e; 2) “A mulher nas diferentes sociedades” (1995) e a “Coletânea Compreender e construir novas relações de gênero” (1998).

Nesse período, segundo Táboas (2018), também foram promovidos cursos de formação política/ideológica, formulados materiais pedagógicos como cartilhas, cartazes, panfletos e folhetos centrados nas discussões de gênero e classe, além de organização de encontros. Em 1989 foi organizado pela CUT o Primeiro Encontro sobre a Questão da Mulher Trabalhadora - urbana e rural -; em 1991 foi realizado o Primeiro Encontro Nacional das Mulheres Trabalhadoras Rurais da Confederação Nacional dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares (CONTAG); e em 1995 foi realizado o Segundo Encontro Nacional de Trabalhadoras Rurais momento de criação da Articulação Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais (ANMTR). (Gois, 2022, 2023; Gois e Tavares, 2020, 2023, 2024; Santos, 2022).

Thayer (2001) nos lembra que ainda nos anos 1990, as trabalhadoras rurais nordestinas do MMTR não só negociaram com entidades de fomento internacionais, como participaram da Conferência das Mulheres da ONU, realizada em Beijing (1995) e se aproximaram de teorias feministas sobre relações de gênero desenvolvidas no espaço acadêmico por autoras como Joan Scott, portanto, “bem longe do sertão”.

Nos anos 2000, as mulheres criaram coletivos/coordenações estaduais de mulheres nas Federações Estaduais de Trabalhadores Rurais, a Rede de Mulheres Trabalhadoras do Nordeste, o Movimento Interestadual de Quebradeiras de Coco, setor de Gênero no MST e no MPA, secretaria de Mulheres na CONTAG e na CONTRAF e a Marcha das Margaridas. Sales (2007, p. 438), afirma que “ao ingressar nos movimentos, as mulheres rurais criam possibilidades de se afirmarem como portadoras de um saber-poder no campo da política que lhes proporcione também repensar seu cotidiano”.

Apesar de as mulheres representarem 48% da população rural do Brasil, 36% da população economicamente ativa do mercado rural e serem responsáveis pela produção de 30% dos alimentos básicos do país, elas ainda se envolvem mais nos afazeres domésticos e nos cuidados com as pessoas – atividades denominadas de improdutivas e não geradoras de renda – ocupando 18,1% enquanto os homens dedicam 10,5% das horas semanais nessas atividades; quando desenvolvem atividades produtivas têm rendimentos mensais inferiores aos homens – mulheres recebem em média R\$ 1.764,00 e homens R\$ 2.306,00, portanto, recebem em média 23,51% a menos do que os homens; ocupam menos cargos gerenciais e de maior poder do que os homens: mulheres 39,1% e homens 60,9% e tem baixa representação política, considerando que apenas 11,3% das cadeiras do Congresso Nacional são ocupadas por elas: 16% no Senado e 10,5% na Câmara, mesmo em tempo de cotas mínimas para participação de mulheres (IBGE, 2018).

Ao questionarem e rejeitarem essa concepção que submete as mulheres a situações de opressão, exploração e de desigualdade de gênero, elas repensam sua condição e lugar na esfera privada/doméstica e no âmbito das relações familiares, pois a “a posição da mulher na esfera doméstica, nas relações afetivas e de cuidado, é vista como a origem de uma linguagem moral distinta e mesmo superior à moral masculina, vigente na esfera pública” (Biroli, 2014, p. 36) e, na esfera pública, em particular no mundo do trabalho e nos espaços de poder, considerando que “numa sociedade estruturada pela dominação masculina, a posição das mulheres não é apenas ‘diferente’ da dos homens. É uma posição marcada pela subalternidade. Mulheres possuem menos acesso às posições de poder e de controle dos bens materiais” (Miguel, 2014, p. 102).

Nos séculos XX e XXI as mulheres conquistaram espaços nas políticas públicas, se inseriram nos conselhos de direitos de diversas políticas sociais; criaram movimentos sociais e Organizações Não Governamentais (ONG) de mulheres e/ou inseriram suas bandeiras de luta nas pautas dos movimentos e ONG; realizaram congressos, conferências internacionais, nacionais, estaduais e municipais que discutiram sobre suas realidades, definiram estratégias de concepção e de intervenção públicas que incorporem as bandeiras de lutas e os direitos. Estas conquistas são frutos da organização e politização das mulheres e constituem caminhos e trilhas para o reconhecimento, a visibilidade e igualdade de oportunidade e direitos. (Gois, 2012, 2013, 2022; Gois e Tavares, 2019, 2022, 2023; Tavares e Gois, 2020; Hooks, 2020).

Ao construir essas trilhas as mulheres também buscam a liberdade de ir e vir, os vínculos interpessoais e a construção de uma nova compreensão sobre si mesmas e o mundo ao redor de si. Ao caminharem e/ou correrem por esta trilha as mulheres querem ter confiança, respeito e estima; ter voz para formular, expressar ideias e opiniões, ir além da casa e dos sítios para adquirir novos aprendizados, lutar por direitos e por igualdade de gênero, participar de ações coletivas e do fazer político e ter acesso às políticas e aos recursos.

Nessa caminhada, elas também lutam, segundo Arruzza, Bhattacharya e Fraser (2019, p. 103), contra uma contradição inerente à reprodução social, configurada por:

Uma tendência a se apropriar, em benefício do capital, do máximo possível de trabalho reprodutivo ‘livre’, sem qualquer preocupação com sua reposição. Como resultado, isso origina periodicamente uma ‘crise de cuidado’, que leva as mulheres à exaustão, destrói famílias e estira as energias sociais até o ponto de ruptura.

A submissão, a invisibilidade, o silenciamento de suas vozes e vidas cruelmente ceifadas (Baster, 2018) não têm impedido que as mulheres do campo, da floresta e das águas questionem a realidade que ainda enfrentam nos espaços privado e público e venham construindo trilhas e alternativas para enfrentamento da violência, invisibilidade e ausência de direitos e, para conquista de liberdade e autonomia, materializadas pela organização e realização de atos públicos e de marchas que se configuram em grandes manifestações públicas e espaços de demarcação e afirmação de resistência e luta (Campos, 2017; Salvaro, 2018; Cavalcanti e Lima, 2016).

Federici (2019), assevera que mesmo com as sistemáticas incursões para destruir os sistemas femininos de agricultura “as mulheres hoje constituem a maior parte dos trabalhadores agrícolas do planeta e estão na vanguarda da luta por um uso não capitalista dos recursos naturais (terra, florestas e águas)” (Federici, 2019, p. 277). Neste sentido, elas estão contribuindo para a construção do “[...] caminho para uma nova sociedade não exploradora, na qual a ameaça da fome e da devastação do planeta desaparecerá” (Federici, 2019, p. 277) e para reencantar o mundo, “na perspectiva de recuperar o poder de decidir coletivamente nosso destino na Terra” (Federici, 2022, p. 38).

A PRIMEIRA COLHEITA

A pesquisa nos sites dos movimentos sociais e sindicais mistos e dos movimentos de mulheres e as entrevistas já realizadas apontam que: 1) as resistências e as lutas da classe trabalhadora, materializadas pelos movimentos sociais e sindicais mistos e, pela inserção de mulheres nos movimentos, possibilitam a construção de movimentos auto organizados, ou seja, de mulheres; 2) apesar da submissão imposta historicamente às mulheres, elas têm questionado as desigualdades de gênero, nas esferas familiar e pública, em uma constante busca por respeito, reconhecimento, visibilidade, direitos, condições de vida, fim da violência, liberdade e autonomia; 3) as mulheres vêm historicamente resistindo e lutando contra a divisão sexual do trabalho, o não reconhecimento de sua condição de trabalhadora e produtora de riquezas, a invisibilidade do seu trabalho e, em muitas situações, de sua existência e a negação de sua presença e protagonismo nos movimentos de resistências e lutas; 4) a participação em movimentos sociais e sindicais mistos e a construção de movimentos de mulheres é uma semente, segundo as mulheres entrevistadas, para a seguinte conquistas: acesso e/ou ampliação do conhecimento sobre a realidade local, regional, nacional e mundial bem como sobre o patriarcado, o machismo e o sexismo; construção da consciência política; construção coletiva de estratégias para enfrentamento e superação da sociedade e o Estado capitalistas classista, patriarcal, machista, racista, misógino e aporofóbico; acesso as políticas públicas e aos direitos mesmo que no marco do capitalismo; problematização sobre a lógica das políticas públicas, dos direitos e do Estado capitalista; construção de políticas públicas socialmente referenciadas; autonomia econômica; libertação do jugo do homem (macho).

Neste sentido, as resistências e as lutas das mulheres do campo, da floresta e das águas são o solo e as sementes geradoras de autonomia econômica e libertação do jugo do homem (do macho), da construção um outro projeto de sociedade e do bem viver.

REFERÊNCIAS

ARRUZZA, C.; BHATTACHARYA, T.; FRASER, N. Feminismo para os 99%: um manifesto. São Paulo: Boitempo, 2019.

BIROLI, F. O público e o privado. *In*: MIGUEL, L. F.; BIROLI, F. Feminismo e Política: uma introdução. São Paulo: Boitempo, 2014. p. 31-46.

CAMPOS, M. de L.; BRASIL, F. de P. D. Mulheres do campo e políticas voltadas para o enfrentamento da violência: um estudo com foco nas ações desenvolvidas em Minas Gerais. *In: Anais do Seminário Internacional Fazendo Gênero 11 & 13th Women's Worlds Congress (Anais Eletrônicos)*, Florianópolis, 2017. p. 1-12. Disponível em: https://www.en.wwc2017.eventos.dype.com.br/resources/anais/1498963188_ARQUIVO_MarianaCampos_FlaviaBrasil-MM_FG.pdf. Acesso em: 23 jan. 2024.

CAVALCANTI, M. P. de H.; LIMA, E. E. H. T. de. Marcha das Margaridas: participação política, empoderamento e movimento social em rede das mulheres do campo e da floresta. *In: Aceno*, Vol. 3, N. 5, p. 94-107. Jan. a Jul. de 2016. Disponível em: <https://periodicoscientificos.ufmt.br>. Acesso em: 23 jan. 2024.

CHIMINI, L. A opressão contra a mulher não é o mundo que a gente quer: enfrentamentos a partir do MPA do Rio Grande do Sul. *In: TAVARES, J.; COSTA, J.; FAGUNDES, M. (orgs.). Diversidade produtiva das mulheres do MPA*. São Paulo: Expressão Popular, 2016. p. 127-136.

CONTAG. Cadernos de debates: desenvolvimento sustentável na perspectiva das mulheres do campo, da floresta e das águas. Caderno 1 – Margaridas na luta por um Brasil com soberania popular, democracia, justiça, igualdade e livre de violência, por democracia com igualdade e fortalecimento da participação política das mulheres. Brasília: Contag/Secretaria de Mulheres Trabalhadoras Rurais Agricultoras familiares. 2019.

DEERE, C. D. Os direitos da mulher à terra e os movimentos sociais rurais na reforma agrária brasileira. *Estudos feministas*, Florianópolis, v. 12, n. 1, p. 175-204, 2004. Disponível em: <https://www.scielo.br>. Acesso em: 23 jan. 2024.

FEDERICI, S. O ponto zero da revolução: trabalho doméstico, reprodução e luta feminista. Tradução Coletivo Sycorax. São Paulo: Elefante, 2019.

FEDERICI, S. O patriarcado do salário: notas sobre Marx, Gênero e Feminismo, v. 1. Tradução Coletivo Sycorax. São Paulo: Boitempo, 2021.

FEDERICI, Silvia. Reen-cantando o mundo: feminismo e a política dos comuns. Tradução Coletivo Sycorax. São Paulo: Elefante, 2022.

GOHN, M. da G. História dos movimentos e lutas sociais: a construção da cidadania dos brasileiros. 3. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2003.

GOIS, M. N. de. Marcha das Margaridas: mulheres trabalhadoras rurais construindo igualdade de direitos, políticas públicas e cidadania. *In: Seminário Latinoamericano de Escuela de Trabajo Social, XX. Anais [...] 24 al 27 de setiembre de 2012 Córdoba, AR: ALAEITS. 2012. p. 1-12.*

GOIS, M. N. de. A Participação das Mulheres no Projeto de Combate à Pobreza Rural (PCPR II – 2ª fase). *In: VI Anais da Jornada Internacional de Políticas Públicas. São Luís/MA: UFMA, 2013.*

GOIS, M. N. de; TAVARES, M. S. Miradas de Gênero: a participação de mulheres no movimento sindical rural de Sergipe//Brasil. *In: Anais do XXXII Congreso Internacional ALAS Peru 2019. Lima, PE: ALAS, 2020. p. 963-977. Disponível em: https://sociologia-alas.org/wp-content/uploads/2021/06/Dossier-GT-5-1_compressed.pdf Acesso em; 23 jan. 2024.*

GOIS, M. N. de. Gênero e programas e projetos especiais de combate à pobreza no campo nordestino: reflexões sobre a participação das mulheres no Projeto Dom Távora em Sergipe. *In: Anais do VI Simpósio gênero e Políticas Públicas – nenhuma a menos. Londrina, PR: UEL, 2020. p. 1092-1117. Disponível em: <https://anais.uel.br/portal/index.php/SGPP/article/view/1133/1080>. Acesso em: 23 jan. 2024.*

GOIS, M. N. de. Violências contra as mulheres do campo, da floresta e das águas: bandeira de luta da Marcha das Margaridas. *In: Anais do Seminário Internacional Fazendo Gênero 12 (Anais Eletrônicos). Florianópolis, SC: UFSC. 2021. p. 1-13. Disponível em: https://www.fg2021.eventos.dype.com.br/resources/anais/8/fg2020/1612710873_ARQUIVO_856197772ca9d2fd44f3dc747cde0789.pdf. Acesso em: 23 jan. 2024.*

GOIS, M. N. de; TAVARES, M. S. Somos mulheres, somos luta, somos resistência: semeando a participação das mulheres no movimento sindical rural de Sergipe. *In: TAVARES, M. S.; SOUZA, Â. M. F. e de L. (orgs.). Diálogos interdisciplinares sobre mulheres, gênero e feminismo. Salvador: EDUFBA, 2022. p. 143-178.*

GOIS, M. N. de; TAVARES, M. S. A Marcha das Margaridas 2019:

território de resistência e luta contra todas as formas de violência, racismo e sexismo. In: GÓIS, J. B. H.; SOUZA, S. C. de (orgs). Grupos minoritários: histórias, lutas e políticas públicas. Niterói: UFF; Rio de Janeiro: MC&G Editorial, 2023. p. 258-287.

GOIS, M. N. de. A luta das mulheres do campo por direitos e a educação no e do campo. In: TAVARES, M.; DELGADO, J.; NORONHA, V. (orgs.). Políticas públicas em debate: perspectivas interseccionais. Salvador: EDUFBA, 2023. p. 177-212.

GOIS, M. N. de; TAVARES, M. Contemplações de gênero: o engajamento das mulheres no movimento sindical rural de Sergipe/Brasil. In: SANTIAGO, I. M. F. L.; VELÔSO, T. M. G. (orgs.). Gênero, diversidade e relações de poder. Campina Grande: EDUEPB, 2024.

HOOKS, B. O feminismo é para todo mundo: políticas arrebatadoras. 12ª ed. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempo, 2020.

HORA, K. E. R. Ubuntu: eu sou porque nós somos – desafios para a luta das mulheres rurais por políticas públicas pós-golpe 2016. Okara: Geografia em debate, João Pessoa, v. 12, n. 2, p. 434-466, 2018. Disponível em: <http://www.okara.ufpb.br>. Acesso em: 23 jan. 2024.

IBGE. Estatísticas de Gênero: indicadores sociais das mulheres no Brasil. Brasília, DF: IBGE, 2018. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101551_informativo.pdf. Acesso em: 23 jan. 2024.

LERNER, G. A criação do patriarcado: história da opressão das mulheres pelos homens. Tradução Luiza Sellera. São Paulo: Cultrix, 2019.

LUSA, M. G. Relações de gênero no campo: a superação dos papéis tradicionais como desafio à proteção social básica e o papel dos assistentes sociais. Revista Gênero. Niterói, v.13, n.1, p. 93-107, 2012. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/revistagenero/article/view/31179>. Acesso em: 23 jan. 2024.

MEZADRI, A. M. (orgs.) *et al.* Feminismo camponês popular: reflexões a partir de experiências de Movimento de Mulheres Camponesas. São Paulo: Outras Expressões, 2020.

MIGUEL, L. F. Gênero e representação política. In: MIGUEL, L. F.; BIROLI, F. Feminismo e Política: uma introdução. São Paulo: Boitem-

po, 2014. p. 93-107.

PATEMAN, C. O contrato sexual. Tradução Marta Avancini. 2ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 2020.

SAFFIOTI, H. Gênero, patriarcado, violência. São Paulo: Expressão Popular: Fundação Perseu Abramos, 2015.

SALVARO, G. I. J. Camponesas em lutas pelo fim da violência contra as mulheres e pela produção de outras formas de existência. Revista de Ciências Humanas, Florianópolis, v. 52, 2018. p. 1-23. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/revistacfh/article/view/2178-4582.2018.e57262>. Acesso em: 23 jan. 2024.

SANTOS, L. R. S. Feminismo e resistência: a espacialização da luta das mulheres camponesas em Sergipe. São Paulo: Editora Dialética, 2022.

SILVA, C.; PORTELLA, A. P. Divisão sexual do trabalho em áreas rurais no nordeste brasileiro. In: SCOTT, P.; CORDEIRO, R. (org.). Agricultura familiar e gênero: práticas, movimentos e políticas públicas. Recife: Ed. UFPE, 2006. p. 127-144.

TÁBOAS, Í. M. *É luta! Feminismo camponês popular e enfrentamento a violência*. Rio de Janeiro: Lumen Juris. 2018.

TAVARES, M. S; GOIS, M. N. de. Ativismo feminino no movimento sindical rural de Sergipe/Brasil: (in)confidências de gênero. VI Simpósio Gênero e Políticas Públicas. In: Anais [...], 20 de setembro a 1 de outubro de 2020, Londrina, Paraná: UEL, 2020. p. 1420-1441. Disponível em: <https://anais.uel.br/portal/index.php/SGPP/article/view/1152>. Acesso em: 23 jan. 2024.

THAYER, M. Feminismo transnacional: re-lendo Joan Scott no sertão. Revista Estudos Feministas, Florianópolis, v. 9 n. 1, p. 103-130, 2001. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ref/a/NtqjYcY4TRLFVLm-ZYVRhfB/?lang=pt>. Acesso em: 23 jan. 2024.

VASCONCELOS, E. B. de; MOTA, R. M. da. Espaços de resistência feminina no Alto Sertão Sergipano: a experiência de mulheres camponesas da comunidade Garrote do Emiliano em Poço Redondo. In: TAVARES, J; COSTA, J; FAGUNDES, M. (orgs). Diversidade produtiva das mulheres do MPA. São Paulo: Expressão Popular. 2016, p. 127-136.

VOGEL, L. Marxismo e a opressão às mulheres: rumo a uma teoria

unitária. Tradução Equipe de tradução do Grupo de Estudos sobre Teoria da Reprodução Social (GE-TRS): Camila Carduz Rocha *et al.* São Paulo: expressão Popular, 2022.

MEMÓRIAS DE MULHERES CAMPONESAS: POR TEORIAS EM QUE CAIBAM NOSSO TEMPO-PASSADO

Gabriela Amorim de Santana¹
Ana Cristina Nascimento Givigi²

INTRODUÇÃO

Essa escrita inicia uma pesquisa de doutoramento que pretende investigar as memórias de mulheres camponesas na Bahia, mais especificamente, sobre as tecnologias sociais de guarda de memórias coletivas que fizeram com que o conhecimento sobre plantio, manejo e uso de ervas medicinais, bem como as próprias plantas e sementes, não se perdessem no tempo. Essas primeiras linhas nascem da necessidade de discutir as ideias mesmas de memória, memória coletiva e tempo sobre as quais vamos nos debruçar nessa pesquisa.

Acredito na defesa de Ochy Curiel (2019) de que, na produção de um pensamento feminista desde o Sul Global e sobre o Sul Global, é preciso não se esquivar de fazer perguntas, algumas delas talvez incômodas. Não apenas ao iniciar uma pesquisa, mas ao longo de toda ela, é preciso questionar-se sobre coisas como: quais são os pontos de vista trazidos? Quanto estamos impondo de gênero nas pesquisas quando estudamos mulheres “racializadas”, principalmente mulheres negras e indígenas? E é justamente para não abandonar esses questionamentos-guias que início minha pesquisa perguntando: que memória? Que tempo? Nestas perguntas aparentemente banais, insiro em entrelinhas os profundos questionamentos demarcados por Ochy Curiel (2019): sob qual ponto de vista miramos quando falamos sobre memória nas pesquisas feministas no Sul Global? Qual Tempo narramos quando pesquisamos junto com mulheres camponesas negras e indígenas?

Entre 2012 e 2014, no âmbito de um mestrado em Letras, pesquisei sobre memória e seus entrelaçamentos com história e literatura

1 Doutoranda em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismo (UFBA); Mestre em Letras (UFS); Graduada em Jornalismo (UFS). Agricultora.

2 Pós-Doutora em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gêneros e Feminismos (PPG-NEIM/UFBA). Coordenadora do PPGEDUCAMPO (Programa de Pós-Graduação em Educação do Campo/UFRB).

nas narrativas sobre traumas, individuais e coletivos, causados pela ditadura civil-militar brasileira. Naquele contexto, minhas pesquisas foram feitas a partir de um pensamento europeu sobre memória e trauma, especialmente em textos de Maurice Halbwachs (1990), Pierre Nora (1993) e Michael Pollak (1989) – todos eles homens brancos, os dois primeiros franceses e o último austríaco radicado na França. Ao iniciar um novo caminho de pesquisa, ainda sobre memórias, mas desta vez com mulheres camponesas do interior da Bahia, sinto ser necessário questionar se esta segue sendo uma ferramenta útil para contar essas outras histórias.

MEMÓRIA, MEMÓRIA COLETIVA, HISTÓRIA

Acho válido, portanto, iniciar essa escrita com um apanhado breve sobre alguns dos pensamentos mais marcantes desse conjunto de autores europeus que escreveram sobre memória na segunda metade do século XX. Essa é uma produção intelectual profundamente marcada pelo assombro que se deu no encontro do homem branco, europeu, iluminista com a barbárie de seus iguais materializada no nazi-fascismo e na guerra europeia (1939-1945) empreendida para dar um freio à extrema-direita naquele momento histórico. Foi, talvez, o primeiro momento em que a Europa se deparou com a barbárie empreendida por ela em seu próprio território – embora, obviamente, essa barbárie fosse muito conhecida em territórios de África e da assim chamada América.

Nos ditos “estudos clássicos” sobre memória daquele período no continente europeu, encontramos a memória como parte da reconstrução do passado, contradizendo, e ao mesmo tempo, complementando a História. Enquanto a História seria uma operação intelectual e laicizante, que demanda análise e discurso crítico (Nora, 1993), a memória é entendida como processo pessoal de ordenação e criação de nexos do passado. Assim, a memória desconfia da História como (im) possibilidade de recontar o passado, por não levar em consideração a subjetividade, as narrativas pessoais, o sofrimento indizível. A História desconfia justamente desta subjetividade. Por isso, é um processo que se dá sempre no campo do conflito.

Contraditoriamente, memória e história se encontram na luta contra os silêncios e o esquecimento, na tentativa – sempre infrutífera, diria Walter Benjamin (1987) – de reconstrução do passado. O mesmo Benjamin (1987) afirma que o passado sempre dirige um apelo às gerações futuras, de índice misterioso. “Esse apelo não pode ser rejeitado

impunemente” (Benjamin, 1987, p. 223). O passado apela para não ser esquecido. Esse passado de que Benjamin está falando é um passado de trauma, de sofrimento³. Por isso, Benjamin (1987), mas também Halbwachs (1990) e mesmo Nora (1993) escrevem sobre a dificuldade penosa em re-contar esse passado e, ao mesmo tempo, sobre a urgência em fazê-lo. Falar sobre a barbárie para que ela não se repita.

Outro aspecto da memória, sobre o qual escrevem Pollak (1989) e Halbwachs (1990), é seu caráter coletivo e a possibilidade de utilizá-la como referência para formação de uma dada identidade. Halbwachs (1990) defende que a memória é sempre uma construção coletiva, que tanto influencia na criação do presente como é influenciada por este. Assim, ele demarca a importância de que sujeitos tenham visto/vivenciado um passado a partir de um repertório vivencial minimamente parecido, a fim de que estas lembranças sejam inscritas no que será a memória coletiva. Tal sentimento de pertencimento a um grupo, suscitado pelo compartilhamento de memórias em comum nos ajuda a construir nossa identidade pessoal e coletiva (Pollak, 1989).

É uma teoria que nos fala sobre uma memória que está presa em um tempo passado, e precisa ser arrancada de lá, ainda que à força, para o bem da humanidade, para que indivíduos e coletividades, possam se lembrar quem são e de onde vêm. Qual a identidade comum que nos une e nos faz ser comunidade e indivíduo? Esse passado que apela às gerações futuras tem um índice quase fantasmagórico, no dizer de Benjamin (1987), que não pode ser ignorado sob pena de amaldiçoar as gerações futuras. O benzimento contra essa visagem seria, então, falar sobre ela, contar sua história, sempre e para todas as gerações futuras. Ainda que não tenham vivido essa barbárie passada, é imperativo que façam memória dela e a entreguem como herança às gerações que virão (Pollak, 1989).

Apesar de este pensamento atribuir um caráter imperativo à memória na luta contra a barbárie, outros pensadores que também contribuíram para esse debate, como Tzvetan Todorov (2002), reconhecem a impossibilidade da memória e mesmo da História salvar a humanidade da “barbárie humana”⁴. Essa formulação sobre memória reflete o mal-estar europeu do século XX: encarar a sociedade iluminista, civilizada e civilizadora, promover a barbárie em seu próprio território.

3 Benjamin, judeu-alemão, cometeu suicídio em 1940 durante fuga do regime nazista

4 Não cabe aqui discutir a ideia universalizante de humanidade e barbárie humana, mas acho que seria necessário questionar de que humanidade se está falando. Que barbárie humana é essa? Qual o rosto que ela tem? Na impossibilidade de abrir um parêntesis para esse debate, coloco os termos entre aspas para indicar essa ressalva.

PENSAR A PARTIR DO CHÃO QUE SE PISA

Depois de todo esse preâmbulo, me ponho a perguntar em que pontos essa memória pensada na Europa se encontra com a memória que busco junto às mulheres camponesas. Quando penso sobre minhas próprias memórias de mulher, branca, nordestina, nascida na ponta de uma longa linhagem de mulheres camponesas e sendo da primeira geração a chegar à universidade, tenho dificuldade de atá-las a esse conceito de memória que leio em traduções do francês ou alemão, por exemplo.

Embora entenda a ideia de que memórias coletivas constroem identidade ou que é preciso contar nossas próprias histórias para que elas não se percam no vazio do esquecimento, talvez, me incomode mais os silêncios e as ausências, do que propriamente o que está escrito. Digo de mim, em primeira pessoa, para explicar do chão que eu piso, porque não me proponho a produzir uma pesquisa que seja capaz de abarcar o mundo e universalizar conceitos. É deste ponto do mundo que observo.

Os pensamentos feministas negro, comunitário, indígena, decolonial, etc., que aqui chamarei genericamente de anti-sistêmicos⁵, propõem críticas agudas ao pensamento europeu que se quer universal, neutro e objetivo. Diria Lélia Gonzalez (2016b, p. 75), em sua escrita fina e irônica, que eles sabem “da gente mais do que a gente mesmo”. Assim, os feminismos anti-sistêmicos escrevem constantemente sobre (e contra) as ausências em um pensamento que se quer universal. Não estão lá as mulheres, não estão lá as territorialidades, não estão lá seres não-humanos e os humanos não considerados humanos, não estão lá a raça/etnia de quem fala e sobre quem se fala, não estão lá (senão dissimuladamente) as relações de poder sobre as quais estão assentados os conhecimentos produzidos.

Ao não indicar em suas produções teóricas quem são e de onde falam, tal modo hegemônico de produção de conhecimento afirma pesquisar com neutralidade. No entanto, estão de fato a defender que o conhecimento universal é – e só pode ser – aquele produzido pelo homem branco do Norte Global. O universal, portanto, é utilizado como estratégia de dominação, de imposição de discursos – discursos de quem detém o poder (Arroyo, 2019).

5 O termo feminismos anti-sistêmicos é adotado por alguns movimentos feministas, como a Marcha Mundial de Mulheres e está presente também em alguns textos da *Via Campesina*, para designar os feminismos anti-capitalistas, populares, anti-racistas. Talvez não seja o melhor termo, ou o que mais mulheres reivindicam para seus movimentos, mas adoto aqui apenas para conseguir reunir em um único termo uma diversidade de feminismos que tematizam criticamente mulheres, raça e etnia, territorialidades e outras matrizes de dominação.

A modernidade ocidental eurocêntrica também produziu uma colonialidade do saber [...], um tipo de racionalidade técnico-científica, epistemológica, que se coloca como o modelo válido de produção do conhecimento. O conhecimento, nessa visão, deve ser neutro, objetivo, universal e positivo (Curiel, 2019, p. 05).

Por isso, as pesquisas (ou antes, práxis) feministas anti-sistêmicas defendem a presença do sujeito que pesquisa (e de pesquisa também) claramente posta na escrita e divulgação dessa proposta. Assim como também defendem que outras formas de conhecimento, que não só está “neutra, objetiva, universal e positiva”, são igualmente válidas. Davi Kopenawa, xamã yanomami, afirma que, embora o pensamento branco ocidental se queira universal, só consegue dizer sobre si mesmo. “Desse modo, estudam apenas seu próprio pensamento e, assim, só conhecem o que já está dentro deles mesmo. Mas suas peles de papel não falam nem pensam. Só ficam ali, inertes, com seus desenhos negros e suas mentiras” (Kopenawa; Albert, 2015, p. 455). Assim, construir essa outra forma de pensamento não é substituir universalismos: trocamos “a mulher”, única e universal, branca do Norte Global, por uma outra mestiça, negra ou indígena do Sul Global. Mas sim, abrir espaço para a presença de outras histórias, múltiplas, sem hierarquizá-las, e que tragam complexidade à forma como entendemos o mundo, pensar para além do que já está dentro de nós. Como afirma Lugones (2019, p. 371), “[...] começar a aprender sobre outros e outras que também resistem à diferença colonial”. Trata-se, portanto, de reconhecer produções teóricas e práticas que emergem das experiências subalternizadas, muito comumente produções coletivas.

Neste sentido, não é o bastante nos dizermos, em nossas pesquisas, mulheres, camponesas, pobres, é preciso entender porque somos sexualizadas, racializadas, empobrecidas (Curiel, 2019). O que também não significa dizer que apenas mulheres camponesas podem escrever/pesquisar sobre sua condição no mundo, mas que há um “privilegio epistêmico” e defender que possamos pesquisar sobre nós mesmas. Também é preciso estarmos atentas para não citar produções de pessoas negras e indígenas, do Sul Global, apenas para expiar “culpas epistemológicas” ou para dar um tom crítico às nossas pesquisas (Curiel, 2019).

MEMÓRIAS CIRCULARES. RITORNELLOS. TEMPO VIVO.

Não sei se explicar isso seria falar sobre obviedades, ainda assim, insisto em lembrar, como bem descreve Lélia Gonzalez (2016a),

que a formação do campesinato brasileiro, especialmente no norte e nordeste, passa pela chegada um grande contingente de pessoas negras, antes e pós-abolição da escravatura. Forçadas a migrarem pelos interiores do país, quando compram ou conseguem sua alforria por força da lei, são “fixadas” no campo como trabalhadoras e trabalhadores rurais, em regime de meia, recebendo salários ou mesmo ocupando terras. Essa “massa marginalizada”, de que fala Lélia (2016a), se junta a outra massa marginalizada de pessoas indígenas, aldeadas ou não, que também estavam por lá. Daí, então, minha insistência em buscar matrizes de pensamento negras e indígenas, que seja capaz de contar sobre as memórias de mulheres camponesas em toda sua complexidade.

Acredito que o primeiro grande problema de tentar falar sobre memória dessas mulheres a partir de um conhecimento europeu é o conceito de tempo. Atando as pontas deste texto, recordo que trouxe lá no início a ideia de tempo a partir de uma filosofia ocidental, um tempo que existe em linha reta, com passado, presente e que se lança ao futuro. Para esses autores que trouxe aqui, o passado é quase um fantasma a assombrar o futuro, o devir.

Para Adriana Arroyo (2019), essa forma de pensar o tempo traz incorporada a ideia de evolução e progresso, de um passado incivilizado que evolui para um futuro iluminado, desenvolvido. Um pensamento adequado à empreita colonialista, certamente. Por isso, Adriana defende a necessidade de descolonizar a temporalidade, para descolonizar as memórias dos povos de Abya Yala. “Não há, pois, uma história universal, o que há é uma imposição de dados e significados desde uma hegemonia do pensamento, há que se pensar, então, em chave pluriversal” (Arroyo, 2019, p. 7. Tradução minha⁶).

Nesse esforço de “descolonizar a temporalidade”, ela reafirma a necessidade de voltarmos a nos relacionar com Tempo em outras formas. Adriana Arroyo é uma mulher indígena aymara, ela conta que entre seu povo e também para os quéchuas, o tempo não é uma linha reta, mas circular. “Timpuxajutirisariwa: o tempo sempre vem e vai, é constante, assim como o círculo que não tem ponto de partida nem de chegada, não há princípio nem fim, tudo é energia em movimento” (Arroyo, 2019, p. 15. Tradução minha⁷).

6 Texto original: “No hay pues una historia universal, lo que hay es una imposición de datos y significados desde una hegemonia del pensamiento, hay que pensar entonces en clave pluriversal”.

7 Texto original: “Timpuxajutirisariwa: el tiempo siempre viene y va, es constante, así como el círculo que no tiene punto de partida ni meta, no hay principio ni fin, todo es energía en movimiento”.

Partindo de filosofias africanas, Leda Maria Martins (2024) também nos fala de um outro Tempo que não tem começo e fim, mas existe em ritornelo.

[...] o tempo pode ser ontologicamente experimentado como movimentos de reversibilidade, dilatação e contenção, não linearidade, descontinuidade, contração e descontração, simultaneidade das instâncias presente, passado e futuro, como experiências ontológica e cosmológica que têm como princípio básico do corpo não o repouso, como em Aristóteles, mas, sim, o movimento (Martins, 2024, p. 23).

Neste Tempo, o passado não está morto, tampouco assombra gerações futuras. Passado e futuro estão em contato, coexistem no mesmo espaço, e, portanto, não existem desta maneira estanque, petrificada. Flui. Não o repouso, mas o movimento. Também é importante lembrar que, para religiões de matriz africana, Tempo é entidade viva, orixá, nkisi, vodun; Iroko, Kitembo, Loko. Independente de como se pronuncie seu nome em cada uma das nações africanas, Tempo é uma entidade-árvore, ser-vegetal que liga os mundos, desde o subsolo até os céus. “Iroko é uma árvore, um Orixá, um espírito, um povo, uma memória, mas é também a história de toda a humanidade” (Rosenthal, 2021). Tempo, então, passa a ser escrito com inicial maiúscula, para marcar uma reverência ao Sagrado, a um ser vivente.

Neste outro Tempo, não é possível falar de uma memória morta, enterrada no passado e que necessita de lugares de visitação – museus, memoriais, monumentos – para ser lembrada. O próprio Pierre Nora (1993), em um lampejo, afirma que o ocidente não tem memória de fato, se tivesse, não seria preciso sacraliz -la e criar ídolos para cab -la. Estranhamente, há aqui um ponto de encontro entre o sociólogo francês e o xamã yanomami Davi Kopenawa (2015), que diz da sociedade ocidental, branca, que seu pensamento está cheio de esquecimento. Talvez por isso, ao falar sobre memória, pensadores europeus brancos como os citados aqui falem sempre sobre a dificuldade de alcançá-la, de mantê-la, de entreg -la às gerações futuras.

Esse pensamento não encontra chão para germinar em outros territórios. Ailton Krenak (2023) explica que os corpos indígenas são cheios de memória, um corpo-memória, que   também um corpo-territ rio⁸, como definido por Sandra Benites (indígena guarani nhande-

8 Sobre o conceito de corpo-território de Sandra Benites, ver: BENITES, Sandra. O nosso corpo   o nosso chão. Corpo-território 1. Rio de Janeiro: Editora Dantes, 2023. (Coleção CADERNOS Selvagem). Disponível em: https://selvagemiciclo.com.br/wp-content/uploads/2023/05/CADERNO69_BENITES_CORPOTERRITORIO1.pdf. Acesso em: 16 set. 2024.

wa). No texto *Memória não queima*, Ailton nos explica justamente essa ideia-vivência de povos originários de um corpo que não é individual, mas coletivo, e um coletivo que não é apenas humano. Um corpo-território, um conjunto de pessoas, animais, plantas, rios, pedras, montanhas, seres encantados. E, ele acrescenta, memórias: “a ideia de uma memória que vaza, que transcende e que bagunça com a nossa noção de indivíduo. Ela desloca a nossa fixação numa individualidade” (Krenak, 2023, p. 04). Se o corpo-território é preenchido das/pelas memórias que habitam o espaço, para além do indivíduo, lembrar e esquecer se confundem com habitar e ser expulso/a de seus territórios.

Sandra Benites (2023) também nos conta sobre uma memória ancestral, contada ou narrada. “A memória ancestral é aquilo que contam para a gente, e aquilo em que a gente acreditou e acredita. Tem gente que não acredita mais, e isso tem um porquê – a gente não acreditar –, mas fica na memória” (Benites, 2020, p. 02). Ela explica que essa memória se manifesta, mesmo em quem não acredita nela, aparece na infância ou na velhice, a qualquer tempo. “Essa memória vai demarcar o nosso corpo” (Benites, 2020, p. 02). As memórias ancestrais e suas narrativas são tão concretas e fortes que influenciam o modo de ser, de viver, de estar no mundo de um povo, seu *teko*: “a memória é o próprio teko, é o próprio corpo, é o próprio território” (Benites, 2023, p. 03).

Se memória é *teko*, também é resistência de povos que, há séculos, têm os seus modos de ser e estar no mundo atacados por um sistema capitalista e colonialista hegemônico. Lélia Gonzalez (2016b) descreve essa memória–resistência como o lugar de emergência da verdade, frente às mentiras que são contadas acerca dos povos subalternizados. Ela contrapõe essa ideia de memória à de consciência, que seria justamente o lugar da alienação e do esquecimento.

Consciência exclui o que memória inclui. Daí, na medida em que é o lugar da rejeição, a consciência se expressa como discurso dominante (ou efeitos desse discurso) numa dada cultura, ocultando a memória, mediante a imposição do que ela, consciência, afirma como a verdade. Mas a memória tem suas astúcias, seu jogo de cintura: por isso, ela fala através das mancas do discurso da consciência (Gonzalez, 2016b, p. 79).

A memória não se perde, pois está no corpo. Mesmo que a consciência não acredite nela ou tente ignorá-la, a memória demarca o corpo e o *teko* de seu povo. Por isso também o corpo-memória prescinde dos lugares de culto à memória, como museus e arquivos (Krenak, 2023).

Ela será lembrada e seguirá viva porque não pertence a um passado morto, faz parte da dança de Tempo que é ontem-hoje-amanhã.

Essa memória, de povos que foram subalternizados, não necessariamente está escrita em “peles de papel” (Kopenawa; Albert, 2015). Quase nunca está. A tradição cultural da oralidade de povos indígenas e de povos africanos se juntam em terras brasileiras, e seguem sendo tratadas como coisas menores e desimportantes por uma cultura hegemônica eurocentrada que supervaloriza a escrita como forma superior de produção cultural. Leda Maria Martins (2024) nos lembra que entre culturas originárias e africanas, o corpo era (e é) o principal meio de construção e disseminação de conhecimento, através da vocalidade, mas também de comportamentos, práticas cotidianas e técnicas sofisticadas, pensares mais abstratos e sofisticados que organizaram e organizam complexas cosmopercepções ou filosofias.

Para dar forma a esse pensamento, Leda Martins (2024) nos apresenta a palavra “oralituras”, e nos explica que a palavra oraliturizada está no corpo em movimento e, assim, produz conhecimento. Ou melhor, conhecimentos, no plural, em diversas áreas com suas próprias epistemologias. Um saber que inclui as filosofias, concepções do tempo, modos de ser, de atuar, de fabular, de desejar, ou *teko*, para usar o conceito guarani.

Conceitual e metodologicamente, oralitura designa a complexa textura das performances orais e corporais, seu funcionamento, processos, procedimentos, meios e sistemas de inscrição dos saberes fundados e fundantes das epistemes corporais, destacando neles o trânsito da memória, da história, as cosmovisões que pelas corporalidades se processam (Martins, 2024, p. 41).

Grafa-se com o corpo em movimento, não em “peles de papel inertes”. Portanto, lembra-se com o corpo, o corpo-território, o corpo-memória. Uma memória que pertence ao passado, mas também está viva no presente, em um Tempo que vai e vem.

VOLTAR AO INÍCIO

Após ler e ouvir sobre a memória que é corpo, território, que pertence a um tempo que é ritornelo, espiral, ou círculo, me fica a inquietação de que não é possível pensar sobre memórias de mulheres camponesas a partir de uma matriz de pensamento europeia, branca, cujo tempo é sinônimo de evolução e cujo passado está morto, sob pena

de fetichizar ou não compreender em sua complexidade aquilo que pretendo pesquisar. Acredito que é necessário alargar o pensamento para margens mais amplas, que consigam comportar memórias e também Tempos, territórios, oralituras e filosofias que diferem em muito da matriz filosófica eurocentrada.

Certamente, a pesquisa sobre memória realizada sobre homens europeus serviu para explicar a relação daquele continente com a sua memória, com o seu mal-estar com a barbárie do nazi-fascismo e a guerra que se seguiu, com a barbárie contra os seus iguais. No entanto, ela não dará conta de abranger outras relações com Tempo e memória assentadas no Sul Global, nem tampouco da guerra gerado por brancos em nossa direção. Para isso, outras ferramentas são necessárias. Embora Halbwachs (1990) e Pollak (1989), por exemplo, também tenham escrito sobre uma ideia de memória coletiva, tal conceito não alcança a complexidade do pensamento do corpo-memória enquanto extensão do corpo-território, que envolvem coletividades mais amplas que o conjunto de seres humanos, em um tempo que não acontece em linha reta. Da mesma maneira, não seria possível compreender adequadamente a amplidão desses conceitos apenas a partir da leitura de textos escritos em peles de papel que não falam nem pensam. Por isso me proponho a ouvir, ver e vivenciar cotidianos com essas mulheres camponesas para, talvez assim, conseguir alcançar a compreensão sobre suas memórias e, especialmente, suas tecnologias que possibilitaram guardar memórias em performances corporais cotidianas sobre o plantio, manejo e uso das plantas medicinais. Certamente, seus mecanismos também nos dizem de uma vida onde o funcionamento do pensamento passa por outros caminhos. Por que lembram? Mas também: como lembram? São perguntas que me movem a partir daqui para a construção de uma pesquisa que se construa coletivamente com outras mulheres camponesas.

REFERÊNCIAS

ARROYO, Adriana Guzman. **Descolonizar la memoria, decolonizar feminismos**. 2ª ed. La Paz: Editorial Tarpuna Muya, 2019.

BENITES, Sandra. **A memória demarca o nosso corpo**. Corpo-território 3. Rio de Janeiro: Editora Dantes, 2023. (Coleção Cadernos Selvagem). Disponível em: https://selvagemciclo.com.br/wp-content/uploads/2023/10/CADERNO73_BENITES_CORPOTERRITORIO3.pdf. Acesso em: 16 set. 2024.

BENJAMIN, Walter. **Obras escolhidas. Magia e técnica, arte e política.** São Paulo: Editora Brasiliense, 1987.

CURIEL, Ochy. Construindo metodologias feministas a partir do feminismo decolonial. In: BALDUINO, Paula de Melo *et al.* (org.). **Descolonizar o feminismo.** Brasília: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília, 2019.

EVARISTO, Conceição. Gênero e etnia: uma escre(vivência) de dupla face. In: MOREIRA, Nadilza M. de Barros; SCHNEIDER, Liane (orgs.) **Mulheres no mundo: etnia, marginalidade, diáspora.** João Pessoa: Idéia; Editora Universitária UFPB, 2006.

GONZALEZ, Lélia. Cultura, etnicidade e trabalho: Efeitos linguísticos e políticos da exploração da mulher. In: RIOS, Flávia; LIMA, Márcia (Orgs.). **Por um feminismo afrolatinoamericano.** Rio de Janeiro: Zahar, 2016a.

GONZALEZ, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. In: RIOS, Flávia; LIMA, Márcia (Orgs.). **Por um feminismo afrolatinoamericano.** Rio de Janeiro: Zahar, 2016b.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva.** São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 1990.

KOPENAWA, Davi; ALBERT, Bruce. **A queda do céu: palavras de um xamã yanomami.** Tradução: Beatriz Perrone-Moisés. São Paulo: Cia. das Letras, 2015.

KRENAK, Aílton. **Memória não queima.** Rio de Janeiro: Editora Dantes, 2023. (Coleção Cadernos Selvagem). Disponível em: https://selvagemciclo.com.br/wp-content/uploads/2023/10/CADERNO72_AILTON_KRENAK.pdf . Acesso em: 16 set. 2024.

LUGONES, Maria. Rumo a um feminismo decolonial. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque de (Org.). **Pensamento feminista: conceitos fundamentais.** Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019.

MARTINS, Leda Maria. **Perfomances do tempo espiralar: poéticas do corpo-tela.** Rio de Janeiro: Cobogó, 2024.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. In: **Projeto História**, n. 10, 1993, Pós-Graduação em História da PUC-SP, São Paulo. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/12101/8763> . Acesso em: 16 set. 2024.

PAREDES, Julieta. Descolonizar as lutas: a proposta do Feminismo Comunitário. **Revista Epistemologias do Sul**, v. 3, n. 2, 2019, p. 74-87.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 3-15, 1989. Disponível em: <https://periodicos.fgv.br/reh/article/view/2278/1417> . Acesso em: 16 set. 2024.

ROSENTHAL, Dália. Tempo para Iroko. [Entrevista cedida a] Leila Kiyomura. **Jornal da USP**. 08/10/2021. Disponível em: <https://www.eca.usp.br/sites/default/files/inline-files/Entrevista%20TEMPO%20PARA%20IROKO%20por%20Leila%20Kiyomura%20%281%29.pdf> . Acesso em: 16 set. 2024.

TODOROV, Tzvetan. **Memória do mal, tentação do bem**. São Paulo: Arx, 2002.

A CONSTRUÇÃO DE UM TERRITÓRIO PARA A QUEBRADEIRA DE COCO BABAÇU NUMA RELAÇÃO GÊNERO E MEIO AMBIENTE

Ilzileni Lopes Silva¹

Edijanne Rocha Mendes Baima²

INTRODUÇÃO

A construção de um território para as quebradeiras de coco babaçu representa uma experiência única de luta e resistência que entrelaça questões de gênero, identidade cultural e preservação ambiental. O babaçu (*Attalea speciosa sp.*) é uma palmeira nativa das regiões Norte e Nordeste do Brasil, especialmente nos estados do Maranhão, Piauí, Tocantins e Pará. Ao longo das décadas, mulheres quebradeiras de coco se organizaram para garantir não apenas o acesso aos recursos naturais, mas também a permanência em seus territórios, associando a preservação ambiental e a justiça social.

Este trabalho tem como objetivo analisar a possibilidade de se construir o território das chamadas quebradeiras de coco babaçu, a partir da formação territorial que engloba os babaçuais e suas práticas preservacionistas das florestas de babaçu. Deste modo, o trabalho aqui apresentado é desdobramento de uma pesquisa de mestrado em curso, na Universidade Estadual do Maranhão, sobre o protagonismo e a luta das quebradeiras de coco na garantia do livre acesso aos babaçuais na contemporaneidade, na microrregião do Médio Mearim.

A metodologia abordada consiste, nesse primeiro momento, em pesquisa bibliográfica e revisão de literatura, que possam fundamentar a hipótese sobre a ideia de um território pensando sobre a perspectiva de gênero das quebradeiras e sua relação intrínseca com os babaçuais. Pelo tempo em que se encontra a pesquisa, ainda não há dados conclusivos sobre a temática, a nossa intenção é primeiramente provocar o debate e instigar sobre a importância do tema para as mulheres rurais, e também urbanas, maranhenses.

1 Mestranda pelo Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Socioespacial e Regional - PPDSR/UEMA - MA

2 Mestranda pelo Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Socioespacial e Regional - PPDSR/UEMA - MA.

A construção do território das quebradeiras de coco é um processo político e social que envolve disputas por acesso à terra e recursos naturais. Haesbaert (2004) destaca que o conceito de território não se restringe ao espaço físico, mas abrange dimensões simbólicas e sociais, envolvendo relações de poder e identidade. No caso das quebradeiras, a luta pelo território se dá em um contexto de sobreposição de interesses econômicos – como a expansão do agronegócio – e resistência comunitária. As mulheres quebradeiras, por meio de organizações como o Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu (MIQCB), reivindicam o direito de uso comum dos babaçuais e lutam pela implementação de leis como a “Lei do Babaçu Livre” que busca garantir o acesso aos recursos naturais.

Além disso, a perspectiva de gênero é essencial na construção territorial das quebradeiras, pois evidencia como as mulheres organizam suas vidas em função do trabalho comunitário e da resistência política. Sauer (2015) observa que a organização territorial a partir da perspectiva de gênero revela práticas de produção e cuidado que se contrapõem às lógicas tradicionais de apropriação da terra. Assim, o território construído pelas quebradeiras de coco é não apenas um espaço produtivo, mas também um espaço de pertencimento e empoderamento feminino.

Este artigo propõe explorar duas dimensões principais: (i) a relação entre gênero e meio ambiente, analisada a partir da cosmovisão ecofeminista na preservação ambiental e (ii) a construção territorial das quebradeiras de coco, com foco na perspectiva de gênero. Ao entender essas práticas, é possível vislumbrar formas alternativas de organização territorial e de uso dos recursos naturais que respeitam tanto a natureza quanto as pessoas que dela dependem para sobreviver.

A luta das quebradeiras de coco babaçu exemplifica como o gênero se relaciona profundamente com questões ambientais e territoriais, oferecendo uma nova perspectiva para a compreensão das disputas por terra e a preservação dos recursos naturais. O trabalho dessas mulheres é uma demonstração concreta de que a construção de um território sustentável passa pela valorização dos saberes locais e pela incorporação de práticas produtivas que respeitem as especificidades culturais e ecológicas da região.

Nesse contexto, a microrregião do Médio Mearim pode ser abordada a partir de suas relações históricas, sociais e culturais, que tem como principais agentes, os atores sociais, os quais produzem e reproduzem sua própria dinâmica social nos territórios que habitam. Esta região, De acordo com Porro (2019) é reconhecida como área de

ocorrência de babaçu, e devido ao protagonismo forte de movimentos sociais, o Maranhão é um dos estados do Brasil com maiores números de projetos de reforma agrária.

Assim, é importante reconhecer a participação dos sujeitos na formação e reconhecimento legal dos territórios, especialmente a participação das chamadas quebradeiras de coco babaçu. Haesbaert (2021), diz que é possível fazermos uma regionalização “a partir de baixo”, destacando a importância dos sujeitos sociais na diferenciação e articulação do espaço. A descolonização da região implica reconhecer a diversidade de manifestações regionais e a interação entre sociedade e natureza, garantindo a sobrevivência da humanidade no planeta. A atenção prioritária deve ser dada às práticas e vivências dos grupos subalternos na construção e transformação das regiões, mantendo a consciência dos limites e possibilidades de diálogo e reconstrução das regiões.

GÊNERO E MEIO AMBIENTE: UMA APROXIMAÇÃO COM O ECOFEMINISMO

Desde a década de 1970, com o advento das privatizações de terras públicas e devolutas, a grilagem de terras e os grandes empreendimentos agropecuários na zona rural no Maranhão, redesenharam as relações sociais, territoriais e de produção estabelecidas no campo, nas quais os grupos sociais que habitavam os territórios tradicionalmente ocupados tiveram muitos de seus direitos violados.

Nesse contexto de desigualdades é que surgem as primeiras mobilizações das chamadas quebradeiras de coco babaçu. A vasta bibliografia de análise de conjuntura e identidade das quebradeiras de coco apontam para uma divisão temporal, na qual antes da década de 1970, os intelectuais e atores sociais, consideravam o *tempo do coco livre* e no pós 1970, o *tempo do coco preso*. O *tempo do coco preso* é lembrado como um momento de dor e angústia para as mulheres quebradeiras e suas famílias. É nesse período que as extrativistas lançam os primeiros planos de enfrentamentos contra seus antagonistas. A primeira forma de resistência foi que muitas mulheres passavam pelas cercas e adentravam nas propriedades privadas para coletar os frutos. Entretanto, as quebradeiras de coco passavam por várias humilhações, violência física, moral e sexual (Andrade, 2007; Barbosa, 2019).

Outras formas de resistência surgiram, como os *mutirões*, as *gre-*

ves e os *empates*³. Essas ações consistiram em impedir que os proprietários e seus subordinados, derrubassem as palmeiras de babaçu, bem como, minimizar as violências praticadas contra as quebradeiras e seus familiares. As estratégias desempenhadas pelas quebradeiras foram fundamentais para a organização social e política das mesmas.

Assim, as mulheres desenvolveram através dos tempos diversas práticas e ações de resistência aos padrões sociais de gênero, em determinado tempo, contexto e espaço. Angelin (2014) argumenta que as mulheres tiveram maior proximidade com a natureza, presenciando experiências diferentes dos homens. Essa proximidade, historicamente construída, foi observada por diversas estudiosas do feminismo, pois as responsabilidades atribuídas às mulheres estavam mais próximas do ambiente natural, como a atividade de coleta e o cuidado da vida, desde os primórdios da humanidade.

De acordo com a mesma autora, essas características, do trabalho feminino no decorrer da história, apontam, de acordo com estudos arqueológicos, que foram as mulheres que inventaram a agricultura, a partir da coleta de alimentos e dos primeiros cultivos da terra. Assim, se associou no paleolítico e neolítico a figura de divindades a mulher, sendo as deusas femininas as protetoras da caça, e da natureza, bem como, representadas como uma mãe (a Mãe Terra ou a Grande Mãe). A veneração das mulheres estava relacionada pela sua proximidade com as questões da natureza, e seus respectivos mistérios. Contudo, não se pode considerar que nesse contexto histórico houve algum tipo de matriarcalismo, visto que não se identificou a dominação das mulheres sobre os homens, e sim um tipo de divisão sexual do trabalho não rígida e uma sociedade cujas relações se baseiam na parceria. (Angelin, 2014).

No contexto mais contemporâneo, a questão ambiental entra nas discussões globais, sobre sua preservação e articulação com o desenvolvimento. Svampa (2023), faz uma discussão sobre a percepção colonialista da natureza na América Latina. A autora aborda a visão este-reotipada sobre o Novo Continente, presentes nos discursos de diversos intelectuais desde o século XVIII. Estes discursos, amparados numa perspectiva antropocêntrica da relação homem/natureza, apresentavam pontos de vista que por um lado, concebiam as Américas a partir da exuberância de sua natureza, e por outro lado, a natureza era percebida

3 De acordo com Andrade (2005), Os mutirões se constituem numa estratégia das mulheres quebradeiras de coco para a coleta do babaçu, em grandes grupos. Esta forma de resistência tinha como função, impedir as violações e humilhações por parte dos capatazes das fazendas, uma mulher sozinha seria mais suscetível a isto do que em grandes grupos. Já os empates e as greves foram estratégias das famílias rurais para impedir que as

como monstruosa, os animais inferiores, os habitantes nativos como fracos. Essas visões corroboraram para se compreender a natureza dos países americanos como fonte inesgotável de matéria-prima, prismados no mito do Eldorado, assim como, de forma preconceituosa foi concebida como sendo pura geografia, “sem história” por ser um lugar novo, de povos fracos e passíveis de dominação.

A natureza foi muito pensada a partir de concepções predatórias e colonialistas, como fonte inesgotável de recursos exploráveis. A própria palavra “recurso” é analisada por Shiva (2000), a qual identifica que o significado original da palavra sugere vida, pois se entende que os recursos naturais poderiam brotar repetidas vezes, mesmo após seu consumo. Isso remeteria a capacidade regenerativa da natureza, associado ao tempo e condição necessária a essa recuperação, sendo que o termo “recurso” deveria estar interligado à reciprocidade entre seres humanos e natureza.

Contudo, os recursos naturais são ressignificados na sociedade capitalista passando a ser vistos como matéria-prima para atender as necessidades do mercado. Sobre isso, a mesma autora citada acima, afirma que o colonialismo e a crescente industrialização, romperam com o conceito recíproco dos recursos naturais, os referindo a insumos (como o minério, a madeira, etc.) para promover o processo de acumulação industrial e colonial.

A natureza foi vista e compreendida a partir de um ponto de vista antropocêntrico da relação homem/natureza, cujo homem estaria no centro do mundo, tendo controle pelo meio ambiente e também pelas mulheres. Svampa (2023) argumenta que o antropocentrismo gera estranhamento àquilo que é diferente, como o homem em relação à mulher, o humano em relação ao que é natural.

Isto seria um dos fundamentos estudados pelo ecofeminismo, a indiferença que o antropocentrismo gera com o meio ambiente e com os sujeitos historicamente vulneráveis. Assim, “o ecofeminismo, nas suas mais variadas interpretações e vertentes, têm contribuído procurando aliar os debates feministas às questões de preservação e manutenção da vida saudável e digna, em todas as suas formas”. Também tem se posicionado contra o colonialismo e a opressão patriarcal sobre a natureza, as mulheres e povos que passaram pelo processo colonizador (Angelin, 2014, p. 1582).

O conceito de ecofeminismo é particularmente relevante para interpretar a prática das quebradeiras de coco. Como aponta Guha (1997), as comunidades tradicionais desenvolvem práticas de conservação am-

biental não apenas por necessidade econômica, mas também por uma visão de mundo que valoriza a interdependência entre seres humanos e meio ambiente. Nesse contexto, o envolvimento das quebradeiras na preservação dos babaçuais reflete uma prática integrada de produção e cuidado, que se insere na lógica ecofeminista e desafia os paradigmas do desenvolvimento predatório e da mercantilização da natureza.

A luta das quebradeiras de coco babaçu é uma manifestação concreta da cosmovisão ecofeminista, que reconhece a ligação íntima entre as mulheres e a natureza. Shiva (2010) e Mies (1993), teóricas fundamentais do ecofeminismo, argumentam que a exploração da natureza e a opressão das mulheres derivam de estruturas sociais patriarcais que subordinam e exploram ambos. Nesse sentido, a atuação das quebradeiras não se limita à extração sustentável do coco, mas envolve a preservação dos babaçuais e a defesa de um modo de vida que integra natureza e cultura. A partir dessa perspectiva, a relação gênero e meio ambiente é uma dimensão essencial para entender como essas mulheres organizam suas práticas produtivas e construções identitárias no território em que vivem.

A QUESTÃO DO TERRITÓRIO NA TERRA DO BABAÇU: A CONSTRUÇÃO TERRITORIAL A PARTIR DA PERSPECTIVA DE GÊNERO.

A questão do espaço é amplamente discutida em disciplinas como a Geografia, a Sociologia, etc., sendo que cada uma dessas formas de produzir o conhecimento científico, entende o espaço e o que nele compõe, a partir de diferentes abordagens teóricas e metodológicas. De acordo com Souza (2016, p. 22), a geografia tende a uma dicotomização entre os conceitos de espaço geográfico e espaço social. Esta dicotomização entre o humano e o físico esteve em bastante evidência, até sofrer a influência do filósofo neomarxista Henri Lefebvre. A partir deste momento, muitos passam a ver o espaço social, e não mais no espaço geográfico, o conceito central de seu arsenal.

Deste modo, o espaço social seria entendido como “aquele que é apropriado, transformado e produzido pela sociedade”, ou seja, aquele que sofreu a intervenção humana, que transforma a natureza a seu favor. Contudo, o conceito de espaço geográfico parece ser mais amplo, sendo o espaço social uma qualificação dele (Souza, 2016, p. 22).

Numa perspectiva semelhante, Fernandes (2005, p. 26) afirma que,

[...] o espaço social está contido no espaço geográfico, criado originalmente pela natureza e transformado continuamente pelas relações sociais, que produzem diversos outros tipos de espaços materiais e imateriais, como por exemplo: políticos, culturais, econômicos e ciberespaços. O espaço é parte da realidade, portanto, multidimensional.

É necessário entender a dialética entre o espaço físico e social, para que se possa obter mais clareza nos estudos sobre os territórios. O espaço social, o qual inclui território, lugar, organização social, dentre outros, é perpassado pelas disputas de interesses de diversos segmentos sociais e suas devidas relações de poder. As assimetrias de gênero configuram as sociedades patriarcais, exprimem poder nos sujeitos mais vulneráveis nesta lógica, as mulheres.

Rogério Haesbaert (2020) argumenta que no contexto latino-americano, o território é concebido dentro do diálogo com os movimentos sociais, as lutas, disputas e resistência pelo território, se configuram como instrumento de transformação social. O território, não sendo apenas um conceito de espaço, pode ser entendido a partir das relações sociais de gênero, o corpo como território.

Segundo o mesmo autor, o processo de colonização da América Latina fortaleceu as relações sociais patriarcais, históricas na sociedade, sendo o corpo decisivo nas relações de poder. O corpo pareceu ser subjugado nas ciências sociais por bastante tempo, tendo mais espaço a partir dos anos de 1990, com as teorias feministas (ecofeminista), especialmente as mulheres indígenas. A perspectiva decolonial latino-americana e caribenha sobre o “corpo-território” se baseia nas concepções sobre o corpo dos povos indígenas. Como forma de descolonizar a visão hegemônica patriarcal/colonial, a problematização da corporeidade implica considerar as questões relacionadas ao gênero, étnico-raciais, geracionais, classe social e identidade.

Deste modo, pensar o território sob uma perspectiva de gênero é reconfigurar as relações sociais postas e permitir que as mulheres possam integrar na comunidade sua percepção espacial e territorial, a partir de suas vivências cotidianas, e no caso das quebradeiras de coco babaçu, a partir do seu trabalho. Deste modo, o poder tem sido exercido nos territórios de diferentes maneiras, a partir das relações sociais e também por relações de gênero. Costa, Porro e Porro (2023, p. 84-85) aponta que,

Assim, entender o território para além de um substrato do espaço é necessário, pois ele não é somente o resultado do exercício do

poder em dado espaço. Mais especificamente, o poder é exercido no território por meio de relações sociais e de gênero. Assim, as quebradeiras de coco constroem o seu território incluindo uma correlação entre diferentes espectros do poder, também a partir do gênero.

Enxergar a questão territorial a partir das relações de poder sociais e de gênero, nos territórios onde estão as quebradeiras de coco babaçu, constitui uma forma de resistência aos padrões socialmente definidos. Costa, Porro e Porro (2023) dizem que o território precisa ser entendido por uma perspectiva da decolonialidade do poder, visto que seja capaz de superar a marca escravista e patriarcal que oprime e promove a violência de gênero, sendo esta a face da colonialidade.

Os territórios são permeados de relações de poder, que reproduzem desigualdades de classe e gênero. A territorialização do Médio Mearim deve ser entendida a partir das relações sociais historicamente construídas na região, o que perpassa pela extração e produção do coco babaçu pelas mulheres quebradeiras. Entender o território das quebradeiras, também, significa compreender o processo de territorialização feito por essas mulheres, a partir da coleta e quebra do coco babaçu e como esse trabalho é capaz de empoderar e engajar as quebradeiras de coco tanto nas questões do âmbito familiar, quanto nas discussões comunitária.

Entende-se a territorialidade das quebradeiras de coco dentro do seguinte contexto: a) das relações sociais entre os sujeitos e as relações que perpassam pelo extrativismo do babaçu; b) da apropriação do espaço, cujo babaçuais estão fortemente presentes; c) e dos produtos e atividades advindos do babaçu, como o azeite, o leite de coco, o carvão, outros produtos das palmeiras usados nos revestimentos das casas, as trocas econômicas das amêndoas, dentre outras (Costa, Porro e Porro, 2023, p. 96).

Assim, a região que abrange o Médio Mearim é composta por uma vastidão de babaçuais e de famílias que usufruem deste recurso. Sendo que a microrregião se encontra localizada dentro da área de transição da Amazônia, o Cerrado e a Caatinga, “ricas em espécies, transformaram-se em florestas secundárias dominadas pelo babaçu, e destas passaram para pastagens contendo palmeiras em várias densidades”. E a partir das décadas de 1970 e 1980 houve mudanças na paisagem, onde a concentração fundiária antagonizou fazendeiros e camponeses em “conflitos associados à derrubada de babaçuais para a formação de pastagens” (Porro, 2019, p. 171).

Deste modo, estas duas décadas correspondem ao que as próprias quebradeiras chamam de tempo do “coco preso”, pois as áreas que contêm babaçuais se tornaram fazendas, na sua maioria para o desenvolvimento da pecuária, que foram privatizadas, em sua maioria, pela Lei Sarney de Terras e pela grilagem. A resistência das quebradeiras de coco do Médio Mearim foi estruturada nos *mutirões*, *empates* e *greves* (Andrade, 2005). Práticas que consistiam em enfrentar os seus antagonistas, contra a apropriação privada dos babaçuais e o crescente desmatamento devido ao aumento das pastagens.

As quebradeiras de coco começaram a se organizar a partir de 1989, mas a Associação de Mulheres Quebradeiras de Coco Babaçu – AMQCB foi fundada apenas em 1991. Somente em 1995 é que a associação passou a ser chamada de MIQCB (Barbosa, 2007, p. 02). O movimento realizou o seu I Encontro Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu, em setembro de 1991, contando com 200 delegadas de diferentes regiões dos estados integrantes do movimento. O II Encontro, em outubro de 1993, marca a consolidação do movimento a nível interestadual. Este se torna num espaço de aprofundamento e definições das questões, e das dificuldades enfrentadas por essas mulheres para realizarem o seu trabalho e sustentarem suas famílias (IIEIMCQCB, 1993).

O movimento das quebradeiras, na luta pelo livre acesso aos babaçuais possibilitou a construção de diversos mecanismos de resistência camponesa, como as Leis do Babaçu Livre, as cooperativas, as *cantinas*, etc. Deste modo, a luta pelo “babaçu livre” se tornou, também, em luta pelo acesso à terra e ao território.

A construção da territorialidade do Médio Mearim é permeada pela resistência de seus atores sociais em identificar as relações de poder que formam os territórios e serem capazes de reconstruir, no território, sua própria concepção de mundo e vivências cotidianas. De acordo com Fernandes (2005, p. 28), o território é determinado pelas relações sociais, que o movimentam gerando diversos outros territórios, sendo que sua existência ou destruição dependem dos movimentos que dão ao espaço. “Assim, o território é espaço de liberdade e dominação, de expropriação e resistência”.

Assim, o território das quebradeiras é determinado pelas lutas e resistências que ocorreram pela permanência do trabalho extrativista, a construção da identidade e dos modos de vida. O MIQCB incorporou no processo de luta a questão territorial, partindo do ponto em que a luta pelo território se constituía no direito das quebradeiras e de suas famí-

lias, ao lugar onde se mora, a identidade e a cultura das comunidades tradicionais.

A atividade extrativista do babaçu e a luta pelo direito do livre acesso aos babaçuais é capaz de empoderar as mulheres rurais e mudar as estruturas de poder, que se apresentam no território. O empoderamento dentro dos discursos feministas tem como intuito, proporcionar às mulheres os direitos civis, políticos e sociais, além de estimular o controle sobre seu próprio corpo e desenvolvimento. Segundo Rui (2020, p. 57):

O objetivo principal do empoderamento é a tomada de consciência e das próprias competências, não é somente construir uma sociedade de mulheres empoderadas, porém isoladas, mas contribuir para a construção de uma nova ordem socialmente justa e politicamente democrática.

Assim, a ação das mulheres quebradeiras de coco e sua capacidade organizativa em movimentos sociais, cooperativas, associações, articulações com entidade nacionais e internacionais, torna evidente o protagonismo delas frente às objeções, típicas do modo de produção capitalista, da exclusão por parte do Estado e pelo patriarcado presentes no meio rural maranhense. Mulheres que promovem rupturas de paradigmas e reconfiguram sua própria existência, a partir do extrativismo do babaçu e da redefinição dos seus respectivos territórios.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A sociedade brasileira é plural, composta por diversos grupos sociais, expressos por características específicas, étnicas e identitárias. É nessa pluralidade que as quebradeiras de coco babaçu, surgem como sujeitos sociais e políticos na sociedade, as quais se reconhecem por diversas identidades, como indígenas, quilombolas, camponesas, por exemplo. Ser quebradeira de coco babaçu é uma categoria que surge na sociedade a partir das lutas pelo acesso aos recursos naturais. A identidade construída nesse processo, cuja designação quebradeira de coco passa a ser, não apenas um desdobramento de seu trabalho, mas principalmente de seu auto-reconhecimento social.

Na atualidade a microrregião do Médio Mearim está diante dos interesses capitalistas, principalmente a partir da descoberta de poços de gás natural em Trizidela do Vale, Santo Antônio dos Lopes e outros municípios. Os interesses capitalistas e sua entrada no espaço rural,

muda a dinâmica territorial de muitas comunidades tradicionais, suas territorializações, territórios e relações de poder. O protagonismo das mulheres quebradeiras e demais camponeses é extremamente necessário para a manutenção do território que abrange os babaçuais, a produção agrícola e a cultura camponesa na região.

O empoderamento e protagonismo das mulheres do babaçu foi e ainda é capaz de afirmá-las dentro do espaço público, contrariando a lógica patriarcal, que visou a mulher, o âmbito da vida privada. A história do Médio Mearim é perpassada pelo processo migratório interno e externo, assim como, os sujeitos remanescentes de quilombos e povos indígenas e a relação destes com o babaçu. Deste modo, não podemos desconectar a realidade do Médio Mearim, das atividades que envolvem o babaçu, os seus subprodutos, a questão ambiental e os atores sociais que dele dependem e constroem territorialidades e laços de solidariedade.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, M. P. Mutirões, empates e greve – Divisão sexual do trabalho guerreiro entre famílias de quebradeiras de coco babaçu, no Brasil. *Revue Lusotopio*, XII (1- 2), p. 175-189, 2005.

ANDRADE, M. P. Conflitos Agrários e Memória de Mulheres Camponesas. *Estudos Feministas*, Florianópolis, 15(2): 445-451, maio-agosto, 2007.

ANGELIN, Rosângela. Mulheres, ecofeminismo e desenvolvimento sustentável diante das perspectivas de redistribuição e reconhecimento de gênero. Estamos preparados? *Revista Eletrônica Direito e Política*, Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Ciência Jurídica da UNIVALI, Itajaí, v.9, n.3, 3º quadrimestre de 2014.

BARBOSA, V. O. Mulheres do babaçu: gênero, maternalismo e movimentos sociais no Maranhão. Curitiba: CRV, 2019. - Coedição: São Luís: EDUFMA, 2019.

BARBOSA, V. Mulheres de fibra na luta por direitos sociais. II JORNADA INTERNACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS São Luís – MA, 28 a 30 de agosto de 2007.

COSTA, D. V.; PORRO, N. S. M; PORRO, R. A identidade “quebradeira de coco” como símbolo de pertencimento na territorialização dos

babaçuais. *Revista del CESLA. International Latin American Studies Review*, (32), 2023: 83-102.

FERNANDES, B. M. Movimentos socioterritoriais e movimentos socioespaciais: contribuição teórica para uma leitura geográfica dos movimentos sociais. *Revista Nera – Ano 8, N. 6 – Janeiro/Junho de 2005*; p. 24-34.

GUHA, R. The Environmentalism of the Poor. In: *Varieties of Environmentalism: Essays North and South*. New York: Oxford University Press, 1997.

HAESBAERT, R. Descolonizando outro conceito: a região. In: *Território e Decolonialidade: sobre o giro(multi) territorial/decolonial na América Latina*. Buenos Aires: Clacso, 2021, p.241-268.

HAESBAERT, R. Do Corpo-Território ao Território-Corpo (da Terra): Contribuições Decoloniais. *GEOgraphia*, vol. 22, n.48, p. 75-90, Março/Junho 2020.

HAESBAERT, R. O Mito da Desterritorialização: do “Fim dos Territórios” à Multiterritorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

MIES, M. & SHIVA, V. *Ecofeminism*. Halifax: Fernwood Publications, 1993.

MIQCB, II Encontro Interestadual de Mulheres e Crianças Quebradeiras de Coco Babaçu. Teresina, 1993.

OLIVEIRA, F. Introdução. In: *Elegia para uma Re(li)gião: Sudene, Nordeste, Planejamento e Conflito de Classes*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981; p. 21-44.

PORRO, R. A economia invisível do babaçu e sua importância para meios de vida em comunidades agroextrativistas. *Bol. Mus. Para. Emílio Goeldi. Cienc. Hum*, Belém, v. 14, n. 1, p. 169-188, jan./abr. 2019.

RUI, Simone Léia. Gênero, empoderamento e território: construindo relações e estabelecendo perspectivas teóricas. *Revista Geografia em Atos (Geo Atos online) - Dossiê “Gênero e sexualidade nas tramas geográficas: espaço e interseccionalidade” - v. 1, n. 16, p. 45-60, mar, 2020*.

SAUER, S. *Territórios do Comum: Agroecologia, Agricultura Familiar e Políticas Públicas no Brasil*. São Paulo: Editora da Unesp, 2015.

SHIVA, V. Recursos Naturais. In: SACHS, Wolfgang. Dicionário do Desenvolvimento: guia para o conhecimento como poder. Petrópolis: Vozes, 2000. p. 228-242.

SHIVA, V. *Staying Alive: Women, Ecology and Development*. London: Zed Books, 2010.

SOUZA, M. L. Espaço geográfico, espaço social, organização espacial e produção do espaço. IN: SOUZA, M. L. *Os Conceitos Fundamentais da Pesquisa Socioespacial*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2016. p. 21-42.

SVAMPA, M. Entre a obsessão e a crítica ao desenvolvimento. In: *Debates Latino-Americanos: indianismo, desenvolvimento, dependência e populismo*. São Paulo: Elefante, 2023, p. 165-227.

GT14
GÊNERO, FORMAÇÃO,
CIÊNCIA/TECNOLOGIA E
CIÊNCIAS NATURAIS E EXATAS

Prof^ª. Dra. Izaura Santiago da Cruz - UFBA

Prof^ª. Dra. Márcia Barbosa - UFBA

NOVAS TECNOLOGIAS E INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL: CONCEITOS E PRECONCEITOS NA FORMAÇÃO DE GÊNERO

Itaassu Ribas Melo ⁴

A INFLUÊNCIA DA INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL NA EQUIDADE DE GÊNERO NAS CIÊNCIAS NATURAIS E EXATAS

O avanço acelerado das tecnologias digitais e o desenvolvimento da inteligência artificial (IA) têm provocado transformações profundas em diversos setores da sociedade contemporânea. No âmbito das ciências naturais e exatas, essas inovações tecnológicas influenciam não apenas os processos científicos e tecnológicos, mas também as dinâmicas sociais relacionadas à formação de identidades de gênero. A IA, ao ser incorporada em sistemas que vão desde assistentes virtuais até algoritmos de tomada de decisão, possui o potencial de perpetuar preconceitos existentes ou, alternativamente, atuar como ferramenta para a desconstrução de estereótipos de gênero.

Estudos recentes indicam que sistemas de IA podem refletir e até amplificar vieses presentes nos dados de treinamento, os quais são produto de estruturas sociais historicamente marcadas por desigualdades de gênero (Noble, 2018, p.21). Essa realidade suscita preocupações sobre a reprodução de estereótipos e a manutenção de desigualdades no âmbito tecnológico, afetando a representatividade e a participação de mulheres e grupos sub-representados nas ciências exatas e naturais.

Diante desse cenário, coloca-se o seguinte problema de pesquisa: como as novas tecnologias e a inteligência artificial contribuem para a perpetuação ou desconstrução de preconceitos de gênero nas ciências naturais e exatas? Este questionamento busca compreender os mecanismos pelos quais os vieses de gênero são incorporados nos sistemas de IA e identificar estratégias para mitigar esses efeitos, promovendo maior equidade de gênero no campo tecnológico.

⁴ Mestrando no Programa De Pós-Graduação Sociedade e Cultura Na Amazônia do Núcleo do Instituto de Filosofia, Ciências Humanas e Sociais da Universidade Federal do Amazonas. itaassu.melo@ufam.edu.br

O objetivo deste estudo é analisar o papel das novas tecnologias e da inteligência artificial na formação de gênero, identificando como elas podem perpetuar ou desconstruir preconceitos. Para alcançar esse propósito, estabelecem-se especificamente que devemos examinar os conceitos teóricos relacionados a gênero, tecnologia e interseccionalidade, identificando casos em que sistemas de IA apresentam estereótipos de gênero e, dessa forma, analisar os impactos desses estereótipos na perpetuação de desigualdades, propondo estratégias para a desconstrução de preconceitos de gênero na IA enfatizando abordagens interseccionais e a inclusão de grupos sub-representados.

Este estudo reside na necessidade premente de compreender e abordar os vieses de gênero presentes na IA, dado seu impacto significativo em decisões sociais e econômicas. A presença de estereótipos nos sistemas tecnológicos pode reforçar desigualdades existentes, limitando oportunidades para mulheres e outros grupos marginalizados e afetando negativamente a diversidade e a inovação no setor tecnológico. A promoção da equidade de gênero na tecnologia é fundamental para o desenvolvimento de soluções inovadoras e inclusivas que atendam às necessidades de toda a sociedade.

A ciência e a tecnologia não são neutras, mas sim permeadas por valores sociais e culturais que refletem as estruturas de poder existentes. Harding (1986), argumenta de forma contundente sobre esta não-neutralidade. Autora afirma que “podemos agora ver que a afirmação de que a ciência é livre de valores, objetiva e desinteressada funciona para disfarçar as maneiras pelas quais os valores dominantes da cultura moldam os resultados da pesquisa científica. A ciência é política por outros meios, poderíamos dizer.” (HARDING, 1986, p. 9). Nesse sentido, é crucial examinar como os sistemas de IA podem reproduzir ou desafiar esses valores, especialmente no que tange às construções de gênero.

A interseccionalidade, conceito introduzido por Crenshaw (1989), oferece uma lente teórica importante para compreender como diferentes categorias sociais, como gênero, raça e classe, interagem para produzir experiências únicas de opressão ou privilégio. A autora argumenta que “a interseccionalidade é uma conceitualização do problema que busca capturar as consequências estruturais e dinâmicas da interação entre dois ou mais eixos da subordinação. Ela trata especificamente da forma pela qual o racismo, o patriarcalismo, a opressão de classe e outros sistemas discriminatórios criam desigualdades básicas que estruturam as posições relativas de mulheres, raças, etnias, classes e outras” (CRENSHAW, 1989, p. 140). Aplicar essa perspectiva à análise da IA

permite identificar nuances nos vieses presentes e desenvolver estratégias mais eficazes para sua mitigação.

A relevância deste estudo se alinha com as discussões atuais sobre ética na IA e a necessidade de transparência e responsabilidade no desenvolvimento e implementação dessas tecnologias. A compreensão dos vieses de gênero na IA não é apenas uma questão acadêmica, mas possui implicações práticas significativas, influenciando políticas públicas, práticas corporativas e como a sociedade interage com a tecnologia. Portanto, este trabalho busca contribuir para o debate acadêmico e prático sobre a relação entre gênero e tecnologia, oferecendo visões que possam orientar ações futuras voltadas para a promoção da equidade de gênero no campo tecnológico. Ao identificar os desafios e propor soluções, espera-se que este estudo sirva como recurso para pesquisadores, profissionais e formuladores de políticas interessados em construir uma sociedade mais justa e inclusiva.

GÊNERO X TECNOLOGIA

A intersecção entre gênero, raça e tecnologia tem se tornado um foco crescente de estudo nas últimas décadas. Pesquisadores como Noble (2018) argumentam que as tecnologias digitais, longe de serem neutras, frequentemente incorporam e perpetuam os valores, preconceitos e estruturas de poder dominantes na sociedade que as cria. Com o surgimento da inteligência artificial (IA), essa problemática ganha novas dimensões, pois os sistemas de IA, ao aprenderem a partir de vastos conjuntos de dados, podem inadvertidamente reproduzir e amplificar desigualdades e estereótipos de gênero e raça profundamente enraizados. Noble demonstra como plataformas de busca e outras tecnologias digitais podem reforçar representações prejudiciais, especialmente de pessoas negras e mulheres. A autora afirma que palavras depreciativas e vulgares “pode aparecer como a principal representação de meninas e mulheres negras na primeira página de uma busca no Google” (NOBLE, 2018, p. 5). A autora argumenta que essas representações prejudiciais não são meras coincidências, mas reflexos de preconceitos sistêmicos incorporados na tecnologia. A autora enfatiza a necessidade de uma reavaliação crítica das nossas fontes de informação digital, destacando que “precisamos de uma completa reavaliação das implicações de nossos recursos de informação sendo governados por empresas de publicidade controladas por corporações” (NOBLE, 2018, p. 5). Essa análise crítica é crucial para compreender como as tecnologias digitais, especialmente

os sistemas de IA e algoritmos de busca, podem perpetuar e amplificar desigualdades sociais existentes. Somos convidados a questionar a suposta neutralidade dessas tecnologias e a considerar seu impacto na formação da opinião pública e na perpetuação de estereótipos raciais e de gênero. A autora ressalta a urgência de desenvolver abordagens mais éticas e inclusivas no design e implementação de tecnologias digitais, visando mitigar esses vieses e promover uma representação mais justa e equitativa na era digital.

O conceito de gênero é entendido aqui como uma construção social e cultural que atribui significados e expectativas aos corpos, indo além das diferenças biológicas entre os sexos. Como afirma Louro (1997) “as justificativas para as desigualdades precisariam ser buscadas não nas diferenças biológicas (se é que mesmo essas podem ser compreendidas fora de sua constituição social), mas sim nos arranjos sociais, na história, nas condições de acesso aos recursos da sociedade, nas formas de representação.” (Louro, 1997, p.7). Essa perspectiva reconhece que as identidades de gênero são moldadas por normas sociais, práticas discursivas e relações de poder que variam historicamente e entre diferentes culturas.

No contexto tecnológico, essas construções influenciam como mulheres e homens se relacionam com a tecnologia, bem como sua representação e participação no campo. A participação das mulheres nas ciências e tecnologias é marcada por desigualdades persistentes. Lima et al. (2015), destacam que “apesar de a participação feminina ter aumentado de forma global, a desagregação dos dados permite perceber a existência de duas formas de sub-representação das mulheres no sistema científico e tecnológico: na exclusão horizontal, que indica o pequeno número de mulheres em determinadas áreas ou subáreas do conhecimento; e na exclusão vertical, que aponta para o pequeno número de mulheres nos postos de prestígio em todas as áreas do conhecimento, mesmo nas carreiras consideradas femininas” (LIMA et al., 2015, p.16). Essa análise revela como as construções de gênero influenciam de forma complexa a participação feminina no campo científico-tecnológico, demandando um olhar atento às múltiplas dimensões dessa desigualdade.

A cultura tecnológica refere-se aos valores, práticas e significados que uma sociedade atribui à tecnologia. Historicamente, a tecnologia tem sido associada ao masculino, com a figura do homem técnico predominando, contribuindo para a exclusão ou marginalização de mulheres e outros grupos sub-representados no campo tecnológico. Essa

masculinização da tecnologia afeta não apenas a participação nesses campos, mas também como a tecnologia é desenvolvida e utilizada, perpetuando estereótipos de gênero e desigualdades sociais.

A inteligência artificial, definida como a capacidade de sistemas computacionais realizarem tarefas que normalmente requerem inteligência humana, como aprendizado, percepção e tomada de decisão, tornou-se onipresente em diversos setores da sociedade. Sua evolução é marcada por avanços significativos em aprendizado de máquina e processamento de grandes volumes de dados, permitindo a criação de algoritmos capazes de identificar padrões e fazer previsões com alta precisão.

No entanto, esses sistemas de IA são treinados a partir de extensos conjuntos de dados históricos que podem conter vieses e preconceitos presentes na sociedade. Dessa forma, os algoritmos de IA podem aprender e reproduzir estereótipos de gênero, raça e outros, afetando decisões importantes, como recrutamento, concessão de crédito e recomendações de conteúdo.

Os vieses de gênero em sistemas de IA têm origem em diferentes fontes. Primeiramente, os dados utilizados para treinar os modelos podem refletir desigualdades históricas e estereótipos existentes. Por exemplo, se um algoritmo de recrutamento é treinado com dados de contratações passadas em um setor predominantemente masculino, pode aprender a preferir candidatos homens, perpetuando a desigualdade de gênero. Os próprios desenvolvedores dos sistemas podem, mesmo que inconscientemente, incorporar vieses em suas escolhas de design e na seleção de características consideradas relevantes. A falta de diversidade nas equipes de desenvolvimento também contribui para a não identificação e correção desses vieses.

Os impactos dos vieses de gênero na IA são significativos. Sistemas enviesados podem reproduzir e amplificar desigualdades existentes, afetando negativamente grupos já marginalizados. No contexto das ciências naturais e exatas, isso pode resultar na exclusão de mulheres e minorias de oportunidades educacionais e profissionais, limitando a diversidade e a inovação nessas áreas. Ademais, a perpetuação de estereótipos de gênero em tecnologias amplamente utilizadas, como assistentes virtuais com vozes femininas que desempenham papéis subservientes, pode reforçar normas sociais prejudiciais e influenciar a percepção dos papéis de gênero na sociedade.

A compreensão teórica das inter-relações entre gênero, tecnologia e inteligência artificial é fundamental para identificar os mecanis-

mos pelos quais os preconceitos de gênero são incorporados nos sistemas tecnológicos. Essa fundamentação teórica fornece subsídios para a análise crítica e a proposição de estratégias visando mitigar os vieses de gênero na IA promovendo maior equidade e inclusão no campo tecnológico.

(PRÉ) CONCEITOS DIGITAIS NA ANÁLISE DE DADOS

A análise de assistentes virtuais, como Siri, Alexa e Cortana, revela a incorporação de estereótipos de gênero na personificação desses sistemas. Frequentemente programados com vozes femininas e comportamentos associados à docilidade e à subserviência, esses assistentes refletem características tradicionalmente atribuídas às mulheres em sociedades patriarcais. Conforme aponta Criado Perez (2019), essa escolha não é apenas estética ou funcional, mas resulta de decisões de design influenciadas por preconceitos culturais e pela falta de representatividade feminina nos processos de desenvolvimento tecnológico. A autora afirma que “o resultado dessa cultura profundamente dominada pelos homens é que a experiência masculina, a perspectiva masculina, passou a ser vista como universal, enquanto a experiência feminina - a de metade da população global, afinal - é vista como, bem, de nicho” (CRIADO PEREZ, 2019, p. 12).

Abordagem de Birhane sobre ética relacional e injustiça algorítmica analisa criticamente o design e impacto dos assistentes virtuais. Os assistentes virtuais frequentemente incorporam e perpetuam pressupostos problemáticos sobre gênero e relações sociais. Sua programação tende a refletir e reforçar normas culturais dominantes, sem considerar adequadamente as experiências e perspectivas de grupos marginalizados. Ao interagir com linguagem abusiva ou sexualmente explícita, as respostas passivas ou humorísticas desses assistentes podem inadvertidamente normalizar comportamentos prejudiciais. Isso exemplifica como os sistemas algorítmicos podem “perpetuar danos” (Birhane, 2021, p. 1), especialmente para comunidades vulneráveis, um tema central no trabalho do autor.

A análise dos algoritmos de recrutamento automatizados destaca como sistemas de IA podem reproduzir e amplificar vieses de gênero presentes nos dados de treinamento. O caso do algoritmo de recrutamento da Amazon, que favorecia candidatos homens em detrimento de mulheres, ilustra esse problema. Criado Perez (2019) alerta que “as IAs foram treinadas em conjuntos de dados repletos de lacunas de dados

- e como os algoritmos são frequentemente protegidos como software proprietário, nem podemos examinar se essas lacunas foram levadas em consideração” O algoritmo da Amazon foi treinado com base em currículos enviados à empresa ao longo de dez anos, período em que a maioria dos contratados era homem, refletindo a desigualdade de gênero no setor tecnológico. Como resultado Dastin (2018) relata que “o sistema da Amazon ensinou a si mesmo que candidatos do sexo masculino eram preferíveis. Ele penalizava currículos que incluíam a palavra mulheres, como em capitã do clube de xadrez feminino”. Este caso exemplifica como os vieses presentes nos dados de treinamento podem ser perpetuados e até mesmo amplificados por sistemas de IA reforçando desigualdades existentes no mercado de trabalho.

A perpetuação de desigualdades por sistemas de IA não é um efeito colateral inevitável, mas uma consequência de práticas e suposições enraizadas no desenvolvimento dessas tecnologias. Birhane (2021, p. 2) argumenta que muitas das soluções propostas para problemas éticos em IA “não centram comunidades desproporcionalmente impactadas”. Isso reflete uma falha fundamental em reconhecer e abordar as assimetrias de poder existentes. A autora enfatiza que o campo da ciência de dados é “fortemente dominado por grupos privilegiados de principalmente homens brancos, cisgêneros e sem deficiências da elite ocidental” (Birhane, 2021, p. 5). Essa homogeneidade resulta em uma visão limitada que frequentemente falha em reconhecer injustiças e opressão, um fenômeno que D’Ignazio e Klein chamam de risco do privilégio.

Para abordar essas questões Birhane (2021, p.2) propõe uma mudança fundamental de perspectiva. Ela argumenta que precisamos de uma “ética construída sobre os fundamentos da relacionalidade”, que prioriza o entendimento contextual sobre a previsão abstrata. Isso envolve “reexaminar nossas suposições de trabalho subjacentes, nos obriga a interrogar assimetrias de poder hierárquicas e nos estimula a considerar o contexto mais amplo, contingente e interconectado” (BIRHANE, 2021, p.6).

Aplicando essa abordagem ao desenvolvimento de assistentes virtuais, por exemplo, exigiria uma reavaliação completa de como esses sistemas são projetados, implementados e avaliados. O foco não seria apenas na eficiência técnica, mas na consideração cuidadosa de como esses sistemas interagem com e potencialmente reforçam estruturas sociais existentes. Isso requer “não apenas criar uma métrica de justiça para um sistema existente, mas sim questionar o que o sistema está

fazendo, particularmente examinando suas consequências para grupos minoritários e vulneráveis” (BIRHANE, 2021, p. 5).

Os padrões identificados nos casos analisados apontam para uma reprodução de estereótipos de gênero que reforçam papéis tradicionais e limitam a participação de mulheres e minorias em áreas tecnológicas (CRIADO PEREZ, 2019). Essa realidade tem implicações significativas para a sociedade, afetando a equidade de oportunidades, a diversidade de perspectivas na inovação e o desenvolvimento econômico. A manutenção de preconceitos nos sistemas tecnológicos pode minar a confiança dos usuários nessas tecnologias, comprometendo sua aceitação e eficácia (BIRHANE, 2021).

ESTRATÉGIAS PARA ELIMINAR PRECONCEITOS DE GÊNERO NA INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL

A identificação dos vieses de gênero nos sistemas de inteligência artificial (IA) evidencia a necessidade urgente de desenvolver estratégias eficazes para sua desconstrução. É fundamental adotar abordagens que considerem as intersecções entre gênero, raça, classe e outras dimensões sociais, promovendo a participação ativa de grupos sub-representados no desenvolvimento tecnológico. Políticas e práticas inclusivas no setor tecnológico desempenham um papel crucial na promoção da equidade e na mitigação dos preconceitos incorporados nas tecnologias de IA.

Uma abordagem promissora para enfrentar os vieses de gênero na IA é a aplicação da interseccionalidade como ferramenta analítica e prática. Conforme conceituado por Crenshaw (1989, p. 139-140), a interseccionalidade reconhece que os indivíduos podem ser simultaneamente afetados por múltiplas formas de opressão e discriminação, que se inter-relacionam e se reforçam mutuamente.

No contexto tecnológico, essa perspectiva permite identificar como diferentes grupos são afetados de maneira diversa pelos sistemas de IA proporcionando uma compreensão mais abrangente dos impactos sociais dessas tecnologias. Aplicar abordagens interseccionais na IA implica adotar práticas de design inclusivas que considerem as necessidades e experiências de usuários de diferentes origens e identidades. Conforme destacam D’ignazio e Klein (2020), isso pode ser alcançado por meio da implementação de metodologias participativas no desenvolvimento de sistemas, envolvendo diretamente as comunidades afetadas no processo de criação e avaliação das tecnologias. De acordo com as autoras,

a interseccionalidade nos lembra que não podemos separar os efeitos do racismo do sexismo, do colonialismo, do capacitismo ou de qualquer outro eixo de poder e diferença que molda nossas experiências no mundo. [...] No contexto do design de dados, isso significa que precisamos considerar como múltiplos eixos de poder e identidade se entrelaçam para moldar as experiências das pessoas com os sistemas que criamos (D'IGNAZIO; KLEIN, 2020, p. 28).

A adoção de princípios de design centrado no humano e de design universal contribui significativamente para a criação de sistemas mais inclusivos, enfatizando a importância de considerar a diversidade humana em todas as etapas do desenvolvimento tecnológico.

É fundamental que desenvolvedores e pesquisadores estejam cientes dos potenciais vieses presentes nos dados utilizados para treinar os modelos de IA implementando técnicas de detecção e correção de preconceitos nos algoritmos. Essas ações asseguram que os produtos atendam às necessidades de um público amplo e variado, promovendo a equidade e a inclusão na tecnologia.

A adoção de princípios de design centrado no humano e de design universal é crucial para criar sistemas mais inclusivos. Essas abordagens consideram a diversidade em todas as fases do desenvolvimento tecnológico, assegurando que os produtos atendam a diferentes públicos. Incorporar feedback contínuo dos usuários e testar com grupos diversos ajuda a identificar e corrigir vieses antes do lançamento.

A participação de grupos sub-representados nas equipes de desenvolvimento de IA é essencial para promover a diversidade de perspectivas e evitar a reprodução de vieses inconscientes. Page (2007) afirma que “a diversidade supera a habilidade não porque os melhores são necessariamente diversos, mas porque a diversidade permite evitar os piores erros coletivos em previsão e resolução de problemas” (PAGE, 2007, p. 157). Para aumentar a participação desses grupos, é necessário implementar estratégias que abrangem desde a educação básica até o mercado de trabalho, incluindo programas de incentivo à formação de mulheres e minorias em áreas de ciência, tecnologia, engenharia e matemática. Investir em programas educacionais, bolsas de estudo e iniciativas de mentoria pode estimular o interesse e a permanência desses grupos nas carreiras tecnológicas.

Políticas de recrutamento e contratação que promovam a diversidade são fundamentais. Empresas podem adotar práticas de seleção que eliminem vieses nos processos seletivos, como currículos anônimos ou entrevistas estruturadas, garantindo igualdade de oportunidades. Cultu-

ras organizacionais que valorizam a inclusão e oferecem ambientes de trabalho acolhedores contribuem para a retenção de talentos diversos e para a criação de equipes mais eficientes e criativas.

Governos e instituições reguladoras têm um papel essencial nas políticas inclusivas no setor tecnológico. A criação de diretrizes éticas e regulamentações específicas para o desenvolvimento de IA pode reduzir vieses e promover equidade. Essas diretrizes devem focar em transparência, responsabilidade e justiça, garantindo que os sistemas de IA sejam auditáveis e seus impactos sociais sejam considerados ao longo de todo o ciclo de vida. Auditorias algorítmicas regulares ajudam a identificar e corrigir vieses, aumentando a segurança e a confiabilidade das tecnologias.

A colaboração internacional é outro aspecto relevante, pois padrões e normas globais podem promover o desenvolvimento responsável da IA em diferentes contextos culturais e sociais. Organizações internacionais, como a ONU e a UNESCO, podem coordenar esforços para estabelecer diretrizes comuns e facilitar o diálogo entre países.

A educação e a conscientização sobre os vieses de gênero na IA também são essenciais. Oferecer treinamentos e workshops para desenvolvedores, engenheiros e gestores pode aumentar a compreensão sobre como preconceitos podem ser incorporados nos sistemas e quais práticas podem ser adotadas para evitá-los. Instituições acadêmicas podem integrar disciplinas que abordem ética, justiça social e diversidade nos currículos de cursos relacionados à tecnologia, formando profissionais mais preparados para lidar com esses desafios.

Promover a pesquisa e o desenvolvimento de novas técnicas e ferramentas que auxiliem na detecção e mitigação de vieses é igualmente crucial. Investir em métodos avançados de aprendizado de máquina que sejam menos suscetíveis a preconceitos, como algoritmos de aprendizado federado ou técnicas de anonimização de dados, pode contribuir para a construção de sistemas mais justos. Incentivar a publicação e a disseminação de pesquisas nessa área pode acelerar o avanço de soluções inovadoras.

É importante fomentar a participação ativa da sociedade civil no debate sobre o uso ético da IA. Organizações não governamentais, comunidades acadêmicas e usuários podem contribuir com perspectivas valiosas, apontando questões que talvez passem despercebidas pelos desenvolvedores. A criação de espaços de diálogo e a promoção da transparência nas decisões relacionadas à IA fortalecem a confiança pública nas tecnologias e asseguram que elas atendam às necessidades de todos.

Eliminar preconceitos de gênero na inteligência artificial requer uma abordagem abrangente que engloba práticas de desenvolvimento inclusivas, políticas governamentais, iniciativas educacionais e a participação ativa da sociedade. Ao implementar essas estratégias, é possível avançar em direção a uma tecnologia que reflita a diversidade humana e promova a equidade, garantindo que os benefícios da IA sejam compartilhados por todos.

PROMOVENDO A EQUIDADE DE GÊNERO NA INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL

Este estudo analisou como as novas tecnologias e a inteligência artificial influenciam a formação de gênero nas ciências naturais e exatas, identificando mecanismos pelos quais preconceitos de gênero são incorporados nos sistemas tecnológicos e propondo estratégias para sua mitigação. Verificou-se que a IA pode tanto perpetuar quanto desconstruir estereótipos de gênero, dependendo de como é desenvolvida e implementada.

Os sistemas de IA frequentemente replicam e amplificam vieses presentes nos dados de treinamento, refletindo desigualdades de gênero históricas. Exemplos como assistentes virtuais com vozes femininas e comportamentos subservientes reforçam estereótipos de papéis tradicionais. Casos como o algoritmo de recrutamento da Amazon mostram como decisões automatizadas podem prejudicar mulheres e grupos sub-representados. A perpetuação dessas desigualdades na IA resulta de escolhas no desenvolvimento tecnológico, como a falta de diversidade nas equipes e a ausência de uma crítica aos vieses. Contudo, com abordagens interseccionais e a inclusão de grupos sub-representados, é possível criar sistemas mais inclusivos e justos.

Estratégias para eliminar preconceitos de gênero na IA incluem práticas de design inclusivas, que levem em conta as necessidades de usuários de diferentes origens. Metodologias participativas, envolvendo as comunidades afetadas no desenvolvimento e avaliação das tecnologias, podem reduzir vieses. Desenvolvedores e pesquisadores precisam estar atentos aos vieses nos dados e usar técnicas para identificá-los e corrigi-los. Promover a diversidade nas equipes de desenvolvimento é crucial, pois equipes diversificadas tendem a ser mais inovadoras e criar soluções que atendem a uma gama mais ampla de necessidades.

Governos e instituições reguladoras desempenham um papel crucial na promoção da equidade na IA. A elaboração de diretrizes éti-

cas e regulamentações específicas para o desenvolvimento e uso dessas tecnologias pode contribuir para a redução de vieses e a promoção da justiça social. Princípios como transparência, responsabilidade e justiça devem ser enfatizados, garantindo que os sistemas de IA sejam auditáveis e que seus impactos sociais sejam considerados ao longo de todo o seu ciclo de vida.

Conclui-se que a inteligência artificial tem o potencial de reproduzir ou desafiar preconceitos de gênero, dependendo das abordagens adotadas em seu desenvolvimento. Ao reconhecer a não neutralidade da tecnologia e compreender as inter-relações entre gênero, tecnologia e IA, é possível identificar e mitigar vieses, promovendo maior equidade e inclusão no campo tecnológico. Este estudo contribui para o debate sobre a necessidade de práticas e políticas que assegurem que as inovações tecnológicas beneficiem a sociedade na totalidade, sem perpetuar desigualdades históricas.

Espera-se que as reflexões apresentadas sirvam como subsídio para pesquisadores, profissionais e formuladores de políticas comprometidos com a construção de uma sociedade mais justa e inclusiva. A promoção da equidade de gênero na tecnologia não é apenas uma questão de justiça social, mas também um imperativo para o desenvolvimento de soluções inovadoras e eficazes que atendam às necessidades de toda a população.

REFERÊNCIAS

BIRHANE, A. Algorithmic Injustice: A Relational Ethics Approach. *Patterns*, v. 2, n. 2, p. 1-9, 2021.

CRENSHAW, K. Demarginalizing the Intersection of Race and Sex: A Black Feminist Critique of Antidiscrimination Doctrine, Feminist Theory and Antiracist Politics. *University of Chicago Legal Forum*, v. 1989, n. 1, p. 139-167, 1989.

CRIADO PEREZ, C. *Invisible Women: Exposing Data Bias in a World Designed for Men*. Nova Iorque: Abrams Press, 2019.

D'IGNAZIO, C.; KLEIN, L. F. *Data Feminism*. Cambridge: MIT Press, 2020.

DASTIN, J. Amazon Scraps Secret AI Recruiting Tool that Showed Bias Against Women. *Reuters*, 2018.

HARDING, S. *The Science Question in Feminism*. Ithaca: Cornell University Press, 1986.

LIMA, Betina Stefanello; BRAGA, Maria Lúcia de Santana; TAVARES, Isabel. Participação das mulheres nas ciências e tecnologias: entre espaços ocupados e lacunas. *Gênero*, Niterói, v. 16, n. 1, p. 11-31, 2. sem. 2015.

LOURO, G. L. *Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista*. Petrópolis: Vozes, 1997.

NOBLE, S. U. *Algorithms of Oppression: How Search Engines Reinforce Racism*. Nova Iorque: NYU Press, 2018.

PAGE, S. E. *The Difference: How the Power of Diversity Creates Better Groups, Firms, Schools, and Societies*. Princeton: Princeton University Press, 2007.

ESCAPE ROOM EDUCATIVO: DESAFIANDO ESTEREÓTIPOS E INCENTIVANDO A PARTICIPAÇÃO FEMININA NAS CIÊNCIAS E TECNOLOGIAS

Geovanna Goldma de Souza Lopes¹
Carla Giovana Cabral²

EDUCAÇÃO CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA CRÍTICA E INCLUSÃO DE GÊNERO

A sub-representação feminina nas áreas de Ciência, Tecnologia, Engenharia e Matemática (STEM³) é um fenômeno global que persiste ao longo das décadas, mesmo diante de iniciativas para reduzir as desigualdades de gênero nesses campos. As estatísticas revelam que, apesar de as mulheres constituírem uma parte significativa da força de trabalho e das universidades, elas ainda são minoria em carreiras de alta tecnologia e ciências exatas, sobretudo nas posições de liderança (CHASSOT, 2013). Esse descompasso reflete um histórico de exclusão e invisibilidade das mulheres na ciência, um cenário sustentado por estereótipos. Segundo Chauí (2000), os estereótipos refletem crenças construídas pela sociedade, que configuram para comportamento de grupos específicos, limitando expectativas e oportunidades. No caso das mulheres, perpassa a ideia que elas não são adequadas para áreas como ciências exatas e tecnologia. Isso funciona como desencorajamento e um divisor de águas para escolhas profissionais. Chassot (2013) afirma que a ciência é masculina e marcada pela igualdade (ainda) com desigualdades pois,

O número de mulheres que se dedicam às Ciências, em termos globais, é ainda menor que o de homens, mesmo que se possa dizer que nas décadas que nos são mais próximas tem havido uma muito significativa presença das mulheres nas mais diferentes áreas da Ciên-

1 Professora, mestranda no Programa de Pós-Graduação em Ensino de Ciências Naturais e Matemática (PPGECNM/UFRN).

2 Professora da Área Ciência, Tecnologia e Sociedade na Escola de Ciências e Tecnologia; orientadora do PPGECNM/UFRN; coordenadora do Grupo de Pesquisa Democracia e Gênero em Ciência e Tecnologia.

3 Sigla derivada do inglês – Science, Technology, Engineering and Mathematics.

cia, mesmo naquelas que antes pareciam domínio quase exclusivo dos homens. Parece que usualmente não se valorizam significativamente as contribuições femininas. Marie Curie continua sendo quase a única cientista citada nas aulas e se difundem estatísticas desatualizadas, destinadas a mostrar que as meninas são congenitamente incapazes de aprender Matemática. Quando as meninas se destacam em Matemática é porque são esforçadas, mas quando esta é a situação de meninos é porque são inteligentes. Mesmo que se saiba ser essa premissa falsa, ainda hoje a situação é reforçada (CHASSOT, 2004, p.22).

Desde a infância, meninas são frequentemente desencorajadas a se envolverem em disciplinas científicas, muitas vezes percebendo essas áreas como “masculinas” ou “difíceis demais” para elas, discute Guacira Louro (1997). Essa percepção é reforçada, tanto pela falta de representatividade de mulheres cientistas nos livros didáticos e materiais educativos quanto pela ausência de modelos femininos que sirvam de inspiração. A educação, ao invés de atuar como um campo de transformação social, muitas vezes perpetua essas desigualdades, negligenciando as contribuições das mulheres para o desenvolvimento das ciências e tecnologias (CASTRO, 2019).

Para além das barreiras culturais e sociais, os estereótipos de gênero no ensino de ciências limitam as escolhas e oportunidades das alunas, impactando diretamente suas aspirações profissionais e seu desempenho acadêmico (ECCLES, 2007). O conceito de que homens seriam ‘naturalmente’ mais aptos para a ciência e para a tecnologia cria um ambiente que, muitas vezes, desvaloriza a capacidade das meninas e inibe sua participação ativa nas aulas. Estudos mostram que essa disparidade de gênero na educação científica tem implicações a longo prazo, contribuindo para a persistente desigualdade nas carreiras científicas e tecnológicas (CASAD et al., 2020). Segundo Colling (2014, p.15),

A mulher verá crescer sua identidade em discursos que ela não formulou, caminhará com a palavra emprestada, como uma estrangeira; definindo-se em uma linguagem feita por outros, vivendo em um espaço desenhado por outros, em uma trama de razões que outros pensaram.

Além disso, a construção dos estereótipos de gênero no ensino de ciências começa cedo, influenciada por fatores familiares, escolares e midiáticos. Desde a infância, meninas são frequentemente direcionadas a brinquedos e atividades que envolvem cuidados ou habilidades

sociais, enquanto meninos são levados a explorar jogos que estimulam habilidades lógicas e espaciais, frequentemente associadas às ciências e tecnologias (FINE, 2010). Essa socialização precoce contribui para a formação de crenças limitantes sobre as áreas em que meninas e meninos “deveriam” ter aptidão, um processo que é posteriormente reforçado na escola por meio de currículos que, muitas vezes, sub-representam as mulheres nas ciências e perpetuam assimetrias de gênero (LOURO, 1997). Como resultado, ao chegarem ao ensino médio, muitas alunas já internalizaram a ideia de que as ciências não são para elas, o que se reflete em suas escolhas de disciplinas e carreiras.

Esse ciclo de exclusão é perpetuado também pelo próprio ambiente escolar, onde professores, ainda que involuntariamente, ou sem formação inicial que inclua gênero, podem reforçar essas crenças. Estudos indicam que educadores tendem a oferecer menos incentivo e apoio às meninas em disciplinas como física e matemática, o que resulta em uma menor autoconfiança por parte das alunas. A falta de modelos femininos nos materiais educativos ou representações estereotipadas têm consequências profundas. De acordo com Gil Perez (2001, p.133),

Muitas vezes, insiste-se explicitamente em que o trabalho científico é um domínio reservado a minorias especialmente dotadas, transmitindo-se assim expectativas negativas à maioria dos alunos, com claras discriminações de natureza social e sexual a ciência é apresentada como uma atividade eminentemente “masculina”.

Desse modo, há uma tendência em interpretar o sucesso das meninas nessas áreas como fruto de esforço e dedicação, enquanto o sucesso dos meninos é frequentemente atribuído a sua inteligência natural (CHASSOT, 2013). Essa discrepância de tratamento reforça a noção de que as meninas precisam trabalhar mais para alcançar os mesmos resultados, criando um ambiente desmotivador que as afasta ainda mais das STEM.

As implicações dessa discriminação no ambiente escolar são profundas e de longo alcance. Quando desestimuladas a seguir carreiras em ciência e tecnologia, as meninas acabam sub-representadas em cursos universitários dessas áreas, o que perpetua a desigualdade de gênero no mercado de trabalho científico e tecnológico. A falta de modelos femininos nessas áreas contribui ainda mais para essa exclusão, já que as alunas não conseguem se ver refletidas nas posições de destaque que aspiram ocupar. Isso cria um ciclo vicioso, onde a ausência de mulheres nas ciências reforça a crença de que essas áreas não são

para elas, diminuindo ainda mais sua participação (CHERYAN et al., 2011). Sem intervenções que desafiem esses estereótipos desde cedo, as desigualdades de gênero nas áreas STEM continuarão a prevalecer, comprometendo, tanto a equidade de oportunidades quanto o potencial de inovação científica e social.

Diante desse cenário, torna-se crucial a implementação de estratégias pedagógicas que desafiem esses estereótipos e promovam um ambiente escolar mais inclusivo. Uma dessas estratégias é o uso de metodologias ativas de ensino, como o “*escape room*” educacional, uma abordagem inovadora que tem ganhado espaço no ensino de ciências. Inspirado em jogos de fuga, o “*escape room*” coloca os alunos diante de desafios em equipe, incentivando a colaboração, o pensamento crítico e a resolução de problemas em um ambiente lúdico e envolvente. Além disso, ao ser adaptado para abordar questões de gênero, esse jogo pode ser uma ferramenta poderosa para desconstruir preconceitos e estimular o interesse das meninas pelas áreas de STEM (CABRAL, 2020).

O jogo foi estruturado como uma sequência didática para ensinar conceitos científicos e destacar as contribuições de mulheres na ciência e tecnologia, criando um ambiente onde as meninas possam se ver representadas e inspiradas a participar ativamente dessas áreas. Parte da pesquisa de mestrado profissional que está em curso, por meio da aplicação do “*escape room*” buscaremos verificar como essa metodologia de ensino impactará a percepção dos estudantes sobre a participação feminina nas ciências e o quanto ela pode contribuir para aumentar o interesse e a participação das meninas nas atividades científicas.

Esperamos que os resultados obtidos ao longo da aplicação do “*escape room*” educacional promovam uma sensibilização para a equidade de gênero no ensino de ciências. Observaremos como as estudantes percebem sua relação com as disciplinas científicas, se há confiança e interesse em participar de atividades ligadas à ciência e à tecnologia, por exemplo. Outro indicador seria em relação às percepções dos estudantes, em relação ao seu entendimento sobre as inter-relações ciência, tecnologia, sociedade de gênero.

“*ESCAPE ROOM*” COMO ESTRATÉGIA ATIVA DE ENSINO

A pesquisa de mestrado em que se fundamenta a elaboração do produto educacional “*escape room*” segue uma abordagem qualitativa, com foco em compreender como a contextualização social, histórica

e cultural na educação em ciências pode contribuir para O ensino, a desconstrução de estereótipos de gênero e estimular a participação feminina nas ciências e tecnologias. A pesquisa em torno da aplicação do produto educacional será desenvolvida em uma escola pública da cidade de Natal, Rio Grande do Norte, com alunos do 7º ano do Ensino Fundamental II, durante o ano letivo de 2024. A metodologia do produto foi estruturada em cinco fases principais: planejamento, aplicação, observação participante, entrevistas semiestruturadas e análise de dados.

A investigação está caracterizada como uma pesquisa-ação, que envolverá tanto a aplicação de uma intervenção pedagógica quanto a análise de seus efeitos no contexto educacional. A pesquisa-ação foi escolhida por permitir que estivéssemos diretamente envolvidas no desenvolvimento e na observação das atividades, ajustando a intervenção conforme necessário, ao mesmo tempo em que coletamos dados para análise posterior. Essa metodologia será fundamental para captar as dinâmicas sociais e educacionais em sala de aula, bem como as interações em termos de relações de gênero durante a aplicação do “*escape room*”. De acordo com Thiollent (2011), a pesquisa-ação é uma metodologia que integra pesquisa e intervenção de forma colaborativa, permitindo uma análise contínua e ajustes conforme o processo ocorre, o que é essencial para a efetividade e relevância da intervenção educativa proposta.

Aplicaremos o “*escape room*” com uma turma de 40 estudantes, com idades entre 12 e 13 anos. Entre os participantes, 22 são meninas e 18, meninos. Entre outras coisas, observaremos as diferenças e semelhanças nas percepções de ambos os gêneros. A escolha dessa faixa etária foi deliberada. Estudos indicam que os adolescentes nessa fase estão em um período de desenvolvimento cognitivo e social em que a construção de identidade e as aspirações futuras começam a se consolidar (ECCLES, 2007). Portanto, é uma etapa crucial para intervenções pedagógicas voltadas à promoção da igualdade de gênero e à desconstrução de estereótipos.

A escola foi selecionada com base em seu perfil socioeconômico, representando uma amostra diversificada de alunos/as provenientes de diferentes camadas sociais. Além disso, o 7º ano foi escolhido por ser um momento em que os/as estudantes já possuem uma base inicial nas disciplinas científicas, mas ainda estão em processo de formação de suas percepções sobre essas áreas. Isso possibilita que a intervenção tenha um impacto direto na forma como esses alunos se relacionam com as disciplinas STEM e possam problematizar as inter-relações ciência, tecnologia, sociedade e gênero.

Inicialmente, planejamos uma intervenção educacional como uma sequência didática de cinco aulas, sendo cada uma delas estruturada em torno de um tema específico relacionado às ciências, tecnologia e gênero. A sequência será desenvolvida a partir dos princípios das metodologias ativas de ensino, que priorizam a participação dos alunos na construção do conhecimento, e incorporará o conceito de jogo como uma mediação pedagógica central.

O “*escape room*” educacional foi adaptado para o contexto escolar e dividido em quatro “salas” ou fases, cada uma abordando um aspecto das ciências e da tecnologia, e cada fase vinculada a uma cientista. As cientistas escolhidas incluirão figuras como Marie Curie, Rosalind Franklin, Lise Meitner e Ada Lovelace, com ênfase na vida e trajetória de Émilie du Châtelet, cujas histórias foram incorporadas aos desafios apresentados aos alunos. A ambientação das salas será feita com materiais disponíveis na escola, de modo a tornar a experiência prática e acessível.

Émilie du Châtelet foi apresentada como figura central pois teve importância na história da energia e sua trajetória é amplamente admirável, como uma das primeiras mulheres a alcançar reconhecimento nesse campo. Seus estudos foram cruciais para o avanço da física moderna. Ainda nesse contexto Emilie insere uma abordagem pedagógica em temas como energia, máquinas e suas aplicações, áreas com baixa representatividade feminina. Representar sua história visa ensinar conceitos científicos e destacar a relevância das contribuições femininas, de maneira contextualizada.

As fases do “*escape room*” demandarão que os/as alunos/as trabalhem em equipes mistas, para resolver quebra-cabeças e desafios científicos, utilizando conhecimentos previamente adquiridos em sala de aula e novos conteúdos apresentados durante as atividades. Ao final de cada fase, eles/elas discutirão as descobertas e refletirão sobre a contribuição das cientistas destacadas, a invisibilidade das mulheres na ciência e na tecnologia e concepções de ciência, tecnologia e sociedade.

Para a captação dos dados da pesquisa serão utilizadas a observação participante e questionários de avaliação. Durante todas as etapas de aplicação do “*escape room*”, estaremos presentes na sala de aula, atuando como observadoras participantes. Esse tipo de técnica permitirá que capturemos de forma detalhada as interações entre os/as alunos/as, tanto nas dinâmicas de resolução dos desafios quanto nas interações sociais dentro das equipes. A observação enfocará, por exemplo, no comportamento e atitudes das alunas, buscando identificar sinais de maior

engajamento nas atividades científicas, como lidaram com os desafios e discussões que surgirão ao longo das atividades.

Também aplicaremos um questionário semiestruturado com todos os/as 40 alunos/as, para avaliar o impacto do jogo nas suas percepções sobre gênero e ciência. Ainda em fase de elaboração, o questionário deverá incluir questões, tais como: “por que as contribuições de algumas mulheres cientistas não aparecem nos livros didáticos?”; “quando conheceu essas contribuições, o que pensou?”; “essa atividade mudou sua forma de ver as ciências e a tecnologia?”.

Os dados captados serão analisados com o método de análise de conteúdo Laurence Bardin (1977). As transcrições das entrevistas e os registros da observação participante serão possivelmente codificados em categorias temáticas, como “participação ativa das meninas”, “destrução de estereótipos de gênero” e “mudança de percepção sobre as ciências”, entre outras. A análise de conteúdo permitirá identificar padrões e recorrências nas falas dos/as estudantes e nas dinâmicas observadas em sala de aula, revelando como a intervenção pedagógica impactou o seu comportamento e percepções. Adicionalmente, utilizaremos técnicas de análise descritiva, gerando gráficos que ilustram as respostas dos/as alunos/as às questões-chave. Esses resultados complementam os dados qualitativos, permitindo uma visão mais ampla do impacto do “*escape room*” nas percepções sobre gênero e ciência.

CAMINHOS PARA A TRANSFORMAÇÃO DE PERCEPÇÕES

A aplicação do “*escape room*” educacional em uma turma do 7º ano do Ensino Fundamental II deverá trazer resultados em torno de uma educação científica e tecnológica crítica, com indicadores relacionados à 1) um maior engajamento das alunas nas atividades; 2) transformações nas percepções de gênero; 3) mudanças nas percepções de ciência tecnologia; e 4) maior interesse por disciplinas de áreas STEM, entre outros.

Esperamos que as alunas, inicialmente mais reticentes em participar de atividades científicas, argumentam que a representação de mulheres em papéis de destaque nas ciências tem um impacto positivo no interesse e engajamento de meninas em disciplinas STEM, pois ajuda a dismantlar estereótipos de gênero e reforça a confiança nas suas capacidades (CHERYAN et al., 2011). Assumam papéis mais ativos à medida que progredem nos desafios do “*escape room*” educativo. A in-

rodução de mulheres cientistas como Marie Curie e Rosalind Franklin nos enigmas do jogo tem o objetivo de servir de incentivo, criando uma atmosfera que as meninas se sintam mais representadas e confiantes em suas capacidades. Esperamos que esse engajamento ativo das alunas resulte em uma maior participação em atividades relacionadas às ciências durante e após o projeto.

Esperamos que, tanto meninas quanto meninos apresentem mudanças em suas percepções sobre o papel das mulheres nas ciências; que o contato com exemplos de mulheres cientistas contribua para desconstruir a ideia de que a ciência e a tecnologia sejam áreas exclusivamente masculina, sem contribuição das mulheres. Apostamos em um aumento no interesse das meninas por disciplinas de áreas STEM e que, ao final da experiência, elas demonstrem maior autoconfiança e motivação para explorar essas áreas, registrando-as nas respostas aos questionários e as expressando nas discussões em grupo. A expectativa é que o “escape room”, ao proporcionar uma experiência prática e colaborativa, desperte nas alunas o desejo de continuar explorando os assuntos sobre ciência, tecnologia, sociedade e gênero tratados. Ainda que a atividade contribua para desconstruir estereótipos de gênero entre todos/as os/as estudantes, ao mostrar que meninas e meninos podem ter desempenhos igualmente bons em disciplinas científicas e que a invisibilidade histórica das mulheres na ciência e na tecnologia está ligada a construções sociais e culturais.

CONSIDERAÇÕES REFLEXIVAS

Neste artigo, buscamos apresentar parte de uma pesquisa mestrado profissional em ensino de ciências em andamento. Discutimos o uso de um “escape room” educacional como ferramenta pedagógica para desconstruir estereótipos de gênero e promover a participação feminina em áreas STEM. A metodologia proposta combina o ensino de conceitos científicos de forma contextualizada, com a valorização de mulheres cientistas e tem como objetivo aumentar o interesse das alunas por disciplinas científicas e também criar um ambiente mais inclusivo e colaborativo, onde os estereótipos de gênero possam ser questionados e superados.

Os resultados esperados indicam que essa abordagem inovadora pode impactar positivamente, tanto as meninas quanto os meninos, promovendo uma mudança nas percepções de gênero e incentivando o envolvimento mais ativo das alunas nas atividades científicas. Ao ve-

rem mulheres cientistas representadas de forma ativa e relevante nos desafios do “escape room”, espera-se que as alunas se sintam mais confiantes em suas habilidades e motivadas a se interessar por carreiras em áreas tradicionalmente dominadas por homens.

Além disso, a aplicação de metodologias ativas como o “escape room” destaca a importância de repensar as práticas pedagógicas e criar experiências de aprendizagem que sejam mais dinâmicas, envolventes e inclusivas. Ao desafiar os/as alunos/as a resolver problemas científicos em equipe, a metodologia promove a colaboração e a desconstrução de ideias preconcebidas, facilitando o desenvolvimento de uma educação mais equitativa e transformadora.

Por fim, espera-se que os resultados desta pesquisa possam contribuir para o debate sobre a necessidade de políticas educacionais voltadas para a equidade de gênero, especialmente no ensino de ciências. A aplicação dessa metodologia em diferentes contextos escolares poderá servir de base para novas estratégias que visem à inclusão e à promoção de meninas e mulheres em áreas científicas e tecnológicas, abrindo espaço para um futuro mais igualitário e diverso nas ciências.

REFERÊNCIAS

- BARDIN, Laurence. Análise de conteúdo. Lisboa: Edições 70, 1977.
- CABRAL, Carla. Pelas telas, pela janela: o conhecimento dialogicamente situado. *Cadernos de Pesquisa*, v. 37, n. 132, p. 397-417, 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cpa/a/DBL86Zgn5cQvKX8X-WZ5383m/>. Acesso em: [15 out. 2024].
- CHASSOT, Antônio. A ciência é masculina? É claro que não! Porto Alegre: Editora Unisinos, 2013.
- CHERYAN, Sapna; PLAUT, Victoria C.; DAVIES, Paul G.; STEELE, Claude M. The stereotyped scientist: Evidence that women internalize stereotypes about STEM fields. *Psychology of Women Quarterly*, v. 35, n. 2, p. 163-175, 2011.
- ECCLES, Jacquelynne S. Where Are All the Women? Gender Differences in Participation in Physical Science and Engineering. In: CECI, Stephen J.; WILLIAMS, Wendy M. (Eds.). *Why Aren't More Women in Science? Top Researchers Debate the Evidence*. Washington, DC: American Psychological Association, 2007. p. 199-210.

FINE, Cordelia. *Delusions of Gender: How Our Minds, Society, and Neurosexism Create Difference*. New York: W. W. Norton & Company, 2010.

GIL PÉREZ et al. Para uma imagem não deformada do trabalho científico. São Paulo, *Ciência & Educação*, v. 7, n. 2, p. 125-153, 2001.

LOURO, Guacira Lopes. *Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista*. Petrópolis: Vozes, 1997.

SCHIEBINGER, Londa. *Has Feminism Changed Science?* Cambridge: Harvard University Press, 1999.

THIOLLENT, Michel. *Metodologia da pesquisa-ação*. 18. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

ANTIRRACISMO NA FORMAÇÃO DOCENTE? UMA ANÁLISE DE COMO A TEMÁTICA ÉTNICO-RACIAL É ABORDADA NA LICENCIATURA EM CIÊNCIAS NATURAIS DA UFBA

Joceane Santos da Silva Puridade¹

Emerson dos Santos Menezes²

Selma Cristina Silva de Jesus³

REFLEXOS DO RACISMO HISTÓRICO NA SOCIEDADE ATUAL

A pluralidade cultural é uma característica intrínseca da sociedade brasileira. Tal característica reflete a diversidade étnico-racial que compõe o Brasil, afinal antes da vinda dos colonizadores portugueses, já existia aqui uma grande quantidade de povos originários. Estes possuíam terras, culturas, línguas, modo de vida próprios e liberdade, direitos que lhes seriam retirados posteriormente. A chegada dos colonizadores portugueses deu início ao período escravocrata no Brasil, resultando na imigração forçada de povos de vários países do mundo, entre eles povos africanos. Esse traumático processo fomentou o aumento exponencial da variedade linguística, cultural e étnico-racial brasileira, que devido a sua carga histórica deve ser respeitada e evidenciada em todas as esferas da sociedade.

Arelado a isto está o “mito da democratização racial”, no entanto não existe efetivamente democracia racial no Brasil. Não existe plena igualdade e equidade entre as pessoas, independente da raça, cor ou etnia. Em contrapartida é persistente a visão romantizada de que devido o Brasil ser considerado um “paraíso racial”, isto é, possuir múltiplas culturas e diversidade de raças e que por essa razão não existiria racismo, preconceito e discriminação. Tal afirmação desconsidera o racismo estrutural e velado presente no nosso país. “[sic] Visão distorcida das relações étnico-raciais vem fomentando a ideia de que vivemos har-

1 Graduada em Licenciatura em Ciências Naturais da UFBA.

2 Graduando em Licenciatura em Ciências Naturais da UFBA.

3 Orientadora - Professora da Faculdade de Educação - FACED/UFBA.

moniosamente integrados, numa sociedade que não vê as diferenças. Considera-se democrático ignorar o outro na sua diferença” (SILVA, 2011, p. 499). Em síntese, observa-se que mesmo após 136 anos após sua abolição a escravidão ainda deixa marcas na vida dos descendentes de povos indígenas e africanos. Fernandes (1989) argumenta que a democracia só será uma realidade quando existir igualdade racial no Brasil, quando pessoas negras não passarem por nenhuma espécie de discriminação ou preconceito, seja em termos de classe ou de raça. A utilização do termo “raça”, no contexto escravocrata, foi utilizado para justificar e legitimar a subjugação e a exploração de povos indígenas e africanos. Por essa razão, de modo geral, o conceito de raça não é bem-visto no Brasil. Sendo comum atrelá-la ao racismo, diante de toda segregação existente na história da formação do país.

Raça é um conceito que não corresponde a nenhuma realidade natural. Trata-se, ao contrário, de um conceito que denota tão somente uma forma de classificação social, baseada numa atitude negativa frente a certos grupos sociais, e informado por uma noção específica de natureza, como algo endodeterminado. A realidade da raça limita-se, portanto, ao mundo social [...] (GUIMARÃES, 1999, p.11).

Concomitantemente retóricas biologizantes também foram utilizadas, baseando-se na concepção etnocentrista de supremacia de raças, em detrimento de outras especialmente da raça europeia para com povos negros. “Igualmente <<o caráter inferior do negro>> sancionava a escravidão e o colonialismo” (SEDEÑO, 2001, p. 427, tradução nossa). Frequentemente é atribuído a imagem do negro como “ser inferior”, “selvagem”, “não humano”, devido a sua cor e traços negroides. Fundamentalmente, a tonalidade da pele se torna um fator determinante para o destino socioeconômico de pessoas negras, desconsiderando assim sua trajetória e seus atravessamentos sociais. Para além disso, o racismo institucional e estrutural, enraizado em diversas camadas da sociedade é legitimado pela omissão travestida de neutralidade assumida pelo estado ampliando a segregação persistente.

A história de formação do Brasil também é marcada pelo processo de branqueamento, amplamente aceito no país entre os séculos 19 e 20, que assim como o etnocentrismo, buscava promover a assimilação de culturas europeias como forma de desprezo às identidades africanas e indígenas. Os apoiadores da cultura do branqueamento acreditavam que os povos negros e indígenas eram inferiores então por essa razão a solução para este “problema” era a miscigenação entre brancos e esses

povos. Essa ideologia ganhou respaldo devido ao racismo científico e ao darwinismo social. A elite branca da época acreditava que os povos negros iriam avançar geneticamente e culturalmente ou até mesmo desapareceriam após anos de miscigenação, já que o “sangue branco” por ser considerado superior iria de forma irremediável “clarear” a população brasileira. O que culminou no processo ainda maior de imigração de povos brancos europeus, que vinham para o Brasil não apenas para colonizar ou servir de mão-de-obra, mas para “embranquecer”.

Os fatos supracitados refletem de forma direta no sistema educacional brasileiro atual. A escola é o local de configuração de indivíduos para a sociedade, e essa enorme responsabilidade está nas mãos dos docentes que tem por missão guiar os estudantes que em suas trajetórias acadêmicas o que refletirá em sua trajetória social. Portanto, é correto afirmar que a má formação desses futuros educadores e a ausência de uma formação antirracista impacta diretamente na educação e vida social dos estantes, especialmente estudantes negros e periféricos.

IMPACTOS DA HISTÓRIA NA FORMAÇÃO DE PROFESSORES E ESTUDANTES NO BRASIL

Durante o período escravocrata foram criadas as primeiras escolas onde as crianças indígenas foram induzidas a aprenderem sobre a cultura, costumes e arquitetura europeia, de maneira que eram obrigados até mesmo a alterarem seus nomes nativos, para nomes oriundos de Portugal. Os jesuítas impuseram aos povos originários e os povos negros que vieram ao Brasil a religião cristã, com o intuito de que abdicasse de suas crenças e cultura, apagando assim suas respectivas identidades. A identidade é algo inerente ao ser humano. Faz parte da formação das relações sociais e culturais dos povos, envolvendo hábitos linguísticos, tradições, alimentação, crenças etc. Entretanto, não diz respeito apenas a aspectos culturais, também se relaciona no âmbito sociopolítico. Isso fica nítido através da cobrança de representatividade e visibilidade da cultura negra que por muito tempo foi apagada, invisibilizada e “esbranquiçada”.

A identidade negra se constrói gradativamente, num movimento que envolve inúmeras variáveis, causas e efeitos, desde as primeiras relações estabelecidas no grupo social mais íntimo, no qual os contatos pessoais se estabelecem permeados de sanções e afetividades e onde se elaboram os primeiros ensaios de uma futura visão de mundo (GOMES, 2005, p. 42).

Analisar o processo de formação da organização brasileira é importante para entender a necessidade de abordar relações étnico-raciais e outros temas que perpassam a trajetória acadêmica e social de estudantes e professores. Essa análise nos permite reconhecer como as desigualdades históricas moldaram a sociedade, afetando a convivência e as oportunidades de diversos grupos. A educação é um direito constituído por lei. Na Constituição de 1988 no artigo 205 fala que a educação é um direito de todos. Na declaração universal dos direitos humanos, no artigo 26 fala que todos os seres humanos possuem direito ao acesso à educação. A educação deve promover o desenvolvimento humano pautado no respeito, fomentando a tolerância e compreensão entre todos os grupos étnicos e raciais. No Brasil, a idade escolar obrigatória, indicada na LDB (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional) e na BNCC (Base Nacional Comum Curricular) corresponde à faixa etária de 4 a 17 anos. No decorrer dessa fase ocorre o processo de formação do caráter, que é moldado a partir dos estímulos e interações sociais que as crianças e adolescentes são expostos. A convivência escolar propicia o aprendizado de valores como respeito, solidariedade e responsabilidade. As interações com outros colegas e professores promovidos pela comunidade escolar são um contributo para o desenvolvimento de habilidades psicológicas e socioemocionais indispensáveis. Desse modo, o período escolar é essencial para a construção do indivíduo como ser social preparando-o para sua inserção na sociedade. A diversidade presente nas escolas brasileiras enriquece essa experiência, permitindo que os estudantes compreendam diferentes perspectivas e aprendam a lidar com as diferenças.

A escola pode atuar na sociedade de duas maneiras diferentes: Reprodução e Transformação. A escola utiliza a pedagogia para reproduzir aspectos da sociedade ao transmitir valores, conhecimentos e normas que muitas vezes refletem, perpetuam e legitimam as estruturas sociais já existentes, como as desigualdades econômicas e culturais. Não obstante, também pode atuar como um agente de transformação, oferecendo oportunidades para mudanças através da reflexão. A medida em que a escola reproduz ou desafia a sociedade depende da abordagem pedagógica adotada, das políticas educacionais, do contexto socioeconômico e dos atravessamentos sociais que os estudantes e a comunidade escolar estão inseridos. Sendo assim, a Escola desempenha um papel ambíguo, podendo tanto reproduzir quanto desafiar, para transformar as estruturas sociais existentes. A análise dessas questões evidencia a necessidade da abordagem das relações étnico-raciais em sala de aula.

No ano de 2003 o então presidente Luiz Inácio Lula da Silva, sancionou a Lei 10.639 que alterou a Lei 9.394 de 1996 a LDB que define as diretrizes e bases que devem ser seguidas no currículo do ensino básico brasileiro. A Lei 10.639, tornou obrigatório o ensino de História e Cultura Afro-Brasileira nas escolas, nas grades curriculares dos ensinos fundamental e médio, e determina o dia 20 de novembro como o Dia da Consciência Negra no calendário escolar.⁴ Esse reconhecimento é fundamental para a formação do ser social, pois permite que os discentes compreendam a importância da história e da cultura de diferentes grupos, favorecendo a empatia e a construção de uma identidade plural. A educação antirracista denota aos estudantes as contribuições dos povos negros africanos à sociedade brasileira não apenas enriquecendo o conhecimento histórico, mas também formando cidadãos mais conscientes e críticos, capazes de respeitar as diferenças e combater preconceitos. Para além disso, as discussões em sala de aula sobre a cultura afro-brasileira são uma oportunidade de reflexão sobre temas como racismo, desigualdade e justiça social. Fortalecendo o caráter ético dos estudantes, preparando-os para serem agentes de transformação em suas comunidades. Desse modo faz-se necessário a abordagem antirracista nos cursos de licenciatura pois a combinação da formação acadêmica com a conscientização sociocultural, promovida pela Lei 10.639, são essenciais na construção de um ser social íntegro e comprometido com a justiça e a equidade, preparando jovens em processo de escolarização para se tornarem cidadãos ativos e engajados na luta por uma sociedade mais justa e inclusiva.

A graduação em Licenciatura em Ciências Naturais é pautada na formação de educadores capacitados para lecionar em áreas fundamentais do conhecimento, como Biologia, Química e Física. O caráter interdisciplinar do curso, que abrange disciplinas desde a área das ciências da natureza à área da saúde, e educação ambiental, permite que os futuros docentes compreendam a interconexão entre as diferentes ciências. Por ser um curso de licenciatura é focado na formação docente, especificamente, a formação de professores habilitados para lecionar disciplinas para as turmas do ensino fundamental II e ensino médio. Os graduados também terão a possibilidade de trabalhar na organização de planos de aula, ministração de aulas, elaboração de currículos e outras

4 Em 2023 o presidente Lula sancionou o decreto da Lei 14.759 que institui o dia 20 de novembro como feriado nacional em comemoração ao Dia Nacional de Zumbi e ao Dia da Consciência Negra. A data faz referência a morte de Zumbi dos Palmares, líder do Quilombo de Palmares, um dos maiores quilombos do período colonial no Brasil. Zumbi é considerado um símbolo da resistência e da luta dos povos negros durante o regime escravista.

tarefas relacionadas ao magistério, além de trabalhar em museus, zoológicos e se registrar no Conselho Regional de Biologia (CRBio).

A formação docente não se limita apenas ao conhecimento técnico das disciplinas. É fundamental que os graduados desenvolvam competências pedagógicas e socioemocionais, permitindo que se relacionem de maneira empática e respeitosa com seus alunos, independentemente de suas origens étnicas, sociais ou culturais. Essa é uma habilidade essencial em um país como o Brasil, que é marcado por uma grande diversidade cultural e étnico-racial. Sabe-se que o debate sobre a abordagem das relações étnico-raciais é de extrema importância, visto que após a formação no curso, os discentes irão atuar como educadores, logo, necessitarão de uma bagagem adequada para lidar com alunos de diferentes esferas sociais e assim transmitir seus conhecimentos ao público-alvo da sua área de atuação: a educação básica. A Lei 10.639/03, que entrou em vigor em 9 de janeiro de 2003, é um marco na luta pela superação ou pelo menos minimização da desigualdade racial na educação.

ANÁLISE CURRICULAR DO CURSO DE LICENCIATURA EM CIÊNCIAS NATURAIS

A concretização deste trabalho, parte da análise do Relatório de Pesquisa intitulado: “Educação e Relações Étnico-Raciais: A formação dos discentes do curso de licenciatura em Ciências Naturais da UFBA para trabalhar com a questão étnico-racial, especialmente a lei 10639/03.” O relatório foi utilizado como avaliação final do componente curricular EDCA04 (Sociedade e Educação), do curso de LCN, no semestre de 2023.2. Para a confecção do relatório foram feitas pesquisas documentais e um questionário online semi-estruturado. Durante a pesquisa documental foi realizada a inspeção do Projeto Pedagógico do Curso (PPC) de LCN, com a finalidade de encontrar informações e abordagens a respeito do tema étnico racial e a possível relação com a formação dos discentes do curso. Concomitantemente, foi realizada uma pesquisa nas disciplinas que compõem a matriz curricular do curso, buscando em suas ementas a existência de abordagens em relação ao tema. O questionário foi realizado com alguns estudantes do curso de licenciatura em Ciências Naturais da Universidade Federal da Bahia, a partir do terceiro semestre da graduação, essa pesquisa ocorreu através de um formulário online semi-estruturado, enviado por meio de aplicativos de mensagens e e-mail, sendo construído através da ferramen-

ta *Google Forms*, tendo como contributo relatos dos graduandos, de como está sendo sua formação para trabalhar com as questões étnicos raciais (quando estiverem atuando no sistema educacional), sua satisfação acerca da universidade e avaliação pessoal sobre a importância do tema: questões étnico-raciais na educação.

RESULTADOS DA PESQUISA DOCUMENTAL

Nessa etapa foi feita a análise do Projeto Político Pedagógico do Curso e da matriz curricular do curso de Licenciatura em Ciências Naturais, visando a busca de propostas para trabalhar com as questões étnicos raciais durante o processo de formação dos discentes. O projeto político pedagógico do curso (PPC) é um documento produzido por todos os cursos de graduação. Nele estão contidas informações acerca da criação do curso, seus fundamentos e seus objetivos. De maneira geral é um guia que auxilia no crescimento do curso perante a instituição visando a melhora da qualidade do ensino. Ao analisar o PPC do curso de licenciatura em Ciências Naturais nota-se a ausência de informações e ensinamentos com relação às questões étnico-raciais.

Partindo da perquirição da matriz curricular do curso de Licenciatura em Ciências Naturais bem como seus objetivos descritos no Projeto Pedagógico do Curso (PPC), observa-se a omissão do tema. A matriz curricular, também chamada de grade curricular, é o conjunto de componentes curriculares que os acadêmicos estudam durante o período de graduação. Ao examinar a grade curricular do curso de Ciências Naturais, observa-se a inexistência de disciplinas que possuam na sua ementa a abordagem das relações étnico-raciais. Após a realização da análise acerca das disciplinas obrigatórias para o curso, é possível citar dois componentes curriculares que abordem a temática das questões étnico raciais. A disciplina de Sociedade e Educação (EDCA04), a docente responsável pelo componente trouxe para o contexto de sala de aula atividades relacionadas às questões étnicas e raciais fazendo uma correlação com os grandes autores da sociologia e filosofia. O componente curricular de Ensino de Ciências Naturais (EDCJ81), trouxe para os discentes a relação do ensino em Ciências Naturais com as relações étnicas e raciais. Por fim, Fundamentos Psicológicos da Educação (EDCA01) que durante as 11 aulas, a docente responsável pela disciplina no período de 2023.1, apresentava para classe de discentes, o tema de relações étnico-raciais, conectando-o à psicologia como ciência aplicada na educação.

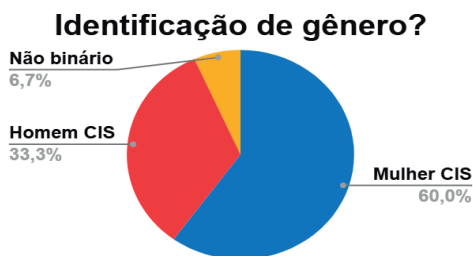
Ao analisar a disposição das disciplinas optativas, constatou-se a abordagem das relações étnico-raciais no componente Educação e Saúde (EDCD51), a docente ministrante da disciplina trouxe para a sala de aula o tema de várias formas, entre elas, a abordagem de como pessoas negras são pessoas mais afetadas pela precariedade no atendimento na saúde, já que, as pessoas negras na maioria das vezes são economicamente vulneráveis e possuem baixa escolaridade e como todas essas questões afetam o acesso à saúde. Por último Antropologia 1 (FCH124). Esta, diferente das outras, traz em sua ementa, o racismo científico e sua relação com o colonialismo e o evolucionismo.

Todas as disciplinas citadas (exceto Antropologia 1), não possuem o tema relações étnico-raciais em sua ementa. É importante salientar que, durante a confecção do relatório, só foi obtido o conhecimento das cinco disciplinas citadas. Dessa forma, após a constatação das limitações da matriz curricular, fica claro a ausência de disciplinas exclusivamente focadas em apresentar discussões acerca das questões étnico raciais no curso de Licenciatura de Ciências Naturais. Isto ocasiona a precariedade na formação dos estudantes, sendo algo negativo, já que no Brasil há um doloroso histórico marcado por uma separação social desumana. Por ser uma graduação em licenciatura é esperada a abordagem de temas étnico-raciais. A graduação em LCN tem como principal objetivo formar docentes que irão fornecer conhecimentos e valores aos seus futuros alunos, para que ao decorrer do ano letivo possam desfrutar não apenas do conhecimento acerca da área de Ciências Naturais, mas a prática de metodologias e lições que estimulem e conscientizem o entendimento a respeito das questões étnico raciais. Devendo agir juntamente com a disposição das melhores ferramentas para que seja possível ensinar os jovens e adolescentes com foco em reconhecer causas e buscar alternativas de combate ao ato de racismo e preconceito desde cedo. É imprescindível que os graduandos em Ciências Naturais sejam preparados para lidar com essas questões. Apresentar esse tema no curso, capacita futuros docentes, para que ocorra a ampliação e democratização do ensino, evidenciando a cultura afro-brasileira, como previsto na lei 10.639/03. Quanto mais se amplia o direito à educação, quanto mais se universaliza a educação básica e se democratiza o acesso ao ensino superior, mais entram para o espaço escolar sujeitos antes invisibilizados ou desconsiderados como sujeitos de conhecimento (GOMES 2012).

ANÁLISE DAS RESPOSTAS OBTIDAS PELOS DISCENTES

O formulário foi disseminado com o objetivo de produzir dados de como os discentes do curso de Licenciatura em Ciências Naturais da Universidade Federal da Bahia, avaliam a formação recebida para trabalhar com questões étnico raciais, especialmente a lei 10.639/03. Nele, os respondentes deram seu parecer acerca do conhecimento da lei 10.639/03, qual o tipo de formação estão recebendo por parte da universidade para lidar com questões étnico-raciais e a importância de trabalhar com essas questões. O formulário obteve 15 respostas no total. Foram entrevistados, discentes que estão cursando a partir do terceiro semestre a graduação em Licenciatura em Ciências Naturais. Dos 15 acadêmicos que responderam ao questionário, 33,3% são homens cis, 60% são mulheres cis e 6,7% não-binário.

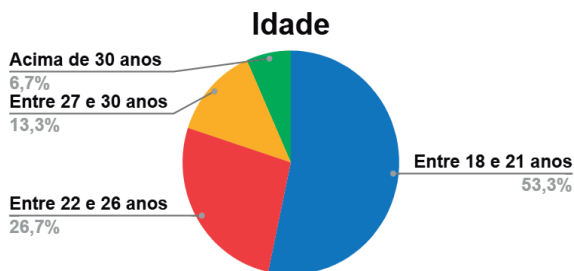
Figura 1. Gráfico de identificação de gênero



Fonte: Elaboração própria

No que se refere a faixa etária: 53,3% dos entrevistados, possuem entre 18 e 21 anos, 26,7% possuem entre 22 e 26 anos de idade, 13,3% possuem entre 27 e 30 anos e 6,7% possuem acima de 30 anos.

Figura 2. Gráfico de faixa etária

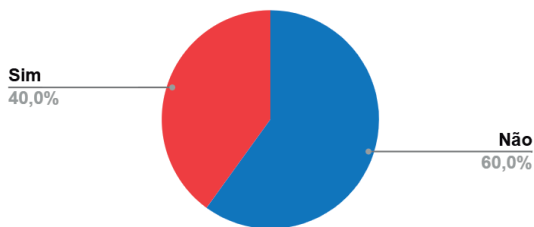


Fonte: Elaboração própria

No quesito autoidentificação racial 26,7% dos respondentes se declararam pretos, 26,7% se declararam brancos e 46,7% se declararam pardos.

Figura 3. Gráfico de identificação racial

Conhecimento sobre a Lei 10.639/03

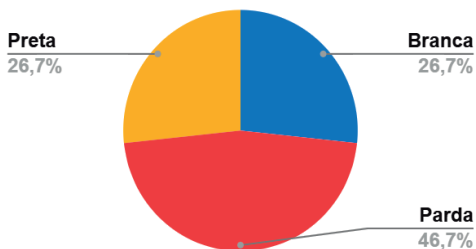


Fonte: Elaboração própria

Quando questionados sobre o conhecimento da lei 10.639/03, 60% dos discentes de Ciências Naturais entrevistados, afirmaram nunca ter ouvido falar, apenas 40% já afirmaram ter algum entendimento sobre a lei e sua abordagem.

Figura 4. Gráfico acerca do conhecimento da Lei 10.639/03

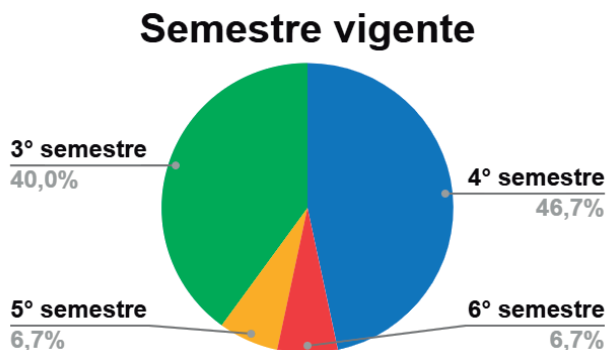
Identificação racial



Fonte: Elaboração própria

Quanto a trajetória na UFBA: 40% dos respondentes estão no terceiro semestre, 46,7% estão no quarto semestre, 6,7% estão no quinto semestre e 6,7% no sexto semestre. A licenciatura em Ciências Naturais possui sete semestres, no entanto, nenhum dos discentes que participaram da pesquisa estão cursando o sétimo semestre.

Figura 5. Gráfico trajetória na UFBA



Fonte: Elaboração própria

Trazendo a discussão para o contexto da universidade, especificamente para o curso de LCN, foi questionado aos estudantes, se já tinham cursado alguma disciplina que abordasse o tema de relações étnico raciais na educação. 80% dos entrevistados nunca cursaram alguma disciplina que envolvesse o assunto, somente 20% afirmaram terem cursado alguma disciplina que aborde o tema. Foram mencionadas as disciplinas supracitadas: sociedade e educação (EDCA04) e fundamentos psicológicos da educação (EDCA01), ambos componentes curriculares obrigatórios do curso. Foi unânime a não participação em nenhum projeto de pesquisa ou atividade de extensão vinculada à questão étnico-racial na UFBA. De modo geral, ao serem perguntados acerca da importância de a universidade fornecer uma formação para trabalhar com as questões étnico raciais nas escolas, todos entrevistados falaram ser importante. Por fim, ao perguntar aos entrevistados se eles acreditam que estão sendo formados para lidar com as questões étnico raciais, 93,3% marcaram que não estão sendo preparados para tal. Apenas 6,7% sentem que estão sendo formados para tratar de assuntos étnico raciais nas escolas. Ao justificar a resposta, foi amplamente comentada a ausência ou baixa quantidade de disciplinas ofertadas ao curso de LCN, que abordem o tema. Outros falaram da superficialidade que a cultura negra é tratada pela Universidade, trazendo uma reflexão acerca da falta de aprofundamento.

Considerações finais

A análise da abordagem das questões étnico-raciais na formação dos futuros docentes graduandos em Licenciatura em Ciências Naturais da UFBA revela uma realidade preocupante. Infere-se, a ausência de uma abordagem efetiva e consistente sobre essas temáticas no currículo do curso, assim como em seu PPC, o que se reflete nas experiências compartilhadas pelos discentes que participaram da pesquisa. A escola enquanto espaço de formação deve se preocupar não apenas com a formação intelectual, mas também com a formação social dos alunos, desse modo a ausência ou a superficialidade que a temática das relações étnico-raciais é tratada no âmbito da universidade não só limita a capacidade dos futuros professores, mas também demonstra uma significativa lacuna durante seu processo formativo, comprometendo a preparação dos mesmos, que atuarão em uma sociedade marcada por desigualdades raciais históricas e persistentes. Ademais, a falta de discussão sobre temas como racismo, identidade e diversidade racial pode legitimar e perpetuar estereótipos e preconceitos, impactando negativamente na construção de um ambiente escolar inclusivo. A incorporação da temática étnico-racial na formação docente não apenas é uma questão de reparação histórica, mas também corrobora para o cumprimento da Lei 10.639/2003, reforçando assim a necessidade do compromisso da Universidade em integrar essas questões no currículo. Esperamos a partir deste, a reavaliação do PPC do curso de LCN assim como de sua matriz curricular, visando a promoção de uma formação docente antirracista. Tais mudanças podem ser alcançadas a partir da inclusão de disciplinas optativas e obrigatórias na matriz curricular do curso de LCN, promoção de oficinas, rodas de conversa, seminários e práticas pedagógicas que estimulem a reflexão crítica e a construção de saberes que respeitem e valorizem a pluralidade cultural, existente no nosso país.

REFERÊNCIAS

FERNANDES, Florestan. **Significado do protesto negro**. São Paulo: Cortez Editora, 1989.

GOMES, Nilma Lino. Alguns termos e conceitos presentes no debate sobre relações raciais no Brasil: uma breve discussão. In: BRASIL. **Educação Anti-racista: caminhos abertos pela Lei federal nº 10.639/03**. Brasília: MEC, Secretaria de Educação Continuada e Alfa-

betização e Diversidade, 2005. p. 39-62.

GUIMARÃES, Antônio Sérgio Alfredo. **Raça e os estudos de relações raciais no Brasil**. Novos Estudos CEBRAP, n. 54, 1999, p. 11.

SEDEÑO, Eulália Perez. Retóricas Sexo/Género. CORTIJO, Paloma Alcalá; SEDENO, Eulália Perez. **Ciencia y Género**. Madrid: Editorial Complutense, 2001.pp. 417 - 432.

SILVA, Petronilha Beatriz Gonçalves e. Aprender, ensinar e relações étnico-raciais no Brasil. In: FONSECA, Marcus Vinícius. SILVA, Carolina Mostaro Neves da. FERNANDES. Alexandra Borges. (orgs). **Relações étnico-raciais e Educação no Brasil**. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2011, 215p.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA. Faculdade de Educação da Bahia. **Projeto Político Pedagógico do Curso de Ciências Naturais**. Salvador. UFBA, 2009.

GÊNERO E INTERSECCIONALIDADES NA CIÊNCIA: REFLEXÕES ACERCA DAS VIVÊNCIAS DAS PARTICIPANTES DO PROJETO MINERVA DA UFBA

Gabriela Santos Gomes¹
Joceane Santos da Silva Puridade²
Juliana de Lima Rodrigues³
Izaura Santiago da Cruz⁴

A INVISIBILIDADE DAS MULHERES NA PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO CIENTÍFICO

A inserção e atuação de mulheres no campo científico tem sido objeto de reflexões e produções acadêmicas de teóricas feministas há algum tempo. A discussão sobre o apagamento das contribuições científicas de mulheres, sobre as dificuldades encontradas durante a formação acadêmica, principalmente nas chamadas “ciências duras” e os diversos empecilhos criados para impedir o acesso de mulheres a posições de poder nessas áreas tem sido alvo de estudo de um campo de pesquisa hoje conhecido como Estudos de Gênero Ciência e Tecnologia (EGCT). Autoras como Londa Schiebinger, Eulália Sedeño, Diana Maffía, Betina Stefanello Lima, Ângela Freire de Lima e Souza, Lindamir Casagrande, Lourdes Bandeira, Luzinete Minella, Fanny Tabak entre outras, tem contribuído de maneira efetiva para a consolidação desse campo de estudos que tem como suporte teórico principal a crítica feminista à ciência. Essa crítica se baseou principalmente na sub-representação de mulheres na ciência e também no próprio “modo de fazer ciência”, apontados nos estudos de Sandra Harding, com seu trabalho sobre epistemologias feministas e filosofias da ciência, e Evelyn Fox Keller, que discute os ideais de uma ciência feminista.

Harding (2007) reuniu diversos materiais de estudo sobre questões de gênero, apontando como nossa estrutura social sexista engendra

1 Graduanda de Pedagogia da UFBA, pedago.gabrielagomes@gmail.com

2 Graduanda em Licenciatura em Ciências Naturais da UFBA, joceanepuridade2001@gmail.com

3 Graduanda de Biologia da UFBA, julimssr@gmail.com

4 Orientadora - Professora da Faculdade de Educação da UFBA, izaaura.cruz@gmail.com

a inferiorização das mulheres perante aos homens dentro das ciências. Ela também reflete sobre como essa discriminação de gênero prejudica a objetividade das produções científicas, ao passo que os padrões de racionalidade do método científico são feitos para responder aos interesses dos homens e não das mulheres. Estas, por sua vez, raramente ocupam cargos de prestígio na área, limitando o alcance do seu olhar diferenciado para os estudos da sociedade e da natureza. Logo, entende-se que se a ciência, com seu papel de promover avanços para a humanidade, é feita somente por e para um grupo privilegiado, cujas suas conquistas solucionam apenas os problemas relevantes para essas pessoas, enquanto os demais grupos não representados tendem a ser esquecidos e suas questões minimizadas.

Do mesmo modo como transformamos o mundo, também mudamos a ciência e aprimoramos suas metodologias conforme avançam os debates no interior dos grupos e instituições. A ideia de modernizar o pensamento científico implica, principalmente, em trazer maior acesso a mulheres, sobretudo mulheres negras, ampliando as possibilidades dessas mulheres de se formarem como cientistas e, dessa forma, diversificar espaços tradicionalmente elitizados e ampliar o protagonismo das classes populares na produção de conhecimento. Para alcançar esse feito, Keller (2006) cita o grande avanço da crítica feminista nos Estados Unidos para construir maior representatividade feminina na ciência no final do século XX, atrelado também ao maior acesso de mulheres em cargos políticos e iniciativas governamentais pela causa de gênero. Tomando o caso dos EUA como exemplo, reconhecemos o movimento feminista como importante aliado da luta pela abertura de campos da ciência como engenharia e medicina, entre outros, para as mulheres.

Falando agora no contexto brasileiro, em trabalho recente, Betina Stefanello Lima e Maria Conceição da Costa avaliaram os caminhos percorridos no campo dos EGCT a partir das políticas científicas implementadas pelo Programa Mulher e Ciência, no âmbito do governo federal. As autoras destacaram o papel dos estudos de gênero na ciência na fundamentação das políticas de equidade no campo da ciência e tecnologia no Brasil e o impacto que essas ações exerceram sobre o próprio campo científico e sobre a participação de mulheres na ciência. Em suas análises, perceberam uma baixa visibilidade nos campos de pesquisa para a temática gênero, ciência e tecnologia, tanto no campo de Estudos Feministas e de Gênero quanto no de Estudos Sociais da Ciência e Tecnologia. Destacam ainda que, sobre a sub-representação de mulheres nessa área, é preciso considerar e investigar como a cons-

trução historiográfica fomentou essa invisibilidade através da formação dos papéis de gênero (LIMA; COSTA, 2016).

O modelo de ciência a partir do que convencionamos chamar de Ciência Moderna (Rossi, 2001) consolidou princípios patriarcais como a ideia de que homens têm mais afinidade com funções que exigem mais capacidade de raciocínio e lógica, sendo então os responsáveis por estudar o mundo e criar tecnologias revolucionárias para o avanço das civilizações humanas. Retóricas científicas eram proferidas, utilizando argumentos biológicos, como o tamanho do cérebro, hormônios e principalmente a menstruação. A menstruação é colocada como algo, de certa forma até sobrenatural, que afeta a capacidade cognitiva das mulheres. Tal argumento justificaria a incapacidade da mulher de obter conhecimento científico. Mas na verdade é como um *loop* infinito, as mulheres não possuíam o conhecimento científico, pois não tinham acesso ao estudo, justamente por existir um consenso, de que elas não tinham essa capacidade. Tão bem internalizada foi essa ideologia que, por séculos, praticamente não tivemos mulheres colaborando para a produção científica e, quando surgiram as instituições de ensino superior, elas eram proibidas de frequentar. Atrelado a isto está o fato de que as instituições de ensino durante muito tempo foram destinadas a homens brancos e de grande poder aquisitivo. Pessoas pretas e outros povos não europeus, eram considerados “primitivos” ou “não civilizados”, estando mais próximos dos macacos do que do homem, da espécie humana, ou seja, “inferiores”, assim como as mulheres.

Essa concepção que supõe a inferioridade da mulher em relação ao homem teve suas origens estudadas no trabalho de Eulália Perez Sedeño “Retóricas Sexo/Gênero” no qual foram catalogados os recursos teóricos já utilizados pela ciência para defender que a natureza biológica da mulher limita o seu papel na sociedade. Diante disto, a autora, descreve pensamentos postulados por vários filósofos e pensadores, focando especificamente nas ideias de Charles Darwin e Aristóteles que de modo geral, levando em conta a época em que viveram, reforçam as alegações de que o homem possui alguma vantagem sobre a mulher, o mesmo ocorreria entre machos e fêmeas de outros animais. Ademais, a autora evidencia como as retóricas científicas são utilizadas para legitimar preconceitos raciais, de sexo e gênero, sociais e culturais.

Apesar da ciência ser apontada como uma busca pela neutralidade, racionalidade e objetividade, é importante ressaltar que a construção da ciência não é necessariamente neutra, uma vez que é produzida por pessoas, dentro de contexto históricos e geopolíticos e portanto,

pode ser utilizada de maneira tendenciosa para promover o pensamento ideológico de pequenos grupos, além de ser influenciada por aspectos, sociais, políticos e culturais. Entretanto, o senso comum, de modo geral, considera o pensamento científico como o mais preciso, racional, objetivo e, portanto, o mais verdadeiro.

Tentam convencer e persuadir de que a natureza da mulher a condiciona em seus papéis socioculturais situando-a em um estado de Inferioridade que deve ser mantido, ainda que para isso seja necessário recorrer a argumentos de lógica e metodologicamente não legítimos, seguindo os princípios dos próprios autores e seus valores tendenciosos (SEDEÑO, 2001, p. 418, tradução nossa).

Sedeño (2001), traz o conceito darwinista de seleção sexual, que diferentemente da seleção natural, ocorre entre membros da mesma espécie, marcado pela luta entre os machos pelo sexo oposto, visando a procriação. Segundo Darwin (1871), um dos mecanismos presentes na seleção natural era justamente essa capacidade do macho atrair a fêmea, marcada pela “coragem masculina”, já que muitas vezes os machos teriam que brigar entre si para conquistar as fêmeas. Para ele, essa capacidade não poderia ser originada da seleção natural, e sim da seleção sexual, pois os machos mais fortes e mais “bonitos” tinham mais chances de acasalar e perpetuar a espécie. A partir de discursos baseados na endocrinologia, foi aceita a ideia de que as mulheres têm mais afinidade com atividades voltadas ao cuidado humano, mais especificamente aos cuidados com a família e procriação, restando a elas somente observar os homens, que por serem mais fortes, transformariam sua realidade como bem entenderem.

Mais uma vez afirma-se que os hormônios femininos fazem com que as mulheres sejam mais “sensíveis” às crianças do que os homens e, portanto, estão mais bem adaptadas à maternidade. Os hormônios masculinos fazem os homens serem mais agressivos, o que faria eles serem mais aptos para a terrível luta que ocorre no mundo do trabalho (SEDEÑO, 2001, p. 432, tradução nossa).

Uma das retóricas analisadas pela autora, a biologia aristotélica, considera o calor como matéria prima, essencial para os animais se desenvolverem, e a mulher como um homem imperfeito, que não recebeu calor o suficiente para evoluir suas características. Sendo ela um ser incompleto, essa teoria fundamenta a negação ao direito à Educação a mulher e a conformidade com seu papel de mera reprodutora da espécie

afastada da participação na esfera pública. Mais tarde, os anatomistas se dedicaram a descrever as diferenças entre homem e mulher, baseando-se nas diferentes dimensões do crânio e do cérebro para afirmar que um menor tamanho indicava uma menor capacidade (Sedeño, 2001), sendo mais uma justificativa para manter a educação superior restrita aos homens.

Trazendo uma reflexão acerca dos papéis de gênero existentes na sociedade atual, em que o homem é colocado como provedor do lar e o cuidado parental (neste caso maternal), é destinado às mulheres. Concomitantemente, a gestação e o cuidado materno, por demandar alto gasto de energia, também, eram vistos por Darwin como algo que enfraquecia a mulher (ou a fêmea), impedindo que ela se desenvolvesse de maneira correta e perfeita, como os homens. Essa é a mesma premissa utilizada para descredibilizar a luta das mulheres por igualdade de gênero, liberdade e direitos. “Consequentemente as mulheres, não apenas ‘não devem buscar igualdade de participação e direitos trabalhistas com os homens’, mas que tal luta está irremediavelmente fadada ao fracasso, seria inútil” (SEDEÑO, 2001, p. 432, tradução nossa).

O exercício das relações de poder fica evidente, devido a errônea concepção de superioridade do homem em detrimento da mulher. O homem, o macho, é caracterizado como racional, viril, forte, inteligente, corajoso, sendo-lhe reservado o papel de provedor, guerreiro e consequentemente detentor do saber científico, devidos a suas características “inerentes e naturais”. Já a mulher é definida como doce, ingênua, vulnerável, instável, logo deve se submeter ao homem por ser “inferior”. Ainda na sociedade atual é difícil quebrar esses paradigmas, por isso o feminismo é tão importante. O feminismo de modo geral, é um movimento social contra o machismo e a violência e desigualdade de gênero. Infelizmente em alguns casos, devido a falta de conhecimento ou deslealdade, tentam descredibilizar a causa feminista se baseando no argumento das “diferenças” existentes entre homem e mulher. O feminismo não luta pela superioridade e sim por liberdade e direitos igualitários entre homens e mulheres. “Ser mulher é diferente de ser homem, mas não deve fazer diferença de um ou de outro sexo” (FAGUNDES, 2005. p. 13).

Os reflexos dessas e outras questões são notórios no mercado de trabalho atual, que continua sendo excludente e misógino, principalmente para mulheres que têm outros atravessamentos sociais, como cor, etnia, sexualidade, classe social, entre outros. Essa realidade contribui para a invisibilidade do trabalho das mulheres em geral, reforçando a

predominância e o domínio masculino nas áreas de maior prestígio social, em especial, as ciências exatas. Além da falsa concepção de existência de um sexo superior e da baixa representatividade feminina nas ciências, as dificuldades percorridas pelas mulheres que conseguiram se consolidar no meio científico conferem a elas um caráter de grande resiliência e esforço exacerbado, pela necessidade que estas têm de demonstrar um esforço sobre-humano para conseguir se destacar e tentar se equiparar a homens que tiveram mais oportunidades e reconhecimento apenas por conta de seu gênero. Lima e Costa (2016) problematizam a reprodução das histórias das mulheres cientistas com o teor de magnificência que elas têm hoje em dia, porque reforça a ideia de que a ciência não é uma atividade para qualquer mulher. A visão de uma mulher cientista como um ser excepcional, sem levar em consideração a sua trajetória científica humanizada e sua história de erros e acertos, inibe as meninas das gerações mais novas a acreditar que a ciência é um sonho alcançável para elas.

PESQUISADORAS FALAM SOBRE SUA TRAJETÓRIA PARA JOVENS ESTUDANTES

Nesse contexto, e pensando na questão do interesse e acesso de jovens nas carreiras científicas, o “Projeto Minerva: Ciências para Meninas, Moças e Mulheres”, foi construído com o objetivo de difundir informações sobre a participação efetiva e as contribuições de mulheres na ciência para estudantes na educação básica, buscando estimular o ingresso de jovens em cursos técnicos e de graduação em áreas das ciências exatas, tecnologia e inovação. Ademais, pretende-se semear o interesse de estudantes da escola pública nas universidades federais, locais estes que são o foco da produção científica nacional, desenhando as oportunidades de permanência para alunos e alunas de baixa renda e reiterar a presente necessidade de maior representatividade racial e de gênero no corpo discente da Universidade Federal da Bahia (UFBA). Para contemplar esses objetivos, esse projeto foi desenhado no formato de um projeto de extensão com possíveis contribuições para pesquisas na área de gênero, ciência e tecnologia. As ações consistem em palestras desenvolvidas, inicialmente, em duas escolas de ensino Fundamental I que atendem estudantes de comunidades/bairros periféricos da cidade de Salvador- BA. As ações vêm sendo realizadas desde o mês de março de 2024 e contam com o financiamento da UFBA através da Pró- Reitoria de Extensão, na forma de uma chamada pública. Esse re-

curso nos permitiu selecionar 4 monitoras (estudantes de Licenciatura em Ciências Naturais e Pedagogia) que vêm construindo essas ações, juntamente com a coordenadora do projeto e em parceria com professores e equipe técnica das escolas.

Um grupo de pesquisadoras foi contatado pela coordenadora com o apoio das monitoras a partir dos seguintes critérios: mulheres que atuam em pesquisa em áreas com baixa inserção feminina, preferencialmente mulheres negras, que também foram estudantes de escolas públicas e/ou oriundas de classes populares. As características deste perfil estão relacionadas com a perspectiva de criar possibilidades de identificação das jovens estudantes com as trajetórias das pesquisadoras convidadas, proporcionando um momento de diálogo informal entre estes dois públicos através de palestras sucedidas por rodas de conversas. Neste momento, o objetivo era fomentar trocas que explorassem as possibilidades de atuação dos estudantes nas ciências e que, ao mesmo tempo, instigassem alunos e alunas a pensar sobre uma leitura sociocrítica dos perfis que atuam nessas áreas.

Essas ações ocorreram em duas escolas públicas de Salvador, uma municipal⁵ e outra estadual⁶, com as turmas do 9º ano compondo o principal público-alvo. Entre o mês de abril e julho, foram realizadas 5 atividades lideradas por professoras pesquisadoras da UFBA convidadas a participar de palestras e rodas de conversa sobre as seguintes áreas: Engenharia Química, Engenharia Elétrica, Geografia, Geologia e Física. Cada professora esteve livre para planejar como seria sua apresentação e foi aberta a possibilidade de trazer recursos extras, como uma apresentação audiovisual ou objetos/ferramentas utilizadas em sua área de atuação, caso achasse pertinente. Em todos os eventos, estiveram presentes Izaura Santiago, como coordenadora do Projeto Minerva, e pelo menos duas monitoras para dar apoio.

A professora de Engenharia Elétrica foi a única pesquisadora com disponibilidade para visitar as duas escolas. Em ambas, a palestra aconteceu duas vezes para duas turmas diferentes. Na escola municipal, a professora foi acompanhada pela vice coordenadora do seu projeto de extensão autoral intitulado “Onda Elétrica” e seus quatro monitores, estudantes de graduação na UFBA (todos homens). Enquanto na escola estadual, a vice coordenadora também esteve presente, mas dessa vez foram somente monitoras mulheres para a apresentação. Durante as palestras, a pesquisadora convidada debateu questões de gênero na ciên-

⁵ Escola Municipal Cidade de Jequié

⁶ Colégio Estadual de Plataforma

cia, falando sobre as dificuldades enfrentadas em seu percurso formativo na UFBA enquanto uma estudante de escola pública. Foram abertas possibilidades para os/as estudantes participarem do debate com dúvidas e comentários a respeito da palestra e da universidade. Logo após as palestras, as turmas foram convidadas para conhecer os experimentos científicos criados pela equipe do Onda Elétrica. Os experimentos eram compostos por maquetes interativas e lúdicas que retratavam fenômenos da eletricidade, sob supervisão e orientação dos(as) monitores(as), que se distribuíram pelas mesas para explicar o fundamento das experiências para os jovens. Comparando as impressões obtidas nas duas escolas sobre a mesma atividade, observamos retornos parecidos por parte dos estudantes, que mesmo demonstrando uma participação significativa para um primeiro encontro, se mostravam dispersos e tímidos em alguns momentos. Foi observado de forma unânime que o momento de exibição dos experimentos científicos foi o mais empolgante para as turmas.

A segunda pesquisadora foi uma professora de geografia da UFBA, que montou uma palestra bastante interativa na escola estadual, dispoendo as cadeiras da sala em círculo, estratégia para aproximar os estudantes através da ampliação visual. Ela começou contextualizando o que era geografia e seguiu para contar sua trajetória como geógrafa e suas dificuldades enfrentadas, principalmente em relação ao seu gênero e as barreiras de distância enfrentadas durante sua formação. Dessa forma, começou a trazer a geografia para o contexto de cada estudante, criando um momento enriquecedor de interação e acolhimento. A conversa sobre as barreiras existentes para os estudantes de bairros periféricos, como era o caso deles, se estendeu para uma reflexão sobre a importância de ocupar espaços centrais da cidade, reconhecer a cultura, identidade e desafios presentes nos bairros menos abastados da cidade de Salvador, além de levar essas discussões para os espaços acadêmicos. Tal reflexão, é fomentada principalmente por estudantes que conhecem e vivenciam essa realidade. Por essa razão a luta pelo acesso de estudantes vindos de escolas públicas às universidades federais é tão crucial. Durante o encontro, foi construído um ambiente de acolhimento com os estudantes, que se sentiram confortáveis em compartilhar vivências, opiniões, inseguranças e desejos. De modo geral, notamos a desmotivação dos jovens e adolescentes presentes, em relação às perspectivas do ensino superior, grande parte deles demonstravam desesperança quando falavam de seu futuro. Notamos também o perfil retraído das meninas, que pouco contribuíram para a discussão, já os meninos se

demonstravam mais participativos e desinibidos. As diferenças comportamentais entre meninos e meninas, nos levam a refletir o modo como o contexto periférico, de certa forma, legítima e contribui para a perpetuação dos padrões de comportamento ditos “femininos” incentivados pelo machismo enraizado em nossa sociedade.

A terceira pesquisadora apresentou a área de Geociências para os estudantes da escola municipal. A professora de Geologia levou materiais da área para apresentar às turmas e foi acompanhada de um dos monitores do seu projeto de extensão da UFBA, o “GeoArretadas”. Nesta ação, os alunos e alunas se organizaram no chão do pátio, em formato de semicírculo. Durante a apresentação, a professora explicou como foi sua trajetória da escola à graduação, da graduação ao mestrado e do mestrado ao doutorado, mostrando que é possível quebrar os estereótipos enquanto mulher e adentrar o campo científico. Ao final da apresentação, ela chamou os jovens para se aproximarem da mesa de exposições e apresentou os objetos expostos (rochas, minerais, lupas de aumento e outros instrumentos utilizados na geologia), onde eles observaram tudo atentamente e tiraram suas dúvidas a respeito da área.

A última ação realizada durante esse período do projeto, ocorreu na escola estadual e contou com a participação de uma professora de Física. Em sua apresentação, a professora expôs sua história como pesquisadora, as possibilidades dentro de sua área de atuação e, especialmente, trouxe imagens instigantes para a discussão de gênero e raça na sala. A professora conseguiu promover uma conversa bastante interativa e provocadora, fazendo os estudantes questionarem não somente a falta de mulheres na ciência, mas também como a causa desse problema tem a mesma origem que a diferenciação de brinquedos e vestimentas para os meninos e meninas durante a infância. Também foi discutida a representatividade negra na ciência, causando uma reação coletiva de surpresa e admiração quando viram exemplos de cientistas negros (as). Foi possível reconhecer que essa palestra conseguiu atrair a atenção e participação tanto dos meninos quanto das meninas.

VISITA AO MUGEO: A ESCOLA PÚBLICA VAI À UNIVERSIDADE

Nas primeiras ações do Projeto Minerva, a coordenadora e as monitoras se reuniram em uma roda de conversa com os estudantes do 9º ano antes de começar as palestras para apresentar a UFBA e suas possibilidades. Visando apresentar a universidade e despertar nos es-

tudantes o interesse, distribuímos folders que mostravam as diversas políticas de permanência estudantil fornecidas pela universidade e uma breve explicação sobre como funciona o processo seletivo. Todos esses pontos foram discutidos pelas monitoras, enquanto estudantes de graduação, que aproveitaram para trazer os relatos de suas vivências e motivar os jovens a ingressar no ensino superior também.

De início, observou-se um grande interesse dos estudantes em saber mais sobre as políticas de permanência da universidade, mas durante os encontros seguintes, os mesmos apresentaram baixas expectativas sobre o ingresso em uma graduação. Isso motivou a tomar o próximo passo no plano de ações do projeto, que consistia em promover uma visita de estudantes para a UFBA, de modo a conhecer a universidade presencialmente.

Diante disso, foi organizada uma visita ao Museu de Geociências da UFBA (MUGEO) para as 3 turmas de 9º ano da escola municipal assistida pelo projeto, sendo levadas pelo período da manhã em dois ônibus alugados pela equipe do Minerva. Antes de começar a visita, os estudantes se dividiram em quatro turmas, lideradas pelas integrantes do Projeto Minerva e três professores da escola municipal. As apresentações foram realizadas por monitores do MUGEO. Os estudantes conheceram uma exposição de diversos fósseis brasileiros e sua importância no contexto histórico e biológico. Após as apresentações, os monitores distribuíram panfletos sobre o MUGEO. Em seguida, os grupos passaram pela sessão de “Minerais e Rochas da Terra”, onde conheceram os processos envolvidos durante a formação dos minerais e rochas presentes na superfície terrestre. Em seguida, dois professores do museu trouxeram experimentos sobre o magnetismo e resistência das rochas, que deixaram os estudantes muito entusiasmados pela experiência sensorial de tocar algumas rochas expostas. A visita seguiu para as exposições dos “Oceanos Vivos”, “Petróleo no Brasil: do Lobato ao Pré-Sal”, “A Geografia e o Espaço” e, por último, o final da visita homenageia o importante geógrafo negro, o baiano Milton Santos, que revolucionou com seus estudos sobre questões sociais na geografia. No geral, a visita agradou muito aos estudantes e foi possível perceber uma participação ativa tanto dos meninos quanto das meninas, apesar de ainda existirem núcleos dispersos.

REFLEXÕES ACERCA DA AUSÊNCIA E NECESSIDADE DE REPRESENTATIVIDADE FEMININA NA CIÊNCIA

Retomando a justificativa, é persistente a falta de referências de mulheres cientistas para as jovens em processo de escolarização, especialmente no contexto da escola pública. A desigualdade social em conjunto com os recortes de gênero e raça, obrigam essas meninas a viverem em uma realidade onde a mulher está constantemente atrelada ao papel de cuidadora e o homem de provedor, uma vez que tal pensamento é propagado na sociedade há bastante tempo. Desigualdade esta que também contribui para a perpetuação do estereótipo de quem é a pessoa cientista: homem branco, heterossexual e de classe alta. Com base nisso, através das ações, o projeto teve o propósito de salientar junto a estudantes de escolas públicas da cidade de Salvador que a ciência deve ser ocupada por mais mulheres e que elas são tão pertencentes a esse espaço quanto os homens.

A equipe e as professoras cientistas convidadas executaram as atividades com a finalidade de apresentar as possíveis inspirações que faltam para essas meninas e, assim, provocar e estimular nelas a curiosidade – ou até mesmo um desejo contido pelo medo – de adentrar nas áreas de exatas e das ciências da natureza. A maior parte do diagnóstico final sobre os resultados desses 4 meses foram com base na metodologia da observação participante, a partir da reflexão e análise das reações e comentários dos estudantes durante as ações. Foram recebidos feedbacks espontâneos de alguns alunos e alunas que se sentiram inspirados pelas palestras, porém não foi possível estabelecer um diálogo em curto período de tempo com os estudantes mais tímidos e desatentos, o que pode ser analisado em trabalhos futuros através de questionários e entrevistas com as turmas.

Nas rodas de conversa, momento mais oportuno de trocas com o público-alvo, observamos o interesse prévio dos estudantes pelos temas: ciência, educação superior e formação profissional. Frases como “Ninguém aqui na sala quer fazer ENEM” e “Eu tenho pra mim que a UFBA é muito difícil” refletem a insegurança existente entre os adolescentes da rede pública em relação ao seu futuro profissional. Quando perguntadas sobre os seus sonhos, as meninas apresentavam, em sua grande maioria, falta de perspectiva sobre qual carreira seguir. Enquanto isso, a maior parte dos meninos expressava o desejo de se tornar jogador de futebol e, uma minoria, ingressar na área de tecnologia.

Ainda com a presença das professoras discutindo questões de gênero na ciência e sociedade, vimos uma discrepância significativa

entre o número de meninos e de meninas interessados no que estava sendo ministrado. De fato, algumas meninas se mostraram curiosas e inclinadas a adentrar no campo acadêmico e científico. Entretanto, estes foram casos isolados. Quando feito um comparativo com a participação masculina, esta se mostrou mais ativa no sentido de levantar questões e contribuir para os debates.

O silêncio das meninas diz muita coisa. Quando confrontadas, falavam baixo, e quando a pergunta se dirigia à turma inteira, a maioria olhava para os meninos esperando que eles respondessem, o que reforça o estereótipo que elas têm da figura masculina como alguém de maior iniciativa, espontaneidade, habilidade social e intelectual (pelo menos, no que se refere à temática proposta). Elas não sabiam - ou não tinham conhecimento - de exemplos de mulheres relevantes na ciência, muito menos expressavam apreço pelos estudos da área. Em contrapartida, foram observados seus interesses nos momentos fora da sala de aula, no pátio, quando gravavam *trends* de dança. O celular também foi um fator de dispersão durante as palestras, com algumas meninas do fundo da sala tirando *selfies*, o que foi observado na maioria das turmas. Por vezes, no meio da visita ao MUGEO, alguns grupinhos de meninas se juntavam para falar sobre cabelo e maquiagem durante a explicação dos monitores.

Mediante os fatos supracitados, é possível analisar que, atrelada à temática da sub-representatividade feminina no contexto social dessas meninas, existe a hiperssexualização dos corpos femininos, especialmente de menores de idade e é necessário evidenciar a grande influência que as redes sociais têm nesse contexto. Redes como *Instagram* e *TikTok* emergem com novos padrões de beleza entre as mulheres a todo instante, sendo incessantemente incentivadas a expor seus corpos, seja com fotos sensuais, dancinhas, etc. Nota-se que as meninas são muito mais encorajadas a se mostrarem “bonitas”, “sensuais” e usarem as redes sociais para exibir isso, ao passo que ingressar em uma universidade, investir na carreira e, dessa forma, alcançar mais prestígio social não é um sonho comum para meninas que vivem em um meio de vulnerabilidade social.

É extremamente relevante que nós, pesquisadoras mulheres, reflitamos como essa ideologia se fortalece cada vez mais nos contextos periféricos ao mesmo tempo que o empoderamento feminino se consolida mais na classe média. Entender o recorte de classes e o contexto geográfico ajuda a compreender porque somente algumas mulheres conseguem seguir o caminho das ciências e trazer

a representatividade feminina que tantas áreas precisam. Ademais, é indispensável pontuar a importância desse estudo para a formação acadêmica das monitoras enquanto futuras educadoras, em virtude que todas estão graduando em licenciaturas e lidarão frequentemente com questões como os choques de gerações, bem como as perspectivas de vida dos estudantes, suas inseguranças e suas diferentes histórias de vidas em sala de aula. Fundamentado nisso, a experiência adquirida durante as ações, as discussões e até mesmo dificuldades enfrentadas nas visitas às escolas serão muito significativas para os seus futuros como profissionais da educação.

REFERÊNCIAS

DARWIN, Charles. **The Descent of Man, and Selection in Relation to Sex**. 1st ed. London: John Murray, 1871.

FAGUNDES, Tereza Cristina Pereira Carvalho. **Sexualidade e Gênero: Ensaio sobre Educação Sexualidade e Gênero**. Salvador: Helvécia, 2005. pp. 9-20.

HARDING, Sandra. Gênero, democracia e filosofia da ciência. RECIIS - R. Eletr. de Com. Inf. Inov. **Saúde**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p. 163-168, jan.-jun. 2007.

KELLER, Evelyn Fox. Qual foi o impacto do feminismo na ciência? **Cadernos Pagu**, v. 27, p. 13-34, 2006.

LIMA, Betina. S., & COSTA, Maria Conceição da. Gênero, ciências e tecnologias: caminhos percorridos e novos desafios. **Cadernos Pagu**, (48), e164805, 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cpa/a/Zm-Wr68DQZSFH3wp9MWSB79t/#>. Acesso em 04/07/2024.

ROSSI, Paolo. **O nascimento da ciência moderna na Europa**. Bauru, SP: EDUSC, 2001.

SEDEÑO, Eulália Perez. Retóricas Sexo/Gênero. CORTIJO, Paloma Alcalá; **Ciencia y Género**. Madrid: Editorial Complutense, 2001. pp. 417 - 432.

FORTUNAS E REVESES: AVANÇOS DAS MULHERES NA CIÊNCIA E A PERSISTÊNCIA DA DESIGUALDADE DE GÊNERO POR ÁREAS DE CONHECIMENTO

Edina da Silva Ferreira¹
Silvana Maria Bitencourt²

INTRODUÇÃO

Nos últimos anos, a discussão sobre desigualdade de gênero e raça no contexto acadêmico brasileiro ganhou destaque, especialmente no que diz respeito ao acesso e à conclusão de cursos de graduação. Há mais de uma década as mulheres representam a maioria dos concluintes do ensino superior no Brasil. Contudo, a presença feminina não é distribuída de forma uniforme entre todas as áreas do conhecimento. As disparidades são particularmente evidentes nos cursos relacionados a Ciências, Tecnologias, Engenharias e Matemática (STEM), que são culturalmente vistas como campos predominantemente masculinos.

Essa desigualdade de gênero é ainda mais complexa quando se considera a interseção com o marcador raça/cor, revelando que, embora o número de mulheres brancas formadas seja significativamente maior, as mulheres negras enfrentam mais dificuldades na construção de suas carreiras, resultando em uma representatividade consideravelmente menor.

Diante desse cenário, este estudo pretende analisar as implicações das relações de gênero e raça no contexto acadêmico e científico, especialmente no que se refere às escolhas de cursos, marcadas pela generificação, e à desigualdade de acesso. Investigamos as razões pelas quais algumas áreas do conhecimento permanecem com baixa participação feminina e os fatores que contribuem para acentuar as diferenças de acesso entre as mulheres.

1 Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Sociologia pela Universidade Federal de Mato Grosso – UFMT, Cuiabá – MT, bolsista CAPES.

2 Professora Associada do Departamento de Sociologia e Ciência Política e do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de Mato Grosso – UFMT/ Campus Cuiabá/ Mato Grosso/Brasil.

A pesquisa, de caráter qualitativo, é realizada por meio de revisões bibliográficas e fundamenta-se nas epistemologias feministas, buscando rever os parâmetros da ciência moderna a partir do pensamento decolonial, que propõe uma revisão epistemológica, teórica e metodológica da construção do conhecimento, pautada na ocidentalização. Assim, contextualizamos categorias como gênero, ciência, raça e etnia, buscando interseccionar os múltiplos fatores que influenciam a produção do conhecimento científico.

Concluimos que, apesar dos avanços conquistados pelas mulheres no campo científico, persistem estruturas e práticas que perpetuam as desigualdades de gênero e raça, desigualdades estas que influenciam na construção do saber científico. Exemplos disso incluem o fato de as mulheres serem maioria entre os concluintes do nível de graduação, mas ainda serem minoria em áreas culturalmente consideradas masculinas. Além disso, elas predominam em áreas de menor prestígio social e com menor volume de financiamento.

O LUGAR DA MULHER NA CIÊNCIA ANDROCÊNTRICA: PERSISTÊNCIAS, DESAFIOS E NOVAS PERSPECTIVAS

Começamos fazendo uma analogia da ocupação dos espaços públicos, e como a presença de terminados sujeitos estruturam estes espaços. Podemos afirmar de maneira geral que, quando os espaços são concebidos para um público específico, eles tendem a atender prioritariamente às necessidades desse grupo. Até que haja uma demanda externa para a inclusão de outros perfis de indivíduos, a estrutura do espaço provavelmente permanecerá inalterada, acomodando apenas o que tradicionalmente nele se encontra.

Consideremos a política, por exemplo, que historicamente tem sido um espaço majoritariamente masculino, refletindo a disparidade na participação entre homens e mulheres. Os ambientes institucionais, jurídicos e financeiros são marcados por essa exclusão. Um exemplo emblemático é o fato de que, até 2016, não havia banheiro feminino no Senado Federal, projeto que só foi possível após pressão por parte das senadoras³ e apesar de a primeira senadora ter sido eleita em 1979.

Esse detalhe não apenas evidencia a falta de preparação do espaço para as mulheres, mas também reflete o contexto histórico no qual o

3 SENADO Federal. Para mais informações consulte: Bancada Feminina do Senado conquista direito a banheiro feminino no Plenário. <<https://www12.senado.leg.br/institucional/procuradoria/comum/bancada-feminina-do-senado-conquista-direito-a-banheiro-feminino-no-plenario>>. Acesso em 16 de outubro de 2024

Senado foi criado, em uma época em que as mulheres sequer tinham o direito ao voto. Mesmo que transformações sociais e mudanças legislativas tenham ocorrido desde então, o impacto cultural da exclusão feminina permanece evidente. Atualmente, o Senado conta com apenas 14 senadoras em exercício⁴, o que representa 17,2% do total de parlamentares, incluindo titulares e suplentes, isso sem analisar outras instâncias de representação política, que segue a mesma tendência.

Embora essa situação possa parecer trivial, ela revela como a estrutura política brasileira foi moldada ao longo dos anos, priorizando os interesses e perspectivas masculinas – especificamente homens brancos e de classe social elevada. Essa predominância masculina no espaço político, e na ciência, resultou na desconsideração ou subvalorização de pautas relacionadas aos direitos e necessidades das mulheres, como questões de saúde reprodutiva, violência de gênero, e igualdade salarial (PINTO, 2010, SCAVONE, 2008).

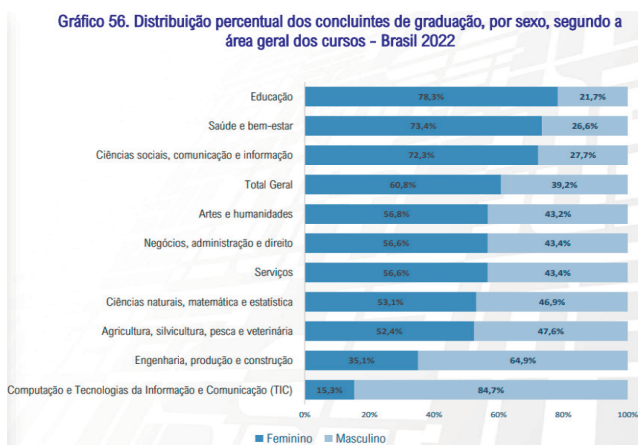
A falta de representatividade feminina e de outros grupos marginalizados em diversos espaços de poder e tomada de decisão, implica que muitas demandas foram ignoradas ou relegadas a um segundo plano, perpetuando uma agenda, política e de investigação científica, que reflete uma visão de mundo limitada e excludente. Esse fenômeno de exclusão é caracterizado pela literatura dos estudos de gênero sobre segregação horizontal – ou territorial – e vertical – ou hierárquica (OLINTO, 2011; LIMA, 2008). Sendo que a primeira, “trata da divisão de áreas do conhecimento caracterizadas em femininas ou masculinas nas ciências, e a vertical ou hierárquica, que se refere à exclusão das mulheres do topo da carreira científica, fenômeno também chamado “teto de vidro”⁵ (BETINA, 2008, p. 8).

As mulheres são maioria entre os/as concluintes de cursos presenciais de graduação no Brasil há mais de uma década, representando 60,3% em 2022 (IBGE, 2022). No entanto, persiste uma desproporção significativa em relação à presença feminina em áreas de conhecimento culturalmente percebidas como masculinas, como os cursos de Ciências, Tecnologias, Engenharias e Matemática (STEM). Em contraste com os dados gerais, as mulheres correspondiam a apenas 22,0% dos/as concluintes nessas áreas em 2022 (IBGE, 2022). Podemos perceber nitidamente esta segregação horizontal de que trata Lima (2008) no gráfico 1.

4 Para consultar a lista na íntegra consulte Senado Federal. Disponível em: <<https://www25.senado.leg.br/web/senadores/em-exercicio/-/e/por-sexo>>. Acesso em 16 de outubro de 2024

5 Quanto ao conceito “teto de vidro” fundamentada na elaboração de Londa Schiebinger (2001, p. 76), refere-se “a barreira supostamente invisível que impede as mulheres de atingirem o topo”.

Gráfico 1: distribuição percentual dos concluintes de graduação, por sexo, segundo a área geral dos cursos – Brasil 2022



Fonte: MEC/Inep; Censo da Educação Superior.

Além disso, há uma desigualdade acentuada em termos de cor entre as concluintes, com 45,8% sendo brancas e apenas 7,1% pretas (Gráfico 2). Podemos perceber a segregação vertical pelo índice de bolsas, em que “Dos 20,9 mil bolsistas do CNPq em 2022, 65% são homens e 35% mulheres. Já no nível 1A, o mais alto, a discrepância de gênero é maior. Dos 1,4 mil bolsistas, 73% são homens e 27% são mulheres” (PARENT IN SCIENCE)⁶. Das bolsas de produtividades (PQ) destinada às mulheres, 31,3% são para mulheres brancas, e apenas 0,8% para mulheres pretas, e 0,1% para mulheres indígenas (DIAS, 2023)⁷. A pesquisa organizada pelo movimento *Parent in Science* (PiS) divulgada pelo jornal O Globo, aponta ainda que o cenário da pesquisa permaneceu praticamente inalterado em 20 anos, visto que o número de mulheres bolsistas passou de 33,4% em 2004 para 35,6%.

6 Fontes: Dados da Capes e do CNPq organizados pelo Parent in Science e Gemaa/Iesp-Uerj. Disponível em: < <https://piaui.folha.uol.com.br/o-efeito-tesoura-para-mulheres-na-ciencia/>>. Acesso em 16 de outubro de 2024

7 DIAS, Pâmela. Minoria na ciência, mulheres pretas e indígenas não recebem as bolsas de pesquisa mais valorizadas. O Globo, 2023. Disponível em: < <https://oglobo.globo.com/brasil/noticia/2023/11/20/minoria-na-ciencia-mulheres-negras-e-indigenas-nao-recebem-as-bolsas-de-pesquisa-mais-valorizadas.ghtml>>. Acesso em 16 de outubro de 2024.

Gráfico 2 - Percentual de alunos de graduação concluintes, segundo a cor/raça – Brasil – 2022

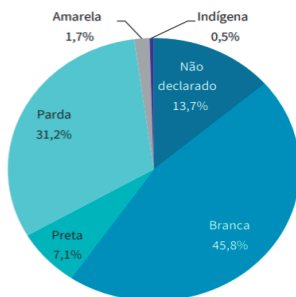


GRÁFICO 32

PERCENTUAL DE ALUNOS DE GRADUAÇÃO CONCLUINTE, SEGUNDO A COR/RAÇA – BRASIL – 2022

Fonte: Elaborado por Deed/Inep com base em dados do Censo da Educação Superior.

Fonte: Fonte: elaborado por Deed/Inep com base em dados do Censo da Educação Superior

Ou seja, as mulheres podem fazer parte da política e ingressar no campo científico, mas deparam-se com uma série de obstáculos por serem mulheres. O entendimento que se tem é que espaço político e científico, é “o espaço do outro, que tem que ser rompido e transformado”, no entanto, “Buscar emancipação no lugar do outro é uma ação com dificuldades e efeitos muito específicos” (Pinto, 2010, p. 20). Como dito no início deste texto, sem a entrada desse “outro” os espaços permanecem inalterados, mas se modifica na medida em que vai sendo ocupados por novos sujeitos.

As mudanças necessárias para reestruturar as relações de poder não ocorrem involuntariamente, mas como um processo ativo de reavaliação das estruturas de poder, no sentido de rever seus alicerces. Cecília Sardenberg (2015a; 2018b) analisa, por exemplo, como pautas voltadas para os direitos das mulheres passaram a fazer parte dos discursos e práticas sobre desenvolvimento com a emergência do feminismo nos anos de 1960. A autora enfatiza como a pressão dos grupos feministas e a participação das mulheres em entidades representativas nacionais e internacionais fundamentada em “uma perspectiva de equidade de gênero nos discursos e políticas em desenvolvimento” (2018, p. 38) propiciou uma série de direitos.

O mesmo ocorre com o aumento da entrada de mulheres na ciência. Lucila Scavone (2008) aponta que tratar de inúmeras problemáticas partindo da perspectiva de gênero contribui para desvelar problemas até

então marginalizados e invisibilizados. De acordo com Scavone (2008, p.178),

Os problemas relacionados ao trabalho, à saúde, à política, à educação, à família, à religião, à violência, às ciências, à cultura, à identidade, ao corpo, às tecnologias produtivas e reprodutivas, e à sexualidade passaram a ser tratados com o ‘olhar de gênero’. E foi esse olhar que deu visibilidade às relações de dominação e poder que dividem o mundo social em gêneros e que questionaram uma ordem sexual tida como natural. Como explicar a ausência das mulheres na política? Ou então, por que a educação familiar e escolar define e reitera funções e ‘papéis’ sociais sexuados? E por que a recorrência da violência de gênero, da sexualidade domesticada, da identidade enclausurada?

Na ciência, assim como na política, qualquer figura que não seja o homem é frequentemente percebida como “o outro”. Para avançar na análise proposta, de compreender os fatores que mantêm determinadas áreas de conhecimento com baixa participação feminina e aquelas que acentuam as diferenças de acesso entre as mulheres, é necessário examinar as razões pelas quais elas continuam a ocupar essa posição marginalizada de “outro”. Isso implica questionar as estruturas históricas e culturais que perpetuam a exclusão e identificar os mecanismos que limitam a inclusão plena das mulheres nesses espaços.

Precisamos retomar dois elementos centrais desse processo histórico: os pressupostos que passaram a caracterizar a ciência – racionalidade, neutralidade e universalidade – e a separação entre os espaços público e privado. Os ideais de racionalidade e objetividade científica foram construídos em oposição ao que se entendia como emocionalidade e subjetividade, frequentemente associada ao “feminino”. Além disso, a separação entre os espaços públicos e privados reforçava a exclusão das mulheres do ambiente científico, visto que o espaço público, associado à produção de conhecimento, era considerado um domínio masculino, enquanto o espaço privado era destinado às atividades domésticas e familiares (SCHIEBINGER, 2001, KEHL, 2008).

A ciência moderna começou a se desenvolver entre os séculos XVI e XVIII na Europa, em um contexto fortemente marcado pelo patriarcalismo, no qual as estruturas sociais e culturais atribuíam às mulheres papéis restritos ao ambiente doméstico e ao cuidado familiar. Embora não seja uma exclusividade deste contexto, a psicanalista Maria Rita Kehl (2008) analisa que a dicotomia entre espaço público e privado ganha expressividade, reforçando os papéis designado a cada gênero, o que é próprio da masculinidade e da feminilidade.

Segundo Kehl (2008), a construção da feminilidade encontra reforço no discurso filosófico, médico e científico, que se unem em prol de conformar a mulher ao espaço doméstico,

a cultura europeia dos séculos XVIII e XIX produziu uma quantidade inédita de discursos cujo sentido geral foi o de promover uma perfeita adequação entre as mulheres e o conjunto de atributos, funções, predicados e restrições denominados feminilidade. A ideia de que as mulheres formariam um conjunto de sujeitos definidos a partir de sua natureza, ou seja, da anatomia e de suas vicissitudes [...] a feminilidade aparece aqui como o conjunto de atributos próprios a todas as mulheres, em função das particularidades de seus corpos e de sua capacidade procriadora; a partir daí, atribui-se às mulheres um pendor definido para ocupar um único lugar social – a família e o espaço doméstico (KEHL, 2008, p. 42)

Durante esse período, o acesso das mulheres à educação formal e à participação em atividades intelectuais e científicas foi extremamente limitado, refletindo e reforçando a ideia de que as esferas públicas e científicas eram essencialmente masculinas. A exclusão sistemática das mulheres do conhecimento científico não apenas invisibilizou suas contribuições, mas também influenciou a própria definição de ciência, paradigmas e metodologias.

A compreensão desses elementos históricos também é crucial para desvendar como os valores e as práticas da ciência moderna se consolidaram de forma a perpetuar desigualdades de gênero até os dias atuais. O ideal de neutralidade, por exemplo, pressupõe que a ciência é isenta de influências sociais e culturais, mas, na prática, a exclusão das mulheres e de outras minorias da produção científica, demonstra que as relações de poder e as normas sociais sempre desempenham um papel determinante na definição de quem participa do processo científico e de quais questões são dignas de investigação (ROSSI, 2001).

É nesse sentido, de demonstrar o caráter parcial da ciência, que surgem os estudos de gênero e se desenvolvem as epistemologias feministas, que passam a construir uma “crítica radical das noções de objetividade, racionalidade e universalidade da ciência” (LÖWY, 2009, p. 40). A crítica da ciência demonstra uma abordagem em torno de uma visão limitada, centrada em experiências masculinas e eurocêntricas, desconsiderando a diversidade de perspectivas que poderiam enriquecer o conhecimento científico (SANDERBERG, 2002).

Essa exclusão histórica contribuiu para a criação de estereótipos de gênero que ainda hoje envolvem a participação feminina, especial-

mente em áreas consideradas de ciência “dura”, como física, engenharia e tecnologia. A ideia de que essas disciplinas excluem características tradicionalmente associadas ao “masculino”, como objetividade extrema, lógica e distanciamento emocional, continua a desmotivar mulheres (LÖWY, 2009).

Desde a década de 1980 houve uma intensificação de estudos interrelacionando gênero e ciência. Entre os nomes que ajudaram a consolidar essa temática, e que se faz presente em grande parte dos estudos da área, Sardenberg (2002) destaca autoras como Keller e Longino, 1996; Schienbinger, 2001; Harding, 1987, Haraway, 1995. As autoras exploram a questão da exclusão das mulheres da produção do conhecimento científico, demonstrando que a sub-representação feminina na ciência, na política e nos espaços públicos de modo geral, carrega consequências significativas, e apontam para a necessidade de rever os fundamentos científicos.

Para além da inserção das mulheres na ciência, as epistemologias feministas se constroem em relação direta com as dinâmicas políticas, econômicas e culturais, e defendem uma ciência interessada, isto é, que se assume um compromisso com a transformação social, e está ela própria em constante transformação (SARDENBERG, 2002). De modo que, ao longo das últimas décadas, o campo de estudos sobre ciência e gênero tornou-se progressivamente mais complexo à medida que críticas de diversas perspectivas se acumularam e se articularam.

Originalmente, as críticas às desigualdades de gênero na ciência se concentravam na exclusão e sub-representação das mulheres nas instituições científicas. No entanto, o desenvolvimento das teorias feministas, particularmente as feministas pós-coloniais e decoloniais, trouxe novas camadas de análise. Essas abordagens desafiaram a suposição de que o gênero é uma categoria universal e dinâmica, argumentando que ele é atravessado por outras dimensões sociais, como raça, classe, sexualidade e colonialidade.

Nesse sentido, o conceito de interseccionalidade tornou-se central para entender como diferentes formas de opressão se interligaram e se manifestaram na produção científica. Deste modo, os processos históricos que possibilitaram a entrada das mulheres na ciência, e a reestruturação desta, consideraram uma determinada realidade e contexto, que também precisou ser reavaliado na medida em que não abarca outras narrativas e outras demandas.

ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

Este trabalho, de caráter introdutório, buscou investigar os fatores que explicam a persistente baixa participação feminina em determinadas áreas do conhecimento e os obstáculos que acentuam as desigualdades de acesso entre mulheres e homens na ciência. Apesar dos avanços alcançados pelas mulheres na academia, como a sua predominância entre os concluintes de cursos de graduação, ainda existem estruturas e práticas discriminatórias que perpetuam a exclusão com base em gênero e raça. Essas desigualdades se manifestam, por exemplo, na baixa representação feminina em áreas consideradas culturalmente masculinas, como as engenharias e ciências exatas, e no fato de que as mulheres são maioria em campos de menor prestígio social e com menor financiamento, e a própria desigualdade de acesso entre as mulheres.

Fatores como a construção social dos papéis de gênero, a percepção da ciência moderna como um campo neutro e objetivo, a divisão tradicional entre os espaços públicos (masculinos) e privados (femininos) contribuíram para a manutenção dessa desigualdade. A ciência, historicamente, foi moldada por uma lógica que valoriza a objetividade e o rigor técnico, características associadas ao masculino, enquanto áreas que envolvem cuidado ou habilidades consideradas “naturais” para as mulheres, como a educação e a saúde, foram relegadas a um segundo plano. Essa dicotomia é reforçada por uma estrutura social que influencia tanto a escolha das carreiras quanto as oportunidades de crescimento profissional, limitando o acesso das mulheres a espaços de maior prestígio e poder dentro do campo acadêmico.

No entanto, é preciso ir além das questões que originaram o debate acerca de gênero e ciência. Enquanto as abordagens tradicionais dos estudos de gênero denunciaram a segregação e a exclusão das mulheres em certas áreas do saber, os estudos decoloniais acrescentam uma possibilidade analítica que expõe a influência de processos históricos e coloniais na formação das posições acadêmicas. Coloca questões para entender que além da desigualdade de gênero, há as desigualdades de raça, classe, etnia e localização, e que estas se sobrepõem. Essas críticas destacam como a ciência ocidental não é apenas marginalizada pelas mulheres, mas também impõe um modelo eurocêntrico de conhecimento que invisibiliza saberes e epistemologias de outras culturas.

Em muitas sociedades, o conhecimento local e as práticas de mulheres indígenas, afrodescendentes e outras comunidades marginali-

zadas foram historicamente desqualificadas como “não científicas” ou “subalternas”. O feminismo decolonial desafia essa visão, questionando a neutralidade da ciência e enfatizando que o conhecimento é produzido em contextos específicos de poder que perpetuam desigualdades. A partir dessas ponderações, é possível concluir que a crítica de gênero na ciência deve evoluir para incluir uma análise interseccional e decolonial que vá além da simples inclusão das mulheres em espaços privilegiados. Isso significa questionar as bases eurocêntricas e coloniais que sustentam o campo científico e compensar as posições de conhecimento que perpetuam a exclusão de saberes não ocidentais e de grupos marginalizados.

Os estudos decoloniais apontam para a necessidade de uma ciência que não apenas promova a representatividade feminina, mas que também seja capaz de integrar epistemologias diversas e considerar a validade dos conhecimentos produzidos por diferentes culturas e contextos sociais. Dessa forma, o avanço nas discussões sobre o gênero na ciência depende de uma abordagem crítica que considere tanto as dimensões históricas e políticas quanto as interseccionalidades que moldam as práticas

REFERÊNCIAS

LIMA, Betina S. **Teto de vidro ou labirinto de cristal?** As margens femininas das ciências. Dissertação. Universidade de Brasília. Brasília, 2008. Disponível em: http://www.realp.unb.br/jspui/bitstream/10482/3714/1/2008_BetinaStefanelloLima.pdf. Acesso em 13 de outubro de 2024.

KEHL, Maria. R. **Deslocamentos do feminino**. 2. ed. Rio de Janeiro: Imago, 2008.

LÖWY, I. Ciências e gênero. In: Hirata H, Laborie F, Le Doaré H, et al. **Dicionário crítico do feminismo**. São Paulo: Ed. UNESP; p. 40-44, 2009.

OLINTO, Gilda. (2011). A inclusão das mulheres nas carreiras de ciência e tecnologia no Brasil. **Inclusão Soccial**, Brasília, DF, v. 5 n. 1, p.68-77, jul./dez. 2011.

PINTO, Céli Regina Jardim. Feminismo, história e poder. **Rev. Sociol. Polít.**, Curitiba, v. 18, n. 36, p. 15-23, jun. 2010.

ROSSI, Paolo. **O nascimento da ciência moderna na Europa**. Tradução de Antonio Angonese. Bauru; SP: EDUSC, 2001.

SARDENBERG, Cecília M. B. Da crítica feminista à ciência a uma ciência feminista? In: COSTA, A. A. A.; SARDENBERG, C. M. B (Org.). **Feminismo, ciência e tecnologia**. Salvador: Universidade Federal da Bahia, 2002. p. 141-149.

_____. Gênero e políticas para mulheres no Brasil: reflexões em torno de uma experiência doída. **Caderno Espaço Feminino** - Uberlândia-MG - v. 28, n. 2 – Jul./Dez. 2015. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/neguem/article/view/34162/18200>. Acesso em 15 de outubro de 2024.

_____. Negociando gênero em desenvolvimento: os feminismos brasileiros em destaque. Dossiê desenvolvimento, poder, gênero e feminismo. **Cadernos Pagu** (52), 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cpa/a/csnYMKWn8bXSswBYxMP9WcTN/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em 15 de outubro de 2024.

SCAVONE, Lucila. **Estudos de gênero: uma sociologia feminista?** Estudos Feministas, Florianópolis, 16(1): 288, janeiro-abril/2008.

SCHIENBINGER, Londa. **O Feminismo mudou a Ciência?** Bauru, SP: EDUSC, 2001.

TODO CORPO EM MOVIMENTO: A SOCIOPOÉTICA E PESQUISAS SOBRE SEXUALIDADES

Laura Cristina Feitosa de Carvalho¹
Iran de Maria Leitão Nunes²

TODO CORPO EM MOVIMENTO ESTÁ CHEIO DE IN- FERNO E CÉU: A SOCIOPOÉTICA EM PESQUISAS SO- BRE SEXUALIDADE

Todo dia, toda noite, toda hora, toda madrugada, momento e manhã. Todo mundo, todos os segundos do minuto vivem a eternidade da maçã. Tempo da serpente, nossa irmã. Sonho de ter uma vida sã...Quando a gente volta o rosto para o céu e diz olhos nos olhos da imensidão: “Eu não sou cachorro não!”. A gente não sabe o lugar certo de colocar o desejo. Todo beijo, todo medo, todo corpo em movimento está cheio de inferno e céu. Todo canto, todo santo, todo pranto, todo manto está cheio de inferno e céu. O que fazer com o que deus nos deu? O que foi que aconteceu?

A citação acima, retirada da música “Pecado Original” (1996), escrita por Caetano Veloso, fala sobre a dualidade humana, os mistérios de quem somos, os mistérios do corpo, do desejo, o impedimento pelo medo, pelos deuses, pelas dúvidas íntimas e coletivas sobre acessar o inferno ou o céu a partir de quem somos. Todo dia, toda noite, milhões de pessoas podem (ou não) se questionar: Qual o lugar da sexualidade? Existe um lugar? Como expressar tudo que somos e/ou podemos ser?

Pesquisar também é buscar compreender como nos expressamos como pessoas sobre determinado aspecto, em ambientes e temporalidades específicas. Uma alternativa metodológica para emprendermos nessa busca é a Sociopoética. Nessa abordagem os/as sujeitos/as da pesquisa tornam-se copesquisadores/as, “são pesquisadores de si, através da potência do grupo acolhedor das angústias, desejos e prazeres de cada um/a sem julgamento nem preconceito” (JACQUES GAUTHIER³ e SHARA ADAD, 2020, p.264-265).

1 Mestranda vinculada ao programa de Pós-Graduação em Educação na Universidade Federal do Maranhão; Pedagoga.

2 Doutora vinculada ao programa de Pós-Graduação em Educação na Universidade Federal do Maranhão; Professora Associada do Departamento de Educação II.

3 Utilizaremos o primeiro e último nome dos/as autores/as aqui citados para dar visibilidade às

Nessa abordagem abandona-se a noção naturalista de corpo e busca-se perceber do que ele é capaz em sua totalidade, na mobilização do corpo inteiro como fonte de construção de conhecimento para mostrar o quanto o corpo pensa (GAUTHIER, 2016).

A sociopoética foi criada pelo poeta, filósofo e acupunturista tradicional Jacques Gauthier, inspirado nos “Círculos de Cultura” de Paulo Freire, em que este se constitui como um grupo de trabalho e debate a partir das relações que se estabelecem em uma prática social livre e crítica. A Sociopoética busca decolonizar a relação pesquisador/a-sujeito, na tentativa de desfazer a hierarquia que coloca o/a pesquisador/a acima do/a “pesquisado/a” que, muitas vezes, é escrachado, investigado, observado como um inseto em uma caixinha, que precisa ser desvendado a qualquer custo. Colonizamos uns aos outros quando não olhamos com compaixão o território e as pessoas que constroem humanidade nele e a partir dele, por isso é preciso testarmos uma outra forma de conhecer.

Nessa perspectiva, neste artigo, temos como objetivo refletir sobre a Sociopoética como possibilidade metodológica de pesquisa sobre sexualidades no espaço educativo, destacando seus conceitos e etapas de desenvolvimento. Para tanto, construímos nosso percurso teórico-metodológico em uma abordagem qualitativa, de revisão reflexiva e crítica dos estudos de Jacques Gauthier (1998, 2016, 2020, 2024), Paulo Freire (2021, 2022, 2023), Félix Guattari (1999), Leticia Nascimento (2014), Tercilia Silva (2023).

A Sociopoética como metodologia de pesquisas sobre sexualidades pode contribuir para repensarmos o/a pesquisador/a como um/a facilitador/a que, no ato de pesquisar, reflita com os/as copesquisadores/as sobre as realidades. Como facilitadoras/es e professoras/es, precisamos repensar e buscar alternativas para além dos métodos estabelecidos pelos colonizadores para nossas práticas educativas ou de pesquisas, visando decolonizar a Universidade por meio de uma abordagem contracolonial. Decolonizar é construir na academia uma perspectiva que busque criticar as práticas e metodologias estabelecidas, tentando desestabilizar essa barreira.

A possibilidade de diversas perspectivas enunciadas pelos/as copesquisadores/as durante a experiência da pesquisa sociopoética tem um aspecto libertador no movimento de conflitos ou contradições em que surgem, tendo como regra desse momento a compaixão. A sexualidade como elemento discursivo, em uma perspectiva Foucaultiana, em

identidades queficam camufladas quando citamos apenas o sobrenome (CAMILA REZENDE, 2019).

pesquisas precisa passar pelo crivo das palavras para que seja reconhecida como real em sentido de existência, na Sociopoética as concepções sobre sexualidade são expressadas pelo grupo-pesquisador através de imagens. Partimos da ideia de imagem enquanto instrumento que designa algo que, embora não remetendo sempre para o visível, toma de empréstimo alguns traços ao visual e, em todo o caso, depende da produção de um sujeito: imaginária ou concreta, a imagem passa por alguém, que a produz ou a reconhece. O que interessa a/o facilitadora/o é o que se deu e qual a produção de sentido do que foi produzido pelo grupo-pesquisador nos encontros (JOLY MARTINE, 1994).

Pensar em uma forma de criar confetos (conceitos+afetos) sobre sexualidades a partir do grupo-pesquisador que vivencia um devir-filósofo, fugindo dos padrões instituídos e normalizados, experimentando sua potência crítica em relação às dominações sofridas e internalizadas em um movimento de crítica+criação (CRI CRI) (Jacques Gauthier e Shara Adad, 2020, p.265) permite que novas percepções sejam consideradas, superando por exemplo, a ideia de sexualidade como encontro de genitálias ou sexo biológico heteronormativo.

A ideia de devir, que perpassa a sociopoética, explora um processo de transformação que escapa das estruturas fixas e normativas impostas pelas instituições sociais, culturais e políticas. Os “Engessamentos instituídos” sobre sexualidades (Jacques Gauthier, Shara Adad, 2020) e sobre pesquisas as definem e limitam. As novas conexões que surgem em uma pesquisa sociopoética possibilitam o surgimento de formas alternativas e inovadoras de experimentar o mundo, abre espaço para a invenção de outras subjetividades, permitindo que os/as copesquisadores/as interajam entre si de maneira criativa e fluída.

Pesquisas desse tipo em espaços educativos podem promover para além de um ambiente mais compassivo, uma sociedade contrassexual que na perspectiva de Paul Preciado (2022) “proclama a equivalência (e não a igualdade) de todos os corpos vivos-sujeitos falantes que se comprometem com os termos do contrato contrassexual⁴ dedicado à busca do prazer-saber”. Em uma pesquisa sociopoética sobre sexualidades, acreditamos que em seu âmago utiliza-se da contrassexualidade.

A contrassexualidade tem como tarefa identificar os espaços errôneos, as falhas da estrutura do texto (corpos intersexuais, corpos

4 No contrato contrassexual os corpos se reconhecem a si e aos outros não como homens e mulheres, mas como corpos vivos; reconhecem em si mesmos a possibilidade de aceder a todas as práticas significantes e a todas as posições de enunciação (PAUL PRECIADO, 2022, p.32)

transgêneros e transexuais, viadinhos, caminhoneiras, bichas, sapatões, *buthces*, históricas, fogosas ou frígidas, deficientes sexuais e doentes mentais, hermafrossapatões etc.), e reforçar o poder dos desvios e derivações com relação ao sistema heterocêntrico (PAUL PRECIADO, 2022, p.38).

Para alcançar os objetivos geral e específicos de uma pesquisa sobre sexualidade numa perspectiva sociopoética seguimos o caminho desenhado por Jacques Gauthier:

1. A criação de um grupo-pesquisador: o grupo-pesquisador torna-se um/a filósofo/a coletivo/a que exerce uma compaixão infinita consigo mesmo e com os outros integrantes, sejam eles copesquisadores/as ou facilitadoras/es. O que importa é que todos estejam abertos às outras pessoas, mesmo que suas percepções sejam diferentes, ou melhor, especialmente se forem diferentes. Este é um dos desafios sociopoético, visto que em um grupo-pesquisador podemos ter falas LGBT fóbicas, machistas, misóginas e tantas outras... Caberá ao facilitador/a redirecionar a dinâmica artística com o intuito de promover criticidade sobre o que está posto.

2. A valorização das culturas populares e de resistência: significa valorizar e integrar formas não acadêmicas de criação de saber e de saberes já internalizados pelas/os copesquisadores/as. Um segundo desafio é tornar esses saberes, que não são eurodescendentes, como Jacques Gauthier os chama, em válidos como ciência aos olhos de quem ainda não considera necessária a decolonização das mentes “para que possamos sair da imperialista pretensão à universalidade do saber acadêmico – que criou a palavra “afrodescendente” ou “indígena”, mas que se quer acima de todos esses particularismos” (JACQUES GAUTHIER, 2015, p.80).

3. A mobilização de todas as capacidades de conhecer que possui o corpo: não é somente a razão abstrata que se manifesta, o corpo experimenta, sente e se expressa, tornando-se fonte de confetos (mistura de conceitos e afetos), perceptos (perceptos e afetos) e intuíctos (mistura de intuição e conceitos). Enquanto sociopoetas, precisamos voltar nosso afeto para as pesquisas, sobretudo para aquelas sobre sexualidades, pois os momentos de inspiração artística não são apenas uma etapa do trabalho, mas um encontro de corpos que afetam e são afetados.

4. O uso de técnicas artísticas de produção de dados, que facilitam a expressão dos saberes inconscientes do grupo-pesquisador: apesar de Jacques Gauthier utilizar a palavra “dados” para se referir ao que é construído nas dinâmicas-artísticas, nós compartilhamos do termo “produção de narrativas” utilizado por Tercília Silva (2023), entendendo que nessa perspectiva as narrativas não se constituem apenas pelo que é oralizado, mas tudo que o corpo produz em direção ao tema-gerador⁵ que está sendo discutido no encontro.

5 Refere-se aos temas que surgem da realidade do grupo-pesquisador. Em pesquisas sobre

5. A propriedade intelectual da pesquisa pelo grupo-pesquisador, que não pode ser explorado cognitivamente pela academia: comecemos esse princípio da pesquisa com o que Jacques Gauthier (2004, p.128) nos diz “Realizar uma pesquisa é assumir um status de poder sobre os sujeitos da pesquisa, a partir de um lugar cognitivo específico” (Jacques Gauthier, 2004, p.128), desse lugar é necessária a responsabilidade social, ética, moral, cognitiva e espiritual no momento de análise e escrita sobre o que foi produzido, especialmente em pesquisas sobre sexualidades onde é comum que narrativas sensíveis surjam devido as vivências de pessoas com identidades dissidentes que estão fora da norma da cisgeneridade⁶ e heterossexualidade.

Ainda é importante compreendermos que mesmo compartilhando de identidades semelhantes, cada corpo a experimenta de maneira diferente. Dentro de um grupo-pesquisador podemos ter uma pessoa que se identifica como homossexual crescida nos anos 80 do Século XX e uma outra nos anos 2000, as temporalidades iram contextualizar as experiências de cada um/a e pluralizar a dinâmica-artística. Como nos diz Paulo Freire (2021), há uma pluralidade nas relações do homem com o mundo:

No jogo constante de suas respostas, muda seu modo de responder. Organiza-se, escolhe a melhor resposta. Atua nas relações do homem com o mundo; existe uma pluralidade na própria singularidade. A captação que faz dos dados objetivos de sua realidade é essencialmente crítica e não puramente reflexa (PAULO FREIRE, 2021, p.84-85).

As dinâmicas artísticas-pedagógicas serão propostas para que o grupo-pesquisador crie seus confetos e perfetos sobre sexualidade, sendo estas atividades mediadas pela/o facilitadora/o. Quando pensamos sobre essa tarefa de facilitar o momento de produção de narrativas, pensamos em consonância com a perspectiva Freireana sobre o papel do trabalhador social:

O papel do trabalhador social que optou pela mudança não pode ser outro senão o de atuar e refletir com os indivíduos com quem trabalha para conscientizar-se junto com eles das reais dificuldades da sua sociedade. Isso implica a necessidade constante do trabalhador social de ampliar cada vez mais seus conhecimentos, não só do ponto de vista de seus métodos e técnicas de ação, mas também dos

sexualidades, geralmente, a/o facilitadora/o apresenta o tema-gerador e outros surgem ao decorrer das dinâmicas artísticas.

6 “A cisgeneridade é a matriz normatizadora que regula a identidade de gênero, determinando o que é considerado natural ou desviante” (PAUL PRECIADO, 2008, p.35)

limites objetivos com os quais se enfrenta no seu quefazer (PAULO FREIRE, 2021, p.74).

Paulo Freire nos diz que não há educação imposta. Pensamos que a pesquisa não deve ser imposta. A pesquisa na sociopoética parte da comunicação, da comunhão e da empatia. A compaixão dita o ritmo dos corpos. Nosso desejo é que os/as copesquisadores/as se entreguem à espontaneidade, “queremos que participe da pesquisa o inconsciente de cada um/a – aquilo que nunca seria expresso em entrevistas, por causa do autocontrole racional da fala do entrevistado por si próprio” (JACQUES GAUTHIER e SHARA ADAD, 2020, p.267).

Após a realização das dinâmicas-artísticas, o sociopoeta, caso queira seguir à risca o “modelo” elaborado por Gauthier, deve realizar uma “análise por categorização” em categorias que se opõem. Depois, relacionar o que a análise separou, no assim chamado “estudo transversal” dos dados, podendo ser feita em forma de poemas, individuais e/ou coletivos. Depois vem a análise filosófica, onde a facilitadora coloca essa produção em diálogo com as teorias, academicamente valorizadas (JACQUES GAUTHIER, 2015, p.83-84).

Acreditamos que se fugimos tanto da colonização que categoriza as ideias, além de fugirmos do contrato social que institui uma divisão sexual dos corpos em categorias do tipo homem versus mulher, devemos buscar uma outra forma de analisar a produção das narrativas do grupo-pesquisador, indo além da “análise por categorização” de Jacques Gauthier. Tercilia Silva (2023) aponta essa necessidade ao utilizar-se da obra de Paulo Freire sobre análise situacional e introduzir na sua pesquisa sociopoética uma análise crítica da análise codificada. Em uma análise crítica da análise codificada, tanto no momento de análise tanto do tema-gerador, quanto na contra-análise das análises produzidas pela/o facilitadora/o realizada pelo grupo-pesquisador, os/as copesquisadores/as dialogam “acerca de sua situacionalidade, ou seja, sobre a sua própria condição de existência...a situação vivida cotidianamente. Desse modo, o todo passa a ganhar significado particular dentro do grupo. Os confetos resultam da interação das camadas” (TERCILIA SILVA, 2023, p.82).

Para essa análise é preciso o esvaziamento da/o facilitadora/o, a limpeza das lentes que podem embaçar as narrativas, praticar o devir-vacuidade que é a prática de que todos os seres estão em um elo, sem distinção. Dessa forma, desapegar-se de crenças, tabus, ideias pré-concebidas é fundamental para uma análise afetuosa ao que foi produzido

em coletividade. Assim, adota-se uma abordagem qualitativa, na qual o objetivo central é compreender a realidade humana vivida socialmente, em vez de simplesmente quantificá-la ou mensurá-la. A ênfase não está em explicar as relações causais entre eventos, mas sim em capturar os significados e entender a complexidade de uma realidade particular, incluindo a influência mútua dos atores sociais na construção dessa realidade. E, de acordo com Heloisa Martins,

É preciso esclarecer, antes de mais nada, que as chamadas metodologias qualitativas privilegiam, de modo geral, da análise de microprocessos, através do estudo das ações sociais individuais e grupais. Realizando um exame intensivo dos dados, tanto em amplitude quanto em profundidade, os métodos qualitativos tratam as unidades sociais investigadas como totalidades que desafiam o pesquisador. Neste caso, a preocupação básica do cientista social é a estreita aproximação dos dados, de fazê-lo falar da forma mais completa possível, abrindo-se à realidade social para melhor apreendê-la e compreendê-la (HELOÍSA MARTINS, 2004, p. 292).

As metodologias qualitativas buscam compreender a realidade social por meio da análise detalhada e aprofundada de processos sociais específicos, como comportamentos, relações, valores e crenças. Elas partem do pressuposto de que a realidade social é complexa e multifacetada, e que a compreensão dessa complexidade requer uma abordagem mais cuidadosa e exploratória. Os métodos qualitativos também enfatizam a importância da subjetividade e da interpretação na pesquisa social. Isso significa que o/a pesquisador/a deve estar aberto/a a explorar diferentes formas como as pessoas experimentam e dão sentido à sua realidade.

Pensando em pesquisas sobre sexualidades realizadas em escolas, ao reconhecermos que ela está inserida em uma sociedade heteronormativa, misógina e homo-lesbo-transfóbica, é possível dar um dos primeiros passos para sinalizar que transformações podem acontecer, desde que a sociedade esteja disposta. É importante entender que a escola reflete as contradições, valores e práticas da sociedade, as quais podem ser legitimadas pelo currículo. Reconhecer essa realidade é tão importante quanto o desejo de transformar a escola em um ambiente acolhedor para todas as pessoas, livres de discriminação e preconceito.

Vemos na sociedade uma prática de violência contra os indivíduos que não se enquadram nos modelos tradicionais de feminilidade e masculinidade vigentes em uma determinada cultura e época. Essas

violências também podem ser direcionadas a qualquer indivíduo suspeito de ter comportamentos considerados desviantes.

Como vimos “a metodologia é o coração da pesquisa” (Leticia Nascimento, 2014, p.61). Tudo que vem antes e depois da metodologia, sobretudo na sociopoética, deve ser construção coletiva. Nessa produção de conhecimentos coletiva, precisamos considerar que o grupo-pesquisador é acolhedor pois,

não é raro pessoas vivenciarem processos de autocura no decorrer da pesquisa, apesar do contrato ser exclusivamente de produção de conhecimentos. Os facilitadores não devem brincar de terapeutas: seria trair a confiança colocada neles. Apenas, devem saber lidar com risos, choros e outras manifestações emocionais, o que não é muito difícil (JACQUES GAUTHIER e SHARA ADAD, 2020, p.268).

Pesquisas sobre sexualidades são complexas e carregam uma carga muito forte de emoções mesmo em pesquisas com um caráter mais positivistas, por isso é importante a valorização das diferenças entre as/os copesquisadoras/es. Como entender as sexualidades por meio da razão e da lógica? Não cremos que seja possível. Compreender essa temática só é possível quando misturamos o racional e o selvagem.

Os confetos produzidos pelo grupo-pesquisador propõe uma abordagem que mistura o racional e o selvagem, enfatizando que os dois aspectos são importantes na construção do conhecimento sobre sexualidades. O intuitos, que sugerem as intuições, que surgem de forma natural e sem justificativa racional também têm um valor muito significativo porque partem do que nem sabíamos que pensávamos ou sentíamos.

Esses conceitos em pesquisas sobre sexualidades ou sobre outras temáticas desafiam a lógica acadêmica porque indicam que existem outras formas de conhecimento – como a sociopoética que nasce da experiência de Jacques Gauthier com povos indígenas – que transcendem a racionalidade e que podem abrir outros/novos caminhos para a compreensão do mundo.

O grupo-pesquisador é potencializado enquanto filósofo, se tornando um intelectual coletivo que cria pensamento que se transformam em confetos, e singular perante outras práticas grupais (Shara Adad e Sandra Petit, 2009, p. 1), em sua interação que flui entre o coletivo e o individual, os conhecimentos são construídos para responder a questionamentos que também podem ser coletivos e individuais, além de produzirem uma subjetividade que é coletiva,

todos os fenômenos importantes da atualidade envolvem dimensões do desejo e da subjetividade. Não se consegue explicar o que está acontecendo no Irã ou na Polônia, por exemplo, se não se entender até que ponto está havendo uma produção de subjetividade coletiva que, com muita dificuldade, se expressa como recusa de um certo tipo de ordem social (FÉLIX GUATTARI, SUELY ROLNIK, 1999, p.28).

Por trás de qualquer movimento em grupo ou individual há uma porção de desejos, emoções e identidades que moldam a maneira como os indivíduos e grupos se relacionam com a realidade. Continuando com a contribuição de Félix Guattari e Suely Rolnik (1999, p.31) “a subjetividade não é passível de totalização ou de centralização no indivíduo. Uma coisa é a individuação do corpo. Outra é a multiplicidade dos agenciamentos da subjetivação: a subjetividade é essencialmente fabricada e modelada no registro do social.”

Na sociopoética buscamos entender a realidade criada sobre sexualidades através de uma subjetividade coletiva em resposta ou consonância a uma ordem social identificada como opressiva para identidades dissidentes. Utilizando dinâmicas artísticas podemos compreender se as/os copesquisadoras/es sentem algum tipo de insatisfação sobre como as questões, não só referentes a sexualidade, mas a corpo, gênero, sexo (que possivelmente podem surgir como temas-geradores) são sentidas e traduzidas através da arte-pesquisa.

A arte-pesquisa na Sociopoética promove um ambiente criador sobre sexualidades, permitindo que todo o grupo-pesquisador (inclusive a/o facilitadora/o) revele preconceitos e ideologias que estão internalizados. Não podemos deixar de frisar que há a possibilidade de, posteriormente às dinâmicas artísticas em grupo, sejam realizadas entrevistas individuais sobre a temática para conhecer cada copesquisador mais profundamente e interligar o que é produzido em grupo e individualmente, nesses momentos todos/as interagem para refletir sobre seus próprios preconceitos e vieses que estavam ocultos ou não. Não podemos dizer que é uma tarefa fácil construir um ambiente de dialogicidade em uma perspectiva Freireana, mas vale o esforço quando vislumbramos a riqueza de narrativas que podemos nos deparar durante a caminhada. No método sociopoético, a observação por parte da/o facilitadora/o é um instrumento importante durante as interações do grupo, pois é nesse contexto que os significados começam a se formar, muitas vezes de maneira confusa ou dialética, envolvendo contradições.

Jacques Gauthier (2021) fez uma reflexão interessante sobre como o sistema educacional e social nos condiciona a partir de um as-

pecto muito discutido: o desempenho escolar. Ele explora a ideia de que nossa identidade, nosso valor e reconhecimento que recebemos enquanto indivíduos/as está inteiramente ligado ao nosso desempenho escolar e que em seus tempos de criança ele temia a escola, os julgamentos dos/as professores/as, o que gerou nele muita insegurança e vulnerabilidade, utilizando como estratégia de defesa ser um dos melhores alunos para evitar a vergonha e o medo do fracasso. O filósofo compartilha que sempre lutou para que os/as estudantes não se identificassem como resultados, mas admite que é uma atitude paradoxal visto que ele mesmo não consegue superar esse elemento escolar. Jacques Gauthier ao sofrer na e por causa da escola, pensou um método que pudesse apaziguar ou ressignificar o sofrimento de outras pessoas.

A criação da Sociopoética é um meio de enfrentar e superar alguns traumas educacionais, e esse método investido em pesquisas sobre sexualidades pode ajudar os/as copesquisadores e o universo da pesquisa a desenvolver uma práxis – agindo e refletindo sobre o mundo – libertadora. A lógica dualista e opressiva que limita as possibilidades de existência o/a estudante que se define fora da normalidade ou “a não definição, ou melhor, a não comprovação da sexualidade do outro torna-se motivo para colocá-lo/a a prova sempre com práticas violentas” (ARTHUR FURTADO, 2019, p.166).

A Sociopoética como método em pesquisas sobre sexualidades pode contribuir para repensarmos o/a pesquisador/a como um/a facilitador/a que, no ato de pesquisar reflete com os/as copesquisadores/as sobre as realidades através de um caminho criativo e libertador.

REFERÊNCIAS

ADAD, Shara Jane Holanda Costa. Pesquisar com o corpo todo: multiplicidades em fusão. IN: SANTOS, Iraci dos. et al. Prática da pesquisa nas ciências humanas e sociais: abordagem sociopoética. São Paulo: Editora Atheneu, 2005.

BOGÉA, Arthur Furtado. Discursos De Gênero No Espaço Escolar: quais referências de masculinidades? São Luís, 2019. 214f. Dissertação (Mestrado em Educação/UFMA).

FREIRE, Paulo. Educação e mudança. 30ª ed. São Paulo: Paz e Terra. 2021.

_____. Educação como prática da liberdade. 55ª ed. Rio de Ja-

neiro: Paz e Terra, 2023.

_____. Pedagogia do Oprimido. 84ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2022.

GAUTHIER, Jacques. A questão da metáfora, da referência e do sentido em pesquisas qualitativas: o aporte da sociopoética. Revista Brasileira de Educação, v. 13, n. 38, p. 94-105, jan./abr. 2004.

_____. Corpo e criatividade crítica na sociopoética. In: TAVARES, Cláudia M. M.; JUNIOR, Américo de Araújo Pastor; CARVALHO, José Carlos (orgs.). Pesquisando com métodos e técnicas criativas de produção de dados. Macaé: Editora NUPEM, 2021. p.43-73.

_____. Sociopoética e formação do pesquisador integral. Revista Psicologia, Diversidade e Saúde, v. 4, n. 1, 26 jan. 2016.

_____. Nota sobre a Criação Filosófica na Sociopoética – Alguns Cruzamentos Interculturais. In: Reflexão sobre temas e questões em áreas afins à filosofia [recurso eletrônico] / Organizadores Marcelo Máximo Purificação, Eleno Marques de Araújo, Elisângela Maura Catarino. – Ponta Grossa, PR: Atena, 2020.

GAUTHIER, Jacques; ADAD, Shara Jane. A sociopoética como abordagem de pesquisa e ensino decolonial, contracolonial e libertadora. Educacion e Aperta: Rivista di Pedagogia Critica, n. 7, 22 Ago. 2020. Disponível em: <https://educazioneaperta.it/archives/2861>. Acesso em: 7 jun 2024.

GUATTARI, Félix; ROLNIK, Suely. Micropolítica: cartografias do desejo. 5.ed. Petrópolis: Vozes, 1999.

JOLLY, Martine. Introdução à análise da imagem. Campinas: Papyrus, 1996.

MARTINS, Heloisa Helena T. de Souza. Metodologia qualitativa de pesquisa. In: Revista Educação e Pesquisa, São Paulo, v.30, n.2, p.289-300, maio/ago.2004.

NASCIMENTO, Letícia. Descolonizando sexualidades e currículo na escola: confetos produzidos por jovens da Ilha. Teresina. 2014. 171 f. Dissertação (Mestrado em Educação/UFPI).

PRECIADO, Paul B. Manifesto contrassexual: práticas subversivas de identidade sexual. 1ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2022.

_____. Testo Junkie: sexo, drogas e biopolítica na era pharmaco pornográfica. 1ed. São Paulo: Zahar, 2008.

REZENDE, Camila Ribeiro de Almeida. Objetividade na escrita acadêmica – Reflexões interseccionais sobre corpos que escrevem. In: BERTOTTI, Bárbara Mendonça et al. (Orgs.) Gênero e resistência, volume 1: memórias do II encontro de pesquisa por/de/sobre mulheres [recurso eletrônico], Porto Alegre, RS: Editora Fi, 2019.

SILVA, Tercilia Maria da Cruz. Saberes dos cocais maranhenses: dialogicidade com mulheres Quilombolas Quebradeiras de coco babaçu de Laranjeiras. São Luís. 2023. 152 f. Dissertação (Mestrado em Educação/UFMA).

GT15
GÊNERO, EDUCAÇÃO, SAÚDE E
INTERSECCIONALIDADE

Prof^ª. Dra. Telma Low - UFAL
Prof^ª. Dra. Danielly Spósito - UFAL
Prof^ª. Dra. Priscila Freire Rodrigues - UEA

UMA ANÁLISE DA VIOLÊNCIA OBSTÉTRICA NO CONTEXTO ALAGOANO A PARTIR DE UMA AUDIÊNCIA PÚBLICA: ROMPENDO SILENCIAMENTOS?

Telma Low Silva Junqueira¹

Aline Cecilio da Silva²

Beatriz Maria Alencar Lira³

Fernanda Gomes Castro⁴

NOSSOS CORPOS-EXISTÊNCIA ENQUANTO O NOSSO COMEÇO

Amparadas pelos versos de Luedji Luna, podemos dizer que somos seres, *um corpo no mundo*⁵, mas não qualquer um. Nossos corpos *têm cor, tem corte*. Assim, considerando que somos um grupo composto por mulheres feministas, pretas e brancas, nordestinas e sudestina, podemos dizer que habitar nossa pele é como viver na “radicalidade do impossível” (Mombaça, Jota, 2021, p. 02), mas ainda assim, vibramos e vivemos, “apesar do Brasil” (Mombaça, Jota, 2021, p. 02). Ser tudo o que somos traz mais ânsia para nos posicionar também enquanto pesquisadoras, que estudam e escrevem sobre violência de gênero.

Sendo assim, sabemos que no contexto brasileiro, as relações de gênero encontram-se intrínsecas às relações de poder, raça e classe (Debert, Guita Grin; Gregori, Maria Filomena, 2008). Consoante aos pensamentos de Debert e Gregori (2008), o movimento feminista foi o responsável por tornar público as opressões sofridas pelas mulheres em relações conjugais com suas/seus parceiras/os. Desse modo, para compreender a engrenagem da violência de gênero, é importante ressaltar sobre a existência do patriarcado racista, bem como do sexismo, enquanto uma forma de dominação política sobre nossos corpos (Mi-

1 Professora Adjunta da Graduação e Pós-Graduação em Psicologia do Instituto de Psicologia da Universidade Federal de Alagoas.

2 Discente do Curso de Psicologia do Instituto de Psicologia da Universidade Federal de Alagoas.

3 Discente do Curso de Psicologia do Instituto de Psicologia da Universidade Federal de Alagoas.

4 Discente do curso de Psicologia do Instituto de Psicologia da Universidade Federal de Alagoas.

5 Música de Luedji Luna intitulada “Um corpo no Mundo”.

guel, Luis Felipe, 2016), que acaba elegendo, então, um papel social à figura da mulher, que foi historicamente relacionada ao ato de servir e ser subordinada.

A violência de gênero é baseada no modo como se dão as relações sociais, em que, ainda na contemporaneidade, nós mulheres e outras pessoas que gestam, somos vistas como corpos-objeto, precisando cumprir um “dever conjugal” de obedecer. É diante desse contexto de naturalização das hierarquias e desigualdades sociais, que a violência obstétrica surge como uma das formas de violência de gênero. Esse tema vem ganhando visibilidade nos últimos tempos, devido às denúncias que vieram à tona através da mídia, principalmente a partir do ano de 2022.

Consoante a Simone Diniz, Heloisa Salgado, Halana Andrezzo, Paula Carvalho, Priscila Carvalho, Cláudia Aguiar, Denise Niy (2015), o termo “Violência Obstétrica” (VO) é utilizado para descrever as diversas formas de violência ocorridas na assistência à gravidez, ao parto, pós-parto e ao abortamento. As autoras ainda citam em seu texto, sobre esse tipo de violência estar diretamente ligado à apropriação do corpo e dos processos reprodutivos das mulheres e outras pessoas que gestam, por profissionais de saúde. Essa apropriação pode ser expressada através de relações desumanizadoras, abuso de medicalização e de patologização dos processos naturais. Isso impacta na questão dos direitos reprodutivos e sexuais, ameaçando a qualidade de vida das mulheres e de outros corpos com útero.

A violência obstétrica possui várias faces, como por exemplo a peregrinação por assistência, o abuso físico encorpado de técnicas invasivas e desnecessárias. Ademais, dependendo da raça, gênero, sexualidade, deficiência/capacidade, classe e etnia da/o parturiente, o tratamento recebido por esta pessoa que gesta pode ser agravado. Silvia Marques (2020) corrobora com esta questão, quando pontua sobre a compreensão do marcador racial ser essencial para o estudo de violência obstétrica, pois sua maior incidência ocorre em mulheres negras:

As mulheres negras recebem menos anestesia na hora do parto em comparação às mulheres brancas. A violência por negligência é maior em relação às mulheres negras, que possuíram maior risco de terem um pré-natal inadequado, falta de vinculação à maternidade, ausência de acompanhante e menos orientação na hora do parto (Marques, 2020, p. 09).

A partir de questões como essa, a presente pesquisa utiliza-se do conceito da interseccionalidade como lente teórica e analítica, para

melhor compreensão sobre o tema da VO. Pois, como bem colocado pelo feminismo negro, é importante pensar a partir da perspectiva de gênero racializado (Lima, Nathália Diórgenes; Cordeiro, Rosineide de Lourdes Meira, 2020). Neste trabalho nos dedicamos a dialogar sobre uma pesquisa qualitativa e documental acerca da violência obstétrica no contexto de Alagoas, mais especificamente a partir do acompanhamento do site do Ministério Público Estadual/AL, por meio de consultas públicas e da análise de uma audiência pública realizada em 27 de março de 2023, na Câmara Municipal de Maceió.

PARTINDO DO FEMINISMO NEGRO

Assim como percorrido por Martha Narvaz e Sílvia Koller (2006), nossas escolhas são um ato político. Nesse sentido, escolher caminhar pelas teorias feministas e torná-las uma ferramenta metodológica para nossos estudos, significa resgatar a “experiência feminina, o uso de análises e de linguagens não sexistas (Eichler, 1988) e o empoderamento dos grupos oprimidos, em especial das mulheres” (Narvaz e Koller, 2006, p. 05). Contudo, ao falar de mulheres e outras pessoas que gestam, é importante compreender que os marcadores sociais de raça, classe, gênero, sexualidade e deficiência, escancaram que estas/es sofrem diferentes tipos de opressões.

Por isso, o enfoque conduzido a partir do conceito de interseccionalidade, fundamentado através do feminismo negro, nos ajuda a compreender a influência do racismo, sexismo, cisheteropatriarcado e do colonialismo, nos corpos-existência das mulheres negras e outras pessoas que gestam, sendo essas/es os grandes alvos atingidos, como destacado por Carla Akotirene (2018), e também as maiores vítimas de violência obstétrica e racismo obstétrico.

No primeiro momento da pesquisa, e concomitante aos estudos teóricos dialogados coletivamente em reuniões semanais, acompanhamos o site do MPE/AL, juntamente ao seu Instagram. A escolha de acompanhar as notícias do MPE/AL, ocorreu devido à campanha e lançamento da cartilha Boa Hora, que teve apoio deste órgão, bem como a realização da audiência pública em 27/03/2024, para debater o tema da violência obstétrica em Maceió. Esta campanha fez parte de um projeto pensado pela promotora de justiça Vitória (pseudônimo), tendo como objetivo compartilhar informações importantes para a prevenção da VO e pelo direito de gestar de todas as pessoas com útero.

Ademais, considerando a relevância política, social e jurídica que o Ministério Público possui na defesa e garantia de direitos individuais e coletivos na sociedade, podendo servir também enquanto um lugar de proteção e denúncia, foi de grande importância realizar o acompanhamento do site para compreender como o debate de VO estava sendo elaborado em Alagoas. As consultas públicas ao site iniciaram-se no mês de outubro de 2023 e terminaram em fevereiro de 2024, e eram realizadas a cada 15 dias. Além disso, foi feito um quadro organizador para registrar as buscas e os resultados encontrados, bem como observações iniciais acerca das notícias. Destacamos apenas as matérias que abordaram especificamente sobre o tema da violência obstétrica e demos preferência às realizadas no ano de 2023 em diante, alinhadas com os objetivos da pesquisa.

Através do Instagram do MP/AL, observamos que as publicações existentes sobre violência de gênero, eram apenas um resumo das matérias do site, surgindo como uma forma de “convite” para ler a matéria na íntegra. Dito isso, as dificuldades encontradas eram devido a escassez do debate específico sobre o tema da violência obstétrica, tanto no site quanto no Instagram.

Observamos que nem mesmo nos 21 dias de ativismo pelo fim da violência contra as mulheres, que vai do dia 20 de novembro – dia da Consciência Negra – a 10 de dezembro – dia Internacional dos Direitos Humanos –, ocorreram atualizações no site ou Instagram. Notamos o tema muito centralizado na figura da promotora de Justiça, o que é curioso, já que ela é uma mulher-mãe. Com isso, levantamos o questionamento sobre quem protagoniza este debate: seria ele exclusivo de mulheres-mães?

No segundo momento, nos dedicamos à análise da audiência pública do MP/AL realizada em 27 de 03 março de 2023 e disponibilizada no YouTube de modo público. Fomos, então, desenvolvendo reflexões organizadas em um outro quadro organizador, visando sistematizar as informações/respostas às seguintes questões: Identificar as disputas conceituais sobre o termo VO na audiência pública analisada; Compreender como a formação de profissionais da saúde é abordada na audiência pública analisada; Analisar os sentidos produzidos para a assistência ofertada no contexto do acompanhamento pré-natal, parto, nascimento, puerpério e situações de abortamento na audiência pública pesquisada; Identificar quais as estratégias de prevenção e responsabilização estão sendo propostas na audiência pública pesquisada e Compreender quem são os sujeitos que gestam, parem e puerperam trazidos e produzidos na audiência pública pesquisada.

UM DEBATE SOBRE VIOLÊNCIA OBSTÉTRICA NA CÂMARA MUNICIPAL DE MACEIÓ/AL

A audiência pública de 27 de março de 2023, realizada na Câmara Municipal de Maceió, convocada pela vereadora Olga e a promotora Vitória, visou dar visibilidade à violência obstétrica (VO) e apresentar o programa Boa Hora, que busca informar gestantes sobre o tema, capacitar profissionais de saúde e alertar a comunidade em geral. O evento reuniu 12 convidados, incluindo profissionais da saúde, do direito e representantes da sociedade civil. Utilizamos pseudônimos para discorrer sobre as falas das/os profissionais, como uma forma de exercitar o cuidado ético com o anonimato de suas identidades.

De acordo com Leite *et al.* (2022), existem dificuldades teóricas e metodológicas impostas a nós, pesquisadoras/es do tema, como a falta de consenso entre as terminologias e definições utilizadas. Consequentemente, isso resulta na complexidade de mensuração do problema, dificultando na identificação e reconhecimento de sua magnitude.

Desse modo, a presença de disputas sobre o conceito da VO ficou exemplificada na fala do professor e Médico-obstetra Augusto, o qual argumenta que, segundo a Federação Brasileira das Associações de Ginecologia e Obstetrícia – FEBRASGO – e a Organização Mundial de Saúde (OMS), o termo “violência obstétrica” é preconceituoso, pois criminaliza apenas médicos/as e enfermeiros/as. Ele expressa receio quanto ao uso do termo, pois parece culpabilizar certas áreas profissionais, como a medicina. No entanto, questionamos se esse descontentamento com o termo não seria uma maneira de se distanciar dos atos que são cometidos e evitar suas possíveis responsabilizações e consequências.

Destarte, o discurso da professora Jane, da Universidade Estadual de Ciências da Saúde de Alagoas (UNCISAL), mulher preta, mãe e enfermeira obstétrica, traduz que a falta de uso do termo “violência obstétrica” contribui para o silenciamento do problema. Ela revela que dentro da maternidade paira a sensação “de que não pode falar o termo”, indicando o receio das/os profissionais e instituições de serem culpabilizadas/os. Assim, afirma a urgência de debater o tema nas instituições, pois como nos lembra Leite *et al.* (2022), uma estrutura inadequada pode ferir a dignidade e privacidade das mulheres e o lugar do não diálogo pode perpetuar mais violências.

Para avançarmos no debate sobre a VO, é necessário entender como a formação de profissionais de saúde é abordada na audiência.

Em consonância com Karina Batista e Otília Gonçalves (2011), é crucial aproximar a formação das/os profissionais das reais necessidades das/os usuárias/os, pois a formação atual ainda não nos prepara adequadamente para oferecer uma atenção integral em saúde, que garante e prioriza o cuidado. Isso pode ser evidenciado através dos relatos de VO emitidos por enfermeiras, médicas e demais mulheres presentes na audiência, que atuam na política e saúde.

Segundo Esmeralda, representante do Sindicato dos/as Médicos/as, “culturalmente o corpo feminino é entendido como um lugar de violência”. Dessa forma, compreendemos a urgência de incluir debates sobre violências de gênero nos processos de educação permanente em saúde, pois isso pode contribuir para o desenvolvimento de um pensamento crítico e humanizado. Muitas vezes, profissionais formados/as e futuras/os profissionais de saúde, não refletem sobre essas questões por falta de acesso a esses debates de modo institucional e formativo. Portanto, promover essas discussões é uma forma de contribuir com o rompimento com esses discursos e práticas.

No entanto, apesar da ausência de uma formação em saúde humanizada poder afetar a prática profissional, não devemos justificar a violência por essa razão. Através da fala de Esmeralda que converge com Batista e Gonçalves (2011), compreendemos que um dos grandes desafios é recuperar esses sentidos perdidos nos espaços de trabalho e nas universidades. A motivação para preencher essas lacunas na formação, possivelmente, é tanto a curiosidade, quanto o enfrentamento direto às situações, que nos impulsionam a criar estratégias de mudança. Surgem nas falas, então, duas perspectivas que pareciam se confundir e/ou entrelaçar: o dever individual enquanto profissional da saúde e o dever das Instituições de Educação.

Entendendo que o nosso processo formativo é contínuo, nós enquanto pesquisadoras e psicólogas em formação, endossamos a fala da defensora pública Esmeralda, porque, de fato, “temos a obrigação de nos capacitarmos enquanto profissionais. Não é porque minha formação não atendeu às práticas devidas que eu vou perpetuar essas condutas”. Com a presença de Esmeralda na audiência, conseguimos identificar mais explicitamente a importância da Educação Permanente em Saúde, pois ela expressa a necessidade da continuidade nos processos de formação das/os profissionais:

[...] a Política Nacional de Educação Permanente em Saúde aparece como uma proposta de ação estratégica para contribuir para a

transformação e a qualificação das práticas de saúde, a organização das ações e dos serviços, dos processos formativos e das práticas pedagógicas na formação e no desenvolvimento dos trabalhadores de saúde. Implica em trabalho intersetorial capaz de articular o desenvolvimento individual e institucional, as ações e os serviços e a gestão local, a atenção à saúde e o controle social (Brasil, 2004, apud Batista; Gonçalves, 2011, p. 03).

Segundo a difusão dessa política e da demarcação da defensora pública citada acima, entende-se que a todo momento há atualizações nas discussões em saúde, surgimento de novos termos, novas estratégias e condutas. Além disso, um outro aspecto pontuado, foi sobre a importância de se pensar uma boa formação e qualificação profissional para investimento no “antes do parir” e assim, atentar-se para a relevância de prevenir e romper com o ciclo da VO anteriormente à chegada na maternidade. Pois, de acordo com a representante da Secretaria Municipal de Saúde e da Rede Cegonha, Solange, “não é na instituição final, ou seja, na maternidade que essa violência vai ser quebrada”, lá “ela tem que estar pronta para parir”.

Para Rezende (2019), o momento do parto inclui as histórias das coisas que não se pode controlar. No entanto, o Estado e a sociedade ainda insistem em tentar assumir o poder sobre o corpo da/o parturiente. Em uma das partes de sua fala, Socorro, Coordenadora do Gabinete da Mulher, comentou sobre uma médica proferir a seguinte pergunta a ela: “Mamãe, o meu plantão vai acabar e você não está evoluindo. Vamos para uma cesárea?” O contexto era um debate sobre desrespeitos e desamparos por parte das/os responsáveis pelo cuidado com as/os parturientes para que tenham uma “boa hora”. Essa fala, nos possibilita dialogar acerca dos sentidos que produzimos ao assistir à audiência no que se refere à assistência no ciclo gravídico-puerperal.

A audiência revelou uma certa desassistência profissional, evidenciada pelas experiências das mulheres-mães presentes e observações das/os profissionais de saúde. Por este motivo, a Enfermeira Obstétrica Esperança afirmou que “o descuido virou rotina e o cuidado uma exceção”, provocando uma reflexão sobre a prática de assistência e acolhimento. A promotora de Justiça, Vitória, ressaltou, no início do vídeo sobre o que, geralmente, toda pessoa com útero escuta antes de parir: “a pior dor é a dor do parto”. Após realizar este comentário, Vitória dispara que, na verdade, “a pior dor é a dor da indiferença”, nos fazendo refletir sobre a solidão e desamparo vivenciados por alguns/algumas usuárias/os no contexto da VO.

Sendo assim, compreendemos que a presença, atenção e cuidado das/os profissionais são essenciais para proporcionar conforto e segurança às/aos parturientes. E essa segurança é construída por meio do compartilhamento de informações desde o pré-natal até o pós-parto, pois, segundo Vitória, “informar é também empoderar”.

Dentro desse contexto, a Vereadora Olga nos convoca a uma reflexão sobre o protagonismo da pessoa gestante diante de seu processo e seu próprio corpo. Ela nomeia também enquanto violência obstétrica essa alienação de informações, entendendo que a VO “não começa no parto, [...] começa quando você é privada, inclusive, de ter informação, de saber o que vai acontecer com a sua vida e com a vida de quem você está gerando” (Vereadora Olga). Lembramos das ideias de Marques (2020, p. 07), que parece exemplificar muito bem essa questão quando discorre que:

[...] um dos fatores mais presentes entre as denúncias de mulheres está a falta de informação e o medo de perguntar sobre os processos que irão ser realizados na hora do parto, o que acaba por leva-las a situações de violações e explorações de seus corpos e de suas dignidades por diferentes membros das equipes de saúde.

Ao decorrer dos posicionamentos das/os profissionais, há uma concordância sobre a VO ainda prevalecer em Maceió, tornando o ambiente hostil para parturientes. Relatos de negligência, como o de Socorro, que desabafa: “me largaram na sala de parto humanizado [...] e eu só tinha 23 anos e não sabia parir”, nos fazem refletir enquanto pesquisadoras, sobre o princípio da humanização estar sendo utilizado apenas como uma espécie de “fachada”. Pois, assim como citado pelo promotor Rian, “tem até cartilha de boas práticas, mas não tem prática humanizada”. Diante dessas circunstâncias, nós ecoamos os questionamentos da enfermeira Esperança: será que as instituições estão de fato sabendo o que é humanização do processo de gestar e parir, ou apenas estão comprando o discurso de parto humanizado, fingindo que o proporcionam?

Quanto ao cuidado à pessoa gestante em situações de aborto, apenas a Enfermeira Jurema mencionou essa temática. Representando o Sindicato das/os Enfermeiras/os, destacou a importância de considerar o contexto social de cada pessoa e afirmou que ignorar essa questão, é também uma forma de violência. Compreendemos essa afirmação quando resgatamos as produções de Nathália Diórgenes (2020), que relaciona o aborto aos direitos reprodutivos, enfatizando o impacto

desproporcional nas mulheres negras. Logo, a criminalização do aborto leva à prática clandestina, refletida na pesquisa “Nascer no Brasil 2”, de 2022, coordenada pela Escola Nacional de Saúde Pública (ENSP-Fiocruz), que mostra uma taxa de mortalidade materna de 46,56 para mulheres brancas e 100,38 para mulheres negras por 100 mil nascidos vivos.

Assim, entendendo que a VO é também uma violência institucionalizada, compreendemos a importância de traçar estratégias de prevenção e responsabilização para romper com o seu ciclo. Através da audiência, conseguimos identificar de que forma esses aspectos vêm sendo propostos e pensados para o enfrentamento da VO. A fala do promotor Rian, sugere que comecemos a “desmistificar as instituições” e responsabilizá-las, no sentido de cobrá-las, bem como aos órgãos públicos também. Com isso, observamos um certo receio entre as/os profissionais de até mesmo propor algumas estratégias, porque isso implicaria em, talvez, nomear culpadas/os.

Nesse sentido, o posicionamento do obstetra Augusto nos convida a descentralizar o enfoque na medicina e refletir sobre o lugar e responsabilidade das/dos demais profissionais da saúde no contexto da VO. É importante pontuar que, na audiência, estavam presentes apenas médicas/os, enfermeiras/os e outras pessoas que trabalham nas esferas políticas. A ausência de profissionais da psicologia – principalmente –, nos gerou um estranhamento e denuncia o não-lugar dessa e outras áreas no cuidado com a pessoa gestante.

Além disso, através da presença de Conceição, representante da Associação das Mulheres Negras de Alagoas, foi destacado a importância de entender o que motiva as/os profissionais a cometerem VO, afirmando que discutir apenas os sintomas da violência, não soluciona o problema. Isto significa que é crucial abordar as causas para avançarmos na prevenção e responsabilização, inclusive, cobrando ações das autoridades e órgãos públicos. Conceição enfatizou a necessidade de exigir mudanças dos poderes executivo, legislativo, judiciário e refletirmos sobre quem estamos elegendo. Pois, as escolhas de representantes comprometidos/as com essas pautas, faz diferença.

No decorrer da audiência, alguns e algumas profissionais expressaram o desejo de haver mais maternidades e casas de parto em Maceió, principalmente na parte alta – que concentra grande parte da população periférica da cidade. Isso ajudaria na prevenção da peregrinação, isto é, no deslocamento das/os gestantes entre hospitais com o intuito de buscar atendimento, uma das expressões da VO (Marques, 2020).

No que se refere às interseccionalidades, Diórgenes (2023) destaca que o racismo naturaliza a violência contra meninas e mulheres negras, expondo-as a maiores riscos. A partir disso, compreendemos o porquê dos relatos de mulheres-mães-negras que sofreram VO incluírem, também, experiências de racismo. Nesse sentido, Maria, representante da sociedade civil, mulher preta e jornalista, é a única a pontuar na audiência sobre a importância da interseccionalidade para a discussão da VO. Ela chama atenção para a aplicação desse conceito na prática, afinal, isso relaciona-se com os inúmeros momentos em que é também pontuado sobre o recorte de classe. Devido a isso, Maria afirma que “discutir qualquer tipo de violência social hoje, onde você não faz o recorte da interseccionalidade, você não tá atendendo todo mundo, você não tá atendendo as mulheres que estão na margem”.

Logo, a interseccionalidade nos convida a repensar o tratamento recebido por mulheres negras, indígenas, quilombolas, pessoas LGBTI+ e com deficiência, na saúde e em outras políticas públicas. Marques (2020, p. 09) denuncia que essas pessoas possuem “maior risco de terem um pré-natal inadequado, falta de vinculação à maternidade, ausência de acompanhante e menos orientação na hora do parto”.

Contudo, é interessante observar quem são os sujeitos que gestam, parem, puerperam e abortam trazidos na audiência, principalmente, a partir da ausência de algumas discussões e de alguns corpos. Assim, com base na fala de Conceição quando ela diz que “se homem embuchasse, o tratamento seria diferente”, podemos interpretar que as pessoas gestantes em questão, são, na verdade, corpos de mulheres cis e heterossexuais. Consonante a isso, notamos a falta de pessoas LGBTI+ convidadas para o momento. E isso refletiu no não debate acerca da VO atrelada às questões de sexualidade, aparentando a existência de um não lugar de mulheres bi, lésbicas, homens trans e pessoas não binárias no gestar, parir, puerperar e abortar.

Além disso, o silêncio acerca do ciclo gravídico-puerperal de mulheres indígenas, quilombolas e com deficiência, nos chama atenção. Em razão de Alagoas ser conhecida como “Terra de Zumbi e Dandara” e possuir 11 comunidades indígenas espalhadas em seu território, consideramos a ausência do debate sobre a saúde dessas mulheres, como mais uma forma de marginalização desses corpos que vêm há anos lutando contra o apagamento e esquecimento de seu povo, apagamento esse incentivado pelo colonialismo.

BREVES CONSIDERAÇÕES

Os resultados apontam para as múltiplas e complexas camadas que envolvem o enfrentamento da violência obstétrica e para a relevância de políticas públicas intersetoriais e interseccionais. Ademais, torna-se relevante identificar, entender e enfrentar os fatores que incidem sobre o exercício da VO e fomentar a emancipação e autonomia das pessoas que sofrem com essa violação. Para tanto, evidencia-se a necessidade de uma formação e educação permanente em saúde crítica, situada, racializada, genderizada e voltada para a garantia e promoção dos direitos humanos de todas as pessoas e coletivos.

Diante do exposto, observamos que as questões que envolvem a violência obstétrica precisam de um olhar crítico, situado e apto para entender os múltiplos cenários onde ela está presente, as diversas formas que ela se apresenta, os motivos de estar sendo reproduzida e quem são os sujeitos e sujeitas que sofrem com essa injustiça.

Através do acompanhamento do site do MPE/AL e da análise da audiência pública, compreendemos que ainda precisamos avançar na discussão e no combate à violência obstétrica. Por outro lado, acreditamos que a audiência se mostrou como uma abertura ao debate sobre o tema, não só no contexto de Maceió, como também para todo o estado de Alagoas. Anteriormente, a discussão encontrava-se limitada e centralizada na voz da promotora de Justiça Vitória e, nessa audiência, apesar de sentirmos falta da presença de profissionais de outras áreas da saúde para além da medicina e enfermagem, foi fundamental ouvir outras vozes e ver outros rostos discutindo sobre VO em Maceió.

O trabalho do cuidado é entendido como um destino nosso – de todas as mulheres –, mas ainda existem aquelas que rejeitam *bem conhecida receita*, pois entendem *que tudo pode mudar*, como canta Francisco, el Hombre em “Triste, Louca ou Má”. Logo, ser um corpo que existe entre tantos recortes, é como caminhar constantemente entre alegrias, dores, luto e luta.

Damos corpo a essa pesquisa buscando que aquelas que desejarem maternar não sejam violentadas e acreditando que, juntas, é possível obter mais fôlego para encarar as batalhas e construir novas possibilidades de diálogo. Além disso, compreendemos a relevância de pesquisar sobre um tema historicamente tão silenciado e que, pouco a pouco parece que vem ganhando um lugar de visibilidade, diálogo e destaque em Maceió/AL. E assim, honramos aquilo que Elza Soares canta em “Mulher do fim do mundo”: “minha voz uso pra dizer o que se cala”.

REFERÊNCIAS

AKOTIRENE, Carla. O que é interseccionalidade? Belo Horizonte: Editora Letramento, 2018.

BATISTA, Karina Barros Calife; GONÇALVES, Otília Simões Janeiro. Formação dos profissionais de saúde para o SUS: significado e cuidado. *Saúde e Sociedade*, v. 20, p. 884-899, 2011. [s.l: s.n.]. Disponível em: <<https://www.scielo.org/pdf/sausoc/2011.v20n4/884-899/pt>>. Acesso em: 18 jul. 2024.

CÂMARA Municipal de Maceió. Audiência Pública 27/03/2023. 2023a. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=L6xN0X-FBato>>. Acesso em 18 jul. 2024.

DEBERT, Guita Grin; GREGORI, Maria Filomena. Violência e gênero: novas propostas, velhos dilemas. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 23, n. 66, 2008. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/rbcsoc/a/HpSYn9QgsGqLZYZHvyjTgRh/?lang=pt&for>>. Acesso em: 18 jul. 2024.

DINIZ, Simone Grilo; SALGADO, Heloisa de Oliveira; ANDREZZO, Halana Faria de Aguiar; CARVALHO, Paula Galdino Cardin de; CARVALHO, Priscila Cavalcanti Albuquerque; AGUIAR, Cláudia de Azevedo; NIY, Denise Yoshie. Violência Obstétrica como Questão para a Saúde Pública no Brasil: Origens, Definições, Tipologia, Impactos sobre a Saúde Materna, e Propostas para sua Prevenção. *Journal of Human Growth and Development*, v. 25 n. 3, 2015. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S0104-12822015000300019. Acesso em: 19 fev. 2024.

LEITE, Tatiana Henrique; MARQUES, Emanuele Souza; ESTEVES-PEREIRA, Ana Paula; NUCCI, Marina Fisher; PORTELLA, Yammê; LEAL, Maria do Carmo. Desrespeitos e abusos, maus tratos e violência obstétrica: um desafio para a epidemiologia e a saúde pública no Brasil. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 27, 2022. Disponível em <<https://www.scielo.br/j/csc/a/vWq9rQQg8B8GhcTb3xZ9Lsj/?format=pdf&lang=pt>>. Acesso em 18 jul. 2024.

LIMA, Nathália Diórgenes Ferreira; CORDEIRO, Rosineide de Lourdes Meira. Aborto, racismo e violência: reflexões a partir do feminismo negro. *Revista Em Pauta: teoria social e realidade contemporânea*, v. 18, n. 46, 2020. Disponível em <<https://www.e-publicacoes.uerj.br/re->

vistaempauta/article/view/52010/34465>. Acesso em 18 jul. 2024.

MARQUES, Silvia Badim. Violência obstétrica no Brasil: um conceito em construção para a garantia do direito integral à saúde das mulheres. Cad. Ibero-amer. Dir. Sanit., Brasília, v. 9, n.1, jan./mar., 2020. Disponível em:<<https://www.cadernos.prodisa.fiocruz.br/index.php/cadernos/article/view/585>>. Acesso em 18 jul. 2024.

MIGUEL, Luis Felipe. Carole Pateman e a crítica feminista do contrato. Revista Brasileira de Ciências Sociais, v.32, n.93, 2016. Disponível em <<https://www.scielo.br/j/rbcsoc/a/Z8RkRcXTyxwPPMzwQ-CBKmrx/>>. Acesso em 18 jul. 2024.

Ministério Público de Alagoas. Disponível em <<https://www.mpal.mp.br/>>. Acesso em 19 jul. 2024.

Ministério Público de Alagoas. Cartilha Boa Hora. Disponível em<<https://www.mpal.mp.br/wp-content/uploads/2023/03/CARTILHA-A-BOA-HORA.pdf>>. Acesso em 18 jul. 2024.

MOMBAÇA, Jota. Não vão nos matar agora. Editora Cobogó: Rio de Janeiro, 2021.

NARVAZ, Martha Giudice; KOLLER, Sílvia Helena. Metodologias feministas e estudos de gênero: articulando pesquisa, clínica e política. Psicologia em estudo, v. 11, n. 3, 2006. Disponível em <<https://www.scielo.br/j/pe/a/NGxfm9MK4wBdpJ7twQzvfYM/?lang=pt>>. Acesso em 18 jul. 2024.

REZENDE, Claudia Barcellos. Histórias de superação: parto, experiência e emoção. Horizontes Antropológicos, v. 25, n. 54, 2019. Disponível em <<https://www.scielo.br/j/ha/a/NSDMtYj5ctPDgydTqCcKCX-D/?lang=pt&format=html>>. Acesso em 19 jul. 2024.

PRÁXIS PSI, INTERSECCIONALIDADE E VIOLÊNCIA OBSTÉTRICA: UM DIÁLOGO POSSÍVEL?

Telma Low Silva Junqueira¹
Ketley Maria da Silva de Souza²
Letícia Ferreira Acioli³

NOSSO PONTO DE PARTIDA...

Somos estudantes em formação e profissionais da psicologia, feministas, oriundas do nordeste do Brasil e muito interessadas pelos temas que envolvem as políticas públicas com enfoque nas questões de gênero, cor/raça, classe, território, sexualidade etc. desde a perspectiva interseccional, interdisciplinar e intersetorial. Dedicamo-nos neste artigo a dialogar sobre a exploração da temática de Violência Obstétrica (VO), sua conceitualização, definições e implicações. Para tanto, é indispensável compreender as dinâmicas das relações de gênero no contexto social no qual nos inserimos, assim como os tentáculos do patriarcado que permeiam estas relações e as faces das violências contra as mulheres.

A violência obstétrica é considerada uma violação dos direitos sexuais, reprodutivos e humanos comumente configurada por intermédio de condutas apropriativas e desumanizadoras do processo reprodutivo (Tatiana Henrique Leite; Emanuele Souza Marques; Ana Paula Esteves-Pereira; Marina Fisher Nucci; Yammê Portella; Maria do Carmo Leal, 2022).

Ao abordar a violência obstétrica nos espaços de formação, a tendência é que as/os profissionais de saúde, estudantes e educadoras/es possam se informar, sensibilizar e se conscientizar sobre a existência desse problema. Tal processo é, contudo, perpassado por diversos impasses, haja vista a falta de consenso e as disputas geradas em torno da definição da violência em questão (Leite *et al.*, 2022) e do enraizamento de práticas assistenciais abusivas dentro da oferta de saúde com a pers-

1 Professora Adjunta da Graduação e Pós-Graduação em Psicologia do Instituto de Psicologia da Universidade Federal de Alagoas.

2 Graduanda do curso de Psicologia do Instituto de Psicologia da Universidade Federal de Alagoas.

3 Graduanda do curso de Psicologia do Instituto de Psicologia da Universidade Federal de Alagoas.

pectiva patriarcal predominante no saber biomédico (Trajano e Barreto, 2021). Reconhecer os imbróglis no processo de estudo sobre a violência obstétrica é fundamental para compreender situações de condutas violentas e tomar medidas para preveni-las.

Em consonância com Simone Grilo Diniz (2015), propor a discussão sobre violência obstétrica como multifacetada e imbuída de recortes sociais propicia a visibilidade do tema, e, por conseguinte, a promoção da saúde materna e de outras pessoas com útero para além de mulheres brancas cisgêneras, tendo em vista a maior incidência de agravantes consonantes a tal modelo de violência em mulheres negras (Marques, 2020).

É necessário buscar por um compromisso ético-político que vai além de uma categorização universal do que significa ser Mulher e Maternar, e discutir a temática sob o prisma da interseccionalidade, a fim de capturar as repercussões estruturais e interativas da violência obstétrica quando levadas em conta as opressões sofridas por pessoas gestantes, parturientes, que vivenciam situações de abortamento e puérperas dentro do contexto racista e discriminatório que a sociedade brasileira se situa (Assis, 2018).

Destarte, objetivamos no presente projeto destrinchar como essa temática e suas respectivas implicações estão sendo entendidas pelo principal órgão de regulamentação da profissão de Psicologia no Brasil, o Conselho Federal de Psicologia. A profissão de psicologia destaca-se por ser uma área composta majoritariamente por mulheres, correspondendo a 84% dos registros ativos, dado levantado pelo portal de transparência do CFP (2024).

Sendo assim, é de suma importância que haja ações proporcionando o debate reflexivo, ético, político e pedagógico sobre as condições das mulheres na sociedade, levando em consideração a própria diversidade dos movimentos feministas, das demandas e insurgências e os diversos cenários de atuação da profissão. Portanto, é importante questionar se o debate é feito de maneira interseccional, ou seja, se leva em consideração a pluralidade das formas de vida, e se reconhece a importância da visibilização do problema para as práxis da psicologia nos espaços de atenção à saúde.

OS CAMINHOS PERCORRIDOS

O conceito de fazer ciência ainda é bastante questionável e disputado nos campos acadêmicos; utilizar de epistemologias feministas para

construir, emancipar e produzir conhecimento carrega consigo deslegitimação por aquelas/es que insistem em hierarquizar o conhecimento científico positivista como único legítimo de “verdades” e manter a “associação hegemônica entre masculinidade e pensamento científico” (Bandeira, 2008, p. 210). No campo da saúde materno-infantil também não é diferente, ainda existe um entendimento hegemônico de que o ciclo gravídico-puerperal diz respeito apenas às mudanças biofisiológicas e não são levados em consideração outras dimensões que abrangem o processo e que dizem respeito às categorizações biopsicossociais.

Para entendermos as implicações que a psicologia possui com a discussão sobre VO, realizamos uma pesquisa documental com o acompanhamento das ações de domínio público do Conselho Federal de Psicologia/CFP sobre o tema da violência obstétrica ao longo de 2023. A partir disso, sistematizamos essas informações num quadro organizador com os seguintes descritores: Violência Obstétrica; Mulheres; Violência de Gênero; Parto; Gênero; Direitos Sexuais e Reprodutivos e Gravidez.

Também analisamos a gravação do “Germinário Mulheres, Psicologia e Enfrentamento às Violências”, que ocorreu no marco do 6º Congresso Brasileiro Psicologia: Ciência e Profissão, em 12 de novembro de 2022, em São Paulo. Além da gravação, o Conselho Federal de Psicologia disponibilizou o Germinário no formato de livro em PDF, o que facilitou nosso trabalho e dispensou uma eventual transcrição do evento. Interessou-nos dialogar sobre como a psicologia tem se implicado na e com a temática da VO, a partir de 5 eixos principais: disputas conceituais sobre o termo violência obstétrica; formação de profissionais psi; assistência ofertada no contexto do ciclo gravídico-puerperal; estratégias de prevenção e responsabilização; e quem são os sujeitos e sujeitas que gestam e porem trazidas/os no germinário.

Fundamentamo-nos no Feminismo Negro Interseccional como referencial teórico-metodológico, o que nos permite identificar, através da interseccionalidade, conceituado por Kimberlé Crenshaw (2002), as pluralidades das formas de vida, como as relações de poder se inter cruzam e suas implicações na saúde reprodutiva. A partir das reflexões da autora e embasadas por Patricia Hill Collins (2021), tomamos esse conceito como categoria analítica das relações que estruturam a sociedade, vislumbrando pensar: quais são as mulheres que são evidenciadas quando o assunto é saúde reprodutiva, violência obstétrica, violência patrimonial, violência sexual etc.? O que se entende por ser/tornar-se mulher não é uma categoria universal. Estamos falando de mulheres,

no plural, considerando suas diferentes raças, idades, situações de vulnerabilidades sociais, classes, regionalidades, sexualidade, entre outros marcadores.

APONTAMENTOS SOBRE VIOLÊNCIA OBSTÉTRICA NO CONTEXTO DO CFP: DIÁLOGOS, QUESTÕES E DISPUTAS

O acompanhamento das ações de domínio público do CFP aconteceu durante o ano de 2023 entre os meses de setembro e dezembro. Ao total foram levantados 53 documentos em um quadro organizador, onde 45 foram excluídos por não serem do ano de 2023 e 9 incluídos. Essa sistematização apontou que pouco parece ser discutido sobre VO nos meios de comunicação e divulgação do CFP: apenas 1 documento nomeava o fenômeno, mas sem aprofundamento, porém não correspondia ao ano de 2023.

A pesquisa identificou que o CFP parece bastante implicado no debate sobre direitos das mulheres, violência de gênero, direitos sexuais e reprodutivos. Tal afirmação se baseou nos documentos encontrados sobre as temáticas, onde evidenciamos um esforço do órgão em criar mecanismos e estratégias de enfrentamento à violência contra as mulheres (VCM). No que tange ao descritor “Mulheres”, encontramos um total de 4 documentos. No caso de Violência de Gênero, pesquisamos 2 documentos, e Direitos Sexuais e Reprodutivos 3 documentos. Em um dos documentos analisados no Instagram, o CFP traz dados importantes do Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP) elucidando que em 2022 houve aumento do índice de violência contra a mulher com acréscimo de 6,1%, com o óbito de 1.437 mulheres. Ainda reitera uma atuação ligada ao código de ética e aos direitos humanos. (CFP, 2023. “Violência Contra a Mulher”. Instagram, 25 de novembro de 2023).

Valeska Zanello, uma das pesquisadoras convidadas, ressalta em sua fala no Germinário a importância de compreender o patriarcado como totalmente atrelado ao capitalismo, e acrescentamos aqui também ao racismo, pois não é uma entidade metafísica, que surge naturalmente. Muito pelo contrário, é uma construção sócio-histórico-política que serve para a manutenção da geração do capital branco racista:

O capitalismo funciona em cima da divisão sexuada do trabalho. Isso é importante também. Pelo fato de algumas pessoas serem vistas como portadoras de útero, como podendo gerar e parir, a elas

foi atribuído o cuidar. O cuidar foi naturalizado através de um discurso, considerado “científico” na época, e que criou o “instinto materno”. Isso ocorreu no século XVIII. O instinto materno é uma ideologia e podemos ver isso em estudos transculturais ou dentro da própria história da transformação da maternidade (Germinário, 2024, p. 47).

A psicóloga Luana Alves, outra convidada, destaca que o capitalismo valoriza o trabalho produtivo como fonte de riqueza, mas isso só é possível porque o trabalho não remunerado e invisível das mulheres, cuidando das crianças e do lar, sustenta essa produtividade. Ela também destaca o papel do Estado no desmonte de políticas sociais, o que agrava a sobrecarga das mulheres.

Ficamos atentas à não articulação, nas narrativas citadas, à questão étnico-racial. Pois, como apontam teóricas feministas negras como Lélia Gonzalez, Sueli Carneiro, Carla Akotirene, Djamilia Ribeiro, Conceição Evaristo e tantas outras intelectuais, ao pensar sobre o patriarcado e questões de gênero no Brasil, é necessário interseccionar com o racismo, capitalismo e outros sistemas de opressão. Pois, como afirma Lélia Gonzalez (2020, p. 145): “a discriminação de sexo e raça faz das mulheres negras o segmento mais explorado e oprimido da sociedade brasileira”.

Dia 28 de março marca a luta internacional pela saúde das mulheres e a redução da mortalidade materna no âmbito nacional. O CFP também fez uma postagem no Instagram sobre os cuidados à saúde dessa população e o fortalecimento das políticas públicas para garantir maior proteção às mulheres e reduzir a mortalidade materna. Natália Cordeiro, ativista e pesquisadora feminista de Pernambuco ressalta que:

A forma como as discriminações são expressas também se baseia nos estereótipos que hierarquizam e desqualifica determinados grupos sociais em razão de marcadores sociais que os caracterizam. Tais estereótipos estão presentes em diversos âmbitos da vida social e, assim como a discriminação, permeiam as próprias instituições e são reproduzidas por elas (CEPAL, 2016 *apud* Natália Cordeiro, 2023, p. 16).

Conforme os dados do Painel de Vigilância da Saúde Materna e Observatório Obstétrico, houve 1.370 óbitos maternos em 2022 (Talita Rodrigues; Cristina Lima; Déborah Guaraná; Luiza Morgado, 2023). As autoras pontuam que, na América Latina, mais de 28 mil mulheres morrem anualmente por complicações na gravidez, parto ou puerpério.

Outro dado destaca a ineficiência na adesão ao pré-natal. Segundo o Boletim Epidemiológico “Saúde da Mulher Brasileira”, houve uma redução de 30% na quantidade de mulheres com pré-natal inadequado entre 2014 e 2021. No entanto, 70% dessas ainda são negras (Rodrigues; Lima; Guaraná; Morgado, 2023).

Esses dados mostram que certos corpos, especialmente de mulheres pretas, pardas e indígenas, são mais vulneráveis à violação de direitos sexuais e reprodutivos, incluindo a VO. Enquanto o pré-natal melhorou para mulheres brancas, piorou para mulheres de outras etnias, sugerindo uma necropolítica que atravessa a assistência na saúde das mulheres (Rodrigues; Lima; Guaraná; Morgado, 2023). Interrogamos sobre como a psicologia tem se aproximado desse debate e atuado na promoção da saúde mental dessas mulheres e das pessoas em seu entorno. De modo que parece essencial que o CFP priorize essa questão, para que profissionais reconheçam a VO como violação dos direitos humanos e se dediquem a considerá-la no contexto de suas práxis.

Uma importante conquista para a promoção da saúde das mulheres e de outras pessoas com útero foi a nova lei de 2023 que garante assistência psicológica a gestantes e puérperas. O documento “Saúde da mulher: nova lei garante assistência psicológica a gestantes e puérperas”, foi tema de matéria no site do CFP, destacando a relevância de reconhecermos os impactos na saúde mental das pessoas que vivenciam o ciclo gravídico-puerperal, promovendo humanização e suporte.

O CFP celebra a promulgação da lei e cita dados da Fiocruz, em que 26,3% das mulheres brasileiras são afetadas por sintomas de depressão no puerpério. Além disso, traz dados produzidos pela Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca (Ensp/Fiocruz), que identifica fatores como gravidez não planejada, baixa condição socioeconômica e uso de substâncias lícitas, como associados à depressão. Laís Nicolodi, outra convidada do Germinário, traz uma fala interessante para pensar como a psicologia, enquanto ciência e profissão, precisa se dedicar e disputar essas pautas:

[...] toda vez que disputamos essas pautas da importância de se falar sobre a violência contra a mulher e do patriarcado, na análise do comportamento, estamos fazendo uma ciência política porque, afinal de contas, não existe ciência neutra (Germinário, 2024, p. 96).

A análise parte do pressuposto de que a psicologia, sendo uma ciência que se situa entre as fronteiras das ciências sociais, humanas e

da saúde, não deve adotar posturas de neutralidade científica, que se funda na ciência positivista ocidental, não contribuindo, portanto, com a erradicação de problemas de saúde pública, como a VO. Ao contrário, a formação em psicologia deve incidir para uma análise da supremacia patriarcal e masculinista racista e capitalista, que causa adoecimentos e desumanização, especialmente por meio da violência institucional contra gestantes, parturientes, puérperas e pessoas que vivenciam situações de abortamento.

Darlane Silva Vieira Andrade é incisiva ao discorrer sobre a ciência psicológica em seus primórdios e como a mesma é atravessada até hoje pela lógica patriarcal:

Na nossa cultura patriarcal e misógina, as funções de cuidado são vistas como socialmente femininas e, portanto, desvalorizadas. A feminização da Psicologia vai por este caminho. A Psicologia se consolida como ciência e profissão a partir do fazer dos homens cientistas, dos clínicos, dos que atuaram nas indústrias e outros contextos que até então as mulheres não chegavam, ou quando estavam lá, não eram visibilizadas, pois exerciam papéis secundários (Germinário, 2024, p. 85).

Desde o século XXI, graças aos movimentos feministas, a VO foi concebida nas políticas públicas no campo da saúde a fim de contribuir com a humanização do cuidado em saúde no ciclo gravídico-puerperal. Ainda que a discussão e reconhecimento da VO tenha avançado nos últimos anos, a questão do abortamento e pós abortamento segue tendo um não-lugar nesses debates (Coletivo Margarida Alves, 2020). O saber biomédico e instrumentalista no campo da saúde reprodutiva carrega concepções moralistas e reducionistas apoiadas por ideologias estruturais de dominação.

A apropriação do conhecimento obstétrico pelos médicos levou à institucionalização do parto e promoveu o chamado “pessimismo fisiológico”. Por meio dessa concepção, a mulher é vista como inferior ao homem intelectualmente, mais frágil, voltada para o papel social da reprodução (Amanda Reis Trajano; Edna Abreu Barreto, 2021, p. 04).

Essa compreensão reflete na fala da convidada Geíse Pinheiro Pinto, que destaca o que se entende por instituições e que estas não são neutras e descoladas do tecido social. Muito pelo contrário, são compostas, construídas e reproduzidas por seres humanos em um dado

contexto histórico, ou seja, num mundo onde se acredita que o lugar da mulher é o da subserviência aos papéis de gênero (Germinário, 2024).

Como não re-produzir essas noções patriarcais, racistas e liberais no contexto da psicologia? Como construir uma ciência e profissão que promova saúde e direitos humanos de todas as pessoas, em especial daquelas com útero? A Psicologia é influenciada pela diversidade e pelos movimentos sociais, e possui epistemologias variadas que incidem na construção de nossa práxis. Na discussão sobre VCM, enfrentamos entraves, negacionismo e lógicas que perpetuam a dominação masculina.

No Brasil, a própria Política de Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres aponta diretrizes para uma práxis que contribua com a emancipação das mulheres, são elas “autonomia; igualdade no mundo do trabalho e cidadania; educação inclusiva e não sexista; saúde das mulheres, direitos sexuais e direitos reprodutivos; e, enfrentamento à violência contra as mulheres” (Brasil, 2011). Em uma das falas de Glória Maria Machado Pimentel é dito que a VCM atravessa qualquer uma de nós, podendo acontecer com profissionais de psicologia, colegas da faculdade etc. Todas seremos marcadas pelo gênero, vulnerabilizadas e fragilizadas em um algum momento da vida.

Precisamos falar sobre a desigualdade e a violência que nos assola para construir estratégia política que evidencie a pluralidade das mulheres, no âmbito da segurança pública, da arte e da cultura, do esporte e do lazer, da saúde, da assistência social, do planejamento urbano, da mobilidade urbana, da economia, da moradia e da habitação, dos direitos humanos (Germinário, 2024, p. 43).

Portanto, a produção de epistemologias feministas e antirracistas, a presença de mulheres em cargos de poder, o reconhecimento das armadilhas patriarcais e raciais, como o mito do amor romântico e a solidão da mulher negra, a queda na natalidade, e a autonomia das jovens são reflexos de denúncias e reivindicações, tanto no macro quanto no microestrutural. Essas mudanças geram novas ondas feministas, mas também afetam setores conservadores, como evidenciado pelo aumento das violências e das disputas. Darlane Silva Vieira Andrade desenvolve essa questão, afirmando que:

Alcançamos direitos, mas, depois, nos puxam nosso tapete. Nestes espaços, as mulheres são mais vulneráveis a sofrerem diversos tipos de violência, desde o assédio à violência física, convivemos com diferenças salariais e outras formas de precarização do trabalho, além de termos duplas jornadas porque a função do cuidado socialmen-

te ainda sobrecarrega as mulheres, sobretudo as mulheres negras (Germinário, 2024, p. 08).

Natália Cordeiro (2023) revela dados de 2022 do FBSP destacando a existência de 699 vítimas de feminicídio no primeiro semestre. Entre 2009 e 2019, o homicídio de mulheres negras aumentou 2%, enquanto o de mulheres não negras caiu para 26,9%. Ela pontua que, segundo o Atlas da Violência (IPEA; FBSP, 2024), em 2022, mulheres negras foram 66,4% das vítimas de homicídios registrados, totalizando 2.526 casos. A taxa de homicídios para mulheres negras foi de 4,2 por 100 mil, em comparação a 2,5 para mulheres não negras, indicando maior probabilidade de homicídio para mulheres negras.

Esses dados apontam para uma questão de saúde pública, que como afirma Valeska Zanello (2024) precisa combater o vetor de tais violências, que perpassam pela construção racializada de gênero baseados na supremacia masculinista branca. Tais concepções adoecem não somente os próprios homens, mas principalmente as mulheres negras, já que são elas que possuem a negação da humanidade em si mesmas. Laís Nicolodi converge com o que a Valeska Zanello traz sobre as afetações dos homens nesse sistema:

Todas as vezes que aparece o sofrimento psíquico das mulheres no consultório, o sofrimento psíquico de homens que adoecem também com padrões de masculinidade ultraviolentos, estamos tendo, no material, na nossa clínica, o político. O sofrimento psíquico é político. Toda essa violência (Germinário, 2024, p. 96).

Por outro lado, Glória Maria Machado Pimentel traz a complexidade de discutir sobre a VCM com os homens, já que as disputas de narrativas são inerentes. Existe o negacionismo dessas questões, na tentativa, em última instância, de fazer com que permaneça o *status quo*:

Não é prioridade, nem existe essa necessidade específica de criar um momento para dizer aos homens: “você foram violentados também, porque foram colocados em um lugar onde você têm que dominar, você não precisa ocupar esse espaço perverso de dominação das mulheres”. Não obstante, esse processo de conscientização dos homens também é feito, mas com muito menos força porque, para eles, para os homens aceitarem essa realidade vai ser muito mais difícil do que para nós mulheres compreender a realidade numa perspectiva na qual nós não somos lixo (Germinário, 2024, p. 100).

Embora a fala de Glória seja crucial para refletir sobre mudanças estruturais e a erradicação da VCM, destacamos que há movimentos de homens que apoiam e reconhecem a relevância das lutas e conquistas feministas, baseiam-se em epistemologias feministas e buscam transformar o contexto social, o que representa um avanço significativo.

Valeska Zanello destaca que, embora haja ampla produção científica sobre violência contra mulheres cisgêneras, é essencial incluir interseccionalidades, pois mulheres trans também enfrentam transfeminicídio, um fenômeno que requer investigação para políticas públicas e direitos humanos.

Contudo, Darlane Silva Vieira Andrade levanta um dado sobre a inserção de mulheres nos espaços dos sistemas conselhos de Psicologia, aqui ela aborda a importância da diversidade, incluindo mulheres negras, trans, lésbicas, com deficiência. E ressalta a gestão de 2022, que foi presidida pelas nordestinas Ana Sandra Fernandes Nóbrega e Alessandra Almeida, essa última uma mulher negra que atuou como conselheira durante esse ano.

É importante combatermos, além do sexismo, o racismo e outras desigualdades como a LGBTfobia, o etarismo, o capacitismo, o preconceito em relação à localização/território/região, a xenofobia, para que todas as mulheres tenham o direito de estarem ocupando espaços (Germinário, 2024, p. 89).

Laís Nicolodi no Germinário traz um dado muito importante para ampliar as noções de interseccionalidades quando vai dizer que as mulheres deficientes são as que compõem 10,3% das vítimas de estupro e 12,2% das vítimas de estupro coletivo, segundo os dados de 2018 do IPEA e do FBSP. No contexto do Brasil, a raça é um determinante fundamental para pensarmos a desumanização das mulheres, pois dados nos mostram o quanto vulneráveis estão em diversas dimensões. A psicóloga Glória Maria Machado Pimentel relata o descaso que sofreu ao vivenciar esse processo em sua vida:

[...] e como a maioria das mulheres negras que abortam, fui vítima de violência obstétrica. O atendimento foi altamente agressivo e violento. A mulher fica jogada, a espera nos corredores, sem muita informação, porque você abortou!!! Ninguém sabe se foi porque você quis (o que não seria menos sofrido) ou se não foi pela sua vontade, mas você é penalizada com o descaso, falta de atenção e acolhimento das instituições de saúde (Germinário, 2024, p.75).

O combate à VO ganhou destaque nas reivindicações feministas, com foco no pré-natal, parto e puerpério e situações de abortamento. No entanto, parece que existem ainda mais barreiras ao pensar o tema no contexto de abortamento e pós-abortamento. Pois, há uma lógica de punição, onde profissionais de saúde negligenciam, causam longas esperas, negam medicamentos e usam procedimentos obsoletos, como a curetagem, vulnerabilizando ainda mais as pessoas que necessitam de um cuidado integral e não de procedimentos que as desumanizam (Coletivo Margarida Alves, 2020).

A maternidade compulsória se torna, portanto, um dos principais meios de controle do corpo das mulheres, o que acaba incidindo na punição das mulheres que subvertem essa lógica do corpo parideiro e da função social do cuidado. Darlane Silva Vieira Andrade (CFP, 2024) aponta que existe uma pluralidade do que se entende por mulheres, rompendo com qualquer dogma universalizante. Esse cenário contribui seriamente para o nosso adoecimento, aliás, a sobrecarga do cuidado desafia a autonomia de ocupar outros espaços, forçando-nos à limitação de uma vida.

TECENDO (IN)CONCLUSÕES

Os resultados da nossa pesquisa apontaram que as convidadas do germinário trouxeram uma perspectiva feminista nas suas discussões, evidenciando a relevância de profissionais psis se manterem atentas/os e críticas/os diante da temática. Porém, apesar da perspectiva da interseccionalidade ter sido trazida, questionamos se o foco do debate se deu no gênero hierarquizando-o frente aos demais marca-dores sociais.

O CFP reconheceu como a supremacia masculina, machista e misógina está presente na sociedade, convocando a psicologia a se implicar em estratégias de enfrentamento e prevenção da violência contra as mulheres, contribuindo com/para uma práxis psi transformadora. No que se refere aos direitos sexuais e reprodutivos, a descriminalização do aborto é vista como um avanço importante para a igualdade de gênero, especialmente diante do controle dos corpos pelas instituições patriarcais e religiosas, que perpetuam o adoecimento dessas pessoas, contrariando os direitos humanos.

No entanto, a violência obstétrica foi pouco discutida, sendo mencionada apenas de forma superficial, sem aprofundamento ou diretrizes nítidas para sua compreensão. Uma das convidadas relata sua experiência de abortamento e VO, destacando o impacto do racismo. A

violência obstétrica deve ser reconhecida como uma violência de gênero, relacionada a estruturas sociais de poder, e não apenas como falha técnica. Deve ser sempre analisada a partir da intersecção com outros marcadores sociais, principalmente a cor/raça, deficiência, classe, entre outros.

Por isso, apostamos nos espaços coletivos como prevenção de práticas violentas e destacamos o lugar de uma formação em saúde que dialogue sobre a humanização do cuidado das mulheres, que compreenda os corpos gestantes como pessoas com histórias para além de instrumentos de intervenções, para que possamos garantir melhores desfechos para as pessoas gestantes, parturientes, puérperas e que vivenciam situações de abortamento. O que nos convida a estudar, dialogar e pensar mais sobre o tema tanto no contexto da formação, quanto da nossa atuação, enquanto (futuras) psicólogas e profissionais da saúde.

REFERÊNCIAS

ASSIS, Jussara Francisca de. Interseccionalidade, racismo institucional e direitos humanos: compreensões à violência obstétrica. *Serviço Social & Sociedade*, n. 133, p. 547–565, set. 2018. Acesso em: 21 jul. 2024.

BANDEIRA, Lourdes. A contribuição da crítica feminista à ciência. *Revista Estudos Feministas*, v. 16, n. 1, p. 207–228, jan. 2008. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ref/a/LZmX67CZRJScmfcdsy4LxzJ/#>. Acesso em: 08 ago. 2024.

BRASIL. Secretaria Especial de Políticas para Mulheres. Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra as mulheres. Brasília, SPM, 2011.

COLETIVO MARGARIDAS; CURUMIM. Violência obstétrica no abortamento. Brasil, 2020.

COLLINS, Patricia Hill. Interseccionalidade. Tradução: Rane Souza. 1 ed. São Paulo. Boitempo: 2021.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. Germinário [livro eletrônico]: mulheres, psicologia e enfrentamento às violências. 1. ed. Brasília, DF: Conselho Federal de Psicologia, 2024. Disponível em: https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2024/03/germinario_WEB-1.pdf. Acesso em: 04 out. 2024.

CORDEIRO, Natália. Violência contra as mulheres: (Re)produção das desigualdades nas políticas públicas. 1º edição. Recife, PE. SOS Corpo, 2023.

CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. *Revista Estudos Feministas*, v. 10, n. 1, p. 171–188, jan. 2002.

DINIZ, Simone Grilo; SALGADO, Helena de Moraes; ANDRADE, Simone Mota de; MIYAHIRA, Ana Midori. Violência obstétrica como questão para a saúde pública no Brasil: origens, definições, tipologia, impactos sobre a saúde materna, e propostas para sua prevenção. *J Hum Growth Dev*, v. 25, n. 3, p. 377-376, 2015. Acesso em: 14 jul. 2024.

GONZALEZ, Lélia. Por um feminismo afrolatino-americano: ensaios, intervenções e diálogos. 1º edição. Rio de Janeiro: Zahar. 2020.

LEITE, Tatiana Henriques; MARQUES, Emanuelle Souza; ESTEVES-PEREIRA, Ana Paula; NUCCI, Marina Fisher; PORTELLA, Yammê; LEAL, Maria do Carmo. Desrespeitos e abusos, maus tratos e violência obstétrica: um desafio para a epidemiologia e a saúde pública no Brasil. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 27, n. 2, p. 483–491, fev. 2022. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/vWq9rQQg8B8GhcTb3xZ9L-sj/#>. Acesso em: 14 jul. 2024.

MARQUES, Silvia Badim, et al. Violência obstétrica no Brasil: um conceito em construção para a garantia do direito integral à saúde das mulheres. *Cadernos Ibero-Americanos de Direito Sanitário*, v.9, n.1, p. 97-119. 2020. Acesso em: 14 jul 2024.

RODRIGUES, Talita; LIMA, Cristina; GUARANÁ, Déborah; MORGADO, Luiza. *Leitura crítica: Injustiças reprodutivas e mortalidade materna*. SOS Corpo - Instituto Feminista pela Democracia, 2023. Disponível em: <https://soscorpo.org/wp-content/uploads/SOS-CORPO-Leitura-Critica-Morte-Materna-Maio-2023-3.pdf>. Acesso em: 7 ago. 2024.

TRAJANO, Amanda Reis; BARRETO, Edna Abreu. Violência obstétrica na visão de profissionais de saúde: a questão de gênero como definidora da assistência ao parto. *Interface - Comunicação, Saúde, Educação*, v. 25, p.1-16, 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/icse/a/PDnDR5XtNdJy47fkKRW6qcw/#>. Acesso em: 14 jul. 2024.

O CORPO GORDO NO ESPAÇO ECONÔMICO DA POBREZA: VULNERABILIDADES INTERSECCIONAIS NO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE – SUS

Érica Estevam de Santana¹

INTRODUÇÃO

Nas últimas décadas, observa-se o crescimento, em escala exponencial, da obesidade entre a população brasileira, situação que tem chamado à atenção das autoridades de saúde pública nacional e internacional e que indica a entrada do tema na agenda de preocupações governamentais. Não por acaso, constantemente, a mídia impressa e televisiva mostra o elevado índice de pessoas com obesidade. Um aspecto curioso da obesidade e, portanto, do corpo gordo é que este corpo que, hoje, está fortemente presente entre as pessoas mais pobres e vulneráveis da população brasileira, já foi considerado, historicamente, como símbolo da riqueza, pois basta que o leitor se recorde das grandes festas dionisiacas promovidas pelos reis, especialmente no período medieval, cuja exibição do seu poder econômico, social e político se davam por meio do seu corpo gordo.

Se, por um lado, a obesidade é reconhecida como uma doença crônica não transmissível (DCNT), através da Organização Mundial de Saúde (OMS), por outro lado nota-se a patologização do corpo gordo, através de alguns documentos das políticas de Saúde, o que pode reforçar a gordofobia, impactando na convivência social, visto que, através dos tratamentos dados ao sujeito, há uma culpabilização do mesmo, com tratamento reducionista, focando apenas no emagrecimento.

Para dialogar sobre essa temática torna-se necessário se posicionar no que diz respeito a questão das nomenclaturas. Será utilizado, aqui, o termo “gorda” que está associado ao sujeito, que possui excesso de peso (Houaiss e Villar 2009). E além disso, é um modo de se posicionar politicamente, compreendendo que a palavra gorda, não deve ser vista de forma pejorativa, mas sim como uma característica física

¹ Licenciada em Educação Física pela Universidade do Estado da Bahia e especialista em Educação e também em Atividade Física e Saúde no Contexto da Educação Básica pela Universidade Federal da Bahia. Mestranda em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Recôncavo da Bahia. Bolsista CAPES.

considerando que há variações corporais e que essas diferenças devem ser respeitadas, uma vez que, conforme Arruda (2021, p. 48 e 49), “ao optarem pelo eufemismo, esses trabalhos se perdem nos seus propósitos de contribuição social para a discussão sobre o tema.” Já o termo obesa será utilizado estritamente quando trata-se de uma pessoa doente, pois a obesidade é reconhecida como uma doença crônica (Oraka, Faustino e Oliveira, 2020). Mas, Paim (2022, p. 37) afirma que “é importante relembrar que o IMC é um parâmetro internacional construído a partir de populações caucasianas (resquícios da colonialidade) que não leva em consideração as diferenças étnicas-raciais, culturais e as variações na estrutura dos corpos existentes”. Por isso, muitos sugerem utilizar a tabela do IMC com ponderação, reconhecendo que existe diversidade individuais (Poulian, 2013).

O fenômeno entre ganho de peso e fatores sócio-demográficos é bem comprovado, mas muito pouco explorado por pesquisadores para relacionar a obesidade com raça e cor (Oraka Faustino e Mendes, 2000). A obesidade tem se mostrado cada vez mais presente na população de baixa renda, devido às más condições sócioeconômicas que impactam diretamente no estilo de vida, ocasionando a insegurança alimentar, que é a privação do acesso a alimentação, provocando a fome e a falta de acesso aos serviços essenciais (Júnior, Ribeiro e Marinho, 2024).

CAMPO DE INVESTIGAÇÃO

O município de São Francisco do Conde está localizado a 70 km da capital Baiana, faz divisa com os municípios de Candeias e Santo Amaro, e tem forte relação com a capital, em termos de força de trabalho. Embora na região tenha a refinaria Landulfo Alves, muitos moradores não conseguem emprego, sendo a outra possibilidade a prefeitura, e quando não conseguem nesse espaço, vão trabalhar na capital ou nas regiões adjacentes, e até em outros Estados. Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas, São Francisco do Conde tem a população estimada em 40.664 pessoas e sua renda per capita é de R\$ 42,247,52. Portanto, é nesse município inusitado, devido as suas contradições: riqueza X pobreza que a pesquisa será realizada. Assim sendo, é importante destacar que essa desigualdade que está evidenciada nas cidades brasileiras, e especificamente em São Francisco do Conde, deve-se a ausência do Estado e a falta de políticas públicas que visem às melhorias das condições socioeconômicas da população, de modo a promover qualidade de vida. De acordo com Santana (2023, p. 346)

“as péssimas condições das cidades brasileiras estão diretamente imbricadas com situações de corrupção política, desmando e descontrole do Estado que não age na legalidade punindo os infratores”.

Dessa forma, pode-se concluir que a história de desigualdade do município não é de hoje, mas remonta ao século XVI, o qual o município fazia parte, junto com Cachoeira, São Félix, Santo Amaro e Iguape, do principal polo de produção do açúcar, ou seja, o Recôncavo Nordeste e o seu açúcar era o carro chefe da economia colonial. Assim sendo, a política assimétrica praticada pela prefeitura franciscana traz uma nova roupagem de uma conjuntura eivada de exploração, miséria e pobreza, legitimando o *status quo* de uma elite local, que pouco tem se preocupado em desenvolver políticas públicas para a qualificação da população, que vive à espera das “benesses” dos novos senhores de engenho.

CORPO, COLONIALIDADE, INTERSECCIONALIDADE E GORDOFOBIA NA ÁREA MÉDICA

No século XVIII, aconteceu a Revolução Francesa, um evento de grande relevância no contexto político e econômico que inspirou o mundo ocidental. Foi no século XVIII que os Estados europeus iniciaram a medicina de Estado. A Alemanha, França e Inglaterra por exemplo, já praticavam essa medicina. Enquanto na França e na Inglaterra, preocupavam-se com o quantitativo de natalidade e de mortalidade, na Alemanha, já era observado taxa de morbidade. Foi na Alemanha que iniciou o pensamento da medicina social, através da polícia médica, que tinha a tarefa de normalizar as práticas médicas e controlar as atividades dos médicos. Em meados do século XVIII, na França, surgiu uma nova forma de medicina social, a medicina urbana, que tinha por objetivo, analisar o espaço urbano para colher informações de fenômenos epidêmicos (Foucault, 2015).

Foucault, teórico que analisou as relações de poder, identifica que a medicina social foi utilizada como estratégia biopolítica. Para ele, o poder está presente em todos os ambientes, e é uma relação de sujeição entre os indivíduos. Conforme a teoria Foucaultiana, há quatro modalidades de poder, o poder disciplinar, aquele que gera o corpo dócil; o biopoder, o que atua sobre o corpo, de maneira mais individual; a biopolítica que está relacionada ao controle do Estado sobre a população, e a governamentalidade, que interfere na conduta do indivíduo (Foucault, 2009; 2015).

Foi no final do século XVIII e início do século XIX, na Revolução Industrial, cuja máxima era a produção em larga escala, resultando no aumento do consumo e a ascensão da burguesia, que vão surgindo novas formas de comportamentos corporais. Menezes, Ferreira e Mélo (2020, p. 04) ressaltam que “com o advento dos processos de urbanização e do capitalismo, sobretudo entre o fim do século XVIII e o início do século XIX, a negatização do corpo gordo vai se firmando gradualmente”.

No século XIX, com a expansão do capitalismo, nota-se um alinhamento do discurso eclesiástico ao discurso biomédico, quando a gula passou a ser entendida como um dos setes pecados capitais. O corpo, então, se torna em algo a ser disciplinado e aperfeiçoado. É neste processo, que o corpo gordo passa a ser visto como um corpo indisciplinado, enquanto o corpo magro passar a ser visto como um corpo dócil, um corpo aperfeiçoado. A magreza passa a ser associada à saúde, enquanto a gordura correlacionada a doença, expressão construída através de discursos e instituições médicas que, na concepção de Foucault, são instituições de poder. Portanto, a medicina, através de discursos e disciplinas, produz corpos dóceis (Foucault, 2015).

Dessa maneira, é inegável o impacto da Revolução Industrial no comportamento humano e, conseqüentemente, no corpo tornando-os prisioneiros do modo de produção econômica vigente. Ugarte (2005, p. 06) afirma, também, que “no século XIX percebemos a desterritorialização dos corpos como um instrumento de poder sobre eles”. Esse período afetou diretamente a saúde do indivíduo. No período pós- guerra, no século XX, nos países desenvolvidos aconteceu uma epidemia de obesidade, ocasionando mudanças de percepção em relação a comida e a gordura, deixando de ser vista como abundância, passou a ter outro sentido, de desmazelo (Karnal e Fernandes, 2023).

Como exigência de um novo padrão de beleza criada na confluência do surgimento entre colonialismo e capitalismo, as mulheres passam a ser cobradas para seguirem esses padrões eurocêtricos. Silvia Federici (2017), no livro *Calibã e a Bruxa*, retrata minuciosamente como se deu essa transição, demonstrando a relação de exploração e controle sobre o corpo feminino e a subjugação dos povos colonizados, na criação do sistema capitalista colonial patriarcal. Na intersecção entre gênero e raça, as mulheres negras e pobres se tornaram as mais subjugadas/subalternizadas.

Na contemporaneidade, numa sociedade baseada no consumo, é muito comum propagandas de produtos que prometem a conquista

de um corpo “perfeito”. Através das propagandas, a indústria da beleza fatura bilhões por ano isso porque, boa parte das pessoas não estão satisfeitas com a imagem que veem no espelho. Segundo dados da Associação Brasileira da Indústria de Higiene Pessoal, Perfumaria e Cosméticos (ABIHPEC), a indústria da estética fatura, no Brasil, R\$ 168,07 bilhões ao ano (2021). Em uma matéria, publicada pelo Jornal da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, há o registro de que, em 2020, a Sociedade Internacional de Cirurgia Plástica Estética (ISAPS) identificou que foram realizados 1.306.962 procedimentos estéticos, no Brasil, demonstrando, também, de forma detalhada, quais foram as cirurgias mais realizadas. Dentre as cirurgias estéticas mais procuradas pelas brasileiras estão a lipoaspiração, aumento de mama, cirurgia de pálpebras, abdominoplastia e a suspensão das mamas. Além disso, o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE) estima que a comercialização de produtos de higiene e produtos de beleza no Brasil pode ultrapassar os R\$ 130 bilhões em 2026.

O número elevado de procedimentos estéticos realizados no Brasil² evidencia a insatisfação da população, principalmente a feminina, em relação aos seus corpos, uma busca pelo padrão de beleza que é massificado pelos meios de comunicação de massa; muitas, inclusive, submetendo-se a procedimentos estéticos em clínicas clandestinas.

As mulheres que não se enquadram nesses padrões sofrem com múltiplas discriminações, devido marcadores sociais interseccionados, de classe, raça e gênero. O conceito de interseccionalidade traz em sua essência a explanação do que é ser mulher negra no Brasil, que tem seu corpo objetificado, e é vítima de diversas opressões, vivendo à margem da sociedade (Crenshaw, 2002; Collins, 2000; Gonzalez, 1982).

A percepção sobre o corpo saudável é perpassado por discursos morais, filosóficos e estéticos, baseados nos contextos históricos. O corpo gordo, como um corpo marcado por opressões e constrangimentos, não deve ser olhado separadamente, visto que, é muito comum ocorrer intersecções entre os modos de opressão (Collins, 2000), produzindo violência sobre esses corpos. Em vista disso, é muito costumeiro em nosso cotidiano presenciarmos e/ou vivenciarmos situações de preconceito contra as mulheres negras, devido ao gênero, raça, classe e também por não terem um corpo desejável, que é reconhecido como um corpo feminino ideal, tal como definido pelos parâmetros de branquitude vigentes.

2 Inclusive, a mídia brasileira apresenta muitas situações policiais envolvendo falsos médicos cirurgiões estéticos presos que ceifaram a vida de mulheres, sobretudo jovens, que estavam em busca do sonho do corpo perfeito.

Como bem descreve a socióloga Collins, “*imagens de controle são traçadas para fazer com que o racismo, o sexismo, a pobreza e outras formas de injustiça social pareçam naturais, normais e inevitáveis na vida cotidiana*” (COLLINS, 2000, p. 151). Segundo a autora, são muitos estereótipos criados para menosprezar a imagem da mulher negra, dentre eles: a mammy, as matriarcas, a jezebel, as rainhas das políticas públicas. Cada uma dessas imagens surgiu como atributos que beneficiavam o sistema racista. As mummies, por exemplo, possuíam um perfil de serviçal e obediente, enquanto a matriarca era considerada mulheres agressivas, rebeldes e assertivas e eram culpabilizadas por não terem maridos. Já as dependentes do Estado, eram vistas como problemas por utilizarem programas de assistência social, enquanto a Jezebel era conhecida por ter um apetite sexual insaciável. São muitos os adjetivos pejorativos que inferiorizam a imagem da mulher negra. Nas palavras de Collins (2000, p. 37):

Desde as mamies, as jezebel, e as procriadoras do tempo da escravidão até as sorridentes tias Jeminas das embalagens de massa para panqueca, passando pelas onipresentes prostitutas negras e pelas mães que dependem das políticas de assistência para sobreviver, sempre presentes na cultura popular contemporânea, os estereótipos negativos aplicados às afro-americanas têm sido fundamentais para a sua opressão.

Lélia Gonzalez (2000), intelectual e feminista negra brasileira da década de 1980, relata, em seus escritos, outros adjetivos dados à mulher negra, que se assemelham aos termos identificados por Hill Collins (2000), o que comprova o fortalecimento do controle de imagens com o único sentido de subestimar a mulher negra. Segundo Lélia Gonzales, existe uma imagem desenvolvida por essa estrutura machista, racista e classista que é muito desejada, a imagem da mulata, reconhecida como objeto de desejo, e que prevalece fortemente na mídia, fortalecendo a hipersexualização do corpo negro.

A imagem da mulata é viralizada de modo internacional, através dos meios de comunicação, com características cintura fina, quadris largos e as nádegas avantajadas. Segundo Cardoso (2014, p. 13) “o estereótipo tem a capacidade de desenvolver estratégias para estabelecer a divisão ditando o que pode ser considerado “o normal e o aceitável e o anormal e o inaceitável”. Dessa forma, esses atributos dado às mulheres operam, estrategicamente, para ter o controle dos corpos femininos, e por isso produzem a violência, denominada como gordofobia, que se constitui em violência contra as mulheres gordas.

A gordofobia começou a ser debatida nos Estados Unidos nas décadas de 1960 e 1970 com a criação de um grupo anti-gordofóbico, dando origem ao campo de estudos, os *Fat Studies*, grupo que discutia as dificuldades enfrentadas pelas mulheres gordas. Além disso, a filósofa Urugaia, Magdalena Piñeyro cofundadora da página do facebook *Stop Gordofobia*, publicou o livro intitulado *Stop Gordofobia y la panzas subversas*. Esse livro é o resultado das discussões e relatos de experiências de pessoas gordas que participaram da rede social facebook. Já no Brasil, pesquisas e discussões sobre essa temática tiveram início apenas no ano de 2010 (Argolo, 2021; Paim, 2019) A seguir, daremos sequência contextualizando sobre o Sistema Único de Saúde (SUS), apresentando alguns marcos históricos para a criação do SUS.

ALGUNS MARCOS HISTÓRICOS PARA A CRIAÇÃO DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE

Em 1923, a Lei Eloy Chaves³ foi regulamentada para proporcionar a algumas pessoas o serviço de saúde, mas quem tinha acesso a esses serviços eram apenas os trabalhadores que tinham carteira assinada e servidores públicos, como por exemplo os segurados do IPATEC, funcionários de empresas de transportes e cargas, que tinham acesso a assistência médica (Silva, 2018). Ainda assim, esse direito à assistência médica era limitado e os trabalhadores dessa empresa logravam desse direito somente quando sobravam recursos do pagamento das aposentadorias (Paim, 2009). Foi em 1930 que o governo da esfera federal começou a investir nos hospitais filantrópicos, uma maneira de ampliar os atendimentos a saúde para a população em vulnerabilidade.

Em 1948, foi criada a Organização Mundial de Saúde (OMS) e, em 1953, o Ministério da Saúde foi fundado no Brasil, seguindo as linhas diretas da OMS. Em 1978 aconteceu um evento de grande relevância mundial, a Conferência Internacional sobre Cuidados Primários de Saúde, reunida em *Alma-Ata*. Nesse evento, foram debatidos os cuidados primários à saúde, entendendo que promover a saúde era fundamental em todos os países. De acordo com Paim (2009, p.39- 40), o Sistema Único de Saúde, enquanto uma política social de amplo acesso à saúde pública, foi resultado de um movimento social “composto por segmentos populares, estudantes, pesquisadores e profissionais de saúde, que propôs a Reforma Sanitária e a implantação do SUS”.

3 Lei que regulamentou o pagamento de aposentadorias, pensões e outros benefícios a servidores do setor público e privado. Modelo de atendimento médico atrelado a categoria profissional urbana que contribuía para a previdência.

Em 1986 aconteceu a VIII Conferência Nacional de Saúde e foi a partir desse evento que foi idealizado o capítulo Saúde na Constituição de 1988. Foi a a partir dessa Conferência que o Brasil passa a reconhecer a saúde como um dever do Estado (Paim, 2009), direito conquistado graças às lutas e aos embates promovidos pela sociedade civil organizada em prol da reivindicação da saúde como um direito social, definido como parte dos direitos mínimos, citados na Constituição, que garantem ao indivíduo, qualidade de vida. Os direitos sociais visam proporcionar para a sociedade a redução das desigualdades, possibilitando o mínimo de condições de vida (Carvalho, 2002).

Em 1990, houve a regulamentação dos serviços e foram criadas as bases de funcionamento do SUS através da leis n: 8.080 e lei 8.142 (Brasil, 2011, p. 06). A lei 8.080/90, estabelece a promoção, proteção e recuperação da saúde, enquanto a lei orgânica 8.142/90, regulamenta a gestão do SUS e o controle social sobre a transferência de recursos para a saúde. Apesar da elaboração desse Sistema tenha iniciado na VIII Conferência, em 1986, o SUS continua em processo contínuo e adaptação, pois a lei não é suficiente para um funcionamento eficiente do Sistema, que ainda exige lutas e esforços da população (Paim, 2009).

O SUS foi reconhecido através da Constituição Federal de 1988, que reconhece a saúde como um direito de todos e dever do Estado. Portanto, desfrutar desse direito está associado com o exercício da cidadania, uma vez que a saúde é um direito social. O cientista político José Murilo de Carvalho (2002, p.10) diz que “os direitos sociais garantem a participação na riqueza coletiva. Eles incluem o direito à educação, ao trabalho, ao salário justo, à saúde, à aposentadoria. A garantia de sua vigência depende da existência de uma eficiente máquina administrativa do poder público”.

Em 1991, aconteceu a estruturação da rede de atenção básica em saúde, com o Programa de Agentes Comunitários de Saúde (Brasil, 2011). E foi em 1994 que o Programa Saúde da Família foi implantado, uma estratégia do governo que tem a intenção de atuar nas áreas preventivas e curativas, através do Ministério da Saúde, um plano que objetiva a aproximação da população com os profissionais de saúde, tendo os Agentes Comunitários (ACS) como uma ponte para facilitar o processo de comunicação entre os moradores das comunidades e as Unidades Básicas. Por isso, os ACS são um componente fundamental no que se refere a comunicação entre os pacientes e os profissionais da equipe que trabalha na Unidade de Saúde da Família (Paim, 2009).

A REALIDADE DA UNIDADE DE SAÚDE ELIENE OLIVEIRA DOS SANTOS

A Unidade de Saúde da Família do bairro São Bento da Laje foi inaugurada em 14 de maio de 2013, nomeada por Eliene Oliveira dos Santos, em homenagem à médica que trabalhou na unidade durante muitos anos, mulher negra, nascida em Salvador que realizava atendimento como médica clínica geral no município. Essa UBS é de médio porte, contendo em sua estrutura física uma farmácia, uma sala de vacina, uma sala de inalação, uma sala de coleta, uma sala de triagem, uma sala de curativo, um auditório, uma sala de administração, um almoxarifado, uma sala de esterelização, uma sala de materiais, uma sala dos agentes comunitários, um consultório odontológico e oito consultórios médicos.

Possui em seu quadro funcional vinte e seis pessoas, a saber: duas enfermeiras, uma médica, uma dentista, uma assistente social, uma nutricionista, três técnicos de enfermagem, cinco agentes comunitários de saúde, um auxiliar de saúde bucal, um recepcionista, três administrativos, um auxiliar de farmácia, uma cozeira, dois auxiliares de serviços gerais, dois vigias e um motorista. Na unidade, são atendidas em média 60 pacientes por dia e as doenças que predominam na unidade são: hipertensão arterial e diabetes.

O serviço de nutrição foi implantado há menos de dois anos. A nutricionista, uma mulher branca, nascida em Itaquara / Ba, possui 37 anos de idade, tem uma filha, é solteira, fez o curso de bacharelado em nutrição na Estácio, em Salvador, se formou a quatro anos, atua como nutricionista a dois anos, reside a trinta e seis anos em São Francisco do Conde e mora no Bairro nomeado Baixa Fria. Ela atende seis pacientes por dia no turno matutino e, no turno vespertino, ela faz a elaboração dos cardápios. Além disso, realiza visitas domiciliares, ações educativas nas escolas do município, quando solicitado pela secretaria de saúde.

Também faz a triagem, avaliação para encaminhamentos para outros profissionais de saúde. A nutricionista por mim entrevistada estima que 85% do público que faz acompanhamento são mulheres que tem idades variadas e são atendidas uma vez por mês. No entanto, algumas não retornam para a segunda consulta, alegando vergonha por não conseguirem realizar a dieta e, conseqüentemente, não diminuírem de peso. Os motivos associados pela nutricionista à dificuldade de algumas pacientes seguirem a dieta deve-se à dificuldade financeira,

pois a maioria das pacientes tem dificuldade de seguir a dieta devido a renda. Outros motivos que a profissional aponta são o uso, por algumas pacientes, de medicamentos que favorecem o ganho de peso; tais como medicamentos contra a ansiedade, sendo que a própria ansiedade é também causa de sobrepeso e aumento de ingestão de alimentos considerado não saudáveis.

A Unidade utiliza como estratégia o Programa de Saúde da Família, através de Agentes Comunitários, sendo que na UBS Eliene Oliveira dos Santos, cada Agente Comunitário fica responsável por aproximadamente 200 pacientes. A equipe que cuida de pacientes diagnosticados com obesidade são: clínico geral, nutricionista, enfermeira e os agentes comunitários. Os agentes comunitários ficam responsáveis em realizar as visitas domiciliares, fazer o cadastro da família, orientar os pacientes sobre o uso das medicações, e realizar ações nas escolas, sendo responsáveis pela medição do peso e altura de crianças e gestantes que estão cadastrados no programa Bolsa Família.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Constata-se, também, que o cenário da unidade de saúde, embora seja uma estrutura com uma boa quantidade de salas para atendimentos, observa-se que alguns profissionais estão muito sobrecarregados, ou falta um profissional importante para acompanhar as pacientes que procuram a unidade para o tratamento do controle de peso. Pois, a nutricionista fica responsável por mais duas unidades, faz visitas domiciliares e realiza algumas ações na escola do município quando solicitada pela secretaria de saúde. Além disso, não há na unidade Eliene Oliveira dos Santos, a presença de um psicólogo, profissional fundamental para dar suporte aos pacientes que buscam acompanhamento terapêutico, visto que a causa da obesidade é multifatorial.

Deste modo, esta pesquisa é de muita relevância, pois, através desta, constata que as más condições socioeconômicas é um determinante social que pode causar danos à saúde das mulheres negras na comunidade de São Bento das Lages. Conclui-se, também, que a precarização do serviço público é um exemplo característico de vulnerabilidades interseccionais no Sistema Único de Saúde, uma vez que, quando o SUS foi criado, os movimentos sociais reivindicaram um sistema que atendesse as demandas da população mais necessitada. Mas, a maneira como é ofertada esse serviço resulta em uma proposta insuficiente devido aos déficits de profissionais.

REFERÊNCIAS

- ARGOLO. R.S. Uma Análise Interseccional das Vivências de Mulheres Gordas. 2021.
- ARRUDA. A. O Peso e a mídia: As faces da gordofobia. 1ª ed. São Paulo. Alameda, 2021.
- BRASIL. Ministério da Saúde. SUS: A saúde do Brasil. Brasília. Editora do Ministério da Saúde, 2011.
- CARDOSO. C.P. Amefricanizando o feminismo: o pensamento de Lélia Gonzalez. Rev. Estudos Feministas. Florianópolis. Setembro- Dezembro. 2014.
- CARVALHO. J.M.de. Cidadania no Brasil: O Longo Caminho. 3ª ed. Rio de Janeiro. 2002.
- CEAP. Centro de Educação e Assessoramento Popular. Pacto pela Saúde: Possibilidade ou realidade. IFIBE, 2007.
- CRENSHAW.K.W. Documento para o Encontro de Especialistas em Aspectos da Discriminação Racial Relativos ao Gênero.2002
- COLLINS. P. H. O Pensamento Feminista Negro. Conhecimento, Consciência e a Política do Empoderamento. Ed. Boitempo, 2000.
- FEDERICE.S. Calibã e a Bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva. São Paulo: Elefante, 2017.
- FOUCAULT.M, Vigiar e Punir: nascimento da prisão.36 ed.Petrópolis, Rj: Vozes, 2009.
- FOUCAULT.M, Microfísica do Poder.- 2 eds. Rio de Janeiro: Paz e Terra,2015.
- GONZALEZ. L. A Mulher Negra na Sociedade Brasileira. (O Lugar da Mulher: Estudos Sobre a Condição do Feminismo na Sociedade Atual). Madel T. Luz (org.) Rio de Janeiro. Edições Graal, 1982, págs. 87-106.
- HOUAISS.A; VILLAR.M.S. Minidicionário da Língua Portuguesa. 3ª ed. Rio de Janeiro. Objetiva.2009.
- KARNAL. L; FERNANDES. L. E.O. Preconceito: Uma História. 1ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2023.
- MENEZES. C. J; FERREIRA. R. P; MÉLO. R. SOUSA. Imagina Ela

Nua: Experiências de Mulheres que se Autodeclaram Gordas. Rev. Estudos Feministas, Florianópolis, 2020.

ORAKA.S.C; FAUSTINO.M.D; OLIVEIRA.E. Raça e Obesidade na População Feminina Negra: uma revisão de escopo. Saúde Soc. São Paulo. Vol 29.n: 3.2020.

PAIM. J. S. O Que é o SUS. Rio de Janeiro. Editora Fiocruz, 2009.

PAIM, M. B. Os corpos gordos merecem ser vividos. Rev. Estudos Feministas, 2019.

PAIM. M.B. Gordofobia faz Mal À Saúde: Relatos de gordofobia nos serviços de saúde e precarização do cuidado em saúde das pessoas gordas. Universidade Federal de Santana Catarina, Florianópolis, 2022.

POULAIN, J.P. Sociologia da Obesidade. São Paulo. Editora: Senac São Paulo, 2013.

SANTANA. J. Pobreza, Riqueza e Desigualdades em São Francisco do Conde. Editora Eritaya. Rio de Janeiro.2023.

SILVA. M.E.L.N da; BATISTA. R. DOS S. História e Saúde: Políticas, Assistência, Doenças e Instituições na Bahia. Salvador. EDUNEB,2018.

UFRGS.br// /jornal/numero-de-cirurgias-plasticas-cresce-a-cada-ano-e-suscita-debates-sobre-a-autoimagem-na-sociedade-de-consumo-cessadoem02/6/2023 às 17:37hs.

UGARTE. M.C.D. O Corpo Utilitário: Da Revolução Industrial à Revolução da Informação, 2005.

CÍRCULO DE CULTURA COMO FERRAMENTA DE PESQUISA E CUIDADO EM SAÚDE MENTAL DE MULHERES QUILOMBOLAS

Giovanni Sampaio Queiroz¹

Jáder Ferreira Leite²

Maria Valquíria Nogueira do Nascimento³

APRESENTAÇÃO/INTRODUÇÃO

O presente trabalho⁴ objetiva relatar a experiência do Círculo de Cultura com mulheres quilombolas, no contexto da pesquisa participativa, e suas contribuições para a produção de conhecimento e cuidado em saúde mental sob uma perspectiva interseccional, enquanto ferramenta de investigação, teoria e práxis crítica (Collins e Bilge, 2021; Collins, 2022; Kyrillos, 2024).

Consideramos importante assumir, desde já, que a forma como a interseccionalidade transversaliza este trabalho não pretende abarcar todos os significados e possibilidades de seu uso, em razão do seu caráter fundamentalmente dialógico (Collins, 2022). Seus modelos de uso são sempre provisórios (Oyèwùmí, 2021; Pereira, 2021; Collins, 2022; Viveros-Vigoya, 2023), pois devem considerar em suas propostas as localizações sociais distintas de sujeitos (as) e grupos na intersecção das relações de poder e como relacionalmente e maneira complexa exercem influência sobre a produção de conhecimento (Collin, 2022).

1 Psicólogo. Especialista pelo Programa de Residência Multiprofissional no Cuidado à Saúde da Pessoa com Deficiência (RESPCD/ISD). Mestrando no Programa de Pós-graduação em Psicologia (PPGpsi), da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). Bolsista CNPq.

2 Doutor em Psicologia Social (UFRN) e estágio pós-doutoral (UFC e UFPE). Professor associado II, vinculado ao Departamento de Psicologia da UFRN, com atuação na graduação e no Programa de Pós-graduação em Psicologia (PPgpsi/UFRN). Coordenador do Grupo de Pesquisa Modos de subjetivação, políticas públicas e contextos de vulnerabilidade (CNPq/UFRN).

3 Doutora em Psicologia (UFRN). Professora Adjunta IV do curso de Psicologia da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG). Coordenadora do Núcleo de Pesquisa e Extensão em Psicologia Comunitária e da Saúde (NUCS/UFCG).

4 Este estudo faz parte de uma pesquisa de mestrado em Psicologia, vinculada à Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), com financiamento do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e a materialização deste trabalho contou com o apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001.

Nesse sentido, ao assumir o compromisso ético, estético, político e o respeito por toda a trajetória de luta política travada até aqui pelo movimento social feminista negro amefricano, por compreender a associação entre produção de saberes à localização enquanto verdadeira condição para o conhecimento racional (Haraway, 1995), se faz necessário localizar o autor deste estudo como homem branco, gay, cisgênero, brasileiro nordestino, de classe média, com acesso à pós-graduação, que tem refletido ao longo do percurso na Psicologia, sobretudo na produção deste estudo e em contínuo processo, sobre os privilégios históricos ligados a estas localizações - sejam como privilégios, sejam como discriminações -, reconhecendo a influência destas na produção intelectual, de modo a não produzir entraves para a reflexão e proposta de ação crítica, mas assumir a responsabilidade pela produção do conhecimento e elaborações.

Assumir as minhas localizações, especialmente, contribuiu na compreensão da branquitude como um sistema de poder que estrutura a sociedade brasileira (Bento, 2022), beneficiando-me continuamente, mesmo quando outros marcadores, como minha orientação sexual e minha posição de classe, me interpelam experiências de discriminação. Além disso, isso, evidentemente, trouxe novas perspectivas sobre os temas que investigo e influencia cotidianamente a minha práxis pedagógica e, portanto, política.

Uma vez que este estudo se produz a partir das experiências interseccionais das mulheres quilombolas do Grilo, consideramos coerente e necessário - nos termos de Nego Bispo, como força que precisa estar presente, de que se vai atrás (2023), localizar onto e epistemologicamente a construção de conhecimento neste contexto ante a interseccionalidade enquanto modo de investigação e práxis crítica, afinada à uma perspectiva decolonial, de modo que sejam desvelados os processos de interação entre relações de poder de classe, gênero, raça, sexualidade, idade, capacidade, território e outras complexidades relacionais dos sistemas e estruturas coloniais de subordinação e opressão, que operam cotidianamente na vida das mulheres quilombolas.

Por tomarmos a interseccionalidade como forma de investigação, teoria e práxis crítica, assumimos a ação social como modo de produção de conhecimento (Collins e Bilge, 2021; Collins, 2022, Viveros-Vigoya, 2023; Kyrillos, 2024), postura essa que rompe com a lógica de linearidade narrativa e de binarismo entre saber científico e práxis e rejeita qualquer perspectiva que entenda a teoria como superior à prática, distanciando-a de formas de uso que a caracterizem como

apenas mais um discurso acadêmico ou conteúdo especializado sem implicação ética, política e social com a realidade e as estratégias coletivas e criativas de superação das desigualdades estruturais enfrentadas pelas(os) sujeitas(os) que a constroem (Collins e Bilge, 2021; Kyrillos, 2024).

Tal perspectiva vai ao encontro dos antecedentes históricos da interseccionalidade quando esta emerge do chão de luta, bem como das reflexões construídas pelo movimento feminista negro amefricano, entre os anos 1970 e 1980, no enfrentamento das múltiplas desigualdades sociais decorrentes das intersecções do racismo, sexismo, classismo e outros sistemas e relações de poder (Gonzalez, 2020; Carneiro, 2003; Akotirene, 2019). É essa trajetória de luta e produção de conhecimento, a partir da ação social, que leva à formulação da interseccionalidade como conceito anos depois e inscreve a justiça social como *ethos* fundante da teoria e práxis interseccional (Collins, 2022).

Por entendermos a interseccionalidade a partir de suas origens nas práticas dos movimentos por justiça social e seu vínculo inseparável entre investigação e práxis crítica que tomamos a pesquisa participativa como caminho possível para a realização deste trabalho. Nesse sentido, a pesquisa participativa se caracteriza por uma evidente articulação entre produção de conhecimento e ação política de intencionalidade emancipatória para contribuir no processo de transformação social (Fals Borda, 1981; Moretti e Adams, 2011).

Ontologicamente, este modo de fazer pesquisa rompe com os pressupostos dominantes, tradicionais das concepções bancárias que se estabeleceram no contexto da produção de conhecimento científico, com a separação dual entre as categorias teoria/prática, sujeito/objeto, pedagógico/político, consideradas basilares para a garantia de uma suposta racionalidade neutra e universal da ciência que, na verdade, frequentemente incorporam a visão do mundo das pessoas que criaram essa ciência: homens ocidentais, membros das classes dominantes “e, podemos acrescentar, brancos” (Hirata, 2015, p. 62).

Desse modo, concordamos com Fals Borda (1981) e Moretti e Adams (2011) quando defendem que a pesquisa participativa, na América Latina, se caracteriza por integrar a investigação à participação social por intermédio da educação popular, oportunizando aos(as) sujeitos(as) envolvidos(as), na pesquisa sob este enfoque, compreender e interpretar as lógicas do funcionamento dos sistemas de dominação social que conformam o seu cotidiano, construir conhecimentos e ferramentas apropriadas para animar a mobilização social em torno da luta

pela mudança da própria realidade, incidindo em processos mais amplos da sociedade.

Para tanto, propomos aqui a discussão acerca do Círculo de cultura, propostos e sistematizados por Paulo Freire (1967), no contexto da pesquisa participativa e engajada com a transformação social:

Em lugar de escola, que nos parece um conceito, entre nós, demasiado carregado de passividade, em face de nossa própria formação (mesmo quando se lhe dá o atributo de ativa), contradizendo a dinâmica fase de transição, lançamos o Círculo de Cultura. Em lugar do professor, com tradições fortemente “doadoras”, o Coordenador de Debates. Em lugar de aula discursiva, o diálogo. Em lugar de aluno, com tradições passivas, o participante de grupo. Em lugar dos “pontos” e de programas alienados, programação compacta, “reduzida” e “codificada” em unidades de aprendizado (Freire, 1967, p. 102).

Assim, além de ser uma ferramenta coletiva de diálogo e configurar-se como espaço privilegiado de produção de saberes e práticas (Nascimento e Oliveira, 2020), o Círculo de Cultura reflete na maneira como abordamos e compreendemos as relações interseccionais de poder, como valorizamos e construímos práticas de resistência e cuidado a partir de diferentes leituras de mundo (conforme Paulo Freire, “ensinar a ler o mundo”), apostando na amorosidade como dimensão fundante da aposta na construção de relações democráticas entre os(as) sujeitos(as) envolvidas na pesquisa (Dantas e Linhares, 2014).

PERCURSO METODOLÓGICO

O presente trabalho foi realizado com um grupo de 14 mulheres, moradoras da comunidade quilombola do Grilo, localizada no município de Riachão do Bacamarte, no estado da Paraíba. Trata-se de um estudo de caráter qualitativo, desenvolvido fundamentalmente aos moldes da pesquisa participante. Optamos pelo aporte teórico-metodológico qualitativo por considerarmos que a pesquisa participante, em diálogo com a educação popular, se apresentou como um caminho apropriado a seguirmos, por partir do princípio de que todas os(as) sujeitos(as) e culturas são produtoras genuínas de conhecimento. Desse modo, a relação convencional de sujeito (a)-objeto, que existe entre o(as) pesquisador(a)-educador(as) e os grupos populares nos modos tradicionais e bancários de produção de conhecimento, deve amadurecer criticamente e se transformar em uma relação sujeito(a)-sujeito(a). É via exercício da pesquisa em interação entre os diferentes conhecimentos que uma forma partilhável de compreensão da realidade social pode ser construí-

da (Brandão e Borges, 2007). Ou seja, partimos do pressuposto que nós somos ao mesmo tempo participantes e construtores (as) da realidade.

Produzir conhecimento com este enfoque só foi possível por meio da inserção do pesquisador no grupo investigado. A posição assumida pelo pesquisador, nesta perspectiva, foi a de que ao mesmo tempo que observou o grupo, também atuou nele a partir do envolvimento e interação com seus membros, assumindo um papel cooperativo, participando das atividades direta e indiretamente relacionadas ao foco investigado. Esta perspectiva de enfoque metodológico é nomeada, conforme Krohling-Peruzzo (2017), como participação observante, neologismo da expressão pesquisa participante como forma de explicar sua distinção da perspectiva metodológica da observação participante, pois trata-se de um enfoque que admite e pressupõe um nível mais elevado de engajamento do (a) pesquisador (a) no grupo pesquisado, mas não atinge os níveis de envolvimento necessários para uma pesquisa-ação.

O presente estudo tomou como fundamento para a sua materialização os pressupostos da educação popular de Paulo Freire (1980), portanto, pautados na ação humana enquanto possibilidade de suscitar processos educativos dialógicos que potencializam a capacidade criativa, crítica e reflexiva de todas (os) as (os) sujeitas (os) envolvidas (os). Partindo deste pressuposto, foram promovidos espaços coletivos de produção de conhecimento junto às participantes da pesquisa, ao tomarmos como referência os princípios da pedagogia problematizadora, formulados por Freire (1967), a saber: a problematização pela via da dialogicidade, do respeito e da autonomia das (os) sujeitas (os). Assumir esta perspectiva proporcionou a abertura de um espaço coletivo para que as mulheres da comunidade quilombola do Grilo falassem abertamente sobre o seu cotidiano, de modo que tornou possível a atenção a aspectos da realidade que atravessam a saúde mental e as estratégias individuais e coletivas de produzi-la.

Desse modo, os temas problematizados nos espaços coletivos expressaram a realidade vivenciada pelas mulheres da comunidade, ao passo que, ao tomarem posição ativa na investigação das temáticas, tornou possível a construção e potencialização de uma consciência crítica e coletiva desta realidade (conscientização), que se aprofunda na medida em que se desvelam novas temáticas a serem problematizadas. Tanto individualmente como em grupo, a aposta na relação dialógica entre todas (os) as (os) sujeitas (os) envolvidas (os) no processo sugere que mudanças de pensamento podem ser acompanhadas de transformações em ações e que a vivência de novas experiências, podem, por sua vez,

potenciar uma mudança de consciência por meio do processo de ação-reflexão-ação (Freire, 1967; Collins, 2022).

Com a finalidade de registrar as percepções do pesquisador - fruto de sua participação observante - e as informações compartilhadas no grupo, utilizamos, enquanto instrumento e estratégia de produção das informações, o diário de campo, trabalho de registro que demandou um uso sistemático desde o primeiro momento de ida à comunidade até a fase final da investigação (Minayo, 2001).

Foram registrados nos diários de campo os atravessamentos do processo do presente estudo, especificamente, do dia-a-dia das vivências em campo, dos diálogos e dos afetos que mobilizaram e foram produzidos nas intersecções entre pesquisador, psicólogo e sujeito em constante construção que se inscreve na produção do presente trabalho, marcado também por experiências, sempre interseccionais, de corpo, raça, cor, etnia, sexualidade, gênero, trabalho e lugar em contato com as experiências das mulheres quilombolas do Grilo.

Quanto às estratégias de produção, sistematização e análise das informações, as falas do Círculo de Cultura foram registradas por meio de um gravador de voz e foram posteriormente transcritas. A análise do material transcrito respeitou a manutenção de todos os turnos e falas das participantes, sendo, posteriormente, realizada a leitura intensiva de todo o material em constante reflexão ante à interseccionalidade e a educação popular.

Ademais, salientamos que o presente estudo foi realizado em consonância com os preceitos éticos da pesquisa com seres humanos, dispostos na Resolução nº 510/2016, do Conselho Nacional de Saúde (CNS), que dispõe sobre o respeito aos princípios éticos da participação de seres humanos em pesquisas em Ciências Humanas e Sociais. Desse modo, o projeto foi submetido e aprovado por Comitê de Ética e Pesquisa (CEP/UFRN), sob o protocolo CAAE 75841723.1.0000.5537, que permitiu o início do trabalho de campo.

DISCUSSÕES DAS ANÁLISES

A prática grupal foi realizada no dia 31 de abril de 2024, na sala da Casa da Mulher Quilombola - espaço onde as mulheres se reúnem na comunidade -, contou com a participação de 14 mulheres e durou pouco mais de duas horas. Durante a participação no grupo de mulheres, tomamos como base os referenciais teórico-metodológicos da educação popular ao utilizarmos a metodologia participativa do Círculo

de Cultura, proposta por Paulo Freire (1967), para mediação do processo grupal que, conseqüentemente, incitou o diálogo e a emergência de falas que expressaram o cotidiano das mulheres quilombolas do Grilo por elas mesmas.

O Círculo de Cultura, inspirado nos sistematizados por Freire (1967), observou em seus princípios metodológicos o respeito por todas as participantes, a promoção da autonomia e a dialogicidade, e foram didaticamente estruturados a partir de alguns momentos nomeados também por Freire (1967) como itinerário de pesquisa, a saber: investigação temática ou tematização, codificação e descodificação (problematização), e desvelamento crítico.

Durante a investigação temática, enquanto primeiro momento de vivência do Círculo de Cultura (Freire, 1967), foi realizado o levantamento dos temas a serem discutidos pelo grupo de mulheres. Neste momento, as participantes da pesquisa foram provocadas a falar sobre saúde mental de modo que trouxeram suas vivências neste campo a partir de experiências de vida na comunidade.

As palavras e temas geradores narrados pelas mulheres durante essa etapa foram: experiências enfrentadas por mulheres-mães de crianças que demandam muito trabalho de cuidado, o uso abusivo de álcool, desejo de liberdade, preocupações e sobrecarga de trabalho doméstico, isolamento social, a vivência com pessoas que “reclamam de tudo”, processos de adoecimento físicos, ansiedade, medo, uso contínuo de medicações e experiências de racismo na escola. Assim, as palavras e temas geradores, mobilizados a partir de suas experiências individuais e coletivas, tornaram possível um levantamento dos problemas psicossociais mais recorrentes no cotidiano das mulheres.

Vale salientar que a temática das experiências de racismo na escola foi escolhida pelas mulheres como centro das discussões que foram aprofundadas e problematizadas no Círculo de Cultura e converteram-se em discussões acerca do processo de luta pelo território, relações afetivas e sexuais entre pessoas heterossexuais brancas e negras, violências relacionadas ao corpo negro (cor, cabelo, nariz etc.) e violência doméstica.

Conforme Freire (1967, p. 05), “as palavras não existem independentemente de sua significação real, de sua referência às situações”. Desse modo, na segunda etapa, a partir das palavras e temas geradores que emergiram no momento da tematização, trabalhamos a codificação e a descodificação - momentos indissociáveis na prática do Círculo de Cultura. No primeiro - codificação -, as mulheres participantes narra-

ram o seu entendimento sobre o tema gerador, contextualizando-o. O confronto com a forma como representam e falam sobre seu cotidiano, no transcurso do diálogo entre as mulheres e o pesquisador-mediador, potencializou o reconhecimento dos aspectos que conformam as suas realidades, descodificação.

Quando essas expressões de consciência individuais foram articuladas, discutidas, contestadas e agregadas de maneiras que refletiram a heterogeneidade de suas condições enquanto mulheres de um mesmo grupo, uma consciência coletiva de grupo, empenhada em resistir à opressão, tornou-se possível. Conforme aponta Collins (2019), a capacidade das mulheres negras de elaborar suas expressões individuais – muitas vezes desarticuladas, mas potencialmente poderosas – da consciência cotidiana em um ponto de vista coletivo articulado, autodefinido, é fundamental para a sua sobrevivência, pois viabiliza o investimento em novas ações a partir das reflexões sobre as anteriores.

Consideramos que, nestas etapas, as discussões nos ajudaram a desvelar os impactos dos diversos sistemas de opressão (racismo, patriarcado, opressão de classe entre outros) na saúde mental das mulheres participantes, o que tornou possível a investigação de como estes sistemas se inter-relacionam e determinam os modos de produção de saúde mental nesse contexto específico.

Visando a aposta na potência transformadora das participantes, a partir do reposicionamento de suas ações, o Círculo de Cultura proporcionou um espaço de reflexão e problematização que culminou na etapa do desvelamento crítico. Nessa etapa, o grupo de mulheres, pela via do compartilhamento de experiências, construíram coletivamente uma consciência sobre suas próprias realidades, compreendida a partir de outras perspectivas, ideias e caminhos para a ação (Freire, 1981).

Os Círculos de Cultura foram fundamentados em uma proposta pedagógica, cujo caráter radicalmente democrático e libertador - ao encontrar base na horizontalidade da relação mediador-participante do grupo, na valorização das culturas locais e da oralidade - possibilitou uma aprendizagem integral, que rompe com a fragmentação dos saberes e demandou, por parte de todas as participantes, uma tomada de posição perante os problemas vivenciados em seus contextos específicos (Freire, 1967).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados desta pesquisa demonstram que o diálogo da pesquisa participativa com a educação popular, sob uma perspectiva inter-

seccional, fundamentado em um *ethos* de justiça social, pode ser considerado, em suas práticas libertadoras e democráticas, enquanto um instrumento fundamental na construção de autonomias, sem abrir mão do rigor metodológico que implica o fazer pesquisa (Moretti e Adams; 2011, p. 449).

Como nos ensina Nascimento e Oliveira (2020), é preciso colocar no horizonte e defender o protagonismo das (os) participantes de nossas pesquisas como sujeitas(os) ontologicamente capazes de compreender a si e o mundo, e intervir sobre o mesmo com autonomia e consciência, pois a conscientização é um compromisso histórico e implica o engajamento de pessoas que assumam o papel de sujeitas que fazem e refazem o mundo (Freire, 1980), valorizando os saberes e práticas que emergem dos territórios.

Paulo Freire (1967), ao propor e sistematizar o seu itinerário de pesquisa, defendeu que esse deveria ser amplamente transmitido nos diversos campos do saber, bem como o compromisso e a finalidade da sua utilização deveria ser a transformação da realidade dos (as) participantes dos Círculos de Cultura.

Nesse sentido, além do uso do Círculo de Cultura como itinerário de pesquisa no campo da produção de conhecimento, a experiência aqui relatada possibilitou a abertura de espaços de encontro entre as mulheres e o pesquisador, rompendo com as barreiras hierárquicas produzidas pelos pressupostos dominantes e tradicionais das concepções bancárias que se estabeleceram no contexto da produção de conhecimento científico, democratizando o saber em saúde mental, valorizando os cotidianos, os saberes e práticas locais e os modos de pensar, agir e viver no/do território.

Na pesquisa participativa, situando está no campo da saúde, o envolvimento das participantes e do pesquisador foram essenciais e ampliaram a relevância e o impacto da mudança social no processo de pesquisa. As participantes mediatizadas pelo diálogo e a reflexão, tornaram possível a construção de caminhos para a criação de formas de resistência aos problemas que vivenciam em seus cotidianos, com vistas ao fortalecimento de espaços produtores de cuidado em saúde mental, a exemplo da Casa da Mulher Quilombola. Este envolvimento durante a pesquisa possibilitou reflexões que colocaram a superação das relações interseccionais de poder produtoras de desigualdades vivenciadas pelas mulheres na comunidade como horizonte da práxis coletiva.

Nesse sentido, a interseccionalidade enquanto teoria, investigação e práxis crítica neste trabalho reforçou seu potencial de trans-

formação da realidade em contextos sociais específicos, ao reafirmar o compromisso teórico e prático que coloca a superação das desigualdades sociais e, portanto, da justiça social como eixo central da práxis interseccional (Kyrillos, 2024). Para tanto, um dos efeitos da pesquisa no contexto social e na realidade vivida se deu a partir da construção da formação de uma compreensão coletiva das mulheres participantes da pesquisa em torno da necessidade de se fortalecerem e se auto-organizarem enquanto grupo com força e ação política, a fim de animar e mobilizar outras mulheres da comunidade para reivindicar e construir soluções para a realidade vivida no território a partir dos desejos, expectativas, saberes, potências, recursos e desafios compartilhados por elas, a exemplo da luta pela reafirmação da Casa da Mulher Quilombola enquanto espaço de produção de cuidado, saúde, resistência e autonomia das mulheres.

O compartilhamento e a problematização das experiências individuais e coletivas das mulheres sobre as situações de opressão narradas durante a prática grupal potencializaram o esperar⁵ coletivo na mobilização e insurgência de práticas e redes solidárias de cuidado como alternativa às violências produzidas pelas relações interseccionais de poder que as interpelam e atingem os seus corpos-territórios⁶.

Assim, podemos afirmar e defender a interseccionalidade no contexto da pesquisa participativa como perspectiva útil para compreender criticamente as desigualdades sociais existentes e suas estruturas, para, por fim, produzir práticas de resistências e mudanças do que está posto (Crenshaw, 1989; Collins, 2022).

Ressalta-se que, na pesquisa participante, o (a) pesquisador também é tomado como sujeito de pesquisa, e deve fazer parte de todo o processo de ação-reflexão-ação. Nesse sentido, é preciso destacar a necessária tarefa de que nós, pessoas brancas, possamos não apenas identificar nossos privilégios, mas, a partir da identificação, quebrar com o pacto narcísico da branquitude, como denunciado por Cida Bento (2022), e construir caminhos para de fato atuar como aliadas na luta pela destruição das estruturas racistas, patriarcais, de classe e dos

5 “Esperançar é se levantar, esperançar é ir atrás, esperançar é construir, esperançar é não desistir! Esperançar é levar adiante, esperançar é juntar-se com outros para fazer de outro modo” (Freire, 1992, pp. 110-111).

6 Verônica Gago (2020) defende que a conjunção das palavras corpo e território expressa que é impossível recortar e isolar o corpo individual do corpo coletivo, o corpo humano do território e da paisagem. Corpo e território compactados em uma só palavra demarca uma recusa à compreensão neoliberal do corpo como bem e propriedade individual e demarca uma continuidade política, produtiva e epistêmica do corpo enquanto território.

diversos outros sistemas interseccionais de opressão e isso não passa somente pelo reconhecimento individual do problema, isso não é suficiente, é preciso desfazer os sistemas hierarquizados e isso se faz com comprometimento ético nessa luta que é coletiva.

Por certo, esses são alguns caminhos e propostas provisórias; não existem posições conclusivas, são sempre datadas e localizadas. No entanto, parecem corresponder às preocupações teóricas levantadas sobre as fontes da educação popular, da interseccionalidade e da pesquisa participativa no campo da saúde mental.

REFERÊNCIAS

AKOTIRENE, C. Interseccionalidade. Feminismos Plurais / coordenação de Djamila Ribeiro; São Paulo: Polém. 152 p., 2019.

BENTO, C. O pacto da branquitude / Cida Bento - 1ª ed. - São Paulo : Companhia das Letras, 2022.

BISPO DOS SANTOS, A. A terra dá, a terra quer. São Paulo: Ubu Editora / PISEAGRAMA, 2023.

BRANDÃO, C.R. e BORGES, M. C. A pesquisa participante: um momento da educação popular. In Rev. Ed. Popular, Uberlândia, v. 6, p.51-62. jan./dez. 2007. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/reveducpop/article/view/19988/10662>. Acesso em: 20 out. 2024

CARNEIRO, S. Mulheres em movimento. Estudos Avançados, v. 17, n. 49, p. 117-133, 2003. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/7505343/mod_resource/content/1/Aula%2006%20-%20Sueli%20Carneiro_Mulheres%20em%20movimento_2003.pdf. Acesso em: 16 abr. 2023.

CHASSOT, C. S. A pesquisa-intervenção participativa como estratégia metodológica: relato de uma pesquisa em associação. Rev. Psicol. Soc. 30, 2018, DOI: <https://doi.org/10.1590/1807-0310/2018v30181737>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/psoc/a/qjPGZF9b6HYJ56mDs-B34yCq/#>. Acesso em: 15 out. 2024.

COLLINS, P. H. Pensamento feminista negro: conhecimento, consciência e a política do empoderamento. Tradução Jamille Pinheiro Dias. - 1. ed. - São Paulo : Boitempo, 2019.

COLLINS, P. H. e BILGE, S. Interseccionalidade. 1. ed. - São Paulo :

Boitempo, 2021.

COLLINS, P. H. Bem mais que ideias: a interseccionalidade como teoria social crítica. 1. ed. - São Paulo : Boitempo, 2022.

CRENSHAW, K. W. Demarginalizing the intersection of race and sex; a black feminist critique of discrimination doctrine, feminist theory and antiracist politics. University of Chicago Legal Forum, pp. 139-167, 1989. Disponível em: <https://chicagounbound.uchicago.edu/cgi/viewcontent.cgi?article=1052&context=uclf>. Acesso em: 16 abr. 2023.

DANTAS, V. L. e LINHARES, A. M. B. Círculos de Cultura: problematização da realidade e protagonismo popular. In: Brasil. Ministério da Saúde, Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa. II Caderno de Educação Popular em Saúde. Brasília, DF: Ministério da Saúde; pp. 73-80, 2014. Disponível em: <http://www.edpopsus.epsvj.fiocruz.br/sites/default/files/texto-2-4-cc3adrculos-de-cultura.pdf>. Acesso em: 09 set.2024.

FALS BORDA, O. Aspectos teóricos da pesquisa participante: considerações sobre o significado e o papel da ciência na participação popular, in: Brandão, C.R. (Org.). Pesquisa participante, São Paulo: Brasiliense, pp. 42-62, 1981.

FREIRE, P. Educação como prática de liberdade. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1967. Disponível em: http://www.gestaoescolar.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/otp/livros/educacao_pratica_liberdade.pdf. Acesso em: 30 mai. 2023.

FREIRE, P. Conscientização: teoria e prática da libertação. 3. ed. São Paulo: Moraes, 1980. Disponível em: https://www.fpce.up.pt/ciic/sites/default/files/Paulo%20Freire%20-%20Conscientiza%C3%A7%C3%A3o_pp.5-19.pdf. Acesso em: 30 mai.2023.

FREIRE, P. Ação cultural para liberdade. 5 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981. Disponível em: http://www.gestaoescolar.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/otp/livros/acao_cultural_liberdade.pdf. Acesso em: 30 mai. 2023.

FREIRE ,P. Pedagogia da Esperança: um reencontro com a Pedagogia do Oprimido. São Paulo: Paz e Terra, 1992.

GAGO, V. A potência feminista, ou o desejo de transformar tudo. São Paulo : Elefante, 2020.

GONZALEZ, L. Por um feminismo afro-latino-americano: ensaios, intervenções e diálogos. RIOS, Flávia; RATTS, Alex. Por um feminismo afro-latino-americano: ensaios, intervenções e diálogos. Rio de Janeiro: ZAHAR, p. 217, 2020.

HARAWAY D. Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. Cadernos Pagu (5): pp. 07-41, 1995. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/1773>. Acesso em: 10 ago. 2023.

HIRATA, H. Gênero, classe e raça - Tempo Social, revista de sociologia da USP, v. 26, pp. 61-73, 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ts/a/LhNLNH6YJB5HVJ6vnGpLgHz/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 12 abr.2023.

KYRILLOS, G. M. Interseccionalidade: proposta de um mapa provisório. Revista Estudos Feministas, Florianópolis, v. 32, n. 2, e90290, 2024.

KROHLING-PERUZZO, C. Pressupostos epistemológicos e metodológicos da pesquisa participativa: da observação participante à pesquisa-ação. Estudios sobre las Culturas Contemporáneas, vol. XXIII, 3, 2017 Universidad de Colima, México, 2017. Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=31652406009>. Acesso em: 29 mai. 2023.

MINAYO, M. C. S. (org.). Pesquisa Social. Teoria, método e criatividade. 18 ed. Petrópolis: Vozes, 2021.

MORETTI, C. Z. e ADAMS, T. Pesquisa Participativa e Educação Popular: epistemologias do sul. Educ. Real., Porto Alegre, v. 36, n. 2, p. 447-463, maio/ago. 2011. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/educacaoerealidade/article/view/16999>. Acesso em 27 mai. 2023.

NASCIMENTO, M. V. N. e OLIVEIRA, I. M. F. F. (2020). Práticas Integrativas e Complementares grupais no SUS e o diálogo com a educação popular. 1 ed. - Curitiba [PR] : CRV.

OYĚWÙMÍ, O. A invenção das mulheres: construindo um sentido africano para os discursos ocidentais de gênero / Oyèrónké Oyèwùmí; tradução wanderson flor do nascimento. – 1. ed. – Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2021. Disponível em: https://www.professores.uff.br/ricardobasbaum/wp-content/uploads/sites/164/2022/05/Oyewumi_Oyeronke_A_Invencao_das_Mulheres.pdf. Acesso em: 03 ago. 2024.

PEREIRA, B. C. J. Sobre usos e possibilidades da interseccionalidade. Dossiê: Interseccionalidades, Direitos e Políticas - Civitas, Rev. Ciênc. Soc. 21 (3), 2021. DOI: <https://doi.org/10.15448/1984-7289.2021.3.40551>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/civitas/a/h7rvGvv5gNPpkm7MjMG6D5c/#>. Acesso em: 30 mai. 2023.

VIVEROS-VIGOYA, M. Interseccionalidad. Giro decolonial y comunitario. In.: Interseccionalidad. Giro decolonial y comunitario / Mara Viveros Vigoya - 1a ed. - Buenos Aires: CLASCO; Amsterdam: TNI Transnational Institute. Libro digital, PDF - (Masa critica). ISBN: 978-987-813-545-8, 2023.

A expansão dos estudos sobre mulher e a abordagem de gênero na História, inscrevem-se no quadro das transformações do tempo contemporâneo, no contexto das diretrizes da Unesco impulsionadas pelas conferências internacionais. O impulso político dado pelos movimentos feministas, foram centrais para a conquista do espaço das mulheres na ciência. A presença delas nos escritos acadêmicos vêm crescendo, mas ainda há uma longa estrada a ser percorrida. A Redor traz nestes anais o debate sobre as desigualdades regionais no campo de gênero, especialmente no espaço acadêmico e no âmbito das ciências. Vale a pena conferir.

Iraildes Caldas Torres
Coordenadora da Redor



Uema
UNIVERSIDADE ESTADUAL
DO MARANHÃO

ALEXA
CULTURAL

EDUA
EDITORA DA UNIVERSIDADE
FEDERAL DO AMAZONAS

ABEU
Associação Brasileira
das Editoras Universitárias

